



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
DEPARTAMENTO DE TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

RICARDO ANDRÉ FERREIRA MARTINS

ATENIENSES E FLUMINENSES

A Invenção do Cânone Nacional

**CAMPINAS
2009**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

M366a

Martins, Ricardo André Ferreira.

Atenienses e fluminenses : a invenção do cânone nacional / Ricardo André Ferreira Martins. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Francisco Foot Hardman.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Romantismo. 2. Historiografia. 3. Literatura brasileira. 4. Maranhão. 5. Rio de Janeiro (Estado). I. Hardman, Francisco Foot. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Athenians and man of letters of Rio de Janeiro: the invention of national canon.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Romantismo; Historiography; Brazilian Literature; Maranhão; Rio de Janeiro (Estado).

Área de concentração: História e Historiografia Literária.

Titulação: Doutor em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Prof. Dr. Francisco Foot Hardman (orientador), Prof. Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo, Prof. Dr. Marcus V. Freitas, Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Prof. Dr. Jefferson Cano, Prof. Dr. Jaime Ginzburg (suplente), Prof. Dr. Antonio Alcir Bernárdez Pécora (suplente), Profa. Dra. Maria Betânia Amoroso (suplente).

Data da defesa: 08/07/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

RICARDO ANDRÉ FERREIRA MARTINS

ATENIENSES E FLUMINENSES

A Invenção do Cânone Nacional

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do título de Doutor em Teoria e História Literária.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Foot Hardmann

CAMPINAS

2009

BANCA EXAMINADORA:

Francisco Foot Hardman

Jefferson Cano

Carlos Eduardo Ornelas Berriel

Marcus Vinicius de Freitas

Luiz Roberto Velloso Cairo

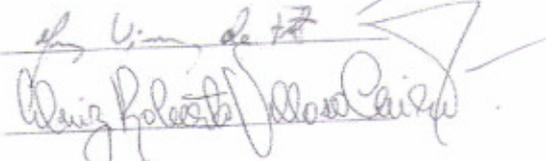
Jaime Ginzburg

Antonio Alcir Bernárdez Pécora

Maria Betânia Amoroso

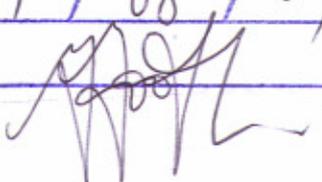




IEL/UNICAMP
2009

**Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:**

19 / 08 / 09


Dedico esta tese à minha esposa, Taís Sobrinho Barrenha, pela infinita compreensão e paciência, sobretudo nos momentos mais difíceis e ausentes, e pelo estímulo constante para que este trabalho chegasse a um bom termo.

Aos nossos filhos, Guilherme e Leonardo, verdadeiras extensões de nosso amor pela vida e um pelo outro.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho somente foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitos amigos e pessoas de nossa mais sincera consideração e alta estima. Manifesto aqui a minha gratidão e o meu afeto a todos eles, e, de forma bem particular:

À minha mulher, esposa, amiga e companheira de todos os segundos, minutos e horas consumidas para que este trabalho conseguisse sair das elucubrações, Taís Sobrinho Barrenha, pelo seu amor, carinho e apoio incondicional e paciente em todos os momentos;

Ao meu grande irmão e melhor amigo Fábio Martinelli Casemiro, pela nossa cumplicidade e pela disposição em seguirmos juntos pelo espinhoso caminho das letras;

Ao “Seu” Casemiro e “Dona” Eloina, por abrigarem mais um filho no seio de sua família;

Ao meu orientador, Francisco Foot Hardman, pela acolhida, pelo respeito, pela amizade, estímulo e orientação;

Aos professores Antônio Arnoni Prado e Carlos Eduardo Ornelas Berriel, pelas preciosas sugestões e comentários durante a Banca de Qualificação, que aprimoraram em muito o conteúdo e a qualidade final da redação da presente tese;

Aos professores Jefferson Cano, Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Marcus Vinicius de Freitas, Luiz Roberto Velloso Cairo, pelas inextinguíveis e importantíssimas contribuições durante a arguição de minha defesa de Tese de Doutorado, com as quais a visão sobre o meu próprio trabalho iluminou-se e completou-se;

Aos amigos Mariana Senzi, Rodrigo Cerqueira, Benilton Cruz, Paula Vermeersch, Fabiana Bigaton Tonin, Olívia Garcia, Fábio San Juan, Catarina Landim e Renato Rezende, que

tornaram as horas e os minutos fora de casa vivos, humanos, interessantes, inteligentes, aprazíveis, magníficos, gratificantes, inspiradores, risonhos e, sobretudo, felizes;

Aos eternos amigos e companheiros do Maranhão, Hagamenon de Jesus, Antônio Aíton, Bioque Mesito, Nilson Campos, Jorgeana Braga, Dyl Pires, Nilsen Costa, Fernando Reis, Ricardo Lins, César William, Binho Dushinka, Bruno Azevedo, Gilberto Goiabeira, Geraldo Iensen, Paulo Melo Souza, Riba, Eduardo Júlio, Couto Filho, Dylson Júnior, Luciano Nascimento, Mateus Gatto, Rosemary Rêgo, Marco Pólo Haickel, Gissele Soares, Catarina Santiago, Mauro Ciro Falcão, Samarone Marinho, Rose Vianna;

À “Dona” Graça Falcão, “Seu” Gojoba, Patrícia Falcão, Mauro Falcão, Maurício Falcão e a toda a família Falcão, saudades das gostosas e inesquecíveis reuniões na Radional;

Aos amigos fraternos Aníbal Lins, Solange Lins, Heraldo Gouveia, Andréa Reis, Ximendes e Júlia Constança, pelos grandes e capitais momentos vividos juntos;

Às minhas queridíssimas e adoradas amigas Josenilma Dantas e Joseane Dantas, pelo amor, pela amizade e pelo carinho;

Aos meus primeiros e eternos companheiros de viagem rumo à Meca dos títulos acadêmicos, Ilza Cutrim, Karina Mualem, Dino Cavalcante, Elessandro Rodrigues, Neres, Maria Aracy, Manuel Rosa, Niedja Moraes, Ricarda Mendes, Raimundo Marreiros, Eduardo Cardoso, amigos para sempre;

Aos grandes amigos paulistas, entre próximos e distantes, Adriana Vidotti, Leôncio Brito, Ivone Rosa, Alexandre de Quadros, José Estevam Gava, Anselmo Ceregatto, Odair Favari Filho, Lourenço Favari, Michelle Rebusini, J. Costa Jr., José Roberto Sechi, Jaime Leitão, Sandra Baldessin, Sandra Bretas, Tiago Buoro, Letícia Tonon, Lara Yatkoske Lazo, Paulo Porto, irmãos de uma família espiritual há muito reconhecida;

Aos amigos Sílvio Ricardo Demétrio, Atílio Butturi, Marília Pires, Leônidas Pellegrini, irmãos paranaenses;

A Carlos Besen, Maria Helena Nóvoa, Clotilde Zingali, Maria Pia Tedesco, amigos de encontros virtuais, mas reais em afeto;

À família Rotondo: Rubens, Rosângela, Itanielle, Rafaella e Felipe;

Ao meu grande amigo francês, Daniel Feuillet, em memória;

À minha grande amiga suíça, Anne-Marie Calame, onde esteja;

A Nauro Machado e Arlete Nogueira da Cruz, pelos laços de admiração, respeito mútuo e sincera amizade e irmandade que nos unem;

A José Chagas, Luís Augusto Cassas e Sebastião Moreira Duarte, por confiarem desde o primeiro momento em meu talento;

A Alberico Carneiro e Josilda Bogéa, pelo reconhecimento e estímulo aos talentos mais jovens de nossa querida e muitas vezes malfadada terra;

A Erasmo Campello, por abrir-me as portas da realização pessoal;

Aos meus ex-professores de graduação, Rita Santos, Sônia Almeida, Graça Corrêa, Eva Nunes, Teresinha Baldez, Márcia Manir, Marcos Catunda, Fátima Sopas, Demétrio Saccomandi, Maria Elza Bello, e aos funcionários do Departamento de Letras, José Costa e Dejanira;

Aos meus professores de Mestrado, Raul Henriques Maimone, Antônio Celso Ferreira, Áureo Busetto, Tânia Regina de Luca e, especialmente, ao meu ex-orientador, Valdevino Soares de Oliveira;

A Hélio Rebello Cardoso Júnior, pela amizade e pela preciosa orientação durante o meu malogrado doutorado em História, cujo projeto foi desenvolvido ao longo desta tese;

A Jean Marcel Carvalho França, amigo e “guru” intelectual, que com seus conselhos e reprimendas providenciais, sinceros e estimados, ajudou-me a superar a ingenuidade e debilidades de minha primeira formação intelectual, a gratidão e amizade eternas;

À admirável Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, cujo apoio financeiro, necessário e imprescindível, garantiu a infra-estrutura sem a qual este projeto jamais seria possível no espaço de tempo em que foi realizado;

Ao meu parecerista da FAPESP, que com suas observações, críticas, correções e sugestões iluminou todo este trabalho, tornando-o mais fácil e permitindo que seus resultados finais fossem mais brilhantes e conclusivos;

A todos que, de um modo ou de outro, contribuíram para a finalização da tese;

À vida, o único milagre que realmente me comove todos os dias;

Às minhas irmãs, pelo dom do sangue e da beleza;

Aos meus pais, pelo dom da vida.

*Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi;
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.*

*Da tribo punjante,
Que agora anda errante
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci:
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.*

GONÇALVES DIAS
(I-JUCA-PIRAMA)

RESUMO

ESTE TRABALHO tem por objetivo o estudo da formação do cânone dentro do campo literário brasileiro durante o século 19 e sua vinculação política ao projeto de literatura nacional, considerando a literatura como a manifestação mais visível e sintomática de um verdadeiro *discurso da nacionalidade* entre os primeiros escritores românticos oitocentistas (maranhenses e fluminenses), igualmente no sentido de chegarmos a identificar a própria *invenção do cânone literário brasileiro*. É nossa intenção apontar as manifestações de nativismo e nacionalidade que perpassou boa parte da literatura do oitocentos, analisando como se porta o campo literário como epifenômeno do campo do poder. Embora tais manifestações ocorram mais em determinados tipos de intelectuais e literatos, pois os grupos citados apresentam traços distintos, ao longo de toda a produção literária brasileira do século 19 podemos contemplar o fio que vai dos primeiros escritos gerados pelos respectivos “grupos” em questão até o fim do oitocentos, quando se encerra, por assim dizer, o *período ateniense* da literatura maranhense e conclui-se, da mesma maneira, o raio de influência do nacionalismo do grupo fluminense. O presente texto visa, portanto, produzir uma nova descrição do processo de construção da nacionalidade e da civilização, bem como da “construção da ordem”, em seus diversos níveis e aspectos sócio-históricos, utilizando o estudo do cânone e de sua gênese como instrumento para detectar a historicidade da formação de nossa história literária, seus processos de seleção e exclusão e suas motivações de ordem ideológica e estrutura discursiva. Deste modo, adotamos também, em paralelo ao estudo das fontes documentais e literárias, o procedimento de uma análise das práticas sociais e artísticas do campo literário durante o oitocentos, tomando por base a visão que o campo literário e o campo do poder (político e econômico) tinham da nacionalidade recém-inventada e como reagiram diante das transformações políticas e sociais que agitaram a vida brasileira do período, cujos reflexos podem ser sintomaticamente percebidos através do cânone em formação. Desta forma, pretende-se suscitar uma discussão em torno do que o campo literário pensava do processo de emancipação do país e qual era o seu projeto de nacionalidade através do cânone. Trata-se, pois, de saber como o campo pensou e forjou os seus próprios valores através do tempo, como edificou os seus mitos, como fixou o seu *habitus* coletivo, como viu e fez o seu passado, como se portou no seio das práticas sociais e culturais na

região e resto do país e, sobretudo, como desenvolveu e formou seu ideal de nação, de cultura e, particularmente, de literatura.

ABSTRACT

THIS WORK INTENDS to investigate the formation of the Brazilian literature canon in the 19 century and intends to comprehend how this process is politically entailed to a nationality project. Assured that the literature is the most visible and symptomatic manifestation of nationality speeches among the first romantic's writers (grouped in "maranhenses" and "fluminenses"), this study identify the *invention of the brazilian's literary canon* itself. Our purpose is identify the manifestations of nativism and nationality that passed through great part of our 19 century's literature, analyzing the behavior of this *literary field* as an epiphenomenon of the *field of power*. Otherwise, these political manifestations may happen differently in each group of intellectuals and writers: following the whole 19 century we can see the developing and decadence of the both groups, while the *athenian's period* is interrupted in the middle of the 19 century, the *fluminense's period* will try an overliving among the 19 and 20 centuries. This text wants to produce a new description of the building process of the Brazilian civilization, as well as seeks the "construction of the order" in its various levels and social-historical aspects, taking the investigation of the canon, and its genesis, as an instrument to detect the historicity of the conformation of our literary history, observing its processes of selection and exclusion, the ideological motivations and the structures of its speeches. In this way, we also study, simultaneously with the literary and historical sources research, the analysis of the social's and artistic's practices that belongs to the 19 century's literary field. We consider that the *literary field* and the *field of power* (political and economical) they had the conception of recently created nationality. At the same time, we comprehend the way that this both groups reacted before the social and political transformations that mobilized the Brazilian life in this period: this transformations can be symptomatically conceived when we observe the formation of the canon. In this way, we intend to stimulate a discussion about the meanings of Brazilian's process of emancipation, and about its own project of nationality expressed beyond the canon. The objective is understanding the way that the literary field understood and merged its own values beyond the time, the way that its created its proper myths, how it marked its own collective *habitus*, how this field watched and constructed its own past, how it carried itself

in the middle of the social's and cultural's practices in the north of Brazil (and among all the country). Otherwise, we due to understand how the literary canon constructed its own idea of nation, its own idea of culture, and particularly, of literature.

RÉSUMÉ

CE TRAVAIL A POUR OBJECTIF l'étude de la formation du canon à l'intérieur du champ littéraire brésilien pendant le 19^{ème} siècle et son attachement politique au projet de littérature nationale, en considérant la littérature comme la manifestation la plus visible et symptomatique d'un vrai *discours de la nationalité* parmi les premiers auteurs romantiques du 19^{ème} siècle (*maranhenses* et originaires de Rio de Janeiro), également dans le but d'arriver à identifier la propre *invention du canon littéraire brésilien*. C'est notre intention d'indiquer aussi les manifestations de *nativisme* et nationalité que ont passé auprès d'une bonne partie de la littérature du 19^{ème} siècle, en y analysant comme se porte le champ littéraire comme epiphénomène du champ du pouvoir. Bien que telles manifestations se produisent plus dans de certains types d'intellectuels et d'hommes de lettres, car les groupes mentionnés présentent des traces distinctes, au long de toute la production littéraire brésilienne du 19^{ème} siècle nous pouvons envisager le fil qui va des premiers écrits produits par les respectifs « groupes » concernés jusqu'à la fin du huit cents, quand il se ferme, pour ainsi dire, la *période athénienne* de la littérature du Maranhão et se conclut, de la même manière, le rayon d'influence du nationalisme du groupe d'hommes de lettres du Rio de Janeiro. Ce présent texte vise, donc, produire une nouvelle description du processus de construction de la nationalité et de la civilisation, ainsi que de la « construction de l'ordre », à leurs divers niveaux et aspects socio-historiques, en utilisant l'étude du canon et de sa genèse comme un instrument pour y détecter l'historicité de la formation de notre histoire littéraire, de leurs processus d'élection et d'exclusion et de leurs motivations d'ordre idéologique et de structure discursive. De cette manière, nous adoptons aussi, en parallèle à l'étude des sources documentales et littéraires, la procédure d'une analyse des pratiques sociales et artistiques du champ littéraire pendant le huit cents, en prenant par base la vision que le champ littéraire et le champ du pouvoir (politique et économique) avaient de la nationalité récemment inventée et comment ils ont réagit devant les transformations politiques et sociales qui ont agité la vie brésilienne de la période, dont les réflexes peuvent symptomatiquement être perçus à travers du canon en formation. De cette forme, on prétend susciter une discussion autour de ce que le champ littéraire pensait du processus

d'émancipation du pays et quel était son projet de nationalité à travers du canon littéraire. Il se traite, donc, de savoir comment le champ a pensé et a forgé leurs propres valeurs à travers le temps, comment il a construit leurs mythes, comment il a fixé son *habitus* collectif, comment il a vu et a fait son passé, comment il s'est porté dans le sein des pratiques sociales et culturelles dans la région et le reste du pays et, surtout, comment il a développé et a formé son idéal de nation, de culture et, particulièrement, de littérature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ORIGENS DA CRÍTICA ROMÂNTICA.....	51
1.1. Um programa para a crítica e para a história.....	51
1.1.2. <i>Bouterwek e a história da poesia e da eloqüência portuguesa</i>	72
1.1.3. <i>Sismondi, Romantismo e a nacionalidade das literaturas meridionais europeias</i>	92
1.1.4. <i>Ferdinand Denis e a “invenção” da literatura brasileira: indianismo e nacionalismo</i>	113
1.1.5. <i>Almeida Garret e a originalidade da literatura brasileira</i>	142
1.1.6. <i>Schlichthorst: a literatura e os costumes nacionais</i>	155
1.1.7. <i>Carl Friedrich P. von Martius e a invenção da história nacional</i>	169
2. OS ATENIENSES E A FORMAÇÃO DA CIDADE LETRADA	201
2.1. Os estados do Maranhão e Grão-Pará e do Brasil: duas nações?.....	201
2.2. O roteiro edênico, a prodigalidade da terra e a prodigalidade da gente	210
2.1.2. <i>A transculturação e a fundação da cidade letrada na América portuguesa</i>	240
2.1.3. <i>O algodão e a idade do ouro: prosperidade, decadência e fundação de um mito</i>	273
2.1.3.1. O passado como alegoria do presente e invenção do futuro	287
2.1.4. <i>A internalização da metrópole e o aportuguesamento da cultura</i>	309
2.1.5. <i>O levantamento das letras: a formação da indústria tipográfica e editorial</i>	318
2.1.6. <i>O jornalismo político e literário e a consolidação das letras</i>	360
2.1.7. <i>As instituições de difusão da cultura letrada no Maranhão: teatros, bibliotecas, livrarias</i>	456
2.1.8. <i>Uma ilha de letrados em um mar de analfabetos: a instrução pública e o monopólio das almas</i>	483
3. A INVENÇÃO DO CÂNONE NACIONAL: ATENIENSES E FLUMINENSES ...	531
CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS PILHAGENS DA HISTÓRIA	743
BIBLIOGRAFIA	761
1. <i>Textos seiscentistas, setecentistas e oitocentistas</i>	761
2. <i>Jornais e periódicos</i>	770
3. <i>Apoio bibliográfico e teórico geral</i>	772

INTRODUÇÃO



POUCAS TEORIAS terão entusiasmado tanto o pensamento e a cultura ocidentais, em particular a Europa, quanto a teoria dos climas. A hipótese de que os costumes, os hábitos, os temperamentos, a cultura e a civilização como um todo eram resultado da influência direta dos climas sobre o psiquismo das pessoas, cruzou séculos, através da obra de literatos, filósofos, cientistas e esteve presente até mesmo no senso comum popular. A referência mais antiga que se conhece sobre a teoria dos climas aparece na obra de Aristóteles, *A política*, mas encontram-se também menções em Poseidonios e Hipócrates como os primeiros pensadores ocidentais a enfatizar a influência dos elementos climáticos sobre os caracteres humanos; mas é sem dúvida devido a uma suposição popular que a idéia se disseminou entre os diferentes povos do mundo, talvez em razão das incontáveis correntes migratórias de lado a lado, até se tornar um lugar comum ao longo de vários milênios e várias civilizações depois. Contudo, tudo indica que foi Aristóteles o pensador que mais contribuiu para a disseminação do interesse pelo estudo dos climas sobre a cultura dos povos e sua organização social, a partir de sua tentativa de explicar a estrutura política da civilização grega:

On peut déjà s'en faire quelque idée en jetant les yeux sur les cités les plus célèbres de la Grèce, et sur les diverses nations qui se partagent la terre. Les peuples qui habitent les climats froids, même dans L'Europe, sont en général pleins de courage. Mais ils sont certainement inférieurs en intelligence et en industrie; aussi conservent-ils leur liberté; mais ils sont politiquement indisciplinables, et n'ont jamais pu conquérir leurs voisins. En Asie, au contraire, les peuples ont plus d'intelligence, d'aptitude pour les arts ; mais ils manquent de coeur, et ils restent sous le joug d'un esclavage perpétuel. La race grecque, qui topographiquement est intermédiaire, réunit toutes les qualités des autres.¹

A evolução da teoria dos climas, entretanto, no terreno da filosofia e da história, vai dar saltos até encontrar uma linha de tradição durante a Idade Média, sobretudo a partir do século 14, com a obra de Ibn Khaldoun, que em seus *Prolegômenos da história universal* (1377) consagra seu terceiro discurso preliminar, entre outros, à influência exercida pela

¹ ARISTOTE. *Politique*. Traduite en français par J. Barthélemy Saint-Hilaire. Seconde Édition. Paris : Dumont, À l'Institut, 1848, pp. 217-218.

atmosfera sobre a pele dos homens e sobre o seu estado em geral, além de dedicar o quarto à influência exercida pelo ar sobre o caráter dos seres humanos:

Nous venons d'exposer que la portion habitable de la terre commence au milieu de l'espace que la mer a laissé à découvert et qui s'étend vers le nord ; les contrées du midi éprouvent trop de chaleur, celles du nord, trop de froid, pour être habitables. Comme ceux deux extrémités de la terre diffèrent complètement sous le rapport du chaud et du froid, les caractères qui les distinguent doivent se modifier graduellement jusqu'au milieu du monde habité, où ils atteignent leur terme moyen. Le quatrième climat est donc le plus tempéré ; le troisième et le cinquième, qui y confinent, jouissent à peu près d'une température moyenne. Dans le sixième et le second climat, qui avoisinent ceux-ci, la température s'éloigne considérablement du terme moyen ; puis, dans le premier et le septième, elle s'en écarte bien davantage. Voilà pourquoi dans les sciences, les arts, les bâtiments, les vêtements, les vivres, les fruits, les animaux et tout ce qui se produit dans les trois climats du milieu, il n'y a rien d'exagéré. On retrouve ce juste milieu dans les corps des hommes qui habitent ces régions, dans leur teint, dans leurs dispositions naturelles et dans tout ce qui les concernent. Ils observent la même modération dans leurs habitations, leurs vêtements, leurs aliments et leurs métiers. Ils construisent de hautes maisons en pierre et les ornent avec art ; ils rivalisent entre eux dans la fabrication d'instruments et d'utensiles, et, par cette lutte, ils arrivent à la perfection. [...] Tels sont les habitants du Maghreb, de la Syrie, des deux Iracs, du Sind, de la Chine. Il en est de même des habitants de l'Espagne et des peuples voisins, tels que les Francs, les Galiciens et les gens qui vivent à côté ou au milieu d'eux, dans ces régions tempérées.²

Na realidade, até a reflexão do filósofo magrebino, a crença de que a *sabedoria das nações* dava-se na mesma proporção em que habitavam terras e climas salubres já tinha entrado no domínio de uma tese oficial para a fixação dos traços definidores de uma cultura e de um povo, através de suas relações com o ambiente natural e as conseqüentes influências sobre a civilização e os traços peculiares do comportamento social. Claro, nesse filão do pensamento ocidental encontra-se a base para muitos preconceitos e empirismos sem qualquer fundamento, mas a teoria dos climas acabou sendo aceita em decorrência talvez do fatalismo ou da resignação, onde sem dúvida é possível por em relevo as suas origens e vínculos com a astrologia e o determinismo geográfico, que alcançam o século 18, particularmente com a obra do conde Henri de Boulainvilliers.³

² KHALDOUN, Ibn. *Les prolégomènes*. Traduits en français et commentés par M. de Slane. Première Partie. Paris : Imprimerie Impériale, 1863, pp. 168-169.

³ Henri de Boulainvilliers (1658-1722) foi autor de numerosas obras históricas. Em 1711 compôs uma *Astrologie mondiale: Histoire du mouvement de l'apogée du soleil; ou, Pratique des règles d'astrologie pour juger des événements généraux*, onde apresenta uma teoria da influência dos astros sobre o destino das nações.

Após Khaldoun, o fascínio pela teoria dos climas, devido à sua aparente e extraordinária eficácia para a explicação de certos fenômenos sociais e culturais entre diversos povos, alcança um ponto alto de desenvolvimento na obra de europeus como Jean Bodin (1530-1596), que em sua obra *Les six livres de la République* (1576), particularmente no capítulo *Du reiglement qu'il faut tenir pour accommoder la forme de Republique à la diversité des hommes, et le moyen de cognoistre le naturel des peuples*, descreve como deve-se proceder, de acordo com a natureza e o caráter de cada povo segundo o clima em que desenvolveu sua civilização e cultura, para adaptar a organização da república de acordo com os costumes, o temperamento psíquico e o comportamento social. Na realidade, Bodin expõe a *teoria dos climas* em três textos: no capítulo V de *Methodus ad facilem historiarum cognitionem; accurate denuo recusa* (1591), intitulado *De recto historiarum iudicio*; no capítulo I do Livro V de *Les six livres de la République*, citado acima, e em diversas passagens do *Universae Naturae Theatrum* (1605), notadamente no capítulo V. É sobretudo no *Methodus* que realiza a exposição mais completa, que os demais textos retomam sem alterar essencialmente a tese, apesar de objetivos diferentes quanto à sua aplicação e método. De qualquer modo, a sobrevivência da teoria dos climas na obra de Jean Bodin é o sintoma de sua atualidade e vivacidade na cultura medieval, uma vez que atende às demandas filosóficas da época em explicar pela determinação do lugar e das forças do ambiente natural circundante as qualidades físicas, morais e políticas dos diversos povos e culturas neles manifestadas. Nas concepções de Bodin, o *lugar* dever ser entendido na acepção de posição sobre a terra e sob o céu e as *qualidades* como invariantes que o autor define como o caráter natural dos diferentes povos.⁴

A teoria dos climas, como é possível verificar através dos contemporâneos de Jean Bodin e os demais autores citados em suas obras, está situada ao longo de muitos conhecimentos e disciplinas, tais como a geografia de Ptolomeu, a medicina de Hipócrates, além da política em César, Tito Lívio e Tácito. No decorrer de *Les six livres de la République*, no entanto, Bodin menciona apenas duas vezes o termo “clima”, e para criticá-lo. Segundo o autor, a divisão dos povos através do parâmetro climático é insuficiente, na medida em que

⁴ COUZINET, Marie-Dominique. *Histoire et méthode à la Renaissance : une lecture de la Methodus de de Jean Bodin*. Collection Philologie et Mercure. Paris : Vrin, 1996, p. 172.

não considera as variações entre o Ocidente e o Oriente. Contudo, a divisão por climas é adotada como concepção geral e essencial para a compreensão do caráter dos povos, a qual Bodin procura refinar em suas teses da *République*. Além disso, a divisão efetuada por Bodin repousa em critérios astronômicos, nos quais a noção de clima obedece ao cálculo da latitude e da duração do dia na parte correspondente da terra, dividida em regiões de acordo com os paralelos, entre Norte e Sul:

Jusques ici nous avons touché ce qui concernoit l'estat universel des Republiques, disons maintenant ce qui peut estre particulier á quelques unes pour la diversité des peuples, á fin d'accommoder sa forme de la chose publique á la nature des lieux, & les ordonnances humaines aux lois naturelles. A quoy plusieurs n'ayans pris garde, & s'efforçans de faire servir la nature á leurs edicts, ont troublé & souvent ruiné de grands estats : Et toutefois ceux qui ont escrit de la Republique n'ont point traité ceste question. Or tout ainsi que nous voyons en toutes sortes d'animaux une varieté bien grande, & en chacune espece quelques differences notables, pour la diversité des regions : aussi pouvons-nous dire qu'il y a presque autant de varieté au naturel des hommes, qu'il y a de país, voire mesmes climats, il se trouve que le peuple Oriental est for different á l'Occidental : & en mesme latitude, & distance de l'equateur, le peuple de Septentrion est different du Meridional. Et, qui plus est, en mesme climat, latitude, & longitude, & sous mesme degré, on apperçoit la difference du lieu montueux á la plaine : de sorte qu'en mesme ville, la diversité de hauts lieux aux vallees, tire apres soy varieté d'humeurs, & de moeurs aussi, qui fait que les villes assises en lieux inegaux sont plus subiectes aux seditions & changements, que celles qui sont situees en lieu du tout egal. [...]

[...]

... Ces poincts arretez, il será plus aisé de faire jugement de la nature des peuples : car ce n'est pas assez de dire, que les peuples de Septentrion ont la force, grandeur & beauté de corps, & peu d'esprit, & au contraire que les peuples Meridionaux sont foibles, petits, noirauts, & qu'ils ont la vivacité d'esprit grande : veu que l'experience nous apprend, que les peuples qui sont bien fort Septentrionaux, sont petits, maigres, & balannez de froid : ce que mesme Hippocrate confesse [...]

[...]

Donques les peuples des regions moyennes ont plus de force que ceux de Midy, & moins de rufes : & plus d'esprit que ceux de Septentrion, & moins de force : & font plus propres à commander & gouverner les Republiques, & plus justes en leurs actions. [...], on trouvera que tout ainsi que les grandes armées & puissances sont venues de Septentrion : aussi les sciences occultes, la Philosophie, la Mathematique, & autres sciences contemplatives sont venues du peuple Meridional [...].⁵

As divisões mais gerais efetuadas por Bodin dizem respeito, em particular, às segmentações pela latitude entre o Norte e o Sul, que leva em conta o diminuto mundo *civili-*

⁵ BODIN, Jean. *Les six livres de la Republique*. [?] : Gabriel Cartier, 1608, pp. 663, 667 e 671.

zado e conhecido pelos europeus até então, onde o hemisfério norte começa a partir de um ângulo de 45°, compreendendo tudo que está entre o pólo norte e o quadragésimo quinto grau, e o Sul, que abrange tudo a partir do grau 45 até o equador.⁶ Bodin abandona, então, à distinção entre o Ocidente e o Oriente e a reduz à distinção entre o Norte e o Sul, sublinhando o método da divisão por latitude e longitude, observando a diversidade dos povos à medida que os paralelos avançam para o Norte ou para o Sul. Esta é uma divisão importante para compreendermos a evolução da teoria dos climas ao longo do século 17 e do século 18, sobretudo na alvorada do Iluminismo. Com efeito, a concepção de que os diferentes climas exercem diferentes influências sobre diferentes povos foi completamente aceita e admitida no círculo intelectual de todos os países europeus e por numerosos escritores do século 17, tais como Fénelon, La Bruyère e Boileau, que em sua *Art poétique* (1674) faz uma rápida menção à teoria dos climas: “Des siècles, des pays, étudiez les moeurs/Les climats font souvent les diverses humeurs”.⁷

A tese do determinismo climático retorna com pujança durante o Iluminismo, especialmente sob a influência de uma abundante produção no gênero da literatura de viagem, que vai desembocar mais tarde, no século 19, na curiosidade científica de muitos botânicos e naturalistas como Humboldt, Spix e Martius, e nos relatos de viajantes curiosos com o exotismo da natureza dos trópicos. Mas não apressemos o desfile dos fatos históricos. Com efeito, a literatura de viagem, muitas vezes bastante fragmentária e confusa em seus relatos que beiram a ficção e o exagero, começou uma copiosa e incessante coleta de dados e detalhes sobre os costumes e hábitos de diversas culturas e povos em todo o mundo. Esta enorme produção de relatos de viagem gerou um contínuo interesse antropológico dos europeus, uma vez que descortinou ao Velho Mundo uma diversidade virtualmente infinita de línguas e culturas, ao mesmo tempo em que uma profusão vertiginosa de diferenças surpreendentes e importantes entre as instituições e a organização social destes povos estranhos e singulares revelados aos olhos ocidentais.

Nas mais diversas áreas do pensamento e do conhecimento científico europeu, um novo espectro de possibilidades interpretativas abriu-se com a utilização da teoria dos cli-

⁶ COUZINET, Marie-Dominique. *Op. cit.*, p. 173.

⁷ BOILEAU, Nicolas. *L'art poétique*. Paris: Imprimerie d'Aug. Delalain, 1815, p. 20.

mas. Além de Henri de Boulainvilliers, que a utiliza em suas obras astrológicas, outros intelectuais vão fazê-la avançar sobre os mais diversos domínios, como o abade Jean-Baptiste Dubos, que publica em 1719 as *Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture*, um tratado de estética que sustenta a tese de que determinados povos, especialmente os franceses, os gregos e os italianos, dão provas de possuir um melhor gosto, produzem um grande número de artistas, cujas criações são de qualidade superior. O abade demonstra uma acentuada propensão em demonstrar suas teses através da teoria dos climas, uma vez que defende a tese da existência de vantagens geográficas para a manifestação de talentos superiores entre os povos mais cultivos da Europa, o que não deixa de ser um patente eurocentrismo. O abade Dubos trata especificamente dessa tese na *Section XVII* do segundo volume, intitulada *De l'étendue des climats plus propres aux arts & aux sciences que les autres*.⁸ *Des changements que surviennent dans ces climats*. Já na medicina, particularmente na Inglaterra, as propriedades do ar são postas em correlação com a propagação das epidemias através do trabalho do escocês John Arbuthnot, contemporâneo de Alexander Pope e Johnathan Swift, que publica em Londres, no ano de 1733, *An essay concerning the effects of air on human bodies*. Em Bruxelas, o abade francês Ignace d'Espiard de La Borde dá a lume seus *Essais sur le génie et le caractère des nations* (1743), depois reimpressos sob o título de *L'Esprit des nations* (1753), obra na qual o autor postula que “of a Nation's Genius, the fundamental Cause is the Climate, with many other subordinate and consecutive, [...]. The Climate is the most universal, most intimate physical Cause”,⁹ afirmação que está em plena conexão com os debates contemporâneos sobre a origem da espécie humana, particularmente divididos entre o monogenismo e o poligenismo, e entre a oposição *civilização* e *estado selvagem*. A teoria dos climas, em meio a tendências e horizontes teóricos diversos e disparatados, atinge o seu ponto de cristalização ideológica máxima e ultrapassa o simples conceito e a hipótese inicial, transformando-se em um verdadeiro determinismo.

O determinismo climático, portanto, havia alcançado o seu apogeu e começava a gerar uma plethora de reflexões com os mais distintos propósitos. As conseqüências de tais

⁸ DUBOS, Jean-Baptiste. *Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture*. Septième édition. Seconde partie. Paris: Pissot, 1770, p. 304.

⁹ BORDE, François-Ignace Espiard de la. *The spirit of nations*. Translated from the french. London: Printed for Lockyer Davis, at Lord Bacon's in Fleet-street; and R. Baldwin, in Pater-noster Row. 1753, p. 4.

reflexões vão desembocar na obra de Montesquieu que, influenciado pelas teses médicas de seu tempo, consagra o *Livro XIV* de *De l'esprit des lois* (1748) a uma explicação fisiológica dos efeitos do frio e do calor sobre os corpos e as atividades humanas:

L'air froid resserre les extrémités des fibres extérieures de notre corps; cela augmente leur ressort, et favorise le retour du sang des extrémités ver le coeur: il diminue la longueur de ces mêmes fibres; il augmente donc encore par là leur force. L'air chaud au contraire relâche les extrémités des fibres et les allonge; il diminue donc leur force et leur ressort.

On a donc plus de vigueur dans les climats froids.¹⁰

Contudo, o objetivo de Montesquieu é dotar a teoria dos climas de um poder expressivo aplicando-a somente ao domínio político, em virtude de sua concepção de que o temperamento dos homens e povos é determinado pela situação geográfica dos lugares onde vivem e desenvolveram suas sociedades e respectivas culturas. Destarte, as instituições e a organização social de cada povo encontram seus fundamentos nos climas sob os quais cada cultura descobriu suas próprias soluções para a civilização: “Ce sont les différents besoins dans les différents climats qui ont formé les différentes manières de vivre; et ces différents manières de vivre ont formé les diverses sortes de lois”.¹¹

Desse modo, a nova acepção de clima associa-se ao conceito de *temperatura*, conforme o respectivo verbete da *Encyclopédia* organizada por Diderot et D'Alembert:

CLIMAT, (*Med.*) Les Medecins ne considerent les *climats* que par la température ou le degré de chaleur qui leur est propre : *climat*, dans ce sens, est même exactement synonyme à *température* ; ce mot est pris par conséquent dans un sens beaucoup moins vaste que celui de *région*, *pays* ou *contrée*, par lequel les Medecins expriment la somme de toutes les causes physiques générales ou communes, qui peuvent agir sur la santé des habitants de chaque pays ; savoir la nature de l'air, celle de l'eau, du sol, des alimens, [...]. Toutes ces causes sont ordinairement si confusément combinées avec la température des diverses contrées, qu'il est assez difficile de saisir quelques phénomènes de l'oeconomie animale, qui ne dépendent uniquement que de cette dernière cause. Ce ne sera pas cependant une inexactitude blâmable, que de lui attribuer certains effets dont elle est vraisemblablement la cause prédominante. Ainsi on peut avancer avec beaucoup de fondement, que c'est du *climat* que dépendent les différences des peuples, prises de la complexion générale ou dominante de chacun, de sa taille, de la vigueur, de la couleur de sa peau & de ses cheveux, de la durée de sa vie, de

¹⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *De l'esprit des des lois*. Tome Premier. Paris : P. Pourrat Fres., Éditeurs, 1831, pp. 419-420.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 434.

sa précocité plus ou moins grande relativement à l'aptitude à la génération, de sa vieillesse plus ou moins retardée, & enfin de ses maladies propres ou endémiques.

On ne sauroit contester l'influence du *climat* sur le physique des passions, des goûts, des mœurs. Les plus anciens medecins avoient observé cette influence ; & les considérations de cette classe sont des objets si familiers aux Medecins, que-si l'auteur de *l'esprit des lois* avoit pû supposer que leur doctrine sur cette matiere fût assez répandue, il auroit pû se contenter d'assûrer que les lois, les usages, le genre de gouvernement de chaque peuple, avoient un rapport nécessaire avec ses passions, ses goûts, ses mœurs, sans se donner la peine de déterminer le rapport de ces passions, de ces goûts, de ces mœurs, avec sa constitution corporelle dominante, & l'influence du *climat*. Les lumieres supérieures de l'auteur l'ont pourtant sauvé de l'écueil presque inévitable, pour les talents même les plus distingués qui s'exercent sur des sujets qui leur sont étrangers. La partie médicinale des observations de l'auteur de ce livre sur les *climats*, mérite l'éloge des Medecins. *Voyez le XIV. livre de l'esprit des lois.*¹²

Como se vê, o pensamento iluminista havia incorporado completamente a teoria dos climas, mas sob a perspectiva de reconhecimento do fenômeno natural de adaptação ao ambiente circundante. Contudo, a noção mais específica de temperatura, introduzida pela medicina, conduz à clivagem entre calor/cansaço e frio/vigor, de onde deriva uma outra, entre preguiça/calor e vitalidade/frio. Tais noções serão muito importantes ao longo do século 18 para a evolução de uma concepção de civilização como resultante das coerções climáticas às quais os povos dos países mais frios estavam submetidos, e, portanto, a uma relação entre *processo civilizatório* e clima. Os habitantes de climas mais amenos seriam mais vigorosos para o trabalho, e isto explicaria o fato de que as nações européias mais frias ou amenas eram mais industriosas que as demais nações do resto do mundo, sobretudo as localizadas nas regiões mais quentes da terra.

É, contudo, em Johann Gottfried von Herder (1744-1803) e sua obra filosófica que a teoria dos climas vai adquirir uma feição completamente nova e revolucionária. Na linha de ruptura com a tradição criada em torno do determinismo climático, Herder vai conceber e propor uma nova filosofia que impõe novos rumos e interpretações à tese de que os climas e a natureza circundante são fatores de determinação absoluta para o surgimento e florescimento de uma civilização. Apesar de, no fundo, estar preocupado com as questões relativas à unificação da cultura alemã em torno do projeto de uma nação, Herder, com uma no-

¹² DIDEROT; D'ALEMBERT (org.). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Par une société de gens de lettres. Tome Troisième. Paris: Imprimerie de Le Breton, s/d, p. 534.

va teoria sobre a influência do clima e da natureza sobre os povos, e sua teoria da linguagem, estabelece um vínculo indissociável e fundamental entre natureza, raça e cultura, onde a língua estabelecia o elo e o amálgama identitário. O que Herder deseja provar com a sua filosofia, apesar de seu universalismo patente, era a existência da nação alemã, constantemente negada pelas elites germânicas. Contudo, antes disso, foi necessário demonstrar que a influência dos climas sobre os povos não era uma condição de necessidade ou impedimento para a marcha da civilização. A obra que consagra para realizar este objetivo foi, sobretudo, *Idéias para uma filosofia da história da humanidade* (1784-1791), em que procura explicar o sentido que a palavra *clima* assume em sua obra e quais seriam efetivamente os efeitos e as influências exercidas sobre os corpos e o pensamento do homem. O ponto de partida para essa reflexão é afirmação de que, qualquer que seja a diversidade ou variedade das formas humanas e suas diferentes culturas e civilizações, sobre toda a face da terra há apenas uma *espécie humana*, e não várias. A humanidade, portanto, forma uma única raça, apesar das variações étnicas, sociais, culturais e governamentais de cada povo. Não obstante, Herder não nega a singularidade de cada indivíduo na coletividade humana, razão pela qual “chaque homme est donc en dernier résultat un monde, qui des sés phénomènes externes présente des ressemblances avec ceux dont il est entouré, mais qui intérieurement est un être individuel avec lequel aucun autre ne coïncide de toutes parts”.¹³

A questão de Herder é comprovar que, a despeito da diversidade existente e inegável entre as diversas manifestações da espécie humana, que eram reputadas como um resultado direto das coerções e forças exteriores exercidas pelos diferentes climas, existia uma *unidade dentro da variedade*, em virtude de que a multiplicidade tinha o selo da unidade do pensamento divino, de modo que no seio da diversidade e da mudança visível em todas as culturas, povos e regiões, “il n’y a sur la terre qu’une seule et même espèce d’hommes”.¹⁴

Ao contrário do que a evolução da teoria dos climas sempre apontou, após o advento do Romantismo, cuja expressão filosófica mais acabada encontra em Herder o expoente máximo da singularidade de cada nação, as sociedades, os grupos, as raças e as culturas, anteriores às civilizações, podiam realmente ser agrupadas em mundos peculiares, não in-

¹³ HERDER, Johann Gottfried von. *Idées sur la philosophie de l’histoire de l’humanité*. Traduit par Edgar Quinet. Paris : Imprimerie de F. G. Levrault, 1827, p. 2.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 5.

dividuais, enquanto coletividades singularizadas por uma identidade específica, diversa de qualquer outro povo, ao mesmo tempo em que formava dentro da singularidade característica uma unidade com todo o resto da humanidade, cujas diferenças derivantes dos elementos externos, como o clima, eram apenas sintomas da adaptação da humanidade ao meio. O pensamento de Herder sugere um novo entendimento da individualidade orgânica da natureza com a individualidade singular do homem, através de formas de vida e cultura mais complexas e abrangentes do que a restrita concepção do determinismo climático. Os povos e as civilizações, segundo Herder, teriam que aprender a valorizar os seus traços distintivos e, portanto, absolutamente originais e únicos, decorrentes da situação privilegiada de suas condições peculiares de existência e desenvolvimento, entretanto sempre singulares no espaço e sempre variáveis no tempo: ¹⁵

[...] nous ignorons encore la loi fondamentale des climats [...].

Les révolutions de notre globe sur son axe et autour du soleil peuvent nous fournir des explications moins vagues des climats ; mais encore ici l'application des lois généralement admises est difficile et sujette à nous égarer. Les zones des anciens n'ont point été confirmées par les découvertes des modernes, puisqu'à le considérer sous le rapport physique, ce système de division ne reposait que sur l'ignorance où l'on était des pays nouvellement reconnus. [...] Des expériences récentes ont d'ailleurs démontré que tous les êtres vivans ont chacun une manière propre de recevoir et de renvoyer la chaleur, et que plus d'organisation de la créature est parfaite, plus sa force vitale est active, et plus elle a la propriété de produire la chaleur ou le froid. La fausseté de cette ancienne opinion, suivant laquelle l'homme ne peut vivre que dans un climat dont la chaleur ne surpasse pas celle du sang, a été prouvée par le fait. D'une autre part, les systèmes des modernes sur l'origine et les effets de la chaleur animale sont loin d'avoir atteint un caractère suffisant de certitude pour que nous soyons encore en droit d'espérer, non pas une climatologie des facultés morales de l'homme et de leurs applications libres, mais seulement de sa conformation organique. [...]

La chaleur et le froid ne sont pas les seuls principes qui agissent sur nous par le milieu de l'atmosphère [...]. ¹⁶

Com efeito, as teorias herderianas, apresentadas à opinião pública a partir do final do século 18, rapidamente se difundiram por toda a Europa, defendendo abertamente uma forte oposição ao domínio cultural francês e ampliando, pela primeira vez, os debates intelectuais sobre a questão da identidade e da nacionalidade para todos os povos. Com isto, Herder

¹⁵ NUNES, Benedito. *A visão romântica*. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *Romantismo*. Organização de Jacó Guinsburg. Editora Perspectiva: São Paulo, 2002, p. 59.

¹⁶ HERDER, Johann Gottfried von. *Op. cit.*, pp. 21-25.

funda uma filosofia da história de feições tipicamente românticas, exercendo influência reconhecida sobre o Romantismo europeu, sobretudo a proposição de que a literatura de uma nação tem que ser tão verdadeira e original em relação à natureza, quanto com as tradições e a índole peculiar de seu povo. Por esta razão, Herder rejeita o determinismo climático que inviabiliza o surgimento de nações cultivadas e civilizadas somente pelo critério da temperatura, partindo da compreensão de que a parte habitável do planeta se estende pelas regiões onde o maior número de seres vivos agem da maneira mais conveniente em conformidade com sua natureza. Ou seja, a humanidade não está dividida em espécies segundo os climas e a natureza, mas a natureza dividiu a humanidade em diversos povos, mais ou menos próximos uns dos outros, e que, apesar das diferenças e da diversidade cultural, comunicam-se entre si “avec les maladies et la chaleur de leurs climats, les vertus et les vices qu’ils font naître”.¹⁷

Na visão de Herder, portanto, a natureza providenciou a disseminação da espécie humana pelo globo, de forma que cada uma encontrasse o estilo de expressão mais conveniente para sua cultura e civilização de acordo com as influências e coerções exercidas pelo clima e pelo ambiente geográfico, o que constitui um *determinismo relativo*. A finalidade desse procedimento *efetuado* pelas mãos da natureza, segundo Herder, é possibilitar que a humanidade encontre na diversidade dos climas e do meio geográfico a possibilidade de perpetuação e desenvolvimento de sua própria espécie, de modo que todos os povos e culturas têm a mesma chance de florescimento e de permanência sobre a face do globo. Quanto maior a diversidade, maiores serão as chances da humanidade formar um todo, através de suas partes separadas pelos diversos climas, raças, regiões e paisagens: “Non-seulement les ondulations du sol et les chaînes de montagnes ont contribué à varier les climats à proportion de la foule des êtres vivans qui les habitent, mais encore elles ont autant que possible empêché l’espèce humaine de dégénérer”.¹⁸

Portanto, a natureza e o clima assumem, para Herder, um papel fundamental na vida humana, que em sua visão está intimamente conectada ao seu lugar no mundo natural. A concepção herderiana é que o mundo compõe, com a humanidade, um organismo destinado

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 29.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

ao desenvolvimento e à prosperidade, à realização de uma *teleologia* em que humanidade e natureza caminham juntas para formas de vida e expressão cada vez mais complexas e superiores. Deste modo, todas as manifestações do mundo natural e da humanidade sobre a terra são o que puderam ser de acordo com a situação e necessidade do ambiente, as circunstâncias e o caráter do tempo, o *gênio nativo* ou *acidental* dos povos. Neste sentido, a concepção herderiana de natureza é de matriz essencialmente teológica. Cada uma das etapas da evolução, segundo Herder, está destinada a sempre preparar a seguinte,¹⁹ mas nenhuma constitui um fim em si mesmo, ao contrário do homem, que é um fim em si mesmo em razão de sua vida racional e moral, que é a própria razão de sua existência. A questão é que Herder considera o homem como o propósito final da natureza que, ao criá-lo e à humanidade, tinha como objetivo um ser racional, cuja natureza humana só poderá alcançar o seu pleno desenvolvimento à medida que mantiver um horizonte de expectativa contínuo na direção de si mesmo. Em virtude disso, o homem, como um *ser natural*,²⁰ encontra-se dividido em diversas raças que formam o conjunto mais amplo da humanidade, cada uma em íntima correlação com o meio geográfico e climático, mas expressando atributos físicos, mentais e culturais absolutamente originais, acomodados e amoldados pelo ambiente natural circundante. Cada raça, adaptada e amoldada pelo meio em que se encontra, desenvolve portanto um típico específico de expressão da humanidade, com características peculiares e constantes, que, entretanto, não são diretamente dependentes de sua relação com o ambiente natural, o clima, a atmosfera, o meio geográfico, mas de sua índole inata e específica. Assim, o tempo, o lugar, o caráter nacional, ou, nos termos de Herder, o *sistema universal* das forças ativas em sua individualidade mais determinada, orienta todos os eventos humanos, bem como todos os fenômenos naturais, constituindo uma lei fundamental da criação.²¹ Portanto, cabe a cada raça, como expressão variante da humanidade, encontrar a sua própria concepção de felicidade, perfeição e civilização, uma vez que possui, conforme o clima, a fauna, a flora, o espaço e o tempo, todos os meios necessários à manifestação de suas faculdades de sensibilidade e imaginação, que são diferentes em todas as raças e em todos os meios naturais aos quais elas se amoldaram:

¹⁹ *Idem, ibidem*. Tome Premier, p. 264s.

²⁰ COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 126.

²¹ HERDER, Johann Gottfried von. *Op. cit.*, Tome Second, p. 414.

Les forces actives de l'humanité sont les mobiles de l'histoire humaine; et comme l'homme descend d'une seule et même famille, sa figure, son éducation, ses opinions dépendent de son origine. De là ce *génie national* qui, profondément marqué chez les anciens, se manifeste dans toute la suite de leurs actions par des traits si frappants. Comme une source d'eau tire ses parties composantes, ses propriétés et son goût des matières qu'elle traverse dans son cours, de même le caractère primitif d'une nation dérive de ses traits de famille, de son climat, de son genre de vie, de son éducation, des premiers efforts, de ses occupations habituelles. Les moeurs des ancêtres jettent de profondes racines et servent de modèles à leur postérité. Ici, le génie des Juifs, qui nous est le mieux dévoilé tant par leurs livres que par leur conduite, peut nous servir d'exemple. Dans la terre de leurs pères, comme au milieu des nations étrangères, ils continuent d'être ce qu'ils ont été d'abord, et même quand ils se mêlent à d'autres peuples, leur trace est encore reconnaissable pendant plusieurs générations. Il en est de même de tous les peuples de l'antiquité, des Égyptiens, des Chinois, des Arabes, des Hindous, etc. Isolés et opprimés leur caractère en prit d'autant plus de consistance ; si donc chacun des ces peuples était resté attaché au sol qui l'a vu naître, on pourrait considérer la terre comme un jardin où fleurissent çà et là, avec des attitudes et des propriétés diverses, une foule de plantes humaines, en même temps que de nombreuses espèces d'animaux, réparties avec art, animaient ce spectacle de variété de leurs instincts et de leurs caractères.²²

Herder conseguiu, a partir de seus conceitos de humanidade, raça e clima, remodelar e relativizar por completo a concepção em torno do determinismo climático, influenciando com suas teses o nacionalismo romântico emergente. A metáfora utilizada por ele, de que as culturas e as civilizações são resultado direto de um *crescimento orgânico* e de uma *florescimento espontânea* vão influir na compreensão de que cada raça, como manifestação e expressão do todo da humanidade, é “um produto do clima, das circunstâncias temporais e, portanto, com virtudes próprias nacionais e seculares, *flores que crescem sob determinado céu onde prosperam à custa de quase nada*, mas morrem e murcham miseravelmente em outro lugar...”.²³ Em consequência de tais idéias, a atuação de Herder como pensador e agitador político foi fundamental na Alemanha do final do século 18 e princípios do século 19, porque permitiu a emergência de uma identidade alemã, singular, própria e intransferível, a partir da concepção de que as culturas e civilizações delas resultantes são como plantas que se adaptam ao meio circundante e que, mesmo quando transplantadas, preservam os

²² *Idem, ibidem*, p. cit.

²³ HERDER, Johann Gottfried von Herder. *Filosofia de la historia para la educación de la humanidad*. Trad. Elsa Tabernig. Edit. Nova, p. 55. Citado NUNES, Benedito. *A visão romântica*. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *Op. cit.*, p. 59.

seus traços distintivos, embora amoldando-se às novas coerções, mas preservando as suas aptidões e atributos inatos. Suas teses vão influenciar profundamente, em decorrência disso, os escritores românticos não apenas da Alemanha, mas de toda a Europa e, particularmente, da França. Através de sua filosofia da história, retorna o interesse europeu pelo período medieval, pelo Oriente como outro modelo civilizatório alternativo ao europeu, pelo estudo da linguagem e da literatura comparada, por uma concepção de poesia como veículo de transmissão da educação nacional e, portanto, como instrumento civilizatório e formador da identidade local.²⁴

Uma pletera de pensadores e literatos segue o rastro das reflexões de Herder, permitindo o florescimento do romantismo: Hölderlin, Jean Paul, Novalis, os irmãos Schlegel, Schelling, Hegel, Schleiermacher, Humboldt e Madame de Staël, todos profundos admiradores e leitores vorazes da obra de Herder. O caso particular de Mme. de Staël chama atenção porque, apesar de ser conhecida como a mais notável difusora das idéias do romantismo alemão pelo mundo, o seu pensamento pouco ou nada tem de original e suas idéias não são próprias, pois são, em muitos pontos, apenas uma resenha do pensamento herderiano e dos autores que o inspiraram, na linha de tradição da teoria dos climas e reflexão sobre o processo civilizatório:

Les hommes de lettres, en Allemagne, sont à beaucoup d'égards la réunion la plus respectable que le monde éclairé puisse offrir, et parmi ces hommes, Herder mérite encore une place à part : son âme, son génie et sa moralité tout ensemble, ont illustré sa vie. Ses écrits peuvent être considérés sous trois rapports différents, l'histoire, la littérature et la théologie. Il s'était fort occupé de l'antiquité en général, et des langues orientales en particulier. Son livre intitulé : *la Philosophie de l'Histoire*, est peut-être le livre allemand écrit avec le plus de charme. On n'y trouve pas la même profondeur d'observations politiques que dans l'ouvrage de Montesquieu, sur *les Causes de la grandeur et de la décadence des Romains* ; mais comme Herder s'attachait à pénétrer le génie des temps les plus reculés, peut-être que la qualité qu'il possédait au suprême degré, l'imagination, servait mieux que toute autre à les faire connaître. Il faut ce flambeau pour marcher dans les ténèbres. C'est une lecture délicieuse que les divers chapitres de Herder sur Persépolis et Babylone, sur les Hébreux et sur les Égyptiens; il semble qu'on se promène au milieu de l'ancien monde avec un poète historien, qui touche les ruines de sa baguette, et reconstruit à nos yeux les édifices abattus.²⁵

²⁴ CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 103.

²⁵ STAËL-HOLSTEIN, Madame la Baronne. *Oeuvres complètes*. Tome Deuxième. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères, 1861, pp. 156-157.

Até mesmo a sua mais propalada divisão, entre literaturas do Norte e do Sul, é extraída de antigas concepções da teoria dos climas em diversos autores, particularmente em Ibn Khaldoun e Jean Bodin, seguindo os passos da tradição. O pensamento de Herder, apesar de não ter influenciado diretamente as literaturas nascentes de jovens nações como o Brasil, entretanto alcançou os intelectuais e literatos brasileiros através de Mme. de Staël, embora alguns tenham se dado ao trabalho de citá-lo na aurora da definição da identidade cultural da nação, como é o caso de João Manuel Pereira da Silva:

O nosso seculo considera a historia de duas maneiras, ou particular, ou universal. A primeira consiste em escrever, segundo o[s] grandes modelos, os acontecimentos, com toda a verdade, e critica, em marcar á cada povo seu typo peculiar, a marcha da civilização, o estado da industria, e o avançamento e progresso das naçoens. A esta escola pertencem Thierry, Lingard, Sismondi, e Muller, historiadores modernos. A segunda maneira de considerar a historia, é philosophica e ideal. Giambatista Vico no seculo passado estabelece leis universaes da humanidade, eleva-se da representação á ideia, dos phenomenos á essencia; attendendo ao principio da natureza idêntica em todas as naçoens, forma uma historia abstracta, não pertencendo á nenhuma; Herder e Hegel continuam no nosso seculo esta tarefa, e consideram a humanidade, como marchando á um fim, isto é, á perfectibilidade, só sendo o que podia ser, e nada senão o que ella podia ser...²⁶

Através, portanto, a influência das idéias de Herder – e Pereira da Silva, um dos fundadores da revista *Niterói*, dá demonstrações de tê-lo lido, ao menos em algum ponto –, foram decisivas para que os intelectuais brasileiros se empenhassem em dotar o Brasil de uma literatura reconhecida e independente, a partir da convicção herderiana de que toda nação constitui um organismo vivo e autônomo, cuja finalidade é desenvolver o seu *gênio* particular e próprio, mas que, tal como a Alemanha, precisava olhar para a língua e as tradições nacionais a fim de encontrar o traço distintivo que permitiria a fundação de uma nova forma de produção literária. A utilização, portanto, dos preceitos herderianos, direta ou indiretamente, permitiu que a nação brasileira entrasse no vestíbulo da comunidade literária internacional, afirmando a sua identidade peculiar apesar do *atraso* em que se encontrava, um feito que se adiantou em muito à própria Alemanha, cuja construção e definição

²⁶ SILVA, J. M. Pereira da. *Estudos sobre a litteratura*. In: NITEROY: REVISTA BRASILIENSE; SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Segundo, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, pp. 341-342.

de nacionalidade arrastou-se por muitas décadas após o falecimento de Herder, o inventor filosófico da nacionalidade alemã. Esse descompasso é compreensível em razão das próprias características da filosofia herderiana, que concedia a cada povo, a cada cultura, a cada país, a cada nação o preceito de uma individualidade singular e uma existência própria que, *a priori*, eram iguais aos demais povos, culturas, países e nações de todo o mundo, já que todos tinham direito a uma expressão original e peculiar da humanidade, da qual todos faziam parte no tempo e no espaço. Desse modo, concebendo a origem de toda cultura nas tradições populares de uma nação e seu desenvolvimento histórico como consequência da *alma* ou do *gênio* nacional de cada povo, que é a fonte legítima e original de toda criatividade artística e científica, as proposições de Herder provocam uma revolução que, partindo do século 18, arrastou-se por todo o século 19 e plasmou-se até na filosofia de certas manifestações do nacionalismo do século 20, desbaratando as velhas concepções e pressupostos clássicos da cultura, considerados até o advento do romantismo como inalcançáveis, o que permitiu às literaturas subordinadas às metrópoles intelectuais do mundo desvencilharem-se da noção de *nobreza literária* e lingüística e adotarem a sua própria expressão.²⁷

É, pois, neste sentido que a evolução das idéias, originárias da teoria dos climas, cuja expressão e desenvolvimento máximo foram alcançados por Herder em outro sentido e *telos*, atravessam todo este trabalho. Longe de ser simplesmente uma metáfora, a exaltação da natureza tornou-se um tópico, para não dizer um trópico, muito importante do pensamento oitocentista em todo o mundo, e as idéias de Herder, remodelando o antigo determinismo climático que sempre orientou a tentativa europeia de compreender a alteridade, plasmaram-se na tradição ocidental recente e determinaram um novo rumo para a noção de *processo civilizatório* e de *cultura*. O termo *cultura*, de problemática e controversa definição,²⁸ tomado aqui, no entanto, a partir da acepção latina de *cultivo*, tem inclusive um papel fundamental nas concepções herderianas sobre os traços peculiares da formação cultural de cada povo; a idéia de *floração espontânea* também se conecta com a tese de que cada cultura é uma planta que precisa ser cultivada e desenvolvida pelo solo que a adotou, de modo que, como organismo natural, em direta correlação com o ambiente natural e o humano, ela

²⁷ CASANOVA, Pascale. *Op. cit.*, p. 102.

²⁸ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, pp. 42-43.

poderia atingir o seu grau máximo de expressão e desenvolvimento, ao encontro da humanidade.

Passemos agora á explanação dos procedimentos metodológicos que atravessam todo este trabalho, a fim de esclarecer a adoção de determinados conceitos e teorias.

Na segunda parte de *As regras da arte*, intitulada *Fundamentos de uma ciência das obras*,²⁹ Pierre Bourdieu declara que jamais teve grande gosto pela “grande teoria”, abjurando os trabalhos que podem ou pretendem entrar nesta categoria, experimentando assim a irritação diante de um modelo que considera hipócrita, ao realizar uma combinação para ele abominável, típica da realidade acadêmica ou escolar, de “falsas audácias e prudências verdadeiras”.³⁰ De igual forma, realizar uma “enumeração heteróclita de nomes próprios seguidos de uma data”, em uma obediência talvez cega à procissão de conceitos extraídos em forma de síntese das imensas bibliografias seria um fastidioso exercício de disposição e sacrifício. Contudo, adaptar-se ao esforço, em muitos casos, de mero copista ou intérprete das teses, investigações e idéias alheias, não havendo muita saída senão encontrar uma que servisse ao menos aos intentos de uma ética indecisa e fluida, parece desde sempre um preço muito pequeno a pagar por uma série de leituras fundantes, que ampliam o impalpável horizonte teórico, mas igualmente ético, uma vez que a produção de conhecimento não é um monólogo, e pressupõe o coro de muitas vozes que, às vezes, formam uma harmonia aprazível, em outros, uma completa dissonância e atonalismo. Deste modo, por *uma questão de método*, a teoria, utilizada de uma forma meramente repetitiva, sem haver um mergulho hermenêutico até mesmo em questões epistêmicas que nada solicitam de hermenêutica, não havendo nenhuma convicção, seria apenas uma *tabula rasa* sobre a qual se aplica indiscriminadamente o discurso acadêmico. Ainda *por uma questão de método*, deve-se olhar para um corpo teórico como uma visão de mundo a ser entendida, igualmente procurar, tais quais seus autores, uma teoria ou várias teorias afins entre si - com pontos de contato que permitissem a coerência epistemológica, é claro - que pudessem servir às causas, às idéias e, portanto, estivessem como um problema existencial, no qual se deposita o calor de uma “fé científica”, com tudo o que de aparentemente contraditório e paradoxal isto possuía.

²⁹ Em BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, p. 200.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. cit.

A teoria, o método, ou ainda os procedimentos de pesquisa, devem, ou deveriam, estar silenciados, presentes na sua ausência, ou seja: é preferível que nenhum procedimento teórico ou metodológico estivesse explícito, fosse através de uma enumeração ou listagem, fosse através da simples nomeação. Neste sentido, todo capítulo teórico é inútil, porque a teoria *deve* ser o ar que respira: invisível, inodoro, imperceptível até mesmo ao tato, mas presente, vital. Realizemos, porém, o mais sumariamente possível, o inventário de todos os procedimentos a ser adotados e as principais leituras utilizadas para chegar à atual concepção de texto e pesquisa no presente trabalho, uma vez que não é possível criar um discurso coerente sem a devida fundamentação que lhe permite a existência. Para tanto, é preciso revisitar um conjunto de conceitos fundamentais.

A primeira questão diz respeito ao clássico problema dos grandes períodos adotados em uma determinada forma de historiografia, literária ou não. É claro que não adotamos um dilatado período cronológico como uma continuidade ou uma série ininterrupta, na qual as rupturas, acolhendo aqui a recomendação foucaultiana, sejam elas de ordem política ou qualquer natureza, não aparecem por sob toda uma “densa camada de acontecimentos”³¹ que a narrativa historiográfica tradicional tende a suprimir. É possível perceber isto quando se realiza o diálogo comparativo e crítico com as fontes. Ademais, a recomendação de Foucault obriga o historiador a pensar que, por maior ou menor que seja a largueza de um grande período e o desfile de seus episódios, não se deve negligenciar questionamentos nos quais os estratos, as séries, os critérios de periodização, as relações de hierarquia, dominância, interação, causalidade são problematizados em relação direta com um objeto. Em nosso caso, o campo literário e intelectual oitocentista em contraponto ao projeto de formação da nacionalidade brasileira estaria no centro de toda construção discursiva, como também a posição deste mesmo campo no campo do poder. Desta forma, não devemos pensar o passado ou o objeto em questão sob o prisma das grandes “épocas” ou “séculos”, nem tampouco deslocar nossa atenção apenas para os chamados fenômenos de ruptura, quais sejam: não pensar uma época ou, em nosso caso, o campo literário maranhense, como uma grande sequência de pensamentos ou práticas sociais, evitando assim interpretações que caiam na

³¹ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 3.

simples e pura análise das “manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva”,³² procurando, no lugar da persistência de um determinado gênero ou atividade intelectual, a “incidência das interrupções”, ou as descontinuidades possíveis de ser detectadas a partir do confronto entre o projeto de nacionalidade brasileira do oitocentos e o campo literário. Com isto, a tendência será, em não mais ver a obra de um intelectual ou produtor cultural como um acontecimento isolado, mas vê-la em função dos deslocamentos e transformações pelas quais aquele período passou; trata-se aqui de não ver a história da literatura como a simples descrição das influências, da tradição, do legado ou das continuidades culturais, nem como um sucedâneo de “grupos”, “escolas”, “gerações”, “movimentos”, “autores” e suas respectivas “obras” – conceitos todos que aqui estarão em suspensão. Trata-se, de igual forma, de não ver as “obras” e seus respectivos “autores” como meras personagens no “jogo de trocas” e “transferências” simbólicas que mantêm direta relação ou não com suas vidas ou biografias, nem de ver apenas a estrutura própria de uma obra, de um livro, de um texto, de uma idéia, de um mito, na perspectiva estenográfica de Bourdieu. Como sugere Foucault, o problema aqui não é saber os caminhos ou as peripécias das continuidades ou das homogeneizações culturais, nem estabelecer uma perspectiva única para todas as digressões, retomadas, afastamentos, descolamentos, perdas, rupturas. Portanto, “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos”.³³

Desta forma, as questões também devem ser direcionadas no sentido da descontinuidade, do corte, da ruptura, da mutação, da adaptação, da transformação, estando Foucault nisto em pleno acordo com o pensamento de Bourdieu, em *As regras da arte*. Trata-se, portanto, de seguir as recomendações de Le Goff e Foucault de realizar a abordagem do texto como *monumento*, literário ou não; trata-se, ainda, não de analisar tais textos ou documentos produzidos pelo campo literário como um simples conjunto de indícios, pistas ou sinais para que sejam inseridos em uma interpretação capaz de delinear o “rosto” de uma época. Está claro, todavia, que com esta postura não estamos a procurar a “verdade” e tampouco o

³² *Idem, ibidem*, p. 4.

³³ *Idem, ibidem*, p. 6.

“real” através dos textos e documentos a ser analisados, mas o processo histórico iniciado pela Independência do Brasil e a conseqüente “invenção” de uma nacionalidade brasileira e do discurso sobre o “campo” literário brasileiro e seus efeitos discursivos e culturais sobre a sociedade oitocentista e, mais especificamente, sobre o campo literário e intelectual deste período.

Entretanto, qualquer empreendimento de natureza científica tem como resultado a produção de “artefatos lingüísticos autônomos” – línguas, linguagens ou discursos próprios que aspiram ao caráter de objetividade ou “positividade”, nos termos de um Foucault de *As palavras e as coisas* – atinge um ponto crucial da discussão mais atual sobre a teoria, método e epistemologia da disciplina historiográfica. Claro que tal reflexão contribui para assentar conhecimentos sobre a questão metodológica da historiografia, ou de como a escrita nela desempenha a engrenagem central de toda produção de objetividade ou conhecimento. Desse modo, a reflexão de Foucault torna-se clara quando sua discussão atinge a diferença entre discurso e corpo social, como a opacidade silenciosa da “realidade”, no sentido de tentar apreendê-la através da linguagem e da escrita, impede muitas vezes o historiador da literatura de construir visões coerentes do passado que, quando o são, ainda assim continuam lacunares e parciais, pois a escrita não preenche os vazios deixados pelos vestígios humanos e pela documentação, que não raro desenganam a inquirição intelectual da investigação historiográfica. Assim, a noção de *lugar de produção* do discurso historiográfico é fundamental na medida em que isto nos coloca diante do eterno paradoxo das humanidades: o conflito, talvez insolúvel, entre distanciamento do objeto e um certo envolvimento afetivo com o mesmo, de tal modo que a subjetividade, por mais imparcial que seja, sempre imprime a sua marca ao longo de toda escrita. Com efeito, as questões levantadas sobre as produções de lugar, de como os problemas de método refletem sobre a construção do sentido, ou como a história é uma prática intelectual que resulta sempre em um discurso passível de ser desconstruído, ou ainda como a própria disciplina historiográfica se vale disto para reelaborar-se metodologicamente, constituem contribuições cabais no sentido de nos familiarizarmos com a historiografia e suas práticas discursivas. De qualquer modo, a disciplina historiográfica é apenas, entre tantas, mais uma prática discursiva. Sua finalidade, em termos gerais, é interpretar, não decerto como a hermenêutica, mas igualmente não muito lon-

ge dela; seu produto final é um discurso, cujo impacto sobre o real é, quando nada, relativo. De resto, se partimos da ilusão de que o historiador age como um transformador de matérias primas, como uma informação primária obtida em uma fonte, em produtos *standard* – as informações secundárias –, ele o faz unicamente porque transporta tais informações de uma região aparentemente “morta” da cultura – os arquivos, documentos, curiosidades, dentre outras – para uma outra: a “história”. Tais operações, contudo, ocorrem apenas ao nível da escrita, do discurso, e são mais fruto da presunção que a escrita nos empresta que de uma prática que possa realmente ser chamada de objetiva. A levar em consideração esta postura, não se escreveria, não se realizaria pesquisas, e a disciplina historiográfica seria, quando nada, um anedotário difuso e controverso. Não seria possível, então, chegar a este texto.

Porém, interessa-nos especialmente a relação possível entre literatura e história. Com efeito, a primeira delas, que também desejamos, é uma plena aproximação histórica com os textos, lembrando que nossa perspectiva contemporânea não pode ser vista como invariante ou como universal. Desta forma, não devemos partir do espontaneísmo da suposição que todos os textos, obras, escritos em todos os gêneros, foram originalmente compostos, publicados, lidos e recebidos pelo público de sua época em conformidade com os juízos e critérios que tipificam a nossa atual relação com o escrito, ou, em nosso caso, com a literatura. Sendo assim, é necessário identificar e isolar histórica e morfologicamente as diversas formas da inscrição e transmissão dos discursos, no sentido de reconhecer a multiplicidade das operações formais e dos atores envolvidos tanto na produção e na publicação de qualquer texto, da mesma forma que buscando compreender historicamente os efeitos produzidos pelos aspectos formais dos discursos sobre a construção do sentido que transmitem através da história. Em função disso, é necessário considerar o sentido dos textos historicamente, ou seja, historicizar a produção do sentido como resultante de uma operação situada entre a invenção literária e os discursos, ou a práxis social que dá o fundamento material e a estrutura da criação estética, bem como possibilitar as condições materiais e sociais de sua recepção, compreensão e leitura. Deste modo, utilizam-se os fundamentos para o entendimento histórico de uma função-leitor, ou seja, uma derivação conceitual das condições históri-

cas necessárias para a recepção crítica de um texto, muito próxima das concepções teóricas da estética da recepção.

Uma segunda forma de avaliar a relação entre história e literatura considera alguns textos literários pela sua aguda originalidade quanto à representação dos próprios mecanismos materiais – digamos, lingüísticos – que regem a produção e transmissão do sentido estético, ou seja, a questão da metalinguagem literária. Em tais textos, impõe-se a necessidade aos historiadores da literatura de pensar de outra forma as categorias que dão forma e existência à “instituição literária”. Contudo, a abordagem suscitada em relação a estes textos parece-nos impertinente, em razão da natureza dos textos literários usados nesta pesquisa, bem como em função da época a que nos propomos avaliar. Nossa reflexão parte de textos oitocentistas, sobretudo do período romântico de nossa literatura e, portanto, a identificação de um texto literário, para esta época, ainda parte de noções estabelecidas desde a Antigüidade para o discurso literário, ou seja: a) o texto é um escrito fixo, estável, analisável e manipulável em função mesmo de sua permanência física; b) o texto é uma obra produzida para um leitor, que a lê em silêncio, para si mesmo e sozinho, mesmo em meio da multidão; c) a leitura é uma atribuição do texto a um determinado autor e também como uma decifração do sentido. Contudo, há igualmente a necessidade de se por em suspenso ou operar um afastamento em relação a estes três pressupostos no sentido de compreender as razões da produção, as formas de realização e os modos de apropriação das obras do passado. Neste ponto, os conceitos históricos de *obra*, *autor* e *comentário* são fundamentais para a elaboração de nossa visão quanto à noção, entre os produtores culturais do período a ser analisado, destes três elementos discursivos, isto é, como resultados de um discurso e sua práxis social.

Primeiramente, não há hierarquia entre as instâncias econômica, social e cultural, da mesma forma que não há relação de determinação ou de prioridade entre elas; todas são campos de prática e produção cultural. Com efeito, todas as práticas – sociais, econômicas e culturais – dependem das *representações* manipuladas pelos homens que conferem sentido ou significado ao seu mundo, o que também caracteriza, em última instância, uma práxis social. Porém, não realizamos a defesa da cientificidade do discurso histórico ou mesmo da disciplina histórica. Ponto pacífico é o fato de a escrita da história é sempre uma narração,

porém não está radicalmente distanciada do gênero literário ou da ficção, uma vez que, para a sua construção, a disciplina histórica se vale de estruturas narrativas que a aproximam demasiado da literatura, no sentido mesmo da utilização de *tropos* discursivos, e também no sentido do relato verídico. Além de tudo, a defesa da história como conhecimento científico segundo o modelo das ciências lógicas e biológicas – ou “da natureza” – jamais é convincente, uma vez que, na tentativa de por fim à querela sobre a natureza científica do discurso histórico, o historiador acaba por ceder à idéia de que não há saída para o discurso historiográfico a não ser postular duas alternativas: ou o relativismo de uma história enquanto ficção, ou a ilusão de uma história enquanto ciência positiva. Com efeito, há a impossibilidade concreta de uma definição científica do conhecimento histórico, da mesma forma que cede à natureza discursiva deste conhecimento. Portanto, fica-se em uma encruzilhada epistemológica insolúvel, um caminho que acaba por ser “difícil, complicado, instável”.³⁴

O livro, no fluxo da história da cultura, é, de qualquer modo, o *elo* principal de registro e transmissão de valores e sentidos, ator principal na questão da recepção de uma obra, no sentido de instaurar uma *ordem discursiva* da cultura, a qual subsiste no tênue espaço de atuação tensional que se estabelece entre as capacidades criativas individuais ou coletivas e as imposições, normas ou *contraintes* que as cercam histórica e socialmente. Por esta razão, a postura que adotamos parte do pressuposto de que há uma *ordem do discurso* ao longo de uma determinada bibliografia historiográfica, motivo que nos levou a questionar as fontes, em diversos momentos, como *elos* que se articulam entre si, formando, para além da mera questão documental, uma discursividade que produz um representativo agrupamento de sentidos e, portanto, abre a possibilidade para um campo de representações e lutas simbólicas, articuladas também discursivamente. E já que se chegou à questão da representação, o conceito é operacional quando se queira trabalhar com uma história da leitura ou da função-leitor sugerida por Roger Chartier, porém quando se trata de analisar as disposições da práxis social em relação às disputas de poder em um determinado campo – em nosso caso, literário – as noções de *habitus* e *campo* em outros momentos nos parecerão mais adequadas, uma vez que o objetivo não é analisar os mecanismos e a práxis social que permitiu a

³⁴ CHARTIER, Roger. *Literatura e história*. In: *Revista Topói*. Rio de Janeiro, nº. 1, p. 212.

recepção de uma determinada obra ou conjunto de obras, mas sim a dinâmica das trocas simbólicas entre agentes culturais de um determinado período e suas relações com o poder e o projeto histórico de nacionalidade que se agitava no Brasil do século XIX, em conformidade com uma elite local, agrária e oligárquica, desejava pensar-se em termos históricos, articulando para tanto um conjunto expressivo de representações ensejada por uma historiografia repleta de recursos alegóricos. Neste sentido, o pensamento de Chartier, em *A história cultural*, não deixa de ser um recurso atraente para esta finalidade, sobretudo quando fala de estratégias, práticas sociais e lutas de representações³⁵, no sentido de compreender os mecanismos pelos quais um grupo tenta impor ou impõe a sua concepção sobre o mundo social e sobre si mesmo, seus valores e seu domínio ou quando trata do aspecto “simbólico” das representações coletivas³⁶, quando os grupos constroem uma visão ou organização conceitual do mundo social ou ainda a sua própria realidade apreendida no terreno das lutas simbólicas. Utilizaremos este conceito em diversos momentos para chegar a apreender a forma como a sociedade oitocentista, principalmente seus literatos, criam estratégias que organizam o real, de modo que possamos apreendê-las igualmente na ordem discursiva já referida em linhas anteriores. Não que queiramos tornar esta tese em um jogo heurístico, porém a construção muitas vezes passa pela desconstrução, e é seguindo esta orientação estruturalista que desejamos utilizar a perspectiva foucaultiana paralela à chartieriana, sem maiores apelos que não os da imperiosa necessidade.

Já em relação à problemática tocada em *O que é um autor?*, de Foucault, há um nó metodológico que parece inevitável comentar. Neste texto, realiza-se uma poderosa distinção entre dois problemas, com muita frequência motivo de confusão e desentendimento entre historiadores da literatura, quais sejam: a questão da análise sócio-histórica do autor enquanto um indivíduo social em relação às diversas visões que são decorrentes e estão vinculadas a esta perspectiva, tais como aponta Bourdieu, ou seja, as origens sociais dos autores, condições econômicas de sua produção, a gênese e formação de um determinado *habitus*, suas posições e trajetórias no mundo social e no campo literário. Por outro lado, Foucault chama atenção para a construção histórica daquilo que denomina, em nossa cultu-

³⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, p.17.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 19.

ra ocidental, de “função-autor”, ou seja, “a relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência”.³⁷ De fato, ao considerar o autor como uma *função do discurso*, Foucault lembra que a atribuição das obras e textos a um nome próprio é historicamente construída e, longe da universalidade absoluta, presente em todos os textos em todas as épocas, a *função-autor* exerce um papel discriminador, que rege os modos de existência, produção, circulação e *função* de determinados discursos no mundo social, para utilizarmos um termo feliz de Chartier. Deste modo, segundo Foucault, não há necessidade de, na práxis social, a todo o momento rementermos a *função-autor* em todo e qualquer texto escrito, pois há textos que cumprem uma função social impessoal, desprovida de autoria, enquanto outro exigem a declaração de autoria, ou seja, da subjetividade criadora, como, por exemplo, os textos literários em nossa época. Porém, não fora sempre assim em outras épocas. Com efeito, houve um período da história em que os textos literários não solicitavam autoria, uma vez que eram recebidos, postos em circulação e tinham o seu valor sem que a questão da autoria se pusesse, já que o anonimato, a tradição e sua antiguidade não suscitariam dúvidas quanto à sua qualidade. A antigüidade do texto era garantia o bastante para assegurar a sua qualidade. Não era questionada a sua originalidade, pois os textos, fossem bons e antigos, bastavam a si mesmos. Não era o que acontecia em relação aos textos científicos, pois eram recebidos com valor de verdade se portassem sua autoria. A autoria de um texto científico conferia às suas afirmações teor factual, enquanto os textos literários, vistos como ficção, não exigiam autoria. Foi entre os séculos 17 e 18 que se produziu uma inversão. Segundo Foucault, os discursos científicos começaram a valer por si mesmos, pois o fato que estavam articulados a um conjunto sistemático era o suficiente para assegurar sua validade, de modo que a referência a um indivíduo, a um autor não se tornava mais necessária. Contudo, os discursos “literários” ou que tivessem aspiração a tal já não podiam ser recebidos sem a menção de sua autoria, sem a evidência da “função-autor”, uma vez que a questão da originalidade cada vez mais se impunha concomitantemente à questão da qualidade.³⁸ Esta noção da construção histórica da função-autor é fundamental para elaborar as nossas noções sobre o papel que exerci-

³⁷ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens, 1992, p.34.

³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 44-49.

am no mundo social com suas obras e projetos literários. Deste modo, compreender a função-autor como pertencente à ordem do discurso torna-se uma pedra basilar na reflexão sobre o campo literário oitocentista, pois a função-autor é o resultado de operações sociais que são tanto específicas quanto complexas, uma vez que dizem respeito, na práxis social, à unidade e à coerência de uma obra, ou ainda a um conjunto de obras inseridas no contexto histórico de sua produção, bem como refere à identidade de um sujeito histórica e socialmente construído.

Contudo, esta operação interpretativa solicita “duas séries de seleções e exclusões”,³⁹ quais sejam: distinguir, entre os muitos textos escritos por um indivíduo ao longo de toda a sua vida aqueles que pertencem à “função-autor” daqueles que não; separar entre os fatos que fazem parte da existência individual aqueles que dizem respeito à caracterização da “função-autor”. Isto deve ser feito quando se leva em consideração que a função-autor resulta em uma distância profunda e radical entre o indivíduo social que produziu o texto e o sujeito ficcional ao qual o discurso é atribuído. Trata-se de uma ficção em tudo semelhante às ficções do direito, manipulando e definindo conceitualmente sujeitos jurídicos que não correspondem fisicamente a indivíduos concretos e únicos que, contudo, cumprem uma “função” enquanto categorias do discurso da lei.⁴⁰ De igual modo, o autor enquanto função do discurso encontra-se separado da realidade e da experiência fenomenológica do escritor enquanto um indivíduo físico e singular, o que, de um lado, garante a coesão e a coerência do discurso, sobretudo quando este passa a ser o palco discursivo de vários indivíduos ou autores ficcionais – é o caso de Fernando Pessoa – que atuam, no plano discursivo, como colaboradores ou ainda competidores, mas que são apenas uma ficção discursiva. Contudo, mesmo esta pluralidade ficcional de posições de um mesmo autor em um mesmo texto ou uma mesma obra pode ser atribuída a um só nome próprio, enquanto a “função-autor” passa a ser exercida por múltiplas abstrações discursivas, ficções elaboradas por um mesmo indivíduo social no plano discursivo.⁴¹

Levando em consideração, contudo, determinados processos e mecanismos da práxis social que tornam determinadas existências, antes consideradas nulas e inexistentes histori-

³⁹ CHARTIER, Roger. *Literatura e história.*, p. 199.

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁴¹ *Idem, ibidem.*

camente, singulares na medida em que são atravessadas pelo raio fixo do poder, no sentido de que só ganham consistência em função unicamente pelo fato de que, em algum momento e por um motivo a elas alheio, tornaram-se dignas do relato histórico pelo fato de que foram a ele alçadas pelo choque com o poder.⁴² Contudo, é preciso salientar que, conquanto a reflexão de Foucault neste texto seja assaz interessante, não pretendemos abordar a vida de homens infames, ordinários, que não pretendiam alçar-se à cena histórica, muito menos tenham sido, por um breve momento de suas existências, ter sido atingidos pelas malhas do poder. Não obstante, ao menos uma observação foucaultiana presente neste texto nos interessa, qual seja: Foucault comenta a dupla relação que há com a verdade e o poder. Observa que, enquanto o fabuloso opera no terreno vago e indeciso entre o verdadeiro e o falso, a literatura instala-se em uma afirmação da não-verdade, ou seja, opera com o conceito de “verossimilhança” aristotélico, no qual a ficção adquire coesão e coerência interna pelo fato de que, internamente, constrói um mundo cuja realidade relaciona-se consigo mesma. Em outras palavras, a literatura é, explicitamente, uma ficção, um artifício de linguagem, cujo compromisso é produzir “efeitos de verdade”, contudo dentro da coesão e coerência interna de um determinado texto literário. Não à toa Foucault lembra-nos das observações aristotélicas sobre o natural e a imitação, os quais seriam as primeiras formas de avaliar e formular o mecanismo de funcionamento de uma “verdade” em literatura.⁴³ Contudo, Foucault adverte que a ficção substitui aos poucos o fabuloso, enquanto o romance se libertava do romanesco, desenvolvendo-se somente na medida em que tal liberdade cada vez mais se afirmava. É neste ponto que a reflexão foucaultiana atinge um ponto decisivo para esta pesquisa, uma vez que, segundo ele, “a literatura faz assim parte daquele grande sistema de coação por meio do qual o Ocidente obrigou o quotidiano a pôr-se em discurso”,⁴⁴ no sentido de que a sociedade encontrou na literatura, sobretudo na ficção, uma forma de exercer o “controle” da própria sociedade, registrando aí não apenas os modos e os comportamentos dos homens ordinários, comuns, como também induzindo-os a padrões comportamentais, através de uma literatura de formação do gosto e das mentalidades. De fato, segundo Foucault, a literatura passa a obstinar-se a investigar o quotidiano, a procurá-lo por debaixo

⁴² FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens, 1992, p. 102.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 126.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 127.

dele mesmo, a realizar o inventário, brutal e muitas vezes insidioso, dos segredos, das práticas e estratégias cotidianas, das regras e códigos da práxis social, a tentar revelar o que não pode ser revelado, confessar o inconfessável, “pôr-se fora da lei, ou pelo menos a tomar a seu cargo o escândalo, a transgressão ou a revolta”.⁴⁵ Desta forma, a literatura age como um sistema de coação à civilidade, e isto está em plena consonância com esta pesquisa, que também oportuniza uma reflexão sobre os projetos de nacionalidade e de literatura nacional nutrido pelos intelectuais oitocentistas.

Chegamos, enfim, aos conceitos estenográficos de *campo* e *habitus*, bem como as relações de força simbólica que aí se estabelecem. Sabe-se que o universo literário, tal como o conhecemos hoje, se constitui somente no século 19. Antes disso, a noção que o artista ou letrado tinha de si mesmo ou era difusa, diletante, ou estava a serviço de algum interesse do corpo social. A partir de alguns artistas e literatos do século XIX, na França principalmente, ninguém mais pôde decidir solitariamente as determinações do campo literário e o que deveria ser escrito e quais eram os cânones do bom gosto, pois o reconhecimento e a consagração passaram a se dar na luta entre escritores, críticos e editores, em um espaço social relativamente autônomo quanto às determinações exteriores. É neste sentido que se faz a gênese e a progressiva estruturação do *campo literário* como um mundo submetido às suas próprias leis. Bourdieu desenvolve uma teoria da produção artística oposta às interpretações filosóficas e sociológicas, polemizando autores e escolas consagrados. Ao mesmo tempo, isola as modificações formais, estilísticas, culturais, sociais e políticas que identificam os escritores, os artistas e reconhecem o mundo das letras e as relações entre o escritor e o editor, o artista e o mecenas, as escolas literárias, enfim, os campos dos poderes e dos saberes. Sua visão sociológica e ao mesmo tempo histórica da literatura e dos literatos possibilita lançar alguma luz às trevas da atividade e hermenêutica literárias e entender as regras do jogo, da luta entre o produtor da arte, seus concorrentes e de seus agentes interiores ao campo ou exteriores a ele, enfim, o encontro de duas histórias: a do campo artístico com o público e as reações de ambas as partes quando isso ocorre. Se, entretanto, o campo da arte é um mundo à parte, o mundo do escritor e do artista também o é, dedicado de maneira total e exclusiva ao seu trabalho, aparentemente indiferente às determinações de outros campos,

⁴⁵ *Idem, ibidem.*

às determinações políticas, econômicas, sociais, morais que lhes são exteriores, enfim, para ele tanto o artista quanto o escritor não reconhecem nenhuma outra jurisdição além da norma específica de sua arte. Porém, mesmo levando em consideração a penetração que este método suscita, alargando a visão sobre os literatos e a literatura para além de uma mera questão de autor e obra, não se pode cair na armadilha ingênua de tais conceitos sejam inteiramente aplicáveis à realidade do oitocentos brasileiro, principalmente no que toca aos nossos intelectuais, artistas e literatos, todos não apenas atravessados pelo raio fixo do poder político, mas dele fazendo parte e muitas vezes sendo a própria fonte deste poder. Portanto, também não se pode dizer que haja um campo autônomo da atividade literária durante o século XIX no Brasil, uma vez que a literatura e praticamente todos os literatos estavam empenhados, em maior ou menor grau, na luta pela formação da nacionalidade e da identidade cultural do país, o que não possibilitava ao campo libertar-se completamente do poder. Nem o seria desejável, se formos lacônicos. Logo, o literato brasileiro do oitocentos é um intelectual a serviço do poder, porque engajado na luta de emancipação, formação e consolidação da pátria. Porém, são adotadas estratégias para que a literatura no Brasil seja lida fora dos limites da crítica histórica, o mesmo ocorrendo com os seus intelectuais e literatos; tal procedimento consiste em pensá-los como herdeiros de uma missão inelutável, mais política que artística, cumprida com o despojamento ascético de verdadeiros monges a serviço de uma religião laicizada.

Trabalhando com a questão da gênese e estrutura do campo literário, Bordieu opera com vários conceitos, entre eles o conceito de campo e de *habitus*, centrais na discussão. O *habitus*, para Bourdieu, significa engenhosidade, disposições, competências, habilidades, talento, ou seja, “é um cabedal que pode funcionar como um capital”.⁴⁶ A noção de *habitus* permite romper com o paradigma estruturalista, sem cair na filosofia do sujeito e da consciência, ou ainda da economia clássica e seu *homo economicus*, sob o nome de individualismo metodológico. É originário da noção aristotélica de *hexis*, convertida pela tradição escolástica em *habitus*. Além disso, Bourdieu trabalha ainda com as noções de capital simbólico, ou um conjunto de aptidões para entrar no jogo das disputas literárias, e também com a noção de campo, ou seja, uma estenografia conceitual (codificação de uma série de noções)

⁴⁶ Em PIERRE BOURDIEU, *As regras da arte*, p. 204.

que designa o espaço da produção. É o espaço estruturado de posições, onde as propriedades (capitais) determinam as posições dentro desse espaço ou campo. No campo da produção restrita encontram-se os pares, mas também os concorrentes. Deste modo, de acordo com o pensamento de Bourdieu, o campo científico é o campo da academia. O campo da literatura é o do literato e seus agentes (críticos, divulgadores, donos de galerias, mecenas). No *campo da produção restrita*, o artista não tem a preocupação de explicar a produção da arte, as relações e muito menos de torná-la inteligível. Por isso, Bourdieu propõe uma sociologia da arte ou uma história social da arte para explicá-la, propõe explicar as relações do poder no interior do campo restrito, o campo de sua produção, onde se objetivam as relações de produção da arte.

Para Bourdieu, uma ciência das obras culturais somente é possível se levar em conta três operações fundamentais: a) análise da posição do campo literário, ou seja, como os literatos se relacionam com o poder, como influenciam o poder; b) análise da estrutura interna do campo literário, como se dá a luta no interior do campo; c) análise da gênese dos *habitus* dos ocupantes dessas posições, que se posicionam como líderes, e tentam impor suas obras como cânones que devem ser seguidos. Ainda segundo Bourdieu, o artista não se deixa explicar senão por referência ao campo do poder no qual o campo literário ocupa uma posição dominada. No campo literário ele tem o poder, mas no campo do poder está dominado. Desta forma, o campo de poder é o espaço de relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos, gerando capital enquanto capacidade criadora e de apreciação. Além disso, a crítica que Bourdieu realiza contra o essencialismo das análises filosóficas ou estéticas da história da arte ou da literatura em relação às obras culturais – ou “literárias”, em nosso caso – é fundamental no sentido de que também nos oferece o instrumental necessário para repensarmos as posturas mais comuns em relação à literatura enquanto objeto de pesquisa. Com efeito, precisamos pensar, de acordo com Bourdieu, as condições sociais e históricas que dão margem ao surgimento da estética e da leitura “puras”, lembrarmos a todo o momento dos perigos de anti-historismo que cercam as análises das obras culturais e de seus produtores, na tentativa de atingirmos o desmonte de toda ficção operada no mundo

social pelos artistas e sua crença no jogo e nas “regras da arte”, à qual tanto cercam de cuidados contra a historicização.

Resta-nos, agora, após a exposição deste *compte-rendu* teórico, passar à explicação de alguns conceitos pontuais que se repetem insistentemente ao longo de todo esse trabalho, a fim de tornar mais clara as razões particulares de sua adoção.

O primeiro destes conceitos é o *tropo* utilizado para definir a condição dos literatos do Maranhão: *ateniense*. Entende-se por “atenienses” um grupo de intelectuais surgidos durante o século XIX, mais especificamente em São Luís do Maranhão, decorrente do epíteto de “Atenas Brasileira” que a cidade recebeu em função da movimentada vida cultural e do número expressivo de intelectuais e literatos ali nascidos ou residentes – depois em parte migrados para a Corte no Rio de Janeiro –, com um papel muito importante na configuração da vida política e literária do país que tinha acabado de emancipar-se da antiga metrópole portuguesa. Os “atenienses” são, portanto, os vários grupos de intelectuais e homens de letras surgidos em torno da *cidade letrada* de colonização portuguesa, como São Luís, a qual teria sido um dos poucos centros de intensa atividade intelectual do primeiro e segundo período imperial brasileiro. Não somente São Luís, entretanto, mereceu ao longo do século XIX o cognome de “Atenas Brasileira”; várias outras “Atenas” surgiram em outras províncias e capitais do país – Fortaleza, Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro –, sempre que nelas um grupo de intelectuais e literatos, em torno de determinadas instituições e sob circunstâncias específicas, desenvolvia um volume apreciável de atividades culturais e literárias, como publicações, polêmicas e eventos que engrossavam as fileiras do nascente mundo literário e cultural do século 19 no Brasil. Por outro lado, a adoção do tropo *ateniense* também se inspira na obra do crítico maranhense Frederico José Correia, em seu *Um livro de crítica* (1878), no qual o termo critica a *invenção* em torno da Atenas Brasileira, particularmente endereçada ao biógrafo maranhense Antônio Henriques Leal, autor do *Pantheon Maranhense*.

Contudo, também se faz necessária a explicação em torno do termo *fluminense* ao longo desta tese. Entenda-se por “fluminenses” o conjunto de intelectuais e literatos que atuaram na corte entre o período joanino e o fim do período imperial, os quais definiram, através da literatura, dos estudos historiográficos e geográficos, do jornalismo e das ativi-

dades científicas, a idéia de nação e de cultura e identidade nacional brasileiras, bem como participaram de modo ativo da “invenção” e fundação do cânone literário brasileiro. É o chamado “grupo fluminense” citado por José Veríssimo, o que não quer dizer que este “grupo” seja formado exclusivamente por letrados nascidos no Rio de Janeiro. A corte era apenas o cenário e o pólo cultural para o qual convergiam intelectuais e homens de letras de todo país, em busca de projeção e reconhecimento na capital do império. Os “fluminenses” constituíam, deste modo, uma constelação de intelectuais e letrados dos mais variados tipos e talentos, abrangendo desde os sermonistas que se destacaram no período joanino – como o cônego Januário da Cunha Barbosa, o padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, o franciscano São Carlos, o Frei de Jesus Sampaio e o Frei Francisco de Monte Alverne –, aos epígonos e versejadores como Francisco de Melo Franco, José de Araújo Viana, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Elói Otoni, Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), Luís Paulino Pinto da França, Paulo José de Melo Azevedo e Brito, Domingos Borges de Barros (visconde de Pedra Branca), João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Manuel Alves Branco (visconde de Caravelas), Joaquim José da Silva, Ladislau dos Santos Titara, Álvaro Teixeira de Macedo, Antônio Augusto de Queiroga, Francisco Muniz Barreto, Francisco Bernadino Ribeiro, Joaquim José Lisboa e muitos outros, até as gerações de poetas e prosadores românticos como Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães e mesmo Machado de Assis, autor de artigos sobre a literatura brasileira, concernentes a este período de fundação, emancipação e consolidação do cânone. É este “grupo” – sobretudo os sermonistas e versejadores da época de José Bonifácio – de intelectuais e literatos, que se envolveu, a partir da chegada da família real em 1808, em uma verdadeira *cruzada civilizatória* cujo resultado foi a independência política do país em 1822 e que, em momentos posteriores, trabalhou com afinco pela emancipação do novo país da herança cultural portuguesa, criando um discurso de patriotismo e nacionalidade com a finalidade de criar os símbolos da cultura e da identidade da nação brasileira, conferindo-lhe entre outros, uma história, uma literatura e, portanto, um cânone. Note-se, no entanto, que a clivagem entre *fluminenses* e *atenienses* não é estanque e excludente, mas dinâmica e intercambiante. *Atenienses* são os intelectuais e literatos que, atuando indistintamente no Maranhão e no Rio de Janeiro, tornam-se também *fluminenses*

na medida em que interferem no desenvolvimento do projeto de nação, de identidade cultural e literatura nacional, de modo que a via é dupla. Os *fluminenses* podem ser *atenienses*, em escala menor, enquanto vários *atenienses* podem ser *fluminenses*, sobretudo quando atuam na capital do império brasileiro. Portanto, a adoção de tais termos não passa pelo critério do nascimento, mas da filiação intelectual. Os “grupos” aqui mencionados são, desta forma, apenas figuras didáticas.

Como esta tese adota também os conceitos de “cânone” e “invenção”, definamo-los, como também o modo como são operacionalizados e entendidos.

O cânone é, com efeito, uma seleção de obras que atende critérios de eleição e exclusão, os quais podem orientados pela questão da representatividade histórica e da fundação e formação de uma literatura, que compõem enfim a arqueologia do campo intelectual e dos letrados de um país, ou, no caso específico da literatura, seguir uma orientação de acordo com a representatividade estética dos textos.

Na primeira orientação, os textos são selecionados em função, sobretudo, da representatividade que têm para a história de uma nação, para a consolidação de sua cultura e identidade e, enfim, de uma literatura nacional. Na segunda orientação, em que os textos são considerados como manifestação artística, estes são selecionados de acordo com a relevância estética a eles atribuída, avaliados através da tradição e de instituições autorizadas pela práxis social para este fim. Em ambas as visões, a questão da representatividade dos textos selecionados os colocam em uma categoria diferenciada de discurso, o que provoca uma correspondência, considerada espontânea e “natural”, entre o discurso sobre as obras e as obras propriamente ditas. Sabe-se que tal “naturalização” dos textos como arte é utilizada apenas para que os procedimentos de seleção e exclusão não sejam postos em questionamento, pois em ambos os casos os textos entram para o cânone por motivos que incluem tanto a relevância dos mesmos enquanto arte e enquanto documento de valor histórico. Se, contudo, o cânone de uma literatura nacional é, necessariamente, o conjunto de textos consagrados, considerados inquestionáveis e representativos como arte, e, por isso, clássicos, para que assim possam ser lidos e reproduzidos em todos os níveis da cultura e da práxis social, o bom senso espera que a seleção, ao menos, obedecesse a critérios razoáveis e coerentes em que a relevância estética de tais textos fosse também considerada para a formação

de uma mentalidade comum: a nacionalidade encontraria o seu espelho através dos textos do cânone oficial de uma literatura nacional, uma vez que estes textos, relevantes por si mesmos, sobreviveriam e resistiriam à passagem do tempo, das modas e escolas.

Sabe-se, por outro lado, que o cânone é uma “medida”, e que sua origem religiosa deixa vaziar uma atitude de *sacralização* e, portanto, de *doutrinação* diante das obras as quais o cânone elegeu como sua corporeidade. Entretanto, sabe-se por igual que os textos considerados “canônicos” o são na mesma medida em que homens ou instituições (atrás das quais há homens) decidiram admiti-los na ordem discursiva do cânone oficial, após o que foram reconhecidos de modo mais ou menos conclusivo – deixando aqui de considerar as polêmicas em torno de qualquer seleção – como canônicos, extraídos de uma série de exclusões e seleções, passando a ser reunidos, antologados, conservados e repassados adiante, constituindo assim o *corpus* da *tradição*. Por esta razão, o cânone comporta vários aspectos internos: a) a sua origem religiosa faz com que, por contingência e contigüidade, pensem-se os textos selecionados como objetos “sagrados”, transformando os seus autores em uma espécie de “santos” ou “deuses” que são, em função disto, paradigmáticos para a leitura e, portanto, encarnariam o “espírito nacional”, tendo direito a lugar cativo nos panteões e academias, reservados para autores e suas obras “imortais”; b) o cânone, justamente porque consagra através de um processo de “canonização” das obras e dos autores, não pretende ser relativo, mas uma verdade absoluta, inquestionável, referência obrigatória a ser seguida e comentada e, no caso da literatura, encarnação do próprio poder através da palavra; c) o cânone, como verdade absoluta, tem sua compleição - o afamado *corpus* literário – formada pelos textos que, em sua unidade, compõem um aparato discursivo e aspira à condição de discurso partilhado, pois através dele flui “a palavra institucionalizada pelo poder”,⁴⁷ o poder tornado palavra, fundamentalmente; d) o cânone tem ainda como característica ser simplesmente a *condensação dos textos selecionados da tradição e pela tradição*,⁴⁸ levando em conta, segundo o estatuto de sua verossimilhança interna, a qualidade artística tida como superior dos textos selecionados, sem que se perceba, ao fim das contas, que o fundamento e a motivação da “poética” da escolha de tais textos também sofre, como

⁴⁷ Em FLÁVIO RENÉ KOTHE, *O cânone colonial*, p. 108.

⁴⁸ *Idem, op. cit.*, p. cit.

ademais todas as instituições humanas, a influência do raio fixo do poder, e não apenas uma influência *a priori* e somente estética. Isto é possível de ser demonstrado através das histórias da literatura que são criadas com a finalidade de definir quais são os textos e autores relevantes por si mesmos para a cultura letrada de uma nação, sendo que estas historiografias literárias, apesar de algumas diferenças visíveis quanto ao método e juízos de valor, ou também em função de suas semelhanças, o mesmo cânone institucionalizado através da história.

O cânone, portanto, é uma lista de textos, autores e obras, coadjuvada por uma elaborada narrativa historiográfica que, apesar de sua pretensão a ser verídica, como de resto o é toda historiografia, traz consigo motivações que, pelo fato de incluir excluindo, trai e solapa toda a sua pretensão histórica enquanto verdade absoluta, natural e indubitável. Ao mesmo tempo, não é possível esquecer que o cânone, para assegurar a sua unidade e garantir a sua continuidade através da tradição literária, é necessário que crie um vínculo social que permita a sua necessidade, de modo que sua existência prevaleça como discurso partilhado na tradição e na educação dos cidadãos que, ao reconhecer a instituição do cânone como representante de sua identidade cultural e nacional, passem a admiti-la como definição de “nacionalidade” ou de “consciência nacional”.⁴⁹

O cânone, portanto, estabelece entre os cidadãos um vínculo de sujeição a uma identidade nacional ou supranacional – se levarmos em conta um *cânone ocidental* –, por meio do qual somos unidos a uma idéia de cultura partilhada, de identidade comum, a qual comungamos por meio da tradição corporificada pelo discurso, pelos textos que nos remetem sempre à condição de um sujeito portador de uma nacionalidade.

No entanto – é necessário enfatizá-lo –, não podemos perder de vista que o cânone é uma instituição de poder, e que seu princípio orientador, através do qual pretende instituir a sua existência e permanência, é muitas vezes político, e não somente artístico ou literário. Note-se que o caráter literário ou não dos textos selecionados não é posto em questão, mas sim o caráter político da seleção e, por consequência, da exclusão. A existência de um cânone, sobretudo quando este define a identidade e a condição de uma nacionalidade, é um

⁴⁹ BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 69.

imperativo categórico de natureza política, decidido dentro de instituições, atrás das quais há homens, com seus critérios pessoais de exclusão e seleção. Portanto, o cânone está atravessado pelo poder político das instituições sociais.⁵⁰

O campo do poder, em relação à produção artística brasileira, sempre determinou os procedimentos de seleção e exclusão no interior do campo literário, o que exclui a possibilidade de se pensar em uma produção literária brasileira, auto-determinada e autônoma, porquanto esta sempre esteve determinada pelos influxos políticos do campo ao qual sempre esteve submissa: o campo político, o campo do poder.

A noção de *invenção* aqui empregada é um conceito amplo extraído de duas obras e autores diferentes em seus propósitos, mas próximos quanto à natureza de seus predicados e utilizações. A primeira das obras às quais nos referimos é *A invenção das tradições* (1997), de Eric Hobsbawn e Terence Ranger, em que os autores afirmam que as chamadas *tradições*, sobretudo quando parecem muito antigas, muitas vezes são muito recentes dentro um período historicamente curto, quando não são literalmente inventadas. Na concepção de Hobsbawn e Ranger, o termo *tradição inventada* tem um amplo sentido, porém nunca indefinido. A perspectiva teórica adotado por ambos inclui tanto as *tradições* que foram realmente inventadas, construídas e institucionalizadas, quanto aquelas que surgiram ao longo de um período limitado e determinado de tempo, embora mais difícil de serem localizadas em suas origens, a despeito de terem rapidamente se estabelecido no decurso de talvez poucos anos ou décadas. Segundo os autores:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.⁵¹

O que Hobsbawn e Ranger pontuam é a possibilidade do estabelecimento de uma continuidade com um passado histórico apropriado pela nova tradição. Desse modo, o passado histórico, através do qual a nova tradição é enxertada, não tem necessidade de possuir

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 70.

⁵¹ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (organizadores). *A invenção das tradições*. 2ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9.

uma ancestralidade remota, uma origem perdida em meio ao silêncio das fontes e dos vestígios de lendas e mitos solenemente resgastados para lhes conferir sentido. Contudo, toda vez que acontece tal procedimento, com relação a um passado histórico apropriado, as *tradições inventadas* têm como característica fundamental a fundação de uma *continuidade artificial* no tempo e no espaço. Esse empenho, segundo os autores, “é o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social”.⁵²

Nesse sentido, a *invenção das tradições* é encarada como um longo processo de *formalização e ritualização*, com uma constante referência e reverência ao passado, cuja memória é fixada através da imposição e da repetição. Um dos modos mais eficazes, portanto, de realizar tal inculcação é através da narrativa histórica que, institucionalizada e adotada como discurso oficial das instituições sociais, torna-se verídica à medida que localiza temporalmente e espacialmente os elementos sintagmáticos que darão legitimidade à repetição e à imposição do novo *telos* e da *invenção* da tradição.

Em suma, não há nada de tonitruante ou espetacular no modo como as novas tradições são inventadas, pois elas surgem no momento histórico de uma demanda específica, sobretudo quando as transformações suscitadas pela velocidade da modernidade são demasiado vastas e céleres para serem aceitas ou assimiladas de pronto, ou ainda quando são negadas através de uma ressignificação do passado e suas tradições fenecidas ou solapadas. Por outro lado, a adoção do termo *invenção*, segundo a perspectiva de Hobsbawn e Ranger, é uma maneira de desconfiar dos próprios ritos do ofício de historiador, uma vez que toda tradição inventada, sempre na medida do possível e da coerência, empenha-se por utilizar o discurso historiográfico e a própria história como instâncias legitimadores dos grupos sociais aos quais ela diretamente interessa, no sentido de lhes conferir sentido e coesão através do longo processo de repetição e inculcação. Essa desconfiança permite-nos, portanto, olhar para o relato das fontes não como o repositório de verdades inquestionáveis, mas de sintagmas de um enorme discurso, cujos componentes sintáticos e semânticos é possível desmontar e analisar impiamente.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 10.

A outra noção de *invenção* que adotamos ao longo do presente trabalho é o da reunião de ensaios intitulada *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*, de Stephen Bann, traduzido e publicado no Brasil em 1994. Este conjunto de ensaios tem como objetivo responder por que os historiadores contemporâneos têm investido tanto na representação do passado. É um livro ambicioso na medida em que procura respostas para uma grande inquietação entre os historiadores, examinando para tanto um conjunto amplo e diverso de fatos, manifestações literárias e visuais, concentrando sua atenção, de modo especial, em formas complexas de apresentação de dados desconhecidas antes do século 19, como os museus históricos. Segundo Bann, o que está em jogo é como a imaginação histórica é construída através dos textos, confrontando-a com a imaginação literária e a imaginação do próprio historiador enquanto profissional da disciplina historiográfica, as quais reputa como criadoras de procedimentos que substituem o escrúpulo da exatidão historiográfica das fontes documentais por imagens, em certos aspectos falseadas, da representação do passado. O que o historiador inglês deseja demonstrar é que a história é “socialmente construída”,⁵³ ou seja, é uma “invenção”, no sentido de que a história narrativa atrai consideráveis recursos estilísticos e reservas de força e imaginação criativa com o objetivo de criar um “idioma histórico” comum aos que lerão esta representação do passado como verídica.⁵⁴

Cabe lembrar que a noção de *invenção* empregada por Bann não tem uma prescrição rígida, no sentido de que a “tradição” traz consigo uma falsa consciência histórica, reputada como “inventada”, no sentido pejorativo do termo. Ou seja, a *tradição* sairia do nada para servir a determinados propósitos funcionais, como a criação de um folclore regional ou de uma cultura nacional, a fim de sustentar identidades coletivas de determinadas nações ou coletividades.⁵⁵ No sentido empregado por Bann, “invenção” é um termo aplicável aos procedimentos historiográficos de seleção e exclusão de dados, em que as lacunas historiográficas, na ausência de fontes documentais mais confiáveis, de acordo com os objetivos a ser alcançados pelos seus executores, às vezes são preenchidas por uma representação ori-

⁵³ BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 15.

⁵⁴ *Idem, ibidem*.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 20.

entada do passado. A “tradição” é uma destas formas de representação, que somente uma historiografia autocrítica poderia desmistificar, atenta à plasticidade da imaginação histórica e à variedade de formas através das quais ela pode se manifestar de modo concreto.

No caso específico do Brasil do século 19, a história da literatura e da formação do cânone constitui um caso particularmente interessante, pois representa um esforço singular e coletivo, através de nossa classe de letrados e historiadores, no sentido de instituir e consolidar as primeiras manifestações literárias por meio de uma historiografia cujos esboços iniciais se devem a Magalhães, Norberto, Pereira da Silva, Januário da Cunha Barbosa, Emílio Adet, Varnhagen, Santiago Nunes Ribeiro, Antônio Henriques Leal, Sotero dos Reis, Fernandes Pinheiro, entre outros. A sucessão de antologias, parnasos, panteões, florilégios, galerias, bosquejos, foi sem dúvida a primeira etapa desta longa constituição do *cânon* da literatura brasileira, o que acarretou a necessidade de se encontrar o quadro de nomes e obras que a nação possuía a fim de atingir a desejada autonomia cultural em relação ao Velho Mundo e, sobretudo, à metrópole portuguesa.

Portanto, adotamos o termo “invenção”, ao modo de Bann, como uma questão de tom e postura diante da representação do passado. O que está em jogo é a suspeita, e não uma teoria conspiratória, de que a imaginação humana atua de maneira viva, em momentos pontuais da história e da elaboração da narrativa historiográfica – sobretudo, nesta última – no sentido da construção e da “invenção” de tradições respeitáveis, como o exemplo da biografia de homens ilustres da nação, assim como da “invenção” de um cânone literário nacional, em que a representação do passado também está em jogo.

Por último, é preciso que esclareçamos o sentido empregado para os termos *processo civilizatório*, *marcha civilizatória* e *civilização*, aqui utilizados para definir o longo processo de constituição de uma sociedade e o seu estado de aprimoramento ou desenvolvimento social e cultural, bem como o tipo de sociedade resultante de tal processo, ou o conjunto de suas realizações materiais e espirituais, em especial um certo grau de incremento tecnológico, econômico e intelectual, considerado a partir do modelo das sociedades ocidentais modernas, fortemente caracterizadas pela diferenciação social, divisão do trabalho, urbanização e concentração de poder político e econômico.

Adotamos aqui a perspectiva conceitual de Norbert Elias, em seu *O processo civilizador* (1939). A despeito da utilização do conceito parecer deslocada e anacrônica, uma vez que Elias estuda um período anterior ao Romantismo, a concepção aqui adotada parte do núcleo central da tese do sociólogo alemão, que considera o *processo civilizatório* ou *civilizador* uma mudança na conduta comportamental e sentimental dos seres humanos, a caminho de um resultado específico que é a *civilização*. Tal como em Elias, parte-se aqui do entendimento de que a civilização não é necessariamente, assim como não o foi, um lento e longo processo de racionalização dos costumes, dos hábitos e dos sentimentos humanos, rumo à polidez e à convivalidade, porque o *processo civilizatório* não é redutível simplesmente a um novo código comportamental que se traduz através da adoção de regras de conduta social estabelecidos por uma *etiqueta*. Apesar de Elias realçar o foco de sua reflexão sobre a história dos modos à mesa, com o objetivo de demonstrar a gradativa evolução do *autocontrole emocional* nas cortes europeias ocidentais, através das pressões sociais com este fim entre os séculos 15 e 18, é necessário entender que este procedimento é apenas um recorte sobre um processo cultural mais longo, amplo e complexo, uma vez que o autor afirma que escreve sobre a *civilização* e não sobre a *cultura*. No entanto, é preciso partir do entendimento de que a definição de *cultura*, adotada ao longo deste estudo, é ampla, em sua acepção antropológica ricamente desenvolvida pela história cultural, no sentido de um complexo de práticas sociais que envolve os conhecimentos, comportamentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos e todas as demais atividades humanas dentro da sociedade, o que permite, deste modo, aceder à idéia de *civilização* também como *habitus*.

A cultura, portanto, que envolve processos psicológicos mais difíceis e profundos, não se encontra à *superfície* do indivíduo e da condição humana, de modo que as mudanças de comportamento são mais visíveis como sintomas da mudança cultural do que a análise da história cultural das sociedades, embora o estudo de Elias seja a história da *cultura do autocontrole*. Portanto, a longa marcha do processo civilizatório, uma vez iniciada deliberadamente ou não, a despeito de um horizonte ambicioso de expectativas e resultados previstos, pressupõe que as mudanças na conduta social dos indivíduos não são resultado de uma transformação consciente e deliberada, puramente racional, mas que é efetuada através

de um processo de inculcação e repetição, tal como se faz com a fixação de uma identidade nacional, de uma tradição, de um aspecto cultural, ou ainda, com a *educação*:

Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada “racionalmente”, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa *aconteceu*, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem *um tipo específico de ordem*. [...] o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em *autocontrole*, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e a afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. *Isso tudo certamente não resulta de uma idéia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos “séculos de progresso”*. Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera seqüência de mudanças caóticas e não-estruturadas.⁵⁶

O objetivo, portanto, com a adoção do conceito de *processo civilizatório* ou *civilizador* foi demonstrar, dentro dos limites do possível, como houve um empenho particular de um grupo de intelectuais e literatos, nomeadamente no Brasil, no sentido de estimular os cidadãos a adotar o sentimento patriótico, um comportamento amante da ordem e das leis, da religião e do estado, tendo a literatura e a história como instrumentos propagadores da ação civilizatória no sentido de dar coesão e *civilidade* aos diversos agrupamentos sociais da pátria recém-nascida. Em suma, tal como explica Elias, essa mudança histórica não foi resultado de um planejamento racional, contudo também é inspirada ao arbítrio de modelos caóticos e desordenados. O que havia era uma pluralidade de modelos, e mais particularmente dois: um *ateniense* e outro *fluminense*.

O nosso esforço consistiu, pois, em evidenciar como ambos os projetos conviveram lado a lado, e como, em determinado momento, se desvencilharam, para dar origem ao discurso dos derrotados da história e de seus vencedores, com suas pilhagens habituais. A diferença fundamental na perspectiva aqui adotada é o fato de que, enquanto Elias se preocupa individualmente com as mudanças específicas no modo como as pessoas criam seus víncu-

⁵⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2. Tradução de Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, pp. 193-194.

los umas com as outras dentro do tecido social,⁵⁷ o nosso propósito é cotejar como grupos inteiros se debatem e se amoldam às mudanças históricas, no tempo e no espaço, através de suas realizações intelectuais, devotando uma especial investigação à tentativa de esquadri-nhar qual *projeto civilizatório* tornou-se dominante, e qual foi sumariamente derrotado, apagado, minorado ou esquecido pelos vencedores, através da pilhagem cultural.

Um procedimento formal cabe destacar aqui: muitas expressões e conceitos, quando desejamos que sejam enfatizados, aparecem em itálico ao longo do texto. A razão disso é a necessidade de que algumas idéias e enunciados específicos, assim como algumas noções pontuais, sejam percebidos com mais ênfase ao longo da leitura, com o intuito de que seu espectro semântico não exceda as delimitações impostas pelo método aqui adotado.

Destarte, o primeiro capítulo, intitulado *As origens da crítica romântica*, deteve-se inicialmente na definição de sentido de história para o romantismo, assim como estudar, em sentido genealógico, o surgimento do programa para a crítica romântica do século 19, em seus principais autores estrangeiros. Deste modo, procedemos à análise das fontes primárias mais eminentes para tanto, quais sejam: *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit (História da poesia e da eloquência portuguesa, 1812)*, do erudito alemão Friedrich Bouterwek (1765-1828); *De la littérature du midi de l'Europe*, de Simonde de Sismondi (1773-1842); *Resumo da história literária do Brasil* (1826), do brasilianista Ferdinand Denis (1798-1890); *História abreviada da língua e poesia portuguesa* ou *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* (1826), do poeta e dramaturgo português João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garret (1799-1854); *Rio de Janeiro wie es ist. Beiträge zur Tages-uns Sittengeschichten der Hauptstadt von Brasilien*, ou simplesmente *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*, do soldado alemão C. Schlichthorst; *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843), do naturalista alemão Carl Friedrich Phillipp von Martius. O objetivo deste capítulo foi buscar o gesto genealógico de fundação dos pressupostos teóricos para a historiografia nacional e fundamentos para o programa estético da crítica romântica e, portanto, para a literatura e formação de seu respectivo cânone. Neste sentido, a intenção é demonstrar como o cânone brasileiro é condicionado *avant la lettre*, é que esse programa estético é resultado da reflexão de diversos críticos, historiadores e brasilianistas europeus

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 195.

que, através de seus textos, criaram as diretrizes a ser seguidas pelos intelectuais e literatos do romantismo brasileiro, em seu esforço de dotar o país de uma literatura de expressão americana e nacional, autônoma e diferente em relação à portuguesa. Foi também nossa intenção demonstrar como este arraçoado da crítica romântica estrangeira penetrou de formas diferentes nos dois grupos literários, o maranhense e o fluminense, a fim de evidenciar as especificidades de cada um em relação à invenção do cânone.

O capítulo seguinte, intitulado *Os atenienses e a cidade letrada*, parte para a análise do objeto central desta tese, que é o cotejo do grupo de letrados maranhenses que atuaram de modo significativo, durante o século 19, no cenário literário brasileiro e, com isto, deram uma contribuição intelectual importante para a definição e constituição do cânone literário nacional, sobretudo com suas obras e atuação política. Procuramos, deste modo, cobrir várias etapas da história nacional e local a fim de alcançarmos o momento de produção intelectual e literária propriamente dito. Analisamos, assim, a questão do *roteiro edênico*, a *prodigalidade da terra e a prodigalidade da gente*, no sentido de apontarmos alguns tropos e alegorias que permitem a emergência da identidade maranhense, a fim de detectarmos alguns dos elementos que propiciarão o condicionamento histórico para o surgimento de uma cidade letrada no Maranhão. Para isso, passamos em revista algumas fontes seiscentistas importantes, tais como a *Relação sumária das cousas do Maranhão* (1624), de Simão Estácio da Silveira, e *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* (1614), de Claude d'Abbeville, e *Sermão da quinta domingo da Quaresma* (1654), do jesuíta Antônio Vieira, com o objetivo de apontar a emergência dos tropos sobre o roteiro edênico no Maranhão, as primazias da terra e as excelências do povo, estabelecendo tanto a linha de tradição quanto a e de ruptura entre os autores do período colonial seiscentista. O objetivo foi demonstrar como estes autores fundam uma série de tropos importantes para a constituição da identidade da terra e do povo maranhenses, de modo que este ideário, mesmo que às avessas, demarca a mitologia em torno de marcos identitários e culturais da região. Em seguida, passamos ao processo de transculturação que permite a emergência da cidade letrada maranhense ao longo do período colonial, e como este processo de transculturação contribuiu para o florescimento do *lusitanismo maranhense*, tópico da identidade local que lança os fundamentos para a manifestação futura da “A-

tenas Brasileira”. A próxima etapa consistiu em realizar um levantamento sobre a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, apontando a importância deste empreendimento mercantilista para lançar os fundamentos econômicos que permitirão o nascimento de uma elite letrada no Maranhão e, conseqüentemente, de uma sociedade e cidade letradas, assim como demonstrar como o passado, através da historiografia local, teve a sua destacada importância para o surgimento das tradições maranhenses, sobretudo no tocante à atividade letrada. Para tanto, passamos em revista os mais eminentes autores da historiografia maranhense, a fim de detectarmos o discurso a respeito da “idade de ouro” da economia maranhense que permitirá, por seu turno, o florescimento da “idade de ouro” da literatura maranhense, períodos sobre os quais se articulará a alegoria da “Atenas Brasileira” e o surgimento da primeira geração de “atenienses”, o decantado “Grupo Maranhense”, objeto central de análise deste capítulo. Contudo, de acordo com o nosso cronograma de leituras, consulta às fontes e textos diversos, tornou-se necessário analisar as condições materiais que permitiram a emergência desta elite de homens de letras no Maranhão. Neste sentido, analisou-se a influência de determinadas instituições difusoras da cultura letrada no Maranhão, tais como o Liceu Maranhense, o Gabinete Português de Leitura, o Teatro São Luís, a Biblioteca Pública. No que diz respeito à rede formada por tipografias, lojas de livros e imprensas locais, pudemos nos debruçar sobre a história editorial do Maranhão, sobretudo no que diz respeito ao jornalismo e a indústria tipográfica da província, consultando para tanto várias das fontes, o que reforçou a intenção inicial de estudarmos estes pontos, oferecendo, no entanto, a orientação definitiva que permitiu o vislumbre do procedimento adequado ao cotejo destas fontes primárias. Deste ponto em diante, é possível observar que há uma unidade entre os homens de letras do Maranhão e o meio no qual eles nasceram e produziram, e que estabeleceram importantes diálogos e mediações entre o local, o nacional e o universal, particularmente no que diz respeito às obras do Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis e Gonçalves Dias, entre outros de menor relevância. A última parte deste capítulo teve como objeto de investigação a formação educacional disponível para os maranhenses, e quais foram as suas repercussões para a formação do *habitus* local. O propósito central deste procedimento foi demonstrar como os intelectuais e homens de letras maranhenses criaram a *cidade letrada* ludovicense, expondo, para tanto, o percur-

so historiográfico criado através de diversas fontes, em especial aquele que concerne às grandezas e excelências do povo e da terra, esforçando-se por cotejar os documentos a fim de que a mitologia sobre a “Atenas Brasileira” possa aparecer e responder aos questionamentos sobre a invenção do passado e o modo como isto influenciou a contribuição maranhense para o cânone brasileiro. O que nos interessa, portanto, não é levar a cabo uma análise do Maranhão oitocentista pura e simplesmente, mas sim a descrição da visão que uma determinada parcela da população maranhense tinha de sua própria região de origem, realizando por igual a prospecção dos mecanismos sociais que permitiram o surgimento de uma sociedade que procurou forjar seus mitos e valores em torno da construção alegórica do passado e do futuro através da atividade letrada. Não queremos dizer com isto que pretendemos fundamentar a ilusão da objetividade, pois não cremos ser possível a reconstituição da visão uma época sobre si mesma, com absoluta fidelidade, imparcialidade e completitude. O conhecimento histórico é lacunar, parcial, limitado, e não é possível aceder senão a um conjunto restrito de fatos, verdades e perspectivas, além do que o historiador sempre imprime a marca de seu estilo e de seu ato de selecionar os documentos e as fontes ao longo da narrativa historiográfica, o que não desautoriza, no entanto, um estudo sobre alguns aspectos da formação das mentalidades de uma determinada sociedade, em determinado contexto e determinado tempo. Por esta razão, lançamos mão de um número avultado de citações de textos de época, uma vez que a nossa preocupação foi, sempre que possível, deixar as fontes falarem por si próprias, tentando ao mesmo tempo realizar alguma análise, sem que esta análise prejudique o contexto em que a citação se encontre originalmente. Trata-se de um uso específico do documento, uma vez que a técnica da citação dá-se em razão de uma preocupação com as origens da historiografia sobre a identidade nacional e regional, fazendo com que fragmentos de textos importantes para a história da nacionalidade surjam em novos contextos e cotejos, no intuito de realizar uma modesta, mas não desimportante, contribuição para o resgate da memória sobre a formação e invenção de nosso país.

Do ponto de vista metodológico, no entanto, a técnica da citação cumpre um papel fundamental ao longo deste trabalho, uma vez que procura reconstituir, através das vozes dos próprios atores e coadjuvantes, a visão que tinham de sua época e da realidade em que viviam, o que não significa que estamos utilizando os documentos como se fossem portado-

res de uma verdade atemporal, inquestionável e completamente crível, sem qualquer atitude crítica perante eles. Todos os textos e seus respectivos fragmentos estão arrolados de maneira solidária em função de uma idéia, que é a espinha dorsal deste trabalho: a relação entre cânone literário, homens de letras e invenção de uma literatura e, portanto, de um país, de uma nação. Deste modo, sempre que este procedimento justificar-se perante a pesquisa e a elaboração do texto, o estatuto de verdade que os documentos reivindicam para si será mantido, não na presunção de que sejam verídicos de fato, mas no intuito de atingir os objetivos propostos para a redação da tese. Outro procedimento adotado em relação às fontes é evitar juízos estéticos sobre os textos e fontes, de modo que não nos propomos a realizar uma análise interna de obras literárias, tampouco os seus mecanismos textuais, apesar deste estudo estar também colocado no campo intelectual da historiografia ou da teoria literária. O objetivo desta pesquisa foi, além de restituir voz àqueles que produziram o cânone elaborado para a literatura nacional no século 19, realizar uma investigação sobre os processos de exclusão e seleção que permitiram a afirmação do projeto literário do *grupo fluminense* em sobreposição ao do *grupo maranhense*, recuperando para tanto o ato genealógico da *invenção*. Ademais, sempre que este procedimento foi possível e não constituía um impeditivo à leitura, mantivemos a ortografia original de cada fonte e documento no intuito de preservar a integridade das vozes dos atores e obras aqui citados, assim como as línguas originais, tudo no interesse de fornecer o testemunho direto, com o mínimo possível de mediações e omissões.

O terceiro capítulo desta tese, aliás, foi o resultado do confronto direto entre estes distintos grupos de homens de letras. O objetivo foi explanar, neste capítulo, os diálogos, as mediações e as diferenças entre *atenienses* e *fluminenses*, de modo a captar, através do co-tejamento de ambos os projetos, como se deu a invenção das tradições literárias que lançaram as condições para a emergência do cânone literário nacional. Este último capítulo teve, portanto, o caráter de por em comparação a ação dos vários protagonistas da invenção do cânone literário nacional, apontando a peculiaridade de suas obras e de seus objetivos como escritores e intelectuais, procurando com isto encontrar as possíveis divergências e pontos de contato neles existentes, de modo a por em evidência como o campo literário brasileiro

deu consecução à fixação de seu *habitus* coletivo e no tocante às condições de possibilidade para a fixação do cânone literário.

Vamos a eles.

CAPÍTULO I
ORIGENS DA CRÍTICA ROMÂNTICA

1. ORIGENS DA CRÍTICA ROMÂNTICA

1.1. Um programa para a crítica e para a história

 CRÍTICA ROMÂNTICA NO BRASIL foi, em todos os sentidos, a responsável pela difusão do sentimento patriótico e criação de um conceito de *literatura nacional*, origem da formação das histórias das literaturas modernas. Uma nova noção de história – a história da nacionalidade –, assim como uma nova noção de história da literatura, permitiu o surgimento de uma narrativa historiográfica que deixa de ser o mero registro de autores, livros e biografias e passou a ser a história de um *dever*, de um *vir-a-ser*, de um sentido histórico⁵⁸ para a literatura: a nacionalização de um país e de uma cultura. Convém, contudo, distinguir “sentido” e “objetivo” na história, uma vez que o objetivo é o que confere sentido às criações humanas.

A estrutura formal do sentido da história se comporta da mesma forma que objetos criados com uma determinada função ou objetivo. Qualquer objeto, por exemplo, só possui sentido se indicar algo que está além de sua existência puramente material, como o papel em branco, que só tem sentido se o objetivo para o qual foi criado – ser preenchido por alguma atividade humana, como a escrita ou o desenho – for cumprido. O mesmo sucede com a história, que somente adquire sentido se houver a indicação de um objetivo transcendente, que ultrapasse os limites da mera cronologia ou a narrativa anedótica dos fatos ou acontecimentos históricos. Se a história, portanto, é um movimento ou registro da ação humana através do tempo, o objetivo, através da historiografia, é uma finalidade, algo a ser atingido com a passagem do tempo. Fatos ou acontecimentos isolados não possuem, desta forma, *sentido*, se não possuem um objetivo, uma finalidade a ser atingida *com* e *através* do tempo. Não podem, portanto, ser interpretados como uma mera sucessão de acontecimentos, sem nexos com as forças causais da história.⁵⁹ A consciência historicista romântica, por conseguinte, através da crítica e da história, descreve o percurso de um país, povo ou nação

⁵⁸ Cf. LÖWITZ, Karl. *O sentido da história*. Edições 70: Lisboa, 1991, p. 18 e segs.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 19.

como se estivesse imbuído de um *telos*,⁶⁰ de uma finalidade e um objetivo que orienta o sentido e a existência da narrativa historiográfica, saturada de um *devoir*, de um *vir-a-ser*, que é o nacionalismo como “fio condutor da história”,⁶¹ ao modo de um “nacionalismo ontológico”,⁶² de um *ontos* ou uma busca ontológica da identidade ou do *logos* nacional,⁶³ tanto em sua origem como em sua trajetória até sua materialização na longa cadeia dos acontecimentos históricos. Podemos, então, falar de uma *teleologia* da nacionalidade.

Contudo, as modernas concepções de história, como por igual a concepção historicista do Romantismo, são herdeiras da visão judaico-cristã a elas subjacentes, através da qual a idéia de *progresso*, de uma crença em um futuro e um mundo melhor, surge da esperança religiosa em um *eschaton*, ou seja, o cumprimento das promessas e profecias divinas. A fé – que se traduz em esperança – depositada na história da salvação introduziu um sentido aos acontecimentos históricos e às ações humanas, provendo ao tempo e ao devir histórico uma teleologia que negava a noção circular de tempo e, portanto, de tempo cíclico, da Antigüidade Clássica, obediente à mecânica das esferas celestiais, sem uma esperança de futuro, pois o futuro era apenas a repetição daquilo que já teve palco na história humana e do mundo natural. Com a introdução do *escathon*, de uma promessa divina, abriu-se uma fenda na história, uma vez que a noção de futuro e de projeto passa a pautar a existência humana com advento da história da salvação.⁶⁴

O Romantismo, por outro lado – como também a sua filosofia da história e seu pensamento historicista –, abandona o enfoque teológico judaico-cristão e a concepção clássica de narrativa historiográfica, ainda dominante à época, que encarava a história como a sucessão de vidas e homens ilustres,⁶⁵ embora no caso brasileiro se anote a necessidade da criação de um panteão de personagens insignes da história e de um passado ilustre para a

⁶⁰ GUINSBURG, Jacó. *Romantismo, historicismo e história*. In: *Romantismo*. Organização de Jacó Guinsburg. Editora Perspectiva: São Paulo, 2002, p. 18. Ver também em Löwith. *Op. cit.*, p. 19.

⁶¹ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Universidade de São Paulo, 1992, pp. 186-7.

⁶² CAMPOS, Haroldo de. *Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração*. In: *Colóquio Letras*, nº. 62, julho de 1981. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, p. 12.

⁶³ *Idem, ibidem*.

⁶⁴ LÖWITH, Karl. *Op. cit.*, p. 31-32.

⁶⁵ GUINSBURG, Jacó, *op. cit.*, p. 14.

nação.⁶⁶ A noção de *progresso*, entretanto, surgida no século XVIII e difundida a ponto de se converter em uma opinião corrente e em crença em um progresso indefinido e imanente, substituto moderno da crença na providência divina,⁶⁷ ainda está presente no Romantismo. É a noção romântica de progresso, sobretudo em relação às instituições nacionais e ao povo, que está em cena do ponto de vista historiográfico, orientando a ação dos heróis e homens ilustres da pátria na direção de um mundo cada vez melhor, através da finalidade providencial de uma missão histórica, que confere um sentido à história do país.⁶⁸

A história passa a ser considerada, portanto, como a “biografia da nação”, assim como a literatura era entendida como “expressão da sociedade”, o que criava uma orientação e um sentido para o cânone literário em formação – um *dever* -, ou seja, a *nacionalização* da literatura, a expressão da nacionalidade de um povo, de uma pátria, de uma cultura.⁶⁹ O passado deixa de ser visto como uma sucessão de eventos estáticos, adquirindo a feição de uma *evolução contínua*, de uma marcha para o futuro, um reflexo do iluminismo francês e do idealismo alemão sobre os primeiros letrados românticos, a partir dos parâmetros da concepção moderna de história em oposição à concepção clássica. Convém, portanto, distinguirmos uma da outra.

A concepção clássica, dominante no continente europeu do Renascimento ao Iluminismo, conheceu ao longo de sua preponderância mudanças e rivais, sem ter desaparecido por completo a partir de 1800, quando a concepção moderna, após a Revolução Francesa, instalou-se nos círculos acadêmicos e intelectuais e tornou-se a mais difundida concepção de história entre os historiadores europeus. No entanto, até meados do século XVIII, a concepção clássica de história conheceu uma supremacia indubitável, pois uma de suas características básicas é que seus fundamentos não se encontram no tempo ou em sua passagem, como a moderna, mas sim pelo fato de determinar um “espaço de experiências”⁷⁰, um campo de ações humanas, através do qual pode ser encontrado um conjunto de exemplos,

⁶⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1836-1880). Editora Itatiaia: Belo Horizonte; Rio de Janeiro, 1997, 2º. Vol., pp. 312-313.

⁶⁷ LÖWITH, Karl. *Op. cit.*, p. 67.

⁶⁸ GUINSBURG, Jacó. *Op. cit.*, p. 14-5. Ver também em Karl Löwith. *Op. cit.*, pp. 31-32, e todo o capítulo IV, pp. 67-106.

⁶⁹ SCHAPOCHNIK, Nélon. *Op. cit.*, p. 8.

⁷⁰ Ver em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. In: Estudos Históricos 1; Rio de Janeiro; Vertil, 1988, p. 29.

proezas e histórias modelares, porquanto incomuns, extraordinárias, capazes de oferecer aos historiadores e à sociedade alguma orientação e sabedoria para uma ação experiente e lúcida no mundo. Os exemplos do passado, portanto, pelo erro e pelo acerto, seriam os mestres do presente, e a história, a mestra da vida. O que temos aí é uma concepção ética e pedagógica da história, que Cícero resumiu através de uma antiga máxima latina: “*Historia magistra vitae.*”⁷¹

Contudo, tal concepção pressupõe um universalismo essencial do gênero humano, no qual é possível encontrar uma unidade atemporal. Somente este argumento justificaria o curso da história como um gigantesco teatro, em cujo palco um vasto conjunto, porém sempre em aberto, de cenas e atos selecionados – note-se que com uma cronologia, mas sem um enredo, uma articulação necessária de causa e efeito entre as cenas e atos –, seria representado *in moto continuum* para uma platéia de expectadores que encontra neste “espaço de experiências” privilegiado uma fonte inesgotável de aprimoramento ético, político e filosófico. Como consequência de tal formulação dos fatos históricos, a concepção clássica de história adota um procedimento narrativo que busca apoio junto à tradição e à memória coletiva, privilegiando o depoimento dos atores históricos – em geral, aqueles que testemunharam ou, quando possível, os próprios agentes da cena histórica –, desconhecendo a diferença entre o passado e o presente a fim de manter o futuro sob um rigoroso controle, dentro de uma teia intrincada de possibilidades extraídas das *lições* do passado, em um “horizonte de expectativas” conhecido de antemão.⁷²

Deste modo, os historiadores clássicos têm como objetivo central em suas narrativas promover as suas perspectivas, opiniões e crenças mediante o recurso de buscar exemplos e lições às experiências acumuladas através da história.⁷³ Note-se que tal concepção de história, entretanto, era um gênero praticado pelos mais diversos autores, pois constituía um modo de argumentação disponível a todo intelectual da era clássica da historiografia, uma vez que não se constituía em terreno particular de especialistas. Portanto, a ausência de especia-

⁷¹ *Idem, ibidem.*

⁷² *Idem, ibidem.*

⁷³ A concepção clássica de história pode ser encontrada na obra de Maquiavel – *O Príncipe, História de Florença, Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* – como em Racine, Montaigne, Bodin, entre outros. *Idem, ibidem*, pp. 29-30.

lização e a variedade de conteúdos ⁷⁴ eram características fundamentais desta formulação de história, embora não fosse qualquer relato extraído da memória coletiva, como se pode aduzir, que entrasse para a confecção de narrativas historiográficas ou que pudesse ser aproveitado como exemplo, uma vez que tais exemplos e relatos eram selecionados, conforme afirmamos, de um vasto conjunto em aberto. O processo de seleção procurava afastar da memória alguma mitificação, através de uma comparação dos relatos da tradição com os valores e convenções do século em curso, separando o que era possível de ser assimilado de acordo com estes valores e convenções e, desta forma, pondo de lado o que era considerado como produto do mito e da imaginação. A este procedimento dá-se o nome de “doutrina das coisas atuais”. ⁷⁵

Embora este procedimento já acene com uma postura crítica, ainda que moderada, em relação à tradição, a noção clássica de *verdade* permanece a mesma, uma vez que a história continua sendo um imenso palco e fonte copiosa de argumentos éticos, morais, políticos, filosóficos e, portanto, a grande preocupação não é atingir a confirmação do que é verídico, da verdade factual dos documentos e testemunhos, mas através deles alcançar verosimilhança e plausibilidade. O que se busca, afinal, é a correlação e conseqüente articulação, ainda que de modo incerto e contingente, com os valores adotados pelo presente, ou seja, o século corrente. ⁷⁶ O filtro, por conseguinte, da concepção clássica de história, é o presente.

Quando a concepção moderna de história entra em cena com as suas produções, entra também em cena o ideal de uma busca pela verdade exata e rigorosa, com o objetivo de verificar, através das fontes, documentos e testemunhos, quando e onde as ações humanas se deram, e se de fato existiram ou não. Não há mais a preocupação em relacionar tais ações em função dos debates éticos e políticos que propiciam, em função dos valores do momento presente, mas sim o *quantum* de verdade possuem:

Desta maneira, só para usar uma fórmula cômoda, temos a passagem de uma verdade que se identifica com a *ética* e que se opõe ao *erro*, para uma verdade que se

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 30.

⁷⁵ *Idem, ibidem*.

⁷⁶ *Idem, ibidem*.

confunde com o *fato* e deseja afastar-se de tudo aquilo se aproxima das fronteiras da *fantasia* ou da imaginação.⁷⁷

Os historiadores modernos – entre os quais, o historiador do período romântico –, a fim de atingir estes objetivos e pressupostos de sua formulação de história, deveria em primeiro plano não se deixar atrair pela sedução de atribuir um significado pedagógico e ético à história, procurando, em lugar de tal pretensão, encontrar um ponto equidistante entre os valores conflitantes, com a finalidade de renunciar sistematicamente a todos em favor de um conhecimento “objetivo” da realidade. A partir dos pressupostos de objetividade e imparcialidade, a concepção moderna de história, a partir da segunda metade do século XVIII, incorporou uma série de procedimentos críticos inspirados pelo intercâmbio constante com uma disciplina irmã, a filologia.⁷⁸ A adoção de tais procedimentos despertou no historiador moderno a crença de que seria capaz de determinar a “verdade dos fatos” com absoluta exatidão, a partir da análise comparativa entre os documentos, confronto de testemunhos, extraíndo a partir daí critérios para o estabelecimento de quais textos eram dignos de confiança e, portanto, verídicos, e quais não, tendo sempre em vista o acesso a um conhecimento objetivo e realista do passado. Enquanto o exame crítico da tradição, segundo a concepção clássica de história, era relativo porque condicionado aos valores do presente, na concepção moderna tornou-se incondicional e absoluto. Os documentos do passado são vistos com total desconfiança, aumentando assim o esforço crítico de exame e minúcia do historiador, que em consequência disso adquire cada vez mais erudição, a caminho de se tornar um especialista.

Claro que tal mudança de visão entre os historiadores não se deu do dia para a noite, mas aconteceu através de um processo demorado e longo, no qual a concepção clássica de história continuou a sobreviver em paralelo, as mais das vezes na prática do mesmo historiador, somente se alterando dramaticamente com um fato que é considerado o marco da concepção moderna de história: a Revolução Francesa. A revolução de 1789 provocou um número tal de conflitos, cujas dimensões e intensidade, em relação ao volume de fatos aparentemente incontroláveis e imprevisíveis que ela gerou, obrigaram os historiadores a re-

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 31.

⁷⁸ *Idem, ibidem*.

pensar a tradição e a noção de verdade dela decorrente. A Revolução Francesa propiciou, então, a confecção de uma nova definição de verdade, assentada, sobretudo, em critérios independentes dos juízos e valores em conflito, afim de que a história pudesse fornecer princípios e discernimento para a reconstrução do mundo, destruído e modificado após a revolução. Note-se que a concepção moderna de história não abandona por completo uma missão pedagógica e ética diante das ações humanas. É o que ocorrerá com boa parte da produção historiográfica do Romantismo.

Conforme afirmamos em passagens anteriores, embora a concepção clássica de história seja o pensamento dominante até o século XVIII, pois considera a História a partir da perspectiva dos homens e “vidas ilustres” – reis, sábios, filósofos, heróis, gênios –, o Romantismo surge em um momento em que não somente a visão teológica, de fatura judaico-cristã, dentro do campo historiográfico, já se encontra em franco abandono, como também a noção clássica de verdade. Apesar da sobrevivência de um ou outro resíduo da concepção clássica de História, o Romantismo nasce estuante de modernidade, uma vez que a noção de *progresso* assentou-se nos domínios historiográficos e filosóficos, em substituição ao arbítrio divino e o providencialismo cristão, como também em substituição ao caráter ético e pedagógico das ações humanas e vidas ilustres do passado, pondo em marcha a crença em mundo cada vez melhor, assentado somente no tempo histórico, cuja evolução depende apenas da atuação humana direta. Enquanto a Ilustração acreditava no poder da razão como agente transformador do homem e do mundo, atribuindo-lhe um papel ético e pedagógico fundamental – a atuação humana na história dependeria em larga escala do “bom senso”, do equilíbrio e da verdade lógica, segundo o cogito cartesiano ⁷⁹ –, de modo que através da atividade crítica e do esclarecimento racional a história seria promovida pela civilização, o Romantismo vai acentuar, por outro lado, a contribuição de Giambattista Vico (1668-1744) e sua *Nova ciência* (1725) ⁸⁰, ao privilegiar o papel da “sociedade civil” e do historicismo, invertendo a lógica iluminista e enfatizando que a história é a história das sociedades e, portanto, da civilização. ⁸¹

⁷⁹ GUINSBURG, Jacó. *Op. cit.*, p. 15.

⁸⁰ Para maiores esclarecimentos, ver em Karl Löwith. *Op. cit.*, pp. 119-130.

⁸¹ GUINSBURG, Jacó. *Op. cit.*, p. cit.

Daí, logicamente, nasce o sentido de história como “biografia da nação”, conforme expressamos neste capítulo. O discurso historiográfico passa por uma revolução, pois abandona o seu caráter clássico, meramente descritivo, estático e repetitivo, para daí em diante adquirir características cada vez mais interpretativas e formativas. O historiador, com este procedimento, herdado da filologia, passa a ter uma atitude genética, genealógica, em relação à história e seus documentos e fatos:

É a história que produz a civilização. Mas não a História, e sim as histórias. Suas fontes propulsoras estão menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na sua *ratio*, do que, de um lado, no indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, *gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou impulso inerente à sua personalidade*, que é o herói romântico, *encarnação de uma vontade antes social do que pessoal*, apesar da forma caprichosamente subjetiva de seus motivos e decisões, e, de outro lado, num ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma, de alma mais do que de corpo, cujo espírito é o centro nevrálgico e alimentador de uma existência conjunta.⁸²

Convém, entretanto, lembrar que o Romantismo representa um movimento de forte reação e oposição contundente ao Classicismo do período da Ilustração e, como tal, é o momento de acirrado combate ao domínio do racionalismo no campo da arte e do conhecimento, típico do século XVIII concernente ao Iluminismo, sendo uma recusa violenta, portanto, da visão de mundo racionalista e da estética neoclássica a ela referente. O que distingue fundamentalmente o Romantismo do Classicismo e da Ilustração, no tocante à sociedade e à civilização, é o seu marcado pessimismo e desconfiança em relação a ambas, como herdeiro da cosmovisão de Rousseau, cujos postulados influenciaram em larga escala as origens da escola romântica. Como a concepção rousseauiana de mundo, história e verdade pressupõe uma natureza humana primitiva que é corrompida pela cultura, além do credo que a propriedade é a fonte de desigualdade entre os homens, entra em cena no Romantismo o postulado de que o homem, originalmente um ser inocente e puro, é pervertido em contato com outros homens corrompidos pela sociedade e pela civilização.⁸³ O Romantismo torna-se então uma busca emblemática pelo homem em estado “natural”, próximo da

⁸² *Idem, ibidem*. Grifos meus.

⁸³ GUINSBURG, Jacó; ROSENFELD, Anatol. *Romantismo e classicismo*. In: *Romantismo*. Organização de Jacó Guinsburg. Editora Perspectiva: São Paulo, 2002, p. 261-266.

natureza, ainda não corrompido pelo homem civilizado, o que explica o fascínio dos críticos e historiadores do período romântico pelo selvagem, procurando-o em terras ainda indômitas e, portanto, não corrompidas pelos vícios da sociedade e da civilização. Assim, as regiões da América e de outras partes do mundo tornam-se emblemáticas sob o foco da crítica e da história, uma vez que são privilegiadas pelo fato de ainda ter a presença do que se convencionou chamar de “selvagem”, “indígena” ou, no caso americano, “ameríndio”, em função das enormes diferenças entre o modo de vida destes povos “bárbaros” quando comparados aos padrões europeus de civilização, sociedade e cultura.⁸⁴

Contudo, apesar de tais diferenças em relação à Ilustração e ao Classicismo, no campo da historiografia os críticos e historiadores do Romantismo desenvolveram um arguto senso de história, a ponto de fundar questionamentos e uma práxis narrativa que superou em muito os limites da explicação racionalista da história, inerentes, conforme vimos, à concepção clássica de história. Enquanto a narrativa historiografia racionalista tinha como objetivo encontrar na história em geral o que há de comum em todos os seus eventos a fim de extrair lições úteis para o presente, os críticos e historiadores do Romantismo focam o seu interesse nos fenômenos singulares e extraordinários. O fenômeno singular não interessava aos racionalistas, uma vez que apostavam tudo na racionalidade e, desta forma, procuravam encontrar no particular apenas aquilo que seria passível de universalização, de conceituação.⁸⁵

Ora, para os críticos e historiadores do período romântico a história é o domínio do particular, do singular, onde a sucessão temporal e, portanto, fenomenal, é individualizada. A concepção romântica – e, portanto, moderna – de história deve abarcar, por conseguinte, os fenômenos individuais, uma vez que estes não são pura manifestação do caráter universal e atemporal da espécie humana, mas sim da acentuada originalidade e singularidade de seus atores.⁸⁶ Portanto, no curso da história tudo é único, nada se repete, nada é cíclico, e cada fato é novo e sempre diferente se tomado em relação a si mesmo e não dentro da limitação de explicações e contextos estruturais. O Romantismo desperta entre os historiadores o senso do peculiar, daquilo que é diferenciado e característico, em franca oposição ao ra-

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 266.

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 268.

⁸⁶ *Idem, ibidem*.

cionalismo ilustrado que apostava na faculdade racional como atributo essencial comum a todos os seres humanos, o que os tornava essencialmente iguais entre si, eliminadas, é claro, as diferenças sociais, tais como o nível sócio-econômico e educacional, condicionantes que são julgados, salvo deficiência orgânica, como fatores extrínsecos à capacidade racional da espécie humana. Este idealismo ilustrado difere, em ênfase e modo, do idealismo romântico, que aposta as suas fichas na singularidade do indivíduo, valorizando-o naquilo que o distingue sobremodo de outro, ou seja, justamente em sua situação social, sua sensibilidade e subjetividade exclusivas, as quais são particulares a um determinado meio social e, portanto, nacional, e não a outro, além de outros condicionantes e fatores particularizantes. Com a ênfase dada ao particular, ao peculiar de cada indivíduo, sociedade, povo ou nação, a escala de valores do Romantismo incide sobre aquilo que distingue uma pessoa da outra, um país do outro, uma sociedade da outra, uma nação da outra, ou seja, na individualidade e seus matizes característicos e especificidades.⁸⁷

No caso dos grupos nacionais, por exemplo, homens como Herder, Hamann, ambos pré-românticos, viam-nos como sendo todos bons, mas diferentes, devendo manter tais especificidades, porque assim podiam entrar como um instrumento à parte no concerto geral da humanidade. *Essa maneira de ver converteu-se sem dúvida alguma no fundamento da concepção propriamente romântica, que procura discernir as dessemelhanças entre os povos*, destacando-as mesmo como expressão de qualidades intrínsecas e determinantes da fisionomia de cada conjunto, sem que de um modo geral e direto isso implique em enfoque negativo, deformador ou preconceituoso em relação a outros grupos, pois justamente a diferença singularizadora é que torna a existência e a contribuição de cada organismo nacional um componente único e complementar no processo humano.⁸⁸

Não à toa, conforme veremos adiante, os críticos e historiadores do período romântico, sobretudo a respeito da América e, em nosso caso particular, sobre o Brasil, enfatizam e demarcam as diferenças entre os povos americanos e os europeus, pondo em evidência suas especificidades, aconselhando e invocando aos americanos a acentuar e acirrar as diferenças a partir de suas especificidades em relação ao Velho Mundo.

O Romantismo funda então uma preocupação constante em salientar as diferenças do indivíduo situado dentro de seu âmbito sócio-histórico em relação a outros indivíduos de

⁸⁷ *Idem, ibidem*, pp. 268-9.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 269. Grifos meus.

outros lugares, lançando as bases da sociologia moderna e do positivismo de Comte. Destacando o característico, aquilo que confere distinção ao indivíduo dentro de uma sociedade específica, dentro da classe social e da nação em que se encontra, o Romantismo procura individualizar a vida coletiva, mas não ainda ao modo de uma ciência social, para a qual abre caminho, mas com a preocupação fundamental de situar o homem dentro de seu ambiente, de seu *habitat* original. Como resultado dessa preocupação, o permanente interesse e ênfase sobre a “cor local”.⁸⁹

A conseqüência deste procedimento historiográfico, à luz da história da formação da nação, é que todos os fatos do passado são filtrados por uma atitude explicativa, em sentido genealógico, através da qual os eventos históricos originarão a manifestação do sentimento de nacionalidade.

Ora, tanto os historiadores quanto letrados brasileiros foram solidários ao projeto de construção da nação, uma vez que estavam comprometidos com a missão de fundação da pátria e de sua correspondente literatura. Tornava-se, portanto, necessário apontar um sentido e um *dever* para o cânone. Com isto, atribuiu-se um papel fundamental à história e à literatura, ao mesmo tempo de legitimação do discurso de fundação da pátria e garantia para a invenção de uma tradição nacional, com a finalidade de “recolher e conservar”⁹⁰ os documentos que constituíssem o acervo e a memória da nação e assim permitissem o surgimento paulatino de um “corpus” documental para a história e a literatura brasileiras.⁹¹

Várias instituições contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, entre outras instituições similares, ocupou-se do papel central de coletar, catalogar, tomar e publicar toda a memória histórica, em forma de documentos. No caso específico da literatura, foi também decisiva a ação do IHGB no fomento às primeiras manifestações da crítica literária. A coleta documental tinha como finalidade, deste modo, não somente a criação de um arquivo de fontes para a elaboração da história da nação como, por igual, a construção de uma história da literatura na-

⁸⁹ *Idem, ibidem.*

⁹⁰ SCHAPOCHNIK, Nélon. *Op. cit.*, p. 8.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 16.

cional e, conseqüentemente, a constituição e consolidação de seu respectivo e respeitável cânone literário.⁹²

Este gesto no Brasil deu-se em função do importante papel desempenhado pela crítica romântica européia, através da qual a definição de nacionalidade dos povos foi concebida. No caso brasileiro, sobretudo, o Romantismo ajudou a difundir, após a emancipação política, um forte sentimento de missão entre os intelectuais e homens de letras o interesse contínuo pela formação e consolidação da literatura nacional, a ponto de tematizar e pautar toda a produção intelectual brasileira oitocentista.⁹³ Trata-se, portanto, de uma convergência histórica muito oportuna, pois a história da literatura brasileira passa a ser o resultado de um esforço de constituir a história da nação e de criação de uma tradição nacional respeitável, assim como as tradições européias, capaz dotar o país de uma cultura original, americana e *nacional*.⁹⁴

Contudo, a literatura brasileira, em sua fase primitiva de constituição e consolidação de seu cânone – era preciso criar uma lista de autores e respectivas obras –, apesar do esforço concentrado pela autonomização de suas características, dotando-lhe de originalidade, ainda mantém vínculo com os modelos estrangeiros, sobretudo de crítica e fundamentos teóricos, que aqui são reproduzidos por homens de letras de limitados dotes intelectuais,⁹⁵ como é o caso Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Pereira da Silva, Januário da Cunha Barbosa, entre outros. Os modelos de narrativa da história da literatura, ou simplesmente da história geral, são extraídos das obras de intelectuais europeus preocupados em definir e demarcar uma clara diferença entre o que é *americano* e o que é *européu*, entre a cultura civilizada do Velho Mundo e a cultura selvagem, e a marcha do processo civilizatório em território brasileiro e, portanto, em formação, partindo do precursor alemão, Friedrich Bouterwek (1765-1828), do latino Simonde de Sismondi (1773-1842), mas, sobretudo, do francês Ferdinand Denis (1798-1890) e do português Almeida Garret (1799-1854), bem

⁹² *Idem, ibidem*, pp. 10, 16-17, 22-25.

⁹³ Para este assunto, ver em FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1999, sobretudo os capítulos *Da literatura e do literato*, pp. 99-184, e *Do Rio de Janeiro ficcional*, pp. 185-256.

⁹⁴ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, pp. 110-116.

⁹⁵ Ver em FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, pp. 105-106 e CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, Vol. I, pp. 221-224.

como de viajantes como o mercenário militar Schlichthorst (1829)⁹⁶ e do naturalista e botânico Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), como também do gesto de consagração de escritores consagrados como Alexandre Herculano (1810-1877) em relação à obra de Gonçalves Dias, e de eruditos como Ferdinand Wolf (1796-1866). Estes, com maior ou menor influência, com apoio ou não de instituições e governantes brasileiros, contribuíram para a formação e criação de uma visão orgânica sobre a literatura, a história e o homem de letras do Brasil, propiciando o surgimento de uma tradição crítica em torno do mesmo fenômeno: a consolidação de um cânone literário nacional brasileiro.

Apoiada no nacionalismo literário, a crítica romântica brasileira tem, entretanto, um grande fundador, o francês Ferdinand Denis – coadjuvado, em segundo plano, pelo poeta português Almeida Garret. A influência destes dois estrangeiros junto aos nossos intelectuais foi sensível e fundamental para a constituição de algumas diretrizes a ser seguidas pelo nosso cânone, vazadas em publicações como a *Revista Niterói*.

Entretanto, segundo Antonio Candido,⁹⁷ a teoria romântica utilizada no Brasil tinha origem em quatro escritores: Chateaubriand, Madame de Staël, Schlegel e Simonde de Sismondi. Isto, do ponto de vista da teoria da literatura. Estes autores estão vazados também na formação de Denis e Garret, de modo que as origens do pensamento brasileiro estão radicadas nos quatro autores apontados por Candido, o que demonstra a pobreza do horizonte intelectual da crítica romântica brasileira do período, presa a apenas a algumas referências em voga. Mesmo Sismondi deve ser analisado com alguma desconfiança, pois as suas idéias centrais estão casadas com as de Madame de Staël, sobretudo ao estabelecer o binômio “literatura do norte” e “literatura do sul”⁹⁸ da Europa, conceito que será decisivo como chave interpretativa da literatura produzida na América e no Brasil.⁹⁹

As idéias de Staël, deste modo, são muito importantes no contexto da história da literatura nacional em constituição, o que explica porque muitos letrados e críticos dos primei-

⁹⁶ O ano refere-se à publicação de *O Rio de Janeiro como é*, e não ao nascimento de Schlichthorst, em razão de que os dados biográficos a respeito do viajante prussiano são escassos, e quase todos referentes às rápidas passagens de sua vida que registra em suas memórias brasileiras. Ver em CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XLI e 93-95.

⁹⁷ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, vol. 2, p. 285.

⁹⁸ Ver em CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XXIV.

⁹⁹ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, Vol. 2, p. 289.

ros momentos literários durante o Romantismo, logo após a independência do país, nutrem um grande interesse por algum tipo de comparação entre a literatura produzida no Brasil e a literatura produzida na Europa, ainda que somente para ilustrar ou demarcar a diferença de identidade entre ambos. *O autor, o crítico e o historiador sentem a comum necessidade de marcar a identidade cultural do país diante do colonizador, assim como este em relação ao colonizado.*

Apesar da contribuição inegável dos estrangeiros, a história da literatura brasileira é uma construção dos críticos românticos e homens de letras que, logo após a emancipação do país, empenharam-se em realizar uma cuidadosa seleção – ainda que à luz de critérios elaborados por Denis e Garret – de autores e obras com o objetivo de estabelecer um sólido *corpus* literário e documental a serviço da história do país – como também de sua literatura – e justificar, desse modo, a existência de uma literatura reconhecida como brasileira e não como um ramo da literatura da ex-metrópole.

Tratava-se, portanto, de afirmar uma identidade americana – ou melhor, brasileira – perante o europeu, que também desejava – como Garret e Denis – vê-la demarcada e constituída, o que se pode notar de modo exemplar na defesa apaixonada até de um chileno brasileiro como Santiago Nunes Ribeiro, ao afirmar a autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa:

Agora perguntemos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante destas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter *caráter nacional*. Sim, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido. *A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura: ela procura exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida exterior de um século, ou na vida misteriosa da íntima consciência: (...) Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura nacional.*¹⁰⁰

Os homens de letras brasileiros, no entanto – é necessário pontuá-lo –, somente começam a construir um conceito de uma literatura nacional, diferente de portuguesa, ainda

¹⁰⁰ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL-MEC, 1980, 2 vol., pp. 42-73. A análise mais pormenorizada do texto de Santiago é feita em capítulo posterior.

que sob a influência de estrangeiros como Denis, Garret ou Santiago, após a independência em 1822, o que permite, ao menos, avaliar o gesto que a iniciou.

Não havia, com efeito, em nossas mirradas letras, um “corpus” significativo de obras e autores que permitisse falar em literatura autônoma da literatura portuguesa, e alguns estrangeiros anteriores a Denis e Garret, como Bouterwek e Sismondi, registram os autores nativos do Brasil também como portugueses nascidos na colônia, e não apenas como brasileiros, filiando sua produção, portanto, à literatura portuguesa.¹⁰¹ Dentro do quadro de produção literária que analisavam, não propunham a separação entre as literaturas, mas apenas averiguar a diversidade da produção em línguas européias em conformidade com as teorias críticas da literatura que utilizavam.

Outro ponto a considerar é o fato de que a discussão em relação à autonomia ou não da literatura brasileira atravessa todo o século 19, um claro sintoma de que a declaração de nacionalidade e autonomia de uma suposta literatura brasileira é uma construção, quando não uma invenção, de nossos homens de letras, os quais têm que se defender de polêmicas e argumentos como os de Gama e Castro, ao atacar – com inteira razão – a ausência de bases convincentes para a defesa de uma literatura brasileira completamente autônoma, ao menos, da língua em que é produzida e que, portanto, confinaria consigo a assinatura da literatura correspondente.

Entre outros argumentos, tendo que realizar o inventário de nossa identidade cultural – em paralelo ao esforço de levantamento e publicação dos panteões, florilégios, antologias, no sentido de edificação de um “cânone” –, além da ausência visível de uma tradição documental respeitável e de uma “articulação palpável de obras, autores e leitores num sistema coerente”,¹⁰² o nosso mundo letrado vivia sob a determinação da definição de nacionalidade.

Contudo, apesar da precariedade documental, da ausência de uma tradição orgânica autônoma, assim como o fato de que não tínhamos um número razoável de obras e autores que legitimasse – e uma teoria que o autorizasse –, sem sombra de dúvidas, a existência de uma literatura nacional brasileira, diferente da portuguesa, os nossos homens de letras, so-

¹⁰¹ Vide em CÉSAR, Guilhermino, pp. XV-XXXI e pp. 5-26.

¹⁰² CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 154.

bretudo do período romântico, colocaram em prática um programa, uma hipótese de trabalho, que atravessou todo o século 19, e encontrou sua maturidade à medida que o “corpus” era construído, segundo a tese e os objetivos deste programa de nacionalização das letras. A tese, exposta em mais de um texto – como *Da nacionalidade da literatura brasileira*,¹⁰³ de Santiago Nunes Ribeiro, publicado em 1843, ou *Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade*,¹⁰⁴ de Machado de Assis, publicado em Nova Iorque em 1873 –, consistia no seguinte silogismo:

- a) o Brasil possui uma população e uma natureza diversas das de Portugal;
- b) o Brasil possui uma organização política diferente e – a partir de 1822 - independente de Portugal;
- c) a literatura, de acordo com as idéias de Staël difundidas aqui por seu discípulo Sismondi, tem relações diretas com o meio físico e humano;
- d) se o Brasil possui uma população diferente, uma natureza diferente, uma organização política diferente, é um país diferente;
- e) logo, possui também uma literatura diferente, autônoma, própria, diversa da literatura portuguesa.¹⁰⁵

O programa dos homens de letras do período romântico surge, no entanto, pela primeira vez, sistematizado em seus objetivos gerais, com a publicação da revista *Niterói* em 1836, através da retomada das propostas, pelo essencial, do francês Ferdinand Denis, delineadas em seu *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Resume de l'histoire littéraire du Brésil*, publicado em Paris, em 1826, e aplicadas diretamente ao Romantismo brasileiro. A adoção das propostas de Denis pelos românticos brasileiros, longe de ser apenas uma convergência histórica, atende a algumas exigências programáticas do próprio Romantismo, lido sob a ótica de nossos homens de letras e do próprio Denis: a valorização

¹⁰³ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Op. cit.*, p. cit.

¹⁰⁴ ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1985, pp. 801-809.

¹⁰⁵ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 154.

do elemento nacional como articulador e diferenciador da literatura em cada país, além de uma clara atração pelo exótico e pela paisagem estrangeira e distante, tanto no tempo como no espaço, o que representa, entre outros aspectos, alguns dos elementos modalizadores da própria sensibilidade romântica européia, definindo as características de uma literatura e cultura fora do continente europeu.

Numa palavra: o exotismo brasileiro é, na verdade, uma visão européia vazada através das propostas de Denis, definindo o Brasil a partir de suas diferenças internas em relação às diferenças externas, ou seja, em relação à Europa e ao conceito de civilização e cultura européia, ao mesmo tempo em que procura definir um conceito de civilização e cultura brasileira. Portanto, a afirmação do nacional pela literatura é proposta européia, e não brasileira. A nacionalização literária passa por este vetor, uma vez que a distinção de uma literatura brasileira autônoma em relação à européia – no caso, portuguesa – é européia na sua origem e em seu sentido.¹⁰⁶ Logo, igualmente a sua definição e o seu *de vir*, o seu *vir-a-ser*.

A crítica romântica brasileira, iniciada por Denis, apresenta uma concepção de literatura e uma atitude perante a cultura e a tradição que só se compreendem se entendermos que o Romantismo brasileiro, assim como as propostas dos homens de letras da *Niterói* e o seu desenvolvimento subsequente, assume o conceito e a meta de nacionalidade literária como resultado direto do Romantismo europeu, e não de uma reflexão exclusivamente brasileira sobre o assunto. Isto não equivale à afirmação pura e simples de que o Romantismo brasileiro é uma invenção de europeus como Denis, mas de reconhecer que a história da literatura brasileira é um capítulo importante na história da modernidade literária, atentando para o fato de que o movimento romântico brasileiro se distinguiu do Romantismo europeu em função de um fator histórico decisivo, sem o qual não seria o mesmo: a independência política.

Foi este acontecimento de nossa história que permitiu ao Romantismo brasileiro um projeto de nacionalização cuja autoridade não se esgotou em seu tempo, mas atravessou

¹⁰⁶ BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interpretações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 25.

todas as fases posteriores de desenvolvimento e emancipação de nossa cultura e civilização, atingindo, como uma espécie de reverberação cultural, até os dias correntes.¹⁰⁷

Portanto, ponto pacífico é que o grande esforço da crítica romântica, produzida por estrangeiros e brasileiros – solidários à idéia comum de nossa autonomia tanto política como cultural –, era demonstrar que tínhamos uma literatura própria, cujas características eram *nacionais*, porque o país e o seu povo constituíam, antes mesmo da independência política, uma nacionalidade, ainda que em formação.

O gesto que cabia, a partir desse momento, não poderia ser outro que o da prospecção histórica. Tal gesto é denominado por Antonio Candido de “tendência genealógica”,¹⁰⁸ o qual consistia em realizar, através do levantamento documental, uma pesquisa retrospectiva, vasculhando o passado com o objetivo de encontrar obras e autores que fossem os legítimos precursores de nossa literatura.

Na ausência de tradições respeitáveis, em um país que ansiava por constituí-las tão grandiosas quanto o passado gigantesco das nações européias, o esforço dos nossos homens de letras caminhava no sentido de afirmação de nossa identidade ao mesmo tempo em que éramos determinados pela herança cultural de nossos colonizadores, com os quais se pretendia rivalizar em dignidade e importância ao mesmo tempo em que estabelecer uma ruptura e uma diferença. Movidos por este desejo, os homens de letras do período romântico, segundo Candido, foram obrigados a *compor*, em determinados aspectos, “uma literatura para o passado brasileiro”,¹⁰⁹ – na realidade, um cânone, um modelo explicativo e genealógico a ser implantado e seguido como doutrina e programa – a fim de constituir a tradição a ela referente. O resultado dessa sondagem e *composição*¹¹⁰ do passado é, bem claro, o surgimento de um “cânon” literário, caudatário de um programa de nacionalização.

Não havendo, portanto, um trabalho de seleção qualitativa, mas quantitativa, das obras e autores nacionais, já que a literatura estava *em formação*, o critério desta fase de elaboração de um cânone para a posterior elaboração de uma história de nossa literatura era,

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp. 24-25.

¹⁰⁸ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 155.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰ *Idem, ibidem*.

além de quantitativo, fundamentalmente político, pois os autores e obras selecionados só o poderiam ser enquanto enquadrados na hipótese de trabalho dos críticos, historiadores e homens de letras românticos.

Não bastava, portanto, apenas ser *bom* como literato, segundo Candido.¹¹¹ Conforme este processo de nacionalização de nossas letras, ser *bom*, do ponto de vista literário, era também ser *brasileiro*, senão principalmente. O entendimento construído entre os românticos, de modo mais ou menos uníssono - sobretudo em estrangeiros como Denis -, era que ser *brasileiro* era sinônimo de apresentar nas obras algo específico do país: a natureza, a paisagem, o aborígine, os costumes e o modo local de uso da língua.¹¹²

Contudo, era necessário conferir organicidade e autoridade institucional aos autores e textos que seguiam este programa de nacionalização de nossas letras, bem como aqueles que, em nosso passado colonial, eram antecipadores deste. Compreende-se, com base nisto, o esforço de organização e publicação dos “bosquejos”, “parnasos”, “florilégios”.¹¹³ Ou seja, o empenho em dar visibilidade aos autores e obras nacionais em panoramas gerais de um hipotético passado literário, do qual nascem os “bosquejos”, “panteões” e “florilégios”, antologias e coletâneas compostas de início pelos poucos textos e autores disponíveis, a fim de se atingir, primeiro com a quantidade e, depois, por meio da seleção qualitativa através do tempo, um volume que formaria, com o seu conjunto, o primeiro cânone válido de nossa literatura.

Os traços comuns e recorrentes entre estas coleções, como o *Parnaso Brasileiro* (1829-1831), de Januário da Cunha Barbosa, e o *Parnaso Brasileiro* (1843-1848), de Joaquim Manoel Pereira da Silva, além do *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850-1853), de Francisco Adolfo de Varnhagen, eram os seguintes: antologização dos textos, ordenação cronológica, adoção de um critério de seleção e inserção obediente mais ao imperativo político e ideológico de criação e construção de uma nação do que ao valor estético dos procedimentos de composição das obras.¹¹⁴ A preferência dos antologizadores recai somente nos textos que apresentam características e traços do programa e hipótese de trabalho dos críti-

¹¹¹ *Idem, ibidem*, p. 154-155.

¹¹² *Idem, ibidem*.

¹¹³ CANDIDO, Antonio, *Formação da literatura brasileira*, 2º. Vol., pp. 311-312.

¹¹⁴ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Op. cit.*, p. 17.

cos românticos para a nacionalização de nossas letras, ainda que os textos selecionados não fossem de grande valor artístico.

O próximo passo, decorrente da antologização dos textos e ordenação cronológica, era a elaboração de uma narrativa instituinte de nossa literatura. Através da constante edição e reedição de textos já coletados, com notícias biográficas e notas explicativas, reúne-se o material considerado suficiente para autorizar a existência de uma literatura brasileira, com características próprias e, portanto, autônomas.

Era necessário, daí em diante, a construção de uma história da literatura brasileira, trabalho que não pôde ser realizado pelos críticos românticos por motivos óbvios de proximidade histórica e da ausência do “corpus” definitivo para um primeiro cânone, mas que foi consumado pelos críticos realistas e naturalistas, em função da produção e da pesquisa já acumuladas e uma relativa maturidade de seus empreendedores.

Contudo, o legado do Romantismo brasileiro é inegável, porque a autoridade instituinte, com a qual definiram a si próprios como condutores de um programa e de uma missão, coube aos homens de letras deste período: primeiro, delimitar o caráter nacional ou brasileiro de uma literatura produzida no Brasil e, segundo, através desta delimitação contribuir para a construção do país como nação independente tanto política quanto culturalmente. O que se questiona é que esta autoridade, conferida aos homens de letras por eles próprios, apesar de ter sido posta em questão em diversos momentos da história da nação, quando o foi, no entanto, somente se ampliou o raio de legitimidade do programa de nacionalização das letras,¹¹⁵ uma vez que o Romantismo brasileiro tem a sua importância histórica radcada no ato instituinte que é ele próprio, ou seja: o fato de que o período romântico é, na história da literatura brasileira, o verdadeiro gesto fundador de nossa cultura, não apenas porque é a partir daí que ela tem seu início, mas sobretudo porque a questão de seu começo, de sua origem, se põe exatamente neste momento, e não em outro.¹¹⁶ É o Romantismo brasi-

¹¹⁵ É o caso particular dos realistas e naturalistas, ou ainda da Semana de Arte Moderna de 1922 que, ao re-fundar a discussão sobre a identidade e a cultura nacional, questionando em várias etapas o gesto instituinte do Romantismo, apenas ampliaram o seu espectro de influência em nossa cultura, legitimando ainda mais o começo de nossa literatura, indelevelmente atrelada à concepção romântica de país, de pátria, de literatura e, portanto, de cânone. Ver em BATISTA, Abel Barros. *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas; Editora da UNICAMP, 2005, pp. 43-45.

¹¹⁶ BAPTISTA, Abel Barros, *A formação do nome*, p. 22.

leiro que coloca a questão das origens, dos fundamentos, do programa, da hipótese de trabalho, assim como coloca a questão das fontes, dos documentos, da narrativa, e contribui para a definição de muitos outros elementos da cultura brasileira em formação: a construção e definição dos gêneros literários nacionais, o êxito do romance como instrumento civilizatório e pedagógico, a fundação do teatro nacional, a consolidação de um público de leitores, além de definir qual seria a natureza da relação entre o escritor e o país. Não tendo conseguido levar a efeito o lançamento de uma história da literatura nacional, contudo realizou a primeira delimitação do cânone literário brasileiro e lançou, com isto, as bases para uma historiografia literária que, de um modo ou de outro, contribuiu para definir um conceito de literatura e de país.

O Romantismo, coadjuvado por sua respectiva crítica, foi em todos os aspectos um verdadeiro laboratório civilizatório que permitiu lançar os fundamentos e a história da nação, porque soube se beneficiar da convergência histórica da independência política do país e, com isto, ajudou a construir o país partindo da autoridade que conferiu a si mesmo como legislador de uma cultura, decidindo a organicidade da tradição e o sentido histórico, um *devoir* para a nossa história e uma função para a literatura em nosso país. E o fez de tal forma que a sua função histórica, o seu *devoir*, não se esgota no Romantismo, mas o ultrapassa, pautando a discussão cultural e literária durante os movimentos culturais e literários que o sucedem, encontrando todos no período romântico a gênese e a problematização da nacionalidade.

O começo, portanto, exige aqui reproduzir o gesto genealógico do Romantismo, com o objetivo de realizar uma leitura prospectiva, em seqüência cronológica de origem e importância, dos críticos estrangeiros e nacionais que contribuíram, de modo mais ou menos direto, à formação do programa de nacionalização das letras, e qual o papel que a narrativa instituinte de nossa literatura e de nosso cânone desempenhou com base nas visões que a crítica romântica apresenta sobre o mesmo fenômeno: a função das letras no processo civilizatório.¹¹⁷ Começemos, pois, pelo começo.

¹¹⁷ Adota-se aqui o conceito de *processo civilizatório* (ou *processo civilizador*, conforme a tradução) de Norbert Elias. Para ver mais sobre o assunto, consultar ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2 vols., sobretudo o volume 2, parte II, intitulada *Sugestões para uma teoria de processos civilizadores*, pp. 193-297.

1.1.2. *Bouterwek e a história da poesia e da eloqüência portuguesa*

O ERUDITO ALEMÃO Friedrich Bouterwek (1765-1828), com *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13. Jahrhunderts (História da poesia e da eloqüência desde o fim do século XIII)*, publicada em Göttingen entre 1801 e 1819, em doze volumes, foi o primeiro europeu a estudar autores nascidos no Brasil durante o período colonial, em uma ambiciosa obra que fazia parte da coleção *Geschichte der Kunst und Wissenschaften seit der Wiederherstellung derselben bis an das Ende des 18. Jahrhunderts (História das artes e das ciências desde a época do seu renascimento até o fim do século XVIII)*, da qual o quarto tomo ocupa-se da literatura portuguesa, com o título *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit (História da poesia e da eloqüência portuguesa)*, publicado, também em Göttingen, em 1812.¹¹⁸

No entanto, apesar do empreendimento enciclopédico de largo espectro cronológico e da fama que este lhe rendeu, a obra de Bouterwek é quase desconhecida entre os críticos e historiadores literários brasileiros, como o caso de Sílvio Romero, que faz apenas algumas menções à obra do erudito alemão, todas elas imprecisas, como a que segue:

Bouterwek, na *História da Literatura Portuguesa* (1804), Sismondi, nas *Literaturas do Meio-Dia da Europa* (1819), e Ferdinand Denis, no *Resumo da História da Literatura de Portugal* (1825), foram os primeiros que falaram de nossos poetas e escritores.¹¹⁹

Os equívocos de Romero são sintomas claros de que o autor da primeira história orgânica da literatura brasileira não leu os seus precursores europeus. Além do título da obra de Bouterwek não ser o apresentado pelo historiador literário brasileiro, bem como, por igual, o de Sismondi – *De la Littérature du Midi de l'Europe* –, a imprecisão é observada

¹¹⁸ A relação completa das obras de Bouterwek é a seguinte: *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13. Jahrhunderts*, in *Geschichte der Kunst und Wissenschaften seit der Wiederherstellung derselben bis an das Ende des 18. Jahrhunderts* (1801-1819); *Histoire de la littérature espagnole* (1812); *History of spanish and portuguese literature*, 2 vols. (1823); *Historia de la literatura española* (1829); *Asthetik*, 1806; *Lehrbuch der Philosophisch Wissenschaften*, 1813; *Ideen zu einer Allgemeinen Apodiktisch*, 1799; *Graf Donamar* (romance, 1791); *Aphorismen zur Philosophie der Naturwissenschaften*, 1803; *Anleit zur Metaphysik des Schönen*, 1802; *Praktische Aphorismen, oder Grundsätze zu einen neuen System der Moral Wissenschaften*, 1808.

¹¹⁹ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943, p. 37.

ainda nas datas atribuídas à publicação das obras, pois o livro de Bouterwek surge em 1805, a primeira edição da obra de Sismondi é de 1813 e a de Denis é de 1826.

Semelhantes equívocos podem ser notados em Gonçalves de Magalhães (1811-1882) no seu *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, publicado na revista *Niterói* em 1836, depois republicado no mesmo ano como prefácio ao volume de poemas *Suspiros poéticos e saudades*, sob o título *Discurso sobre a história da literatura no Brasil*. A pretensão de Magalhães de escrever “a história literária do Brasil” baseava-se no argumento, quando da publicação na *Niterói*, de que não havia nenhum livro sobre o assunto. No prefácio refundido de *Suspiros poéticos e saudades*, publicado originalmente na *Revista Niterói*, porém, explica que “nenhum nacional” havia se ocupado com a matéria, mas aponta os estrangeiros:

Dos estrangeiros, MM. Bouterwech (sic), Sismonde de Simondi (sic) e Ferdinand Diniz (sic) alguma cousa disseram. O primeiro apenas conhecia Claudio Manoel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente pautua-se (sic) sobre o primeiro; e a menção, que faz de alguns Brasileiros fôra mesmo excluída do plano de sua obra sobre a Literatura do Meio-dia da Europa, se n'ella não entrasse como um appendice à historia da Litteratura Portugueza. No resumo da história Litteraria de Portugal, e Brasil, por M. Ferdinand Diniz, posto que separadas estejam ellas, e por ventura mais extenso desenvolvimento esta ultima ofereça, basta uma vista d'olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dár uma ideia a estrangeiros.¹²⁰

Várias são as razões que explicam o desconhecimento a respeito da obra de Bouterwek entre os críticos e historiadores literários brasileiros. A maior entre elas é o fato de que a maioria dos homens de letras brasileiros não teve acesso à *História da poesia e da eloquência portuguesa*, conhecida quase somente do público acadêmico europeu. Uma outra razão deve-se talvez ao desinteresse proposital, entre os nossos homens de letras, pela opinião de europeus a respeito de autores brasileiros em momentos anteriores à independência política, atitude assumida pela maioria dos homens de letras que lutavam, durante o período de abrangência da crítica romântica, pela emancipação de nossas letras. Como Bouterwek

¹²⁰ MAGALHÃES, Gonçalves de. *Ensaio sobre a historia da litteratura*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, p. 136. Ver também em MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 97.

ainda atrela a existência das letras produzidas no Brasil às letras portuguesas, compreendendo então a rejeição – senão a indiferença – que a obra do erudito alemão experimentou entre os críticos brasileiros.

Além disso, a proposta da obra de Bouterwek, apesar de ambiciosa, não ultrapassa os limites de uma visão panorâmica sobre as literaturas produzidas em Itália, Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e Portugal. Portanto, o seu cotejamento das obras e dos autores não apresenta uma análise com grande penetração crítica, e, desta forma, não oferece uma visão em profundidade das literaturas ibéricas, passando ao largo de várias de suas especificidades mais eminentes. Apesar disso, pela primeira vez as letras portuguesas ocuparam um lugar de destaque ao lado das grandes literaturas européias e, graças à obra de Bouterwek, o público alemão pôde acessar a literatura portuguesa, até então pouco conhecida e divulgada em língua alemã, assim como o pouco que se conhecia, até então, das letras praticadas por autores nascidos ou radicados no período colonial em terras brasileiras.

Porém, Bouterwek apenas fez menção a dois únicos “brasileiros” por ele inclusos no quadro das letras portuguesas: Antônio José da Silva, o Judeu, e Cláudio Manuel da Costa. As doze páginas dedicadas aos dois autores apresentam, apesar do pioneirismo do erudito alemão – e talvez em função justamente disso –, apreciações breves, uma evidente falta de informação quanto aos quadros das letras coloniais em razão do escasso acesso às obras, e uma notável falta de perspectivismo crítico ao privilegiar somente dois autores, sendo que apenas um deles, Cláudio Manuel da Costa, é efetivamente patrimônio das letras produzidas no Brasil, enquanto Antônio José, apesar de nascido no Rio de Janeiro em uma família judaica, é considerado patrimônio das letras portuguesas. Passemos, no entanto, à discussão do texto do erudito alemão.

Na primeira parte do texto dedicado a Antônio José, *o Judeu*, Bouterwek tece algumas considerações sobre a poesia dramática portuguesa na primeira metade do século XVI-II, realizando uma crítica em relação ao teatro nacional português. O erudito alemão critica a falta de nacionalização do teatro português, já que apenas peças do teatro espanhol eram representadas até começos do setecentos. A única mudança digna de nota, segundo o autor, era o fato de que, a partir da primeira metade do setecentos a corte lisboeta passou a conferir predileção à ópera italiana, e que, como resultado do acolhimento positivo que teve por

parte do público português, surgiu um novo gênero teatral que ficou conhecido como *comédias híbridas* ou *semimusicadas*, compostas em língua portuguesa, provavelmente influenciadas pelas pequenas óperas francesas, comuns no período, nas quais o canto revezava com a palavra falada. Segundo Bouterwek, o objetivo dos autores deste novo gênero teatral era a nacionalização da ópera italiana, só que estes músicos-comediógrafos talvez não contassem com a falta de cantores de ópera portugueses de boa formação para a execução dos recitativos. O gênero, entretanto, conheceu grande sucesso entre os portugueses:

In the first half of the eighteenth century, a new, though not a happy turn, became perceptible in the dramatic poetry of the Portuguese. While the Spanish drama still supplied the place of a Portuguese national drama, the favour of the court of Lisbon was bestowed on the Italian opera. The general approbation which was soon extended to operatic performances of every description, led to the introduction on the Portuguese stage of a singular species of hybridous comedy. There was a wish to naturalize the Italian opera; but it is probable that few Portuguese singers were the capable of executing recitative; and it may also be presumed, that the Portuguese had heard of the little French operas, in which the characters speak and sing alternately. This, however, is certain, that the public of Lisbon had always a strong predilection for comic entertainments; and, it appears, that with the view of fully satisfying the popular taste, it was thought advisable to introduce the pomp of the serious Italian opera into the comic drama of Portugal. By what practical head this idea was suggested no Portuguese writer has thought fit to record.¹²¹

A partir daí, Bouterwek entra no terreno das suposições. Começa por aventar que a iniciativa de nacionalização do teatro português partiu, com impressionante perspicácia, de um único diretor teatral, cujo objetivo inicial era simplesmente divertir o público português, sobretudo a corte lisboeta, entretanto com algo novo. Para atingir este objetivo, segundo o erudito alemão, este diretor teria contratado um poeta desconhecido na corte portuguesa que, no entanto, possuía um raro talento para teatro cômico, ao estilo de Gil Vicente. A princípio, talvez com o temor de uma rejeição por parte do público, suas primeiras peças foram representadas em anonimato, porém o êxito alcançado deve ter ultrapassado as expectativas do diretor e do autor das comédias híbridas:

¹²¹ BOUTERWEK, Frederick (sic). *History of Spanish and Portuguese Literature*. In Two Volumes; translated from the Original German by Thomasina Ross. Vol. II: Portuguese Literature. London: Boosey and Sons, Broad Street, 1823, pp. 350-351. Ver também em CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo – 1: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, pp. 5-12. A tradução para o português adota da por Guilhermino César é de Walter Koch, a partir da edição londrina.

The scenic decorations, in which the new species of drama rivalled the Italian, the burlesque humour of the pieces themselves, the effects of music, both vocal and instrumental, captivated the great mass of the Lisbon public. The higher ranks of society too, and even the court, took an interest in these performances.¹²²

O fato é que, segundo Bouterwek, o sucesso da “nova ópera portuguesa” impulsionou a produção de muitas peças escritas neste novo gênero de comédia, sobretudo entre 1730 e 1740, sem que, entretanto, nenhum poeta célebre se apresentasse para compor nesse estilo de poesia cômica. Bouterwek aventa a possibilidade de que o autor destas peças, apesar de ter conquistado a simpatia do público, tivesse boas razões para permanecer no anonimato, e um destes motivos era com certeza o fato de ser judeu, o que acarretaria decerto a sua condenação pelo tribunal da Inquisição. O erudito alemão comenta ainda que o nome deste autor, mesmo após ter sido revelado, quase nunca era mencionado, já que o público apreciava o seu codinome, chamando-o apenas de *O Judeu*.¹²³ Como as obras de Antônio José da Silva, *o Judeu*, foram editadas, mesmo em vida, sob anonimato, e somente no século 19 foram publicadas com a menção da autoria, compreende-se o fato de que em nenhum momento do texto Bouterwek mencione o nome do comediógrafo português nascido no Brasil, detendo-se somente no comentário das peças. Em nota, o erudito alemão esclarece o seguinte a este respeito:

For this little notice I am indebted to the verbal information of a literary Portuguese, through whose means I could have obtained from Lisbon, the name of this Hebrew dramatist, had the recording it been an object of importance.¹²⁴

O enciclopedista alemão prossegue em sua apreciação das peças cômicas do *Judeu* reafirmando o sucesso de público que estas alcançaram, já que cópias dos textos passaram a

¹²² *Idem, ibidem*, p. 351.

¹²³ Antônio José da Silva, apelidado “o Judeu”, nasceu no Rio de Janeiro, em uma família judaica, em 1705, tendo seguido aos oitos anos para Lisboa com sua mãe, acusada de judaísmo. Em Lisboa realiza os primeiros estudos, entrando para o curso de Cânones em Coimbra, interrompido em 1726 pela Inquisição. Foi condenado a negar publicamente o judaísmo, começando a escrever para teatro. Em 1733 sua primeira peça, *A vida do Grande D. Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança* é encenada, após o que casa-se. Denunciado em 1737 por uma escrava negra, é conduzido novamente ao tribunal da Inquisição, com a mulher e filha. Ao fim de dois anos de julgamento, é sentenciado a morrer degolado e queimado em auto-de-fé.

¹²⁴ BOUTERWEK, Frederick. *Op. cit.*, p. 351.

ser distribuídas para ser lidas nas residências como diversão. A partir destas cópias manuscritas, segundo Bouterwek, foram compostas as coletâneas impressas sem a menção da autoria, no entanto muito apreciadas e disputadas pelo público português. Noutra nota de rodapé, o erudito comenta o seguinte sobre estas coletâneas:

I have seen two of these collections. The oldest, printed in the year 1746, is entitled, *Operas Portuguezas que se representaram nos theatros publicos desta Corte, &c.* It contains eight dramas in two octavo volumes. The latest collection is entitled *Theatro comico Portuguez, ou Colleção das Operas Portuguezas que se representaram, &c.* in two octavo volumes, fourth edition, Lisbom, 1787. As to any merit which may be discovered in these collections they are nearly equal.
125

Deste ponto em diante, Bouterwek começa sua análise crítica do valor literário das peças cômicas legadas por Antônio José da Silva, o Judeu. Quanto à autoria das peças, o erudito alemão não tem dúvida em atribuí-las a uma única inteligência criadora: “In spirit and style they closely resemble each other, that they may all be considered as the production of one individual”.¹²⁶

O crítico alemão avalia que estas peças cômicas, caso a literatura portuguesa, à época em que foram compostas, já estivesse impregnada de influência francesa, provavelmente apenas fossem “toleradas” nos palcos, em função da novidade e criatividade do gênero, além do seu eficaz apelo cômico. Porém, estariam sempre confinadas somente à representação teatral. Jamais teriam sido, portanto, objeto de leitura, o que dá margem à desconfiança de Bouterwek de que este gênero de ópera cômica não fora composto, nem pelo autor e menos ainda pelo diretor teatral que impulsionou sua carreira, para entrar no cômputo das obras literárias. Neste ponto, surge uma velada crítica ao gosto do público português e à minoridade do valor literário das obras de Antônio José, o *Judeu*, considerando aí que literaturas mais eruditas, como a francesa, já não faziam este tipo de confusão entre os gêneros, sobretudo o da comédia, historicamente tido como um gênero *menor* em relação à tragédia, o drama e a epopéia:

¹²⁵ *Idem, ibidem*, p. 352.

¹²⁶ *Idem, ibidem*.

If at this period *French taste* had acquired any decided influence on Portuguese literature (sic), such dramas, though they might, for the sake of incident, music, and decoration, have been *tolerated* on the stage, *would never have been sought for in print.*¹²⁷

É evidente que Bouterwek não adentra muito mais no terreno da polêmica em relação às peças de Antônio José, do lugar que estas ocupam no cânone português e sua importância em relação a gêneros mais eminentes. Porém, o crítico alemão, movido pelo desejo de relativizar a importância da obra, e o que talvez julgue uma exagerada valorização do comediógrafo português, pontua a sua apreciação quanto o caráter *vulgar* e *grotesco* das peças, desconsiderando, evidentemente, a tradição portuguesa neste gênero literário, conquanto menor, desde o sucesso das peças de Gil Vicente, de quem Antônio José se faz herdeiro, apesar de uma formação e estilo diferentes:

It is impossible to imagine a *more rude* combination of *low jests*, with romantic and miraculous events, partly taken from real history, and partly from the Greek and Roman mythology. *Had this strange compound been the workmanship of cultivated as well as of inventive talent, then, indeed, might the grotesque medley have been rendered, by the ingenuity of composition, entertaining even to readers of cultivated taste.* But in these confused jumbles, called *comic operas*, the composition is, in general, as inartificial as the wit intended to enliven them as dull. The lowest buffoonery is blended with singular adventures, tournaments, or ceremonies; and trivial airs and songs are successively introduced.¹²⁸

O que não impede o crítico e historiador alemão de encontrar alguma originalidade na obra do autor, então anônimo, que analisa sem, entretanto, deixar de considerar o oposto:

Some *can lay no claim to any merit of invention*, either in arrangement of story or incidents, as is exemplified in a spectacle of this class called *Don Quixote*, which was represented in 1733. No fewer than thirty-six characters figure this compilation from the master work of Cervantes, *whose spirit is, however, banished from the composition.*¹²⁹

Neste ponto, Bouterwek principia a comentar a peça *Esopaida, ou Vida de Esopo*, a qual considera um exemplo exagerado de comédia, apontando-lhe, entre outros aspectos e supostos defeitos de composição, a inverossimilhança da narrativa e a sucessão infundável

¹²⁷ *Idem, ibidem.* Grifos meus.

¹²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 352-353. Grifos meus.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 353. Grifos meus.

de peripécias e reviravoltas, além do cenário rebuscado em que um dos personagens surge *a cavalo*, acompanhado de uma comitiva, e do emprego de muitos instrumentos musicais. Na realidade, o erudito alemão apenas faz um breve resumo de toda a peça, com apenas um comentário digno de nota em relação ao título, ao sugerir que a *Esopaida* deveria chamar-se *Eulenspiegelíada*, uma clara referência a *Eulenspiegel*, personagem célebre da literatura popular alemã, um aldeão malicioso e gracejador que tinha o hábito de ludibriar as pessoas lhes pregando peças ao interpretar literalmente tudo que lhe era dito, o que é mais um índice que Bouterwek desconfiava da originalidade das peças do azarado *Judeu*, além da qualidade do público a que se destinavam.

O fato, porém, é que Bouterwek, civilizado homem europeu de cultura alemã, apesar de considerar as peças cômicas como grotescas – no sentido do *kitsch* e do mau-gosto – reputa o autor como possuidor de uma imaginação incomum, ainda que avalie que a sua cultura literária, como de resto o seu compromisso com a elevação do gosto do público português, era totalmente inexistente:

Amidst this grotesque jumble, however, sparks of no common fancy are occasionally elicited; but the anonymous author seems to have been totally destitute of literary cultivation, and to have had no higher aim than to give a humorous colouring to the rudeness of his combinations. The rest of the Portuguese comic operas are, upon the whole, still more rude than the *Æsopeid*, though some are richer in the musical part of the composition, and possess grave or even pathetic airs duets in the style of the serious Italian opera.¹³⁰

O que explica decerto o desconforto do crítico alemão em relação à qualidade moral e literária das peças, que refletem, em sua apreciação da obra do comediógrafo “brasileiro” de nascimento, o grau de civilização dos portugueses à época de seu estrondoso sucesso. Por isto, não deixa de manifestar claramente a sua insatisfação com a falta de elegância, malgrado a abundância de espirituosidade, do autor das peças, o que reflete em seu julgamento da cultura portuguesa de um modo geral, excetuando o refinado público da corte:

It might, at first sight, be supposed, that a nation which could be pleased by dramas of this kind, *must be for ever excluded from the path of higher cultivation*. In Lisbon, the Italian opera-house continued to be the real court theatre. But the Por-

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 356. Grifos meus.

tuguese opera which stood like a spurious child beside the Italian, maintained its ground in spite of its parent. Had not the taste for this kind of dramatic entertainment prevailed down to the second half of the eighteenth century, a new edition of the *Æsopid*, and other theatrical caricatures, would not have been published in 1787. *The restoration of a truly noble style in Portuguese poetry, could not therefore be expected to derive its origin from the drama.*¹³¹

O teatro português, portanto, para Bouterwek, encontrava-se em uma situação de declínio moral e estilístico, o que evidencia, de modo bastante explícito, a sua posição como um homem de alguma formação clássica, embora escrevendo em uma época em que o idealismo romântico já atua com as suas idéias, sobretudo em seus próprios textos. O curioso aqui é considerar o julgamento que Bouterwek realiza a respeito do papel que exerce uma cultura *mais elevada*, segundo os seus termos, sobre uma cultura *menos elevada*, por contraposição. Para o crítico alemão, a cultura italiana, mais civilizada e, portanto, superior à cultura portuguesa, exerceu tanto um papel negativo quanto positivo no desenvolvimento das letras e das artes portuguesas e, deste modo, ao mesmo tempo ajudou e travou o *processo civilizatório* português. Segundo ele, a ópera italiana era um gênero artístico elevado demais para o rude público português que não fazia parte da corte, o que explica o sucesso da *ópera portuguesa*, dado o seu caráter mais popular e, portanto, mais grotesco e plebeu, de gosto duvidoso ou baixo, o que não impediu de certo alguma penetração do gênero entre os cortesãos. Julgamento bastante diverso faz em relação à poesia portuguesa:

To obtain this object, it was, however, only necessary that a poet should arise, who, charmed by the renewed union of Portuguese and Italian poetry, might be induced to place himself under the tutelage of the early Italian poets. Thus would the Italian opera have rendered *compensation for the evils to which it had given birth.*¹³²

É provável que o *poeta luso* ao qual Bouterwek se refira seja Filinto Elíseo, pseudônimo árcade do Padre Francisco Manuel do Nascimento, um poeta de intensa formação clássica, e, do ponto de vista histórico, esteja comentando de modo indireto a fundação da Arcádia Lusitana, em 1756. De qualquer modo, não é sobre os poetas portugueses deste período de *renovação* sobre os quais Bouterwek irá falar, mas sobre um *brasileiro*:

¹³¹ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

¹³² *Idem, ibidem*, p. 357. Grifos meus.

*A Brazilian, named Claudio Manoel da Costa, was one of the first writers who in this way contributed to reintroduce an elevated style into Portuguese poetry. Born in the province of Minas Geraes, that part of Brazil where the chief object is the working of mines, he seems not to have been destined for the service of the muses. He indeed passed through a course of academic studies in Europe; but he himself states that during the five years which he spent at university of Coimbra, no king of poetry was there held in esteem, save that which was composed in the corrupt but fashionable style of the Portuguese Marinists. That young Da Costa, while at the university of Coimbra, should have applied himself to the study and imitation of the older Italian poets, and of Metastasio, was a circumstance peculiarly favourable to his improvement, while at the same time it afforded the first proof of his being destined to arrive at a point of purer cultivation than his contemporaries. He even ventured on the composition of Petrarchic sonnets in the Italian language, and in this attempt he was not unsuccessful.*¹³³

A partir daí, o crítico alemão detém-se em um conjunto de informações biográficas, ao estilo de um “perfil literário”, que hoje são consagradas na fortuna crítica e de Cláudio Manuel da Costa, tais como as referências ao apego do brasileiro às paisagens arcádicas européias em contraposição à rudeza das paisagens brasileiras, sobretudo as da província de Minas Gerais, repleta de montanhas, penhas e brenhas, que por fim foram tematizadas em vários de seus mais célebres sonetos. Como Bouterwek é um precursor da história e crítica literária sobre autores brasileiros, as páginas que ele consagra aos dois autores nascidos no Brasil são bastante elucidativas quanto às estratégias de uma narrativa instituinte sobre um futuro cânone de autores e obras brasileiros. Neste sentido, o professor de Göttigen é o primeiro a fazer referências aos barroquismos na obra de Costa, consagrando uma visão crítica sobre o poeta, que não foi um árcade típico, mas antes um consumado continuador de clássicos quinhentistas, sobretudo de Camões e Petrarca, o que fez dele, segundo Bouterwek, um admirável sonetista. Além disso, o erudito alemão inaugura o uso das opiniões do próprio Costa a respeito de sua poesia, opondo-se à prática do gongorismo que ainda se fazia sentir em seus versos, o que o crítico entende, segundo o juízo corrente à época, como uma oposição entre o *bom-gosto* – o equilíbrio e a amenidade clássicos – e o *mau-gosto* – a opulência e o estilo pomposo dos poetas barrocos:

¹³³ *Idem, ibidem*, pp. 357-358. Grifos meus.

On his own poems he pronounces a remarkable judgment. He observes that he was too late in learning the rules of *good taste* from the Greeks, Italians and French; *and that influenced by bad example, he sinned against principles, the justice of which recognized.* The perverted manner of the sonnetists of the seventeenth century is certainly here and there perceptible in the writings of Da Costa.
134

No entanto, ao longo das páginas subseqüentes, o professor de Göttigen demonstra uma grande simpatia pelo poeta do Brasil, exaltando o papel de Costa, desde o início, como inovador das letras de língua portuguesa ao resgatar a influência, ao modo de Camões, dos “poetas italianos mais antigos”, ressaltando a importância de sua obra para o surgimento de “melhores tempos para a poesia portuguesa”. Com efeito, a análise de Bouterwek sobre a obra poética de Costa é tão lisonjeira que basta acentuar que ninguém antes do crítico alemão, quando da publicação da *História da poesia e da eloquência portuguesa* em 1805, havia dado um depoimento tão favorável assim a respeito de um autor “brasileiro”, como nos trechos que segue:

But upon the whole, it may be Said, that for nearly the space of a century, no Portuguese writer had so well succeeded in that kind of sonnet poetry, which most charmingly approximates to the style of Petrarch; and the in the other compositions of this *Brazilian* poet, the faults are counterbalanced by merits of the most pleasing kind. The sonnets included in the collection of his poetic works, amount to nearly a hundred; and among them are some in Italian, but none in the Spanish language. The style of these sonnets, nearly all of which have love for their subject, is, however, not altogether that of Petrarch. They possess a certain tone of poignancy, which betrays the spirit of modern times. Nevertheless, Da Costa's style, alike free from exaggeration and fantastic ornaments, *exhibits the truth of nature and of poetry so happily united with Petrarchic intensity of feeling,* and expressed in *language so elegant and unostentatious, that his sonnets may justly be numbered among the very best in Portuguese literature.*¹³⁵

É uma opinião surpreendente para um historiador da literatura que fez o cotejamento de apenas dois autores brasileiros. O que é interessante ressaltar nesta análise é que Bouterwek procurou discernir em ambos, como um bom idealista romântico, os elementos nacionais, censurando a influência da literatura espanhola – leia-se, do gongorismo ou barroquismo – e pontuando os traços que distinguiam os autores entre os seus coevos, sobretudo entre os que praticavam letras em Portugal. No tocante à poesia de Costa, o professor de

¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 358. Grifos meus.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 358-359. Grifos meus.

Göttigen destaca ainda a presença de alguma influência francesa, embora pouco acentuada, sobretudo em relação ao esquema métrico e sistema de rimas, mas não deixa de considerar a “noble, inartificial, and pleasing expression”,¹³⁶ mantendo o mesmo tom de simpatia e apreço pelos poemas do brasileiro das Minas Gerais, com opiniões muito favoráveis às composições de Costa – epicédios, élogos, canções e cantatas –, mesmo aquelas em língua estrangeira.

Enfim, as posições pioneiras de Bouterwek tornam a *História da poesia e da eloquência portuguesa* uma obra importante para a fundação de uma narrativa sobre a história das letras desenvolvidas no Brasil, embora a sua repercussão entre os literatos brasileiros tenha sido mínima ou relativa, quando nenhuma, em função de uma série de fatores atrelados à história de Portugal. O livro do respeitado professor de Göttigen surgiu em uma conjuntura política muito singular da história portuguesa, no momento em que a invasão napoleônica forçou o traslado da corte para o Rio de Janeiro, fato que enfraqueceu e dividiu a nação portuguesa, mas criou as condições necessárias para a emancipação do Brasil. Com isto, é evidente que a obra do crítico alemão não obteve a acolhida esperada, embora ao longo da permanência do monarca português no Brasil duas traduções da obra de Bouterwek tivessem sido publicadas: a francesa, em 1812, e a inglesa, em 1823. Aliás, as traduções são um bom índice de que a enciclopédia histórica do professor de Göttigen teve uma boa recepção no continente europeu. Além da tradução inglesa e da francesa, houve uma em castelhano,¹³⁷ porém não houve uma tradução sequer para a língua de Camões, o que explica em parte a ausência de repercussão entre os intelectuais portugueses que, após a expulsão da ocupação militar francesa, ainda tiveram que se debater com a guerra civil entre absolutistas e cartistas, obrigando alguns dos maiores nomes, como Garret e Herculano, a residir em outros países, como exilados ou voluntários. Além disso, os portugueses não dispuseram de nenhuma outra referência além da *Biblioteca lusitana* (1741-1759), publica-

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 360.

¹³⁷ A tradução francesa é de Madame Streck, com prefácio de Mr. Stapfer, intitulada *Histoire de la Littérature Espagnole*, publicada em Paris, em 1812, em dois volumes, com 388 e 284 páginas respectivamente, por Jean Müller. A tradução inglesa, sob o título *History of Spanish and Portuguese Literature*, também em dois volumes, com 610 e 406 páginas respectivamente, foi publicada em 1823 em Londres, traduzida por Thomasina Ross, por Boosey and Sons. A tradução em castelhano foi realizada por José Gómez de la Cortina e D. Nicolas Hugalde y Mollinedo, publicada por Imprenta de D. Eusébio Aguado em 1829, sob o título *Historia de la Literatura Española*.

da pelo abade Diogo Barbosa Machado, uma obra de bibliografia e não de história literária. Somente bem mais tarde, em 1826, Almeida Garret publicaria o seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* e Francisco Freire de Carvalho lançaria o *Primeiro ensaio sobre a história literária portuguesa*, em 1845, além do *Manual da história literária portuguesa*, de Teófilo Braga, iniciado em 1865, através de uma consulta cuidadosa às fontes da literatura oral, e publicado em 1875, quando o historiador português teve a oportunidade de prestar homenagem aos méritos do enciclopedista alemão:

Como uma consequência da grande renovação do gênio germânico, no Romantismo, Eichhorn fundou em 1796 a grande empresa para a publicação de uma *História Completa das Ciências, das Artes e das Letras, desde o seu Renascimento na Europa Moderna*; coube a Bouterwek nesta gigante obra a parte relativa às literaturas modernas; em 1804 (sic), publicou o tomo terceiro do seu vasto quadro, aonde pela primeira vez aparece feita a *História da Literatura Portuguesa*, junto com a da *Literatura Espanhola*. [...] é um livro ainda hoje excelente nas apreciações gerais, na determinação das épocas, e nas comparações com as correntes estrangeiras, que só um talento superior podia escrever, sobretudo em uma época em que, em Portugal, se ignorava todo o nosso passado literário.¹³⁸

O fato é que poucos homens, à época de Bouterwek, poderiam realizar uma obra da envergadura de sua *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13. Jahrhunderts*. Ao lado de seu refinado gosto literário, possuía ampla formação filosófica – sua predileção recaía sobre a Estética –, tinha ainda o conhecimento de várias línguas e, o que era relativamente comum entre os intelectuais da época, havia cultivado a ficção e a poesia, o que o capacitava com plenas condições de abarcar o panorama literário europeu. Além disso, sua percepção intelectual permitia-lhe visualizar, com agudez e sensibilidade, os sinais de realidades afastadas de sua terra natal, vazando em seus textos algumas das concepções – ainda que falazes – que Madame de Staël começava a descortinar, como a oposição entre o homem e a natureza do Sul, de disposição mais sentimental que racional, e o homem e a natureza do Norte, de temperamento mais racional que emotivo. Isto é bem patente na análise que o enciclopedista de Göttingen faz no estudo que consagra aos dois autores “brasileiros”, onde se percebe com clareza a distinção que elabora entre culturas mais ou menos suscetíveis aos influxos da sensibilidade ou razão, da elegância ou da brutalidade, da

¹³⁸ BRAGA, Teófilo. *Manual da história literária portuguesa*. Porto: Livraria Universal, 1875, pp. 452-453.

civilização ou dos instintos básicos do ser humano. No caso dos poemas de Costa, o crítico alemão não deixa de pontuar os extremos que dicotomizam o poeta brasileiro entre o sensível e civilizado homem de letras de formação europeia e a rudeza da paisagem brasileira, um contraste visível que o barroquismo do poeta também deixa patente:

On his return to Brazil his poetic studies were continued in the region of gold and diamond treasures, to which he seems to have attached but little value; for he complains that amidst these mountains, no Arcadian stream awakes by its sweet murmur harmonious verse: and that the ruburid Waters of the Brooks only serve to call to recollection the rapacious perserverance of the miners by whose labour they are discoloured.¹³⁹

Ou seja, o erudito alemão antecipa-se, de certo modo, aos outros críticos contemporâneos seus, e o seu empenho pioneiro em comparar as literaturas do mundo ocidental, suas tendências e autores mais importantes, ainda que em alguns momentos limitado pela ausência de fontes e de bibliografia, possui um mérito singular, pois desbravou áreas que a crítica e a historiografia europeias apenas começavam a divisar, abrindo clareiras para a discussão em torno da nacionalidade das literaturas e lançando os germens para o debate a respeito da existência de uma literatura de qualidade, comparável à produzida por autores europeus, em uma colônia portuguesa chamada Brasil. Sob este ponto de vista, a obra de Bouterwek é seminal, pois lança os fundamentos, através de seu aval como um prestigiado intelectual europeu, de uma discussão a respeito da presença de vida inteligente nas diversas colônias americanas, o que decerto aumentou o interesse pelo trabalho do eminente enciclopedista de Göttingen.

Portanto, reunindo tantas apreciáveis qualidades e distinções, não houve dificuldade para que a obra de Bouterwek obtivesse amplo reconhecimento da crítica. Não demorou

¹³⁹ BOUTERWEK, Frederick. *Op. cit.*, p. 358. Na realidade, Bouterwek se apóia quase inteiramente no que diz o próprio Cláudio, no *Prólogo ao Leitor*, como segue: “Não permitiu o Céu, que alguns influxos, que devi às águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo; e destinado a buscar a *pátria*, que por espaço de cinco anos havia deixado, aqui entre a *grossaria* dos seus gênios, que menos pudera eu fazer, que entregar-me ao ócio, e sepultar-me na ignorância! Que menos, do que abandonar as fingidas ninfas destes rios, e no centro deles adorar a preciosidade daqueles metais, que têm atraído a este clima os corações de toda a Europa! *Não são estas as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos. Turva e feia a corrente destes ribeiros, primeiro que arrebate as idéias de um poeta, deixa ponderar a ambiciosa fadiga de minerar a terra que lhe tem pervertido as cores.*” Cláudio Manuel da Costa, *Obras*, Coimbra, na Oficina de Luís Seco Ferreira, 1768, citado por Guilhermino César. *Op. cit.*, p. 24. Grifos meus.

para que outros críticos seguissem o rastro do erudito alemão, como foi o caso do hispanista norte-americano Jorge Ticknor (1791-1871), autor da *History of spanish literature*, publicada em 1849,¹⁴⁰ obra que contribuiu de maneira decisiva para avivar ainda mais o debate a respeito do caráter nacional das literaturas ocidentais. Nesta linha, a obra de Bouterwek suscita calorosas discussões em diversos países, como a Itália, onde uma geração de intelectuais e idealistas românticos – entre outros, nomes como Alessandro Manzoni, Sívio Pellico, Giovanni Berchet, Ludovico de Brene, Ermes Visconti¹⁴¹ – se volta para a revisão crítica do passado literário italiano, sobretudo após a publicação da revista milanesa *Il Conciliatore*, periódico científico-literário editado em 1818, através do qual se fez uma ampla propaganda das idéias do Romantismo e, por conseguinte, enaltecem-se as tradições populares e propagaram-se idéias anti-austríacas, além de proceder a um rigoroso exame das letras italianas. Além do nome do enciclopedista de Göttingen, vários outros circularam nas páginas da célebre revista italiana, como o suíço Simonde de Sismondi, autor da *Histoire de la littérature du midi de l'Europe* (1813), o decano Gerolamo Tiraboschi,¹⁴² com sua *Storia della letteratura italiana* (1772-1782) e Pierre-Louis Guinguené, autor da *Histoire littéraire d'Italie* (1811-1824), todos eminentes intelectuais sobre os quais se debruçaram os jovens e veementes colaboradores da *Conciliatore*, ora exaltando ora censurando, de acordo com os pressupostos românticos defendidos pela revista.

Assim, engrossando as fileiras que provinham da Alemanha de Bouterwek e da França de Staël, os jovens escritores da *Conciliatore* lançaram as bases para uma renovação que propiciou, ao menos em parte, uma profunda ligação do grupo italiano com as idéias iluministas do grupo germânico ao qual pertencia o erudito alemão, além de permitir as condições para o surgimento do moderno liberalismo italiano e de uma nova consciência de nacionalidade entre os escritores da península. No tocante à península ibérica, o pensamento de Bouterwek também encontrou apreciável repercussão, em função das traduções, excetuado o caso português. O trabalho do erudito de Göttingen sobre o caráter nacional da literatu-

¹⁴⁰ Esta obra foi traduzida para o castelhano por Pascual Gayangos, em 1851, e para o alemão por N. H. Julius, em 1852.

¹⁴¹ CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XVIII.

¹⁴² Historiador italiano. Dirigiu a biblioteca do duque de Modena. É autor de obra histórica que inclui os literatos e cientistas italianos do fim da latinidade ao século XVII: *História da literatura italiana* (1772-1782), *Biblioteca modenese* (1781-1786). Viveu entre 1731 e 1794.

ra espanhola despertou um vivo interesse, sobretudo ao pontuar o iberismo com o qual ela se distingue das outras literaturas ocidentais, característica peculiar que lhe rende um lugar de distinção, à parte das outras literaturas européias, a ponto de ser considerada a mais nacional entre as literaturas neolatinas. É evidente que este julgamento implica em dizer que a Espanha, segundo as idéias correntes e reducionistas de Staël, possuía o mais alto grau de originalidade meridional – a literatura mais sentimental e, portanto, mais “irracional” do ocidente –, sobretudo quando em oposição à frieza e insipidez “racional” da literatura nórdica.

Convém ressaltar que a célebre dicotomia criada e divulgada por Madame de Staël, opondo “literatura do Norte e literatura do Sul”, é uma distinção totalmente discutível e falaciosa, porém aceita como verdade durante muito tempo no horizonte intelectual europeu da época, a ponto de se tornar um verdadeiro truísmo, algo evidente por si próprio, que não solicitava demonstração ou prova. Sem deixar de considerar o caráter falacioso da fórmula, sua difusão foi, no entanto, muito importante para a definição do caráter nacional das literaturas européias, de modo que se pode afirmar que é uma mentira que, a custo de muito ser repetida, tornou-se verdade.

Retornemos, entretanto, ao caso português. Com efeito, Bouterwek escreveu sobre a literatura portuguesa em uma época em que, conforme Teófilo Braga, “Portugal (...) ignorava todo o nosso passado literário”,¹⁴³ o que justificaria, somado ao evento da mudança da corte para o Rio de Janeiro, a ausência de repercussão de sua obra, comparável à recepção que teve em Espanha, entre os intelectuais portugueses. Porém, a indiferença pelo trabalho do professor de Göttigen prossegue adiante, alcançando o século XX, quando o passado literário português já estava bem delimitado e conhecido. Deste modo, a crítica portuguesa continua a ignorá-lo, como sucede com Fidelino de Figueiredo em sua *História da crítica literária em Portugal (da Renascença à Atualidade)*, publicada em 1910, um trabalho cuja finalidade é declaradamente narrar a história da crítica e que, apesar disso, não comenta uma linha sequer sobre o autor da *História da poesia e da eloquência portuguesa*, que, antes de todos, assinalou as principais linhas interpretativas e de orientação da literatura portuguesa.

¹⁴³ Vide nota 30.

Contudo, os dois maiores nomes da literatura portuguesa do período romântico, Herculano e Garret, não podem alegar desconhecimento da obra do erudito alemão. Garret, por exemplo, em seus ensaios de historiador literário e, sobretudo, em seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, é evidentemente inspirado pelo modelo de Bouterwek e Simonde de Sismondi, apesar de declará-lo de um modo tortuoso:

Julgo haver prestado algum serviço à litteratura nacional em offerecer aos estudiosos de sua língua e poesia um rápido bosquejo da história de ambas. Quem sabe que tive de encetar materia nova, que portuguez nenhum d'ella escreveu, e os dous estrangeiros Bouterweck [sic] e Sismondi incorrectissimamente e de tal modo que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da historia litteraria de Portugal; avaliara decerto o grande e quasi indizivel trabalho que me custou esse ensaio. Não quero dá-lo por cabal e perfeito; mas é o primeiro, não podia se-lo. Além de que, a maior parte das idéias vão sendo apenas tocadas, porque não havia espaço de taes limites para lhe dar o necessário desenvolvimento.¹⁴⁴

Este trecho deixa claro que, ao menos a sua produção como historiador da literatura, se considerarmos teorias como a do *Romanceiro* (1843-1851) e da terceira época literária no *Bosquejo* – neste, em que discorre sobre a corrupção do gosto e o declínio da língua, sob o patrocínio do *gongorismo* e do *marinismo* –, Garret deve muito aos dois críticos e historiadores estrangeiros que cita de passagem em seu ensaio, assim como sua obra, o que demonstra que estava em sintonia com o que de mais atual havia no cenário intelectual europeu. O trecho acima citado deixa claro, por igual, a vaidade intelectual de Garret, que menciona os seus antecessores com grande descaso, defendendo a absoluta originalidade de seus pontos de vista e critérios para avaliação e narração da história da literatura portuguesa, sem, entretanto, se afastar um só momento do método da crítica romântica que tanto julga um desserviço à história literária de seu país.

O fato é que, com ou sem vaidade, os julgamentos de Garret demonstram que o método de Bouterwek, assim como o de Sismondi e o de Madame de Staël – sobretudo esta, a grande pontífice do Romantismo – está vazado em seu texto, do início ao fim, o que explica

¹⁴⁴ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXXVI, pp. V-VI. Optei por preservar a grafia original do texto em conformidade com a cópia da fonte que obtive por meio digital. A mesma será utilizada doravante em todas as citações a ela pertinentes.

a grande valorização dada ao “sentimento nacional”, assim como o empenho com que Garret procurou recolher a “poesia popular”, uma das mais afortunadas descobertas da crítica romântica, sobre a qual se construiria, mais tarde, o conceito de cultura popular ou de folclore. A obra de Garret, o seu entusiasmo pelo cancionero popular, o carácter sentimental de seu poema *Camões*, seu teatro, suas cartas, sua ação parlamentar e até mesmo sua vida íntima – caso exemplar é a sua paixão pela Viscondessa da Luz, Rosa de Montúfar, moça casada a quem dedicou os versos de *Folhas caídas* (1853) –, assim como outros românticos que beberam assiduamente nas fontes da crítica romântica, é uma prova irrefutável de como as idéias que vinham além dos Pirineus – Bouterwek, Sismondi, Staël – penetraram de modo vivo e sensível na cultura portuguesa, ainda que de modo um tanto indireto e lacunar, considerando aí as diferenças com que se manifestaram e se matizaram através da “cor local”.

Quanto a Herculano, apesar de possuir uma estrutura intelectual mais privilegiada que a de Garret, também não conseguiu escapar à influência do erudito de Göttingen. Quando, ao ser entrevistado pelo *Repositório Literário* (1834), foi questionado a respeito do estado da literatura portuguesa e quais os rumos que ela deveria tomar no futuro, considera-a sob dois aspectos, a *poesia* e a *eloquência*, procedendo nesta divisão da mesma forma que Bouterwek e adotando uma postura crítica semelhante ao crítico alemão ao atribuir o isolamento da crítica portuguesa, diante de uma “poética nova” e do progressivo desprezo pelos “cânones clássicos”,¹⁴⁵ a motivos estéticos e políticos. Da mesma forma que Bouterwek, o escritor português adota a opinião de que o a poética do seiscentismo europeu introduziu o mau gosto na literatura ao exagerar o valor concedido à metáfora, o que corrompeu o equilíbrio e bom gosto da poesia e da eloquência, cujos modelos encontravam-se nos clássicos. Como solução, Herculano aponta o retorno à sóbria estética clássica, e por esta razão considera a Arcádia a escola que fez “volver as letras á severa singeleza das puras fôrmas da Grecia”.¹⁴⁶ Submetendo, portanto, a poesia e a eloquência, tal como Bourterwek, à “auctoridade dos antigos”, Herculano condena o “desgosto pela antigas formas poéticas”, mas celebra ao mesmo tempo a “necessidade que sentia o gênio de beber as suas inspira-

¹⁴⁵ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa: José Bastos & Cia., Typographia da Antiga Casa Bertrand; Livraria Editora, 1909, Tomo IX, p. 7.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 4.

ções num mundo de idéas mais análogas ás dos nossos tempos”, e por comemora o surgimento da nova poética oriunda da Alemanha, o Romantismo: “...foi lá que os princípios revolucionarios em litteratura começaram a tomar desde a sua origem uma consistencia, e a alcançar uma totalidade de doutrinas methodicas”.¹⁴⁷ Ainda a propósito da decadência do gosto em Portugal, patrocinado pela poética seiscentista, e do consequente abandono dos clássicos, Herculano diz o seguinte:

Estas duas perguntas [“Qual é o estado da nossa litteratura?” e “Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?”] pedem nada menos do que a dolorosa confissão da *decadencia em que se acha em Portugal a poesia e a eloquencia*, e o encargo difficuloso de indicar os meios de *melhoramento no ensino e no estudo d’ellas*.¹⁴⁸

Já em relação às razões políticas, o escritor luso aponta-as como as principais causas que para o sucesso do Romantismo entre os portugueses, pontuando assim a adesão dos intelectuais portugueses à “poética nova” criada pelos alemães:

Mas a Portugal não coube o figurar neste lide. A parte theorica da litteratura ha vinte annos que é entre nós quasi nulla: o movimento intellectual da Europa não passou não passou a raia de um país onde todas as attenções, todos os cuidados estavam applicados ás misérias publicas e aos meios de as remover.¹⁴⁹

Com relação a Garret, em relação ao seu papel de fundador da estética romântica em Portugal, Herculano deixa patente a influência que a sua geração recebeu das idéias alemães, difundidas largamente por Madame de Staël, de resto em consonância com o que era produzido no campo das letras portuguesas até então:

Os poemas *D. Branca* e *Camões* appareceram um dia nas paginas da nosas historia litteraria sem precedentes que os annunciasssem, um representando a poesia nacional, *o romantico*; outro a moderna poesia sentimental do Norte, ainda que descobrindo ás vezes o caracter meridional de seu auctor.¹⁵⁰

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 7.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 3. Grifos meus.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 8.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*.

Conclui-se, portanto, conforme o exposto, que o Romantismo germânico exerceu uma poderosa influência sobre o campo das idéias e do gosto em todo o continente europeu, formando assim o esteio crítico e historiográfico sobre o qual se ergueu o edifício da literatura portuguesa do século 19, de tal modo que seus maiores representantes, Garret e Herculano, estão indissolivelmente ligados a ele. Como ambos os autores gozavam de grande prestígio em seu país natal e entre os homens de letras brasileiros, explica-se como as idéias de Bouterwek desfrutaram de uma apreciável ascendência, ainda que de modo indireto, sobre os intelectuais e a produção literária dos primeiros românticos brasileiros, projetando-se nos textos teóricos e críticos de Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto Sousa e Silva, Januário da Cunha Barbosa, Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal, entre outros.

O trabalho de Bouterwek foi, sem dúvida, importante e seminal, pois conseguiu despertar o interesse dos estudiosos, críticos e historiadores europeus posteriores a ele, chamando-lhes a atenção para o fenômeno das letras não somente em literaturas ocidentais até então pouco conhecidas e difundidas, como a portuguesa, mas igualmente conferindo um lugar de excelência para os produtores intelectuais e homens de letras das colônias americanas, situando-os no mesmo nível de importância que os seus compatriotas da metrópole. Porém, apesar de seu indiscutível mérito como pioneiro e de sua proeminente influência como representante da vanguarda romântica alemã, do ponto de vista da literatura brasileira e da atualidade de suas opiniões o seu valor é relativo, às vezes reivindicando apenas uma rápida menção, sem prejuízo do papel que desempenhou para a história da crítica e das letras, já que a sua obra não circulou em língua portuguesa em razão dos motivos já apontados. Se, contudo, aprecia-se o valor da obra do enciclopedista alemão sob a perspectiva da história das idéias, não restam dúvidas que ocupa uma posição singular e prestigiosa, mesmo no Brasil. O idealismo romântico de Bouterwek encontrou um poderoso eco entre nós, ao longo de todo o século 19, de modo que é possível afirmar que, se não devemos muito ao professor de Göttingen, em função da ausência de uma contribuição direta, ao menos o reconhecimento de seu lugar e importância se dá em nível de circulação das idéias, tanto no Brasil como no continente europeu.

Contudo, os críticos e historiadores estrangeiros posteriores a Bouterwek, e mesmo os brasileiros, e que decerto encontraram no trabalho do erudito alemão uma fonte inicial de pesquisa, com certeza foram orientados, de algum modo, pela sugestão de escassez que a *História da poesia e da eloquência portuguesa* insinua, ao cotejar apenas dois autores “brasileiros”, condicionando assim, de modo involuntário, a interpretação do estado e da qualidade das letras e dos autores do período colonial, bem como um primeiro momento da crítica romântica brasileira, após a emancipação política em 1822.

De qualquer modo, é elucidativo considerar a contribuição do historiador e pesquisador alemão para o quadro das letras brasileiras, ao menos como antecipação das estratégias de narração do cânone nacional, ainda que seu modelo crítico tenha exercido influência somente sobre os críticos e historiadores da literatura estrangeiros que, de modo direto ou indireto, beberam em seu texto a linhagem interpretativa dos homens de letras e da literatura do período colonial brasileiro.

1.1.3. *Sismondi, Romantismo e a nacionalidade das literaturas meridionais européias*

OUTRO ESTUDIOSO ROMÂNTICO, o latino Simonde de Sismondi (1773-1842),¹⁵¹ consagrou um ambicioso esforço interpretativo, como discípulo de Staël, às literaturas meridionais européias. A repercussão que a sua obra de crítica e história literária gerou no continente europeu, entretanto, é mais relativa que a de Bouterwek, e, a respeito do autor genebrino, o filólogo Sainte-Beuve teve a oportunidade de afirmar que pertencia “[à] primeira linha dos figurantes secundários”.¹⁵²

No entanto, no tocante às letras brasileiras, a obra de Sismondi já apresenta uma pequena superação em relação à do enciclopedista alemão, ao situar os homens de letras bra-

¹⁵¹ Jean-Charles-Léonard Sismonde de Sismondi nasceu e morreu em Genebra, filho de um pastor protestante que havia adotado o apelido *Sismondi* de seus ascendentes *gibelinos* ou *guelfos*, nomes dados às facções irreconciliáveis que tomaram partido nas rivalidades religiosas e políticas entre os poderosos das cidades italianas nos séculos XII e XIII. O apelido foi transmitido à sua descendência e, por fim, ajuntou-se ao nome da família. Sismondi estudou em Lyon e retornou à sua cidade natal somente em 1792. Depois, viveu como emigrado na Inglaterra, vivendo alguns anos na Itália, sobretudo em Milão, cidade onde radicou suas investigações históricas, e também em Florença. Em 1880, fixa novamente residência em Genebra, acompanhando Madame de Staël em suas viagens pela Alemanha e Itália. Durante o período da Guerra dos Cem Dias, viveu em Paris, estudando, escrevendo, lecionando.

¹⁵² Citado por MARTINS, Wilton. *Op. cit.*, p. 84.

sileiros em um sistema intelectual, e não somente em uma sucessão cronológica ou geográfica. Contudo, não avança muito em relação ao professor de Göttigen, pois além de Antônio José e Cláudio Manoel da Costa, inclui apenas o nome de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, mais uma vez em razão do escasso e quase impossível acesso às obras.

A obra de Sismondi, no entanto, é variada e numerosa.¹⁵³ Foi um intelectual incansável e muito admirado, no limite do fanatismo – apesar de suas limitações –, em um reduzido círculo de intelectuais e escritores que o lia dentro da Suíça e fora dela, como foi o caso do grupo de letrados que criou a revista italiana *Il Conciliatore*. Fez parte do conhecido “grupo de Coppet”, sob a tutela e patrocínio de Madame de Staël, com outros renomados homens de letras, como Benjamin Constant, Johannes von Müller, os irmãos Schlegel, entre outros igualmente eminentes, cuja influência se fez sentir em várias esferas intelectuais do mundo ocidental, abrangendo a história, a filologia, a crítica histórica e a literária, o romance e a poesia. Sua maior atividade deu-se, entretanto, nos domínios da história, que foi decerto a sua maior obstinação acadêmica – apesar de abranger, com a sua vasta cultura, temas diversos¹⁵⁴ –, a ponto de considerar-se um renovador do método historiográfico, o que de certo modo é verdadeiro, considerando aí os limites da cultura e da ciência em língua francesa.

Como foi estudante de comércio em Lyon, durante os agitados e perigosos dias da Revolução Francesa, nutriu interesse desde cedo pelas questões econômicas. Contudo, interessava-se por igual pela estrutura das instituições e dos povos, estudando com afinco a origem do estado moderno, sobretudo cotejando as repúblicas italianas medievais. Seu em-

¹⁵³ As obras de Sismondi são as seguintes: *Tableau de l'agriculture en Toscane* (1801); *De la richesse commerciale*, 2 vols. (1803); *Histoire des républiques italiennes du Moyen-Âge*, XVI tomos (1807-1818); *De la littérature du midi de l'Europe* (1813); *Nouveaux principes d'économie politique, ou de la richesse dans ses rapports avec la population*, 2 vols. (1819); *Histoire des français XXIX* tomos (1821-1844); *Julia Sévera, ou l'an 492 (tableau des moeurs et des usages à l'époque de l'établissement de Clovis dans les gaules)*, 3 vols. (1822); *Histoire de la chute de l'empire romain et du déclin de la civilization de l'an 250 à l'an 1.000*, 2 vols. (1835); *Études sur constitutions des peuples libres, ou des sciences sociales*, (1836-1838); *Précis de l'histoire des français*, 2 vols. (1839).

¹⁵⁴ Cita-se, na enciclopédia *Biographie universelle (ancienne et moderne)*, da Michaud, tomo XXXIX, que Sismondi produziu outros 73 opúsculos diversos, versando sobre temas variados, como política e constituições (16), economia política (11), escravidão (5), Argélia (2), Índia Inglesa (3), América (2), Grécia (7), crítica histórica (18), crítica literária (1), filosofia (3), biografia (5). Além disso, seu epistolário também foi publicado em várias coletâneas, dentre as quais a de maior importância é o *Diário e correspondência de Sismondi*, com um estudo introdutório de A. Montgolfier, publicado em Genebra em 1857. Até 1924 publicou-se quase toda a sua correspondência com as maiores figuras da época.

penho foi tanto que, ao concluir a pesquisa a este respeito, convenceu-se que a livre iniciativa, a pequena propriedade e os pequenos grupos nacionais, dirigidos por governantes dispostos a viabilizar o bem-estar social, são mais eficazes que os grandes agrupamentos nacionais no sentido de promover a justiça, a prosperidade e a paz para o povo. Para a nossa época, pode parecer uma conclusão óbvia, porém para a época de Sismondi, em que o desenho das nações ocidentais ainda não estava concluído, não era uma opinião consensual e tampouco facilmente aceita, sobretudo quando o conceito de nação-continente era o mais apreciado quando se falava em unir povos culturalmente diferentes sob o mesmo conceito de família e de pátria. Como resultado destas investigações, após viver durante um tempo razoável em um calmo vale toscano, em inícios do século 19, escreveu o seu primeiro livro, *Tableau de l'agriculture de la Toscane* (1801), inspirado pelo contato com os agricultores que ali ainda viviam e produziam de acordo com uma organização econômica medieval. A seguir, produz outro volume dedicado a questões econômicas, *De la richesse commerciale, ou principes d'économie politique appliqués à la législation du commerce* (1803), influenciado obviamente pelas idéias de Adam Smith, deste o título.

Foi somente após este primeiro contato com o estudo das questões econômicas que Sismondi efetivamente se aproximou dos escritores e homens de letras reunidos em torno de Madame de Staël. A partir deste contato com um novo ambiente intelectual, o interesse de Sismondi volta-se para os estudos literários, conhecendo na intimidade não apenas homens como os irmãos Schlegel, Cuvier e Benjamin Constant, mas por igual a célebre proprietária do castelo de Coppet, sob a influência de sua inteligência e mecenato. A convivência contínua com Staël, seus sequazes e convivas, obriga o estudioso genebrino a uma profunda reorganização de suas concepções intelectuais, inteligência e sensibilidade. A ênfase de sua atividade intelectual agora recai mais sobre a expressão da imaginação, das paixões e dos sentimentos fortes, do subjetivismo enfim, mais do que sobre a frieza da razão e o rigor da ciência, sem entretanto abandonar a objetividade e o método. Seduzido pela inteligência e pelas idéias de Madame de Staël, o pesquisador suíço procura aplicá-las diretamente em suas pesquisas, estudando o fenômeno literário com entusiasmo, porém fazendo uso de um horizonte intelectual amplo, uma vez que seu grande objetivo não era a literatura, mas a história de um modo geral. A literatura, contudo, não é tratada por Sismondi co-

mo um simples epifenômeno, mas como um fenômeno central na vida do espírito humano e da civilização, a ponto de ser possível, a partir dela, realizar uma leitura do processo histórico e civilizatório. O intelectual genebrino entende, portanto, a literatura como projeção ou reflexo da atividade social, uma expressão do dinamismo cultural das sociedades, e é deste ângulo privilegiado que analisa as obras de Dante, Quevedo, Camões, Antônio José, Cláudio Manoel da Costa e Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Por esta razão é que se considera o conceito de “literatura como expressão da sociedade” uma criação de Sismondi,¹⁵⁵ já que o suíço era um eclético e contumaz adepto das idéias de Staël e Schlegel. Se os iluministas sugeriram uma estreita relação entre o papel da literatura e o processo civilizatório, a obra do pesquisador genebrino veio consagrá-la em definitivo, apontando-lhes os rumos e influenciando largamente os críticos, escritores, historiadores e homens de letras das nações e literaturas emergentes, como foi o caso brasileiro.

Entretanto, o que nos interessa de sua vasta bibliografia é o estudo *De la littérature du midi de l'Europe*, publicado pela primeira vez em Paris, em 1813, em quatro volumes.¹⁵⁶ A partir do título da obra é possível constatar a intenção totalizadora de Sismondi, pois abrange de modo ambicioso a história das grandes literaturas neolatinas, utilizando o termo *littérature* em um sentido global, no *singular* e não no plural. Apoiado na célebre divisão staëliana entre literatura nórdica e literatura meridional, pode-se concluir que o trabalho de Sismondi entende as diversas literaturas da romanidade, embora plasmadas em línguas e culturas diferentes, como uma só, do ponto de vista de suas peculiaridades mais eminentes, a partir das quais, segundo o genebrino, é possível englobá-las, o que por si só evidencia qual o gesto interpretativo que o autor genebrino lançou mão para englobá-las em um conjunto de sentido. Seguindo de perto este gesto interpretativo, a divisão interna da obra, em quatro tomos, enceta temas que refletem o uso do método historiográfico que tanto prezava.

¹⁵⁵ Cf. GETTO, Giovanni. *La storia letteraria*. In : *Técnica e teoria letteraria*. Vol. III de *Problemi ed Orientamenti critici di lingua e di letteratura italiana*. Milano: Carlo Marzorati, 1951, p. 129, citado por CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XXV.

¹⁵⁶ A referência completa da obra utilizada no presente trabalho é *De la littérature du Midi de l'Europe*, par J. C. L. Simonde de Sismondi, de l'Académie et de la Société des Arts de Genève, Correspondant de l'Institut de France et de l'Académie royale des Sciences de Prusse, Membre honoraire de l'Université de Wilna, des Académies italienne, des Georgofili, de Cagliari, de Pistoia, etc. Troisième Édition, revue e corrigée. A Paris, chez Treuttel et Würtz, Librairies, Rue de Bourdon, n°. 17; A Strasbourg e à Londres, même Maison de Commerce; A Bruxelles, à la Livrerie Parisienne, rue de Madeleine, 438. 1829. [4. vols.]

O primeiro tomo, por exemplo, tematiza a formação das línguas neolatinas, a invasão árabe, a poesia provençal, os romances de cavalaria, o desenvolvimento dos gêneros praticados trovadores, o nascimento da língua italiana, as obras de Dante e Petrarca. O segundo tomo é dedicado à literatura italiana até Vittorio Alfieri (1749-1803), enquanto o terceiro conclui o estudo consagrado às letras italianas e inicia a literatura espanhola. O início do quarto tomo até a página 258 ainda ocupa-se das letras espanholas. A partir da página 260 até a 588 ocupa-se da literatura portuguesa – ou seja, cerca de 330 páginas –, aí dedicando atenção também a escritores brasileiros ou nascidos no Brasil, atento não ao fato de terem nascido ou não em Portugal, mas em função de estarem inseridos no sistema intelectual das letras portuguesas.

Como Sismondi escreveu esta obra em 1813, nove anos, portanto, antes da independência política do Brasil, os autores trabalhados ainda não haviam sido inclusos no acervo literário do novo país, de modo que o estudioso suíço não teve dificuldades em situá-los como patrimônio cultural das letras portuguesas. E é esta leitura o fenômeno decisivo para que a sua recepção entre os brasileiros, após a emancipação em 1822, beirasse a indiferença e a desinformação. Além disso, Sismondi dedica poucas páginas ao estudo de autores brasileiros, nas últimas páginas do capítulo XL, sob o título *Dernière période de la littérature portugaise. Conclusion.*, o que demonstra os seus limitados conhecimentos a respeito das belas letras produzidas no continente americano. Somando-se a isto, quando foi publicada a terceira edição em 1829, o Brasil já estava emancipado politicamente de Portugal, mas o autor demonstrou não estar a par dos acontecimentos, tanto que a quarta edição revista e corrigida, publicada em 1829, embora mencione o fato da antiga metrópole ter perdido a maior parte de suas colônias, afirma que “l’immense étendue du Brésil leur reste”,¹⁵⁷ o que àquela época já não era mais verdade. Contudo, sua importância como precursor da historiografia brasileira, ainda que secundária, é inquestionável. Começamos, então, a análise de seu texto.¹⁵⁸

¹⁵⁷ SISMONDI, Simonde de. *De la littérature du Midi de l’Europe*. Troisième édition, revue e corrigée. Tome Quatrième. Paris: Treuttel et Würtz, Librairies, 1829, p. 563.

¹⁵⁸ Para isto, utilizaremos apenas os excertos que interessam de modo específico aos estudos literários brasileiros no tocante à crítica romântica da literatura produzida no Brasil.

Partindo somente daquilo que o estudioso genebrino produziu a respeito de autores brasileiros, Sismondi começa equivocadamente pelo vago poeta André Nunes da Silva, pois julga que o autor era nascido e criado no Brasil, mas que, segundo o bibliógrafo português Inocêncio Francisco da Silva, era natural de Lisboa e que também não havia morrido como frade teatino, conforme afirma o erudito suíço, e sim como presbítero secular.¹⁵⁹ No entanto, o cotejamento de Sismondi, apesar de equivocado, põe em cena a produção intelectual e literária de colônias portuguesas além-mar, e, depois de ter comentado a obra de Francisco de Vasconcelos, um poeta da ilha da Madeira, assim se pronuncia sobre a obra do suposto brasileiro e o Brasil:

Ses poésies religieuses peuvent être mises au nombre dès meilleures du siècle. Ainsi *une nation nouvelle*, qui probablement héritera seule du génie des anciens Portugais, commençait déjà à croître et à s'élever au delà des mers. Les oeuvres de ces divers poètes du dix-septième siècle, dont les nomes mêmes sont si peu connus hors de leur patrie, se trouvent rassemblés dans quelques *recueils dont le titre seul indique le mauvais goût qui régnait alors*, et fait prévoir le peu de critique avec lequel le choix de ces poésies a été fait. L'un est intitulé *le Phénix ressuscité*; l'autre, *le Postillon d'Appolon*.¹⁶⁰

Sismondi vinha de fazer duras críticas, em páginas anteriores, ao gongorismo e aos imitadores de Gôngora, em consonância com o juízo dominante do período. Neste ponto, não se distingue de seu antecessor alemão, Friedrich Bouterwek, reproduzindo a censura também em relação aos autores brasileiros do século XVII, condenando o que a formação clássica tinha por mau-gosto e exagero. Contudo, o pesquisador suíço já detecta em sua análise o surgimento de uma nação, mesmo que ainda a tome em 1829, época da terceira

¹⁵⁹ Inocêncio Francisco da Silva nasceu e morreu em Lisboa, entre 1810 e 1876. Comumente referido apenas por Inocêncio, foi o mais eminente bibliógrafo lusófono, coletando toda a informação disponível sobre autores de língua portuguesa até meados do século XIX. Foi criado em uma família de escassos recursos econômicos. Suas habilitações acadêmicas eram o Curso de Comércio e o de Matemática. Adquiriu conhecimentos em línguas e humanidades como autodidata, enquanto desempenhava as funções de amanuense. Lutou durante as guerras liberais ao lado do Duque da Terceira. Consagrada a sua honestidade intelectual e seu notório saber bibliográfico, foi encarregado de organizar o *Dicionário Bibliográfico Português*, obra enciclopédica monumental continuada por Brito Aranha, seu testamentário, acrescentando-lhe vários volumes. Foi membro da Academia de Ciências de Lisboa. O *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio, muitas vezes referido apenas pelo *Dicionário de Inocêncio*, é constituído por 23 volumes e completado por um *Guia Bibliográfico* de Ernesto Soares e um *Aditamento* de Martinho da Fonseca. A citação faz parte do volume I, pp. 64-65. Citado por CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. 21.

¹⁶⁰ SISMONDI, Simonde de. *Op. cit.*, pp. 530-531. Ver também em CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, pp. 21-26. Grifos meus.

edição de sua obra, como uma possessão portuguesa. Não tem dúvidas o genebrino em situar os autores em uma pátria de nascimento, apontando-lhes algumas características peculiares de uma literatura nascente e atribuindo-lhes congenialidade com os seus pares da literatura portuguesa. Só isto chamaria a atenção e a simpatia dos primeiros românticos brasileiros, não fosse a seqüência, contudo, em que o autor estuda a obra do quarto Conde de Ericeira, Francisco Xavier de Menezes (1763-1743), analisando o seu poema *Henriqueida*, afim de cotejar o teatro português e a influência que este sofreu das culturas espanhola e italiana, com o nascimento do gênero híbrido das óperas cômicas, em consonância com o seu precursor de Göttingen:

A peu près à l'époque d'Ericeira, on vit recommencer, à Lisbonne, quelque chose qui ressemblait à un théâtre portugais. Pendant tout le dix-septième siècle on n'avait eu, dans cette ville, qu'un théâtre espagnol; et les Portugais eux-mêmes, qui cultivaient l'art dramatique, adoptaient la langue castillane. D'autre part, le roi Jean V appela à Lisbonne, et soutint par sa munificence un opéra italien; et cet exemple nouveau fit bientôt naître un genre bâtard de spectacle. Ces furent des opéras comiques sans récitatifs, peut-être même composés sur de la musique d'emprunt comme nos vaudevilles, mais ornés en même temps de décorations, grand spectacle, et de toute la pompe des opéras italiens.¹⁶¹

Na verdade, o autor apenas prepara o terreno para falar de outro “brasileiro”, o célebre Antônio José, o *Judeu*, cujo nome já era conhecido à época do pesquisador genebrino. Reproduzindo aqui os passos de seu predecessor alemão, o suíço enfatiza os mesmos pontos sobre o talento do comediógrafo e seu sucesso fugaz, pontuando a sua origem popular, plebéia, bem como, em decorrência disso, de sua alegria e inspiração espontâneas, apesar de considerá-lo rude e grosseiro, culminando com a tragédia que ceifou sua vida:

Les pièces furent écrites par un homme obscur et ignare, un juif nommé Antonio José, qui, dans la grossièreté de son style et de ses inventions, donnait assez à connaître la classe vulgaire ou il avait vécu. Cependant une vraie gaieté, mais une gaieté populaire, animait pour la première fois la scène portugaise; on sentait de la verve, et dans les sujets et dans le style; de 1730 à 1740 le public se portait en foule au spectacle, et la nation semblait sur le point de fonder son théâtre, lorsque le juif Antonio José fut brûlé par ordre de l'inquisition, au dernier auto-da-fé de 1745.¹⁶²

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 540-541.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 541. Grifos meus.

Vê-se, portanto, que o suíço não introduz nenhuma novidade quanto ao método crítico a não ser o fato de incluí-los em um sistema intelectual – no caso, português, e mais especificamente no da *literatura meridional* da Europa ou das culturas romanizadas –, sem deixar de anunciar, no entanto, o surgimento de uma nova nação de língua portuguesa, o Brasil – ainda que de forma tímida e equivocada – e de sua correspondente literatura. Isso não quer dizer que o autor deixa de situar os autores dentro dos quadros intelectuais portugueses, em seu aparente desconhecimento da emancipação política da jovem nação brasileira à época da terceira edição de sua *De la littérature du midi de l'Europe*. A respeito de Antônio José, conclui o seguinte, repisando os passos de seu antecessor, Bouterwek:

Les directeurs craignirent peut-être de rendre leur foi suspecte em continuant la représentation de ses pièces, et le spectacle tomba. On a deux collections de ces opéras portugais sans nom d'auteur (1746 et 1787, 2 vol. in-8°). Les huit ou dix pièces qu'ils contiennent sont toutes également grossières de construction et de langage, mais elles ne manquent pas de sel et d'originalité. L'une d'elles, dont Esope est le héros, mais à laquelle on a cousu bizarrement les faits brillans de la guerre des Perses pour pouvoir mettre des batailles et des évolutions de cavalerie sur le théâtre, a donné au rôle d'Esope les lazzi et la gaieté d'un vrai Arlequin de Bergame.¹⁶³

A seguir, o autor dedica uma parte ao estudo da obra de mais dois autores portugueses, Garção e Teresa de Melo Breyner, antes de principiar o comentário da obra de mais um brasileiro, o poeta Cláudio Manuel da Costa. Neste ponto, o pesquisador genebrino se detém sobre a decadência política e econômica de Portugal, ao avaliar que as possibilidades mais afortunadas de prosperidade e crescimento do país estão depositadas na perspectiva de formação de um “nouvel empire des Portugais”¹⁶⁴ a partir de sua colônia americana. Sismondi comenta isto considerando o fato de que a corte portuguesa havia feito o seu traslado para o Brasil durante o século 19 – apesar de falar de um poeta do século XVIII –, fugindo da invasão napoleônica – conforme o diz mais adiante –, e que o monarca português, aludindo talvez ao manifesto de guerra que D. João VI fez à França em maio de 1808, reergueria a nação portuguesa do seio do *novo império que vai criar*. De fato, pouco tempo depois

¹⁶³ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 545.

da chegada da família real ao Rio de Janeiro, o Brasil seria elevado à condição mais nobre de Vice-Reino, o que propiciou as condições do surgimento de um novo império, conforme predisse o regente português, mas o brasileiro. De qualquer modo, expressando de modo velado certo entusiasmo pela formação *futura* de uma nova nação – de resto, uma característica já detectada em suas obras econômicas, ao analisar a cultura e a riqueza dos povos, e suas respectivas nações –, o autor genebrino detém-se na poesia de Costa sobretudo em seus aspectos formais, ao mesmo tempo em que avaliza o futuro literário da colônia portuguesa, à época do arcade mineiro:

Le nouvel empire des Portugais, celui sur lequel reposent désormais toutes leurs esperances d'indépendance et de grande future, a commencé de son cote à cultiver les lettres, et il a produit au milieu de ce siècle [XVIII] *un homme distingue dans la poésie lyrique*, Claude Manuel Da Costa, né au département de Mines Générales du Brésil.¹⁶⁵

Deste ponto em diante, repisando novamente os passos de seu antecessor alemão, Friedrich Bouterwek, Sismondi compõe uma breve notícia biográfica sobre Costa:

Il reçut à Coïmbre, pendant cinq ans, une éducation européenne; mais dans cette ville, l'école de Gongora dominait enconre, et CE fut le goût de Da Costa qui le determina à chercher des modeles dans les anciens poetes italiens et dans Métastase. De retour au Brésil, il continua ses études poétiques dans les mines d'or et de diamant, dont les richesses paraissent avoir eu peu d'attraits pour lui. Dans ces montagnes, dit-il, on ne voit point de ruisseaux d'Arcadie, dont le murmure aimable éveille des sons harmonieux: la chute d'un torrent trouble et hideux y rappelle seulement l'avidité des hommes que ont rendu cette eau esclave, en la souillant pour chercher des trésors. Ses sonnets, ou l'on reconnaît l'écolier de Pétrarque, ont de la Grace et quelque chose de piquant dans la tournure, qui manque em general à la poesie romantique.¹⁶⁶

Do mesmo modo, sem realizar com profundidade uma abordagem do estilo e da obra de Costa, o genebrino detém-se, entretanto, na originalidade formal da poesia do brasileiro, como a utilização de formas elegíacas até então consideradas pouco empregadas em língua portuguesa, com estrutura métrica em versos brancos, aludindo ao que considera uma característica das línguas meridionais – diga-se, neolatinas – da Europa: o emprego acentuado

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, pp. 545-546.

de ritmo acentuado pelas rimas, provocando mais tarde – o esforço das futuras cadências românticas em restituir musicalidade à poesia:

Da Costa a écrit plusieurs élégies em vers blancs ou iambes non rimes, mètre peu usité jusqu'alors par les poètes portugais, et qui semble lui avoir fait perdre quelque chose de son coloris et de sa pompe poétique; *comme si les riches langues du Midi avaient toujours besoin de flatter l'oreille par l'éclat des rimes*. Il les a intitulées du nom singulier d'*Epicedios*.¹⁶⁷

A opinião a respeito do ritmo entre as línguas latinas é tão elucidativa e atinge tal ressonância que, ao publicar em Bordéus as suas *Poesias avulsas*, em 1825, com o pseudônimo arcádico de Américo Elísio, José Bonifácio de Andrada e Silva reproduz praticamente as mesmas palavras e abraça a mesma idéia do estudioso suíço:

Fui neles [versos] assaz parco em *rimas*, porque a nossa bela língua, bem como a inglesa, espanhola e italiana, não precisa, absolutamente falando, do zumzum das consoantes para fixar a atenção e deleitar o ouvido.¹⁶⁸

É pouco provável que Andrada recebeu influência direta de Sismondí, ainda que a primeira edição do livro do suíço tenha sido publicada doze anos do surgimento da edição francesa dos poemas de um dos brasileiros mais eminentes da época, o célebre patriarca da nossa emancipação política. Contudo, a curiosidade da convergência não é gratuita, pois demonstra, no mínimo, a evidente penetração que algumas idéias elaboradas pelo genebrino obtiveram no circuito intelectual europeu e brasileiro.

Convergência ou não, o estudioso suíço prossegue em sua análise de Costa, só que agora adentrando o terreno da crítica histórica, sobretudo ao acentuar e censurar o apreço que a literatura de língua portuguesa tinha pela poesia bucólica e pastoril, desde Camões até o poeta mineiro. Com efeito, o *gosto* na literatura portuguesa pelo motivo bucólico, reproduzindo os temas e as cadências do verso camoniano no caso de Costa, tem origens mais remotas em Petrarca que, além de criar um vasto repertório de frases poéticas elegantes e esquemas rítmicos aprazíveis à memória e ao ouvido, permitiu o surgimento de fórmulas

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 546.

¹⁶⁸ ANDRADA, Bonifácio de, *citado por CÉSAR*, Guilhermino. *Op. cit.*, p. 25.

poéticas que quase todos os líricos europeus utilizaram até o surgimento do Romantismo. No entanto, a natureza como alegoria ou motivo, entre os praticantes da poesia bucólica ou pastoril, sempre cumpriu o papel de companheira ou ouvinte para os queixumes do poeta, consolando-o das desventuras, dissabores e males, muitas vezes utilizada, por igual, para relembrar as felicidades passadas. Isto, entretanto, não autorizou uma leitura pré-romântica de árcades como Costa, tampouco o faz Sismondi neste sentido. Diferindo essencialmente de seu predecessor alemão, o pesquisador suíço censura o motivo bucólico como um *maneirismo* da poesia portuguesa presente em Costa – talvez um discreto lamento por não encontrar os índices de uma poesia abrasileirada – apesar de louvar a influência da poesia italiana sobre o poeta mineiro, do mesmo modo que o professor de Göttigen:

Il a écrit aussi vingt églogues; presque toujours ce sont des poésies de circonstance, pour lesquelles les nomes pastoraux sont des espèces de déguisement. *On ne peut voir sans étonnement CETte manie de la poésie pastorale poursuivre les Portugais depuis le douzième siècle jusqu'à nos jours, des bords du Tage aux rivages écartés de deux Indes, et donner à toute leur littérature quelque chose d'enfantin, de doucereux et de manière.* Il y a plus de mérite, ce me semble, dans d'autres morceaux de Da Costa, ou l'on reconnaît l'école italienne et l'imitation de Métastase. Ce sont des chansons et des cantates qu'il a composées pour être mises en musique. [...]; ils sont bien faits pour donner le désir de l'entendre résonner encore.¹⁶⁹

Neste ponto, porém, Sismondi abandona Costa para dar início ao comentário de um terceiro poeta brasileiro, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, ampliando assim o escasso cânone deixado pelo seu antecessor de Göttigen, sem avançar além do passo de incluir mais um nome à listagem de Bouterwek, ignorando os nomes de outros árcades com obras publicadas, como o caso de Tomás Antonio Gonzaga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Seja como for, a inclusão de Silva Alvarenga é um esforço, ainda que tímido, no sentido da superação do erudito alemão, embora fique patente o acesso escasso e casual com as obras, de modo que o trabalho de Sismondi, ainda que seminal, esbarra na pobreza com que apresenta o quadro das letras produzidas no Brasil. Porém, em sua análise de *Glaura*, o genebrino enceta algumas leituras que são ainda correntemente válidas, a ponto de se tornarem lugar-

¹⁶⁹ SISMONDI, Simonde de. *Op. cit.*, pp. 546-547. Grifos meus.

comum na exegese do poeta mineiro, como a renovação de uma forma fixa – o *rondó* –, o lirismo sincero dos versos, entre outros aspectos lírico-formais:

J'ai parcouru encore les poésies d'un autre poete brésilien, Manoel Ignacio da Silva Alvarenga (sic), professeur de rhétorique à Rio-Janeiro (sic), qui a publié à Lisbonne, em 1799, un volume de poésies érotiques. Il n'a chanté que ses amours pour Glaura, et ses regrets pour la mort de cette belle. Entre soixante petits poèmes, qu'il a nommés *rondós*, parce que le même refrain y est ramené régulièrement après huit petits vers, il y en a plusieurs de gracieux, plusieurs ou l'amour et le bonheur semblent s'exprimer avec les accents de la vérité.¹⁷⁰

Porém, mais adiante no texto, surge um comentário do autor suíço que se pode considerar o primeiro índice do futuro programa estético da crítica e da literatura românticas no Brasil, de modo evidente e sem meios-terminos. Seguindo de perto os passos de seu antecessor alemão, outra vez um autor estrangeiro manifesta elevado apreço pelas letras brasileiras, contudo adicionando uma outra tinta da paleta da crítica romântica, a *cor local*:

Après tout, le principal attrait de ces poésies, c'est encore leur couleur locale, les images empruntées aux arbres, aux papillons, aux serpents d'Amérique, ou l'invitation à fuir, dans l'onde fraîche d'un ruisseau, les ardeurs de décembre. En lisant les premiers poèmes écrits dans ces climats si éloignés de nous, on songe à ce qu'ils nous promettent, plus encore qu'à ce qu'ils nous donnent déjà.¹⁷¹

Com efeito, este é um primeiro presságio de todo um programa que será esboçado no *Bosquejo* de Almeida Garret e no *Resumo* de Ferdinand Denis, no sentido do abraqueiramento da expressão literária em língua portuguesa, e no levantamento do mais importante *topói* da crítica romântica: a *cor local* ou, no caso mais comum, a *cor americana*. Com efeito, ao realizar a leitura de Silva Alvarenga, o autor genebrino consegue aludir, ainda que de modo sucinto e de passagem, a algumas de suas peculiaridades centrais, como o americanismo poético, manifesto através do uso abundante de temas e imagens referentes à natureza brasileira. Com isto, o genebrino autoriza uma leitura pré-romântica dos poemas de Silva Alvarenga, uma vez que um poeta brasileiro, ainda árcade na forma e no sentido alegórico

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 550-551.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, pp. 551-552.

de sua poesia, já começa a romper com o motivo arcádico da natureza, introduzindo pela primeira vez o gosto pela natureza tropical. O poema transcrito por Sismondi é o seguinte:

*Já Dezembro mais calmoso
Perguiçoso (sic) o giro inclina:
Ilumina o ceo rotundo,
Quer o mundo incendiar.*

*Bem (sic), pastora, aqui te esperaõ
Os prazeres deste rio;
Onde o sol e o seno (sic) estio
Naõ puderaõ penetrar.¹⁷²*

*Nuas graças te preparaõ
A conchinha transparente,
O coral rubro e luzente
Que buscaraõ sobre o mar, etc.¹⁷³*

Aliás, o acentuado americanismo de Silva Alvarenga, segundo Antonio Candido, não se manifesta somente por meio de sugestões discretas – o poema escolhido por Sismondi não é um exemplo ilustrativo da originalidade do poeta mineiro neste item –, mas através, sobretudo, de uma invasão impetuosa de motivos da natureza, a ponto de seu exotismo ser tão patente que a pátria surge sob a forma de uma índia, orgulhosamente altiva entre “dríades formosas” e “faunos petulantes”, em uma perfeita antevisão do indianismo romântico brasileiro:

*Mas que carro soberbo se apresenta?
Tigres e antas, fortíssima Amazona
Rege do alto lugar em que se assenta.*

*Prostrado aos pés da intrépida matrona,
Verde, escamoso jacaré se humilha,
Anfíbio habitador da ardente zona.*

*Quem és, do claro céu ínclita filha?
Vistasas penas de diversas cores
Vestem e adornam tanta maravilha.¹⁷⁴*

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 551. Sismondi transcreve várias palavras equivocadamente, como “bem”, no lugar do imperativo “vem”, e “seno”, no lugar de “seco”. Não se sabe ao certo se são erros de transcrição do idioma ou gralhas tipográficas.

¹⁷³ Texto reproduzido do *Florilégio da poesia brasileira*, Rio de Janeiro, 1946, Tomo I, p. 369. Sismondi não faz uma transcrição completa do poema.

Só este exemplo bastaria para situar a poesia de Silva Alvarenga entre os precursores da literatura romântica no sentido temático e justificar a simpatia que lhe devotou o pesquisador suíço. O poeta mineiro foi inovador, segundo Candido, também sob outros aspectos, entre os quais o fato de apresentar uma concepção de poesia como produto do sentimento profundo, expressão das dores e da subjetividade do poeta, o que já é um índice do individualismo e egotismo que serão marcas patentes do Romantismo. Com efeito, tendo o poeta estudado humanidades no Rio de Janeiro e, ao retornar ao Brasil depois de concluir o curso de Cânones em Coimbra, fixou residência na mesma cidade, vivendo até o ano de seu falecimento, em 1814, e, graças a seu talento diferenciado, conseguiu plasmar alguns dos futuros *tropos* românticos em sua poesia, como o ritmo lânguido, a sensibilidade amorosa e o americanismo, uma vez que já vivia dentro do *Zeitgeist* romântico. A sua produção poética é ainda hoje interessante não apenas pela sua qualidade literária apreciável, mas sobretudo como documento de uma literatura em formação. Foi ele o primeiro poeta em nossa literatura a expressar modulações de uma sensibilidade original, mais adiante consagrada pelos românticos como genuinamente brasileira, e não somente por haver introduzido plantas e animais do país – o que já havia sido ensaiado por poetas de períodos anteriores, como Frei Itaparica ou Botelho de Oliveira –, mas por ter criado uma musicalidade que atendia às exigências de um sentimento que ele mesmo ajudou a forjar. Não é sem razão que figura na lista de autores – ainda que limitada – de Sismondi, já que o poeta mineiro é um representante típico de uma literatura meridional em gestação. Contudo, apesar da nota de entusiasmo pela literatura emergente da então colônia portuguesa, a menção do suíço a Silva Alvarenga não ultrapassa a extensão de um parágrafo, abandonando os autores brasileiros para se ocupar novamente do Brasil várias páginas adiante, com as seguintes palavras:

[...] *Dans le plus beau climat et le plus riche sol, ils ont fondé une colonie qui surpasse douze fois em surface leur ancienne patrie; ils y ont transporté aujourd'hui le siège de leur gouvernement, leur marine et leur armée; dès événemens que rien ne pouvait prévoir, y donnent à la nation une nouvelle jeunesse et une nouvelle énergie, et peut-être le temps approche-t-il ou l'empire*

¹⁷⁴ Citado por CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 1º. volume. (1750 -1836). Editora Itatiaia: Belo Horizonte; Rio de Janeiro, 1997, p. 131.

*du Brésil produira, dans la langue portugaise, de dignes successeurs de Camoëns.*¹⁷⁵

As idéias de Sismondi, portanto, não sendo mais atuais quanto ao método, são ainda respeitadas no que têm de importância histórica e originalidade, ressalvados os equívocos e lacunas. No campo literário, por exemplo, ainda é reputado como o fundador de uma série de estudos que foram a ponta-de-lança dos críticos e historiadores da literatura durante o período romântico. No caso da poesia portuguesa, suas pesquisas consagradas aos costumes medievais, através da investigação da poesia trovadoresca, são decisivas para uma correta compreensão da cultura e da literatura portuguesas, em uma época em que um dos principais entraves para a pesquisa historiográfica era a ausência de documentação, uma vez que autores como Sismondi estudavam as origens da literatura em Portugal antes da descoberta e publicação dos cancioneiros.¹⁷⁶ Em todo o continente europeu a documentação sobre a Idade Média era de propriedade da igreja católica e estava, portanto, arquivada em total desordem e descaso nos conventos, mosteiros, igrejas e cartórios de batismo. Só muito mais tarde estes documentos seriam recuperados e publicados, o que restringia bastante os horizontes da historiografia moderna à época de Sismondi, não tendo como ultrapassar o limite cronológico do Renascimento.

Isto não impede, entretanto, que o pesquisador suíço atravesse os limites impostos pelas lacunas documentais e lance algumas luzes sobre o período medieval, procurando dissipar a espessa neblina de desinformação através de um método crítico sério e consciente. Os seus equívocos estão, contudo, na mesma proporção de seu esforço e ousadia. Embora possua o mérito indiscutível de ter discorrido com alguma propriedade sobre os trovado-

¹⁷⁵ SISMONDI, Simonde de. *Op. cit.*, p. 563. O trecho esclarece os equívocos de Sismondi quanto à emancipação política brasileira, uma vez que escrevia enquanto ocorria a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. Grifos meus.

¹⁷⁶ Apenas para se ter uma idéia das dificuldades dos pesquisadores nesta matéria, os cancioneiros foram todos adquiridos e publicados em datas bastante afastadas. O cancioneiro da Ajuda, por exemplo, o mais antigo deles, está conservado na Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, com poemas datados dos finais do século XIII. Teve suas primeiras edições completas em 1824 e 1849, com uma edição clássica realizada por Carolina Michaëllis de 1904. O cancioneiro da Vaticana ainda se encontra depositado na Biblioteca do Vaticano. O cancioneiro da Biblioteca Nacional, o mais completo deles, também conhecido como Cancioneiro Colocci-Brancutti porque copiado por ordem de Angelo Colocci provavelmente entre 1525-26, foi descoberto na biblioteca do conde Paolo Brancutti em 1875. Foi adquirido pelo governo português em 1924 e encontra-se na Biblioteca Nacional.

res, as lendas e personagens históricos, a influência árabe sobre a cultura européia, o lirismo de Petrarca e imitadores, a épica de Camões, o pastoralismo como traço distintivo da poesia portuguesa, os adeptos do gongorismo em Portugal e Espanha, as condições em que escreveu sua obra são o maior obstáculo à sua erudição. Além disso, a historiografia literária do período possuía um caráter crítico escasso ou praticamente nulo, beirando o anedotário documental quando não uma simples sucessão de biografias e obras em ordem cronológica, dando a impressão que não tinha muito a dizer sobre as obras literárias, o que de certo modo é compreensível em homens forjados em uma cultura acadêmica um tanto avessa às manifestações do espírito, como é o caso do suíço. Este, ao menos, foi mais um dos traços dominantes que Sismondi tentou compensar com apreciações críticas agudas para a época, mas que não eram, enfim, seu foco final de pesquisa. No entanto, ainda que se considerem as dificuldades e as falhas, o empenho do pesquisador suíço e seu espírito de investigação resultaram em um considerável avanço nos estudos historiográficos e literários da época, a ponto de alterar os rumos que vinham tomando até então.

A repercussão de sua obra, entretanto, não atingiu do mesmo modo os diversos países que tematizou. Entre os italianos, por exemplo, o método do historiador suíço atendeu aos objetivos centrais da historiografia literária da península, cuja interpretação da história nascia de seu entendimento como resultado da luta pela liberdade e união do povo italiano e, portanto, da afirmação da soberania e nacionalidade. Portanto, as relações entre literatura e civilização, que os iluministas apontaram de modo acanhado, estavam cingidas de modo definitivo através da obra do genebrino.

Já entre os espanhóis não houve uma imediata recepção, pois a questão de método não era uma tradição eminente entre os historiadores e críticos da Espanha à época em que os estudos sismondianos eram publicados, de modo que o debate da crítica e da historiografia espanhola ainda seguiu por algum tempo a antiga propensão episódico-narrativa, que os estudiosos germânicos e franceses questionavam em nome de uma nova e mais eficiente orientação metodológica. Do mesmo modo, entre os portugueses a obra sismondiana somente despertou interesse muito tempo depois de publicada, a ponto de ser ignorada pelos críticos e intelectuais que fundaram a historiografia portuguesa.

O caso de Garret, conforme vimos, é um dos mais peculiares, visto que simplesmente desdenha a contribuição de seus antecessores da Alemanha e da Suíça. O laconismo é a atitude dominante entre os primeiros historiadores da literatura portuguesa, dando a impressão de que a referência que fazem é apenas a obrigação protocolar de quem não leu ou não se interessa pela contribuição dos estrangeiros. É o que sucede com o primeiro arrolamento historiográfico da crítica literária portuguesa, depois de Garret, empreendido por Fidelino de Figueiredo, quando comenta os estrangeiros:

Até este tempo [referência à data de publicação do *Bosquejo* de Garret, 1826], a nossa literatura – como a nossa história – só fora estudada por estrangeiros. Schlegel, nas suas aproximações comparativas, falara de Camões; Bouterwerk (*sic*) escrevera para uma enciclopédia um volume sobre a nossa história literária, em 1804 (*sic*); Sismondi ocupara-se dela no seu quadro geral, *Littératures (sic) du Midi de l'Europe*, em 1819 (*sic*); e Ferdinand Denis em 1824 (*sic*) esboçara o seu *Resume de l'Histoire Littéraire du Portugal*. Eram os materiais de que Garret podia utilizar-se, e de se não utilizou, Bouterwerk (*sic*) e Sismondi ele mesmo o declara desdenhar.¹⁷⁷

No caso de Garret, nota-se que o seu desdém é resultado de seu célebre orgulho de escritor, sobretudo ao ocultar o mérito de sua fonte, mencionando apenas de passagem o trabalho de Sismondi e Bouterwerk. Contudo, ainda que negue a influência, o escritor português parte dos mesmos pressupostos críticos, uma vez que há uma notória semelhança entre os seus conceitos e opiniões e os de seus antecessores históricos. Seguindo de perto os passos de seus predecessores desdenhados, Garret condena, utilizando os mesmos exemplos e as mesmas censuras, a inclinação geral que a poesia portuguesa tem, durante os séculos XVII e XVIII, para o gongorismo e o marinismo, sem nunca mencionar a fonte de seus juízos críticos e idéias, ainda que sejam as mesmas do grupo de Coppet e, portanto, de Bouterwerk e Sismondi. De um modo geral, este comportamento acaba contaminando, pouco tempo depois, os homens de letras brasileiros, que reproduzem assim a atitude intelectual pouco produtiva do poeta português.

Contudo, ainda a respeito das letras portuguesas, é possível encontrar alguma explicação plausível para a atitude de escritores como Garret e Fidelino. O estudioso suíço, que

¹⁷⁷ FIGUEIREDO, Fidelino. *História da crítica literária em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916, p. 73.

dedicou uma cuidadosa investigação às letras italianas, não empregou um esforço semelhante em relação à literatura portuguesa, deixando lacunas imperdoáveis e pecando pela superficialidade de suas análises em diversos pontos essenciais da historiografia lusitana. Conforme já afirmado, isto se deve à escassez da documentação, e as fontes disponíveis não eram, por igual, confiáveis. Somente bem mais tarde é que fontes definitivas foram publicadas, acessíveis a todos os estudiosos, o que relativiza os equívocos e a aparente negligência do pesquisador genebrino, uma vez que o aparato documental era realmente pouco acessível. Conforme suas próprias palavras:

Je ne connais deux ouvrages qui comprennent l'histoire de toute la partie de la littérature dont je parlerai dans ce Cours: le premier, dont le plan est bien plus vaste encore, est celui d'Andrés, jesuite espagnol, professeur à Mantove: *Dell'Origine e de'Progressi d'ogni Letteratura*, 5 vols. in-4^o., Parme, 1782. Il esquisse l'histoire de toutes les sciences humaines dans toutes les langues et dans tout l'univers; et avec une vaste érudition, il développe d'une manière philosophique la marche générale de l'esprit humain; mais comme il ne donne jamais d'exemple, qu'il n'analyse point le goût particulier de chaque nation, que ses jugemens rapides ne sont presque jamais motivés, il ne laisse aucune idée nette des écrivains et des ouvrages dont il a rassemblé les noms, et ne met jamais son lecteur à portée de juger par lui-même. Il y a beaucoup plus d'instruction pratique à retirer de l'ouvrage de Bouterwek, professeur à Göttingue, qui a entrepris l'histoire de la littérature proprement dite dans l'Europe moderne. (*Friedrich Bouterwek, geschichte der Schönen Wissenschaften*, 8 vols. in-8^o., 1801-1810). Il n'a encore écrit que l'histoire des littératures d'Italie, d'Espagne, de Portugal, de France et d'Angleterre; mais il l'a fait avec une étendue d'érudition, et une loyauté dans la manière d'en faire profiter ses lecteurs, qui semblent propres aux savants allemands: *c'est, de toutes les ouvrages de critique, celui dont j'ai tiré le plus grand parti, et auquel j'ai emprunté le plus de faits et de connaissances*. Pour l'histoire particulière de chaque langue, j'ai eu de plus amples secours. Millot (*Histoire Littéraire des Troubadours*) a été mon principal guide pour la littérature provençale; Tiraboschi, et dans les premiers volumes de son excellent ouvrage, M. Guinguené, pour l'italienne; Nicolas Antonio, Velásquez, avec les commentaires de Dieze, et Diogo Barbosa, pour l'espagnole et la portugaise; Aug. Will. Schlegel enfin, pour la littérature dramatique de toutes ces nations.¹⁷⁸

Sismondi estava bem ciente de que seu papel como crítico literário não ia além do alcance da divulgação das literaturas meridionais européias, de modo que admite o caráter muitas vezes superficial, pouco original e totalmente panorâmico de sua obra, que foi composta, segundo o autor, para ser lida em voz alta, motivo pelo qual não segue à risca uma

¹⁷⁸ SISMONDI, Simonde de. *Op. cit.*, tomo I, pp. 12-14.

estrita e inflexível obediência às fontes documentais, justificando assim a relativa escassez de notas e apêndices, sem se preocupar em aprofundar alguma análise sobre o estilo e a obra de cada autor, consoante a um economista que se aventura pela primeira vez pelo terreno do caráter nacional das literaturas:

Je reconnais ici, d'une manière générale, mes obligations à tous ces critiques, parce que dans un ouvrage nécessairement rapide, et qui a été composé pour être récité, j'ai profité souvent de leurs recherches, quelquefois même de leurs pensées sans les citer. Si j'avais voulu, comme dans une histoire, invoquer pour chaque fait et pour chaque opinion mes autorités, il aurait fallu multiplier mes notes presque à chaque ligne, et suspendre, d'une manière fatigante, la lecture ou l'attention. *Dans la critique littéraire, ce serait une prétention bien ridicule que de ne vouloir jamais répéter ce qui a été dit, et une affectation bien vaniteuse, que de s'efforcer de séparer dans chaque pensée ce qui est à soi, de ce qu'on doit à un autre.*¹⁷⁹

Além disso, as opiniões de Sismondi a respeito de certas peculiaridades da língua portuguesa às vezes são de um reducionismo ingênuo e quase infantil, dando provas de seus escassos conhecimentos sobre a cultura lusitana, incorrendo em simplificações e conclusões apressadas, como as que seguem:

Le Portugais est une contraction du castillan, où les consonnes demeurent supprimées ; la consonne du milieu des mots et en général celle que demeure retranchée, et cette contraction déronde plus qu'un autre l'étymologiste. Ainsi, *dolor*, douleur, devient *dòr*; *cielos*, les cieus, devient *ceos*; *mayor*, majeur, *mòr*; *nello*, *no*; *dello*, *do*, etc. Il y a ensuite quelques lettres pour lesquelles les Portugais semblent avoir de l'aversion. Ainsi, l'*l* est retranchée même de leurs noms: *Alfonso*, *Affonso*; *Alboquerque*, *Aboquerque* [*sic*].¹⁸⁰

[...]

Tous les poètes portugais ont cultivé les deux langues en même temps; ils paraissent avoir regardé la leur comme la plus propre à la douceur et à la tendresse ; mais ils recouraient au castillan quelquefois lorsqu'ils voulaient donner à l'expression de leur pensée plus de noblesse et de grandeur, quelquefois aussi lorsqu'ils voulaient descendre à la bouffonnerie, comme se l'emploi seul de ce dialecte étranger donnait une teinte de ridicule aux sentiments.¹⁸¹

Já com relação às fontes, não havia mesmo muito que fazer, sobretudo em relação à poesia trovadoresca portuguesa. Os cancioneiros somente bem mais tarde se tornariam a-

¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*, tomo IV, p. 263.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 293.

cessíveis, pois ainda aguardavam ou ser descobertos ou impressos. Não se pode culpar o autor suíço de negligência sem antes considerar as condições em que seu trabalho foi escrito, o que potencializa a atualidade de alguns de seus méritos.

De resto, o historiador genebrino produz em uma época de especulações a respeito do “espírito nacional” das literaturas, sobre o papel e a influência do fator geográfico, das latitudes, dos elementos raciais e do clima sobre os povos, que encontrou em Madame de Staël e Schlegel grandes defensores e pensadores influentes. A geografia e a etnologia entraram, portanto, com grande força e prestígio nos estudos literários, e a pertinente relação entre literatura e sociedade – ou, de modo mais específico, suas instituições –, proposta por Staël em *De la littérature considérée dans les rapports avec les institutions sociales*, foi deixada em plano secundário pelos críticos. Entre os brasileiros, somente Sotero dos Reis aproveitou-se de tal correlação, ainda que de modo indireto e pouco produtivo.

De qualquer modo, Sismondi procurou demonstrar como pôde a tese de que o homem meridional tem uma imaginação mais fértil e sensível que o homem nórdico. A custo de fazê-lo, lança mão de todos os recursos ao seu alcance, ainda que incorra em juízos equivocados e simplificações. Contudo, postulando a tese que os povos meridionais são mais ricos em imaginação, alegria e sensibilidade – uma afirmação que se tornou célebre a ponto de se fixar como lugar-comum no imaginário etnológico ocidental –, Sismondi vai ao encontro de sua convicção de que o rigor da arte clássica não se concilia com as culturas neolatinas, a não ser como uma disciplina aos excessos do sentimento e da criação literária. Neste ponto, o suíço encontrou muitos adeptos e foi um eficaz difusor e discípulo das idéias de Anne Louise Germaine Necker, a senhora do castelo de Coppet, o que é patente em suas conclusões, ao fim de sua obra:

J'ai conduit mon lecteur seulement jusqu'au portique du temple des littératures romantiques. Je lui ai montré de loin leurs richesses dans un sanctuaire où nous ne pouvions point encore pénétrer ; c'est à lui désormais à s'y faire initier lui-même. Qu'il prenne courage ; ces langues du Midi, riches de tant de trésors, ne l'arrêteront que par de légères difficultés. Elles sont toutes soeurs, et il lui sera facile de passer de l'une à l'autre. [...] Si je puis un jour achever un ouvrage semblable sur la littérature du Nord, alors j'annoncerai des beautés plus sévères, d'un genre plus éloigné de nous, et auxquelles on n'arrive que par un travail plus long et plus pénible : encore, pour celles-là, cependant, les récompenses sont

proportionnées aux sacrifices, et les Muses étrangères sont toujours reconnaissantes du culte que nous leur rendons.¹⁸²

Com base nestes preceitos, é que Sismondi se atreve a cotejar as literaturas ultramarinas, como a portuguesa, a ponto de incluir autores da Madeira e do Brasil, lugares que nunca conheceu ao longo de sua existência. A literatura brasileira, forjada pelos jesuítas e viajantes que queriam divulgar o exotismo de outros povos além das fronteiras européias, foi então analisada sob a ótica de um estrangeiro – além de Bouterwek – que a experimentou como quem encontra pela primeira vez uma fina especiaria, dentro da segurança de seu gabinete de pesquisas. Como não era pretensão de Sismondi abranger todo o sistema intelectual brasileiro formado a partir do século XVI, em um livro dedicado à literatura meridional européia, não vai além dos três autores brasileiros que cita – apoiado, como vimos, sobretudo no trabalho de seu predecessor alemão –, de modo que omite, sem mais explicações, os representantes de outras épocas literárias, tais como Botelho de Oliveira, Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, Bento Teixeira, Rocha Pitta, além dos outros árcades, afora Cláudio e Silva Alvarenga.

Convém lembrar, por último, que a primeira edição da obra de Sismondi é de 1813. Portanto, o autor suíço escreve exatos nove anos antes da emancipação política brasileira, quando a família real portuguesa se traslada para o Brasil, suscitando assim os debates a respeito da independência, da nacionalidade e da cultura em nosso país. Com isto, a contribuição de Sismondi como um dos estudiosos pioneiros de nossa historiografia e crítica literária é inegável, sobretudo por ter anunciado, pela primeira vez, a existência de uma *literatura* brasileira, e não simplesmente a relação de escritores portugueses nascidos no Brasil. E foi, por igual, um dos primeiros a fazer uma correta leitura da transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro, ao afirmar que este gesto permitiria o surgimento de um novo império português e, sobretudo, de uma nova linhagem de sucessores dignos de Camões em língua portuguesa.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 568.

1.1.4. *Ferdinand Denis e a “invenção” da literatura brasileira: indianismo e nacionalismo*

*Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.*

ANTÔNIO GONÇALVES DIAS

*Moro
Num País Tropical
Abençoado por Deus
E bonito por natureza*

JORGE BEN

DE OUTRA ORDEM é o trabalho do francês Ferdinand Denis (1798-1890), tido como o verdadeiro fundador do programa da crítica e historiografia literária brasileira e, portanto, do cânone literário do Romantismo brasileiro. O nome de Denis, entre os contemporâneos brasileiros, era muito conhecido e reverenciado como um dos “amigos do Brasil”,¹⁸³ devido à ampla divulgação que fez do país e de sua gente, através de sua obra. Diversamente de seus predecessores pioneiros, Bouterwek e Sismondi, foi o primeiro estrangeiro a se dedicar ao estudo das letras brasileiras que conheceu o país pessoalmente, nele residindo durante o tempo de três anos (1816-1819), anotando todas as experiências e impressões que o país lhe oferecia. Sua permanência no Brasil, no entanto, foi uma casualidade. O plano original era apenas fazer uma escala no país para depois seguir para a Índia. A sua malograda viagem, contudo, não o impediu de sentir simpatia e curiosidade pelo Brasil e pelos brasileiros, ao contrário do que sucedia com outros franceses que tiveram os mesmos problemas ao aportar no país. Percorreu boa parte do território brasileiro, encantou-se com os costumes do povo, deslumbrou-se com a paisagem tropical, com os indígenas, o clima, a vida rural, a fauna e a flora:

... quel spectacle! comment ne pas l'admirer! Sur le bord de la mer, au sein des baies profondes, où les lots paisibles meurent sur le rivage, presque toujours les cocotiers se balancent doucement, la pervenche rose ou l'ipomaea tapissent les

¹⁸³ ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo, Siciliano, 1991, pp. 120-128.

sables arides du rivage, le manglier forme ses labyrinthes de verdure; et si les yeux se portent vers quelque île lointaine, à l'aspect de ces forêts verdoyantes, de ces frais rivages, de ces collines fertiles qui se déroulent aux regards, l'imagination ajoute l'idée de la retraite la plus paisible, d'une solitude qui n'est jamais troublée.¹⁸⁴

Nenhum outro francês antes de Denis falou de modo tão abertamente simpático a respeito do Brasil e do homem brasileiro. As experiências que viveu no país lhe forneceram o mais completo acervo de informações a respeito de nossa cultura até então jamais realizado por um estrangeiro, sendo aproveitado para a elaboração de *Le Brésil, ou histoire, mœurs, usages et costumes des habitants de ce royaume*, publicação de seis volumes surgida entre 1821 e 1822, quando o país emancipava-se de Portugal. O parisiense fundou, deste modo, uma sucessão, quando não uma tradição, de estudos franceses sobre o Brasil, em que a principal nota é o fascínio e a curiosidade sobre nossa cultura e peculiaridades, sobretudo entre seus compatriotas. Movido pelo interesse por nosso exotismo, à luz de seus olhos europeus, pesquisou o que pôde dos arquivos nacionais existentes, conviveu com os homens de letras brasileiros, gozou de grande prestígio e exerceu sobre eles uma poderosa influência, lançando os fundamentos da teoria literária brasileira conforme os pressupostos da estética romântica e fundando, com a publicação do *Resumo da história literária do Brasil* como apêndice ao *Resumo da história literária de Portugal* em 1826, o sentido – o *devoir* –, a orientação e o programa estético que os homens de letras brasileiros seguiriam durante mais de meio século, com uma ressonância que perdura até dias correntes. Além disso, deixando atrás de si os trabalhos dos pioneiros Bouterwek e Sismondi, Denis encontrou condições mais favoráveis para consagrar à literatura de língua portuguesa algo mais do que algumas páginas e uma diminuta seleção de autores e obras, uma vez que dispunha de um acervo bibliográfico e documental bem mais amplo que seus antecessores.

Segundo Candido, como Denis é discípulo direto de Bernadin de Saint-Pierre e Chateaubriand, tendo recebido alguma influência indireta de Madame de Staël e, talvez, de Schlegel, é possível ver as idéias do grupo de Coppet e antecessores vazadas, com absoluta clareza, através do seus textos. De Humboldt, por exemplo, viria o seu apreço e sua visão

¹⁸⁴ DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris : Lecointe et Durey, Libraires, 1826, p. 522.

apaixonada dos trópicos, assim como de Chateaubriand lhe veio a predileção pelo indígena como motivo de inspiração à poesia e manifestação do *homem natural* – leia-se a influência de Rousseau de modo indireto – e, por último, Bernadin de Saint-Pierre lhe impregnou com o entusiasmo pela natureza em estado selvagem e indômito.¹⁸⁵ Com *Scènes de la nature sous les tropiques e leur influence sur la poésie* (1824), por exemplo, Denis teve como objetivo retomar o Romantismo de Chateaubriand e, deste modo, utilizá-lo como fonte de um programa estético para a literatura francesa, sem desconfiar que a visão de seu compatriota a respeito da natureza, tanto americana quanto européia ou oriental, não tinha um valor em si, absoluto, a não ser pelas imagens que suscitava à subjetividade lírica, ao ego do poeta, ao escritor, ao homem de letras.¹⁸⁶ O escritor parisiense ambicionava, contudo, uma universalização das cenas americanas que descrevia em suas obras, no sentido de propô-las como inspiração a todos os poetas. Seus objetivos eram, neste sentido, demonstrar “l’influence de la nature sur l’imagination des hommes qui vivent dans les pays chauds” e assim convencer “aux Européens le parti qu’ils peuvent tirer des grandes scènes dont ils n’ont souvent qu’une idée imparfaite”,¹⁸⁷ juízos que serão apontados e valorizados de modo apaixonado ao longo do *Resumo da história literária do Brasil*.

Contudo, o filólogo e crítico Sainte-Beuve, conhecido pelas suas famosas e corrosivas estocadas, embora tenha apreciado o conteúdo de *Scènes* e concordasse com a proposta de que a natureza tropical fosse um excelente *leitmotiv* à inspiração dos poetas, advertia com ênfase que, no entanto, havia o problema “de [se] falar a uma nação de uma natureza que ela não compreende [...]”.¹⁸⁸ Segundo Sainte-Beuve, não seria uma questão de universalizar a natureza americana, mas sim de destacar a mediação e a missão do poeta dentro do processo civilizatório que teria como finalidade a formação de uma nação. A França, assim como as outras nações européias, seriam apenas guias desta missão, quando não agentes civilizatórios diretos. Denis não atentou, com suficiente perspicácia, a este pequeno detalhe

¹⁸⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º. volume. (1836). Editora Itatiaia: Belo Horizonte; Rio de Janeiro, 1997, p. 287.

¹⁸⁶ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 179.

¹⁸⁷ DENIS, Ferdinand. *Scènes de la nature sous les tropiques, et leur influence sur la poésie, suivies de Camoens e Jozé Índio*. Paris: Louis Janet, Libraire, 1824, pp. iii-iv.

¹⁸⁸ Citado por ROUANET, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 216.

metodológico. E o próprio Saint-Beuve escreve, em suas célebres e venenosas páginas de *Mes poisons*, que faltava a Denis “meia onça de miolo para ser um homem de espírito”.¹⁸⁹

Como quer que seja, a crítica de Sainte-Beuve parece ter surtido efeito em Denis, tanto que o autor publica o seu *Resumé de l’histoire littéraire du Portugal suivi du resumé de l’histoire littéraire du Brésil* com uma revisão à sua teoria a respeito da natureza tropical, defendida em *Scènes*, corrigindo os pontos censurados pelo crítico. A partir desta obra, Denis ganha prestígio entre os seus pares europeus, tornando-se fonte de consulta obrigatória, como resultado de sua fama de difusor do Brasil, de sua cultura, seus costumes, sua natureza, seu povo. Os próprios pares franceses reconheciam, como Saint-Hilaire, que nenhum outro europeu conheceu o Brasil como Denis. Com relação aos homens de letras brasileiros, o capítulo introdutório do *Resumo da história literária do Brasil* passou a ser o primeiro manifesto do Romantismo brasileiro, influenciando dez anos depois, em 1836, as idéias do grupo de letrados do periódico *Niterói, revista brasiliense*, residentes em Paris, onde a publicação saiu do prelo. O novo credo estético já havia se firmado por meio da contribuição da Denis, passando a postular então a missão e a tarefa de construção da literatura nacional brasileira, sua autonomia literária em relação às letras portuguesas e, portanto, o seu respectivo cânone.

Convém, então, que consultemos as palavras do próprio Denis. Quando se tornou o mais eminente “amigo do Brasil”, entre os letrados brasileiros, o parisiense logo aderiu à *cruzada civilizatória* em nome da construção da identidade nacional do país, dando início assim a uma longa *démarche* que tinha um programa bem específico: afirmar e demonstrar a singularidade e a autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa.

Antes, contudo, de começar o *Resumo da história literária do Brasil*, Denis abre o seu livro com um *Discurso preliminar*, justificando a necessidade de aprofundamento dos traços expressivos de americanidade em relação à literatura brasileira, logo depois comentando o trabalho de seus antecessores, sobretudo Bouterwek e Sismondi, e pontuando o problema da escassez de fontes em que apoiou sua obra:

M. de Sismondi s'est plaint avec juste raison de la rareté des divers ouvrages portugais. Grâce à quelques amis des lettres, je suis parvenu à me procurer ceux

¹⁸⁹ Citado por MARTINS, Wilson, *A crítica literária no Brasil*, vol. 2, p. 88.

qu'on peut regarder comme vraiment importants [sic], quant aux renseignemens de détails. Les Mémoires de l'Académie des sciences de Lisbonne, ceux de littérature, m'ont été d'une grande utilité; j'ai consulté avec fruit Bouterweck et M. Simonde de Sismondi; j'ai trouvé de précieuses indications dans plusieurs autres livres, tels que la Bibliothèque lusitanienne, de Barbosa; le Dictionnaire biographique de Soares de Brito; le grand Dictionnaire publié par l'académie ; Francisco Dias ; le Mercure étranger; les Annales des sciences; les Voyages de Link, ceux de Duchâtelet et de Dumourier; l'ouvrage de M. Andrès; enfin , celui de M. Balbi.¹⁹⁰

No entanto, Denis sabe que seu trabalho é fundador em relação à literatura brasileira, e, apesar da escassez documental com que se depara, afirma sem qualquer modéstia:

A l'exception de MM. Bouter week et Sismondi, ces divers auteurs ne renferment guère d'analyse [literária]: on verra que j'ai examiné complètement plusieurs poèmes pleins d'intérêt mais presque inconnus hors du Portugal.¹⁹¹

Com efeito, o texto do *Resumo* que antecede a análise dos autores e poetas brasileiros, *Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo*, é uma verdadeira declaração a favor da *americanidade* da literatura brasileira. Este elucidativo preâmbulo, escrito quando o Brasil já estava emancipado de Portugal, demonstra a perfeita consciência que Denis tinha a respeito do papel civilizatório atribuído às letras, pois analisa, entre outros, o efeito desastroso que teve a administração colonial sobre o florescimento tardio da atividade intelectual no Brasil, uma vez que a circulação de idéias ainda não era possível em razão da total ausência de livros, bibliotecas, escolas e universidades onde a literatura e o conhecimento pudessem circular com liberdade. Na falta de uma estrutura administrativa e educacional que permitisse a livre circulação de idéias, Denis pontua que somente quando o interesse metropolitano se voltava para a exploração de riquezas é que as colônias americanas puderam experimentar um pequeno e freqüentemente breve crescimento da atividade intelectual:

Pendant long-temps l'Amérique méridionale, soumise au joug de deux puissances européennes, sembla condamnée à leur fournir des richesses sans partager leur

¹⁹⁰ DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, pp. XXII-XXIII.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, pp. XXIII-XXIV.

gloire. Avec le besoin de la liberté on a senti dans le Nouveau-Monde un désir ardent d'accroître ses connaissances. Nous ne sommes plus au temps où l'on pouvait retenir les Américains sous la dépendance par les liens politiques et par ceux de l'ignorance. Où nous avons arraché de l'or, nous avons laissé échapper le germe de toutes les connaissances; nous verrons ce que produira cet échange, qui se faisait souvent malgré nous, puisque dans la plupart des états de l'Amérique du sud les livres étaient prohibés, ou venaient s'enfouir dans les bibliothèques des moines, et que là trop souvent une oisive ignorance les dédaignait.¹⁹²

Contudo, ao mencionar a *cruzada civilizatória* empreendida pelo monarca português a partir do momento da transferência da família real para o Brasil, Denis comenta, de passagem, as profundas transformações que o país atravessou até a data de sua emancipação política, deixando para trás o estado de abandono e atraso em que se encontrava para adquirir mais autonomia e, como consequência, o surgimento, pela primeira vez em nossa história, de um sistema intelectual letrado, orgânico e contínuo:

Il faut convenir cependant que le Portugal mit bien moins de rigueur dans ces mesures que les états limitrophes, et que l'ancien gouvernement, en transportant son siège à Rio-Janeiro, *apporta aussi le goût des sciences et des arts, et facilita même leur culture*; le Brésil cessait alors d'être une colonie; l'odieux système tombait de lui-même: quelques années plus tard les Brésiliens l'eussent anéanti.¹⁹³

Vê-se, portanto, que para Denis o sistema colonial era um grande entrave à manifestação das verdadeiras características americanas da cultura brasileira. O fim do período colonial, graças à emancipação política, traria consigo a possibilidade do surgimento de uma cultura e uma literatura americana e autônoma. Porém, era preciso debelar a forte influência que as letras portuguesas exerciam sobre os intelectuais brasileiros, uma vez que as *manifestações literárias* locais estavam ainda presas às tradições clássicas européias. Para Denis, dando início a uma defesa recorrente de nossa literatura empregada durante o Romantismo brasileiro, a tradição clássica deveria ser completamente abandonada a fim de que a expressividade americana pudesse florescer em seu lugar, permitindo o surgimento de uma literatura diferenciada da européia e, sobretudo, da portuguesa. Um dos pontos principais, em termos programáticos, do credo estético do Romantismo brasileiro adquiriria, pelas

¹⁹² DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, pp. 513-14.

¹⁹³ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

mãos de Denis, sua feição final. A campanha pelo abasileiramento das letras praticadas no país tinha, pois, seu início:

Néanmoins, au commencement du siècle, *le vaste empire du Brésil empruntait encore au Portugal quelques faibles rayons de son ancienne gloire littéraire pour s'en parer*; les succès que les Brésiliens eussent pu acquérir étaient comptés pour rien; comme les richesses de la terre, ils allaient grossir le trésor de la métropole: le reste du monde les ignorait, et les Américains eux-mêmes savaient à peine s'ils devaient s'en glorifier; et cependant, l'amour malheureux, la découverte de ce beau pays, les conquêtes des Européens, avaient déjà inspiré les hommes du Nouveau-Monde; un climat délicieux les entraînait à leur insu: poètes de la nature, ils en avaient célébré la beauté; soumis aux passions nobles et ardentes, ils chantaient leur pouvoir.

*Le Brésil, qui a senti la nécessité d'adopter des institutions différentes de celles qui lui avaient été imposées par l'Europe, le Brésil éprouve déjà le besoin d'aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne véritablement; et dans sa gloire naissante, il nous donnera bientôt les chefs-d'œuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d'un peuple.*¹⁹⁴

Estabelecendo, portanto, a rejeição das imagens e modelos clássicos, inspirados na tradição greco-latina, Denis assenta o paradigma da *cor local*, enfatizando os caracteres, tropos, recursos expressivos e temas que deveriam caracterizar uma literatura *verdadeiramente* americana, ou de modo mais preciso, *tipicamente* brasileira. No entanto, é preciso chamar a atenção para um dado significativo dentro da estratégia de fundação de uma identidade nacional brasileira: a literatura produzida pelos brasileiros era ainda escrita na língua da antiga metrópole. Denis é o primeiro a chamar a atenção para este fato, alertando sobre o risco de que as produções brasileiras continuassem a aumentar o patrimônio da cultura portuguesa; “os êxitos que os brasileiros houvessem adquirido” poderiam, portanto, apenas “opulentar o tesouro da metrópole”, caso mantivéssemos a mesma expressão. Contudo, logo em seguida Denis aponta a saída para o problema, adotada pelo Romantismo brasileiro: se a língua portuguesa era usada por ambos os países, os temas e o vocabulário deveriam ser rigorosamente diferentes.

Si cette partie de l'Amérique a adopté un langage qu'a perfectionné notre vieille Europe, elle doit rejeter les idées mythologiques dues aux fables de la Grèce: usées par notre longue civilisation, elles ont été portées sur des rivages où les nations ne pouvaient bien les comprendre, où elles auraient dû toujours être

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 514-515. *Idem, ibidem*, 35-36. Grifos meus.

méconnues; elles ne sont en harmonie, elles ne sont d'accord ni avec le climat, ni avec la nature, ni avec les traditions. *L'Amérique, brillante de jeunesse, doit avoir des pensées neuves et énergiques comme elle; notre gloire littéraire ne peut toujours l'éclairer d'une lueur qui s'affaiblit en traversant les mers, et qui doit s'évanouir complètement devant les inspirations primitives d'une nation pleine d'énergie.*¹⁹⁵

Como se vê, o parisiense antecede neste trecho, ainda que de modo breve, o debate a respeito da manifestação da expressão americana através de uma língua européia, conflito que será debatido ampla e insistentemente ao longo de todo o processo de autonomização das letras brasileiras durante o período romântico, atingindo até mesmo a literatura brasileira do século passado. Porém, retomando a tese exposta em *Scènes*, Denis enfatiza o papel que a natureza tropical desempenha ao longo deste processo, como um dos principais guias, no sentido de por um fim ao paradigma da representação da paisagem européia através das letras:

Dans ces belles contrées si favorisées de la nature, la pensée doit s'agrandir comme le spectacle qui lui est offert; majestueuse, grâce aux anciens chefs-d'œuvre, elle doit rester indépendante, et ne chercher son guide que dans l'observation. L'Amérique enfin doit être libre dans sa poésie comme dans son gouvernement.¹⁹⁶

Somente, portanto, alterando a temática e os recursos expressivos em língua portuguesa seria possível encontrar uma expressão legitimamente americana, de modo que a América seria “livre em sua poesia como no seu governo” – tanto literária quanto politicamente. Contudo, se a literatura brasileira deveria privilegiar a temática americana e encontrar na natureza tropical a fonte de sua inspiração, abandonar os mitos e fábulas europeus e buscar os seus próprios, era necessário apontar o manancial de onde poderia jorrar a torrente de criações dos poetas e escritores brasileiros. E Denis o faz em seguida. Influenciado pelas idéias de Chateaubriand e Humboldt, o estudioso francês funda neste ponto do *Resumo* outro paradigma programático do Romantismo brasileiro: a *temática indianista*. O surgimento, segundo Denis, do sentimento patriótico e de uma respeitável tradição literária brasileira – consciente de que as nações americanas precisavam de um passado respeitável

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 515-516.

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*.

e uma história ilustre, capazes de rivalizar com o passado e a história europeus –, dependia, sobretudo, de um recuo no tempo, antes do período colonial, em que os povos americanos autóctones eram livres:

*Le Nouveau-Monde ne peut manquer d'imposantes traditions; dans quelques siècles, l'époque où nous sommes parvenus, l'époque où se fonda son indépendance, lui donnera île nobles et touchans souvenirs. Son temps des fables mystérieuses et poétiques, ce seront les siècles où vivaient des peuples que nous avons anéantis, qui nous étonnent par leur courage, et qui ont retrempé peut-être les nations sorties du vieux monde: le souvenir de leur grandeur sauvage remplira l'âme de fierté, leurs croyances religieuses animeront les déserts; les chants poétiques, conservés chez quelques nations, embelliront les forêts. Le merveilleux, si nécessaire à la poésie, se trouvera dans les antiques coutumes de ces peuples comme dans la force incompréhensible d'une nature variant continuellement ses phénomènes: si cette nature de l'Amérique a plus de splendeur que celle de l'Europe, qu'ont-ils donc d'inférieur aux héros des temps fabuleux de la Grèce, ces hommes à qui l'on ne pouvait arracher une plainte au milieu d'horribles supplices, et qui demandaient à leurs ennemis de nouveaux tourmens, parce que les tourmens ajoutaient à la gloire?*¹⁹⁷

Pela primeira vez, surgem os princípios gerais que norteariam o *indianismo* brasileiro. Para Denis, o indígena americano não somente era um perfeito substituto aos heróis dos mitos e fábulas europeus, sobretudo os greco-latinos, como também não hesita em idealizá-lo ao máximo, aproximando-o dos seus congêneres do Velho Mundo, com os quais se equiparava em dignidade e grandeza. Suas lendas, fábulas, mitos e heróis eram, portanto, a fonte de onde deveria brotar a inspiração americana:

Leurs combats, leurs sacrifices, nos conquêtes, tout présente de brillans tableaux. A l'arrivée des Européens, ils croient, dans leur simplicité, se confier à des dieux; mais quand ils sentent qu'ils doivent combattre des hommes, ils meurent et ne sont pas vaincus. La voix de leur dieu, c'était la foudre; leur temple, c'était le désert; chez eux, mille génies fantastiques animaient la nature, favorisaient les hommes ou s'en faisaient redouter. Qu'on étudie les faibles tributs échappés à trois siècles de destruction, on y verra encore toutes les pensées primitives qui excitent fortement l'imagination; mais pour les trouver dans toute leur énergie, ces pensées, il ne faut pas les aller demander aux peuplades que la civilisation détruit lentement et qui cachent les malheurs de la race américaine sur des rivages où on les a confinés: qu'on pénètre au sein des forêts, qu'on interroge les nations libres, leurs campagnes sont encore animées de pensées vraiment poétiques.¹⁹⁸

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 516-517.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 517-518.

Como se vê, a proposta de Denis era fundamentalmente oferecer uma alternativa americana ao herói europeu clássico. Porém, fazia-o também em relação ao herói medieval europeu, uma vez que a Idade Média era uma fonte comum de inspiração aos poetas românticos do Velho Mundo, por ser a época em que se formaram boa parte das línguas e antigas nacionalidades – como é o caso de Portugal, a mais antiga nação europeia, formada durante a Alta Idade Média – e, por consequência, o período ao qual se atribui a origem do sentimento patriótico e da idéia de pertencimento a uma nação que tanto animava o Romantismo. O indígena e o europeu apresentavam-se, neste sentido, sob o signo de uma dupla articulação discursiva. O indígena é apresentado ao mesmo tempo como herói e personagem complementar à presença europeia, ambos encarnando o heroísmo e a vilania, de modo que Denis assim não se desfazia da cultura da qual também se fazia representante. A afirmação positiva do indígena não se dá, portanto, pela negação do elemento europeu em nossa cultura; antes o escamoteia, para afirmar a importância de seu papel no processo civilizatório. O encontro das duas culturas, a americana e a europeia, segundo Denis, seria então um dos grandes temas das literaturas do Novo Mundo e do Brasil. O homem europeu também precisava, deste modo, ser narrado como herói e nobre cavaleiro de armas medieval, através da história oficial, e Denis, encontrando o similar da Cavalaria entre os nossos bandeirantes, aponta o caminho neste sentido, por meio da idealização poética:

D'un autre côté, tout l'héroïsme du moyen âge, tout l'esprit ardent et aventureux des temps de chevalerie, ne paraissent-ils pas avec une teinte particulière dans ces voyages des premiers explorateurs, s'avancant au sein des forêts vierges, sans crainte, attaquant avec audace des animaux inconnus, visitant des nations qui pouvaient les anéantir? Ils ne voulaient que de l'or; mais on ne peut leur refuser quelque gloire: la poésie peut s'emparer de leurs courses lointaines.¹⁹⁹

Branco europeu e indígena americanos fundidos na mesma matéria literária e épica. Ambos, heróis na luta de fundação da pátria e construção da nação. Entretanto, quando Denis acentua o indígena como um componente verdadeiramente americano, o faz não no sentido de que o europeu deveria sujeitar-se a ele. Não se trata de reconhecê-lo em sua alteridade e historicidade, mas de situá-lo no tempo e no espaço, assim como as suas marcas

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 518. Grifos meus.

culturais específicas, dentro de um *continuum* histórico. Trata-se de apoderar-se do indígena como recurso temático, como alegoria do processo civilizatório do continente americano sob a condução do elemento europeu, fornecendo ao nativo um sentido e uma função ao longo da construção da nação, a fim de fundir os dois elementos em um só amálgama. Assenhoreando-se do índio como tema para a construção de uma identidade nacional, o europeu garante com este procedimento um conjunto de estímulos e respostas capazes de condicionar a recepção do habitante pré-colombiano, alçando-o à condição de representação e não de realidade palpável, tornando-o palatável ao consumo brasileiro e, sobretudo, europeu.

É claro que Denis apenas desejava deixar evidente a originalidade local por meio da assimilação do indígena pelo europeu, uma vez que o projeto de fundação da nacionalidade brasileira necessitava de uma imagem capaz de fixar-se como alternativa plausível ao acervo de representações da cultura europeia na literatura. No entanto, também é evidente que a idealização do nativo americano permitia a escamoteação do constrangimento gerado em função da escravidão do negro africano. O índio, na condição de um ancestral de origem mítica e nobre, era o símbolo ideal que unia em um só elemento a diversidade do passado colonial, remetendo a genealogia do povo americano ao indígena e não ao africano, desqualificado em condição subalterna e escrava. O indígena, guerreiro e rebelde, cingido a um passado anterior à chegada do elemento europeu, prestava-se assim à mitificação necessária ao controle do imaginário coletivo, uma vez que, ainda que derrotado pelo europeu, sua insubordinação e exotismo bastavam para alçá-lo, segundo Denis, à posição de herói da pátria americana. Estes fatores conjugados permitiriam a sua eficácia e operacionalidade ao longo do processo de fundação da nacionalidade, bem como durante a construção da literatura brasileira.

Com o passado americano vinculado à presença do guerreiro indígena, símile americano do soldado e herói medieval europeu, resta atar os liames entre os homens de letras e a natureza tropical em termos temáticos, com a finalidade de que a *cor americana* entre em definitivo para o acervo das letras do Novo Mundo, substituindo as referências à natureza europeia por um conjunto de novas imagens e metáforas extraídas da paisagem dos trópicos

americanos. Surgiria assim, segundo Denis, uma nova literatura, capaz de rivalizar em beleza e grandiosidade com a velha literatura européia:

Et que veut-on que l'Américain fasse de nos comparaisons puisées dans une nature usée par le travail des siècles ?Epreuve-t-on dans ses forêts vierges les mêmes impressions que dans nos bois sapés continuellement par le bûcheron? Les animaux qui parcourent les campagnes n'ont-ils pas plus de force et de liberté? L'Océan ne roule-t-il pas ses flots sur des rivages plus imposans? L'aurore de la Grèce ouvrira-t-elle avec ses doigts de roses ce ciel éclatant de splendeur, et dont les feux feraient pâlir l'Apollon? *Que les poètes de ces contrées contemplent la nature, qu'ils s'animent de sa grandeur, en peu d'années ils deviendront nos égaux, peut-être nos maîtres. Cette nature si favorable aux développemens du génie, elle étale partout ses charmes, elle entoure même les cités de ses plus belles productions; et ce n'est point comme dans nos villes, où elle est méconnue, où souvent on ne peut la connaître.*²⁰⁰

Portanto, através da temática indianista ou mediante a descrição da natureza tropical, a literatura brasileira e o homem de letras deveriam privilegiar a temática americana. Sob todos os aspectos formais e estilísticos, a literatura e a cultura produzidas no continente americano deveriam ser o reflexo, segundo o pensamento corrente, do meio em que se encontravam, para que a originalidade pudesse se manifestar em sua expressão particular e, sobretudo, brasileira. No entanto, como harmonizar a contradição existente entre a valorização do ameríndio e o extermínio provocado pelo europeu, se a temática indianista deveria referir-se às origens da nacionalidade e do povo brasileiro? Denis encontrou-se diante de um impasse, uma vez que o passado da colonização deveria ser encarado tematicamente pelo americano através da literatura:

Que le Poète de ces belles contrées célèbre dès à présent leus heureux événements du siècle ; mais qu'il n'oublie pas les fautes du passé; qu'il attache un moment sa lyre aux rameaux de ces arbres antiques dont les ombres ombrages cachèrent tant de scènes de persécutions; qu'après avoir jeté un regard de compassion sur les siècles écoulés, il la saisisse; *qu'il plaigne les nations anéanties, qu'il excite une pitié tardive, mais favorable aux restes des tribus indiennes;* et ce peuple exilé, différent par sa couleur et par ses mœurs, qu'il ne soit point oublié dans les chants du poète; *qu'il adopte une patrie nouvelle, et qu'il la chante lui-même, qu'il se console au souvenir d'autres infortunes, qu'il se réjouisse avec la brillante espérance que lui donne un peuple humain.*²⁰¹

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 519. Grifos meus.

²⁰¹ *Idem, ibidem*, pp. 519-520. Grifos meus.

A solução do impasse apresentou-se então para Denis sob a forma de um outro paradigma: o da *mestiçagem*. Com efeito, apesar de associar a origem da nacionalidade ao elemento indígena, Denis afirma que o brasileiro é o produto das raças miscigenadas na América Meridional – africanos, ameríndios e europeus –, e que a sensibilidade combinada das três culturas no mesmo povo produziria um gênero novo de poetas e, por conseguinte, de poesia e de literatura.

Era, portanto, necessário estudar a influência do índio, do europeu e do negro na formação do povo brasileiro, verificando as suas origens, sobretudo resgatando e valorizando os costumes e a língua do ameríndio. Neste sentido, a mistura das raças apresentava-se como uma vantagem, segundo Denis, ao americano. Ao fundir as características das raças em um mesmo elemento, a plasticidade do homem americano seria um diferencial importante ao longo do processo de afirmação da nacionalidade. Não havia, deste modo, qualquer inferioridade cultural em que a mestiçagem fosse estimulada como forma de autonomização da cultura americana, e Denis a encarava com enorme simpatia:

Je ne crains point de le dire, l'Américain en qui tant de races se sont confondues, l'Américain, fier de son climat, de sa richesse, de ses institutions, viendra un jour visiter l'Europe comme nous portons nos pas vers les ruines de l'antique Egypte. Il demandera alors des souvenirs poétiques à cette terre qui aura brillé de tant d'éclat ; il lui paiera un juste tribut de reconnaissance. L'Europe a fondé la grandeur du Nouveau-Monde, mais ce sera peut-être un jour son plus beau titre de gloire.

Qu'il descende de l'Européen, qu'il se soit allié au noir ou à l'habitant primitif de l'Amérique, le Brésilien est naturellement disposé à recevoir des impressions profondes; et pour se livrer à la poésie, il n'est pas nécessaire qu'il ait reçu l'éducation des villes; il semble que le génie particulier de tant de races différentes se montre chez lui: tour à tour ardent comme l'Africain, chevaleresque comme le guerrier des bords du Tage, rêveur comme l'Américain, soit qu'il parcoure les forêts primitives, soit qu'il cultive les terres les plus fertiles du monde, soit qu'il garde ses troupeaux dans d'immenses pâturages, il est poète: aussi le voyageur voit-il continuellement des groupes se former dans les cités ou dans les campagnes pour entendre un récit merveilleux, un chant mélancolique, une relation des terres lointaines; sur les rivages, dans les forêts, au sein des villes, vous voyez ce besoin de satisfaire l'imagination. Le repos du Brésilien n'est jamais le repos d'une complète indolence: il chante, ou les accords d'une guitare suivent les rêveries de sa méditation; alors qu'il est plongé dans le repos

sans que la réflexion y prenne part, peut-être il contemple ce que la nature a prodigué de richesses autour de lui.²⁰²

A partir deste ponto, Denis inicia uma “longue digression”²⁰³ a respeito dos traços característicos de cada raça, descrevendo-as de modo poético, subordinadas às condições naturais do meio em que se encontram: a natureza tropical. Denis, impulsionado pelo calor de sua imaginação romântica, produz a mais impressionante declaração de apreço pelo fenômeno da mestiçagem americana do período, admirando o fato de que o povo brasileiro seja constituído pelos representantes de muitas etnias, vivendo sob o mesmo território. Caracterizando o índio como um homem fleumático e melancólico, o negro como um ser agitado, sangüíneo, imaginativo e inconstante, o branco como dominante, patriota e orgulhoso, Denis faz o primeiro panegírico da mistura das raças, elogiando tanto o cafuzo ou mameluco, aventureiro e sonhador – filho de mãe indígena com negro ou branco – quanto o mulato, imaginoso e amoroso como o árabe. Sem dúvida, Denis é o primeiro europeu atento ao fato de que a formação do povo brasileiro se dá por meio da mestiçagem, e, no lugar de censurá-la, demonstra uma viva simpatia pelo resultado, encontrando em nossos mestiços um reflexo da exuberância e da opulência da natureza tropical, em que o brasileiro se encontra adaptado, onde cada uma das raças manifesta um temperamento poético peculiar e “natural”. O caráter do povo brasileiro, onde o indígena, o negro e o europeu se fundem, é a fiel tradução, segundo a visão do parisiense, da singularidade da nação brasileira:

A la manière de raconter, à celle d'écouter et de comprendre, vous pouvez reconnaître ces hommes si différens de mœurs et de caractère, séparés jadis par des espaces immenses, et réunis maintenant par la Providence pour former un peuple de frères.²⁰⁴

Reproduzamos, no entanto, um trecho da *longue digression* de Denis, a fim de se comprovar o calor entusiástico do parisiense:

²⁰² *Idem, ibidem*, pp. 520-521. Em diversos pontos da redação de Denis, o termo *américain* refere-se ao indígena, na ausência de termos equivalentes. Grifos meus.

²⁰³ *Idem, ibidem*, p. 526.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 523. Grifos meus.

L'Américain écoute avec mélancolie, une lente tristesse se peint souvent dans ses regards; s'il prend la parole, sa voix est basse, ses mots ont un accent plaintif; il s'anime rarement, il a son ardeur au fond de l'âme; elle est toute pour l'indépendance, elle est toute pour la liberté des forêts. Le noir a besoin de s'abandonner au feu de son imagination, il faut qu'on partage sa pensée; ses paroles rapides ne suffisent pas à l'abondance des idées, il excite les spectateurs par ses gestes, sa voix part en éclats, ses yeux animés indiquent le feu de son âme. Mobile dans ses sentimens, mais toujours crédule, le surnaturel embellit ses récits, il anime des traditions poétiques de son pays une patrie nouvelle. Il gémit sans doute au souvenir d'anciennes infortunes, mais malgré les douleurs de l'esclavage, le présent, en captivant l'ardeur de son imagination, l'entraîne et détourne ses yeux de l'avenir; et le blanc, qui partage souvent les travaux de ces deux hommes, fier d'être de la race des vainqueurs, il s'est fait des traditions nouvelles, mais il tient à celles du vieux temps; sa pensée erre quelquefois sur les bords de ce âge qu'il n'a jamais vu; son imagination est aux terres lointaines, mais son cœur est à sa patrie: dans ses récits, dans ses chants l'histoire des deux contrées se mêle. Quant à l'homme dont la mère est indienne, il a je ne sais quelle énergie d'indépendance qui lui fait sentir le besoin d'élever sa patrie avant tout; il cherche les aventures au sein des forêts; il a la persévérance du blanc, et le courage de l'homme cuivré: son âme est énergique et son esprit rêveur; de grandes choses sortiront de cette race.

*Le fils d'un Européen et d'une noire, le mulâtre rappelle l'Arabe par ses traits, par sa couleur, par son caractère: l'amour, en exaltant son âme, le rend enthousiaste; sa pensée est rapide, son imagination variée, son cœur ardent. Il est poète, la nature l'a créé tel.*²⁰⁵

Note-se que os paradigmas teóricos do pensamento romântico, sobretudo no caso brasileiro, determinavam que se pensasse a questão da raça e do meio. Denis inicia então, com este texto, um dos aparatos críticos mais utilizados para ativar o sentimento de nacionalidade e anular o complexo de inferioridade de um povo sem raça, fazendo o elogio da mestiçagem, incentivando-a com um otimismo raro entre os europeus do século 19, a ponto de fundar um dos mais célebres lugares-comuns da história oficial: a união das raças em defesa da pátria. Idealizando a mestiçagem, o Brasil torna-se uma nação edênica, onde um “povo de irmãos”, as três raças constitutivas da nação – o branco, o negro, o índio – e seus mestiços e derivados, incorporam-se ao discurso de construção nacional, sobretudo nos momentos em que a historiografia oficial manipula e repisa este dado a fim de enfatizar os momentos em que as diferentes raças da pátria se unem em combate, como no caso da expulsão dos holandeses:

²⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 523-525. Grifos meus.

Il me semble que dans le temps où une lutte héroïque développa tous les caractères, à l'époque où la Hollande fut vaincue par le Brésil, la nature offrit au monde un spectacle nouveau qui put faire comprendre ses desseins. Fernand Vieyra, plein d'héroïsme chevaleresque, donna l'exemple du courage que les Européens allient à la méditation. Le noir Henrique Dias eut l'ardente bravoure qui dédaigne la réflexion. Calabar, né d'un blanc et d'une Africaine, doué d'une inconcevable imagination, d'une admirable persévérance, eût été aussi grand qu'eux tous, s'il n'eût été un traître; et enfin ce Cameran, ce chef-célèbre des Indiens, alors qu'il avait sauvé les colons, et qu'il pouvait s'égalier à eux, voulut toujours s'isoler: *il se montra le type de la race américaine par son courage terrible, par sa lenteur persévérante.*²⁰⁶

Neste ponto, encerra-se a *longue digression* de Denis, para que o francês possa dar início ao estudo dos primórdios da literatura brasileira durante o período colonial. Considerando a influência da literatura francesa sobre os escritores brasileiros, Denis aponta que o início da literatura brasileira não data de um período muito afastado da época em que escreve, embora não saiba precisar a sua exata origem, ao mesmo tempo em que menciona a existência de uma literatura de viagem composta por relatos e documentos arquivados na Torre do Tombo, em Portugal. Com este gesto, Denis indica a necessidade de se estudar os documentos fundadores das origens históricas do país no passado colonial, onde decerto os homens de letras brasileiros encontrariam as primeiras manifestações de nativismo, assim como as obras que deveriam ser incorporadas ao futuro cânone nacional. Contudo, é importante ressaltar que Denis pronuncia-se favoravelmente a respeito da separação entre a literatura portuguesa e a brasileira:

Le commencement de la littérature brésilienne ne date pas d'une époque très-reculée, et cependant il est assez difficile d'assigner sa véritable origine, puisque nous la séparons pour quelques instans de la littérature portugaise. Il est certain qu'elle a commencé par quelques relations imparfaites du seizième siècle, qui sont venues s'enfourir pour la plupart dans les archives de la Torre do Tombo.²⁰⁷

O resto do *Resumo*, a partir de então, é dedicado ao exame de poetas brasileiros, a partir do século XVII, procurando demonstrar com empenho e exemplos que o Brasil já possuía uma diminuta história da literatura, possível de ser narrada e amarrada em torno de

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 525-526. Vê-se que Denis omite, estrategicamente, os casos em que os franceses foram expulsos, como em São Luís do Maranhão em 1612 (França Equinocial) e no Rio de Janeiro em 1567 (França Antártica).

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 527.

certas manifestações de nativismo americano, interpretadas como precursoras do nacionalismo literário, que os homens de letras brasileiros do período deveriam retomar e desenvolver, segundo os critérios de fundação de um cânone nacional.²⁰⁸

Reproduzindo as notícias biobibliográficas da *Biblioteca lusitana* (1741-1759) de Diogo Barbosa Machado, e cometendo equívocos na atribuição de poemas, Denis avança até os árcades da “escola mineira”, a partir dos quais exprime suas próprias opiniões e juízos críticos. Assim, cita equivocadamente o nome do autor da *Prosopopéia* (1601), Bento Teixeira Pinto,²⁰⁹ passando aos de Bernardo Vieira Ravasco, irmão de Antônio Vieira, Manuel Botelho de Oliveira, João de Brito de Lima, Luís Canelo de Noronha, Salvador de Mesquita, Francisco de Almeida, atribuindo o poema *Labirinto de Amor*, de Cláudio Manuel da Costa, a um incerto *Manuel da Costa*. Menciona ainda Borges de Barros, João Mendes da Silva, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Pedro Nolasco Ferreira, Gonçalo Soares da Franca e, em nota de rodapé, o nome de D. Rita Joana de Sousa, a única mulher citada por Denis, encerrando a lista com o nome de Antônio José da Silva, o Judeu. O próprio Denis reconhece que a listagem tem pouca relevância literária, à exceção de uns poucos nomes, mas que era indubitavelmente importante tê-la como referência histórica necessária à fundação de um cânone:

Sans doute la plupart des auteurs que je viens de citer ne peuvent prétendre à une grande renommée littéraire; je les ai indiqués cependant parce qu'ils attestent les premiers efforts de la nation brésilienne pour le bien des lettres, et qu'ils indiquent un point de départ toujours curieux à observer. Je rappellerai encore ici cependant un homme qui a eu plus d'influence sur la littérature portugaise que ceux dont il fut précédé.²¹⁰

Entretanto, alguns nomes já são elucidativos no que diz respeito ao cânone que será criado pelos românticos. Sendo assim, Denis aponta, com base nos dados da *Biblioteca*

²⁰⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º. volume. (1836-1880). Editora Itatiaia: Belo Horizonte; Rio de Janeiro, 1997, p. 290.

²⁰⁹ Joaquim Norberto e Varnhagen cometerá o mesmo equívoco em seus respectivos ensaios e textos sobre a história da literatura brasileira, em função de consultarem a mesma fonte, tal como Denis, conforme veremos mais adiante.

²¹⁰ DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, p. 533.

lusitana, que “les Brésiliens eurent dès l’origine quelques relations recommandables”,²¹¹ começando por Bento Teixeira, o autor da *Prosopopéia* (1601), poema que a crítica brasileira apontará como marco inicial das letras no país. Depois, os nomes de Antônio Vieira e Manuel Botelho de Oliveira figuram como referências obrigatórias à história das manifestações literárias barrocas durante o período colonial, culminando com o teatro de Antônio do José, a respeito do qual Denis limita-se a reportar ao que já mencionou no capítulo XXVII do *Resumo da história literária de Portugal*, acerca da poesia dramática portuguesa do século XVIII. De resto, o modo demorado como analisa os poetas do arcadismo mineiro reforça a tese de que Denis encontrava entre os árcades brasileiros a verdadeira origem e fundação das letras nacionais, uma vez que atendiam aos pressupostos de seu programa estético para a literatura brasileira, sobretudo em sua análise dos dois grandes épicos que abordam o tema indígena, de sua franca predileção como *leitmotiv* da poesia americana, o *Caramuru* e *O Uruguai*, aos quais dedica algumas dezenas de páginas entre cotejamento crítico e resumo da trama.

A respeito do *Caramuru*, o parisiense demonstra sua viva simpatia pelo conteúdo e pela sua *cor americana*, ressaltando com relativo entusiasmo os aspectos que considera positivos para uma futura história da literatura brasileira, como a descrição da natureza tropical, o indígena como tema e o caráter original do assunto, apesar de uma composição, segundo ele, ainda vacilante em alguns aspectos temáticos e estéticos:

Le premier poème épique composé au Brésil, et jouissant de quelque renommée, a été inspiré par l’événement le plus poétique qui suivit la découverte de ce beau pays. [...]

Le poème de Caramourou est cependant loin de manquer de mérite; *il est malheureux que le style ne soit point toujours en rapport avec la conception*. [...] Caramourou d’ailleurs n’est point connu en Europe; aucune histoire littéraire n’en fait mention, et *il serait déjà d’un assez haut intérêt quand on se contenterait d’observer la teinte locale qui y domine continuellement*.²¹²

O que leva Denis a apontar o *Caramuru* como um modelo a ser seguido pelos poetas brasileiros, no sentido da fundação de um programa estético:

²¹¹ *Idem, ibidem*, p. 529.

²¹² *Idem, ibidem*, pp. 534-535. Grifos meus.

Les Américains n'ont point fait toujours sentir dans leurs productions les effets de la nature qui les inspirait; avant d'être libres il semblait qu'ils voulussent oublier leur patrie pour demander à l'Europe une partie de sa gloire. *Maintenant, ils doivent fonder leur littérature: je le répète, elle doit avoir un caractère particulier.*²¹³

O francês então empreende um longo resumo do poema, analisando alguns fragmentos conforme prometera. Entretanto, apesar da aprovação quanto ao assunto americano, Denis demonstra certa preocupação com o emprego adequado de fatos relativos à história da colonização brasileira, censurando em Durão imperfeições e alguma negligência do autor em relação às aventuras de Diogo Álvares Correia, notadamente em relação ao conflito entre este e Francisco Pereira Coutinho:

Les personnes qui se rappellent l'histoire du Brésil verront que Duraõ n'a point su tirer parti de la situation la plus forte qui lui fut offerte par les aventures de Diogo Alvares Correa. Ce chef ne resta pas long-temps paisible possesseur des contrées dont on lui avait accordé la domination. Celui auquel on avait fait en Portugal la concession de cette partie de la côte, Coutinho, le persécuta, et finit par l'emmener avec lui dans la capitainerie des Ilheos, en faisant courir le bruit de sa mort. Paragouassou, au désespoir, prit la résolution de venger son mari, et combattit ses oppresseurs. *Il y avait dans ce dévouement, dans cette ardeur généreuse de haine et d'amour, de quoi produire les plus fortes impressions, et c'est avoir bien mal compris un tel sujet que de ne point s'être proposé comme premier but de l'aire ressortir tout l'héroïsme de l'épouse de Diogo.*²¹⁴

Não obstante a censura e as imperfeições do poema, Denis considera a obra de Durão como o mais importante gesto inaugural da literatura brasileira, segundo o programa estético que o próprio francês instituiu, a ponto de afirmar que o *Caramuru* é “national, et qu’il indique assez bien le but vers lequel doit se diriger la poésie américaine”,²¹⁵ encerrando neste ponto a sua análise do poema.

Na sequência, Denis destaca outro importante épico para a fundação da literatura brasileira, *O Uruguai*, de Basílio da Gama, seguido do poema *Quitúbia*, do mesmo autor, e de *Trípoli*, poema em latim de Francisco Cardoso. O tratamento dado a Basílio da Gama e a seu poema é, em geral, bastante favorável e simpático, entretanto sem dedicar o mesmo entusiasmo consagrado ao poema de Durão, pontuando-lhe a contribuição com o assunto

²¹³ *Idem, ibidem*, p. 535. Grifos meus.

²¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 552-553. Grifos meus.

²¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 553..

americano, a originalidade da composição em versos brancos e cantos de uma estrofe só, além da sempre meritória descrição da natureza tropical:

[...] Mais l' *Uruguay* ne brille pas autant par l'originalité de la conception que par la correction du style. Il est plus intéressant par les détails poétiques qu'il renferme, que par l'impression qu'il peut causer. *On y remarque cependant une peinture habilement faite de cette partie du Nouveau-Monde, où de vastes plaines s'étendent au loin, où la nature se montre si uniforme dans ses productions, et si forte dans sa prévoyance, en couvrant de pâturages l'espace qu'elle ne réserve point aux forêts.*²¹⁶

Caracterizando sempre a inovação do tema, uma espécie de panfleto contrário à ordem dos jesuítas, Denis passa ao resumo da ação e da trama d'*O Uruguai*, analisando alguns fragmentos, lamentando ao fim que Basílio não tenha esboçado uma descrição mais detalhada das missões e, portanto, os princípios de uma nova civilização americana. Em seguida, cita o poema *Quitúbia*, também de Basílio, o qual, no entanto, não é de assunto americano, mas africano. Do mesmo modo, Denis cita outro poema de cenário e tema africano, escrito em latim por um professor-régio da Bahia, José Francisco Cardoso, intitulado *Trípoli*. Ambos os textos são citados apenas por apontar, segundo Denis, alguns rumos que a poesia brasileira deveria seguir quanto a assuntos não-europeus e não em função da relevância estética de sua qualidade literária:

Ces différens ouvrages indiquent une chose qui n'aura sans doute pas échappé au lecteur, c'est que la poésie au Brésil semble se diriger vers une route nouvelle. *Elle puise ses sujets dans une nature qui ne lui est pas inconnue, et cette tendance des esprits peut faire espérer d'heureux résultats.*²¹⁷

Em seguida, Denis passa a tratar sobre os poemas de Tomás Antônio Gonzaga, notadamente *Marília de Dirceu*, citados no original em francês como “*Marilie, chants élegiaques de Gonzaga da Costa*”.²¹⁸ A opinião de Denis a respeito de Gonzaga por Denis é bastante favorável, exaltando-lhe o fato de haver cantado o amor de modo sincero, uma vez que a sua biografia confunde-se com a sua obra:

²¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 554-555.

²¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 567. Grifos meus.

²¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 568. Grifos meus.

Pour bien comprendre les poésies de Gonzaga, il faut connaître sa vie; car il a une pensée qui se mêle à toutes les autres pensées: c'est celle de son amour. [...]

Les œuvres de Gonzaga sont divisées en deux livres, c'est le second qui offre le plus d'intérêt; l'auteur l'a écrit pour tromper les douleurs de la captivité; il fait sentir cette impression que laisse toujours le récit d'une véritable infortune. Les poésies de Gonzaga se distinguent surtout par la naïveté, par la grâce de l'expression, par le charme attaché aux plaintes sincères d'un cœur aimant.²¹⁹

Entretanto, o crítico francês não deixa de censurar o apego de Gonzaga aos elementos clássicos presentes em sua poesia, um árcade por excelência, já que o seu propósito é encontrar grandes representantes de uma poesia americana em que o *quantum* de metáforas a respeito da natureza tropical é o principal traço de distinção em relação à literatura europeia:

Il faut reprocher à Gonzaga l'emploi continuel d'images puisées dans la mythologie, et de ces formes de poésie pastorale répandues par Fontenelle: *tout cela ne convenait guère à un poète brésilien habitant un des pays où la nature étale le plus de splendeur et de majesté.*²²⁰

Apesar de tudo, diante do talento superior de Gonzaga e de seu acentuado lirismo, uma vez que suas composições são inspiradas por uma brasileira e foram decerto o primeiro grande sucesso de público entre os poucos leitores brasileiros – sua obra mereceu, à vista de tal sucesso, várias reedições, inclusive uma em que o editor forjou poemas que não eram da autoria de Gonzaga –, Denis reconhece uma atmosfera americana na poesia do árcade mineiro, ainda que na ausência de tropos e referências à majestosa e opulenta natureza tropical – opulenta demais aos padrões clássicos eleitos por Gonzaga, discípulo do amigo e mestre Cláudio Manuel da Costa. Não podendo situá-lo fora do sistema intelectual que produzia o Brasil durante o século XVIII, Denis não tem outra alternativa senão reconhecer a nacionalidade da obra de Gonzaga: “Quoi qu'il en soit, Gonzaga est un poète national; ses chants, répétés en tous lieux, animent les solitudes les plus reculées du Brésil: *ils méritaient d'être connus... [...]*”²²¹

²¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 569-570.

²²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 66-67. Grifos meus.

²²¹ *Idem, ibidem*, p. 571. Grifos meus.

Denis, entretanto, não teve uma opinião igualmente favorável a respeito de Cláudio Manuel da Costa. Pouco adequado ao seu propósito de demonstrar uma linha genealógica americana para a poesia brasileira, o estudioso francês dedica escassa atenção ao trabalho poético de Costa, reconhecendo-lhe a qualidade superior de sua obra lírica sem, contudo, computá-lo como grande referência nacional por considerá-lo demasiado europeu em suas metáforas de sabor ainda barroco. De resto, Denis demonstra não ter ido muito além da leitura de Bouterwek e Sismondi a respeito do arcadista mineiro, uma vez que reproduz a mesma cantata transcrita pelo alemão e pelo suíço:

Ses poésies jouissent d'une juste célébrité; on sent qu'il a surtout étudié les Italiens; *mais peut-être est-il devenu trop européen dans ses images*: il paraît dédaigner la belle nature qui l'entoure; ses églogues semblent soumises aux formes poétiques imposées par les siècles précédents, comme si l'habitant des campagnes du Nouveau-Monde devait rencontrer les mêmes images que celles qui nous sont offertes.²²²

Encerrando de modo quase lacônico as referências à obra de Costa, Denis passa ao nome de Dinis da Cruz e Silva, autor português das *Metamorfoses do Brasil*, que o crítico francês computa como referência entre as obras de renome nacional em virtude do tratamento que considera adequado da natureza tropical brasileira:

Quoique Diniz da Cruz, e Sylva ne soit point né en Amérique, je le placerai ici parmi les poètes qui honorent le parnasse brésilien. La nature du Nouveau-Monde lui inspira de charmans morceaux connus sous le nom de *Métamorphoses du Brésil*. Grâce à sa brillante imagination, les productions les plus gracieuses ou les plus éclatantes de l'Amérique méridionale lui offrirent d'heureuses allusions toujours précieuses pour la poésie. On voit qu'en voyageant dans ces climats, il a voulu marcher sur les traces d'Ovide ; mais il ne suit cependant point son modèle dans les fictions mythologiques.²²³

Concluindo, portanto, o acanhado cânone da poesia brasileira, Denis cita ainda dois nomes contemporâneos: Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814) e Domingos Borges de Barros (1779-1855), Visconde de Pedra Branca, dois precursores do Romantismo no Brasil. O último publicou um volume intitulado *Poesias oferecidas às senhoras brasileiras, por um bahiano* (1825), sob anonimato.

²²² *Idem, ibidem*, p. 573. Grifos meus.

²²³ *Idem, ibidem*, p. 574.

Destacando a religiosidade da tradução dos *Salmos* realizada por Sousa Caldas e por igual os seus poemas, Denis pontua os sintomas de patriotismo presentes nos versos do sermoneiro, um dos nomes que exerceu alguma influência como orador sacro e professor da primeira geração de poetas do Romantismo brasileiro:

Au nombre des ouvrages remarquables de cette période, il faut mettre les œuvres poétiques de Pereira de Souza Caldas, ce poète qui a donné une traduction des Psaumes. Dans cette version des chants sacrés, on trouve une noblesse d'expression, un charme de style qui indiquent que Caldas n'est point seulement un habile traducteur, mais qu'il doit être un poète original : il le prouve bientôt.

C'est une idée fort heureuse qui lui a fait composer le petit poème sur les oiseaux, que l'on trouve à la fin du volume [*Obras poéticas*]. Dans cet ouvrage plein de charme, Caldas se plaint de ce que l'ignorance déshonorait alors sa belle patrie ; et ce serait avec une joie bien touchante que de nos jours il eût célébré ses progrès.²²⁴

A seguir, antes de citar a obra de Borges de Barros, Denis se pronuncia a respeito do teatro brasileiro, lamentando a ausência patente de caráter nacional:

Le goût du théâtre est généralement répandu au Brésil; on trouve des salles de spectacle dans toutes les villes importantes. Il faut convenir cependant que l'art dramatique est encore dans l'enfance, même à Rio-de-Janeiro. [...] Mais dans ce beau pays, qui se croit encore obligé d'emprunter à l'Europe la plupart de ses usages, on s'aperçoit trop souvent que la comédie n'est point assez nationale, et que les coutumes de l'ancien monde y sont rappelées d'une manière trop bizarre pour qu'elle soit exacte. Les Brésiliens auront vraiment un théâtre quand ils auront des auteurs nationaux; alors ils sentiront ce que peut être la vérité d'une représentation dramatique.²²⁵

A respeito de Borges de Barros, referindo-se a ele pelas iniciais M. B., Denis traça um comentário mais atencioso que o dedicado a Cláudio Manuel da Costa, evidentemente em função do fato de que o Visconde da Pedra Branca era ministro brasileiro em Paris, à época em que redigia o *Resumo*.

Encerrando, deste modo, os escritores e poetas, Denis avança para os historiadores, economistas, sermonística, ciências e artes. A respeito das artes, sobretudo a música, é patente a satisfação de Denis com o êxito da missão francesa de artistas no Brasil, cuja influência foi determinante para o surgimento de uma consciência artística nacional, deixando

²²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 575-576.

²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 577.

em evidência a visão eurocêntrica de que a cultura brasileira é também filha da civilização francesa:

Parmi les beaux-arts, la musique est donc celui vers lequel les Brésiliens se sentent le plus vivement appelés. On ne peut se dissimuler cependant que le séjour des artistes français appelés à Rio-de-Janeiro n'ait exercé une très-heureuse influence dans cette capitale. MM. Taunay.Pradier, Grangean, ont fait sentir quelle était la route à suivre pour que la peinture et l'architecture arrivent à un état plus florissant. [...] *Il est heureux pour les Français d'avoir donné aux Brésiliens la première impulsion vers le goût des beaux-arts.*²²⁶

Quantos aos historiadores e à oratória, Denis cita dois nomes centrais para a formação de um cânone historiográfico brasileiro, Manuel de Moraes e Rocha Pita. Não adentra, porém, no mérito mais pormenorizado de suas respectivas, limitando-se a informar a importância de ambos como pioneiros da investigação histórica entre os brasileiros. O nome de Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, figura entre estes pioneiros, sobretudo porque atendia às exigências do parisiense em relação à descrição dos nativos americanos, decerto uma das fontes de consulta utilizadas por Denis para a concepção de seu programa para a formação das letras brasileiras.

Finalmente, Denis conclui o *Resumo* referindo-se à literatura de viagem e aos estudos de geografia e estatística que podem ser considerados os primeiros ensaios antropológicos brasileiros, no que diz respeito a vastas regiões do país ainda quase somente habitadas por indígenas. O primeiro deles, *Roteiro geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil e a descrição de muitos lugares dele, especialmente da Bahia de Todos os Santos*, é importante para Denis pelo fato de realizar uma primeira descrição da antropofagia como ritual de absorção das virtudes do guerreiro cativo, ao mesmo tempo em que o francês impressiona-se pela referência à existência de uma literatura oral entre os indígenas, bem como da condição de superioridade de que gozavam os seus “poetas” entre seus pares e inimigos:

L'auteur du *Roteiro*, après avoir donné une longue description des mœurs des Tupinambas, ajoute, en parlant de l'anthropophagie de ces peuples, qu'ils ne tuaient pas toujours leurs prisonniers à l'issue des batailles, mais qu'ils les

²²⁶ *Idem, ibidem*, p. 584.

conservaient pour les faire sacrifier à leurs enfans, qui changeaient alors de nom et se trouvaient revêtus de la noblesse appartenant au guerrier. A côté de cette horrible coutume, l'auteur en cite une autre, que je dois rapporter ici, puisqu'elle indique toute la vénération de ces peuples barbares pour ceux qui jouissaient des inspirations poétiques. Ces êtres privilégiés pouvaient aller au milieu des ennemis de la nation sans qu'on osât leur faire aucun mal: ils ne craignaient pas de se confier à toutes les tribus.²²⁷

Não é sem razão que tal matéria servirá de inspiração ao indianismo brasileiro, particularmente no tocante à descrição poetizada dos costumes indígenas, tornados elementos de forte catarse literária entre os românticos brasileiros da primeira geração.

Após o *Roteiro*, outro documento citado por Denis é a *Corografia brasílica*, do Padre Manuel Aires de Casal, a respeito do qual o francês não sabe informar é brasileiro ou português.²²⁸ Quanto ao desenvolvimento da obra, apesar de reputá-la como importante para a geografia, Denis censura o fato de Casal não ter imprimido em sua obra a marca pessoal de suas próprias considerações, lamentando por igual o pouco método e o fato do padre não ter aproveitado a oportunidade para discorrer um pouco mais sobre as tribos indígenas brasileiras das regiões a que dedicou alguma descrição. Depois de anunciar o lançamento do trabalho estatístico do Adrien Balbi e comentar a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, Denis conclui enfim o *Resumo* exortando aos brasileiros que permaneçam em seu país a fim de escrevam obras sobre a sua pátria.

Compreendem-se, pois, os motivos pelos quais o texto do *Resumo* de Denis é considerado o primeiro programa de nacionalização das letras no Brasil, tendo encontrado um poderoso eco entre os homens de letras do país, de modo que a sua contribuição para a construção de uma história da literatura brasileira, bem como para a fundação de seu respectivo cânone, é inquestionável. Partindo da contribuição de seus dois antecessores europeus, Bouterwek e Sismondi – com a significativa diferença de que pôde presenciar *in loco* as manifestações culturais e artísticas brasileiras –, a obra de Denis, tal como sucedeu com o professor de Göttigen e o estudioso genebrino, não teria exercido uma larga influência sobre a nascente intelectualidade local caso não tivesse sido lida, comentada e seguida como uma plataforma de idéias e pressupostos para as letras nacionais. Deste modo, a contri-

²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 595.

²²⁸ Inocêncio, em seu *Dicionário bibliográfico português*, quinto volume à página 367, afirma que Casal nasceu em Portugal.

buição de Denis seria englobada entre os vários documentos de interesse histórico de uma nação em formação, tendo encontrado no máximo uma repercussão indireta entre os nossos historiadores e literatos. Porém, não foi o que se deu. A obra de Denis surgiu em um meio intelectual acanhado, com uma enorme carência de quadros intelectuais respeitáveis, que é o Brasil do Primeiro Império. Suas idéias, extremamente simpáticas ao processo de emancipação intelectual e cultural brasileiro, foram imediatamente acolhidas por todos os que defendiam, de maneira xenófoba e ufanista, a afirmação da identidade cultural da nação recém-formada perante a Europa e, sobretudo, a antiga metrópole. Sua autoridade era reforçada pelo fato de não ser um brasileiro, mas um europeu de Paris, encorajando os brasileiros a esquecer a cultura européia e afirmar de maneira criativa e original a sua própria, abandonar os velhos padrões clássicos da literatura do Velho Mundo, olhar para a exuberância da natureza tropical das opulentas florestas brasileiras, familiarizar-se com os costumes, lendas e mitos do indígena americano, compreender e divulgar as narrativas de sua literatura oral que ainda eram possíveis de ser conhecidas, amar e orgulhar-se do gigantesco patrimônio natural e humano de sua terra. Em uma palavra: Denis foi o primeiro a estimular, de maneira programática e consciente, a auto-estima dos brasileiros no sentido de construção de uma nação vibrante de juventude e originalidade.

Do ponto de vista da história literária, a contribuição de Denis não é menos significativa, pois foi também o primeiro a estimular o sentimento patriótico e a descrição da natureza tropical que se encontrava em germe entre os arcades. Neste sentido, o parisiense é o primeiro a apontar os indícios, muito antes de Antonio Cândido, de que as origens da literatura brasileira se encontravam no arcadismo brasileiro do século XVIII, mesmo não precisando a data de maneira definitiva. Por igual, Denis também prenunciou a necessidade do surgimento de escritores dispostos a narrar o choque cultural entre o branco, o negro e o “bom selvagem”, cujas virtudes como nobre guerreiro e habitante nativo das selvas americanas serão exaltadas pelos primeiros românticos brasileiros como resultado direto das palavras do crítico francês nesta direção. É esta a leitura que Alencar deve ter extraído de Denis para a composição de sua obra. O processo literário brasileiro, segundo a concepção de Denis, era tratado pela primeira como um organismo que se desenvolvia em etapas possí-

veis de ser delineadas e analisadas à luz de uma teoria da americanização e, em nosso caso, de abasileiramento.

Portanto, em linhas gerais, o *Resumo* de Denis pode ser traçado da seguinte forma: a natureza dos trópicos como estimuladora da imaginação e criatividade dos poetas brasileiros, assim como um elemento renovador das letras, no sentido de uma literatura original, *verdadeiramente* brasileira; uma relação entre a singularidade da natureza tropical e o surgimento de uma nova poesia, com um novo repertório de metáforas extraído do acervo de imagens da fauna e flora americana; separação gradual, porém definitiva, entre a literatura brasileira e as letras portuguesas, sobretudo após a Independência, em busca de fontes de inspiração totalmente nacionais; o povo brasileiro como resultado do cruzamento de várias raças e, portanto, um povo mestiço, com uma natural aptidão para as letras e artes; a influência decisiva das artes e da literatura francesa no processo de emancipação das artes no Brasil; necessidade de rejeição do modelo clássico, a fim de que os poetas e escritores estejam abertos às possibilidades plásticas proporcionadas pela natureza local, em todos os aspectos; e, por último, defesa intransigente da criatividade e da originalidade, com aversão à *imitação* dos clássicos.

O texto de Denis indica, portanto, com uma sensibilidade histórica impressionante, o programa – o *devoir* histórico – a ser seguido pelas letras no sentido da construção de uma literatura completamente nacional, com idéias que formaram por completo a nossa nascente consciência literária. Veremos como elas se plasmaram, mais adiante, entre os nossos homens de letras de modo esquemático, como no caso dos poetas e literatos da revista *Niterói*, entre os quais o mais eminente é Domingos Gonçalves de Magalhães, que difundiu como discípulo as idéias de Denis, e ajudou a torná-las de todo um país. Por esta razão, o *Resumo* é considerado, com justiça e precisão, uma verdadeira carta de intenções da nascente literatura brasileira, um programa estético que, com todas as suas limitações, serviu como bússola e termômetro ao longo de boa parte do século 19 para os homens de letras brasileiros.

É evidente que, assim que as idéias de Denis ganharam repercussão, a atividade literária se desenvolveu não exatamente de modo *pari passu* aos pressupostos do programa de nacionalização estabelecido pelo francês. O desenvolvimento das letras nacionais exigia que sofressem algumas alterações à medida que a identidade cultural do país afirmava-se

cada vez mais. Porém, alguns dos principais tópicos, como a valorização da natureza tropical e do aborígene, a rejeição do *modelo* clássico e a necessidade de afirmação de nossa identidade e originalidade perante a literatura portuguesa, permaneceram durante algum tempo intactos, embora a definição de literatura nacional estivesse sempre em discussão e, portanto, jamais acabada. Os literatos, à luz do texto de Denis, não cessaram de redefinir os critérios da nacionalidade de nossa literatura e, conforme veremos, tais critérios passaram por várias modificações – e continuam passando – no sentido de uma definição dos elementos distintivos da nacionalidade e da cultura brasileiras.

Denis forneceu, no entanto, uma grande parte dos temas e recursos à literatura oitocentista brasileira, com os quais os homens de letras encontrariam os seus rumos e respectivo desenvolvimento. Suas palavras foram tão candentes em nosso meio nascente e acanhado meio intelectual que a primeira geração romântica, capitaneada por Magalhães, seguiu com quase total fidelidade os seus pressupostos centrais: a apologia da natureza tropical brasileira e a valorização do indígena americano. O trabalho de Denis está, portanto, radicado neste primeiro momento de ufanismo e xenofobia que caracteriza e reúne o esforço dos homens de letras brasileiros no sentido de *construção da literatura brasileira*, período no qual se forjou, com a contribuição maciça do crítico francês, um conceito de nacionalidade muito limitado, determinante não apenas para os nossos primeiros literatos românticos, mas igualmente para os historiadores e pesquisadores que ajudariam a instituir uma primeira versão do cânone brasileiro. Para este conceito de nacionalidade, qualquer composição só era considerada nacional se fosse inspirada nos quadros e sítios pitorescos oferecidos pela natureza tropical, abandonando a imitação dos clássicos, característica das produções do período colonial. Portanto, a nacionalidade de uma obra literária brasileira era medida pelo *quantum* de descrições, imagens e metáforas da natureza dos trópicos, aliado ao arrebatamento provocado pelo ambiente circundante e o sentimentos nascentes da cultura popular. O índio, como autêntico representante do povo brasileiro, legítimo habitante das selvas americanas, a partir de Denis transforma-se para a incipiente intelectualidade local em um símbolo de significado único, passando a ser objeto de análise e estudo. Com o estímulo oferecido pelo *Resumo*, os intelectuais brasileiros passaram a convergir em uma valorização e interesse cada vez maior pela cultura destes antepassados ilustres da nação,

transformando-os através do chamado indianismo em um capítulo fundamental dos primeiros momentos da fundação de nossa literatura e construção da nacionalidade literária. Do mesmo modo que os pastores serviam de alegoria ao homem culto da cidade para os ideais clássicos de vida amena e mediocridade áurea, o índio serviu aos românticos como um simbolismo concreto do guerreiro selvagem cercado pela exuberância da floresta tropical, em contato com o avanço da civilização européia. O entusiasmo pelos nossos selvagens tomou corpo durante boa parte do Romantismo brasileiro, sobretudo em seu primeiro momento, a ponto de plasmar-se como a mais importante reflexão do pensamento brasileiro do período, notadamente em homens de letras como Joaquim Norberto e Gonçalves Dias, entre outros.

Contudo, este conceito restrito de nacionalidade literária não atravessou todo o oitocentos, tendo encontrado o seu esgotamento não muito tempo após o início da atividade literária de Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, os dois mais importantes próceres do primeiro momento do Romantismo brasileiro. Com o amadurecimento e consolidação do próprio Romantismo, a atividade literária alcançou uma maturidade progressiva e cada vez mais segura na direção da reformulação de vários dos pressupostos esboçados por Denis em seu *Resumo*, de modo que não tardou que o programa estético de nacionalização das letras brasileiras conhecesse alguns questionamentos, conforme veremos mais adiante. Outros elementos foram incorporados à reflexão romântica, mas o núcleo de valorização dos traços distintivos da nacionalidade permaneceu. A certa altura, entretanto, a identificação entre a apologia da natureza tropical e do selvagem americano, como ocorrerá na reflexão de escritores como Álvares de Azevedo e Machado de Assis, já não será mais conveniente enquanto critério para definir o que é literatura nacional ou não. Contudo, nesta fase, a contribuição de Denis já estará completamente consolidada em nosso patrimônio cultural, de modo definitivo.

1.1.5. Almeida Garret e a originalidade da literatura brasileira

O POETA E DRAMATURGO português João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garret (1799-1854) publicou em 1826, em Paris, o seu *Parnaso lusitano*, quando também saía do prelo o *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* de Ferdinand Denis. Sua intenção inicial era abranger, em um só livro, sobretudo no estudo introdutório da coletânea, sob o título de “História Abreviada da Língua e Poesia Portuguesa”, os autores portugueses “antigos” e “modernos”, ou seja, o melhor da produção literária em poesia de ambos os lados do Atlântico, Portugal e Brasil. Segundo as palavras do próprio autor, a primeira idéia era uma coleção das melhores poesias dos clássicos em língua portuguesa.²²⁹ Contudo, como considerou que não seria uma antologia completa, decidiu por ultrapassar os limites propostos e percorrer gêneros que não foram trabalhados pelos escritores clássicos. Daí nasce a proposta de cotejar autores que não produziram somente na metrópole, recaindo a escolha sobre os escritores nascidos ou radicados no Brasil.

Vale ressaltar que, ao contrário de Denis, Garret não chegou a conhecer o país em suas viagens fora de Portugal, de modo que não foi influenciado diretamente pelo contato com a natureza tropical e os costumes americanos. Seguindo de perto os passos de seus antecessores Bouterwek e Sismondi, não chegou a conhecer a América senão por meio de relatos, através dos livros de viajantes e dos textos que lhes vieram às mãos, sobretudo do erudito alemão e do historiador e economista genebrino. Entretanto, a vaidade intelectual de Garret, um dos traços de personalidade mais conhecidos e comentados pelos seus biógrafos, impedia-o de reconhecer a influência e a dívida que tinha para os dois autores que o precederam, de modo que, conforme vimos em passagens anteriores, preferia tergiversar minimando a contribuição de seus mestres:

Julgo haver prestado algum serviço à litteratura nacional em offerecer aos estudiosos de sua língua e poesia um rápido bosquejo da história de ambas. Quem sabe que tive de encetar materia nova, que portuguez nenhum d'ella escreveu, e os dous estrangeiros Bouterweck [sic] e Sismondi incorrectissimamente e de tal mo-

²²⁹ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da lingua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXVI, p. I.

do que mais confundem do que ajudam a conceber e ajuizar da historia litteraria de Portugal; avaliará decerto o grande e quasi indizível trabalho que me custou esse ensaio. Não quero dá-lo por cabal e perfeito; mas *é o primeiro*, não podia se-lo. Além de que, a maior parte das idéias vão sendo apenas tocadas, porque não havia espaço de taes limites para lhe dar o necessário desenvolvimento.²³⁰

No entanto, os vínculos culturais que o ligavam ao Brasil eram notórios. Além da língua comum aos dois territórios, possuía um razoável conhecimento da tradição literária colonial, uma vez que se educou na leitura dos melhores poetas brasileiros da época, sobretudo Basílio da Gama, autor pelo qual expressa grande admiração. Além disso, conforme o próprio Garret o confessa em seu *Romanceiro* (1853), nutria laços afetivos pelo Brasil, império fundado pelo seu compatriota D. Pedro I, uma vez que aqui era o país onde viveram alguns de seus antepassados, como seu avô materno que, após algumas andanças pela colônia, deixou no Porto a mulata brasileira Rosa de Lima, como criada da casa em que o poeta português viveu a infância, através da qual conheceu narrativas e lendas brasileiras e com as quais impregnou o seu imaginário infantil a nosso respeito:

Foi o caso que umas criadas velhas de minha mãe e uma mulata brasileira de minha irman appareceram sabendo vários romances que eu não tinha, e muitas variadas licções que eu sim tinha, porém, porém mais incompletos. Assim se additou copiosamente o meu *Romanceiro*.²³¹

O poeta português reunia, portanto, algumas condições para uma relativa compreensão dos costumes e do caráter do povo brasileiro, uma vez que possuía algum repertório cultural comum e que decerto o atraiu para a leitura de autores brasileiros. Além disso, exilado no exterior em razão da vitória da revolução absolutista de 1823, conheceu em Paris o grupo de brasileiros que iriam fundar o Romantismo, entre eles Domingos Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, estabelecendo com ambos relações de amizade. Os elementos comuns e o intercâmbio cultural foram imediatos. O apreço que Garret nutria pela poesia popular, seu nacionalismo temático, seu grande amor à natureza, a força emotiva de sua poesia romântica e liberal, são características que calaram fundo entre os românticos brasileiros, a ponto de servirem como guia para o surgimento do movimento no país. Se de

²³⁰ *Idem, ibidem*, pp. V-VI.

²³¹ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Romanceiro*. I. Romances da Renascença, Terceira Edição. Lisboa; em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1853, p. XVI.

um lado os textos de Denis deram o programa da nacionalidade brasileira em prosa e em poesia, Garret ofereceu em parte os elementos de nacionalização de nossa poesia, embora sua contribuição para o surgimento de um cânon literário brasileiro se restrinja mais ao fato de ter inspirado Januário da Cunha Barbosa a publicar o *Parnaso brasileiro*, conforme analisaremos mais adiante.

Conforme vimos, a *História abreviada da língua e poesia portuguesa* ou *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, que serve como introdução ao *Parnaso lusitano* é, na realidade, uma síntese destinada à correção das lacunas e equívocos de seus antecessores, o alemão Bouterwek e o suíço Sismondi,²³² cujas obras Garret reputa mais como deserviço do que contribuição à literatura de língua portuguesa, de modo que se propõe a ajuizá-la, a corrigi-la, e assim prestar “algum serviço à literatura nacional” de ambos os países.

No entanto, apesar de pretender escrever uma “história abreviada” da língua e da poesia portuguesa, o autor não supera os limites da crítica literária, uma vez que os critérios utilizados para a composição do ensaio são estéticos e têm muito pouco do método historiográfico. Mas é justamente por não ter feito apenas uma sucessão cronológica de autores e obras, tal como o fez Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca lusitana* (1741-1759), e sim de ter assentado a narrativa no terreno do gosto, que o ensaio de Garret supera os limites do interesse meramente documental, uma vez que abre espaço para a compreensão do projeto literário do escritor português e sua influência sobre a gênese e formação do cânone literário brasileiro.

Todavia, apesar de não seguir uma rígida cronologia e uma simples sucessão de autores e obras, Garret consegue estabelecer uma periodização literária²³³ que exclui da formação da lírica portuguesa, de origem galaica, os autores barrocos e aquilo que ele denomina

²³² CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XXXVII.

²³³ A periodização adotada por Garret é a seguinte: “*Primeira época literária*; fins do século XIII até os princípios do XVI século. – *Segunda época literária*: idade de ouro da poesia e da língua, desde os princípios do XVI até os do XVII século. – *Terceira época literária*; principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua. – Começo até o fim do XVII século. – *Quarta época*; idade de ferro; aniquila-se a literatura, corrompe-se inteiramente a língua. – Fins do XVII até meados do XVIII século. – *Quinta época*; restauração das letras em Portugal. – Meio do XVIII século até o fim. – *Sexta época*; segunda decadência da língua e literatura; galicismo e traduções.” GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXVI, pp. XLVIII.

por “galomania”²³⁴, modismo da época do Duque de Lafões, sobre o qual destila, em palavras iradas e impetuosas, a sua reprovação:

À volta este tempo se formou a academia das sciencias de Lisboa pelos gêneros esforços do duque de Lafões. Esse corpo scientifico, de quem tanto bem se augurou para a língua e litteratura nacional, nem fez tudo o que d'elle se esperava, nem uma parte mui pequena do que podia e lhe cumpria fazer: mas nem foi inútil, nem, como alguns teem querido, prejudicial. E todavia sua fôrça moral não foi bastante para vencer um mal terrível que já no tempo de sua creação se manifestava, mas que depois cresceu e avultou a ponto, que veio a tornar-se quasi indestructivel.

Este mal foi a *gallo-mania*, que sobre perverter o character da nação, de todo perdeu e acabou com a já combalida linguagem...²³⁵

De acordo com esta periodização, elaborada por Garret antes de travar conhecimento do Romantismo, do qual o autor se faria um líder em Portugal, após a “idade de ouro”, seguida pela decadência cultural provocada pelo gongorismo e marinismo do século XVII, o renascimento das letras, ou “restauração” segundo o autor, começa em meados do século XVIII, ou seja, com o Arcadismo, depois do qual surge uma nova fase de depressão e entropia literária, com conclusões pessimistas ao fim do ensaio. Claro que a crítica de Garret ao francesismo desta última época de decadência é em parte resultado da forte resistência política que o autor fazia à invasão napoleônica, decorrendo daí a sua resistência à invasão de galicismos na língua portuguesa. Mas por trás desse lamento há a queixa de um patriota que viu, com o exílio da corte de Lisboa na colônia americana, a aceleração do processo de autonomia política do Brasil, provocando a perda de um importante suporte econômico e político, vital para a manutenção e prosperidade da pátria portuguesa.²³⁶

Contudo, o trecho que interessa à formação do cânone literário brasileiro diz respeito somente ao capítulo VI do *Bosquejo*, a *Quinta época literária*, assim denominada por Garret, que o autor reputa como o período de “restauração das letras em Portugal”, porém abrangendo autores “brasileiros” do período colonial, sobretudo os árcades mineiros. Neste ponto do ensaio, talvez mais que em outros, ficam bem patentes as idéias de Garret quanto às influências que considera legítimas na literatura portuguesa, deixando resvalar por igual

²³⁴ *Idem, ibidem*, p. XLIX.

²³⁵ *Idem, ibidem*, pp. XLVIII-XLIX.

²³⁶ Ver em CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, pp. XXXV-XL.

a fonte staëliana em que bebeu, uma vez que realiza uma clara divisão entre a literatura produzida no norte europeu e outra produzida na porção meridional, onde se inclui a produção literária de Portugal. Fica patente, do mesmo modo, a dívida que o autor tem com a leitura de Bouterwek e Sismondi, cuja contribuição o poeta português tanto minorou na abertura de seu ensaio:

A civilização e as luzes que a geram, tinham estendido do sul para o norte. A corrupção que após ellas vem em seu marcado período, as fôra apagando, ou en-nevoando ao menos, na mesma direcção. De sorte que pelos fins do XVII século o meio dia, que havia sido berço da illustração da Europa, quase se ennoitava das trevas da ignorancia , as quaes pareciam voltar como em reacção para o ponto d’onde partira a primeira acção da luz que as dissipara.

O norte, que mais tarde se havia allumiado, progredia no emtanto: as boas lettras, as artes, as sciencias floreciam na Inglaterra e per quase toda a Alemanha. Milton, Descartes, Newton e Linneu brilharam ao septentrião da Europa; e nós meriodinais estudavamos as cathogorias e as summas, aguçavamos distincções, alambicavamos conceitos, retorciamos a phrase no discurso, torciamos a razão no pensamento.

*(...) as luzes não so reverteram (sem retrogradar) do norte para o sul, mas se diffundiram geraes.*²³⁷

Ultrapassadas as ilações staëlianas sobre o carácter da literatura setentrional e da literatura meridional europeia, Garret passa à apreciação dos poetas portugueses que permitiram a sua tese da “restauração” das letras portuguesas, deixando claro o apreço que tinha pelos escritores e poetas de formação e estilo clássicos, já que todos são discípulos do Arcadismo italiano. Se Garret, no entanto, acusava os poetas do século XVII até meados do século XVIII de haver corrompido a língua com a sua tese sobre a *galomania*, convém ressaltar então uma contradição nos conceitos e nas predileções do poeta português, uma vez que os arcades portugueses e brasileiros estavam tão impregnados de elementos estrangeiros, através da literatura italiana, quanto os desprezados “galomaníacos”. Se o sistema de Garret fosse coerente, o modelo literário que reputava como legitimamente português, de origem galaica, deveria ser retomado, e não o modelo greco-latino da poesia bucólica dos arcades, de modo que deveria também ser excluído da formação literária portuguesa.

²³⁷ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXVI, pp.XXXVI-XXXVII. (grifos meus, exceto *reacção*, *acção*, *cathogorias* e *summas*).

No entanto, a seleção de Garret recai justamente sobre Garção, Antonio Diniz, Gessner e Quita, elogiando-lhes a correção clássica do estilo de todos, citando aspectos e recursos horacianos, anacreônticos, pindáricos, bucólicos e pastoris em seus poemas, bem como as prescrições de Horácio e Boileau seguidas pelos poetas em suas produções. Portanto, ao contrário da influência francesa sobre as letras ibéricas, a italiana foi completamente aceita por Garret, sem queixas quanto ao fato de também ser um modelo importado e aplicado de modo direto sobre a literatura portuguesa. Uma explicação para esta amorosa contradição do poeta português talvez esteja no fato de que, segundo os seus critérios de beleza literária garretianos, a poesia de Petrarca ou Metastasio decerto estava mais em acordo com a formação humanística greco-latina que recebeu quando jovem do tio, Fr. Alexandre da Sagrada Família, Bispo de Angra, durante a sua permanência nos Açores:

...o jovem Garret sob a orientação do Bispo de Angra, não se ‘formou’ literariamente no culto de um estreito cânone neoclássico, aferido por regras miúdas, *mas no apreço da construção equilibrada, natural, simples e expressiva, isto é, no culto dos grandes princípios do classicismo*, compatíveis com a valoração nova da sensibilidade e da eloquência e com a aceitação fruidora de moldes formais que fugiam à mesquinha severidade da crítica retórica.²³⁸

É decerto um modo de entender as razões da repulsa de Garret pelos poetas barrocos, gongóricos ou marinistas, que tanto proliferavam na literatura ibérica após o fim do período da “idade de ouro da poesia e da língua”, desde os princípios do XVI até os do século XVII, e as intenções iniciais do autor em realizar uma coletânea dos clássicos. O contato posterior do autor com as idéias do Romantismo, em seu exílio no exterior, o fez com certeza mudar de projeto, obrigando-o a reavaliá-lo e aumentar a amplitude original, porém obedecendo ainda ao critério teleológico dos clássicos, colocando-os em relevo ao longo de sua periodização literária, que vai do surgimento da língua e da poesia, período clássico de ambas, período de decadência e corrupção, período de restauração seguido de um novo período de decadência. Leiamos neste novo período de decadência apenas uma fase de preparação para

²³⁸ MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva, *A formação de Almeida Garret*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos da Faculdade de Letras, 1971, Vol. I, p. 62 citado por CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XXXVII-I.

a vanguarda romântica, da qual Garret se fez figura de ponta, sem deixar de valorizar o espírito clássico que encontrava em autores como Garção, Bocage ou Reis Quita.

Neste ponto, em que o autor abandona Quita com as considerações em torno das regras clássicas estabelecidas por Horácio e Boileau, Garret adentra na apreciação da obra de Cláudio Manoel da Costa. No que diz respeito à formação do cânone brasileiro, o depoimento é eloqüente tanto do ponto de vista da concepção garretiana de arte literária quanto como uma demonstração inequívoca de que o jovem poeta português, contando com 27 anos apenas, tinha a mesma intuição de seu contemporâneo francês igualmente jovem, Ferdinand Denis, quanto à questão da originalidade da literatura brasileira. Começa o autor a situar Cláudio como o primeiro grande autor de uma literatura brasileira, sem entretanto ainda separá-lo de um cânone português: “Mui distinto lugar obteve entre os *poetas portuguezes* d’esta epocha Claudio Manoel da Costa: o Brazil o deve contar seu primeiro poeta, e *Portugal entre um dos melhores*”.²³⁹

Se, de um lado, razões de ordem estética e até mesmo algumas de origem familiar – o Brasil povoava-lhe desde criança o imaginário, através de seu avô materno e da mulata brasileira Rosa de Lima – o levaram à leitura de poetas brasileiros e a tornar-se um franco admirador de seus poemas, a leitura de Cláudio traz consigo, no entanto, o duplo impacto de encontrar um dileto discípulo da poesia italiana, sobretudo de Metastasio, a quem tanto apreciava, quanto de elementos que repudiava:

Deixou-nos alguns sonetos excellentes, e rivalizou no genero de Metastasio, com as melhores cançonetas do delicado poeta italiano. A que dirige à Lyra com sua palinodia imitando a tam conhecida do mesmo Metastasio a Nice, *Grazie all’ingani tuoi*, pôde-se apontar como excellent modêllo. Nota-se em muitas partes dos outros versos d’elle varios resquícios de *gongorismo* e affectação *seiscentista*.²⁴⁰

Até que, preocupado em identificar na vida literária brasileira aquilo que possuía de original em relação à portuguesa, o autor acaba por fazer coro às preocupações de Denis, ao

²³⁹ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Aillaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXVI, p. XLIII-XLIV. Em nota, o autor refere-se a Cláudio como o primeiro grande poeta brasileiro *em antiguidade*.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. XLIV.

criticar nos poetas brasileiros do período a submissão colonial característica – aqui Garret prepara o terreno para uma mesma crítica em relação aos poetas que ainda faziam o mesmo após a emancipação política do Brasil. O entendimento de Garret é simples, mas muito veemente: a educação européia que estes autores – como Cláudio – haviam recebido os afastou do que era verdadeiramente americano e, portanto, nacional, amputando-lhes a possibilidade de forjar uma cultura estuante de originalidade e força criativa, uma vez que estavam impregnados demais de valores europeus que os faziam renegar e esquecer as belezas da natureza tropical americana. Daí que a apreciação de Garret aos árcades brasileiros, ainda que lhes elogie a qualidade e os compare aos melhores em Portugal, os condena pelo fato de não terem dado asas à imaginação através da exploração da cor local, de novas imagens e metáforas extraídas de um novo mundo rico em possibilidades estéticas:

*... as magestosas e novas scenas da natureza n'aquella vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e stylo, do que n'elles apparece: a educação europeia apagou-lhes o espirito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e d'ahi lhes vem uma affectação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.*²⁴¹

Seguindo este raciocínio, Garret reprova nos poetas árcades brasileiros o que considera um excesso de “cenar da Arcádia”, em lugar da natureza tropical que deveria ser o substituto espontâneo do simulacro de mundo bucólico em que o poeta vivia. No caso de Gonzaga, esta reprovação assume o tom de lamento, uma vez que a lírica gonzaguiana sacrificou, em nome de uma fidelidade absoluta às cenas bucólicas e pastoris da Arcádia européia, as cenas tropicais disponíveis na América portuguesa, o que, segundo Garret, significa uma perda lamentável de aproveitamento da cor local em seus poemas, em virtude das altas qualidades poéticas do autor de *Marília de Dirceu*:

Tenho para mim que ha d'essas lyras algumas de perfeita e incomparavel belleza: em geral a Marilia de Dirceu é um dos livros a quem o público fez immediata a boa justiça. Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, *só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer*. Explico-me: *quizera eu que em vez de nos debuxar no Brazil scenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus paineis com as cores do paiz onde os situou. Oh! e quanto não se perdeu a poesia n'esse fatla erro! se essa amavel, se essa ingenua Marilia fosse, como a Virginia de saint-Pierre (sic), sentar-se á sombra das pal-*

²⁴¹ *Idem, ibidem.* (grifo meu)

meiras, e em quanto lhe revoavam emtôrno (sic) o cardeal suberbo com a purpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, - que saltasse pelos montes espessos a cotia fugaz, como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu esquantoso (sic), - ella se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roixos martyrios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhára com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!²⁴²

No caso dos poemas épicos de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, os juízos de Garret seguem igual procedimento. O poeta português entende, em relação a Durão, que o autor de *Caramuru*, conquanto este não fosse de fato um poema épico, não soube aproveitar o assunto e as oportunidades que tinha à disposição para tratar de temas realmente poéticos, acusando-lhe de ter sido demasiado tímido e, tal como Cláudio, ainda não estar livre dos vícios lingüísticos do Barroco:

O auctor atinou com muitos dos tons que deviam naturalmente combinar-se para formar a harmonia de seu canto; mas de levez o fez: so se estendeu em os menos poeticos objectos; e d'ahi esfriou muito do grande interesse que a novidade do assumpto e a variedade das scenas promettia. Notarei por exemplo o episodio de Moema, que é um dos mais gabados, para demonstração do que assevero. Que bellissimas cousas da situação da amante brazileira, da do heroe, do logar, do tempo não poderá tirar o auctor, se tam de leve não houvera desenhado este, assim como outros paineis?

O stylo é ainda por vezes affectado: la surdem aqui alli seus *gongorismos*; mas onde o poeta se contentou com a natureza e com a simples expressão da verdade, há oitavas belíssimas, ainda sublimes.²⁴³

Recorde-se que o grande *leitmotiv* de Garret, assim como da crítica romântica de sua época, era a detecção do nativismo, do sentimento de nacionalidade nos autores sobre os quais se debruçava, em busca de um traço de originalidade que permitisse a distinção da singularidade literária da nação. O que o poeta aplica sobre a literatura brasileira em formação é o mesmo procedimento que aplicou à literatura portuguesa: uma prospecção da manifestação do nacionalismo através da pesquisa dos traços originais possíveis de ser encontrados no passado luso, sobretudo no período de formação da língua, reproduzindo, portanto, a tendência genealógica presente em todo o Romantismo. Esta é uma das tendências mais peculiares do movimento: o recuo no tempo, sobretudo em busca das manifestações origi-

²⁴² *Idem, ibidem*, pp. XLVI-XLVII.

²⁴³ *Idem, ibidem*, p. XLV.

nais do sentimento nacional e do nativismo europeus, no momento preciso de formação da nação. No caso da Europa, a origem comum está no período medieval, época de formação das línguas. No caso de Garret, este período converge com a origem da literatura portuguesa, ibérica em suas fontes e raízes, porém de caráter antiespanhol e anti-barroco, de modo que o autor português procura sempre enfatizar em sua obra o passado que confirma o sentimento de nacionalidade lusitana, sobretudo o de ascendência galaico-portuguesa, em conformidade com os conceitos de arte literária que professa segundo sua formação estética.

Fincando, portanto, os pés nas origens do nacionalismo português, igual procedimento aplica sobre as primeiras manifestações do nativismo brasileiro, segundo o autor português, o que o leva a identificar-se fortemente à obra de Basílio da Gama, que considera o mais nacional dos poetas brasileiros justamente por haver plasmado em sua obra o que detectou como um forte sentimento de nativismo através do uso consciente e original da cor local, através de uma rica exploração da natureza tropical e do indígena:

Justo elogio merece o sensível cantor da infeliz Lindoya *que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros*. O *Uruguay* de José Bazilio da Gama é o moderno poema que mais merito tem na minha opinião. *Scenas naturaes mui bem pintadas, de grande e bella execução descriptiva*; phrase pura e sem affectação, versos naturaes sem ser prosaicos, e quando cumpre sublimes sem ser guindados; *não são qualidades communs*. *Os Brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que n'elle é verdadeiramente nacional, e legítima americana.*²⁴⁴

O capítulo encerra com uma breve apreciação da obra de Antônio José, o único dramaturgo não-poeta que é incluso em sua seleção; além de Garret não computá-lo entre os autores brasileiros, e sim portugueses, é também um indício revelador de como a participação do autor na composição do livro é cercada de controvérsia.²⁴⁵ O próprio Garret, ao comentar o plano geral da obra que encaminhou para publicação ao editor francês Aillaud, revela em nota à introdução, intitulada “Ao leitor”, de seu ensaio *Da educação* (1829), o seguinte:

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. XLVII.

²⁴⁵ MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 20.

Já em outra parte protestei que nada meu tinha no Parnaso Lusitano que publicou o Sr. Aillaud, livreiro em París, senão o resummo de historia litteraria de Portugal que vem no princípio do primeiro tomo d'aquella collecção. É certo que arranjei o systema e plano da obra, que escolhi os autores e peças; mas ausentando-me de Paris antes de completa a impressão do primeiro volume, um homem por nome Fonseca, a quem de minha algibeira paguei para rever as provas, tomou a liberdade de alterar tudo, introduzindo na collecção producções ridiculas de gente desconhecida, e que eu nunca vira, omitindo muitas das que eu escolhera, enxovilhando tudo com notas pueris e indecentes, errando vergonhosamente até o índice de materias que eu preparára para cada volume, e introduzindo uma orthographia gallega que faz rir a gente e que está em contradicção com as regras que eu na prefação estabeleçêra e aqui são transcriptas. – Repitto ésta declaração para que me não attribuem as grossas tolices e grossas má-criações que emporcalham aquella obra, que tam bella podia ser.²⁴⁶

Convém ressaltar, no entanto, que nenhum dos tomos do *Parnaso lusitano*, sequer na folha de rosto, no *Bosquejo* ou no prefácio intitulado “A quem ler” está impresso o nome de Garret, embora em seu tratado sobre educação confesse que adotou “n’ ésta obra as mesmas regras que para a do ‘Parnaso Lusitano’ tinha estabelecido”.²⁴⁷ De qualquer modo, o autor acaba assumindo a autoria da coletânea e, em consequência, também do ensaio de história da literatura que a introduz, ainda que Teófilo Braga, organizador da obra completa de Garret, observe que “o plano geral é de Garret, embora alterado por José da Fonseca”.²⁴⁸ Vale ainda observar que Braga indica o conteúdo dos seis volumes da coleção, cada um pertinente a um gênero literário,²⁴⁹ e que o último volume, atinente ao gênero satírico, não é de autoria de Garret, e sim do aludido Fonseca.

O cânone brasileiro organizado por Garret, aditado ou não por José da Fonseca, no *Parnaso lusitano*, com os respectivos poemas, é o seguinte:

- Volume I: Basílio da Gama, “Lindóia”; Santa Rita Durão, “Moema”;

²⁴⁶ GARRET, J.-B. da S. L. de Almeida. *Da educação. Livro primeiro: da educação doméstica ou paternal*. Londres: em Casa de Sustenance e Stretch, 14, Percy Street, Rathbone Place, MDCCCXXIX, pp. IV-V.

²⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. IV.

²⁴⁸ GARRET, Almeida. *Ao leitor*. In: -. *Da educação. Obras de Almeida Garret*. Porto: Lello & Irmão, 1966, v. I., p. 673, citado por MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina. *Op. cit.*, p. 21.

²⁴⁹ O primeiro volume da coleção é dedicado à poesia épica; o segundo, aos poemas descritivos, didáticos, bucólicos e herói-cômicos; o terceiro, aos poetas epigramáticos e líricos; o quarto, dedicado exclusivamente à poesia lírica, sobretudo sonetos, epigramas, odes, ditirambos e elegias; o quinto tomo, à poesia dramática, compreendendo tragédia e comédia; o sexto e último tomo, dedicado aos satíricos, publica *O Hissope*, poema herói-cômico de Antonio Diniz da Cruz e Silva, um dos autores que não teria sido incluído por Garret. Cf. MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina. *Op. cit.*, p. 23.

- Volume II: Francisco de Melo Franco, “A estupidez triunfante em Coimbra”, composição atribuída a um anônimo; Padre Sousa Caldas, “As aves”;
- Volume III: Cláudio Manuel da Costa, “Nise! Nise! onde estás? Aonde espera”, “Breves horas, Amor, há que eu gozava”;
- Volumes III e IV: Domingos Borges de Barros, “A flor saudade”, “À noite”, “À virtude”; José Bonifácio de Andrada e Silva, “Os fachos pelos ares sacudindo”, “Adeus, ficate em paz Alcina amada”, “A criação da mulher”, “A poesia”, “À amizade”; Tomás Antônio Gonzaga, “O contentamento”, “O perjúrio”, “O retrato”, “Todos amam” e “Recordações”; Padre Sousa Caldas, salmos “*Beatus vir qui non abiit*” e “*Quare fremuerunt gentes*” e as odes “A existência de Deus”, “O homem selvagem” e “Pigmalião”;
- Volume V: Paulo José de Melo, epístola “O círio”; Padre Sousa Caldas, “Carta a João de Deus Pires Ferreira”.

Como se vê, conforme o exposto, Garret não se deteve a analisar cada um destes autores em seu *Bosquejo*, limitando-se a cotejar somente Antônio José, o Judeu, Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga e Sousa Caldas. Curiosamente, o nome de Sousa Caldas se encontra na maioria dos tomos publicados. Não há como garantir, no entanto, se estes autores não comentados são adições feitas pelo José da Fonseca, ou se são uma seleção do próprio Garret, restando uma controvérsia sobre estes nomes, portanto. Sobre Sousa Caldas, por exemplo, Garret também não se deteve muito, atendo-se ao seguinte comentário, já no fim do último capítulo, denominado *Epocha*; ²⁵⁰ *segunda decadencia da lingua e litteratura; gallicismo e traducções*:

O padre A. P. de Souza Caldas, brasileiro, é dos melhores lyricos modernos. A poesia biblica, apenas encetada de Camões na paraphrase do psalmo *super flumina Babylonis*, foi per elle maravilhosamente tractada; e desde Milton e Klopstock ninguem chegou tanto acima n'este genero. ²⁵¹

²⁵⁰ Assim se encontra o título no texto original. Contudo, é provável que tenha havido omissão tipográfica do ordinal “sexta”, uma vez que os capítulos anteriores estão numerados em ordem crescente.

²⁵¹ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da lingua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXVI, p. LXIV.

Contudo, o fato é que Garret, líder do Romantismo português, acabou influenciando de modo decisivo o Romantismo brasileiro, em virtude de ter demonstrado, em seu *Bosquejo* sobretudo, uma grande compreensão e estima pelos brasileiros e sua literatura em formação. Com efeito, essa era uma das constantes do pensamento e da crítica garretianos: a admiração pelo Brasil e pelo universo de possibilidades estéticas e originalidade que a antiga colônia portuguesa oferecia aos seus literatos. A influência sofrida pelas histórias e lendas ouvidas, em sua infância, da mulata brasileira Rosa de Lima e de seu avô materno decerto o impulsionaram, em parte, à tentativa de uma novela brasileira, intitulada *Helena*, que deixou inacabada,²⁵² onde procura descrever a paisagem do recôncavo baiano e suas particularidades sem nunca ter conhecido o país. De acordo com Guilhermino César,²⁵³ o projeto teria se tornado inexecutável em razão da ausência de espontaneidade e naturalismo descritivo por parte de Garret, que deve ter percebido a diferença entre a exatidão e a beleza do lirismo de suas *Viagens a minha terra*, em que descreve Portugal, e o vocabulário desajeitado e empolado que adotou para a descrição de uma terra que não conhecia *in loco*.

Os originais inconclusos desta novela, encontrados no espólio do autor dão, no entanto, além de uma exata dimensão do apreço que Garret tinha pelo Brasil, a percepção de que até mesmo este malogro literário constitui importante documento comprobatório de como o assunto brasileiro ocupava a sua inteligência. Por outro lado, este grande apreço pelo Brasil não o impediu de selecionar apenas o que considerava qualitativamente superior em nossa produção literária, de modo que o cânone brasileiro eleito por Garret em seu *Bosquejo* – não o que supostamente foi aditado pelo aludido Fonseca nos tomos do *Parnaso lusitano* – permanece até hoje válido nas diversas histórias da literatura brasileira. Não deixa de ser uma demonstração de como os *insights* garretianos eram antecipadores da teleologia do cânone literário brasileiro.

²⁵² CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. XL.

²⁵³ *Idem, ibidem.*

1.1.6. *Schlichthorst: a literatura e os costumes nacionais*

LOGO APÓS A INDEPENDÊNCIA do Brasil, entre 1823 e 1824, o imperador D. Pedro I mandou recrutar na Europa muitos soldados, entre alemães, irlandeses, franceses e italianos, para compor o exército imperial brasileiro, além de colonos para o povoamento do território nacional. Os soldados trabalhavam para o imperador brasileiro na condição de mercenários e, além de possuir uma grande diversidade étnica e cultural, apresentavam em suas fileiras alguns jovens bastante instruídos, fidalgos e homens de relativa cultura e erudição, que nos legaram uma interessante literatura de viagem com memórias e impressões sobre os aspectos, a vida e costumes brasileiros. Contudo, a maioria deles, sobretudo os alemães, foi recrutada na Europa sem critérios muito rígidos de moralidade, sob a responsabilidade do agente brasileiro Jorge Antônio von Schäffer,²⁵⁴ uma espécie de favorito da imperatriz Leopoldina, com a qual mantinha assídua e íntima correspondência. Atraídos pelas vantagens financeiras e pelas possibilidades de enriquecimento fácil, muitos destes soldados alemães vieram trabalhar engabelados por von Schäffer no Brasil e acabaram por fixar-se em definitivo no país. O choque, entretanto, com a cultura e os costumes brasileiros e o tanto que havia por fazer no campo civilizatório provocou o descontentamento de muitos que, retornando insatisfeitos à Europa, aproveitaram a curiosidade editorial a respeito do nascimento de um novo país americano, e publicaram livros em que narravam suas aventuras e desventuras nos trópicos.

²⁵⁴ Jorge Antônio von Schäffer, mais conhecido como Cavaleiro von Schaffer, major da Imperial Guarda de Honra, a quem a Imperatriz Leopoldina chamava de “excelente Schaffer” e meu “único amigo”, foi agente do Imperador na Europa, em 1824, com a finalidade de colonização e recrutamento. O governo imperial, em 9 de abril de 1827, o empossou como Encarregado de Negócios nas Cidades Hanseáticas, na Baixa Saxônica, no Mecklemburgo, no Oldenburgo e na Dieta da Confederação Germânica em Francoforte-sobre-o-Meno. Sua atuação no recrutamento de soldados e colonos, cercada de muita controvérsia e ataques por parte dos recrutados, parece ter sido, na verdade, bastante criminosa. Os mercenários que recrutou para compor a guarda imperial brasileira o apelidaram *Schaffer-Cachorro*. Ao retornar ao Brasil, após a revolta dos soldados estrangeiros em 1828, foi promovido de major a tenente-coronel. Escreveu um livro: *Brasilien als unabhangiges Reich – O Brasil como país independente*. SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. – (Coleção O Brasil visto por estrangeiros). Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por este. – Brasília: Senado Federal, Edições eletrônicas, 2000, p. 12. Contudo, a tradução que também utilizaremos em parte daqui por diante, adotada por Guilhermino César, é a realizada por Lya Luft.

Um destes jovens alemães era C. Schlichthorst, que publicou o livro de memórias *Rio de Janeiro wie es ist. Beiträge zur Tages-uns Sittengeschichten der Hauptstadt von Brasilien*, ou simplesmente *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*,²⁵⁵ publicado em Hanôver em 1829, três anos após a publicação do *Résumé* de Denis e do *Bosquejo* de Garret. O livro foi impresso através de uma subscrição entre amigos, conhecidos e interessados em geral, o que explica a reduzida edição que dele foi feita. As primeiras páginas da edição original são ocupadas com a lista de todos os subscritores, entre médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, magistrados, militares, negociantes, sacerdotes, senhoras, nomes de associações e indivíduos de relevo social e político da sociedade da época, além de muitos residentes no Rio de Janeiro.²⁵⁶ Enquanto a maioria das memórias e relatos publicados na Europa por estes jovens soldados mercenários trazia recordações e comentários pouco abonadores sobre a sua passagem pelo Brasil, o livro de Schlichthorst, apesar de escrever na folha de rosto de *O Rio de Janeiro como é*, após o seu regresso à Europa, a legenda “Uma vez e nunca mais!”,²⁵⁷ deixou um conjunto fascinante de impressões coloridas sobre o país, sobretudo no sexto capítulo, em que disserta sobre a literatura brasileira. Apesar de ter vindo ao país com o claro propósito de fazer fortuna – tudo indica que não retornou rico ao continente europeu –,²⁵⁸ acabou por realizar um quadro, em seu livro de memórias, senão por completo favorável, ao menos relativamente simpático aos brasileiros e ao país recém-nascido, malgrado seus dissabores e projetos de enriquecimento frustrados.

Com efeito, apresentando uma minuciosa descrição da vida social, cultural, política e militar do Rio de Janeiro e, por tabela, do Brasil da primeira metade do século 19, *O Rio de Janeiro como é* também realiza uma interessante análise em retrospecto dos acontecimentos

²⁵⁵ SCHLICHTHORST, C, op. cit.

²⁵⁶ Entre os estrangeiros e indivíduos importantes residentes do Rio de Janeiro da época, figuram o Guarda-Livros Daw, o Vice-cônsul da Holanda Hendricks, os negociantes Melchert, Scheinert e Wiers, o tradutor imperial Zaeb, o médico Ran, o Cônsul da Prússia, Von Theremin, o Cônsul da Liga Hanseática, Tenbrinck, o sr. Makler Ray e, surpreendentemente, o Tenente-Coronel Schäffer, o desastrado recrutador imperial dos soldados mercenários na Europa. Apesar de ser objeto de acusação do livro, que não o poupa como o grande responsável pelo péssimo recrutamento feito para os batalhões estrangeiros, Schäffer assinou vinte e cinco exemplares da subscrição, enquanto a maioria se contentou com um dois. E certamente os distribuiu entre amigos. Um gesto admirável, considerando-se as conseqüências desastradas de sua ação como agente do império brasileiro junto aos mercenários europeus. Cf. BARROSO, Gustavo. *Apresentação*. In: SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, p. 6.

²⁵⁷ *Idem, ibidem*.

²⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 67.

históricos relativos à autonomia política brasileira, ainda que com um considerável número de equívocos e exageros. O jovem Schlichthorst, que aqui se ocupou a patente de Tenente de Granadeiros Alemães do Exército Imperial, oferece-nos um volume com características únicas, uma vez que é também uma demonstração do fino talento, educação, cultura e do bom gosto literário que o oficial alemão possuía, a despeito das agruras que sofreu no país. Veio ao Brasil, como tantos outros estrangeiros, iludido pelas promessas sedutoras e mentirosas do agente recrutador do império brasileiro, o Cavaleiro von Schäffer, não conseguindo se conformar e adaptar-se à realidade do país, de modo que a legenda após o título contém toda a filosofia e finalidade da obra: utilizá-la como uma espécie de alerta aos jovens aventureiros que desejavam se arriscar nos trópicos americanos, sobretudo em nações recém-emancipadas, bem como esquecer os infortúnios que aqui experimentou.

Apesar disso, o ex-tenente do exército imperial brasileiro não se demonstra totalmente amargo e desfavorável ao país que conheceu. Sem deixar de realizar as críticas que a sua inteligência e seu bom gosto obrigam, extravasando quando pode a decepção e o ressentimento, não se tornou um inimigo declarado do país, seu povo e sua elite, como os seus outros compatriotas o fizeram em obras semelhantes.²⁵⁹ Ao contrário, quando encontra bons motivos e demonstra simpatia, destaca as boas características e qualidades do povo brasileiro, chegando a fazer uma entusiasmada apologia de nossa natureza, conforme o veremos

²⁵⁹ O capitão e depois coronel Seveloh, que serviu nas tropas de Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, quando este comandava o exército imperial em operação no sul do país, escreveu uma série de esboços e notas em que descrevia o movimento das tropas de Barbacena, Brown e Bento Manuel, do início da marcha até a batalha do Passo do Paraíso. O título desta obra é *Erinnerungen auf den Feldzug 1827 gegen Buenos Aires* (Memórias da campanha de 1827 contra Buenos Aires). Um outro oficial mercenário do Primeiro Império, Edmund Theodor Bösche, escreveu também uma obra interessante, com o título de *Quadros alternados* e traduzida por Vicente de Sousa Queirós, publicada primeiramente pela Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e depois pela Imprensa Nacional em 1919. Bösche realiza nesta obra uma impiedosa descrição de seus companheiros de farda, entre as páginas 139 a 142, definindo-os como uma corja de vagabundos andrajosos e brutais, refugio da sociedade, ladrões e assassinos tirados das cadeias do Mecklemburgo, a ralé, a borra, a escória da Alemanha arrebanhada pelo Major G. A. Schäffer, com a assessoria de um certo Neumann. As acusações são as mesmas de Schlichthorst: ilusões e falsas promessas acerca do Brasil, alimentando o ócio de veteranos à procura de serviço militar, a falta de trabalho dos camponeses hessenses e o desejo de aventuras dos criminosos mecklemburgueses, citando a estes logo no primeiro capítulo. Um outro alemão, Karl Seidler, escreveu um livro de memórias intitulado *Zehn Jahren in Brasilien* (Dez anos no Brasil); outro, chamado Karl Leenhof, escreveu *Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires nos anos de 1825 a 1828*. Outro documento importante para a história da campanha dirigida pelo Conde de Caxias contra Oribe e Rosas, entre fins de 1851 e inícios de 1852, foi escrito pelo oficial mercenário alemão, Capitão Sieber, com o título *Rückblick auf den Krieg gegen Rosas* (Retrospecto da Guerra contra Rosas). Cf. BARROSO, Gustavo. *Apresentação*. In: SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, pp. 2-3.

adiante. Ainda que exagere em alguns pontos realize juízos apressados sobre o caráter e a moralidade dos homens e mulheres, demonstra-se quase sempre empolgado com certos costumes e aspectos brasileiros, a ponto de depositar fé e entusiasmo no futuro do país. Não se sabe até que ponto Schlichthorst queria praticar a política da boa vizinhança. Apesar de ocultar o nome de muitos personagens apenas com as iniciais quando lhes dirige alguma crítica, é notório de quem está falando, malgrado a polidez com que o faz. Não se sabe se o faz, no entanto, para poupar a si de retaliações futuras ou em nome de uma certa dubiedade de caráter, comum aos brasileiros e aos europeus em tais circunstâncias. O certo é que, com ou sem meias verdades, a obra de Schlichthorst pode ser considerada uma espécie de antecipação de análise sociológica sobre o caráter do homem e do povo brasileiros, bem como da natureza e da literatura nascente do país, motivo pelo qual seu livro ainda desperta grande interesse.

Contudo, quem era de fato C. Schlichthorst? Sobre os dados de sua biografia, abrem-se muitas lacunas. Quase tudo que se sabe sobre este soldado mercenário alemão é o que ele próprio conta e deixa escapar através das páginas de seu *O Rio de Janeiro como é*. A data de seu nascimento, a exata procedência, se pertencia ou não a uma família nobre, como conseguiu em tão pouco tempo dominar tantos aspectos da cultura e da sociedade brasileiras, são dúvidas que pesam sobre a sua história. O que se sabe, segundo o seu próprio relato, é que era prussiano e que travou conhecimento com o emissário von Schäffer em Hamburgo, onde foi convencido a embarcar para o Brasil em função das promessas falaciosas do comissário de D. Pedro I, alistando-se no exército imperial brasileiro. Logo no início do volume, queixa-se de modo aberto e amargo do recrutador imperial, acusando-o de ter engabelado a ele e outros mercenários com a ilusão de riqueza fácil e abundante, atraindo-os para uma armadilha ignominiosa:

Travei conhecimento em Hamburgo com o sr. von S-r,²⁶⁰ que se dizia agente diplomático do Império do Brasil. Não me deixei cegar por essa brilhante auréola e procurei ver bem através dela. Observando de mais perto as relações, as ações e

²⁶⁰ Abreviação de Schäffer, decerto uma forma polida encontrada por Schlichthorst de acusar sem dizer explicitamente o nome do acusado, e arremessar o conteúdo do texto para o campo da especulação. O que, convenha-se, não é eficaz ou convincente, uma vez que não havia dois recrutadores para a mesma finalidade na mesma época.

as ocupações desse cavalheiro, achei-o uma espécie de traficante de carne humana. Um talhador de cristal da Boêmia, um mestre de dança malogrado que se intitulava Príncipe Ypsilanti,²⁶¹ alguns sapateiros e alfaiates sem categoria eram os auxiliares diplomáticos do sr. von S-r. Assim, ninguém me leve a mal por ter dado muito menos crédito às suas promessas do que às profecias duma velha que, anos antes, nas alturas de Hümmling, me prometera felicidade durável além-mar, pois nela esse dom era herdado da sua raça e ela representava melhor seu papel de bruxa de Endor do que o referido cavalheiro representava, envolto numa peliça, ordinária, seu amo imperial.²⁶²

A respeito dos homens recrutados pelo emissário de D. Pedro I, Schlichthorst não poupa considerações negativas e ironias:

Então, quando vi a corja desregrada que o Cavalheiro von S-r reunira sob a bandeira auriverde, nojenta borra da nação alemã, fortemente se abalou minha resolução de partir para o Brasil. Encontrei ali como oficiais imperiais brasileiros condutores de ursos e saltimbancos, tendo à testa de tão honroso grupo o sr. von S.,²⁶³ jovem cavalheiro, cujo nome jamais encontrei no *Livro dos Torneios* de Kürner nem nos registros de nossa nobreza.²⁶⁴

Deste modo, na *Introdução*, o autor narra como veio parar no Brasil em 1824, enganado com as promessas de Schäffer e cheio de esperanças. No primeiro capítulo da obra, denominado *Chegada ao Rio de Janeiro e história do autor*, Schlichthorst conta que desembarcou na Guanabara em 4 de abril de 1824, já sendo vítima, quatro dias depois, de um

²⁶¹ A família nobre, de origem grega, Ypsilanti, veio do bairro de Phanar, em Constantinopla. Lá, eram recrutados servidores cultos para o Império Otomano, os chamados *phanariotas*. Vários foram os Príncipes Ypsilanti. O primeiro deles foi Alexandre, estadista, que viveu de 1726 a 1805. Foi Hospodar ou Príncipe da Valáquia em 1774 e da Moldávia em 1786. Esteve exilado em Rodas em 1793, e voltou ao governo da Valáquia, em 1796. O segundo foi Demétrio, homem de Estado, célebre por causa da luta pela independência da Grécia. Viveu de 1793 a 1832. O terceiro, Constantino, com atuação idêntica, nasceu em 1760 e faleceu em 1816, tendo governado como Hospodar a Moldávia de 1799 a 1801, e a Valáquia em 1802. O quarto, Alexandre, general a serviço da Rússia, viveu de 1792 a 1828. O quinto, Nicolau, viveu de 1798 a 1834 e comandou o famoso Batalhão sagrado na guerra pela Independência Helênica. O título de Hospodar era conferido pelos Sultões de Constantinopla aos príncipes que, com alguma autonomia, governavam em seu nome os Principados do Danúbio, os quais formaram a Romênia moderna. O dançarino a que alude o autor dizia ser o Príncipe Demétrio, que correu a Europa em busca de aventuras. Cf. nota de BARROSO, Gustavo. In: SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, p. 12.

²⁶² *Idem, ibidem.*

²⁶³ Provavelmente Schlichthorst refira-se ao Alferes do 1º Batalhão de Granadeiros Alemães, von Strube, que figura na lista de oficiais estrangeiros ao fim do volume.

²⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp. 12-13. Caso Schlichthorst esteja se referindo ao Alferes von Strube, o armorial de Reitsap registra a família Strube como nobre, tanto no Hannover como na Prússia. Os von Strube do Hannover têm um brasão azul com um grou de prata voltado à direita, tendo no bico uma chave de negro, sobre um terrado de verde. Os da Prússia, brasão de prata com uma águia estendida de negro, com a asa direita rebaixada, talvez significando penalidade ou diminuição. O autor, no entanto, em relação a vários dos oficiais mercenários que se intitulavam nobres, faz observações com grande apelo de verdade. Cf. nota de BARROSO, Gustavo. In: SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, p. 13.

tiro no pé, em duelo, aproveitando a ocasião de repouso forçado para aprender inglês e português:

Quatro dias após minha chega da ao Rio de Janeiro, levei num duelo um tiro no pé esquerdo. A bala penetrou pela polpa do polegar e, sem causar grande dano aos ossos, saiu pelo pé. O dedo mindinho sofreu um pouco. Corri perigo nos primeiros momentos, por causa duma contração espasmódica na boca. Minha robusta constituição salvou-me ainda dessa vez. Em três ou quatro semanas, estava tão bem que já podia andar, embora coxeando.²⁶⁵

(...)

Aproveitei minha doença para aprender inglês e um pouco de português, idiomas que quase não entendia à minha chegada. Quanto mais, graças a essas línguas, tive contato com outros estrangeiros, mais me afastei de meus conterrâneos. Devo confessar que isso não me fez muito popular entre eles e que em pouco tempo escassearam meus amigos alemães, o que me não importava, porque não pretendia servir com eles e sim arranjar um posto na Marinha.²⁶⁶

Após isto, o vivo interesse de Schlichthorst pelas questões sociais e culturais do país é o responsável direto pelo viajante alemão ter desenvolvido um conhecimento surpreendente e nada desprezível para um estrangeiro que teve pouco tempo para assimilá-lo. O segundo capítulo, por exemplo, é dedicado à descrição da capital e dos hábitos da corte carioca, com notas de ironia e observações que compensam os desníveis textuais, os diversos equívocos e exageros a respeito da história colonial e dos modos da sociedade carioca. No entanto, Schlichthorst parece chocado com a radical mudança pela qual passou a vida social brasileira após a vinda de D. João VI ao Brasil e a emancipação política, lamentando o que entende por uma perda de inocência e felicidade com a alteração do modo de vida colonial em função da instalação da corte no Rio de Janeiro, sobretudo em razão dos embates políticos e dos interesses da emergente elite local:

Consagrarei um capítulo especial à condição moral do povo, cujo aspecto é desagradável. Restrinjo-me aqui a um curto resumo relativo a um passado próximo. No começo do século, o Rio de Janeiro era habitado por uma gente venturosa, simples e amável, com o contrapeso de ilimitada propensão para a libertinagem e da preguiça em alto grau. O campo de intrigas, cujo germen sempre aqui existiu e que agora é a política, era, então, o amor. Não raras vezes disso resultavam crimes, que a religião fazia diminuir. Nos crimes políticos, praticados sem medo ou vergonha, ela nem influi mais. Os homens viviam em feliz ignorância. (...) Os

²⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 30.

²⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 32.

bons cariocas julgavam-se os melhores cristãos do mundo e chamavam judeus a todos os que seguiam outro credo. Acreditava-se nas mais ridículas patranhas com infantil credulidade. Aduaneiros famintos rebuscavam as bagagens dos estrangeiros à cata de mercadorias proibidas, um capuchinho robusto examinava-lhes o coração e os rins, somente aos católicos se permitia habitar na cidade e todavia o exame era tão severo que, com um Credo bem decorado, a gente se livrava de tudo.²⁶⁷

É notável, por igual, a acuidade com que observa alguns elementos da vida social e como teve tempo para assimilar tantas particularidades, ainda que eivadas de equívocos ou considerações apressadas, sobre o passado brasileiro. No seguimento de suas memórias, o terceiro capítulo do livro é uma análise da vida meridional, em outro hemisfério, comparando-a com a vida setentrional, européia, em suas características e diferenças, uma preocupação muito comum no século 19, e não apenas das teorias nascidas do círculo intelectual em torno de Madame de Staël, mas também em virtude da curiosidade que o relato de viajantes como Schlichthorst despertava no imaginário europeu. O quarto capítulo, no entanto, revela uma preocupação muito específica e singular de Schlichthorst: a mulher brasileira. Com efeito, o autor gastou um pouco mais de ironia e fina observação que o habitual neste capítulo, uma vez que trata das relações entre brasileiras e os estrangeiros, enfatizando a acentuada miscigenação entre as diversas etnias e atacando a moralidade hipócrita da época, tida pelo autor como uma ficção, sobretudo uma patente promiscuidade nos relacionamentos entre homens e mulheres:

É singular que, apesar da tolerância dominante em matéria de ligações ilegítimas, desde que o Rio de Janeiro existe, nunca tenha acontecido uma mulher branca dar à luz uma criança de cor. As cariocas têm orgulho dessa tradição, que seria pro va de alto grau de pundonor feminino, se fosse integralmente verdadeira. *Considero-a uma lenda pela seguinte razão*: na Casa dos Expostos da cidade, encontram-se muitas crianças de cor, que não vejo como tenham ido para ali, senão são infelizes rebentos de mulheres brancas com negros, porque os filhos das pretas têm valor real e, mesmo livres, em pouco ou em nada incomodam suas mães, sendo, demais, o amor das africanas aos filhos maior que o das brancas. É, porém, muito compreensível que se sepultem no maior segredo casos de tal ordem, num país onde o marido é senhor absoluto de sua casa, nenhuma lei de polícia ou moral cerceia as suas ações e não se costuma dar pasto às crônicas maliciosas.²⁶⁸

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 52-53.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 93-94. Grifos meus.

O quinto capítulo é dedicado às relações entre a sociedade brasileira e a religião, suas festas, cerimônias, culto, música, a fé e a religiosidade popular. Neste capítulo, o relato do tenente de granadeiros deixa patente como a vida social e cultural brasileira da época era sobretudo movimentada em torno dos eventos religiosos, uma vez que as opções de entretenimento e sociabilidade não eram abundantes e muito variadas.

O sexto capítulo é bastante singular, pois refere-se aos negros, indígenas e mestiços, seus hábitos, sua posição na sociedade, os sofrimentos e preconceitos pelos quais passam, apesar de constituírem a grande maioria da população. O que torna este capítulo especialmente atraente para os estudos brasileiros é o fato de que podemos contá-lo como uma fonte inquestionável e antecipação das grandes análises sociológicas a respeito da vida privada no Brasil que se fizeram no século XX, como *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre, uma vez que o texto é atravessado de observações e referências às relações entre escravos e senhores, sem dúvida a característica social brasileira mais peculiar aos olhos atentos e por vezes escandalizados de estrangeiros como o arguto e lascivo mercenário alemão:

Nas casas-grandes das famílias, nas fazendas e engenhos, como denominam as plantações de café e as usinas de açúcar, todos os escravos em geral são casados ou vivem maritalmente, embora sem a bênção religiosa. Dizem que tais uniões são muito felizes, mantendo ambos os cônjuges modelar fidelidade. Na verdade, as negras preferem os brancos aos pretos, porque se sentem honradas com as suas relações momentâneas. Entre os muitos milhares de escravas jovens que perambulam pelas ruas do Rio de Janeiro vendendo flores e frutas, talvez se não encontre uma só que recuse um convite para isso. Muitos europeus sentem aversão natural pelas raparigas pretas, mas, desde que a vençam, passam a gostar delas. De mais, há umas de feições tão lindas, de estrutura de membros tão esplêndida e de tanta frescura que se torna difícil resistir à tentação de possuir todos esses encantos por alguns vinténs.²⁶⁹

O oitavo capítulo é a descrição dos longos passeios feitos por Schlichthorst através das praias e montes cariocas, capinzais e vales, quando saía do quartel da Praia Vermelha, apreciando a paisagem tropical que considera estranha e ao mesmo tempo sedutora. As suas andanças pela paisagem carioca e seu fascínio pela natureza brasileira o leva a escrever alguns episódios e descrições comoventes, por vezes poéticas:

²⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 142.

O rumor do mar adoçado pela distância convida a descer, o que se faz pela vereda que borda o desfiladeiro, dominado pelo pequeno forte, a qual vai se tornando mais cômoda à proporção que baixa. Bosques de pitangueiras floridas ensombram a névea praia. Tiram-se rapidamente as roupas e o sopro balsâmico do vento iodado alivia com benfazeja frescura a pele escaldante. As ondas fogem, quando a gente se aproxima, mas logo o Atlântico com toda a sua força atira o banhista sobre a areia. É preciso ter vivido nos trópicos para poder avaliar o *ariston men udor*²⁷⁰ de Píndaro. A umidade refrescante com que a água salgada impregna o corpo, além de estimular e renovar a pele tostada, a faz impenetrável à picada de milhões de insetos. É preciso ter experimentado tanto os gozos como os padecimentos da natureza tropical para se compreender o benefício dum banho de mar sob este céu.²⁷¹

No nono capítulo, o autor realiza uma retrospectiva sobre a história do Brasil, mais precisamente sobre a emancipação do país da antiga metrópole, bem como a situação política do Império. É o capítulo que apresenta o maior número de equívocos e exageros quanto a datas e acontecimentos nacionais. Contudo, Schlichthorst demonstra conhecimentos, capacidade de análise e habilidade para a síntese incomuns em um estrangeiro, ainda mais se considerarmos os escassos cabedais sobre a história da nação entre os estudiosos nacionais e a proximidade cronológica dos eventos narrados, especialmente os mais importantes. Por fim, o último capítulo é dedicado às tropas mercenárias no Brasil, à continuação da história do autor, com a curiosidade de apresentar um soneto da própria lavra do mercenário alemão em súplica à Imperatriz Leopoldina por recursos para o seu retorno ao continente europeu. Ao fim do capítulo, apresenta uma análise sobre os problemas da colonização do país, com conclusões não muito animadoras sobre o futuro dos imigrantes europeus. As últimas páginas apresentam a lista dos oficiais estrangeiros a serviço do Brasil e dos subscritores da primeira edição da obra, entre os quais surgem muitos nomes de famílias que acabaram por se fixar no país, gerando descendentes que mais tarde se ligariam profundamente à vida cultural e política brasileira.²⁷²

Contudo, o sétimo capítulo do livro de Schlichthorst é o que mais interessa ao estudo da formação do cânone nacional, pois nele o autor traça um panorama muito peculiar de nossa literatura, apontando nos brasileiros a propensão “natural” para as atividades literá-

²⁷⁰ Em letras gregas no original: *a excelente água do mar!*

²⁷¹ SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, pp. 186-187.

²⁷² Muitos desses nomes ainda são usados pelos descendentes brasileiros, como Niemeyer, Escragnolle, Ewbank, Leenhof, Suckow, entres outros. Cf. BARROSO, Gustavo. In: SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, p. 7.

rias e musicais, bem como reconhecendo características de grande perspicácia e inteligência. Neste capítulo, o mercenário alemão demonstra uma grande simpatia pelo povo brasileiro e pelo país, ressaltando os aspectos originais de nossa cultura que deveriam pautar a criação artística e literária em todos os níveis e áreas. No entanto, sem que o autor tenha estabelecido contato com os outros autores comentados, nota-se que o capítulo recai sobre o mesmos pontos de reflexão: identidade entre o autor brasileiro, a língua, a história do país e a realidade física de seu meio. A relação entre a produção literária e a natureza tropical orienta o capítulo desde o início:

É natural, num país que oferece à observação quadros tão amplos e encantadores, a imaginação desenvolver-se cedo e de pressa. E é de convir que, desde o descobrimento das florestas eternamente verdes do Brasil, as suas maravilhosas praias ressoaram aos cantos dum povo, que trouxe das margens do Tejo a alma cavalheiresca de seus antepassados e a alimentou no seio de uma natureza grandiosa, aperfeiçoando-se, excitando-a numa vida incerta e cheia de perigos, de modo a produzir as mais lindas flores. Mas esses primeiros cantos, como milhares de outros, que ainda hoje se ouvem, nas cidades e campos, da bocados repentistas, se desfizeram no ar azulado, como o perfume dos laranjais, ao leve roçar da brisa.

²⁷³

Sem ter talvez entrado de fato em contato com as idéias staëlianas, mas simplesmente realizando o inventário das diferenças entre o modo de vida sententrional europeu e o meridional americano, Schlichthorst demonstra neste capítulo a profunda simpatia e fascínio que sentia pela natureza tropical e pelo povo brasileiro. Um homem europeu como este mercenário alemão, decerto acostumado a uma natureza cuja exuberância está disponível somente durante uma parte do ano, apresenta em seu relato uma nota comum à literatura de viagem e às memórias de estrangeiros que passaram pelo Brasil: a identificação por um país onde a natureza permanece invariavelmente verde, em que os quadros naturais e a temperatura sempre quente são elementos convidativos ao repouso e à contemplação durante todo o ano, de modo que a imaginação artística e literária encontraria situação propícia para o seu desenvolvimento. É a mesma tônica, conforme vimos, observada no texto de Denis: em um país tropical, onde os homens estivessem sempre em contato com uma natureza exuberante e verdejante, não seria difícil o progresso das atividades literárias em virtude de que os fi-

²⁷³ *Idem, ibidem*, p. 161.

lhos da pátria estariam sempre propensos à reflexão e à imaginação, uma vez que não haveria necessidade de tanto trabalho para extrair da natureza os meios a uma sobrevivência pacata e confortável. A natureza, abundante de recursos, e as temperaturas predominantemente favoráveis a passeios e descansos, sem a preocupação com o rigor de um inverno gelado, estaria gerando no Brasil uma espécie de homem e artista em tudo diferente do europeu, mais imaginativo e mais criativo, uma vez que não gastaria todo o seu tempo lutando contra as intempéries e a permanente alternância das estações frias e quentes:

Censuram-se os povos meridionais pela sua preguiça, *dolce farniente*, que, no entanto, não é um repouso apático, pois sempre estão perdidos na contemplação do que os rodeia ou ocupados com o pulsar das paixões que lhes agitam o peito. E que aspecto não lhes oferece para isso a natureza, olhem para onde quiserem! O imenso espelho luminoso e límpido do mar recorda-lhes, mesmo que não queiram, o distante país de seus pais, muito embora nunca o tenham visto. As ondas batem isocronamente na costa, acompanhando o ritmo de seus pensamentos com uma música simples e imponente. As serras e morros cobrem-se com um verde cheio de frescura e até a areia da praia parece arder sob as vivas cores das rosas, das ipoméias e das borboletas que sobre elas ajeitam. Os maravilhosos meandros das florestas, onde os troncos anosos se inclinam ao próprio peso e ao do tempo, enrodilhados e sustentados pelos cipós gigantescos, o silêncio profundo e dominante, nunca interrompido pelo bater do machado, a diversidade de árvores e de outras plantas, que, em formas fantásticas, se entrelaçam, o suave murmurar dos regatos e o majestoso estrondo das cachoeiras despejadas dos montes e fraguados, tudo isso leva a alma, alternadamente, a sensações amenas e elevadas.²⁷⁴

A natureza tropical, portanto, combinada ao alto grau de miscigenação entre as diversas etnias que compõem o povo brasileiro, propiciaria condições extremamente favoráveis, segundo o entusiasmado tenente de granadeiros, para o surgimento de grandes expressões artísticas e literárias, caso estes fatores fossem combinados com o processo civilizatório. Ora, isto demonstra a incomum simpatia que Schlichthorst nutria pelos brasileiros, dando uma demonstração do sentimento que afetava muitos estrangeiros ao estarem no Brasil e que mais tarde Araripe Júnior chamaria de “teoria da obnubilação brasílica”, uma vez que conseguia enxergar as belezas do país em meio ao aspecto rude e selvagem, porém fascinante da natureza tropical e do povo brasileiro, além de atribuir vantagens à miscigenação que decerto muitos de seus compatriotas não viram com o mesmo calor e fascínio, pondo-se ao lado de Ferdinand Denis nesta avaliação:

²⁷⁴ *Idem, ibidem*, pp. 161-162.

E o brasileiro é uma criatura totalmente diferente do europeu que desfruta da mesma posição na sociedade burguesa. Todas as características das diversas raças que contribuíram para a sua existência estão reunidas nele. *É pensativo como americano, fogoso como o habitante da África, cheio de sensibilidade e fantasia como seus irmãos ibéricos.* É-lhe completamente estranha uma porção de idéias com que na Europa qualquer criança está familiarizada; em alguns aspectos sua ignorância é indescritivelmente grande, e a superstição o mantém sob um jugo de ferro; seus pensamentos são rápidos como o raio, sua sensibilidade em face da beleza é sempre correta, ele sabe exprimir bem seus sentimentos, sua linguagem é simples, maleável e duma sonoridade peculiar, violentas paixões agitam sua alma, paixões que, um pouco dirigidas pela educação, deveriam produzir grandes poetas.²⁷⁵

Mais adiante, é notável a acuidade sociológica com que Schlichthorst coteja algumas das características mais específicas da cultura e da vida social brasileiras, sobretudo uma delas, consagrada mais tarde na obra de Sérgio Buarque de Holanda: a cordialidade. Sem dúvida, a obra do tenente de granadeiros é uma expressiva antecipação de uma das mais penetrantes análises já feitas sobre o caráter moral do homem brasileiro, cujos modos são percebidos com enorme perspicácia pelo mercenário alemão, especialmente no que diz respeito às influências que se fariam sentir sobre a expressão literária:

Na poesia brasileira, bem como na portuguesa, não raro fala aquela paixão que lançou profundas raízes na vida do habitante do sul, e domina até mesmo sua fantasia. *Ao mesmo tempo percebe-se uma espécie de cerimoniosa galanteria, facilmente entendida por aquele que tenha vivido entre esse povo e conheça a sua exagerada cortesia.* (...)

Em circunstâncias semelhantes, em nossos dias, o brasileiro expressa seus sentimentos de maneira análoga. Não raramente amor e vingança aparecem unidos num mesmo poema. A linguagem é sempre elevada, casta, um tanto maneirada; o poeta jamais se deixa levar a expressões grosseiras, mesmo quando é uma violenta sensualidade que o move. (...) *O brasileiro é cortês mesmo no momento em que enfia a espada no peito do inimigo.* O brasileiro do interior gosta de ser tratado por Excelência, e ofende-se quando o estrangeiro que aceita sua hospitalidade não beija a mão da esposa e das filhas crescidas. Mas retribuirá em dupla medida, e pode-se estar certo de que fará tudo para satisfazer a seu hóspede.²⁷⁶

Isto sem deixar de reafirmar constantemente a sua convicção de que a miscigenação brasileira propiciaria excelentes resultados e vantagens para o país, especialmente no cam-

²⁷⁵ SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, (tradução de Lya Luft). In: CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. 98. Grifos meus.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 100. Grifos meus.

po da inteligência e da arte, combatendo assim a idéia de decadência e promiscuidade relacionadas ao processo de mestiçagem:

É verdade que a origem dessa gente não é pura, e o orgulho europeu olha para eles com desprezo; mas todas as grandes qualidades de seus antepassados se reúnem neles. O descendente de homem branco e mulher índia tem muito mais desta que do pai; a liberdade lhes importa mais do que todo o resto. O mulato é vivo e imaginoso. Dessas duas raças surgirão grandes escritores.²⁷⁷

Analisando estas passagens do livro de Schlichthorst, cotejando por igual os grandes escritores da literatura brasileira do século 19, não deixa de ser admirável que o mercenário alemão tenha conseguido uma espécie de antecipação sociológica do cânone brasileiro, com uma clareza ainda maior que Ferdinand Denis, sobretudo no que diz respeito à fixação de parâmetros étnicos que definiriam a fundação das letras brasileiras, e que por convergência muito conveniente encontram-se nas obras canônicas de dois mestiços decisivos para a formação das características da poesia e da prosa nacionais: Gonçalves Dias e Machado de Assis. Na gênese explicativa do cânone brasileiro, o texto de Schlichthorst entraria, portanto, como aval para o nascimento do gênio mestiço brasileiro, cujas características constituem a base para a criação de uma ideologia étnica da nacionalidade, especialmente do campo artístico, capaz de fomentar o orgulho étnico brasileiro e suas derivações para o surgimento da expressão literária do país.

Outro ponto estratégico no discurso de Schlichthorst é o combate à utilização das referências à natureza européia, especialmente as constantes entre metáforas da mitologia clássica, nos textos da literatura brasileira, em conformidade com os outros críticos e historiadores aqui analisados. Dando ênfase aos costumes e à natureza tropical do país, o tenente de granadeiros aposta no surgimento de uma literatura de características singulares e originais, apostando no surgimento de escritores que a expressem de modo adequado, com um repertório fixo de temas que lhes que poderiam conferir tal singularidade e distinção entre as outras literaturas nacionais do continente americano, também em vias de fundação e desenvolvimento. A cor local, o culto dos costumes e dos traços étnicos do povo brasileiro, além do elemento fantástico oriundo das lendas e mitos das diversas etnias que o compu-

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 101.

nham, sobretudo as nativas e de origem africana, seriam fatores decisivos para o surgimento de um cânone brasileiro repleto de originalidade, em tudo diferente da literatura europeia. Note-se que Schlichthorst esboça um programa para os literatos brasileiros, defendendo com convicção o afastamento em relação ao sistema literário europeu, uma vez que o transplante da cultura europeia para a América seria uma ficção desajeitada e antinatural:

Quase todos os autores do período áureo da literatura portuguesa cultivaram a falta de gosto de sua época, aceitando o velho círculo de idéias da mitologia grega em obras cujo conteúdo não só era puramente cristão mais legitimamente católico, e com isso produziram combinações cuja falta de naturalidade era não raro sentida por eles próprios, que se desculpavam como Camões no Canto IX. (...) O autor brasileiro não cairá facilmente em tal equívoco. *Ele encontra, nas tradições dos povos que conquistou, em seus fatos e costumes, material abundante para o maravilhoso de que necessita em suas obras, e quando pede ajuda às simples e sublimes figuras da religião cristã, não há nessa combinação nada de artificial, porque está fundada na realidade. (...) A mitologia grega, fundada em grande parte nos fenômenos da Natureza, faria um triste papel sob o céu tropical.* Como poderia a Aurora abrir com seus róseos dedos as portas de um dia cuja brilhante magnificência de cores faria empalidecer o próprio Apolo? Serão ninfas e faunos habitantes adequados dessas matas virgens, sempre verdes, que no seu intocado regaço escondem milagres bem maiores que os criados por uma rica fantasia? As primeiras tentativas da musa brasileira fazem supor que tomarão um caminho muto mais original; que o Brasil poderá manter a sua independência artística tão bem quanto a política, e que uma brilhante plêiade de futuros escritores saberá usar de modo digno o material que há na história desse país.²⁷⁸

Neste ponto, Schlichthorst inicia um conjunto de considerações e comentários, de pouco interesse crítico, a respeito dos poemas épicos de Bento Teixeira, Manuel Botelho de Oliveira, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, reproduzindo grandes trechos destes últimos e realizando uma síntese superficial da trama, referindo-se muito rapidamente às obras de Tomás Antônio Gonzaga, que cita equivocadamente como “Gonzaga da Costa”, e Cláudio Manuel da Costa, também citado de forma errônea, como “Manuel da Costa”, tomando ambos os árcades mineiros como irmãos, o que demonstra a possibilidade de que o tenente de granadeiros não os tenha estudado com profundidade.²⁷⁹ Contudo, trata-se de uma tentativa, ainda que canhestamente, de mapeamento do cânone brasileiro até então, o que de-

²⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 102. Grifos meus.

²⁷⁹ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. – (Coleção O Brasil visto por estrangeiros). Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por este. – Brasília: Senado Federal, Edições eletrônicas, 2000, pp. 167-183.

monstra que o autor tem mais habilidade de penetração analítica quanto aos costumes e à psicologia do povo brasileiro do que em relação aos textos literários. Porém, o mérito de Schlichthorst como documento fundador do cânone nacional recai especialmente em seu poder de crítica sociológica do que em sua capacidade de selecionar autores e textos. O valor inquestionável de sua obra reside no fato de ter sempre apontado as questões mais candentes de seu tempo, com um fascínio e interesse que poucos, além de Ferdinand Denis, souberam demonstrar pelas questões nacionais, entrando assim no cômputo do brasilianismo estrangeiro. Além disso, apresenta fundamentos para a crítica romântica brasileira da época, sobretudo no que diz respeito à necessidade de identificação dos literatos brasileiros com a língua, a história, os costumes, a formação étnica e a realidade física de seu meio.²⁸⁰

Com isto, Schlichthorst ajudou a definir, ao lado de Denis e Garret, um conjunto de temas e características que seriam o carro-chefe da formação da nacionalidade brasileira, apontando os caminhos que os autores nacionais deveriam seguir no sentido de alcançar o sentimento de pátria e a originalidade do cânone literário. Contudo, outro alemão foi muito importante para a fixação de um cânone historiográfico brasileiro, que apesar de não ser especificamente literário, condicionou a produção de uma história literária no Brasil a partir dos pressupostos por ela defendidos. Trata-se do naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius, que com as suas teses em sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil* (1865) abriu as trincheiras para a fundação da moderna historiografia brasileira, cujos fundamentos e concepções passaremos a analisar.

1.1.7. *Carl Friedrich Phillip von Martius e a invenção da história nacional*

DESDE A FUNDAÇÃO do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839, definiu-se, entre os intelectuais e homens de letras reunidos em torno daquela entidade acadêmica, a imperiosa necessidade de “colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necesarios para a historia e geografia do Imperio do Brazil”,²⁸¹ como o primeiro, paradigmático

²⁸⁰ SCHLICHTHORST, C.. *Op. cit.*, (tradução de Lya Luft). In: CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, p. 94.

²⁸¹ *Extractos dos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. In: REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839, p. 22.

e inevitável passo no sentido da invenção de uma memória e tradição nacionais, cabendo aos historiadores e literatos, portanto, a missão fundamental e inelutável de estabelecer a coerência e a coesão entre suas partes e sintagmas separados, legitimando assim o discurso de fundação da história do país, como fonte de ensinamentos sobre a verdade e a vida. Em suma, trata-se de impor uma concepção clássica da disciplina histórica como “*historia magistra vitae*”, conforme expusemos em páginas anteriores, em que “o fim principal da história política e civil, é encaminhar os homens á pratica das virtudes e ao aborrecimento dos vícios para que d’ahi resulte o bem estar das sociedades”:²⁸²

Basta attendermos ao que diz Cícero sobre a historia, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que della particularmente se occupe, e compsto de homens os mais conspícuos por suas lettras e por suas virtudes. – *A historia* (escreve aquelle philosopho romano) *é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida*. – Por esta judiciousa doutrina bem facilmente se conhece quão proficua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternisar pela historia os factos memoráveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espirito de partidos, e até mesmo a ignorancia.²⁸³

Ou seja, a história, como disciplina e conhecimento, deveria prover as sociedades de uma coleção de exemplos morais e civis, ou de conduta ética e política, a fim de ser utilizados, através principalmente da instrução pública, como uma pedagogia do cidadão comum. Acresce-se a esta concepção clássica uma definição moderna de história como veículo e portador privilegiado da verdade sobre os fatos, de modo que todo elemento fictício ou fraudulento deve ser eliminado de seu discurso, a fim de se obter uma total compreensão da vida e da realidade social: “a historia é a sciencia de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados”.²⁸⁴

²⁸² MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil*. In: REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1863, p. 137.

²⁸³ BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso*. In: REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839, p. 11.

²⁸⁴ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil*. In: *op. cit.*, p. cit.

Coube, portanto, ao IHGB a tarefa de fundação de uma historiografia nacional, como também divulgar e, dentro do possível, ensinar o resultado de sua missão. Uma das primeiras atividades do referido instituto foi, deste modo, a tentativa de formar um quadro de todo o acervo de fontes de que dispunha o país. Definida a primeira ação, envidaram-se constantes e incansáveis esforços no sentido de “centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias”,²⁸⁵ a fim de organizá-los em um arquivo capaz de oferecer aos associados da instituição fácil acesso aos seus dados e informações valiosos. O objetivo era claro: evitar a dispersão documental característica à pesquisa historiográfica sobre o país e sistematizar, em forma de estudos e publicações dos textos em sua íntegra, os “documentos preciosos”, de modo a construir aos poucos uma perspectiva histórica que dava privilégio a dois fatos indelével e inevitáveis para a construção da nacionalidade brasileira – o descobrimento e a independência. O instituto reiterava, deste modo, constantemente a necessidade de tal organização e o papel que lhe competia na construção do projeto de uma história nacional brasileira, sempre em acordo com a visão monárquica do poder, uma vez que o IHGB estava, conforme estampado na capa de todos os números de sua *Revista Trimestral*, “debaixo da imediata protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”, o que conformava o *telos* da historiografia a ser composta pelos associados da entidade. Como consequência, não há rupturas com passado colonial; o Brasil é povoado por intrépidos navegadores portugueses, a história é pontuada por lutas contra os invasores estrangeiros do território luso-brasileiro e alguns movimentos e sedições de contestação ao pacto com o colonizador, embora surgidos em razão de equívocos dos naturais da terra. A independência, por seu turno, é um fato brotado da evolução natural da colônia portuguesa e da dinastia que depois se transferiu para cá. A teleologia desta historiografia culmina com a monarquia ilustrada durante o segundo reinado, descrito como um longo período de paz e prosperidade para a nação brasileira, que finalmente alcança a maturação do *processo civilizatório* e se equipara às grandes nações civilizadas do mundo.²⁸⁶

²⁸⁵ *Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. In: *op. cit.*, p. 6.

²⁸⁶ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos da história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 38.

Como vemos, trata-se de um projeto conservador e áulico de história. Contudo, os intelectuais e homens de letras envolvidos no desenvolvimento de tal projeto estavam, desde o primeiro instante, conscientes de sua missão como construtores de uma ordem nacional e um sentido oficial, emanados diretamente do centro do poder político do império, para a história brasileira, em tudo coerente com as diretrizes impostas pela necessidade de unificação do território e da cultura da nação. O império brasileiro precisava, portanto, municiar os gendarmes da versão oficial da história do país, que superava com relativas dificuldades a tendência desagregadora que se espalhou através de sua enorme extensão territorial, agitada nos primeiros anos de emancipação política por constantes sedições e seguidos movimentos separatistas nas diversas províncias. O IHGB procurava, de qualquer modo, assegurar que a instituição cumprisse de fato o papel para o qual fora concebida desde o início de suas atividades, sempre enfatizando aos associados a necessidade de selecionar e fundar adequadamente o “corpus documental” indispensável à confecção e ao programa de uma história nacional:

1º. Noticias biographicas impressas, ou manuscriptas dos Brasileiros distinctos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brazil até hoje, com explicação de seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram, e motivos de sua celebridade.

2º. Cópias authenticas de documentos interessantíssimos à nossa historia, assim antiga como moderna; e extractos de noticias extrahidas das secretarias, archivos e cartorios, tanto civis, como ecclesiasticos.

3º. Noticias sobre os costumes dos Indios, sua catechese, civilisação, augmento ou diminuição; seu numero presumível, sua industria, e vantagens que d’elles se possam tirar.

4º. Descripções do commercio interno e externo da provincia, de sua industria e litteratura; de seus principaes productos e variedades; de seus rios, montanhas, campos e portos; de sua navegação e caminhos principaes; da fundação, prosperidade ou decadência das suas cidades, villas e arraiaes; da sua população e divisão por classes.

5º. Noticias de factos extraordinários, que ahí tenham acontecido; de phenomenos, meteoros e outros effeitos naturaes, que mereçam menção histórica, com explicação do tempo em que aconteceram, das épcoas em que se renovam, e de suas causas presumíveis.

6º. Noticias sobre seus mineraes, animaes, aves, peixes, etc., acompanhadas, se possivel for, da nomenclatura scientifica; assim tambem de suas madeiras de construcção, plantas particulares da provincia, bálsamos e oleos, e do seu emprego na medicina.

(...)

7º. Noticia circumstanciada da extensão da provincia, de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direcção dos seus rios, e montanhas, da qualidade dos seus terrenos, e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura, e

pescarias, de tudo enfim que possa servir à historia geographica do paiz, e com a possivel exactidão e clareza.²⁸⁷

Contudo, em paralelo ao esforço institucional de elaboração de uma série de coleções, arquivos, códices, memórias, cópias, relatórios, artigos, biografias, entre outros, os associados do IHBG tinham a perfeita ciência de que o trabalho de levantamento, seleção e sistematização documental seria inútil se o resultado não se materializasse em uma narrativa capaz de conferir interpretação e sentido ao copioso número de fontes. Os intelectuais e homens de letras nacionais e estrangeiros sentiam, deste modo, a necessidade urgente de elaborar um modelo orgânico de narrativa histórica, e essa notável e enorme carência tornava-se cada vez mais patente diante do fato ululante de que o país não dispunha de uma tradição historiográfica respeitável, capaz de oferecer um padrão explicativo para a sucessão de acontecimentos dispersos nas fontes documentais que estavam sendo coligidas e publicadas pelo esforço incansável dos consócios do IHGB. Na ausência de um modelo de narrativa, resultante de uma tradição consolidada entre nós, os associados do *Instituto* experimentaram as mais diversas modalidades de narrativa, no empenho de elaboração de uma historiografia nacional, entre as quais se destacam os relatórios, os anais e as memórias. Todavia, este esforço contínuo na direção de uma narrativa historiográfica nacional esbarrava sempre na impossibilidade de abranger a totalidade dos documentos e fontes levantados, bem como nas lacunas de análise e interpretação. O resultado disso era o sentimento de um trabalho árduo e produtivo, mas pouco profícuo em relação aos seus produtos finais:

O espirito humano marcha: com elle as letras se adiantam; e uma fome de saber pressente-se na geração actual, que nos faz esperar resultados gloriosos à nossa crescente civilização. Nem é de pequeno incentivo às fadigas dos Membros d' esta litteraria Associação Brasileira a gloria que lhes resulta de trabalhar em honra da patria, fazendo-a conhecida das nações estrangeiras por memoraveis acontecimentos, hoje talvez ignorados, com desdouro dos que os praticaram em tempos bem difficultosos. *Muitas pennas, aliás illustres, tem escripto memórias, annaes e relatorios das cousas do Brasil;* mas podemos dizer, Senhores, que *ainda nos falta uma historia bem organizada, que apresente ao conhecimento dos nossos e dos estranhos um quadro fiel de pouco mais de tres seculos, em que se veja a*

²⁸⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. *Lembrança do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remetterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. In: *op. cit.*, p. 141.

*marcha dos nossos successos relacionados entre si desde a descoberta d'esta parte do novo mundo.*²⁸⁸

Os associados do IHGB encontravam-se, portanto, diante de uma série de óbices desestimulantes, que arrefeciam o ânimo e o entusiasmo pela possibilidade de se escrever uma “historia bem organizada” da nação, entre os quais se destacavam a lentidão das comissões designadas para o levantamento e organização do acervo documental, tanto na capital do império como nas províncias, o estado precário de conservação das fontes e o desaparecimento de uma quantidade considerável de originais.²⁸⁹ Considerando tantas e tais dificuldades, que pelas circunstâncias ou pelo tamanho não eram possíveis de serem dissolvidas ou ultrapassadas em curto prazo, os intelectuais e homens de letras do IHGB tiveram que fazer uma reavaliação do papel que tinham dentro da instituição e da missão a eles atribuída, uma vez que “por ora não convém, nem é possível escrever de um só jacto a historia geral do imperio do Brasil, que seja digna d'elle e faça honra aos membros d'este Instituto, que de tal tarefa houverem de ser encarregados”.²⁹⁰

Não há, de resto, surpresa alguma na atitude dos sócios do instituto em relação às dimensões da tarefa que assumiam, e as conseqüentes frustrações no plano da entidade em relação aos seus objetivos. A diminuta e muitas vezes sobrecarregada classe intelectual que o país possuía, na aurora de sua independência, era um dos fatores que mais contribuía para este quadro de coisas. Os poucos intelectuais e homens de letras que possuíamos acumulavam as mais variadas funções dentro do império, o que acarretava um ônus muitas vezes difícil de ser carregado por alguns. Ademais, muitos de nossos homens de letras não possuíam sequer erudição e cultura adequadas ao exercício de suas prebendas e sinecuras, de modo que, algumas vezes apenas sabendo ler e escrever bem, e com uma mediana capacidade intelectual, alcançavam posições muito destacadas na estrutura de poder desse período. Os poucos e raros intelectuais e letrados realmente talentosos que dispúnhamos, por-

²⁸⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. *Relatorio dos trabalhos do Instituto durante o quarto anno social*. In: *Supplemento ao Tomo 4º*. REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1842, p. 5.

²⁸⁹ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Op. cit.*, p. 30.

²⁹⁰ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil*. In: *op. cit.*, p. 122.

tanto, assumiam com facilidade muitas comissões e encargos, a ponto de terem, em alguns casos, suas saúdes minadas pelo acúmulo exagerado de funções.²⁹¹ A dificuldade desta tarefa pode ser mensurada pela abdicação manifesta e irredutível de alguns dos associados de seus pesados encargos dentro do *Instituto*, como o fez Raimundo José da Cunha Mattos em sua *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil*:

Pela parte que me toca declaro francamente que se a sorte ou a votação por escrutínio recahir em mim para trabalhar *in solidum* ou como colaborador em uma empresa tão gigantesca, eu me ostentarei inhabilitado, e recusarei essa honrosa comissão, para não ter de representar um papel desagradavel e muito em desabono do Instituto Historico.²⁹²

Com o objetivo então de estimular a produção dos associados e membros correspondentes do IHGB, e também satisfazer a crescente expectativa em torno da elaboração de um modelo historiográfico para a história nacional, o IHGB, através de seu secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, lançou em 14 de novembro de 1840 um concurso com um prêmio de cem mil réis, logo depois convertido em duzentos mil réis, com a finalidade de laurear o trabalho monográfico que elaborasse um “plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema, que n’ella se comprehendam as suas partes politica, civil, ecclesiastica, e litteraria”.²⁹³ A idéia da realização do concurso foi muito bem recebida pelos consócios do instituto, a ponto de aumentar o prêmio, a fim de atrair o interesse dos melhores intelectuais dentro e fora do país. O tema geral adotado pelo certame foi “Como se deve escrever a história do Brasil”, mas, apesar do entusiasmo dos associados do IHGB, apenas duas memórias monográficas foram apresentadas, cujos autores eram o naturalista bávaro Karl Friedrich Phillipp von Martius e o cônsul russo Henrique

²⁹¹ É o que podemos perceber através da biografia de dois destacados e muito requisitados homens de letras a serviço do império brasileiro como pesquisadores e escritores, os maranhenses Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, que serão comentados em capítulos posteriores.

²⁹² MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil*. In: *op. cit.*, p. cit.

²⁹³ *Premios propostos pelo Instituto na quinta sessão publica anniversaria, para o o anno de 1845*. In: *Supplemento ao tomo VI. REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO*. Tomo VI. Segunda edição. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1865, p. 562.

Júlio Wallenstein. O naturalista von Martius foi indicado o vencedor do concurso, com a dissertação intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, datada de 10 de janeiro de 1843.

A dissertação de Martius foi laureada em primeiro lugar em virtude de suas características bastante atípicas, uma vez que não propunha qualquer periodização para a história nacional e, menos ainda, apontava que o caminho natural para a elaboração de uma historiografia da pátria seria partir das histórias particulares e locais para alcançar a história geral, tal como alvitavam vários dos associados do IHGB. Aliás, esta é uma visão recorrente sobre a escrita da história que circulava no Brasil do século 19. Conforme a tese, o gênero narrativo historiográfico, apesar de confinado à literatura, embora de uso geral da filosofia, da retórica, da eloquência e da poesia, comportava duas possibilidades de escrita da história: a universal e a particular. Segundo J. M. Pereira da Silva, em seu artigo *Estudos sobre a literatura*, publicado na *Niterói* (1836), os homens de letras deviam buscar uma compreensão mais ampla da história, como gênero interpretativo e filosófico, libertando-se assim da concepção limitada da narrativa historiográfica como “uma simples exposição de factos sem critério”:²⁹⁴

O nosso seculo considera a historia de duas maneiras, ou particular, ou universal. A primeira consiste em escrever, segundo o[s] grandes modelos, os acontecimentos, com toda a verdade, e critica, em marcar á cada povo seu typo peculiar, a marcha da civilisação, o estado da industria, e o avançamento e progresso das naçoens. A esta escola pertencem Thierry, Lingard, Sismondí, e Muller, historiadores modernos. A segunda maneira de considerar a historia, é philosophica e ideal. Giambatista Vico no seculo passado estabelece leis universaes da humanidade, eleva-se da representação á ideia, dos phenomenos á essencia; attendendo ao principio da natureza idêntica em todas as naçoens, forma uma historia abstracta, não pertencendo á nenhuma; Herder e Hegel continuam no nosso seculo esta tarefa, e consideram a humanidade, como marchando á um fim, isto é, á perfectibilidade, só sendo o que podia ser, e nada senão o que ella podia ser...²⁹⁵

O ensaio de Pereira da Silva, ao realizar a distinção entre “história particular” e “história universal”, modalidades típicas do século 19, acendeu a polêmica há muito existente entre os dois arquétipos historiográficos que se trombavam constantemente nos debates e

²⁹⁴ SILVA, J. M. Pereira da. *Estudos sobre a litteratura*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; CIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Segundo, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, pp. 341.

²⁹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 341-342.

sessões ordinárias dos sócios do IHGB: a história narrativa e a história filosófica. Como ainda não conseguiam, por essa época, definir quais os critérios que seriam utilizados para a elaboração de “uma historia philosophica do povo do Brasil”,²⁹⁶ e nem se sentiam municiados ou capazes para tanto, os associados da entidade praticavam os velhos modelos narrativos, desde sempre bastante conhecidos nas páginas da *Revista Trimensal* do instituto: anais, memórias, relatórios, biografias, resumos, discursos, entre outros menos importantes. O resultado de tal procedimento era um acúmulo de dados e documentos, “uma simples exposição de factos sem critério”, uma vez que os associados não sabiam como conferir sentido e interpretação a um volume tão copioso de informações e fontes aparentemente desconexas entre si.

A necessidade, no entanto, de elaboração de uma “historia philosophica” da nação, projeto ambicionado pelos mais destacados intelectuais e homens de letras brasileiros, particularmente os sócios do IHGB, nascia de uma concepção iluminista de história. A história dita “philosophica”, ou a filosofia da história, era, em realidade, um esforço declarado das tardias luzes brasileiras, como de resto uma herança tardia do Iluminismo, em elaborar um discurso sobre a história e uma narrativa historiográfica cujos sentidos e interpretações fossem providos pela razão. De acordo com esta visão de história, os fatos não são auto-suficientes e tampouco auto-explicáveis quando colocados em uma simples sucessão cronológica, porque uma “historia philosophica”

(...) não é composta pelo acúmulo de fatos, nem depende apenas de algum tipo de ordenação, nem diz respeito a uma maior ou menor amplitude na abordagem de diferentes povos e civilizações, não consiste na comparação dos costumes dos povos, não busca apenas as causas das instituições que existiram; *a filosofia da história busca e afirma um sentido para o devir*. Ela é o projeto de “redigir uma história (*Geschichte*) segundo uma idéia de como deveria ser o curso do mundo, se ele fosse adequado a certos fins racionais”.²⁹⁷

Considerando tais elementos, não é difícil compreender as razões pelas quais a dissertação de Martius foi tão bem acolhida pelos sócios do IHGB. O respeitado naturalista bávaro, que chegou ao Rio de Janeiro em 1817, acompanhando o séquito da arquiduquesa D.

²⁹⁶ MATTOS, Raymundo José da Cunha, *op. cit.* In: *op. cit.*, p. cit.

²⁹⁷ TERRA, Ricardo Ribeiro. *Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant*. In: KANT, Immanuel. *Idéia de uma história de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 58.

Leopoldina, era considerado pelos intelectuais e homens de letras brasileiros como um legítimo representante do esforço iluminista de explicar o mundo com os instrumentos da razão, e sua condição de cientista e cidadão europeu tornava este conceito ainda mais autorizado e reconhecido, sobretudo quando se considerava a extensão e a importância da obra do autor de *Viagem ao Brasil* e da monumental *Flora Brasiliensis*. Além disso, sua dissertação sobre o método com o qual deveria ser elaborada a escrita da história do Brasil era a desejada materialização das enormes expectativas geradas pelos associados do IHGB quanto à elaboração de uma autêntica “*historia philosophica*” da nação, já que Martius não concebia a história ou o gênero historiográfico como “uma simples exposição de factos sem critério” e tampouco como uma mera coleção de nomes, datas e personagens de grande vulto, muito menos de exemplos morais e éticos a ser seguidos, ou de virtudes a ser ensinadas e copiadas. O que o ensaio de Martius propunha, para além de tudo isso, era uma nova maneira de compreender o país que nascia, relacionando o *processo civilizatório* da nação com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento atinentes às três etnias que compunham a sua população em franca marcha de mestiçagem e gestação de uma cultura única. Com o texto de *Como se deve escrever a história do Brasil*, von Martius não apenas lançou os fundamentos metodológicos de uma interpretação completamente nova e orgânica sobre a escrita da história do Brasil, através de uma perspectiva “*philosophica*” de história, de acordo com as expectativas dos sócios do IHGB, como permitiu, por igual, uma possibilidade até então inteiramente inédita e inexplorada de se melhor compreender a cultura ainda em formação do novo país. Além disso, a proposta de Martius colocava em xeque as formas de escrita da história eleitas, experimentadas e praticadas até então pelos membros do IHGB, acostumados ao empilhamento de fontes e dados:

As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo *não satisfazem ainda ás exigencias da verdadeira historiographia, porque se resentem de mais de certo espirito de chronicas. Um grande numero de factos e circumstancias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixarem vestígios históricos*, tudo isso, recebido em uma obra historica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juizo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua provincia, ou *relacionar factos de ne-*

*nhuma importancia histórica, que se referem á admsitração de cidades, municipios ou bispados, &c.; ou uma escrupulosa accumulção de citações e autos que nada provam, e cuja authenticidade histórica é por vezes duvidosa? – Tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluido.*²⁹⁸

No lugar de uma parafernália documental sem um propósito metodológico senão elencar um volume copioso de fatos em sucessão cronológica, desde o descobrimento até a independência, de modo a formar, com este quadro pantagruélico, a história da nação, Martius afasta-se de qualquer intento de organização da história do Brasil a partir de uma *parataxe*²⁹⁹ das histórias provinciais. O modelo proposto por Martius adotava, portanto, no lugar de uma concepção paratática de história, uma perspectiva histiográfica em que a identidade da nação seria definida e garantida pela análise de “um movimento histórico característico e particular” das três “raças” geradoras da nacionalidade brasileira, pois “vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonaes.”³⁰⁰

Ora, tanto do ponto de vista historiográfico como do etnográfico o modelo sugerido por Martius é uma completa novidade e uma total revolução para as concepções de história dos sócios do IHBG, que até então consideravam a história do Brasil como, por extensão, a história da conquista portuguesa em território americano até o momento da independência, feita pelos nativos brasileiros, onde a presença do indígena ou do negro era apenas um coadjuvante semovente, secundário, e, muitas vezes, sem qualquer importância em um *processo civilizatório* que não considerava o elevado grau de mestiçagem do povo brasileiro. Considerando, portanto, que “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas tres raças, formou-se a actual população”, Martius afirma que a história de um povo

²⁹⁸ MARTIUS, Carl F. P. von. *Como se deve escrever a historia do Brasil*. In: REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. Tomo VI. Segunda edição. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1865, p. 407. Veja-se também em MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 104. Grifos meus.

²⁹⁹ Adoto aqui o sentido convencional e gramatical da palavra, como coordenação assindética, ou seja, de orações interligadas sem o recurso às conjunções, o que constitui uma simples justaposição, e. g., “vim, vi, venci.” Deste modo, a parataxe da história é uma justaposição, sem o recurso às injunções e conjunções interpretativas, em que os dados são apenas elencados em ordem cronológica.

³⁰⁰ MARTIUS, Carl F. P. von. *Op. cit.*, p. 390.

com tais características “tem um cunho muito particular”,³⁰¹ pois cada uma das etnias contribuiu significativamente para uma configuração cultural em que as raças, combinadas ao ambiente e à natureza, têm um caráter de singularidade sem precedentes na história das civilizações. Claro que Martius considera que os portugueses, como conquistadores e colonizadores, são “o mais poderoso e essencial motor” do *processo civilizatório* em andamento no jovem país, contudo é categórico ao afirmar que “seria um grande erro para todos os princípios da *historiographia-pragmatica*, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados”, já que a combinação dos três elementos étnicos “igualmente concor[re] para o desenvolvimento *physico*, moral e civil da totalidade da população”.³⁰²

Ao considerar, portanto, que “tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante”³⁰³ portuguesa, Martius permite aos historiadores brasileiros uma possibilidade metodológica sagaz e única, que é a de criar uma historiografia completamente original e nacional ao desvincularem-se o suficiente da inelutável presença do elemento português e a necessidade de sempre confrontar-se com a história de suas conquistas e da colonização portuguesa em território brasileiro, sem qualquer menção, muitas vezes, à contribuição dos naturais do país que aqui iam nascendo e se formando com o tempo. Com o expediente metodológico oferecido pela proposta de Martius, era possível então cotejar as forças vivas e atuantes da história em movimento, formada dentro do futuro território da nação brasileira e também com atores aqui nascidos, inaugurando, por conseguinte, um novo gesto metodológico e teleológico, que culmina com a emancipação política do Brasil e o surgimento de uma cultura brasileira genuína e nacional. O sentido da história caminha, deste modo, a um fim exclusivo: o surgimento do Brasil como nação independente e, acima de tudo, única em todo o mundo.

O naturalista alemão não deixa de apontar, no entanto, as razões de tal singularidade da nação brasileira e de sua história. A fim de levar a cabo uma investigação de tal natureza, com o objetivo de erguer uma “*historiographia philosophica do Brasil*”,³⁰⁴ Martius ado-

³⁰¹ *Idem, ibidem.*

³⁰² *Idem, ibidem.*

³⁰³ *Idem, ibidem.*

³⁰⁴ *Idem, ibidem.*

ta o conceito estratégico de “philantropia transcendente”,³⁰⁵ que nada mais é que “um christianismo esclarecido” combinado às “doutrinas da verdadeira humanidade”. Em suma, uma virtude moral necessária a qualquer “autor philosophico” de uma histografia brasileira, a fim de que superasse todo e qualquer preconceito diante da história. É evidente que este preceito “philosophico” adotado por Martius leva em conta a resistência intelectual e psicológica da elite brasileira de então em adotar a concepção sugerida por ele, através da qual são considerados os elementos étnicos periféricos ao português, cuja ação seria, por motivos históricos e culturais, resistente à inclusão do indígena e do negro como personagens importantes e, em alguns momentos, centrais da formação e nascimento da nação. Por esta razão, a fim de não “offender a susceptibilidade dos brasileiros” com a proposta de considerar a miscigenação como elemento indiscutível da nacionalidade brasileira, Martius recorre ao exemplo de nações européias, cuja civilização foi forjada em meio à mistura de povos e etnias, ainda que tal mestiçagem tenha ocorrido somente entre caucasóides brancos:

Sei muito bem que *brancos* haverá, que a uma tal ou qual concurrencia d’esas raças inferiores taxem de menoscabo á sua prosápia; mas tambem estou certo que elles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiographia philosophica do Brasil*. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrario, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças India [e] Ethiopica no desenvolvimento historico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo.

Tanto a historia dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o genio da historia (do mundo), que conduz o genero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de crusar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação ingleza deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos céltico, dinamarquez, romano, anglo-saxão e normando!³⁰⁶

A questão era convencer os sócios do IHGB que, se da mistura de povos gerou-se uma grande nação, por que não seria este o caso do Brasil. Como cada uma das três raças é considerada, ao longo da monografia de Martius, de acordo com “suas individualidades, e índole moral e physica particular”,³⁰⁷ o naturalista acaba realizando uma série de recomendações, indicações, apontamentos, aspectos e procedimentos que serão decisivos para as

³⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 391.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*.

³⁰⁷ *Idem, ibidem*.

futuras pesquisas dos sócios do IHGB. O primeiro deles é o que o autor define como “um juízo sobre a *natureza primitiva* dos autochthonos brasileiros”,³⁰⁸ a fim de demonstrar quais seriam as “suas relações com os emigrantes” em nível de comércio, leis e comunicação. Enfim, os futuros pesquisadores deveriam se debruçar sobre esta matéria com o objetivo de devassar “qual a parte que toca aos boçães filhos da terra no desenvolvimento das relações sociaes dos portuguezes emigrados”.³⁰⁹

O documento eleito pelo naturalista alemão como o “mais geral e mais significativo” para a elucidação e desenvolvimento de tais estudos são as línguas indígenas. A fim de atingir este objetivo, Martius recomenda expressamente ao IHGB a organização de comissões de lingüistas, com o intuito de partir para a “redacção de dictionarios e observações grammaticaes sobre estas linguas”:³¹⁰

N’este respeito seria muito para desejar que se investigassem especialmente *as radicaes* da lingua tupi e dos seus dialecticos, desde o Guarany, nas marges do Rio da Prata, até o arino e guez sobre o Amazonas: que para tal dictionario brasileiro servisse de modelo o vocabulario que a Imperatriz Catharina mandou esboçar para as línguas asiáticas, e que a final e principalmente se colligissem em primeiro logar todos os vocábuloes que referem a objectos naturaes, determinações legais, (de direito) ou vestígios de relações sociaes.³¹¹

Contudo, como o elemento indígena é considerado periférico e corrompido por Martius, ao lado do africano, ambos estão forçosa e inexoravelmente subordinados à presença do poderoso elemento português, sempre valorizado e enfatizado ao longo do ensaio como o principal condutor da marcha civilizatória, já que o índio americano “decahiu para o actual estado de degradação e dissolução”.³¹² O sangue português, ao contrário, além de ser “o mais poderoso e essencial motor” da civilização brasileira, é também o “poderoso rio [que] deverá absover os pequenos confluentees das raças India e Ethiopica”,³¹³ uma vez que o processo de miscinegação, segundo o autor, já é avançado e irreversível em alguns setores da população brasileira, ainda em formação:

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 393.

³⁰⁹ *Idem, ibidem*.

³¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 394.

³¹¹ *Idem, ibidem*.

³¹² *Idem, ibidem*, p. 395.

³¹³ *Idem, ibidem*, p. 391.

Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os paizes se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d'ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de raças, que d'ahi a seculos influira poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes communicará aquella actividade historia para a qual o Imperio do Brasil é chamado.³¹⁴

O indígena, no entanto, apesar de ser considerado um exemplo vivo da degeneração de “uma muito antiga, posto que perdida história”, é de qualquer modo valorizado por Martius, com o objetivo de integrá-lo à narrativa da história nacional em razão dos conhecimentos primitivos de seus antepassados, através de pesquisas relativas “á esphera das superstições, de virtudes curativas de thaumaturgos índios, feiticeiros e curandeiros”, a fim de incorporar “o saber dos índios relativos a phenomenos da natureza”,³¹⁵ com vistas à compreensão de seus ritos religiosos e de sua ciência aborígene. De acordo com a proposta encaminhada pelo naturalista alemão ao IHGB, o indígena seria ainda uma fonte inesgotável de lendas e narrativas potencialmente úteis para a elaboração de mitos da nacionalidade nascente,³¹⁶ como resultado de uma abordagem historiográfica e etnográfica de sua cultura a partir do conhecimento da língua:

Á lingua devemem primeiro lugar ligar-se os estudos sobre a Mithologia, as Theogonias e Geogonias das raças brasileiras. Um observador philosophico não deixará de descobrir nos restos dos mythos, e no balbuciamto poético, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de um perdida philosophia natural, e de um culto ainda enigmatico. (...) A coordenação e parallelismo de todas as Geogonias, Theogonias e tradições de deluvios geraes, e outras grandes catastrophes da natureza de todos os mithos, usanças legaes, usos e costumes dos aborígenes americanos em geral, seria uma das mais bellas e gratas tarefas do historiador philosophico e ethnographo, e se uma historia do Brasil não offerecesse senão uma introduccão, ella devia ser saudada com enthusiasmo por todos os litteratos.

³¹⁷

Outro ponto bastante singular da dissertação de Martius, a propósito da cultura indígena, é o detalhamento de uma metodologia arqueológica para a investigação da civilização

³¹⁴ *Idem, ibidem.*

³¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 295.

³¹⁶ FERREIRA, Lúcio M. *Vestigios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870)*. In: REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. Vol. 4, número 1. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999, p. 21.

³¹⁷ MARTIUS, Carl F. P. von. *Op. cit.*, pp. 395-396.

do aborígene americano, possivelmente a primeira elaborada em território brasileiro.³¹⁸ O sábio alemão consegue, assim, relacionar o trabalho etnográfico ao arqueológico, partindo do pressuposto de que os indígenas brasileiros são, em realidade, “ruínas de povos” antigos e mais avançados em termos civilizatórios, que teriam habitado todo o continente americano, pois da análise do tronco da “língua geral ou tupi” deduz-se que as tribos brasileiras “pertenciam a um unico e grande povo, que sem duvida possuiu a sua historia propria, e que de um estado florescente de civilisação, decahiu para o actual estado de degradação”.³¹⁹ Ao lado do estudo, portanto, das cosmogonias e mitos indígenas, a partir da análise lingüística de seus dialetos e do exame comparativo das raças, Martius propõe ao IHGB uma série de investigações e expedições arqueológicas, a fim de verificar a possibilidade da existência em território nacional, como em outras partes da América, de antigos monumentos ocultos em meio às florestas, ou mesmo de outros indícios materiais que apontem a vinculação dos indígenas brasileiros a esta civilização americana autóctone, oriunda de outros tempos:

Como um assumpto de summa importancia para o ethnographo notam-se as indagações sobre as construcções americanas, que ultimamente excitaram tão vivo interesse. Não poderá o historiador brasileiro deixar de perscrutinar igualmente as ruínas de Paupatla, Mexico, Uxmal, Copán, Quito, tiaguanaro, &c., se quizer formar um juizo geral sobre o passado dos povos americanos. Até agora não se descobriram no Brasil (ao menos que eu saiba) vestígios de semelhantes construcções (...). A circumsntancia porém de não se terem achado ainda semelhantes construcções no Brasil certamente não basta para duvidar que tambem n’este paiz reinava em tempos muito remotos uma civilisação superior, semelhante á dos paizes que acabo de mencionar. (...) D’ahi resulta um desejo, que certamente muitos dos membros do Instituto partilharão comigo, que se lhes facultassem meios para fazer sacrificios em favor de investigações archeologicas (...).³²⁰

É preciso frisar, no entanto, que Martius sempre atribui, ao longo de sua dissertação, uma proeminente superioridade ao papel do elemento português, motivo pelo qual a necessidade de se conferir à sua ação e às instituições por ele organizadas um estudo mais atencioso e, logicamente, mais demorado que os demais elementos étnicos. Aqui entra em cena a concepção eurocêntrica de história e civilização de Martius, que vê no elemento português o amálgama e o fio condutor de todo o processo civilizatório no Brasil, de modo que

³¹⁸ FERREIRA, Lúcio M.. *Op. cit.*, p. cit.

³¹⁹ MARTIUS, Carl F. P. von. *Op. cit.*, pp. 394-395.

³²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 396-397.

se torna imperativo, segundo o naturalista alemão, uma série de procedimentos quanto à análise de sua atuação em território brasileiro. O primeiro deles seria o relato e o estudo de suas atividades militares, de conquista e defesa do território em processo de exploração e colonização, através do que Martius denomina de “uma instituição singular”, ou seja, um “systema de milícias”. Para o autor do ensaio, a base do *processo civilizatório* português foi essencialmente belicosa e militar, o que permitiu o avanço do colonizador em direção às regiões mais inexploradas do território brasileiro e o florescimento de agrupamentos urbanos com maiores garantias de segurança e sucesso aos colonos que ousavam se afastar, sobretudo, do litoral:

A influencia dessas milícias é grande e importante por dous motivos: por uma parte ellas fortaleciam e conservaram o espirito de empreas aventureiras, viagens de descobrimento, e extensão do domínio portuguez; por outra favoreciam o desenvolvimento de instituições municipaes livres, e de uma certa turbulência e até desenfreamento dos cidadãos, capazes de pegar em armas em opposição ás autoridades governativas e poderosas ordens religiosas. De outro lado achamos também n’isso a causa dos sucessos das armas portuguezas contra diversos invasores, os francezes no Maranhão e Rio de Janeiro, os hollandezes em uma grande parte da costa oriental.

(...) N’isso mesmo existia o motivo para os colonos de jamais depõem as armas, estarem em cada momento promptos a combater, e dirigirem-se sempre armados dos differentes pontos do litoral, onde ao principio se estabeleceu a civilização europea mais e mais para o interior aonde ninguém reconheciam acima de si, venciam aos índios á força d’armas, ou induziam-se com astucias para servil-os.³²¹

Como quer que seja, Martius afirma por outros termos que a civilização brasileira haveria de ser, por meio da decisiva e enérgica influência do elemento português, uma importante continuação ou apêndice da civilização européia cristã, em virtude de vínculos indissolúveis e dos traços culturais que estavam sendo impressos junto à população pela ação dominante do lusitano: “Nos pontos principaes a historia do Brazil será sempre a historia de um ramo de portugueses”.³²² Por esta razão, era inequívoco, conforme o botânico alemão, o predomínio do elemento branco europeu sobre as demais etnias que compunham o caldo étnico brasileiro – os índios e os negros. Ademais, segundo o autor, era necessário considerar que o verdadeiro caráter da emigração portuguesa para o Brasil tinha que ser pesquisado

³²¹ *Idem, ibidem*, pp. 397-398.

³²² *Idem, ibidem*, p. 406.

e explicado através do período das grandes descobertas marítimas lusitanas, o que acarretaria, em termos historiográficos, uma singularidade do caso brasileiro em relação às nações onde o processo de emigração foi controlado por empresas de colonização:

(...) Hoje em dia as colonizações são, com poucas excepções, empresas de particulares, e nascem quasi exclusivamente da necessidade de trocar uma posição pobre e apertada, por outra mais livre e agradável. Estas emigrações quase so tem lugar nas classes dos agricultores e artistas, e quasi nunca nas dos nobres ou abastados. Mas assim não aconteceu nos primeiros tempos da colonização do Brasil. Ellas eram uma continuação d'essas empreas afoitadas e grandiosas, dirigidas para a India, e executadas ao mesmo tempo principaes, nobres, e povo; d'essas empreas que tornaram a nação portugueza tão famosa como rica. – Tambem não nasceu, esse desejo de emigrar, de crises religiosas, (...); elle era antes uma consequencia das grandes descobertas e emprezas commerciaes dos portuguezes sobre a costa occidental da Africa, do Cabo, Moçambique e India. (...)

Com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não póde ser comprehendido, senão em seu nexu com as façanhas marítimas, commerciaes e guerreiras dos portuguezes, que de modo algum póde ser considerado como facto isolado na historia d'esse povo activo, e que sua importancia e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portuguezes.³²³

Com isto, o naturalista alemão queria lembrar aos sócios do IHGB que era impossível a confecção de uma história nacional do Brasil que não considerasse suas relações e vínculos inevitáveis com as histórias de Portugal e Europa, das quais a jovem nação brasileira era um resultado direto. Ou seja, quer pelas razões apontadas por Martius, quer pelo fato de que a classe intelectual, a política e a militar do novel país foram formadas por portugueses e seus descendentes diretos, mestiços ou não, ou ainda pelo simples motivo de que a família imperial brasileira descendia das mais importantes casas e famílias reais europeias, entre as quais se destacavam, além de Portugal, Espanha, França e Áustria, as conexões do Brasil com Portugal e Europa eram fatos inequívocos e inevitáveis. Estas questões apontadas por Martius são mais que suficientes para arrefecer o nacionalismo intumescido e exagerado de alguns setores intelectuais brasileiros da época que desejavam, diante do anseio de romper todos os laços com a antiga metrópole, apagar qualquer herança visível dos portugueses para a cultura e identidade nacionais, ainda que ela fosse patente, inequívoca, inquestionável e indelével. De posse dessa convicção, Martius relembra em seu ensaio que, acima dos

³²³ *Idem, ibidem*, pp. 398-399.

interesses de colonização do território brasileiro, estavam os interesses comerciais portugueses e europeus, uma vez que as façanhas marítimas de ambos estavam determinadas por fatores de natureza econômica, de modo que a importância do Brasil no cenário mundial desde o período colonial deve-se, sem dúvida, ao comércio internacional:

O historiographo do Brasil ver-se-há arrastado por taes observações a jámais perder de vista na historia da colonisação do Brasil, e do seu desenvolvimento civil e legislativo (que acompanhava aquella ao mesmo passo), os movimentos do commercio universal de então, e encorporal-os mais ou menos extensamente á sua historia. (...) Assim por exemplo, está a historia do descobrimento do Brasil intimamente ligada com a historia commercial da madeira india chamada Jappan, que vulgarmente conhecida debaixo do nome de pao brasil, *legno brasilo, bresil, &c.*, foi a causa principal de dar-se á Terra de Santa Cruz o nome de Terra do Brazil. Tambem a historia e movimento mercantil dos metaes e pedras preciosas tem as mais estreitas relações com a historia do Brasil, e finalmente a das plantas tropicaes uteis, conhecidas na Europa depois da descoberta do Novo Mundo, jámais poderá ser separada historia da colonisação do Brasil.³²⁴

Como consequência do estudo do comércio, Martius também recomenda “um quadro dos costumes do seculo XV”, particularmente dos descobridores, daí passando para “a historia da legislação e do estado social da nação portugueza”, uma vez que o historiador, como pesquisador das instituições e tradições de uma sociedade, “na legislação reconhece o espelho de uma época”.³²⁵ Uma atenção especial, por conseguinte, deveria ser dada à investigação dos estabelecimentos eclesiásticos e ordens monacais que se fundaram em território brasileiro, em particular os jesuítas, conferindo um destacado interesse aos trabalhos etnográficos produzidos pelos sacerdotes sobre a língua, a religião, a cultura e os costumes dos indígenas brasileiros, especialmente seus litígios, querelas e lutas contra as municipalidades e o povo em formação no país:

Por isso seria possivel que tambem nas suas relações se achassem materiaes importantes para a ethnographia dos costumes do habitante europeu. Em geral, devemos reconhecer que a actividade de todas estas ordens não era desfavorável ao Brasil. Nós vemos muitas vezes que ellas eram os únicos motores de civilisação e instrucção para um povo inquieto e turbulento. Outras vezes nós vemos ellas proteger os opprimidos contra os mais fortes. Por isso não podem ser comprehendidas as numeroas querelas e rixas nas municipalidades das cidades (como v. g. se acham em grande numero referidas na Chronica do Maranhão por Berredo), sem

³²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 399-400.

³²⁵ *Idem, ibidem*, p. 400.

referencia para o clero, e especialmente as ordens, com a fundação de seus conventos (casas conventuales), hospícios, missões do interior do paiz, e especulações mercantis por ellas emprehendidas. A opposição dos colonos para com estas em geral philanthropicas ordens muitas vezes nascia do conflicto de interesses sociais, nos quaes aquelles se consideravam ligados por estas.³²⁶

Contudo, o naturalista alemão alerta aos membros do IHGB que a história do Brasil não deveria limitar-se somente à narração de acontecimentos comerciais, políticos, militares ou religiosos que tiveram palco na formação da nação. Para Martius, o “historiador pragmatico” do Brasil tinha que ater-se, na mesma medida, à história da vida privada dos habitantes do país, a fim de compreender o complexo das relações que ultrapassavam os limites da vida doméstica e familiar dos brasileiros:

(...) elle deve mostrar-nos como viviam nos diversos seculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos ruraes, como se formavam as relações do cidadão para com seus visinhos, seus creados e escravos; e finalmente com os freguezes nas transacções commerciaes. Elle deve juntar-nos o estado da igreja, e escola, levar-nos para o campo, ás fazendas, roças, plantações e engenhos. Aqui deve apresentar, quaes os meios, segundo que systema, com que conhecimentos manejavam a economia rústica, lavoura e commercio colonial.³²⁷

Por outro lado, como resultante da investigação da vida privada e familiar dos brasileiros, outro ponto de mérito da dissertação de Martius é a expressa recomendação de pesquisa e análise da instrução pública no território brasileiro, a fim de se obter dados e “indagações sobre o estado das letras na mãe [sic] patria”.³²⁸ Deste modo, considerando que a expressão literária no Brasil estava condicionada à cultura portuguesa desde o período colonial, uma vez que as manifestações em língua escrita só eram possíveis em função da presença do homem português como único representante oficial da cultura européia, o naturalista alemão não titubeia em conectar as produções e manifestações literárias ocorridas em território brasileiro como fruto inequívoco da inteligência lusitana. Com isto, a investigação historiográfica deveria focar, *a priori*, a herança portuguesa sobre a cultura letrada, em busca talvez de manifestações nativistas e originais, mas em especial dos mecanismos de transmissão e fixação das belas-letas:

³²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 401-402.

³²⁷ *Idem, ibidem*, p. 402.

³²⁸ *Idem, ibidem*, p. 403.

Por isso, pertence á tarefa do historiador brasileiro occupar-se especialmente com o progresso da poesia, rhetorica, e todas as mais sciencias em Portugal, mostrar a sua posição relativa ás mesmas no resto da Europa, e apontar qual a influencia que exerceram sobre a vida scientifica, moral e social dos habitantes do Brasil.³²⁹

Do mesmo modo, o autor observa também a necessidade de uma profunda e atenta investigação sobre a “vida militar” do elemento português em território brasileiro. Segundo Martius, uma “historia pragmatica” do Brasil deveria levar em consideração as atividades militares no processo de conquista e colonização do Brasil, sobretudo as guerras e litígios com outras nações e invasores estrangeiros, como os holandeses e os franceses, e, muito especialmente, as famosas entradas e expedições em direção ao interior do futuro país. Para Martius, o relato e a análise destas expedições militares e civis rumo às regiões mais afastadas do litoral densamente povoado, conquistado e explorado pelos portugueses fornece não somente uma rica série de elementos e tropos importantes para a correta compreensão da extensão da marcha civilizatória pelo território brasileiro, floresta adentro, como por igual abasteceria a inspiração e a imaginação dos literatos e historiadores na elaboração de mitos e heróis da nacionalidade:

Em quanto as chronicas da maior parte dos logares mais consideraveis occupam-se muitas vezes com grande monotonia de acontecimentos de nenhuma importancia relativos á communitade, achará o historiador um attractivo variadissimo na narração das numerosas viagens de descobertas e incursões dos differentes pontos do littoral para os desertos longiquos do interior (os sertões), emprehendidas em procura de ouro e pedras preciosas, ou com o fim de captivar e levar como escravos os indígenas. Essas *entradas* foram pela maior parte executadas espontaneamente por pessoas, as quaes animadas por certo espirito romanesco e aventureiro, n’ellas desenvolveram toda a energia, talento inventivo, perserveranaç e coragem de um Cortez, Balboa ou Pizarro, e executaram façanhas dignas da admiração da posteridade. É muito para desejar que pesquisas rigorosas nos archivos das cidades nos subministrassem maior copia de documentos semelhantes áquelles que referem as aventuras românticas de Bartholomeu Bueno da Silva, descobridor de Goyaz, 19 de Setembro de 1740, aventuras dignas de inspirar tanto a phantasia do poeta épico, como a musa mais tranquila do historiador. (...)

Um exposição aprofundada d’estas viagens para o interior conduzirá necessariamente o historiador a certa particularidade, que excitou muito a minha attenção. Eu fallo das numerosas historias e legendas sobre as riquezas subterraneas do paiz, que n’elle são o unico elemento do romantismo, e substituem para com os brasileiros os innumerous contos fabulosos de cavalleiros e espectros, os quaes

³²⁹ *Idem, ibidem.*

forneem nos povos europeos uma fonte inesgotavel e sempre nova para a poesia popular.³³⁰

É neste ponto que Martius retorna à atuação e influência dos outros elementos étnicos na composição da cultura nacional em formação no Brasil, o índio e o negro. Segundo o naturalista alemão, a propensão à imaginação e à fantasia, preponderante nestes dois grupos étnicos, poderia ser o perfeito substituto brasileiro para as lendas e mitos populares muito comuns e presentes em toda a Europa, dando origem ao folclore brasileiro, do qual poderia se extrair farto material denso e potencialmente interessante à literatura e ao estudo etnográfico. Neste sentido, o autor de *Como se deve escrever a historia do Brasil* atribui um destacado papel ao elemento africano, uma vez que “a superstição do povo”, concentrada nos contos e lendas populares em algumas regiões do país, nascia da imaginação e capacidade de narração do negro:

... o historiador não deixará de ponderar enquanto os negros contribuíram para essas, às vezes sumamente poéticas narrações. O negro gosta de fallar; o seu modo africano de pensar, seu feticismo lhe subministram tambem diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturaes ou milagrosos. Assim desenvolveu-se nas provincias de Minas, S. Paulo e Goyaz um completo circulo de fabulas de Plutão que deve ser representado com uma tintura particular nessa população.³³¹

Todavia, a tese de Martius sobre este aspecto da cultura nacional em gestação não descartava a poderosa influência do elemento indígena, cujas lendas e mitos também seriam fundamentais ao surgimento de um imaginário e cultura populares:

Nos paizes limitrophes ao Amazonas, onde há maior porção de índios, não ha vestígios disso; mas de outro lado deleita-se ahí o povo em monstros phantasticos de fantasia india, que, entristecida pela solidão lugubre dos bosques, e os terrores de uma natureza medonha em suas producções, encontra por todos os lados monstros horrorosos, satyros e animaes fabulosos, (mythicos)...³³²

Entretanto, ainda que Martius considere que a elaboração de uma história nacional não possa “aspirar a ser completa e merecer o nome de uma historia pragmatica” sem levar

³³⁰ *Idem, ibidem*, pp. 403-404.

³³¹ *Idem, ibidem*, pp. 404-405.

³³² *Idem, ibidem*, p. 405.

em conta “as suas relações para com as raças Ethiopica e India”,³³³ é evidente que, ao longo do ensaio do naturalista alemão, os indígenas são bem mais valorizados que os negros que, em virtude de sua condição de escravos, constituem óbice à marcha do processo civilizatório, conduzido e orquestrado pelo branco português:

Não há duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito differente sem a introdução dos escravos negros. Se para melhor ou para o peor, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido occasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e politico da presente população.³³⁴

Como quer que seja, embora determinado pela escravidão, Martius não descarta que, “no actual estado das cousas”, o negro influenciou de maneira peremptória a cultura brasileira, de modo que se tornou completamente forçoso e inevitável, para a pesquisa histórica, o estudo sobre “a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes proprias á sua raça geral, &c., &c., se demonstrar quizermos como tudo reagiu sobre o Brazil”.³³⁵ O naturalista alemão reconhece que, sem sombra de dúvida, a adoção do tráfico de escravos africanos teve conseqüências indeléveis e inelutáveis sobre o Brasil, Portugal e a África, tornando-se necessário, portanto, a análise das diversas relações entre os brasileiros, os portugueses e as colônias africanas donde provieram os “negros importados”. Ao defender, no entanto, a necessidade de estudo das origens dos escravos africanos, em relação à situação política e cultural dos portugueses na África, bem como suas feitorias e organização do tráfico, assuntos completamente desconhecido no mundo europeu à época de Martius, o naturalista alemão torna-se um dos primeiros autores a enfatizar as relações de intercâmbio cultural entre africanos e portugueses ao longo do tempo, e o modo decisivo como estes, desde Portugal, já vinham influenciando o comportamento dos brasileiros desde o período colonial. Mesmo defendendo que o Brasil é uma herança da cultura portuguesa, Martius vai mais longe ao afirmar que os contatos de Portugal com o continente africano já se faziam sentir muito antes da introdução do negro em território brasileiro, de modo que seria possí-

³³³ *Idem, ibidem*, p. 407.

³³⁴ *Idem, ibidem*, p. 405.

³³⁵ *Idem, ibidem*.

vel acompanhar, através da história da escravidão, “a influencia exercida pelo trafico de negros e suas diferentes phases sobre o caracter portuguez no próprio Portugal”.³³⁶

Aqui se encerram as recomendações de Martius quanto ao estudo das “tres raças” que compunham a população do Brasil. Deste ponto em diante, o autor passa a tecer uma série de comentários, preceitos e sugestões estilísticas e metodológicas “sobre a forma que deve ter uma história do Brasil” em termos documentais e textuais. No intuito de que a narrativa de uma história nacional criasse no leitor um vivo interesse pelo assunto, o naturalista alemão recomenda aos membros do IHGB, como primeiro passo em direção a uma “verdadeira historiographia”, que se afastassem do copioso acervo de fontes e dados sobre as províncias brasileiras até então publicados na *Revista Trimensal* do instituto, em virtude do acentuado caráter cronístico de tais textos:

Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo *não satisfazem ainda ás exigencias da verdadeira historiographia, porque se resentem de mais de certo espirito de chronicas. Um grande numero de factos e circumstancias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra historica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juizo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua provincia, ou relacionar factos de nenhuma importancia histórica, que se referem á adminsitração de cidades, municipios ou bispados, &c.; ou uma escrupulosa accumulção de citações e autos que nada provam, e cuja authenticidade histórica é por vezes duvidosa?* – Tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluido.³³⁷

A razão apontada por Martius para que se evitasse este modelo trabalhoso e improfícuo de historiografia é a impossibilidade concreta de abranger não somente a “immensa variedade no que diz respeito á natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e á composição da população de tão disparatados elementos”, mas, sobretudo, a “grande extensão do territorio brasileiro”.³³⁸ A imensa desigualdade e extrema diversidade de características das muitas regiões e províncias brasileiras não apenas constituem óbice a um modelo convencional de história, segundo Martius, como também torna irrealizável qualquer proposta ba-

³³⁶ *Idem, ibidem*, p. 406.

³³⁷ *Idem, ibidem*, p. 407.

³³⁸ *Idem, ibidem*.

seada na peculiaridade cultural de cada província, em virtude de uma acumulação de dados sem conexão que, ainda de acordo com o naturalista alemão, prejudicariam a dinâmica e a atração por semelhante narrativa:

Assim como a província do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros productos naturaes, outra agricultura, industria, outros costumes, usos e precisões, do que a província do Rio Grande do Sul; assim acontece igualmente com as províncias da Bahia, Pernambuco e Minas. Em uma predomina quase exclusivamente a raça branca, descendente de portuguezes; na outra tem maior mistura com os índios; em uma terceira manifesta-se a importancia da raça africana; em quanto influía de um modo especial sobre os costumes e o estado da civilização em geral. *O autor, que dirigisse com preferencia as suas vistas sobre uma destas circumstancias, corria perido de não escrever uma historia do Brazil, mas sim uma serie de historias especiaes, de cada uma das provincias.* Um outro porém, que não dêsse a necessaria atenção a estas particularidades, corria o risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar ás suas descrições aquella energia plástica, imprimir-lhe aquelle fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.³³⁹

A sugestão de Martius para evitar este problema é abarcar a história das diversas províncias brasileiras por regiões, cuja proximidade física e semelhança em termos naturais permitissem a utilização do critério de proximidade e semelhança cultural entre elas e, ao mesmo tempo, a necessária omissão de fatos que se repetem com mais ou menos as mesmas características, com destaque, ao fim, em cada província, ao “que houver de verdadeiramente importante e significativo para a historia” nacional:³⁴⁰

Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquellas porções do paiz que, por analogia da sua natureza physica, pertencem umas ás outras. Assim, por exemplo, converge a historia das provincias de S. Paulo, Minas, Goyaz e Matto-Grosso; a do Maranhão se liga á do Pará, e á roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Enfim, a historia de Sergipe, Alagôas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.³⁴¹

A proposta de Martius para uma história integrada do Brasil, considerando o país por suas regiões naturais e, portanto, ligadas pela cultura e pelo processo de colonização que cada uma delas conheceu, é uma completa novidade para um modelo historiográfico brasi-

³³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 407-408.

³⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 408.

³⁴¹ *Idem, ibidem*.

leiro da primeira metade do século 19. A recomendação do naturalista alemão hoje soa-nos absolutamente óbvia e elementar, mas é uma antecipação extremamente inteligente da metodologia que somente muito mais tarde seria adotada pelos compêndios didáticos brasileiros no ensino e transmissão da história do país. Ademais, o autor de *Como se deve escrever a história do Brasil* pontua, com essa proposta, a necessidade de conhecer e descrever a variedade sem esquecer, por igual, o imperativo de manter a unidade do território nacional. Colocar a história das províncias em plano secundário, ou considerá-las em suas relações e pertinências com a história nacional, era em realidade condicioná-las como partes integrantes e inalienáveis do todo que era o império brasileiro, de modo a minorar os localismos e as tensões regionais:

Esta diversidade não é sufficientemente reconhecida no Brazil, porque ha poucos brasileiros que tenham visitado o paiz; por isso formam idéas muito errôneas sobre circumstancias locais, facto este que sem duvida alguma muito concorre para que as perturbações politicas em algumas provincias só se podiam apagar depois de longo tempo. Nem se reconhecerão sempre as verdadeiras causas de um estado achacoso, e por isso ás vezes não foram ministrados os remédios apropriados.³⁴²

Segundo Martius, o conhecimento útil e adequado das questões e especificidades regionais brasileiras ofereceria ao estado a oportunidade de ter um instrumento a mais ao longo do processo de nacionalização e unificação da identidade cultural brasileira, como também no processo civilizatório, pois “se o historiador se familiarisar bem com estas particularidades, e exactamente as apresentar, não poucas ocasiões achará para dar uteis conselhos á administração”.³⁴³

Outra recomendação estilística e metodológica de Martius é quanto à descrição da natureza local de cada província. A *cor local*, segundo o naturalista alemão, seria um excelente recurso de atração e interesse aos leitores, sobretudo o europeu, em virtude do exotismo da natureza tropical e das possibilidades literárias que desse expediente pudessem eventualmente ser extraídas e trabalhadas ao longo da narrativa:

³⁴² *Idem, ibidem*, pp. 408-409.

³⁴³ *Idem, ibidem*, p. 409.

No que diz respeito aos leitores em geral, deverá lembra-se em primeiro lugar que não excitará nenhum interesse vivo, nem lhes poderá desenvolver as relações mais intimas do paiz, sem serem precedidos os factos históricos por descripção das particularidades locais da natureza. Tratando o assumpto, segundo este systema, o que já admiramos no pai da historia, Herodoto, encontrará muitas occasiões para pinturas orientadoras da natureza. Ellas imprimirão a sua obra uma attractivo particular para os habitantes das differentes partes do paiz, porque nestas diversas descripções locais reconhecerão a sua propria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte ganhará o livro em variedade e riqueza de factos e muito especialmente em interesse para o leitor Europeu.³⁴⁴

Neste ponto, a dissertação de Martius já se encontra no final de seu desenvolvimento. É justamente aqui que o autor procura explicitar e enfatizar as profundas e, muitas vezes, inextricáveis relações entre o saber e o poder constituído. O naturalista alemão tem uma perfeita consciência de que o conhecimento e o discurso históricos são poderosos agentes de coesão e legitimação do poder do estado, e, diante desse fato, não titubeia em recomendar aos sócios do IHGB o uso pedagógico da história, como um dos instrumentos mais adequados de construção e consolidação da pátria e da nação brasileiras. Por esta razão, sugere Martius que a única possibilidade de atingir este objetivo é tornar o discurso histórico como “unidade interpretativa do passado”,³⁴⁵ de modo que o historiador tenha sempre em vista sua missão com porta-voz do estado:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brazil para com a sua patria. *A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ella póde difundir entre os contemporaneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra historica sobre o Brazil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendencia de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da patria, coragem, constancia, industria, fidelidade, prudencia, em uma palavra, todas as virtudes civicas.* (...) Só agora principia o Brazil a sentir-se como um todo unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas provincias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrucção judiciousa; (...) *deve o historiador patriotico aproveitar toda e qualquer occasião afim de mostrar que todas as provincias do Imperio por lei organica se pertencem mutuamente*, que seu propicio adiamento só póde ser garantido pela mais intima união entre ellas. (...) *Nunca esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço á sua patria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitario no mais puro sentido da palavra.*³⁴⁶

³⁴⁴ *Idem, ibidem.*

³⁴⁵ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte.* Universidade de São Paulo, 1992, p. 39.

³⁴⁶ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.*, pp. 409-410. Grifos meus.

Em virtude disso, Martius projeta para a história do Brasil uma aproximação com o modelo épico de narrativa, a fim de que os fatos sejam encadeados de modo agradável à leitura por um texto fluente, com estilo correto, mas belo e simples, livre de amarras acadêmicas excessivas e do acúmulo enfadonho de dados e datas. Desse modo, a última recomendação do naturalista bávaro é que a história do Brasil seja escrita para o povo, a fim de que seja útil como instrumento pedagógico na formação de uma população amante da pátria e do trabalho, das leis, do estado e da ordem pública:

D'aqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que á intelligencia; por isso não devia ser escripta em uma linguagem do.... e empolada, nem sobrecarregada de erudicção ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caracter de uma chronica, do que de investigações históricas, seccas e puramente eruditas. Como qualquer historia que esse nome merece, deve parecer-se com um Epos! (...); por isso, uma historia popular do paiz vem muito a proposito, e possa seu autor, nas muitas conjuncturas favoraveis, que o Brazil offerece, achar um feliz estimulo, para que imprima á sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriotico, e aquelle fogo poetico proprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva a applicação e profundidade de juizo e firmeza de character, pertencentes á idade madura e varonil.³⁴⁷

Resta saber como os autores brasileiros, em dois grupos expressivos de literatos, os maranhenses e os fluminenses, conseguiram realizar, cada um ao seu modo, o programa estético e historiográfico criado pelos críticos, historiadores e viajantes estrangeira que aqui passaram, fixando os temas e os contornos de uma literatura nacional em formação. Em outras palavras, trata-se de questionar em que medida e profundidade a reflexão da crítica romântica propiciou o surgimento de uma consciência literária da nacionalidade brasileira, e quais seriam as características que distinguiriam um grupo do outro, partindo da tese de que tinham projetos distintos de cânone e de nacionalidade. Tomando como objeto de análise a produção intelectual dos literatos mais expressivos de cada grupo, bem como biografias, historiografias e documentos a respeito de cada um, buscaremos responder a todos estes questionamentos nos capítulos seguintes. Antes, entretanto, é necessário que recue-

³⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 410-411.

mos no tempo, a fim de contemplarmos a gênese de um território não apenas geográfico, mas cultural, chamado Maranhão.

O que procederemos no próximo capítulo não é um resgate, tampouco uma reabilitação histórica, mas sim uma prospecção arqueológica do passado, ao nível do discurso historiográfico, a fim de rastreamos o princípio de uma identidade regional, ou mais particularmente como se deu o longo e lento processo de construção identitária, através de um determinado lastro temporal, cujas ressonâncias ainda reverberam no tempo presente, ecos surdos e destroços soçobrados de um tempo perdido, cuja memória, no entanto, é ainda possível de reconstituir em meio ao silêncio sussurrante das fontes. Vamos a elas.

CAPÍTULO II
OS ATENIENSES E A FORMAÇÃO DA CIDADE LETRADA

2. OS ATENIENSES E A FORMAÇÃO DA CIDADE LETRADA

2.1. *Os estados do Maranhão e Grão-Pará e do Brasil: duas nações?*

Eu me resolvo que esta é a melhor terra do mundo, donde os naturais são muito fortes e vivem muitos anos, e consta-nos que, do que correram os portugueses, o melhor é o Brasil, e o Maranhão é Brasil melhor, e mais perto de Portugal que todos os outros portos daquele Estado, em derrota muito fácil à navegação, donde se há de ir em vinte dias ordinariamente.

SIMÃO ESTÁCIO DA SILVEIRA



PÓS A EXPULSÃO dos franceses em 1615 do Maranhão, surgiu um problema de natureza administrativa para a metrópole em relação à ocupação e defesa da região. Com efeito, ao longo de mais de cem anos, a administração metropolitana acumulou em seus arquivos um copioso volume de documentos e informações de natureza geográfica sobre o norte da colônia americana de Portugal, das mais diversas procedências.

³⁴⁸ Eram, em sua maior parte, roteiros, diários e relatórios de viagens empreendidas por pilotos de navegação, em sua grande maioria oriundos da península ibérica, com fins de reconhecimento e mapeamento do litoral daqueles confins. O objetivo destas viagens era claro e pragmático: descrever o litoral e seus acidentes geográficos, indicando as baías, recifes, abrolhos e baixios, os eventuais problemas náuticos derivados das correntes marítimas e aéreas, as peculiaridades da fauna e da flora, os locais mais propícios ao estabelecimento de feitorias, portos, fortalezas, colônias e cidades, e as características dos possíveis nativos indígenas que se encontrassem naqueles trechos.

O fato é que as dificuldades para se realizar uma viagem entre a metrópole portuguesa e a colônia americana não eram pequenas e tampouco fáceis de superar. Uma viagem regular entre Portugal e o Brasil tinha que ser realizada de acordo com um calendário marítimo específico e exato, dentro de um período muito breve, delimitado pelas estações do ano. No caso de uma viagem para o Recife, por exemplo, era necessário partir de Lisboa entre os

³⁴⁸ STUDART FILHO, Carlos. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, p. 199.

dias 15 e 25 de outubro a fim de aportar dois meses depois no destino final. A volta era ainda mais complexa, uma vez que as correntes marítimas eram pouco favoráveis, de modo que era preciso sair da Bahia ou Pernambuco, até o fim de abril, para alcançar Lisboa no mês de julho. O tempo para as viagens com estes roteiros, fora das janelas sazonais apontadas pela experiência dos pilotos de navegação, simplesmente dobrava em cada uma de suas etapas, na melhor das hipóteses. Além disso, o risco de fome, sede e doenças, como consequência das tempestades e calmarias ao longo da travessia entre os continentes, aumentava consideravelmente, ameaçando a sobrevivência da tripulação, devido à escassez crescente de água potável e víveres. As viagens curtas eram, portanto, uma questão de vida ou morte.

349

No caso do Maranhão, uma série de óbices apontados pelos navegadores é de especial interesse para a devida compreensão do processo de ocupação e povoamento da região. As costas do norte do Brasil, particularmente as maranhenses, apresentam um sem número de acidentes geográficos das mais diversas características, com um litoral bastante recortado e de escassas elevações, muitas ilhas, baías, barreiras, bancos de areia, praias rasas e arenosas, manguezais, cabos salientes, fozes de rios caudalosos, monções e correntes marítimas fortes em determinadas épocas do ano, regiões propícias a naufrágios constantes, além de baixios, parcéis e arrecifes à flor d'água. De um modo geral, esta miríade espetacular de fenômenos e elementos naturais se reproduz em maior ou menor escala ao longo de todo o litoral nordestino e nortista brasileiro, com uma maior intensidade e concentração à medida que nos aproximamos das águas do Pará e do Maranhão. Entre os fenômenos mais peculiares desta região encontra-se a singular e acentuada amplitude das marés, particularmente em São Luís, onde a oscilação entre a maré alta e a baixa atinge cerca de sete metros e oitenta centímetros, alcançando o máximo de nove metros em determinados períodos do ano, sobretudo em plenilúnio ou novilúnio, e o mínimo, entre o quarto crescente e o minguante, de três metros e meio. Além disso, os ventos constantes e caprichosos, aliados às intensas correntes marítimas e o acentuado desnível das águas e marés, provocam vagas que ferem

³⁴⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 57.

incessantemente as costas, os baixios e abrolhos, tornando o litoral dessa região um local repleto de perigos às embarcações que navegam próximas às praias.³⁵⁰

Um dos primeiros e célebres naufrágios dos quais se tem notícia nas costas maranhenses é o ocorrido em 1535, quando o donatário João de Barros enviou Aires da Cunha e dois de seus filhos, com uma armada de novecentos homens e mais de cem cavalos, para a ocupação das terras do Maranhão, então sua capitania. A frota de Aires da Cunha teria naufragado às costas de São Luís, na região designada como Boqueirão, de intensas correntes marítimas e fortes redemoinhos. Os sobreviventes do naufrágio fundaram então uma espécie de fortaleza e uma pequena vila, batizada como o nome de Nossa Senhora de Nazaré, na ilha da Trindade, a atual ilha de São Luís, povoação que teria durado até o ano de 1538, quando seus habitantes avançaram ao interior:

... & là se perdeo esta frota, & a gente que escapou (depois de fazerem na ilha de S. Luis, (onde agora se chama, o Boqueirão) huma fortaleza, de que ainda ali estão alguns vestígios, em que se vê pedras brancas de Alcantara) os consumio o tempo, ou alguma desordem com o Gentjo, sem ficar outro rasto mais, que descobrimos agora hum Gentjo, na comarca de antre o Rio Monim, & o Rio Itapicorù, que em tudo he differente do outro Gentjo da terra, porque vivem em sobrados, comem pão de milho zaburro, & não uzão da farinha da Mandioca; nem de arco, è flechas, & por divisa crião barbas como os Portugueses, & por isso os circunvezinhos, lhe chamão barbados, (...) & tem humas espadas, como hachas, & humas zagayas de remeço, com que são temjdos, & valentes, & dizem que são descentes (sic) de Brancos, a que eles chamão Peròs, parece por emoria de algum Pedro notavel, de que conservação aquelle nome; (...). E quando souberão, que os Portuguses estavam no Maranhão, tratarão de os viir ver, & fazer pazes comelles, & dizião, que estes erão os seus Peròs dezejados, de que eles eherão descendentes; & pello menos, serão filhos das Indias, & de alguns Brancos, que os houverão, antesde consumirem nesta conquista; assim como tambem agora chaamos infinitos filhos, & filhas dos franceses, do tempo que aqui habitarão.³⁵¹

Outras peculiaridades apontadas pelos navegadores e viajantes destas regiões durante os séculos 16 e 17 constituem destacados embaraços às singraduras de embarcações na costa atlântica da América do Sul. Um dos perigos mais notáveis aos pilotos de navegação que desejassem alcançar o Maranhão ou o Caribe, saindo do sul brasileiro, era o baixio localizado no Cabo de São Roque, no atual território do estado do Rio Grande do Norte. Em fun-

³⁵⁰ STUDART FILHO, Carlos. *Op. cit.*, pp. 20-21.

³⁵¹ SILVEIRA, Simão Estácio da Silveira. *Relação Sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1624, p. 36. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. 94. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1976.

ção de seu elevado potencial de naufrágio, era necessário que a embarcação avançasse em direção ao alto-mar, com o objetivo de regressar novamente à costa, após desviá-lo com esse procedimento. Estes fenômenos, combinados às monções sazonais e aos alísios do nordeste brasileiro, produzem em toda essa região um conjunto de adversidades náuticas que, segundo o cosmógrafo Manuel Pimentel em sua *Arte de navegar* (1699), “faz perder a estimativa do caminho”.³⁵²

Contudo, de todos os fatores de alto risco à navegação marítima às costas do norte e nordeste brasileiros, apontados até o presente momento, destacam-se os ventos e as correntes oceânicas da região. Se de um lado eram facilitadoras da singradura das naus que iam em direção ao oeste, já que elas fluem neste sentido regularmente, por outro tornavam as viagens extremamente arriscadas e difíceis, quando não impossíveis, se realizadas a barlavento.³⁵³ Após vencido o baixio do Cabo de São Roque, em direção ao Maranhão e ao Pará, as correntes oceânicas e monções guiavam com facilidade a viagem rumo ao oeste, porém obstando ao extremo o retorno em sentido contrário. A principal delas, a corrente das Guianas, considerada a mais veloz de todo o litoral brasileiro, atinge a velocidade de 2,5 nós³⁵⁴ entre o cabo de São Roque e o cabo de Orange, situado no Amapá, no extremo Norte brasileiro. Ela acontece na bifurcação com a correnteza Subequatorial e corrente do Brasil, à altura do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, fluindo pela costa do Norte brasileiro em direção ao Caribe. A corrente das Guianas acompanha toda a orla marítima, sempre próxima à plataforma continental, com suas águas unidas às da corrente do Brasil e uma velocidade que varia, ao longo do ano, de uma a quatro milhas horárias à altura do Atol das Rocas. Às costas do Maranhão, existem ainda correntes marítimas secundárias com velocidades que variam entre três e quatro milhas horárias, sobretudo nas marés mais altas.³⁵⁵

O resultado desta fantástica conjunção de forças e fenômenos naturais é a considerável força das águas que fluem em toda a região, de modo que grandes embarcações, mesmo

³⁵² Citado em ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. cit.

³⁵³ Termo náutico, de provável origem espanhola (*barlovento*) ou francesa (*par le vent*), que indica a direção de onde sopra o vento, ou simplesmente o bordo da embarcação voltado para a direção de onde o vento sopra.

³⁵⁴ Um nó equivale a uma milha marítima (1852 metros por hora). 2,5 nós equivalem a 4630 metros por hora (111 quilômetros por dia). Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. 58.

³⁵⁵ STUDART FILHO, Carlos. *Op. cit.*, p. 20.

com as velas parcialmente arriadas, tinham condições de atravessar em três dias as trezentas léguas marítimas que separavam o cabo de São Roque do porto de São Luís.³⁵⁶ Se, entretanto, as correntes da Guiana e do Brasil facilitavam sobremodo o acesso ao Estado do Grão Pará e Maranhão partindo do Estado do Brasil, o contrário não se dava, uma vez que era necessário realizar a singradura a contracorrente, de modo que a viagem de retorno, em condições normais, para a maioria das embarcações a vela, era praticamente impossível. O obstáculo representado pela força contrária das duas correntes só pôde ser superado graças à invenção dos navios e barcos a vapor, em meados do século 19. Antes disso, somente as sumacas³⁵⁷ tinham condições de realizar o périplo saindo da Bahia, Pernambuco ou mais ao sul, e bordejar, navegando em ziguezague, à vela, recebendo o vento ora por um bordo, ora por outro, na viagem de volta do Pará e do Maranhão. Contudo, mesmo esta manobra dependia de vários fatores, sobretudo dos favores da sorte. O padre Antônio Vieira, em sua missão na serra de Ibiapaba, na Amazônia, fornece um relato interessantíssimo sobre este fenômeno, ao tentar retornar do Pará em direção ao Estado do Brasil, a bordo de uma sumaca:

Uma das mais difficultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baxios [sic], de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinacia dos ventos, e perpetua correnteza das águas. Vem esta correnteza feita desde o Cabo da Boa Esperança com todo o peso das águas do Oceano na travessa, onde elle é mais largo, que é entre as duas costas de Africa e America, e começando a descabeçar desde o Cabo de Santo Agostinho até o Cabo do Norte, é notavel a força que em todo aquelle cotovello da costa faz o impeto da corrente, levando após si, não só tanta parte da terra que tem comido, mas ainda os próprios ceus e os ventos, que em companhia das águas, e como arreatados dellas, correm perpetuamente de leste a oeste. Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos, fica toda a costa deste estado quase inavegável para barlavento; de sorte que do Pará para Maranhão de nenhum modo pôde se navegar por fora, e do Maranhão para o Ceará com grande difficultade, e só em certos meses do anno, que são os de maior inverno.³⁵⁸

³⁵⁶ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. cit.

³⁵⁷ Antigo navio à vela, ainda muito usado na costa do Brasil, semelhante ao patacho, porém de menores dimensões, cuja mastreação é constituída por gurupés e dois mastros inteiriços: o de vante, que cruza duas vergas, e o de ré, que enverga uma vela latina.

³⁵⁸ VIEIRA, Antonio. *Relação da missão da Serra de Ibiapaba*. In: *Obras varias do Padre Antonio Vieira*. Tomo II. Lisboa: Editores, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1857, p. 64. Ver também em VIEIRA, Antônio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: EDUC, 1992, pp. 136-137.

O governador André Vidal de Negreiros, que chegou ao Maranhão no mesmo ano em que o padre Antônio Vieira, em 1655, havia tomado a decisão de construir uma fortaleza na foz do rio Camucim, em frente à Serra de Ibiapaba, a fim de garantir o comércio de madeira e âmbar naquelas vastidões bravias do norte brasileiro. A região, contudo, estava apinhada de tribos de várias nações de tapuaias, através de um caminho de mais cem léguas até a embocadura do Camucim, cortada por muitos e caudalosos rios. A travessia por terra foi tentada por mais de uma vez, com um grande número de soldados armados, porém não conseguiu obter sucesso, devido aos inúmeros perigos e ao absoluto desconhecimento dos caminhos e atalhos daqueles sertões. Diante do fracasso destas entradas e das seguidas tentativas de estabelecer contato e diálogo com os indígenas da região, através de cartas expedidas com esse desígnio, o governador resolveu lançar mão de um expediente inédito: confiou a um índio da nação tabajara, chamado Francisco Murereiba, a missão de entregar as missivas aos seus destinatários, partindo em maio de 1655 com esta finalidade. Contudo, passaram-se nove meses sem notícias do estafeta tapuia desde a sua partida, e, em fevereiro do ano seguinte, com as monções necessárias para realizar a viagem a barlavento, o governador Negreiros despachou uma sumaca com soldados, materiais e instrumentos necessários à construção da fortaleza do Camucim, e mais dois missionários jesuítas, com o objetivo de iniciar a missão. Todavia, a embarcação não conseguiu vencer o litoral maranhense após quase dois meses de navegação a contracorrente, sendo derrotada pelos ventos e marés, que a devolveram ao porto de São Luís em apenas doze horas de viagem de volta:

Navega-se nestes mezes pela madrugada, com a bafagem dos terrenos, os quaes como são incertos, e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e ás vezes semanas e meses inteiros, se está esperando sobre ferro na costa descoberta, e sem abrigo, sendo este um trabalho e enfadamento maior do que toda a paciencia dos homens; e o peor de tudo é, eu depois desta tão cansada porfia, acontece muitas vezes tornarem as embarcações arribadas ao Maranhão, como também arribam nesta occasião a çumaca, e quem ia o padre e os soldados para o Camucí, tendo gastado cicoenta dias em montar só até o rio das Preguiças, que é viagem, que desfizeram em doze horas.³⁵⁹

Considerando apenas este único fenômeno marítimo, fica excluída qualquer possibilidade de um sistema econômico contínuo e unificado, presente e atuante na colônia ameri-

³⁵⁹ VIEIRA, Antonio. *Relação da missão da Serra de Ibiapaba*. In: *Obras varias do Padre Antonio Vieira*. Tomo II., pp. 64-65.

cana de Portugal durante o século 17, tornando inviável que a gerência do imenso território brasileiro ficasse concentrada somente em uma única unidade política e administrativa. As imensas dificuldades de navegação e comunicação entre as duas porções territoriais separadas pelo baixio do Cabo de São Roque impediam a unificação política e comercial, ou qualquer esforço administrativo emanado da metrópole, uma vez que as embarcações a vela não conseguiam superar as correntezas e contracorrentes, que em determinadas épocas do ano afastavam-se muito da costa americana e aproximavam-se da africana, e em outras faziam o trajeto inverso, sempre de leste para oeste, ou de oeste para leste e até o norte, mas nunca favoravelmente em direção ao sul do Brasil. As correntes obrigavam os navegadores, nessas circunstâncias, a sempre bordejar bastante ao norte, ou em direção à ilha de Marajó ou rumo ao golfo da Guiné, acima do arquipélago de Fernando de Noronha. Com isto, os navios eram coagidos a singrar até aos arquipélagos da Madeira, Canárias ou Cabo Verde, onde as correntes eram favoráveis, para somente depois realizar a travessia de volta ao sul, em direção aos portos de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo ou ainda mais ao sul, sem enfrentar o barlavento.³⁶⁰ Não à toa o padre Antônio Vieira, que em muitas de suas cartas dirigidas aos seus superiores ou à corte metropolitana, reclamava sempre destas dificuldades, como a extrema pobreza da região e de seu isolamento, face à longa demora em chegar navios e notícias vindos de Lisboa ou mesmo de outras partes da América portuguesa, sentencia o seguinte: “... mais facilmente se vai da Índia a Portugal do que desta missão [do Maranhão] ao Brasil, onde temos o nosso Provincial”.³⁶¹

Compreendem-se muito bem, a partir da exposição destes fatores, as dificuldades e restrições políticas e náuticas impostas pela geografia econômica ao processo de conquista e colonização do norte brasileiro. Com a expulsão dos franceses que ocupavam o Maranhão, a metrópole sentiu-se forçada a assegurar as terras daquela imensa região bravia, e, com efeito, procurou realizar uma série de levantamentos, com todas as informações e dados possíveis referentes às novas conquistas. Através de inúmeras jornadas, incursões pelo litoral e interior, périplos e singraduras arriscados, dos quais nasceram os mais diversos relatos e documentos contendo descrições e roteiros relativos ao norte e o meio norte, acu-

³⁶⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. 59.

³⁶¹ VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, p. 713.

mulados nos arquivos metropolitanos, obteve-se um quadro mais ou menos preciso de todas as contingências e condicionantes que estorvavam o pleno domínio português por aquelas bandas ainda pouco conhecidas:

Já neste tempo governava o Estado do Brazil Dom Diogo de Meneses, cujo zelo, e christandade parecia assegurar as maiores emprezas delle, tendo, entre outras muitas coisas de substancia, alcançado, praticado, e quasi assentado a forma mais facil, mais breve e menos custosa de aquella Conquista desdenhada e quasi de todos já avorrecida, e dando, com sua costumada prudência, e verdade, conta da importancia da Costa de Leste Oeste, e de seus portos até o Maranhão, e mostrando que não estava em perigo de Cossarios se valerem della, mas de outros tyrannos, que possuindo-a podião intentar grandes coisas contra o Peru, e de todo novo mundo da America, ao melhor do qual ficavão de balravento, juntando a isto a Relação de certos Francezes que em hum pataxo ³⁶² se tomárão na boca da Baia; os quaes descobrirão muito do que sabião: finalmente deferindo S. Magestade aos avisos do dito Governador, lhe mandou, que com particular cuidado e diligencia, se tornarsse a informar das coisas daquella Conquista, e do modo melhor em que podião fazer-se. ³⁶³

Como quer que seja, a corte portuguesa tinha um completo conhecimento sobre a imensa extensão daquelas costas ao norte e dos problemas administrativos e comerciais gerados pela distância e pelas forças naturais sobre os negócios do então Estado do Brasil. Não havia como vencer os obstáculos naturais impostos à navegação a vela sem um grande dispêndio de recursos e articular, ao mesmo tempo, a comunicação entre as cidades de Belém, São Luís e Salvador, esta última capital da porção oriental. A enorme carência de recursos, a dificuldade em vencer as grandes distâncias e os óbices representados pelos fenômenos naturais, se interpunham entre os interesses da metrópole e a segurança e defesa de todo aquele imenso território do extremo norte. Como aquela região tornou-se alvo das aspirações comerciais de outras nações, arquitetaram-se planos e medidas para que ela não ficasse a descoberto. A solução que pareceu mais salutar, viável e plausível sob os mais diversos aspectos foi a total subtração política, jurídica e administrativa do Estado do Ma-

³⁶² Antigo navio a vela, cuja mastreação é constituída de gurupés e dois mastros: o de vante, mastro de brigue, e o de ré, mastro de lúgar, com velas de entremastros.

³⁶³ MORENO, Diogo de Campos (autoria atribuída). *Memorias para a historia da Capitania do Maranhão: jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feita o anno de 1614*. In: *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas*. Tomo I, número III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1812, pp. 4-5. Ver também em MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Magestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 30.

ranhão e Grão-Pará (1621) do Estado do Brasil, colocando-o sob a jurisdição direta da metrópole portuguesa. A base desta decisão levou em conta, sobretudo, os expressivos fenômenos, amplamente mencionados, de monções, marés e correntezas que dominavam toda a costa sul-americana, dificultando a navegação em direção às partes orientais e austrais da colônia, ao passo que tornava fácil e expressa a comunicação com a corte lusitana do que com o Estado do Brasil. De qualquer modo, a idéia não era uma novidade, pois os pilotos e viajantes que passaram pela região já tinham aconselhado à administração metropolitana a adoção desta medida. Alexandre de Moura, em relatório de 24 de outubro de 1616, em Lisboa, propõe como solução mais adequada para os problemas administrativos e econômicos do norte da colônia sulamericana de Portugal a independência política do Estado do Brasil:

Dêste Reino pode V. Magde mandar ir provimento para o Maranhão e Amazonas, por custar tudo menos da ametade que no Brasil e pelo tempo seja cada hu delles governo per si, quouando nã for facil a comonicação por dentro dos Rios por sere muito distante hu do outro E (tão) longe do Brasil que *mais facilmente si vai a Portugal do que vai a elle.*³⁶⁴

Com efeito, desde 1618 os papéis oficiais da metrópole já mencionavam a intenção de separar o Maranhão do Brasil, idéia que amadureceu em Portugal, mas que se tornou efetiva somente três anos mais tarde, através do Decreto Régio de 13 de junho de 1621, que dividiu as terras da América portuguesa em dois estados independentes, separados administrativa e politicamente: o do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará. O decreto foi assinado por Filipe IV da Espanha e III de Portugal, referendado pelo então regente da metrópole lusitana, Conde de Olivares. O primeiro governador e capitão-general nomeado para comandar o novo Estado do Norte foi o fidalgo espanhol D. Diogo de Carcome, ou Carcamo, que devido à sua idade avançada e saúde frágil solicitou dispensa do cargo, obtendo-a em seguida. O cargo de governador foi então repassado a D. Francisco de Mouram, administrador de vasta experiência que acabava de deixar o governo das ilhas do Cabo Verde. Contudo, este também foi exonerado de suas funções em virtude das imposições e exigências que fez à Corte, julgadas excessivas. O posto chegou finalmente às mãos de Francisco Coelho de Carvalho, em 23 de setembro de 1623, despachado a 25 de março do ano seguinte de

³⁶⁴ Citado por STUART FILHO, Carlos. *Op. cit.*, p. 200.

Portugal para a nova unidade administrativa. No entanto, apesar do decreto e da nomeação de governadores, o Estado Geral do Maranhão e Grão-Pará só começou a efetivamente operar a 3 de setembro de 1626, quando foi realizada uma solenidade oficial de sua instalação. O Estado do Maranhão e Grão-Pará compreendia todas as conquistas realizadas pelos luso-brasileiros no norte do antigo Estado do Brasil durante as duas últimas décadas desde a expulsão dos franceses de São Luís, com cerca de 380 léguas de costa, saindo do Ceará, onde começava o seu território, até as margens do Rio Oiapoque. Ao longo do interior, entretanto, não possuía fronteiras definidas, o possibilitou a sua gradativa expansão nesta direção. Devido à sua imensa extensão, foi dividido em três capitanias, comandadas por capitães-mores designados pelo governador geral: Grão-Pará, Maranhão e Ceará.

Vejamos agora como se deu a construção de sua identidade cultural.

2.2. *O roteiro edênico, a prodigalidade da terra e a prodigalidade da gente*

QUANDO SE ESTUDA as origens históricas do Brasil, e particularmente a de algumas de suas regiões, como o Maranhão, descobre-se amiúde que a história colonial destas localidades, assim como de todo o vasto território da América portuguesa, está saturada de motivos e tropos paradisíacos, de uma *mitologia edênica*, pelo “gosto da maravilha e do mistério”³⁶⁵ que os textos quinhentistas e seiscentistas ressumam sempre que se debruçam sobre as categorias até então pouco ou nada conhecidas do Novo Mundo. A metáfora do Éden, do paraíso perdido e distante, porém existente física e esplendidamente na Terra, é a sedução e talvez mesmo a grande, contínua e comum paranóia, verdadeira obsessão de uma época cujos conceitos sobre o conhecido e o desconhecido eram abalados quase todos os dias toda vez que se esbarrava com o diferente, com o não-europeu, com novas classes, gêneros e espécies até então não catalogadas e díspares em relação às mesmas categorias da Europa. Esta metáfora repercutiu, portanto, durante muito tempo ou quase toda a época dos descobrimentos e colonização das vastas regiões ainda virgens e não desbravadas do continente americano, sobretudo nos trópicos brasileiros, com um litoral vasto e suntuoso, matizado

³⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grande nomes do pensamento brasileiro), p. 1.

por uma infinidade de acidentes geográficos curiosos e estranhos aos navegadores do Velho Mundo, sem falar de uma fauna e flora nunca antes vista em qualquer parte do globo e somente compreendida e catalogável por meio de comparação com outras já familiares, onde o “maravilhoso” constituía o modelo preferencial.

Sem levar o assunto às últimas conseqüências, o fato é que o Maranhão foi uma destas regiões do continente americano que figurou no roteiro edênico do descobrimento e da colonização.³⁶⁶ A frase que encima o início deste capítulo, dita pelo súdito, militar, relator da capitania do Maranhão e primeiro juiz da Câmara de São Luís, fundada por ele mesmo, Simão Estácio da Silveira, extraída de sua *Relação sumária das cousas do Maranhão*, de 1624, é a “rútila sentença”³⁶⁷ de um colonizador português seiscentista que declara ter encontrado o paraíso terrestre no Maranhão, para o qual cria uma peça de propaganda a fim de atrair os “pobres deste Reino de Portugal”, conforme o seu subtítulo. Chamando a atenção da corte, especialmente a do rei, Simão Estácio da Silveira assumiu para si o encargo de divulgar o Brasil, sobretudo o Maranhão, como a terra de conquista que tinha as melhores condições para estabelecer uma colônia e feitoria de exploração portuguesa. Contudo, em seu texto estão presentes todas as categorias do “maravilhoso” e do paradisíaco terrestre, uma vez que saídas e expressas através do pensamento quinhentista e seiscentista a respeito das riquezas das terras do Novo Mundo. Simão Estácio da Silveira, portanto, foi um destes muitos navegadores portugueses que estavam também de certo impregnados das lendas a respeito de riquezas naturais inesgotáveis existentes ao sul da América, nascidas decerto do mundo lendário que se originava das conquistas castelhanas, conquanto Sérgio Buarque de Holanda observe para o fato de que, ao penetrar na América Lusitana, estas lendas perdiam força, tendendo a “adelgaçar-se, descolorir-se ou ofuscar-se”:³⁶⁸

Mesmo os motivos sobrenaturais de fundo piedoso, já bem radicados na Península, parecem amortecer-se no Brasil e, de qualquer forma, desempenham papel menos considerável na conquista do território.

(...)

³⁶⁶ CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993, p. 34.

³⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 35.

³⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 161.

De ilhas encantadas, fontes mágicas, terras de luzente metal, de homens e monstros discrepantes da ordem natural, de criações apazíveis ou temerosas com que os romancistas incessantemente deleitavam um público sequioso de gestos guerreiros e fantásticos sortilégios, rapidamente se foram povoando as conquistas de Castela. E não é menos flagrante aqui o contraste que se oferece entre elas e as regiões do mesmo continente destinadas à Coroa Lusitana.

De fato, embora não fossem menos afeiçoados à sedução dessas narrativas e fábulas - tanto que o próprio *Amadis de Gaula*, antes de existir sua primeira versão hoje conhecida, a castelhana, já se fizera famoso em Portugal, se é que não teve ali a sua origem, como será o caso, do *Palmeirim de Inglaterra* -, é significativa a minguada e quase nenhuma participação da fantasia que os anima nos feitos que marcam os estabelecimentos dos portugueses em terras do Brasil.³⁶⁹

No entanto, apesar da enfraquecida penetração que os eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas e fontes de juventude tiveram na América Lusitana, é certo que aqui não desapareceram de todo, de algum modo adentrando na constituição de determinados mitos e lendas do imaginário colonial com que se elaborou o tecido de alguns importantes relatos e crônicas de viajantes, como sucede com o primeiro “historiador” do Brasil, Pero de Magalhães de Gandavo, também o primeiro a registrar o hábito que os indígenas, como nômade em busca de um sítio mais agradável e fértil, tinham de constantes andanças pelo território brasileiro, sobretudo quando escasseavam os recursos naturais para a sua sobrevivência em determinada área:

Esta Provincia Sancta Cruz, alem de ser tam fertil como digo, & abastada de todos os mantimentos necessarios pera a vida do homem, he certo ser tambem muy rica, & auer nella muito ouro & pedraria, de que se tem grandes esperanças. E a maneira como isto se veo a denunciar & ter por causa aueriguada foy por via dos Indios da terra. Os quaes como nam tenham fazendas que os detenham em suas patrias, & seu intento nam sejam outro senam buscar sempre terras novas, a fim de lhes parecer que acháram nellas immortalidade & descanço perpetuo, aconteceu leuantaremse huns poucos de suas terras, & meterem-se pelo sertão dentro: onde depois de terem entrado algumas jornadas, foram dar com outros Indios seus contrarios, e ali tiveram com elles grande guerra. E porsarem muitos, & lhes darem nas costas, nam se podéram tornar outra vez a suas terras: por onde lhes foy forçado entrar pela terra dentro muitas legoas. E pelo trabalho & má vida que neste caminho passaram, morreram muitos delles: & os que escaparam foram dar em huma terra, onde havia algumas povoações muy grandes, & de muitos vezinhos, os quaes possuíam tanta riqueza que afirmaram hauer ruas mui compridas entre elles: nas quaes se nam fazia outra cousa senam lavar peças douro e pedraria.³⁷⁰

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, pp. 161-162.

³⁷⁰ GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província de Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa, 1576, Capítulo 14, p. 46.

O capitão Simão Estácio da Silveira, apoiado no relato de Gandavo, referiu-se ao mesmo episódio para comentar os primeiros registros sobre as riquezas do Maranhão, a fim de fundamentar a sua propaganda sobre a terra e convencer aos pobres de Portugal, através da corte, de que a região pertencia ao roteiro das maravilhas edênicas, senão o próprio Paraíso Terreno ou o mítico país do Eldorado, em virtude do que teria sido muito disputada por vários povos, entre eles os próprios nativos americanos:

Esta província sempre foi muito requestada e desejada, e já em tempo dos Sereníssimos Reis de Portugal, el-rei d. Manuel e el-rei d. João III, se havia metido muito cabedal neste Reino por descobrir e povoar o Maranhão, e não sem grandes motivos. Porque num tratado que Pero de Magalhães escreveu das cousas do Brasil, no ano de 1575, refere que indo certa nação deste gentio buscando novas terras em que habitar (que de seu natural são como ciganos amigos de andar pelo mundo) atravessaram algumas jornadas para o poente, onde encontrando com outra nação sua contrária, que lhes saiu pelas espaldas, e sendo mais poderosos, os obrigaram a meter-se muito pelo sertão, e dos trabalhos do caminho e dos conflitos da guerra morreram muitos, e os que escaparam foram ter a uma terra, onde havia povoações mui grandes e de muitos vizinhos, entre os quais eram tantas as riquezas, que havia ruas muito compridas de ourives que só se ocupavam em lavar peças de ouro e pedrarias, com os quais se detiveram alguns tempos.

(...)

E conforme ao que este autor discorre desta jornada (que ele testifica como cousa muito certa), estas gentes ricas devem ser os habitadores do Lago Dourado, em cujo descobrimento se hão consumido infinitas gentes e capitães castelhanos, e vêm a cair no sertão do nosso Maranhão, a que os do Peru chamam Paititi e Dourado.³⁷¹

Os relatos de Gandavo e Silveira apontam, portanto, na mesma direção: o mito sobre o fantástico país do Eldorado, cuja existência foi objeto de cobiça para todos os navegadores e colonizadores quinhentistas e seiscentistas. No entanto, em Gandavo a possível existência do paraíso edênico indígena vai além do simples relato da abundância de riquezas materiais, uma vez que os nativos procuravam, além de terras fartas em recursos naturais, era sobretudo a imortalidade, o descanso perpétuo, a inexistência de qualquer dor ou cansaço na obtenção de víveres e mantimentos, ou seja, o eterno ócio. É a confluência entre a mitologia judaico-cristã do Éden com o paraíso silvícola:

³⁷¹ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação das cousas sumárias do Maranhão, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. 8ª. edição. São Paulo: Siciliano, 2001, pp. 33-34.

...ali as enxadas saem a cavar sozinhas e os panicuns vão à roça buscar mantimento, segundo presunção já recolhida por Manuel da Nóbrega e Fernão Cardim, a abundância extraordinária de bens terrenos, principalmente de opíparos e deliciosos manjares, tais são os característicos mais constantes da terra “sem mal”, ou seja, do Paraíso indígena. Impunha-se naturalmente o conforto com o Éden das Escrituras onde, num horto de delícias cheio de árvores aprazíveis e boas para comida, o homem se acharia não isento da dor e da morte, mas desobrigado ainda de qualquer esforço físico para ganhar o pão.³⁷²

Sérgio Buarque de Holanda lembra que os índios Guarani-Apapocuva haviam realizado um grande êxodo que resultou no estabelecimento de seus descendentes, os tupinambás, ao longo da costa atlântica, em razão das fortes crenças religiosas indígenas na existência de um paraíso terrestre. Com efeito, segundo Holanda, os índios Apapocuva faziam a representação de seu Paraíso na Terra como um lugar onde todos eram imortais e tinham de sobejo, todos os dias, os mais deliciosos manjares e alimentos.³⁷³ No entanto, Buarque de Holanda faz referência a uma migração dos nativos tupinambás do litoral de Pernambuco para o Maranhão ocorrida no começo do século XVI, a fim de demonstrar que os indígenas brasileiros também eram adeptos do credo na existência de um paraíso tropical, solidário com a teoria européia de que o sítio paradisíaco do Éden ficava no continente americano, ou mais especificamente em algum lugar perdido ao sul da América, onde era possível encontrar as “nações monstruosas da Amazônia”,³⁷⁴ segundo o relato dos próprios indígenas tupinambás, que haviam chegado às cabeceiras do rio Madeira, aos conquistadores espanhóis, fugindo das crueldades, perseguições e tiranias dos portugueses do Brasil, em uma demanda evidente pelo Paraíso:

...sabe-se que não seriam avessos à crença no Éden tropical. A propósito de uma das suas migrações, que se fez da costa de Pernambuco para o Maranhão por volta de 1609, pôde apurar Alfred Métraux, fundado sobretudo em fontes francesas, que sua causa determinante fora, nem mais nem menos, o desejo que tinham esses índios de alcançar o Paraíso Terrestre. Nesse sentido reporta-se o mesmo etnólogo ao encontro pelo Senhor de la Ravardière de grupos potiguara de Pernambuco na ilha de Sa. Ana, que teriam saído de suas terras na demanda do Paraíso. Dirigia-os certo mágico que se apresentara como um dos seus antepassados resuscitado.³⁷⁵

³⁷² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 173.

³⁷³ *Idem, ibidem*, p. 172.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 171.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 171-172.

Segundo Holanda, o nome do paraíso na língua dos Apapocuva é *yuy marã ey* – cuja sonoridade está presente em “Maranhão” –, que literalmente significa “terra sem mal”.³⁷⁶ Neste sítio paradisíaco estava também a casa de Ñandevurusu, o criador do mundo. Contudo, Buarque de Holanda adverte que não há um consenso sobre o lugar exato do eldorado de *yuy marã ey*, tampouco sobre os meios de como alcançá-lo:

Imaginavam-no alguns no céu, pretendendo que, para alcançá-lo, deveriam os índios tornar tão leve o próprio corpo como se pudessem voar: com esse fito recomendavam-se determinadas danças, além de rigoroso jejum. Outros cuidavam que a casa de Ñandeverusu ficava, ao contrário, no meio da Terra: ali se viam, entre outras coisas prodigiosas, aqueles pés de milho que crescem e granam em breves instantes, sem a necessidade de intervenção do trabalho dos homens. *A maior parte acreditava, porém, que se deveria buscar o Paraíso de preferência nas bandas do Oriente, para lá do mar grande.*³⁷⁷

Marañon era o nome do atual Rio Amazonas, confundido inicialmente com uma espécie de grande mar de água doce, cuja fonte se encontrava no Peru. De origem controversa, este nome ora refere-se ao próprio rio, descoberto em 1499 por um companheiro de Gonzalo Pizarro, cujo apelido de família “Marañon” já era conhecido na Europa desde o século XII, dando origem ao nome conferido, por extensão, ao rio e a toda a região; ora refere-se a localidades existentes tanto em Espanha como em Portugal; ora à palavra *maraña*, que significa matagal, coisa enredada, emaranhada; ora como expressão tupi-nambá para designar o *grande rio da terra*; ora como a corruptela tupi *marã-n-aã*, que quer dizer *ruim, mau*, entre várias outras conjecturas possíveis.³⁷⁸

De qualquer modo, observa-se em um conjunto apreciável de textos quinhentistas e seiscentistas a presença de tropos e menções sobre a existência de um paraíso tropical ao oriente do antigo Rio Maranhão, cujo estuário teria sido por várias vezes confundido, na ausência de conhecimentos mais exatos de navegação e geografia, com o golfo em que se encontra a ilha de São Luís, onde, em razão desta confusão, teria naufragado Aires da Cunha, que em sociedade com João de Barros, era o primeiro donatário da capitania do Maranhão. No encaixe destas referências, o capitão e relator Simão Estácio da Silveira elabora as

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 172.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*.

³⁷⁸ MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, pp. 29-31.

suas próprias menções a respeito da prodigalidade da terra, amalgamando ao seu relato os tópicos paradisíacos europeus, cujos ingredientes descritivos estavam disseminados em toda a educação religiosa européia do período. Segundo Holanda, argumentos respeitáveis não faltaram, sobretudo de teólogos antigos e modernos, a favor da veracidade da crença de que o sagrado horto, o jardim das delícias do Éden, ficava no “coração do Brasil”, sobretudo na Amazônia, de modo que muitos desses teólogos, inclusive ninguém menos que São Tomás de Aquino, teriam localizado o Paraíso abaixo da linha equinocial, indicando que ali também se encontraria a região mais temperada, deleitável e amena para a habitação humana.³⁷⁹ Buarque de Holanda enfatiza, neste sentido, que até o menos crédulo padre jesuíta Simão de Vasconcelos, autor da *Crônica da Companhia de Jesus*, acreditava que o Brasil possuía todas as características necessárias para concluir que na América Lusitana se encontrava o jardim de deleites que Deus criara para os primeiros pais da raça humana, senão ao menos uma cópia dele, já que o território estava recoberto das quatro propriedades que considerava essenciais para chamá-la de uma boa terra e, por conseguinte, de paraíso terrestre:

A primeira está nisto, que se há de vestir de verde, com erva, pasto e arvoredos de vários gêneros. A segunda, que gozará de bom clima, boas influências do céu, do sol, da lua, das estrelas. Que sejam abundantes as suas águas em peixes, e seus ares em aves, e esta a terceira propriedade, e quarta, que produza todos os gêneros de animais e bestas da terra. Tudo consta, a seu ver, do divino texto na criação do mundo, e por essas quatro propriedades a deu por boa o seu Divino Autor.³⁸⁰

Contudo, antes de Vasconcelos ou de outros autores, como Rocha Pita, que no Brasil também se inspiraram nos tópicos do padre jesuíta para falar dos esplendores de suas terras como símiles do paraíso edênico, Simão Estácio da Silveira já as tinha utilizado para a confecção de sua *Relação sumária*, mesmo levando em conta que seu objetivo final era o engrandecimento da prodigalidade da terra do Maranhão, a título de ajudá-lo a tornar-se um empresário da colonização da região, povoando-a de colonos ilhéus:

³⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 173-174.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 174.

O terreno desta província é geralmente de uma terra golfeira e muito criançosa, toda cheia de grandíssimos arvoredos, que testificam sua fecúndia..

(...)

A terra é chã, pouco montuosa e tão branda, que por viço se pode andar descalço.

Deste clima, e deste terreno debaixo da zona tórrida (de que os antigos não tiveram notícia, e foram de parecer que seria inabitável, depois que a experiência mostrou o desengano), houve autores que imaginaram que aqui devia ser o Paraíso de deleites, onde nossos primeiros pais foram gerados.³⁸¹

O que se pode notar através do relato do capitão Estácio da Silveira é a *tendência compensatória* conferida às regiões tropicais, decorrente da reabilitação, entre os portugueses, do clima equinocial daquelas terras, em especial após as explorações da costa ocidental do continente africano, uma vez que a experiência dos marinheiros contradisse o saber especulativo sobre a salubridade dos ares das novas áreas conquistadas, tornando-se assim o discurso oficial que os navegadores utilizavam para destacar o que estas regiões apresentavam de ameno, temperado, aprazível e, sobretudo, salutar.³⁸²

Neste sentido, os motivos do Paraíso Terreno são retomados, conforme Buarque de Holanda, ao longo de toda a tradição européia de descrição do Éden judaico-cristão, especialmente na tradição ibérica, onde abundam as referências a um “sítio verdejante e ameno, regado por uma corrente que logo se quadriplica – os quatro rios do Éden – entre veigas multicores e frondosos bosques, de onde se desprende a fragância de uma *primavera eterna*: uer ubi perpetuum redolet”.³⁸³ Esta tradição fará com que todos os navegadores e colonizadores europeus dos séculos XVI e XVII, ao comporem os seus relatos descritivos, tenham sempre em mente alguns lugares-comuns sobre o continente sul-americano, especialmente o Brasil, quase invariavelmente descrito como um imenso jardim ou horto de perfeições, onde a vegetação é luxuriante e bela, com uma profusão inigualável de flores e frutos perenes, feras dóceis e amigas, e, sobretudo, onde a temperatura é sempre doce e amena, de modo que há uma primavera eterna em oposição ao outono e inverno europeus. Toda a literatura de viagem de descoberta, conquista e colonização, desde Pero Vaz de Caminha até escritores seiscentistas, repete que o clima brasileiro não é “nem muito frio, nem muito quente”, que os céus dos trópicos são perenemente estrelados, os mares intensamente

³⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 175.

³⁸² *Idem, ibidem*.

³⁸³ *Idem, ibidem*, p. 204. Grifos meus.

verdes e que os nativos da terra vivem em total estado de inocência, sem “esconder suas vergonhas”, conforme Pero Vaz, e também sem lei, sem rei, sem crença, amorosamente preparados por Deus para a ocidentalização e a evangelização:

A lingoa de que vsam, toda pela costa, he huma: ainda que em certos vocabulos differe nalgumas partes; mas não de maneira que se deixem huns aos outros de entender: & isto até altura de vinte e sete graos, que dahi por diante ha outra gentildade, de que nós nam temos tanta noticia, que falam já outra lingua differente. Esta de que trato, que he gèral pela costa, he muy branda, & a qualquer naçam facil de tomar. Alguns vocabulos ha nella de que nam vsam senam as femeas, & outros que nam servem senam pera os machos: carece de tres letras, conuem a saber, nam se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna despanto porque assi nam têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medida.³⁸⁴

Deste modo, impregnado pela tópica paradisíaca atinente à sua época, o capitão Simão Estácio da Silveira reproduz também o tropo da *primavera eterna* ou, talvez mais especificamente, do *verão eterno*, da ausência de outono e inverno, de estações frias e, portanto, de uma natureza perenemente verdejante e multicolorida com a invariável temperança do clima de um horto paradisíaco, como bem atesta em sua *Relação sumária das cousas do Maranhão*, a fim de promover a colonização da terra por meio da propaganda de que teria encontrado mais um provável sítio do horto de delícias edênico ao norte da América Lusitana, ou ao oriente do Rio Maranhão:

A excelência desta terra consiste em muitas cousas notórias. A primeira, no ameníssimo céu e salubérrimo ar de que goza, aonde *sempre é verão e sempre está o campo e arvoredo verde*, carregado de *infinita diversidade de frutas, cujos nomes, sabores e feições, excedem a toda a declaração humana*.

Sempre os dias são iguais com as noites: de que procede um suavíssimo temperamento, nem quente, nem frio.

Os ventos cursam de ordinário do nascente, e vêm com o sol, e com ele crescem, e se põem; de maneira que, se o meio-dia traz alguma calma (que não chega a ser nunca tão rigorosa como a do nosso estio), aquela natural viração, que então sopra mais, *o tempera mitiga, de modo que a calma se não sente, nem há frio, senão de noite; e só por não ver a cara dum inverno deste nosso clima, se podia estar nu no Maranhão, cuja salubridade será evidente a quem considerar quanto a nós nos são gratos e sadios os seus ares, quando lá imos, e que os naturais dali, vindo aos nossos, logo morrem.*

(...)

³⁸⁴ GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Op. cit.*, pp. 33-33.

E além de ser toda esta terra muito viçosa, ajudam muito a sua fertilidade os quotidianos regadios com que o céu a refresca; *porque ordinariamente chove cada dia, ou cada dous, sem se vestir o céu de luto como cá, mas em mangas d'águas como as chuvas de primavera, que nela parece contínua.*³⁸⁵

O capitão português reforça em seu opúsculo, portanto, a força de uma convenção que por séculos assombrou o imaginário europeu, dependente, segundo Holanda, da existência de um modelo mais ou menos fixo, retransmitido através das gerações, sempre se adaptando, de maneira quase indistinta, a todos os sítios onde a “amenidade”, salubridade e “formosura” do clima e da fauna se tornassem a materialização do arquétipo edênico.³⁸⁶

Contudo, Simão Estácio da Silveira não se deteve somente na apreciação deste aspecto paradisíaco. Outro tópico que aborda em seu texto, embora rapidamente e de passagem, é o conhecido tema da *longevidade dos nativos da terra*, pois no Maranhão “os naturais são muito fortes e vivem muitos anos”, segundo o capitão português.³⁸⁷ Conforme Buarque de Holanda, embora os tropos paradisíacos não impregnassem por completo os textos quinhentistas que descreviam o Brasil, devido às atenuações que entre os lusitanos sofriam o lendário edênico e o mito do Eldorado, é certo que nada embaraçava a possibilidade de que neles se introduzissem alguns de seus elementos secundários.³⁸⁸ Em Simão Estácio da Silveira vemos que, como ocorre na maioria das descrições seiscentistas sobre as terras brasileiras, há uma tendência a adelgaçar os motivos edênicos muito presentes na literatura de viagem dos castelhanos, conquanto o lugar-comum da longevidade dos indígenas estivesse até mesmo nos escritos portugueses. Sabe-se que, conforme Holanda, o motivo edênico da longevidade extrema dos naturais de terras longínquas era uma espécie de artigo de fé à época do capitão Estácio da Silveira, extraído dos relatos sobre os patriarcas bíblicos. Sem entrarmos muito nas considerações equivocadas a respeito do método que os nativos dispunham para realizar o cômputo de suas idades, tomado como absoluto por Colombo e depois por Vespúcio, o fato é que o mito da longevidade dos nativos persistiu durante muito tempo no imaginário dos navegadores, pois se adequava muito bem ao motivo da ausência de pestes e doenças, decorrente da extrema salubridade e temperança do clima e dos ares equino-

³⁸⁵ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Op. cit.*, pp. 44-46. Grifos meus.

³⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 291.

³⁸⁷ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Op. cit.*, p. 63.

³⁸⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 301.

ciais. Segundo esse motivo edênico, os indígenas só raramente padeciam de enfermidades que não podiam tratar de modo eficaz, uma vez que não eram contaminados por pestes e moléstias derivadas de um ar corrompido como o europeu, benfeitoria resultante, aliás, da temperança e das virtudes dos salutareos ventos austrais dos trópicos, do “ameníssimo céu e salubérrimo ar” da zona tórrida, como o Maranhão, onde as doenças são tratadas apenas com a pureza das águas abundantes e benditas:

O infinito número de fontes que esta terra produz são também muita parte de sua frescura, porque como o sol aqui de mais perto vizinha com a terra, tem ela os poros mais abertos para brotar fontes, e a cada passo se acham correndo mil ribeiras da mais clara e pura água que o humano apetite sabe desejar, e tão sadia, que onde cá se veda a muitos doentes, lá lhe serve de mezinha, porque no meio das seções e dos destemperamentos, e outras doenças, vimos muitas vezes sarar com água, e nas febres, saram pela mor parte lavando-se com ela.³⁸⁹

O autor de *Visão do paraíso* evoca a aproximação realizada pelo viajante francês Jean de Léry entre a suposta longevidade dos índios e os ares temperados presentes nas terras da Guanabara. Admirado de se encontrar em uma região onde, por benefício natural do ar e do clima, não havia frio intenso e a vegetação era sempre verdejante, Jean de Léry não apenas notou que os *Toïoupinambaoult*s eram mais fortes e robustos que os seus compatriotas europeus, mas por igual menos sujeitos a doenças, já que quase não encontrou entre os nativos gente aleijada ou com defeitos congênitos.³⁹⁰ Em outro célebre texto de viagem escrito também por um francês, o padre capuchinho Claude d’Abbeville, em missão com outros frades de sua ordem no Maranhão quando da fundação da França Equinocial em 1612, vemos a mesma tópica sobre a longevidade e a saúde dos tupinambás, como que inspirado pelo relato de Léry:

Os índios tumpinambás são, em geral, de estatura mediana, próxima da média dos franceses. Encontram-se, entretanto, alguns muito grandes, como me foi dado ver em certos lugares, com seis a sete pés de altura.

(...)

³⁸⁹ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Op. cit.*, p. 45.

³⁹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 304. Ver também em LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 111.

Não há entre eles quase nenhum zanolho, nem cegos, corcundas, coxos ou disformes; por isso mesmo, ao deparar com alguém assim contrafeito, muito se espantam e não conseguem conter o riso ou reprimir a zombaria.

(...)

São admiravelmente sadios, bem dispostos e muito mais robustos do que os nossos homens mais robustos. (...)

Como não são valetudinários, nem doentes, não precisam de médicos nem de remédios. (...) Quantas cousas materiais não vemos nós, por aqui, dando origem a moléstias ora internas ora externas, mas todas contrárias à subsistência do corpo e ao humor radical, princípio de nossa vida? (...)

No Maranhão, entretanto, são muito menos do que entre nós sujeitos a tais enfermidades, porquanto essas causas muito raramente, senão nunca, se apresentam. Não são eles doentios nem padecem em seus órgãos nobres ou internos; são, ao contrário, muito fortes, bem dispostos, e em geral gerados de pais em idênticas condições. São de humor e de sangue bem temperado, o que constitui o melhor alimento do humor radical e da vida do homem. Quase não se deparam gotosos, catarrosos, doentes de cálculos, hipocondríacos ou indivíduos com pulmões afetados; por isso sua prole é também sadia e vigorosa. (...)

Tão saudável é o clima, que só morrem de velhice, de fraqueza natural e não de moléstias. E vivem em geral de cem a cento e quarenta anos, o que nos parece admirável e prodigioso.

(...) Há de parecer, portanto, que a duração da vida desses índios é anormal. O fato é que vi alguns com cento e sessenta e cento e oitenta anos, os quais presenciaram a fundação de Pernambuco e ainda se mostram robustos e bem dispostos. Vi-os e falei-lhes muitas vezes.³⁹¹

O fato é que a idéia de longevidade dos nativos do Brasil estava muito popularizada entre os leitores quinhentistas, bem como o motivo da salubridade do clima, contribuindo para o motivo da ausência de doenças e pestes na linha equinocial. E, durante muito tempo ainda, como à época de Estácio da Silveira, a teoria da longevidade e da enorme saúde dos nativos, originários dos bons e salutarens ares que as terras brasileiras possuíam, continuaria a ter o aval de muitos, como acontece com uma das fontes primárias do capitão português e relator do Maranhão, o humanista Pero de Gandavo:

O ser ella tam salutifera & liure de enfermidades, procede dos ventos que geralmente cursam nella: os quaes sam Nordeste & Sues, & algumas vezes Lestes e Lessuestes. E como todos estes procedam da parte do mar, vem tam puros & coados, que nam somente nam dânam; mas recream & acrescentam a vida do homem. A viraçam destes ventos entra ao meyo dia pouco mais ou menos, & dura até de madrugada: entam cessa por causa dos vapores da terra que o apagão. E quando amanhece as mais das vezes está o Ceo todo coberto de nuuens, & assi as mais das manhãs chove nestas partes, & fica a terra toda coberta de nevoa por

³⁹¹ D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, pp. 210-211.

respeito de ter muitos aruoredos que chamam a si todos estes humores. E neste interualo sopra hum vento brando que na terra se géra, até que o Sol com seus raios o acalma, & entrando o vento do mar acostumado, torna o dia claro & sereno, & faz ficar a terra limpa & desempedida de todas estas exhalações.³⁹²

No entanto, não se deve olvidar que, enquanto fragmento do discurso amoroso sobre o paraíso terreno, tanto o texto de Gandavo como o de Estácio da Silveira eram de caráter utilitário por natureza e excelência, uma vez que o desejo mais patente em todo o relato é contribuir para a conquista portuguesa no continente americano. Por outro lado, incentivar a colonização do Maranhão significava por igual chamar a atenção para as qualidades superiores e a prodigalidade da terra, de modo que os motivos edênicos prestavam-se como um instrumental adequado ao imaginário da época e dos que almejavam a possibilidade de enriquecimento fácil sem a necessidade de trabalho, sobretudo em um horto onde as delícias e os recursos naturais fossem tão abundantes, a par da doçura e temperança do clima, que se pudesse gozar de um eterno ócio, ou quase.

Neste sentido, apesar de deter-se nos mesmos motivos edênicos no que se refere à descrição do clima e da prodigalidade da terra, é o caráter utilitário de conquista e evangelização dos nativos, a fim de amealhar almas e braços para a Santa Sé e riquezas para o rei de França, que também preside o texto seiscentista, publicado pela primeira vez em 1614, do padre capuchinho francês Claude d'Abbeville:

*...a beleza e as delícias da terra, sua fertilidade e fecundidade em tudo o que o homem pode desejar tanto com referência ao prazer do corpo, em virtude da amenidade do clima, como em relação à aquisição de imensas riquezas suscetíveis de serem transportadas para a França. Obtendo por outro lado a promessa dos índios de se converterem ao Cristianismo, e vendo aceito o oferecimento de lhes enviar de França uma pessoa qualificada a fim de governá-los e defendê-los contra seus inimigos, porquanto julgavam o temperamento francês mais do que os outros semelhante ao seu, pela doçura das relações, o sr. des Vaux, deliberou voltar à França. Aí chegando, após uma viagem feliz, narrou fielmente à Sua Majestade Cristianíssima, Henrique, o Grande, tudo o que lhe ocorreu na viagem e lhe mostrou a honra que caberia a Sua Majestade no empreendimento da conquista, além do proveito e da utilidade que dela tiraria a França, e da coroa de glória que o céu infalivelmente lhe outorgaria pela salvação de tantas almas que se jogavam em seus braços na intenção de se converterem à religião do verdadeiro Deus.*³⁹³

³⁹² GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Op. cit.*, Cap. III, p. 8.

³⁹³ D'ABBEVILLE, Claude. *Op. cit.*, pp. 22-23. Grifos meus.

O que não impede, por outro lado, que o capuchinho francês identifique na Ilha Grande do Maranhão o horto de delícias edênicas sobre o qual decerto tanto aprendeu, e que então tinha a oportunidade de presenciar com os próprios olhos: “Parece-me, depois de haver percorrido o Maranhão e passado em revista todos os bens e comodidades que ali se encontram, que Deus, na sua infinita bondade, fez dessa região um lugar de delícias”.³⁹⁴

E é com os próprios olhos e tato que o frade capuchinho constata, da mesma forma que o capitão português Estácio da Silveira, que o saber especulativo sobre a zona tórrida, em que se encontrava o Maranhão, não correspondia à realidade, realizando assim, à francesa, a reabilitação dos trópicos feita pelos portugueses quando de suas explorações pela costa ocidental do continente africano e verificando, portanto, ser a região habitável e aprazível apesar da reputação que tinha em contrário. Trata-se mais uma vez, conforme destacamos em passagens anteriores, da *tendência compensatória* em relação ao crédito desmedido que alcançou a doutrina européia de que as regiões atravessadas pela linha equinocial eram repelentes e inabitáveis aos seres de saúde forte, boa compleição e disposição de espírito, sobretudo os seres humanos, enfatizando a partir de então somente o que em tais sítios havia de salubre e ameno, a fim de colocar no seu lugar o motivo edênico da eterna primavera, da temperança dos ares:

Ora, passando o sol continuamente sobre essa zona tórrida, de um trópico a outro, como em sua moradia eterna ou magnífico palácio, contempla seus súditos diretamente e de frente; e seus raios, sendo perpendiculares e ortógonos, e a reverberação dos mesmos intensa, deve o calor ser extremado a ponto de terem pensado autores acatados (e ainda o pensarem) que *non est habitabilis aestu*, e que somente com grandes dificuldades pode o homem adaptar-se.

Mas, mercê de Deus, observamos o contrário na Ilha do Maranhão e terras adjacentes do Brasil, situadas precisamente sob a zona tórrida, a dois e meio graus mais ou menos do equador, para o lado do trópico de Capricórnio, onde, passando o sol duas vezes pelo seu zênite, seria de fato o calor insuportável não fosse a incomensurável providência divina atenuar e temperar tal ardor por meios muitas vezes maravilhosos. Se a temperatura, ou o clima, de uma região depende tão somente da pureza e da doçura do ar, julgo (o que há de parecer paradoxal a muitos) que *não existe lugar no mundo mais temperado e delicioso do que este*.

(...)

...o frio aqui só se encontra de permeio com o calor, e à secura não falta a atenuante das chuvas. Nunca se vê granizo nem se deparam feios neveiros, e nem há necessidade de tapar o nariz por causa dos maus odores. Nunca sopram tantos ventos quantos na Europa, nem se observam grandes tempestades e borras-

³⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 208.

cas confundindo os elementos, escurecendo os céus, e parecendo pelo seu ribombo arrancar montanhas e derrubar rochedos. Não há neve, nem geadas, nem tormentas. Raros trovões, um pouco mais freqüentes na estação das chuvas. Durante as ventanias vêem-se, à noite, alguns relâmpagos, embora o tempo permaneça claro; como, porém, o ar permanece puro e temperado, não se forma nuvens espessas, o que faz com que não se acompanhem os relâmpagos de raios ou trovões.
(...)

Por isso, distingo duas partes na zona tórrida: uma excessivamente quente e outra muito temperada, e o Brasil, que está situado na zona tórrida é o país mais saudável e temperado de todos. (...) No Brasil, sobretudo no Maranhão e circunvizinhanças, há uma só temperatura e uma única estação.³⁹⁵

Contudo, o que mais chama a atenção no relato do missionário francês em relação às terras do Maranhão é o fascínio com que as descreve e aos seus nativos, antevendo para a Ilha Grande, em razão da natureza privilegiada e das características de sua gente, um “destino histórico de vanguarda”,³⁹⁶ em que a prodigalidade da terra contribui inexcitavelmente para a prodigalidade da gente que nela habita. A natureza torna-se, então, o símbolo não apenas de uma terra, mas também de um povo:

As palmeiras abundam por aí, mais ainda do que as outras árvores. *É um verdadeiro jardim de palmeiras*, e como a palma é o emblema da vitória pode-se dizer que *essa ilha mais do que outros lugares é um verdadeiro campo de vitória*, mesmo porque nenhum inimigo a pode vencer: ela permanece sempre vitoriosa, desassombrada diante de todos.³⁹⁷

Com mais entusiasmo e curiosidade que outros viajantes que passaram pelo Maranhão até então, Claude d’Abbeville manifesta uma profunda preocupação em compreender e caracterizar os nativos maranhenses, procurando assimilar os traços peculiares do temperamento quanto ao gênio, comportamento, amizade, hospitalidade, inteligência. O capuchinho francês admira-se de ter encontrado, no lugar dos selvagens, rudes e verdadeiros animais ferozes sobre duas pernas que supunha serem, homens de comportamento sóbrio e sereno, dotados de grande inteligência e perspicácia, discretos e atenciosos. Deste modo, movido pela simpatia e interesse, o frade franciscano reputa aos primeiros maranhenses traços distintivos de destreza e sagacidade, considerando-os como agudos raciocinadores, engenhosos construtores, excelentes oradores, guerreiros vingativos e cruéis, além de adep-

³⁹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 153-157. Grifos meus.

³⁹⁶ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 35.

³⁹⁷ D’ABBEVILLE, Claude. *Op. cit.*, p. 165. Grifos meus.

tos de uma sociedade de economia comunitária, dividindo entre eles os produtos e gêneros necessários à subsistência de todos:

... Encontrando o lugar adequado, cortam a mata e formam uma grande praça quadrada a que põem fogo para destruir a vegetação e limpar o terreno. Aí constroem então, bem no centro, quatro grandes habitações em forma de claustro. São essas cabanas feitas de madeira e recobertas de pindó, de alto a baixo, como foi dito, e compridas e largas nas proporções julgadas necessárias para abrigo de todo o povo da aldeia.

(...)

É admirável que os índios tupinambás, guiados apenas por sua própria natureza, e por uma natureza em verdade corrupta, tenham uns para com outros tão cordial e fraternal amizade que se intitulam todos aliados e chamam-se mutuamente pai, irmão, irmãozinho, tio, sobrinho ou primo, como se pertencessem todos a uma só família.

(...)

Embora possuam alguns objetos e roças particulares, não têm o espírito da propriedade particular e qualquer um pode aproveitar-se de seus haveres livremente. Distribuem entre si tudo o que possuem e não comem nada sem oferecer a seus vizinhos. Quando voltam de suas pescarias ou de suas caçadas, (...), tudo repartem cuidadosamente de modo que dê para todos.

São muito hospitaleiros entre si; onde quer que se encontrem entre seus aliados, são sempre muito bem acolhidos. Não lhes falta então comida e o mais necessário ao seu divertimento.

(...)

Creio que não existe debaixo do céu nação mais bárbara e cruel que a dos índios do Maranhão e circunvizinhanças.

(...) Sempre que julgam ter sido ofendidos pelas nações vizinhas ou não, sempre que se recordam de seus antepassados ou amigos aprisionados e comidos pelos seus inimigos, excitam-se mutuamente à guerra, a fim, dizem, de tirar desforra, de vingar a morte de seus semelhantes.

(...)

São grandes discursadores e mostram grande prazer em falar. Fazem-no às vezes durante duas a três horas seguidas, sem hesitações, revelando-se muito hábeis em deduzir dos argumentos que lhes apresentam as necessárias conseqüências.

São bons raciocinadores e só se deixam levar pela razão e jamais sem conhecimento de causa. Estudam tudo o que dizem e suas censuras são sempre baseadas na razão.³⁹⁸

Se Simão Estácio da Silveira fundou, portanto, o discurso sobre a prodigalidade da terra do Maranhão com a sua *Relação sumária* de 1624, Claude d'Abbeville estabelece, por seu turno, os sintagmas fundadores do discurso sobre a prodigalidade da gente, com o seu relato de 1614, resultado dos quatro meses em que esteve com a expedição de La Ravardière, em 1612, adquirindo, entretanto, um notável cabedal de conhecimentos etno-

³⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 222, 227, 229 e 244.

gráficos no curto tempo de estada entre os indígenas maranhenses. Portanto, à revelia de seus objetivos originais, o frade capuchinho inscreve a sua visão do paraíso maranhense, adicionando a ele a prodigalidade dos nativos, em uma longa *démarche* sobre os aspectos físicos, humanos e espirituais do Maranhão, transformando a história da conquista e colonização do norte brasileiro em um importante roteiro edênico, no qual, através do entrelaçamento entre geografia, política e religião, afirma que São Luís e, em decorrência, toda a região, “é a chave de todo o país”,³⁹⁹ ainda que este outro fragmento do discurso amoroso sobre a prodigalidade da terra esteja desconexo em relação às suas funções originais. Isto, no entanto, é de somenos importância para a constituição e transmissão da mítica em torno da prodigalidade do Maranhão e de seus habitantes, motivo pelo qual, ao longo da história, tais motivos, alegorias e sintagmas são continuamente retomados e ressignificados, com o fito de se tornarem reais.

Não à toa a literatura de viagem é sempre recuperada no sentido de afirmar um *continuum* na história da conquista, colonização e civilização do Maranhão, como resultante da fusão entre europeus e nativos. Sobretudo através do relato de Claude d’Abbeville, mais ainda que através da *Relação* de Estácio da Silveira, interessa aos viajantes estrangeiros decantar, acima das primazias da terra, as primazias do povo que nela habita,⁴⁰⁰ de um povo que detém, conforme o frade capuchinho, o emblema da vitória que a própria terra encerra em seu jardim de delícias, um povo destinado a grandes realizações, a feitos memoráveis e, portanto, à vitória. Os relatos de viajantes que mais tarde passarão pelo Maranhão e, assim, terão a oportunidade de conhecer o povo de São Luís e a própria cidade, estarão concordes sobre estes aspectos. Embebidos talvez da mesma, ou mesmas fontes documentais, com tais ou quais atenuações plausíveis, o fato é que a visão do paraíso persiste através dos textos da literatura de viagem a respeito do Maranhão, fortalecendo a ideologia local sobre os aspectos edênicos da terra e sobre as excelências dos maranhenses, criando assim uma tradição do arquétipo do gênio, do homem perspicaz e inteligente, hábil orador e artista da palavra, de têmpera guerreira e vingativa, embora capaz de solidariedade e hospitalidade acima da média, bem como de um comportamento discreto, calmo e atencioso. A ên-

³⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 137.

⁴⁰⁰ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 37.

fase do mito, é claro, recai sobre uma seleção cuidadosa dos sintagmas que nele são dispostos, a fim de legitimar o mito, excluindo-se os possíveis elementos díspares e discordantes. Na esteira deste arquétipo, outros viajantes, dois séculos depois de Claude d'Abbeville, quando de passagem pelas terras maranhenses, acentuam, mais que a prodigalidade da natureza da região, o comportamento quase europeu dos habitantes, sobretudo da aristocracia local que, por imitação e reflexo, reproduzem a cultura da metrópole:

Não só a riqueza da região, o desejo de imitar os costumes europeus – cujo gosto foi ministrado por inúmeras casas comerciais francesas e inglesas – mas também, e principalmente, a liberdade, a boa educação, a polidez e a doçura das maranhenses, contribuíram para tornar aquela cidade um dos lugares do Brasil onde é mais agradável a permanência.⁴⁰¹

Com efeito, mesmo que no Maranhão houvesse várias classes de desiguais, como o indica Gaioso, um funcionário degredado da Fazenda Real, que se tornou importante por que altamente graduado, em São Luís, o fato é que a fusão étnica entre os nativos do Maranhão – isto é, os americanos descendentes de portugueses – e os nativos da metrópole conferia à região um distintivo, uma peculiaridade positiva em relação às demais colônias da América Lusitana, uma vez que entre os maranhenses há “hum tom de civilidade, e de corte, que se não ácha nas outras capitanias de criação muito mais antiga”.⁴⁰²

A título, portanto, de conclusão desta pequena antologia em que a prodigalidade da terra e a prodigalidade da gente é o motivo edênico constante, percebe-se ao final a construção de uma “utopia maranhense”,⁴⁰³ consolidada através de um conjunto de experiências históricas que sedimentaram-se no imaginário coletivo do Maranhão, cuja emergência não se deu do dia para a noite, inopinadamente, mas através de uma longa decantação que atravessou mais de um século, até alcançar as mentalidades e os hábitos, e transformar-se, senão em realidade, ao menos em discurso da identidade local. No entanto, a construção de uma utopia, bem como de uma ideologia sobre os aspectos notáveis e excelentes da pátria,

⁴⁰¹ D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1976, pp. 85.

⁴⁰² GAYOZO, Raymundo Jozé de Souza. *Compendio historico-politico dos princípios da lavoura do Maranhão*. Pariz: Officina de P.-N. Rougeron, 1818 (reedição fac-símile da SUDEMA; Livros de Mundo Inteiro: Guanabara, 1970), p. 132.

⁴⁰³ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 38.

entendida como local de nascimento e não como país, assim como de seus habitantes, também necessita de contrapontos com os quais, a pretexto de reforçar ainda mais o nível ideológico, dialoga e estabelece importantes diatribes com a história para, ao cabo, incorporar com a dialética histórica uma atenuação que possibilita, neste sentido, a permanente ressignificação do arcabouço discursivo que, saturado de historicidade, projeta-se ainda mais para o futuro, transformando-se em um *telos*, um *devoir*, um *vir-a-ser* eterno, até sair do território da fábula e do lendário e assumir a configuração do *ser*. Deste modo, o “ser” da terra e o “ser” do povo escapam do nível meramente discursivo e confundem-se na realidade da práxis social, onde a *mitologia maranhense*,⁴⁰⁴ agenciada pelo complexo das relações econômicas, políticas, culturais e intelectuais, é continuamente reforçada, em especial por meio da filtragem e do controle exercidos pelo senso-comum. Este último, partilhado em escala comunitária, cultural e histórica, sobretudo entre aqueles cuja formação intelectual pretensamente foge à ação do mito e do senso-comum – mas são, em realidade e ao cabo, os agentes multiplicadores de seus efeitos abrangentes sobre a sociedade –, forma assim uma unidade teleológica de perene afirmação e legitimação da identidade local e do mito que a originou, muito acima do simples esforço retórico e ideológico e além das fronteiras da terra e do próprio povo que elaborou o fino tecido deste manto de Penélope que é, na verdade, também uma caixa de ressonância, e não de Pandora, cujos efeitos serão eternos enquanto durarem a terra e o povo que os liberou.

Neste sentido, a mitologia edênica maranhense sobre a prodigalidade da terra e, especialmente, sobre a prodigalidade da gente, conhece um movimento de intensa ruptura com os cronistas seiscentistas através do padre jesuíta Antônio Vieira, que viveu no Maranhão tempo dilatado mais que o suficiente (1653-1661) para se habilitar a tecer um discurso divergente das excelências e primazias locais. O jesuíta português é, portanto, um dos poucos, senão raríssimos, a elaborar uma contundente e penetrante crítica às características da terra e de seu povo, fornecendo assim o mais importante contraponto à construção da utopia maranhense e constituindo, desta forma, um ponto de inflexão na história da colonização e civilização da região. Ao chegar a São Luís, a 17 de janeiro de 1653, o jesuíta encontra a capitania entregue à miséria e ao descaso do governo metropolitano. Porém, mesmo con-

⁴⁰⁴ *Idem, ibidem.*

cordando com a extrema penúria em que viviam os colonos, não se conformou em assentir com uma de suas principais demandas, que era a escravização do nativo americano, motivado evidentemente pela defesa dos interesses da Companhia de Jesus, da qual era o representante máximo no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e assim entra em polêmica, advogando a causa dos índios, com o Senado da Câmara de São Luís, que lhe dirige uma representação, em 15 de janeiro de 1661, na qual faz a alegação de seus motivos para o braço escravo:

Está este povo, e os moradores dele em estado o mais miserável, que se pode considerar; a razão porque alguns homens nobres, conquistadores, e povoadores, que derramaram o seu sangue, e têm gastado a sua vida em serviço de Sua Majestade, e ajudaram a conquistar esta conquista, não trazem seus filhos, e família a esta cidade, por não terem remeiros, que lhe comboiem canoas para virem, sendo cousa infalível, e certa ser a navegação por mar, a qual se não pode conseguir sem escravos; (...) e muitos vivem nesta cidade, que não têm quem lhe vá buscar um feixe de Lenha, nem um pote de água; (...) e assim mais é cousa certa, que padece este povo em geral muitas, e grandes necessidades, asquais estão à vista de todos padecendo infinitas fomes, sem poderem valer uns aos outros (...) É tão grande a necessidade, e misérias, com que se vive nesta capitania, que todos os homens geralmente, até os mais principais, andam vestidos de pano de algodão, tinto de preto; e muitos não possuem, com que o comprem, por valer preço excessivo, como são três tostões a vara, sendo que os anos passados não valia mais, que cem réis cada vara. É de considerar a miséria, a que têm chegado os moradores desta capitania, e mais pessoas dela, que vivendo há tantos anos muitos conquistadores, e povoadores desta conquista, e deitando em tantas ocasiões os inimigos da parte do norte destes rios do Curupá, e Tucuju, sujeitando com armas os gentios seus aliados, e tomando-lhes fortalezas, e artilharia, com que se guarneceu esta de Sua Majestade, lhe seja necessário comprar um escravo do gentio da terra por setenta mil-réis, como proximamente se compraram alguns...⁴⁰⁵

O padre Vieira, mesmo enfatizando que a miséria dos colonos não se devia exclusivamente à falta de escravos, mas também a outras causas, concorda com o estado geral de penúria em que vivia o Estado do Maranhão, longe de ser um jardim de delícias para os portugueses que para ali foram, decerto engabelados com a promessa do ócio eterno e do enriquecimento fácil, especialmente possibilitado pelo braço escravo. Os colonos açorianos, no lugar do paraíso edênico de Estácio da Silveira, a temperança e o clima benévolo do capuchinho d'Abbeville, “depois de passarem mares e atravessarem tão grandes e perigosos

⁴⁰⁵ BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda, 1988, p. 252.

rios”, apenas encontraram “fomes, frios, chuvas, enfermidades e as inclemências do mais destemperado clima que tem o Mundo”:⁴⁰⁶

...faltando no mesmo sítio os mantimentos naturais, que com a continuação do tempo sempre vão a menos, como é a caça, e a pesca, de que este povo se sustenta; cousa, que é impossível durar, nem permanecer, e que sempre vai sendo mais custosa. A terceira [causa é] a falta de governo político, não havendo praça, nem açougue, nem outra cousa de venda, ou aluguel, com que necessariamente cada família há de ter o que tem uma república; porque para a carne há de ter o caçador, para o peixe pescador, para o pano fiandeiras, e tecelão, para o pão lavradores, e para os caminhos embarcação, e remeiros, afora todos os outros serviços domésticos.⁴⁰⁷

Portanto, a prodigalidade da terra, desejada pelos colonos, não se revelou tão dócil, apesar da propaganda de Simão Estácio da Silveira, uma vez que entre ela e o desejo dos colonizadores de desfrutar da ausência de trabalho no jardim de delícias do Maranhão interpunha-se a questão política da Companhia de Jesus que, através de Vieira, também a desejava, através do controle exercido pelo monopólio das almas, dos braços e da palavra. Vieira, portanto, coadjuvado pelo seu antagonista, o Senado da Câmara de São Luís, é um dos primeiros a registrar os defeitos e mazelas da terra conquistada. Contudo, se o padre Vieira estabelece um contraponto à mitologia edênica do jardim de delícias do Maranhão, no sentido de desmentir a prodigalidade da terra, o faz também, sobretudo, quanto à prodigalidade da gente, em especial através de sua obra sermônica. Com o célebre *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma*, escrito no Maranhão e proferido na Igreja Maior de São Luís em 1654, o jesuíta inscreve o seu nome na longa *démarche* de constituição da identidade maranhense, no sentido avesso, uma vez que funda o princípio dialético da mentira como constitutivo do *telos* local.

Com efeito, *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma*, já em seu começo, designa o Maranhão como “a corte da mentira”. Com seu estilo peculiar, a título de alegoria, o jesuíta narra então o *Galante apólogo do Diabo*, cuja autoria é atribuída aos alemães. Conta a fábula que, quando o diabo caiu dos céus, fez-se no ar em pedaços, os quais se espalharam por diversos países e províncias da Europa. Cada parte do Diabo seria responsável por um

⁴⁰⁶ VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil (1626-1697): Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã-Pará*. Org. de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003, p. 446.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 253.

vício característico das regiões onde caíram. Deste modo, a cabeça do diabo caiu na Espanha, motivo pelo qual os hispânicos seriam furiosos, altivos, arrogantes e graves; o peito teria caído na Itália, daí os italianos serem hábeis fabricantes de máquinas, não serem fáceis de entender e trazer o peito sempre encoberto; o ventre caiu na Alemanha, causa dos alemães serem inclinados à gula e apreciar muito os gastos com a mesa e a bebida; os pés caíram na França, daí os franceses serem inquietos, pouco sossegados, apressados, de passos largos, amantes dos bailes, da dança; já os braços, um teria caído na Holanda, outro em Argel, e por esta razão seriam corsários.

Mesmo levando em consideração o fato de que a aplicação dos vícios às suas respectivas províncias não seja exata ou tampouco verdadeira, Vieira comenta que, à guisa de parábola, o apólogo é útil por ser verossímil, o que basta para conferir tempero à sátira, segundo o jesuíta. Desta sorte, ao chamar a atenção dos seus ouvintes, o jesuíta alude à parte em que se atribui a cabeça à Espanha, concluindo que, pela questão da contigüidade de fronteiras e estarem ambos os países na mesma península, a parte que caberia a Portugal seria a língua, de acordo com a visão dos estrangeiros a respeito e observando as reentrâncias do litoral lusitano, à semelhança com um perfil voltado para o Atlântico. É claro que, para atingir a intenção de metáfora em relação à mentira no Maranhão, objetivo deste sermão, a fábula não basta por si mesma. Para tanto, Vieira recorre ao abecedário de Drexélio⁴⁰⁸, onde cada letra corresponde a um vício. Com isto, o padre imaginou que, ao repartir as letras do abecedário por cada estado de Portugal, a única letra que caberia ao Maranhão era, sem dúvida, o M, de mentir:

Os vícios da língua são tantos, que fez Drexélio um abecedário inteiro e muito copioso deles. E se as letras deste abecedário se repartissem pelos estados de Portugal, que letra tocara ao nosso Maranhão? Não há dúvida, que o M. M - Maranhão, M - murmurar, M - motejar, M - maldizer, M - malsinar, M - mexericar, e, sobretudo, M - mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente. Novelas e novelas, são as duas moedas correntes desta terra, mas têm uma diferença, que as

⁴⁰⁸ Jesuíta contemporâneo de Vieira, autor célebre da Companhia de Jesus que escrevia seus livros, sobretudo tratados em latim, versando sobre os mais diversos assuntos e curiosidades, como a astrologia. Chegou a escrever um tratado inteiro sobre o zodíaco, com o seguinte frontispício: “*Zodiacus: totidem symbolis explicata*, ab Ierem Drexelio a Societate IESU”.

novelas armam-se sobre nada, e os novelos armam-se sobre muito, para tudo ser moeda falsa.⁴⁰⁹

Vieira indignara-se com a perfídia dos “colonos” açorianos que habitavam o Maranhão – e não com os nativos americanos, a quem desejava arrebanhar exclusivamente para a Companhia de Jesus (em ambos os sentidos) –, em razão de que a palavra empenhada ali não tinha quase valor, pois os “maranhenses” pareciam mentir deslavadamente, sobretudo no interesse de proteger seus interesses de ócio e enriquecimento fácil a custo da escravização do indígena, a quem os jesuítas desejavam evangelizar e monopolizar. Entretanto, no intuito de demonstrar a substância e a eficácia de seu argumento, Vieira recorre aos fenômenos naturais da terra maranhense, de modo que até a natureza, tomada como edênica pelos cronistas anteriores ao jesuíta, em seu sermão aparece como traiçoeira, mentirosa, contrário e não símile do paraíso, horto de tormentos e não jardim de delícias. A prodigalidade da terra, na realidade, era mentirosa:

Na Bahia, que é a cabeça desta nossa província do Brasil, acontece algumas vezes o que no Maranhão quase todos os dias. Amanhece o sol muito claro, prometendo um formoso dia, e dentro em uma hora tolda o céu de nuvens, e começa a chover como no mais entranhado inverno. Sucedeu-lhe um caso como este a D. Fradique de Toledo, quando veio a restaurar a Bahia no ano de mil seiscentos e vinte e cinco. E tendo toda a gente da armada em campo para lhe passar mostra, admirado da inconstância do clima, disse: *En el Brasil hasta los cielos mientem*. (...) Mas o que se disse do Brasil por galanteria, se pode afirmar do Maranhão com toda a verdade. É experiência inaudita a que agora direi, e não sei que fé lhe darão os matemáticos que estão mais longe da linha. Quer pesar o sol um piloto nesta cidade onde estamos, e não no porto, onde está surto o seu navio, senão com os pés em terra: toma o astrolábio na mão com toda a quietação e segurança. E que lhe acontece? Coisa prodigiosa! Um dia acha que está o Maranhão em um grau, outro dia em meio, outro dia em dois, outro dia em nenhum. E esta é a causa por que os pilotos que não são práticos nesta costa, areiam, e se têm perdido tantos nelas. De maneira que o sol, que em toda a parte é a regra certa e infalível por onde se medem os tempos, os lugares, as alturas, em chegando à terra do Maranhão, até ele mente. E terra onde até o sol mente, vede que verdade falarão aqueles sobre cujas cabeças e corações ele influi.⁴¹⁰

Contudo, o que scandalizava mais a Vieira não era tanto a natureza, mas a gente. Os colonos açorianos, ou os “forasteiros”, como o jesuíta os chamava, não tinham nenhum

⁴⁰⁹ VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. Tomo 1. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000, pp. 519-520.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 520.

projeto de tornar civilizados os indígenas, muito menos convertê-los ao cristianismo. A sua intenção era que continuassem pagãos, a fim de não pudessem se igualar aos nascidos da metrópole e, assim, terem direito à liberdade e à cidadania portuguesa. Não queriam, pois, a alma dos indígenas; almejavam, sim, os braços e o corpo dos nativos americanos, a fim de que desfrutassem das riquezas da terra sem a necessidade de trabalho, gozando em descanso a prodigalidade da terra. O colono português não vinha, portanto, para instalar uma sociedade produtiva e autônoma em todos os sentidos. A lógica do trabalho escravo já trazia, em seus pressupostos, a necessidade de acúmulo rápido de riquezas, que importava mais que o florescimento de valores sociais positivos e permanentes; entre estes, o da produção de bens e riquezas a partir do esforço dos próprios colonos. Ora, este estado de coisas despertou a indignação do Padre Vieira. Não havia, desta forma, dúvida nem armistício, ao que tudo indica, em suas estocadas contra os colonizadores da capitania maranhense.

Designado ou obrigado a assumir, pelos seus superiores da Companhia de Jesus, a difícilíssima Missão do Maranhão, o padre Antônio Vieira viveu naquela região uma espécie de exílio, impressão para a qual concorre o tom indignado e por vezes imprecatório de muitos dos seus sermões em relação aos colonos e as detenções de que foi vítima em razão de suas idéias. Não seria de espantar, entretanto, o motivo de tal indignação. Longe da metrópole e da Santa Sé, o eminente orador aqui encontrou uma sociedade viciada que, além de preguiçosa, já que não tinha a menor disposição para o trabalho braçal, queria tornar cativo o indígena a quem tanto os jesuítas empenhavam-se em catequizar, civilizar e amealhar para o trabalho em suas fazendas. Além disso, tinham também o hábito da falsidade, da maledicência, da intriga e da mentira.

Longe, deste modo, de ser um período fecundo para a formação das letras locais, a presença de Vieira ao Maranhão, onde escreveu parcela significativa de seus sermões, representou o primeiro momento em que um grande literato – de acordo com as convenções literárias da época, relativamente válidas até hoje –, conseguiu traçar um perfil crítico da sociedade maranhense de então, oferecendo o primeiro quadro de análise sociológica que se tem notícia entre os colonizadores, abrindo uma fissura importante no discurso sobre as excelências da terra e do povo do Maranhão.

O jesuíta conseguiu, deste modo, desenhar o estilo predatório e de pouquíssima civilidade característico dos colonizadores daquele rincão do império luso, uma espécie de Sibéria quente e verdejante para onde eram enviados alguns dos piores indivíduos da metrópole, com frequência “homens de poucas letras e menos zelo das almas; porque, ou vieram para cá degredados, ou, por não terem préstimo com que ganhar a vida em outra parte, e vierem buscar a estas”.⁴¹¹

Para classificar o povo que vivia no Maranhão, o jesuíta utilizou-se de vários recursos, tais como comparações e metáforas de toda ordem, tudo para ajudar a fixar um arrazoado convincente em um todo homogêneo. Assim, não poupará comentários, alusões e ilações ao que considerará uma das mais graves características dos “colonos” aqui fixados: a preguiça. E aponta que, como muitos pecados originam outros, a mentira só poderia gerar a ociosidade, além da inversão de valores inquestionáveis, na tentativa de justificar a si mesma. Como causa provável de todas estas manifestações psicológicas, Vieira faz uso de um determinismo ambiental: o clima. Neste ponto, o jesuíta estabelece uma ruptura com o motivo edênico da temperança do clima, da primavera eterna, que tanto alardearam Silveira e d’Abbeville. O Maranhão, pátria da mentira, era um caldeirão onde ferviam os miolos e amolecia-se o espírito dos homens de bem:

Ora eu me pus a especular a causa por que o clima e o Céu desta terra influi tanta mentira, e parece-me que achei a causa verdadeira e natural. Assim como o Céu com uma virtude influi outra virtude, assim o clima, que também se chama Céu, com um vício influi outro vício. (...)

(...) Se o clima influi soberba, nasce a inveja: se influi gula, nasce a luxúria: se influi cobiça, nasce a avareza: se influi ira, nasce a vingança. E para nascer a mentira, que é o que influi? Ociosidade. Onde o clima influi ócio, dá a mentira a perder. (...) Estes são os dois vícios do Maranhão, estas as duas influências deste clima, ócio e mentira. (...) Não há terra no mundo que mais incline ao ócio, ou à preguiça, como vós dizeis: e esta é a semente de que nasce tão má erva. (...) Falta a verdade, porque sobeja a ociosidade. Dai-me vós homens ociosos, que eu vo-los darei mentirosos.

(...) Quem trabalha, trata da sua vida; que está ocioso, trata das alheias. Quem trabalha, cuida no que faz, fala verdade, porque diz as coisas como são. O ocioso, como não tem que fazer, mente; porque diz o que imagina.

Esta é a razão por que a mentira é filha primogênita do ócio: vede como se forma dentro em vós mesmos este monstruoso parto. Quem está ocioso, não tem

⁴¹¹ VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil (1626-1697): Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã-Pará*. Org. de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003, p. 432.

mais que fazer que pôr-se a imaginar: da ociosidade nasce a imaginação, da imaginação a suspeita, da suspeita a mentira.⁴¹²

Com efeito, tudo incomodava ao jesuíta nesta terra. Para Vieira, a presença de muito sol, muito calor, influía decerto no sentido de quebrar os laços sociais de solidariedade e senso comunitário, o que mais uma vez gerava preguiça e, conseqüentemente, o ócio. O clima, pois, para Vieira, oferecia um cabedal amplo de figuras e tropos para uma aguda e penetrante visão do homem colonial daquela capitania de São Luís, quiçá protótipo do homem oitocentista maranhense. Não à toa, aproveita para dizer que, no Maranhão, até os céus mentem. Seguindo de perto as ilações do jesuíta, era como se o homem maranhense, em sua visão, nascido e criado naquela província, estivesse destinado a ser um indivíduo pouco ou nada industrioso, preferindo atividades que lhe impusessem o menor trabalho e esforço físico possíveis, de onde se infere o desejo do colono açoriano de não trabalhar a terra e do nativo americano se encontrar em estado praticamente selvagem, limitando-se à caça, à pesca e à coleta. A terra, apesar de pródiga em sua natureza, era ingrata à virtude. A mentira, no entanto, era pródiga para imaginação, e a imaginação é prodigiosa para a criatividade e a ficção.

Neste sentido, o contraponto estabelecido por Antônio Vieira é vital para a compreensão evolutiva do tecido textual e discursivo da utopia maranhense. Utilizado como alegoria, o contraponto é a arte da composição através da polifonia, ou ainda a própria polifonia que, deste modo, como técnica musical para duas ou mais vozes ou instrumentos, em que as vozes podem trocar de posição sem infringir as regras da harmonia, é o tropo perfeito que atende ao interesse de unidade teleológica. Ou seja, a ruptura discursiva de Vieira não é, necessariamente, tomada como uma negação das excelências da terra e da gente ao longo da longa *démarche* da formação da identidade maranhense, mas apenas um momento de desvio para que, através de um *duo ternissimo*, a voz do jesuíta contribua para a ideação de outra harmonia, em que a mentira é ressignificada não como ausência de verdade, mas como arte fabulatória, como invenção, como capacidade de ficcionalizar eventos reais e reali-

⁴¹² VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. Tomo 1. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000, pp. 521-522.

zar acontecimentos fictícios. Em sentido mais estrito, a mentira como substrato do gênio inventivo, que confere aos maranhenses dotes literários e artísticos, através da imaginação.

De toda forma, a presença de Vieira possui um amplo espectro simbólico para a constituição da identidade maranhense, além de um especial significado na posterior invenção do mito da “Atenas Brasileira”, já que a passagem do jesuíta pelo Maranhão é também significada como índice de um futuro glorioso na literatura.⁴¹³ Entretanto, esta *invenção* em torno do nome de Vieira descuida do próprio fato de que o padre jesuíta era, antes de qualquer coisa, um agente da coroa lusa e da fé católica; portanto, também representante do Papa, e dos desígnios clericais. Ora, tal como muitos dos nomes incrustados na história da literatura colonial, Vieira não foi produtor nem de poemas, epopéias, romances, ou nada que possa ser considerado como peça de valor eminentemente estético, ou exclusivamente literário, muito e apesar mesmo de sua poderosa e elegante escrita, mas que era rigorosamente o que era: sermonística. Se a sermonística confinou durante muito tempo – até o século 19 – entre os gêneros prosa literária, considerada, por isso mesmo, literatura, nos dias correntes toma-se, entretanto, a literatura em um conceito restrito, como domínio estético da palavra.⁴¹⁴

Deste modo, a inclusão da obra de Vieira na série literária constitui um problema, pois a sua finalidade era exclusivamente utilitária e edificante, bem diversa da literatura: convencer o gentio maranhense – o indígena – e vigiar a fé católica nas províncias da colônia portuguesa americana. Logo, interpretar a presença de Vieira como um sinal do futuro promissor das letras, no Maranhão, parece mesmo o fruto de uma utopia, a fim de dar validade ao discurso da inteligência local, com a finalidade de tornar legítimas as aspirações de uma aristocracia maranhense à civilização européia. A permanência do jesuíta, neste sentido, sinalizaria um futuro pródigo nas letras, consoante com a prodigalidade da terra e do povo do Maranhão, ainda que a estada do jesuíta entre os maranhenses tenha sido atribulada e relativamente curta, e sua principal função fora defender os interesses de Portugal con-

⁴¹³ BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Assis: UNESP, 2000, p. 42.

⁴¹⁴ JOBIM, José Luís (org.) ET AL. *Introdução aos termos literários*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, pp. 60-61.

tra os holandeses e os interesses da Companhia de Jesus contra os dos colonos açorianos em disputa pelo trabalho escravo indígena.

A presença de Vieira, como índice das “letras” coloniais, deve ser encarada, portanto, como um *topoi* da historiografia local, cuja funcionalidade está a serviço da “invenção”⁴¹⁵ de uma tradição, a fim de reforçar o *telos*, o *vir-a-ser* da “Atenas Brasileira”. Neste caso, a história, com a passagem do eminente sermônista pelo Maranhão, é utilizada como instância legitimadora do discurso sobre a natureza do povo e da terra, em nível ritualístico e simbólico, assim como Silveira e d’Abbeville, com a finalidade explícita de fixar valores ideológicos e padrões de comportamento através da repetição de sintagmas extraídos diretamente das fontes documentais que discorrem sobre as primazias locais, ainda que às avessas e em contraponto, como no caso de Vieira. A história, apropriada como um vislumbre profético, como uma antecipação do futuro, é o elemento de coesão social, que estabelece a invenção da tradição em torno dos escritores, cronistas e viajantes quinhentistas e seiscentistas, estabelecendo, portanto, as regras de admissão ou pertencimento à comunidade espiritual e física do Maranhão, clamando pela sua consecução na realidade humana, geográfica e ambiental, através da socialização e inculcação de um sistema de valores, idéias, noções e normas comportamentais que estabelecem, em decorrência de tudo isto, o próprio *telos* da tradição. O testemunho da história, plasmado na forma das fontes – cartas, crônicas, relatos de viagem, sermões –, torna-se, deste modo, uma parte intrínseca do cabedal de conhecimento, do *habitus*⁴¹⁶ constitutivo da identidade local, da ideologia de uma pátria, de uma nação, enquanto local de nascimento. A explicação para o êxito desta inculcação, através da

⁴¹⁵ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (organizadores). *A invenção das tradições*. 2ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 9-23.

⁴¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 204-205. Conforme Bourdieu, a noção de *habitus* significa engenhosidade, disposições, competências, habilidades, talento. É um cabedal, portanto, de habilidades e aptidões que pode funcionar como capital simbólico, ou seja, as competências que funcionam como moeda de troca, necessárias à entrada na disputa pelo poder de um determinado campo (político, econômico, religioso, artístico, literário). “A noção de *habitus*, por exemplo, exprime antes de tudo a recusa de toda uma série de alternativas nas quais a ciência social encerrou-se, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanismo etc.” O conceito de *habitus*, deste modo, permite “romper com o paradigma estruturalista sem recair na velha filosofia do sujeito e da consciência, a da economia clássica e de seu *homo economicus* que volta hoje sob o nome de ‘individualismo metodológico’...” É originário da noção aristotélica de *hexis*, convertida depois pela tradição escolástica em *habitus*. *Idem, ibidem*. Ver também em BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, pp. 183-202; 337-361.

imposição pela repetição, em um longo processo de formalização e ritualização, é, obviamente, o trabalho cuidadoso de seleção, descrição, escritura, popularização e institucionalização de uma versão do passado, que é necessariamente resultado do ofício do historiador que, ao realizar a prospecção das fontes, extrai delas os sintagmas que permitem a tradição inventada.⁴¹⁷ Como um dos mais eminentes construtores da representação de Vieira na cultura maranhense, João Francisco Lisboa dá a dimensão do processo de seleção das fontes, ao fim do comentário sobre o famoso *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma* em sua célebre biografia do jesuíta português, após uma série de citações dos trechos mais conhecidos do texto:

Com estas transcrições, não o desconhecemos, tornamos lenta e pesada a marcha da narração, e empecemos talvez ao movimento e vivacidade que cumpria dar-lhe; mas se a preteríssemos, seria isso parte para que por um lado continuasse a ficar menos perfeitamente conhecido esse insigne Antônio Vieira, que como escritor e orador tanto deve viver hoje pelos seus escritos, como outrora viveu pelas suas palavras e façanhas: - e por outro, continuassem a fazer ocultas e ignoradas na poeira de algumas raras bibliotecas essas famosas passagens, tão picantes e tão cheias de originalidade, que servem não menos a caracterizar o autor que a época em que floresceu; e que talvez não exagerem quando argüem nos nossos maiores os vícios da mentira e da maledicência, ainda hoje, segundo o conceito de alguns, tão dominantes entre os seus dignos descendentes.⁴¹⁸

É o que podemos ver, em fins do século 19, quando encontramos a identidade cultural maranhense ainda sendo definida pelos escritores locais:

O célebre e erudito jesuíta Padre Antônio Vieira, sempre em luta no Maranhão, pregando na quinta domingo de 1654 na igreja do seu colégio, tomando do Evangelho um texto apropriado ao seu intento, recitou sobre a verdade e a mentira um longo discurso, ou antes sátira mordaz e pungente contra nossos antepassados, seus ardentes antagonistas.

Para aqui trasladamos o que ele disse sobre o título do presente artigo por vir de alguma sorte confirmar o derivar-se este nome de maranhas ou mentiras, como explicou o seu companheiro Manuel Rodrigues na obra já citada.

Disse o Padre Antônio Vieira que se as letras do abecedário se houvessem de repartir pelas várias províncias de Portugal, não haveria dúvida que o M pertenceria de direito à nossa Província, porque M *Maranhão*, M *murmurar*, M *mo-tejar*, M *maldizer*, M *malsinar*, M *mexericar*, é sobretudo M, mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos. Que no Maranhão até o

⁴¹⁷ HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *Op. cit.*, pp. cit.

⁴¹⁸ LISBOA, João Francisco. *Vida do padre Antônio Vieira*. Clássicos Jackson. Volume XIX. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1970, p. 311.

sol era mentiroso, porque amanhecendo muito claro, e prometendo um formoso dia, de repente e dentro em uma hora se toldava de nuvens, e começava a chover como no mais entranhado inverno, e daí que não era para admirar que mentissem os habitantes como o céu, que sobre eles influía.⁴¹⁹

Ou já no século XX, quando estava por fim consolidada no imaginário, através de repetição e inculcação, transformada agora em tradição popular:

Uma das coisas mais afamadas de S. Luís é o seu delicioso mexerico.

Mexericar é uma das artes seculares da terra das palmeiras. Mas, esse “mexerico” sanluisense não é daqueles “tipo antigo”, quase calúnia, quase difamação e calúnia que, também, por ali já existiram antanho, quando o *pasquim* era uma das armas mais terríveis da época. Arma cruel de uso e abuso político. Não é disso que se trata aqui. Mas, do *mexerico*, daqueles intriguinhas tão miúdas como “piunga”, (piolho-de-galinha) que dá aborrecimentos mas não leva ao desespero.

O *mexerico* é tão inofensivo em si como uma coceira inocente.

É feito, aliás, com muito engenho e arte. É certo que para o Padre Vieira, que foi sempre inveterado maldizente dos homens e das coisas maranhenses, no Maranhão até o sol mentia, e as calúnias surgiam do ar, sem que se pudesse verificar de onde vinham elas, e onde se ocultavam os caluniadores. Erguiam-se por si mesmas; procediam até do “M” grande de Maranhão, que traduzia *m* de mentira, sendo Maranhão um derivado de maranhas...⁴²⁰

Para se entender, portanto, a presença do jesuíta no sistema discursivo que vai justificar a construção e a invenção da “Atenas”, é preciso extraí-la do interior dos termos e pressupostos em que fora inscrita. O fato é que, na discursividade encontrada em torno do nome de Vieira no Maranhão, pouco importa fatos cruciais; não interessa se o jesuíta é português, tendo seguido após menos de uma década para a Bahia, ou que sua sermonística não possua estatuto literário. Interessa a sua presença *per si*, que ele esteve durante algum tempo em terras maranhenses, como selo inaugural do porvir, pregando os seus sermões na distante e atrasada São Luís do século XVII, em uma terra que não reunia condições, portanto, para a instalação da vida culta e letrada, nem nos padrões europeus da época e ainda menos nos parcos índices de cultura humanística que Portugal ainda apresentava em pleno curso da Contra-Reforma:

⁴¹⁹ MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia de Frias, 1870. (Reedição fac-similar do Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970), p. 438. (grifos do autor)

⁴²⁰ SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1965, pp. 159-160. (grifos do autor)

Esta modesta recensão do período colonial maranhense não poderia omitir uma referência especial ao Pe. Antônio Vieira, cujo verbo fulgurante dominou toda a oratória sacra do século XVII e se fez ouvir dos púlpitos maranhenses em pregações que ficaram célebres, qual o “Sermão de Santo Antônio”, pregado em São Luís no ano de 1954 e que ficou conhecido como o “Sermão aos peixes”.

... o Pe. Antônio Vieira é uma figura exponencial que marcou com o brilho invulgar de sua presença uma época inteira.⁴²¹

Se até aqui descrevemos o surgimento de uma tradição inventada sobre o Maranhão, a respeito do roteiro do paraíso edênico, a prodigalidade da terra e da gente, estabelecendo também um contraponto ao discurso que decanta as excelências de ambos, resta agora irmos ao enalço do surgimento histórico da *cidade letrada*, ou, melhor dizendo, como surgiu o discurso que pensa a cidade de São Luís, e por extensão o Maranhão, como terra propícia para o cultivo das letras, em que medida isto se tornou realidade e quais os mecanismos sociais que o permitiram. Em suma, é necessário que estabeleçamos, com mais pormenor e menos alegoria, qual era o perfil da sociedade maranhense, quais características possuíam seus habitantes, sua elite, como ocorreu o processo de transculturação que permitiu a fundação de uma sociedade “letrada”, como e onde se educavam, como criaram e fixaram alguns de seus mitos locais, e quais as condições que permitiram a emergência de um grupo eminente de letrados em um ambiente social inculto, repleto de iletrados, escravos, preconceitos e patente lusitanismo.

Passemos, portanto, ao cotejo destas categorias: *a cidade letrada e o literato*.

2.1.2. A transculturação e a fundação da cidade letrada na América portuguesa

A CIDADE LETRADA é um conceito que procura explicar a participação de grupos de letrados na construção e consolidação da sociedade latino-americana desde a conquista ibérica até o início do século XX, estabelecendo por igual as relações e os vínculos que mantinham com o campo do poder. A tese central do conceito é que este grupo de letrados desempenhou um

⁴²¹ MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense: uma abordagem contextual que leva em conta os fatores políticos, sociais e econômicos*. 2ª. edição. São Luís: Edições SIOGE, 1977, p. 27.

papel fundamental na fundação e organização das cidades americanas, inclusive no caso brasileiro. Conforme Rama, é necessário estudar e compreender a singularidade das cidades da América, cujas características estão em direta oposição ao conceito de cidade orgânica e medieval européia, sendo uma delas a principal: a *ordem*. A imposição de planejamento e *ordem*, a fim de impedir a manifestação da *desordem* no futuro, encontra seu símbolo máximo na construção de Brasília, utopia americana da cidade perfeita, representação simbólica do poder e da “ordenação” anterior à edificação da cidade.⁴²²

Com efeito, desde o início da cultura letrada no continente americano, a cidade ocupou um papel de grande importância na construção do conceito de cultura e civilização, uma vez que a ela foi atribuída a dupla função de dominar e civilizar o seu entorno selvagem,⁴²³ quando não substituir o estrato de uma civilização anterior, como sucedeu com as sociedades pré-colombianas. No entanto, há que se distinguir o processo de colonização da América espanhola e da portuguesa.

A colonização lusitana, ao contrário da espanhola, caracterizou-se, durante muito tempo, pela ausência do empenho em garantir a supremacia militar, econômica e política da metrópole em relação às enormes extensões de terras conquistadas, principalmente no que se referia à fundação de centros de povoamento, com estabilidade e ordenamento, logo após a sua chegada.⁴²⁴ Pode-se observar este “desleixo” dos portugueses pelo avultado volume de invasões de estrangeiros em possessões da coroa de Portugal, às quais não escaparam praticamente nenhuma capitania ou feitoria lusitana no vastíssimo território brasileiro. Ao contrário dos portugueses, no entanto, os espanhóis demonstraram logo uma maior preocupação e cuidado em fazer povoar os territórios conquistados, o que observável através do modo como fundaram as suas cidades ao longo do continente americano:

...o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõe-lhes antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular não nasce, aqui, nem ao menos de uma idéia religiosa, como a que

⁴²² RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp. 23 e 29.

⁴²³ *Idem, ibidem*, pp. 37-38.

⁴²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 95-96.

inspirou a construção das cidades do Lácio e mais tarde a das colônias romanas, de acordo com rito etrusco; foi simplesmente um triunfo da aspiração de *ordenar* e *dominar* o mundo conquistado. O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação. E não é por acaso que ele impera decididamente em todas essas cidades espanholas, as primeiras cidades “abstratas” que edificaram europeus em nosso continente.⁴²⁵

Este zelo reflete-se, por extensão, na forma como os espanhóis escolhiam as condições necessárias para o estabelecimento de suas cidades, quais sejam: uma região salutar, com abundância de homens velhos e moços, bem dispostos e saudáveis; um sítio repleto de animais robustos, farto em frutos e víveres essenciais à alimentação e à sobrevivência; um lugar livre de ameaças à vida, animais e coisas venenosas; uma localidade de clima ameno e temperado, com um céu limpo, ar puro e benigno.⁴²⁶ Ou seja, os espanhóis consideram em primeiro lugar as condições de salubridade para a instalação aprazível dos colonos, de preferência que reproduzissem ao máximo possível o estilo de vida europeu, sobretudo no que tange o clima, entre outras exigências:

Se fosse na marinha, era preciso ter em consideração o abrigo, a profundidade, e a capacidade de defesa do porto e, quando possível, que o mar não batesse da parte do sul ou do poente. Para as povoações de terra dentro, não se escolhessem lugares demasiado altos, expostos aos ventos e de acesso difícil; nem muito baixos, que costumam ser enfermijos, mas sim os que se achassem a altura mediana, descobertos para os ventos de norte e sul. Se houvesse serras, que fosse pela banda do levante e do poente. Caso recaísse a escolha sobre localidade à beira de um rio, ficasse ela de modo que, ao sair o sol, desse primeiro na povoação e só depois nas águas.⁴²⁷

De qualquer modo, percebe-se no estilo espanhol um desejo bem mais arraigado de ordenamento do mundo conquistado do que entre os lusitanos. A construção das cidades exprimia, desde a sua fundação, entre os espanhóis, este desejo precípua. Não eram construídas ao acaso, ao sabor dos acidentes topográficos e dos ditames da paisagem. Seguiram antes um traçado metódico, cuja construção e povoação sempre começaria pelo centro, a *praça maior*. A praça, entre os espanhóis, constituía uma unidade de medida e referência

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, p. 96. Grifos meus.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 96-97.

⁴²⁷ *Idem, ibidem*, p. 97.

para a fundação das cidades, pois tudo devia a ela afluir e dela partir, como base para o traçado das ruas e para a disposição das edificações, sobretudo as religiosas e estatais.⁴²⁸

As cidades da América espanhola surgem, portanto, como cidades ideais, regidas e guiadas por uma *razão ordenadora*,⁴²⁹ plasmada através de uma ordem social organizada através de fortes valores hierárquicos que são depois transpostos para uma “ordem distributiva geométrica”.⁴³⁰ As cidades castelhanas constituem, deste modo, um sistema idealizado, onde a palavra chave é *ordem*, a fim de que, através do poder, a cidade nasça e se desenvolva regida por um princípio claramente racional e ordenador. O processo de colonização da América espanhola traz consigo a noção de *concerto*, de pôr em bom estado ou boa disposição, de colocação das coisas no lugar correspondente, de arrumar, corrigir, arranjar, ordenar. Com isto, a transladação da ordem social ocorre antes do ordenamento físico, uma vez que a fundação das cidades implica em um desenho urbanístico anterior à fundação, no qual está previsto um futuro, uma perspectiva do desenvolvimento. O esquema habitual adotado era o do tabuleiro de dama, onde tudo, inclusos os habitantes, de acordo com as instruções que emanavam dos interesses metropolitanos, devia ser disposto com concerto e teria que seguir o princípio da anterioridade, a fim de evitar o capricho, o desleixo, a desordem:

Vistas as coisas que para os assentamentos dos lugares são necessárias, e escolhido o lugar mais proveitoso e em que abundem as coisas que para o povo são necessárias, tereis de repartir os solares do lugar para fazer as casas, e deverão ser repartidos conforme as qualidades das pessoas e serão inicialmente dados por *ordem*: de maneira que feitos os solares, o povo *ordenado*, tanto no lugar que se deixe na praça, como o lugar que tenha a igreja, como na *ordem* que tiveram as ruas; porque os lugares que, de novo se fazem, dando a *ordem* no começo sem nenhum trabalho nem custo ficam *ordenados* e os outros jamais se *ordenam*.⁴³¹

No entanto, entre os portugueses a *ordem* que presidiu a construção e fundação das cidades não era a do “ladrihador”, executadas com trabalho e critério, mas a do “semea-

⁴²⁸ *Idem, ibidem.*

⁴²⁹ RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 26.

⁴³⁰ *Idem, ibidem.*

⁴³¹ *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y colonización*, Madri, 1864-1884, citado por RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 27. (grifos do autor)

dor”, com desleixo e liberdade.⁴³² Os lusitanos não se preocupavam com um ordenamento anterior à paisagem, à existência física da cidade, tampouco com a prévia transladação da ordem social ao desenho da cidade, deixando-se levar pelo quadro disponível e oferecido previamente pela paisagem natural ou simplesmente pelo capricho:

A fantasia com que em nossas cidades, comparadas às da América espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida um reflexo de tais circunstâncias. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar.

(...)

... o traço geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa de Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas.

(...)

...o admirável observador que foi Vilhena podia lamentar-se, em começo do século passado, de que, ao edificarem a cidade do Salvador, tivessem os portugueses escolhido uma colina escarpada “cheia de tantas quebras e ladeiras”, quando ali, a pouca distância, tinham um sítio “talvez dos melhores que haja no mundo para fundar uma cidade, a mais forte, a mais deliciosa e livre de mil incômodos a que está sujeita esta no sítio em que se acha”.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...”⁴³³

Contudo, se no começo da colonização uma das funções exercidas pelos aglomerados urbanos fundados pelo colonizador europeu era a de “evangelizar” o americano nativo, em paralelo com a atividade de exploração das riquezas do novo continente, inculcando-lhe a cultura cristã e européia, em outro momento coube à cidade colonial a tarefa de “educar” o americano, e não somente o aborígine, tornando-o equiparável, em formação e funcionalidade civil, ao europeu que vinha extrair riquezas para a metrópole.⁴³⁴ Isto resultou, é claro, em um longo processo de transculturação.

⁴³² HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, p. 116.

⁴³³ *Idem, ibidem*, pp. 109-110.

⁴³⁴ RAMA, Angel. *Op. cit.*, pp. 38-39.

O processo de transculturação no Novo Mundo, contudo, foi resultado paulatino e progressivo da necessidade de administrar as riquezas a ser enviadas à sede da corte europeia. As cidades, inicialmente apenas simples entrepostos de mercadorias, foram crescendo com a exigência de aumentar a estrutura administrativa da coroa no local de exploração, passando a sede de delegação de poderes, tais como Vice-reis, governadores, arcebispados. No caso espanhol, em consequência, surgiu a necessidade de fundação de faculdades e universidades, escolas, bibliotecas, imprensa e gráficas, garantindo assim, ainda que controladas pelo *index* inquisitorial, a circulação de idéias e de cultura letrada e a formação de um grupo de letrados capaz de assumir as funções delegadas.⁴³⁵

Era patente, portanto, que as cidades de colonização espanhola não estavam destinadas, mesmo em seu começo, a ser simples feitorias comerciais, como sucedia com o caso lusitano. Os castelhanos expressavam o desejo cultural e explícito de tornar as terras conquistadas uma extensão orgânica e análoga de seu próprio país de origem, e para isso não mediram esforços que os portugueses procuraram reprimir, chegando a organizar a sociedade a partir de suas mais elevadas estruturas e instituições, começando a edificação de suas cidades, em alguns casos, literalmente pelo teto, para somente depois lançarem-se aos fundamentos e às bases do corpo social. Um sintoma deste afã é a fundação de universidades logo no princípio do empreendimento colonial:

Já em 1538, cria-se a Universidade de São Domingos. A de São Marcos, em Lima, com os privilégios, isenções e limitações da de Salamanca, é fundada por cédula real de 1551, vinte anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Francisco Pizarro. Também de 1551 é a da Cidade do México, que em 1553 inaugura seus cursos. Outros institutos de ensino superior nascem ainda no século XVI e nos dois seguintes, de modo que, ao encerrar-se o período colonial, tinham sido instaladas nas diversas possessões de Castela nada menos que 23 universidades, seis das quais de primeira categoria (sem incluir as do México e Lima). Por esses estabelecimentos passaram, ainda durante a dominação espanhola, dezenas de milhares de filhos da América que puderam, assim, completar seus estudos sem precisar transpor o oceano.⁴³⁶

No caso da colônia portuguesa na América, em decorrência da escassa população lusitana, houve resistência à instalação de tal aparato administrativo, uma vez que se queria

⁴³⁵ *Idem, ibidem*, p. 41.

⁴³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, p. 98.

assegurar a posse colonial evitando especialmente, com a instituição do trabalho escravo e da atividade agrícola em monocultura, o nascimento de uma economia de base que permitisse a autonomia dos colonos.⁴³⁷ Além disso, o trabalho livre e a possibilidade de ampliar o leque de atividades econômicas coloniais decerto conduziriam à reivindicação da autonomia política, como de fato aconteceu com os Estados Unidos e mais tarde com as colônias espanholas e o Brasil, em especial no caso brasileiro, por conta da transferência da família real portuguesa em 1808. Por esta razão impediu-se, com a adoção de entraves de todas as ordens, de várias medidas restritivas e coercitivas, a livre circulação de idéias e o florescimento da cultura intelectual durante quase todo o período colonial, excetuado o período de permanência de D. João VI e sua corte entre nós. Deste modo, a proibição expressa da imprensa, de gráficas, faculdades, bibliotecas, impossibilitou o surgimento do sentimento de nativismo e o desejo de autonomia política dele decorrente. O surgimento de uma poderosa classe de letrados, no caso brasileiro, esteve subordinado às condições impostas pelos ditames da prudência e tacañice lusitana, que não desejava assim perder os excedentes gerados pela exploração da colônia. A política que restritiva de acesso às idéias e à formação intelectual forçou então, no caso dos filhos das famílias mais abastadas, à transposição do oceano. Isto está em franca oposição à prática adotada pelos castelhanos, que no lugar de alijar os colonos da cultura intelectual, adotou ao contrário políticas bem claras e liberais de incentivo, que não encontram parâmetros ou paralelos na América portuguesa:

O desaparecimento de vários arquivos universitários, como os de Lima e Chuquisaca, é uma das razões da falta de dados precisos sobre o número de estudantes diplomados por esses estabelecimentos. Contudo, não seria exagerada a estimativa feita por um historiador, que avalia em cerca de 150 mil o total para toda a América espanhola. Só da Universidade do México sabe-se com segurança que, no período entre 1775 e a independência, saíram 7850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. É interessante confrontar esse número com o dos naturais do Brasil graduados durante o mesmo período (1775-1821) em Coimbra, que foi dez vezes menor, ou exatamente 720.⁴³⁸

⁴³⁷ RODRIGUES, Maria Regina Nina. *Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo – política e educação*. São Luís: Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão; Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, 1993, p. 32.

⁴³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. *Op. cit.*, p. 119.

Outro fator que imergiu a América portuguesa na mais completa ignorância e atraso, em contraste com o liberalismo espanhol, é o caso da imprensa. Enquanto em todas as principais cidades da América espanhola havia estabelecimentos tipográficos ao redor de 1747, no Brasil, neste mesmo ano, a primeira gráfica fundada no Rio de Janeiro é fechada em seguida à sua abertura, por ordem exarada através da carta régia de 5 de julho do mesmo ano, em que se determinou a apreensão e seqüestro das “letras de imprensa” e sua imediata devolução à metrópole, com a alegação de que não era conveniente a impressão de papéis no Estado do Brasil em razão de que os custos do ofício dos impressores eram mais elevados que no Reino de Portugal, onde os livros e papéis podiam ser impressos ao mesmo tempo em que saíam as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino.⁴³⁹ Este procedimento nasce, evidentemente, do grande temor que os portugueses tinham de que as luzes do conhecimento e da cultura intelectual pudessem afetar os colonos em projetos de afirmação nativista, autonomia política e econômica, além de motivá-los a insubordinações e sedições. Obviamente que, após a conjuração mineira, a metrópole portuguesa, antes até tolerante com algumas atividades intelectuais, como as incipientes, esporádicas e fugazes tentativas de academias de letras e ciências que tivemos no período colonial, terá uma reação violenta e intolerante com a vida intelectual e letrada, sobretudo após os autos da devassa dos inconfidentes.

O contraste torna-se ainda maior quando se compara a política adotada pelas duas coroas em relação aos livros. Se desde 1535 imprimiam-se correntemente livros na Cidade do México, inclusive com a representação de agentes de importantes mestres impressores europeus e suas respectivas oficinas, e em 1584 a arte tipográfica era introduzida em Lima, capital do Peru,⁴⁴⁰ o Brasil quinhentista, por outro lado, foi extremamente pobre em livros, artigos com efeito raros ou, quando muito, escassos. Ao longo do período colonial, as dificuldades em obter livros no Brasil eram gigantescas, e somente aqueles melhor aquinhoados, ou com autorização específica para o exercício de seus ofícios, conseguiam efetivamente compor uma biblioteca. O que se sabe, no entanto, é que foram os jesuítas os intro-

⁴³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 119-120. Ver também em HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, revista e atualizada pelo autor. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985, pp. 19-20.

⁴⁴⁰ *Idem, ibidem*.

dutores do livro no país, que de tão escassos tinham que copiá-los à mão, a fim de que seus alunos e discípulos os estudassem.⁴⁴¹ Deste modo, o início da cultura letrada no Brasil esteve associado à ação missionária dos jesuítas, ao ato de “evangelizar” o gentio, o aborígene americano. Por esta razão, os primeiros livros entre nós eram manuais de confissão, catecismos, sumas da doutrina cristã, e o *Flos sanctorum*, hagiografia muito procurada até o século XVIII.⁴⁴²

Contudo, a atividade tipográfica estava expressamente proibida entre nós, e mesmo os livros impressos que para cá vinham eram fortemente controlados pelo índice inquisitorial. O que não quer dizer que apenas livros de ortodoxia católica circulavam entre os colonos, pois várias obras proibidas pelo tribunal da Inquisição eram correntemente lidas e apreciadas.⁴⁴³ Durante o século XVII, porém, os livros continuaram sendo predominantemente religiosos, e as bibliotecas ainda eram raras e tinham um acervo composto quase somente por obras devocionais, como catecismos, resumos de história santa, manuais para os sacramentos e a liturgia, diretivas, livros de orações e novenas, embora a Bíblia fosse praticamente ignorada entre os praticantes da devoção,⁴⁴⁴ já que escrita em latim. Poucos títulos de literatura profana freqüentavam as estantes das bibliotecas particulares de então. Somente a partir do século XVIII é que ocorre uma significativa mudança na composição do acervo das bibliotecas, pois a necessidade e exigência de pessoas de educação mais esmerada, graduadas para o exercício de cargos administrativos na colônia, elevou os padrões de leitura. As obras devocionais e religiosas mantêm o seu predomínio sobre as profanas, entretanto conhece-se um maior número de títulos de ciências e saberes laicos, sobretudo em livrarias pertencentes aos funcionários mais graduados da administração e até mesmo entre padres. Os fatores que propiciaram uma maior difusão do livro no período colonial estão diretamente relacionados à constituição de uma civilização urbana decorrente da exploração de

⁴⁴¹ VILLALTA, Luiz Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Organização de Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Vol. I, p. 360.

⁴⁴² *Idem, ibidem*.

⁴⁴³ *Idem, ibidem*. Além dos livros de sorte, circulavam no Nordeste algumas obras de grande sucesso editorial, como *Diana*, de Jorge Montemor, as *Metamorfoses*, de Ovídio, a *Eufrasina*, a *Ropica Pnefma*, de João de Barros, e algumas livrarias particulares possuíam o texto integral de clássicos como Aristóteles e até de Maquiavel.

⁴⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 361.

metais e pedras preciosos, dando vazão, portanto, a manifestações literárias e a um círculo social mais ilustrado. É o que aconteceu em Minas Gerais, mais particularmente, onde a propriedade de livros tornou-se mais comum que em outras capitanias.⁴⁴⁵

No entanto, a situação do livro e da atividade tipográfica na América portuguesa somente conhecerá uma profunda e radical transformação no século 19, quando a imprensa é de fato introduzida no Brasil com a chegada da família real portuguesa. Contudo, o número de obras impressas apenas na Cidade do México, às entradas do século 19, somavam quase 9 mil títulos, e até 1821, ano da independência do México, foram publicadas mais 2.673 obras, perfazendo um total de 11.652 livros saídos das oficinas mexicanas durante o período colonial.⁴⁴⁶ A atividade editorial na América portuguesa estava apenas no seu alvorecer, tornando-se consistente somente a partir da independência, enquanto a vida intelectual no resto da América já estava consolidada.

Contudo, no tocante à difusão da cultura letrada, é necessário pontuar que o caso lusitano distingue-se do espanhol, além do maior liberalismo deste último, sobretudo em função de que o contato dos portugueses se deu com povos bem mais primitivos, enquanto os espanhóis tiveram um encontro com civilizações aborígenes avançadas, que já haviam construído uma infra-estrutura urbana,⁴⁴⁷ permitindo ao colonizador hispânico avançar com mais eficácia para o interior das colônias em busca de riquezas a ser exploradas. Outro fator significativo para a diferença entre o processo de colonização lusitano e o espanhol é o fato de que os portugueses não encontraram, de imediato, um conjunto expressivo de artigos com grande valor de uso e troca e fácil penetração no mercado europeu – ouro e prata, por exemplo, logo de início abundantes nas colônias espanholas –, que justificasse um processo de colonização em bases urbanas mais estruturadas e prósperas.⁴⁴⁸

Em conseqüência disso, somente após o início da exploração da monocultura de cana-de-açúcar no Brasil, a partir da segunda metade do século XVI, é que se tornou possível o surgimento de algumas aglomerações urbanas importantes para a economia colonial e para o surgimento da cultura letrada, em especial no século XVIII, quando são descobertas as

⁴⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 361-362.

⁴⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, p. 120.

⁴⁴⁷ SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 99.

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 96-98.

minas de pedras e metais preciosos que permitem o avanço da colonização em direção ao interior da colônia, lançando assim as bases para a fundação de alguns núcleos urbanos que possibilitaram o florescimento de um “grupo social especializado”⁴⁴⁹ com a finalidade de assumir os encargos atribuídos pelo centro metropolitano e controlar a produção do excedente de riquezas que tinham como destino final os cofres da corte européia. Foi o que sucedeu primeiramente com as Minas Gerais, o que não impediu que outros núcleos urbanos, com perfil semelhante, se desenvolvesse mais ao norte da colônia, como foi o caso de Belém, São Luís, Recife e Salvador. Contudo, somente em período posterior, quando as riquezas do ciclo de mineração estavam esgotadas e houve a necessidade de estimular o surgimento de outras atividades.

Não obstante, o surgimento dos grupos de letrados esteve desde o início, em nível ideológico, sobreposto a uma função compatível com a classe sacerdotal,⁴⁵⁰ quando aquele não era esta, uma vez que a equipe intelectual da administração colonial assumia, em paralelo com a função administrativa, a “missão” de evangelizar e educar os aborígenes americanos, ensinando-lhes através da cultura letrada os fundamentos do cristianismo e, por outro lado, mantendo os colonos europeus obedientes aos princípios e valores da fé cristã. No entanto, surgiu analogamente um tipo de educação aristocrática – que no caso da Companhia de Jesus esteve ora voltada para a formação dos filhos ociosos da elite agrária do período colonial, ora para a geração dos quadros religiosos da própria ordem –, que acabou se transformando, de simples e aparente preocupação com a obra de catequese, em educação acadêmica e livresca, alheia e distante da realidade social, centrada no cultivo do trabalho intelectual e da ornamentação erudita:

O privilégio do trabalho intelectual, (...), “em detrimento do manual” afastava os alunos dos assuntos e problemas relativos à realidade imediata, distinguia-os da maioria da população que era escrava e iletrada e alimentava a idéia de que o mundo civilizado estava “lá fora” e servia de “modelo”. Os “letrados” acabavam por rejeitar, não apenas esta maioria e exercer sobre ela uma eficiente dominação, mas também a própria realidade colonial, contribuindo para a manutenção deste traço de dominação externa e não para a sua superação.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 41.

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem.*

⁴⁵¹ RODRIGUES, Maria Regina Nina. *Op. cit.*, p. 47.

Este grupo de “letrados” contou, portanto, com a presença constante da igreja católica, em especial da Companhia de Jesus, que só foi substituída com a intensa laicização iniciada durante o século XVIII, à medida que intelectuais e letrados da sociedade civil, profissionais especializados em suas respectivas áreas, foram incumbidos de tarefas que antes eram exclusivas dos setores eclesiásticos, como a educação, ou que eram divididas com eles, como a economia e a administração colonial.⁴⁵² Antes disso, houve uma freqüente sobreposição dos interesses eclesiásticos com a formação de grupos de letrados para abastecer as necessidades administrativas da colônia e da própria igreja.

Para se ter uma noção desta sobreposição intelectual na construção de uma sociedade urbana letrada durante o período colonial, é necessário, de modo constante, considerar o importante e decisivo papel desempenhado pela Companhia de Jesus que, distintamente das ordens mendicantes dedicadas somente à evangelização do nativo, também teve como finalidade atender à emergente elite colonial, em especial a juventude abastada e ociosa, cujo temperamento educado na abundância e na estrutura social montada sobre o trabalho escravo era visto como porta de entrada para todos os vícios, sobretudo a ociosidade, e que só podia ser combatido se fosse encaminhado para “o exercício das letras, para o qual faltavam professores e cuidado”,⁴⁵³ aproveitando assim os quadros da elite colonial para a estrutura administrativa mantida pela metrópole.

Como a educação esteve sob o monopólio dos jesuítas até a metade do século XVIII, os quais mantinham praticamente todos os estabelecimentos de ensino disponíveis, a *cidade letrada* latino-americana nasceu em bases alienatórias, uma vez que o sistema educacional jesuítico era alheio à realidade social circundante e visava apenas o fornecimento de uma cultura geral de fundamentos básicos, sem a preocupação em qualificar a mão de obra, já que o trabalho livre não era permitido senão como atividade burocrática, a serviço da metrópole, para o qual a qualificação exigida era ser letrado.⁴⁵⁴ Nestas bases, o ensino não contribuía para a modificação da estrutura econômica e social do trabalho, uma vez que o único trabalho considerado digno era o administrativo-intelectual, concentrado nas mãos

⁴⁵² RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. cit.

⁴⁵³ BAQUERO, Juan Sánchez, S. J., *Fundación de la Compañía de Jesús en la Nueva España*, citado por RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 42.

⁴⁵⁴ RODRIGUES, Maria Regina Nina. *Op. cit.*, p. 47.

dos senhores de terras e funcionários coloniais, obedientes à administração e ao poder metropolitanos. O ensino jesuítico, deste modo, sem uma preocupação visível com a sociedade, de caráter explicitamente livresco, acadêmico e, portanto, alienatório, estava à margem das atividades civis, pois não possuía utilidade para o funcionamento de uma economia colonial fundada, em especial no caso brasileiro, no trabalho escravo e em uma agricultura rudimentar de subsistência,⁴⁵⁵ depois substituída pelas grandes monoculturas e exploração de minerais preciosos.

Contudo, o grupo letrado resultante desta educação voltada para a camada social dominante reproduz o *status quo* e os mecanismos da cultura intelectual europeia que, através do processo de transculturação, é transportada para o continente americano, mas é retida nas mãos da elite burocrática letrada com a finalidade de manipulação e controle social.⁴⁵⁶ Este “grupo social especializado”⁴⁵⁷ detém, portanto, o *habitus* que o constitui classe dominante em relação ao campo de poder, de onde mantém a colônia em dependência cultural da metrópole europeia, ao mesmo tempo em que estabelece o *status quo*, conferindo-o a si mesma, permitindo assim a manutenção do poder e o distanciamento entre as demais camadas da sociedade, composta sobretudo por nativos, colonos e escravos. Com isto, este grupo de letrados, que faz parte da classe social dominante, exercia os seus encargos, delegados pela metrópole, com a consciência de que ocupavam um “alto ministério” perante a sociedade, como uma espécie de classe sacerdotal⁴⁵⁸ destinada ao cumprimento da missão de fomentar o processo civilizatório.

Portanto, o grupo de letrados, que teve em seu berço uma poderosa formação educacional jesuíta, exercia um poder e criou para si mesmo um campo de poder, ao mesmo tempo em que estava subordinado a outros poderes, oriundos da metrópole europeia. Não devemos desconsiderar, desta forma, a relação permanente que há entre os intelectuais e letrados da classe social dominante durante o período colonial e a condição de servidores e executantes do poder metropolitano. Entretanto, no circuito social onde estão inscritos, há

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem.*

⁴⁵⁶ ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 22., citado por RODRIGUES, Maria Regina Nina. *Op. cit.*, p. 50.

⁴⁵⁷ RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 42.

⁴⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 41.

também a constante necessidade de se considerar “uma relação mais fluida e complexa entre as instituições ou classes e os grupos intelectuais”,⁴⁵⁹ em virtude dos grupos de letrados freqüentemente serem reputados, em abordagens marxistas,

como meros executantes dos mandatos das Instituições (quando não das classes) que os empregam, perdendo-se de vista sua peculiar função de *produtores*, enquanto *consciências que elaboram mensagens*, e, sobretudo, sua especificidade como *deseñhistas de modelos culturais*, destinado à constituição de *ideologias públicas*.⁴⁶⁰

No entanto, justamente porque os bacharéis e intelectuais vinham na condição de funcionários da metrópole e, portanto, possuíam poderes delegados a eles e estavam a serviço de poderes emanados pela administração metropolitana, tinham um duplo conhecimento do funcionamento do poder que serviam e exerciam, uma vez que mantinham

contato com o forçoso princípio institucionalizador que caracteriza qualquer poder, sendo portanto os que melhor conhecem seus mecanismos, os que mais estão treinados em suas vicissitudes e, também, os que melhor aprendem a conveniência de outro tipo de institucionalização, *o do restrito grupo que exerce as funções intelectuais*. Pois também por sua experiência *sabem que se pode modificar o tipo de mensagem que emitem sem que se altere sua condição de funcionário*, e esta deriva de uma intransferível capacidade que procede de um campo que lhe é próprio e que dominam, pelo qual se lhes reclama serviços, que consiste no exercício das linguagens simbólicas da cultura. *Não somente servem a um poder, como também são donos de um poder*. Este inclusive pode embriaga-los até fazê-los perder de vista que sua ineficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe.⁴⁶¹

Ou seja, os intelectuais a serviço do poder metropolitano eram senhores absolutos do *habitus* e do capital simbólico que possuíam, o que lhes dava condições de estabelecer um conjunto de regras para o funcionamento do campo do poder em que eram dominantes e dominados ao mesmo tempo. É esta relação fluida que permite ao letrado, no continente americano, estabelecer o seu poder através de uma instituição que se tornou a principal característica do sistema administrativo do Estado: a burocracia.⁴⁶² Agregados em torno da máquina administrativa, os intelectuais latino-americanos puderam se agrupar com um po-

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 47.

⁴⁶⁰ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

⁴⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 47-48. Grifos meus.

⁴⁶² *Idem, ibidem*, p. 48.

deroso senso de institucionalização, de modo que a carreira pública e a estrutura burocrática do Estado tornaram-se antes de tudo traços peculiares da *cidade letrada* que funcionou como quartel-general dos letrados. Daí porque se tornam, com o tempo, um grupo eminentemente urbano e fechado.⁴⁶³

Por outro lado, é necessário compreender como se dá a oposição entre campo e cidade durante o processo de colonização no novo continente. A *cidade letrada* não é produto apenas do corporativismo burocrático dos intelectuais nela instalados e que institucionalizavam o sistema administrativo do Estado no continente americano, em busca de segurança e estabilidade ao exercício de suas funções, encargos e poderes. Ao contrário, o triunfo das cidades americanas é, sobretudo, resultado comprovado de uma façanha: a espetacular conquista e eficaz avanço sobre um gigantesco e desconhecido território selvagem, aplicando assim sobre a vastidão praticamente virgem do Novo Mundo – ao menos, para o homem civilizado europeu – a antiga formulação grega de que a *polis* civilizada era oposta à barbárie dos que viviam fora dos núcleos urbanos.⁴⁶⁴

Se a colonização dos Estados Unidos foi marcada por um aumento progressivo das fronteiras em direção ao interior do território que seria do país no futuro, assim como foram os primeiros séculos de conquista do Brasil, o caso espanhol se distinguiu por uma marcha desenfreada através da imensidão inexplorada do continente americano, fundando pelo caminho uma série de cidades com pouca ou nenhuma comunicação entre si.⁴⁶⁵ Por esta razão, entre outras, o gesto de fundar cidades em todo o continente não reproduziu o processo europeu, que partia do desenvolvimento agrícola e, aos poucos, constituía um núcleo urbano com a finalidade de troca de mercadorias e contato com o mundo exterior. Com efeito, no caso americano deu-se uma inversão.⁴⁶⁶ As cidades americanas cresciam *antes* do campo, ou, quando muito, ao mesmo tempo: “J’avoue aussi être fasciné par l’histoire de ces villes américaines qui poussent *avant* les campagnes, pour les moins en même temps qu’elles”.⁴⁶⁷

⁴⁶³ *Idem, ibidem*, p. 49.

⁴⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁴⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 34.

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁴⁶⁷ BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Tomo 3, Le temps du monde. Paris: Armand Colin, 1979, p. 343, citado por RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 35.

Portanto, se as cidades têm como característica o fato econômico de não ter uma produção primária própria, que lhes garanta a auto-suficiência, enquanto o campo a tem,⁴⁶⁸ torna-se objeto de curiosidade intelectual como as cidades americanas conseguiram prosperar sem ter criado previamente um entorno agrícola que lhes permitissem a sobrevivência. Ao longo da colonização do continente americano, as cidades eram em geral fundadas à beira de rios, em vales férteis, com a estrutura urbana mínima, a fim de que, com o tempo, propiciassem o surgimento das atividades agrícolas. Construía-se inicialmente uma pequena povoação, a partir da qual se avançava para o interior, criando assim o campo no meio do ambiente selvagem, de onde a atividade agrícola deveria erguer-se e desenvolver-se à força. No entanto, os colonos europeus não queriam estabelecer-se no novo continente como simples agricultores, pois desejavam ser senhores de terras e enriquecer sem ter que nelas trabalhar braçalmente:

Os mais dos moradores que por estas capitánias estão espalhados ou quasi todos, tem suas terras de sesmaria dadas & repartidas pelos capitães & governadores da terra. E a primeira cousa que pretendem adquirir, são escrauos para nellas lhes fazerem suas fazendas: & se huma pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meya dúzia delles (ainda que outra cousa não tenha de seu) logo tem remedio para poder honradamente sustentar sua familia: porque hum lhe pesca, & outro lhe caça, os outros lhe cultiuaõ & grangeão suas roças, & desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escrauos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais foram acrescentadas as fazendas daquelles que teuerem duzentos, trezentos escrauos, como ha muitos moradores na terra que não tem menos desta contia & dahi para cima. Estes moradores todos pela mayor parte se tratam muito bem, & folgam de ajudar huns aos outros com seus escrauos & fauorecem muito os pobres que começam a viuer na terra. Isto geralmente se costuma nesta partes, & fazem outras muitas obras pias, por onde todos tem remedio de vida & nenhum pobre anda polas portas a mindigar como nestes Reinos.⁴⁶⁹

O processo de colonização e conquista do imenso território americano, portanto, frequentemente transformava os camponeses europeus, através do gesto peculiar de primeiro criar a cidade e depois o campo, em senhores de terras urbanizados.⁴⁷⁰ Todos passaram a se considerar pertencentes a uma classe diferenciada de pessoas em relação aos nativos, comportando-se como se de fato fossem verdadeiros “fidalgos”, chegando a atribuir-se, sobre-

⁴⁶⁸ SINGER, Paul Israel, *op. cit.*, 1987, p. 94.

⁴⁶⁹ GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Op. cit.*, pp. 15 e seg.

⁴⁷⁰ RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 35.

tudo nas colônias espanholas, o título nobiliárquico de “dom”,⁴⁷¹ tal era o impacto de ver o seu *status quo* modificado pelo contexto americano. Tornava-se praticamente impossível convencer os colonos que retornassem às suas antigas tarefas, uma vez que as cidades lhes apresentavam a possibilidade de enriquecimento fácil, impune e rápido, caso lograssem, sobretudo, a implantação de um sistema agro-escravista. Como não é possível a sobrevivência das cidades sem o fluxo de mercadorias e alimentos oriundos do campo, o colono tentou escravizar o indígena para o trabalho agrícola e, tornada inviável esta possibilidade, escravizou em seguida o negro africano. Ninguém queria retornar às antigas origens européias:

Pois, o ideal fixado desde as origens é o de ser urbano, por insignificantes que sejam os assentamentos de que se ocupem, ao mesmo tempo em que se lhe encomenda à cidade a construção de seu contorno agrícola, explorando sem piedade à massa escrava pra uma rápida obtenção de riquezas. A cidade e a ascensão dos novos ricos são fatores concomitantes, a ponto de que se verá o desperdício suntuoso nos pequenos povoados (sobretudo mineiros), que nas capitais do vice-reinado e se sucederão os éditos reais proibindo o uso de carros, cavalos, vestidos de seda, sem conseguir frear o apetite que, fixado como modelo na cabeça dos povos pelos ricos conquistadores, será imitado arrasadoramente por toda a sociedade até os estratos mais baixos...⁴⁷²

No entanto, as cidades americanas não surgiram no vazio, na ausência completa de recursos e infra-estrutura. O processo de ocupação e conquista desencadeado pelos europeus necessitava montar uma estrutura de produção que no Velho Mundo havia consumido muito tempo, e que no continente americano foi abreviado, na ampla maioria dos casos, em razão de uma produção primária indígena, disponível e preexistente à chegada do conquistador europeu. Foram aproveitadas as primitivas plantações, os mercados e a rede de comunicação terrestre e fluvial, os métodos de caça e pesca, de construção e vários elementos de sua alimentação original, posteriormente incorporados aos hábitos europeus. Além disso, a força de trabalho indígena foi decisiva na construção das cidades e do campo, abreviando em décadas o processo civilizatório que custou centenas de anos à Europa.⁴⁷³ Somente com o tempo é que a primitiva produção primária das diversas culturas aborígenes foi substituída

⁴⁷¹ *Idem, ibidem.*

⁴⁷² *Idem, ibidem*, pp. 35-36.

⁴⁷³ *Idem, ibidem*, p. 36.

pelo método mais avançados dos conquistadores, mas até então ela serviu aos colonizadores e permitiu o avanço rápido e fulminante em direção a regiões cada vez mais distantes e inexploradas do novo continente.

Note-se que durante os primeiros séculos de ocupação e conquista do continente, os povos ibéricos construíam as cidades com uma função primordialmente administrativa, uma vez que dispunham de aparelhos coercitivos, emanados da coroa através da força militar, e ideológicos, a cargo da classe sacerdotal, mecanismos fundamentais para a continuidade do processo civilizatório que capitaneavam. Portanto, a cidade deste período é, sobretudo, uma *cidade de conquista*.⁴⁷⁴

...ponto fortificado, a partir do qual se irradia o poder colonizador, submetendo as populações indígenas à autoridade política do rei e ideológica da Igreja, expropriando e redistribuindo terras, aniquilando quilombos, reprimindo o contrabando e as incursões de corsários e de forças colonialistas rivais.⁴⁷⁵

No caso brasileiro, as cidades mais expressivas durante o processo civilizatório colonial eram portuárias. Nisto, contribuíram fatores culturais e diferenças decisivos entre os portugueses e os espanhóis. Os lusitanos estavam acostumados, em função das características geográficas de seu país de origem, com atividades econômicas voltadas para a exploração marítima, enquanto os espanhóis nunca tiveram um especial interesse pela região litorânea, a não ser em razão da necessidade de pesca e instalação de portos. Quando os espanhóis chegaram ao continente americano, notaram que o litoral das regiões em que estabeleciam colônias era em geral muito quente e insalubre, como o mexicano, preferindo adentrar as regiões mais ao interior, onde as elevadas altitudes propiciavam um clima mais ameno e favorável para o estabelecimento de cidades ao estilo hispânico. De um modo geral, os espanhóis procuraram reproduzir, segundo as condições e a possibilidade, o *modus vivendi* de seu país de origem ao longo do continente americano, o que é observável pelo modo como dispuseram suas principais cidades. As de colonização lusitana estão dispostas ao longo do litoral, enquanto as de colonização hispânica estão preferencialmente afastadas da costa, excetuadas aquelas em que o clima e a economia favoreceram o surgimento de urbes

⁴⁷⁴ RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. *Op. cit.*, p. 45.

⁴⁷⁵ SINGER, Paul Israel. *Op. cit.*, p. 100.

no litoral ou à cabeceira de importantes rios, onde assumiam funções militares, portuárias ou comerciais:

Os grandes centros de povoação que edificaram os espanhóis no Novo Mundo estão situados precisamente nesses lugares onde a altitude permite aos europeus, mesmo na zona tórrida, desfrutar um clima semelhante ao que lhes é habitual em seu país. Ao contrário da colonização portuguesa, que foi antes de tudo litorânea e tropical, a castelhana parece fugir deliberadamente da marinha, preferindo as terras do interior e os planaltos. Existem, aliás, nas ordenanças para descobrimento e povoação, recomendações explícitas nesse sentido. Não se escolham, diz o legislador, sítios para povoação em lugares marítimos, devido ao perigo que há neles de corsários e por não serem tão saudáveis, e porque a gente desses lugares não se aplica em lavrar e em cultivar a terra, nem se formam tão bem os costumes. Só em caso de haver bons portos é que se poderiam instalar povoações novas ao longo da orla marítima e ainda assim apenas aquelas que fossem verdadeiramente indispensáveis para que se facilitasse a entrada, o comércio e a defesa da terra.⁴⁷⁶

Os portos marítimos, principal função que assumiam as cidades de colonização portuguesa – como Recife, Salvador, Belém, São Luís, São Vicente, entre outras –, durante o período colonial brasileiro eram apenas unidades produtivas ligadas ao mercado europeu, além-mar e além-fronteiras, de reduzida importância como centro econômico, não indo além das regiões produtoras de artigos coloniais para a metrópole.⁴⁷⁷ Entretanto, com o fenômeno da ascensão do urbano sobre o rural, as cidades, especialmente as americanas, começaram a passar por um processo significativo de mudanças em sua funcionalidade original. Deixam de possuir aos poucos apenas caráter político, um simples braço do interesse mercantil metropolitano, adquirindo alguma eficácia comercial autônoma em ritmo paulatino, porém crescente, e passando a lidar com uma parte da renda e dos lucros internalizados pelo comércio e indústria incipiente. A *cidade conquistada* vai gradualmente se transformando em cidade comercial⁴⁷⁸ e, depois, em *cidade letrada*. No caso particular de São Luís do Maranhão, isto será especialmente notado a partir da fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1756, momento em que o processo de acumulação comercial deixa de ser exclusivamente metropolitano e passa a beneficiar também a colônia:

⁴⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, p. 99.

⁴⁷⁷ SINGER, Paul Israel. *Op. cit.*, pp. 95-105.

⁴⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 47.

...o caráter cada vez mais comercial, que certas cidades vinham adquirindo na América Latina, entrava em contradição com seu caráter de cidade de conquista, isto é, de prolongamento instrumental de um poder metropolitano que se tornava cada vez mais externo até ficar estrangeiro. (...) à cidade da conquista cabia exportar sem contrapartida o máximo possível do excedente colonial, ao passo que à cidade comercial convinha vendê-lo pelo melhor preço, maximizado o retorno. Dessa maneira, a cidade comercial se faz porta-voz de todos os interesses que almejavam transformar o excedente comercializável em excedente comercial e, em aliança com eles, enfrentou e venceu a cidade de conquista.⁴⁷⁹

Contudo, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no lugar de dar início a um período de afirmação e acirramento do sentimento de natividade na região, em decorrência do conseqüente surgimento de uma elite agro-comercial na colônia, serviu na realidade para intensificar e estreitar ainda mais, sobretudo no caso de São Luís, os laços políticos e culturais com a metrópole, ao contrário do que se deu com os movimentos separatistas que tiveram, em outras cidades do Brasil, o cenário adequado para a sua ocorrência e sustentação. O sentimento de natividade encontrou terreno fértil no Brasil colonial na medida em que a cidade, antes de *conquista* e depois centro comercial, afirmou sua ascendência sobre o campo e permitiu assim a concentração de uma incipiente burguesia formada por fazendeiros, bacharéis, burocratas e altos funcionários públicos, representantes diretos do interesse da administração metropolitana e, especialmente, da família real portuguesa, ao mesmo tempo em que dos interesses locais. O resultado é conhecido na história brasileira sob a forma de sedições durante o período colonial, como a Inconfidência Mineira, no século XVIII, sobretudo a Revolução Pernambucana, em 1817. Todavia, no caso particular do Maranhão, nomeadamente de sua única cidade, São Luís, verificou-se durante muito tempo um fenômeno em contrário ao sentimento de natividade. Não havia em São Luís, com efeito, terreno propício para o surgimento do sentimento de nacionalidade, uma vez que o comércio ludovicense possuía, justamente em razão da Companhia de Comércio, vínculos intensos com o mundo metropolitano ou reinol. Devido à relativa proximidade com o continente Europeu, os comerciantes locais eram em sua expressiva maioria portugueses, sobretudo nas primeiras décadas do século 19, quando começa a se consolidar o sentimento de nacionalidade e independência política no Brasil, fenômeno político decorrente da vinda

⁴⁷⁹ SINGER, Paul Israel. *Op. cit.*, p. 105.

da família real para a colônia. A anterior cidade de conquista se transforma, portanto, em cidade comercial, especialmente após algumas décadas, desde meados do século XVIII, de um irregular, porém continuado processo de acumulação mercantilista, que permitiu o florescimento de uma elite local moldada pelo modelo agro-exportador. A cidade e a sociedade de São Luís permaneciam, no entanto, ainda em inícios do século 19, portuguesa em suas principais características, mormente em razão da elite ser composta de naturais de Portugal:

A povoação da cidade conforme as noticias que tenho dos ultimos numeramentos feitos pelos rões da desobriga, não chegava a trinta mil almas; mas como do anno de 1808 para diante, ella tem acressido, talvez que hoje complete esse numero. Os seus habitantes se podem dividir em varias classes. A mais poderosa, e a que merece a primeira contemplação he a dos filhos do reino. Em todas as cortes que tem dominios da America, he hum sistema de politica inalteravelmente observado, para conservar, me persuádo, as differentes capitánias na dependencia, de somente conferirem os primeiros empregos aos que vem da Europa, e entre estes he que se ácha dividido todo o pezo da administração publica. Os nacionaes ou descendentes dos Europeos estabelecidos no Maranhão, formão a segunda classe de cidadãos. A docilidade do seu character, e o seu estado tem facilitado aos filhos do reino outras vantagens quase tão consideraveis, como as que participão pela influencia dos seus empregos.

Suposto que alguns dos nacionaes sejam descendentes dos conquistadores, e restauradores da sua pátria: suposto que outros tirem a sua origem de alguma familia distincta do reyno, posto que muitos destes nacionaes possuão grandes riquezas, a influencia de hum clima ardente, a premeditada politica de governo, e a impossibilidade de occupar aquelles empregos principaes, e distincões que o coração humano sempre cobiça, abatem nelles de tal sorte toda a actividade, que a maior parte delles vive retirada huma grande porção do anno nas suas fazendas. Daqui procede que esta separação da capital os priva de se interessarem nas operações de hum commercio activo, sem que comtudo lhes falte industria para poderem prosperar nelle: dahi procede que o trafico interior da capitania, à excepção da venda dos effeitos territoriaes, e o commercio com as capitánias visinhas, e com a Europa, se achão em geral sómente entre as mãos dos negociantes ou commissarios vindos delá, que bem recompensados ficão com as riquezas immensas que accumulão, em quanto os nacionaes, e aquelles, ainda mesmo do rein, que não tem meios para se interessar no commercio, são huns meros disfructadores de huma pequena parte do producto da sua lavoura.⁴⁸⁰

Estas observações foram realizadas *in loco* por Raimundo José de Sousa Gaioso em 1808, argentino naturalizado português que chegou ao Maranhão em 1787, como degredado altamente privilegiado em razão de crime contra o erário real.⁴⁸¹ Em 1819, no entanto,

⁴⁸⁰ GAYOZO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, pp. 115-117.

⁴⁸¹ *Idem, ibidem*, pp. 7-8.

as mesmas considerações foram realizadas pelos naturalistas bávaros Spix e Martius, em sua célebre *Viagem pelo Brasil*, quando de passagem pelo Maranhão:

Os brancos, em cujas mãos se acham a administração, a maioria das casas de comércio e alguns ofícios, são em geral portugueses natos (filhos do reino). A sua atividade, espírito de iniciativa e antigamente também o sistema que excluía os nascidos no Brasil dos importantes cargos do Estado, deram a essa parte da população uma estranha preponderância sobre os brasileiros, disso resultando uma tensão, a qual, logo depois que partimos do Brasil, por motivo de uma catástrofe política em Portugal perturbou também aqui não raro a tranqüilidade pública. (...) Os brasileiros, nascidos na fartura e na segura posse de bens herdados, mais inclinados ao gozo do que à atividade, reconhecem a supremacia do imigrado, e abandonam-lhe, com certa timidez, a atividade comercial que enriquece, preferindo retirar-se para as suas fazendas e gozar a sua prosperidade. Embora laços de família prendam portugueses a brasileiros, restam, não obstante, diferenças no pensar, nas forças e tendências, e, como todos os anos acodem novos imigrantes, conserva-se viva a tensão dos ânimos até que qualquer motivo externo desperte as sementes adormecidas da discórdia.⁴⁸²

Com estas duas iguais constatações feitas por estrangeiros, separados no espaço e no tempo, tem-se uma forte evidência das origens do *lusitanismo maranhense*. O Maranhão, desde o momento em que experimentou a prosperidade com a criação da Companhia de Comércio, em decorrência de um quadro econômico internacional extremamente favorável, estreitou ainda mais os seus laços com a metrópole, uma vez que as riquezas começaram a circular em quantidade apreciável, atraindo cada vez mais levas e levas de migrantes europeus, sobretudo os “filhos do reino”, que aqui encontraram uma sociedade dócil e propícia mais que o suficiente para o sucesso de seus empreendimentos. A regularidade de vínculo entre as capitanias do Pará e Maranhão com a metrópole estava assim consolidada com a criação da Companhia de Comércio pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal – que indicou em 1751 o próprio irmão, Francisco Xavier Mendonça Furtado, para o cargo de governador do estado do Grão Pará e Maranhão –, facilitada especialmente pela maior proximidade entre os dois continentes em relação ao restante da colônia, cuja administração já se via separada do norte desde 1621. As ligações entre o Maranhão e Portugal iam se tornando mais visíveis e profundas à medida que, com o monopólio assegurado por duas décadas à Companhia de Comércio, prosperavam a navegação, a la-

⁴⁸² SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. 2. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 269; 270-271.

voura e o comércio maranhenses. A miséria e o marasmo da economia colonial maranhense cederam lugar ao financiamento das lavouras, aumentando assim a variedade de gêneros que eram exportados para a metrópole, disso resultando um estimulante crescimento que atraiu os interesses dos comerciantes lusitanos, os quais começaram a afluir para o Maranhão em busca de divisas fáceis e abundantes. Mesmo com a extinção da Companhia de Comércio, quando estava prestes a completar vinte e cinco anos de atuação, a economia maranhense permaneceu organizada porque o antigo roteiro de negócios e a divisão social do trabalho sobreviveram, dando continuidade ao processo de estreitamento de vínculo cultural com a metrópole. Além disso, não se podia evitar e conter, sobretudo depois da fundação da Companhia, o efeito multiplicador dos investimentos realizados na colônia, de modo que o comércio e a lavoura da capitania, nas respectivas mãos de filhos do reino e nativos maranhenses, continuaram a prosperar até adquirir uma relativa autonomia, mesmo levando em consideração o monopólio europeu, com a criação de um mercado interno, que durante séculos foi combatido por Lisboa a fim de impedir o surgimento do sentimento de nativismo. Contudo, como foram adotadas medidas que asseguravam os principais cargos públicos, empregos e comércio aos naturais de Portugal, vindo em número considerável para São Luís, afora outros europeus, tornou-se muito remota a possibilidade de que este sentimento viesse a prosperar entre os nativos. E, como efeito, somente prosperou muito mais tarde.

De qualquer modo, os fatores e o circuito de produção já estavam reunidos, organizados e consolidados no Maranhão colonial: escravos, ferramentas, empreendedores, recursos poupados com os negócios realizados através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, meios de transporte, espaço físico disponível, gêneros cultivados, mercado interno, indústria incipiente, crescimento dos algodoads e arrozais, entre outros.⁴⁸³ São Luís não é mais somente uma cidade de conquista, um território entregue à miséria e ao esquecimento da administração metropolitana, mas uma cidade e rota comerciais importantes para o reino, na medida em que as necessidades e demandas da indústria têxtil inglesa, além do mercado norte-americano com a Guerra da Secessão, passam a ser atendidas com as exportações algodoeiras do Maranhão. Os negócios prosperarão em tal volume, conforme veremos mais adiante, que a economia de Alcântara sozinha, mesmo sem o restante da capitania,

⁴⁸³ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, pp. 52-53.

superava na época a débil economia de São Paulo. O Maranhão, em conjunto, conseguia superar a Bahia e Pernambuco, perdendo o primeiro lugar somente para o Rio de Janeiro.

484

No entanto, o segmento social que visivelmente mais prosperava era o dos filhos do reino, seguido por uma pequena classe de nativos que eram grandes proprietários de fazendas e engenhos, os “bem nascidos da terra”, que não tinham entretanto acesso direto aos empregos públicos e ao comércio, ocupando assim o segundo lugar na divisão social dos lucros e do trabalho. Com isto, os estamentos da sociedade maranhense estavam divididos em especialidades, segundo o critério do nascimento: os “filhos do reino” dominavam o comércio e os empregos públicos, enquanto os “bem nascidos da terra” ocupavam-se da lavoura. Esta divisão social do trabalho, anotada inicialmente por Gaioso e depois observada, mais adiante, por Spix e Martius, também se refletia na organização do espaço urbano e rural, observadas no modo como estavam concentradas as funções de cada segmento social pela geografia política e populacional, uma vez que as “povoações (...) as mais importantes [eram] a cidade de São Luiz do Maranhão, a vila de Alcantara, e a ribeira do Itapecuru.”

485

De acordo com esta divisão social e também geográfica do trabalho, São Luís concentrava as repartições administrativas, o comércio no bairro da Praia Grande, o corredor de exportação da região da Baixada e um incipiente complexo industrial montado para beneficiamento dos produtos oriundos do interior do Maranhão. Alcântara, cidade residencial do comerciantes e fazendeiros mais ricos e poderosos, centralizava as salinas, os canaviais, a pesca, o comércio, as fazendas, entre outras atividades congêneres. A Ribeira do Itapecuru reunia os algodoads, arrozais, madeireiras, indústria do couro e pecuária.⁴⁸⁶ Este quadro, embora simplificado, apresenta o desenho geral da economia maranhense, e como ela se diversificou, desde o início do funcionamento da Companhia de Comércio até as primeiras décadas do século 19, quando o país ainda não havia se emancipado de Portugal e, portanto, os laços do Maranhão com a metrópole européia ainda permaneciam fortes e palpantes.

⁴⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 53.

⁴⁸⁵ GAYOZO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, p. 113.

⁴⁸⁶ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. cit.

Outro fator de transculturação que contribuiu em muito para o acentuado lusitanismo maranhense é a preocupação que os comerciantes e agricultores locais tiveram com o refinamento da educação de seus filhos, enviando-os, para tanto, para estudar na metrópole, homens e mulheres, sobretudo a fim de formar os primeiros em bacharéis na universidade de Coimbra, especialmente em Ciências Jurídicas. A esperança dos abastados segmentos sociais da colônia era, como sempre, a possibilidade de substituição à frente dos negócios do comércio e da lavoura, embora alguns retornassem com diplomas que não encontravam boa adequação em meio às ocupações usuais da região. Com o diploma de bacharelato em Ciências Jurídicas, no entanto, era possível aos formandos integrarem-se na ordem constituída com grande funcionalidade, preenchendo assim as vagas ociosas dos cargos melhor remunerados da burocracia estatal superior, garantindo assim a possibilidade de concentrar nas mãos dos mais ricos os mecanismos da organização oficial e uma carreira aberta a diversas possibilidades, como a política, a magistratura, a participação na Mesa, no Conselho da Província, entre outros. Caso chegasse a alcançar grande proeminência, esta carreira tinha a possibilidade de terminar com um título de nobreza ou distinções honoríficas, entre outros.⁴⁸⁷

Com este passo, a cidade comercial aos poucos vai se transformando em *cidade letrada*, à medida que este *grupo social especializado* composto pelos bacharéis formados na metrópole começa a ocupar encargos, empregos, prebendas, sinecuras e postos estratégicos da administração estatal da colônia, tarefas para as quais se demanda um elevado número de letrados que se concentram, sobretudo, nos centros urbanos. A função social dos intelectuais, antes desnecessária na ordem econômica colonial, formada apenas por cidades de conquista, vai se fazer sentir não apenas em razão de seu elevado número como integrantes da *cidade letrada*, mas especialmente em virtude dos recursos que concentrarão em suas mãos, em decorrência do destaque público que alcançarão e das funções sociais que cumprirão no exercício de seus encargos e, acima de tudo, da capacidade inquestionável que possuíam de se institucionalizar com os seus atributos característicos – senhores da letra, da

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 54.

palavra escrita –, tornando-se com isto um poder relativamente independente dentro do poder constituído.⁴⁸⁸

Deste modo, os maranhenses detentores do grau de bacharel e de formação universitária em Coimbra foram os agentes sociais da transculturação e da importação cultural. Contribuíram de modo decisivo para acentuar os vínculos sociais do Maranhão com a metrópole, acirrando o lusitanismo da população local, agindo como vetores e multiplicadores da cultura portuguesa, difundindo costumes, valores, modismos, atitudes e comportamentos europeus, sobretudo os lusitanos, que já vinham impregnados de francesismos.⁴⁸⁹ Com o tempo, as cidades e vilas maranhenses contraíram os hábitos de seus bacharéis, passando a imitá-los, absorvendo então o sotaque português, um maior alinhamento no convívio social e no vestuário, bom gosto nos hábitos de consumo, sobretudo de bens culturais, e copiando especialmente o estilo e o esmero português das moradas, transformando São Luís, Alcântara, Caxias, entre outras, em conjuntos arquitetônicos tipicamente portugueses transplantados para a América, que em razão disso começaram a ter revestimento de azulejos nas fachadas e pedras de cantaria nos acabamentos. Em tudo, a sociedade maranhense queria imitar a portuguesa:

A opulência econômica transformou as vilas e cidades mais prósperas no universo edênico dos postiços, do imitado e do reflexo. A presença de bacharéis de Coimbra, formados para a política e a administração, referendando os limites demasiado estreitos da ordem social patrimonialista, certamente alimentou São Luís, Alcântara e a Ribeira do Itapecuru, com o bacalhau do brilhantismo discursivo, de casaca, de bengala e de polainas, exposto à visita dos conhecidos, como adequada relíquia de família. Tempo houve em São Luís, de expressão aguçada de um orgulho antigo, onde a sociedade dominante da cidade de sobrados, ladeiras e azulejos, pareceu em conspiração, tentando suplantar o Rei – nada mais, nada menos, do que em realza.⁴⁹⁰

Com efeito, os segmentos mais proeminentes da sociedade maranhense colonial passaram, a partir de então, a aspirar com uma unidade política com a metrópole, com o “ser lusitano”,⁴⁹¹ tornando o Maranhão uma possessão ultramarina do reino. Um fator que, com

⁴⁸⁸ RAMA, Angel. *Op. cit.*, p. 46-47.

⁴⁸⁹ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 54.

⁴⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁴⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 54.

efeito, contribuiu para aumentar ainda mais estes vínculos, reforçando o lusitanismo maranhense, é o critério do espaço de nascimento nas relações sociais e na divisão social do trabalho, conforme vimos em momentos anteriores. Ser filho do reino ou ser filho da colônia, ainda que português, criou uma estratificação ortodoxa – ser nascido na América ou na Europa – em que os naturais da colônia, inclusive os descendentes diretos de portugueses, estavam automaticamente excluídos dos empregos, encargos, prebendas e sinecuras mais destacados, mormente no que diz respeito à condução e organização da administração da colônia. Portanto, os privilégios concedidos aos naturais da metrópole criaram divisões profundas até nos círculos dominantes da sociedade maranhense, como reflexo da organização social brasileira, dando origem a tensões que, de um modo ou de outro, estavam implícita ou explicitamente patentes, embora o caráter mais lusitano da sociedade maranhense atenuasse tais diferenças:

Esta natural preferencia a favôr do poder, e da riqueza, não deixa de formar huma especie de rivalidade entre estas duas classes mais poderosas da capitania, mas daqui nenhum prejuizo tem resultado, nem pode resultar ao socego da capitania, tanto pela *boa índole* dos nacionaes, como porque esse reciproco siúme embarçará sempre que se únão em seu prejuizo. Se algumas vezes se tem visto opposiçoens mais marcadas, se o dezasosego publico tem chamado pelo rigor da ley, raras vezes se achão comprehendidos nelle os nacionaes: a origem do mal vem dos filhos do reino, e não delles.⁴⁹²

Esta *boa índole* dos *nacionais* não deve ser tomada, entretanto, apenas como submissão conjunta à lógica da estrutural social da colônia, mas especialmente como estratégia de dissimulação, assegurada pela prática da *cordialidade* entre os estamentos sociais que, perpetuando a relação entre a metrópole e a colônia, garantem assim a mútua sobrevivência. No entanto, enquanto os metropolitanos protegiam-se em conjunto com a exclusão dos americanos na direção da sociedade maranhense, acirrando a distância social em sentido vertical através do enaltecimento do critério do local de nascimento,⁴⁹³ os *nacionais*, por outro lado, adotaram dois estratagemas, simultâneos e entrelaçados, cujo objetivo era, não aniquilar, ao menos atenuar as diferenças entre as duas classes. O primeiro deles consistia, através do casamento, em misturar e confundir os filhos do reino e os filhos da colô-

⁴⁹² GAYOSO, Raiymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, p. 117.

⁴⁹³ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 59.

nia, criando vínculos familiares indissolúveis; o segundo estribava-se, conforme vimos, em assumir totalmente a identidade européia, incorporando assim a sua mentalidade, cultura e comportamento, por imitação e cópia, sobretudo através da educação realizada nas instituições européias.⁴⁹⁴ É claro que estas duas táticas adotadas pelos americanos, apesar da direta linhagem européia, visavam, senão a ruptura da hierarquia entre os segmentos sociais dominantes, ao menos a flexibilização das relações entre os estamentos, de modo a aumentar a civilidade e a integração social entre ambos, até que por fim não fosse possível mais distingui-los em razão da proximidade de parentesco. Frise-se que não havia, por detrás destes dois estratagemas, sobretudo em razão do caráter intrínseco a eles, nenhum propósito nativista ou patriótico, uma vez que os “nacionaes” visavam assegurar um conjunto determinado de privilégios na estrutura social da colônia e, especialmente, adelgaçar o máximo possível o tecido das relações entre os setores dominantes da sociedade a fim de aceder, quando possível, aos cargos e empregos de direção, ao menos indiretamente. Contudo, sobretudo através do primeiro artifício, o que se acelerou foi o caráter cada vez mais lusitano da sociedade maranhense, em especial de sua classe dominante:

O governo municipal do Maranhão, ou camera, he composto do juiz de fóra que he sempre o seu presidente; de tres vereadores, e hum escrivão da camera, presentemente escolhidos sómente no corpo dos cidadãos nobres, ou filhos destes, com excluzão dos filhos do reino. Até ao anno de 1792 pouco mais ou menos, entravão estes promiscuamente nos pelouros; mas de então pordiante, ficarão excluidos, em virtude de ordens regias que dizem existirem nos archivos da mesma camera. Esta excluzão, effeito ainda da natural rivalidade entre os filhos do Brasil, e da Europa, poderia contemplar-se como injuriosa para estes, que conforme o espirito da ordenação do reino, não devião ser excluidos, se por outra parte elles se não vissem honrados, e estimados pelos mesmos nacionaes, que não duvidão aliar-se com elles, dandos suas filhas em cazamento; e quem sabe se esa affluente mistura não he a que tem dado ao Maranhão hum tom de civilidade, e de corte, que se não ácha nas outras capitánias de creação muito mais antiga!⁴⁹⁵

É evidente que esta característica não era exclusiva da sociedade maranhense, uma vez que a administração da sociedade colonial, via de regra, cabia somente aos funcionários designados pela metrópole para este fim. Além disso, o casamento entre europeus e americanos foi uma prática corrente em todas as capitánias, de modo que o amálgama social bra-

⁴⁹⁴ *Idem, ibidem.*

⁴⁹⁵ GAYOSO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, p. 132.

sileiro derivou desta crescente mistura que não nasce em período determinado, mas se arasta ao longo de toda a história colonial até desembocar no processo de emancipação política. Contudo, a sociedade maranhense, em razão da proximidade com a metrópole e de ter experimentado um razoável período de acumulação e crescimento econômicos, acentuou ainda mais esta característica, que se tornaria uma peculiaridade saliente da sociedade do norte brasileiro, saturada de lusitanismo.

No que diz respeito à assimilação da identidade européia, amalgamando-a à mentalidade americana, foi uma realidade bastante específica dos séculos coloniais no Maranhão. A tentativa de incorporação, na íntegra, dos valores e *habitus* do *ser lusitano* é reflexo de uma atitude de reação daqueles que, segregados pelo espaço de nascimento, não tinham acesso à condição plena de dominantes em uma sociedade onde desfrutavam apenas do “privilégio” de cidadãos de segunda categoria, embora fossem dominantes, porquanto os donos e usufrutuários da terra conquistada. O casamento e a assimilação cultural foram apenas expedientes usados para aceder a outro patamar da sociedade dominante, deixando de ser apenas produtores de uma parcela das riquezas, controlando-as através dos privilégios obtidos como co-dirigentes. Contudo, a característica que mais contribuiu para acentuar o caráter lusitano da sociedade maranhense foi decerto o arremedo cultural, a tentativa de imitação do *modus vivendi* europeu, embora esta particularidade apresente como resultado uma falsa equivalência entre europeus e americanos, separados nas leis e no espaço pelo local de nascimento.⁴⁹⁶

O período áureo do lusitanismo maranhense começou com o empreendimento mercantil patrocinado pelo Marquês de Pombal e findou com a independência política do Brasil. Esta *idade do ouro*, verdadeira panacéia da historiografia maranhense - conforme veremos mais adiante -, constitui um marco para a existência das duas mentalidades em São Luís do Maranhão: a européia e a americana, ou melhor, brasileira. Contudo, a ruptura do sistema colonial no Maranhão foi caracterizada pela grande resistência do segmento social dominante constituído de filhos do reino e americanos aderentes, uma vez que a cultura lusitana já estava fortemente consolidada no Maranhão:

⁴⁹⁶ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 59-60.

Tão lusitano eram considerados na Metrópole, os antigos componentes do Estado do Maranhão que, na hora da Independência, as Cortes de Lisboa foram mesmo ao extremo de lhes oferecer aquilo que consideravam uma honra suprema: a condição de Província transatlântica de Portugal.

Na mente daqueles homens públicos lampejara, tomando vulto, a idéia absurda que seria possível arrancar um pedaço do Brasil e prendê-lo à coroa dos Braganças, de Portugal. Repetiria o Norte o que fizera o Canadá que, por estranho lealismo, conservara-se fiel à Inglaterra, na hora das supremas reivindicações separatistas dos norte-americanos.⁴⁹⁷

Com efeito, somente em 28 de julho de 1823 se deu a adesão do Maranhão ao Brasil independente, ante a forte resistência da população portuguesa em São Luís. Uma razão, entre várias outras, para a sociedade maranhense não se incorporar no primeiro momento à emancipação política do Brasil é o fato de que o Maranhão passou a maior parte de sua existência história, entre 1621 e 1808, desligado politicamente do Brasil, sendo integrado somente após a chegada da família real no Rio de Janeiro e, portanto, perdendo os privilégios com o contato direto que sempre manteve com a corte portuguesa em Lisboa. Com o fim do Estado do Grão-Pará e Maranhão, os maranhenses e sua sociedade saem da condição de centro colonial para a de periferia da colônia, o que decerto trouxe ressentimentos, com a queda do *habitus* local. Ligado ao Brasil somente durante catorze anos após 1808, com a proclamação da independência brasileira não houve, com este quadro histórico, nenhuma comoção nos segmentos sociais dominantes do Maranhão. Não interessava aos maranhenses a condição de Periferia da periferia, mas sim o retorno ao *status* anterior, mais nobre. Após a proclamação da independência brasileira, os portugueses do Maranhão, Pará e Piauí se empenharam como puderam em manter o pacto colonial e impedir a incorporação daquelas províncias ao território do Brasil emancipado de Portugal, constituindo um novo império fundado por D. Pedro I, filho de D. João VI, que retornou às pressas para Lisboa em razão da revolução do Porto. E os portugueses daquelas províncias contavam com vários fatores favoráveis à manutenção do sistema colonial. Antigas capitâneas do extinto Estado do Maranhão e Grão-Pará, essas províncias, a exemplo do Maranhão, não mantinham qualquer relação de interdependência sócio-econômica e cultural com as outras que formavam o antigo Estado do Brasil. Além disso, o predomínio econômico e cultural dos portu-

⁴⁹⁷ FILHO, Carlos Studart. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará*, p. 350.

gueses sobre os naturais da terra, detendo quase todas as riquezas da região, conforme vimos, reforçava os laços culturais com a corte metropolitana, de modo que isto, somado ao fato de que as comunicações eram mais fáceis entre o norte do Brasil e Portugal do que entre as terras e províncias abaixo do cabo de São Roque, tornava a sociedade maranhense resistente às decisões tomadas nas porções mais distantes do império luso-brasileiro. Outro fator que não pode ser desconsiderado é a presença mais densa de tropas portuguesas nos territórios dessas províncias do que nas províncias ao sul do Cabo de São Roque, somado ao fato de que não havia plano de ação que organizasse as forças militares do Maranhão, Pará e Piauí em favor da emancipação do Brasil. Afora isto, é preciso considerar também a fidelidade dos portugueses daquela região, pois dominavam os setores mais importantes da economia e todos os postos importantes da estrutura estatal, à corte européia e, conseqüentemente, à terra de origem. Por último, havia naquelas províncias, sobretudo no Maranhão, uma grande concentração de militares, membros do clero, magistrados, comerciantes e até jornalistas de origem portuguesa, todos leais a Portugal. Era lógico que, diante de tais circunstâncias, a classe formada por filhos do reino não iria se conformar com a perda do domínio que exerciam sobre aquele imenso território, de modo que organizaram, através de um partido, uma forte oposição à emancipação política e à anexação daquelas províncias ao império de D. Pedro I. O fato é que os portugueses radicados no Maranhão lutaram, após o Sete de Setembro, pela constituição de uma Junta Governativa, presidida depois pelo padre português, Frei Nossa Senhora de Nazaré, levada a cabo em 17 de novembro de 1822, “concitando os maranhenses a se manterem fiéis a Portugal e não aderirem à causa do Império, nem deixar de ser compreendido que seus deputados às Cortes Constituintes, em Lisboa, não formassem numa bancada brasileira”.⁴⁹⁸

Com a Junta Governativa constituída, em 12 de janeiro de 1823 os seus componentes ordenaram o juramento da província do Maranhão à Constituição portuguesa e, em abril deste ano, autorizaram a deportação de brasileiros adeptos à causa da independência. No dizer da Junta Governativa, temos um modelar registro de como a mentalidade lusitana achava-se arraigada entre os setores dominantes do Maranhão:

⁴⁹⁸ MEIRELES, Mário Martins. *História da independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, p. 24.

A divergência de votos e interesses entre as provincias setentrionaes e a as austraes do Brasil dissolve os vinculos sociaes que as unia: tanto pelo fundamento geral, como pelas peculiares razões de consangüinidade e vantagens co'relativas que ligão os portugueses do Maranhão, do Pará e do Piauhy aos portugueses da Europa. Vossos ascendentes, e vossos irmãos, pela maior parte, nascerão e existem em Portugal; os habitantes austraes do Brasil apenas são vossos conterrâneos; as proporções elementares e locaes que possui o Amazonas e o Itapecuru para se desenvolverem e prosperarem nada carecem das austraes provincias brasileiras; precisam porem muito da co'peração de Portugal; seos generos abundão o vosso paiz, suprem vossas privações; os d'aquellas provincias do sul tornão-se-vos inuteis porque os possuís em abundancia, e a sua importação até se vos faz prejudicial; porque vos embarga o progresso da agricultura, e paraliza a industria; em Portugal tem consumo vossas produções territoriaes; no Sul do Brasil não tem mercado; uma franca e suave navegação facilita e perpetua vossas relações com a Europa; a natureza dispoz ardua e perigosa barreira de ventos e torrentes entre estas e aquellas provincias do continente brasileiro.⁴⁹⁹

De qualquer modo, é notável como os séculos anteriores à independência do Brasil são, no Maranhão, uma preparação para o surgimento da *cidade letrada* ludovicense. Estes séculos são atravessados por um patente domínio da cultura ibero-lusitana, cuja influência formou o estofado do lusitanismo maranhense, primeiramente através dos jesuítas, soldados da Contra-Reforma durante os primeiros momentos da colonização, e depois através dos próprios colonizadores, que souberam expandir a ascendência de Portugal na formação das mentalidades da terra. No início, apenas *cidade de conquista*, e depois *cidade comercial*, São Luís do Maranhão sai da condição de *cidade colonial* com a expressa tendência, senão missão, de se tornar um projeto de *cidade letrada* do Brasil independente, aspirando à recuperação da condição de centralidade perdida com o fim do pacto colonial. Esta trajetória, no entanto, somente se cumpre na medida em que a assimilação da identidade brasileira, no Maranhão, se dê *pari passu* à conservação da herança cultural lusitana, consolidada na sociedade maranhense através do pacote coimbrão durante algum tempo absorveu algumas levadas de jovens maranhenses e devolveu magotes de bacharéis crismados de retórica e eloquência.

No entanto, é necessário cotejar as condições sociais que deram origem ao mito da “Atenas Brasileira”, a cidade letrada do Maranhão e, por extensão, do Brasil. Florescimento das sociedades recreativas, artísticas e literárias, conferências e polêmicas, inauguração de

⁴⁹⁹ Citado por MEIRELES, Mário Martins, *História da independência no Maranhão*, p. 24. Ver também em SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2ª. Edição. São Luís: SUDEMA; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972, pp. 68-69.

escolas e bibliotecas públicas, multiplicação das gráficas e das publicações, consolidação do jornalismo político e literário, escravismo, prosperidade e decadência econômica. É neste cenário que surgiu um eminente grupo de poetas, tradutores, romancistas, teatrólogos, biógrafos, geógrafos, historiadores, matemáticos e vários outros intelectuais, cujas atividades, ao longo de pelo menos quarenta anos – do momento da Independência até os anos de 1860, conforme José Veríssimo –, conferiram a São Luís o codinome de “Atenas Brasileira”, outorgando aos intelectuais e literatos maranhenses a antonomásia de “atenienses”. A análise da trajetória social desta categoria de letrados, atuantes durante o período imperial ⁵⁰⁰ constitui, portanto, sobretudo para os historiadores da literatura produzida no Maranhão ou por maranhenses, um período de prodigalidade cultural, paradigma de uma produção intelectual canônica até os nossos dias. Contudo, vejamos antes em quais condições se deu a formação econômica da mitologia da *cidade letrada* maranhense, analisando o surgimento da emblemática Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e, por extensão, como esta baliza foi utilizada pela historiografia local para demarcar o passado, o presente e o futuro da província do Maranhão, a fim de detectar, através do enriquecimento material, o surgimento do enriquecimento cultural e o advento dos *atenienses*.

⁵⁰⁰ Este período, situado entre o surgimento de uma primeira geração de grandes escritores romântico a partir de 1831, quando do aparecimento da atividade bem conhecida “Grupo Maranhense” e do “Grupo Fluminense”, até por volta de 1870, quando do surgimento de novos autores e produtores culturais. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 15-21.

2.1.3. O algodão e a idade do ouro: prosperidade, decadência e fundação de um mito

Por mais de meio século, ia a região conhecer um período de abundância, que se refletiu na melhoria considerável das condições locais, na formação social, e até no surto de uma “elite”, que justificaria a denominação de Atenas do Norte – à antiga São Luís do Maranhão.

ROBERTO COCHRANE SIMONSEN

A agricultura é o nervo econômico da civilização.

CAIO PRADO JÚNIOR

COM EFEITO, a economia e a cultura do Maranhão apresentam aspectos sócio-históricos peculiares, que devem ser considerados em conjunto quando se pretende analisar o grupo de letrados que ali se desenvolveu, após um período de sessenta anos aproximadamente, entre 1760 e 1820, em que a capitania torna-se um dos principais centros da economia colonial na América portuguesa, correspondente ao apogeu da economia algodoeira maranhense. Efetivamente, o algodão foi um fator singular na vida de toda a colônia, pois estimulou e deu novo alento à combalida agricultura brasileira do século XVIII, cujo maior produto de exportação, até então, era o açúcar. A colônia portuguesa na América adquire um novo vigor, uma vez que teve sua importância reduzida para a metrópole com o fim do ciclo de mineração. Devido a um contexto internacional favorável e à política de mercado iniciada pelo Marquês de Pombal, em especial ao norte da colônia, a cotonicultura não somente se emparelhará com a açucareira, como também a supera sem dificuldades e com largas vantagens.⁵⁰¹

De fato, a grande diferença da economia do Maranhão em relação ao resto da colônia é a enorme importância que o algodão assume para o desenvolvimento e a projeção econômica da região. No conjunto da economia colonial, o Maranhão não passava de uma “unidade desprezível”⁵⁰² até 1775, quando o volume das exportações de algodão ganha cada vez mais expressão e importância na balança comercial. Em pouco tempo, o Maranhão a-

⁵⁰¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 130.

⁵⁰² *Idem, ibidem*, p. 131.

tinge níveis de prosperidade jamais vistos, projetando-se com rapidez entre as principais capitâneas da América portuguesa.

Este é o período a historiografia local denomina como a célebre “idade de ouro” – conforme veremos mais adiante – da economia, quando o Maranhão e o Pará despontaram no cenário econômico com a criação da *Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão*, que fornece créditos, escravos e ferramentas para os lavradores, estimulando-os à cultura do algodão, aproveitando a conjuntura internacional favorável, quando ocorre um aumento expressivo do consumo da fibra através da indústria têxtil européia, sobretudo na Inglaterra.⁵⁰³ Esta *Companhia*, criada a partir de 1756 com o desejo e a anuência da classe mercantil de Belém e de São Luís e, principalmente, com o apoio do governador-geral, Francisco Xavier de Mendonça Furtado,⁵⁰⁴ irmão do Marquês de Pombal, deteve, durante tempo suficiente para alavancar o comércio da região, o monopólio da navegação, das exportações e do tráfico de escravos africanos, até 1778, quando cessaram os seus privilégios sobre a economia local.

A *Companhia* não colheu, portanto, os resultados mais expressivos do crescimento econômico da região, mas o estímulo inicial ao desenvolvimento daquelas capitâneas estava consolidado, e continuou sua trajetória no século seguinte. Através de sua poderosa ação introduziu-se na região técnicas agrícolas mais avançadas, criou-se um sistema de créditos para a agricultura, além da facilitação para a compra de escravos, máquinas e ferramentas, o que permitiu o rápido desenvolvimento do comércio da capitania nos decênios posteriores, que antes disso só conheceu miséria e dificuldades extremas, a ponto de não possuir qualquer projeção no contexto colonial:

Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero. A maior parte conserva alguns índios escravos, para lhe irem buscar ao rio ao mato o miserável sustento quotidiano, com que passam po-brissimamente, metidos em uma choupana a que chamam roça.⁵⁰⁵

⁵⁰³ *Idem, ibidem*, pp. 146-147.

⁵⁰⁴ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977, pp. 334-335. Ver também em MEIRELLES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 169.

⁵⁰⁵ Citado por SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Op. cit.*, p. 334.

Deste modo, mesmo com a extinção da *Companhia Geral de Comércio*, “o Maranhão continuará em sua marcha ascendente”,⁵⁰⁶ conhecendo um período de notável crescimento e prosperidade, com volumes de exportação cada vez maiores e balanças comerciais muito expressivas. Apesar de ter sido superado mais tarde por Pernambuco e Bahia, o algodão – ao lado do cultivo de arroz – tornou-se estratégico e vital para o crescimento e desenvolvimento da região, em todos os aspectos, sobretudo o comercial, por constituir a matéria-prima de base para a indústria têxtil inglesa que, a partir de 1776, não pôde mais contar com o abastecimento realizado através da produção norte-americana, em razão da declaração de independência das treze colônias.⁵⁰⁷

Além do aumento do consumo da fibra pela indústria têxtil européia, outro fator que contribuiu para o sucesso da grande lavoura de algodão é a simplicidade de seu cultivo, muito menos dispendioso que a produção açucareira em outras capitanias. Além disso, a cultura do algodão já existia na América portuguesa, desde o início da colonização. A fibra, nativa da América, teve o seu cultivo muito difundido, mormente em razão das necessidades de vestuário para os colonos. No Maranhão, onde a cultura do algodão sempre teve alguma importância para o comércio interno local, até se tornar o principal produto, os novelos de fio e pano foram utilizados como moeda:

O commercio da capitania do Maranhão não passava de rolos de pano grosso d’algodão para o interior, e capitanias vizinhas, especialmente Minas-Geraes e Goiaz, donde vinha em retorno ouro em pó, ou em barra em comboios, que deciam [sic] pelo Iguará. De Lisboa vinha annualmente um navio com a frota, que todos os annos sahia de Portugal para o Brazil, o qual em retorno dos efeitos, que trazia, carregava dos poucos generos, que então apareciam; e tornando-se a juntar com a frota, voltava para Portugal.⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, p. 147. Ver também em PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 82.

⁵⁰⁷ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820*, p. 344.

⁵⁰⁸ PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense ou relação histórica da Província do Maranhão, em que se dá notícia dos sucessos mais celebres n’ella tem acontecimento desde o seu descobrimento até o anno de 1820, como também das suas principaes produções naturaes, etc., com um mapa da mesma provincia e um dicionario abreviado da lingua geral do Brazil*. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LIV, Parte I. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & Cia., 1891, p. 106.

A par da pouca expressividade que teve a lavoura de gêneros tropicais no norte da América portuguesa no começo de sua exploração, o hábito de utilizar o algodão como moeda tornou-se uma cultura tão arraigada no Maranhão colonial que, ainda em princípios do século 19, os valores monetários locais eram mormente expressos através daquela mercadoria, cujo valor nunca cessou de aumentar:

Erão as produçoens da capitania muito insignificantes no seu principio, e pequeno, ou nenhum o seu commercio. Reduzião se as primeiras à cultura de hum pouco de arrôs vermelho, farinha de mandioca, milho, mamona, algum caffè, que quazi tudo se consumia no paiz: havia também sua pequena produção de algodão que os naturaes fiavão, e reduzindo a novellos, e rollos de panno, formavão o representativo da moeda, reputando-se o novello tecido, ou rollo de panno por dez mil reis, de sorte que ainda hoje a gente ordinária nas suas pequenas permutaçoes, de compra, e venda, se explica pelo termo de tantos rollos de panno, para designar outros tantos dez mil reis.⁵⁰⁹

Até a criação da *Companhia Geral de Comércio*, portanto, quando inicia a sua produção em grande escala para exportação e consumo do mercado europeu, o algodão era apenas uma cultura de expressão local de pouca ou nenhuma importância e pouquíssimo valor econômico. Seu papel na economia local não ia além de seu uso na fiação de panos e tecidos grosseiros, utilizados sobretudo no vestuário dos escravos e classes mais pobres da população, como ocorria em geral em toda a colônia. O volume de sua produção era tão pequeno que a sua exportação chegou a ser proibida durante algum tempo no Maranhão, em virtude da escassez do produto para o consumo local:

Em hum destes primeiros annos, Jozé Mauricio Gomes, lavrador na boca do Itapucurú, no sitio ainda hoje chamado da Boa Vista, tambem foi o primeiro que apresentou na caza da companhia as primeiras seis sacas de algodão beneficiado, sendo já administradores della Joaquim Barboza, e Jozé Vieira da Silva, os quaes informando a companhia em Lisbôa deste augmento de lavoura, lho mandarão agradecer para continuar neste exportação, por quanto a camera do Maranhão em bando do 1º. De Fevereiro de 1703, a mandáva prohibir, tanto em caroço, como em rama, à excepção dos rollos de panno para o Pará, e capitancias adjacentes, por ser em damno dos moradores, e o único remedio de que se costumavão valer para o seu vestuário, e para o contracto, do panno que era a moeda corrente.⁵¹⁰

Com a *Companhia Geral de Comércio*, as exportações de algodão tiveram um aumento expressivo e inegável ano após ano, saltando de 651, em 1760, para 63.510 arrobas em

⁵⁰⁹ GAYOZO, Raymundo José de Souza. *Op. cit.*, pp. 168-169.

⁵¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 179.

1788 e atingindo a marca de 402.244 após a abertura dos portos, em 1809.⁵¹¹ Graças à ação da *Companhia*, e à conjuntura internacional, o Maranhão deixou de ser uma região de importância desprezível, passando a ocupar um papel decisivo na economia colonial, devido às grandes exportações de algodão e aos crescentes *superávits* da balança comercial. Um dado importante sobre o fluxo comercial em São Luís é o movimento de navios em seu porto que, antes da criação da companhia, era de apenas três por ano, atingindo 26, em 1788,⁵¹² e depois alcançando um movimento médio anual de 100 a 155 navios no fim do período colonial, atingindo em breve uma exportação extremamente expressiva, da ordem de um milhão de libras.⁵¹³

Outras capitanias seguirão o mesmo passo do Maranhão, como é o caso de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Contudo, é no Maranhão que a grande lavoura de algodão tem um caráter expressivo e de grande impacto para a economia da região, uma vez que aí ela parte praticamente do nada, aumentando com velocidade e tornando-se, em pouco tempo, uma economia de grande expressão no contexto colonial. Em pouco tempo, a colônia americana de Portugal se impõe como um dos grandes produtores mundiais da fibra, propagando-se rapidamente por todo o seu território, de norte a sul. O algodão tornou-se então uma cultura de tão grande impacto para a economia colonial, que todos os grandes produtores, em todas as capitanias, querem aproveitá-lo e colher os lucros do *boom* econômico da cotonicultura, transformando o fenômeno econômico em um verdadeiro “acesso de febre”⁵¹⁴ entre os lavradores:

Le coton est cultivé depuis le nord du Brésil jusqu’à la *Serra das Furnas* sur le délicieux plateau des *Campos Geraes* ; mais, au-dessous de ce plateau, la culture du *gossypium* s’étend jusque dans le voisinage de *Porto Alegre* par le 30° 2’ (Voy. mon *Introduction à l’histoire ades Plantes les plus remarquables*). On ne saurait croire que, dans une étendue de terrain aussi immense, il n’existe pas une foule d’espèces ou de variétés différentes de cotonniers.⁵¹⁵

⁵¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 179 e 220; Folha 218, Mapa nº. 3.

⁵¹² *Idem, ibidem*, Folha 218, Mapa nº. 3.

⁵¹³ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Op. cit.*, p. 346. Ver também em FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000, p. 96.

⁵¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, p. 147.

⁵¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Tome Second; Paris; Grimbert et Dorez, Libraires, 1850, p. 107.

Além disso, a expansão da lavoura do algodão teve tanto impacto sobre a colonização da capitania, que se estendeu pelo vale do Rio Itapecuru até alcançar a região da atual cidade de Caxias, ao sudeste do Maranhão,⁵¹⁶ tornando-se um avançado entreposto comercial do interior maranhense, quase tão importante quanto São Luís, responsável direto por mais da metade da produção algodoeira maranhense. A razão do avanço da atividade agrícola em direção ao interior deve-se às características e singularidades da cotonicultura. Diferentemente das culturas tropicais que já estavam instaladas e foram praticadas desde o início da colonização no Brasil, em especial o tabaco e o açúcar, o algodoeiro não se adapta à umidade excessiva nem à irregularidade das precipitações nas regiões litorâneas da costa brasileira, o que provoca a deterioração da fibra quando se abrem os caroços. Portanto, será nas regiões mais afastadas do litoral, onde o clima é mais seco, as chuvas são mais escassas, porém mais regulares, que se encontram as condições e os terrenos mais propícios ao plantio do algodão.⁵¹⁷

O avanço da economia algodoeira em direção ao interior é, por outro lado, um significativo sintoma de como a capitania sofreu transformações expressivas em sua estrutura sócio-econômica, sobretudo a partir da implantação da Companhia Geral de Comércio. As dificuldades de avanço rumo ao interior do território brasileiro, em virtude das distâncias, doenças e constantes ataques dos indígenas, constituíam empecilhos permanentes durante o período colonial para o surgimento de núcleos urbanos importantes. Apesar destes fatores, a cidade de Caxias prosperou em razão da economia algodoeira, a ponto dos naturalistas bávaros, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philippe von Martius, em viagem pelo Brasil entre 1817 e 1820 – pouco antes, portanto, da independência –, publicarem um testemunho importante sobre a região, fornecendo alguns dados que dão uma dimensão bastante aproximada dos fatos:

Caixias (Vila desde 1812), antigamente Arraial das Aldeias Altas, *é uma das mais florescentes vilas do interior do Brasil*. Monta a 30.000 o número de habitantes do seu termo. Deve a sua prosperidade à cultura do algodão, explorada desde uns vinte e tantos anos, com afinco, em seu interior, e fomentada em toda a província

⁵¹⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, p. 148. Ver também em PRADO JÚNIOR, Caio, *História econômica do Brasil*, p. 83.

⁵¹⁷ *Idem, ibidem*.

pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, assim como à atividade comercial de seus habitantes, entre os quais se encontram muitos europeus. *Mais da metade de todo o algodão produzido na província é despachado daqui para a capital*, e, nos últimos anos, o número de fardos embarcados em Caxias, cada um do peso de 5 a 6 arrobas, subiu de 25.000 e até 30.000, que, avaliando baixo, mesmo no interior, vale uns 1.650.000 u 1.980.000 florins.⁵¹⁸

Sobre a qualidade do algodão maranhense, os viajantes estrangeiros tecem os seguintes comentários:

Entre as qualidades de algodão do Brasil, só a de Pernambuco, na qual são incluídas as de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, é superior a do Maranhão. A primeira é ainda mais cuidadosamente escolhida e beneficiada, sua fibra é um tanto mais fina, porém mais curta, e, portanto adequada especialmente para panos muito delicados, que não precisam possuir particular resistência. O algodão do Maranhão dá fios iguais, sólidos, resistentes, alvos, que se prestam tanto para tecelagem de meias duráveis e finura média, como para chitas de cores variadas. Por isso, os fabricantes apreciam o algodão desta qualidade logo após o das ilhas marítimas da Geórgia, de Bourbon e de Pernambuco, e igual às melhores qualidades da Bahia, Caiena e Surinã e preferem-no muito aos algodões das Índias Orientais. Por esse motivo, a procura e exportação, principalmente para Liverpool, no tempo de nossa estada, tomaram incremento acima de qualquer proporção, o que se fez sentir pouco depois por uma paralisação das vendas.⁵¹⁹

O crescimento da economia algodoeira, e do interior maranhense, não se medem, entretanto, somente pela prosperidade visível da vila de Caxias, segundo os naturalistas bávaros. Ultrapassados os limites urbanos da “florescente” vila do interior maranhense, os viajantes notam, com a admiração e espanto peculiares aos europeus que exploravam estas regiões pouco desbravadas e em geral incultas, a intensa modificação da paisagem tropical através de inúmeras fazendas algodoeiras construídas ao longo do leito do Rio Itapecuru em direção a São Luís, o que, sem dúvida, é um indicador bastante confiável de como a cultura do algodão alterou radicalmente o perfil econômico, cultural e, portanto, a paisagem nativa da região, antes selvagem e pouco explorada durante o período colonial, ampliando de modo definitivo as fronteiras da presença humana civilizada em toda a capitania, dotada agora de um complexo agro-econômico:

⁵¹⁸ SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. *Op. cit.*, p. 255. Grifos meus.

⁵¹⁹ *Idem, ibidem.*

(...) Quanto mais nos afastávamos de Caxias, mais numerosas eram as fazendas, cujo extenso casario indicava a opulência de seus donos.

A casa de morada dispõe, em geral, de suficiente número de aposentos; tem uma varanda na fachada principal; e como os grandes armazéns, é coberta de telhas. De Caxias até próximo do Rio Codó, abre-se a paisagem entre a vegetação das margens mais ou menos elevadas, em verdes campinas férteis, ora interrompidas por moitas baixas ou palmeiras indaiás, ora se dilatavam livremente a leste e a oeste. Para o norte, porém, estende-se ininterrupta a mata, desde a margem do rio até três ou cinco léguas pelo interior das terras. Quando nos descreveram a região deste rio como o mais fértil para o cultivo do algodão e, sobretudo, como o mais favorável terreno da província para toda espécie de lavoura, estranhámos a princípio não avistar senão relativamente poucas plantações, entre as matas e campos incultos. Entretanto, percorrendo algumas dessas fazendas de algodão, chegamos a ter a explicação na quase incrível fertilidade mesmo. Conquanto, [sic] o atual momento do ano fosse época de colheita temporã, secundária, encontramos, entretanto, em algumas plantações de algodão, tudo esvoaçando de branco, das inúmeras cápsulas que acabavam de abrir-se, e pudemos convencer-nos de que uma plantação, abrangendo sem interrupção as margens deste rio, poderia fornecer algodão para as necessidades de toda a Europa.⁵²⁰

O algodão, portanto, tornou-se indiscutivelmente um dos produtos de exportação mais importantes do Brasil colonial, em especial no Maranhão, que passou a ser conhecido como a “economia do algodão”, cuja participação na exportação variou entre 73% e 82%, ou seja, correspondia a praticamente todo o movimento econômico da capitania.⁵²¹ Já em 1780, o algodão respondia por 24% das receitas auferidas pelo comércio colonial, superado somente pelo açúcar, que abocanhava 34% das exportações. Os dois produtos tinham tanta força e expressão econômica durante este período que, quando se compara as exportações das colônias norte-americanas com a Inglaterra, da ordem de 1,7 milhão de libras em 1774, constatou-se que o valor é correspondente a 70% das exportações brasileiras no mesmo intervalo de tempo.⁵²²

A partir destes indicadores, é possível aventar a hipótese de que, durante o século XVIII ao menos, a economia colonial brasileira era, em variedade e volume, maior que a norte-americana. Considerando os indicadores econômicos durante os três séculos coloniais, a economia “brasileira” deveria ser a maior economia do mundo, em termos de balança comercial. Algumas estimativas, baseadas no cálculo sobre a média do valor das exportações em um período de 12 anos – entre 1796 e 1807 –, ao ser dividido pela população total,

⁵²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 262-263.

⁵²¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 229.

⁵²² BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. *Op. cit.*, p. 589. (SUBSTITUIR)

apontam que a renda *per capita* brasileira, neste período, considerando que as exportações respondem por $\frac{1}{4}$ da renda gerada, era de US\$ 61,2.⁵²³ De acordo com tais cálculos, as capitanias do Maranhão e do Piauí, em razão do tamanho e diversificação que a economia da região alcançou com a atuação da Companhia de Comércio, ocupava a liderança, com US\$ 112,28.⁵²⁴ Ou seja, quase o dobro da renda *per capita* do Brasil colonial da época, que, entretanto, quando considerado o poder aquisitivo contemporâneo e a elevação da população da colônia a três milhões de habitantes, ao terminar o século XVIII não deveria superar 50 dólares, segundo as estimativas menos otimistas.⁵²⁵

Alguns fatores explicam esta conjuntura. Primeiro, é necessário desconsiderar, no cômputo destes dados, a imensa população de trabalhadores escravos, cuja participação na distribuição de renda é inexistente. Contudo, deve-se pontuar que o caso do Maranhão, ainda neste particular, ocupa uma posição excepcional, em razão dos elevados indicadores de renda *per capita* para a época, já que a densidade demográfica dos escravos não era a mesma para todas as regiões do Brasil colonial. Com efeito, em termos absolutos, a população de escravos no Maranhão somente deveria ser superada pela da Bahia, mas em termos percentuais o caso maranhense é singular, pois reúne a maior concentração de escravos em relação à população livre, alcançando em algumas épocas o percentual de 66% da população absoluta.⁵²⁶

No entanto, esse percentual conheceu em diversos períodos acréscimos e decréscimos, apesar das constantes levas de escravos africanos que o Maranhão recebeu desde 1756. Embora a população como um todo era vítima freqüente de epidemias de doenças tropicais, que às vezes provocavam ondas devastadoras de morte, é evidente que a população de escravos era a que mais sofria, em virtude das péssimas condições em que vivia e do tratamento aviltante que recebia por parte de seus proprietários. Contudo, o seu contingente, apesar dos constantes óbitos e do processo de mestiçagem, foi sempre bem mais expressivo que o da população livre:

⁵²³ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op. cit.*, pp. 652-653.

⁵²⁴ *Idem, ibidem.*

⁵²⁵ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, p. 95.

⁵²⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op. cit.*, p. 654.

A população total da Província é de 152.893 almas, porém classificada com distinção de idades, sexos, estados, condição e cores [...]. Distinguimos quatro classes de habitantes: primeira, brancos; segunda, bronzeados ou índios; terceira, mulatos; quarta, pretos. [...] *A terceira é que mais tem aumentado*, e lhe podemos chamar nova porque é posterior à entrada dos brancos e pretos. A quarta, isto é, a população preta, sensivelmente tem diminuído, porque no decurso de 66 anos desde 1756, têm entrado no Maranhão 98.433 escravos vindos da África, e comparado este número com o existente de 87.266, acha-se um *déficit* de 11.167.⁵²⁷

De acordo com os dados deste censo, realizado pelo tenente-coronel português Antônio Bernardino Pereira do Lago em 1819, a população de escravos do Maranhão ocupava 57,05% da população absoluta da capitania, de modo que essa diferença entre a população livre e a população escrava é decisiva para a análise da distribuição da renda *per capita* da região. Até mesmo o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, em célebre passagem em que compara o Pará e o Maranhão, não deixa de comentar o desequilíbrio patente entre a população livre e a escrava das duas capitanias, demonstrando assim o grande desnível de acumulação e consumo de riquezas nas duas regiões do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo no caso do Maranhão:

Ultimamente do que temos ponderado, conhecemos agora, qual seja a razão, porque à proporção das respectivas faculdades, he maior a exportação, que a Metrópole está fazendo dos generos cultivados do Pará. O Maranhão pode-se dizer, que só tem augmentado a sua Povoação com a introducção dos escravos: o Pará a tem augmentado com os mesmos escravos e com a numerosa concorrencia de habitantes da Metrópole, a qual he sustentada pelo trabalho dos dittos escravos; e sendo com o mesmo trabalho sustentada tambem em grande parte a multidão de indios que é apartada da cultura, he evidente que será no Pará maior o consumo dos generos cultivados, do que no Maranhão, e que pode a proporção ser no Maranhão maior a quantidade do supérfluo, que he o que se exporta, do que no Pará sem nos persuadirmos pela exportação, que o Maranhão tem feito maiores progressos na Cultura, do que tem feito o Pará.⁵²⁸

É precisamente neste aspecto que reside a explicação para a elevada renda *per capita* do Maranhão, considerando os indicadores do período colonial, em relação à renda *per capita* média do Brasil. É evidente que, sendo a população livre do Pará bem mais numerosa que a do Maranhão, o consumo de uma parcela da produção era também maior. Deste mo-

⁵²⁷ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, pp. 23-24. (grifos meus e do autor)

⁵²⁸ ANÔNIMO. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXII, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, pp. 154-155.

do, no Maranhão, o excedente da produção que não era consumido poderia ser exportado, de modo que a renda *per capita* da capitania era forçosamente maior, tomando, é claro, como medida, o valor da exportação. Mesmo levando em consideração a limitação da eficácia e aplicação do conceito de renda *per capita* em uma economia onde a força de produção é o trabalho escravo, que qualquer dado desta natureza deve “constitui[r] uma simples indicação, pois o conceito mesmo de renda só com muita reserva se pode aplicar a uma economia em que grande parte do produto não se integra no setor monetário”,⁵²⁹ e que a situação talvez certamente não seja a mesma se compararmos os dados do consumo com os da produção interna, é necessário pontuar que a força da economia maranhense desse período permite, com largo embasamento empírico, tais ilações, uma vez que o crescimento econômico da região segue uma marcha ascendente desde a fundação da Companhia de Comércio.

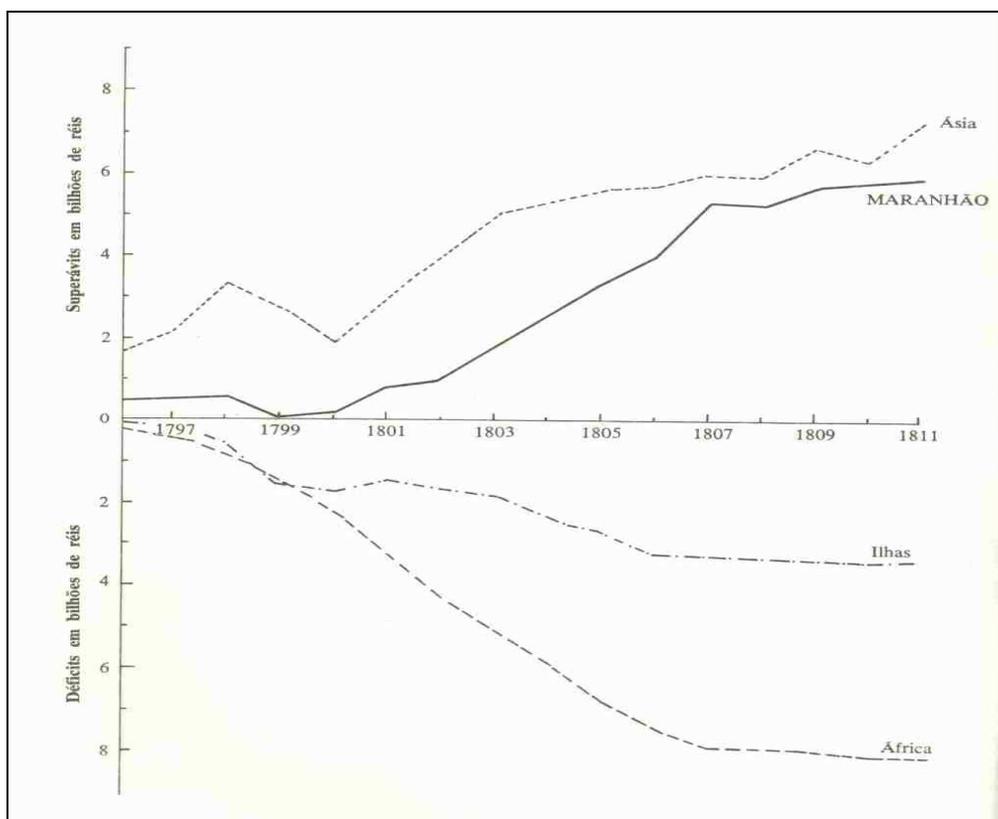


Tabela 1: FONTE: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*, p. 238.

⁵²⁹ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, p. 178.

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, o quadro colonial e econômico altera-se profundamente. O Maranhão, apesar de ver aumentada a distância que o separava da corte quando esta se radicou no Rio de Janeiro, experimentou também as vantagens da elevação de *status quo* da colônia a Reino Unido. Como resultado direto da política de abertura de portos, em 1818, às nações de todo o mundo, as exportações maranhenses sofreram um impacto significativo e conseqüente crescimento. Conforme vimos, o fim do período colonial marcado pelo movimento crescente de navios no porto de São Luís, que atingiu o impressionante fluxo de 155 embarcações em 1818, com uma balança comercial de mais de um milhão de libras, situação muito privilegiada no contexto da época, já que o restante das províncias coloniais estavam passando por dificuldades em razão do fim do grande ciclo de mineração, pois o volume de exportação do Maranhão o colocava, em contexto de crise, como a segunda maior economia do Brasil, superando a de Pernambuco e igualando-se à Bahia.⁵³⁰

Este período de prosperidade perdurou ao longo de mais de meio século, alterando radicalmente a feição e as condições de vida da população maranhense e refletindo, sobretudo, em sua formação sócio-cultural, uma vez que os excedentes gerados pela economia local permitiram o surgimento de uma abastada “elite” econômica, política e cultural no Maranhão, que teve assim o privilégio de formar quadros intelectuais importantes, originando mais adiante o mito da “Atenas Brasileira”, construção alegórica deste período de riqueza e esplendor cultural da região.⁵³¹ Isto sem citar, por ora, a considerável agitação cultural resultante de tais condições, analisada mais adiante.

Portanto, a representação historiográfica da “Atenas Brasileira”, de modo inelutável, está atrelada à prosperidade econômica maranhense, ao surgimento de uma “elite” de homens de letras, associados a um período de abundância e riqueza que permitiu, com isto, o soerguimento da mais expressiva *cidade letrada* do norte brasileiro, que se tornou a urbe ludovicense.⁵³² O cultivo do algodão e do arroz é a causa econômica, através da Companhia de Comércio, que permitiu o surgimento e crescimento de uma sociedade diferenciada

⁵³⁰ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Op. cit.*, p. 346.

⁵³¹ *Idem, ibidem.*

⁵³² *Idem, ibidem.*

ao norte do Brasil, tendo prosperado e acumulado riquezas durante tempo suficiente à criação de algumas cidades letradas, cujos habitantes procuravam reproduzir alguns luxos e maneirismos culturais próprios da metrópole européia. Como conseqüência do acúmulo de riquezas, surge uma vida cultural mais diversificada e rica, em conformidade com o nível educacional e cultural da população, sobretudo da elite maranhense, assunto o qual analisaremos detidamente mais adiante.

O fato é que, antes da chegada de D. João VI no Rio de Janeiro e o conseqüente processo de modernização e reestruturação da cidade carioca para instalar a corte, São Luís já tinha experimentado um avançado *processo civilizatório* decorrente dos lucros obtidos com a exportação do algodão, entre outros produtos, o que possibilitou, em conseqüência, uma intensa atividade cultural que elevou a capital maranhense á categoria de *cidade letrada*. Com a economia maranhense entre as quatro maiores do Brasil, São Luís assume um papel de destaque entre os núcleos urbanos do país, ocupando o lugar de cidade importante do norte brasileiro, atrás somente do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Além disso, o processo de acumulação de riquezas através da economia algodoeira e arrozeira, que responde entre 73% a 82% das exportações, tornava o Maranhão, durante o período colonial, um dos maiores fornecedores de tributos, mais do que o resto do império português, com a exceção das capitanias brasileiras. Mesmo com o declínio da economia algodoeira, o produto continuou ocupando o primeiro lugar nas exportações maranhenses até fins do século 19,⁵³³ quando outras culturas substituíram o seu peso na balança comercial, sobretudo a cultura do arroz. Um quadro muito indicativo da importância das províncias é orçamento imperial, como o de 1823, após a independência brasileira, onde temos uma idéia aproximada da ordem de prioridade que estas ocupavam em relação aos indicadores de prosperidade econômica:

⁵³³ BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. *Op. cit.*, p. 590.

PROVÍNCIAS	RECEITA	DESPESA	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA PASSIVA
Pará	332:972\$808	312:186\$519	205:511\$842	342:158\$627
Maranhão	767:837\$338	749:523\$746	363:219\$060	51:757\$759
Piauí	72:558\$037	58:686\$929	348:319\$360	—
Ceará	138:784\$437	104:749\$640	185:390\$025	2.577\$995
Rio G. do Norte	42:222\$235	39:263\$266	8:318\$370	79:898\$808
Paraíba	247:711\$203	217:220\$059	58:671\$366	8:931\$640
Pernambuco	1.436:726\$265	1.321:060\$718	257:961\$841	57:681\$327
Alagoas	123:444\$795	114:614\$586	—	—
Sergipe	34:477\$127	32:224\$384	—	—
Bahia	1.644:413\$934	1.595:872\$207	112:088\$885	404:271\$949
Espírito Santo	17:726\$994	66:000\$000	—	—
Rio de Janeiro	6.580:112\$166	6.336:748\$216	285:997\$412	12.055:580\$456
São Paulo	279:788\$445	265:174\$889	128:269\$745	211:473\$432
Santa Catarina	29:203\$941	107:524\$580	—	45:356\$053
Rio Grande do Sul	530:816\$392	434:049\$071	434:611\$076	244:147\$036
Cisplatina	456:091\$025	437:414\$750	17:024\$150	54:318\$325
Goiás	56:676\$310	54:833\$546	153:186\$018	158:853\$331
Mato Grosso	117:530\$000	116:971\$720	28:167\$7000	785:439\$331
TOTAIS	12:908:798\$452	12.364:218\$826	2.586:736\$850	14.502:372\$067

FONTE: SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. Pág. 424.

Estes números e indicadores econômicos são importantes para uma adequada compreensão do surgimento da cultura letrada no Maranhão, especialmente a São Luís do século 19, quando a capital maranhense adquire uma importante projeção no cenário intelectual nacional após a declaração de independência em 1822. Isto não quer dizer, é claro, que a produção cultural está total e necessariamente condicionada aos fatores sócio-econômicos. Contudo, a análise da infra-estrutura, deles dimanante, torna possível um correto cotejo dos meios que a permitem, tanto em suas origens quanto em sua duração e manifestação. Ora, os fatores econômicos diretamente derivantes da instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estão na base da constituição de grupos de letrados nas cidades ao norte do Brasil colonial, o que torna imprescindível o confronto entre a dimensão econômica e a cultural da sociedade.

Antes, porém, de avançar mais a respeito dos “atenienses” propriamente ditos, convém realizar um cotejo da historiografia da região no intuito de atingir a compreensão do fenômeno discursivo e alegórico da “Atenas Brasileira”, em escala genealógica. Portanto, é necessário comentar, através do relato dos “clássicos” da historiografia local, as etapas da

formação econômica e histórica de São Luís e do Maranhão, com o objetivo de comparar os sintagmas explicativos a respeito da prosperidade e da decadência da sociedade maranhense e, deste modo, visualizar algumas peculiaridades da cultura letrada da região, sobretudo a capital maranhense, para assim melhor aduzir os elementos que contribuíram para a definição da estrutura do campo literário até o surgimento do primeiro grupo de “atenienses” do Maranhão, ou seja, indagar quais os fatores sócio-econômicos que condicionaram ou propiciaram a construção de São Luís como um dos protótipos de *cidade letrada* brasileira, assim como o Rio de Janeiro.

2.1.3.1. *O passado como alegoria do presente e invenção do futuro*

UM MODO DE COMPREENDER um dos mitos fundantes da “Atenas Brasileira” é analisar a *idealização do passado*⁵³⁴ de São Luís do Maranhão não apenas como *cidade letrada*, mas sobretudo a construção de marcos históricos específicos, articulados em torno de um discurso sobre a genealogia de um período de *prosperidade* seguido de *decadência* no campo econômico. O ponto fundamental deste discurso é a noção de *presencialidade do passado*,⁵³⁵ cujo nível semântico é a representação de um conjunto de sintagmas que obedecem a padrões explicativos sedimentados na práxis discursiva de um determinado campo intelectual. Ou seja, segundo essa noção, toda vez que um tema específico é agenciado pela produção intelectual, toma-se obrigatoriamente como ponto de partida um evento criteriosamente datado, que uma vez acionado cumpre uma função canônica, constituindo-se, portanto, em um lugar sagrado de produção de discurso, cujo objetivo é servir como princípio para toda compreensão do presente, de acordo com o estabelecido pelo campo intelectual, através da tradição erudita por ele criada para atingir este fim. No caso do Maranhão, é notável como todos os esforços explicativos do campo intelectual, sobretudo concernentes ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da economia da região, concentram-se es-

⁵³⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983, p. 68.

⁵³⁵ *Idem, ibidem*, p. 198.

pecialmente a partir da segunda metade do século XVIII, em que a data de 1755-56 funciona como uma espécie de *marco-zero* da história econômica e agrícola local.⁵³⁶

Deste modo, um conjunto de interpretações realizadas durante o início do século 19 foram as responsáveis pela instituição de um padrão explicativo corroborado de modo genérico pelos intérpretes e epígonos subseqüentes. Estes, por sua vez, adotaram o mesmo discurso, os mesmos pressupostos, recursos de estilo, as mesmas modalidades de explicação e percepção do objeto-tema, que é a *decadência da lavoura* e, deste modo, da economia maranhense. Com isto, criou-se uma longa tradição interpretativa no Maranhão, que consiste em reproduzir, de maneira mais ou menos consciente, a estrutura de pensamento que organiza a produção do campo intelectual sobre dois períodos distintos: o de *prosperidade* e o de *decadência*. Com a repetição, fixação e inculcação de determinados elementos explicativos através da produção do campo intelectual, estes se tornaram lugares comuns, já que o uso difuso pelos intérpretes, na condição de autores consagrados, permitiu o surgimento de um *pensamento de escola*.⁵³⁷ Estes autores são os *patronos* e os *clássicos*⁵³⁸ deste padrão explicativo.

As interpretações mais importantes produzidas por estes *patronos* e *clássicos* da historiografia local encontram-se entre 1813 e 1822, período no qual se realiza a leitura da prosperidade da lavoura maranhense e do levantamento de sua decadência posterior. O primeiro destes autores é Raimundo José de Souza Gaioso, cujo *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão* é escrito em princípios de 1813 e publicado em Paris em 1818, *patrono* da cadeira número 13 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. O segundo, em escala cronológica de importância, é Francisco de Paula Ribeiro, cujos relatos são produzidos entre 1815 e 1819,⁵³⁹ também *patrono* da cadeira número 12

⁵³⁶ *Idem, ibidem.*

⁵³⁷ BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-143, citado por ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 28.

⁵³⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 29.

⁵³⁹ Os seus trabalhos mais importantes são os seguintes: *Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às capitânicas do Maranhão e de Goyaz, no ano de 1815, em serviço de sua magestade fidelíssima*. In: RIHGB, 1º. Trimestre de 1848, pp. 5-80; *Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão; processo de suas hostilidades sobre os habitantes; causas que lhe tem dificultado a redução; e unico methodo que seriamente poderá reduzi-los*. In: RIHGB. Tomo Terceiro, 1841, pp. 184-197, 297-332 e 442-456; *Descrição do territorio de Pastos Bons nos sertões do Maranhão, propriedade*

do mesmo instituto. Além destes, também são importantes os relatos de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, que escreve em 1820 sua *Poranduba maranhense* e é o *patrono* da cadeira número 16 do IHGM, e Antônio Bernardino Pereira do Lago, *patrono* da cadeira número 14 do instituto, produzindo entre 1818 e 1822 os seus principais trabalhos, *Itinerário da província do Maranhão* e *Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão*, ambos elaborados antes da independência política do Brasil em relação ao reino de Portugal.

Este conjunto de autores, portanto, estão na gênese explicativa, como intérpretes tutelares da historiografia local, dos elementos discursivos que permitem a idealização do passado como fonte dos sintagmas sobre a prosperidade e a decadência econômicas da região. Além destes, consagrados como *patronos* da historiografia maranhense, há outros que autores que, apesar de não serem considerados como tal, desfrutam de outros mecanismos de consagração por terem produzido textos que tratam acerca do problema da *decadência da lavoura*. É o caso de João Antônio Garcia de Abranches – cuja importante atuação política e jornalística durante as lutas de emancipação política do Brasil, a favor do partido português, trataremos mais adiante –, que escreveu em 1821 o *Espelho crítico-político da província do Maranhão*, publicado em Lisboa em 1822, dividido em capítulos sobre os “progressos da lavoura” e “as circunstâncias dos lavradores”. Garcia de Abranches é apontado como um *clássico* inquestionável pelos elaboradores de histórias da literatura em nível local, de modo que seu nome é apontado freqüentemente em *panoramas* e *apontamentos* da literatura maranhense. Outro autor concebido como *clássico* é Manoel Antônio Xavier, que em 1822 concebeu a *Memória sobre o decadente estado da lavoura e comércio da província do Maranhão*, em forma de manuscrito que depois foi confiado ao IHGB, a fim de ser catalogado em seu arquivo de documentos para uma posterior publicação.

O que está em jogo é, portanto, a origem de um mito explicativo, de uma representação do passado, na qual a historiografia local cumpre um papel decisivo, cujo objetivo fundamental é o resgate de um “passado glorioso”, através da afirmação contínua das peculiaridades sócio-econômicas, com a finalidade de construir uma alusão diferenciada a uma

de seus terrenos, produções; carater de seus habitantes, colonos, estado atual de seus estabelecimentos. Lisboa, 1819. Citado por ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, pp. 29-30.

porção da nação brasileira, cuja importância econômica, especialmente a partir da segunda metade do século 19, começou a declinar e, portanto, sai de uma posição política central e ingressa na periferia econômica. Com a perda do posto de grande economia, ocupado durante o período colonial e parte do imperial, restou à elite maranhense a exploração de uma riqueza em particular: conservar a memória do passado, analisar as condições de decadência e propor uma superação, ao mesmo tempo em que a capital maranhense é erigida, depois da adesão do Maranhão ao Brasil independente, como um lugar propício ao desenvolvimento das luzes e das letras.

Com efeito, ao longo do discurso historiográfico produzido a respeito da região, a tradição e a invenção da identidade maranhense são pontos vitais para a elaboração de um imaginário comum, de modo que tanto os intérpretes da história local quanto os literatos maranhenses estão inscritos em uma longa tradição teleológica criada a partir de padrões explicativos emanados do campo do poder e do campo das letras, antes mesmo do surgimento do primeiro “grupo maranhense” até os presentes dias. Esta tradição tem servido, ao longo de sua existência, como instrumento de legitimação das práticas de poder das elites intelectuais e mesmo políticas no plano provincial, com o intuito de fixar a identidade do campo do poder à identidade do campo das letras.

Mas há um ponto de articulação decisivo na constituição deste discurso: um conjunto de práticas semânticas ou sintagmas que agem em conjunto para fixar a idéia de decadência econômica e, portanto, cultural, cuja genealogia está em pontos pulverizados da história e da historiografia regional, saídos diretamente da produção intelectual dos *clássicos*.⁵⁴⁰ Desse modo, o campo intelectual maranhense está inscrito em uma espécie de teleologia, cuja origem se encontra no século 19, no momento em que o Maranhão passou a ser construído pela historiografia regional como um lugar privilegiado, que já possuiu um grande destaque e prosperidade, uma posição de relevo no quadro colonial e depois nacional. Este discurso, fortemente calcado em apoio documental e em uma cuidadosa seleção de fontes e sintagmas delas extraídos, funciona apenas dentro desta lógica de campo, cuja filiação se encontra nos “clássicos” oitocentistas, testemunhas oculares de uma época de riqueza, portanto dignas de confiança e crédito. Segundo esta historiografia arrancada diretamente dos *clássi-*

⁵⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 29.

cos, a província saiu de uma situação excepcional, de opulência e prosperidade, tendo depois mergulhado em um período de decadência e miséria, cujos resultados se arrastam negativamente até hoje, colocando o Maranhão entre os estados mais pobres do país:

Esta Província, que tanto *prosperou* pela riqueza de seus productos agricolas, tem cahido por esta parte em *decadencia* em razão da baixa consideravel, que tem soffrido no mercado o preço do algodão, que, como se sabe, constitue o ramo de sua maior lavoura.⁵⁴¹

Colocados, portanto, como figuras exponenciais e orientadoras do campo historiográfico oficial, estes *patronos* e *clássicos* têm suas interpretações adotadas pelo campo do poder que, deste modo, são impostas ao campo intelectual e à vida cultural do Maranhão. O que a ossatura deste discurso historiográfico não revela é que foi escrito por membros da decadente elite local, ressentida da perda de seus lucros do passado, agora escasseados não somente pela falta de competitividade de seus produtos mais destacados no mercado internacional – o algodão, a cana-de-açúcar e o arroz –, como igualmente em consequência de perder cada vez mais relevo na esfera política e cultural do país, uma vez que o centro das decisões políticas não é mais Portugal, mas a corte fluminense, longe demais da realidade e dos interesses oligárquicos ativos no Maranhão. Desta forma, segundo esta historiografia da prosperidade e da decadência, o Maranhão perde sistematicamente, década após década, a antiga e confortável situação de riqueza que gozava durante o período colonial, época em que a “opulência” da aristocracia local teria alcançado seu momento mais expressivo.

Contudo, com a adoção das interpretações extraídas dos *clássicos* pelo campo do poder, temos a propagação de suas visões sobre a idealização do passado através das instituições que depois os integrarão em suas galerias e panteões, como o IHGM. Com isto, tornam-se fonte de consulta obrigatória para qualquer trabalho que queira elaborar alguma visão sobre o passado econômico da região, de modo que, com o fim de atingir respeito e posterior consagração, qualquer autor tem que citá-los ineludivelmente. Deste modo, as

⁵⁴¹ AMARAL, Antônio Joaquim Álvares do. *Falla que recitou o Presidente da Provincia do Maranhão Antonio Joaquim Alvares do Amaral na abertura da Assembléa da mesma Provincia em 28 de julho de 1848*. Maranhão: Typographia da Temperança, 1848, p. 32. Também citado por ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 89. Ver também em JANOTTI, Maria de Lourdes M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ed. Ática, 1977, p. 116.

citações, feitas sempre em um tom de solene reverência ao *clássico* e utilizadas como elemento de autoridade, à medida que surgem os epígonos, contribuem cada vez mais para que os textos dos intérpretes consagrados, tidos como canônicos, tornem-se impenetráveis a todo cotejo crítico, de tal forma que é impossível, a partir dos pressupostos do discurso historiográfico elaborado pela longa tradição do campo intelectual, desmontá-lo, questioná-lo ou colocar em suspensão qualquer uma de suas afirmações. Como são repetidas à exaustão pelos epígonos, as concepções veiculadas pelos *patronos* e *clássicos* ganham força de autoridade e tornam-se, com o tempo, inquestionáveis e resistentes a críticas, de modo que se convertem em elementos indissociáveis da práxis do campo intelectual, que já não pode deles prescindir para sua existência. A circulação dos padrões explicativos contidos nestes autores, à força de tanta repetição e inculcação, adquire o caráter de *tradição*, de modo que é absorvida pelo inconsciente cultural, até que não se perceba mais a própria reprodução e os textos de origem. Depois de enormemente difundidos, tais textos tornam-se de tal modo difusos na produção intelectual, e até mesmo no senso comum, que mesmo sem ler ou identificar os autores o inconsciente cultural repete as concepções e os padrões explicativos, e é levado a interpretá-los como verdades assentes, auto-evidentes e inquestionáveis.

No entanto, os textos escritos por Gaioso, Abranches, Ribeiro e Pereira do Lago, entre outros, não representam apenas a manifestação de um tipo específico de produção intelectual, mas também uma interpretação orientada pelo próprio campo de atuação dos intérpretes, uma vez que é constituída de visões bem peculiares dos grupos sociais de origem de cada autor. No caso dos textos elaborados por Gaioso e Abranches, por exemplo, a visão veiculada pertence aos *lavradores*, ou mais especificamente os grandes proprietários de fazendas de algodão. O próprio Gaioso era um grande proprietário da cidade de Rosário e, no *Discurso preliminar* ao seu *Compêndio*, apresenta-se como um *lavrador* que se desviou de sua função para a elaboração de um documento sobre o estado da lavoura de sua região: “basculhando alguns indigestos manuscritos, confuzamente digeridos nas horas vagas da minha agricultrice ocupação... [...] desde que recebi esta incumbência, até ao que me recollo para a minha lavoura”.⁵⁴² Com efeito, o autor adverte que seu *Compêndio* foi elaborado

⁵⁴² GAYOSO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, pp. XXIV-XXV.

“em nome dos lavradores”,⁵⁴³ esclarecendo ainda que aceitou a tarefa de expor com detalhes “os entraves que hião arruinando a lavoura do paiz”,⁵⁴⁴ com vistas a entregar o texto final do documento ao governador da época, o general Paulo José da Silva Gama, “em nome de todos os lavradores interessados no bom exito dessa submissa representação, para serem encaminhadas ao throno, os fundamentos das nossas queixas”,⁵⁴⁵ com que se pretendia, assim, encontrar-se alguma solução para a *decadência da lavoura*.

Já no caso de Garcia de Abranches e Manoel Antônio Xavier, cuja produção intelectual dá-se algum tempo depois à de Gaioso, há notadamente um tom de ataque e crítica em relação aos especuladores da escravatura e do comércio de algodão, ligados a empresas inglesas cuja finalidade era o monopólio dos preços para exportação. Ambos os autores agem como representantes dos interesses comerciais dos lavradores do Maranhão, através de um texto que tem como principal interlocutor o Estado, concebido a título de requerimento e endereçado às principais autoridades do período, para as quais são dirigidas todas as queixas, ataques, críticas e reivindicações.

Os outros autores, Paula Ribeiro e Pereira do Lago, já concebem as suas produções intelectuais a partir do pragmatismo de suas atividades, pois ambos eram militares, sobretudo a serviço dos interesses metropolitanos. Paula Ribeiro, especialista no comando de expedições de caça e punição de indígenas, era major graduado, enquanto Pereira do Lago era coronel do Real Corpo de Engenheiros e, com esta formação, adquiriu habilidade na confecção de trabalhos cartográficos. Ambos os autores realizaram, no exercício de suas funções, incontáveis viagens de reconhecimento pelo sertão maranhense, sobretudo Pereira do Lago, que produziu, entre 1818 e 1822, importantes estatísticas sobre a geografia, topografia, população, organização política e eclesiástica da província, agricultura, fauna e flora, comércio, indústria e história do Maranhão. Neles é possível encontrar, em especial, os pontos de vista mais difundidos a respeito dos agrupamentos indígenas do Maranhão e, principalmente, sobre as populações livres do sertão, na maioria constituídas de índios “domesticados”, que viviam em *ociosidade*, segundo estes autores, apenas porque ainda dependiam, em larga escala, da coleta e da caça, em conformidade com seus antigos hábitos

⁵⁴³ *Idem, ibidem*, p. XXVI.

⁵⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁵⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. XVIII.

de sobrevivência. Estes autores representam, portanto, as interpretações oriundas do avanço paulatino da sociedade colonial, através de seu braço militar, em direção aos territórios habitados pelos indígenas ou além do raio de abrangência das plantações de algodão, com a finalidade de ampliação da fronteira agrícola e do aumento da presença do poder central. Além disso, seus trabalhos são considerados complementares aos outros autores, como Gaioso e Abranches, porque são atravessados pela mesma finalidade, que é apresentar ao governo o estado geral de uma determinada matéria e assim oferecer sugestões à solução de certos problemas que impedem o desenvolvimento dos negócios da região. O que caracteriza, portanto, este conjunto de textos, é o *caráter aplicado* ⁵⁴⁶ de seus conteúdos, como o fato de nomear o governo como interlocutor inevitável.

Outra característica desta produção intelectual a respeito da economia maranhense é a presença de um recurso metafórico muito comum, que representa a região como um organismo vivo e robusto, porém debilitado e doente, para o qual é necessário “alcançar o remédio”. ⁵⁴⁷ A decadência da lavoura é a doença que provoca os “males” ⁵⁴⁸ que enfraquecem o organismo que é o Maranhão. O expediente do organismo doente funciona, portanto, como um elemento capaz de dissipar as dúvidas em relação às medidas necessárias à resolução do problema, de modo a garantir a objetividade e a eficácia do discurso sobre o assunto. A metáfora oriunda da biologia empresta a seriedade científica às assertivas utilizadas e corrobora o sentido da produção intelectual.

Ademais, trata-se de uma produção intelectual notadamente *subordinada*, ⁵⁴⁹ uma vez que, além da unidade temática, é revestida de uma evidente subordinação às autoridades temporais e religiosas, representadas pelo Estado e pela Igreja. Esta subordinação, portanto, além de permitir que os textos sejam agrupados em torno das mesmas características discursivas, é responsável direta pelo sentido das concepções veiculadas como também pelas limitações das críticas, formulações e sugestões apresentadas. De um modo geral, os textos são dedicados e oferecidos principalmente às autoridades temporais, como D. João VI, no caso de Pereira do Lago, em sua *Estatística histórico-geográfica da província do Mara-*

⁵⁴⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 37.

⁵⁴⁷ GAYOSO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, p. XXVIII.

⁵⁴⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁴⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 40.

nhão, ou “à saudoza memoria” do Rei de Portugal D. José Primeiro, no caso de Gaioso em seu *Compêndio*. De qualquer forma, a dedicatória é uma estratégia que visa garantir não somente a livre circulação e distribuição dos livros, como também expressar formal e publicamente a fidelidade e submissão dos autores aos poderes estatais e religiosos. Deste modo, os autores estabelecem o diálogo com seus interlocutores, que só podem ser criticados ou esclarecidos dentro de limites ideológicos específicos, estabelecidos pelas doutrinas religiosas e pelo poder estatal:

Se porem contra as minhas boas intençoens se achar neste compendio alguma proposição contra o Estado, ou contra a religião; *eu desde já me desdigo, e estou prompto a emenda-la*, e a dar todas as satisfaçoens. Porem se pelo contrario, havendo publicado as minhas reflexoens com christão, como vassallo, e como membro da republica, ellas darem motivo á censura d’aquelles a quem ellas não fazem conta, então despresarei a injustiça dela, ou a combatarei se for digna d’isso.⁵⁵⁰

O oferecimento ao Estado e à Igreja, portanto, constitui mais que uma simples garantia à livre circulação dos textos, uma vez que estabelece critérios indelévels de subordinação para toda a produção intelectual, cujo conteúdo era regulado pelas coerções emanadas dos poderes governamentais e eclesiásticos. Com isto, não se pode descartar as pressões sociais exercidas sobre as interpretações realizadas por estes trabalhos, circunscritos ineludivelmente ao espaço limitado de noções e visões preconcebidas que são, por isso mesmo, o fundamento ideológico desta produção, cuja objetividade é solapada de modo contínuo pelo caráter subordinado de seus conteúdos.

Efetivamente, a economia agrária e escravista que dá sustentação e base aos empreendimentos e à riqueza da província é um dos pontos fundamentais de articulação para a elaboração do discurso em torno de um período de riqueza e desenvolvimento. Contudo, uma série de acontecimentos provocou um imenso abalo na estrutura econômica maranhense, e conseqüentemente em toda a sociedade. Além dos surtos algodoeiros internacionais, causados com a saída dos Estados Unidos do mercado, então o principal abastecedor do produto para a indústria inglesa, em duas ocasiões – a independência do país e a Guerra da Secessão -, tiveram profundo impacto os movimentos e as revoltas sociais, como a Balaiada, que

⁵⁵⁰ GAYOSO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, p. XXXIV.

provocaram enormes perdas financeiras em todas as fazendas do interior, afetando, portanto, o equilíbrio das exportações e a geração de divisas. Outros fatores, ainda mais importantes que estes, são o fim do tráfico negreiro e a exportação em grande massa de escravos do Maranhão para as províncias do sul e do sudeste brasileiro, além da reativação da lavoura de cana-de-açúcar e a tentativa de criação de núcleos de colonização de emigrantes estrangeiros entre os anos de 1853 e 1856. A maior parte destes acontecimentos, no entanto, se deu entre 1840 e 1880, ou mais especificamente ao longo dos quarenta e nove anos do Segundo Reinado. Este foi um período politicamente agitado para a província, o que pode ser medido através do excessivo número de ocupantes do cargo de presidente, aproximadamente noventa governantes, entre presidentes e vice-presidentes em exercício. Destes, quarenta e três presidentes foram efetivamente nomeados para o cargo, enquanto o restante o exerceu em regime de interinidade. Este é o período em que a representação da decadência econômica surge nos documentos oficiais da província, seguindo os pressupostos já assinaladas entre os *patronos* e os *clássicos* da historiografia maranhense:

A expressão desta rotatividade dos administradores provinciais permite que se imagine um corpo permanente de funcionários ou burocratas provinciais especializado em produzir documentos oficiais ou então que se suponha a cristalização de uma prática burocrática de repetir indefinidamente imagens e figuras de retórica evocadas em documentos anteriores. Quanto mais repetidas se acharem nos escritos oficiais, tanto mais segurança transmitem a quem queira reproduzi-las. Na repetição palmilha-se um terreno comum e se incide em fixar termos e expressões que asseguram a ilusão da certeza e da exatidão, mesmo quando são maiores as incertezas e o desconhecimento por parte dos administradores. Através dela é que se institui um léxico considerado apropriado aos documentos, é que se fixa palavras ou expressões consideradas “chaves” ou que sempre se supõe traduzir a “situação real” da província.⁵⁵¹

Ora, a utilização do discurso da decadência da lavoura como padrão explicativo ad-
vém mais do esforço de repetição e inculcação, no sentido de formar uma tradição, do que da descrição da realidade econômica da província. Deste modo, com a repetição e inculcação do discurso da *decadência*, surge uma determinada modalidade de produção intelectual, que pensa a situação econômica e cultural da província não só através dos patronos e clássicos da historiografia local, como também encontra um poderoso eco no discurso político

⁵⁵¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 77.

oficial. As imagens da decadência e da prosperidade atravessam, portanto, os sucessivos documentos elaborados pela burocracia da província, tornando-se uma formulação comum em todas as facções (bem-te-vis e cabanos) e partidos políticos (liberais, conservadores) do período, em disputa constante pelo poder provincial a título de salvar a região da ruína econômica advinda da decadência. Com a repetição dos mesmos argumentos através dos diferentes atores políticos, o discurso sobre a decadência da lavoura, e conseqüentemente da economia, assume um caráter de inquestionabilidade, de algo indiscutível e evidente por si mesmo:

Não há quem as refute e todos são unânimes em recorrer a elas [formulações] para definir as condições econômicas e sociais da província quaisquer que sejam, em diferentes tempos. Tanto são registradas num *Relatório* apresentado à Assembléia Legislativa em junho de 1844, quanto num outro em 1857 ou ainda num terceiro de 1876, e assim em diante até fins da década de 80. Não há grande variação no tom dos documentos. A monotonia dos textos oficiais, fruto deste consenso, é coextensiva ao próprio significado da *decadência* suspendendo, pela repetição infinita, a possibilidade de dúvida e do dissentimento.⁵⁵²

Com isto, os documentos oficiais se encarregam de construir e tecer tanto o sentido como a origem da *decadência*, enquanto discurso, como se compusessem, ao fim, um único texto. Adota-se, no entanto, uma estratégia para a elaboração da origem, que é a busca, através de retrospectiva e esforço genealógico, de uma data-início, estabelecendo assim um intervalo de tempo que permitiria instituir um divisor de águas entre o começo de uma fase e o fim de outra. Vale dizer, a origem da *decadência* está atrelada à *prosperidade*, e, portanto, é preciso delimitar o período anterior ao fenômeno da *decadência*, correspondente à *prosperidade* da região. Por esta razão, os documentos oficiais e a historiografia local são unânimes em tomar como marco a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, elegendo como data mais remota, para o início de sua história, o ano de 1855. Ao olhar para o passado a fim de explicar o presente, toma-se o fenômeno da prosperidade econômica da região como contraponto para o surgimento da decadência. Deste modo, em oposição ao período de declínio, o agenciamento de um período de riqueza e prosperidade atua como elemento de orientação do discurso e conduz, inevitavelmente, à constatação da

⁵⁵² *Idem, ibidem*, pp. 79-80.

existência de uma chamada “idade de ouro da lavoura” da província, utilizada aqui como ponto inicial da argumentação. É o que se lê no *Relatório* apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Maranhão, em sessão ordinária de 1856, Comendador Antônio Cândido da Cruz Machado:

*A idade de ouro da lavoura desta província data do estabelecimento da companhia de commercio do estado do Gram-Pará e Maranhão, cujos estatutos forão approvados pelo alvará de 7 de junho de 1755; até essa epocha as producções da capitania de São Luiz erão insignificantes, e nenhum o seu commercio. Além do arroz vermelho, chamado arroz da terra, mandioca, milho e café, os seus moradores nada mais cultivavão, a não ser em pequena escala, o algodão que fiavão e reduzião a novelos e a rôlos de pano; o que constituia o representativo da moeda na capitania.*⁵⁵³

O padrão explicativo adotado segue sua argumentação em torno da notoriedade que o Maranhão teria assumido nos quadros da exportação colonial, com a introdução e produção significativa de dois gêneros agrícolas: o algodão e o arroz. Estes produtos, que melhor se aclimataram ao clima rude dos trópicos equinociais, ostentam grande expressão após a criação da *Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão*, a partir da proposta elaborada pela Câmara do Senado de São Luís em 1752,⁵⁵⁴ depois encaminhada sob a forma de projeto, composto de cinquenta e cinco artigos, em 6 de junho de 1756,⁵⁵⁵ e aprovado pelo rei Dom José I em 7 de junho, tendo iniciado suas atividades em 7 de agosto do mesmo ano.⁵⁵⁶

⁵⁵³ MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apressentou na sessão ordinaria de 1856 o Exm. Presidente da Provincia*. Maranhão: Typographia Constitucional de I. J. Ferreira, 1856, pp. 74-75. Citado por ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 82. (grifos do autor)

⁵⁵⁴ MEIRELLES, Mário Martins. *Op. cit.*, p. 169.

⁵⁵⁵ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão – 1612-1895*. 1º. Volume. Reedição facsimilar. Associação Comercial do Maranhão; Prefeitura Municipal de São Luís, 1992, p. 70. O projeto da Companhia vai assinado, entre outros, por Sebastião José Carvalho e Melho, o Marquês de Pombal. Supõe-se que o tenha feito enquanto ministro. Porém, segundo Viveiros, J. Lúcio de Azevêdo, em sua obra *O Marquês de Pombal e sua época*, apresenta o Marquês como sócio da empresa: “Pelo menos seus inimigos o increpavam de haver recebido, em nome da mulher, certo número de ações beneficiárias.”

⁵⁵⁶ *Idem, ibidem*. Há uma divergência entre os historiadores locais neste ponto. Mário Martins Meirelles afirma que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi fundada pelo alvará de 7 de agosto de 1755, enquanto Jerônimo de Viveiros registra a data de 7 de junho de 1756. Como Viveiros está apoiado em uma fonte supostamente mais confiável, que é a *Coleção da legislação portuguesa, de 1750 a 1762*, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva, publicada pela Tipografia Maignrense em Lisboa, 1830, é de supor que a segunda, apresenta por Viveiros, seja a data correta.

Após muitas querelas com os jesuítas, especialmente com o padre Antônio Vieira durante o século XVII, os “colonos” maranhenses resolveram, diante de todas as dificuldades em escravizar o indígena, efetivar a constituição de uma sociedade com o objetivo de explorar o comércio de importação de escravos negros. A idéia, de autoria do governador-general Mendonça Furtado,⁵⁵⁷ contava com um grande apoio para a aprovação e efetivação do projeto: o fato de ser o irmão do todo-poderoso Marquês de Pombal.⁵⁵⁸

Com a intensa coadjuvação da Companhia de Comércio, portanto, iniciou-se o decantado período de enriquecimento econômico da região, cuja gênese permanece associada até hoje, desde meados do século 19, através de historiadores e economistas maranhenses, ao período pombalino e ao governo de Melo e Póvoas (1761-1775), considerado uma espécie de patrono da prosperidade da capitania, cuja opulência somente tornou-se possível devido ao seu empenho em dotar o Maranhão de infraestrutura compatível com o seu enriquecimento repentino:

Melo Povoas, que ainda n'este tempo governava a capitania do Maranhão, foi pelo mesmo monarca eleito capitão general da mesma, e por isso tomou nova posse a 7 de Agosto de 1775.

Ainda oje [sic] se suspira por este verdadeiro *creador* da capitania; elle só cuidava em aumental-a promovendo a lavoura, e o comercio. Não faltando ás obrigações de seu governo edificava os povos frequentando os templos, pois para tudo temos tempo, quando temos vontade...

(...) Fundou algumas povoações, pondo-lhes nomes portuguezes, segundo a ordem, que para isso teve. Mandou fazer o palácio dos governadores, que oje existe, e deu outras providências (...).

⁵⁵⁷ MEIRELLES, Mário Martins. *Op. cit.*, p. 169.

⁵⁵⁸ Não é este o único momento em que Pombal esteve presente nas decisões que mudariam o perfil econômico desta região assolada pelo isolamento e pela miséria. Após o ministro de D. José ter feito seu irmão governador geral e capitão-general do Estado de Grão-Pará e Maranhão, também conseguiu aquinhoar outro cargo da alta administração estadual, conferindo a seu sobrinho, o coronel de engenheiros Joaquim de Melo e Póvoas, a quem primeiro teria confiado o governo recém-criado da Capitania de São José do Javari do Rio Negro e, em seguida, da antiga Capitania do Maranhão, cargo que ocupa a partir de 16 de julho de 1761. A criação de tais capitanias, sob o protetorado e mão firme de Pombal, não tinha apenas a finalidade de empregar os seus, mas assegurar que regiões um tanto inóspitas ou desabitadas desta colônia pudessem ser colonizadas por uma população e uma infra-estrutura igualmente mínimas que garantissem lucros à Coroa, e também ao próprio Pombal. Com a nova companhia fundada e funcionando, grandes comerciantes de Lisboa e do Porto, convencidos por Pombal, também ficaram interessados na movimentação dos lucros que poderiam gerar a fundação de um comércio desta envergadura. A Companhia Geral de Comércio começaria a operar, portanto, com o capital inicial de 1.200.000 cruzados, ou Rs. 488:000\$000, divididos em 1.200 ações de Rs. 400\$000, das quais 1.164 foram subscritas, e o restante talvez fora oferecido ao Marquês de Pombal, em nome de sua mulher. *Idem, ibidem.*

*Finalmente, o estado de opulencia, em que se axa oje o Maranhão, deve-se a Melo Povoas, e á companhia geral do comercio.*⁵⁵⁹

A produção historiográfica local aponta, portanto, esta época como o período áureo da economia maranhense, de modo que a ação da *Companhia de Comércio* tornou a pedra balisar para a interpretação do sucesso e da prosperidade da capitania, cujas bases permitiram, com o volume das exportações e a acumulação de capital, o surgimento de uma elite agrária e escravista de fortes ligações culturais e comerciais com a antiga metrópole. A *Companhia* teve tanta importância e capital, e suas ações eram tão valorizadas no mercado, que sua liquidação levou décadas para ser concluída:

“De 1760 a 1771, zarparam de São Luís, para os portos portugueses, 71 navios, conduzindo 112.339 arrobas de algodão, 4.437 de arroz, 21.084 de gengibre, 398 de cacau, 249.780 de atados (corous curtidos), 225 alqueires de tapioca, 439 pães de cera, 23 peças de lona de algodão, 3933 quartos de óleo de copaíba, 138 toros de madeiras fina, 1.564 hastes de paineira, 5.350 velas de sebo, 1.599 madeiras para navio, cravo, fumo, café, sola, anil, seda em rama, âmbar, tartaruga, etc.,” registra Fran Paxeco em sua *Geografia*.⁵⁶⁰ E é bastante para demonstrar o de quanto proveito foi a Companhia para o Maranhão.

No ano de 1778, em que foi extinta, só em algodão o Estado exportou o equivalente a Rs. 474:377\$000, importância apreciável para a época.

Por muitos e muitos anos arrastou-se a liquidação da poderosa instituição e quando da publicação de seu último balanço, em 1768, houve um sorteio de Rs. 6\$000 por ação; mas só em 1814 seria ela definitivamente liquidada.⁵⁶¹

O que temos, portanto, é uma periodização ortodoxa cuja principal articulação consiste em separar este tempo, em que se consolida a prosperidade, de um tempo anterior, em que riqueza e florescimento econômico não existiam, à semelhança do período de decadência da lavoura descrito nos relatórios e documentos oficiais da província. Trata-se, neste sentido, de realizar a oposição entre a barbárie e a civilização através da oposição entre *prosperidade* e *decadência*, de modo a tornar inquestionável a necessidade de reconstrução e recuperação da antiga vitalidade da economia:

Á este periodo de atrazo e de barbaria liga-se a escravidão dos índios, assim como á *epocha do desenvolvimento e da prosperidade* do Maranhão prende-se um

⁵⁵⁹ PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense...*, pp. 107-108.

⁵⁶⁰ PAXECO, Fran. *Geografia do Maranhão*. São Luís; Tipografia Teixeira, 1923.

⁵⁶¹ MEIRELLES, Mário Martins. *Op. cit.*, p. 170.

acontecimento notavel, a publicação da lei que proclamou a liberdade destes infelizes [...].

[...]

Coincidio com o estabelecimento da companhia de commercio, e com a protecção concedida a lavoura do antigo estado do Maranhão e Gram-Pará, o desenvolvimento da industria manufatureira na Inglaterra, o invento de Spinning-Jenny e o seu aperfeiçoamento; alem deste, outro acontecimento veio tambem influir para maior e mais rapido augmento da capitania de São Luiz; e foi a expulsão dos jesuitas, quatro annos depois do estabelecimento da companhia do commercio; porquanto os bens que possuem, arrematados pelos particulares, proporcionão a mitas familias estabelecimentos ja montados e baratos, o que, para os moradores deste estado, foi uma reparação dos prejuízos que lhes havia causado a dita lei de 6 de junho de 1755.⁵⁶²

Note-se que a *decadência* não funciona, ao longo dos sintagmas deste discurso, como um simples sinônimo de *barbárie*, pois o presente em questão não é interpretado como um retorno a esta última. Deste modo, a idealização do passado como uma “época de desenvolvimento e prosperidade” é a representação de um futuro a ser alcançado, de um vir-a-ser que é inspirado por aquilo que deixou de ser ou está deixando de ser. A barbárie, tomada como o oposto da civilização, não é o ponto de partida para falar do presente, mas sim a “idade do ouro”, representada pelo período de atuação e influência da Companhia de Comércio e o conseqüente desenvolvimento da economia local.

Portanto, um conjunto de autores e historiadores são os responsáveis diretos pela criação de alguns marcos cronológicos que servem para estabelecer um momento de abundância e riqueza econômica da região durante o período colonial e parte da história após a emancipação política do Brasil, seguido de decadência e perda de importância econômica. Se, de qualquer modo, a periodização realizada a partir da fundação da Companhia representa a criação de uma época riqueza e desenvolvimento no plano discursivo, isto acarreta ao menos uma conseqüência notável em toda a historiografia sobre o período, produzida, sobretudo, por e para maranhenses: toda e qualquer explicação econômica está necessária e inexoravelmente atrelada a esta suposta “idade do ouro”, cujos principais fatores, ligados à produção, teriam sido a introdução da mão-de-obra escrava do africano e a exportação de enormes quantidades de arroz e de algodão. Portanto, com este nó historiográfico, tem iní-

⁵⁶² MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apressentou na sessão ordinaria de 1856 o Exm. Presidente da Provincia*. Maranhão: Typographia Constitucional de I. J. Ferreira, 1856, p. 75. Citado por ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, pp. 82-83.

cio a cantilena – em panegíricos, poemas, prosa de ficção, ensaios de história, apontamentos, panteões, biografias, – sobre a época de opulência da economia maranhense, fornecendo assim o lastro econômico que permitiu o surgimento do mito da “Atenas Brasileira”.

Porém, lancemos um olhar mais atento sobre a produção historiográfica a respeito deste período de fausto e opulência, através dos marcos temporais estabelecidos pelos historiadores locais. Mais ainda, observe-se não apenas como tal período foi construído no imaginário, ou como se deu a sua “invenção”, mas igualmente a análise da trajetória percorrida e como tudo se desencadeou até o surgimento do “Maranhão opulento”.

Com efeito, estabeleceu-se uma panacéia ao redor destes marcos temporais de tal modo que qualquer tentativa de cotejo ou análise da economia e da riqueza local tem que ser filtrada por este conjunto de sintagmas explicativos, que engessam toda explicação crítica do passado e do crescimento econômico da província. Como estes autores estão postos como clássicos da historiografia maranhense, as suas interpretações do passado colonial, bem como do período imperial, são como mecanismos inquestionáveis e inevitáveis de uma máquina discursiva que nega qualquer discurso ou análise alternativos à mítica “idade do ouro” da economia e cultura maranhenses.

No entanto, o fato é que o período de sucesso da economia algodoeira maranhense é, na verdade, apenas um momento de prosperidade relativa e efêmera, uma vez que a expansão da cotonicultura na região está atrelada às demandas do crescimento industrial na Inglaterra. Isto, somado ao sucesso da rizicultura, entre outros produtos locais, torna crível que os bem-sucedidos empreendimentos maranhenses, até mesmo em função da lógica escravista que tutelava a mentalidade da elite agrária local, devem ser encarados apenas como um ciclo de breve duração até o surgimento de fatores decisivos para a sua derrocada, como a competição norte-americana, mais eficaz e dinâmica, que desagregou e por fim solapou a riqueza erigida sobre bases tão frágeis. Embora estivesse demonstrada a viabilidade de uma economia sustentável no norte do Brasil, as taxas expressivas de crescimento econômico só foram possíveis, a bem da verdade, em razão do ingresso da mão-de-obra escrava, o tamanho da fronteira agrícola e o aquecimento do mercado internacional de algodão em função da demanda inglesa.

O primeiro destes autores, concebido como fonte das explicações econômicas e “clássico” da historiografia local, é Raimundo José de Sousa Gaioso, com seu *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, publicado em 1818, em Paris. Como Gaioso foi o principal cronista da história do estabelecimento, desenvolvimento, auge e extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, tornou-se fonte incontornável para todos os pesquisadores da história da economia da região. Deve-se considerá-lo, em virtude de sua importância documental, o fundador da periodização historiográfica a respeito do período áureo da economia maranhense, utilizada inicialmente para legitimar o comércio da mão-de-obra escrava africana e promover a expansão da cultura do algodão e do arroz, este último introduzido, em 1765, pelo capitão José Vieira da Silva, administrador da Companhia:

Resta agora mostrar quaes são as que formão a sua principal exportação, e riqueza, e dessa analyse ser verá igualmente o prodigioso aumento que tem tido os dois gêneros mais importantes da lavoura do paiz, isto he o arrôs, e algodão.

187. Pelo mappa N.º I mostramos que a exportação de algodão para Lisbôa foi, no anno de 1771, de 4055 arrobas 20 libras em pluma, e a do arrôs de 2847 arrobas 23 libras sucado (§ 148) Para agora comprovar esse prodigioso, e progressivo augmento, offereço os dous mappas N.º II e N.º III da exportação geral para Lisbôa e Porto nos dous annos de 1783, e 1788, primeiros da minha residencia nesta cidade, que levão todo o character da maior authenticidade possível, por serem formalizados sobre os mappas individuaes, que cada capitão apresentou na secretaria do governo nos dias da sua sahida. Pelo mappa N.º II, que he o da exportação de 1783, se mostra haverem-se exportado para Lisbôa, e Porto, em 22 navios 9046 sacadas de algodão em pluma, com 49756 arrobas e 8 libras; e 164519 libras de arrôs sucado. Pelo mappa N.º III, pertencente a exportação geral de 1788, que já foi maior, foi a deste anno em 26 navios para os mesmos portos, de 11354 sacas de algodão com 63510 arrobas e 15 libras em pluma, e de 56810 sacas com 513434 arrobas 13 de libras de arrôs sucado.⁵⁶³

Com isto, segundo Gaioso, tem início um período de fausto e opulência da economia colonial maranhense. Este difundido período vai incrustar o Maranhão em posição privilegiada nos quadros da economia colonial, uma vez que, segundo o que se pode depreender do relato do cronista maranhense, os investimentos da metrópole portuguesa na província vão aumentar conforme o interesse gerado pelos lucros auferidos com a importação dos

⁵⁶³ GAYOZO, Raymundo Jozé de Souza. *Op. cit.*, pp. 218-219. Apresentaremos os mapas citados nos anexos a esta tese.

dois produtos. Deste modo, começa a invenção da periodização sobre a *prosperidade* da economia do Maranhão durante o período colonial:

Huma producção de riquezas tão brilhante, huma exportação tão avultada no curto espaço de pouco mais de 40 anos, depois de huns princípios tão pequenos, parecião ter do mundo a mesma duração. *Huma capitania que se fez opulenta com o producto de dois gêneros sómente, merecia ve-los gozar de huma franqueza, se não absoluta, ao menos que lhe não estancasse seus progressos.*⁵⁶⁴

Há em Gaioso a articulação de duas vozes, nitidamente contrastantes: de um lado, mantém o encômio e o explícito entusiasmo com que vê a época de florescimento da economia colonial; do outro, lamenta, em um tom de desalento, a desagregação da estrutura econômica que foi permitida com a Companhia de Comércio, afirmando que a região merecia ver o prolongamento de sua riqueza e opulência, mesmo que os dois afamados produtos dela causadores não estivessem no centro da economia, permitindo ao menos que a província pudesse continuar o seu crescimento, sem permanecer estanque. O contraste é ainda maior quando o cronista continua a relatar todos os entraves que poderiam inviabilizar por completo a permanência do fausto econômico, como a expansão da lavoura: a) a escassez de terras, em função dos indígenas, com os quais se disputava os alqueires; b) o elevado preço do tráfico de escravos, sobretudo após a perseguição aos navios negreiros iniciados pela marinha inglesa; c) o preço oscilante do algodão quarto, além da nova forma de cobrança do dízimo tributado à Coroa.⁵⁶⁵ Além disso, Gaioso aponta como causas da decadência a pecuária muito rudimentar, a falta de organização da vida rural, a persistência da monocultura do algodão, entre outros fatores, os quais teriam impedido a incorporação da economia maranhense à economia do Brasil, elementos dos quais se pode aduzir o extremado conservadorismo da elite agrária local, sem visão de mercado e, portanto, sem condições de competir com a economia emergente de outros países e colônias.

Como se vê, a partir de Gaioso fundam-se as explicações que norteiam toda a gênese do fausto e da decadência da economia maranhense, em uma cantilena que tende a repisar os mesmos sintagmas, em tom de lamento, pois todos se acham destituídos da glória possi-

⁵⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 226. Grifos meus.

⁵⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp. 228-309.

bilitada por esta “idade de ouro”, que coincide com a fundação da Companhia de Comércio e a mercantilização da produção algodoeira no mercado externo.

Os cronistas desta “idade de ouro”, na linha de lamentação iniciada por Gaioso, concordam com este “princípio de prosperidade” que permitiu, deste modo, a instalação de um período de opulência, termos sempre revisitados, como a dizer que em um curto espaço de tempo a província gozou de uma posição privilegiada, rica, abundante e feliz. Todos, portanto, passam a circunvagiar em torno deste momento áureo, tocando sempre nos mesmos pontos: a fundação da Companhia de Comércio, o financiamento que permitiu a compra de grande quantidade de escravos e instrumentos agrícolas, o sucesso da economia algodoeira e arrozeira, o fluxo de capitais, os indicadores das primeiras safras, dados que estão em radical oposição ao momento em que o padre Antônio Vieira encontrava-se aqui, época de miséria, pouco comércio e isolamento:

É tão grande a necessidade, e misérias, com que se vive nesta capitania, que todos os homens geralmente, até os mais principais, andam vestidos de pano de algodão, tinto de preto; e muitos não possuem, com que o comprem, por valer preço excessivo, cõo são três tostões a vara, sendo que os anos passados não valia mais, que cem réis cada vara.⁵⁶⁶

.....
.....

...a falta de governo político, não havendo praça nem açougue, nem cousa de venda ou aluguer, com que necessariamente cada família há-de ter o que tem uma república;...⁵⁶⁷

De todo modo, o estado de miséria e pouca viabilidade econômica da região perdurou através de décadas, desde finais do século XVII até meados do XVIII, de tal modo que o governador-geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, assim escreve ao seu irmão, o ministro Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, com a finalidade de justificar a criação de uma companhia de comércio: “Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria. (...) Todos os seus moradores estão na última consternação. (...) São poucos os que ainda cultivam algum gênero”.⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ BERREDO, Bernardo Pereira de. *Op. cit.*, p. 252.

⁵⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 253. Ver também em VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil (1626-1697): Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã-Pará*. Org. de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003, p. 650.

⁵⁶⁸ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, p. 68.

Com efeito, a respeito da riqueza possibilitada pela criação da Companhia Geral de Comércio, em contraste com a pobreza e miséria anteriores, os cronistas são quase monócórdios. São sempre os mesmos tópicos discursivos, colocados como a matriz do surgimento de uma sociedade diferenciada do resto do período colonial, enfatizando o surto de desenvolvimento a partir da economia algodoeira. A teleologia da história econômica da região está atrelada, portanto, à economia algodoeira maranhense a partir da fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em direta relação com toda a política que permitiu a construção dos fundamentos da riqueza local, o que engessa qualquer interpretação sobre este período de riqueza e prosperidade.

Porém, a influência dos cronistas e literatos sobre as explicações e as balizas temporais da economia maranhense continua ao longo do século 19. Com efeito, a produção intelectual destes escritores influencia e determina também os marcos cronológicos de todos os autores que pesquisam o intervalo entre a criação da Companhia de Comércio e o declínio da economia algodoeira, inspirados na produção historiográfica oitocentista a respeito. Estes autores adotam, a mesma demarcação cronológica iniciada por Gaioso: a instalação da Companhia de Comércio como gênese de sua análise e seus marcos temporais, cuja criação permite a orientação metodológica de toda a explicação em torno da questão do monopólio comercial da região e da produção algodoeira, vital para o enriquecimento do Estado do Grão-Pará e Maranhão:

...a companhia trouxe mais de 12.500 escravos para o Maranhão, superando o problema de falta de braços; além disso foram incentivadas uma série de culturas – algodão, café, cravo, cacau e arroz. Os plantadores passaram a receber empréstimos para financiamento das safras, instrumentos para o trabalho e assistência técnica. A partir disso o algodão se dinamiza e passa a ocupar *lugar de destaque*.

⁵⁶⁹

Conforme esta perspectiva, o Maranhão conheceu, ao mesmo tempo, o ápice da cultura do algodão como igualmente o seu declínio, apontando várias causas para as épocas de fausto e opulência seguidas de períodos longos de perda de lucros. Uma delas, talvez a mais importante, é a Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América. Os preços do algodão,

⁵⁶⁹ MESQUITA, Francisco de Assis Leal. *Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850/1890)*. São Luís: UFMA, 1987, p. 54.

em função da guerra norte-americana, atingiram elevadas cifras no mercado internacional, justamente no intervalo que vai de 1861 a 1864. Com isto, é possível concluir que as exportações do algodão serviam como termômetro dos períodos de maior prosperidade seguidos de decadência econômica da província e da conseqüente falência de seu modelo mercantilista, consoante a tautologia dos esquemas explicativos adotados pela periodização desta historiografia, cuja teleologia ruma em direção ao passado, e não ao futuro. O presente é, pois, o eterno retorno do passado. Até os cronistas e viajantes estrangeiros, mesmo em períodos mais adiantados, após a extinção da Companhia Geral de Comércio, ratificam, por que real, esta ortodoxia:

Tomou incrível incremento o comércio do Maranhão, desde o surto da cultura do algodoeiro; e os três principais artigos, que são daqui exportados, algodão, arroz e couros, dão à exportação grande preponderância sobre a importação. Segundo dados oficiais, a média de exportação atingiu, nos anos de 1815 a 1820, a quantia de 3.080:604\$298; a importação a de 2.841:179\$613. (...) Depreende-se delas que a mais considerável renda do Estado provém dos impostos sobre o algodão.

.....

(...) O primeiro motivo da numerosa importação de escravos negros e, com isso, o grande progresso da lavoura, por eles realizado, deve-se buscar nos favores com que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1756 e exclusivamente privilegiada, facilitou a compra dessa infeliz raça de homens. A companhia forneceu a princípio aos plantadores, grandes capitais, sob a condição de somente serem reembolsados, depois de um ou mais anos e, por iniciativa do então Governador, Sr. Joaquim de Melo, recobrou estes adiantamentos – feitos em dinheiro, ferramentas agrícolas e escravos – descontando-os apenas das safras de algodão, para fomentar a lavoura, porém, pagou em dinheiro aos fazendeiros as safras de arroz.⁵⁷⁰

Deste modo, a ruína da lavoura maranhense, que durante o século 19 vai ser seguida do fracasso industrial, repercutiu em vários campos do conhecimento, gerando interpretações, análises e teses de especialistas, em diversas áreas, que procuravam de algum modo encontrar uma solução para a “decadência” em que mergulhou a região. Orientada pela leitura dos “clássicos” do século 19, a teleologia “decadência” tornou-se o fundamento da interpretação sobre a economia maranhense não apenas do século 19, como igualmente do seguinte, criando um engessamento interpretativo que impossibilita a visão crítica sobre a desagregação do sistema econômico herdado diretamente do modelo colonial. Realmente, a

⁵⁷⁰ SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. *Op. cit.*, pp. 272; 274.

explicação historiográfica sobre a “decadência” tornou-se o próprio sentido da história, sem que historicidade aí fosse de fato desvelada:

O que é interpretado como “idade de ouro” para quem formula em 1960 é lido como *decadência* para quem formula no período que o primeiro denominou de “idade de ouro”. A chamada *decadência* é sempre contemporânea de quem está falando. A exaltação do passado é ajustada em algum período recuado e distante. A despeito de existir consenso, quanto ao ponto de vista oficioso, presencia-se deslocamentos no corte correspondente ao passado idealizado. Sendo considerada sempre do presente, a *decadência* não varia.⁵⁷¹

A interpretação da história maranhense vai seguir, portanto, uma orientação de campo, em que a lógica interna do discurso serve para legitimar o próprio campo através de alegorias conceituais que são passadas geração após geração, até a cristalização de um pensamento orgânico, de grupo ou escola. Este pensamento orgânico é sempre refeito por um conjunto de produtores intelectuais, cujo objetivo é fixá-lo através de sua repetição. Conforme o exposto, um número determinado de autores da produção intelectual sobre a história do Maranhão, sobretudo em relação ao desenvolvimento da agricultura, estabelece a periodização sobre o período referente à instalação da Companhia de Comércio, bem como durante a sua atuação e posteriormente à sua extinção. De qualquer modo, uma datação é agenciada, tornando-se a representação do “marco zero” da história econômica da região, por conseguinte a gênese do desenvolvimento agrícola, situada em 1755-1756, que é a base para a explicação do florescimento cultural da província durante o século 19. Com a fixação de um começo, é possível criar uma teleologia para o desenvolvimento econômico e cultural do Maranhão, presente nos estudos elaborados por Gaioso em 1812-13, publicados em 1818, até alcançarmos as produções contemporâneas, publicadas sobretudo ao longo do século XX. O momento de *prosperidade* está, por conseguinte, associado ao surto de progresso a partir do funcionamento da extinta Companhia, sendo que os mesmos intelectuais, afamados *clássicos* da economia, também criam a ideia que confere à *decadência* e suas conseqüências nefastas para a prodigalidade da província. Toda a produção intelectual está voltada para estas explicações, onde se lamenta de modo unânime que uma província de grandes potenciais, rica e opulenta, tenha entrado em crise e perdido sua antiga prosperida-

⁵⁷¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. cit.*, p. 202.

de, de modo que todo intérprete do período é impelido a falar sobre o mesmo ponto de partida, estabelecido através de um acordo firmado há séculos entre os produtores.

Após a exposição dos fundamentos que constituem a base interpretativa da historiografia maranhense, torna-se necessário cotejar as condições de possibilidade para o surgimento de um conjunto expressivo de homens de letras e a configuração de São Luís como *cidade letrada* em um país de iletrados e analfabetos, sobretudo no que diz respeito ao papel determinante de algumas instituições difusoras da cultura letrada, como o surgimento de uma rede escolas, bibliotecas, livrarias, mercado editorial, imprensa e tipografias locais que permitiram o *levantamento das letras* na capital Maranhense. Analisadas as condições econômicas e o discurso historiográfico a respeito, comentemos a construção de São Luís e do Maranhão como pátria das letras.

2.1.4. A internalização da metrópole e o aportuguesamento da cultura

CONFORME O EXPOSTO, a periodização realizada a partir da fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão é o ponto de partida para a criação de uma série de narrativas sobre o período de prosperidade da economia maranhense no campo historiográfico. Isto acarreta que toda e qualquer explicação econômica está necessária e inexoravelmente atrelada a esta “idade do ouro”, à “tradição inventada” da prosperidade e decadência, onde tem início, sobretudo através da historiografia local, a decantada época de opulência e enriquecimento da economia maranhense como condição de possibilidade para o consequente surgimento da “Atenas Brasileira”, mitologia cultivada pelas gerações seguintes. Não é demais lembrar isto só foi possível graças ao processo de *transculturação* e *internalização* da metrópole, como resultado do aportuguesamento da sociedade maranhense.

O enriquecimento material permitiu, no entanto, o enriquecimento cultural, ou seja, a cidade de São Luís como *cidade letrada*. A Companhia de Comércio, criada por Pombal para o desenvolvimento do Maranhão e o Grão-Pará, que constituíam uma unidade administrativa colonial da América portuguesa, autônoma em relação ao Estado do Brasil, é assim apresentada como a causa histórica para o surgimento de uma sociedade que prosperou e acumulou riquezas durante tempo suficiente para a criação de uma cidade que procurava

reproduzir alguns luxos e sestros culturais da metrópole europeia, como uma vida cultural mais rica, de acordo com a educação e o nível cultural, de estofo coimbrão, de seus habitantes, mais elevado que a média brasileira.

Os anos relativamente curtos de prosperidade econômica proporcionados pela cotoni-cultura correspondem, deste modo, a um conseqüente período de intensa atividade cultural e intelectual em São Luís, a “idade de ouro” da historiografia local, cujas origens o crítico e historiador José Veríssimo remonta à forte presença dos jesuítas em São Luís durante a fase colonial, o que teria transformado a cidade, durante o século XVII ainda, em um importante centro de cultura jesuítica com uma incipiente atividade letrada, sobretudo ao ressaltar que o Padre Antônio Vieira, o mais relevante vulto da literatura portuguesa da época, passou boa parte de sua vida na capital maranhense:

O Maranhão foi no Brasil um dos bons centros da cultura jesuítica, toda ela particularmente literária. Ali viveu alguns anos da sua vida, pregou vários dos seus sermões, escreveu muitas de suas cartas, participou das lutas e contendas o padre Antônio Vieira. Que desde o século XVII havia em São Luís poetas, embora nenhuma tenha chegado até nós, mostra-o o fato da existência de devassas contra os *homens versistas*, autores de sátiras contra os governantes. Bequimão, o cabeça dos motins de 1684, possuía e lia livros de história de revoluções.⁵⁷²

Portanto, o padre Vieira e estes *versistas* estão integrados na longa *démarche* que aponta São Luís e o Maranhão como terra de prodigalidade intelectual, augurando um futuro de importante atividade letrada decorrente da acumulação de capitais da cultura do algodão.

Conforme o exposto até aqui, é este enriquecimento material, causado pela Companhia do Comércio criada por Pombal, por outro lado, que propiciou a exploração da vantagem da proximidade geográfica com a Europa, o que permitiu, em conseqüência, aos filhos da aristocracia agrária do Estado do Grão-Pará e Maranhão estudarem nos melhores estabelecimentos de ensino europeus, sobretudo centros universitários de Portugal, França e Inglaterra, refletindo assim diretamente sobre os modos mais urbanos, polidos e civilizados da elite branca maranhense, descendente direta de europeus, especialmente portugueses, quando não nativos da metrópole. Esta característica tornava tão peculiar a sociedade ma-

⁵⁷² VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Erechim: Edelbra, 2002, pp. 260-261.

ranhense, que os naturalistas Spix e Martius, quando viajavam pelo Brasil entre 1817 e 1820, de passagem em São Luís e arredores, observaram o seguinte a respeito dos jovens e mulheres maranhenses, testemunho que acabou tornando-se referência lapidar e obrigatória entre os sintagmas da historiografia maranhense, reproduzida como uma espécie de cantile-na comprobatória do estágio de desenvolvimento educacional e civilizatório atingido pela elite local:

Mas, do mesmo modo que não escapa esta situação à observação do viajante na parte distinta da sociedade de São Luís, um traço tampouco fica-lhe oculto, e que distingue essa cidade da maneira mais vantajosa. Refiro-me à dignidade do comportamento, ao tom seguro e educado da sociedade. Nem a grande riqueza de muitos particulares, nem os seus empenhos em copiar os costumes europeus, nem a evidente influência de numerosas firmas comerciais inglesas e francesas são a única razão dessa louvável circunstância, a qual deve, sobretudo, ser atribuída às relações mais desembaraçadas e naturais do belo sexo para com os homens. As mulheres do Maranhão, além da louvável modéstia e virtudes domésticas, também possuem um espírito, ilustrado por muitos conhecimentos, e mostram-se, daí em relação aos homens, numa independência cheia de dignidade, que mais e mais lhes dá o direito, assim como às suas irmãs européias, de fazer sentir sua influência na sociedade. Já desde muito é costume no Maranhão mandar educar em Portugal as jovens das famílias opulentas; os rapazes não raro vão também formar-se na Inglaterra e em França. É geral ouvir-se dizer que o clima desta cidade é quente demais, para permitir o estudo das ciências abstratas; e, sem dúvida, os maranhenses não invejam as cidades de Olinda e São Paulo, de obter uma universidade, como, segundo recentes notícias, o governo brasileiro resolveu. Já existem aqui um ginásio e alguns colégios públicos. Para educar a mocidade feminina, são beneméritas as freiras da Ordem de Santo Agostinho, não ordenadas e que não fazem os três votos dos religiosos, e podem de novo voltar ao mundo.⁵⁷³

Para uma cidade que contava à época com uns trinta mil habitantes, segundo estimativa dos próprios naturalistas bávaros, trata-se de um cenário bastante peculiar, sobretudo aos olhos de um viajante europeu, que esperava decerto um ambiente social mais rude e mais selvagem, distante dos padrões de comportamento do Velho Mundo. Ao contrário, conforme informam os viajantes bávaros, São Luís gozava de *status* diferenciado entre as cidades brasileiras do século 19, em virtude de sua importância econômica e das características preponderantemente européias, sobretudo portuguesas, que o processo de colonização e transculturação lhe imprimiu ao correr do tempo:

⁵⁷³ SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von, *op.cit.*, p. 271.

São Luís do Maranhão merece, à vista de sua população e riqueza, o quarto lugar entre as cidades brasileiras.

(...)

A cidade do Maranhão, com as suas imediatas dependências, conta apenas 30.000 habitantes. Notam-se, entre estes, relativamente muitos descendentes, sem mistura, de portugueses, e grande número de negros; o número de índios e mestiços de índios é pequeno. Os brancos, em cujas mãos se acham a administração, a maioria das casas de comércio e alguns ofícios, são em geral portugueses natos (filhos do reino). A sua atividade, espírito de iniciativa e antigamente também o sistema que excluía os nascidos no Brasil dos importantes cargos do Estado, deram a essa parte da população uma estranha preponderância sobre os brasileiros, disso resultando uma tensão, a qual, logo depois que partimos do Brasil, por motivo de uma catástrofe política em Portugal perturbou também aqui não raro a tranqüilidade pública. (...) Os brasileiros, nascidos na fartura e na segura posse de bens herdados, mais inclinados ao gozo do que à atividade, reconhecem a supremacia do imigrado, e abandonam-lhe, com certa timidez, a atividade comercial que enriquece, preferindo retirar-se para as suas fazendas e gozar a sua prosperidade. Embora laços de família prendam portugueses a brasileiros, restam, não obstante, diferenças no pensar, nas forças e tendências, e, como todos os anos acodem novos imigrantes, conserva-se viva a tensão dos ânimos até que qualquer motivo externo desperte as sementes adormecidas da discórdia.⁵⁷⁴

O viajante francês Alcide D'Orbigny, entre outros viajantes, teve a mesma impressão quando, treze anos depois, em 1832, esteve de passagem no Maranhão e confirmou os mesmos dados e comentários relativos à importância econômica e cultural de São Luís, realizados por Spix e Martius, reproduzindo, por meio de paráfrase, quase todo o capítulo dos viajantes teutônicos relativo aos costumes e peculiaridades da sociedade da capital maranhense, prestando assim uma deferência aos seus predecessores, dos quais decerto aproveitou o relato como um roteiro prévio para a sua viagem:

São Luís do Maranhão, que está no quarto lugar entre as cidades do Brasil, por sua população e por sua riqueza, fica situada na costa ocidental de uma ilha, formada pela foz do Rio São Francisco, ao norte, e a do Rio Bacabeira, ao sul. A cidade ocupa a parte setentrional de uma língua de terra que forma uma das extremidades da ilha.

(...)

A população de São Luís do Maranhão, compreendendo a cidade e seus arredores, pode-se elevar a 30.000 habitantes, entre crioulos portugueses e negros escravos. A população de toda a província era, em 1815, de 210.000 almas. Os índios, puros ou mestiços, são raros. A população branca do Maranhão é, verdadeiramente, notável, pela elegância de seus modos e sua educação esmerada. Não só a riqueza da região, o desejo de imitar os costumes europeus – cujo gosto foi ministrado por inúmeras casas comerciais francesas e inglesas – mas também, e principalmente, a liberdade, a boa educação, a polidez e a doçura das maranhenses.

⁵⁷⁴ *Idem, ibidem*, pp. 269-271.

ses, contribuíram para tornar aquela cidade um dos lugares do Brasil onde é mais agradável a permanência. Quase todas educadas em Portugal, as jovens maranhenses levam, consigo, o gosto pelo trabalho e pela ordem e hábitos de reserva e discrição, que, freqüentemente, faltam aos crioulos. Assim, elas moldam os costumes da cidade, tendo, sobre os homens o ascendente doméstico, mais fácil de se sofrer do que de combater. Suas virtudes justificam plenamente, aliás, essa ascendência. Quanto aos jovens são quase todos mandados a bons colégios de França e da Inglaterra.⁵⁷⁵

A proximidade geográfica de Portugal propiciou aos maranhenses, portanto, não apenas o benefício de estudar na metrópole, como de internalizá-la, torná-la parte fundamental e efetiva da cultura e da identidade da sociedade em desenvolvimento. O intercâmbio cultural entre os colonos do Maranhão e os habitantes do reino português possibilitou àquela região algumas distinções em relação ao resto do Brasil, provocadas pela separação geográfica que mais tarde refletiu em separação política, uma vez que o domínio português na região, após a expulsão dos franceses, fundadores do povoado de São Luís em 1612, começou por ali fundar uma possessão direta de Lisboa, o estado autônomo do Maranhão, sem qualquer conexão formal com as outras colônias ao sul, que formavam o Estado do Brasil.⁵⁷⁶ O resultado disso, segundo José Veríssimo, teria sido a formação de uma população de colonos de caráter diverso do resto da colônia, uma vez que as viagens mais curtas entre o Maranhão e Portugal, em relação ao tempo de navegação a vela ao Rio de Janeiro, permitiram atrair uma corrente migratória cujos laços com a pátria portuguesa ainda permaneciam fortes, refletindo assim em colonos de “melhor” qualidade:

A posição geográfica aproximava-o [o Maranhão] mais da metrópole que o Brasil, tornando-lhe as comunicações com ela mais prontas. Não seria pouco motivo para lhe atrair a imigração que se não desenraizava de todo da pátria e que é talvez, como qualidade de gente, a melhor. [...] o Maranhão recebeu menos degradados que o Brasil. Desde 1655, como galardão dos seus serviços na expulsão dos holandeses, foram pelo rei concedidos aos “cidadãos” de S. Luís (e de Belém do Grão Pará) os privilégios dos do Porto.⁵⁷⁷

O que Veríssimo corrobora com a citação das *Obras* de João Francisco Lisboa:

⁵⁷⁵ D'ORBIGNY, Alcide. *Op. cit.*, pp. 85-86.

⁵⁷⁶ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 95.

⁵⁷⁷ VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 259.

“Qualquer que fosse, pondera o mesmo historiador, a importância destes privilégios, todos (os moradores) faziam muito empenho em alcançá-los, e nesta matéria, como em tudo o mais, se introduziram pouco a pouco graves abusos. Soldados, criados de servir, mercadores degradados, cristãos novos; uns simplesmente inábeis, outros até infames pela lei, achavam maneira de introduzir os seus nomes nos pelouros, obtendo assim por uma parte as qualificações de nobreza e o exercício dos cargos da governança, e por outro a isenção do serviço militar na infantaria paga, e nas ordenanças.”⁵⁷⁸

O resultado foi, deste modo, o surgimento de uma elite agrária formada por esta “qualidade de gente” *melhor*, que teve como característica fundamental uma grande intolerância com a miscigenação, apesar de uma profunda dependência econômica do trabalho escravo, o que não se verificou em extensão e importância em qualquer outra região do país, excetuando-se a Bahia, atitude esta que depois foi tematizada pela literatura local, como no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo. A elite maranhense era assim formada, sobretudo a partir do século XVIII, por uma classe alta de extração visivelmente européia em seus costumes, *modus vivendi* e opiniões que o restante dos brasileiros, o que contribuiu para que até as cidades maranhenses, especialmente Alcântara, Caxias e São Luís, tivessem um aspecto urbanístico e cultural mais português que brasileiro, com casas de fachada ampla, azulejadas e adornadas com pedras de cantaria, construídas em três ou quatro pavimentos, com paredes de um metro ou mais de espessura e tetos altos a fim de isolar termicamente o interior das residências do calor úmido da região equatorial.⁵⁷⁹

Outra característica da elite maranhense era o fato de que possuía as suas principais residências nas cidades, sobretudo na capital, ao contrário do que acontecia com os outros fazendeiros do resto da colônia portuguesa, que preferiam viver no isolamento opulento de suas propriedades rurais, o que demonstra os ares relativamente mais cosmopolitas que estes fazendeiros do algodão possuíam em relação aos outros de demais regiões, como Pernambuco, cujo mundo social vivia a dicotomia, de horizontes mais estreitos, dos sobrados e mocambos. Aliás, as duas províncias, Maranhão e Pernambuco, possuem uma formação social que, guardadas as semelhanças e diferenças, são sob certos aspectos completamente antípodas:

⁵⁷⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁷⁹ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 95.

Comparando Maranhão e Pernambuco, se abstraído o significado do arroz na economia maranhense, resultará descoberto que as duas províncias têm um passado semelhante e contrário. Semelhante, na medida em que conheceram, como culturas econômicas principais, o algodão e a cana-de-açúcar. Contrário, porque em Pernambuco houve o predomínio da lavoura canavieira, complementada pelo algodoeira, enquanto que, no Maranhão, houve a supremacia da lavoura algodoeira, substituída, nos tempos de decadência, pela canavieira. Desta maneira, *aparecerá como grosseria sociológica toda e qualquer pretensão de explicação da sociedade maranhense, como instituída, em sua formação primária, pelo “triângulo de Gilberto Freyre” – a casa-grande, a senzala e a igreja, como contrapontos do engenho de açúcar.*⁵⁸⁰

Outro aspecto importante da sociedade maranhense, que deve ser levado em conta quando se analisa a formação social do Maranhão, é a semelhança, também lembrada por Veríssimo, do sotaque maranhense com o sotaque metropolitano, o que teria motivado o estudo da língua e o cultivo de um estilo considerado o melhor entre os falantes da língua de Camões em território brasileiro, a julgar pela obra de Francisco Sotero dos Reis, que se fez o pioneiro dos estudos gramaticais no Brasil, escrevendo os primeiros livros didáticos do gênero, como suas *Postilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* (1862), *Gramática Portuguesa* (1866), além da tradução dos *Comentários de César* (1863) e seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1867-1878), em 5 volumes. Veríssimo observa que, justamente em razão do acentuado preconceito de cor cultivado entre os brancos maranhenses, onde predominou especialmente o elemento português, a língua portuguesa teria permanecido, somando-se ao estofo coimbrão dos bacharéis do Maranhão, menos conspurcada e a mais próxima possível da prosódia dos filhos do reino:

Mais porventura do que em outra parte do Brasil se conservou estreme acolá a branca, predominando na sua capital até a Independência, e querendo predominar ainda depois dela, o elemento português. Talvez sejam estes os motivos do sotaque maranhense aproximar-se mais do que nenhum outro brasileiro do português, o que explicaria também, sabida a influência da fonética na sintaxe, que ali se tenha falado e escrito melhor do que algures. Por que são os escritores maranhenses os que menos praticam a colocação brasileira dos pronomes pessoais oblíquos, senão porque a sua pronúncia se avizinha mais da de Portugal? Não se pode mais duvidar que este fato lingüístico é em suma produzido por um fenômeno prosódico.⁵⁸¹

⁵⁸⁰ CORRÊA, Rossini. *Op. cit.*, p. 75.

⁵⁸¹ VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 260.

Segundo a visão de Veríssimo – que é natural do Pará, vizinho ao Maranhão –, portanto, entre outros fatores, a poderosa influência da cultura metropolitana teria sido decisiva para o surgimento de uma cultura letrada maranhense que em tudo procurava reproduzir ou manter-se próxima da cultura européia, conservando-se fiel ao cânone português da língua, de modo que isto se refletiu em uma produção intelectual cuja maior característica é o acento lusitano:

Quaisquer que tenham sido as suas determinantes, existia já na época da Independência o gosto literário no Maranhão. Prova-o o apuro com que ali se estudava e escrevia a língua nacional em contraste com o desleixo com que era tratada no resto do Brasil e a parte que ali se dava no mesmo jornalismo político à literatura.⁵⁸²

O fato é que, antes da chegada de D. João VI no Rio de Janeiro e o conseqüente processo de modernização e reestruturação da cidade carioca para instalar a corte, São Luís já tinha experimentado um pequeno *processo civilizatório* decorrente dos lucros obtidos com a exportação do algodão e do arroz, entre outros produtos. Apesar disso, não se pode superestimar a acumulação de capital gerada pela Companhia, pois o enriquecimento econômico somente possibilitou uma maior atividade cultural bem mais intensa após a chegada do monarca português e a conseqüente liberação dos régulos coloniais, permitindo o surgimento de algumas instituições irradiadoras de cultura e letras, como a construção de um teatro em 1817⁵⁸³ e a conseqüente organização de eventos, como peças, saraus musicais e literários apresentados por companhias líricas trazidas com exclusividade de Lisboa, que se apresentavam em São Luís e em Alcântara, para o deleite dos aristocratas locais. Antes disso, havia pouca ou nenhuma tolerância das autoridades metropolitanas e locais com as atividades intelectuais e o consumo de livros entre os colonos,⁵⁸⁴ de modo que, somando-se a estes fatores a permanente e penosa luta pela sobrevivência, que incluía a dificuldade de manter em circulação os mais básicos gêneros alimentícios,⁵⁸⁵ quase não havia tempo livre para o exercício das letras e do pensamento. Com isto, os colonos enfrentavam obstáculos virtu-

⁵⁸² VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 262.

⁵⁸³ MEIRELLES, Mário M.. *Op. cit.*, p. 201.

⁵⁸⁴ VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, pp. 339-340.

⁵⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 22.

almente intransponíveis para a aquisição de bens e artigos relativos à educação e à cultura. Os poucos que podiam fazê-lo adquiriam-no na metrópole e no continente europeu, onde entravam em contato com a estrutura civilizatória que aqui não possuíam.

Contudo, se os relatos de viajantes apontam em geral a província maranhense, no século 19, segundo estimativas e censos, entre as primeiras em importância econômica, e a capital, São Luís, a quarta cidade do país em população – ainda que as estimativas sejam muito controversas e imprecisas entre si,⁵⁸⁶ uma vez muitas delas baseiam-se nas impressões dos viajantes, ora aumentando, ora diminuindo nas diferentes versões –, o fato é que, mesmo levando em conta algum exagero ou subestimação por parte dos cronistas e viajantes, o Maranhão era uma importante província ao norte do Brasil, gozando de uma razoável infra-estrutura econômica e social para os padrões da época, até mesmo antes do período joanino, superando nesta quadra da história mesmo o Rio de Janeiro, sobretudo no tocante à educação e civilidade de sua elite branca:

...os brancos têm todos, mais próxima ou mais remota, a sua ascendência de europeus, mas que por nascerem no Brasil, lhes chamamos brasileiros. Os maranhenses são urbanos, francos e hospitaleiros, amantes da ordem, das honras e distinções; obedientes e dóceis, sendo conduzidos por princípios de justiça e maneiras de afabilidade; (...) Os costumes na classe bem-educada são quase os mesmos que em Portugal; (...) As senhoras, porém, que são de uma diferente classe e bem-educadas, distinguem-se também muito por suas virtudes e bons costumes. Em geral, são muito brancas, belas e agradáveis, de maneiras polidas, trajando ao melhor gosto da Europa e, quase todas, possuindo as prendas da parte agradável da educação, isto é, a dança e música que torna tão interessante o belo sexo. Algumas há que foram educadas em Lisboa e outras em Inglaterra. No governo doméstico são insígnias e laboriosas,...⁵⁸⁷

Devido a isto, o período de enriquecimento material maranhense ficou visível na sofisticação das habitações construídas, com fachadas decoradas com azulejos fabricados na

⁵⁸⁶ CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: Edições AML, 1991, pp. 16-22. Segundo a *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, de Antônio Bernardino Pereira do Lago, publicada 1822 pela Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, a população total da província era de 152.893 almas, segundo que São Luís, capital, com apenas duas freguesias, possuía 19.611 almas e 2.714 fogos, e era então a única cidade, pois as demais eram apenas vilas. Esta é a estatística mais detalhada feita no início do século XIX, contemporânea ao período em que vários viajantes estrangeiros, como Spix e Martius, passaram pela província. Ver em LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, pp. 23; 34-35.

⁵⁸⁷ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, pp. 69-71.

região e pedras de cantaria trazidas de Portugal. Quando os maranhenses, filhos da aristocracia local, retornavam de seus estudos europeus, sobretudo em Portugal, Inglaterra e França, decerto traziam consigo modos muito modificados, mais urbanos e civilizados, influenciando decerto o *modus vivendi* da província e principalmente da capital, São Luís. Com o passar do tempo, o processo de internalização da metrópole e aportuguesamento da cultura, que geraria o acentuado lusitanismo da sociedade maranhense, tornou-se cada vez mais visível na produção intelectual da futura província, que assim passou a reproduzir, em escala de periferia, a cultura metropolitana. Contudo, um processo demarcou como nenhum outro o florescimento de uma agitada vida literária na província maranhense: a instalação e desenvolvimento da indústria tipográfica. O Maranhão, com efeito, possuiu ao longo do século 19 um dos mais importantes e maiores parques tipográficos do Brasil, ocupando o primeiro lugar em modernização e qualidade de seus impressores devido à constante atualização tecnológica de seus prelos e das técnicas empregadas pelos editores-tipógrafos. Devido a isso, surgiu em São Luís uma das mais destacadas atividades editoriais do Brasil oitocentista, cujo esplendor e decadência passamos a comentar deste ponto em diante.

2.1.5. O levantamento das letras: a formação da indústria tipográfica e editorial

COM A PROMULGAÇÃO da Constituição Portuguesa no Maranhão em 1821, surgiu a demanda pela criação de órgãos de imprensa no Brasil e também no Maranhão. Foi com esse intento que um grupo de jovens resolveu criar uma tipocaligrafia no pavimento térreo do Edifício da Relação, antigo colégio dos jesuítas, onde escreviam à mão o jornal denominado *O Conciliador do Maranhão*, distribuindo-o pela cidade.⁵⁸⁸

A primeira tipografia, no entanto, que o Maranhão possuiu chegou da Europa em 31 de outubro de 1821, a expensas da Fazenda Nacional, introduzida pelo governador Bernardo da Silveira Pinto, com a finalidade de imprimir as publicações oficiais da província. Foi estabelecida no prédio do hospital da Santa Casa de Misericórdia, com uma administração composta de três membros, entre os quais havia um desembargador. Essa tipografia compunha-se de um pequeno material, do qual fazia parte um prelo de ferro *Columbian*, do tipo

⁵⁸⁸ LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses já falecidos*. 2ª. Edição, Tomo I. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, pp. 303-304.

denominado à época de *águias*, inventado em 1813 por George E. Clymer, da Filadélfia e que obteve grande popularidade na Inglaterra, de onde entrou para o mercado internacional em 1817.⁵⁸⁹ Foi trazido de Lisboa, embora não possuísse os tipos próprios para a língua portuguesa, especialmente o *c* cedilhado. Era uma máquina pesada, sistema de parafuso, firmada entre duas colunas, cujo desenho formava a cabeça de uma enorme águia de ferro, a qual subia e descia com a pressão da platina sobre os tipos.⁵⁹⁰ O seu equipamento era muito limitado, de modo que até as vinhetas, composição tipográfica muito apreciada pelos profissionais da época, eram compostas com dificuldade com as letras *o* e *s*. A junta administrativa presidida por Antônio da Costa Soares trouxe de Portugal o primeiro artesão duas semanas depois da montagem do equipamento, compondo uma equipe formada pelo impressor Francisco Antônio da Silva, o compositor Francisco José Nunes Corte Real e assistentes Antônio da Silva Neves e Antônio Pedro Nolasco, cujas diárias estavam orçadas em preços bem acima dos praticados quarenta anos depois.⁵⁹¹

A *Typographia Nacional Maranhense*, nome dado à imprensa oficial no Maranhão, produziu uma série de opúsculos de natureza didática e edificante ainda em seu primeiro ano de atividade. Entre estes, há uma tradução resumida do *De la philosophie de la nature*, de Jean Baptiste Claude Delisle de Sales, publicado em Amsterdam (1770-1774), executada por Mauel Rodrigues de Oliveira e saído da *Typographia Nacional Maranhense* com o título de *Tratado de moral para o gênero humano, tirado da filosofia e fundado sobre a natureza*. Outro opúsculo que saiu do primeiro prelo maranhense neste período foram as *Memórias sobre a necessidade da abertura do furo*, por M. R. C. F., e também o *Modo de curar a diarréia de sangue, para uso dos lavradores e mais pessoas que vivem longe da cidade*, tradução de um texto de James Hall que não foi identificado.⁵⁹² No entanto, o primeiro livro, obra em volume impresso nesta tipografia, foi publicado somente em 1826, com o objetivo de descrever os festejos realizados pela câmara de São Luís a fim de comemorar a

⁵⁸⁹ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 97.

⁵⁹⁰ Cf. FRIAS, José Maria Correia de. *Memória sobre a tipografia maranhense: apresentada à Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão em 1866 e exposta como prova tipográfica pelo tipógrafo...* 3ª. ed. (1ª. ed. em São Luís, 1886), São Paulo. 2001, pp. 15-16.

⁵⁹¹ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 97. Os valores eram os seguintes: 1\$600 por dia a Francisco Antônio da Silva; 1\$200 a Francisco José Nunes Corte Real; \$666 e \$200 para os assistentes, respectivamente. Ver também em FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 56.

⁵⁹² *Idem, ibidem*.

promulgação da constituição brasileira, cujo título é *Descrição das festas chamadas de Barracão*, ou simplesmente *Noites do Barracão*.

Essa foi a única tipografia que teve o Maranhão até 1830, apenas com a mudança de nome com a independência do país, passando a se chamar *Tipografia Nacional Imperial*.⁵⁹³ Com a instalação da Imprensa Nacional no Maranhão e a fundação da primeira tipografia, pouco tempo depois surgiram novas casas do ramo em São Luís. As primeiras tipografias privadas da capital maranhense pertenceram a Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo, desde 1822 até o começo da década de 50, e a Daniel G. de Mello, cuja *Typographia Melandiana* produziu seu primeiro trabalho em 1825.⁵⁹⁴ A mais importante entre estas primeiras foi a *Typographia Constitucional* de Clementino José Lisboa, que começou a funcionar em 1830, década a partir da qual o número de tipografias existentes em São Luís começou a aumentar significativamente: “À Imprensa Nacional outras se sucederam, como a de um Daniel, a de Clementino e João Bráulio Muniz e a de João Francisco Lisboa, que depois passou ao Senhor I. J. Ferreira, a qual ainda existe”.⁵⁹⁵

A expansão do mercado tipográfico em São Luís se deu modo tão rápido que em dez anos a indústria do setor registrava uma acirrada competição que fez cair os padrões artesanais de qualidade.⁵⁹⁶ Em 1835, os jornalistas e políticos maranhenses João Francisco Lisboa e Frederico Magno de Abranches estabelecem em sociedade outra tipografia, cuja propriedade passou depois ao Major Inácio José Ferreira, o qual fundou em 1835 uma firma tipográfica de destaque durante este período inicial da história da imprensa no Maranhão. Os prelos utilizados por ambas eram ainda os de ferro, do tipo *águias*, a braço.⁵⁹⁷ Outras firmas tipográficas importantes do período foram as de J. G. de Magalhães e Manuel Pereira Ramos, a *Typographia Temperança*, e a *Typographia Monarquica Constitucional*, de Francisco de Sales Nunes Cascais, vendida em 1848 a Fábio Alexandrino de Carvalho Reis,

⁵⁹³ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 304.

⁵⁹⁴ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. cit.

⁵⁹⁵ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 16.

⁵⁹⁶ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. cit.

⁵⁹⁷ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 304.

Alexandre Teófilo de Carvalho Leal e A. Rego, que a adquiriram para fundar e imprimir o primeiro jornal diário do Maranhão, *O Progresso*, em 2 de janeiro de 1847.⁵⁹⁸

Um personagem, no entanto, que se tornou imprescindível para a consolidação da indústria e da arte tipográficas maranhenses – e conseqüentemente, do Brasil – é José Maria Correia de Frias, português de nascimento radicado na província do Maranhão, que se dedicou ao constante aperfeiçoamento de sua profissão e de seu negócio, a ponto de torná-lo um exemplo modelar do desenvolvimento que as tipografias poderiam alcançar no país. O operoso Frias é autor de um documento, considerado o registro mais pormenorizado sobre esta atividade industrial ao norte do Brasil e sobre a sua empresa em particular, que é o opúsculo *Memória sobre a tipografia maranhense*, escrito em 1866, a ser exibido na Segunda Exposição Nacional daquele ano como “prova tipográfica” e como produto, após passar pela etapa preliminar da Exposição Provincial no Maranhão, segundo a indicação do subtítulo extenso da primeira edição da obra.⁵⁹⁹ Um dos índices da importância deste tipógrafo-artista, editor e empresário para a história da cultura brasileira, ao lado de outro importante tipógrafo-artista, editor e empresário maranhense de nascimento, Belarmino de Matos, é o fato de que os únicos prêmios concedidos a impressões na Exposição Nacional do Rio Janeiro, em 1866, couberam às tipografias de Frias e de Matos, que expuseram, além da *Memória* escrita por Frias, outras obras editadas e utilizadas como mostruário da qualidade técnica dos trabalhos tipográficos realizados no Maranhão naquela época. Este pequeno opúsculo de Frias é muito importante porque proporciona ao leitor a rara oportunidade de um panorama sobre o equipamento, a técnica e as atitudes típicas de um tipógrafo brasileiro de meados do século 19, e o modo como esta indústria se instalou e progrediu em uma região do país que hoje é uma das mais pobres do continente americano.

O tipógrafo e depois empresário Frias não está preocupado, no entanto, somente em compor uma narrativa sobre a história da indústria tipográfica no Maranhão, atrelando a isto a conseqüente história do livro e da imprensa na província. Seu relato supera as expec-

⁵⁹⁸ IGNOTUS (Joaquim Serra), *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880)*, 3ª. ed. (1ª. ed. em 1883, no Rio de Janeiro), São Paulo, 2001, pp. 32-33.

⁵⁹⁹ HARDMAN, Francisco Foot. *Cidades errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do século XIX*. In: *Ciências sociais hoje*, 1988. – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, AN-POCS; Anuário publicado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1988, pp. 69-70.

tativas quanto ao seu desenvolvimento, pois o opúsculo, de uma linguagem clara e escorreita, apresenta um conjunto muito importante, porquanto raros de se obter sobre a atividade industrial do período, de dados e informações que reconstituem as relações entre artesanato e indústria, a evolução das inovações técnicas e do avanço tecnológico no setor, as relações entre força de trabalho e processo produtivo e o papel da indústria tipográfica na formação de uma cultura urbana letrada que estava em processo de constituição e sedimentação. Sob todos estes aspectos, portanto, o relato de Frias constitui um testemunho nodal sobre os progressos da hipertardia imprensa brasileira, que atingiu no norte do país um desenvolvimento peculiar e significativo.

O primeiro capítulo da *Memória* de Frias, sob o longo título *Fundação da primeira tipografia no Maranhão e das mais que se lhe seguiram até hoje, material empregado, sua qualidade, melhoramentos introduzidos, seus introdutores, em que épocas, e vantagens obtidas*, é dedicado aos avanços tecnológicos e à incorporação de inovações técnicas à atividade tipográfica maranhense. Começando obviamente pela primeira tipografia que teve o Maranhão, na qual se publicava *O Conciliador do Maranhão*, Frias, que é um misto de operário e empresário, principia o relato com o claro objetivo de registrar a aquisição, a transmissão e a generalização de novos métodos, utilização de matérias-primas e o manejo dos instrumentos de trabalho. Ao longo do início do texto, acompanha-se o tipógrafo português descrevendo as primeiras décadas de desenvolvimento da indústria tipográfica no Maranhão, cuja novidade, pelo seu próprio ineditismo, conheceu um período de algum progresso até a década de 1840, estando à frente das outras regiões em atualização e modernidade tecnológica:

... [a] improvisada tipocaligrafia durou até 31 de outubro de 1821, em que chegou da Europa, e por conta da Fazenda Nacional, a primeira tipografia que possuiu o Maranhão...

(...)

Compunha-se essa tipografia de um pequeno material, do qual fazia parte um prelo de ferro dos chamados *Águias*.

(..)

Esses prelos são hoje quase desusados. Parecem ser eles os então geralmente adotados, porque fomos encontrar, em 1864, na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, seis ou oito desses prelos, únicos a braço, que fazem o serviço desse estabelecimento, que foi fundado doze anos [antes, *sic*] da nossa Nacional, por decreto de 13 de Maio de 1808. (...)

À Imprensa Nacional outras se sucederam, como a de um Daniel, a de Clementino e João Bráulio Muniz e a de João Francisco Lisboa, que depois passou ao Senhor I. J. Ferreira, a qual ainda existe.

Eram todas servidas por prelos de pau e parafuso e comprida barra, tormento dos míseros tintureiros ou, como então se chamavam, *Batedores de Balas*, que estavam em contínuo risco de ser mimoseados pelo seu pesado recuo.

(...)

Depois dessas tipografias fundou-se a de F. de S. N. Cascais, composta de um sofrível material e um prelo de ferro Stanhope.

(...)

São completamente desusados ao norte do Brasil, porém ao sul, e mesmo na corte, são os únicos que vimos nas tipografias que visitamos, excetuando-se os Águias da Imprensa Nacional.

*Aquelas tipografias mudaram de donos ou continuaram nos mesmos, e mesmo algumas novas se estabeleceram, mas sem que apresentassem novidades, quer de máquinas, quer em processos de trabalho.*⁶⁰⁰

Através do relato de Frias, verifica-se que a evolução das inovações tecnológicas, bem como de sua incorporação ao cotidiano industrial e generalização, era irregular e não se dava de modo linear, por vezes até contraditório. Tem-se, portanto, um processo de industrialização seguido após pela desindustrialização ou *involução industrial*,⁶⁰¹ uma vez que o avanço de um primeiro momento, em função da falta de uma cultura industrial capaz de acompanhar a sucessão de inovações técnicas, é seguido, via de regra, de um período de estagnação ou mesmo de retrocesso. No caso de Frias, o tipógrafo observa que o avanço tecnológico ocorrido nos primeiros 20 anos da fundação da indústria tipográfica no Maranhão, a partir da independência política do país, não conheceu continuidade durante a década de 1840, momento em que houve um atraso em relação ao progresso tecnológico, somente havendo um novo período de ampliação e introdução de melhoramentos técnicos, sobretudo a partir de 1850,⁶⁰² quando os tipógrafos locais começam a adquirir maquinários mais avançados, fabricados nos Estados Unidos:

Em 1847 ou 1848 é que chegou uma tipografia para J. G. Magalhães, e com ela um prelo de ferro de fábrica americana. Esses prelos, que tanta aceitação têm tido no norte do Brasil sobre todos os até hoje conhecidos, justificam essa preferência pela elegância de forma, trabalho doce, e perfeita execução tipográfica.

⁶⁰⁰ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, pp. 16-17. Grifos meus.

⁶⁰¹ HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*, p. 71.

⁶⁰² O sociólogo maranhense Rossini Corrêa adota a divisão de Frias, porém a estratifica em três períodos básicos: o estacionário, o de decadência e o de progresso. Ver em CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993, p. 128.

Fabricam esses prelos, que obtiveram privilégio do Congresso Americano, os fundidores tipográficos R. Hoe & Cia., de Nova York, cujos prelos eles denominaram *Washington* e *Smith*, diferenciando-se simplesmente uns dos outros pelas peças que promovem o aperto, no mais são em tudo iguais.⁶⁰³

Antônio Henriques Leal, autor do célebre *Pantheon Maranhense*, em capítulo dedicado a outro emérito tipógrafo maranhense, Belarmino de Matos, do qual tratar-se-á mais adiante, corrobora a visão de Frias sobre o período de estagnação e mesmo de retrocesso que conheceu a novel indústria tipográfica maranhense após os primeiros vinte anos de desenvolvimento, em que os prelos pesados ou defeituosos tornavam a profissão de tipógrafo uma atividade extenuante e de pouco valor agregado:

Pouco adiantou-se entre nós a arte tipográfica até 1847: os prelos *águias* do nome do emblema que encima essa pesada mole de ferro, martírio dos mais robustos impressores, e outros ainda mais defeituosos, por serem de madeira, eram sós as máquinas de onde saíam os nossos jornais, os relatórios dos presidentes e mais um ou outro folheto que dão testemunho do atraso em que até ali estávamos neste ramo industrial. Consoante aos prelos corria todo o trabalho tipográfico – o modo de dar tinta, de compor, de apertar as folhas, etc. Essa imperfeição, essa fadiga, esse desperdício de tempo estendia-se também aos menores serviços, desde a distribuição dos tipos nas caixas, à construção destas, à compaginação e composição de qualquer mapa, até a falta de método e ordem no trabalho, à nomenclatura dos tipos por corpos em relação com as linhas e os espaços, sendo também desconhecido o emprego dos filetes, das cercaduras, dos ornatos, etc.⁶⁰⁴

Contudo, o progresso técnico da arte tipográfica no Maranhão permitiu que já na década de 40 os prelos *Columbian* estivessem superados, apesar de *alguns* impressores que ainda insistiam em usar a ultrapassada “prensa de parafuso”, de madeira, cuja tecnologia pouco mudara desde o século XV. No entanto, os prelos de ferro, que continuaram a ser fabricados até às vésperas da primeira guerra mundial, possíveis de ser encontrados ainda em atividade em algumas tipografias européias e americanas dos finais do século XX, já em 1866 o tipógrafo Frias referia-se a elas como máquinas superadas e obsoletas, usadas apenas no sertão e, surpreendentemente, pela Typographia Nacional, na corte:

Esses prelos são hoje quase desusados. Parecem ser eles os então geralmente adotados, porque fomos encontrar, em 1864, na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro

⁶⁰³ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 17.

⁶⁰⁴ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 304.

ro, seis ou oito desses prelos, únicos a braço, que fazem o serviço desse estabelecimento, que foi fundado doze anos da nossa Nacional, por decreto de 13 de maio de 1808. Pela rápida inspeção que neles fizemos, convencemo-nos da razão de serem hoje geralmente desprezados.

(...)

Desses prelos há bastantes anos completamente desusados em toda a América, pode ainda ser visto algum como raridade nas tipografias do sertão e aqui na capital, na do Senhor I. J. Ferreira, onde ainda não há seis anos eram os únicos meios de impressão de que dispunha o seu estabelecimento.⁶⁰⁵

Prosseguindo em seu relato, Frias anota o grande avanço tecnológico que constituiu a introdução no parque tipográfico maranhense dos prelos norte-americanos *Washingtons*, patenteado por John S. Wells, americano de Hartford, Connecticut, em 1819, que se demonstraram ser tecnicamente preferíveis aos *Smiths* em razão de pequenos detalhes mecânicos que tornavam a impressão mais confiável quanto aos resultados finais, em termos de qualidade e nitidez. Além disso, era de uso muito simplificado, similar ao seu contemporâneo britânico *Albion*, pois possuía uma alavanca articulada em lugar das manivelas complexas do *Columbian*, além de molas que suspendiam o prato da prensa quando se liberava a alavanca articulada.⁶⁰⁶ Os primeiros prelos do tipo *Washington* que foram importados pelo Brasil, segundo Frias, vieram sob encomenda do tipógrafo maranhense J. G. de Magalhães, em 1847. A iniciativa de Magalhães foi seguida por Pereira Ramos e pela oficina tipográfica do jornal *O Progresso*. Até I. J. Ferreira, embora bem mais tarde, por volta de 1860, apresentado por Frias como uma espécie de representante do conservadorismo e do atraso tecnológico, desistira dos sofríveis “clássicos de pau”,⁶⁰⁷ aumentando assim o parque tipográfico maranhense e elevando-o à condição de excelência de produção, único fora dos limites da corte fluminense capaz de atender às crescentes demandas nacionais:

As boas qualidades dos prelos *Washingtons* foram tão bem apreciadas pelos nossos impressores que outros foram importados para as tipografias da cidade. O segundo importado foi para a Tipografia Temperança; o terceiro, para a do *Progresso*, primeiro jornal diário que houve nesta província, mas que infelizmente pouco durou; o quarto, um pequeno ainda para Magalhães, e isso pelos anos de 1847 a 1849. Doze ou treze anos depois também o Sr. I. J. Ferreira, abandonando os clássicos de pau, mandou vir dois desses prelos. Na tipografia do senhor dr. Cândido Mendes de Almeida também havia um, e outros mais que foram impor-

⁶⁰⁵ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 16.

⁶⁰⁶ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 98.

⁶⁰⁷ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 18.

tados além daqueles; trabalhando ainda hoje não só esses como outros importados depois, perfazendo o número de onze.⁶⁰⁸

O próprio Frias possuía quatro prelos: um *Washington* grande, um *Washington* pequeno, uma réplica em madeira de um *Washington* feito pelo seu antecessor em 1835 e um prelo cilíndrico mecânico fabricado pela Alauzet de Paris, que lhe custara 3.500 francos e foi o primeiro da província maranhense. Talvez no lugar de *prelo mecânico*,⁶⁰⁹ como assim o denomina Frias, seja melhor descrevê-lo como um prelo “automático”,⁶¹⁰ uma vez que não era movido a força humana, pois imprimia dez vezes mais que o rendimento habitual a braço, ou mil folhas por hora, funcionando com apenas dois operadores: um homem, em geral um escravo analfabeto, para girar a manivela e um menino, colocado em um degrau ao lado da máquina, para tirar e inserir o papel. O tipógrafo maranhense relata com grande alegria essa notável evolução técnica pela qual passou o parque tipográfico maranhense, que resultou em benefícios extraordinários para todos, empresários, compositores, impressores, operários, homens, crianças e mulheres:

Os prelos americanos a braço, que tão reputados tinham sido, começavam a ser insuficientes ao movimento das nossas tipografias e o *prelo mecânico* principiou a ser lembrado.

As vantagens que ouvia dar a esses prelos: o trabalhado de um dia, feito numa hora; a limpeza e não-cravação dos impressos; a diminuição do pessoal e sua fácil aquisição; tudo me desvaira. (...)

Desejando, porém, antes de fazer pedido do prelo, vê-lo e estudá-lo, fui à corte em fins de novembro de 1864, e voltei em princípio de janeiro de 1865, trazendo comigo o primeiro prelo mecânico que na Província se viu, que ainda possuía e que como artista me tem dado verdadeiros momentos de prazer, em vista das vantagens que apresenta, e que me faz olhar com horror o ter de voltar ao antigo sistema.⁶¹¹

Frias enfatiza as vantagens do avanço tecnológico dos prelos adquiridos pelo parque tipográfico maranhense no sentido das facilidades e comodidades que traziam em matéria de trabalho, uma vez que, em razão da ausência de “homens dóceis e produtivos”⁶¹² para o trabalho nas tipografias, empregava-se a mão de obra de meninos e mulheres, que sofriam

⁶⁰⁸ *Idem, ibidem.*

⁶⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 27.

⁶¹⁰ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 102.

⁶¹¹ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 27-28.

⁶¹² HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*, p. 71.

menos quando podiam ser empregados em atividades que não exigiam esforço físico para a manobra e uso:

São tão leves que o mais pequeno, que ainda conservo no meu estabelecimento, foi alguns anos servido por dois meninos, um de dez anos e outro de doze. Note-se que o mais novo era o impressor, por ser mais inteligente. Trabalhavam sobre estrados para poder chegar ao prelo, no qual se tiraram algumas edições; e nesse trabalho se fizeram homens sem sofrer de forças, tão leve e doce é a sua manobra.
613

Contudo, as necessidades do setor ante os avanços técnicos às vezes esbarravam na falta de formação e informação técnica específicas para o trabalho tipográfico que, em alguns casos, como o próprio Frias admite, constituía um grande empecilho para adoção de novos procedimentos e generalização dos melhoramentos, uma vez que os operários e os próprios empresários não sabiam como lidar com as inovações que os novos equipamentos introduziam para a profissão. A dificuldade de informação acerca das inovações técnicas, sobretudo tocantes à produção do livro, introduzidas no mercado exterior, constituía um fator importante que inibia o progresso da tipografia no Brasil, como de resto como em qualquer indústria brasileira. Toda a formação técnica que os tipógrafos maranhenses haviam adquirido para o exercício de seus ofícios vinha dos quatro artesãos portugueses trazidos pelo governador Silveira Pinto em 1821.⁶¹⁴ Além disso, a grande maioria não dispunha de recursos de tempo e dinheiro para viajar, mesmo ao Rio de Janeiro, a fim de acompanhar a introdução de novas técnicas e como eram ensinadas e praticadas pelos compositores, impressores e operários.⁶¹⁵ Frias era praticamente o único tipógrafo maranhense, além de Belarmino de Matos, que dispunha de recursos para algumas viagens ao Rio de Janeiro, o que o capacitou muito acima da média em relação aos tipógrafos e empresários maranhenses do ramo no tocante à assimilação de novidades técnicas. Não sendo, contudo, sequer cogitadas viagens à Europa e aos Estados Unidos a fim de adquirir conhecimentos novos conhecimentos diretamente do parque industrial tipográfico, a adoção de novos métodos era resultado de muita curiosidade e descobertas casuais, recheadas de disparates iniciais e alguns improvisos. O próprio Frias relata que somente em função de seu empenho em conhe-

⁶¹³ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 18.

⁶¹⁴ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 99.

⁶¹⁵ *Idem, ibidem.*

cer o funcionamento e a aplicação das novas tecnologias é que foi possível assenhorear-se das inovações técnicas, cujas facilidades permitiram projeção nacional à arte tipográfica do Maranhão:

Chegado à Província, armei eu mesmo a máquina por três motivos: primeiro, pela carência de pessoa competente para fazê-lo; segundo, porque a armando ficava melhor a conhecendo, peça por peça, o ofício de cada uma, e portanto mais habilitado para remediar qualquer desarranjo que pudesse ocorrer, e, terceiro, por economia.⁶¹⁶

Com isto, somando a ausência completa de mão-de-obra especializada em tais maquinários à falta de suporte técnico específico para resolver as mais simples demandas, Frias acabou se tornando uma espécie de consultor avançado em matéria de inovação tecnológica, a quem os outros tipógrafos recorriam quando desejavam se pôr a par das novidades do setor: “Para o Sr. B. de Matos chegou em janeiro deste ano [1866], o qual eu montei. É maior e demanda dois homens para movê-lo, e o maquinismo é mais complicado; os seus produtos, porém, são excelentes”.⁶¹⁷

De qualquer modo, era muito difícil conseguir mão-de-obra especializada para a indústria tipográfica maranhense, característica decorrente, como admite Frias,⁶¹⁸ aos salários muito baixos,⁶¹⁹ sobretudo em relação a outras profissões. Entre outros fatores relatados por Frias, isto redundava em pouco atrativo para aqueles que desejavam iniciar-se na arte tipográfica, de modo que os operários em geral apresentavam pouca capacitação técnica, quando não nenhuma. O bom resultado e a generalização das inovações, portanto, dependiam muitas vezes – o que devia ser um lugar-comum, especialmente nos centros periféricos da revolução industrial – da engenhosidade e inteligência dos artífices e profissionais do que de uma formação prévia para se trabalhar com determinado equipamento e seus mecanismos. Um típico exemplo desta improvisada arte de assimilação tecnológica foi o processo de entintamento das máquinas:

⁶¹⁶ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 28.

⁶¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 29.

⁶¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 51.

⁶¹⁹ Os salários dos tipógrafos regulavam, segundo Frias, de 36\$000 a 50\$000 mensais, para os de primeira classe, 30\$000 mensais aos de segunda classe, enquanto os demais ganhavam de acordo com a produtividade e merecimento. *Idem, ibidem*, p. 56.

Até 1847 o único processo conhecido de dar tinta nas formas era o das clássicas e estúpidas balas.

Quando se estabeleceu a tipografia da sociedade da Temperança ou antes de Manoel Pereira Ramos, veio entre os acessórios um cilindro de 4 palmos de comprimento e 1 ½ de diâmetro, forrado de camurça, com armação de ferro, e de um só cabo. Deu que pensar aos mestres de então; julgaram-lhe mil aplicações: uns que era para alisar papel, outros que tinha vindo por engano, e a maior parte que era para tirar provas; o que nunca provaram, porque o cilindro negou-se sempre a provar que tirava provas, pelo que foi posto de lado como coisa inútil.

Em 1848, na tipografia em que se imprimia o *Progresso*, é que o Sr. Aires de Vasconcelos Carneiro Homem introduziu o novo sistema de dar tinta com cilindros de madeira forrados de pele, isto é, com cilindros iguais aos com que queriam tirar provas na Temperança por lhe ignorarem a verdadeira serventia. Esse grande melhoramento, que substituíu o serviço de um homem possante, que terminava muitas vezes por morrer tísico, pelo de um menino, ainda que fraco, foi abraçado por todas as tipografias, inclusive a da Temperança, que pôs em uso o seu, até aí por inútil, abandonando o cilindro. *Só o Sr. I. J. Ferreira continuou com as balas, que em 1858 ou 1859 se resolveu substituir pelos cilindros.*⁶²⁰

O que se depreende destas situações vividas pelo tipógrafo Frias é que as relações entre artesanato e indústria, em nossa história industrial, foram muito mais frequentes, próximas e complexas⁶²¹ do que até então se supunha, escapando, portanto, à linearidade do esquema cumulativo que é aplicado à história da indústria européia, em que o artesanato, a manufatura e a grande indústria estão em relações antípodas e excludentes.⁶²² A história da técnica e da tecnologia brasileira tem ignorado a importância do processo de “substituição do artesanato” para enfatizar a “substituição de importações” como mecanismo básico para o crescimento industrial, quando, especialmente em relação à indústria tipográfica, é necessário atentar para o fato de que o processo de produção combinava tarefas de caráter exclusivamente artesanal com a permanente mecanização dos prelos que, mesmo evoluindo em termos tecnológicos, ainda dependiam em grande parte da força humana de trabalho, que era muitas vezes o seu motor.⁶²³

De toda forma, em relação à atividade tipográfica maranhense, a incorporação de melhoramentos técnicos continuou convivendo, por razoável tempo, *pari passu* com processos artesanais decorrentes, em determinados momentos, da inépcia ou da ignorância técnica dos

⁶²⁰ *Idem, ibidem*, p. 19. Grifos meus.

⁶²¹ HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*, p. 70.

⁶²² *Idem, ibidem*.

⁶²³ *Idem, ibidem*, pp. 70-71.

profissionais envolvidos no processo de produção e manuseio dos equipamentos e maquinário tipográficos. A tipografia Estrela, por exemplo, inaugurada em 1852, descobriu entre os seus novos equipamentos alguns rolos de madeira cheios de sulcos e um tubo de zinco com um líquido viscoso. Contudo, na ausência de quaisquer instruções técnicas, como também em decorrência da ignorância dos mestres tipógrafos, estes novos equipamentos foram postos de lado como inúteis:

Quando, em 1852, os chefes do partido denominado Estrela montaram tipografia, veio com o seu material um tubo de zinco de 3 palmos de altura e 1 ½ de circunferência, com a boca em forma de funil, e preso pelo fundo a uma tábua, que lhe servia de base; dentro tinha um varão de ferro delgado e nele enfiada uma roda de bronze com o mesmo diâmetro do tubo; por dentro, proporções que guardavam as pernas de uma trempe também de bronze, que com ela se emparelhava.

Como ao cilindro da Temperança desconheceu-se a serventia do tubo, sobre cuja aplicação se disseram muitos disparates, a que eu concorri com não pequeno contingente, e assentamos que o tubo era para guardar os cilindros de dar tinta. Com a mesma tipografia vieram cilindros de madeira, porém eram cheios de fendas de um centímetro de largo, conservando igual distância de umas para as outras. (...) *A nossa ignorância fez com que o tubo da Estrela tivesse a mesma sorte do cilindro da Temperança.*⁶²⁴

Naquela ocasião, com o falecimento do antigo proprietário, J. G. de Magalhães, a tipografia Temperança fora adquirida por Joaquim Correia Marques da Cunha Torres. Este, ao realizar uma viagem a Lisboa em 1855, teve então a oportunidade de descobrir que o processo de entintamento mais avançado era feito com rolos de madeira recobertos com uma mistura endurecida de cola e melaço, cujos sulcos ajudavam na aderência da cobertura, invenção atribuída ora a Richard Mackenzie Bacon e Bryan Donkin em 1813, trinta e seis anos antes, ou a um francês chamado Gannal, trinta e seis anos antes, em 1819.⁶²⁵ Contudo, quando Cunha Torres enviou um desses rolos para J. M. C. Frias, que então administrava a sua tipografia em São Luís, verificou-se que, em razão do calor, a massa havia derretido e o revestimento do cilindro, em consequência, perdera a sua forma:

Em 1855, o sr. Torres, proprietário da tipografia que eu então administrava, remeteu-me de Lisboa, em uma caixinha, um pequeno cilindro de madeira coberto de uma massa composta de melaço e cola, acompanhado da receita da sua composi-

⁶²⁴ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 20.

⁶²⁵ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, pp. 99-100.

ção e maneira de fundir. O cilindro, porém, ou por ser encaixotado muito fresco, ou pelo calor do porão do navio, desceu-lhe toda a massa sobre um lado, perdendo a forma cilíndrica, e ficando por isso inutilizado para o seu fim, podendo, contudo, servir o cilindro de madeira e a massa, para refundir.⁶²⁶

Entusiasmado com a descoberta da utilidade dos cilindros da tipografia Estrela, que foram dados como inúteis, com a diferença de que os trazidos por Cunha Torres de Lisboa eram tecnologicamente mais avançados, Frias passou a fazer experimentos até descobrir, por tentativa e erro, uma variante da massa composta por cola e melaço para uso local, em razão das diferenças climáticas de temperatura e umidade. A estação de chuvas, que no Maranhão é chamada de inverno, não se revelou adequada para fundir os cilindros, de modo que, somente no verão, Belarmino de Matos, secundado por Frias, conseguiu obter uma receita da massa apropriada ao clima úmido da região:

Foi então que conheci a serventia do tubo da *Estrela* como forma de fundir os cilindros, foi então que o cilindro todo cheio de regos me pareceu justo e razoável.

Tentei logo fundir os primeiros cilindros, porém não me saíram bons, porque, sendo na estação invernososa, a atmosfera carregada de umidade influía tanto na composição que não podia conseguir dar-lhe a consistência competente, e por me faltarem ainda os mais comezinhos conhecimentos químicos. Depois de três tentativas infrutíferas resolvi esperar o verão para repeti-las.

Nessa estação o sr. B. de Matos conseguiu fundir os primeiros cilindros, secundando-o eu logo depois, e fomos os aperfeiçoando, conseguindo em pouco tempo fundi-los excelentes, servindo-nos da receita em que a experiência nos fez assentar e que é pela forma seguinte:

Cola 10 libras
 Melaço 2 quartilhos⁶²⁷

Frias reputa a esta inovação técnica, aparentemente insignificante, o elevado padrão de qualidade alcançado pela indústria tipográfica de São Luís a partir de 1850:

Essa descoberta, que parecerá à primeira vista de pouca importância, é, no meu fraco pensar, a que mais tem concorrido para os belos resultados que a tipografia tem apresentado nesses últimos anos. As mais belas máquinas, os mais elegantes e bem acabados tipos, o apuradíssimo gosto do compositor, todos os cuidados e perícia do impressor dariam um resultado desagradável se o processo de dar tinta nas formas fosse feito por qualquer dos meios usados antes da invenção dos ci-

⁶²⁶ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 21.

⁶²⁷ *Idem, ibidem*, p. 21.

lindros cobertos com o novo caucho feito da cola extraída do couro e unhas de animais e do melaço produzido pela cana-de-açúcar.⁶²⁸

Os cilindros difundiram-se por todas as tipografias de São Luís. Novamente, Frias aponta Inácio José Ferreira como protótipo do atraso, pois somente anos mais tarde o impressor maranhense vem adotar a inovação introduzida por Frias e Matos: “O uso desses cilindros propagou-se logo por todas as tipografias, exceção feita à do sr. I. J. Ferreira, que só em 1861 é que os adotou, por esforços de um seu operários que os fundiu sob a direção do sr. B. de Matos”.⁶²⁹

Uma das razões para este atraso deliberado da oficina de I. J. Ferreira é o protecionismo governamental da província, cujos trabalhos oficiais eram confiados à sua firma, em virtude de apoiar claramente o governo. Em decorrência disso, como as verbas públicas jorravam ao proprietário daquela tipografia, encarregado de imprimir o jornal oficial da província, não via motivos para investimentos em curto prazo em maquinários mais avançados e inovações técnicas no modo de produção, já que não precisava disso, ao menos durante muito tempo, para ser um fornecedor cativo da fazenda provincial. Mesmo sabendo que outros estabelecimentos executavam um trabalho de qualidade muito superior, chegando mesmo a aumentar o número de fornecedores, o governo continuou a subsidiar os editores de jornais que o apoiavam, de modo que apenas um destes recebia anualmente mais de 4:600\$000,⁶³⁰ enquanto a qualidade dos trabalhos encomendados à sua tipografia pioravam com o tempo:

Em quase todos os países os trabalhos tipográficos que mais avultam são os administrativos, e no Maranhão, alguns anos atrás, pode-se dizer que eram os únicos que tinham importância.

(...) Esses trabalhos, porém, eram monopolizados por quem, desprezando a arte, que sempre abastardou, procurava junto à administração tornar-se proprietário deles, fazendo crer que só e unicamente ele podia fazê-los.

E com a certeza de lucros certos nunca se ocupou de melhoramentos, e os poucos que adquiriu foi sempre anos depois de por todos os mais colegas terem adotado, como se vê claramente na primeira parte desta *Memória*.

⁶²⁸ *Idem, ibidem*, p. 22.

⁶²⁹ *Idem, ibidem*, pp. 22-23.

⁶³⁰ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 63; HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 103.

Uma lei mandou pôr em arrematação as impressões da administração, mas essa lei, que tinha em vista proteger as tipografias, destruindo o monopólio, foi iludida e não pôde surtir o efeito desejado.

(...) e assim conseguia esses trabalhos sem contrato que lhe impusesse ônus de tempo ou qualidade de trabalho, nem a multa respectiva a que se sujeitavam os que arrematavam, e a quem apenas se concediam pequenos prazos para a sua prontificação.

As pequenas diferenças que fazia em preços eram largamente compensadas pelo vagar e comodidade com que preparava as impressões, sem prejudicar outros interesses, pois levava com algumas perto de ano, como aconteceu com as leis de 1863 ou de outro ano.

(...)

As somas destinadas a impressões e que saíam anualmente dos cofres públicos, entrando para a algibeira de um mesmo indivíduo, foram perdidas para a indústria, porque a semente lançada em terra sáfara que só produz abrolhos é perdida; logo, porém, que achou boa terra, os frutos não se fizeram esperar.

Três estabelecimentos tipográficos figuram nesta capital há alguns anos como primeiros pela sua importância; dois tornaram-se conhecidos [o de Frias e de Matos] pelos seus bons trabalhos, economia de preços, e melhoramentos introduzidos, inclusive os prelos mecânicos, viajando por essa causa o proprietário de um deles. O outro só é conhecido pelo jornal oficial que imprime, e pelo cunho de antiguidade e atraso que nele se reconhece, e em tudo quanto produz aquele estabelecimento, que, inimigo do progresso, não só deu um passo à frente nesta época em que tudo anda, como recuou do ponto em que se colocou há trinta anos, e se não recua mais é porque já encontrou a parede que não pode derrubar.

Os dois primeiros, sempre desajudados, entregues a seus próprios recursos, e apertados pela necessidade, prosperaram e acreditaram-se; o outro, nadando na abundância, jorrando-lhe dos cofres públicos o dinheiro nas algibeiras durante alguns bons trinta anos, o que fez? ⁶³¹

Os motivos para as constantes queixas de Frias em relação ao protecionismo do governo provincial eram as possibilidades de inovações técnicas que ele e Belarmino de Matos podiam introduzir no mercado tipográfico caso os subsídios governamentais deixassem de ser monopólio de um único impressor e assim tivessem, portanto, o faturamento da tipografia de Inácio José Ferreira, cuja qualidade dos trabalhos não justificava a concentração de recursos somente em razão da adesão ao governo:

Essa subvenção seria tolerável se fosse dada a uma tipografia que, pelos melhoramentos introduzidos e esforços empregados, tivesse levantado do abatimento a respectiva indústria; é, porém, dada não só para sustentar a rotina, e a mais indesculpável decadência no meio do progresso tipográfico, como para alimentar um jornal a quem poderíamos chamar, sem injustiça, *Jornal das Erratas*, porque ocupa parte de um número em retificar os erros do outro.

(...)

⁶³¹ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, pp. 44-45 e 65.

A fábrica alimentada com esse auxílio, com a subvenção anual, ou como empréstimo continuado também por alguns anos, havia de prosperar; e esse dinheiro destinado para a imprensa, e perdido até hoje, para ela lhe seria devolvido com onzena em bom e barato papel, em abundância de trabalho, e após ele todas as máquinas e todos os aperfeiçoamentos e todas as maravilhas da indústria que o mundo admira.

Então nos é fácil o complemento dos melhoramentos a que nossa indústria pode aspirar, e virão enriquecer nossas oficinas as aperfeiçoadas Calandras; os Distribuidores e Compositores Mecânicos de *Young, Delcambre, e Mitchel*: os primeiros, com dois aprendizes, distribuem 14 mil a 18 mil letras por hora, e os segundos compõem de 12 mil a 15 mil letras, também por hora; as *ramas* de *Wynants*, que apertam as formas sem cunhos de madeira; as *dobradeiras* de *Gruner*, que dobram, e cosem, e calandram (alisam) 1 400 a 1 500 folhas por hora; as ponturas graduadas de *Veloso*, cujas vantagens seria longo descrever; a *chuva artificial* para molhar papel, do *Illustrated London News*, ou as *fachas molhadas* do *Times*, para o mesmo fim; e outros muitos cuja enumeração seria fastidiosa.⁶³²

Outro fator que Frias destaca como decisivo para a evolução técnica da tipografia brasileira foi a reforma da Imprensa Nacional de Lisboa. Embora as tipografias, sobretudo as maranhenses, com o enriquecimento provocado pela crescente demanda, renovassem constantemente o seu estoque de tipos, fantasias, traços de pena, coleções de vinhetas de combinação, linhas de enfeite e filetes, o fornecimento era até 1857 feito por países que não falavam a língua portuguesa, o que ocasionava transtornos aos impressores, uma vez que a quantidade de letras não era suficiente, pois não eram remetidas de acordo com as necessidades da língua, especialmente os acentos. Com a reforma da Imprensa Nacional de Lisboa e a aquisição em consequência de uma nova fundição, novas famílias de tipos e fontes estavam disponíveis aos impressores brasileiros, que passaram a ser adquiridas com preços e qualidade competitivos em relação ao mercado mundial, com a diferença que eram feitos para a língua portuguesa:

A reforma operada na Imprensa Nacional de Lisboa, que deu em resultado podem os produtos de sua vasta fundição competir tanto em preço como em qualidade com as melhores fundições do mundo, encaminhou a maior parte dos tipos do Brasil, a se fornecer de seus primorosos, econômicos e bem-acabados tipos, que lhe são enviados com a maior exatidão, quer em relação às quantidades e qualidades pedidas, quer em relação às proporções que devem guardar as sortes de tipos com as necessidades da língua em que se escreve.⁶³³

⁶³² *Idem, ibidem*, pp. 63-64.

⁶³³ *Idem, ibidem*, p. 24.

Contudo, o próprio Frias, no desejo de sempre introduzir inovações técnicas no parque tipográfico maranhense, adiantava-se aos seus colegas, tomando a iniciativa de incorporar em sua oficina tipográfica os aperfeiçoamentos técnicos que surgiam no continente europeu. Um deles foi a introdução do sistema de ponto de Didot para medidas tipográficas, até então desconhecido pelos tipógrafos maranhenses em razão da falta de recursos para a atualização técnica que poderia ser obtida por meio de viagens aos centros metropolitanos da Europa ou dos Estados Unidos. Frias também relata que descobriu o sistema de ponto de Didot quase por acaso, em meio às suas transações ordinárias para o suprimento de tipos e fontes importados de outros países:

A reunião desses pequenos melhoramentos só pode aproveitar com vantagem o tipógrafo que conhecer o belo sistema que relaciona os corpos tipográficos uns com os outros, e cuja base é o ponto; sistema desprezado por uns, e ignorado por quase todos, e do qual me vou ocupar, a fim de fazê-lo conhecido dos colegas que o ignoram e instigar a estudá-los e praticá-los aqueles que dele têm notícias.

(...)

Foi Mr. Didot, distinto tipógrafo e fundidor francês, quem estabeleceu o sistema hoje universalmente adotado, com exceção dos Estados Unidos, onde o tipo não combina nem na unidade do corpo, nem na altura.

O ponto é a unidade tipográfica, e 200 pontos são iguais a 75 milímetros. Todos os tipos são conhecidos por um número precedido da palavra corpo, como por exemplo: corpo 10, corpo 6, corpo 96, etc. Cada corpo representa tantos pontos quantas são as unidades de seu número.⁶³⁴

(...)

No exame rigoroso que fazia nos espécimes modernos de fundições de vários países encontrava a designação de *corpo tal e tal*, e noutras partes, *sobre tais e tais pontos*, correspondente a *tantos e tantos pontos*. Quando isso começava a chamar minha atenção, recebi uma fatura de tipos da Imprensa Nacional de Lisboa e encontrei escrito no dorso de cada maço de espaços: espaços de 4 pontos, 3 pontos, 2 ½, 2, 1 ½ e 1 ponto; deu-me a curiosidade de compará-los.

O corpo do tipo era 10, peguei 10 espaços de 1 ponto, ajuntei-os e deram-me um quadrado igual ao quadratim do corpo respectivo, juntei dois de 4 e um de 2, o mesmo de resultado; um de 1, dois de 2 ½ e um de 4, e ainda o mesmo; e outras combinações que deram sempre igual resultado.⁶³⁵

A “descoberta” de Frias, aparentemente de pouca importância e, portanto, até certo ponto ingênua, no entanto dá uma exata dimensão das dificuldades com que trabalhavam os impressores maranhenses, e talvez mesmo os brasileiros, diante da falta de atualização em relação aos aprimoramentos técnicos correntes em outros países. Não por outra razão eram

⁶³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 30-31.

⁶³⁵ *Idem, ibidem*, p. 34.

constantes os problemas e as improvisações na profissão, de modo que, sem estar de posse dos conhecimentos técnicos mais avançados, os impressores forcejavam por acertar muitas vezes por tentativa e erro, o que custava tempo e dinheiro aos proprietários das oficinas tipográficas:

Pela rotina tudo é acaso, tudo é dúvida; e quantas vezes compõe uma linha de quadrados de um corpo que não serve, depois dessa outra, que tem o mesmo resultado, e outra e mais outras até que uma calhe, e tudo isso porque o oficial na sua arte não sabe que 3 e 2 são cinco.

(...)

Sem o conhecimento desse sistema não possíveis impressões em cores delicadas e alguns trabalhos que tenho feito nesse gênero, como ultimamente a Co-roa Brasileira, que dediquei ao triunfo das armas do Brasil no rio da Prata, são devidos a ter feito essa *descoberta*.

(...)

Disse *descoberta*, tratando do sistema do Mr. Didot, porque o foi. Como já notei noutra lugar, depois dos mestres que para aqui vieram nos primeiros anos da tipografia maranhense, não tivemos entre nós oficiais estranhos que nos ensinassem o que lá por fora se praticava.⁶³⁶

Antes da introdução do sistema de ponto de Didot por Frias, o sistema utilizado era o das *guarnições sistemáticas*, chamadas pelos franceses de *lingsots*, ou então os *filetes sistemáticos*, utilizados para obter um sistema completo de justificações na paginação dos livros.⁶³⁷ Contudo, quando Frias relata a “descoberta” do sistema de Didot, é com grande entusiasmo e ao mesmo tempo lamentando que o fosse tardiamente, uma vez que o avanço já era sobejamente conhecido em outros países, e por ignorância no Maranhão somente bem depois:

Então é que conheci o que tinha perdido em ignorar por tanto tempo aquilo que mais utiliza saber ao tipógrafo, e que deveria ser a primeira cousa a ensinar-se aos aprendizes.

Foi por essa forma que consegui saber o que sabe qualquer aprendiz nos outros países.

O nosso isolamento tem-nos obrigado a inventar muitas cousas que para outros são velhos usos.

Na minha casa é usado esse sistema há muitos anos.

⁶³⁶ *Idem, ibidem*, p. 33-34.

⁶³⁷ *Idem, ibidem*, p. 30.

Jamais peço a um aprendiz um espaço *fino* ou *grosso*, porque não há nada mais vago; mas sim um espaço ou espaços de tais ou tais pontos, e o mesmmo faço a respeito de todas as outras peças tipográficas.⁶³⁸

Outra inovação, desta vez projetada pelo próprio Frias, sempre preocupado em atenuar o esforço e aumentar a qualidade dos serviços de seus operários, foi uma caixa de tipos conhecida como “caixa maranhense”. A caixa tipográfica utilizada entre os impressores maranhenses possuía 97 sobre 88 centímetros, com algumas variações na largura, para menos, e, no comprimento, para mais. Como a maioria dos operários maranhenses eram homens baixos ou meninos, a altura desta caixa, importada para o uso corrente dentro da oficina, resultava em esforço extenuante para o compositor do trabalho, que a todo momento precisava levantar-se para escolher os tipos e encontrá-los:

Levar constantemente o braço a uma distância, que, para abranger, era preciso encostar o peito à caixa, isso os de estatura regular, ou elevar-se sobre as travessas do banco os mais baixos ou que tinham os braços mais curtos, não só causava dor nos peitos como fazia perder quinze por cento do tempo empregado na composição, porque não só o mudar constantemente de posição desarranja a atividade que a estabilidade de posição dá ao compositor, como o enfastia e aborrece.⁶³⁹

A primeira providência que Frias tomou nesse sentido foi cortar 22 centímetros da largura da caixa alta, tornado assim a caixa habitual de uso mais cômodo. Frias observou que essa diminuição não prejudicou a distribuição das espécies de tipos – ou *sortes*, de acordo com o autor –, porque alguns caixotins ficavam sempre vazios em razão de que determinados tipos eram de uso menos freqüente que outros, como os *itálicos*.⁶⁴⁰ Contudo, este primeiro expediente não foi o bastante, de modo que Frias, para suprir ainda algumas deficiências do sistema, que as antigas caixas não poderiam, encomendou em Lisboa, através de um modelo projetado por ele, caixas adequadas à finalidade pretendida pelo tipógrafo maranhense, conforme segue:

⁶³⁸ *Idem, ibidem*, p. 34.

⁶³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 25-26.

⁶⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 26.

MODELO DA CAIXA MARANHENSE																						
A	B	C	D	E	F	G	H	á	é	i	ó	ù	AE	CE	"							
I	K	L	M	N	O	P	Q	â	ê	î	ô	û	W	w	'							
R	S	T	U	V	X	Y	Z	ã	õ				§	()	!							
Ã	Ó	Á	Ó	É	Ç	J	j	ff	fl	fl	a	o	e	d	e	g	l	m	s	t	*	?
ac	oc	=	=	-	Esp. finos	ε	1	2	3	4	5	6	7	8								
.	b	c	d	e	s	ç	f	g	h	9	0											
k	l	m	n	i	o	p	q	fi	ffi	½ quadrado	Quadrat.											
z								;	:													
y	v	u	t	Espaços	a	r		,	.	Quadrados												
x																						

Figura 1: Fonte: FRIAS, J. M. C. *Memória sobre a tipografia Maranhense*. 2001, p. 26.

A “caixa maranhense”, projetada por Frias, media 97 por 66 centímetros. Não chegou a ser adotada pelos seus colegas maranhenses, porque era necessária uma completa reforma das caixas até então utilizadas, o que acarretava despesas com as quais os impressores não podiam arcar, mesmo reconhecendo que a invenção de Frias apresentava vantagens evidentes sobre os modelos usados correntemente. Apesar da introdução desta adaptação, ao que tudo indica somente Frias a aproveitou em sua oficina.

Contudo, conforme o exposto em momento anterior, a característica mais saliente da indústria tipográfica maranhense era a patente dificuldade em obter mão-de-obra qualificada, em virtude dos baixos salários. Segundo o tipógrafo maranhense, não era possível conceder bons salários senão a poucos, decerto os mais qualificados e melhores, o que no Maranhão era muito relativo em relação às condições de trabalho que o operário das oficinas tipográficas encontrava. Porém, coadjuvado pelos baixos salários, uma das dificuldades mais acentuadas, apontada por Frias, era a obtenção de operários laboriosos e disciplinados, capazes de cumprir uma jornada regular de trabalho, com docilidade e capacidade produtiva, qualificações exigidas a um eficaz funcionamento da indústria. No lugar disso, a maior

parte do mercado de mão-de-obra era composta por homens vadios, dispersos, acostumados a uma vida de ócio e pouco trabalho:

...qualquer menino que não tem ocupação e mesmo negação à escola vem para a tipografia, não com o fim de aprender uma arte da qual deseja ser oficial, mas para começar logo a ganhar dinheiro; e dedica-se a entregar jornais, de preferência à aprendizagem em que emprega poucas horas e irregulares.

Esse modo de vida principia por lhe tirar a permanência do trabalho, e a falta de ordem, de polícia, e mesmo de moralidade em algumas tipografias, os perverte, e a vadiagem e a insubordinação são o seu fim.

(...)

A facilidade de viver neste país é para a tipografia e para todas as indústrias um grande tropeço, e é essa a razão por que a vadiagem é tão grande nos tipógrafos, que, não tendo grandes necessidades, com facilidade as satisfazem, independente de se fatigarem trabalhando.⁶⁴¹

Deste modo, a mão-de-obra da indústria tipográfica maranhense era composta, segundo Frias, de três classes de trabalhadores: a) os operários vadios e insubordinados, que apenas desejavam ganhar dinheiro fácil para algumas necessidades de consumo pontuais e momentâneas; b) os trabalhadores honestos, de boa índole, educação e moralidade, formados freqüentemente como internos nas próprias tipografias, saídos entre os menores aprendizes; c) os tipógrafos habilidosos, os quais se destacam através do maior talento para a arte tipográfica, completando assim os estudos primários regulares e aprendendo a gramática. Contudo, o mestre impressor maranhense não deixa de notar que o verdadeiro sustentáculo da indústria tipográfica maranhense era a segunda classe de operários, uma vez que a primeira vivia sempre, em razão da vadiagem e da insubordinação, à procura de outras oportunidades, enquanto a terceira exerce a arte tipográfica por pouco tempo, uma vez que o horizonte de suas expectativas de realização profissional amplia-se com a possibilidade de um emprego público:

...porque a maldita idéia, que tanto mal faz à indústria, a do emprego público, se apossa deles. Se conseguem realizá-la, a arte os perde, e, se não, perde-os também, porque essa esperança que de todo os ocupa fá-los esquecer o trabalho, e tornam vadios.⁶⁴²

⁶⁴¹ *Idem, ibidem*, pp. 50-51.

⁶⁴² *Idem, ibidem*, p. 50.

Desta forma, aquele reduzido número de operários que desenvolviam disciplina e habilidade era coadjuvado pela primeira classe de trabalhadores, formada principalmente de meninos sem ocupação e capacidade técnica desenvolvida, que procuravam o trabalho nas tipografias somente quando a necessidade os apertava. Frias dá, aliás, preferência ao aprendiz interno em relação ao jornaleiro assalariado, em virtude da maior possibilidade de controle, vigilância e condicionamento possibilitados com o vínculo diário com a indústria tipográfica. Assim sendo, pode-se afirmar que em relação aos meios de produção e força de trabalho, Frias era uma espécie de taylorista *avant la lettre*,⁶⁴³ uma vez que antes de se converter em proprietário e patrão de uma tipografia, foi aprendiz de tipógrafo assalariado. Seu conhecimento exato de todas as etapas de produção e a defesa do trabalho infantil e feminino a fim de obter maior disciplina, regularidade e produtividade do operário da indústria tipográfica, sem desconsiderar o expediente do trabalho escravo, o transforma em um capitalista industrial radicado em uma sociedade avessa ao progresso técnico e humano do trabalho assalariado.

Com efeito, além do próprio Frias e de seu escravo analfabeto, os únicos adultos que trabalhavam na oficina do tipógrafo maranhense eram os seus dois compositores. Os outros serviços internos, como colocar as folhas de papel no prelo, dobrá-las após a impressão, distribuir os tipos e até mesmo realizar alguma composição como auxiliar, eram feitos por quatro meninos, o menor deles com seis anos de idade apenas, os quais Frias teve que empregar ainda analfabetos, ensinando-os a ler, escrever e contar, além de lhes oferecer residência nos quartos improvisados em sua própria oficina. Um destes meninos era o seu próprio filho, que empregou a partir dos seis anos de idade, treinando-o nos afazeres da tipografia, e que à época da redação da *Memória* contava com doze anos. Conforme Frias, era hábito freqüente dos mestres impressores de São Luís educarem e empregar os seus filhos na arte tipográfica com a esperança de que, um dia, viessem a assumir o seu posto quando desejavam aposentar-se da atividade.⁶⁴⁴

À exceção das crianças, todos trabalhavam doze horas por dia, em especial os operários internos, embora a jornada normal de trabalho nas demais tipografias de São Luís co-

⁶⁴³ HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*, p. 71.

⁶⁴⁴ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 55.

meçasse às 8 e terminasse às 16 horas. Com o progresso técnico da arte tipográfica e a mecanização dos prelos, o que possibilitou um trabalho mais suave e saudável, Frias cogitou a solução do problema da escassez da mão-de-obra qualificada com a introdução do trabalho feminino, chegando a planejar em empregar a sua filha como aprendiz assim que tivesse idade para o trabalho tipográfico, o que provavelmente faria quando a menina alcançasse os seis anos de idade. O argumento que Frias utilizou para recrutar o trabalho das mulheres nas tipografias era o fato de que a composição requeria um trabalho delicado, cuidadoso, inteligente e ágil, sem a necessidade de força. Contudo, a idéia não vingou em virtude de dificuldades legais e morais, uma vez que o ambiente das tipografias, masculinizado demais e julgado impróprio e insalubre para o sexo feminino, constituiu um empecilho para o recrutamento das mulheres na indústria tipográfica, o que não significa que Frias não lutasse pelo êxito da idéia.

De qualquer modo, o aprendiz de tipografia, na época de Frias, era quase sempre um menor de idade. No entanto, o menor de idade maranhense do século 19 era um trabalhador que governava a si mesmo, pois se apresentava ao trabalho e a si próprio contratava, ao que parece sem qualquer dificuldade para tanto, uma vez que a necessidade de mão-de-obra nas tipografias parecia ser constante. Esta permanente e, ao que aparenta, grande oferta de trabalho, segundo o relato de Frias, era também a origem de várias tensões nas relações entre patrão e empregado, uma vez que o jovem aprendiz, contando com a facilidade de vínculo empregatício em um mercado volátil, não se adaptava à disciplina de produção das oficinas tipográficas, procurando emprego em outro lugar sempre que as suas idiossincrasias ou melhores salários o impeliam.

Por esta razão, apesar de reputado por Frias como um operário inteligente e habilidoso, o tipógrafo maranhense era em geral muito mal-educado, sobretudo intelectualmente. Aprendiam a ler quase sempre na própria tipografia, e como as tipografias imprimiam com mais freqüência o jornal, e o jornalismo político era o mais comum da província, tinham uma formação intelectual orientada pelas disputas partidárias e assimilavam, portanto, a linguagem virulenta da leitura destes jornais. O resultado desta educação improvisada de oficina eram os constantes erros de composição tipográfica, em especial quando se tratava de assuntos e objetos alheios aos hábitos de leitura dos aprendizes, que não tomavam gosto

pelos livros e conteúdos mais edificantes. O efeito mais direto apontado por Frias desta péssima educação obtida juntos aos jornais era a ausência de desenvolvimento e apuro artístico, de modo que o mestre impressor conseguia transformá-los, no máximo, em sofríveis compositores. O tipógrafo maranhense os denomina de simples oficiais em *levantar letra*, ou, em melhor termo, os *levantadores de letras*⁶⁴⁵ da indústria tipográfica no Maranhão.

Contudo, quando Frias referia-se ao tipógrafo ou aprendiz de tipógrafo, tratava apenas dos compositores. O impressor era um profissional, segundo ele, inexistente entre os trabalhadores da indústria tipográfica, pois os únicos operários disponíveis para essa atividade eram simples e rudes apertadores, homens sem apuro artístico e quase sempre analfabetos. Uma razão apontada por Frias para isto era o fato de que a impressão era um trabalho violento, ao que se somava o clima equinocial, quente e abafado, de São Luís, tornando insuportável a atividade nos prelos grandes. Com isto, apenas homens ignorantes e grosseiros submetiam-se a esse tipo de serviço, realizando-o da mesma forma como realizariam qualquer outra atividade braçal e extenuante. A mesma particularidade se aplicava aos tintureiros, justamente os profissionais que tornavam possível a impressão, mas cujo trabalho, segundo Frias, era quase sempre mal realizado. Em virtude disso, Frias não depositava confiança nesta classe de trabalhadores, e confessa que o melhor impressor que teve foi um escravo que não sabia ler e a quem ensinou a arte de imprimir, sob sua constante orientação e supervisão. Com a introdução dos prelos mecânicos, ou automáticos, as tipografias maranhenses, sobretudo a de Frias, viram-se livres do serviço dos impressores e tintureiros sem qualquer qualificação técnica, o que representou uma grande economia de tempo e dinheiro.

O operoso taylorista da indústria tipográfica maranhense atribuía, no entanto, o seu sucesso mais precisamente à organização e disciplina com que montou a sua oficina, coadjuvado pela permanente atualização tecnológica de seu maquinário e trabalhadores. Aponta, neste sentido, algumas características que distinguiam a sua tipografia das demais da província, tais como: o proprietário e menores aprendizes residiam no edifício em que se encontrava a tipografia; em razão disso, havia regularidade e permanência no trabalho, uma

⁶⁴⁵ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 53. Ver também em HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*, p. 69.

vez que os aprendizes trabalhavam todos os dias, ainda que em horários mais reduzidos, mas através de contrato; o próprio Frias era o primeiro oficial e mestre impressor de seu estabelecimento, de modo que nenhum trabalho era preparado sem que passasse pelas suas mãos exigentes e cuidadosas; e, por último, eram adotados métodos, como a “caixa maranhense” de tipos, que facilitavam e agilizavam, portanto, o trabalho. Além disso, o estabelecimento de Frias contava com um material abundante e selecionado em tipos dos mais variados, três prelos a braço, dois de ferro e um de madeira, um prelo mecânico movido por um homem, um canteador, um corta-linhas, uma máquina de ferro para cortar papel através do sistema de guilhotina – à época, a única da província –, uma prensa de acetinar impressos e demais acessórios, além de uma oficina de encadernação em que se faziam brochuras e cartonagens das obras impressas pela tipografia do zeloso impressor maranhense.

Um ano antes da publicação de sua memória, a oficina de Frias passou a contar com um paginador que fazia também as obras avulsas, os chamados “remendos”. Além do impressor, maquinista e administrador, lugares estes ocupados por Frias, os demais eram os dois compositores, ou *levantadores de letras*, conforme o mestre impressor, um dos quais era interno, três aprendizes internos, um tangedor de roda e servente de oficina e o menino de seis anos – cuja função era arrumar os impressos da máquina e dar sinal quando descobria algum defeito nos fios condutores. O que chama atenção, no entanto, é que, apesar do número reduzido de operários, o estabelecimento de Frias conseguiu produzir no intervalo de apenas quinze meses, entre janeiro de 1865 e maio de 1866, 886.600 impressões, sendo 673.300 somente de livros, cujos volumes perfaziam em separado 2.319 páginas, 1.793.116 quadratins e 16 mil volumes.

As maiores edições realizadas no Maranhão, até 1861, eram de mil exemplares, e mesmo assim não eram freqüentes. Coube a Frias, no entanto, a tarefa de imprimir neste ano a primeira edição do *Livro do povo*, de Antônio Marques Rodrigues, uma antologia de religião, moral e outros assuntos e capítulos considerados instrutivos e esclarecedores, com mais de duzentas páginas impressas de modo compacto, porém com boas ilustrações. Com esta obra, abriu-se o caminho no Maranhão para as grandes edições, pois o *Livro do povo*, com o objetivo de criar o gosto popular da leitura, através do baixo preço do livro, foi lido por sucessivas gerações de crianças brasileiras, sobretudo no Nordeste, a ponto de se tornar

uma raridade bibliográfica apesar do grande número de exemplares impressos em consecutivas tiragens.⁶⁴⁶ À época da *Memória* de Frias, o *Livro do povo* contava já com quatro edições, totalizando 16 mil exemplares em quatro anos, e alcançou a quinta, com 10 mil exemplares, aprimorada com o acréscimo de 110 ilustrações. O sucesso desta obra deveu-se, em parte, pelo caráter do autor, que era um filantropo cujo objetivo era baixar os preços e estimular, em consequência, o hábito da leitura em massa, encomendando para tanto grandes edições de suas obras. A primeira edição do *Livro do povo* foi vendida por apenas \$320, e a quinta edição, consideravelmente ampliada, em razão de sua expressiva tiragem, custou apenas \$500, cada exemplar. De acordo com os registros, parece que a obra, com as sucessivas edições, alcançou trinta ou quarenta mil exemplares impressos, de modo que o autor chegou a doar mais de cinco mil a estabelecimentos de ensino.⁶⁴⁷ Foi, sem dúvida, o primeiro grande sucesso editorial do mercado maranhense. Tanto, que gerou imitações, como o *Livro dos meninos, curso elementar d'instrução primaria*, de Antônio Rêgo, que em 1864 alcançou a tiragem de seis mil exemplares.

Outras produções que saíram dos prelos de Frias foram as *Tentativas poéticas* de Serferiano Antônio de Azevedo e a primeira edição do primeiro romance de Aluísio Azevedo, de 1879, *Uma lágrima de mulher*. O estabelecimento de Frias também imprimiu, em 1866, a sexta edição em português da *História de Gil Braz de Santilhana*, de Le Sage, com 576 páginas *in quarto*. Dentre os trabalhos produzidos em prelo a braço, o melhor que se conseguiu produzir foi, na opinião de Frias, o livro *Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da província do Maranhão*, de César Augusto Marques, em 1864, com 400 páginas *in oitavo*. Um segunda edição deste livro, ampliada e revista, com 558 páginas *in quarto* e o título reduzido para *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, foi impressa por Frias em 1870. A qualidade e o sucesso deste trabalho provocaram repercussão no Espírito Santo, cujo governo contratou César Augusto Marques para escrever um dicionário semelhante para a província capixaba, publicado em 1878 pela Typographia Nacional. A tipografia de Frias também publicou, em 1867, o *Catálogo da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura no Maranhão*. Dos 2.802 itens rela-

⁶⁴⁶ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 100.

⁶⁴⁷ *Idem, ibidem*.

cionados no catálogo, apenas 97 tinham colofão do Maranhão, mas esta lista possibilita um panorama da produção das tipografias maranhenses, mesmo que os nomes dos impressores e suas oficinas não sejam informados. Deste modo, consta na relação uma dúzia de romances traduzidos do francês, entre os quais cinco de Paul de Cock – *Casa branca*, 1842; *Coidadinho*, 1842-43; *Meu vizinho Raymundo*, 1843; *Mulher, marido e amante*, 1844; e *Um gaúcho*, 1849), uma tradução de 1843 de *Mistérios de Paris*, de Eugene Sue, dois anos antes da edição carioca, duas gramáticas inglesas – *Compilação de extratos de gramática inglesa*, de Alfredo Bandeira Hall, e *Resumo da gramática de língua inglesa*, de Pedro de Sousa Guimarães, ambas de 1865 –, além de uma versão da *Histoire de Charles XII*, de Voltaire. O próprio Frias informa que em torno de 1857, quando adquiriu a tipografia do falecido Sr. Torres, seu antigo mestre e patrão, saiu em São Luís, em dez volumes *in quarto*, *Os miseráveis* de Victor Hugo, tanto em seu estabelecimento como na oficina de Belarmino de Matos, seu êmulo na indústria tipográfica.

Neste ponto, não há como evitar uma comparação do trabalho de Frias com o de Belarmino de Matos, apesar das inovações que o autor da *Memória sobre a tipografia maranhense* introduziu para os avanços da indústria tipográfica do Maranhão. Com efeito, o que se pode comprovar é que os contemporâneos de ambos os mestres impressores preferiam os trabalhos de Belarmino de Matos, a ponto de Antônio Henriques Leal chamá-lo de “Didot maranhense” e dedicar-lhe um capítulo de seu *Pantheon maranhense*, no qual lhe atribuiu o papel de maior difusor da arte de Gutenberg no Maranhão e de ter solidamente contribuído para a difusão das letras. As opiniões acerca do tipógrafo maranhense, de todo modo, são sempre muito elogiosas:

Com Belarmino de Matos, simples operário que se imortalizou pelo amor ao trabalho, espírito progressista, gosto artístico e probidade, a arte tipográfica chegou no Maranhão a um grau de perfeição superior ao que havia alcançado então em outros pontos do Brasil. Para a sua tipografia afluíram encomendas do Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia

Sem esse obreiro-editor não seria possível o movimento intelectual que no século XIX granjeou para o Maranhão o título de Atenas Brasileira, porque as obras dos grandes escritores maranhenses dessa época não teriam publicidade.⁶⁴⁸

⁶⁴⁸ LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959, p. 23.

É o que afirma também José Veríssimo, em sua *História da literatura brasileira*: “Belarmino de Matos, talvez o melhor impressor que já teve o Brasil, (...); ...imprimiu um bom número de obras, com acabamento então único e ainda hoje raro excedido.”⁶⁴⁹ Seu conterrâneo e coevo, Joaquim Serra, assim resumiu o seu apreço e respeito pelo tipógrafo-editor maranhense:

...distinguiu-se pela perícia e primor artístico o notável tipógrafo Belarmino de Matos, denominado com justa razão o Didot Maranhense. Foi Belarmino o editor das mais notáveis obras que se publicaram no Maranhão e, a par da perfeição com que faziam-se as impressões em suas oficinas, era muito para admirar a satisfação e entusiasmo que ele mostrava quando de seus prelos saíam escritos excelentes de seus comprovincianos ilustres.⁶⁵⁰

Sem deixar de lembrar, em paralelo, que Belarmino foi também o mais destacado impressor da Exposição Brasileira de 1867, ao lado de seu êmulo, José Maria Correia de Frias. O próprio Frias reconhece que o seu colega e concorrente era um dos mais competentes representantes do ofício, logo no início de sua carreira:

À testa de uma nova tipografia chegada da Europa foi posto um jovem, para quem a arte não era o presente com o qual não se conformava, e aspirava a elevá-la a um futuro, senão brilhante, ao menos agradável, arrancando-a a esse abandono a que tinha sido lançada pelos especuladores para quem a tipografia era uma mercancia como qualquer outra, sem que o bom ou mau acabamento de seus produtos fosse cousa que os afligisse. Alguns, faça-se-lhes justiça, criam, com veras, que em perfeição esses produtos eram inexcedíveis.

O sr. B. de Matos era o novel administrador de que falamos...⁶⁵¹

Belarmino de Matos nasceu em 24 de maio de 1830, na então povoação de Axixá, segundo distrito de paz da vila de Icatu, aproximadamente a cinquenta quilômetros de São Luís, às margens do rio Munim. Foi levado por sua mãe, Silvina Rosa Ferreira, por volta dos seis anos de idade, para São Luís, a fim de possibilitar ao filho educação escolar e também escapar à Balaiada, cujos integrantes assolavam o interior do Maranhão. Para tanto, vendeu os poucos bens que possuía, com o objetivo de fixar residência em definitivo na capital maranhense. Com nove anos, Belarmino foi aprovado no exame final da escola pri-

⁶⁴⁹ VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 263.

⁶⁵⁰ IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, p. 22.

⁶⁵¹ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 39.

mária, após o que ingressou como aprendiz na Tipografia da Temperança, cujo proprietário era Manuel Pereira Ramos. Em 1843, com apenas doze anos, começou a trabalhar como operário na pequena tipografia de Sátiro Antônio de Faria, onde recebia um ordenado de 200 réis diários,⁶⁵² com o qual contribuía integralmente para o orçamento familiar. Como a pequena tipografia não recebia quase nenhuma encomenda, foi despedido por falta de trabalho, arrumando emprego na oficina de Francisco de Sales Nunes Cascais. Contudo, o seu novo patrão, em dificuldades financeiras, lançava mão do expediente de pagar os salários de seus empregados com vales que não tinham qualquer valor de mercado. Quando Belarmino começou a procurar um novo emprego, o estabelecimento de Cascais foi vendido em 1848 aos editores do jornal *O Progresso*, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, mudando para algumas casas térreas da Rua Gomes de Sousa, defronte à residência daquele primeiro proprietário, que era o principal redator do periódico. Nesta época, Antônio Henriques Leal relata o seu primeiro encontro com Belarmino de Matos:

Foi aí que conheci esse operoso artesano que se distinguia por sua aptidão e atividade, e em tão verdes anos – e nem ainda lhe despontava o buço – mostrava o comedimento e pontualidade do brioso e sisudo operário.

Foi por tais e tantos predicados que soube granjear a estima dos que o conheceram de perto, e fiquei eu fazendo dele o bom cabedal que sempre mereceu-me.⁶⁵³

Um ano depois, os novos proprietários venderam a tipografia para o chefe da oficina, Antônio José da Cruz, que assumiu o compromisso, em troca, de continuar imprimindo o jornal dos antigos patrões. Segundo Antônio Henriques Leal, Antônio José da Cruz era o melhor tipógrafo maranhense da época. O autor do *Pantheon maranhense* chega mesmo a corrigir Frias, afirmando que foi a oficina de *O Progresso*, e não a de Magalhães, a verdadeira introdutora dos prelos americanos e “outros aperfeiçoamentos até então desconhecidos”⁶⁵⁴ na indústria tipográfica maranhense. De acordo com Leal, entre os trabalhos de

⁶⁵² Antônio Henriques Leal cita “200 réis diários” e Laurence Hallewell registra “\$200 por semana”. Optamos pela versão de Leal. Ver em LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, p. 305, e em HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 104. Grifos meus.

⁶⁵³ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, p. 306.

⁶⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 305.

Cruz estava a segunda edição da obra de Bernardo Pereira de Berredo, *Anais históricos do Estado do Maranhão*, com 655 páginas *in-oitavo*, cuja primeira impressão foi feita em Lisboa em 1749, e o *Almanaque da província*, de Antônio do Rego, editado em 1848, além de uma meia dúzia de romances. A tipografia de Cruz começou a funcionar, a partir de então, como uma espécie de escola de formação para excelentes tipógrafos, reputados pela perícia, zelo e competência artística:

Foi esse estabelecimento também o viveiro que produziu os melhores operários tipográficos que ainda hoje contribuem para que os livros impressos no Maranhão sobrelevem aos das demais províncias, e ainda os da corte do Império, em elegância, nitidez e correção. Foi nessa oficina que Belarmino de Matos concluiu o seu aprendizado, desenvolveu-se e adquiriu pela arte esse gosto e amor que sempre por ela manifestou, e lhe deram a merecida reputação de Didot Maranhense.

655

Contudo, apesar da reputação de Cruz, o novo patrão de Belarmino revelou-se mesquinho no tocante à remuneração de seus funcionários, cujos salários ficaram abaixo da alta do custo de vida da época, de modo que jovem impressor foi obrigado, aos 19 anos de idade, a trabalhar três a quatro horas extras todos os dias, a fim de assegurar um sustento digno à sua família. Segundo Antônio Henriques Leal, neste período o jovem tipógrafo recebeu convites de trabalho em outros lugares fora da província, até mesmo de algumas tipografias do Rio de Janeiro. Porém, segundo o autor do *Pantheon*, o apego a sua terra e à família, bem como a sua amizade pessoal com os proprietários de *O Progresso*, para os quais trabalhava até altas horas da noite emendando as folhas do jornal cujo formato de impressão não estava disponível no mercado, o fizeram declinar das ofertas de emprego, que por sinal eram bem atraentes. Todavia, é bastante notável, assim como também de difícil credulidade, que a reputação de um jovem tipógrafo, que mal havia concluído o seu aprendizado, apesar da enorme carência de impressores competentes no país, tivesse chegado a tal ponto, e tão rapidamente.

De qualquer modo, a carreira do jovem impressor conhecerá uma reviravolta no começo de 1854. Por essa época, a oposição de *O Progresso* conseguiu fazer com que Antônio Cruz não cumprisse mais com a sua obrigação de imprimir o jornal de seus antigos pa-

⁶⁵⁵ *Idem, ibidem.*

trões e de Belarmino. Para tanto, o governo da província o seduziu com uma sinecura. Como estava velho, cansado, e perdendo dinheiro com a impressão do jornal de Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, com os quais não tinha se comprometido com qualquer contrato formal ou acordo por escrito, aceitou a oferta. Diante disso, seus operários e impressores, entre os quais o próprio Belarmino, ficaram a tal ponto indignados, que demitiram-se em massa e foram trabalhar com Carlos F. Ribeiro e José Joaquim Ferreira Vale, os novos editores de *O Progresso*, de modo que estes puderam fundar uma nova tipografia. Com apenas 24 anos, Belarmino de Matos foi encarregado da administração desta nova tipografia, e, com a confiança da juventude e dos novos patrões, encomendou os mais avançados equipamentos, com o objetivo de montar a melhor oficina da província, senão do país:

Fazendo de maquinista, ajustava as peças, assentava-as e ordenava tudo como melhor lhe parecia. Alargavam-se-lhe os horizontes e com a inteira confiança que depositavam nele os proprietários, entendeu que devia prover o novo estabelecimento de todo o material necessário e com os que inventaram os progressos da arte. Para realizar esse pensamento aplicava-se com infatigável ardor a estudar e a confrontar os espécimens de fundições americanas, francesas e belgas, para deles colher dados e formular pedidos de tipos, de vinhetas, de linhas, de prelos e de mais peças de onde proviessem aperfeiçoamento no trabalho e economia de mão-de-obra. Foi ele quem, abandonando os rolos de camurça, fez os de cola e melação, segundo uma receita que vinha no *Manuel Roret*, por mim traduzida para seu uso, e também é a quem deve-se a introdução do pequeno prelo de provas, tão expedito para as obras avulsas, como circulares e avisos. Substituiu nos jornais as linhas divisórias, que eram até então de madeira, pelas de latão, e assim como estas fez outras reformas na arte tipográfica maranhense, servindo-lhe só de guia seu talento e aplicação; que não veio de fora nenhum tipógrafo que lhe ensinasse, nem tinha compêndios que o auxiliassem.⁶⁵⁶

Mesmo não conseguindo acabar com *O Progresso*, jornal da oposição, o governo obteve vitória nas eleições gerais de 1857, a custo de baixar portarias ordenando à polícia que impedisse o ingresso de eleitores considerados suspeitos nas seções de votação, prendendo-os e instaurando processos. O governo tentava impedir também a publicação do 13º. número do jornal *Conciliação*, impresso por José Maria Correia de Frias. Para isso, lançou mão de repressão política através da força policial:

⁶⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 307.

Na tarde de 10 de janeiro de 1857, ao deixarem seus trabalhos os operários da Tipografia do Ser. José Maria Correia de Frias, onde se imprimia esse jornal, e os do Sr. Dr. Carlos Fernando Ribeiro, onde era publicado *O Progresso*, foram de improviso e ainda nas portas das respectivas oficinas assaltados por soldados da polícia que estavam a espreitá-los.⁶⁵⁷

Contudo, quase todos os tipógrafos da oficina de Frias conseguiram escapar da emboscada, à exceção de dois, que foram levados à prisão. Os demais, entre os quais Belarmino de Matos, foram se esconder na casa de Carlos Ribeiro, que teve a idéia de transferir o seu pequeno prelo, na calada da noite, para a sua residência, defronte a sua oficina. As tipografias da oposição foram então fechadas por ordem exarada do presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado, e seus operários fugiam da ação da polícia. No entanto, as notícias a respeito dessas violências foram estampadas em todos os jornais do Maranhão e do Brasil, alcançando a Corte e D. Pedro II, que afastou, logo em seguida, o presidente da província de seu cargo. Antônio Cândido da Cruz Machado partiu de São Luís em 24 de fevereiro daquele ano, sob as vaís e protestos de grande parte da população da capital, que se concentrou naquele dia no cais.

Com a liberdade novamente assegurada, Belarmino e demais colegas tipógrafos puderam sair da guarida oferecida por Carlos Ribeiro. A partir destes acontecimentos, Belarmino de Matos teve a idéia de organizar um sindicato para a classe, realizando reuniões de onde saiu a Associação Tipográfica Maranhense, em 11 de maio de 1857, a primeira organização do gênero estabelecida no Brasil depois da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, fundada no dia 25 de dezembro de 1853, no Rio de Janeiro.

Os dois grupos oposicionistas no Maranhão, representados através dos jornais *O Progresso* e *Estandarte*, deliberaram então fundirem-se em um só, e também seus periódicos. Dessa fusão nasceu *A Imprensa*, que começou a ser publicado em 4 de junho de 1857, tendo como redatores Carlos Fernando Ribeiro e José Joaquim Ferreira Vale, sendo impresso na tipografia da qual eram proprietários. Contudo, em começo de 1858 ambos se retiraram do Maranhão, José Joaquim Ferreira Vale indo para o Rio de Janeiro e Carlos F. Ribeiro mudando temporariamente para o Amazonas, onde assumiu o cargo de secretário do presidente dessa província. Este arrendou a tipografia para Belarmino de Matos, que assumiu o

⁶⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 309.

compromisso de continuar editando *A Imprensa*. Quando retornou do exercício de seu cargo no Amazonas, em 1861, Carlos Ribeiro muda de posição política, passando a defender os atos da administração do Major Primo de Aguiar, censurados através de *A Imprensa* por Antônio Henriques Leal, então seu sócio. Deixando de ser redator deste jornal em 16 de março deste ano, Leal resolveu ressuscitar *O Progresso*, que passou a ser impresso na tipografia de J. M. C. de Frias. Porém, a 17 de julho a publicação de *O Progresso* foi interrompida por Frias, em decorrência das ameaças de deportação que sofreu, na condição de cidadão português, dos agentes policiais e dos amigos do presidente Primo de Aguiar, que lhe juraram novas perseguições aos operários das tipografias independentes, quebraimento de prelos, entre outros. Diante disso, Frias recuou e deixou de imprimir o jornal de Leal.

Foi então que Belarmino de Matos manifestou interesse em continuar a publicação do jornal, embora não fosse possível através da tipografia arrendada por ele, de propriedade de Carlos F. Ribeiro, que então apoiava o presidente da província. Com a possibilidade de ter um grande tipógrafo a seu dispor, Leal sugeriu a Belarmino a possibilidade de comprar a crédito uma tipografia e ter um estabelecimento próprio, através de um empréstimo tomado no Banco Comercial, tendo o próprio Leal como fiador da dívida. Mesmo com desconfiança da ousadia da idéia, Belarmino foi persuadido por Leal, não antes de tomar conselho de outras pessoas de confiança sua. Tomou o empréstimo, encomendou um prelo e demais utensílios tipográficos e, depois de dois anos, seu estabelecimento cresceu de tal forma que foi obrigado a trocar suas acanhadas instalações da Rua Gonçalves Dias, onde também funcionava a oficina de Carlos F. Ribeiro, cuja administração e aluguel ainda lhe cabia, por um prédio bem mais amplo na Rua da Paz. Nesta época, a tipografia de Matos superava as outras em quantidade de pessoal e equipamentos. O sucesso da tipografia de Belarmino, embora completa e com grande clientela, deveu-se exclusivamente à filosofia de trabalho de seu proprietário, que não deixou de ser um operário como os demais empregados, responsabilizando-se direta e arduamente pela confecção de tudo quanto passava pela sua oficina. Embora talvez se refira com mais propriedade à época em que Belarmino trabalhava com Antônio Cruz, o seu mestre, Antônio Henriques Leal assim o descreve:

Às seis horas da manhã de todos os dias, ainda dos santificados e domingos, já era visto a trabalhar, como operoso jornaleiro, até as dez horas da noite, sendo o último a retirar-se de seu estabelecimento. (...) Quem observasse esse mancebo cheio de corpo, de tez morena e rosto redondo, sem outra roupa sobre os ombros mais do que uma camisola de malha de algodão, com as calças e mãos sujas de tinta, ajudado de lunetas por ter-se-lhe enfraquecido a vista com os contínuos serões, dirigindo todos os trabalhos, confundi-lo-ia com qualquer de seus operários.

658

Com efeito, o trabalho de Matos se destacou entre os seus colegas, segundo Leal, pela sua dedicação ao trabalho, excepcional senso de equilíbrio tipográfico na composição e diagramação, além de um acentuado perfeccionismo. Ele mesmo inspecionava tudo que entrava em seus prelos, à procura de defeitos e lapsos, a fim de que as publicações de sua tipografia ficassem livres de erros, oferecendo para tanto aos autores todas as provas possíveis para atingir esse objetivo, sem exigir acréscimos pelas “gralhas” que sempre escapavam da atenção dos compositores, o que às vezes exigia uma recomposição completa do trabalho. Essa paciência e zelo extremados atraíram decerto muitos fregueses, o que lhe proporcionou muitas encomendas, sobretudo de livros:

Mirava e remirava a obra, examinava-a por miúdo, medindo-a a compasso, comparava-a e analisava-a por partes, e daí é que lhe veio a perfeição e a boa disposição dos livros publicados em sua oficina – essa simetria harmônica das páginas, respeitadas as proporções artísticas da cabeça e pé, da medianiz e margem delas, e igual distribuição da tinta e do aperto na impressão, de maneira que não ficasse uma palavra ou um tipo fora do nível dos outros, ou o olho ilegível por sujo ou gasto. Atentai em quaisquer páginas das obras mais esmeradas, publicadas por ele, que não notareis aí esse desagradável aspecto de espaços mal colocados, uns mais extensos que outros, ou enfileirados em diagonais e triângulos, arremedando os cheios de crochês ou das rendas de crivo, nem as linhas de composição de uma página caindo sobre o interlineamento do seu verso. A plástica é nelas respeitada e seu asseio e elegância nada deixam a desejar.⁶⁵⁹

Com este apego à perfeição e ao seu ofício, Belarmino de Matos deu preferência à fama de grande profissional do que a riqueza. No dizer de Antônio Henriques Leal, o tipógrafo maranhense foi um dos maiores responsáveis pelo movimento bibliográfico surgido no Maranhão, e também no Nordeste, durante as décadas de 1850-60. A importância de São Luís como um centro impressor de ponta durante o século 19, atendendo à demanda de au-

⁶⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 312.

⁶⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 313.

tores de todo o Norte e Nordeste do Brasil, deve-se, sobretudo, aos altos padrões de qualidade obtidos pelos serviços dos dois maiores tipógrafos maranhenses da época, Frias e Belarmino, bem como aos baixos preços praticados por ambos em relação ao mercado tipográfico da Corte. Segundo Leal, Matos “satisfazia-se com modestos lucros e nem se queixava ou apoquentava os remissos e maus pagadores”, e estava sempre disposto a incentivar as edições de autores locais, “facilitando aos editores e autores todos os meios para darem à luz da publicidade suas obras, quer aceitando longos prazos nos pagamentos, quase sempre em pequenas e desiguais; quer recebendo exemplares por conta destes, ou tomando a seu cargo a venda da edição.”⁶⁶⁰ Foi decerto este quadro que o obrigou a trabalhar sete dias por semana, confundindo-se com os seus empregados e operários, a fim de equilibrar suas contas.⁶⁶¹

Apesar disso, os seus lucros e fama foram crescendo além da província, e com eles veio o desejo de aumentar as instalações de seu estabelecimento e introduzir inovações técnicas em seu maquinário. Foi nessa época que encomendou um prelo mecânico da França, o qual foi montado pelo seu êmulo, José Maria Correia de Frias, conforme o que ele próprio registra em sua *Memória*, em momentos anteriores. Todavia, a vida de Belarmino de Matos foi abruptamente interrompida quando ele estava pronto a por em prática os seus mais avançados projetos de atualização tecnológica de sua tipografia, em decorrência do desentendimento que teve com os liberais assim que estes chegaram ao poder na província, no começo de 1866. Neste ano, Matos suspendeu a publicação do periódico liberal *Coalição*, em razão do partido da situação deixar de sustentá-lo por estar perdendo dinheiro com a publicação. No mesmo período, recebeu a oferta para editar *O Conservador*, recusando-a de início, mas depois sendo convencido por Leal aceitá-la, pois este acreditava com sinceridade na liberdade de imprensa e achava que, embora politicamente em oposição ao periódico, Belarmino de Matos precisava, ao menos durante algum tempo, de uma publicação realmente lucrativa.

No entanto, às 10 horas do dia 10 de julho de 1866, a polícia cercou a casa de Belarmino de Matos com grande aparato, dando-lhe voz de prisão. A razão da detenção, segundo

⁶⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁶⁶¹ HALLLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 107.

Leal, foi o fato de que Matos, indicado como testamentário do cônego Rocha Viana, cura da igreja da Sé em São Luís que não tinha família e herdeiros, efetuou alguns pagamentos depois de ter encontrado algumas cartas deixadas pelo falecido, sem esperar que o testamento fosse descoberto, ou seja, a prova material de que o empresário-tipógrafo era realmente o testamentário do padre. Este desalentado deslize de Matos, em razão da ignorância das praxes forenses da época, foi o motivo aguardado pelo governo para retirar o tipógrafo de circulação, ao menos durante algum tempo. Após a prisão, seu processo arrastou-se durante meses, teve a fiança e um pedido de *habeas-corpus* recusados e a acusação foi encaminhada, esgotados os recursos, ao Supremo Tribunal de Justiça, mesmo depois da situação em que se envolveu Belarmino ter sido esclarecida judicialmente. Segundo Leal, havia por detrás destes contratempas a deliberada intenção de retê-lo preso e assim prejudicá-lo em seus interesses e negócios.

O fato é que Belarmino de Matos só foi libertado em 7 de maio de 1867, e só não foi detido novamente porque o pedido de revista do desembargador Aires do Nascimento foi considerado sem efeito pelo Supremo Tribunal de Justiça em 8 de junho de 1868. Contudo, o empresário-tipógrafo já estava praticamente arruinado em decorrência dos custos legais de seu processo e com a paralisação de sua oficina. Fez até tentativa de retomar a rotina de seus negócios, a fim de resgatar compromissos e saldar seus débitos, mas a saúde já estava muito comprometida em razão da alimentação inadequada da prisão e, sobretudo, em virtude da vergonha que a experiência lhe causou, alquebrando-o e, por fim, minando as suas forças. O seu biógrafo, Antônio Henriques Leal, que também era médico, diagnosticou-lhe *beribéri*, em virtude dos sintomas de paralisia, já que Matos sentia “dormência e torpor nas pernas, que se lhe dobravam ante quaisquer irregularidades de terreno”.⁶⁶² Belarmino de Matos faleceu na manhã de 27 de fevereiro de 1870, depois de uma noite de agonia, antes de completar 3 anos de sua absolvição pelo Supremo Tribunal de Justiça do Maranhão e 40 anos de idade.

O “Didot Maranhense” conseguiu ainda produzir, no entanto, trabalhos de qualidade durante os seus derradeiros anos de vida. Obteve até o elogio do sindicato dos gráficos do Rio de Janeiro, em um parágrafo da revista do mesmo órgão, *O Tipógrafo*:

⁶⁶² LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, p. 318.

Semanario Maranhense: Fomos obsequiados com 16 numeros deste importante jornal. Alem de ser redigidos por moços talentosos e dedicados à literatura, nota-se bom trabalho artístico e nítida impressão. O nome de seu editor, Sr. B. de Matos, já é assaz conhecido nesta côrte pelas boas impressões que tem sahido de seus prelos.⁶⁶³

Dos prelos de Belarmino de Matos saíram um conjunto importante de obras que são consideradas pelos seus contemporâneos representativas do movimento bibliográfico que consolidou São Luís como a cidade do Brasil onde a arte tipográfica estava mais avançada, e como a capital brasileira das letras, a “Atenas Brasileira”, uma *urbe letrada*. Entre os seus trabalhos, destacam-se coleção de almanaques, totalizando treze volumes, chamados *Almanaques administrativos, mercantis e industriais* (1858 a 1870); a segunda edição da *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão, desde 1839 até 1840* (1858), de Domingos José Gonçalves de Magalhães, com notas de Antônio Henriques Leal; os livros didáticos de Francisco Sotero dos Reis, como as *Postilas Gramaticais, Comentários de Caio Júlio César* (1863), em seis fascículos, *Gramática Portuguesa* e os quatro volumes do *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1868); as *Poesias*, de A. Franco de Sá; as *Comédias* (1861), de Luís Miguel Quadros, publicadas como parte da coleção “Theatro Brasileiro”; as obras do poeta e humorista Joaquim Serra, como *Comédias, Versos* e *Um coração de Mulher*, além de traduções de E. Laboulaye; *O mundo caminha*, traduzido de Pelletan; *Estatística da província do Ceará*, em 2 volumes com muitos mapas; *Obras*, de João Francisco Lisboa, em 4 volumes; o *Parnaso maranhense* (1861); *Três Liras*; *Motins políticos*, ou *História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, de Antônio Raiol; a tradução de *Eloá*, de Alfred de Vigny, por Gentil Homem de Almeida Braga; a obra de Luís Antônio Vieira da Silva, *História da independência do Maranhão*; *Comentários da Constituição*, de Sousa, em dois volumes; *Confidências* (1868), poemas de Firmino Cândido de Figueiredo; *Curso elementar de matemáticas*, por João Coqueiro; *Impressões e gemidos*, de José Coriolano de Sousa e Lima, em dois volumes; *Os miseráveis* e *O homem que ri*, de Victor Hugo; uma série de romances traduzidos, em doze volumes. A maior parte dessas obras foi impressa em oitavo

⁶⁶³ *O Tipógrafo*, 1 (11):3, 12 de janeiro de 1868, citado por HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, pp. 107-108.

grande francês ou quarto português, em formato volumoso. A oficina de Belarmino também recebeu diversas encomendas de obras de autores residentes no Pará, Ceará, Piauí e em Pernambuco, além de relatórios de companhias e presidentes de províncias, entre outros serviços pelo país afora.

Belarmino de Matos teve ainda a distinção de imprimir, em 1868-69, em seus últimos anos de vida, as *Obras póstumas* de Antônio Gonçalves Dias, em seis volumes, organizada por Antônio Henriques Leal. É importante ressaltar que Gonçalves Dias, o mais importante escritor maranhense da época, passou a maior parte de sua vida produtiva como poeta e intelectual fora da província, tendo os seus primeiros poemas, sob o título de *Primeiros cantos*, publicados no Rio de Janeiro por Laemmert em 1847. Os livros posteriores do poeta maranhense foram publicados pelo editor Laemmert ou na firma internacional de Brockhaus, em Leipzig. Portanto, Belarmino teve a oportunidade de imprimir e publicar, apesar do espaço de tempo relativamente curto em que atuou como tipógrafo e editor, a fina flor da sociedade letrada do Maranhão oitocentista.

Segundo Frias, os melhores trabalhos de Belarmino de Matos, realizados em prelos a braço, são as *Obras* de João Francisco Lisboa, em edição de quatro volumes, publicada entre 1864-65, e o *Parnaso maranhense*, de 285 páginas, *in-oitavo*, publicado em 1861. Esta antologia, seguindo o modelo do *Parnaso brasileiro* (1829-1831), de Januário da Cunha Barbosa, reunia poemas de Antônio Gonçalves Dias, Antônio Marques Rodrigues, Antônio Joaquim Franco de Sá, Augusto César dos Reis Raiol, Francisco Sotero dos Reis, Francisco Sotero dos Reis Júnior, Gentil Homem de Almeida Braga, João Duarte Lisboa Serra, José Ricardo Jauffret, Joaquim Serra, Joaquim de Sousa Andrade, João Antônio Coqueiro, Luis Antônio Vieira da Silva, Luis Miguel Quadros, Manoel Odorico Mendes, Maria Firmina dos Reis (a primeira ficcionista brasileira), Trajano Galvão de Carvalho, entre vários outros versejadores locais.⁶⁶⁴

O autor da *Memória sobre a tipografia maranhense* ainda destaca que, na metade da década de 1860, ele e Belarmino de Matos possuíam apenas dois êmulos na indústria tipográfica. O primeiro era Ramos de Almeida, um encadernador de profissão que, não sendo um tipógrafo, tinha que confiar a sua oficina a seus empregados, dependendo deles no to-

⁶⁶⁴ BERREDO, Augusto César de, ET AL. *Parnaso maranhense*. São Luís: Tipografia Progresso, 1861.

cante à qualidade da impressão. O outro era um indivíduo chamado Serrão, proprietário da tipografia *Situação*, cuja firma, de 1866, tinha menos de um ano quando Frias concluiu o relato de sua *Memória*. Do primeiro afirmou que as composições eram carentes de bom “gosto em todas as suas partes”, e do segundo disse que “tem feito impressões que revelam gosto e perícia”.⁶⁶⁵ Os outros três impressores ainda em atividade em São Luís, naquela época, apenas editavam jornais, embora uma destas oficinas, a tipografia de *O País*, fundada em 1863, publicou alguns anos depois o segundo romance de Aluísio Azevedo, *O mulato* (1881), com 248 páginas *in-oitavo*, embora uma produção de qualidade tipográfica medíocre, em papel de imprensa. O romance posterior de Aluísio Azevedo, *Casa de Pensão* (1884), foi publicado no Rio de Janeiro pelos editores Faro e Lino, e os demais pelo editor Garnier.

A indústria tipográfica maranhense teria atingido então o seu apogeu, para daí em diante começar um período de declínio que irá se estender até começos do século XX. Quando Coelho Neto e Graça Aranha estavam produzindo, os tempos da “Atenas Brasileira” já eram história, de modo que seus romances não foram publicados no Maranhão, mas no Rio e na Europa. Ainda em 1900, entretanto, São Luís possuía uma biblioteca pública com 19.000 volumes, cinco livrarias e trinta e cinco impressores empregados em oito tipografias diferentes. Um destes estabelecimentos, o do tipógrafo Teixeira, estava equipado com máquinas para fazer autotipias, processo de fotogravura em relevo através do qual, para reprodução de originais com meios-tons, como ocorre nas fotografias comuns, a imagem é focada através de retícula, decompondo-a em pontos minúsculos, de tamanho variável, de acordo com a gradação de tons do original. É o antigo e conhecido *clichê de retícula*.⁶⁶⁶ No entanto, a arte tipográfica no Maranhão nessa época vivia já à sombra de seu passado, perdida a importância anterior.

Mesmo em seus melhores tempos, a indústria tipográfica maranhense conviveu com acentuadas dificuldades. Além dos baixos salários, já citados anteriormente, uma das maiores era decerto a irregularidade do fornecimento de papel e tinta. Não havia depósitos de ambas os materiais para as tipografias, que em função disso com frequência tinham que

⁶⁶⁵ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, pp. 41-42.

⁶⁶⁶ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 109.

imprimir as obras excessivamente claras, por causa da escassez de tinta, ou suspender a impressão, devido à falta de papel. No primeiro caso, Frias relata o episódio de um livro, uma edição de seis mil exemplares, que foi mal impressa a partir da 16^a. folha porque tinha “acabado a tinta no mercado”.⁶⁶⁷ No segundo, o tipógrafo menciona o caso de uma obra que ficou dois anos aguardando a impressão, em razão de somente estar disponível no mercado o papel comum, sendo obrigado a aguardar vários meses até que a remessa de papel adequado, através de navio, chegasse a São Luís. Os editores maranhenses deviam esses contratempos ao fato de não disporem de capital necessário para estocar grandes quantidades de papel em locais apropriados, o que era agravado pelos pesados impostos de importação, cujas taxas eram mais elevadas, em alguns períodos, para o papel do que para os livros importados.⁶⁶⁸

Diante dessa realidade, o artista-tipógrafo Frias expõe a necessidade de uma fábrica de papel nacional, e que o Maranhão, “o país algodoeiro por excelência”,⁶⁶⁹ seria o fornecedor natural e espontâneo da matéria-prima essencial para esta indústria no Brasil, uma vez que o papel do século 19 era feito com trapos velhos de algodão ou linho puros. O tipógrafo luso-maranhense tinha razão no tocante aos custos finais deste produto para os impressores brasileiros caso fosse produzido localmente, ainda que custasse um terço a mais do que custava na época o papel importado da Bélgica, pois ao final ficaria mais barato porque não haveria o custo adicional dos fretes, embalagens, seguros, comissões, direitos, impostos mais pesados, burocracia alfandegária, entre outros entraves e contratempos. Contudo, não foi sempre que o país esteve, como à época de Frias, desprovido da estratégica indústria do papel. O que não se sabe, ao certo, são as razões pelas quais não usava o papel de produção local, uma vez que foram feitas diversas tentativas de instalar fábricas do gênero em diversas localidades. No entanto, não foi na década de 1880, em São Paulo, que se iniciou a fabricação de papel nacional. A primeira fábrica brasileira de papel, por iniciativa

⁶⁶⁷ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 61.

⁶⁶⁸ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, pp. 103 e 131. Ver tabela 4, das páginas 150 a 154, em que se demonstra como a tarifa preferencial para os livros foi aplicada em determinados períodos (1819-1836 1844-1860, 1912-1929). A situação em outros períodos dependia, segundo Hallewell, do excêntrico temperamento dos funcionários da alfândega brasileira, que conferiam diversos tratamentos, segundo seus próprios critérios e idiossincrasias, a papéis dos mais diversos tipos.

⁶⁶⁹ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 62.

de José Mariano de Conceição Veloso, funcionário da Imprensa Régia, foi instalada no Andaraí Pequeno, em 1808, no Rio de Janeiro, como resultado dos esforços de dois empresários portugueses, Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva, tendo entrado em produção no ano seguinte. Parece que o negócio não prosperou, de modo que a fábrica não demorou muito a fechar. Doze anos mais tarde, em 1820, o editor francês Pierre René François Plancher afirmou que havia utilizado papel produzido no Brasil quando se esgotaram os estoques do importado no Rio de Janeiro. D. Pedro I chegou a lamentar à sua amante, a Marquesa de Santos, que lhe escrevia em papel importado, em missiva datada de 18 de novembro de 1826, manifestando a esperança de que o papel nacional estaria disponível em breve para a correspondência com sua diletta concubina. Em 1837, o francês André Gaillard implantou outra fábrica de papel, nos arredores do Rio de Janeiro; Zeferino Ferraz instalou mais uma, em 1841, nas matas da Tijuca. Várias fábricas como estas foram construídas nos arredores da Tijuca, no Rio de Janeiro, sendo que algumas delas sobreviveram até a década de 1920, apesar de, nesse período, somente produzirem papel de embrulho. Até em Salvador chegou a haver, em 1843, uma fábrica de papel. Contudo, a Fábrica de Orianda, instalada na localidade de Ponta da Areia, nas cercanias de Petrópolis, em 1851, foi a mais importante indústria de papel de imprensa do século 19, construída por Guilherme Schuech, mineiro de origem austríaca que se tornou o Barão de Capanema. Esta fábrica funcionou, no entanto, durante apenas dez anos – até 1861 –, quando a competição com o papel importado se tornou inviável, em razão das tarifas bem mais baixas.⁶⁷⁰ Como se vê, faltava estímulo e apoio oficial para que o negócio do papel prosperasse em todo o país, de modo que as diversas tentativas realizadas naufragaram na ausência ou de um mercado mais dinâmico ou de uma tributação que facilitasse a vida dos empreendedores locais.

Porém, a defesa de Frias de uma fábrica nacional fazia sentido em razão da necessidade de estocagem derivada da elevada demanda da indústria tipográfica à época em que escrevia sua *Memória*, o que representaria, decerto, uma diminuição dos custos finais dos impressos. Não se trata, portanto, de uma defesa romântica da nacionalização, mas de pragmatismo de ordem empresarial e comercial, conforme o autor:

⁶⁷⁰ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 132.

O consumo atual é superior a duas mil resmas por ano, representando valor maior de 24:000\$000; junte-se a essa cifra a do que podia ser fornecido às províncias vizinhas, e o aumento do consumo que se daria nesta, e pode-se conjecturar que essa empresa seria profícua ao que a empreendesse, à Província, e à tipografia.

A facilidade de obter papel próprio e mais barato faria baratear o livro, e as impressões aumentariam na Província, que já hoje mais imprime; não só pelas obras de seus naturais como pelas vindas de fora; desenvolvendo-se então essas tendências, que por lá se começam a manifestar, de mandar imprimir ao Maranhão.⁶⁷¹

Conforme o exposto, percebe-se que a indústria tipográfica maranhense foi altamente estratégica para a difusão e consolidação das letras, e que os tipógrafos locais atuaram de modo determinante para que a produção provincial tivesse um notável destaque, em razão da reputação de que o Maranhão possuía na época de melhor parque impressor do país. O movimento editorial maranhense, deste modo, ganhou notoriedade em todo o circuito literário da nação, de forma que alguns escritores importantes, como José de Alencar, chegaram a imprimir alguns de seus livros nas tipografias de São Luís.⁶⁷² Surgiu, em decorrência disso, um jornalismo expressivo e atuante, revistas literárias, livrarias e bibliotecas, que formaram no Maranhão, durante pelo menos meio século, uma sucessão de gerações de intelectuais e homens de letras, muito importante para a consolidação e construção da vida intelectual e literária não somente maranhense, mas também do país. São estas instituições que passaremos a analisar no desenvolvimento seguinte, tomadas como objeto de análise para a compreensão da vida intelectual maranhense durante o século 19, após a análise do movimento editorial local.

2.1.6. O jornalismo político e literário e a consolidação das letras

UM FATOR MUITO DECISIVO para a consolidação da atividade letrada no Maranhão foi o jornalismo literário e político que surgiu, sobretudo em São Luís, decorrente da atividade tipográfica. O governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, em 9 de novembro de 1821, informou a Lisboa que os maranhenses desejavam instituir a primeira imprensa da província assim que a primeira constituição portuguesa foi jurada no Maranhão. O

⁶⁷¹ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 63.

⁶⁷² MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Velho Maranhão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1981, p. 10.

desejo, ao que parece, era tanto que, antes mesmo de chegar a primeira tipografia, começou-se a publicar um periódico manuscrito, considerado o primeiro jornal maranhense, cujo título era *O Conciliador do Maranhão*. Já teria começado com assinantes, sendo redigido no porão de um casarão construído pelos jesuítas onde funcionaram, antes da redação do jornal, respectivamente, a Relação do Maranhão, a Repartição da Saúde Pública e o Corpo de Bombeiros. O primeiro número saiu do prelo em 15 de abril de 1821.⁶⁷³

Estima-se que eram impressos centenas de exemplares deste periódico manuscrito. Contudo, é pouco provável que a tiragem desta primeira tentativa de imprensa no Maranhão tivesse alcançado algumas centenas de exemplares, já que era escrito à mão, em bico de pena. Quando chegou a primeira tipografia de São Luís, encomendada de Lisboa e denominada de Imprensa Nacional, *O Conciliador do Maranhão* começou a circular impresso na capital maranhense a partir de 10 de novembro de 1821. O seu formato, em folha de almaço, não foi alterado.

O pequeno jornal, fundado e patrocinado pelo governo do Marechal Silveira, saía duas vezes por semana. Seu primeiro diretor e redator foi Antônio Marques da Costa Soares, oficial-maior da secretaria do governo e secretário da Junta de Administração da Imprensa e muito possivelmente o primeiro jornalista do Maranhão, embora português de nascimento. A partir de 6 de abril de 1822, o número 77 do periódico aparece com o título reduzido para *O Conciliador*. Contudo, o semanário durou somente até 16 de julho de 1823, chegando aos 210 números impressos. As matérias do periódico maranhense tratavam, em geral, de atos da administração pública, notícias resumidas e uma diminuta seção de variedade. O conteúdo das notícias veiculadas pelo periódico, no entanto, indica que, durante o período em que foi feito na província o juramento da primeira constituição portuguesa, o órgão fundado pelo governador Marechal Bernardo da Silveira foi utilizado especialmente para atacar com violência o partido de oposição dos “Conspícuos”. O jornal, conforme veremos com maiores pormenores mais adiante, teve a sua existência marcada pela acirrada perseguição aos desafetos políticos do Marechal Silveira, dando início ao jornalismo partidário no Maranhão.

⁶⁷³ LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 27.

O fato é que o período pós-joanino no Maranhão, entre 1821 e 1823, como também o reinado de D. Pedro I, foi marcado por uma intensa atividade política que se fez sentir no crescimento da imprensa, sobretudo no Rio de Janeiro, tendo seus ecos na província do Maranhão. O jornalismo político apresentou um crescimento vertiginoso nesse período, uma vez que o clima era propício a este tipo de publicação. As sedições e revoltas espalhavam-se por todo o país enquanto a popularidade do príncipe D. Pedro I caía. Os adeptos da independência brasileira temiam um processo de recolonização, mas é importante ressaltar que a censura havia sido extinta, de modo que começaram a aparecer pelo país, contagiados por este ambiente de renovação política, inúmeros jornais. A maioria deles teve uma vida muito curta, e é exatamente essa brevidade que impossibilita conhecer o número exato de periódicos em circulação pelo país. Eram jornais, em sua expressiva maioria, de curto fôlego, com linhas editoriais explicitamente partidárias, utilizados para hostilizar a administração de D. Pedro I, apresentando, sobretudo, uma linguagem virulenta, seja na defesa ou no ataque do governo constituído na corte ou nas províncias. No Maranhão, não se deu de forma diferente com *O Conciliador*. No entanto, com a adesão do Maranhão à independência brasileira e a deposição da Junta Governativa provisória em 14 de julho de 1823, o *Conciliador* foi extinto, já que o governo que o sustentava era contrário à emancipação política do país e defendia a continuação do Maranhão sob o domínio de Portugal.

De qualquer modo, a partir de 1821 começou uma proliferação de órgãos da imprensa em paralelo com o aumento das tipografias, tanto no Rio de Janeiro como no Maranhão. Os periódicos maranhenses, que vão desempenhar um papel importante no desenvolvimento político e cultural da província, serão representados por jornais e revistas de conteúdo partidário ou literário, cuja atuação no cenário local exercerá uma saliente influência sobre a opinião pública e o meio intelectual, sobretudo em São Luís. O Maranhão conhecerá então uma fase agitada e afortunada de seu jornalismo, pois serão muitos os periódicos postos em circulação, entre os quais se destacam não poucos: *O Argos da Lei* (1825), de tom patriótico e apaixonado, redigido e dirigido pelo parlamentar e homem de letras Manuel Odorico Mendes; o jornalista Davi da Fonseca Pinto publica, nesse mesmo ano, o periódico *Minerva*, de conteúdo conservador e reacionário; ainda em 1825, o filólogo, gramático, crítico e historiador literário Francisco Sotero dos Reis publica *O Maranhense*, um periódico políti-

co de caráter conciliador, publicando também *O Constitucional* (1831-1836) com Odorico Mendes, *O Investigador Maranhense* (1836-1839), *O Correio de Anúncios* (1851-1862) e editando outro *O Constitucional* (1862), entrando para a redação de *O Observador* (1854-1856) e depois para o jornal oficial *Publicador Maranhense* (1856-1861), além de editar *A Revista* (1840-1850), que teve significativa repercussão literária; João Antônio Garcia de Abranches publica também nesse ano *O Censor* (1825-1831),⁶⁷⁴ periódico que defendia o domínio português, órgão de imprensa cujo caráter foi apelidado de *corcunda* pelos maranhenses adeptos e defensores da independência brasileira;⁶⁷⁵ em janeiro de 1827 José Candido de Moraes e Silva publica o primeiro número do *Farol Maranhense* (1827-1831),⁶⁷⁶ periódico de conteúdo patriótico muito importante na difusão das idéias de reação liberal que culminaram com o movimento popular da Setembrada, em 1831; o jornalista e historiador maranhense João Francisco Lisboa será uma presença decisiva e constante na imprensa local, pois é o publicador de muitos jornais partidários importantes, como *O Brasileiro* (1832), *o Eco do Norte* (1834-36), órgão do Partido Liberal da época, e *A Crônica Maranhense* (1838-1841), especialmente o último, que conheceu grande projeção no meio político do Maranhão; *O Bem-te-vi* (1838), órgão que, com seus ataques à administração do presidente Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, colaborou para o surgimento da Balaiada, teve vários colaboradores, dos quais se destaca Estêvão Rafael de Carvalho; em julho de 1842 é fundado *O Publicador Maranhense* (1842-?), órgão oficial de vida longa que até 1855 foi redigido por João Francisco Lisboa e no ano seguinte por Francisco Sotero dos Reis, saindo três vezes por semana até 1862, quando passou a ser diário; em 1845 é publicado o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846), revista de uma associação literária da qual faziam parte Luís Antônio Vieira da Silva, Antônio Henriques Leal, Pedro Guimarães, Augusto Frederico Colin, Augusto César dos Reis Raiol, entre outros; no ano seguinte, surge o primeiro número do *Jornal da Sociedade Filomática Maranhense* (1846-1847), fundada por Teófilo Leal, Fábio Reis, Raimundo Matos, Antônio Rego, Manuel Gomes Belfort e outros, que passou à história como revista em razão do longo intervalo entre os poucos

⁶⁷⁴ A partir do oitavo número denominou-se *Censor Maranhense*.

⁶⁷⁵ IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, p. 24.

⁶⁷⁶ Começou a ser publicado somente como *Farol*. O título estendido, *Farol Maranhense*, surgiu a partir de 1829.

números que teve – o segundo número só foi publicado em julho do ano posterior – e do conteúdo consagrado a matérias científicas e, sobretudo, agrícolas; em 2 de janeiro de 1847 sai o primeiro número de *O Progresso* (1847-1857), o primeiro periódico diário maranhense, em formato grande, redigido por Fábio Reis, Teófilo de Carvalho, Pedro Nunes Leal e Antônio Rego, com tipografia própria, divulgando idéias liberais e defendendo a administração de governador Franco de Sá, tendo sido substituído em 1857 pelo *A Imprensa*, publicado três vezes por semana, e reaparecido em 1861, redigido por Antônio Henriques Leal, cessando sua publicação em 1862; em julho de 1847 aparece *O Estandarte* (1847-1857), órgão do partido Estrela, redigido por Maciel da Costa, Eduardo de Freitas, Joaquim Tavares, Pedro Wenescop Cantanhede e, por último, por Antônio Bernardino Jorge Sobrinho, sendo extinto em consequência da fusão dos grupos que o mantinham e ao *O Progresso*, resultando no periódico *A Imprensa*, órgão dos interesses políticos comuns aos seus proprietários; a *Revista Universal Maranhense* (1849-1850), periódico literário, teve como colaboradores Viriato Bandeira Duarte, Fábio dos Reis, José Ricardo Jauffret, Antônio Rego, Antônio Henriques Leal e Teófilo de Carvalho; em fevereiro de 1862 é publicado o primeiro número de *A Coalizão* (1862-1866), jornal político e literário resultante da fusão de *O Progresso*, *A Imprensa* (1857-1862) e *Ordem e Progresso* (1861), órgão de defesa da coligação entre os conservadores e liberais, saindo duas vezes por semana e redigido por Gentil Homem de Almeida Braga, Joaquim Serra, José Joaquim Tavares Belfort e Felipe Franco de Sá, fazendo oposição às presidências de Primo de Aguiar e Campos Melo e apoiando as administrações de Leitão da Cunha e Lafaiete;⁶⁷⁷ *O País* (1863-1889), de longa duração, foi um importante jornal de notícias voltadas para o comércio e indústria, de poderosa influência sobre a opinião pública maranhense, redigido pelo proprietário, Temístocles Aranha, saindo três vezes por semana até 1878, quando passou a ser diário, tendo publicado muitas matérias sobre lavoura, indústria, artes, finanças, melhoramentos públicos, transcrições de notícias do império e do mundo, revistas estrangeiras e até correspondência telegráfica; em 1867, fundado por Joaquim Serra, surge o *Semanário Maranhense* (1867-1868), periódico literário onde colaboram Gentil Homem de Almeida Braga, Celso de Magalhães, Francisco Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal, César Augusto Marques, Francisco

⁶⁷⁷ IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, p. 39.

Gaudêncio Sabas da Costa e Joaquim de Sousa Andrade com um fragmento de seu poema épico *Guesa Errante*, constituindo assim um importante documento da história da literatura no Maranhão; ⁶⁷⁸ em 1870 reaparece o *Diário do Maranhão* (1870-?), que em 1855 apareceu sob a direção de Antônio Rego e tem suas atividades encerradas em 1858, tornando-se, após sua reedição, publicação diária em 1873, tendo como colaborador César Augusto Marques.

Entre todas estas publicações, demandam especial atenção o *Jornal de Timon* (1852 e 1855), de João Francisco Lisboa, e o panfleto ⁶⁷⁹ *A Casca de Caneleira* (1866), com o título original de *A Casca de Caneleira – Steeple-Chase – Por uma boa dúzia de Esperanças*, publicado pela tipografia de Belarmino de Matos, cujos redatores eram Francisco Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal, Trajano Galvão, Gentil Homem de Almeida Braga, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Joaquim Serra, Joaquim de Sousa Andrade, Sabas da Costa, Raimundo Filgueiras e Caetano Cantanhede, sob os respectivos pseudônimos de Flávio Reimar, Pietro de Castelmare, James Blumm, Rufus Salero, Nicodemus, Jadael de Babel-Mandeb, Stephens Van-Ritter, Golondron de Bibac, Iwan Orloff e Conrado Rotenski. ⁶⁸⁰ O *Jornal de Timon* será abordado mais adiante, quando tratarmos da obra e da atuação intelectual de João Francisco Lisboa.

Como é possível acompanhar através desta longa relação, que não incluiu todos os jornais e outras revistas de menor ou igual duração que foram publicados no Maranhão ao longo do período analisado (1820-1880), a imprensa maranhense havia atingido um elevado grau de maturidade e se instalado definitivamente como instituição na sociedade local, contando com um público cativo, um parque tipográfico, com freqüência uma tipografia própria dos jornalistas, que permitia a sua edição constante, além de um grupo expressivo de homens de letras e jornalistas que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os de caráter político-partidário. Ao lado destes periódicos de cunho partidário, circulavam também um número razoável de revistas literárias, entre outras nas quais realizava-se a difusão de conhecimentos úteis sobre lavoura, saúde, costumes, ciências, filosofia, religião, indústria, comércio, geografia e, sobretudo, literatura.

⁶⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 41.

⁶⁷⁹ Possui 92 páginas.

⁶⁸⁰ LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 34.

As revistas de caráter exclusivamente literário serão abordadas mais detidamente em momento posterior, quando serão tratadas as publicações destinadas para este fim.

Contudo, a existência de tantos jornais, às vezes com seus próprios prelos tipográficos, era ao mesmo tempo o sintoma e a causa para a efêmera existência das publicações. O empresário que montava uma tipografia encontrava-se depois na necessidade de publicar um jornal para dar a sua oficina alguma atividade produtiva a fim de que não a fechasse imediatamente à sua abertura. No entanto, a livre e grande concorrência entre os jornais prejudicava-os reciprocamente, uma vez que o número e formato das publicações excediam às demandas do consumo na província, em razão da escassez de um público leitor de jornais e do baixo gosto pela leitura mesmo entre os letrados. O resultado era, com grande frequência, tipografias montadas com equipamentos sofríveis, operários de péssima formação, jornais escritos, editados e impressos com visível desleixo e falta de profissionalismo, entre outros fatores que concorriam para o quadro generalizado de imperfeição e desleixação. João Francisco Lisboa dá um resumo irretocável desta situação de precariedade geral da imprensa maranhense de sua época:

O minguido número de eleitores que tem a província, ou antes de subscritores que se repartem por tantos jornais, mal fornecem aos respectivos editores os recursos indispensáveis para poderem dar uma retribuição cômputa e honesta a escritores de mérito e talento que exclusivamente dedicassem o seu tempo e trabalho e fazê-los florescer.

Daqui resulta mais que ainda nenhum empresário deste gênero de indústria fez fortuna, senão é que alguns se hão pelo contrário arruinado, conseguindo quando muito, eles e os seus jornais arrastar uma existência lânguida e descorada, ao som dos queixumes que fazem contra a míngua e pouca pontualidade dos assinantes, que por seu turno recriminam contra o mau papel, o mau tipo, a irregularidade da entrega, a demora da remessa, do desalinho, negligência, monotonia e pouco interesse dos artigos.

O segredo destes recíprocos agravos existe todo na pobreza e falta de meios e gosto de uns e outros, sendo sobretudo inegável que para se manter uma boa imprensa, como um bom teatro, outra qualquer cousa boa, há-se mister de muito dinheiro.⁶⁸¹

De qualquer modo, a atividade jornalística no Maranhão é um claro indício de como a sociedade maranhense era agitada cultural e politicamente. A partir do momento em que a

⁶⁸¹ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*. Editora Alhambra: Brasília, s/d, p. 168.

província tornou-se parte integrante do império brasileiro, a imprensa maranhense passou a ser conhecida nacionalmente pelo calor das polêmicas e violência das invectivas do jornalismo contra os políticos locais, além dos ataques ao cenário político do país, especialmente na corte carioca. No entanto, deve ser ressaltada a importância que o jornalismo, especialmente o político-partidário, tinha para a formação de quadros para a sociedade maranhense, uma vez que muitos dos proprietários, jornalistas e redatores dos periódicos locais foram projetados, em razão de sua atividade junto à imprensa, para o parlamento, a administração pública, o clero, a magistratura e, sobretudo, para as belas letras. O jornalismo era, com efeito, a porta de entrada no Maranhão, como no resto do país, para a carreira pública, bem como para a projeção daqueles que lutavam por obter uma sinecura ou apenas um nome conhecido entre os seus pares no meio literário da província ou da corte. Ser proprietário ou redator de um periódico, tanto para os políticos, os partidos e os homens de letras, era assegurar, ao mesmo tempo, a possibilidade de um cargo como parlamentar nas próximas eleições e garantir também a proeminência como intelectual e escritor em um cenário político e cultural bastante disputado, em que a luta por cargos e empregos, sobretudo públicos, e pela sobrevivência neles, era uma característica saliente e quase invariável até nos maranhenses melhor dotados. Mais uma vez, João Francisco Lisboa, em seu penetrante *Jornal de Tímon*, realiza um agudo comentário sobre as vicissitudes, refregas e disputas por cargos, prebendas e sinecuras da sociedade maranhense:

Repetimo-lo ainda, a carreira política e dos empregos [aqui o autor talvez diria “públicos”] é quase a única a que se lançam as nossas classes superiores.

Indivíduos há que abrem mão de suas profissões, deixam ao desamparo as suas fazendas, deleixam (sic) o seu comércio, e se plantam na capital anos inteiros à espera de um emprego, consumindo improdutivamente o tempo, e o pouco cabedal que possuíam, e que não obstante, bem aproveitados por um homem ativo e empreendedor, dariam muito mais que todos os empregos imagináveis. Mas nem porque alcancem a primeira pretensão, se dão por pagos e satisfeitos, antes aspiram logo a outra posição melhor; e sempre inquietos e atidos à novidade, persuadidos que só as intrigas políticas, e não o mérito é que dão acesso na carreira, a única coisa de que não curam é de cumprir as suas obrigações, e de aperfeiçoar-se nos estudos e na prática necessária ao mister ou especialidade que adotaram. Raros são os que para subirem mais e mais não vejam com gosto o sacrifício dos colegas e companheiros, com cuja sorte aliás os conselhos mais óbvios de prudência os deviam levar a se identificarem; mas a desgraça alheia com que folgam é bem depressa a desgraça própria, porque o egoísmo e a cobiça são vícios universais, que se ofendem, neutralizam e embaraçam reciprocamente. A mania dos empregos é tal, o mal tão grave e profundo, que já não são somente os pobres e

necessitados que andam após eles; os grandes, os fidalgos e os ricos fazem outro tanto, e sem pejo nem remorso, ajuntam aos contos e contos dos seus bens patrimoniais, os magros emolumentos de ínfimos lugares, roubados porventura ao mérito modesto e desvalido. Que poderá entretanto haver no mundo de mais miserável que esta perpétua oscilação, que estas eternas vicissitudes, que esta vida precária enfim do pretendente e do empregado? ⁶⁸²

O primeiro, no entanto, a se beneficiar deste círculo virtuoso entre a imprensa, a carreira pública e a literária foi Odorico Mendes, que aproveitou a onda de nacionalismo após a declaração da independência para fundar o *Argos da Lei*, a fim de combater os redatores do partido português de oposição representado na imprensa maranhense pelo *Amigo do Homem* e *O Censor*, obtendo grande popularidade e conseqüente vitória, poucos meses depois, nas eleições para deputado da primeira Legislatura pelo Maranhão (1826-1829), ⁶⁸³ conforme veremos mais adiante. O mesmo se deu com João Francisco Lisboa que, com apenas 21 anos de idade, publica em São Luís o *Eco do Norte* (3-7-1834 a 22-11-1836), reunindo em torno de si a facção mais proeminente do partido liberal maranhense, dela tornando-se o porta-voz e figura de lança, o que repercutiu em sua eleição para a primeira legislatura da Assembléia Provincial de governo (1838-1841), alcançando com o cargo fama de grande orador e defensor do ensino público. ⁶⁸⁴ A respeito da imprensa político-partidária, o próprio João Francisco Lisboa teve a oportunidade de comentar o seguinte, em seu *Jornal de Tímon*:

A imprensa é outro grande instrumento que os nossos partidos manejam de contínuo. Tímon esforçou-se por dar uma idéia dela, imitando-a, extratando-a, copiando-a; mas além de se haver então referido à imprensa política tão-somente, nem desta mesma disse tudo.

Nunca o Maranhão teve mais jornais do que hoje em dia, mas também podemos afoutamente dizer que nunca o jornalismo esteve mais decadente e desanimado. Publicam-se atualmente não menos de seis jornais ditos de grande formato, em três ou quatro colunas de frente, e afora estes, temos sempre os pequenos jornais, em folha ou meia folha, que constituem as tropas ligeiras dos partidos, e em tempos de eleição, ou quaisquer outros em que as paixões se escandecem, pululam, como os insetos malfazejos, de um modo prodigioso, e são, como

⁶⁸² LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*, I, p. 180. Texto entre colchetes meu.

⁶⁸³ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo II, p. 18. Ver também em LISBOA, João Francisco. *Biografia de Manuel Odorico Mendes*. In: MENDES, Manuel Odorico. *Virgílio Brasileiro ou tradução do Poeta Latino*. 2ª. Edição. 1º. Vol: Bucólicas e Geórgicas. São Luís: EDUFMA, 1995, p. XXV.

⁶⁸⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p. 24.

eles, de uma vida mais que efêmera. Pouco mais duradouros e vivazes que estes, mostram-se os jornais puramente literários ou pretendidos tais, revistas, almanaques, arquivos, ou cousa semelhante; mas estes são um acidente tão raro, que não há gastar tempo em apreciá-los.⁶⁸⁵

Conforme João Francisco Lisboa, portanto, ao lado desta importante e grande imprensa partidária e literária, para a qual contribuíram os mais relevantes intelectuais e jornalistas maranhenses do período, houve também uma proliferação de publicações e periódicos caracterizados pela virulência da linguagem e pelo teor difamatório de suas notícias e matérias, em que freqüentemente, no ataque a desafetos, descambava-se para a injúria, a difamação e a calúnia. As linhas editoriais destes jornais e publicações, de viés muitas vezes cômico e burlesco, tinham o objetivo de expor ao ridículo e ao desprezo da opinião pública algumas figuras públicas maranhenses, chegando à agressão e a ofensa a seus mundos domésticos com textos humorísticos, especialmente picantes. Este tipo de *jornalismo pasquineiro* conheceu um surto em todo o país, sobretudo na corte, e eram violentos tanto no ataque quanto na defesa do governo constituído. A respeito dessa imprensa de *tom pasquineiro* na corte carioca, o jornalista Octávio Tarquínio de Sousa comenta o seguinte:

... a imprensa do Rio de Janeiro era, sem exceção, deplorável pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro, toda de jornais incapazes de discutir uma questão sem personalismo, fosse para louvar, fosse para deprimir, oscilando entre o parafraseado servil dos periódicos ministeriais e o tom licencioso e anárquico adotado pelos liberais, como notaria Armitage.⁶⁸⁶

Evaristo da Veiga, um dos melhores jornalistas brasileiros do século 19, também comentou o fenômeno da *imprensa pasquineira* do seu tempo:

A maioria dos jornais que possuímos mais invectivam que argumentam; os nomes próprios e não as doutrinas enchem quase todas as suas páginas. A polêmica enceta-se, as personalidades aparecem, o amor próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e a decência são respeitadas.⁶⁸⁷

⁶⁸⁵ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*, I, p. 168.

⁶⁸⁶ Citado por MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. II (1794-1855). São Paulo, Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78, p. 128.

⁶⁸⁷ Citado por LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 36.

O jornalista e escritor maranhense Joaquim Serra aponta a década de 40 como o período de maior ocorrência da imprensa pasquineira no Maranhão, consoante com o modelo disseminado por todo o país e reproduzido freqüentemente em tons até mais agressivos em sua província natal:

A imprensa maranhense envergonha-se de ter saído de seus prelos esse enxame de pasquins, e tal vergonha seria mais profunda, se não víssemos nos dias de hoje, e na corte do Império, sem desavenças políticas exageradas, formigarem periódicos que, em coisa alguma, ficam restando a esses que aviltaram, no Maranhão, o período jornalístico que vai de 1841 a 1847.⁶⁸⁸

Joaquim Serra refere-se mais pontualmente aos periódicos *O Guajajara* (1840), *Tapyouassou* (1846)⁶⁸⁹, *O Pica-pau* (1842), *A Malagueta Maranhense* (1844)⁶⁹⁰, *O Caruru* (1846), *A Matraca* (1883)⁶⁹¹, *O Arre e Irra* (1846) e, de modo particular, o *Bem-te-vi* (1838), jornal em que, segundo o jornalista maranhense, apesar dos ataques virulentos à vida privada de seus desafetos políticos, algumas sátiras publicadas em versos mereciam especial atenção em razão de possuir algum valor artístico apreciável. Destas publicações de tom pasquineiro, entre várias outras, algumas são especialmente interessantes por se constituir em um registro documental importante dos agitados bastidores da vida política e privada da província, caso de *O Guajajara*, pertencente à poderosa matriarca maranhense Ana Joaquina Jansen Pereira Leite (1787-1869), que utilizou o periódico, entre outros expedientes, não apenas para difamar os seus desafetos políticos, mas sobretudo os seus desafetos amorosos e respectivas famílias. Em represália aos ataques difamatórios de Ana Jansen e aliados, famosa por sua crueldade com seus escravos e inimigos, bem como pela sua grande influência política e riqueza, foi publicado *O Pica-pau*, cuja redação foi inicialmente atribuída a Cândido Mendes de Almeida, absolvido, no entanto, da acusação perante a justiça local.

⁶⁸⁸ IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, p. 60.

⁶⁸⁹ Joaquim Serra refere-se a esse jornal como *O Japiáçu*. Foi corrigido por Antônio Lopes, em nota à página 36 de sua *História da imprensa no Maranhão*.

⁶⁹⁰ Novamente, Joaquim Serra abrevia e altera o nome do jornal, citado somente como *O Malagueta*. Corrigido também por Antônio Lopes.

⁶⁹¹ Aqui, Joaquim Serra cita um exemplo de jornal pasquineiro que não pertence ao período por ele mesmo assinalado como apogeu deste tipo de imprensa, o que demonstra a sua sobrevivência ao longo da história e do intervalo de tempo analisado.

Contudo, é possível encontrar manifestações anteriores ao período apontado por Joaquim Serra da imprensa pasquineira no Maranhão. É o caso de *A Palmatória Semanal* (1822), do padre português João da Cruz Ferreira Tezinho, do *Poraquê* (1828-1830), de João Lourindo de Vinhais – supostamente pseudônimo do virulento advogado português João Crispim Alves de Lima e mais tarde atribuído a um compadre do também português João Antônio Garcia de Abranches –, além de *A Bandurra* (1828), *A Cigarra* (1828) e *Azorrague* (1830), entre vários outros.⁶⁹² Por outro lado, ao longo de toda a história da grande imprensa político-partidária maranhense, encontram-se ocorrências de artigos e matérias que, no calor das polêmicas e ataques aos inimigos e desafetos políticos, não poucas vezes descambaram para o tom pasquineiro do insulto e da difamação, o que constitui uma característica deste período em que as disputas políticas são muito acirradas em todo o território nacional, sobretudo nos primeiros momentos de consolidação da emancipação da nação brasileira, em razão dos constantes choques de interesses entre aqueles que se julgavam desprestigiados com a nova ordem nacional e, portanto, também local, e aqueles que eram defensores dos novos governos instituídos e colheram os resultados na forma de vitórias políticas em todo o país.

No entanto, algumas dessas publicações, apesar das características pasquineiras de suas linhas editoriais, desempenharam, com o prestígio adquirido por alguns de seus redatores, um papel decisivo no processo político que então se desdobrava no país e, sobretudo, na província maranhense, apesar dos freqüentes tumultos e da falta de segurança e liberdade de imprensa. É o caso de *O Amigo do Homem* (1823-1826), redigido pelo advogado português João Crispim Alves de Lima, defensor do partido dos conservadores portugueses que desejavam manter o Maranhão pertencente a Portugal, e de *O Censor* (1825-1830), redigido por João Antônio Garcia de Abranches, também defensor dos portugueses que desejavam fundar um estado ultramarino português ao norte do Brasil, e que foi preso e deportado em maio de 1825 por ordem do presidente da província Manuel Teles da Silva Lobo.⁶⁹³

⁶⁹² IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, pp. 24-25. Ver também em LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 36.

⁶⁹³ *Idem, ibidem*, p. 24.

João Francisco Lisboa, no *Jornal de Tímon*, parodiou alguns peculiares exemplos da virulenta linguagem da imprensa pasquineira do Maranhão, extraídos de periódicos anti-governistas, durante a *fictícia* presidência de Montalvão de Mascarenhas, a propósito de um polêmico episódio de recrutamento obrigatório, utilizado como instrumento de perseguição política contra os partidos adversários do governo. O objetivo destes periódicos era difamar o quanto podiam os partidários governistas, sobretudo se possuíam algum defeito físico, doença crônica ou um passado vergonhoso oculto:

E o *Bacurau*, periódico de pequeno formato, que apareceu por aqueles tempos, anunciava “que S. Ex^a. ia cada vez a pior das suas macacoas. O mestre Benedito barbeiro arrancou-lhe a semana passada o último dente; esta importante operação tornou-se indispensável, porque o cheiro que lançava a boca era já insuportável. A chaga da perna está em um estado verdadeiramente lastimoso; S. Ex^a. só experimenta algum alívio banhando-se com cozimento de *palma-christi* (vulgo carrapato-branco). O encarregado dos lavatórios, o digníssimo alveitar-ferrador Cada-val, que S. Ex^a. nomeou capitão da guarda nacional, tem desempenhado este importante mister com uma perícia superior a todo o elogio. Mesmo no estado em que se acha, berra o Sr. Bonifácio que há de dar cabo de toda a geração de muruçocas, bacuraus e jaburus. Pum!”

A *Lagartixa*: “Desapareceu ao Dr. Afrânio um bode pardo, catinguento, e chifrudo, natural do Rio de S. Francisco, com uma bicheira na perna e ia montado por um *Postilhão*. Quem o apanhar e levar pelo cabresto a seu dono, na secretaria do governo, será gratificado com um quartilho de óleo de palma-christi.”

O *Chicote*: “S. Ex^a. experimentou no domingo algumas melhoras, e foi passar o dia ao sítio do seu prestável e pacientíssimo amigo Fagundes. Consta que S. Ex^a. comera com bastante apetite, especialmente um pastel preparado pelas delicadas mãos da senhora do pachorrento tenente-coronel, a Exma. D. Arsênia, e composto dos ingredientes seguintes: *Ramela, monco de simonte, chulé dentre os dedos dos pés, fécula animal e manteiga de dentes*. O Sr. Bernardo lambeu os beiços. Infelizmente, sobreveio-lhe à noite uma indigestão, e teria espichado a pútrida carcaça, se não fosse o desvelo e caridade com que em suas ânsias o trataram à porfia os ilustres hóspedes.”

“A respeitabilíssima Sra. D. Urraca (continuou o mesmo periódico em outro artigo) depois do estrondoso baile que deu a S. Ex^a., sentiu-se gravemente incomodada de náuseas, e certas afecções no ventre. Consta-nos que se retira para sua fazenda a tomar águas férreas, e assevera o esculápio que a moléstia não lhe durará menos de nove meses. S. Ex^a., o Bernardo, fica inconsolável, mas de esperança.”

O *Ferrão*: “Olé! Vai sair à luz maranhense (é uma luz de óleo de palma-christi) o *Auxiliador da agricultura*. Terá por emblema uma besta sendeira carregando em uma cangalha, dous mui grandes caçuás, cheios de esterco popular, e sementes ou grãos de carrapato.”

- “Coçando-se-lhe o lombo com jeito, e dando-se-lhe dous assobios flautados, não há melhor besta de carga do que D. Bonifácio; consente cangalha, albarda, chicote, espora, tudo quanto lhe queiram botar. Que apreciável animalejo!”

(...)

- “O Sr. Dr. Afrânio dá um doce a quem lhe apresentar um documento autêntico que prove o grau de parentesco em que ele se acha para com uma negra que foi escrava do avô do Sr. coronel Pantaleão. S. Sa. (sic) está querendo uma comenda, e por isso cuida de coligir seus títulos de nobreza.”⁶⁹⁴

De modo geral, no calor das disputas ideológicas típicas desse período de consolidação da pátria e de formação da opinião pública, eram freqüentes os periódicos que lançavam mão do expediente de atacar os seus desafetos e assim obter apoio político junto à população, onde um número reduzido de leitores agia como formador de opinião. Neste sentido, mesmo entre as poucas exceções de mérito, o jornal era visto como instrumento, nas mãos de políticos e seus adversários, para destruir carreiras e reputações, e a este respeito os jornalistas tinham uma visão bem consciente, como se pode notar através do depoimento de Evaristo da Veiga sobre a imprensa de sua época:

A maioria dos jornais que possuímos mais invectivam do que argumentam; os nomes próprios e não as doutrinas enchem quase todas as suas páginas. A polêmica enceta-se, as personalidades aparecem, o amor-próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e a decência são respeitadas.⁶⁹⁵

Esta guerra de ofensas entre os jornais gerou, com o tempo, um conjunto de metáforas belicosas que se tornaram constantes nos textos dos intelectuais do século 19, de modo que era raro o homem de letras, entre os escritores e jornalistas brasileiros – e os maranhenses também eram modelar exemplo disso –, que não tivesse experimentado a polêmica e o vocabulário belicoso e violento desta imprensa pasquineira. Ora, esta troca de insultos, agravos, afrontas e polêmicas não somente gerou o polemista, mas por igual um público e um determinado tipo de leitor, que se acostumou em encontrar neste tipo de imprensa uma espécie de entretenimento esportivo e nutriente para os mais diversos boatos e mexericos sobre a vida privada dos ofendidos, acompanhando assim as disputas entre os jornais com atenção e escrutínio de apostadores. Deste modo, através desta imprensa feita de injúrias e ultrajes, mas também com uma grande dose de humor tosco, de grande apelo popular, formou-se o primeiro desenho da opinião pública do país, que se habituou a encontrar nos jor-

⁶⁹⁴ LISBOA, João Francisco. *Op. cit.*, I, pp. 128-129.

⁶⁹⁵ Citado por LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 36.

nais o espaço típico para o confronto nada edificante de homens públicos em busca de projeção e votos.

De qualquer forma, a imprensa não se ocupou somente destes fatos e quejandos. É preciso considerar o papel relevante que a imprensa, de modo geral, cumpriu como difusora das idéias e das letras. Em um país onde a indústria do livro somente começa a estabelecer-se, aumentando paulatinamente o progresso técnico e a tiragem das edições, é necessário compreender que o jornal foi, durante muito tempo, a ante-sala para a carreira da expressiva maioria dos literatos e intelectuais do século 19, visto que a imprensa era o principal veículo de informações e também o meio mais eficiente de propagar um nome e atingir, assim, um público de pessoas com hábitos mais ou menos regulares de leitura. Numa imensa massa constituída por iletrados, atingir os poucos consumidores da palavra impressa, que porventura tinham algum cabedal para o consumo de livros, era mais que importante obter um espaço regular ou fixo nos periódicos que se espalhavam pelo país afora. A colaboração para a imprensa era um caminho seguro e certo rumo à profissionalização dos homens de letras, ao mesmo tempo em que abria espaço para o aumento progressivo do prestígio social do escritor ou jornalista e, com isso, a conseqüente influência política sobre a opinião pública nascente. Deste modo, compreende-se por que “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais”.⁶⁹⁶ Sobre o papel que a imprensa desempenhava na divulgação e profissionalização de escritores, intelectuais e da própria literatura, Sílvio Romero teve a oportunidade de afirmar o seguinte:

O jornalismo tem sido o animador, o protetor, e, ainda mais, o criador da literatura brasileira (...). É no jornal que tem todos estreado os seus talentos; nele é que tem todos polido a linguagem, apreendido a arte da palavra escrita. (...) os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politiquês sem saber, sem talento, sem tino, sem critérios, e, não raro, sem moralidade.⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ MICELI, Sérgio. *Op. cit.*, p. 17.

⁶⁹⁷ ROMERO, Sílvio citado por RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro. H. Garnier, s/d (1906), p. 49.

Em outro momento, quando cotejou a relação entre publicistas e oradores brasileiros, as conclusões de Romero apontam também para o mesmo tema, sobretudo ao analisar a produção intelectual do romantismo brasileiro, na qual se destaca, com bastante evidência, a inevitável associação entre os homens de letras e o jornalismo:

No Brasil, mais ainda do que noutros países, a *literatura* conduz ao *jornalismo* e este à *política*, que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam *oradores*.

Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o *literato* é *jornalista*, é *orador* e é *político*.

Às vezes aparecem, pelo menos, conjugadas as duas primeiras.

(...)

(...) Se têm existido literatos políticos e políticos literatos, não é menos certa que a existência de indivíduos em que as duas qualidades se excluem.⁶⁹⁸

Neste sentido, a fim de compreender o significado do jornalismo em províncias como o Maranhão, é necessário também entender que as vocações literárias nasceram em meio às transformações sofridas pelos partidos políticos brasileiros, em especial na sociedade maranhense, onde as resistências às políticas emanadas da corte imperial eram evidentes, devido ao acentuado lusitanismo, que já assinalamos em momentos anteriores, em oposição às nascentes manifestações de nacionalismo dos nativos e, portanto, de uma nova elite nacional, que não queria retornar à condição de colônia, sobretudo com a partida da família real em 1821. Basta lembrar que, desde a proclamação da constituição portuguesa, em 1820, o Partido dos Conspícuos formado no Maranhão, em clara oposição ao governo constituído na província, era desabridamente atacado, especialmente no periódico *O Conciliador*, onde se publicavam correspondências pessoais dos execrados diante da opinião pública, repletas de referências e menções às personalidades mais proeminentes da oposição local.⁶⁹⁹ A província do Maranhão, nesta época, estava sob a presidência do Marechal de Campo Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, cujas atividades como administrador iniciaram-se com a fundação, conforme o exposto anteriormente, da primeira tipografia maranhense, em novembro de 1821, a Tipografia Nacional do Maranhão. É importante frisar que a historiografia maranhense ressalta com ênfase que a introdução da imprensa no Maranhão deu-se sob

⁶⁹⁸ ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2001, p. 343-344. (grifos da edição)

⁶⁹⁹ LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 29.

proteção da constituição portuguesa, e daí infere-se o caráter “pioneiro” e “inovador” de Bernardo da Silveira e também da nova carta magna de Portugal, uma vez que ambos eram representantes e sintomas dos novos tempos, de maior liberalismo e progresso, que se auguravam para o vice-reinado brasileiro, já que as autoridades do período, “em nome das liberdades outorgadas”, traziam para a comarca do Maranhão “o mais poderoso veículo de civilização, a imprensa”.⁷⁰⁰

Contudo, é necessário avaliar que a implantação e manutenção da imprensa no Maranhão deram-se a expensas do erário da Fazenda Nacional,⁷⁰¹ e que o Marechal Bernardo da Silveira, antes mesmo da Revolução do Porto – fato político que permitiu o debate público sobre os rumos do império luso-brasileiro e, depois, a promulgação da constituição portuguesa –, já era o presidente da província e, mesmo assim, conseguiu manter-se no cargo apenas manifestando adesão à nova carta magna, em abril de 1821. Ao que tudo indica, a vontade súbita de Bernardo da Silveira em disponibilizar uma tipografia para o Maranhão nasce muito provavelmente do desejo de criar um novo *front* de resistência à oposição à sua administração, como também um novo meio de fomentar o debate político, ou antes uma nova forma de controlar a opinião pública: a imprensa. Fato é que, antes de 31 outubro de 1821, quando chegou o primeiro prelo ao Maranhão, comprado com recursos do tesouro público e sob as ordens de Bernardo da Silveira, São Luís mantinha contato com jornais somente através dos navios que atracavam em seu porto. Mesmo com uma edição de *O Conciliador* já circulando, antes disso, em letra manuscrita – o que Frias chamou de “tipocaligrafia”⁷⁰² –, o presidente do Maranhão tinha a perfeita consciência de que a imprensa tinha um grande papel como formadora da opinião pública e que, bem controlada e direcionada para um determinado fim, poderia servir aos interesses palacianos e ao poder constituído:

Convencido o General Silveira que a imprensa, *quando bem encaminhada, é farol que alumia e dirige com acerto*, e não facho incendiário que destrói e tudo arrasa, e que *a discussão livre, porém calma e judiciosa, esclarece o pensamento*,

⁷⁰⁰ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 15.

⁷⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 16. Ver também em IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, p. 21.

⁷⁰² *Idem, ibidem*, p. 15.

*espalha pelo povo idéias úteis, sãs e proveitosas, cria e fortalece a opinião pública...*⁷⁰³

De todo modo, o Brasil assistia ao nascimento da esfera pública do poder com a constituição da nascente opinião pública, uma vez que a maior circulação de periódicos europeus e o surgimento de uma imprensa nacional permitiram em paralelo uma mais livre circulação de idéias, aquecendo o debate público sobre as questões políticas de nossa sociedade. Com isto, o debate político deixou de ser exclusividade da vida palaciana e da elite local, passando para o âmbito público, tornando-se assim fonte de preocupação para aqueles que viam seus privilégios ameaçados com o surgimento de uma nova ordem social e de uma opinião pública mais influente sobre os destinos da sociedade e do poder. O controle das informações divulgadas através da imprensa, portanto, passou a ser visto como questão estratégica e um meio eficiente de perpetuar as relações de poder instituídas pelo pacto colonial com Portugal, sobretudo entre aqueles que eram dele beneficiários diretos, assim como a mole de privilégios decorrentes, de modo que, após a intensificação do debate sobre a independência brasileira, iniciado com a partida da família real em 1821, vêem-se com clareza as razões pelas quais Bernardo da Silveira resolveu fundar uma tipografia no Maranhão, de propriedade do governo, pois desta forma poderia, ao menos em tese, controlar diretamente a “produção” de informações impressas e, com isto, o debate político e a opinião pública.

Com esta intenção, destarte, foi criado *O Conciliador do Maranhão*, periódico que circulou inicialmente manuscrito a partir de 15 de abril de 1821, até que, com a chegada do primeiro prelo, passou a ser impresso em 15 de novembro daquele mesmo ano,⁷⁰⁴ cujo título foi depois abreviado, conforme vimos, para *O Conciliador*. Este jornal, o primeiro do Maranhão, colocou São Luís em destaque no mapa cultural do país como a quarta capital do país a possuir imprensa, sendo fundado justamente quando se dava a luta entre brasileiros natos e portugueses, em decorrência da divisão política causada pelo debate sobre a independência política do Brasil. No entanto, o jornal pioneiro do Maranhão nasce, na rea-

⁷⁰³ MARQUES, César Augusto. *História da imprensa do Maranhão*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 41 (57), 1878, p. 219-225.

⁷⁰⁴ Como os números anteriores a esta data foram produzidos a bico de pena, 15 de novembro passou, para o calendário oficial do Estado, como o Dia da Imprensa Maranhense.

lidade, como instrumento de difusão do discurso oficial e na defesa dos interesses portugueses em relação ao pacto colonial, assim como, conforme exposto, com a finalidade de ser uma trincheira de Bernardo da Silveira no ataque a seus adversários políticos, os membros do Partido dos Conspícuos. Apesar de seu título, *O Conciliador* difundiu, na verdade, a discórdia entre os dois grupos políticos maranhenses, divididos entre partidários da independência brasileira e os adeptos da continuidade do Brasil como estado ultramarino português. O quadro político, extremamente favorável à independência – já que a Revolução do Porto obrigou D. João VI a voltar para a metrópole, em virtude das vantagens econômicas do Brasil frente aos negociantes portugueses –, patrocinou o surgimento de dois partidos políticos distintos, existentes também no Maranhão: o partido português, formado principalmente por comerciantes, militares e funcionários públicos portugueses, opositores à autonomia política brasileira; o partido brasileiro, integrado pela aristocracia rural.

Portanto, *O Conciliador* nasce em um contexto político e sócio-econômico bastante agitado, e sua linha editorial favorável à manutenção do pacto colonial o tornou desde o primeiro momento o foco principal de resistência às mudanças políticas desejadas pela elite brasileira que não pretendia mais ser dependente da metrópole européia. As mudanças proporcionadas pela transferência da família real para a colônia já estavam sedimentadas mais que o suficiente para não ter mais como impedir o conseqüente desdobramento, que era a independência brasileira. Com isto, *O Conciliador*, produzido em formato de papel almaço comum, escrito em uma linguagem extremamente belicosa e sempre advogando os interesses de Bernardo da Silveira e dos portugueses radicados na província, tornou-se uma espécie de pasquim lusitano escrito no Maranhão. Os ataques aos adversários políticos de *O Conciliador* tornaram-se amiúde desmedidos nas mãos dos redatores, como os portugueses Antônio Marques da Costa Soares e do padre José Antônio Ferreira Tezinho, que também foram os primeiros jornalistas que teve o Maranhão. Desde o primeiro número do periódico, era evidente o seu caráter áulico, pois nasceu com a missão de atrair a colaboração da opinião pública e defender os fundamentos legais portugueses exarados na Constituição de 9 de março de 1821. As notícias e textos publicados no periódico confirmam, portanto, a união dos interesses lusitanos aos grupos políticos e econômicos radicados no Maranhão:

Raiou nos Horizontes do Maranhão hum dia, que será para sempre memoravel nos Fastos da sua Historia; e com elle brilhou aquelle enthusiasmo de Fidelidade e Patriotismo, que em todos os factos, e épocas, caracterizou os Portuguezes de ambos os Mundos. A fausta notícia da Regeneração Política acontecida em Portugal havia dado aos habitantes do *Maranhão* a infallivel esperança de participarem desta vantagem Nacional; porém o seu character probo, e pacifico os conteve, esperando que as representações do Governo Provisorio de *Portugal*, dirigidas á Côrte do *Rio de Janeiro*, deliberassem o Ministerio a prometter as Capitancias do *Brasil* a adopção da justissima causa, que a Nação abraçava.⁷⁰⁵

Outra demonstração patente da defesa dos interesses lusitanos no Maranhão, através das páginas de *O Conciliador*, é a constante exaltação de D. João VI, bem como das medidas legais que tinham como pretensão manter a ordem instituída ao longo do sistema colonial e do império luso-brasileira, a fim de evitar a adesão da população maranhense aos ideais de emancipação política difundidos a partir do Rio de Janeiro para todo o Brasil. Deste modo, eram constantes os textos, sobretudo de militares, em que se conclamava o povo maranhense a manter-se fiel a Portugal:

O nosso Compacivo, e Paternal Monarcha hade ver com jubilo o Manifesto Sagrado da nossa obediencia e amor a sua Real Pessoa, e da nossa adhesão aos Principios Constitucionaes dos nossos Irmãos da Europa, e do Brazil. Cidadãos, concordia, e submissão ás Leis existentes, em quanto outras não forem promulgadas; seria delirio alluir o edeficio que nos abriga sem haver levantado nova habitação. Viva ElRey, a Religião, a Pátria, e a Constituição. Maranhão, 6 de Abril de 1821 – *Rodrigo Pinto Pizarro – Major de Cavallaria*.⁷⁰⁶

No entanto, *O Conciliador*, apesar de ser o primeiro jornal que teve o Maranhão, e somente neste sentido foi pioneiro, também foi o primeiro jornal de conteúdo incendiário e que alinha-se, deste modo, também à produção da imprensa pasquineira que varreu o país neste período agitado de mudanças políticas e emancipação. Nas mãos do presidente Bernardo da Silveira, os abusos e os excessos cometidos por este periódico foram tantos que um grupo de 65 cidadãos eminentes de São Luís compôs uma representação pública dirigida a D. João VI, datada de 18 de dezembro de 1821, na qual reclamavam das infâmias e ultrajes publicados nas páginas do jornal mantido pelo erário. Entre as acusações levantadas pela representação, havia denúncias de que o Marechal Bernardo da Silveira era “pródigo

⁷⁰⁵ O CONCILIADOR. São Luís, número 1, Domingo, 15 de abril de 1821, p. 1.

⁷⁰⁶ O CONCILIADOR, São Luís, número 2, Quinta-Feira, 19 de abril de 1821, p. 11.

dos fundos públicos e ávido de lisonja”, de modo que ordenou o pagamento de 50\$000 réis mensais a Antônio Marques da Costa Soares, “um dos redatores ostensivos do abjeto periódico *Conciliador*”, nomeando-o por igual como oficial-maior da secretaria do governo “logo que se fechou o teatro da cidade no qual era tradutor e ao mesmo tempo ensaiador de cômicos”, claramente “em remuneração dos nauseativos elogios e hinos a este general, que se fez representar e cantar no dito teatro”.⁷⁰⁷ Ao que parece, o Marechal Bernardo da Silveira delirava tanto com a possibilidade de controlar o conceito público sobre a sua figura e seu governo, que transformou a Antônio Marques, segundo as acusações da representação, em diretor da imprensa adquirida com recursos públicos, com o claro objetivo e intenção de fazer circular, através de um periódico, os elogios à sua administração e os ataques ofensivos a seus adversários políticos e ideológicos, de modo a ludibriar a opinião pública e também a destruir a reputação e a moralidade de seus desafetos locais.⁷⁰⁸

Sotero dos Reis, um dos mais ativos homens de letras e jornalistas maranhenses, registrou o seguinte depoimento sobre *O Conciliador*:

“O *Conciliador*” logo se desmandou em excessos e personalidades contra os chamados “conspícuos” ou oposicionistas de então; assim principiamos a conhecer esta bela instituição [a imprensa] só pelo abuso que dela se fez!⁷⁰⁹

Contudo, é possível ler nas páginas do último número de *O Conciliador*, datado de 16 de julho de 1823, as notícias referentes à vitória das forças da independência rumo a São Luís, em que uma numerosa guarnição oriunda da vila de Itapecuru-Mirim, comandada pelo Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos, uniu-se àquelas. As forças da independência, sob o comando de Salvador de Oliveira, haviam sitiado aquela localidade do interior maranhense, de modo que a Junta Governativa, presidida pelo padre português Frei Nossa Senhora de Nazaré, convocou no dia 12 de julho cerca de 40 cidadãos para deliberarem em assembléia quais as medidas a ser adotadas “bem da salvação pública”.⁷¹⁰ Tomou-se a

⁷⁰⁷ Citado por LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 29. Ver também em *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo do Rei*, 18 de dezembro de 1821. Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 400, pasta 10, documento 2.

⁷⁰⁸ *Idem, ibidem.*

⁷⁰⁹ Citado por LOPES, Antônio. *Op. cit.*, pp. 29-30.

⁷¹⁰ *Idem*, p. 30.

decisão que a capital maranhense também aderisse à independência brasileira e que houvesse a imediata suspensão das armas às tropas que marchavam em direção a São Luís. No dia seguinte, uma nova reunião dos cidadãos ludovicenses deliberou que fossem convocados os cidadãos para que, na manhã de 14 de julho, proclamassem a independência e elegessem um novo governo para a província. No entanto, à meia noite do dia 13, um fato impediu a proclamação da independência na manhã do dia seguinte: um malogrado assalto ao quartel general da guarnição militar da capital, executado por soldados e cidadãos amotinados, sob o comando dos tenentes Francisco Antônio da Costa Barradas, José Cursino Rapôso e o alferes de milícia José dos Reis. Esta insurgência de jovens maranhenses pegou de surpresa a guarnição militar e a Junta Governativa de São Luís, além do que, na manhã do dia 14, sete navios de guerra portugueses entravam no porto, desembarcado à tarde uma tropa de infantaria. Com as forças portuguesas tomando a cidade, os redatores de *O Conciliador*, que já haviam anunciado a vitória das forças da independência, resolveram extinguir o periódico. Como órgão oficial não podia atacar o governo que o mantinha, defendendo a causa da independência, que os naturais maranhenses já festejavam como fato consumado, enquanto as outras classes, formadas principalmente por portugueses, já procuravam de certo modo conformar-se diante das circunstâncias.

Com isto, *O Conciliador* encerrou a sua curta duração, de dois anos e alguns meses, como o primeiro periódico publicado no Maranhão. Contudo, sua existência foi marcada pela reação à emancipação do Brasil e pela fidelidade ao governo, mantendo-se partidário da continuação do Maranhão dentro do pacto colonial com a corte portuguesa. Entretanto, mesmo monopolizando a produção de impressos até o encerramento de suas atividades, em 23 de julho de 1823, a força da emancipação brasileira já havia penetrado através de seus partidários no Maranhão, de modo que o discurso oficial, exarado pela imprensa, já não surtia mais efeito e o debate político sobre a independência somente aumentou, pois era alimentado por panfletos impressos em tipografias do Rio de Janeiro, Pará e Portugal, aquecendo a opinião pública sobre o assunto. Logo depois da adesão do Maranhão ao Brasil emancipado de Portugal, em 28 de julho de 1823, a tipografia oficial iniciou a impressão da *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão*, periódico oficial que conheceu apenas seis números e circulou entre 4 e 14 de agosto de 1823, ocupando-se princi-

palmente da publicação de documentos relacionados à proclamação da independência brasileira, comandada pelo Lord Cochrane, que aportou em São Luís alguns dias antes do Dia da Adesão.

Após esta pequena incursão pela história do primeiro periódico maranhense, necessária em razão da configuração política agitada dos primeiros anos de independência do Brasil e, portanto, do surgimento da imprensa como instrumento e trincheira de combate ideológico, passemos a analisar os anos subseqüentes à adesão do Maranhão à emancipação brasileira. É nos anos agitados do primeiro reinado que vamos encontrar alguns focos importantes de adesão e resistência, sobretudo no Maranhão, à consolidação da nova ordem política, sobretudo no que se refere à atividade e ao surgimento dos primeiros homens de letras que serão importantes para a definição do *corpus* literário maranhense.

Nos primeiros meses do ano de 1825, o Maranhão assistiu à coexistência de três periódicos importantes e publicados com regularidade: o *Argos da Lei*, fundado a 7 de janeiro por Manuel Odorico Mendes – considerado o patriarca do “grupo maranhense” – e extinto, provavelmente, em 10 de junho do mesmo ano, com 42 edições;⁷¹¹ *O Censor*, periódico concorda fundado por João Garcia de Abranches em 24 de janeiro de 1825, cujos sete primeiros números foram impressos de modo regular, enquanto as outras 17 edições restantes foram publicadas irregularmente, no intervalo compreendido entre dezembro de 1825 e dezembro de 1830. Da oitava edição em diante, datada de 29 de dezembro de 1825, o periódico passou a ser intitulado *O Censor Maranhense*.⁷¹² Outro periódico importante fundado em 1825 é *O Maranhense*, de Francisco Sotero dos Reis, de conteúdo moderado.⁷¹³

⁷¹¹ Joaquim Serra, em sua obra *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa do Maranhão (1820-1880)*, de 1883, indica como data de fundação de *O Argos da Lei* não 7, mas 20 de janeiro, saindo às terças e sextas-feiras. Já em relação à data de encerramento das atividades do periódico, não existe um consenso, já que as lacunas documentais a respeito parecem incontornáveis. O pesquisador maranhense Jomar Moraes, na introdução à edição fac-similar que fez publicar do jornal através do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Maranhão e da Fundação de Cultura do Maranhão, afirma que “seria precipitado dizer que o *Argos da Lei* circulou até o número 42”, enquanto Antônio Henriques Leal informa, no *Pantheon Maranhense*, que o periódico “terminou sua publicação a 20 de julho desse mesmo ano com o nº. 45. Em uma lista de periódicos maranhenses da Biblioteca Nacional, em microfilme, o último número de *O Argos da Lei* aparece com a data de 10 de julho de 1825, sem especificar que esta data marca o encerramento das atividades do jornal, além do que o título da folha era alterado de um número para o outro, ora aparecendo o artigo (*O Argos da Lei*), ora este sendo omitido (*Argos da Lei*). Cf. IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, pp. 24 e 111 e LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 17.

⁷¹² Cf. IGNOTUS (Joaquim Serra). *Op. cit.*, pp. 24-25 e 111.

⁷¹³ *Idem, ibidem*, p. 24.

Sobre a carreira e a obra de Sotero dos Reis, teremos a oportunidade de cotejá-las detidamente mais adiante. Neste momento, interessam-nos as duas personalidades que mantiveram uma importante interlocução através de seus respectivos jornais, dando corpo ao debate político e iniciando, no Maranhão, o ciclo de consolidação da atividade letrada, já que ambos os jornalistas e proprietários estudaram em Coimbra, fato que deve ser tomado em conta quando consideramos a circulação de idéias e a formação da opinião pública e do gosto literário.

A cronologia histórica exige que comecemos por João Antônio Garcia de Abranches, nascido a 31 de janeiro de 1769 na aldeia da Maceira, freguesia de Santiago, junto à vila de Ceia, bispado de Coimbra, em Portugal. Este defensor pertinaz do pacto colonial do Brasil com Portugal, justamente em razão da inflexibilidade de suas opiniões e do título de seu periódico, foi apelidado pelos leitores maranhenses de “*O Censor*”. Garcia de Abranches começou a sua vida profissional no Maranhão com o ofício de mecânico de relógios. Com o tempo, assentou praça em São Luís e se tornou um dos mais respeitados membros do corpo comercial da capital maranhense, onde eram dominantes os comerciantes portugueses. Com a ampliação de seu estabelecimento conseguiu acumular alguma fortuna suficiente para a aquisição e exploração de propriedades rurais. No ano de 1822, publicou em Lisboa o pequeno estudo intitulado *Espelho crítico e político da província do Maranhão*, obra dividida em duas partes, em que analisa, na primeira, questões sociais e econômicas de sua terra de adoção, tais como os progressos da lavoura, características dos lavradores, considerações sobre o comércio de escravos e as dificuldades de cultivo com homens livres no Brasil. Na segunda parte, comenta o caráter e os costumes dos habitantes do Maranhão, além de relatar alguns fatos importantes a respeito dos militares, magistrados e clero maranhenses.⁷¹⁴

Ao contrário do que se pode pressupor a partir da leitura de seu periódico corcunda, Garcia de Abranches não participou ativamente das lutas ou do debate político anterior ou imediatamente posterior à adesão do Maranhão à emancipação do Brasil. Apesar de ser uma figura de destaque entre os portugueses radicados no Maranhão, não esteve presente nas reuniões, conselhos e juntas que se organizaram durante aqueles anos agitados de tran-

⁷¹⁴ Somente a primeira parte foi publicada em 1822, na Tipografia Rollandiana, de Lisboa, in 8°. Cf. LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 48.

sição entre a resistência local à independência brasileira e a adesão. Foi na luta posterior à adesão, entre as duas correntes políticas que se organizaram em decorrência da nova ordem, que se deu o início das atividades de Garcia de Abranches, como membro do partido português. E começou já quinquagenário, tendo em sua velhice a oportunidade de viver a fase mais intensa de sua existência, pois após o início de sua atividade como escritor, jornalista e membro da oposição ao partido brasileiro, conheceu a prisão, a deportação e o exílio e foi testemunha da guerra civil em Portugal. A história de sua resistência à nova ordem se confunde, portanto, com a fundação de uma nova identidade maranhense, sob os auspícios da adesão.

O início das atividades de Garcia de Abranches como jornalista, conforme o exposto, deu-se com a publicação do primeiro exemplar de *O Censor* no final de 1825, onde procurou denunciar os desmandos e a corrupção do governo de Manuel Jansen Teles da Silva Lobo, a arrogância e a prepotência de Lorde Cochrane, além dos excessos do partido dos novos patriotas maranhenses, formado principalmente pela classe de naturais da terra que ocupava, conforme os dados de Raimundo Gaioso, o segundo lugar no comando da província, mas eram na verdade subalternos dissimulados da ordem instituída por força militar e de lei, alijados das principais funções e da porção mais substancial da economia, vivendo à margem do poder e ficando com as sobras da divisão do capital entre os portugueses. É lógico que um sentimento de vingança e ressentimento aflorou entre os nacionais após a adesão. Este sentimento só poderia encontrar uma válvula de escape: a hostilização e a dilapidação dos antigos senhores da terra. Garcia de Abranches, no entanto, não tinha receio em refutar as ações e a lógica dos novos senhores da terra, representados aulicamente pelo *Argos da Lei*:

...mas percaõ antes por carta de menos aquelles que pelos bens que adequiriraõ com suas fadigas e suor são o objecto da perseguição; e da raiva.

[...]

Este officio do Exm.º Marquez vai sanar as feridas que se abrião nos co-rações Brasileiros, com o intempestivo chamamento de certos Europeos para as goardas civicas. [sic] Chamar Europeos para as guardas civicas; ficavaõ acabados por certo os arrombamentos, os roubos, e as mortes; e isto profundava sem duvi-

da as feridas de alguns Brasileiros e era intempestivo ao espirito da perversidade...⁷¹⁵

Movido então pela necessidade de defender os seus compatriotas, a si mesmo e a seus interesses no Maranhão, Garcia de Abranches tomou a pena de jornalista e começou a fazer forte oposição ao partido dos patriotas maranhenses, iniciando um célebre debate com o principal porta-voz destes àquela época: Manuel Odorico Mendes, fundador e proprietário de *O Argos da Lei*, que passou a circular catorze dias antes de *O Censor*:

O nosso *Argos* não parece que tem cem olhos nem ao menos hum, na frente; pois, logo que principiou a guardar o seu rebanho, *grex legibus*, descuidouse, e talvez sem cajado nem rafeiro, não fes cazo de deixar os lobos devoralo: o Exm.º Marquez não merece imputações, e deve ser tratado com mais respeito e dignidade; e neste cazo, se o Senhor *Argos* estivesse com os pertensos [sic] cem olhos no seu rebanho, o Senhor Clementino talvez não escapasse do seu cajado.⁷¹⁶

O jornal de Abranches, fazendo jus ao seu título, denunciou e insurgiu-se contra os espancamentos de portugueses – chamados de *lustrós* pela população –, saques, assaltos e depredações de estabelecimentos comerciais, sem falar das constantes arruaças dos populares, vaías, manifestações de violência e de intolerância que se tornaram comuns ao longo do período de transição entre a proclamação da independência e a consolidação do país como nação. Este tipo de manifestação tornou-se, aliás, a marca mais acentuada e notável dos anos turbulentos do primeiro reinado, pois D. Pedro I teve que silenciar muitas revoltas e guerras civis que estouraram por todo o vasto território do país recém-fundado, sendo que o Maranhão demonstrou ser uma das regiões onde as tensões eram mais violentas e ferozes, a ponto de mais tarde gerar o famoso conflito da Balaiada, sedição de grande expressão ocorrida no período regencial.

Com a diferença de idade entre os polemistas – Odorico tinha apenas 26 anos na época –, não é difícil supor qual deles possuía a linguagem mais virulenta e qual era o mais moderado, embora as circunstâncias ditassem o ritmo das palavras. Contudo, mesmo tendo a favor a experiência e um domínio mais fluente da língua, Abranches também fez uso de

⁷¹⁵ O CENSOR. N.º 1, São Luís do Maranhão, Segunda-Feria, 24 de janeiro de 1825, pp. 10-12. (grifos do autor)

⁷¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 13.

uma linguagem belicosa em sua campanha contra o partido dos patriotas e no seu debate com o redator de *O Argos da Lei*, especialmente em suas admoestações contra o presidente Teles Lobo, que, de modo bastante velado e quase imperceptível, apelidou de “lobo voraz” no editorial do número 3 de *O Censor*:

Vio-se a penas o [ilegível] Maranhão milagrosamente restaurado da morte à vida: arrancado as mãos das Fúrias pelo immortal Cochrane: mas hum novo vulcão se preparava para novamente devoralo, qual as medonhas fauces de *um lobo voraz* contra inocente e manço cordeiro, esperando somente, mas que loucura! que o vigilante Marquez se fizesse á vela.⁷¹⁷

No entanto, o auge da campanha jornalística iniciada por Abranches se deu quando denunciou os abusos de Cochrane como delegado imperial, que impediu a posse do presidente nomeado Pedro José da Costa Barros com a intenção de exigir da população maranhense 424 contos de réis como recompensa aos serviços prestados como pacificador do Maranhão. Sem oferecer oposição, a Junta da Fazenda cedeu à pressão do oficial da marinha inglesa, também conde de Dundonald. O lorde Cochrane somente não avançou no cofre nos órfãos e ausentes porque encontrou forte resistência através do juiz da área, Joaquim Vieira da Silva e Sousa:

Achava-se em 1824 como juiz de ausentes da comarca da capital, quando aportou de novo a ela Lorde Cochrane com a criminosa pretensão de fazer-se pagar por suas próprias mãos da quantiosa importância que alegava pertencer-lhes das presas que fizera e cujo pronto reembolso exigia. Para que as cousas ocorressem à medida de seus desejos, destituiu no dia 25 de dezembro desse ano o presidente legal, a quem suspendeu e prendeu a bordo, investindo do poder a outro de sua feição, e assim pôde a seu salvo sacar de todas as repartições de arrecadação os fundos que achou em seus cofres. Este atentado, a que não ousou opor-se nenhuma repartição fiscal, encontrou no juiz dos ausentes uma forte barreira! O Dr. Joaquim protestou contra semelhante extorsão, e desobedecendo à intimação do lorde, recusou entregar-lhe os dinheiros confiados à sua guarda, sem quebrantarem-lhe esta inabalável e honrada resolução as ameaças do almirante inglês de que o mandaria preso para o Rio de Janeiro.⁷¹⁸

Neste momento, o jornal de Garcia de Abranches atingiu o seu momento de maior tensão durante a campanha de oposição que realizou quando teceu censuras aos abusos de

⁷¹⁷ O CENSOR. N.º 3, São Luís do Maranhão, Terça-Feira, 8 de fevereiro de 1825, p. 2 (38 da coleção).

⁷¹⁸ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 215.

autoridade de lorde Cochrane ao destituir o presidente da província nomeado pelo império. Profundamente irritado com a atuação daquele velho e ativo português, o conde de Dundonnal intimou, a 25 de março de 1825, que fosse suspensa a publicação de *O Censor*. Contudo, Garcia de Abranches não obedeceu às ordens do oficial inglês, e como Cochrane houvesse decretado a lei marcial durante a sua intervenção no Maranhão, após ter realizado o saque dos valores com os quais pretendia pagar a si mesmo, resolveu vingar-se do único homem que ousou reprová-lo publicamente. No dia 1.º de maio, Teles Lobo ordenou a prisão do jornalista português, que foi transferido para o forte de Santo Antônio da Barra, na península da Ponta d'Areia, e deportou-o dois dias depois para Portugal, a bordo de um brigue chamado "Aurora".⁷¹⁹

O caso da prisão de Garcia de Abranches foi tão importante que mereceu algum destaque na *História do Brasil* de João Armitage:

...a conduta de lorde Cochrane era acrememente censurada por um Portuguez de nome *Abranches*, editor do periodico intitulado o *Censor*, que teve a audacia de estigmatizar o almirante como pirata e roubador. Durante algum tempo, lorde Cochrane se defendeu publicamente, por meio de outro jornal, das acusações que lhe fazia o *Censor*, mas vendo que a sua justificação só tendia a agravar a violencia de seu antagonista, determinou-se a lançar mão de medidas mais decisivas. Ocorreu a seu favor a circumstancia de ter o *Censor* unicamente as simpatias do partido portuguez. A exacção que pretendia fazer era de certo gravosa; mas pouco importava ao povo se as rendas publicas eram pagas ao Lord, ou ao Thesouro do Rio de Janeiro; o Presidente [Teles Lobo] portanto facilmente se determinou ao banimento de Abranches, a pretexto de terem sido os seus escriptos subversivos da tranquillidade publica e offensivos ao Marquês do Maranhão. Foi logo executada esta determinação, que ao depois muito mortificára ao Ministerio no Rio de Janeiro.⁷²⁰

Já em Lisboa em fins de junho, o velho Abranches não sossegou, e fez publicar em julho um manifesto, encabeçado pela frase latina *Aura sacra fames*, contra a violência que sofrera de Cochrane e do então presidente da província, Teles Lobo. O texto foi escrito a bordo do "Aurora", depois tendo sido entregue pessoalmente, no Rio de Janeiro, a D. Pedro I, que se tornou amigo de Abranches. Nos últimos dias de 1825, o velho jornalista e empre-

⁷¹⁹ Cf. LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 52.

⁷²⁰ ARMITAGE, João. *A historia do Brazil: desde o período da chegada da real familia de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Traduzida do Inglês por hum Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, pp. 124-125.

sário português retornou ao Maranhão, a fim de reiniciar a publicação de seu periódico e continuar a polêmica com *O Argos da Lei*. No entanto, achou a situação política e cultural do Maranhão tão profundamente modificada, desde a sua deportação, que teve a surpresa de encontrar o seu próprio filho, Frederico Magno de Abranches, como colaborador do periódico de Odorico Mendes, especialmente na ausência deste, logo depois passando para a redação de *O Farol Maranhense*, de José Cândido de Moraes, amigo de lutas políticas. Portanto, pai e filho estavam em partidos opostos, divididos pela opinião e pela ideologia, bem como pelos periódicos.

No ano de 1831, percebendo que não havia mais atmosfera política favorável às idéias que defendia em seu jornal no Maranhão, retornou para a Europa, a fim de encontrar-se com D. Pedro I, então ex-imperador do Brasil. Foi preso nos Açores, curiosamente na ilha de São Miguel, como adepto do príncipe que se insurgia contra o miguelismo. Foi solto e depois se integrou no movimento para a restauração de D. Maria II no trono de Portugal. Ainda no arquipélago dos Açores começou a escrever o panfleto *O brasileiro emigrado (telescópio brasiliense dos Açores)*, que somente algum tempo depois foi publicado, onde dissertava sobre os fatos que levaram D. Pedro I a abdicar da coroa do império brasileiro. Mesmo com a idade avançada, tomou parte nas lutas do cerco do porto do arquipélago, de onde partiu como representante das câmaras municipais da ilha de São Miguel junto ao duque de Bragança. Publicou em Portugal, antes da vitória dos opositores de D. Miguel, vários opúsculos sobre os Açores.

Em 1841, retornou ao Maranhão, onde ainda escreveu o livro *Retrato físico e político D. Pedro Grande de Portugal*, falecendo em São Luís, aos setenta e dois anos de idade, no dia 28 de janeiro de 1845.⁷²¹ Durante a sua ausência, os seus bens no Maranhão haviam diminuído bastante, pela falta de alguém que os administrasse. Deste modo, impossibilitado pela idade de continuar sustentando a própria família, foi ajudado pela esposa e filhas, que

⁷²¹ Há uma divergência entre os biógrafos de Garcia de Abranches, pois Velho Sobrinho registra o seu nascimento a 28 de janeiro de 1769 e o falecimento a 1 de agosto de 1845, enquanto seu neto, Dunshee de Abranches, em *O Censor*, registra a data de 31 de janeiro 1769 como o nascimento, como também 28 de janeiro do mesmo ano, indicando apenas o ano de 1845 como o de falecimento, sem mencionar a data. Cf. LOPES, Antônio. *Op. cit.*, p. 56.

fundaram em São Luís um colégio, cuja existência conheceu o seu fim, após muitos anos, em meio a uma série de denúncias e escândalos.

Passemos neste ponto a analisar outra personalidade de destaque na história do jornalismo e na consolidação das letras no Maranhão: Manuel Odorico Mendes. Note-se antes, no entanto, que começar pela figura de Garcia de Abranches serviu principalmente para pontuar o surgimento e a produção deste maranhense de nascimento, devido à intensa atividade política e literária que desenvolveu ao longo dos anos seguintes à fundação de *O Argos da Lei* e à influência que exerceu sobre os homens de letras maranhenses de gerações posteriores, sobretudo sobre a imediatamente seguinte, a de Antônio Gonçalves Dias. Mais ainda, a atividade de Odorico Mendes inclui-se no período exato de formação do chamado “grupo maranhense”, do qual é considerado uma espécie de patriarca. No sentido cronológico, Odorico Mendes funda a linhagem literária que depois dele, ao lado de Sotero de Reis, permite a fundação do mito da “Atenas Brasileira”, como expressa o seu biógrafo mais eminente:

Arrojado cometimento é decerto o meu em vir com inábil mão respigar em seara, onde ceifaram com inteligência e felicidade dois brilhantes e superiores engenheiros; ⁷²² ficaria porém manca e incompleta esta galeria, *se não precedesse aos demais quem, como o fiel intérprete de Virgílio e Homero, foi entre nós o iniciador do bom-gosto literário e do esmerado cultivo da vernaculidade e das letras clássicas.*

É sem contestação a esse benéfico e vigoroso impulso, que deve o Maranhão o primar neste ponto às suas irmãs, e merecer de alguns escritores o mui lisonjeiro epíteto de Atenas Brasileira. ⁷²³

Começemos, portanto, pela biografia e atividade deste ilustre homem de letras maranhense como jornalista, sua atividade intelectual de estréia, pois a sua produção literária será objeto de análise em capítulo posterior. Nascido em São Luís em 24 de janeiro de 1799, descende de antigas famílias do Maranhão. Do lado materno, seus biógrafos de maior nomeada apontam-lhe como ascendente ninguém menos que Manuel Beckman, o Bequi-

⁷²² O autor refere-se ao *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, no Vol. IV, de 1868, das páginas 289 a 307, e João Francisco Lisboa, em *Obras*, Vol. IV, das páginas 491 a 503.

⁷²³ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 9.

mão, mas pela genealogia de seu traidor e irmão Tomás Beckman.⁷²⁴ Foi enviado ainda muito jovem para prestar os exames preparatórios do curso de medicina em Coimbra,⁷²⁵ mas retornou ao Maranhão antes da conclusão de seus estudos, em finais de 1824. É através do jornalismo que se lança na vida política da cidade de São Luís, com a publicação do periódico *O Argos da Lei* a 7 de janeiro de 1825, pouco tempo após o seu retorno, aproveitando a onda de nacionalismo que varreu o Maranhão com a adesão da província ao império fundado por D. Pedro I:

Para ver se cumpro com a vontade de ser útil ao meu paiz, e para acceder ao voto de muitos patricios meus, por extremo desejosos de que appareça pela primeira vez um periódico publicado por um filho desta provincia, escrevei [sic] com pena imparcial – O Argos da Lei – . A pobreza de luzes que em mim reconheço devia desacorçoar-me; mas, alem de que aos homens de letras fica aberta a porta para, com seus conselhos e com o cabedal de suas ricas ideas, me ajudarem em taõ ardua tarefa, creio que obterei da sua intelligencia a desculpa que merecem os escriptores de poucos annos. Feliz eu, que se em paga do meu trabalho, poder ouvir da boca dos meus concidadões: “Elle não tem os conhecimentos necessarios para illustrar o Maranhão; mas, demovido e abalado com a desgraça da sua patria busca, quanto cabe em suas posses, conciliar os diversos partidos que a dilaceraõ, e quer arreigar no coração do povo o amor á constituição do Imperio, o respeito ao nosso Imperador e ás suas de mais auctoridades, e uma cega affeição á independencia do Brasil.”⁷²⁶

Com apenas 26 anos de idade, vê a sua reputação solidificar-se rapidamente entre os maranhenses devido à aberta defesa que fez da nova pátria e da oposição firme aos “cor-

⁷²⁴ Ver em LISBOA, João Francisco. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Quarto anno. Abril de 1862, Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, p. 333. Consultar também LISBOA, João Francisco. *Biografia de Manuel Odorico Mendes*. In: MENDES, Manuel Odorico. *Virgílio Brasileiro ou tradução do Poeta Latino*. 2ª. Edição. 1º. Vol.: Bucólicas e Geórgicas. São Luís: E-DUFMA, 1995, p. XIX-XX, e LEAL, Antônio Henriques Leal. *Op. cit.*, Tomo I, p. 11.

⁷²⁵ Neste ponto, talvez seja necessário e de bom alvitre desconfiar da biografia de Antônio Henriques Leal e do tom panegírico empregado pelo autor do *Pantheon Maranhense*, pois as datas parecem conflitantes. Enquanto a biografia de João Francisco Lisboa é mais sucinta, transitando de sua viagem à morte de seu pai, com o conseqüente retorno ao Maranhão, de modo mais rápido, Leal se detém em pormenores mais demorados, de modo que, entre constantes digressões do biógrafo e a viagem de Odorico a Coimbra, há uma menção a um soneto que o autor maranhense teria composto como resposta ao desafio dos veteranos da universidade, cujo mote era um verso de *Marília de Dirceu*, o qual o autor do *Pantheon* data de 1816. Portanto, Odorico teria a idade de 16 anos quando de sua partida para Coimbra. Porém, Leal menciona, ainda no mesmo trecho de sua biografia, que Odorico passou apenas dois anos ausente do Maranhão, de modo que teria retornado, pelas informações do biógrafo, em 1818 ou 1819, se não afirmasse, mais adiante, que Odorico aportou em sua província em 1 de dezembro de 1824, portanto oito mais tarde. LEAL, Antônio Henriques.. *Op. cit.*, pp. 14-16.

⁷²⁶ O ARGOS DA LEI. Número 1, São Luís, 7 de janeiro de 1825, p. 4.

cundas” do Maranhão, formados pelos portugueses representados pelo jornalista de *O Censor*, Garcia de Abranches. Aproveitando a agitação com a independência, Odorico Mendes construiu a sua carreira política graças à influência que exerceu através de seu periódico incendiário:

Fructo da inexperiencia do tirocinio politico e das illusões de um espírito novél, mas escripto em bom e vigoroso estylo, com raro talento, e com todo o fogo de uma paixão sincera e fé ardente, o *Argos* era um jornal evidentemente fadado ao triumpho. Assim, nas eleições feitas poucos mezes depois de sua aparição, o seu redactor era eleito deputado á primeira legislatura. O pensamento de voltar a Coimbra e concluir os estudos desvaneceu-se, como era natural, no meio d’estes successos.⁷²⁷

A partir do resultado das eleições de 1825 para a Assembléia Legislativa do Império e de sua chegada no Rio de Janeiro, a sua fama cresceu e, em pouco tempo, Odorico Mendes se tornou uma celebridade política e literária, sobretudo entre os maranhenses, que o reelegeram para a legislatura de 1830 a 1834. Logo que chegou ao Rio de Janeiro, perfilou-se entre os liberais, ao lado de importantes personalidades políticas do Primeiro Reinado, como Evaristo da Veiga, Paula Sousa, Campos Vergueiro, Diogo Feijó, entre outros nomes famosos da imprensa política do Rio e de São Paulo. O fato é que Odorico Mendes teve a oportunidade de fazer parte da pequena elite formada entre a chegada de D. João VI e o Primeiro Reinado, grupo de homens de letras, intelectuais e políticos em torno dos quais se construiu um tipo de lenda:⁷²⁸

Odorico era daquela plêiade de liberais que salvaram o Império em 1831, composta de Evaristo Ferreira da Veiga, Paula Sousa, Vergueiro, Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre), Limpo de Abreu (Marquês de Abaeté), Feijó, Vasconcelos, Rodrigues Torres (Visconde [de] Itaboraí) [sic], e outros. O caráter sincero e brando de Odorico, nunca o desviou das raias de uma oposição grave e respeitosa para com o governo, porque era a doutrina que ele pregava no *Farol Paulistano*, jornal fundado por Costa Carvalho, em São Paulo, e a política seguida pelo grande Evaristo na sua *Aurora Fluminense*.⁷²⁹

⁷²⁷ Ver em LISBOA, João Francisco. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Quarto anno. Abril de 1862, Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, p. 338. Consultar também LISBOA, João Francisco, *Biografia de Manuel Odorico Mendes*, p. XXV.

⁷²⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 105.

⁷²⁹ PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo de, citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 40.

A fama de Odorico Mendes cresceu sem obstáculos e, em um curto intervalo de tempo, atingiu nomeada, cujas razões exigem a abertura de um parêntesis a fim de explicar o fenômeno. Cabe aqui elucidar como se projetavam homens como Odorico, em quais circunstâncias se dava o reconhecimento de seus talentos e atividades, o que não é difícil compreender. O quadro de miséria intelectual em que se encontrava a colônia quando da chegada de D. João VI é um fator de consagração muito forte, pois as condições para a circulação de idéias eram precárias, quando não inexistentes, por motivos, aliás, evidentes: inexistência de bibliotecas, escolas, livrarias, gráficas e pouca tolerância com as atividades intelectuais e os livros. Neste quadro, Odorico conseguiu inserir-se sem dificuldades, devido a escassez de intelectuais e homens de talento, e daí se ter criado um mito em torno daqueles que se destacaram logo no início da luta pela consolidação da nova pátria. Os poucos intelectuais que dispúnhamos eram cercados, portanto por um discurso de mitificação a respeito de suas inteligências e realizações, sobretudo nas primeiras décadas do século 19. Vários são os fatores que explicam este panorama: a opinião pública simplesmente não existia, os intelectuais em número bastante reduzido formavam, na maior parte dos casos, o mesmo grupo que disputava as preferências do público e do monarca regente, além de cargos, prebendas e os poucos espaços disponíveis para a publicação de seus trabalhos – sobretudo o jornalismo –, e, por fim, a atividade crítica era praticamente nula.⁷³⁰ Como havia uma grande dificuldade em se obter instrução, somando-se a isso a escassez de livros, era comum dar-se um destaque com frequência exagerado aos intelectuais, devido à necessidade de criar quadros respeitáveis para a administração da corte, como administradores, funcionários, pregadores, oradores, professores, magistrados, jornalistas e publicistas.

A chegada da família real portuguesa e sua comitiva, às pressas, obrigou o monarca D. João VI, portanto, ao recrutamento do poucos homens letrados disponíveis à época, criando uma vinculação cultural, ainda hoje nítida e corrente, entre os homens de letras, o poder e as funções de caráter público. Além deste fator, os intelectuais e homens de letras agiam em conformidade com uma tendência associativa de campo, ou seja: formavam grupos que se solidarizavam uns com os outros, através de mecanismos de reconhecimento e

⁷³⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999, p. 105.

consagração criados por meio de instituições e agremiações político-culturais que propagavam a idéia de que o intelectual era um membro diferenciado da sociedade, porque a ele cabia a difusão das ciências e das letras. Como conseqüência do grande prestígio que desfrutava, os intelectuais-literatos cultivaram entre si certo sentimento de superioridade e exceção,⁷³¹ principalmente a respeito da condição e posição social do homem de ciência e letras, o que, por um lado, é um dos efeitos diretos da propagação de idéias iluministas entre nós, que tendem a superestimar o papel do *filósofo* e do intelectual dentro da sociedade, atribuindo-lhe a função de difusor das luzes e do conhecimento e, portanto, agente da razão e do progresso entre os homens. Outro possível resultado desta postura tem reflexo entre os românticos, que reforçam a noção de que o intelectual e, sobretudo, o homem de letras, cumprem um papel diferenciado na sociedade, em decorrência do fato de que o romantismo é uma estética fundada sobre a acentuada noção do talento e originalidade do indivíduo. Contudo, o elemento decisivo e configurador deste efeito de consagração sobre o intelectual e o homem de letras foi, sem dúvida, a enorme ignorância do povo e a mediocridade acrítica do público existente à época que, sem ter a possibilidade de comparação e julgamento, aceitava a pretensa superioridade do intelectual-literato como algo evidente por si mesmo. Não fosse, entretanto, o explícito engajamento do intelectual com a construção da ordem e da civilização no país, o público decerto o teria rejeitado como um consumado pedante, aumentando assim o abismo entre as massas populares e a elite. Não foi o que aconteceu. O intelectual e o homem de letras participavam ativamente da vida social, em função da crença que tinham nos ideais iluministas da Ilustração, e do caráter de dever patriótico com que revestiam a sua atividade política, literária e jornalística, pois se julgavam imbuídos de uma missão histórica: a consolidação da pátria. Com isto, a sua função, embora cercada por uma aura de superioridade, era sobretudo a de prestar um serviço à nação, de modo que o público, no lugar de antipatizá-los, entornou-os com reconhecimento, consagração, prestígio e até uma relativa simpatia e apreço popular.⁷³² O orador, o jornalista, o magistrado, o professor, o médico, entre outras atividades de caráter mais público, foram os primeiros a se

⁷³¹ CANDIDO, Antônio, *Formação da literatura brasileira*, Vol. I, p. 222.

⁷³² *Idem, ibidem.*

beneficiar com o prestígio deste público passivo e acrítico; depois, somou-se a eles o escritor e o homem de letras, ainda que suas obras de fato não fossem lidas ou comentadas.

Neste quadro, o intelectual-literato assumiu, em certos casos, um ar de entidade supra-humana, o que decerto contribuiu para a mitificação de muitos deles, até mesmo os jovens. Um índice desta mitificação e do exagero em torno do intelectual e do homem de letras pode ser medido através de duas lendas que os cercavam, através das quais podemos entender as precárias condições de produção intelectual em nosso meio e uma necessidade, que se tornará corrente entre os nossos intelectuais até os presentes dias, de envolver a biografia de nossos homens de letras com certa ficção, exagerando algumas características, a fim de compensar deficiências, mascarar a mediocridade ou preencher lacunas de formação, quando não superestimar ao limite do ufanismo.

Os mitos aos quais nos referimos são os temas do “saber universal” e da “obra-prima perdida”.⁷³³ O primeiro consiste em reputar ao intelectual e homem de letras brasileiro uma espantosa genialidade, além de erudição e cultura fora do comum, capaz de despertar a surpresa e admiração de estrangeiros, sobretudo europeu. Nas biografias de Odorico Mendes, são freqüentes as menções ao talento precoce do jovem literato, jornalista e político maranhense, ao longo de sua formação, tanto em relação a ele quanto no tocante aos seus mestres:

Mas de homens taes como Odorico é que se póde com fundamento dizer que transmittem a nobreza própria á terra em que nascem e a todos os que lhes pertencem, sem a receberem de ninguem. O *vivo e talentoso menino começou bem depressa a exhibir os títulos valiosos que lhe davam direito a ella*, nos estudos elementares e preparatorios que lhe foi possivel fazer nas escolas de São Luiz: e taes foram os passos com que *encetou a carreira, e os applausos dos mestres e entendidos*, que seu pae, a quem não falleciam os dons da fortuna, assentou para logo de envial-o a Coimbra, n’aquelle tempo objecto de preocupações e alvoroços da mocidade estudiosa, onde todos os talentos iam buscar a sua consagração, e sem cujos pergaminhos a nenhum era dado aspirar ás honras e grandezas a que então podia chegar um natural do Brasil.⁷³⁴

.....

.....

⁷³³ *Idem, ibidem.*

⁷³⁴ Ver em LISBOA, João Francisco. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Quarto anno. Abril de 1862, Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, pp. 333-334. Consultar também LISBOA, João Francisco, *Biografia de Manuel Odorico Mendes*, p. XX. Grifos meus.

Foi seu mestre de primeiras letras, o virtuoso Sebastião Davi, em cuja aula mostrou tais disposições e aptidão ao estudo, que não preciso muito tempo para que ficasse habilitado para passar ao latim, disciplina esta regida então por Fr. Inácio Caetano de Vilhena Ribeiro, *gênio assomado*; (...). Para com os discípulos aplicados e que aproveitavam suas lições era todo brandura e indulgência, e por isso Odorico Mendes era um dos que ele mais distinguia e poupava às torturas da despótica palmatória. Foi também ele seu mestre de retórica.

Quando andava nas aulas de latim, compôs Odorico seus primeiros versos.
(...)

Não pode conter-se o ânimo condoído do menino, cujo estro precoce incendiou-se (...), produzindo (...) soneto, admirável em que contava só treze anos...

(...)

Leu-o Fr. Inácio, e achando-o muito superior à idade e aos conhecimentos de seu aluno predileto, mostrou-o ao Dr. Sabino, então secretário do governador do Maranhão, e autor de obras poéticas mui bem reputadas na república das letras, tais como as tragédias *Bolívar* e *Inês de Castro*. O poeta provecto o mandou chamar e animou-o, dizendo-lhe que perseverasse em cultivar as musas, que havia de ser um dia uma das glórias literárias do Brasil: não andou muito errado no vaticínio.⁷³⁵

Esta fabulação, segundo Candido, desenvolve-se através de três representações simultâneas: em nível pessoal, esta ficção seria o resultado de uma escassa divisão do trabalho intelectual, uma vez que os intelectuais, sobretudo no período joanino, não eram em número o suficiente para preencher todas as funções e atividades necessárias ao bom funcionamento da Corte, obrigando assim que o mesmo intelectual desempenhasse diversas atribuições. O mesmo homem de letras era poeta, jornalista, político, geógrafo, historiador, etnógrafo, ficcionista, pesquisador, homem de ciências, e assim por diante. Além disso, a falta de autocrítica, consequência natural do autodidatismo e da ausência de concorrência literária e científica entre os pares, produziu entre nós um intelectual de ego hipertrofiado e superestimado por si mesmo e pelo público. O resultado é que o homem de letras é estimulado ou compelido a construir um cabedal intelectual prolífico e prolixo, sentindo-se assim capaz de falar sobre qualquer assunto, inclusive sobre temas que estão além de sua própria capacidade, em geral em domínios para os quais não se habilitou com a formação adequada. Como, porém, dentro do campo em que produz em geral são poucos os pares que podem criticar ou superar o nosso homem de letras, expressão do gênio da raça e da pátria, a sua inteligência e genialidade aparentam não possuir limites ou fronteiras, de forma que o seu conhecimento simula abranger tudo o que é possível saber ou conhecer. Isto, é claro, é

⁷³⁵ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, p. 11-12. Grifos meus.

uma falácia discursiva em meio à construção do sentimento de nacionalidade, mas é por igual um índice da extrema pobreza e mediocridade de nosso meio intelectual e cultural. Neste sentido, quando o levantamento biográfico de nossos intelectuais começa a ser feito – quando não são os próprios que o fazem –, abundam as passagens referentes ao aprendizado autodidata de línguas estrangeiras e às empresas literárias, espécie de prova máxima de uma inteligência superior, capaz de orgulhar os filhos da pátria.

Em um segundo nível, temos outro plano de elaboração da fantasia em torno do homem de letras: o louvor dos pares e das gerações seguintes, que novamente superestimam a capacidade do intelectual-literato brasileiro, ampliando os seus reais talentos e dotes, exagerando o mérito real de suas obras e realizações. O principal objetivo deste comportamento do campo intelectual brasileiro era dar primazia e repercussão popular às atividades das ciências e das letras, a fim de pelo menos obter respeito e reconhecimento em uma sociedade incapaz de avaliar corretamente o trabalho intelectual e literário. Como efeito de consagração resultante tanto da propagação da fábula de genialidade como do esforço de divulgação, temos uma elaboração muito popular, que toca o nível do folclore, sobre a capacidade intelectual dos homens de letras que obtêm reconhecimento e prestígio. O povo tem, sobretudo, como índice de talento e inteligência, o domínio de línguas estrangeiras e clássicas, sobretudo o latim e o grego, tomado como expressão compensatória de um sentimento de inferioridade em relação à civilização européia, modelo de progresso e cultura a ser seguido e copiado por todos.

O segundo mito em torno do intelectual-literato, o da obra-prima perdida, além de ser um exagero completo da realidade, é por outro lado o sintoma das grandes dificuldades de publicação ou conservação das produções de nossos homens de ciências e letras. São inúmeras as menções às obras perdidas de diversos intelectuais e escritores ao longo da historiografia do cânone literário nacional, como Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Silva Alvarenga, Sousa Caldas, Elói Ottoni, Vilela Barbosa, São Carlos, e o mais célebre caso entre todos: a perda dos manuscritos de *Os timbiras*, de Gonçalves Dias, no naufrágio às costas do Maranhão. Odorico Mendes também possuía o seu cabedal de obras-primas perdidas e malbaratadas:

...recolhia-se o poeta horas descuidosas e perdidas a cismar amores e a conversar com as musas. (...) e os idílios, as éclogas, as odes, os sonetos, gêneros então em tanta voga, ressoaram na lira do novel cantor. Não há, contudo, memória dessas produções, senão nas reminiscências, aliás mui infiéis, dalguns contemporâneos da mocidade de Odorico Mendes.

(...)

Nas horas que furtava aos estudos, entregava-se todo às recordações da pátria e da deusa de seus sonhos, traduzindo em estrofes esses favoritos devaneios. Foi então que escreveu uma excelente coleção de versos que, por mal das letras, perderam-se em uma das suas freqüentes viagens do Maranhão para o Rio, quando de passagem na Bahia esteve numa hospedaria, onde lhe roubaram o bauzinho, em que a encerrava.

Por mais diligências, que fez, nunca pôde revê-lo, e nas constantes agitações políticas em que esteve sempre envolvido, não lhe sobrou tempo nem paciência para recompô-los enquanto a memória juvenil o podia ajudar. Pelo *Hino à Tarde*, que escapou desse lastimoso desastre, pode-se fazer idéia do muito que perdeu a nossa nascente literatura.⁷³⁶

Este mito tem como função, ao longo da formação do cânone nacional, compensar a inferioridade de um literato ou de uma obra que não chegou a ficar completa ou publicada, reputando como melhor a obra perdida ou o restante dela, com a esperança de que, se fosse encontrada, daria uma verdadeira dimensão da importância e valor do autor. É um mito repetido ao fastio em florilégios, bosquejos, panteões, jornais, revistas e suplementos, sobretudo entre os primeiros autores do Romantismo. O *mito da obra-prima perdida*⁷³⁷ é apenas um alibi, um simples meio de defesa que o campo literário oitocentista apresenta em lugar daquilo que realmente foi escrito e publicado, o que facilita a vida do historiador do cânone que, deste modo, pode construir o mito da superioridade literária do autor sem ter que prová-lo, pois a prova está, até que seja encontrada, perdida. Até lá, o mito da obra-prima perdida funciona como um mecanismo de suspensão do juízo histórico, que promove a permanente reabilitação do intelectual-literato para o cânone, composto de um plantel de autores e obras medíocres. Na sucessão deste mito explicativo, surge outro, no meio do século 19: a afirmação de que o escritor não teve condições reais de escrever, ou não quis provar a verdadeira dimensão de seu talento.⁷³⁸ Este terceiro mito é utilizado, sobretudo, para explicar o abandono das letras por aqueles que eram reputados como literatos promissores, de modo que fica impossibilitada uma avaliação correta de sua importância para a

⁷³⁶ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, pp. 12 e 16.

⁷³⁷ CANDIDO, Antônio, *Formação da literatura brasileira*, vol. 2, p. 223.

⁷³⁸ *Idem, ibidem.*

constituição das letras do país. Deste modo, temos um cânone constituído parcialmente por uma literatura de obras perdidas ou que não foram escritas, assim como de escritores apenas em parte realizados ou que não chegaram a se realizar. O resultado é um cânone composto, em certos pontos, por autores e obras fantasmas.

O objetivo dessa longa digressão a respeito das condições de produção e da posição dos escritores, no momento histórico citado, tem um objetivo: deixar claro como intelectuais-literatos, de dotes medianos e limitados, alcançavam um enorme prestígio em tempos do Primeiro Reinado, além de explicitar que se produzia ciência ou literatura em um meio cultural de acentuada pobreza, com uma repercussão, portanto, muito limitada de seus esforços, obras e realizações. O intelectual-literato, deste modo, não possuía muitas oportunidades de cultivar e expandir o seu talento, publicar os seus textos e obras, e muito menos, na ausência de uma consistente tradição acadêmica, de medir os limites de seu próprio conhecimento e talentos. O resultado disso é que muitos passavam por gênios quando na realidade eram apenas cidadãos esforçados e medianos, que tendiam a atribuir uma importância exagerada a si próprios, às suas realizações e atividades, em nome da construção da pátria, diante de um público pouco exigente, inculto e, não raras vezes, bárbaro. Retornemos agora ao momento em que abandonamos o nosso insigne jornalista e político Manuel Odorico Mendes no Rio de Janeiro.

Na capital do império, a atividade de Odorico Mendes no parlamento, ao lado de outras grandes personalidades da época, como José Custódio Dias, Lino Coutinho, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Antônio Feijó, foi marcada pela denúncia de abusos cometidos por autoridades públicas e militares no calor da consolidação da nação:

Destacaram-se então em pleno contraste com a subserviência do Senado, que na mesma ocasião se congregara, alguns nomes novos predestinados a grafarem-se [sic] para sempre em nossos fatos: Odorico Mendes, o genial helenista, para logo se salientara objurgando veementemente as atrocidades perpetradas no Pará por um almirante mercenário, o repugnante Grenfeld, que no ultimo lance da sua estranha missão pacificadora trucidara 253 brasileiros em massa, dentro dos porões irrespiráveis do navio que comandava...⁷³⁹

⁷³⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2ª. ed. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão Editores, 1913, p. 305.

Ao lado de Bernardo de Vasconcelos e Limpo de Abreu, em 1829 denunciou os ministros da Justiça e da Guerra como os criadores de comissões militares, a fim de evitar novas sedições como as que foram debeladas em Pernambuco, que foram julgadas inconstitucionais à época. Em paralelo às suas obrigações como parlamentar, Odorico Mendes dá continuidade a sua atividade no jornalismo político. Com Feijó, Vergueiro, João Bráulio Muniz e Costa Carvalho funda o periódico *Astréia*. No intervalo da primeira legislatura, de 1826 a 1829, vai a convite para São Paulo em companhia de Costa Carvalho, depois Marquês de Monte Alegre, e com este fundou o *Farol Paulistano*, com a primeira tipografia que teve esta província. Neste periódico, foi redator de muitos artigos e chegou até a ajudar na composição como aprendiz de tipógrafo, devido a escassez de operários qualificados, já que o único que conseguiram era natural do Rio da Prata, e confundia, portanto, o português com a sua própria língua.

Depois deste breve empreendimento em São Paulo, colaborou em outros periódicos, como o *Jornal do Comércio*, *O Homem e a América*, *Sete de Abril*, compondo para este os versos satíricos de *Os castores*, que conheceu êxito na corte. Foi redator, juntamente com Evaristo da Veiga, da *Aurora Fluminense*, e, com o senador Aureliano Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, de *A Liga Americana*. Neste último, produziu artigos em defesa dos interesses brasileiros contra a França na questão do Oiapoque.

No Maranhão, a incansável atividade de Odorico como homem público também encontrou ressonância, sobretudo depois que fez oposição ao Marechal Costa Pinto, português de nascimento, então o presidente da província, que ordenou a prisão de José Cândido de Moraes e Silva, redator e proprietário de *O Farol Maranhense*, jornal de oposição que tinha um histórico de censuras e críticas ao governante maranhense e conheceu grande popularidade. Ao retornar em 1828 ao Maranhão, o deputado Odorico encontra o jornalista conterrâneo preso e obrigado a prestar serviço militar no corpo de artilharia de São Luís, o que o motiva a dar início a uma nova campanha em defesa da liberdade de imprensa e de seu amigo.

A 8 de agosto, inicia a distribuição de avulsos ao público maranhense, anunciando a publicação de um novo jornal que escreveria em substituição ao *O Farol Maranhense*, suspenso em função da detenção e recrutamento forçado de José Cândido. Como o Maranhão

possuía nesse tempo apenas uma oficina tipográfica, a Tipografia Nacional, de propriedade estatal, o presidente Costa Pinto baixou em seguida aos panfletos uma portaria ordenando ao diretor do prelo oficial que não imprimisse o periódico anunciado por Odorico. Sem poder publicar o prometido jornal na capital maranhense, Odorico recorreu à tipografia do Torres, no Rio de Janeiro, onde imprimiu um número avulso do periódico anunciado, intitulado *O Despertador Constitucional*, a 14 de agosto:

O bem do Maranhão exige de mim um sacrifício: devo consagrar-lhe a minha pena, e lhe consagrarei a vida, quando o despotismo ou a força ma queira tirar. A minha opinião é imutável: sou livre; professo as doutrinas que nesta época trabalham escritores abalizados por arraigar em todos os povos.⁷⁴⁰

Mesmo com os veementes protestos do deputado maranhense, o jornalista de *O Farol* somente foi libertado e teve baixa do recrutamento após a chegada em São Luís do desembargador Cândido José de Araújo Viana, o sucessor de Costa Pinto na presidência da província. Contudo, a campanha iniciada por Odorico em defesa do José Cândido, jornalista muito popular, lhe rendeu mais uma vez a simpatia dos eleitores maranhenses, de modo que conseguiu a sua reeleição para a legislatura seguinte.⁷⁴¹

⁷⁴⁰ Citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 23.

⁷⁴¹ Não foi esta a última vez que Odorico teve que ajudar o seu conterrâneo e amigo, em razão de sua atuação como jornalista. Durante o ano de 1831, após a abdicação, os exaltados maranhenses, liderados por José Cândido através de seu *O Farol Maranhense*, começaram a movimentar-se com receio de que o movimento de restauração de D. Pedro I fosse vitorioso, já que os portugueses absolutistas do Pará, naquele momento, depõem e deportam o Visconde de Goiana e praticam uma série de violências e atentados contra os nacionalistas brasileiros. A notícia do fato se espalha rapidamente na capital maranhense, onde o número de portugueses era muito elevado, e os membros do partido brasileiro começam uma revolta, liderada por José Cândido, que culmina com a Setembrada, em 12 de setembro daquele ano, com o amotinamento do povo e das tropas no quartel do Campo do Ourique. Os revoltosos mandam uma representação ao presidente da província, Araújo Viana, que é tomado de surpresa pelo movimento de sedição. Diante dos fatos, o presidente Araújo Viana aceitou algumas das exigências dos amotinados, e protelou outras. Os integrantes da Setembrada julgaram-se vitoriosos, mas foram apenas vítimas do ludíbrio de Araújo Viana, que protelou o quanto pôde as outras demandas a fim de enfraquecer o movimento e organizar as suas forças. Em novembro, o presidente do Maranhão começa a prisão dos líderes envolvidos na sedição. José Cândido ainda tenta organizar um segundo levante, mas os movimentos de Araújo Viana são mais eficazes, e assim, temendo uma nova prisão, põe-se em fuga, sendo declarado oficialmente foragido pelas autoridades da província. José Cândido esconde-se no interior maranhense até que recebe a notícia da chegada de Odorico Mendes, que lhe fornece guarida em sua residência, apesar de seu amigo ter defendido idéias liberais moderadas, contrárias às suas, no periódico *Constitucional*, onde era redator ao lado de Sotero dos Reis. Contudo, não demora muito tempo sob a proteção de Odorico, e procura refúgio em outros lugares, trocando de esconderijo constantemente a fim de despistar as forças legais que o procuravam. Mas a saúde enfraquecida de José Cândido não resistiu à fuga e às perse-

Reeleito deputado para a segunda legislatura, de 1830 a 1834, Odorico Mendes conhece o período mais brilhante de sua carreira política. Na época do Primeiro Reinado, a elite política do país se encontrava dividida entre liberais e absolutistas. Os liberais, entre os quais se alistava Odorico, estavam alinhados na defesa da ordem e da propriedade, como os absolutistas, porém defendiam também a liberdade constitucional como meio de garanti-las, do mesmo modo que alguns entre eles eram por igual partidários de regimes mais democráticos, como o republicano, entre outras idéias consideradas avançadas para a época:

A questão da Abdicação, prevista por todos, foi agitada nos clubs que a precederam. Odorico Mendes, em todo o tempo conhecido pela isenção e ousadia de suas opiniões, nunca fizera mysterio algum dos seus princípios democraticos e quasi republicanos; mas tampouco cuidou jamais de os alardear com vã e esteril ostentação, nem de impôr ás repugnâncias dos seus concidadãos formas políticas que elles têm por impossiveis. Foi sob a influéncia d'estas idéas que com Evaristo e outros opinou pela conservação da monarchia, salvo que a occasião e a menoridade se deviam aproveitar para fazer na Constituição as reformas indispensaveis, mormente as que tendessem a alargar as franquezas provinciaes. A idéa da republica, sustentada por poucos, foi sem custo repellida.⁷⁴²

Os liberais eram jovens nacionalistas em sua maioria, filhos da elite portuguesa que antes comandava o Brasil, e como estavam em franca oposição ao governo e ao próprio monarca, D. Pedro I, procuraram desde cedo organizar um movimento visando a transição de um sistema de governo para outro, com o objetivo de consolidar ainda mais a autonomia política brasileira, uma vez que estavam muito desconfiados com o fato de o príncipe regente ser português de nascimento e estar, portanto, na linha sucessória do trono de Portugal, embora se considerasse um brasileiro adotivo. Isto despertava o temor de que o trono brasileiro fosse incorporado ao trono português, e que de novo o Brasil se visse na situação de periferia como estado ultramarino da metrópole européia. Já os absolutistas, portugueses em sua maioria, eram conservadores e irredutíveis defensores da ordem e da propriedade, como os liberais, mas que foram garantidas, no entanto, pela força política de D. Pedro I, do qual eram muito próximos. Como temiam que um “excesso” de liberdade, representado

guições, e a 18 de novembro de 1832 veio a falecer em decorrência da falta de cuidados e do agravamento de suas enfermidades. Cf. LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, pp. 22, 97-119.

⁷⁴² Ver em LISBOA, João Francisco. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Quarto anno. Abril de 1862, Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, p. 341. Consultar também LISBOA, João Francisco, *Biografia de Manuel Odorico Mendes*, p. XXVIII.

pelos liberais, colocasse em risco os privilégios que detinham, aceitavam os atos imperiais que vinham a contrapelo da legalidade, sobretudo em nome da ordem e do governo constituído. Constituía, portanto, a base mais forte de apoio a D. Pedro I, o que era visto com inquietação pelos nacionalistas, que temiam a reedição do Reino Unido de Portugal e Algarves.

O fato é que muitos membros da elite brasileira se colocaram, a princípio, a favor de D. Pedro I, em razão da desconfiança que nutriam a respeito do liberalismo e, sobretudo, por terem assumido cargos importantes na administração do país e recebido títulos honoríficos que foram distribuídos à fartura pelo jovem imperador, como tentativa de conciliação e aquietação das forças oposicionistas. Contudo, à medida que os portugueses foram se aproximando do imperador e assumindo cargos destacados na estrutura de poder do país, os brasileiros natos sentiram os ventos soprar em outra direção e foram engrossando as fileiras do partido liberal. Um sentimento anti-lusitano apoderou-se da população urbana e do exército, mobilizando os adeptos da teoria da abdicação de D. Pedro I, já que a morte de D. João VI, em 1826, abriu a possibilidade de o imperador brasileiro assumir, como primogênito, o trono português. Com o recrudescimento do anti-lusitanismo, o exército aos poucos se afastou da autoridade do imperador, cuja base militar diminuiu, já que a maior parte dos recrutas provinha da população mais pobre dos centros urbanos, o que gerava uma sensação de desconforto e antipatia entre os populares, enquanto a cúpula do exército manifestava grande descontentamento com a presença cada vez maior de oficiais portugueses em postos estratégicos de comando e com as derrotas militares e crises constantes nas províncias.

De qualquer modo, desde a eleição para a primeira legislatura da Assembléia Legislativa do Império, a popularidade do imperador conheceu aos poucos uma queda vertiginosa, sobretudo porque a Câmara Baixa, formada pelos deputados, revelou-se hostil aos abusos de autoridade de D. Pedro I, que gradativamente foi perdendo prestígio até 1831, quando se deu de fato a abdicação. Neste espaço de tempo, cresceu entre os brasileiros o prestígio da Câmara dos Deputados, cuja oposição ao monarca fortaleceu-se com a grande atuação da imprensa, que possuía, entre os seus redatores e proprietários, vários parlamentares. Porém, o imperador, na tentativa de desequilibrar o jogo do poder a seu favor, escolhia a dedo os membros do senado, bem como os seus ministros conservadores. Isto não soou bem ante a

exacerbação do sentimento nacionalista, estimulando ainda mais o anti-lusitanismo entre os brasileiros e as intrigas e boatos contra os brasileiros “adotivos”, entre os quais se achava o próprio imperador.

Neste ínterim, Evaristo da Veiga e Odorico Mendes organizavam forte oposição contra o monarca através da imprensa e nos bastidores do poder, promovendo discussões entre os liberais e na maçonaria, e preparando assim o terreno para a abdicação. Sentindo a pressão oposicionista, que teria alcançado o Brasil inteiro, D. Pedro I resolveu combatê-la, e para isso decidiu visitar todas as províncias, começando por Minas Gerais, onde foi recebido com frieza, sem direito a pompa e circunstância:

Dom Pedro, a Imperatriz, o Ministro Maia, e hum numeroso sequito sahirão do Rio em 30 de Dezembro de 1830, dirigindo-se para o Ouro Preto, capital de Minas Geraes. O Imperador esperava que o entusiasmo que a sua presença nesta provincia havia de causar, e a cooperação dos seus habitantes, lhe darião meios para ainda subjugar o partido liberal; mas, a este respeito, laborava em erro. Nas cidades e villas, onde todos os joelhos se havião curvado, quando passára em 1822, e onde seu nome, poucos annos antes, só era pronunciado com reverencia, celebravam-se exequias fúnebres em honra do assassinado Badaró, mesmo debaixo das vistas da imperial comitiva. Em diversas occasiões as autoridades municipaes lhe dirigirão discursos congratulatórios; mas eram demasiadamente pomposos e elaborados na sua phraseologia, para serem tidos por sinceros: e ainda assim mesmo que o Imperador por um momento os julgasse como taes, o resultado das eleições o deveria logo desenganar...

(...)

No entretanto, D. Pedro regressava para o Rio de Janeiro, desabusado, desgostoso, e com animo abatido. A frieza e falta de respeito com que fôra por toda a parte acolhido, juntas ao máo exito que tivêra a sua proclamação, completamente o desenganarão, de sorte que varias vezes no decurso da jornada fallou da intenção em que estava de abdicar a favor de seu filho, e de retirar-se para sempre do Brazil.⁷⁴³

Já no Rio, em março de 1831, o imperador D. Pedro I encontrou a temperatura política da capital do império bastante elevada. Contudo, o que mais desagradou aos brasileiros natos e aos liberais foi o fato de que os portugueses promoveram festejos ao retorno do monarca, custeados pela sociedade secreta Coluna do Trono, do partido português, que constituía, à época, sua única base de sustentação política. Este acontecimento foi interpretado pelos brasileiros como insulto e provocação. A reação dos brasileiros foi violenta, com o confronto físico em protestos que duraram cinco dias, sobretudo no dia 13 de março, duran-

⁷⁴³ ARMITAGE, João. *Op. cit.*, pp. 290-291, 293.

te o episódio que ficou célebre como a “Noite das Garrafadas”. A ordem pública e inviolabilidade constitucional da propriedade estavam rompidas e ameaçadas, e com isto a sustentabilidade do governo do imperador:

Foi depois da *noute das garrafadas* (sic), na Rua da Quitanda, e à vista do sangue derramado pelos portugueses, que se achavam reunidos em um sobrado, e proibiam o toque do Hino da Independência ao coreto que os patriotas tinham armado em frente à casa de um tal Viana, que o nosso Odorico se manifestou ardente e implacável opositor. Foi ele quem redigiu a representação que fizeram os deputados que estavam no Rio, vendo a inércia da polícia a respeito desse crime.
744

Na tentativa de acalmar os ânimos dos patriotas brasileiros, D. Pedro I, uma semana depois destes acontecimentos, nomeou em 20 de março um ministério formado somente por brasileiros natos, mas nem isto acalmou os ânimos esquentados dos opositores. Seguiram-se novas manifestações de protesto. Como último ensaio de reconciliação com o povo brasileiro, D. Pedro I fez nomear um novo ministério a 4 de abril, mas desta vez formado somente por nomes de confiança do imperador. Este ministério, de linha absolutista, ficou conhecido como o “Ministério dos Marqueses”, pois era composto pelos marqueses de Aracati, Paranaguá, Baependi e Inhambupe, além do visconde de Alcântara e o Conde de Lages.

O novo ministério provocou, evidentemente, a revolta do povo, que foi organizado e liderado por Evaristo da Veiga, Borges da Fonseca e Odorico Mendes, conseguindo estes aglomerar, graças ao prestígio que gozavam como jornalistas e líderes da oposição, cerca de 2 mil pessoas no Campo de Santana no dia 6 de abril, exigindo a demissão dos marqueses e o retorno do ministério anterior. D. Pedro I se mostrou irredutível em sua posição e decidiu não ceder às pressões da oposição, o que determinou a adesão do exército ao movimento popular, que não cessava de crescer. Vendo que não possuía mais o apoio militar, D. Pedro reconsiderou a sua decisão e convidou o senador Campos Vergueiro para formar um novo ministério. Contudo, diante da vitória da oposição, o jovem imperador foi obrigado a abdicar na madrugada do 7 de abril em favor de seu filho, o príncipe imperial Pedro de Alcântara, já que os revoltosos, seguindo o modelo da deposição de Carlos X, da França,

⁷⁴⁴ PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo de, citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. cit.

ocorrida em meados de 1830, não queriam o fim do sistema monárquico, sobretudo Odorico Mendes:

Foi na loja maçônica da Rua do Valongo (hoje da Imperatriz) onde as discussões acerca da mudança do nosso sistema político tornaram-se mais calorosas e renhidas. Opôs-se ele [Odorico Mendes] com sua autorizada opinião a essas tentativas radicais, sustentando resoluta e energicamente a necessidade de conservar-se, no caso de abdicação do Imperador ou do triunfo da revolução por outro qualquer meio, a monarquia constitucional. Bastava, segundo ele, a reforma da Constituição, dando às províncias mais franquezas, para que o Brasil endireitasse desafogadamente pela estrada larga da civilização e da liberdade para sua posteridade, e por isso instava que tomassem todas as medidas neste sentido durante a menoridade. Compartilhava sua opinião e auxiliou-o nesse propósito o célebre Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, e Odorico teve mais o desvanecimento de logrã-la apoiada por todos os militares, à exceção de quatro, que depois têm figurado tanto neste reinado, recebendo favores mui assinalados do atual imperante, a quem entretanto desejaram com tamanho empenho tirar a coroa, substituindo-o pelo barrete frígio!⁷⁴⁵

Diante da urgência, depois da abdicação, de dar um governo ao país, Odorico Mendes convocou imediatamente, em sessão extraordinária, os parlamentares. Segundo João Lisboa, em razão de sua importante atuação durante os episódios que culminaram com a abdicação de D. Pedro I, Odorico Mendes exerceu “decidida influencia na escolha dos membros da regência provisoria e da permanente que se lhe seguiu com pouco intervallo”.⁷⁴⁶ Com o desconto talvez do exagero e do panegírico, é bem possível que a liderança exercida por Odorico, decorrente de sua grande popularidade como parlamentar e líder revolucionário, porém de posições mais moderadas, de fato tivesse sido decisiva para os episódios seguintes à escolha dos novos governantes do país, consoante ao fato de ter estado sempre à frente das circunstâncias mais decisivas:

Reunidos que foram os deputados e senadores presentes, foi nomeada por influência de Odorico Mendes a regência provisória, composta de Vergueiro, de Francisco Lima e Silva e do Marquês de Caravelas [José Joaquim de Campos].

Era Odorico a alma e um dos principais promotores de todos estes acontecimentos, desenvolvendo então espantosa atividade, de modo que se achava presente em toda a parte, já nos clubes a dirigi-los e animá-los, já nos quartéis, como

⁷⁴⁵ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, p. 20.

⁷⁴⁶ Ver em LISBOA, João Francisco. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Quarto anno. Abril de 1862, Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, p. 341. Consultar também LISBOA, João Francisco, *Biografia de Manuel Odorico Mendes*, p. XXVIII.

emissário do partido de ação para concertar com os militares os planos do movimento revolucionário.⁷⁴⁷

Os biógrafos de Odorico Mendes também mencionam com frequência o fato dele ter sido convidado a fazer parte da Regência Permanente: “É fama constante que não quis ser então regente, e apresentou em seu lugar à [sic] seu amigo João Braulio Moniz, que foi nomeado.”⁷⁴⁸

Isto talvez pertença ou não ao terreno da lenda, já que a Assembléia Geral, que elegeu em 17 de junho de 1834 a Regência Trina Permanente, considerou o equilíbrio das forças políticas então dominantes no país na composição do novo governo, enquanto durasse a minoridade de D. Pedro de Alcântara. No entanto, apesar do caráter lendário ou não da questão, é possível ler o seguinte, em correspondência de 17 de maio de 1831, quando Odorico escrevia à sua mãe, D. Raimunda Correia de Faria:

Nós pretendemos fazer aqui o mais possível a favor do Maranhão, e para isso trabalho para meter na Regência Permanente o Bráulio, e creio que conseguirei por estarem dispostos muitos deputados.

Quanto a mim, é do meu brio acabar-se a revolução sem que eu tenha o menor emprego, visto ser um dos mais influentes delas; basta-me a honra de ter exposto nesta crise a minha vida tantas vezes por amor de meus país, e o reconhecimento que me patenteiam os meus concidadãos.

Assim é que me heide [sic] ir vingado dos meus inimigos e dos meus de-
tratores.

Lembranças a todos.⁷⁴⁹

Assim, a Regência Permanente foi composta segundo o critério das regiões e províncias mais importantes do império à época, de modo que escolheram um político do sul do país, o deputado José da Costa Carvalho, e um do norte – mais precisamente, do Maranhão –, João Bráulio Muniz, indicado então por Odorico Mendes em substituição à provável indicação de seu nome, da qual teria declinado alegando não possuir o cabedal de posses necessário ao prestígio do cargo. Novamente, o nome do Brigadeiro Francisco de Lima e Sil-

⁷⁴⁷ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, p. 20.

⁷⁴⁸ REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brasileira*. Tomo Quarto. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1868, p. 294. Ver também em LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 24.

⁷⁴⁹ MENDES, Manuel Odorico. *Cartas de Manuel Odorico Mendes*. Organização de Arnaldo Niskier e apresentação de Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro: Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, 1989, p. 97. Grifos meus.

va entrou na composição a título de granjear o apoio do exército, a fim de dar sustentabilidade militar ao novo governo e consolidar a revolução, garantindo assim a manutenção da ordem pública e assegurando por igual o controle da situação. Esta composição representava, portanto, uma tentativa de equilíbrio de forças entre o norte e o sul do país. O norte, representado através de João Bráulio Muniz, era visto como um foco permanente de preocupações em razão do acentuado lusitanismo de sua população, de modo que a presença de um maranhense na Regência Permanente garantia o apoio das importantes províncias da região, especialmente do Maranhão.

Não tardou, entretanto, que os líderes da revolução entrassem em confronto com o rumo que estava tomando o debate político no país. No caso de Odorico, uma atitude contribuiu para que o seu prestígio e popularidade, sobretudo no Maranhão, começassem a declinar, especialmente entre os exaltados, que dominavam o cenário político em sua província naquele período. Ao lado de Evaristo da Veiga, foi um dos primeiros a protestar contra a onda de violência sofrida pelos portugueses nas mãos dos exaltados mais radicais, passando a repreendê-los em clubes, praças e no parlamento, onde fez um célebre pronunciamento de solidariedade em relação àqueles que agora eram vítimas da revolução que ele mesmo iniciou: “... perdoássemos os iludidos, lembrando-nos só de que eles eram nossos parentes, casados com nossas irmãs, e que não fosse tal dia consagrado a vinganças”.⁷⁵⁰ Sobre este episódio, Manuel Araújo de Porto-Alegre comentou o seguinte:

Seguiu-se a Abdicação, e foi Odorico quem levantou a voz a favor dos portugueses, bradando à tropa e povo no Campo de Santana: *Moderação, Senhores, moderação; são nossos irmãos!* Destas palavras tiraram os anarquistas o alcunha de *Moderados* aos que não queriam sangue, nem violências, cabendo ao liberal desde então o nome de *Moderado* que ele aceitou como honra e glória, ficando senhor da situação política.⁷⁵¹

Contudo, isto soou muito mal entre os adeptos dos liberais, o que motivou a divisão interna do partido em moderados e exaltados. O fato é que, com a cisão do partido liberal em moderados e exaltados, aconteceu uma reviravolta política no país e na carreira parlamentar de Odorico Mendes. Ele e Evaristo da Veiga, que a partir de então se alistaram nas

⁷⁵⁰ Citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 21.

⁷⁵¹ PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo de, citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. cit.

fileiras dos moderados, começaram a se distanciar da radicalidade dos nacionalistas que defendiam a expulsão dos portugueses do país. Como o grupo dos moderados era formado, sobretudo, pela aristocracia rural, enquanto o dos moderados era composto pelas camadas médias urbanas, havia uma disputa ideológica quanto aos rumos da revolução após o 7 de abril. Os exaltados viam o momento como um caminho aberto às transformações mais radicais, sobretudo a uma maior liberalização do regime e uma participação mais ativa nos destinos políticos do império. Já o grupo dos moderados defendia, conforme vimos, a conservação da monarquia centralizada e constitucional, embora defendesse também que o poder legislativo tivesse um peso maior na vida política do império. O grupo dos liberais exaltados, cuja maioria era formada pelos indivíduos de patentes mais baixas do exército, elementos das camadas médias e inferiores da população, passaram a ser considerados como agitadores, provocadores de distúrbios e destruidores da ordem pública. Nesse período, a rivalidade entre brasileiros natos, brasileiros adotivos e portugueses se acirrava. Os portugueses eram perseguidos nas ruas, tinham suas casas de comércio invadidas e saqueadas, sobretudo pelas camadas mais pobres da população. Devido à pressão popular, os que ocupavam cargos públicos eram destituídos. As classes sociais que antes eram solidárias, no partido dos liberais, agora estavam em conflito, unidas em torno da idéia de nação, mas separadas pelos interesses políticos, diferenças sociais e ideológicas.

O resultado da adesão de Odorico entre os moderados ele pôde conhecer no Maranhão. Candidato novamente à Assembléia Legislativa do Império em 1833, não conseguiu a reeleição, já que as rixas entre portugueses e maranhenses natos eram acirradas demais, o que levou à desconfiança dos eleitores que antes tinham depositado seus votos em Odorico em função de sua radical atividade como jornalista em defesa da liberdade e dos interesses nacionais, contra os portugueses. Desta vez, a moderação de suas idéias foi interpretada como complacência pelos portugueses que, naquele momento, eram considerados os inimigos da nação e dos interesses e anseios de uma elite nacional que durante muito tempo foi sufocada e excluída do processo e debate político. O próprio Odorico tinha uma perfeita consciência da conseqüência de seus atos:

Os que desejavam uma república impossível, passado o entusiasmo público, deitaram fel nas minhas intenções, e os meus ataques aos partido português na sua força e poderio foram representados como contradição com o perdão que pedi para eles abatidos.⁷⁵²

Assim principiou o fim da carreira política de Odorico no Maranhão, que ainda representou a terra natal no parlamento uma terceira vez, como suplente, através da vaga aberta pela investidura de um conterrâneo, Antônio Pedro da Costa Ferreira, no senado. Retirou-se para o Rio de Janeiro, e daí em diante nunca mais retornaria ao Maranhão. Depois de cumprido o período de suplência, Odorico passou sete anos afastado da política, quando foi eleito como deputado, em 1844, pela província de Minas Gerais. Contudo, como a derrota no Maranhão lhe provocou profundo desgosto, manteve-se no cargo somente até 1847, quando decidiu mudar para a França com a família, após a aposentadoria como inspetor da Tesouraria-Geral do Rio de Janeiro, cargo que lhe foi oferecido como compensação aos serviços prestados durante o período de eleição para a Regência Permanente, da qual supostamente declinou em favor de seu conterrâneo, João Bráulio Muniz. No entanto, a decisão de Odorico era motivada também, segundo informações de seu amigo, Araújo de Porto-Alegre, pelas dificuldades financeiras advindas do exagerado número de hóspedes e quiçá de agregados, oriundos de sua terra natal, em sua residência do Rio de Janeiro, com os quais disputava espaço:

Ao chegar da Europa encontrei Odorico fora da política, exercendo pela manhã o alto emprego de inspetor da tesouraria da província do Rio, e à tarde de professor de latinidade, para cobrir o *déficit* que lhe deixaria o ordenado, se assim não praticasse.

(...)

Um dia que o fui ver, e estava a sua pobre casa cheia de hóspedes, disse-me: “Estou aposentado, vou para a Europa, porque não posso aqui viver com tanta despesa; é o único meio que tenho para deixar de pôr na frente da minha casa uma tabuleta com a inscrição: - HOTEL GRÁTIS – Não tenho um canto para escrever nem um lugar para guardar os meus papéis; durmo nesta marquesa; e que fazer com gente que não quer ver o meu incômodo?... Vou-me embora, não posso viver aqui.”⁷⁵³

⁷⁵² Citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 21.

⁷⁵³ PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo de, citado por LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, p. 41.

De qualquer modo, é patente a contribuição de Odorico Mendes para a política e, depois, para a consolidação das letras do país. No tocante ao jornalismo, à difusão das idéias liberais durante o Primeiro Reinado e a Regência, e, sobretudo, à política nessa fase agitada de sua existência, a atuação deste prolífico maranhense não foi apenas importante, mas decisiva, uma vez que estava na ponta de lança dos acontecimentos. Tudo isto se deveu, no entanto, à sua intensa e incansável atividade na capital do império, pois durante o período que nela viveu (1825-1847), conforme vimos, são muitos os jornais para os quais escreveu, fundando um periódico até em São Paulo, e continuando a colaborar nos jornais de seu partido no Maranhão. São, por igual, poucos os movimentos políticos importantes dos quais não participou, além de ter desenvolvido algumas iniciativas culturais e educacionais respeitáveis. Entre as atividades educacionais e culturais mais destacadas, Odorico foi sócio da *Academia Imperial de Belas Artes* (1822), da *Academia Real das Ciências* de Lisboa (1779), membro da *Sociedade Amante da Instrução* (1831), além de membro efetivo do renomado *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1838) e do *Conservatório Dramático Brasileiro* (1843). No campo da militância política, foi fundador e secretário da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* (1831),⁷⁵⁴ com o confrade Evaristo da Veiga, além das duas legislaturas que exerceu pelo Maranhão e uma por Minas Gerais para a Assembléia Geral do Império. Foi também deputado provincial pela Assembléia do Maranhão e pela do Rio de Janeiro. O único título honorífico que obteve foi o de Comendador da Ordem de Cristo (1840), conferido a ele por ocasião da maioria de D. Pedro II, em que foram condecorados todos os inspetores de tesouraria.

No entanto, a contribuição de Odorico Mendes não ficou restrita somente a estas realizações. A par da fecunda atividade como político e jornalista, a sua produção como homens de letras, após o encerramento de sua carreira parlamentar, está muito longe de ser desprezível. Como nos deteremos com mais pormenor sobre a sua produção literária mais adiante, é importante ressaltar no momento uma atitude de seus biógrafos: a especial preocupação em destacar os fatos que o situam na frente de batalha da agitação política do Primeiro Reinado e Período Regencial, até o início do Segundo Reinado, em detrimento de sua produção literária, que fica assim um pouco à margem, como uma espécie de apêndice futu-

⁷⁵⁴ As datas referem-se aos anos de fundação de cada agremiação.

ro, dando a idéia de que ela é conseqüência particular de uma vida ociosa posterior à sua aposentadoria e ao seu afastamento do cenário político nacional. O resultado desse procedimento é não explicar a coexistência, em Odorico, de dois homens peculiares: o político liberal e o literato conservador.⁷⁵⁵

Ainda no Brasil, Odorico conseguiu duas traduções de obras de Voltaire: *Méropé* (1831), pela Tipografia Nacional, e *Tancredo* (1839), pela Tipografia dos irmãos Laemmert. Entretanto, a produção literária de Odorico conheceu uma fase de fato muito fecunda quando se mudou para a Europa. Lá, conseguiu dedicar o seu tempo inteiramente ao trabalho de tradução das obras de Virgílio e Homero, com as quais se ocupava já havia alguns anos, nos intervalos de suas obrigações como parlamentar e funcionário da tesouraria do Rio de Janeiro. Em 1854, consegue publicar a primeira edição de sua *Eneida Brasileira*, em Paris. Em 1858 publica *Virgílio Brasileiro ou a tradução do poeta latino*, volume que compreendia as *Bucólicas* e as *Geórgicas*, de autoria do grande poeta latino. Em 1860, em Lisboa, Odorico publica o seu famoso *Opúsculo acerca do Palmerim de Inglaterra e de seu autor*, estudo no qual consegue, à luz de argumentos convincentes, resolver a polêmica sobre a autoria da obra e sua nacionalidade. As duas últimas grandes traduções que empreendeu, de Homero, foram publicadas postumamente: a *Ilíada* (1874), pela Tipografia Gutenberg, e a *Odisséia* (1929), pela Livraria Leite Ribeiro & Freitas Bastos Cia., ambas do Rio de Janeiro. Além disso, Odorico teve vários de seus poemas incluídos em diversas antologias, como no *Parnaso Brasileiro* (1843), de João Manuel Pereira da Silva, *Mosaico Poético* (1844), de Emílio Adet e Joaquim Norberto de Sousa Silva, e no *Parnaso Maranhense* (1861).

Manuel Odorico Mendes foi, em suma, um típico exemplar do patriota brasileiro que se forjou entre a literatura, o jornalismo e a política, atividades nas quais também se destacava a sua atuação como *orador*. Ou seja, no dizer de Sílvio Romero, em Odorico é possível encontrar aquela confluência de atributos em que o *literato é jornalista*, e o *orador é político*, qualidades muito apreciadas durante o século 19 que, no caso do maranhense, andavam de fato conjugadas. Com isso, durante algum tempo, Odorico exerceu a atividade

⁷⁵⁵ DUARTE, Sebastião Moreira. *Nosso Virgílio neoclássico*. In: MENDES, Manuel Odorico. *Virgílio Brasileiro ou a tradução do poeta latino*. 2ª. Ed. Atualizada. São Luís: EDUFMA, 1995, pp. iii-iv.

em que foi, ao mesmo tempo, um literato, um jornalista, um orador e um político. Enquanto existiu a necessidade e as circunstâncias o permitiam, em Odorico as qualidades de literato e político correram em paralelo, até que, diante das circunstâncias e do afastamento do campo da política, o literato pôde se expressar plenamente e trabalhar em prol da literatura nacional e de seu respectivo cânone. Este conúbio de atividades, no entanto, não se deu em função de uma suposta genialidade e de “talentos fóra do commum”⁷⁵⁶ dos literatos e políticos brasileiros oitocentistas, segundo a tópica que era dominante no período, mas em função da pobreza de nossa escassa intelectualidade local que, estimulada por um exaltado patriotismo, trabalhou nos mais diversos setores do então embrionário mundo cultural brasileiro, e cuja atuação exerceu uma poderosa influência sobre o lançamento de suas nascentes bases. Odorico não era decerto um homem genial, mas apenas um intelectual de dotes medianos, assim como os seus demais pares de geração e nacionalidade, porém possuidor de uma erudição lingüística bastante acima da média dos literatos brasileiros. Contudo, foi um político e literato extremamente comprometido com o *processo civilizatório* de seu país, há pouco emancipado de sua antiga metrópole, sob muitos aspectos ainda infantil e bárbaro, e que precisava, deste modo, de todos os seus homens de capacidade e talento a fim de que a idéia de nação, pátria, identidade, cultura, literatura e cânone pudesse, enfim, se consolidar. Consciente disso, também desejava dar o seu contributo.

Outro nome que não pode ser ignorado, em sua importância para a consolidação das letras e da atividade intelectual através do jornalismo no Maranhão, é João Francisco Lisboa. Nascido em Pirapemas, em uma freguesia do município de Itapecuru-Mirim, em 22 de março de 1812, provém de uma família empobrecida, mas de tradicionais e importantes fazendeiros da região. Órfão ainda na infância, passou os seus primeiros anos na casa dos avôs, transferindo-se depois para São Luís, onde freqüentou algumas aulas de primeiras letras, completando o resto de seus estudos de forma autodidata, quando retorna, aos onze anos, com a mãe para a fazenda de sua família. A essa altura, não sabia mais que o escasso

⁷⁵⁶ Ver em LISBOA, João Francisco. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Quarto anno. Abril de 1862, Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, p. 352. Consultar também LISBOA, João Francisco. *Biografia de Manuel Odorico Mendes*. In: MENDES, Manuel Odorico. *Virgílio Brasileiro ou tradução do Poeta Latino*. 2ª. Edição. 1º. Vol: Bucólicas e Geórgicas. São Luís: E-DUFMA, 1995, p. XXXIX.

repertório de conhecimentos que ofereciam as rústicas e precárias escolas primárias maranhenses: ler, escrever, as quatro operações aritméticas básicas, além da “indigesta e defeituosíssima grammatica de Lobato”.⁷⁵⁷

Sobre a primeira parte de sua infância, os seus melhores biógrafos não informam com precisão muita coisa. Aos quinze anos, retornou para São Luís, onde começou a trabalhar como caixeiro em uma casa comercial, função na qual não se demorou muito. Fez ainda uma tentativa de retorno aos estudos, freqüentando as poucas aulas públicas que a instrução pública da província oferecia, porém sem grandes êxitos, em função de seu temperamento e do péssimo ensino público. Na cadeira de latim, foi aluno de outro maranhense ilustre, Francisco Sotero dos Reis, mas sem grande proveito para a sua formação, segundo o próprio Lisboa, que no periódico *Crônica Maranhense*, de 24 de junho de 1838, por ele editado e redigido, assim se expressou sobre a qualidade das aulas que tivera em São Luís sob a tutela do autor do *Curso de literatura portuguesa e brasileira*:

Outro (o Sr. Sotero), posto que de mais talento e instrução, era tão desleixado em cumprir os seus deveres em todo o tempo em que nos ensinou o Latim, que foi ano e meio, que as três quartas partes da aula consumia em ruminar as suas poesias, as suas unhas e o seu tabaco, e apenas applicava uma escassa meia hora em tomar e passar lições, quase materialmente, se é aqui admissível semelhante expressão. Se os discípulos do Sr. Sotero aprendem alguma coisa, devem-no aos seus esforços que não às explicações do mestre.⁷⁵⁸

O fato é que João Francisco Lisboa e Sotero dos Reis, cada um ao seu modo e em seu tempo, foram autodidatas. A formação autodidática, não sendo a mais comum entre os homens de letras do Maranhão, não era, no entanto, rara, em virtude da má organização e, não raro, da péssima qualidade das aulas e cadeiras públicas da instrução provincial. Dessa forma, como alternativa mais salutar ao seu pleno desenvolvimento intelectual, o homem de talento tinha que escolher entre freqüentar as magras aulas de primeiras letras, humanidades, grego, latim e gramática que a instrução pública mantinha, ou partir para o estudo solitário, depois de assimiladas as primeiras letras junto a professores de baixíssima capacidade

⁷⁵⁷ LEAL, Antônio Henriques. *Notícia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma notícia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. I. São Luís: Typographia de B. de Mattos, 1864, p. XII.

⁷⁵⁸ Citado em NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon maranhense*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986, pp. 18-19.

pedagógica, preferindo “a inteligência liberta da tirania do mestre-escola, que muita vez a embarça e atrofia, ou pelo menos contra-resta as tendências do viçoso desabrochar já empregando o terror, já imbuindo-lhe idéias errôneas e falsas que enxerta à força de pancadas e ameaças”.⁷⁵⁹

De qualquer modo, a geração de Lisboa vivia uma época de grande ebulição política, decorrente da abdicação de D. Pedro I. Como resultado, a temperatura política aumentou severamente em todo o país, em meio à exaltação provocada por um crescente movimento de oposição aos portugueses que ainda viviam no país, em razão dos temores, por parte dos patriotas brasileiros, de que tentassem repor o imperador deposto no trono, único elo que ainda mantinha o Brasil unido a Portugal. Com a divisão provocada pela queda do imperador, os partidos políticos ficaram divididos entre “caramurus” ou restauradores, também denominado de *partido português*, e *brasileiros*, cada qual com suas posições radicais e inegociáveis, organizados em torno de clubes e confrarias políticas, onde discutiam seus objetivos e planejavam suas ações.

A situação do norte brasileiro, conforme já expusemos anteriormente, era mais grave em virtude da grande população de origem portuguesa nela residente, com significativos poder econômico e influência política sobre as províncias da região. A tensão política explodiu no dia 7 de agosto de 1831, quando o partido *Caramuru*, do Pará, organizou uma insurreição que depôs o Visconde de Goiana da presidência provincial, passando a perseguir o partido local dos patriotas brasileiros. Com a notícia, os patriotas do Maranhão organizaram um levante com o apoio dos batalhões da guarda da província e populares no dia 13 de setembro do mesmo ano, exigindo do presidente Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí, a destituição dos cargos públicos e o exílio dos portugueses neles empossados, além de alguns brasileiros simpatizantes à restauração de D. Pedro I no trono do império brasileiro. Esta sedição tornou-se conhecida depois como *Setembrada*, acontecimento histórico pouco estudado e documentado, cujos principais líderes teriam sido Frederico Magno Abranches, filho do português Garcia de Abranches, e José Cândido Moraes e Silva, redator do *Farol Maranhense*. Deflagrado o movimento, o presidente Araújo Viana se viu dian-

⁷⁵⁹ LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses já falecidos*. 2ª. Edição, Tomo II. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, p. 298.

te das reivindicações dos amotinados, entre elas a exigência, de José Cândido Moraes e Silva, de promover um governo totalmente composto por brasileiros. O presidente Araújo Viana atendeu, em fingimento, as demandas dos sediciosos, para depois organizar o contra-golpe, desmantelando o movimento com a prisão dos líderes no dia 20 de novembro de 1831:

Sob o falso fundamento de que conspiravam contra a ordem pública, são no dia 13 de novembro presos por ordem do comandante das armas dous oficiais de linha adeptos do liberalismo, e conduzidos para bordo de uma embarcação de guerra, e ao mesmo tempo fazem correr boatos de que outras prisões se dariam entre os chefes da oposição.

(...) Dez foram as vítimas escolhidas para servirem de holocausto à vindita do poder, entre elas o denodado e generoso José Candido de Moraes e Silva (sic), redator do *Farol Maranhense*, que avisado com tempo pôde homiziar-se, sendo, porém, alguns dos seus companheiros de infortúnio maltratados e arrastados para o cárcere, e depois instaurado contra todos um processo, que tinha tanto de irregular, quanto de monstruoso.⁷⁶⁰

João Francisco Lisboa era um grande amigo de José Candido de Moraes e Silva, que fugiu de São Luís por essa época, a fim de escapar da prisão. Lisboa, por sua vez, publica em 1832 o jornal *O Brasileiro*, periódico de curta duração – 23 de agosto a 16 de novembro –, logo substituído pelo *Farol Maranhense*, cujo redator acabava de falecer. Tinha João Lisboa, então, pouco mais de 20 anos de idade ao iniciar uma nova fase da publicação do *Farol Maranhense*, assumindo a redação do periódico entre novembro de 1832 e outubro de 1833, dando continuidade pela ordem dos números deixada por José Cândido, a partir do número 352. Contudo, apesar da amizade que o ligava ao finado jornalista, Lisboa passou a atacar os exageros cometidos por ambos os partidos durante o movimento sedicionário, em franca oposição com a simpatia que nutria pela causa dos amotinados. Ainda no curso do ano de 1833, Lisboa abandona pela primeira vez a atividade de jornalista, exprimindo, no último número do *Farol Maranhense*, o “enfado que dão obras periodicas e regulares que por força hãode escrever, ainda quando se anda mais enjoado da tinta e da penna”.⁷⁶¹

⁷⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 301.

⁷⁶¹ Citado por LEAL, Antônio Henriques. *Noticia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. I., p. XXIII.

Entretanto, o primeiro abandono do jornalismo não durou muito, e o jovem jornalista maranhense, de apenas 21 anos de idade, logo retorna, em maio do ano seguinte, para a capital da província, onde novamente retoma a atividade de redator de um jornal, em 3 de julho de 1834, com o nome de *Eco do Norte*, cuja publicação só vai ser encerrada no terceiro ano de edição, em 22 de novembro de 1836. Nesta época, além de não conseguir manter-se indiferente aos acontecimentos políticos de sua província, sentiu-se obrigado, por igual, a participar ativamente dos debates que efervesciam em todo o Império. O *Eco do Norte* logo se torna o mais importante órgão de imprensa do partido liberal do Maranhão, do qual Lisboa acaba sendo, em virtude de seu caráter e cultura, o porta-voz natural. Pode-se afirmar que, acompanhando o dizer de Antônio Henriques Leal a este respeito, que o *Eco do Norte* encerra a primeira fase da vida jornalística de João Francisco Lisboa, a juvenil, na qual manifestou estilo e independência de opinião, embora fosse um simpatizante das causas do partido liberal. As suas idéias políticas ainda estavam em plena formação, de modo que ainda não se sente totalmente livre para constituir-se em voz contínua de alguma tendência ou de defender algum partido, já que as manifestações políticas e exageros partidários da província desgostavam-lhe, o que deixa muito claro, sobretudo, no último número do *Farol*:

Venho por agora pôr termo a esta minha empresa ha mais de um anno começada, e bem que eu, assim como todo outro homem, esteja sujeito às paixões proprias da nossa especie, todavia deitando os olhos para tudo o que n'esse espaço escrevi, não pôsso deixar de ennobrecer-me, e dar-me por um dos escriptores mais imparciaes de nosso Brasil. *Fui inimigo de Araujo Vianna*, e mais que nenhum outro escriptor o combatti no meu *Brasileiro*; comtudo nunca procurei escurecer as suas boas partes, e até elogiei o desinteresse e a actividade com que sempre aqui se houve nos negocios publicos: *fui inimigo do partido moderado* ou do governo, porém ainda mesmo quando lhe formava os mais graves capitulos, nunca cessei de mostrar ao povo a sua bondade relativa, o nenhum interesse que tínhamos em derriba-lo, e os tramas dos restauradores, que destruido esse principal estorvo de seus planos liberticidas, muito nos empeceriam, se não é que de todo nos desbaratariam. *Sempre pertenci ao partido denominado exaltado, porém sempre viram à frente dos seus inimigos todos aquelles que, usando d'esse nome, não se pejavam todavia de dar o braço aos restauradores, contra quem pouco antes haviam requerido medidas de sangue. Exaltado sim era eu, porém censurei os desatinos e malfeitorias cometidos pela gente de Antônio João,*⁷⁶² *porém desaprovei alta-*

⁷⁶² Antônio João Damasceno foi um negociante de Itapecuru-Mirim que acompanhou o movimento sedicionário de 13 de setembro, amotinando-se no dia 18 do mesmo mês, na mesma vila. Depois que Araújo Viana expediu a ordem de sua prisão, insurgiu-se novamente, motivado também por outras perseguições que vinha

*mente a parcialidade da Bússola e outros periódicos em oposição ao governo, e nunca dei o meu assenso à eleição de Searas e Goyanas.*⁷⁶³

Todavia, apesar de todo o seu desejo de imparcialidade e equilíbrio, durante o período de publicação do *Eco do Norte* o nome de Lisboa ganhou grande projeção no cenário político do Maranhão, tornando-se não somente a voz mais importante do partido liberal da província, como também o seu mais importante e conhecido líder. A consequência natural de tal projeção foi a sua eleição para a primeira legislatura da Assembléia Provincial (1834-1837), tendo sido escolhido como secretário de governo (1835-1838) e conquistado a reeleição para a segunda legislatura (1838-1841). Nas duas legislaturas, tornou-se célebre como orador, além de demonstrar uma acentuada preocupação com a instrução pública da província, cujas idiosincrasias ele conhecia muito bem desde a sua formação nas primeiras letras e aulas de latim. Legislou e lutou pela nacionalização do comércio, procurando favorecer os comerciantes nacionais, aliviando-os da concorrência estrangeira; ocupou-se da laicização do Estado, defendendo a extinção das ordens religiosas, seguindo os preceitos da ideologia liberal que abraçava, além de fazer oposição à decretação de novos impostos à província. A partir de então, a sua carreira como homem público consolidou-se e sua atividade política tornou-se, em função de sua intensidade, inconciliável com a atividade de jornalista, de modo que encerrou a publicação do *Eco do Norte*, periódico que o consagrou junto à opinião pública. Justamente em relação a esta o próprio Lisboa tem uma visão muito franca, em função da indisfarçável consciência e vaidade pessoal de que pertencia à geração de escritores que ajudou a formá-la em sua província natal:

Quando comecei a escrever, diz elle no n.º. 445 do *Pharol* de 29 d'outubro de 1833, *não havia opinião publica no Maranhão*; o partido do governo só tractava de processar os cidadãos, e de devassar o interior de suas casas; o povo andava areado com a repentina mudança de linguagem dos *moderados* do Rio e todo dividido em pareceres deixava larga brecha à armas de Araujo Vianna e outros, que por via d'alguns periodicos se davam por interpretes da opinião provincial; alguns outros periodicos, que contra o governo se escreviã, não faziam mais do que aggravar o mal, segundo eram desacreditadissimos, já pela imoralidade dos

sofrendo, acreditando assim que estaria a salvo. Contudo, logo depois se entregou em Brejo, onde foi assassinado pelas forças que foram prendê-lo, supostamente sem motivação. Conforme LEAL, Antônio Henriques. *Noticia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. I., p. XXV.

⁷⁶³ *Idem, ibidem*, pp. XXIV-XXV. (grifos meus)

seus autores, já pela confusão das doutrinas que pregavam, agora contra *restauradores*, agora à favor da oposição Andradina, que os protegia. Escrevi, e logo tive o gosto de ver a parte mais san da provincia abraçar a minha opinião, segundo claramente o mostrou nas eleições geraes, que desenganaram a *moderados*, a portuguezes, e direi tambem a todos quanto são amigos de desordens. E agora que deixo a redacção, tambem folgo, lembrando-me que ainda os patriotas ponderaram por toda a parte.⁷⁶⁴

Um dos pontos culminantes e felizes da vida privada de João Lisboa, em todo esse período de intensa atividade política, sucesso e reconhecimento público, foi o casamento com Violante Luísa da Cunha, cunhada de seu finado amigo José Cândido Moraes e Silva, em 20 de novembro de 1834. Contudo, não tardou para que a instabilidade política da nação recém-criada viesse toldar com intranqüilidades e decepções a vida pública de Lisboa, que viu, diante das instituições sociais débeis e pouco influentes e de um aparelho estatal muitas vezes distante e ausente do povo, os ideais liberais que defendia serem ameaçados com revoltas, crimes e vinganças políticas, espalhados por todo o país. Com a renúncia de Feijó, novas agitações e motins ganharam as ruas e campos da província, conduzindo os conservadores novamente ao poder, o que provocou uma onda de represálias violentas e criminosas, que acabaram culminando com o assassinato do líder do partido liberal em Caxias, Raimundo Teixeira Mendes, no interior do Maranhão, em 25 de novembro de 1837. A notícia, no entanto, foi recebida em São Luís com indiferença por parte do governo que, apesar dos criminosos denunciados pela população, nada fez para persegui-los e prendê-los. Ao tomar conhecimento da negligência do governo, João Francisco Lisboa tomou-se de indignação, abandonando o posto de secretário da presidência de província e assumindo novamente a atividade como jornalista de oposição, que havia pouco tempo tinha encerrado.

À frente do periódico *Crônica Maranhense*, que durou de 2 de janeiro de 1838 a 17 de fevereiro de 1840, escreveu artigos onde critica duramente o governo local. Com a deflagração da *Balaiada*, devido à sua intensa atividade jornalística de oposição, Lisboa é acusado pelos revoltosos cabanos de chefiar secretamente a sedição maranhense ou de estar, no mínimo, com ela envolvido e ser dela simpatizante. O fato é que a trajetória de Lisboa como jornalista entrava em franca contradição com esta acusação, devido ao caráter

⁷⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. XXVII.

moderado que sempre manteve em suas opiniões políticas, em direta oposição à facção exaltada dos restauradores, contra os quais destilava seus argumentos e eloqüência. Em seus artigos, sobretudo na fase anterior à sua eleição como deputado provincial, Lisboa manifestou uma grande aversão à violência e à revolução por armas, sempre pregando e defendendo a oposição legal, a tranqüilidade civil, a moderação política, a paz entre as facções políticas, afirmando até, em determinado momento, que “grande é o medo que temos de desordens; por isso não cançaremos de clamar contra ellas, e mostrar o caminho que devemos seguir para evita-las”.⁷⁶⁵

A linha editorial de exposição e raciocínio de Lisboa em seus artigos segue explicitamente a tendência moderadora, e Antônio Henriques Leal, em seu panegírico à memória do escritor no *Pantheon Maranhense*, esforça-se por demonstrá-lo ao longo de uma grande reunião de trechos de artigos em que fica patente a ojeriza do autor do *Jornal de Timon* às sedições e guerras civis patrocinadas com o objetivo de por fim à ordem pública assegurada pelo estado de direito, o qual tanto prezava e defendia. João Francisco Lisboa, ainda que expusesse opiniões contrárias ao governo e o atacasse de modo inflamado em alguns momentos específicos, como no caso do assassinato do líder do partido liberal em Caxias, Raimundo Teixeira Mendes, era sempre para consolidar ainda mais a legalidade e ordem públicas, de modo a lutar para garantir que o autoritarismo de certos governantes não se sobrepusesse às instituições legalmente constituídas. O jornalista maranhense temia, acima de tudo isso, as vinganças e as represálias conseqüentes das vitórias dos revoltosos, também cometidas por aqueles que exerciam o poder, quando conseguem debelar os motins, para depois esmagar os opositores. Além disso, a escalada de revoltas por todo o país e o avanço da *Balaiada* pelo interior do Maranhão, promovendo saques e destruição, deve ter assustado os brios de Lisboa, que via, sem dúvida, nessas sedições o selo da ignorância e da anarquia:

Resumamos as nossas idéas. O estado actual do Brasil, posto que seja bem triste e desagradavel, pode-se todavia tolerar; o despotismo das auctoridades e partidos actuaes, mais ou menos contidos pelas leis, é sem duvida alguma preferivel ao despotismo atroz que hão de exercer os chefes e partidos revolucionarios (...); finalmente, com a destruição do actual systema, sobretudo por meios violentos, a-

⁷⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. LVI.

briremos os diques à mais feroz anarchia, e depois d'ella, ao despotismo ignobil e atroz dos chefes militares, que ordinariamente succedem aos demagogos.⁷⁶⁶

De qualquer modo, as sucessivas vitórias da Balaiada no interior do Maranhão provocaram uma ebulição da opinião pública na capital da província. Os conservadores e restauradores aproveitaram então a situação para acusar o partido liberal e sua imprensa como organizadores da rebelião popular, sobretudo o *Investigador Constitucional* e a *Revista*, periódicos redigidos por Francisco Sotero dos Reis, que atacavam a João Lisboa de maneira dura e veemente. Indignado com as acusações sustentadas por estes periódicos, que afirmavam possuir documentos e cartas capazes de comprometer a atividade de Lisboa como jornalista e provar seu envolvimento com os sediciosos, ameaçando publicá-las, o redator da *Crônica Maranhense* logo passou à sua defesa diante da opinião pública, intimando seus adversários a cumprir suas ameaças:

Quaes são as vossas provas? Nenhumas! N'uma conspiração que não chega a vir a effeito comprehendemos nós que possam ficar desconhecidos os nomes de seus auctores; mas n'uma rebelião declarada! Apontae-nos um só cidadão conhecido que se tenha, não digo já posto à frente dos rebeldes, mas que lhe haja prestado o menor apoio; dizei-me em que logar se tem conferenciado com os caudilhos da revolta; que emissario, que documento, que carta aprehestes já que vos desse o menor direito a produzir diariamente accusações escandalosas e tam nocivas à propria legalidade?

Se a opposição interessa nas desordens, porque mais aguarda ella que já não se declara, não a protege com todas as suas forças, e não estende os braços para colher os fructos que essa arvore de morte lhe poderia offerecer?

Se a opposição protege a desordem, que projecto tem na mente? Separar a provincia, tornal-a independente ou obter sómente e por meio da violencia, que ella tanto tem reprovado, um triumpho momentando contra os seus adversários?

⁷⁶⁷

Debelada a revolta da *Balaiada*, o nome de Lisboa foi apresentado em 1840, finda a segunda legislatura da Assembléia Provincial, para a legislatura da Assembléia Geral, pelo partido liberal. Contudo, ainda que apoiado por alguns correligionários, seu nome foi preterido na lista dos candidatos a deputado pelo próprio partido, que decidiu apoiar um membro da influente família Jansen. Com esta decepção, Lisboa decidiu abandonar uma segunda

⁷⁶⁶ *Idem, ibidem*, pp. LIV-LV.

⁷⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. LXI-LXII.

vez o jornalismo e afastar-se definitivamente da política, da qual se despediu, no número 280 da *Crônica Maranhense*, de 17 de dezembro de 1840, com as seguintes palavras:

O redactor da *Chronica*, João Francisco Lisboa, julga de seu dever declarar que não só tem desistido da sua candidatura à deputação geral, mas também que se retira do campo da politica, onde ha tantos anos combate, correndo a mesma fortuna que os seus amigos.

As mais ponderosas considerações o obrigam a este procedimento; outras considerações, porém, de não menos força o obrigam a adiar as explicações que a tal respeito lhe cumpria dar. Mas ainda que sem elas por enquanto, temos fé que os nossos amigos políticos, que no espaço d'estes oito annos nunca nos viram afroxar [sic], mesmo nos dias mais difficeis, na defesa da causa que havíamos esposado, não se persuadirão por certo que damos baixa no serviço no momento em que provavelmente ia triumphar essa mesma causa, sem que sejamos impellido [sic] a essa resolução, não só por motivos do brio e pundonor, como pelos do mais rigoroso dever. Digamos mais, com a nossa resolução fazemos sacrificios de que bem poucos seriam capazes nas nossas circumstancias.⁷⁶⁸

Lisboa havia acumulado prejuízos financeiros com a atividade de jornalista, à frente da *Crônica Maranhense*, que não lhe rendeu o esperado apoio de seus colegas de partido no momento mais decisivo de sua carreira política. Através da leitura de seu último artigo na *Crônica* é possível não apenas deduzir as muitas intrigas e conchavos da política maranhense, emanadas da influente vila de Alcântara, cujo poder econômico ajudou a consolidá-la como o centro político mais importante da província, em virtude de abrigar as famílias mais ricas e poderosas da região; outra leitura possível aponta justamente para o caráter extremamente vaidoso e altivo de Lisboa, cuja renúncia é motivada muito mais pelo orgulho e auto-estima, como também pela determinação em demonstrar-se superior às vilezas típicas da província, deixando patente o seu prestígio junto à opinião pública, que ele orgulhosamente tanto ajudou a formar. Com isto, João Lisboa dá provas de que, como homem público, suas idiosincrasias são mais ou menos equivalentes às de qualquer outro político provinciano de sua época, apesar de seu talento acima da média e do senso de moderação mais agudo que os demais.

Com o abandono da carreira política, Lisboa encontra mais tempo para dedicar-se à literatura e ao estudo do Direito. Após algum tempo, adquire enorme reputação como rábula, tornando-se um dos mais respeitados e solicitados da província, permanecendo nessa

⁷⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. LXXVIII-LXXIX.

atividade ao longo de 14 anos. Nesse intervalo, contudo, não conseguiu cumprir a promessa de manter-se afastado da política e do jornalismo. Em 1842, retorna novamente à imprensa, fundando com Inácio José Ferreira um novo periódico, chamado *Publicador Maranhense*. No mesmo ano, ocorre uma importante cisão nas fileiras do partido liberal maranhense, de modo que um grupo de dissidentes acaba por editar novamente o *Eco do Norte*, convidando Lisboa a ser um dos colaboradores. Neste periódico, sob o pseudônimo de Zumbido, o escritor maranhense cria um célebre conjunto de artigos jocosos e picantes, chamados de “Retratos”, em que critica acidamente os políticos e os costumes da época em sua província, elaborando personagens caricatos, cujas descrições e traços são facilmente associáveis com as autoridades e eminências locais, que mais tarde utilizaria em seu famoso *Jornal de Timon*. A respeito de seu retorno como redator de um jornal, à frente do *Publicador Maranhense*, por insistência de seu amigo Inácio José Ferreira, afirmou o seguinte:

Convidado a tomar a redacção deste jornal, julgamos indispensavel dizer alguma cousa em feição de prospecto, sobre a direcção que pretendemos dar-lhe. Não faltam orgams à política; os seus odios se envenenam cada dia, e em falta de logar onde se rasguem novas feridas, os campeões que andam travados na lucta revolvem os punhais nas feridas já abertas. Imita-los, seria nada fazer para romper a monotonia de taes discussões; a sociedade tem outros interesses que cumpre advogar e satisfazer. Em primeiro logar as noticias politicas e commerciaes, tanto nacionaes como estrangeiras, depois a legislação e os actos do governo; e finalmente variedades que instruem, recreando, eis-ahi com que encheremos o quadro d’este jornal. A exemplo de todos os jornaes da Europa, extractamos das columnas dos nossos collegas os artigos que mais interessantes nos parecerem sobre as questões que forem ocorrendo, guardando n’isso como em tudo o mais, uma rigorosa neutralidade entre os diversos partidos. Não só é essa uma das condições da empreza a que nos ligamos, como por outra parte não temos a honra de pertencer-lhes nem pelas nossas convicções, nem pelos nossos interesses.⁷⁶⁹

Com este texto, Lisboa deixa explícita a enorme decepção que teve com os partidos políticos maranhenses, tema que vai se tornar uma constante em sua obra, principalmente a partir do *Jornal de Timon*. Contudo, apesar desta frustração com a vida política, não consegue afastar-se dela por muito tempo, e é chamado em 1847 para uma nova candidatura à Assembléia Geral, declinando do convite para favorecer um amigo, mas aceitando uma candidatura à Assembléia Provincial, para a qual foi eleito em 1848. Nesse meio tempo,

⁷⁶⁹ *Idem, ibidem*, pp. XCV-XCVI.

enquanto foi redator do *Publicador Maranhense*, experimentou com grande êxito o gênero folhetim, publicando as peças *A Festa de Nossa Senhora dos Remédios* (1851), *Procissão dos Ossos* (1851) e *Teatro de São Luís* (1852), consideradas precursoras do *Jornal de Timon*, já que são todas assinadas pelo célebre pseudônimo de João Lisboa. Nestes folhetins, Lisboa experimenta uma importante incursão por algumas das manifestações mais importantes da cultura maranhense da época, realizando uma espécie de ensaio antropológico de expressivo valor literário das festas, tradições e lazeres populares de São Luís, cujos fatos registrou:

Deram seis horas; os sinos, os foguetes, as bombas estrugiram tudo. - A rua que guia ao largo, começou a encher-se, e a entornar as suas ondas incessantes e perennes. Toda aquella multidão fórma como uma só vêa, ou serpente de mil cores que se arrasta sem cessar, surucucu, jararaca, ou cobra coral, sem rabo nem cabeça, mosqueada, rajada, sarapintada de negro, branco, vermelho, azul, verde, amarello, pardo e cinzento. Vista por partes, são brancos, pretos, mulatos, cafuzes, cabras, caboclos, mamelucos, quartões, oitões, e outras infindas variedades que escapavam à classificação Gayoso. São casacas, paletós, jaquetas, calças modernas, antigas martinicas, vestidos, saias, quinzenas, mantas, visitas, sapatos, chinellas, pés descalços. Formosura e fealdade, a graça e o desaco, o vício e a virtude, a sisudeza e a desenvoltura, a intelligencia e a estupidez, todos os sexos, todas as idades. A criancinha envolta nas fachas, que ora ri, ora chora de quanto entrevê, e lhe sussurra confusamente nos ouvidos; aquell'outra mais crescida, que começa a ensaiar os tenrinhos passos mal seguros - Lá vão aquelles já taludos, travessos, foliões. Acima destes, os que aspiram aos foros de moços e moças, os que já realmente o são, as estimáveis mães de familias, as matronas já entradas em annos, os homens barbados e sem barbas, anciões, velhas respeitáveis, e velhucas respeitabilíssimas, pelo sexo, como relíquias das gerações extinctas, e como monumentos das passadas éras.⁷⁷⁰

Contudo, foi durante o exercício de sua terceira legislatura provincial que o nome de João Lisboa ganhou repercussão nacional, por ocasião de um célebre discurso que pronuncia em 12 de novembro de 1849 em defesa dos presos da Revolução Praieira, movimento de caráter liberal e separatista que eclodiu em Pernambuco entre 1848 e 1850. Com este discurso, reproduzido em todos os jornais do império e lido com grande interesse, a reputação de Lisboa como grande orador e político de sensatez cresceu e alcançou todo o país, tornando-se célebre como um dos mais ardentes defensores da anistia dos liberais pernambucanos.

⁷⁷⁰ LISBOA, João Francisco. *A Festa de Nossa Senhora dos Remédios*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. IV, p. 567.

bucanso que estiveram à frente da insurreição Praieira. O que fundamentalmente o escritor e jornalista maranhense defendia, aliás, coerente com sua própria trajetória como político e intelectual, era não a revolta em si, mas a possibilidade de evitar que crimes políticos fossem utilizados como bode expiatório e oportunidade para que os que se encontram no poder de se vingar de seus opositores, inspirando, sem dúvida, no episódio do assassinato de Raimundo Teixeira Mendes:

... eu não justifico a revolta; mas empenho as minhas fôrças para que n'um paiz em que os crimes os mais vis e os mais abominaveis encontram não só indulgencia mas patronato público e escandaloso, não se proscreeva por espirito de partido como unico crime o de sublevação e revólta. (...) ... heide empenhar todas as minhas fôrças para reprimir esses odios desordenados dos vencedores contra os vencidos, desordenados a ponto tal que ninguem pôde alçar a voz contra elles sem ser logo tachado de connivencia. Eu dou as minhas sympathias, não ao crime, mas ao infortunio dos vencidos, grupo que a certos respeito faz excepção no meio da geral corrupção, pleiade brilhante da mocidade, de fidelidade, de rara e inabalavel constancia na adversidade.⁷⁷¹

É necessário pontuar que as opiniões de Lisboa sobre um mesmo conceito variam muito de um texto para outro, sobretudo no tratamento concedido à palavra *revolução*, que, aplicada ao caso da Balaiada, é definida como crime comum, em parte justificável por causa dos desmandos governamentais, e, no caso da Praieira, toca o direito à liberdade de opinião e de convicção política, o que faz de uma revolução, neste sentido empregado pelo escritor maranhense, um crime político, cujas sanções e penalidades não são as mesmas aplicadas aos crimes de natureza comum, sem motivação ideológica. Estes argumentos, pois, justificariam a anistia aos envolvidos na Praieira:

Não será neste paiz que ser perverterá a opinião, a ponto de se notar de infamia os crimes políticos, ordinariamente filhos dos erros de opinião, e de paixões exaltadas, mas não impuras, e nos quaes se não se encontra nenhum dos characteres de ignobil baixeza, de depravação, e de ferocidade, que assignalam os crimes communs. Aqui mais que em outra qualquer parte, está fortemente inculcada nos animos a opinião de que a victória deve ser o termo final desta sorte de contendias.⁷⁷²

⁷⁷¹ LISBOA, João Francisco. *Discurso sobre a amnistia*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. IV, pp. 646-647.

⁷⁷² *Idem, ibidem*, p. 657.

Esta curiosa característica de Lisboa, que escreve os seus textos motivado por alguma situação específica e objetiva, um fato isolado que empolga o seu talento e sua veia para a eloquência inflamada, faz com que o leitor tenha argumentos para crer que o escritor maranhense foi um homem contraditório, capaz de ser contra e a favor sobre a mesma questão e conceito. Como resultado disso, há idéias e afirmações que lhes são atribuídas de modo errôneo, pois os conceitos de Lisboa não devem ser lidos em conjunto, já que não almejam formar um todo coerente, uma doutrina cujo principal predicado seria a coesão e a solidariedade semântica entre suas partes isoladas.⁷⁷³

Com isto, não é de admirar que Lisboa contorça-se em retórica processual, a fim de que seus argumentos produzam o desejado efeito de coerência, circunscrito a um momento específico, além do qual não possível projetar as suas idéias, senão como traço de um caráter e segundo um modo de agir bastante idiossincrático:

Que temor e que exemplo póde produzir a punição, quando toda a nossa história protesta contra essa pretensão com numerosos exemplos? Só um estranho citarei, porque o merece pela sua viva significação. Luiz Napoleão sahira dos calabouços de Ham para o destêrro: mesmo nas vespéras de sua queda, Luiz Philippe e seus conselheiros entendiam que elle ainda não tinha assaz expiado as tentativas de Boulogne e Strasburgo; mas a revolução veio desengana-los, amnistiando o rebelde e elevando-o quase ao thrno abandonado! Entre nós, o illustre Antonio Carlos, comprometido na revolução pernambucana de 1817, atravessou as ruas da segunda capital do Imperio com um collar de ferro ao pescoço. Não tardou que outra revolução o não arremecasse das cadeias da Bahia para o seio do congresso portuguez, onde honrou, antes revelou o nome brasileiro. Estava reservado ainda para uma gloriosa conspiração; quereis saber qual? a da independencia! Elle envelheceu nos conselhos da corôa e da nação, morreu honrado e admirado de amigos e inimigos, mostrando impressos nos seus membros os signaes indeleveis dos ferros do despotismo. Vasconcellos, conspirador permanente durante o primeiro reinado, o seu nome hoje symbolisa a ordem para muitos: á ordem prestam agora relevantes serviços os Cavalcantis e Regos Barros que se involveram nas revoluções de 17 e 24 – Manuel de Carvalho, chefe desta última, foi votado à morte, e ao destêrro; outra revolução, a de 7 de Abril, o restituiu à pátria, que o viu seu presidente, e depois senador do Imperio, em 1835 combateu a revólta dos Carneiros, e sabeis ajudado por quem? ... Nunes Machado... E esses Carneiros, outr'ora rebeldes, agora na última sublevação derramaram o seu sangue em defeza da lei! Que mais vos poderei dizer, senhores, que vos não digam estes exemplos palpitanes de actualidade? Segundo a doutrina da repressão e expiação, todos esses

⁷⁷³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p. 29.

homens, que ora ocupam logares eminentes no Imperio, deveram todos ter perecido ha muito nos patíbulos, ou jazer ainda nas masmorras...⁷⁷⁴

Segundo Antonio Henriques Leal, a esta identificação com os derrotados somou-se também a simpatia com o sofrimento dos escravos africanos. De acordo com o autor do *Pantheon Maranhense*, ao ver-se novamente afastado da política, João Francisco Lisboa encontra tempo para dedicar-se ao estudo da vida, costumes, hábitos e da cultura do escravo negro, além da legislação a ele atinente. O resultado destas pesquisas teria motivado João Lisboa, conforme Leal, a esboçar a idéia de um romance sobre a escravidão no Brasil, uma espécie de propaganda abolicionista, do qual o escritor maranhense teria desistido logo após a publicação de *Uncle Tom's Cabin*, de Harriet Beecher Stowe, em função da semelhança de seu projeto com o romance da americana:

Concebera vestir a nudez philosophicas e legislativas acerca da escravidão em todos os tempos e povos, e particularmente nos tempos modernos, com os atavios e louçanias de um estylo animado e pittoresco, pintando ao natural e com côres bem vivas todas as miserias, afflições e dôres do captiveiro, e dando ao discurso, ora o tom sentencioso e grave do sabio, ora o colorido e toques do romancista, conforme o assumpto o pedia, e no intuito de amenisar o todo da obra, e torna-la uma propaganda de facil accesso a todo a toda casta de leitores. Ja lhe tinha delineado o arcahouço e escripto alguns capitulos, quando appareceu no mundo litterario, acompanhada de immensa e justa aurea, a *Senzala de Pae Thomé (Uncle Tom's Cabin)*, escripta pela philanthropica romancista nort' americana Misses Henriette Beecher Stowe, o que o fez levantar a mão da empresa começada, assim por ver realizado o fim a que visava, como, afóra aparte o enredo romantico, por achar não poucos pontos de contacto e semelhança em ambos no modo de encarar a questões e enunciar as idéas.⁷⁷⁵

No entanto, pouco tempo depois João Lisboa publica em São Luís, no dia 25 de junho de 1852, o primeiro número do *Jornal de Timon*, um folheto composto de 100 páginas, totalmente redigido pelo escritor maranhense. Trata-se de uma obra cuja classificação por gênero é totalmente impossível, dada a diversidade de assuntos que contém, que vão desde a crítica de costumes e hábitos políticos, pensamentos avulsos e pequenos ensaios, até reflexões de caráter historiográfico sobre a Antiguidade e o Maranhão, sem falar de uma não

⁷⁷⁴ LISBOA, João Francisco. *Discurso sobre a amnistia*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. IV, pp. 657-659.

⁷⁷⁵ LEAL, Antônio Henriques. *Noticia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. I., p. CIX-CX.

pequena dose de ficção literária, em alguns pontos. Circulou mensalmente durante os cinco primeiros números, com uma interrupção de quase dois anos, sendo retomado em meados de 1854, quando foram impresos os fascículos de números 6 a 10, compondo ao fim um volume de 416 páginas. Já em Lisboa, o escritor maranhense ainda vai publicar, 1858, o undécimo e duodécimo números.

Segundo Antonio Henriques Leal, o *Jornal de Timon* foi inspirado na obra *Sátira Menipéia*, de Marco Terêncio Varrão.⁷⁷⁶ Já o pseudônimo adotado por João Francisco Lisboa é de origem grega, inspirado no nobre ateniense Timon, que tinha sido um homem muito rico, porém de natureza perdulária, de modo que aos poucos caiu em ruína financeira. Procurou os amigos, sobretudo aqueles que com ele festejaram em tempos de prodigalidade, porém não obteve nenhum auxílio. Decepcionado com a sociedade e os homens, passou a viver em uma gruta, queixando-se com grande amargura da ingratidão dos homens, aos poucos que o visitavam. Algum tempo depois, encontrou um tesouro, que entregou a Alcibiades, inimigo dos atenienses por essa época. Tornou-se conhecido como Timon, o Misanthropo, do mesmo modo como João Lisboa assinava os folhetos de seu futuro *Jornal de Timon*. Tendo inspirando também William Shakespeare em sua peça *Timon de Atenas*, o pseudônimo *Timon* foi usado, na primeira metade do século 19, pelo jornalista francês Louis-Marie de la Haye, Visconde de Cormenin, nascido em Paris em 1788 e aí falecido em 1868. Violento opositor do rei Luís Filipe (1830-1848), publicou vários panfletos, entre os quais se destacam *Cartas sobre a lista civil* (1831), *Livro dos oradores* (1836) e *Advertências muito humildes de Timon* (1838), além de artigos esparsos pela imprensa da época. O escritor maranhense faz referências a Cormenin em sua obra, enquanto Teófilo Braga, na introdução às *Obras completas de João Francisco Lisboa*, tece alguns comentários esclarecedores sobre a atividade do *Timon* francês:

⁷⁷⁶ A sátira menipéia tem sua origem em Marco Terêncio Varrão (116 a 27 a.C.) com *Saturae Menippeae*. O adjetivo *menipéia* provém de Menipo, filósofo da escola dos cínicos, a qual desprezava as convenções sociais e as riquezas, obedecendo somente às leis da natureza. A etimologia de *cínico* provém de 'kýon', cão, um possível epíteto de Diógenes, integrante da escola cínica, de comportamento extravagante, cuja finalidade era ridicularizar o comportamento aristocrático vigente. Menipo de Gadara viveu no século III a.C. e, segundo consta, escreveu muito, mas nada dele nos chegou. Entretanto, Varrão o assimilou, dando-nos uma idéia dos escritos daquele filósofo através de sua obra *Saturae Menippeae*.

O célebre escritor francês Cormenin, dos folhetos e opúsculos com que combateu os desvarios do Império, da Restauração e ainda da Segunda República, empregava sempre o pseudônimo de Timon; e com esse nome, porventura tomado de Timon, o Silógrafo, e não de Timon, o Misanthropo, assinou Cormenin os seus folhetos. Com esses folhetos de Timon, Cormenin chegou a apelar ministérios e a atuar na transformação das instituições administrativas. (...) Foi sobre este tipo que João Francisco Lisboa moldou o seu *Jornal de Timon*.⁷⁷⁷

Como quer que seja, é o próprio João Francisco Lisboa que esclarece o leitor quanto à natureza do *Jornal de Timon*, que é publicado com um *Prospecto*, à guisa de editorial, onde expõe os objetivos que pretende alcançar com a sua publicação e a origem do pseudônimo *Timon*, que adota para o periódico:

O estudo e exame de nossa vida politica, ou antes, da vida dos nossos partidos pretendidos politicos, e o da sua influencia sobre os costumes e a moral publica e privada já é de si um assumpto tam vasto como elevado, e para o qual se requeria uma capacidade e experiencia, e sobretudo, um ocio e folga que o pobre Timon não tem à sua disposição; (...).

O leitor perguntará agora naturalmente a que proposito este nome de Timon? Que sei eu? Esse nome, illustrado por um dos mais bellos talentos da litteratura moderna, pertenceu na antiguidade a um homem singular e estranho que, azedado pela injustiça e ingratição que com elle usaram alguns dos seus contemporaneos, votou um ódio tam estranhavel ao genero humano, e de maneira o reputava entregue aos crimes e aos vicios, que se pagava mais do desprezo que da estima dos homens. (...)

Estes e outros rasgos valeram-lhe a aversão geral, e o sobrenome de Misanthropo. (...) Tímon era homem de engenho, amigo das letras não menos que da virtude; mas azedado pelo triumpho e preponderancia do crime e do vicio, tornou-se ta, rude de maneiras e linguagem, que alienou todos os espiritos. Alguns contendem ainda que pelo seu zelo exagerado, perdeu elle a occasião de contribuir para o bem; todos porem são acordes em que uma virtude rispida e intractável occasiona menos perigos que uma cobarde e vil condescendencia.

(...)

De mim o digo, que sem aspirar ao renome e gloria do espirituoso Timon parisiense, pois me fallece cabedal e engenho para poder, não já competir com elle, mas seguir de longe o seu rasto [sic] luminoso, espero ao menos não ser accusado da feroz misanthropia do atheniense.⁷⁷⁸

Desta forma, o primeiro volume do *Jornal de Timon* tinha como tema os sistemas e-leitorais na Antiguidade. As sociedades analisadas eram Esparta, Atenas e Roma, tanto Re-

⁷⁷⁷ Citado em NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon maranhense*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986, p. 33.

⁷⁷⁸ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. São Luís: Typographia de B. de Mattos, 1864, Vol. I, pp. 9-12.

pública como no Império. João Lisboa afirma ter usado como fontes para seus estudos as obras de Plutarco e Tácito, sobretudo o último, que o autor admite ter “segui[do] uma tradução do Senr. [sic] Francisco Sotero dos Reis, tam digna de apreço pela fidelidade, como pela elegância.”⁷⁷⁹ O segundo volume compreende as *Eleições na Idade Média e nos Tempos Modernos*, abrangendo a Roma Católica, a Inglaterra, os Estados Unidos, a França e a Turquia. Somente após essa longa exposição é que João Lisboa vai tratar propriamente da análise histórica do Maranhão.

De qualquer modo, com a publicação do *Jornal de Timon*, João Francisco Lisboa alcança grande receptividade e reconhecimento país afora, o que lhe valeu o sucesso. Seu nome passou a ser comentado e elogiado em revistas e jornais de todo o império, de forma que em 4 de julho de 1855 transfere-se para o Rio de Janeiro, na casa dos quarenta anos, sem nunca antes ter saído de sua província, a convite de amigos. Na capital do império torna-se colaborador do *Correio Mercantil*, analisando as decisões dos tribunais na secção do Foro, e também no *Jornal do Comércio*, na secção de política geral. Com o prestígio obtido através do *Jornal de Timon*, em virtude de seu contínuo interesse pela história e sua conhecida atividade e disciplina como pesquisador, João Francisco Lisboa ingressa como sócio no conceituado *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A proposta de sua candidatura foi apresentada pelo seu conterrâneo, o poeta Antônio Gonçalves Dias, que já era residente no Rio de Janeiro e também exercia a função de historiador no IHGB. A convivência com os sócios do IHGB vai proporcionar a Lisboa um bom círculo de amizades, correspondendo-se mais tarde com Adolfo Varnhagen. Como resultado de tudo isso, ainda neste ano é agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o título de Comendador da Ordem de Cristo.

Nos fins de 1855, no entanto, Lisboa parte com sua família para Portugal, a princípio para realizar pesquisas para o IHGB, segundo Antônio Henriques Leal, em uma suposta missão cultural que o escritor maranhense recebeu do governo. Contudo, sobre o real caráter dessa viagem repousam algumas dúvidas, já que o autor do *Jornal de Timon* não se demorou com a sua família na capital portuguesa logo de início, realizando longa viagem pelas principais cidades da França, Inglaterra, Espanha, Itália e Bélgica, visitando monumentos célebres, contemplando objetos de arte, entre outras atividades turísticas. Além disso, a

⁷⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 82.

nomeação de Lisboa como encarregado oficial de tais pesquisas só ocorreu um pouco mais tarde, quando fixou-se com sua família na capital portuguesa. Segundo a correspondência do próprio Lisboa, o jornalista e escritor maranhense tivera a oportunidade de sondar Gonçalves Dias a este respeito, obtendo de seu comprovinciano a confissão de seu desejo em encerrar a missão que lhe foi confiada e, com isso, regressar ao Brasil, mas somente pôs-se a campo para conseguir a nomeação para o cargo depois destes acontecimentos. Assim, escreveu uma carta para Francisco Adolfo Varnhagen, que já conhecia, datada de 9 de maio de 1856, para o que o prestigiado historiador brasileiro o apoiasse em seu pedido:

Detesto a política e estou aborrecido da vida de advogado. Seria pois para mim uma boa fortuna se o governo imperial me proporcionasse por qualquer modo os meios de servir o país com essa tal qual habilidade de que reconhecem. Toquei nisso no Rio, porém a ocasião não era oportuna. Apresentaram-me objeções que pareceram fundadas, uma delas era a existência de outras comissões literárias do mesmo gênero, como por exemplo a do nosso distinto poeta Gonçalves Dias. Ele acaba de chegar aqui e assegura-me que ao mais tardar em uma no regressa ao Rio. Verei se me será possível substituí-lo; do contrário volverei ao meu antigo teor de vida, pois que me faltam recurso para me dar à minha custa a trabalhos que nada rendem para poder viver um homem com família em terras estranhas.

Pelo em quanto estou aqui vendo o que há de melhor nesta terra e em julho pretendo ir dar um rápido passeio de três a quatro meses à França e à Inglaterra.

Peço perdão a V. Ex^a. de importunar logo da primeira vez com tanta demasia. Foi a sua própria bondade quem me animou a tanto; e é natural que não fique aqui; pois se V. Ex^a. m'o permitir terei a honra de o consultar não poucas vezes, sobre estes assuntos históricos e que desejo tê-lo por metre e guia.⁷⁸⁰

João Francisco Lisboa retorna ao assunto no dia 23 do mesmo mês, com a mesma franqueza e objetividade com que havia escrito a primeira:

... Não solicitei emprego permanente na Europa, porque ainda não estou resolvido a fixar-me de uma vez nesta parte do mundo, cujo clima não sei se convirá à minha saúde.

Ser-me-ia necessário experimentar primeiro um inverno, e tudo quanto pode ter relação com uma residência permanente, para me decidir.

Agora, porém, o meu comprovinciano Gonçalves Dias pede a exoneração da missão que lhe fora confiada de examinar os arquivos deste reino para o fim de fazer extrair cópias de todos os documentos que possam importar à nossa história.

Escrevi para a Corte, pedindo que me encarregassem de substituí-lo. Serei atendido? É o que ignoro. Muitos dos nossos homens políticos, a maior parte, pa-

⁷⁸⁰ Citado em NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon maranhense*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986, pp. 49-50.

rece-me indiferente aos nossos progressos literários, bem que, por mera composição, afetem um certo amor às letras. Duvido pois que se preste demasiada atenção ao meu pedido, no meio das distrações da política militante, se ela não for fortemente apoiada por pessoas respeitáveis.

Escrevi a algumas... porém julgo que V. Ex^a. é uma das pessoas mais bem colocadas para me servir neste empenho. A sua posição de membro do nosso Instituto e o seu título de nosso primeiro e único historiador, formam o voto de V. Ex^a. tão competente como decisivo.⁷⁸¹

Ademais, é o próprio biógrafo do escritor maranhense, Antonio Henriques Leal, que esclarece quanto à natureza dos recursos utilizados por Lisboa para as suas viagens pela Europa a partir de julho de 1855, sem qualquer apoio oficial do governo imperial brasileiro:

Se não fossem os lucros que resultaram da sociedade comercial com João Pedro Ribeiro e aplicação conveniente que este lhe deu, auxiliado algumas vezes, por outros amigos de Lisboa, este somente com o subsídio da *comissão literária* não teria porventura empreendido tantas e tão freqüentes digressões a diversos países da Europa com as larguezes e confortos com que sempre viajaram ele e a família, nem legaria à viúva e filha adotiva bens que as pusessem a coberto de necessidades e bastassem para viver com muita decência.⁷⁸²

A menção de Leal a uma suposta *comissão literária* trata-se, na realidade, de um equívoco de avaliação do autor do *Pantheon Maranhense*, já que, por essa época, Lisboa ainda não havia feito qualquer solicitação para ocupar a missão que fora confiada a Gonçalves Dias, que só lhe seria repassada, conforme verifica-se pelas correspondências do poeta maranhense endereçadas a D. Pedro II, alguns meses depois de sua fixação na capital portuguesa, onde já se encontrava o vate dos *Timbiras*:

Pelo penúltimo pacote chegado do Rio recebi um bilhete do Sr. Ministro do Império em que me avisa das ordens que se davam para que o Sr. Lisboa ficasse na Comissão em que me acho agora em Portugal. Ainda por esse motivo agradeço e beijo respeitosamente as Augustas Mãos de V. M. I.

Escrevi imediatamente ao Sr. Lisboa, ponderando-lhe a conveniência de transmitir-lhe pessoalmente esses trabalhos, o que me forraria da obrigação de fazer-lhe um extenso relatório.

(...)

Os trabalhos estão em andamento, mas à espera do Sr. Lisboa.⁷⁸³

⁷⁸¹ *Idem, ibidem*, pp. 48-49.

⁷⁸² LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, Tomo II, p. 377. (grifos meus)

⁷⁸³ DIAS, Antonio Gonçalves. *Carta a Vossa Majestade Imperial*. Lisboa, 14 de junho de 1856. In: CORRÊA, A, Rossini. *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001, pp. 333- 338.

.....

Quando escrevi a Vossa Majestade a minha ultima carta, o Sr. J. F. Lisboa tinha chegado ou nesse mesmo dia ou na véspera. Soube-o, indo levar as minhas cartas a Legação, e por isso não o comuniquei a V. M.

Fiz as necessárias apresentações do Sr. Lisboa, - dei-lhe as relações das pessoas que me tem facilitado esses trabalhos, os meus apontamentos para sua continuação, de forma que não tivesse encontrar maiores obstáculos e pudessem continuar as copias sem interrupção.⁷⁸⁴

Além do mais, Antônio Henriques Leal acaba reconhecendo o seu equívoco em nota ao acréscimo que fez à biografia de João Francisco Lisboa, remodelada para ser um capítulo do *Pantheon Maranhense*, onde credita as viagens do jornalista maranhense pelo continente europeu aos recursos pecuniários que ele próprio dispunha:

Pesa deveras o ter-me escapado involuntariamente estas circunstâncias da vida de João F. Lisboa quando escrevi a *notícia* que prece suas *Obras* (1865), e só hoje poder reparar essa falta quando já é morto João Pedro Ribeiro sem ter tido esta ocasião de conhecer o apreço em que sempre o tive e de que era digno.⁷⁸⁵

Como quer que seja, sob o patrocínio e proteção de Varnhagen, João Lisboa obteve a esperada nomeação, e assim pôde permanecer em solo europeu para realizar pesquisas em nome do IHGB. Contudo, apesar de estar familiarizado com a pesquisa histórica, Lisboa demonstrou certa inexperiência na execução de sua nova missão, uma vez que não conhecia os arquivos portugueses tão bem quanto Varnhagen, motivo que o levou, por diversas vezes, a pedir auxílio ao autor de *História Geral do Brasil*. A correspondência entre Varnhagen e Lisboa foi depois publicada pelo próprio Varnhagen no folheto *Índios bravos e o Sr. Lisboa Timon 3º.*, publicado em Lima em 1867, quatro anos depois do falecimento de João Francisco Lisboa, tendo como apêndice a *Diatribes contra a timonice do Timon maranhense*, atribuída a Frederico Augusto de Moraes, publicada em 1859, como resultado de uma suposta polêmica entre os dois grandes historiadores brasileiros. A respeito dessa polêmica, dedicaremos atenção mais pormenorizada no terceiro e último capítulo dessa tese, mas o fato é que a nomeação de Lisboa como pesquisador, em substituição a Gonçalves Dias,

⁷⁸⁴ DIAS, Antonio Gonçalves. *Carta a Vossa Majestade Imperial*. Lisboa, 13 de setembro de 1856. In: *Op. cit.*, p. 338.

⁷⁸⁵ LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, Tomo II, p. 377.

suscitou alguns embaraços iniciais entre ambos, uma vez que a intercessão de Varnhagen favoreceu ao autor do *Jornal de Timon* mais cedo do que o vate dos *Timbiras* supunha que aconteceria:

Como o Dr. Gonçalves Dias não me deixasse as instruções que havia recebido para desempenho desta comissão, logo que aqui cheguei requisitei cópias delas, mas só agora é que me veio. Aí remeto a V. Ex^a. uma cópia da cópia para lhe pedir o seu parecer acerca do 1º. Artigo que versa sobre cópia de datas, forais, etc.⁷⁸⁶

Apesar de Gonçalves Dias desincumbir-se da missão em favor de Lisboa, propondo a sua substituição ao Ministro do Império, o fato é que o próprio governo já estava interessado em ocupar o vate maranhense com outras tarefas, devido não somente ao interesse de Lisboa em assumir o posto de Dias, mas principalmente em uma tentativa de acomodar os seus quadros em postos e sinecuras adequados, devido à escassez de mão de obra qualificada para tantas demandas para os quais o império brasileiro os destinava. Assim, no Relatório da Repartição dos Negócios do Império, publicado em 1857, consta uma exposição de motivos oficiais para a nomeação de João Lisboa para o cargo exercido por Gonçalves Dias na Europa:

O governo tinha mandado à Europa o Dr. Antônio Gonçalves Dias, com o fim de colher dos arquivos dos países estrangeiros, e principalmente dos de Portugal e de Espanha, documentos que pudessem servir para tal fim.

Havia ele já adiantado alguns trabalhos desta natureza; mas entendendo o governo que convinha separar esta comissão da outra de que também se achava investido, relativa à instrução pública, a fim de poderem ter ambas maior impulso, nomeou para substituí-lo, na de que se trata, o comendador João Francisco Lisboa, cujos conhecimentos literários e gênio investigador são assaz conhecidos.

Ultimamente recebi uma porção de documentos históricos, em parte de subido interesse, remetidos pelo mesmo doutor e resolvi mandá-los arquivar no Instituto.

Igual destino devem ter outros que se estão preparando e que se espera receber brevemente. Ali poderão ser aproveitados, servindo de complemento e auxílio aos que já possui o Instituto.⁷⁸⁷

O relatório não entra em contradição com o acordo firmado entre João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias para que o autor do *Jornal de Timon* assumisse a missão européia,

⁷⁸⁶ Citado em NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon maranhense*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986, p. 51.

⁷⁸⁷ *Idem, ibidem*, pp. 47-48.

uma vez que, além das pesquisas de caráter historiográfico, o poeta maranhense também estava muito interessado em dedicar parte de seu tempo para tratar da impressão de alguns de seus livros em editores da Alemanha. Desse modo, encontrava-se com a atenção distribuída em três tarefas simultâneas, já que acumulava também a comissão da instrução pública no resto da Europa, o que prejudicava o andamento das pesquisas, conforme se lê em carta de 12 de maio de 1856:

Tenho-me pois convencido de que para o bom andamento e conclusão deste negócio, é necessário que não haja distração na pessoa incumbida de o levar a cabo. Por mim tenho feito mal em querer desempenhar simultaneamente as duas comissões que tenho, por que assim nem só se adianta pouco em qualquer delas, como acarreta despesas de viagens que são pesadas, e seriam de outro modo escusado.

Encontrei aqui o meo comprovinciano Lisboa, e parece-me que os seus trabalhos se harmonizariam com a comissão de documentos históricos em Portugal, - melhor do que esta com a da Instrução pública no resto da Europa. Como tem sempre de obter permissão para entrar nos arquivos, e de os estudar demoradamente, por que de outra sorte o exame não pode ser muito vantajoso, poderia ao mesmo tempo inspecionar os trabalhos de copias, conferi-las, e servir-se delas para os seus estudos.

Conversamos eu e elle sobre isto: dentro em pouco terei acabado com os meus apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil, - e nenhum interesse tenho em demorar-me em Portugal, depois da retirada da minha família para o Brasil. Pelo contrario, poderia dar conta dentro em pouco da comissão relativa a Instrução pública, e teria occasião de fazer alguma impressão na Alemanha, facilidade que me oferecem alguns amigos, e eu tenho interesse em aproveitar.⁷⁸⁸

Apesar de tudo isso, o trâmite que permitiu a substituição parece não ter agradado o poeta maranhense. Através de sua correspondência, percebe-se que não foi devidamente informado de todas as decisões e providências tomadas, conforme se lê em carta sobre suas comissões:

Para concluir a coleção dos documentos históricos tornei-me para Lisboa, onde encontrei o comendador João Francisco Lisboa, desejoso de encarregar-se dessa parte da minha comissão. Remeti para a Secretaria do Império cerca de cinquenta volumes manuscritos in-fólio, e pedi em favor do Sr. Lisboa que me exonerasse desse encargo. O governo, que já estava comprometido com o dito Sr. Lisboa, accedeu prontamente ao meu pedido calando contudo a remessa que eu havia feito!⁷⁸⁹

⁷⁸⁸ DIAS, Antonio Gonçalves. *Carta a Vossa Majestade Imperial*. Lisboa, 12 de maio de 1856. In: *Op. cit.*, pp. 331-332.

⁷⁸⁹ Citado em NISKIER, Arnaldo. *João Francisco Lisboa: o Timon maranhense*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986, pp. 51-52.

De todo modo, assim que assumiu a missão anteriormente confiada a seu comprouviano Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa demonstrou um grande interesse em realizar muito bem o seu trabalho. É o que se pode acompanhar pela leitura de sua correspondência com Varnhagen, na qual aponta as falhas já suspeitadas pelo seu antecessor, em virtude até de ser bem mais historiador que Gonçalves Dias, dando uma idéia das inúmeras dificuldades da investigação historiográfica em uma época em que os únicos meios de pesquisa eram a mão, a tinta, o olho e a criteriosa seleção:

A experiência começar a fazer-me inclinar à sua opinião de que na Torre do Tombo o trabalho será grande, e o fruto há de corresponder-me muito mal. Deime ao trabalho de reler e revolver os números da Revista do Instituto que há na Academia (não é coleção completa) e a sua História Geral e verifiquei que não só Gonçalves Dias, como eu mesmo neste pouco tempo, fizemos copiar documentos já impressos, ou existentes no Brasil, e os mais deles oferecidos e publicados por V. E. Hei de mandar-lhe uma lista das cópias tiradas para que tenha a bondade de notar o que se inutilmente, e outra dos que tenho indicação para copiar, a fim de evitar-se duplicatas.⁷⁹⁰

O prestígio de sua atividade como pesquisador e historiador lhe rendeu ainda uma comissão no Conselho Ultramarino, trabalho pelo qual demonstrou muito entusiasmo, em virtude das possibilidades de pesquisa que estavam sendo abertas diante de si, conforme se lê em carta de 8 de novembro de 1856, endereçada a Varnhagen:

Sim senhor, tenciono enterrar-me de preferência na poeira desta repartição. Não duvido que neste arquivo se encontre a coleção mais completa e não explorada de documentos sobre o Brasil, desde 1753 até 1808, como não existe no Brasil, nem existirá jamais reunidos.⁷⁹¹

Desta forma, João Francisco Lisboa trabalhou assiduamente em diversos arquivos europeus, onde colheu cópias de importantes documentos relativos à história do Brasil, procurando sistematizar com critério e inteligência o seu trabalho. Em Portugal conseguiu ampliar consideravelmente o seu círculo de amizades e admiradores de seu talento, chegando até

⁷⁹⁰ Citado por JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Op. cit.*, p. 30.

⁷⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 31.

a travar contatos espaçados e breves com Alexandre Herculano, dos quais aproveitou muito pouco, em razão do temperamento de ambos:

... ouço sempre com satisfação ao Alexandre Herculano, homem pelo character e pelo talento muito conforme a meu modo de pensar, porém isto está muito longe do que se chama amizade. Demais mora d'aqui a uma legua, e apenas o encontro por acaso de dous em dous meses, ou mais, em uma lojinha de livros, ao Chiado, onde elle costuma ir, e onde nos assentamos em um banco de pau. Demais a mais é um macambuzio, peor que eu.⁷⁹²

Contudo, o estado de saúde de João Francisco Lisboa foi se agravando desde que chegou à Europa, principalmente a partir de junho de 1861, com o aparecimento de novas enfermidades das quais parecia não se tratar, o que interrompeu o andamento de seus trabalhos à frente das pesquisas. Já em 1862, confessava que não conseguia mais realizar as mais simples tarefas quotidianas, com as dores mais freqüentes:

...desde abril que ando formalmente doente com dôres nos rins e na cabeça, desarranjo de estômago, e posto que só um ou outro dia de cama, comtudo sempre incommodado e triste, e sem disposição para cousa alguma d'esta vida.⁷⁹³

Lisboa até fez uma tentativa de superar a doença, indo ao médico, segundo uma correspondência de 26 de março de 1863, um mês antes de seu falecimento:

Os incommodos da bexiga, dado que não agudos, impacientaram-me por tal modo, que por fim resolvi sonda-la pela primeira vez na minha vida, o que se verificou ante-hontem à tarde. Estranhei por falta de hábito, e embora não houvesse dor, a sonda, e depois a ourina, saíram ensanguentadas, e soffri puxos com certa dor até esta noite. Agora cessaram. Não se encontraram pedras na bexiga, mas entende o medico que tenho a prostata irritada por incommodos hemorrhoidaes, sendo estes provenientes das pedras que tenho tido na bexiga, e das que provavelmente existem nos rins. Já se vê que tenho co quem me entreter pelo resto de meus dias.⁷⁹⁴

⁷⁹² LEAL, Antonio Henriques. *Noticia acerca da vida e obras de João Francisco Lisboa*. In: *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. Vol. I., p. CLXXXV.

⁷⁹³ *Idem, ibidem*, p. CLXXXVII.

⁷⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. CLXXXVII-CLXXXVIII.

Contudo, com a recusa e a indiferença de Lisboa em medicar-se e alimentar-se regularmente, a prostração foi aumentando, até que faleceu no dia 26 de abril, na capital portuguesa, quando preparava o texto sobre a vida do Padre Antonio Vieira. Antes de sua morte, porém, publicou em 1858 o décimo primeiro e o décimo segundo números do *Jornal de Timon* e a biografia de Odorico Mendes, esta última na *Revista Contemporânea de Portugal e do Brasil* e também na *Revista Trimensal* do IHGB.

A influência de João Francisco Lisboa sobre a intelectualidade brasileira, ainda em formação, é bastante estimável, uma vez que, assim como Odorico Mendes, pertenceu àquele grupo de letrados que ajudou a consolidar as instituições nacionais, como o IHGB, e contribuiu significativamente para a criação de uma opinião pública, através da intensa atividade na imprensa política e literária, além da pesquisa histórica brasileira. A respeito desta última contribuição, para a qual dedicaremos maior atenção em capítulo posterior, cabe dizer que foi um dos nossos primeiros historiadores a trazer para as páginas da historiografia nacional as agitações populares e as tensões de nossa nascente vida política e cultural, além de ter sido o primeiro a analisar com profundidade as idiossincrasias e a corrupção de nosso meio político-partidário. A respeito das qualidades de João Francisco Lisboa como historiador, cabe citar um juízo emitido por Sílvio Romero em seu *Compêndio de História da Literatura Brasileira*:

... achamos superior a obra histórica de João Lisboa. Por ela é que ele tomou assento entre os mais eminentes escritores brasileiros, ocupando o posto de príncipe de nossos historiadores.

Os méritos dessa obra são: a beleza do estilo claro, conciso, correto, vibrante, por vezes; a erudição segura, de primeira mão; o espírito liberal e humanitário; a análise percuciente, seguida de rápidas e lúcidas sínteses; a atenção que deu aos problemas etnográficos na formação da população; a inquirição acerca do estado jurídico do povo e das condições da administração colonial; a referência segura ao estado econômico dos índios, às lutas dos colonos com os jesuítas, às vacilações do governo da metrópole nas mais graves questões, à rapacidade e aos desmandos dos funcionários e magistrados, ainda os mais notáveis.

*Até hoje é o único historiador nosso em cujas páginas se sentem palpitar algumas das agitações da alma popular, algumas das pulsações do coração da nacionalidade que se ia e vai se formando.*⁷⁹⁵

⁷⁹⁵ ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Colaboração de João Ribeiro; organização de Luiz Antonio Barreto. – Rio de Janeiro: Imago Ed., Universidade Federal do Sergipe, 2001, p. 329. (grifos meus)

Como jornalista, historiador e homem de letras, João Francisco Lisboa foi, em suma, um dos mais atuantes e eminentes colaboradores para a consolidação da cultura e da identidade nacional em formação, um exemplar típico do intelectual-literato forjado no Maranhão oitocentista, extremamente valorizado pela escassa *intelligentsia* brasileira, embora detentor de talento e cultura invulgares, bastante acima da mediocridade reinante em todo o país, ao mesmo tempo dotado de humor, ironia e senso crítico, o que o habilitou para realizar uma obra capaz de questionar alguns dos fundamentos da nacionalidade brasileira ainda em processo de constituição e amadurecimento. Era, em síntese, um literato intensamente empenhado em investigar e criticar as bases do *processo civilizatório* brasileiro, cuja marcha pecava por querer pular etapas importantes, sem as quais, no juízo de Lisboa, era impossível o país equiparar-se às grandes nações. O autor do *Jornal de Timon* era, portanto, um dos membros mais ilustres e reconhecidos daquele diminuto círculo de intelectuais brasileiros do século 19, escassa sociedade espiritual sem a qual teria sido impossível a construção e formação da nação do modo como se deu de fato, reconhecimento este expresso em seu necrológio na *Revista Trimensal* do IHGB, através das palavras sumulares de Joaquim Manuel de Macedo:

A reputação de nosso consocio como litterato, philosopho e historiador firmou-se para sempre com o *Jornal de Timon*. (...) E grande foi realmente a perda, porque o nosso finado consocio era um dos mais laboriosos e illustrados membros *d'essa familia muito limitada de homens de letras que escrevem e que pensam tão ao Estado e que tanto fazem por elle*. A vida d'esse distincto varão foi uma sementeira abundante e um campo fertilíssimo: sua morte uma bella sementeira perdida e um campo que se esterilidou.⁷⁹⁶

Após João Francisco Lisboa, com treze anos a mais de idade que seu comprovinciano, a atividade de Francisco Sotero dos Reis como jornalista foi uma das mais importantes para a consolidação da opinião pública e difusão da atividade letrada e do gosto pela leitura na província do Maranhão durante o século 19. Da mesma forma que o autor do *Jornal de Timon*, Sotero dos Reis foi também autodidata, tendo estudado e adquirido vasto conhecimento de literatura, latim e língua portuguesa sem nunca ter freqüentado cursos superiores,

⁷⁹⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Discurso*. In: *Revista Trimensal* do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1863, pp. 936-937. (grifos meus)

e aprendido, como Lisboa, apenas as noções básicas de humanidades durante as escassas e desorganizadas aulas públicas de instrução primária que teve durante a infância. Contudo, ao contrário de Lisboa, jamais saiu de São Luís do Maranhão, sua cidade natal, onde nasceu em 22 de abril de 1800.

As doze anos, foi encaminhado para o trabalho comercial, empregando-se como caixeiro na loja de um parente, dividindo-se entre essa atividade e a fazenda dos pais, no município de Guimarães, interior do Maranhão. Com o desenvolvido gosto pela leitura, solicitou aos pais que continuasse os estudos, entrando depois para a aula pública de latim no Convento de Nossa Senhora do Carmo, onde conheceu Odorico Mendes. Com os progressos manifestados pelo jovem Sotero na língua latina, o Frei Caetano de Vilhena Ribeiro lhe repassou a regência das classes menos adiantadas, até que aos poucos foi assumindo o posto do prelado em suas ausências. Com aplicação, conseguiu concluir o curso de latinidade em pouco tempo, antes de seus colegas, estudando depois retórica e filosofia com o mesmo professor, além de francês e aritmética, estes com o auxílio de amigos e terceiros que se interessaram pelo seu talento. Com a conclusão dos estudos preparatórios, veio-lhe o desejo de estudar em França, onde desejava freqüentar uma faculdade de medicina, mas o prematuro falecimento do pai interrompeu-lhe os planos, que nunca mais foram retomados desde então.

No entanto, tornado antes do tempo em chefe de família, ao lado de sua mãe, resolveu empregar o seu talento e habilitações em alguma atividade rentável, de modo que abriu, em sua própria residência, aulas particulares de latim e francês, com apenas dezoito anos. Pouco tempo depois, o italiano Tiago Carlos de la Rocca fundou em São Luís um colégio de instrução primária, que passou a ser auxiliado pelo governador do Maranhão, o tenente-general Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, em virtude de ser o primeiro estabelecimento daquela natureza a ser criado na província. Em 17 de julho de 1821, Sotero dos Reis foi nomeado pelo mesmo governador para reger no estabelecimento de Carlos de la Rocca a cadeira de gramática latina, depois efetivando-se em 1823 na cadeira pública da mesma disciplina, provido por concurso público, onde logrou o primeiro lugar entre os concorrentes. Foi nesta cadeira que consagrou-se como o melhor professor de latim, literatura e lín-

gua portuguesa da província, tendo depois lecionado para alunos brilhantes como João Lisboa.

Com o tempo, o autor do *Curso de literatura portuguesa e brasileira* ganhou cada vez mais prestígio e reconhecimento junto à sociedade maranhense, tendo sido nomeado durante vários anos como mesário e definidor da Santa Casa de Misericórdia até ser provido, mais tarde, como diretor do *Liceu Maranhense* e primeiro inspetor da instrução pública da província, conforme veremos em momento posterior. Também fez parte dos conselhos gerais da província, sendo eleito deputado provincial em 1832, e reeleito por várias legislaturas seguidas, sobretudo a de 1862-1864, ocupando então o cargo de presidente da Assembléia Provincial. O prestígio e a projeção social de Sotero dos Reis como homem de letras, professor, político e jornalista era, àquele ponto de sua carreira, patente e inquestionável, dada a sua intensa participação diante dos fatos mais importantes da vida e da cultura provinciais. Um exemplo de sua importante atuação como homem público é a conferência realizada no palácio da presidência durante a eclosão da *Balaiada* (1839-1840), quando as principais forças políticas da província foram consultadas pelo recém-empossado presidente Manoel Felizardo de Sousa Melo, em substituição a Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, fato este registrado com bastante ênfase por Domingos José Gonçalves de Magalhães em sua célebre *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão* (1848):

É porém notorio, e os jornaes deram fé, que, em uma noite larga conferencia houve em palacio entre o doutor Joaquim Franco de Sá, juiz de direito da comarca de Alcantara, e do director do Lycêo Maranhense, Francisco Sotéro dos Reis, redactor do *Investigador Constitucional*, o primeiro indicado como opposicionista liberal, o segundo como muito aferrado ao governo forte. A esta conferencia, ocasionada pelo encontro imprevisos dos dous (como ambos confessam em exposições defensivas que pelos periodicos fizeram), assistiu o presidente, que teve a coragem de não proferir palavra, e de em silêncio ouvil-os sem descobrir seu pensamento. Sustentou o dr. Sá a necessidade de se convocar extraordinariamente assembléa provincial, que antes de tempo, e sem haver concluido a lei do orçamento para o financeiro anno de 1840 a 41, se havia encerrado por si mesma. (...) O professor Sotéro, parecendo concordar com isto, queria em troco que passasse igualmente na assembléa provincial a suspensão de garantias, e um credito de vinte contos (outros dizem de oitenta) para despesas occultas, e d'aqui brotou a divergencia entre os dous. Diz-se que o professor Sotero propunha esta medida porque sorrateiramente machinava a quéda do presidente, escrevendo elle e seus amigos para a côrte, pedindo o general Andréa que, por seu character violento e decisivo habituado estava a não respeitar cousa alguma, e contava que o general

*se entregaria todo à gente que o reclamava, e vexaria o partido opposto; e consta que cartas apareceram n'este sentido: o certo é que o presidente Felizardo, pela sua indecisão e docilidade, a nenhum dos partidos convinha. Já o descontentamento apparecia, e pouca confiança n'elle depositavam.*⁷⁹⁷

As afirmações de Gonçalves de Magalhães, dado o seu teor, foram depois refutadas pelo próprio Sotero, segundo Antônio Henriques Leal, “repondo alguns fatos na sua verdadeira luz, e dando com toda a isenção e franqueza a palma da vitória a quem *ele entendia quem era dela merecedor*”.⁷⁹⁸

O fato é que Sotero dos Reis sempre manteve, ao longo de toda a sua atividade como jornalista e homens de letras e, sobretudo, como político, uma atitude conservadora diante das instituições e das leis, expondo em seus artigos e nos periódicos em que esteve à frente da redação uma postura de defesa aberta e irredutível dos princípios contidos na Constituição de sua época, alistando-se, portanto, entre os defensores do governo e das instituições constituídas. Suas idéias, embora expressas com equilíbrio e sensatez, jamais se afastavam dessa posição, sempre encontrando adversários entre os representantes das fileiras liberais, como João Lisboa, que sempre o censuravam por defender os atos dos presidentes da província que aprovava segundo seus critérios pessoais. Para defender as suas posições como político e homem de letras, fundou desde 1825, logo no alvorecer da nacionalidade brasileira, como contemporâneo de Odorico Mendes, o seu primeiro órgão na imprensa maranhense, depois do qual sucederam-se outros. Acompanhemos um pouco esta trajetória à frente de tais periódicos.

Sua longa e intensa atividade como jornalista começou ao mesmo tempo em que seu ingresso na carreira do professorado. Sua primeira aparição na imprensa foi justamente no *Argos da Lei*, de Odorico Mendes, em março de 1825, anunciando a publicação de um periódico com o título de *Miscelânea Político-Literária*, em sociedade com o senhor Raimun-

⁷⁹⁷ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. In: Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Segunda série; tomo terceiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1848, pp. 284-285. Vide também em MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. Notas de Antônio Henriques Leal. 6ª edição. – São Paulo: Siciliano, 2001. Sobre esta refutação de Sotero, comentaremos mais adiante em capítulo posterior.

⁷⁹⁸ LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses já falecidos*. 2ª. Edição, Tomo I. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, p. 74.

do da Rocha Araújo, solicitando aos “concidadãos [...] concorrer com as uteis assignaturas à Loja de Ramos Irmãos & companhia, onde deverão ser dadas e recebidas com aquelle gosto e enthusiasmo, que fortemente inspira, em nobres e briosos corações, o dezejo de aproveitar e fazer bem”.⁷⁹⁹ Como não conseguiu o número desejado de assinantes para a impressão do periódico, desistiu do projeto para criar outro jornal, intitulado *O Maranhense*, um hebdomadário que foi publicado com seus próprios recursos, ainda nesse mesmo mês. Em 1831 substituiu *O Maranhense* pelo *O Constitucional*, no qual foi colaborador o seu amigo Odorico Mendes, e onde ambos defendiam a moderação e o abandono das antigas tensões e rivalidades entre portugueses e brasileiros, após a abdicação de D. Pedro I. Em 1836 passou a redigir *O Investigador Maranhense*, impresso na tipografia de F. S. N. Cascais, cuja publicação foi encerrada em 1839, substituída em janeiro de 1840 pela *A Revista*. Este periódico é considerado o mais importante publicado por Sotero dos Reis, em virtude de ter sido o veículo de seus mais célebres artigos de crítica literária, onde apresentou vários escritores nacionais ao conhecimento da opinião pública maranhense, sobretudo Gonçalves Dias, com um célebre artigo intitulado *O desabrochar do talento*, publicado no número 296, de julho de 1845. O entusiasmo e a comoção de Sotero dos Reis pela poesia de Gonçalves Dias foram tão grandes que o professor e jornalista maranhense não teve a menor dúvida em lhe fazer elogios de irrestrita admiração pelo seu talento:

O hino ao *Mar* é, em nossa opinião, uma peça lírica tão grandiosa, animada e variada, como o seu objeto; uma obra digna dos melhores mestres.

(...) Impossível é desconhecer neste ensaio o indelével cunho do gênio, ou dessa força de concepção e enunciação tão incomensurável e tão eficaz, que não conhece no seu alcance outros limites senão aqueles que ofram marcados à humana inteligência, dessa potência de compreensão e de execução, que abrangendo o tempo, e o espaço, e o infinito, remonta-se das raias da existência até as regiões desconhecidas do possível para beber nas fontes da criação e de vida as divinas inspirações da poesia (...). O Sr. Gonçalves Dias, pois, que se dá a conhecer por tais ensaios (*A Inocência* e *a Idéia de Deus*), e faz a sua entrada no mundo literário debaixo de tão felizes auspícios, é um engenho de finíssima têmpera, um engenho que sem dúvida há de honrar o nome brasileiro, se continuar a trilhar a carreira poética. E tanto menos suspeito deve ser este tributo de justa admiração que pagamos ao talento que desponta em todo o esplendor da sua aurora, por isso que nem de vista sequer conhecemos ao ilustre aluno das musas e a quem saudamos com o *Macte virtute esto!*⁸⁰⁰

⁷⁹⁹ ARGOS DA LEI. Número 16. Terça-feira, 1 de Março de 1825. São Luiz: Typographia Nacional, p. 4.

⁸⁰⁰ Citado por LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, Tomo II, p. 36.

Esta, que seria a primeira grande crítica ao bardo de *I-Juca-Pirama*, foi precedida pela publicação de alguns poemas, naquele mesmo ano, sem autorização do autor, no *Jornal de Instrução e Recreio* (1845), periódico literário e estudantil do *Liceu Maranhense*, com a colaboração dos amigos de Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, que escreviam para o periódico. O que calhou mesmo foi o fato de que o redator do *Jornal de Instrução e Recreio* era Sotero dos Reis, então diretor do Liceu.

A *Revista* deixou de circular em 1850. No ano seguinte, Sotero dos Reis começa a escrever para o *Correio dos Anúncios*, cujo nome foi substituído em 1862 por *O Constitucional*. Estes dois últimos periódicos foram impressos e patrocinados pela tipografia da Temperança, de Manuel Pereira Ramos, em São Luís. O *Constitucional* manteve linha editorial semelhante ao seu homônimo anterior (1831), publicado por Sotero e Odorico Mendes, defendendo idéias de conciliação e defesa da constituição. Contudo, em 1854, o ilustre professor maranhense é convidado para dirigir a redação do jornal *O Observador*, fundado em 1847 por Cândido Mendes de Almeida, que mantinha a sua própria tipografia em São Luís. Permaneceu dois anos à frente do *Observador*, quando passou a redigir, em 1856, o jornal oficial da província, o *Publicador Maranhense*, de Inácio José Ferreira, proprietário da tipografia onde era impresso. Conservou-se nesse órgão de imprensa até 1861, quando abandonou o jornalismo, dedicando-se somente à carreira de professor, literato e filólogo, segundo Antonio Henriques Leal, como resultado de pressão política do presidente da província à época.

Dentre as rivalidades que Sotero dos Reis sustentou enquanto manteve a atividade como jornalista, a mais célebre foi sem dúvida com João Francisco Lisboa. Como defendiam idéias políticas e intelectuais discordantes, por mais de uma vez trocaram farpas na imprensa maranhense, sobretudo no episódio da *Balaiada*, em que os correligionários de Sotero, com o objetivo de desprestigiá-los junto à opinião pública, apontaram os liberais como os líderes intelectuais da sedição, entre os quais o autor do *Jornal de Timon* seria o mais destacado. Contudo, o temperamento bem mais cordato de Sotero, segundo Antonio Henriques Leal, embora influenciado nos momentos de maior exaltação política pela opinião de seus colegas de partido – em que pese o panegírico do autor do *Pantheon Maranhense* –,

sempre evitou que o professor do *Liceu* chegasse aos extremos da falta de cordialidade e respeito entre ambos, de modo que, ao que tudo indica através da leitura de seus textos, nunca deixou de manifestar admiração pelo talento e caráter de seu ex-aluno e êmulo político e intelectual. Antes de publicar o seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, em que dedica um capítulo a João Francisco Lisboa, Sotero já havia retratado sua opinião publicamente sobre o autor do *Jornal de Timon*, no número 38 do *Publicador Maranhense*, de 16 de fevereiro de 1861, em resposta a um ataque de seus opositores no periódico intitulado *Moderação*:

Pois não é ainda hoje o Sr. J. F. Lisboa uma de nossas primeiras capacidades jornalísticas, como o atestam não só os seus escritos sérios, mas até aqueles inimitáveis retratos em que rivaliza com Cormenin, que os não faz decerto melhores, ou uma verdadeira notabilidade literária, para dizer tudo?⁸⁰¹

Como quer que seja, a importância de Sotero junto à opinião pública maranhense deve-se ao fato de sua inegável contribuição para a formação do gosto literário da época, com seus artigos de crítica literária e a divulgação e estímulo dos talentos locais e nacionais. Ao lado de sua intensa e destacada atividade como latinista, filólogo e historiador da literatura, que comentaremos com mais pormenor em capítulo posterior, a sua atuação como jornalista exerceu grande influência sobre os fatos públicos da província, ajudando a consolidar a fama do Maranhão como um celeiro de intelectuais e homens de letras, com repercussão nacional, sem jamais ter saído de sua terra natal. Seu nome, apesar disso, conseguiu alguma projeção fora dos limites provinciais, sobretudo em 1856, quando publicou em folhetos a biografia do falecido presidente da província Eduardo Olímpio Machado, que teve uma notável atuação à frente da instrução pública maranhense. O texto chamou atenção dos sócios do IHGB, que foi depois transcrito na *Revista Trimensal* do instituto, com o seguinte comentário de rodapé:

O presente trabalho biographico, que julgamos digno de figurar nas paginas da *Revista Trimensal*, é devido a penna de um distinto litterato e escriptor de não vulgar merecimento da provincia do Maranhão, a respeito do qual expressou-se assim o *Correio Mercantil*, folha diária d'esta côrte: "Obrigado a uma vida labo-

⁸⁰¹ Citado por LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, Tomo I, p. 78.

riosa para se manter – sem recursos materiaes para sahir do limitado horizonte provincial – o sr. F. Sotero dos Reis, apesar de seus talentos e estudos litterarios, é apenas conhecido por uma ou outra pessoa, que haja passado pelo Maranhão. E no emtanto, quer no conhecimento e uso da lingua portugueza, quer na lição dos classicos das principaes litteraturas, é elle um digno compatriota de Timon, de Odorico Mendes, de Gonçalves Dias.”⁸⁰²

A imprensa maranhense conheceu ainda, no entanto, um grande número de outros jornalistas e periódicos com intensa atividade não somente na capital da província, mas também pelas cidades do interior do Maranhão. Foram muitos os jornais e revistas postos em circulação, sobretudo em virtude, conforme expusemos em capítulo anterior, do significativo crescimento do parque tipográfico instalado principalmente em São Luís. Nesta fase de prosperidade e crescimento do jornalismo maranhense, é possível enfatizar a atuação de alguns importantes periódicos literários, a maioria com uma duração muito breve, mas que foram decisivos para a consolidação do *mundo literário* da província, uma vez que ofereceram espaço para a publicação da abundante produção poética que o Maranhão conheceu logo após a criação de um parque tipográfico.

No ano de 1845, surge o *Jornal de Instrução e Recreio*, uma revista criada pela *Associação Literária Maranhense*, fundada naquele mesmo ano e composta pelos estudantes do *Liceu Maranhense*, entre os quais constavam inicialmente Luís Antônio Vieira da Silva, Antônio Henriques Leal, Pedro Guimarães, Augusto Frederico Colin, Augusto César dos Reis Raiol, entre outros. Mais tarde, em sessão ordinária de 11 de maio de 1845, a *Associação Literária Maranhense* ampliou o seu quadro de associados, aprovando, entre outros, como membros honorários, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Antonio Gonçalves Dias e José Ricardo Jauffret.⁸⁰³

O *Jornal de Instrução e Recreio* foi o primeiro órgão oficial de imprensa da entidade, cujo primeiro número saiu a 25 de fevereiro daquele ano. Pode-se contar, portanto, esta revista como o primeiro periódico exclusivamente literário publicado no Maranhão, uma vez que, apesar de muitos de seus artigos versarem sobre ensino, métodos e sistematização

⁸⁰² REIS, Francisco Sotero dos. *Biographia dos brasileiros illustres pelas sciencias, letras, armas e virtudes: Eduardo Olympio Machado*. In: Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, p. 607.

⁸⁰³ JORNAL DE INSTRUCÇÃO E RECREIO. Anno 1, número 8. Vol. 1º. São Luís: Typographia Maranhense, 1 de junho de 1845, p. 57.

de estudos, era uma revista de belas-letas, escrita por literatos. Em suas páginas foram publicados os primeiros poemas de Gonçalves Dias, que, conforme vimos anteriormente, foram objeto da primeira grande apreciação de crítica literária obtida pelo então jovem bardo maranhense, escrita por Sotero dos Reis. Além de poemas e contos, o periódico também publicou artigos sobre assuntos diversos, como historiografia, moral, artes, religião, biografias, e anúncios. O *Jornal de Instrução e Recreio* circulou até o ano seguinte, mensalmente, quando foi extinto e substituído pelo *O Arquivo*, órgão da mesma associação, em 28 de fevereiro de 1846.

A publicação científica e literária *O Arquivo* contava, em geral, com cerca de 20 páginas de texto a cada número, tendo como objetivos a divulgação das letras, ciências e do gosto pela instrução entre os maranhenses. Nos nove números impressos, foram publicados artigos sobre os mais diversos assuntos: literatura, teatro, boletins bibliográficos, historiografia, história natural, economia, política, fisiologia, tecnologia, teologia, notícias e variedades, crítica literária, fragmentos de romances, novelas, contos, traduções e poemas. Contudo, o assunto dominante era mesmo o literário. Somente no primeiro número havia uma seção dedicada exclusivamente a artigos científicos, depois abolida nos números seguintes. Na época em que *O Arquivo* foi editado, o presidente da *Associação Literária Maranhense* era Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, amigo íntimo de Antonio Gonçalves Dias, então membro efetivo da entidade, que assina a introdução do primeiro número, onde consta a linha editorial do periódico:

A ASSOCIAÇÃO LITERARIA MARANHENSE – esta empresa de alguns man-
cebos corajosos, que affrontrando obstáculos e dificuldades, tentaram espalhar
pela massa de seus comprovincianos – não a instrucção, porém o desejo de instruir-se; não a sciencia, porém o amor d’ella...

(...)

Fieis ao nosso primeiro programma, o nosso fim continua a ser = A INSTRUCCÃO E O RECREIO = sómente forcejaremos para offerecer aos nossos leitores instrucção mais solida e recreio mais variado. Augmentámos o volume da nossa folha litteraria – de ora avanta haverá logar nas nossas columnas para todos os artigos de sciencias, quer sejam philosophicas – quer positivas, quer abstractas. – Não faremos disertações profundas – não faremos descobertas maravilhosas – não nos entranharemos no dedalo das sciencias para lhes desnudarmos os nervos com o escarpello da critica – não innovaremos em uma palavra, porem as nossas ideas serão simplices, as nossas palavras expressivas – e os nossos artigos accommodados a todas as capacidades; - porque, nós o repetimos, nosso fim não é

aperfeiçoar as sciencias (longe de nós tal arrojo) é sim propagar o amor della – o amor do estudo – o amor da instrucção.⁸⁰⁴

Nas páginas de *O Arquivo* é que se pode contar efetivamente o início da carreira literária de Gonçalves Dias, não apenas como membro efetivo da *Associação Literária Maranhense*, mas como colaborador assíduo do periódico, pois os poemas publicados no *Jornal de Instrução e Recreio*, segundo Antonio Henriques Leal, um ano antes, o foram sem a devida autorização e o conhecimento do vate maranhense. A partir do primeiro número de *O Arquivo*, a presença de Gonçalves Dias na equipe de redação da revista literária passa a ser uma constante, nela publicando algumas peças importantes, como os poemas *Os seus olhos*, *A Escrava* e *Te Deum*, os fragmentos do romance inacabado *Memórias de Agapito*, alguns artigos de crítica teatral, intitulados *Revista Dramática*, e algumas traduções da literatura francesa. Deve-se, portanto, aos dois periódicos da *Associação Literária Maranhense* a estréia e o reconhecimento do autor de *I-Juca-Pirama* em letra impressa, como também de seu futuro biógrafo, Antonio Henriques Leal, e o vindouro antagonista deste último, Frederico José Correia.

Deste modo, a fundação da *Associação Literária Maranhense* e de seus dois periódicos foram acontecimentos da maior importância para as belas-lettras da província, ao menos pelo motivo de ter trazido a lume o maior talento poético maranhense do século 19, considerado por igual um dos melhores poetas brasileiros de todos os tempos. Por outro lado, o *Jornal de Instrução e Recreio* e *O Arquivo* foram veículos essenciais para a formação de uma primeira geração de literatos bastante ativos no Maranhão do período e na consolidação de uma literatura produzida por literatos maranhenses muito conscientes de seus papéis como criadores e difusores da cultura letrada, contribuindo para a grandeza da cultura nacional dentro e fora da província. Além disso, os dois periódicos maranhenses adotaram como modelo algumas publicações do mesmo gênero que, desde 1831, surgiram em todo o país, sobretudo a *Revista da Sociedade Filomática* (1833) e a célebre *Revista Niterói* (1836). Os traços editoriais destes periódicos foram reproduzidos nos órgãos de imprensa literária do Maranhão, sobretudo no que diz respeito ao orgulho patriótico, o objetivo de

⁸⁰⁴ O ARCHIVO: JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO. São Luís: Typographia Maranhense, 28 de fevereiro de 1846, p. 1.

levar educação e cultura aos leitores, através de um conjunto copioso e variado de artigos, com informações que abrangiam o cultivo das belas-letas, das artes em geral e das ciências, dedicando-se também à economia política, novidades tecnológicas e científicas, notícias estrangeiras e nacionais, sempre com a preocupação de fomentar o debate intelectual sobre a realidade econômica, política e cultural do país. Além disso, pela própria natureza de vulgarização que estes periódicos tinham, havia uma acentuada preocupação em escrevê-los com uma linguagem culta, mas simples, acessível e atraente.

Com o encerramento das atividades de *O Arquivo*, o grupo fundador da *Associação Literária Maranhense* dissolve-se, para depois reorganizar-se em outras entidades e periódicos, como o *Jornal da Sociedade Filomática Maranhense* (1846), órgão cuja breve duração acabou por denominá-lo posteriormente como *Revista da Sociedade Filomática*, como sua homônima paulista, em razão do espaçado intervalo de sua circulação.⁸⁰⁵ O primeiro número data de outubro de 1846 e o segundo de junho do ano seguinte. A *Sociedade Filomática Maranhense* foi fundada por Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Silva Maia, Fábio Reis, Raimundo Matos, Manuel Vilhena e Gomes Belfort, entre outros, e instituiu preleções científicas e literárias no salão da Câmara Municipapl de São Luís, uma vez por semana, aos domingos. O *Jornal da Sociedade Filomática Maranhense*, apesar de ter sido também um dos espaços existentes para a publicação da produção literária que teve lugar no Maranhão nesse período, teve seus dois números consagrados, na maior parte de suas páginas, a artigos de caráter e assuntos científicos, sobretudo agrícolas. Extinto o órgão, o mesmo grupo depois vai redigir e colaborar, sob a direção de Pedro Nunes Leal, com a *Revista Universal Maranhense* (1849-1850), jornal literário cujo maior interesse é a tradução inacabada de *Os Lusíadas* em alexandrinos franceses, realizada por José Ricardo Jaufrett, cujo episódio do gigante Adamastor foi depois republicada no *Parnaso Maranhense* (1861).

Outro periódico literário de alguma importância para a consolidação do mundo literário no Maranhão oitocentista foi o *Eco da Juventude* (1864-1865), “publicação dedicada à litteratura” que reuniu um conjunto menos expressivo de literatos que ocupavam o cenário das belas-letas maranhenses, entre os quais se destacava a professora e escritora Maria Firmina dos Reis, autora do romance de tema abolicionista *Úrsula* (1859), considerado a

⁸⁰⁵ SERRA, Joaquim. *Op. cit.*, p. 44.

primeira ficção do gênero escrita por uma brasileira e um dos primeiros romances de autoria feminina no Brasil. No *Eco da Juventude* a ficcionista e poeta maranhense publicou alguns poemas e a pequena ficção em forma de folhetim *Gupeva, romance brasiliense*, publicada entre os números 14 e 17 do periódico. Chama também atenção a publicação da série de artigos intitulados *Bosquejos de literatura brasileira*, assinado pelo colaborador R. Lemos, um dos mais assíduos do periódico. O autor, bastante influenciado pelo pensamento filosófico, talvez seja o mais eminente discípulo de Victor Cousin no Maranhão, professando em seus textos o ecletismo cristão típico dos intelectuais e literatos do período joanino e da primeira regência no Brasil, a exemplo de Monte Alverne e Gonçalves de Magalhães. Em seus *Bosquejos de literatura brasileira*, o pesquisador maranhense procura demonstrar a tese romântica da emancipação da literatura brasileira ainda no século XVIII, a partir do grupo mineiro formado por Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto, seguindo de perto as idéias de Cousin, Villemain e Guizot:

Ha no seculo XVIII duas faces, duas feições distinctas: a frente e o reverso, o bom e o máo promiscuamente. A Historia o conserva e o transmite com suas bellezas e horrores, seus bens e males.

“A Historia, observa Victor Cousin, não diz somente o bem, refere também o mal; assim o deve fazer, mas não abafar o bem sob a descrição do mal; deixo portanto as extravagancias aos extravagantes, os crimes aos criminosos, e affasto os olhos desse sangue, e desse tremedal...”

(...) confessamos, porém, com Villemain e Guizot, ser o seculo XVIII um dos maiores que há apparecido no mundo.⁸⁰⁶

.....

.....

Um sabio francez, litterato e philosopho, Mr. Cousin, diz: Se o seculo XVIII é um seculo da dissolução, não será um seculo da poesia, porque a poesia é a expressão, a voz harmoniosa, e por assim dizer, a flor de um estado de couzas fixo e estabelecido; esta flor não podia desabrochar no meio de uma crise. (...)

(...)

Gonzaga, Costa e Alvarenga formão uma epocha de gloria, e de lagrimas, para a litteratura, e para a patria. *Se exigem da historia um lugar distincto como poetas e homens de letras, não será inferior como zelladores da liberdade publica, visto que forão elles, e mais alguns bravos, que ensaiarão tentativas de emancipação.*⁸⁰⁷

⁸⁰⁶ ECHO DA JUVENTUDE. *Publicação dedicada à litteratura*. São Luís: Typographia de B. de Mattos, 8 de janeiro de 1865, número 5, p. 33 da coleção.

⁸⁰⁷ *Idem, ibidem*, 19 de fevereiro de 1865, número 11, pp. 85-86 da coleção.

O periódico literário *Eco da Juventude* circulou durante 24 números, contando sempre com oito páginas semanais, e abordava temas relacionados à literatura, à filosofia, à religião, à geografia, à história e à instrução pública no Maranhão. Em suas páginas também se fez ardente defesa da memória de Gonçalves Dias, dando início a uma campanha pela construção de um monumento em homenagem póstuma ao vate maranhense que, segundo um dos redatores, “não era somente desta abençoada parte do Imperio, era do Brazil”.⁸⁰⁸ O *Eco da Juventude*, portanto, era um dos índices do processo de maturação e fixação das tradições literárias e intelectuais maranhenses, possuindo o seu panteão de nomes célebres, dos quais já se orgulhava a província.

Outros órgãos menos expressivos foram ainda publicados ao longo desse período de formação da identidade cultural e literária da província, como *A Marmota Maranhense* (1851), periódico recreativo e literário mantido inicialmente por Inácio José Ferreira, da Tipografia Constitucional, depois publicado por Manuel Pereira Ramos, da Tipografia da Temperança, ambas de São Luís. Teve como modelo *A Marmota da Corte* (1849-1861), de Francisco de Paula Brito, que também inspirou o semanário *A Marmotinha* (1860). Ambos publicavam uma grande variedade de artigos literários, crônicas locais, poemas e textos de conteúdo jocoso e recreativo. Muitos outros periódicos de curta duração, de conteúdo literário e recreativo, foram publicados ao longo do século 19 do Maranhão, todos de curta ou curtíssima duração, em uma copiosa oferta de espaços destinados à vazão da produção literária da província. Através destes jornais e revistas, o Maranhão conheceu uma profusão incontável de versejadores, ficcionistas, articulistas e biógrafos de homens de letras e ciências. A maior parte destes intelectuais e literatos foram depois reunidos no *Parnaso Maranhense*, onde se pode ter uma idéia da considerável quantidade de cultuadores da arte poética que surgiu na província maranhense ao longo do século XXI, mesmo sem considerar todos os nomes. Entre os mais representativos, é possível citar, por ordem alfabética, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Marques Rodrigues, Antonio Joaquim Franco de Sá, Augusto César dos Reis Raiol, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Antonio César de Berredo, Augusto Frederico Colin, Francisco Sotero dos Reis, Frederico José Correia, Felipe Franco de Sá, Francisco Sotero dos Reis Júnior, Gentil Homem de Almeida Braga, João Duarte Lis-

⁸⁰⁸ *Idem, ibidem*, 11 de dezembro de 1864, número 1, p. 2 da coleção.

boa Serra, José Ricardo Jauffret, Joaquim Maria Serra Sobrinho, Joaquim de Sousa Andrade, João Antonio Coqueiro, Luiz Antonio Vieira da Silva, Manoel Odorico Mendes, Maria Firmina dos Reis, Raymundo Brito Gomes de Sousa e Trajano Galvão de Carvalho. A grande maioria não possuía habilidades poéticas excepcionais, equilibrando-se mais ou menos no nível da mediocridade, às vezes com algum destaque, com a única menção inequívoca de mérito e talento a Gonçalves Dias.

Contudo, dentre os jornalistas literários que teve o Maranhão, destaca-se entre todos o nome de Joaquim Maria Sobrinho Serra, professor, político, jornalista, tradutor, poeta e teatrólogo que participou intensamente da campanha da abolição da escravatura, defendendo-a à frente de diversos periódicos. Iniciou-se na imprensa em 1859, com 24 anos de idade, colaborando, no Maranhão, na redação de *Ordem e Progresso*, e depois em *O Publicador Maranhense*, *A Imprensa* e *A Coalizão*. Sua atividade como jornalista não se restringiu, no entanto, somente à província. Na capital do império, quando para lá se transferiu em 1868, prosseguiu em suas atividades jornalísticas, escrevendo para *A Reforma*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, sobretudo para o *Abolicionista*, tendo ainda dirigido o *Diário Oficial do Império*. No Rio de Janeiro tornou-se também bastante conhecido, sobretudo no circuito literário, devido à sua atividade como literato e tradutor, tendo se tornado íntimo de vários escritores cariocas influentes do período, como Joaquim Nabuco e Machado de Assis. Entretanto, adquiriu grande celebridade como propagandista da abolição, lutando ao lado de Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva e outros. De sua copiosa produção literária destacam-se as obras *Um coração de mulher* (1867), o livro de poemas *Quadros* (1873), várias peças teatrais e as memórias *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão* (1883), na qual descreve panoramicamente a história da imprensa jornalística maranhense entre 1820 e 1880. A respeito de sua intensa atividade como abolicionista, Joaquim Nabuco destaca:

Outro com quem vivi até sua morte em grande aproximação de idéias, foi Joaquim Serra. Desde 1880 até a abolição ele não deixou de passar um dia sem a sua linha... (...) Renunciando os primeiros lugares, ele mostrava, entretanto, de mais em mais uma agudeza de vista e uma clareza de expressão dignas de um verdadeiro líder. (...) Serra era um espírito político, mas acima do seu partido, do qual fora durante a oposição o mais serviçal dos auxiliares, colocava a nossa causa comum com uma sinceridade íntima que nunca foi suspeitada... “Passamento do grande Joaquim Serra, escreve Rebouças no seu *Diário* de 29 de Outubro de 1888, companheiro de Academia em 1854 e de luta abolicionista de 1880-1888, o

publicista que *mais* escreveu contra os escravocratas” – “Ninguém fez *mais* do que ele, escrevia Gusmão Lobo por sua morte... e quem fez *tanto*...?”⁸⁰⁹

Sua mais significativa contribuição para as belas-letas deu-se, no entanto, ainda na província, com a fundação do *Semanário Maranhense* (1867-1868), importante periódico literário da segunda metade do século 19, responsável pela publicação e reconhecimento da copiosa produção de toda uma nova e importante geração de intelectuais e literatos maranhenses, após o desaparecimento de Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Gomes de Sousa e Trajano Galvão de Carvalho, no período de apenas dois anos, entre 1863 e 1864, como, aliás, atesta o seu próprio editorial de fundação: “Se a grande phalange dos talentos de primeira ordem, que era a vanguarda illustre do Maranhão, jaz hoje quase aniquilada pelo braço da morte; muita intelligencia e opulenta ahi se levanta para reatar o fio das gloriosas tradições.”⁸¹⁰

Contudo, o periódico de Joaquim Serra conseguiu também reunir em suas páginas os homens de letras remanescentes e significativos daquele período, além dos novos talentos que foram surgindo. Dos mais velhos, destacam-se Francisco Sotero dos Reis, Antonio Henriques Leal, Gentil Homem de Almeida Braga, Joaquim de Sousândrade, César Augusto Marques, Antônio Henriques Leal, Pedro Nunes Leal, e, entre os mais jovens, Teófilo Dias e Celso Magalhães. O *Semanário Maranhense* tinha, portanto, uma perfeita consciência do importante papel de divulgação e reconhecimento que desempenhava junto às letras e à vida cultural da província, chamando para si a toda a tradição local fundada sob o discurso da literatura, ciências e artes, já consolidado como algo típico da identidade maranhense:

O *Semanario Maranhense* é um jornal modesto.

(...); apenas quer ser o archivo, onde se encontrem vestigios dos esforços empregados por alguns filhos desta terra, em bem da litteratura e das artes.

(...)

Esta provincia é rica de talentos e de vocações.

Entre todas as suas irmãs é ella a que se dedica com mais escrupulo e seriedade a estudos litterarios; é aquella que apresenta com orgulho vultos taes como

⁸⁰⁹ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Prefácio de Carolina Nabuco. Clássicos Jackson. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1949, p. 255. (grifos do autor)

⁸¹⁰ SEMANÁRIO MARANHENSE. Anno I, número 1. São Luís: Typographia de B. de Mattos, 1 de setembro de 1867, p. 1.

Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa, Sotero dos Reis e outros na república das letras; e Joaquim Souza e Custodio Serrão nas sciencias.

Já houve quem a chamasse de Athenas brasileira, e o nome conferido em tão solemne baptismo, não foi nunca contestado nem posto em duvida, pelos que conhecem a abençoada terra.⁸¹¹

O periódico fundado por Joaquim Serra tinha como objetivo central, deste modo, a vulgarização do gosto pelas letras e ciências nacionais, tornando-se um instrumento não apenas de publicidade literária, mas especialmente, em um país onde o livro ainda não era o meio mais eficaz de difusão da cultura letrada, uma ferramenta poderosa a serviço do processo civilizatório e de inculcação das tradições locais. Com isto, assumiu a missão de oferecer as suas páginas como foro adequado para que as artes e as ciências, sobretudo a literatura, ocupassem um espaço privilegiado na pauta da opinião pública da província, transformando-se na “arena onde venhão ensaiar as forças todos aquelles que estão dispostos a trabalhar” em um “jornal litterario (...) que represente a aspiração dos que se interessão pelo progresso e engradecimento da litteratura patria”,⁸¹² tendo como modelos periódicos literários publicados no Maranhão, como o *Jornal de Instrução e Recreio*, *O Arquivo* e a *Revista Universal Maranhense*. Como se vê, em torno do *Semanario Maranhense* ergueu-se o discurso de exaltação da inteligência local, especialmente como construtora da identidade e cultura nacionais, a partir da cultura da província, o que certamente lhe valeu a palma de primeiro órgão de imprensa maranhense a apontar para o rastro de tradição deixado pelos homens de letras e intelectuais que precederam o surgimento do periódico, apontados como os pais fundadores das letras e das ciências do Maranhão, legitimando assim, em definitivo, o mito oitocentista da “Athenas Brasileira”.

Assim, com uma linha editorial acentuadamente voltada para o cultivo das belas letras e da cultura locais, sem descuidar do patriotismo, mas sempre com um pé fincado no orgulho das “tradições” provinciais, o *Semanário Maranhense* pôs à disposição de seus leitores um conjunto de artigos e peças literárias bastante diversificado, entre contos, novelas, artigos de interesse historiográfico e econômico, poemas, crônicas, crítica literária, preleções, cursos, entre outros. Nas páginas do periódico se publicaram alguns poemas da pro-

⁸¹¹ *Idem, ibidem.* (grifos do autor)

⁸¹² *Idem, ibidem.*

fessora e escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, dando sinais da abertura que o órgão tinha com intelectuais femininos. O periódico maranhense também teve um destacado papel na tentativa de introduzir no Maranhão o gosto pela literatura folhetinesca, assim como acontecia no Rio de Janeiro. Entre os autores que mais trabalharam neste sentido, destaca-se Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa, que publicou no *Semanário* o “esboço de romance” intitulado *Jacy*, com 14 capítulos, o romance *Os amigos*, com 25 capítulos, e a novela *Jovita*, com apenas 3 capítulos, fundando praticamente a novelística da província, uma vez que outros prosadores de ficção virão somente após ele, embora Gonçalves Dias houvesse trabalhado desde 1842 em suas *Memórias de Agapito*. Outros dois folhetins publicados nas páginas do *Semanário*, porém de caráter não-ficcional, são as duas seções intituladas *Crônica Interna* e *Crônica Externa*, cujas autorias, respectivamente, são de Joaquim Serra e Gentil Braga, sob os respectivos pseudônimos de Pietro de Castellamare e Flávio Reimar. O *Semanário Maranhense*, porém, não se restringiu somente à divulgação dos numerosos talentos da província. Em suas páginas circulou, por igual, algumas peças de escritores e homens de letras de renome nacional e autores de outras nacionalidades, entre os quais se destacam José de Alencar, José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Maria Machado de Assis, Giuseppe Garibaldi e Heinrich Heine, alguns com os quais, como Machado de Assis, Joaquim Serra travaria conhecimento e gozaria de proximidade e prestígio no Rio de Janeiro. De José de Alencar foi publicada a carta *Um poeta*, endereçada a Machado de Assis, na qual se apresentava Castro Alves ao escritor carioca como um brilhante jovem poeta. Já Machado de Assis publicou nas páginas do periódico literário maranhense a tradução do poema de Alexandre Dumas Filho, *Estâncias a Emma*, depois republicado em *Falenas* (1870).

O fato é que o *Semanário Maranhense* pôde projetar a sua influência como periódico literário para além das fronteiras do Maranhão, tornando-se, durante o breve intervalo de sua existência, um órgão vital para a divulgação das letras locais e nacionais, através do qual vibrou o fulcro das realizações de uma geração que nascia sob o signo de um passado recente em que os filhos mais ilustres da província foram alguns dos mais destacados atores na luta pela consolidação da pátria e da identidade cultural da nação. No entanto, devido à brevidade de sua duração, encerrando as suas atividades assim que Joaquim Serra transfe-

riu-se para o Rio de Janeiro, não pôde atingir plenamente os objetivos traçados pelo seu fundador, que ambicionava reproduzir no Maranhão a mesma agitação da imprensa literária da corte, com revistas e periódicos voltados exclusivamente para a difusão e consolidação da literatura, artes e ciências:

O *Semanario Maranhense* não passou de tentativa malograda, e alguns pequenos jornaes de litteratura fugitiva, fundados por estudantes do Lyceu, de escassa circulação e existencia fugaz, por forma alguma representam a grande vitalidade intellectual e a superioridade de estudos litterarios dos jornalistas maranhenses.

Esparso pelos periodicos politicos, neutros, e commerciaes é que se encontram os melhores trabalhos, os mais recommendaveis títulos dos litteratos que militaram na imprensa jornalística.

O Maranhão bem que poderia ter possuido revistas de tão alta importancia como essa de que gozaram no paiz a *Minerva Brasiliense* ou a *Guanabara*, publicadas na capital do imperio.

Sobravam-lhe elementos para isso.⁸¹³

Como quer que seja, a imprensa maranhense havia atingido um inequívoco processo de maturação durante o século 19, e os jornais e as revistas literárias e científicas, mesmo com duração efêmera, haviam sido incorporados à cultura e à vida social da província, principalmente na capital, São Luís. Sobretudo após a Maioridade observa-se, em todo o país e também no Maranhão, que a qualidade dos periódicos melhora de maneira considerável, uma vez que a agitada atividade política que teve palco entre 1822 e 1840 deu lugar, após o começo do segundo reinado, a um período longo de relativa calma e paz entre os partidos políticos, diminuindo assim a profusão de pasquins e jornais partidários, cujas linhas editoriais, com artigos apaixonados e polêmicos, diminuía os predicados dos textos publicados. Além disso, nessa época os periódicos já podiam contar com um público relativamente cativo, e, em virtude do crescimento da indústria tipográfica e do aumento da oferta de espaços destinados à publicação de textos diversos e propaganda comercial, com uma distribuição razoavelmente melhor e preços mais baixos. Coadjuvada pelo grande parque tipográfico à sua disposição, a imprensa maranhense, em resumo, instalou-se em definitivo no coração da sociedade, ajudando a formar e consolidar a opinião pública não somente no que diz respeito ao debate político, mas também em relação ao gosto literário, artístico e

⁸¹³ IGNOTUS (SERRA, Joaquim), *Sessenta annos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880)*, 3ª. ed. São Paulo, 2001, p. 62. 1ª. ed. em 1883, no Rio de Janeiro, por Faro & Lino.

mundano, divulgando, por igual, assuntos relativos à instrução pública, à ciência e à filosofia.

Ao lado da imprensa, no entanto, atuou com a mesma intensidade e importância um quadro apreciável de instituições de difusão de cultura letrada, tais como teatros, bibliotecas, livrarias, escolas, inegáveis coadjuvantes do *processo civilizatório* iniciado pelas sociedades, instituições culturais e outras iniciativas do gênero que conheceu o Maranhão. Passemos a abordá-las, a fim de conhecermos melhor as características culturais dos maranhenses, especialmente de São Luís, e sabermos onde e como se educavam, como tinham acesso aos bens de cultura, espaços destinados ao lazer e ao entretenimento, como adquiriam livros e qual foi o papel desempenhado pela instrução pública. Vejamos, portanto, como se deu o *habitus* cultural da província maranhense.

2.1.7. As instituições de difusão da cultura letrada no Maranhão: teatros, bibliotecas, livrarias

A FIM DE COMPREENDER a formação de uma classe letrada no Maranhão, é necessário detalhar os melhoramentos quanto ao consumo de bens culturais e a difusão da cultura letrada, especialmente o impacto de iniciativas públicas e privadas nestes setores e seu alcance sobre a população da capital maranhense, laboratório civil da elite local. Deste modo, com o incremento da economia algodoeira e os lucros gerados por ela, já não era mais possível viver no Maranhão sem ostentar alguns luxos que eram, até então, somente possíveis de ser vistos e experimentados na metrópole. Era muito dispendioso, mesmo com a vantagem de uma relativa proximidade com a Europa, realizar viagens constantes à corte portuguesa, a fim de acompanhar as novidades das casas de espetáculos, adquirir livros, frequentar museus e bibliotecas, ou simplesmente estar ao corrente dos modismos e hábitos de consumo europeus. Os divertimentos, as opções de lazer, entretenimento, espaços de formação intelectual e consumo de bens culturais da capital maranhense tiveram que, deste modo, receber um significativo estímulo, pois os maranhenses mais ricos, em especial os mais letrados, como os bacharéis e autodidatas, começaram a sentir a necessidade cada vez maior de investir parte de seus rendimentos e tempo ocioso em alguma atividade salutar ao desen-

volvimento do gosto, do intelecto, ou simplesmente a fim de obter alguma distração e passatempo.

O teatro, tido com um dos espaços mais adequados à difusão de cultura, formação intelectual e moral desde o século XVIII, foi uma das primeiras iniciativas de fomento à cultura em todo o império português, tomada através do alvará de 17 de julho de 1771, no qual se aconselhou o governo da metrópole portuguesa “o estabelecimento dos teatros públicos bem regulados, pois que deles resultava a todas as nações grande esplendor de utilidade, visto serem a escola onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor, da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade, com que devem servir os soberanos.”⁸¹⁴ Vemos aí a concepção de teatro como instrumento pedagógico e civilizatório, ao modo do pensamento setecentista de final de século.

O alvará de 1771 foi remetido então para todo o reino, chegando ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, onde se envidou esforços no sentido de executá-lo. Os maranhenses, diante da completa ausência de opções de divertimento e vida noturna, como espaços destinados a saraus, peças dramáticas, eventos musicais, entre outros, não demoram em promover ações no sentido de dotar a cidade de São Luís de uma casa de espetáculos. Segundo César Marques, houve a princípio um pequeno teatro no Largo do Palácio em São Luís, entre as casas dos portugueses João Caetano Lisboa e José Moreira da Silva. Outras duas casas de espetáculos ainda foram ensaiadas na capital maranhense, entre 1780 e 1816, todas de breve duração e desestimulantes.⁸¹⁵

Contudo, foi durante o ciclo do algodão no Maranhão, no ano de 1815, que o comerciante português Eleutério Lopes da Silva Varela, originário de Lisboa, associou-se ao seu compatriota Estevão Gonçalves Braga no intuito de edificar um teatro em São Luís, em condições semelhantes às da capital portuguesa, a fim de realizar espetáculos dramáticos e de música lírica. Amantes da arte dramática, os dois portugueses desejavam erigir na capi-

⁸¹⁴ Citado por MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia de Frias, 1870. (Reedição fac-similar do Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta; São Luís: SUDEMA, 1970), p. 595.

⁸¹⁵ *Idem, ibidem*. O primeiro teatro funcionou no mesmo sítio onde hoje se encontra a Praça Pedro II, cujo conjunto arquitetônico reúne a Catedral da Sé, o Palácio dos Leões, a antiga sede do governo da província, e o Palácio La Ravardière, sede da prefeitura municipal de São Luís. O segundo teatro funcionou em frente ao Quartel de São Luís, e o terceiro na Praça da Hortaliça ou do Mercado.

tal maranhense um grande teatro, em condições equivalentes às casas de ópera européias, além de trazer grandes companhias de lá e também do sul do Brasil. Associados, aforaram junto ao Convento de Nossa Senhora do Carmo o terreno necessário à construção, não sem obstáculos e dificuldades, como afirmou o Governador e Capitão-General Paulo José da Silva Gama em ofício de 3 de fevereiro de 1818, endereçado à metrópole, que “... muito (...) se esforçou para que os religiosos do Carmo aforassem esse terreno, separando-o da sua *cerca*, o que conseguiu com assaz dificuldades dos prelados do convento”.⁸¹⁶

No entanto, apesar das dificuldades, a obra foi iniciada, não sem uma alteração na planta original do edifício, que previa a fachada principal voltada para o Largo do Carmo, onde ficava o Convento, o que provocou a reação dos prelados, que assim alegaram se sentirem ofendidos, com uma casa profana de espetáculos voltada para a lateral da igreja. Com isto, os prelados carmelitas pediram embargo da construção, por considerarem herética a proximidade com o templo, sobretudo com o claustro, que ficava voltado à Rua da Paz.⁸¹⁷ A questão entre os carmelitas e os empresários portugueses foi então conduzida a foros legais, sendo que ambas as partes concordaram que a demanda deveria ser resolvida por um árbitro, para a qual foi escolhido o padre José Antônio Ferreira Tesinho, que expediu uma sentença favorável aos prelados do Carmo. Os empresários portugueses foram então condenados a alterar a planta original da obra, voltando a fachada principal para a Rua do Sol, paralela à Rua da Paz, mas que não dava para o convento. Ainda no ano de 1815, foi iniciada a construção do teatro:

Três ordens de camarotes perfazendo o número de 66, uma tribuna no centro, e uma 4ª. ordem de torrinhãs, tendo no centro um avarandado para o povo baixo; tal era elle por dentro.

A platéia admittia 430 pessoas, sendo 130 nas cadeiras, e 300 nas geraes, e as [ilegível] erão as seguintes:

Caixa do theatro 55 palmos de largura, 100 de fundo e 38 de altura.

No fundo do palco estavam os camarins dos artistas. [sic]⁸¹⁸

⁸¹⁶ *Idem, ibidem.*

⁸¹⁷ Rua lateral à Igreja do Carmo em São Luís, onde a fachada do teatro deveria ser construída. *Idem, ibidem.*

⁸¹⁸ COSTA, Sabbas da. *O Theatro S. Luiz*. In: SEMANÁRIO MARANHENSE. Anno I. San’Luiz, Domingo – 15 de dezembro – 1867. Número 16, p. 4.

Em primeiro de dezembro de 1816, o Comendador Antônio José Meireles, no intuito de comemorar o aniversário da Independência de Portugal, promoveu às suas expensas um espetáculo, com entrada franca. Já em 1817, em primeiro de junho, com suas obras em adiantado estágio de conclusão, o edifício foi inaugurado com o nome de *Teatro União*, em homenagem à elevação do Brasil à condição de Reino-Unido com Portugal e Algarves. A casa de espetáculos de São Luís foi edificada em estilo neoclássico, constituindo-se, até então, o único exemplo deste estilo na capital maranhense e o primeiro no Brasil. Embora o estilo neoclássico tenha sido difundido com a chegada da missão artística francesa, trazida em 1816 por D. João VI, a primeira edificação nesse estilo só ocorreu no Rio de Janeiro em 1819, o que dá uma dimensão exata da ambição dos empresários portugueses, que tomaram para si a tarefa de construir um teatro em São Luís, que já nascia grandioso, uma vez que os 800 lugares da casa de espetáculos representavam uma significativa parcela da população da cidade, estimada na época na casa dos 12 mil habitantes.⁸¹⁹ Ou seja, mais de 5% da população total da capital maranhense.

É evidente que o reflexo da fundação de um quarto teatro em São Luís, de grande porte para os padrões locais, em contraposição com os anteriores, todos de pequeno vulto e sem os espaços e o conforto adequados à riqueza e aos hábitos metropolitanos da população mais abastada, foi uma profunda alteração no cotidiano e na sociabilidade dos habitantes da capital maranhense, que assim puderam contar com uma grande instituição de difusão de cultura e maiores opções de entretenimento e lazer, já que uma casa de espetáculo de tais dimensões aqueceu a vida noturna da cidade. No dia da inauguração do *Teatro União*, em 1º de junho de 1817, o primeiro espetáculo foi representado por uma companhia que Varela contratou em Lisboa, obtendo o empresário português nessa mesma ocasião uma licença do governo da metrópole, de 3 de setembro de 1817, que facultava ao teatro a realização de algumas loterias anuais. Em 3 de fevereiro de 1818, o Governador e Capitão-General Paulo José da Silva Gama acusou o recebimento dos lucros das loterias, comunicando ao mesmo tempo que o teatro funcionava há oito meses, “para cuja finalização tinha convocado os

⁸¹⁹ TOLLENARE, Louis François de. *Notas dominicais: tomadas durante residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818*. Editora do Jornal do Recife: Recife, 1905, p. 161.

habitantes mais ricos da cidade, e lhes pedira um empréstimo, que andava por 12:666\$000 réis.”⁸²⁰

Ao longo do século 19, foram muitas as companhias contratadas para espetáculos no teatro, como uma companhia eqüestre, que transformou a platéia em cenário e o cenário em galerias, em 1818. No ano seguinte, a companhia de Varela e Braga ganhou um pequeno corpo de baile, até que em 1841, após outros artistas e diversas companhias contratadas para o entretenimento da população ludovicense, instalou-se no *Teatro União* um famoso malabarista chamado Mr. Robert, que deu os primeiros espetáculos de fantasmagoria vistos na cidade. Entre 1841 e 1845, o teatro foi alugado à *Sociedade Dramática Maranhense*, composta de amadores e curiosos da arte dramática à guisa de primeira escola de atores que teve a capital maranhense. Seguiram-se várias companhias líricas italianas, depois das quais um famoso atleta francês, Valim, que deu aulas de ginástica e *estátuas* vivas, constituindo-se o primeiro *performer* do Maranhão. Outras sociedades dramáticas e companhias continuaram se apresentando até 1848, inclusive com espetáculos de feras e acrobacias com cavalos.⁸²¹

Com grandes dificuldades de sobrevivência, além de um público cada vez mais escasso, as atividades do teatro ficaram suspensas pela ocasião do falecimento de Estevão Gonçalves Braga, com a posse de sua parte no teatro transferida, em consequência de dívida, para a Fazenda Nacional, sendo incorporada ao patrimônio da nação e depois ao provincial em cumprimento ao artigo 41 da Lei 514 de 28 de outubro de 1848. Através da Lei Provincial 376, de 22 de outubro de 1850, a presidência da província do Maranhão foi autorizada a comprar a parte pertencente aos herdeiros de Varela, o que foi efetuado aos 27 de novembro do mesmo ano.⁸²²

Após 37 anos de fundação e atividades, o Teatro União encontrava-se bastante arruinado em 1852, o que motivou uma grande reforma da casa de espetáculos. Com a conclusão da reforma, foi rebatizado com o nome de *Teatro São Luís*, conservando-o ao longo do século 19, e sua administração entregue ao empresário Miró, recém-chegado de Portugal acompanhado de uma companhia dramática. No ano seguinte, após vários espetáculos, jun-

⁸²⁰ MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 596.

⁸²¹ *Idem, ibidem.*

⁸²² *Idem, ibidem.*

tou-se à companhia de Miró o artista Germano Francisco de Oliveira, que depois se tornou empresário do teatro, promovendo durante o carnaval, na noite de 26 de abril de 1854, o primeiro baile de máscaras de São Luís,⁸²³ um acontecimento que, de tão inusitado, gerou grande repercussão entre a população.

O antigo Teatro União atravessa então por uma nova fase de realizações e atividades, atraindo companhias italianas de ópera e canto lírico, espetáculos de presditação e instrumentistas eruditos. Com o tempo, no entanto, o Teatro São Luís encontrou-se novamente em estado de abandono e ruína, até que, através de um contrato firmado em 21 de outubro de 1861 entre o presidente da província, Francisco Primo de Sousa Aguiar, e o artista dramático e antigo empresário do teatro, Germano Francisco de Oliveira, fez-se uma ampla reforma em sua edificação:

Este edifício, um dos melhores de todo o Brasil, depois destas obras é composto atualmente de 4 ordens com 88 camarotes, além de uma vasta tribuna para o presidente, e de uma arquibancada na 4ª. ordem, em frente do palco, com 120 lugares, a que vulgarmente se chamam varandas.

A platéia é dividida em superior e geral, contendo aquela 150 lugares e esta 300. A caixa do teatro tem 55 palmos de largura, 38 de altura e 100 de fundo, e ao lado direito dela, dentro mesmo do edifício, construiu o empresário uma boa casa de vivenda.⁸²⁴

Germano de Oliveira continuou à frente do teatro, apresentando espetáculos dramáticos, até 1863, quando passou a empresa a Colás & Couto Rocha. Neste período, foram apresentados vários espetáculos com instrumentistas eruditos, sobretudo pianistas, com especial destaque para a fluminense Angelina Botine, de apenas 13 anos, que executou, em 1865, peças ao piano consideradas muito difíceis para sua idade.⁸²⁵ A partir de 1865, o teatro foi assumido pelo artista Vicente Pontes de Oliveira, que depois se associou a Joaquim Augusto de Sousa, organizando então muitos espetáculos com artistas brasileiros e europeus, consolidando a reputação do Teatro São Luís como uma das principais casas dramáticas e de espetáculos do Brasil, transformando-se assim em uma das instituições de maior importância da história cultural do Maranhão: “A Varela deve o Maranhão o contar

⁸²³ COSTA, Sabbas da, *O Teatro S. Luiz*, p. 5. O valor da compra da parte dos herdeiros de Varela foi de 7:000\$000 réis.

⁸²⁴ MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 596.

⁸²⁵ *Idem, ibidem.*

hoje o teatro que tem, e tamanho serviço prestado a nossa capital, não deve ficar esquecido, antes registrado na memória dos maranhenses”.⁸²⁶

Contudo, um teatro não era evidentemente o suficiente para preencher todo o tempo livre dos homens e mulheres abastados, que viviam em grande parte do ano desocupados, já que a colheita do algodão e a exportação do produto ocupavam apenas uma parte do ano útil para os fazendeiros do Maranhão e os habitantes da capital, excetuados aqueles que dependiam diretamente do comércio de outros produtos e do mercado interno. O entretenimento e a cultura, sobretudo como meios de combater o vício do jogo que corroía as fortunas dos mais remediados, eram assuntos que ocupavam os homens mais esclarecidos do período, especialmente em uma sociedade onde o apreço pelas atividades artísticas e intelectuais, em fins do século XVIII e princípios do XIX, era ainda muito reduzido e visto com acentuada desconfiança pela maioria da população. Desta forma, seguindo o exemplo dos comerciantes portugueses Varela e Braga, os maranhenses mais esclarecidos começaram a manifestar preocupação com o embrutecimento do povo e tomaram para si o encargo de empreender ações e medidas no sentido de dotar a capital do Maranhão de algumas instituições culturais, sobretudo as básicas, uma vez eram escassas as iniciativas, especialmente as oficiais, neste setor. Com essa preocupação, o maranhense nativo Antônio Pedro da Costa Ferreira, graduado em cânones por Coimbra, futuro senador do império e Barão de Pindaré, diante do Conselho da Província, em 8 de julho de 1826, do qual era membro, fez uma célebre queixa quanto ao desperdício de dinheiro e carência de instituições culturais apreciáveis e úteis à formação cultural e intelectual dos cidadãos de São Luís e do Maranhão:

...lamentou o avultado cabedal que se tem gasto, desde a nossa feliz Independência, em delírios e projetos de sangue, e admirou-se de não se ter empregado um ceítal em livros, e nem sequer nos elementares para instrução dos escolares maranhenses, pelo que indicava a criação nesta cidade uma biblioteca pública, destinando-se uma prestação anual da oitava parte das rendas das sobras da Província para a compra de livros.⁸²⁷

Apesar de ter sido aprovado pelo Conselho, somente em 1829 foram adotadas as medidas necessárias para a execução do projeto da primeira biblioteca pública da província.

⁸²⁶ COSTA, Sabbas da, *O Theatro S. Luiz*, p. 5.

⁸²⁷ Citado por MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 109.

Neste ano, o então presidente da província, Cândido José de Araújo Viana, expediu a D. Pedro I um ofício datado de 17 de junho, com a cópia da data do Conselho, solicitando autorização para a criação da Biblioteca Pública Provincial:

Aviso do Ministro do Império, sobre o estabelecimento de uma Biblioteca Pública. – Ilmo. e Exmo. Snr. – Levei à presença de S. M. I. o ofício de V. Ex.^a, de 17 de junho deste ano, com a cópia do Artigo da Ata do Conselho do Governo dessa Província em que pede a necessária autorização para o estabelecimento de uma Biblioteca Pública: E ordenou-me o Mesmo Senhor que eu participasse a V. Ex.^a que as circunstâncias atuais das rendas públicas, não permitem que se faça por ora, esta despesa. Deus Guarde a V. Ex.^a. – Palácio do Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1829. – José Clemente Pereira – Senhor Cândido José de Araújo Viana – Cumpra-se e registre-se. – Maranhão, Palácio do Governo, 30 de outubro de 1929 [sic, 1829] – Araújo Viana.⁸²⁸

Ao que tudo indica, o presidente da província do Maranhão estava realmente empenhado em dotar a capital maranhense de uma biblioteca pública, pois apesar de em princípio estar desautorizado a utilizar recursos públicos para tanto, decidiu organizar por conta própria uma subscrição popular e voluntária, com a finalidade exclusiva de obtenção dos recursos necessários para o estabelecimento da instituição. Delegou então à Câmara Municipal de São Luís a responsabilidade de empreender a subscrição e organizar a biblioteca, decisão muito bem acolhida pela Câmara, que em ofício de 24 de setembro de 1829 declara-se honrada pela deferência de Araújo Viana em escolhê-la “para dirigir o quanto fosse concernente à livraria pública”,⁸²⁹ designando uma comissão composta de dois vereadores para a execução do empreendimento. Contente com a solução encontrada para o estabelecimento da biblioteca pública, sem acarretar qualquer despesa ao tesouro nacional, Araújo Viana comunicou ao imperador, a 10 de novembro do mesmo ano, a medida adotada pelo seu governo para solucionar a demanda pública. O seu esforço mereceu, à vista da solução adotada, elogios e aprovação de D. Pedro I, através de um ofício que lhe enviou o Marquês de Caravelas:

Aviso aprovando a medida tomada para a Biblioteca Pública – Ilmo. e Exmo. Snr. – Sendo presente a S. M. o Imperador o ofício de V. Ex.^a, de 10 de novembro do

⁸²⁸ Citado por MORAES, Jomar. *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973, p. 25.

⁸²⁹ Citado por MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 109. Ver também em MORAES, Jomar. *Op. cit.*, p. 16.

ano p.p., em que participa ter empreendido uma subscrição voluntária para o estabelecimento de uma Biblioteca Pública nessa cidade, sem dispêndio da Fazenda Nacional; Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Aprovar [sic] a deliberação de V. Ex^a. àquele respeito; e me ordena louve no Seu Imperial Nome o zelo com que V. Ex^a., sem aumentar as despesas do Estado, procura tornar cada vez mais próspera a condição dos Habitantes da Província que lhe foi confiada. – Deus Guarde a V. Ex^a. - Palácio do Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1830. – Marquês de Caravelas – Snr. Cândido José de Araújo Viana – Cumpra-se e registre-se. – Maranhão, Palácio do Governo, em 12 de março de 1830 – Araújo Viana.⁸³⁰

Acomodada inicialmente no pavimento superior do Convento do Carmo, logo acima do Liceu Maranhense, a Biblioteca Pública Provincial foi aberta ao público de São Luís em 3 de maio de 1831, contando a princípio com um modesto acervo de 1.448 volumes, originários em sua maioria de doações, sobretudo de seu idealizador, Antônio Pedro da Costa Ferreira, como o atesta João Gualberto da Costa, então tesoureiro da instituição:

Recebi do Ilmo. Sr. Antônio Pedro da Costa Ferreira a quantia de trezentos e quinze volumes, obras diversas com que subscreveu para se efetuar este estabelecimento.

Maranhão, 26 de março de 1831.

São 315 volumes.⁸³¹

Em 1834, a Biblioteca Pública Provincial, que foi mantida inicialmente com recursos da província e das câmaras municipais, depois passando por ato adicional a depender exclusivamente da província, teve seu acervo aumentado para 2.399 volumes, entre os quais 443 doados pela Biblioteca Imperial e Pública do Rio de Janeiro, a pedido de Antônio Pedro da Costa Ferreira, então Barão de Pindaré. Quando Pindaré assume o governo da província, a Biblioteca Pública Provincial atravessa um período de relativa prosperidade, já que o então presidente do Maranhão era o seu idealizador e maior entusiasta de seu estabelecimento e manutenção. Em 1836, o acervo da instituição alcança 3.376 volumes, embora as leis orçamentárias provinciais dos períodos subsequentes ao governo de Pindaré acusem a ausência de maiores esforços no sentido de sua expansão e conservação, a ponto de César Marques, em 1870, lamentar com veemência em seu *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão* que a instituição, apesar de importante, foi “a princípio pouco procu-

⁸³⁰ Citado por MORAES, Jomar, *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*, p. 25.

⁸³¹ Citado por LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, Tomo I, p. 167.

rada e depois abandonada às traças que nela fizeram tais estragos a ponto de serem por várias vezes muitos livros queimados, por ordem da presidência.”⁸³²

Apesar do impulso inicial e do empenho de seus criadores, a Biblioteca Pública aos poucos entrou em decadência, e com o tempo a situação se agravou muito, sobretudo quando foi anexada, em 1851, ao Liceu Maranhense, também instalado, desde a sua fundação em 1839 – sobre esta instituição de ensino discorreremos com mais pormenor em momento posterior –, no Convento do Carmo. O quadro começou a se alterar, de modo significativo, quando o jornalista e escritor Joaquim Serra, em projeto encaminhado ao Conselho da Província, de 1865, propôs salvar o que ainda restava do acervo da instituição, colocando-o sob a proteção do Instituto Literário Maranhense, entidade criada em 25 de março de 1865, e instalada no pavimento superior do Convento do Carmo, com a finalidade de promover a cultura e as letras em São Luís. A agremiação recém-criada elegeu em 9 de abril do ano seguinte a sua diretoria, que contava como presidente o professor e homem de letras Francisco Sotero dos Reis. Um registro contumaz do estado de abandono e decadência em que encontrava a Biblioteca Pública Provincial em 1865, antes de ser assumida pelo Instituto Literário Maranhense, é a seguinte notícia, de 9 de maio, do *Publicador Maranhense*:

Biblioteca Pública – Este estabelecimento conta apenas 1.900 volumes, dos quais um grande número se acha consideravelmente arruinado.

Com o regulamento que tem, no edifício em que está e desprovida de livros como se acha, a Biblioteca continua a ser de perfeita inutilidade para o público.

Urge, pois, mudá-la para casa apropriada, enriquecê-la de grande cópia de obras de todos os ramos de conhecimentos humanos e dar-lhes regímen, de maneira que esteja ela aberta nas horas em que pode ser maior a afluência de estudantes.

*A capital do Maranhão, por sua adiantada civilização, pela conhecida aptidão dos habitantes para as letras e ciências, tem direito a possuir um estabelecimento deste gênero nas condições expostas.*⁸³³

Portanto, a Biblioteca Pública Provincial foi, durante muito tempo, uma instituição decadente e sem grande utilidade e expressão social para o Maranhão, apesar do poder simbólico que ostentava junto aos intelectuais da província, já que aspiravam um órgão desta

⁸³² MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 109.

⁸³³ Citado por MORAES, Jomar, *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*, p. 18. Grifos meus.

natureza há muito tempo. Com o tempo, o governo provincial passou a desejar alienar-se de qualquer encargo de mantê-la e ampliá-la, sobretudo em razão da exigüidade dos recursos do orçamento, de modo que acolheu o projeto de Joaquim Serra sem dificuldades e titubeios, transferindo com rapidez e sem grande burocracia ao Instituto Literário Maranhense, através de lei de 1º. de junho de 1866, toda a tarefa da manutenção e ampliação da instituição, desobrigando-se assim de qualquer responsabilidade futura: “A Biblioteca Pública Provincial fica, desde já, a cargo e sob a guarda do Instituto Literário Maranhense, sem ônus nenhum para a Província.”⁸³⁴

Ademais, o cuidado com o acervo era tão escasso e desleixado que, dos 3.376 volumes de 1836, sobraram 1.931 em 1866, dos quais foram salvos apenas 984 pelos membros do Instituto Literário Maranhense, que conseguiram recuperar as péssimas instalações da instituição e depois reabri-la novamente ao público, com um acervo restaurado e ampliado de 2.234 volumes, devidamente encadernados e arrumados. O acervo da biblioteca, neste período, foi enriquecido com muitas doações de intelectuais maranhenses como Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Antônio Rego, viúvas de Antônio Gonçalves Dias e Raimundo Teixeira Mendes, com especial destaque para Antônio Henriques Leal, que doou livros e várias coleções de jornais antigos, como *O Conciliador*, *O Censor*, *Estrela do Norte*, *Argos da Lei*, *Crônica Maranhense*, *O Farol*, *O Brasileiro*, *Eco do Norte*, entre outros. A instituição ganhou, assim, novo fôlego.

Contudo, não demorou que a Biblioteca Pública retornasse ao governo da província, quando o Instituto Literário foi dissolvido. Não obstante, a instituição foi novamente confiada a terceiros, através de lei de 10 de junho de 1872, à Sociedade Promotora de Instrução Pública Escola Onze de Agosto, fundada pelos maranhenses Antônio Coqueiro, Antônio de Almeida e Oliveira e Martiniano Mendes Pereira, cujo objetivo principal era oferecer cursos noturnos às estudantes carentes de São Luís, só que desta vez em melhores condições. Com esta nova administração, o governo da província deu à instituição novas instalações,

⁸³⁴ Citado por MORAES, Jomar, *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*, p. 19.

em espaço nobre e mais amplo, no pavimento superior de uma edificação em estilo neo-clássico.⁸³⁵

A Sociedade Onze de Agosto, como ficou conhecida entre os maranhenses, manteve as suas atividades durante cerca de dez anos, provendo a Biblioteca Pública Provincial de boas condições de instalação e funcionamento, com espaços e equipamentos adequados para a conservação de todos os volumes e peças de seu acervo. No entanto, entrou em dificuldades financeiras pouco tempo depois, o que inviabilizou a sua continuação. O prédio de sua sede foi entregue ao governo provincial, o qual indenizou a extinta sociedade das despesas de reconstrução e adaptação do edifício, adquirido na condição de imóvel público cedido, de modo que a Biblioteca Pública perdeu novamente as suas instalações. Foi então transferida para a antiga sede da Assembléia Provincial, que assim se instalou no antigo imóvel da extinta Sociedade Onze de Agosto, deixando vagas as dependências da Cúria Metropolitana, anexo à Catedral da Sé, onde realizava as suas reuniões. A mudança, entretanto, foi desastrosa para a instituição:

...os carregadores dos livros muitas vezes deixavam os caixões nas portas das quitandas, e, enquanto faziam suas libações, o moleque que passava subtraía um volume para divertir-se ou vender mais adiante. As ruas compreendidas entre os dois edifícios, o que era despojado dos livros e o que os recebia, ficavam alastradas de estampas, mapas, jornais e folhas de livros.⁸³⁶

Novamente por ato provincial, de 7 de junho de 1882, o governo do Maranhão decidiu reorganizar a Biblioteca Pública, após sua transferência para o anexo da Sé, onde foi reaberta ao público em 4 de abril de 1883, com um acervo de 3.842 volumes. Porém, os administradores da Catedral da Sé não demoraram em cobrar a devolução do espaço ocupado pela biblioteca, de modo que em 1866 a instituição retornou ao Convento do Carmo. Como as condições do convento nunca foram as mais apropriadas, a Biblioteca Pública voltou a ocupar espaços exíguos e abafados, até que foi abandonada e completamente esquecida pelo governo provincial, a ponto de ser vagamente mencionada nos relatórios dos

⁸³⁵ Este prédio localizava-se na Rua do Egito, onde também funcionaram diversas instituições de ensino, sendo depois convertido em sede da Assembléia Legislativa do Estado. Teve sua fachada original desfigurada em razão de reformas e ampliações.

⁸³⁶ Citado por MORAES, Jomar, *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*, p. 23.

presidentes da província, como o relato de José Bento de Araújo, em sua *Fala à Assembléia Provincial do Maranhão*, de 11 de março de 1888, a respeito da instituição: “BIBLIOTECA PÚBLICA – Funciona atualmente este estabelecimento em um dos salões do pavimento térreo do Convento do Carmo. É diretor da Biblioteca o cidadão Raimundo Carlos de Almeida Sobral.”⁸³⁷

Após a extinção da Sociedade Onze de Agosto, sem qualquer recurso para a manutenção e aquisição de livros, a Biblioteca Pública Provincial deixou de ter qualquer utilidade pública depois de seu retorno ao Convento do Carmo, pois o seu acervo ficou em ruínas, entregue ao mofo e às traças, empilhado no pavimento térreo do monastério carmelita. Seu renascimento e reorganização tiveram que aguardar o fim do século.

Contudo, a Biblioteca Pública Provincial não foi, durante todo esse tempo, a única instituição desta natureza na capital maranhense. Uma das mais notáveis realizações do comércio maranhense, em uma época em que a expressiva maioria, senão a quase totalidade dos comerciantes locais, era de origem lusitana, foi a fundação do Gabinete Português de Leitura, a 9 de outubro de 1852, seguindo o modelo de outros gabinetes fundados em outras capitais, como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Tornou-se muito rapidamente uma das instituições que mais contribuiu para a difusão da cultura letrada, sobretudo européia, no Maranhão, em meados do século 19. O objetivo do empreendimento era bem claro: fomentar o gosto pela leitura entre os maranhenses, através de livros destinados ao entretenimento do público, com uma vasta e sortida biblioteca. Sua existência influenciou muito o meio intelectual oitocentista maranhense, tornando-se local de encontros e reuniões para escritores locais.

O Gabinete Português de Leitura do Maranhão era mantido por sócios, divididos em duas classes: acionistas e subscritores. Os acionistas, cujas ações valiam 20\$000 cada uma, proviam os cargos de direção da sociedade; os subscritores não possuíam voto deliberativo, pagando uma contribuição de mil réis por mês. Imitando, portanto, as outras agremiações do mesmo fim e natureza, o gabinete de leitura maranhense era uma sociedade que procurava propiciar ao público local uma alternativa salutar de entretenimento, lazer e, sobretu-

⁸³⁷ *Idem, ibidem*, p. 24.

do, de cultura, em uma cidade que buscava dotar-se de todos os aparatos modernos de uma sociedade civilizada e, principalmente, letrada.

A primeira sessão do Gabinete Português de Leitura do Maranhão é datada de 10 de outubro de 1853. A sociedade mantenedora da instituição emitiu no ano de sua fundação 95 ações. Cinco anos depois, este número subiu para 187, sendo que a renda anual da sociedade seguia o mesmo ritmo, em escala ascendente. No entanto, a biblioteca, no ano de sua fundação, não chegava a 2.000 volumes, dos quais 273 eram emprestados. Porém, dois anos depois, em 1854, já contava com 2.122. Dez anos após, com o incremento de uma série de doações e aquisições, já atingia o expressivo número de 8.634 volumes,⁸³⁸ superando de longe os melhores momentos da Biblioteca Pública Provincial. O doador de livros mais generoso foi Francisco Marques Rodrigues, seguido por Antônio Henriques Leal. Em 1859, o primeiro doou ao Gabinete 26 volumes da *Illustration Française*, enquanto o segundo ofereceu *Cartas sobre Química*, tradução de sua autoria. Neste ano, as doações atingiram 34 obras em 81 volumes.

O primeiro endereço, durante muitos anos, do Gabinete Português de Leitura foi a casa nº. 1 da Rua da Paz, cujo proprietário era Boaventura José Coimbra de Sampaio, com um aluguel de 550\$000 por ano, sendo que João Francisco Lisboa sub-locava o primeiro andar por 300\$000 anuais. O patrimônio da associação do Gabinete sempre foi pequeno, quase todo empenhado no acervo da biblioteca. Em 1864, por exemplo, estava orçado em 5:840\$980, distribuídos de acordo com a tabela abaixo:⁸³⁹

ITEM	VALOR
Valor dos livros existentes na biblioteca	4:573\$770
Idem dos móveis	624\$380
Mensalidades a receber	447\$500
Dinheiro a receber	195\$320
TOTAL	5:840\$970

FONTE: VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1612-1895)*, p. 394.

⁸³⁸ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1612-1895)*, p. 394.

⁸³⁹ Idem. *Op. cit.*, p. cit.

Apesar de ter demonstrado ser uma instituição mais útil e mais promissora que a Biblioteca Pública Provincial, a diretoria do Gabinete Português de Leitura do Maranhão teve que enfrentar o desinteresse de seus próprios sócios quanto aos recursos do estabelecimento, sempre exíguos e deficientes. Até envidou esforços no sentido de ampliação dos recursos, com o objetivo de aquisição de novos livros e aumento do acervo, mas os portugueses do Maranhão, envolvidos com as lides do comércio, não conseguiam entender a razão de investir em algo que não gerasse divisas pecuniárias:

No intuito de aumentar os recursos da associação, a fim de conseguir o acréscimo da livraria, dirigimos circulares a alguns dos nossos compatriotas, cujo concurso em favor deste estabelecimento ainda se não havia manifestado. [...] Apenas um pequeno número acolheu bem o nosso pedido, sendo para notar que a maior parte dos que o repeliram são dos que mais carecem de instrução que aqui poderiam adquirir. [...] Desconhecendo a importância que nos dá a instrução para com a sociedade, eles não compreendem que se possa tirar proveito de uma associação que não distribui dividendo aos seus acionistas, e preferem ao prazer da leitura outros passa-tempos, cujos resultados lhe são muitas vezes prejudiciais.⁸⁴⁰

Apesar destes obstáculos, o Gabinete Português de Leitura do Maranhão tornou-se uma entidade importante para a difusão da cultura letrada na sociedade maranhense. Esta importante instituição conseguiu propiciar, durante várias décadas após sua fundação, uma expressiva opção de entretenimento e educação, oferecendo alternativas de leitura variada e de qualidade aos seus sócios e subscritores, em uma média anual de 8.000 livros, além de ter promovido sessões solenes e comemorativas, em homenagens a grandes escritores e personagens célebres da cultura portuguesa, como a cerimônia realizada por ocasião do falecimento de Alexandre Herculano.⁸⁴¹

Contudo, com o acentuado desinteresse da colônia portuguesa do Maranhão e definhamento dos recursos, a instituição teve que fechar as portas em fins do século 19. Com o fechamento, os dirigentes do antigo Gabinete Português de Leitura confiaram a biblioteca do estabelecimento à Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro, quando se realizou um inventário de seu acervo, um dos maiores entre as bibliotecas brasileiras do século 19.

⁸⁴⁰ Citado por VIVEIROS, Jerônimo. *Op. cit.*, p. 395.

⁸⁴¹ *Idem, ibidem.*

O total do acervo restante, com 7.019 volumes, inclusos os danificados, totalizando cerca de 4.560 obras, era constituído por 2.813 volumes de romances, novelas e contos, 756 de almanaques, crítica e literatura, 150 de tragédias, dramas e comédias, 508 de poesia, 237 de gramáticas, dicionários e educação, entre outros, 551 de história, 20 de antigüidades e nobiliarquia, 48 de bibliografia, 189 de biografia e necrologia, 231 de geografia e viagens, 57 de história natural, 42 de física e química, 64 de matemática, 253 de filosofia, cultos e matérias eclesiásticas, 137 de medicina e cirurgia, 248 de jurisprudência e legislação, 267 de política e administração, 162 de economia estatística e comércio, 69 de economia rural, doméstica e higiene, 61 de arquitetura, belas-artes, indústria e ofícios, e 26 de jogos, fisionomia e maçonaria.⁸⁴² Os 7.019 volumes foram orçados, por fim, com a dissolução do Gabinete, em 14:000\$000, a fim de vendê-los ou outro fim mais útil. Pelo volume e variedade de assuntos, assim como pelo tamanho expressivo do acervo, em comparação com a população de São Luís, que não chegou a alcançar a casa dos 60 mil habitantes ao longo do século 19, é possível inferir que o Gabinete Português de Leitura gerou um grande impacto sobre os hábitos de leitura dos maranhenses mais esclarecidos do período.

Por outro lado, as estantes do Gabinete Português de Leitura do Maranhão refletiam, como um espelho confiável, os hábitos de leitura mais correntes da época. Segundo o inventário realizado para a venda do acervo, os títulos de literatura mais freqüentes eram assinados por Camilo Castelo Branco, Walter Scott, Lesage, Balzac, Staël, Schiller, Dumas, Victor Hugo, Vigny, Eugênio Sue, George Sand, Manzoni, Garret, Herculano, Castilo, Rabelo da Silva, Mendes Leal, Pinheiro Chagas, Alencar, Flaubert, Zola, Eça, Júlio Diniz, Lourenço Pinto, Teixeira Queirós, Aluísio, Fialho, sobretudo por Paulo de Kock, Ponson du Terrail, Montenpin, Gaborian, Perez Escrich, já que a sessão compunha mais de dois terços da biblioteca e “grosso das estantes”⁸⁴³ era constituído especialmente pelos últimos autores, um claro e sólido índice das preferências de leitura de entretenimento dos sócios e subscritores da instituição.

Não obstante, se a função precípua do Gabinete Português de Leitura do Maranhão era oferecer opções salutaras de leitura e entretenimento aos seus sócios e subscritores, ten-

⁸⁴² PAXECO, Fran, *Geografia do Maranhão*, pp. 656-657.

⁸⁴³ *Idem, ibidem*, p. 657.

do o caráter, portanto, de uma biblioteca popular, também não desprezou o papel de biblioteca erudita, de modo que fundiu em si as duas características. Constata-se isso através da existência, em seu acervo circulante, de um farto número de obras de clássicos canônicos, sobretudo portugueses, como seria natural esperar. Assim, era possível encontrar títulos de Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Diogo Bernardes, Luís de Camões, João de Barros, Diogo do Couto, Azurara, Gaspar Correia, Damião de Góis, Antônio Vieira, Fr. Luís de Sousa, Filinto, Bocage, Tolentino, José Agostinho de Macedo, além de juristas e pensadores como Montesquieu, Rogron, Ferreira Borges, Silvestre Pinheiro, Borges Carneiro, Lobão, Pereira e Sousa, Trigo de Loureiro. Das letras clássicas latinas, era possível deparar com obras de Virgílio, Ovídio, Horácio, Cícero. De obras teatrais, achava-se também Gil Vicente, Shakespeare, Corneille, Racine, La Fontaine, Molière, Beaumarchais, Goethe, Hugo, Schiller, Garret.⁸⁴⁴

Diante de um acervo tão rico e variado, é simples e notório que muitos intelectuais maranhenses, sobretudo os autodidatas, encontraram no Gabinete Português de Leitura um local estimulante de leitura e pesquisa, um vasto manancial de cultura e erudição. Com isto, é possível compreender como um homem de letras como Francisco Sotero dos Reis, sem jamais ter saído do Maranhão, conseguiu empreender obras como o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), *Gramática portuguesa* (1866) e *Comentários de Caio Júlio César* (1863-1869), entre outras. À vista do acervo do Gabinete Português de Leitura do Maranhão, coteja-se com clareza, ao menos em parte, o cânone e as fontes que permitiram a realização de obras e carreiras intelectuais. De todo modo, os organizadores da biblioteca tinham grande apreço pela educação e pela cultura em geral, o que decerto facilitou o êxito da instituição.

No entanto, o principal reflexo da introdução de hábitos de consumo de bens culturais na capital maranhense foi sem dúvida a ampliação do comércio de livros e novos horizontes intelectuais, apesar do controle que a alfândega ainda exercia sobre a circulação de livros mesmo quando D. João VI já se encontrava no Brasil.⁸⁴⁵

⁸⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 658.

⁸⁴⁵ VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, p. 339. Segundo o autor, a alfândega só processava o despacho de impressos e livros com licença do governador, a qual somente era concedida após o exame da relação pelo pró-

Com efeito, até 1821 não se contava com uma rede de bibliotecas, escolas públicas e tipografias, e até mesmo livros, senão em mosteiros e mesmo assim pouco consultados, o que certamente impediu durante muito tempo o florescimento de uma vida cultural e intelectual autônoma em São Luís. Acompanhando o histórico das bibliotecas maranhenses, percebe-se que a maior parte da população maranhense, mesmo entre os abastados comerciantes e fazendeiros portugueses, era profundamente ignorante e ainda tinha alguns costumes grosseiros e hábitos de leitura e entretenimento de curto alcance educacional e intelectual. O quadro de difusão das letras nessa época era, portanto, muito precário e escasso, apesar da importância econômica da província:

O importantíssimo artigo instrução pública, acha-se em muito atraso na Província, porque data de pouco tempo. Existem, porém, aulas públicas pagas pelo Tesouro da Província, e são as seguintes: uma de primeiras letras, duas de gramática latina, uma de retórica e outra de lógica e metafísica; particulares e de primeiras letras há muitas, e um colégio intitulado *Silveira*, criado em 1820, em que se ensinam primeiras letras, as línguas latinas e francesa, geografia, música e desenho. Por Carta Régia do 1º. de maio de 1800 se determina que a Câmara nomeie quatro estudantes para irem à Universidade de Coimbra, formarem-se, dois em matemática, um em medicina e outro para Lisboa aplicar-se à cirurgia, vencendo cada um 250\$000 réis, pagos pelo Tesouro da Província, e que assim continue o que se tem feito sempre. Nunca houve imprensa até 10 de novembro de 1821, que o governador provisório a mandou buscar e que, desde então, começou a trabalhar, havendo já no tempo em que esta escrevemos, três periódicos: o primeiro, o *Conciliador*, duas vezes por semana; uma *Folha Medicinal*, que diz seu autor que *brotava* cada semana; e outro intitulado *Palmatória Semanal*. Não há, porém, livraria alguma pública, nem loja de livros.⁸⁴⁶

Contudo, com o tempo instalou-se o desejo da elite local, sobretudo os europeizados, de viver em iguais condições aos metropolitanos, usufruindo toda a pompa que as suas riquezas permitiam, e daí um esforço de internalização dos valores culturais da corte portuguesa. O resultado é que esforços foram envidados no sentido de aproximar São Luís dos melhores centros europeus, sobretudo Lisboa. Uma das primeiras medidas neste sentido, sem dúvida, foi o incremento do comércio de livros. No entanto, o comércio de impressos foi completamente nulo até o advento da independência política do Brasil, em razão dos empecilhos burocráticos da alfândega com o objetivo de impedir a livre circulação de idéias

prio. Não era permitida a liberação do mais ingênuo material no formato de papel sem que fosse submetido a despacho e licença. Se o livro fosse considerado de leitura nociva, era confiscado.

⁸⁴⁶ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Op. cit.*, p. 77.

na colônia portuguesa. A inexistência do comércio de livros, nesse período, era igual em outras cidades da colônia, como em Recife, centro comercial mais importante e maior que São Luís que, no entanto, em 1810 não possuía qualquer tipografia ou livraria, e apenas no convento da Madre de Deus eram vendidos almanaques e histórias de catequese.⁸⁴⁷ O estrangeiro tinha em geral a mesma impressão sobre a ausência de circulação de livros no Brasil, como ocorre com o lexicógrafo Antônio de Morais e Silva, em missiva ao Visconde de Cayru: “Não sei eu, porque maus fados, não há nesta terra nenhum alfarrabista de cartilhas e livros de Santa Bárbara.”⁸⁴⁸

Uma tentativa antes do período joanino, entretanto, foi ensaiada no sentido de dotar a capital maranhense de uma livraria. A primeira teria funcionado na repartição dos correios, cujas atribuições, como departamento de serviços públicos, também abrangiam a venda de livros.⁸⁴⁹ Apesar do registro da remessa de livros em 1799 pelo governo português, como a obra intitulada *Curso de estudos para uso do comércio*, o fato é que a livraria do Correio não teve sucesso e tampouco continuidade, em razão do completo desinteresse dos maranhenses, à época, pelo consumo daqueles artigos indispensáveis ao adorno do espírito e do intelecto. Em 9 de novembro de 1802, o governador Dom Diogo de Sousa comunica à corte portuguesa o seguinte:

... que a extração dos livros dificultosamente poderia ter o êxito que se desejava, atenta a indiferença, ou para melhor dizer, repugnância destes povos a toda a qualidade de aplicação literária, e que a venda dos livros na casa do administrador do Correio excedeu a 20\$000.⁸⁵⁰

No entanto, apesar do explícito desinteresse da sociedade da época pelo consumo de livros, a circulação deste artigo existia em quantidade nada desprezível, já que o Maranhão contava um encadernador, cujo nome era Francisco José da Cruz, que conseguiu, a despeito dessas vicissitudes, sobreviver de seu ofício, embora seus principais clientes fossem o Quartel General da cidade e a sala das ordens do governador da capitania.⁸⁵¹ Somente quase vinte anos mais tarde, às vésperas da independência brasileira, é que o comércio de li-

⁸⁴⁷ VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, p. 340.

⁸⁴⁸ *Idem, ibidem.*

⁸⁴⁹ *Idem, ibidem.*

⁸⁵⁰ Citado por MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 235.

⁸⁵¹ VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, p. 340.

vros foi retomado a sério no Maranhão, através de Francisco José Nunes Corte-Real, justamente um dos primeiros tipógrafos maranhenses. Corte-Real, deste modo, foi também o primeiro particular que anunciou livros no Maranhão, através do jornal *O Conciliador do Maranhão*, onde divulgava o seguinte:

Francisco José Nunes Corte-Real, Compositor de Letras da Tipografia Nacional desta *Cidade*, residente na mesma Typografia, tem para vender os seguintes impressos, publicados em Lisboa no corrente Anno: *Memorial Patriotico*, dirigido aos Illustres Deputados – *Jornal dos Debates*, sobre a Revolução de Portugal para a Constituição Portuguesa [sic] – *Destroço em ataque do Cordão da peste Peridiqueira*, com a ordem do dia do *Corcunda de má fé* – *O Acolyto contra o Exorcista* – *A Jornada do Exorcista* – *Parabéns à Pátria*, pelo Juramento da Constituição Portuguesa [sic] – *Contrariedade*, à Razão e nada mais. – Vendem na Typografia, e na Loja de Bebidas de *Vicente Cortezze*.

O mesmo Corte-Real se encarrega de qualquer encomenda de Livros, ou Papeis curiosos que se pretendão de Portugal.⁸⁵²

Outros particulares seguiram o exemplo de Corte-Real, porém uma década depois. O periódico *O Farol*, de 30 de agosto de 1833, anunciava para venda obras de Filinto Elísio, Anais de Tácito e o Parnaso Lusitano, na casa de Felisberto José Correia. Em *O Eco do Norte* de 10 de Junho de 1834 publicava que Domingos Antônio Fontes punha à venda uma grande variedade de livros portugueses e latinos, recém-chegados de Lisboa. Na grande maioria dos casos, os livros vendidos didáticos ou jurídicos, como manuais, dicionários, entre outros de diversas áreas, como história, química, indústria, filosofia, teatro e geografia, além de literatura greco-latina. As tipografias, em grande parte, faziam às vezes também de livrarias, vendendo livros avulsos ou constantes do catálogo, saídos de seus prelos. Os particulares, de todo modo, persistiam no comércio de livros, como é o caso de Francisco Frutuoso Ferreira, no *Investigador Maranhense* de 20 de fevereiro de 1836, em aviso onde é saliente a preocupação com a formação moral, espiritual e até sexual dos leitores:

Avisa-se ao Respeitável Público que, em casa de Francisco Frutuoso Ferreira, morador no beco da Alfândega, se continuam a vender os livros seguintes, do doutor João Cândido de Deus e Silva; e convidam-se as pessoas estudiosas para que animem os trabalhos literários deste erudito brasileiro, na extração de suas preciosas obras:

⁸⁵² O CONCILIADOR DO MARANHÃO. Anno 1821, num. 37, São Luiz, Sabbado, 17 de novembro, p. 4.

Economia política, traduzido de Blanqui.
 Pobre Pedro.
 Conferência d'Epicuro com Pitágoras.
 Memórias de um Radical.
 Cartas sobre os prejuízos do *onanismo*.
 Máximas de conduta para as senhoras brasileiras.
 Discurso sobre os P. P. da Igreja.
 Filosofia Moral, e Theodicéa de Parrard.
 Paciência e Trabalho, conto moral.
 Influência do Espiritualismo sobre o Gênio Literário.
 Filosofia Moral de Mr. Droz.
 Lógica Metafísica e Moral de M.me Tonelle.
 Aplicação da Moral à Política de Mr. Droz.⁸⁵³

Decorridos quinze anos desde que Corte-Real fez o seu primeiro anúncio em *O Conciliador do Maranhão*, percebe-se com clareza a evolução do gosto pela leitura entre os maranhenses, que assim abandonam os livros e textos de devoção patriótica, típicos do momento político pelo qual passava o Brasil antes de sua emancipação, em que os maranhenses demonstravam, através das páginas de *O Conciliador*, sua fidelidade ao trono de Portugal e a D. João VI. Os livros são agora de outra natureza, mais preocupados com a formação espiritual e com a educação dos cidadãos, o que dá uma medida de como o Período Regencial, após a abdicação de D. Pedro I, tornou-se uma era propícia ao desenvolvimento de um humanismo de tons menos engajados, mas não obstante menos patriótico. Este pequeno, mas substancial avanço, ou mudança, nos hábitos e opções de leitura dos maranhenses deve-se, sobretudo, à instalação da Tipografia Nacional em 1821, então embrionária, mas que já era importante em 1836, com a proliferação de órgãos de imprensa e do incremento do parque tipográfico local.

De qualquer modo, as tipografias maranhenses não tardaram em realizar a impressão de livros por conta própria, visando atender a demanda crescente por livros e impressos, criada pelo consumo cada vez maior destes artigos em São Luís e em toda a província. Até mesmo as tipografias de jornais, como *O Farol*, manifestaram interesse em abocanhar uma parte desse novo mercado, segundo os avisos desse periódico, ao longo do ano de 1833:

O redator do Farol vai reimprimir por sua conta o novo Código de Processo Criminal. É obra muito necessária a todos os cidadãos, e mormente os que estão em

⁸⁵³ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, p. 343. (grifo meu)

circunstâncias de ser eleitores, porque em consequência do mesmo Código vêm a ser jurados. O preço de cada exemplar para os assinantes será de 800 réis; avulso vender-se-ão a 1.200 réis.⁸⁵⁴

.....
 Acha-se à venda na Tipografia do “O Farol” a obra intitulada Princípios ou Primeiras Noções de Direito Positivo – pelo Bacharel Raimundo Felipe Lobato. Preço de cada exemplar – 1.000 réis.⁸⁵⁵

.....
 Quem quiser subscrever para a impressão do poema – Primavera – pode fazê-lo na Praia Grande em casa de José Joaquim Maia, na rua do Sol, na de Feliciano Antônio Pinheiro e na tipografia do Farol por preço de 320 réis, entregues com a assinatura.⁸⁵⁶

.....
 Saiu à luz o Poema – Primavera – Vende-se a 320 réis na Tipografia do “O Farol” e nas lojas dos Srs. Feliciano Antônio Pinheiro, na rua de Nazaré e Antônio José Ferreira Maia, na Rua Grande. Os assinantes podem mandar buscar os seus à Tipografia.⁸⁵⁷

Portanto, no intervalo de pouco mais de uma década, o comércio de livros e impressos no Maranhão sofreu um grande desenvolvimento, o que era reflexo, sem dúvida, do significativo progresso intelectual alcançado pela população da então província de um Brasil emancipado da metrópole, colhendo os resultados e as vantagens de não estar mais limitada por leis que impediam a livre circulação de idéias através dos livros. Uma evidência deste expressivo avanço é o número cada vez maior de livros de fancaria, editados a toque de caixa pelo mesmo processo mencionado acima, especialmente aqueles cujos temas eram de grande apelo popular, escritos, com a finalidade de vender em grande quantidade, até por insuspeitos e devotos eclesiásticos:

Vai sair à luz com toda a brevidade, em bom papel e tipos novos, a obra intitulada: *Sortilégio Astrológico – Nigromântico – Fisiológico*.

Pela maravilhosa combinação dos números, tirados por meio de sorte, pode cada um saber o que lhe tem de acontecer na sua vida sobre os assuntos consignados no princípio da mesma obra.

Ordenado para ocupação dos ociosos por um que não tinha muito que fazer quando na sua composição gastou o tempo.

Consta esta obra, além do seu prólogo explicativo, e das tábuas dos números, de 578 oitavas em verso – heróico – rimado, que formará um volume de quase trezentas páginas; para o seu crédito basta dizer que é *composição inédita do erudito Padre Antônio da Cruz Ferreira Tezinho*.

⁸⁵⁴ *Idem, ibidem*. O redator de *O Farol* era João Francisco Lisboa.

⁸⁵⁵ *Idem, ibidem*.

⁸⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 344.

⁸⁵⁷ *Idem, ibidem*.

Subscreve-se na loja de livros de J. A. Gonçalves de Magalhães, à Rua Grande, n.º 40, preço 2\$000 cada exemplar em brochura, e em meia encadernação vistosa mais 500 réis.⁸⁵⁸

Os livreiros vão, deste modo, aumentando em paralelo com o número de tipografias, dando assim um grande impulso ao comércio de livros em São Luís e tornando cada vez maior a oferta de obras em toda a cidade. As casas editoras diversificam cada vez mais os seus catálogos, notando-se um crescente interesse por obras de história e literatura. Os *Anais históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo, por exemplo, alcançam a segunda edição através da *Tipografia Maranhense* em 1848. Como os preços foram cada vez mais barateados pela operosidade e qualidade do trabalho de tipógrafos como Frias e Matos, afamados como os melhores do Maranhão e do império, o comércio de livros no Maranhão tornou-se uma atividade expressiva, tornando as obras acessíveis a faixas cada vez maiores da população:

Formato	Tiragem	Custo da tiragem	Custo do Exemplar
Livro em 4.º com 496 páginas	500	742\$000	1\$480
	1.000	1.112\$000	1\$112
	1.500	1.482\$000	\$988
	2.000	1.852\$000	\$926
	2.500	2.222\$000	\$888
	3.000	2.592\$000	\$866
Livro em 8.º com 320 páginas	500	310\$000	\$620
	1.000	460\$000	\$460
	1.500	610\$000	\$406
	2.000	760\$000	\$380
	2.500	910\$000	\$364
	3.000	1.060\$000	\$353

FONTE: VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1612-1895)*, p. 345.

Com os preços mais baixos, tornou-se possível realizar grandes edições. As maiores realizadas no Maranhão, conforme vimos em capítulo anterior, são as de *O livro do povo*, com 10.000 exemplares na quinta edição, totalizando 26.000 até então, possivelmente tendo superando com facilidade os 50.000 exemplares impressos nas edições posteriores que ainda conheceu e, com isso, tornando-se inelutavelmente o maior sucesso editorial do período,

⁸⁵⁸ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

e também *O livro dos meninos*, com 6.000 exemplares, ambas saídas do prelo da tipografia do Frias. Belarmino de Matos realizou ainda a edição do *Jornal de Timon*, em 4 volumes, e em associação com Frias editou o romance *Os miseráveis*, de Victor Hugo, em 10 volumes, em 4.º francês. Neste período, entre 1860 e 1870, a capital maranhense possuía quatro editoras: as de Frias e Matos, a do jornal *O Progresso* e a do livreiro Antônio Pereira Ramos de Almeida, proprietário da Livraria Universal, cuja tipografia dedicava-se quase apenas a obras para sua loja de livros,⁸⁵⁹ um fato bastante apreciável em uma cidade de dimensões acanhadas como São Luís, afora o fato de que a sua livraria tornou-se centenária com o tempo, e, portanto, a mais antiga casa do gênero existente nesse período no Brasil.⁸⁶⁰

Com efeito, este foi o período mais fecundo da atividade editorial no Maranhão durante o oitocentos. Somente o ano de 1864 dá uma noção perfeita do volume de edições realizadas no parque tipográfico maranhense, com o objetivo de abastecer o mercado local:

B. de Matos edita a tradução em português dos “Comentários de Caio Júlio César”, por Francisco Sotero dos Reis, em livretos de 80 a 100 páginas, ao preço de mil réis para os assinantes; “Folhas Dispersas”, poesias, de M. A. Pinto de Sampaio; o “Livro do Povo” – 2ª. edição, por Antônio Marques Rodrigues; os 4.º, 5.º e 6.º números da “Biblioteca Literária”; “Metrologia Moderna” pelo dr. J. A. Coqueiro; “O Corcunda”, romance de Paulo Feval, em seis volumes; “O Barão de Oyapock”, drama de Sabas da Costa; o “Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão em 1864” e as “Obras” de João Francisco Lisboa, 4 volumes. Frias publica as “Obras Poéticas” de Severiano de Azevedo, as “Poesias”, de Correia Garção, o livro “Vida de Cristo”, de cuja edição Antônio Marques Rodrigues e seus amigos subscrevem mil exemplares para distribuição gratuita pelas escolas, e o “Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Maranhão”, por César Augusto Marques. A “Tipografia do Progresso” faz sair à luz da publicidade “Três Liras”, poesias de Trajano Galvão, Marques Rodrigues e Gentil Homem e “Postilas de Gramática Geral”, por Sotero dos Reis. Ramos de Almeida põe em circulação a “Gramática Filosófica”, do Padre Antônio da Costa Duarte e a comédia “O Tutor”, da autoria de Antônio Augusto Rodrigues.⁸⁶¹

O sucesso das tipografias e das casas editoras era seguido de perto pelo estabelecimento e desenvolvimento das livrarias. A primeira que se estabeleceu em São Luís foi a de Francisco Frutuoso Ferreira, em 1836, especializada em coleções de história, jornais jurídicos, didáticos e clássicos portugueses. Seguiram-se depois desta as livrarias de Carlos Sei-

⁸⁵⁹ FRIAS, José Maria Correia. *Op. cit.*, p. 41.

⁸⁶⁰ VIVEIROS, Jerônimo de Viveiros. *Op. cit.*, página seguinte à 350.

⁸⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 346.

dl, a Francesa-Portuguesa, situada na Rua Grande, a de Oliveira e Moré, sucedida por Feliciano Marques & Cia., a de Magalhães, que também era oficina de encadernação de livros, a Livraria Econômica, de Gonçalves Pinto, a de José Maria Correia de Frias, e a Livraria Universal, de Ramos de Almeida.

A Livraria Universal foi, entre todas, a que mais prosperou e atingiu longevidade, festejando seu centenário em 1946, como a mais antiga casa do ramo no país. Os herdeiros de seu fundador, sobretudo o bisneto, Humberto Ramos de Almeida Jansen Ferreira, foram os continuadores desta importante loja de livros, cuja existência longa tornou-se um caso extraordinário ao longo da história das casas comerciais brasileiras. Um exemplo raro de sobrevivência e de sucesso que certamente deu enorme estímulo à venda de livros na capital maranhense, que assim pôde contar com uma casa especializada durante muito tempo, disponibilizando títulos para várias gerações. De tão importante que foi esta loja de livros, merece um relato mais pormenorizado, à parte.

A Livraria Universal foi fundada a 13 de junho de 1846, no Largo do Palácio,⁸⁶² esquina com a Rua Cândido Mendes, pelo português Antônio Pereira Ramos de Almeida. Com apenas um ano de estabelecimento, Ramos de Almeida comprou as oficinas da Tipografia Cruz, e as anexou à livraria, dando início às suas atividades como editor. Lusitano culto e detentor de alguma instrução formal, seus principais funcionários eram membros de sua própria família, sobretudo o filho e os genros, além de outros empregados. Com a morte do pai, será o seu filho João de Aguiar Almeida o herdeiro e novo administrador da livraria, dirigindo-a até o seu falecimento. A família notabilizou-se tanto no ramo de comércio de livros que Ramiro Costa, marido de Amélia Almeida, filha de João Aguiar, foi o fundador de uma importante livraria em Recife, a Livraria Contemporânea. Outro genro de João Aguiar, Antônio de Almeida Faciola, estabeleceu a Livraria Maranhense em Belém do Pará. Até um dos caixeiros de seu sucessor, Vitor Viana, deixou a loja de livros para fundar, em sociedade com Joaquim Lopes da Silva Guimarães, a Livraria Moderna, que conheceu fama no setor. Deste modo, o empreendimento de Ramos d'Almeida acabou por multiplicar as livrarias ao norte do país, gerando outras três casas do ramo em províncias diferentes.

⁸⁶² Atual Avenida Pedro II.

Várias gerações, portanto, passaram pela direção da Livraria Universal, além de seu fundador e de seu filho. O genro deste último, Manuel Jansen Ferreira, ainda estabeleceu associação com outros dois empresários – David Rodrigues Possas e Antônio da Silva Gomes –, mas acabou dando sociedade na casa ao filho, Humberto Ramos d’Almeida Jansen Ferreira, que se tornou o último representante da livraria no século XX. Além de coleções de livros, desde a sua fundação o estabelecimento de Ramos de Almeida procurou oferecer uma variada oferta de objetos de escritório, como lentes, estojos de compasso, canivetes, tintas para desenho, raspadeiras, esfuminhos, espátulas e penas dos mais variados tipos e materiais. Apesar de sua excepcional longevidade, não permaneceu sempre no mesmo endereço, conhecendo três mudanças: do Largo do Palácio passou à Rua da Palma, nos prédios do antigo Centro Caixeiral,⁸⁶³ e por último para a casa 114-A, da Praça João Lisboa, onde comemorou o seu centenário.

Com o prelo que adquiriu em 1858, a tipografia de Ramos de Almeida começou a publicação do *Jornal de Comércio*, naquele ano, mantendo-o por três anos. Com o tempo, a atividade tipográfica da casa do empresário lusitano tornou-se grande, mesmo tendo concorrentes do nível de Frias e Matos, os dois maiores editores do período. Seu espectro editorial foi muito variado, a ponto de não se saber com precisão tudo que saiu de seus prelos. Uma lista incompleta dos títulos que publicou dá uma dimensão aproximada da importância que esta operosa loja de livros e editora teve para o Maranhão:

“Gramática Filosófica” – Padre Antônio da Costa Duarte. “Catecismo da Diocese do Maranhão”, adotado e mandado publicar pelo Exmo. e Revmo. Sr. D. Manuel Joaquim da Silva, Bispo do Maranhão, 1861. “O Tutor” – comédia de Antônio Augusto Rodrigues. “O Joãozinho” – leitura para meninos, por Charles Jeannel, traduzido do francês por Antônio Rego, adotada pelas autoridades respectivas, nos colégios das Províncias do Maranhão, Piauí e Pernambuco. “Meditações” – versos por Frederico José Correia – 1874. “Estudinhos de Língua Portuguesa” – José Augusto Correia – 1883. “Efêmeras” – Aderbal de Carvalho – 1894. “Almanaque do Maranhão” – para o ano de 1896 – confeccionado pela Livraria Universal. “Fragmentos para a Corografia do Maranhão” – Justo Jansen Ferreira – 1901. (...) “História do Maranhão” – Barbosa de Godóis, 2 vols. – 1904. (...) “Estatuetas” – versos, Maranhão Sobrinho – 1909. “Vencidos e Degenerados”, romance – Nascimento Morais – 1910. (...) “O Poeta Nacional” – Clarindo Santiago. “A Escola Mineira” – Clarindo Santiago. “Lira Sertaneja” – várias edições. “Gonçalves Dias” – Alfredo de Assis – 1926. (...) “A cidade de São Luís” – Antônio Lopes e

⁸⁶³ Antiga Escola Técnica de Comércio e primeira escola de ofícios para mulheres de São Luís.

Wilson Soares. “Palestra sobre Henriques Leal” – Rubem Almeida – 1928. “Raízes e radicais gregos existentes em português” – Rubem Almeida – 1930. (...) “Ilha do Maranhão” – Ribeiro de Sá Vale – várias edições. “Antologia Maranhense” – Ribeiro de Sá Vale – 1937. (...) ⁸⁶⁴

Contudo, a respeito da qualidade dos trabalhos da tipografia de Ramos d’Almeida, José Maria Correia de Frias afirmou o seguinte, em sua *Memória sobre a tipografia maranhense*:

A tipografia do Sr. Ramos d’Almeida, quase que só dedicada a obras para sua livraria, tem apresentado no gênero de remendos alguns trabalhos bem-feitos, porém os de livros carecem não só de gosto como de nitidez. Este senhor, perfeito e delicado encadernador, tem de confiar a tipografia, que não é sua especialidade, a oficiais, que, não tendo um interesse imediato, não podem elevar os estabelecimentos à altura que os artistas proprietários na sua especialidade conseguem colocá-los, porque estes obram livremente sem o receio de o desagradar, senão a si próprios.

O romance *A virgem da tapera* é a melhor das suas impressões que tenho visto, carecendo porém de gosto em todas as suas partes. ⁸⁶⁵

Como quer que seja, a longevidade da casa de Ramos de Almeida é uma prova cabal de como a cultura letrada tornou-se, com o tempo, um importante setor da atividade comercial de São Luís, fundamental para a vida intelectual da província e mesmo do país. O livro transformou-se em artigo indispensável ao cultivo e adorno do intelecto, devido à proliferação de livrarias, órgãos de imprensa e indústria tipográfica no Maranhão, o que contribuiu, sem dúvida, para o avanço das *luzes* sobre a cidade.

Contudo, os avanços não foram visíveis somente neste domínio. A capital maranhense se beneficiou de outras medidas salutares para o surgimento de uma *urbe letrada*. A instrução pública mereceu atenções oficiais ao longo desse período, uma vez que as escolas formavam, em conjunto com os bacharéis, professores e autodidatas, o público leitor que permitia, ao menos em parte, alimentar o consumo do comércio de livros. É necessário, portanto, recuar no tempo e recapitular um pouco da história da educação colonial, a fim de se compreender como foi possível formar “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”

⁸⁶⁴ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. cit.*, pp. 350-351.

⁸⁶⁵ FRIAS, José Maria Correia de. *Op. cit.*, p. 41.

⁸⁶⁶ e assim permitir o florescimento da vida intelectual ao norte do país, especialmente no Maranhão. Por esta razão, o assunto merece um tratamento em destaque, a fim de melhor situá-lo e compreendê-lo.

2.1.8. Uma ilha de letrados em um mar de analfabetos: a instrução pública e o monopólio das almas

DURANTE A MAIOR PARTE do período colonial, a instrução pública permaneceu nas mãos dos jesuítas, em conformidade com o que acontecia no resto da América portuguesa. No Maranhão, assim como em outras regiões da colônia lusitana, a situação do ensino foi muito precária, devido à enorme desatenção e proposital negligência da administração metropolitana com a educação básica dos colonos americanos. Durante esse período, a educação e a instrução civil, assim como a formação moral e até mesmo religiosa, era completamente inexistente, e mesmo entre a classe dos cidadãos considerados nobres ou mais abastados, quase nenhuma. É o que constata João Francisco Lisboa, referindo-se ao estado de miséria das colônias e, de igual modo, à vida cultural durante o período colonial, onde reinava a ociosidade, a desordem e a ignorância:

Tudo se reduzia a algumas práticas religiosas meramente exteriores, e a poucas escolas elementares regidas pelos jesuítas. Ao desenvolvimento da inteligência punham-se estorvos, perseguindo-se nas devassas os *homens versistas*, como fabricantes de sátiras e pasquins contrários ao decoro dos governantes. Assim as abusões e superstições pululavam por toda a parte, punham-se os feiticeiros a bom recado, regulamentavam-se as bruxas, e os religiosos de Santo Antônio intentavam ação de força às formigas ou saúbas para as fazer despejar de sua cerca. A barbárie finalmente, na época da expulsão dos jesuítas, invadia por tal modo a população, que banida já a língua portuguesa, só da geral ou túpica se fazia uso até nos mesmos púlpitos.⁸⁶⁷

Somente com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759 é que o Marquês de Pombal criou as primeiras escolas públicas da colônia, as chamadas *escolas régias*. Com o fim

⁸⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 4. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, p. 51.

⁸⁶⁷ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*. 2º. Volume. Brasília: Editorial Alhambra; São Luís: ALUMAR, s/d, p. 76.

do monopólio dos jesuítas, o ministro Sebastião de Carvalho e Melo pôde executar uma enorme e intensa reforma educacional em Portugal, em todos os níveis. No mesmo ano em que se deu a expulsão dos jesuítas, são criadas as aulas régias de latim, grego e retórica. Dois anos depois, em 1761, é fundado o Colégio dos Nobres e, em 1770, nomeou-se a Junta de Providência Literária, através da qual se publicou o *Compêndio Histórico*, um panfleto anti-jesuítico da Universidade de Coimbra, patrocinado evidentemente pelo governo pombalino. Com a reforma, todos os métodos até então adotados e o conteúdo da antiga educação jesuítica foram profundamente alterados, deslocando-se a ênfase para as ciências naturais, físicas e matemáticas. Até a nova Faculdade de Filosofia concentrava o seu currículo em ciências naturais, como física, química, botânica, zoologia e mineralogia. Com o tempo, houve uma mudança radical no quadro de matriculados nas instituições de ensino portuguesas e a profissão de professor adquiriu um novo *status quo* com a administração pombalina. A fim de regulamentar a profissão do magistério, o ministro português assinou o decreto de 14 de julho de 1775, através do qual concedeu privilégios e homenagens aos professores, sob a alegação de nobreza do ofício. Com o objetivo de manutenção das escolas régias, o Marquês de Pombal instituiu, com o decreto de 10 de novembro de 1772, um imposto sobre vários gêneros de consumo, a ser aplicado para o pagamento dos ordenados dos professores régios, o qual recebeu a denominação de *subsídio literário*.⁸⁶⁸

As reformas pombalinas produziram, portanto, profundas modificações na cultura letrada e na formação de intelectuais desde o fim do século XVIII, e seu impacto pôde ser sentido nas colônias. Contudo, com a morte de D. José I em 1777, o ministro Carvalho e Melo teve que abandonar o governo e, desse modo, veio a esperada destruição de sua obra. O sistema tributário do subsídio literário jamais funcionou como se esperava, pois o imposto não era cobrado de forma adequada, ou, em caso contrário, completamente desviado para a metrópole. No Maranhão, a cobrança regular do subsídio não foi efetivada até 27 de junho de 1786, quando o governador e capitão-general José Teles da Silva ordenou às câmaras da capitania a arrecadação da referida taxa: “...à vista da negligência dos ministros, que

⁸⁶⁸ MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 400.

havam servido nesta Capitania, e que a haviam deixado sem observância deste imposto, de que resultou prejuízo grave aos mesmos professores e à Fazenda Real”.⁸⁶⁹

Além disso, o número de aulas régias autorizadas a serem criadas era insuficiente diante das necessidades reais da colônia.⁸⁷⁰ Apesar do alvará expedido a 7 de julho do ano seguinte, que facultava à Junta da Fazenda o direito de arrecadar o subsídio, não se encontrou registro ou notícia de aula régia estabelecida na capitania do Maranhão,⁸⁷¹ após a cobrança daquela taxa. Não obstante isso, há indícios de que elas foram ministradas ao longo do período em que foram autorizadas, pois a provisão régia de 11 de setembro de 1793 ordenou que o ouvidor e corregedor da comarca do Maranhão examinasse Manuel do Nascimento da Câmara em leitura, escrita, contas e catecismo, nomeando para examinadores duas pessoas, sendo uma eclesiástica, com preferência “mestres régios”.⁸⁷² Caso o examinando fosse julgado apto ao exercício do magistério, a mesma provisão ordenava que fosse nomeado por um ano, através de provisão específica, para a regência de uma terceira escola em São Luís, com ordenado de 100\$000 anuais. Em 23 de julho de 1794 a ordem foi finalmente cumprida, e Manuel do Nascimento abriu a escola, com ordenado pago através do cofre do subsídio literário.

Portanto, em fins do século XVIII, São Luís possuía pelo menos três escolas régias, e Manuel do Nascimento da Câmara é o mais antigo professor público maranhense de que se tem algum registro. Com o tempo, a questão educacional tornou-se uma demanda estratégica, em virtude da ausência de profissionais habilitados para o exercício de funções capitais para o bom funcionamento da estrutura administrativa e política da colônia. Ao raiar do século XVIII, em 29 de janeiro de 1799, o ouvidor Henrique de Melo Coutinho de Vilhena oficiou à câmara municipal de São Luís o seguinte:

... em virtude dos Avisos de 21 e 27 de outubro de 1798, Sua Majestade ordenara à Câmara que enviasse ao reino pessoas hábeis para depois de aprenderem voltar

⁸⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁸⁷⁰ O número de aulas régias, após a instalação do novo sistema educacional, foi calculado em 17 de ler e escrever, 15 de gramática, 6 de retórica, 3 de grego e 3 de filosofia, totalizando 44, em uma população estimada em torno de 1.500.000. Ver em CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial*, p. 55.

⁸⁷¹ MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 400.

⁸⁷² *Idem, ibidem.*

para esta Capitania a fim de exercerem os empregos de topógrafos, hidráulicos, médicos, contadores e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto eles estudassem na Universidade de Coimbra, ou na Academia de Marinha de Lisboa. [...] ⁸⁷³

A razão para a adoção desta medida era suprir as deficiências em determinadas áreas da administração, devido à existência de “imensos litígios e processos sobre territórios dados ou usurpados” ⁸⁷⁴ em função da completa ausência de engenheiros formados que fixassem, através do levantamento de mapas gerais ou particulares, a exata extensão das sesmarias. Os mesmos avisos estabeleciam, portanto, que a Câmara Municipal de São Luís enviasse pelo menos dois indivíduos para serem formados como engenheiros topográficos, dois como hidráulicos, um como contador, um como médico e outro como cirurgião, e que outros fossem preparados para a substituição destes estudantes quando da conclusão de seus cursos em Portugal. Evidentemente, o governo metropolitano não desejava sanar a enorme carência de homens qualificados para a colônia, mesmo porque esta jamais foi a política adotada, já que o objetivo era impedir que grandes agrupamentos de intelectuais se reunissem a fim de impedir o impulso separatista das regiões e províncias coloniais. É possível, no entanto, notar a persistência da herança pombalina através dos cursos escolhidos, já distantes da concepção jesuítica de educação, de bases alienatórias e pouco pragmáticas. Contudo, como os avisos determinavam uma pensão alimentar para cada estudante, pela Câmara, esta recusou, alegando não dispor “[d]os socorros dos atuais rendimentos deste senado”, de tal modo que “não podia sustentar tal peso”. ⁸⁷⁵ A Câmara do Senado de São Luís ponderou que cada aluno representaria uma despesa anual muito superior aos rendimentos da pequena assembléia, e assim solicitou consentimento para utilizar uma aplicação anual do novo imposto sobre o algodão. O ouvidor da capitania, através de ofício enviado à Câmara de São Luís em 13 de outubro de 1800, informou que o governo, por meio de Carta Régia, aceitou a sugestão da casa legislativa do Maranhão e solicitou a nomeação de quatro alunos: dois para estudar matemática, um para medicina e outro para cirurgia. Apresentaram-se oito candidatos, cuja seleção foi feita pela Câmara, entre os quais foram escolhidos os

⁸⁷³ Citado por MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 400.

⁸⁷⁴ *Idem, ibidem.*

⁸⁷⁵ *Idem, ibidem.*

seguintes: Raimundo Pedro da Silva e Cunha, Antônio Xavier de Lima, José Alves de Carvalho e Feliciano Diogo Velez, que assim foram matriculados em Ciências Naturais e Exatas, de acordo com a prescrição da Carta Régia de 1 de maio de 1800. O governador D. Diogo de Sousa avisou à Câmara que os estudantes sairiam no primeiro comboio de navios, aos 12 de maio daquele mesmo ano.

Contudo, não tardou para que o sistema das escolas régias entrasse em completas dificuldades e, portanto, em extinção. Como a arrecadação do *subsídio literário* nunca foi cobrada a contento, e a estrutura educacional era praticamente inexistente, os recursos começaram a faltar e, destarte, o resto. Já em 28 de setembro de 1800 o governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, informa ao Ministro D. Rodrigo de Sousa que, desde o ano passado, encontrava-se embaraçado e com sérios impedimentos para cumprir e coordenar o plano promulgado através de Carta Régia de 19 de agosto de 1799, no tocante às escolas régias da capitania estabelecidas ou a serem restabelecidas. Naquele ano, o subsídio literário apresentou um déficit médio expressivo, o que impossibilitou o pagamento regular dos ordenados dos mestres régios em atividade. Como os capitães-generais acumulavam a função de diretores dos estudos em suas respectivas capitanias, o governador D. Diogo de Sousa baixou uma provisão régia ordenando à Junta de Administração da Fazenda Real que, através de empréstimo, passasse as somas necessárias dos cofres reais para o cofre do subsídio, a fim de regularizar o pagamento dos professores públicos. Não havia, por esta época, qualquer núcleo ou escola onde as aulas acontecessem ao mesmo tempo e com alguma regularidade. As aulas eram ministradas nas casas dos próprios professores, com todos os embaraços e desvantagens conseqüentes da adoção desse método, e, às vezes, em casas alugadas pelos cofres públicos. Somava-se a estes inconvenientes a incapacidade para o magistério de vários mestres, já que os baixos salários desestimulavam as pessoas mais capacitadas e afastavam os melhores professores de seus postos, o que forçava a entrada de indivíduos sem competência para o exercício das aulas régias. Diante desse quadro e da evidente necessidade de formação de quadros competentes para a administração colonial, o poder metropolitano viu-se obrigado a tomar medidas coercitivas e punitivas:

...em consequência da Provisão Régia de 7 de outubro de 1811, expedida pela Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Reino do Brasil e Domínios Ultramarinos, nomeou ao Desembargador desta Relação André Gonçalves de Sousa para em termos legais examinar e informar sobre o procedimento e inabilidade do lente da aula de Comércio desta cidade, Francisco Justiniano da Cunha, dando-lhe para artigos de exame os mesmos contidos na representação do Desembargador-Ouvidor desta Comarca, Francisco de Paula Pereira Duarte, que faziam o objeto da referida provisão régia.⁸⁷⁶

Com a comprovação da incompetência do professor, foi suspenso da aula régia de Comércio, não sem a expressa recomendação da Real Junta:

...uma aula tão necessária e profícua numa cidade onde o comércio marítimo entre si e as mais nações era o seu tráfico principal, e onde por isso se precisava de instrução suficiente das leis e estilos mercantis, como também o conhecimento da respectiva escrituração, devendo ser preenchida por um lente hábil e de toda a moralidade.⁸⁷⁷

Vários outros mestres régios também foram afastados de suas funções, por outros motivos, apesar do “louvável procedimento” como docentes. Foi o caso do professor de filosofia, Dionísio Rodrigues Franco, nomeado a 20 de janeiro de 1803, suspenso por ter participado, assim como outros mestres régios, de sedições durante o governo de D. José Tomás de Meneses. Como a capitania era muito carente de homens habilitados para o exercício do magistério, não havia muitas opções aos governadores senão reabilitar aqueles professores, capazes e qualificados, que tinham sido afastados de suas funções em razão de desafetos políticos, como é o caso do governador Paulo José da Silva Gama, que oficiou à metrópole, em 10 de dezembro de 1813, o seguinte:

...ter feito entrar no exercício de suas cadeiras e vencimentos de ordenados os dois professores suspensos pelo seu antecessor D. José Tomás de Meneses, os quais eram Dionísio Rodrigues Franco, professor de Filosofia e advogado por provisão vitalícia do Conselho Ultramarino, e Vicente Jorge Dias Cabral, professor de Retórica e advogado em virtude das suas cartas de bacharel.⁸⁷⁸

⁸⁷⁶ Citado por MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 401.

⁸⁷⁷ *Idem, ibidem.*

⁸⁷⁸ Citado por MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 402.

Até 1820, em toda a capitania existia apenas um professor de latim, Luís Manuel de Araújo, que “pelo seu caráter e gênio violento não tinha um só discípulo”.⁸⁷⁹ Com esse quadro, em 1822 surge o primeiro colégio particular do Maranhão, sob o título de *Silveira*, muito provavelmente em homenagem ao governador que o autorizou, o general Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. O colégio Silveira teve, no entanto, uma curta existência, em razão de uma lei provincial de 1827, que promoveu o estabelecimento de outra instituição com o auxílio do erário provincial. Em seu currículo lecionavam-se as primeiras letras, latim e francês, geografia, música e desenho.⁸⁸⁰

A curiosidade mais saliente a respeito do *Silveira*, no entanto, é o fato de que seu professor de latim, nomeado pelo governador Bernardo da Silveira, era Francisco Sotero dos Reis, que em 1823 obteve em concurso a cadeira pública dessa disciplina. Além do colégio Silveira, até 1821 o Maranhão possuía apenas algumas aulas públicas pagas pelo erário provincial: 1 de primeiras letras, 2 de gramática latina, 1 de retórica e 1 de lógica e metafísica.⁸⁸¹ Aulas particulares de primeiras letras havia muitas, sobretudo aquelas ministradas através de padres, sem mencionar as escolas religiosas e seminários. Contudo, as turmas nunca eram demasiado grandes, havendo em geral um número reduzido de alunos para os professores. As aulas mais freqüentadas eram as de latim, que em 1828 eram ministradas na Santa Casa da Misericórdia, em dois turnos, com 46 estudantes, seguidas pelas de geometria, com apenas 10 alunos. O restante das disciplinas, como retórica e filosofia, tinham uma freqüência pífia, não ultrapassando 3 estudantes em cada uma,⁸⁸² talvez em razão da qualidade de seus professores.

O Maranhão alcança o fim do período colonial, em 1823, com 15 cadeiras públicas: 12 de primeiras letras, 1 de filosofia, 1 de gramática latina – cujo regente era Francisco Sotero dos Reis – e 1 de retórica, esta última vaga.⁸⁸³ Em São Luís, funcionavam quatro destas cadeiras: a de filosofia, regida pelo padre Frei Manuel Justino, a de retórica, a de gramática latina, uma de primeiras letras, regida pelo Padre Domingos Cadavila Veloso, e uma

⁸⁷⁹ *Idem, ibidem*.

⁸⁸⁰ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do, *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, pp. 76-77.

⁸⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 77.

⁸⁸² MARQUES, César Augusto. *Op. cit.*, p. 403.

⁸⁸³ *Idem, ibidem*, p. 402.

cadeira para meninas, regida por Justiniana Joaquina Amada. No interior da província, existiam cadeiras em Alcântara, São Bento, Guimarães, Viana, Munim, Itapecuru-Mirim, Rosário, Mearim, Vila do Paço e Vinhais. O ordenado dos professores secundários era de 400\$000 anuais, e dos primários, 150\$000.⁸⁸⁴

Com a promulgação da constituição do império brasileiro, veio a lei de 15 de outubro de 1827, o primeiro dispositivo legal que regulou a questão educacional em nosso país, e determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos, cujos professores seriam providos vitaliciamente, através de concurso público. A qualidade do ensino, porém, não se alterou muito, pois apenas ampliou-se o conjunto das disciplinas primárias básicas, que consistiriam assim em leitura, escrita, as quatro operações matemáticas, frações, proporções, noções de geometria prática, gramática da língua nacional, além de princípios de moral cristã e doutrina católica. Os livros de leitura obrigatória deveriam ser a Constituição do Império e a História do Brasil, e o método adotado, sempre que possível, o mútuo.⁸⁸⁵

Contudo, a lei de 15 de outubro não deu os resultados esperados em virtude do escasso número de matrículas, do péssimo aproveitamento dos alunos e da pequena quantidade de escolas em todo o país. Apesar disso, a desventurada lei conseguiu produzir alguns benefícios à instrução pública do Maranhão, pois o número de escolas em toda a província saltou, em 1838, de 14 para 24 estabelecimentos, atingindo em especial um número maior de cidades e vilas do interior maranhense. Contudo, não há muito o que dizer a respeito destes estabelecimentos, em geral mantidos por professores sem muita competência e em instalações quase sempre precárias. No entanto, surge nesse período o segundo colégio de instrução da província, dirigido pelos maranhenses José Cândido de Moraes e Silva e Manoel Pereira da Cunha, onde se ensinava português, francês, geografia, aritmética e geometria. Teve curta duração, como vários outros estabelecimentos de ensino da cidade, em virtude do envolvimento de José Cândido com o jornalismo político e as acirradas disputas políticas do Maranhão.

⁸⁸⁴ *Idem, ibidem.*

⁸⁸⁵ Tal método consistia em fazer os alunos mais avançados ensinar e compartilhar seus conhecimentos aos mais atrasados, também conhecido como método de Lancaster.

Somente em 1835, através da lei de 30 de março desse mesmo ano, é que houve os primeiros esforços oficiais no sentido de dotar a capital maranhense de um estabelecimento de ensino secundário e profissionalizante. Com este objetivo, foram criadas as cadeiras públicas, na capital maranhense, de língua nacional, inglês, geografia e história. A cadeira de geometria, a partir de então, seria integrada ao primeiro ano do curso de comércio, enquanto a língua francesa já estava prevista pelo conselho da província. A língua inglesa foi acrescentada ao currículo escolar secundário em virtude do intenso comércio que a cidade mantinha com a Inglaterra, a ponto de São Luís possuir uma pequena colônia de ingleses. A preocupação era, portanto, formar quadros através da instrução pública que pudessem ser úteis ao comércio, de modo a facilitar as relações empresariais e de mercado. Contudo, até então, o jovem estudante que desejasse obter alguma formação básica, no Maranhão, tinha diante de si poucas opções: caso fosse rico, educava-se em sua própria casa, recebendo aulas de professores particulares, em sua maioria padres ou bacharéis formados em Coimbra, cujos serviços eram oferecidos nos avisos dos jornais da província ou tomados através das relações diretas da família do aluno. Caso não tivesse tantas posses, poderia se matricular em alguma classe de um professor público, em sua cidade de origem ou, em casos remotos, na capital.

O projeto de uma escola secundária em São Luís finalmente torna-se realidade com a lei de 24 de julho de 1838, que cria na capital o *Liceu Maranhense*, um ano depois, portanto, do *Imperial Colégio Pedro II*, deste modo carregando consigo toda a correspondência e representação simbólica em relação à instituição carioca. O *Liceu Maranhense* começa a funcionar em 14 de fevereiro de 1839, mas a sua existência conhecerá um significado duradouro e expressivo. Esse estabelecimento de ensino médio representa um marco na instrução pública maranhense, uma vez que atravessará o século 19, tornando-se a mais antiga instituição escolar do Maranhão. Desta forma, conhecer a história do *Liceu Maranhense* não é apenas realizar o levantamento das realizações do sistema de ensino público da região, mas principalmente deparar-se com um tipo específico de formação intelectual, que uma expressiva parcela da elite maranhense recebeu ao longo do século 19, legível e explícito no artigo 1º. da lei 77 de 1838:

Formar-se-á um Liceu na Capital da Província com a reunião das seguintes cadeiras: 1º. - filosofia racional e moral; 2º. - retórica e poética; 3º. - geografia e história; 4º. - gramática filosófica da língua e análise de nossos clássicos; 5º. - língua grega; 6º. - língua latina; 7º. - língua francesa; 8º. - língua inglesa; - 9º. - desenho; 10º. - aritmética, primeira parte de álgebra, geometria e trigonometria plana; 11º. - segunda parte de álgebra, cálculo e mecânica; 12º. - navegação, trigonometria esférica e observações astronômicas; 13º. - cálculo mercantil e escrituração por partidas dobradas, formando esta cadeira com a 10ª., o curso de comércio, e as 10ª., 11ª. e 12ª., o de marinha.⁸⁸⁶

Através dos corredores deste estabelecimento de ensino, passaram, na condição de diretores, professores e alunos, muitos dos vultos mais importantes da intelectualidade maranhense, entre eles vários que, algum tempo depois, seriam pertencentes à mais elevada linhagem da inteligência brasileira do século dezenove. Seu primeiro diretor foi o gramático, professor de latim e literatura, Francisco Sotero dos Reis, um dos docentes da instituição, além de Cândido Mendes de Almeida, lente de geografia e história, autor do célebre *Atlas do Império do Brasil*, o primeiro do gênero no país, e Joaquim de Sousa Andrade, o Sousaândrade, professor de latim e grego, autor do épico *Guesa Errante* e ardente defensor dos ideais republicanos. Até o célebre Antônio Gonçalves Dias, em 1845, publica três poemas no *Jornal de Instrução e Recreio*, periódico fundado e organizado pelos estudantes do Liceu, em torno da *Associação Literária Maranhense*, da qual também participava o seu colega, amigo e futuro biógrafo do grande bardo do romantismo brasileiro, Antônio Henriques Leal. Os poemas de Gonçalves Dias publicados no periódico, do qual Sotero dos Reis era também redator, provocaram no mestre maranhense profunda admiração e respeito pelo jovem poeta:

O hino ao *Mar* é, em nossa opinião, uma peça lírica grandiosa, animada e variada, como o seu objeto: uma obra digna dos melhores mestres.

[...]

O Sr. Gonçalves Dias, pois, que se dá a conhecer por tais ensaios (*A Inocência* e a *Idéia de Deus*), e faz a sua entrada no mundo literário debaixo de tão felizes auspícios, é um engenho de finíssima têmpera, um engenho que sem dúvida há de honrar o nome brasileiro, se continuar a trilhar a carreira poética.⁸⁸⁷

⁸⁸⁶ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*. São Luís: Revista de Geografia e História [s.e.], 1953, p. 11.

⁸⁸⁷ Citado por LEAL, Antônio Henriques, *Pantheon maranhense*, Tomo II, p. 36.

Os estatutos da instituição foram escritos por Sotero dos Reis, diretor e também professor da cadeira de latim, aprovados pelo governo em 12 de outubro de 1838. Neste mesmo ano, foram nomeados os primeiros lentes do colégio, que eram João Nepomuceno Xavier de Brito, secretário e professor do primeiro ano de matemática, Francisco Raimundo Quadros, na cadeira de francês, Antônio Duarte da Costa, professor de gramática filosófica, Antônio Jansen do Paço, docente de inglês, e João Leocádio de Melo, titular de desenho civil, formando assim o primeiro quadro de lentes do estabelecimento. A lei de 1838 prescrevia ainda que todas as aulas públicas provinciais estivessem sujeitas à inspeção da congregação do *Liceu*, e que os egressos do curso receberiam o grau de bacharel em letras. Os autores do projeto do *Liceu* tinham em vista o sistema de ensino francês e coimbrão, que em 1830 deu privilégio aos bacharéis em letras habilitados em escolas das quais o *Liceu* tornou-se um espelho.

Com este perfil, o *Liceu Maranhense* tinha por finalidade tornar-se uma instituição de caráter modelar, como o *Colégio Pedro II*, no Rio de Janeiro. O estabelecimento de ensino do Maranhão notabilizou-se, como o seu correspondente carioca, pela adoção de técnicas pedagógicas e disciplinares avançadas para a época, estimulando a formação intelectual e a competição entre os alunos, pois para cada aula havia dois prêmios, que consistiam em duas medalhas de prata conferidas aos melhores alunos. As aulas eram diárias, com duas horas e meia para latim, francês e gramática filosófica, duas horas para inglês e grego, e as demais disciplinas com uma hora e meia. A exposição dos trabalhos de desenho e as sabatinas eram semanais e obrigatórias. Os exames eram realizados por turmas, cada uma com três alunos, para as quais eram sorteados três pontos com 24 horas de antecedência, sobretudo a partir de 1840, quando o quadro de docentes ficou completo. Neste ano, entrou para o quadro o geógrafo maranhense Cândido Mendes de Almeida, que se tornou o lente proprietário da cadeira de geografia e história do *Liceu*, tomando posse e juramento no dia 22 de janeiro. Até para os casos de licença de seus professores, o estabelecimento contava com *substitutos efetivos*, nomeados pelo presidente da província, com o objetivo de evitar que os estudantes perdessem aulas durante parte do ano letivo. Estas, entre outras medidas, contribuíam para que o *Liceu* fosse a instituição modelar de ensino do Maranhão.

Contudo, o estabelecimento de ensino maranhense não teve um começo tão pródigo como o *Colégio Pedro II*, em virtude das dificuldades iniciais. Sua criação não se deu *pari passu* à instalação em um prédio público, de modo que os professores tiveram que aguardar um ano até que as obras no pavimento inferior do Convento do Carmo fossem concluídas, onde começou a funcionar o *Liceu*. Dividindo espaços com os conventuais, a instituição tornou-se com o tempo séria e rígida, de modo que os alunos, em sua maioria moços entre 16 e 22 anos, encontraram um ensino difícil, desconsoante com as capacidades e formação obtidas em primeiras letras. Além disso, os professores tiveram que ser autorizados a dar lições em suas casas enquanto as obras do *Liceu*, nas dependências do Convento do Carmo, não estivessem concluídas. Com esse quadro inicial, dos 22 alunos matriculados na aula de gramática filosófica, em 1839, 15 perderam o ano, e dos 10 matriculados em matemática nenhum obteve aprovação.⁸⁸⁸

Apesar do embaraçoso começo, a instituição começou a organizar-se e a tornar-se prestigiada na sociedade maranhense. Mesmo durante o período da Balaiada, em que a província foi governada pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, o *Liceu Maranhense* obteve manifestações de prestígio e reconhecimento, em meio a todas as apreensões oficiais, como o provimento para o seu material didático, embora o corpo discente e docente não tivesse sido dispensado de serviços militares obrigatórios até 1842, quando findou a famosa revolta dos balaios. Contudo, a congregação do *Liceu* parece ter sido muito bem reputada entre as autoridades, logo no começo de sua existência, já que era constantemente convidada para solenidades em datas nacionais, nas quais sempre comparecia. Além disso, os premiados escolhidos pela congregação dos lentes do *Liceu* eram aprovados pelo presidente da província, e as medalhas de prata com as quais eram premiados eram cunhadas em Lisboa.⁸⁸⁹

Uma evidência da grande consideração de que gozavam os lentes do *Liceu*, e a própria instituição, entre as autoridades do Maranhão, é a rapidez com que suas demandas eram atendidas, em determinados casos. Em 8 de outubro de 1840, por exemplo, diante de

⁸⁸⁸ VIVEIROS, Jerônimo de, *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 12.

⁸⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 14.

uma simples reclamação de atraso do ordenado de um dos professores da instituição, o então presidente Luís Alves de Lima e Silva emite o seguinte ofício:

Sr. Diretor do Liceu na Capital,

Tendo-se representado *um dos fortes do Liceu* sobre a morosidade que experimentou em receber os seus ordenados, pelo fato de ser o pagamento feito individualmente no Tesouro Provincial, nesta data expedi ordem ao respectivo Inspetor para que satisfaça os ordenados desse Estabelecimento na mesma forma porque o faz aos da Assembléia Legislativa Provincial e Catedral, cumprindo que V. S. mande organizar a folha respectiva e autorize um dos empregados para ir receber ao Tesouro a sua importância total.⁸⁹⁰

Até o governo imperial manifestava algum zelo e preocupação em responder as saudações do estabelecimento de ensino maranhense:

Tenho Sua Magestade o Imperador acolhido benigno os sentimentos de respeito e lealdade manifestados na congratulação, que à sua Augusta Presença, e pelo intermédio de V. Ex^a., dirigiu a Congregação do Liceu Maranhense, em consequência do Ato Solene da sua Sagração e Coroação. Assim o comunico a V. Ex^a. para o fazer constar à referida Congregação.

Palácio do Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1841.⁸⁹¹

Gozando, portanto, de alto prestígio como instituição de ensino público, não tardou que o *Liceu* acumulasse encargos e funções na estrutura administrativa provincial. Em 1841, sob o governo do então presidente João Antônio de Miranda, uma nova lei regulamenta a questão da fiscalização, criando a Inspetoria da Instrução Pública, entre outras medidas, que passou a ser exercida pelo diretor do *Liceu Maranhense*. Como Francisco Sotero dos Reis continuava à direção do estabelecimento, tornou-se então o primeiro inspetor da Instrução Pública da Província, cujas atribuições consistiam, entre várias outras, em fiscalizar e inspecionar, através de si ou seus delegados, todas as escolas provinciais, regular o método e o sistema de ensino de cada uma delas, visitar mensalmente as escolas da capital, vigiar o comportamento dos professores particulares, intermediar as relações entre o governo e o professorado e preparar semestralmente o relatório do estado da instrução pública em

⁸⁹⁰ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 14.

⁸⁹¹ *Idem, ibidem.*

toda a província. O *Liceu* tornou-se, deste modo, o centro de emanção das políticas públicas provinciais em educação.

Conforme mencionamos linhas atrás, a seriedade e dificuldade do ensino do Liceu tornaram-se, com o tempo, um traço distintivo e modelar da instituição, à medida que a estrutura e a influência do estabelecimento ampliavam-se com o aumento da instrução pública em toda a província. O ingresso para a instituição passou a ser controlado por uma série de medidas restritivas que visavam a qualidade dos alunos matriculados, entre elas uma nova subordinação das matérias lecionadas, em 1843:

Nenhum aluno será matriculado em qualquer das aulas do Liceu desta cidade sem ter perfeito conhecimento das primeiras letras; nas aulas de filosofia racional e moral e de retórica e poética, sem exame de latim; de geografia e história, escritação e desenho, sem exame de geometria; nas aulas de gramática, filosofia e análise dos clássicos, sem exame de filosofia e retórica.⁸⁹²

É evidente que tais medidas tornaram ainda mais difícil e seletivo o ingresso no estabelecimento de ensino, o que decerto contribuiu para um reduzido número de matrículas ao longo do século dezenove, em razão do caráter rígido do método adotado pela instituição maranhense. Contudo, tomando como *modelo* o *Colégio Pedro II*, é de se notar que o *Liceu Maranhense* reuniu, em torno de seu estabelecimento e estruturação, os esforços da elite provincial não apenas de dotar o Maranhão de uma instituição capaz de formar apropriadamente os seus filhos e membros, mas, sobretudo, no sentido de promover ainda mais o florescimento e a propagação da cultura local, reproduzindo em escala provincial o esforço fundamental que ocorria, em todo o país, em especial no Rio de Janeiro, de construção da nação e organização do Estado brasileiro. O estabelecimento maranhense conseguiu, desta forma, inscrever-se no longo *processo civilizatório* que varria o país em todas as regiões e províncias, mormente na corte carioca, que a sociedade do Maranhão procurava de algum modo acompanhar, em certa medida, mas aclimatando e adaptando tudo às necessidades e idiosincrasias locais.

⁸⁹² Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 17.

Entretanto, é certo que a educação da província não podia viver somente de uma única instituição modelar de ensino, uma vez que, em conformidade com o exposto, a instrução pública da província ainda era em grande parte desorganizada e amplamente deficitária, em especial no que dizia respeito à formação da população mais carente. Com o objetivo de corrigir esta distorção, no decurso do ano de 1841 foi criado o mais importante instituto de ensino destinado à faixa populacional mais pobre do Maranhão, ao longo do século dezanove: a *Casa dos Educandos Artífices*.

Instituída pela Lei nº. 105, de 23 de agosto de 1841, sob a presidência de João Antônio de Miranda, a *Casa de Educandos Artífices* destinava-se a receber moços desvalidos, preferencialmente os enjeitados, e foi inaugurada em 25 de novembro daquele mesmo ano, com 28 alunos, com a finalidade de lhes oferecer instrução de primeiras letras e um ofício. Com uma dotação orçamentária inicial de 4:000\$000, esta instituição desempenhou uma importante atividade social no Maranhão. Com o tempo, cresceu e tornou-se referência para a educação dos mais pobres, chegando a possuir oficinas de sapateiro, alfaiate, marceneiro, pedreiro, aulas de desenho, escultura, música, e o curso primário completo. Em seu interior vigorava uma rígida disciplina, ao lado de uma permanente polícia dos hábitos de higiene e alimentação, o que conferiu ao instituto reputação modelar. Possuiu ainda uma apreciada banda de música, e seu registro anual de matrículas alcançou o expressivo número de 300 alunos internos.

A *Casa de Educandos Artífices* gozou, portanto, de grande prestígio e conceito junto à sociedade maranhense, em função dos serviços relevantes que prestou, formando profissionais úteis e salvando vocações do abandono e da marginalidade. Esta instituição provocava tão boa impressão junto às autoridades e estrangeiros, que Louis Agassiz relata a sua grande surpresa, em *Viagem ao Brasil*, ao encontrar um colégio onde a disciplina, o rigor e a qualidade dos estudos, o asseio e a higiene, bem como as acomodações e instalações adequadas para um estabelecimento desta natureza, constituíam uma exceção digna de menção em relação ao comum e corrente do país:

Visitamos com maior interesse um instituto para a educação dos órfãos pobres, admiravelmente dirigido. Trata-se aí, não de educar crianças infelizes como colegas, se bem que recebam instrução elementar, leitura, escrita e cálculo, mas de

lhes dar meios com que possam ganhar honestamente a vida. Ensinam-lhes vários ofícios; a música e o aprendizado de alguns instrumentos; enfim uma escola de desenho anexa ao instituto completa a sua educação. Perfeita disciplina e escrupuloso asseio reinam em todo o estabelecimento. E isso não era o resultado excepcional de cuidados previamente preparados, porque nossa visita havia sido absolutamente inesperada. Ficamos extremamente surpresos, pois a ordem e os cuidados domésticos meticolosos não são virtudes brasileiras. É uma consequência do trabalho dos escravos; nada se faz convenientemente que não seja sob a vigilância do senhor. Os dormitórios espaçosos e bem arejados; as redes enroladas numa prateleira, cada uma por cima do gancho em que seria suspensa à noite; os calçados pendurados em cabides, ao longo das paredes e os pequenos cofres com as roupas de cada menino bem dispostos embaixo.

[...]

No andar superior está a enfermaria, grande e bela sala bem ventilada, com numerosas janelas donde se desfruta uma vista admirável e por onde entra uma brisa muito fresca. [...] A cozinha e a dispensa não eram menos bem tratadas do que o resto, e a maior simplicidade reinava em toda a casa, embora nada faltasse do que é necessário ao conforto e à saúde, tudo estando apropriado à sua finalidade. Ao lado do edifício principal se acha uma bonita capelinha, e o prédio está situado no meio duma bela praça arborizada, encantador lugar para recreio dos alunos, que, de tarde, aí fazem música.⁸⁹³

Esta nobre instituição teve uma vida longa, pois encerrou suas atividades na aurora do regime republicano, em 13 de dezembro de 1889, quando a junta de Governo Provisório do Maranhão a dissolveu para sempre. Contudo, apesar destes recuos, a instrução pública do Maranhão conheceu avanços significativos em todo o século 19, sobretudo no período monárquico, que abrange a maior parte de sua história.

A primeira reforma que conheceu a instrução pública maranhense ocorreu através da Lei nº. 267, de 17 de dezembro de 1849, sancionada por Honório Pereira de Azevedo Coutinho. Através desta lei, foram adotados para o ensino primário três métodos: o individual, o simultâneo e o lencastrino, em conformidade com a frequência dos alunos e o tamanho das turmas, que podiam variar, conforme a regra, de 10 a 40, 40 a 80, 80 a 160. Os vencimentos dos professores, de acordo com a reforma, variavam de acordo com o tipo de escola e o método adotado, sendo que os professores com menos de 10 alunos teriam apenas a metade dos vencimentos no primeiro ano, sendo aposentados no segundo ano, caso o número de matrículas não subisse, com um terço do ordenado. A reforma também tentou controlar a quantidade excessiva de faltas, suprimindo a justificação das mesmas, de modo que o

⁸⁹³ AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, pp. 148-149.

professor perdia o ordenado do dia da falta. A lei de 1849, por outro lado, tentou beneficiar ao máximo possível o *Liceu Maranhense* e os seus lentes, pois criou a cadeira de gramática filosófica da língua portuguesa e aumentou ordenado anual dos mestres para 1:000\$000. Além disso, criou o sistema de jubilação, com vencimento integral para o professor deste estabelecimento que completasse vinte anos de exercício do magistério, permitindo-lhe, caso desejasse continuar a lecionar por mais tempo, a receber 50% a mais do ordenado anual.

Contudo, esta primeira reforma não durou muito tempo. Depois de um ano de funcionamento, foi revogada pela Lei nº. 282 de 1850, que restabeleceu a lei anterior, de modo que os lentes do Liceu voltaram a receber os 740\$000 anuais.

No ano de 1854, a instrução secundária registrou a matrícula de 360 alunos em toda a província, dentre os quais apenas 96 estavam no Liceu, 118 em escolas particulares da capital e o restante em aulas de latim e francês no interior. Uma das conseqüências naturais de um quadro tão tímido de vagas é que este seleto grupo de alunos formava o núcleo, sobretudo, dos futuros dirigentes e da classe intelectual da província maranhense. Portanto, o acesso restrito ao ensino de qualidade, mesmo público, em face talvez da diminuta receita provincial para investimentos no setor, explica em parte o fato de que muitos intelectuais e homens de letras maranhenses acabaram por optar, até mesmo pela falta de opções, pela formação autodidata, ainda que coadjuvados pelo ensino de professores particulares. Detecta-se, apesar disso, uma expressiva expansão da instrução primária provincial, sobre uma população total estimada em 400 mil habitantes, já que são registradas, neste ano, 1.941 crianças matriculadas em escolas de toda a província, com 1.626 em 47 escolas públicas e 315 em 13 colégios particulares, sendo que a maioria, ou 1350 alunos, encontrava-se no interior do Maranhão.

Porém, nesse período há um quadro mais promissor para a instrução pública e a educação, em virtude de várias reformas e do aumento substancial de escolas e vagas em toda a província. Mas não é possível compreender, em todas as suas dimensões e importância, este novo quadro sem mencionar a profunda reforma do ensino que, pouco tempo antes, foi promulgada pelo presidente da província do Rio de Janeiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, através do regulamento de 14 de dezembro de 1849. Este primeiro regulamento tornou-se o

embrião de uma ampla reforma que mais tarde seria coordenada pelo futuro ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, o então presidente da província fluminense, Couto Ferraz. A *Reforma Couto Ferraz*, como ficou conhecida algum tempo depois, tornou-se modelar para todo o país, já que a província fluminense era adotada pela elite imperial como uma espécie de *laboratório civil*, em que todas as medidas e ações do governo eram medidas, testadas e avaliadas antes de estendê-las à administração geral, sobretudo no tocante às decisões do Governo-Geral, a fim de consolidar a ordem e o *processo civilizatório* da nação e, portanto, do império brasileiro.⁸⁹⁴ Caso dessem certo, as medidas saiam do âmbito cortesão e alcançavam as províncias. A *Reforma Couto Ferraz* foi resultado de um período em tubo de ensaio, e sua origem teria sido uma anterior, através do Regulamento de 1 de setembro de 1847, que foi revogado, mas cujas idéias e princípios foram conservadas, de modo que a revogação assumiu caráter de aperfeiçoamento e reelaboração.

De modo geral, as determinações do Regulamento de 14 de dezembro de 1849, promulgado por Couto Ferraz, mantinham os mesmos propósitos e deliberações do anterior, alterando apenas a denominação das escolas primárias de instrução pública e especificando, com grande ênfase, que o magistério público seria exercido apenas por “cidadãos brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, de reconhecida morigeração que não houveram sofrido penas de galés ou condenação por crime de estupro, rapto, adultério, roubo, furto ou outro que ofenda a moral pública ou a religião do Estado”.⁸⁹⁵ Além disso, a reforma determinava que a profissão de professor não poderia ser exercida ao mesmo tempo que qualquer outra profissão de natureza comercial.

O objetivo de tais restrições era, sem dúvida, sanear o professorado e reestruturar o ensino público, que se encontrava em estado de indigência, desorganizado e entregue a indivíduos de baixíssima competência e índole, no mínimo, duvidosa. Por esta razão, a *Reforma Couto Ferraz* pretendia uma profunda alteração em toda a estrutura do ensino brasileiro. O começo de tudo foi uma lei assinada em 15 de setembro de 1851, cujo texto autorizava o governo a realizar uma vasta mudança em todo o ensino primário e secundário do município da Corte. Entretanto, uma profunda reforma do sistema educacional não aconte-

⁸⁹⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 240.

⁸⁹⁵ Citado por MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 263.

ceu sem um período de experiência e *laboratório civil*, a fim de que as mudanças definitivas, resultantes da Lei nº. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, fossem executadas *a posteriori*, já com algum lastro de conhecimento prévio. Deste modo, o projeto preliminar da futura reforma ficou restrito ao Rio de Janeiro, a *cidade laboratório*. O seu artigo 1º., entre outras medidas, estabelecia o seguinte:

- 1ª. disposição – Haver no Município um Inspetor-Geral da Instrução e em cada Paróquia um delegado seu;
- 2ª. disposição – Qualquer pessoa que se propuser a abrir ou dirigir uma escola ou colégio, ou a lecionar nestes estabelecimentos, deverá requer licença ao Inspetor-Geral, justificando aptidão, idade maior de vinte e um anos e moralidade. Aos estrangeiros só se concederá licença para abrirem tais estabelecimentos, se metade pelo menos de seus professores constar de cidadãos brasileiros.⁸⁹⁶

Atente-se para o fato de que Couto Ferraz, desde quando era apenas o presidente da província fluminense, já estava imprimindo outra direção no ensino carioca. Entre as medidas anunciadas pelo Regulamento de 1849, havia normas específicas para o ensino secundário, sobretudo no tocante às normas para os colégios particulares, que “só poder[iam] ser abertos, dirigidos e lecionados por pessoas que ofereçam penhores legais de moralidade e capacidade”,⁸⁹⁷ normatizando assim o sistema de instrução privada. A norma específica para o ensino privado tem a incorporação de mais coerções para os colégios particulares na Lei de 15 de setembro de 1851, que estabelece no artigo 1º., disposições de número 41 e 61, a instituição de um sistema de inspeção do ensino privado, com penas aos infratores, definindo ainda um novo currículo para o curso primário. A adoção de tais medidas visava, em especial, pôr um fim na desordem reinante do sistema de instrução privada, cuja regulação e organização obedeciam somente ao critério da volubilidade e extravagância dos professores e diretores.⁸⁹⁸

Outra medida adotada por Couto Ferraz na província fluminense foi a reorganização do sistema de inspeção, com a atribuição de tarefas exclusivas ao inspetor-geral, inspetores e conselhos municipais, e também aos inspetores paroquiais, em suas respectivas freguesias.

⁸⁹⁶ Citado por NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira, 500 anos de história*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1989, p. 130.

⁸⁹⁷ Citado por MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 263.

⁸⁹⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 89.

as. Como o inspetor-geral era nomeado pelo presidente da província, estabeleceu-se em norma que para o exercício do cargo deveria ser nomeada somente “pessoa conceituada por sua ilustração e prudência”,⁸⁹⁹ dotado, portanto, de ampla cultura, mas especialmente de capacidade de observação, vigilância e disciplina.

O objetivo destas novas normas, bem mais rígidas que as anteriores, era sem dúvida estruturar o ensino do Rio de Janeiro, o município da Corte, de modo que pudesse ser utilizado como modelo e aplicado extensivamente a todo o país. Depois de alcançada esta finalidade, pôde-se passar para o passo seguinte, que era a grande reforma de 1854, posta em prática pelo então ministro e secretário de Estado, Couto Ferraz. Com um total de 135 artigos, o projeto da reforma teve um amplo impacto no sistema educacional brasileiro. Entre as medidas mais significativas, que sem dúvida contribuíram de modo decisivo para elevação da qualidade da instrução pública do país, destaca-se a uniformização da profissão do magistério, a criação de um plano de carreira e um sistema de avaliação dos professores, o estabelecimento de um currículo mais extenso para o ensino primário e um novo plano educacional para o ensino secundário do *Colégio Pedro II*. Além disso, conseguiu a organização dos estabelecimentos de ensino particular e instituiu, em paralelo, um conjunto de normas disciplinares exclusivas para os funcionários da instrução pública,⁹⁰⁰ sobretudo no tocante às obrigações.

O *laboratório civil* do Rio de Janeiro conseguiu, então, cumprir o seu papel de tubo de ensaio, e a fase de experiência da Lei de 1851 estava, portanto, concluída, de modo que poderia ser estendida a todas as províncias do império. Com o decreto de 17 de fevereiro de 1854, Couto Ferraz ampliou ainda mais as reformas a que vinha dando implemento no Rio de Janeiro há quatro anos, cujas principais medidas eram a exigência de uma melhor capacitação dos docentes, estabelecimento de uma inspeção escolar eficiente e criação de um Conselho Diretor, além da adoção de regimentos e programas escolares, inspirados ou copiados das reformas francesas de Guizot e Falloux.

De qualquer modo, a nova reforma do ministro do império Couto Ferraz colheu excelentes resultados, sobretudo para o sistema de ensino da Corte. A instrução pública carioca

⁸⁹⁹ Citado por MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 258.

⁹⁰⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 90.

conheceu um período de acentuado dinamismo, o que possibilitou a saída de uma fase de profundo caos e desordem, no qual se encontrava durante o período regencial, e assim experimentar uma grande alteração em relação à fase anterior. A consequência natural deste período de dinamismo e vitalidade foi, sem dúvida, a ampliação do sistema de instrução pública, pois em 1872 o município da Corte já contava com 94 escolas públicas de ensino primário com 7.434 alunos matriculados. Chama especial atenção o relativo equilíbrio, na oferta de vagas, entre os sexos: das 94 escolas públicas, 48 eram masculinas e 46 femininas, e do total de alunos, 3.522 eram meninos e 3.912, meninas.⁹⁰¹ Tais indicadores refletem, portanto, a preocupação acentuada em oferecer instrução primária para todos os cidadãos reconhecidos como tal, de modo que, em geral, a *Reforma Couto Ferraz* foi completamente positiva para a província fluminense. Todos os relatórios da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apontam o seu grande sucesso, assim como o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro que, trinta anos depois, avalia que ela “veio exercer influência salutar em todo o país, enquanto rara é a província que não a tem copiado”.⁹⁰²

É neste ponto que retornamos à província maranhense, em especial ao período de 1851-55. Governava o Maranhão, nesse momento, Eduardo Olímpio Machado, homem de admiráveis qualidades administrativas e intelectuais que, após realizar em São Paulo um brilhante curso jurídico, granjeou para si a proteção do imperador. Das mãos de Olímpio Machado sai uma das mais importantes e avançadas reformas da instrução pública do Maranhão, seguindo o mesmo modelo adotado pelas constantes e salutares reformas do ministro Couto Ferraz. Contando com a simpatia do imperador, Olímpio Machado pôde revestir sua investidura no cargo de presidente provincial, em 1851, de um caráter de missão. Este bacharel em direito pretendia reproduzir no Maranhão a experiência de Couto Ferraz no Rio de Janeiro. Após realizar um profundo diagnóstico do estado da educação provincial, em 1855 o presidente Olímpio Machado baixou um novo regulamento, que fez comunicar à Assembléia Legislativa Provincial, em 2 de fevereiro do mesmo ano. Neste documento, o

⁹⁰¹ *Idem, ibidem.*

⁹⁰² Citado por MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 265.

governador lança as bases de uma reforma, em que reproduzia os princípios norteadores da *Reforma Couto Ferraz*:

Regulado até aqui por uma legislação imperfeita, omissa em muitos casos, sem nexos, nem sistema, e desempenhado as mais das vezes por um pessoal pouco habilitado, porque a mesquinha retribuição, que tem, não convida outro que o seja mais, o ensino primário e secundário nesta Província não pode apresentar um resultado satisfatório, e correspondente ao seu fim, se bem que se dê um grande número de estabelecimentos públicos e em diversos particulares; por quanto *não é somente na propagação, mas também na perfeição, que consiste a utilidade do ensino em geral, sendo certo que uma destas condições deve andar a par da outra, para que ela seja verdadeiramente profícua.*⁹⁰³

Nesta época, o número de estabelecimentos de ensino da província estava em 95, o total de alunos em 3.006, perfazendo a soma de 78 escolas públicas e 17 particulares. Os colégios públicos eram freqüentados por 2.433 alunos, enquanto os particulares por 573. Entre os públicos, havia 22 estabelecimentos de ensino secundário. Portanto, o aumento da oferta do ensino público na província era bastante apreciável, uma vez que o número de estabelecimentos particulares era três vezes menor que os públicos, de onde se infere uma atuante presença do governo provincial, ainda que a qualidade não andasse a par da quantidade, e a *propagação* fosse bem maior que a *perfeição*. De qualquer modo, a ênfase na expansão do ensino público aumentou consideravelmente a presença do governo até mesmo nas regiões mais remotas da província, oferecendo assim mais opções ao jovem talentoso que ambicionava não só adquirir as primeiras letras, como avançar em sua formação e, talvez, concluir os estudos universitários.

No entanto, a reforma de Eduardo Olímpio Machado, apesar das evidentes limitações orçamentárias da província, pretendia ser mais ampla e mais completa. Um dos objetivos máximos, entre os pretendidos pelo então presidente do Maranhão, seguindo o exemplo e o espírito da *Reforma Couto Ferraz*, era o saneamento moral e cívico do professorado, afastando os indivíduos de índole e comportamento inadequados ao exercício do magistério, e para alcançar este fim sancionou a seguinte norma, através do artigo 7 do regulamento de 2

⁹⁰³ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 22. Grifos meus.

de fevereiro de 1855, que reproduzia basicamente o texto do Regulamento de 14 de dezembro de 1849, promulgado por Couto Ferraz:

Não pode ser nomeado professor público o indivíduo que tiver sofrido pena de galés, ou condenação judicial por crime, de furto, de roubo, estelionato, bancarrota, rapto, incesto, adultério, ou outro qualquer, que ofenda a moral pública ou a religião do Estado.⁹⁰⁴

Com esta medida, a reforma de Olímpio Machado, reproduzindo em escala provincial a *Reforma Couto Ferraz*, pretendia regularizar e uniformizar o exercício do magistério, com o objetivo de aumentar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas da província e, assim, atrair para a profissão pessoas mais brilhantes, decentes e, sobretudo, realmente habilitadas para a missão de educar as crianças e os jovens. Com um quadro de professores moralmente sadios, seria possível oferecer aos pupilos exemplos de comportamento e decência a ser seguidos e imitados, além de indivíduos dotados de competência intelectual, de forma a instruir os alunos na direção da moralidade e do civismo e inseri-los de modo ordeiro e produtivo na vida social. Outra medida adotada pela reforma era o aperfeiçoamento e capacitação das gerações futuras do professorado maranhense. Para tanto, foram criados os professores adjuntos no curso primário e os repetidores no secundário, em observância ao fato de que o limite dos recursos financeiros da província não permitia a criação de uma Escola Normal para o preparo técnico dos docentes. Em compensação, procurou estimulá-los à produção e ao desempenho de qualidade, segundo o que estabelece o artigo 86 do novo regulamento:

O Presidente da Província, sobre proposta do Inspetor da Instrução Pública, poderá conceder prêmios aos professores que se tornarem notáveis no magistério, já compondo compêndios para uso das escolas, já traduzindo os melhores publicados em línguas estrangeiras, assim distinguido no ensino por mais de 20 anos no ensino efetivo.⁹⁰⁵

Tal medida, conforme veremos mais adiante, teve repercussões extremamente salutarres entre os intelectuais maranhenses, que assim dispuseram de um mecanismo legal que os

⁹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 24.

⁹⁰⁵ *Idem, ibidem*.

incentivavam à produção de livros didáticos, criando assim um mercado para este tipo de produção, ao qual se juntou a importante atuação da indústria gráfica local. Desta forma, seguindo de perto os passos do ministro Couto Ferraz, o governador Olímpio Machado procurou imprimir uma nova e melhor direção à instrução pública da província, sobretudo ao propor a reorganização de todo o sistema de inspeção e fiscalização, regularização e organização dos estabelecimentos de ensino, reformulação do método de formação dos professores, através das habilitações e exames para o exercício do magistério, estímulo aos melhores profissionais do ensino com a distribuição de recompensas no cumprimento das funções, em especial as docentes, controle da admissão, freqüência e aproveitamento dos alunos e, principalmente, “a imposição de multas aos pais, tutores e protetores negligentes em mandar instruir seus filhos, pupilos e protegidos”.⁹⁰⁶ Esta última medida merece um comentário à parte.

Entre os vários fatores que dificultavam o avanço da instrução pública sobre todas as classes de cidadãos livres, o que mais se destacava era a insistência dos pais em não enviar seus filhos às escolas. Esta resistência doméstica, em particular das famílias senhoriais, nascia de uma enorme desconfiança dos pais em relação ao sistema de instrução pública e privada, já que se sentiam invadidos em sua privacidade e assaltados em seu pátrio poder, devido à crescente penetração do Estado no seio familiar, cujo objetivo era, sem dúvida, exercer um controle cada vez maior sobre as famílias, sobretudo no tocante à formação das crianças e jovens que deveriam compor, no futuro, as classes dirigentes do país. Aumentar o poder do governo de Estado sobre as famílias, coibindo a exclusividade da educação doméstica, significava aumentar o raio de influência e o poder civilizatório do próprio Estado, que assim criava condições para exercer o monopólio das almas e de sua formação, a fim de atender interesses próprios e aumentar ainda mais a abrangência da elite senhorial do império e seu poder.⁹⁰⁷

No entanto, o número de crianças que não haviam recebido qualquer tipo de instrução pública era ainda muito grande nesse período, o que justificou uma ação coercitiva do Estado, que relacionou o fato ao poder e à influência “negativa” dos pais, os quais se recusavam

⁹⁰⁶ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 22.

⁹⁰⁷ Ver em MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 259.

a enviar os seus filhos para as instituições de ensino. Recordemos que, até bem pouco tempo, no início do século 19, uma boa parte da instrução pública do país, senão a expressiva maioria, provinha do seio familiar, do interior das casas, do ambiente doméstico, da mesma forma que os recursos, as instalações e até mesmo o ordenado dos professores, de modo que ainda havia, em paralelo com o esforço de construção de uma política de Instrução Pública, uma enorme resistência oriunda dos lares brasileiros, que não viam razão para entregar ao Estado o dever de instruir e educar seus filhos. De qualquer jeito, o *governo do Estado* e o *governo da Casa* ⁹⁰⁸ estavam em lados opostos agora, a ponto das relações entre ambos serem caracterizadas apenas pelo contínuo empenho com que o primeiro procurava controlar e dirigir os destinos do segundo, cujos domínios eram perdidos cada vez mais para o Estado. É o que se nota, de modo exemplar, no relatório do ano de 1852 do vice-presidente do Rio de Janeiro, Darrigue Faro, em que recomenda a radicalização da ação governamental a respeito do avanço da instrução pública primária em todas as classes sociais:

...que se marque os limites do pátrio poder a semelhante respeito e os direitos da autoridade pública, que nenhuma ação tem presentemente contra a incúria e ignorância dos pais quando estes não querem ou não se importam que seus filhos vão à escola. ⁹⁰⁹

Com isto, torna-se muito elucidativa a medida adotada pelo presidente da província do Maranhão, Olímpio Machado, que com isto alinhava-se ao projeto nacional de expansão do sistema de instrução pública, iniciado pelo ministro Couto Ferraz. Seu notável empenho em dotar o ensino provincial de uma melhor organização e qualidade é, em realidade, o reflexo de um *processo civilizatório* em andamento, posto em prática pela elite política do império, cuja finalidade era a própria construção do Estado imperial, além da constituição e ampliação da classe senhorial, unindo-a aos demais homens livres da sociedade civil através do crescimento do ensino público. A Instrução Pública, como mecanismo de aumento da presença do governo de Estado, buscava a *formação do povo*, constituído pelos cidadãos livres, de modo que o objetivo de “estendê-la a todas as classes de cidadãos, ainda os mais

⁹⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 260.

⁹⁰⁹ *Idem, ibidem*.

pobres e desvalidos”⁹¹⁰ assume caráter especial e profundo significado, na medida em que era necessário dotar a nação de homens úteis, amantes da ordem e do trabalho, a fim de constituírem o núcleo produtivo da sociedade, aliviando-a de indivíduos que apenas lhe gerassem encargos.

Por esta razão, a reforma provincial de Olímpio Machado abordou com grande ênfase e solicitude o problema da infância desvalida, ao criar normas específicas para o seu atendimento no regulamento de 2 de fevereiro de 1855, em seu artigo 90:

Os delegados de instrução darão parte ao inspetor da existência em seus respectivos círculos de meninos manifestamente inteligentes a quem não possam os pais, tutores, curadores ou protetores fornecer vestiário decente e simples, para freqüentarem as escolas, e então o Presidente, ouvido o Inspetor, que procurará com cuidado, informar-se, se a indigência é ou não verdadeira, mandará fornecer aos ditos meninos o vestiário necessário.

(...)

Os referidos delegados, outrossim, darão parte ao Inspetor da Instrução da existência em seus respectivos círculos de meninos que, além da falta de roupa para freqüentarem as escolas, vivem em mendicidade, afim [sic] de serem, depois das formalidades legais, entregues mediante pagamento, aos párocos ou aos professores dos distritos, ou ainda recolhidos à *Casa dos Educados* desta Capital.⁹¹¹

Com o intuito de permitir o melhor atendimento dos desvalidos, Olímpio Machado esforçou-se ainda no sentido de aprimorar a organização da *Casa dos Educandos Artífices*, através do decreto de 7 de março de 1855, em que lhe dava um novo regulamento. Sem se dar por satisfeito, criou ainda um novo instituto para meninas carentes, em especial as órfãs e abandonadas da Casa de Misericórdia, com capacidade para quarenta internas, batizado de *Asilo Santa Teresa*. O governador da província maranhense conseguiu também aumentar, a fim de atender às novas demandas criadas pela reforma do ensino, a dotação orçamentária da instrução pública, que saiu de 53 contos, ainda sob sua administração, para 83 contos, com ênfase para o ensino secundário, representado pelo *Liceu Maranhense*, e o ensino profissional, constituído pela *Casa dos Educandos Artífices*, respectivamente com 16:300\$00 e 17:297\$000. O total dos recursos gastos com o sistema de ensino público, por-

⁹¹⁰ Citado por VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 22.

⁹¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 24.-25

tanto, em uma receita de 390:000\$000, alcançava o expressivo percentual de 21% do orçamento provincial.

No entanto, o ensino primário mereceu uma particular atenção por parte do presidente Olímpio Machado, que o considerava “a base de todo e qualquer outro para o homem civilizado”.⁹¹² Deste modo, as escolas de primeiras letras foram divididas em escolas de 1.º e de 2.º graus, em virtude das condições e distância em que se encontravam as respectivas localidades. Nas primeiras, dada a maior quantidade, seria ministrada uma instrução mais simples, de expectativas mais modestas, e nas segundas, “uma instrução mais desenvolvida e cabal”,⁹¹³ circunscrita às cidades e vilas de maior população, com vias de acesso mais fáceis. Por outro lado, o ensino secundário, talvez o mais organizado até então, também recebeu uma regularização especial, sobretudo no tocante à ampliação do currículo. A instituição de ensino que mais se beneficiou destas reformas foi novamente o *Liceu Maranhense*, considerado o centro de excelência provincial do ensino secundário, que assim teve o curso de belas letras completado com o acréscimo de duas cadeiras: uma de história antiga e moderna, com ênfase na história do Brasil, e outra de gramática geral com destaque à língua nacional e história da *literatura brasileira e portuguesa*. Criou-se ainda um novo curso de ciências com as cadeiras de história natural, física e química, com vistas à aquisição de um novo edifício para o *Liceu Maranhense*, a instituição modelar de ensino da província.

Estas medidas em particular assumem um vivo significado, conforme verificaremos mais adiante, quando relacionadas à elaboração e adoção de livros didáticos pelos professores do sistema de ensino do Maranhão, já que o núcleo principal da classe intelectual maranhense era constituído, sobretudo, por homens de acentuada formação clássica e coimbrã e, portanto, de natureza ou extração lusitana. No momento, é necessário enfatizar apenas que a reforma mais ampla que conheceu a instrução pública do Maranhão, como extensão da *Reforma Couto Ferraz*, acentuou ainda mais os caracteres específicos da província, de modo que o *processo civilizatório*, em grande parte, conheceu adaptações às peculiaridades da sociedade luso-maranhense.

⁹¹² *Idem, ibidem*, p. 23.

⁹¹³ *Idem, ibidem*.

O presidente da província do Maranhão estava cômscio, no entanto, que as medidas adotadas em lei não eram suficientes para combater, por si mesmas, a imensa carência e desordem do ensino público, face às necessidades de organização e reforma, se por outro lado a autoridade pública não garantisse a infra-estrutura indispensável à execução do projeto, cujo êxito dependia de outras esferas do poder do Estado:

...a propagação e mesmo os melhoramentos da instrução não dependem unicamente da legislação e regulamentos especiais, mas também de boas vias de comunicação, que facilitem a freqüência das escolas, e a regular fiscalização do ensino do interior, e que essas só com uma longa série de bem entendidos e perseverantes esforços se podem obter num país onde os melhoramentos desse gênero estão ainda por criar; porém, não é menos certo, que a legislação especial será sempre para este, ou outro qualquer ramo do serviço público, a principal causa do respectivo atraso ou progresso.⁹¹⁴

Ainda assim, a reforma de Olímpio Machado tornou-se uma referência para as futuras administrações da província. Salvo algumas alterações, ela vigorou até 1874, acompanhando as intensas mudanças pelas quais atravessava a instrução pública de todo o país. No cômputo geral, é possível afirmar que as reformas provinciais de Olímpio Machado alcançaram um êxito expressivo, sobretudo quando somadas as vagas de todo o sistema de ensino, tanto o público quanto o privado. Se elas não resultaram em uma significativa expansão de toda a instrução pública da província, ao menos conseguiram imprimir um novo ritmo e uma nova organização ao sistema de ensino, que assim pôde contar, a par das reformas em nível nacional, com uma ênfase e importância bem maior para o *processo civilizatório* que o país atravessava neste período.

Deste modo, a estatística educacional do Maranhão de 1865 registra um tímido aumento da população escolar, mesmo após dez anos de execução das reformas: as escolas públicas primárias somavam apenas 94 unidades, 69 masculinas e 34 femininas, frequentadas por 2.919 alunos, dos quais 599 estavam na capital da província. O ensino primário particular contava com 19 instituições de ensino, sendo 11 masculinas e 8 femininas, com o total de 646 alunos, o que perfazia para todo o ensino de 1.º grau a soma de 3.565 matriculados. No caso da instrução secundária, o *Liceu* possuía 212 alunos matriculados em 13

⁹¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 24.

cadeiras, enquanto no interior esse número alcançava apenas 17 alunos, em 5 cadeiras de latim e francês, em total de 229 alunos para o ensino de 2.º grau.⁹¹⁵ No entanto, quando estes números são confrontados com outras estatísticas, verifica-se que os anos posteriores, apesar dos totais ainda serem muito baixos quando se considera a população absoluta da província, são bem mais estimulantes. Assim, em 1870 o volume de alunos matriculados na instrução primária alcança o total de 5.088, enquanto na instrução secundária registram-se 585 alunos, tornando-se o ano, até então, de maior expansão da Instrução Pública Provincial. Acompanhe-se, neste sentido, a evolução das matrículas ao longo dos anos após a execução das reformas do sistema de ensino do Maranhão, conforme segue à tabela abaixo:

ANOS	Ensino Primário			Ensino Secundário	Total
	Masc.	Fem.	Total		
1857	1849	347	2.196	213	2.409
1858	1970	387	2.357	176	2.533
1859	2115	433	2.548	200	2.748
1860	2185	432	2.617	171	2.788
1861	2184	457	2.641	194	2.835
1862	2433	545	2.988	150	3.138
1863	2451	636	3.087	145	3.232
1864	2214	705	2.919	160	3.079
1865	2498	730	3.228	218	3.446
1866	2662	870	3.532	167	3.699
1867	3029	983	4.012	239	4.251
1868	3241	995	4.236	275	4.511
1869	2339	1038	4.337	230	4.607
1870	3739	1349	5.088	585	5.673

FONTE: MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província...*, p. 403.

Como se vê, os totais evoluem de maneira muito acanhada até 1870, em que se registra um volume surpreendente de matrículas, com um acréscimo de 1.711 alunos na educa-

⁹¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 28-29.

ção primária somente em comparação ao ano anterior, perfazendo um total de 1.066 alunos a mais para todo o sistema de ensino provincial em um único ano. Este fenômeno é parcialmente explicado em razão do surto de desenvolvimento que teve a instrução particular da província, sobretudo entre os anos de 1860 e 1870, quando o espaçamento entre a abertura de um colégio e outro abrevia-se bastante, aumentando de modo considerável a oferta de vagas disponíveis. Entre estas novas instituições particulares de ensino algumas se destacam por se constituírem importantes núcleos de atividade intelectual dos homens de letras maranhenses do oitocentos e, portanto, estarem diretamente envolvidas com a consolidação de São Luís como *cidade letrada*.

A mais importante instituição de ensino criada neste período é o célebre *Instituto de Humanidades*, fundado em 1861, em São Luís, que nasceu dos esforços do bacharel Pedro Nunes Leal, no sentido de dotar a capital maranhense de uma instituição privada de ensino secundário modelar, com características disciplinares e higiênicas únicas na capital maranhense. Com esse propósito, Pedro Nunes Leal se dispôs a agremiar em seu estabelecimento de ensino um numeroso e selecionado corpo docente, composto pelos mais destacados homens de letras e intelectuais do Maranhão daquele período, entre os quais se destacam nomes como Francisco Sotero dos Reis, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Raimundo Teixeira Mendes, Antônio Henriques Leal, entre outros. Tinha, entre as suas peculiaridades principais, como objetivo central, o cunho eminentemente prático da instrução a ser ministrada pelos professores daquele ginásio:

Exercícios orais e por escrito, temas, dissertações, análises, argumentações; a aplicação constante e esmerada da língua prática; a inclinação dos ânimos juvenis para o estudo da natureza [sic] e da agricultura por meios de cursos elementares das ciências físicas e da agricultura.⁹¹⁶

O curso do *Instituto de Humanidades*, elaborado para dez anos de formação e estudos, era composto pela instrução primária e secundária, tornando-se uma dos primeiros estabelecimentos de ensino do Maranhão a abranger os dois níveis de escolaridade. A instrução primária dividia-se em dois graus, sendo que no primeiro ensinava-se a ler, escrever, contar, doutrina cristã, civilidade, e, no segundo, língua portuguesa, corografia e história do

⁹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 27.

Brasil, geografia geral, resumo da história universal, caligrafia e exercício de memória. A instrução secundária abrangia o ensino e estudo das línguas clássicas – latim e grego – e modernas – português, inglês, francês e alemão –, ciências, letras e belas artes. O instituto tornou-se célebre, no entanto, pelo especial cuidado que conferia ao ensino da língua portuguesa, organizado em classes comuns e uma classe especial em que os clássicos da língua eram estudados, além de métodos de recitação em verso e prosa, galicismos, análise de frases, estilística e pureza da língua. Uma não menor atenção era dada às ciências, lecionadas em seis cadeiras, distribuídas entre filosofia racional e moral, princípios de direito natural, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria retilínea, física, química, introdução à história natural, geologia e agricultura, geografia, cronologia e história universal, oratória, poética e literatura, direito comercial e princípios de economia política. Um conjunto de três cadeiras formava ainda o curso de belas artes, compostas pelo desenho, música, dança, e o curso de educação física, composto por duas cadeiras de ginástica e esgrima. Como se vê, tratava-se de um programa de ensino ambicioso para a época e para a província, com vistas a uma formação ampla e diversificada. Para este fim, Pedro Nunes Leal fez investimentos igualmente ambiciosos, e incentivou o seu quadro de docentes a produzir todo o material didático que deveria ser utilizado nos cursos e cadeiras oferecidos pelo *Instituto de Humanidades*. Das produções mais célebres destacam-se, evidentemente, as *Postilhas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* e o célebre *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, ambos escritos por Francisco Sotero dos Reis, com o objetivo de ser utilizados pelos alunos do instituto de Pedro Nunes Leal, que se tornou, em seu relativamente curto período de existência – dez anos – a instituição de ensino privado mais respeitada e famosa de toda a província, por utilizar o melhor corpo catedrático de que dispunha o Maranhão durante o século 19. O *Instituto de Humanidades*, deste modo, ajudou a consolidar ainda mais a tradição letrada maranhense, formando novos quadros que a abasteceriam mais adiante.

Outros importantes estabelecimentos de ensino foram criados em São Luís na segunda metade do século 19, como a *Escola de Aprendizes Marinheiros* em 1861 e o *Seminário das Mercês* em 1863, de modo que a instrução pública continuou aumentando significativamente a sua rede de escolas, algumas atravessando décadas de prestação de serviços, de

modo que, em 1865, contava com 103 escolas, das quais 94 eram escolas públicas primárias, divididas entre 69 colégios para o sexo masculino e 34 para o sexo feminino. O ensino primário particular contava apenas com 19 colégios, dos quais 11 eram para o sexo masculino e 8 para o sexo feminino. A instrução secundária, por esse período, ainda estava quase totalmente concentrada no *Liceu Maranhense*, com 13 cadeiras para 212 alunos na capital e apenas 5 miseráveis cadeiras para o interior do Maranhão, de latim e francês em Alcântara e Caxias, e francês em Itapecuru, atendendo uma magra clientela de apenas 17 alunos.⁹¹⁷ A capital da província centralizava, portanto, todas as expectativas dos alunos maranhenses de concluir os seus estudos e aspirar à continuação de sua formação em outro centro do império brasileiro ou mesmo fora do país. Contudo, os investimentos dispendidos pela província com a instrução pública, em 1865, eram consideráveis, pois cerca de 24% da limitada receita de 547:830\$000, ou exatamente 133:900\$000, eram gastos com educação.

Um educador que merece uma menção à parte é o caso de Antônio Marques Rodrigues, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, catedrático de geografia e história no *Liceu Maranhense*, também versado em literatura, que foi nomeado para a direção da instrução pública da província entre os anos de 1864 e 1868. A atuação deste educador e homens de letras é muito importante para a consolidação da instrução pública da província, porque não se ateve somente à função burocrática de diretor, mas se destacou, sobretudo, como um grande incentivador do livro didático, assumindo o cargo de conselheiro do professorado e distribuindo aos milhares e gratuitamente, por todas as escolas da província, compêndios e obras de caráter pedagógico, em especial para serem doados aos alunos que não tivessem posses para adquiri-los. Entre os livros que distribuí o que mais se destaca é um de sua própria autoria, intitulado *Livro do povo*, destinado, como o próprio título indica, à educação de todas as classes sociais. Este compêndio, conforme verificamos em capítulo anterior, atinente à expansão da indústria tipográfica no Maranhão, foi um enorme sucesso editorial saído dos prelos de José Maria Correia Frias, batendo os recordes de impressões já alcançados por um livro na província, alcançando, em sua 5ª. edição, 26 mil exemplares. Como o *Livro do Povo* conheceu outras edições depois do ensaio monográfico escri-

⁹¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 29.

to por Frias sobre a indústria tipográfica maranhense,⁹¹⁸ sempre com grandes tiragens, é bem possível que este compêndio tenha superado, com bastante folga, a julgar pelas grandes tiragens de suas sucessivas edições, os 60 mil exemplares. Foi, com efeito, um enorme sucesso editorial, pois Antônio Marques Rodrigues, com seu projeto pedagógico e literário, pretendia criar o gosto da leitura junto ao povo, alcançando-o através de baixos preços de venda, ao mesmo tempo em que, com isto, sanando as dificuldades de se obter livros didáticos ao alcance dos estudantes de toda a província. Contudo, o sucesso deste verdadeiro *best-seller* oitocentista superou as fronteiras do Maranhão, tornando-se não apenas o livro de leitura e formação da infância maranhense do segundo reinado, como também de várias outras províncias do império, principalmente do Nordeste brasileiro, onde se tornou muito célebre e popular. O próprio Marques Rodrigues tinha uma perfeita consciência do enorme alcance de sua iniciativa como autor:

Satisfazer uma grande necessidade de nosso ensino primario, a uniformidade dos livros de leitura, vulgarisar a historia do Salvador do Mundo, os seus milagres, e sua doutrina, e os melhores preceitos de economia e ordem, taes são os fins, que temos em vista com a publicação do LIVRO DO POVO, e para alcançar tão grandioso resultado puzemos em pratica a publicidade baratissima.

Adoptado para o uso de leitura das escolas primarias de algumas provincias, recebido e animado benevolmente pelo publico e pela imprensa, o LIVRO DO POVO teve em menos de dous annos duas edições, representando ambas o numero de 10:000 exemplares, *phenomeno raro nos annaes da typographia brazileira*. [...] ⁹¹⁹

Com o tempo e as sucessivas edições, Marques Rodrigues fez distribuir a sua obra gratuitamente por todas as escolas primárias do Maranhão, tornando-se o mais bem sucedido educador maranhense do segundo reinado, formando várias gerações de jovens leitores e estudantes. O sucesso do *Livro do Povo* foi tão grande que, apesar das inúmeras e abastadas edições para os padrões tipográficos brasileiros que conheceu, tornou-se uma raridade, devido ao fato de ser muito usado e adotado por um público muito vasto, e ter-se tornado uma referência cultural de amplo espectro geracional. É, ao menos, o que esta carta escrita pelo

⁹¹⁸ O exemplar que digitalizamos é a nona edição, de 1881.

⁹¹⁹ RODRIGUES, Antônio Marques. *Livro do Povo*. São Luís: Typographia do Frias, 1881, p. 5.

cidadão maranhense José Queiroz, do distante município de Carolina, ao sul do Maranhão, permite deduzir em sua narrativa:

Historico do Livro

Amigo e Compe. Raymdo. Maia:

Satisfaço a tua justa aspiração de *maranhense patriota* e bibliophilo erudito, enviando-te este cubiçado exemplar do *escasso* Livro do Povo. Satisfazendo ao meu desejo, offereceu-m'o Dona Mundica Maranhão Japiassú, mezes atraz, sem aceitar remuneração. Foi encontrado sem difficuldade, numa das gavetas existentes na casa. *O livro vale mais do que se pensa*, quando se attenta ao facto de que, nelle, aprenderam a ler corretamente, todos os filhos do velho Liberato Cvte. Maranhão †: d. Mundica (hoje viuva do Diogenes Japiassú), Pedro Maranhão, Enelydes Maranhão e, creio que d. Therezinha (viuva do Emiliano Azevedo). Faltava apenas a folha com as paginas 159 e 160, que enxertei, retirando-a de um outro volume muito mutilado, que tbm. obtive, e no qual estudou José Rodrigues Bandeira, de Imperatriz, havendo-o datado e rubricado em Maranhão, a 17 de junho de 1881. Este ultimo vol. era ms. antigo, da oitava edição de 1872, o que explica pequena modificação nas linhas de composição typographica.

Era o que se continha.

“No tempo de Herodes, rei da Judéia”

Guarda a relíquia.⁹²⁰

Contudo, o *Livro do Povo*, em razão de ter sido amplamente utilizado para a alfabetização, formação moral, cívica e religiosa dos estudantes das escolas primárias maranhenses e nordestinas, estava longe de possuir um conteúdo liberal, de modo que a maior parte do compêndio ocupava-se com uma adaptação romanceada da vida de Cristo e uma narrativa sobre a importância da atuação dos vigários em suas paróquias, ou exatamente 152 páginas de um total de 280. Somente depois de longos capítulos de educação religiosa é que o compêndio ocupa-se com assuntos mais laicos, como a descrição de alguns mamíferos, aves e répteis, uma longa dissertação sobre a importância do professor primário na formação dos estudantes e dos trabalhadores, um conjunto de aforismos e conselhos dedicados aos lavradores, máximas e sentenças cristãs, aforismos e orientações sobre higiene, noções de astronomia, um extrato do texto *Simão de Nantua*, de caráter cívico e moral, e noções de corografia e história do Brasil. No entanto, o sucesso do livro de Marques Rodrigues deve-se

⁹²⁰ QUEIROZ, José. *Carta a Raymundo Maia*. Carolina: Maranhão, 8 de junho de 1927. Apensa ao exemplar da nona edição, de 1881, entre as páginas 30 e 31. (grifos meus)

justamente a esse coquetel de formação moral, cívica e religiosa, ao lado da alfabetização e conhecimentos laicos primários, com o objetivo de formar cidadãos úteis, obedientes à religião, amantes do trabalho, da ordem e da civilização e, sobretudo, orgulhosos da pátria brasileira.

Entretanto, uma das iniciativas mais notáveis na instrução pública do Maranhão no segundo reinado foi a fundação, em 1870, da *Sociedade 11 de Agosto*, através de dois importantes educadores maranhenses da época, Antônio de Almeida Oliveira e João Antônio Coqueiro, com o objetivo principal de manter cursos noturnos gratuitos para as classes operárias da capital da província. A *Sociedade 11 de Agosto* foi inaugurada em 2 de dezembro de 1870, contando com 80 sócios benfeitores e 258 efetivos. Iniciou as suas atividades com 150 alunos matriculados, distribuídos em aulas de primeiras letras, gramática portuguesa, aritmética, álgebra, geografia e desenho. Em pouco tempo, a sociedade prosperou e cresceu, atingindo no ano de 1874 a quantidade de 449 alunos inscritos, o que é um indicador apreciável da importância da instituição para o segmento populacional que pretendia abrange e atingir com seus cursos.

A *Sociedade 11 de Agosto* deve, no entanto, parte considerável de seus progressos aos esforços de seus organizadores e, sobretudo, da proteção que lhe dispensava o conselheiro Augusto Olímpio Gomes de Castro, político maranhense de grande influência que, ao ocupar o cargo de presidente da província (1874-1875), adquiriu prédio próprio para a sede da instituição, adaptando-o às suas necessidades. A partir desse período, a associação participou ativamente de todas as iniciativas da instrução pública provincial, tornando-se raro o evento, trabalho pedagógico ou obra de beneficência em que não estivesse à frente no Maranhão. Através da *Sociedade 11 de Agosto* é organizado o curso normal, legalizado desde 19 de junho de 1847 pela lei nº. 1088, instituindo pela primeira vez a cadeira de pedagogia em terras maranhenses. Durante muitos anos, a Biblioteca Pública Provincial ficou sob a sua responsabilidade, a qual abrigou, bem como sediou outras associações de caráter cultural e educacional, como a *Sociedade Literária Ateneu Maranhense* e a *Sociedade Protetora dos Alunos Pobres*. Em suas dependências foram dados cursos gratuitos de geometria aplicada às artes e à indústria e uma série de lições sobre as utilidades e vantagens do uso do sistema métrico decimal, além de ter instalado o primeiro laboratório de química de toda a

província. Porém, de todas essas atividades, deve-se à *Sociedade 11 de Agosto* a concepção moderna de um curso normal para professorado maranhense, para o qual dispendeu muitos esforços, sem chegar a vê-los concretizados em razão de constantes adiamentos políticos, apesar do reconhecimento da urgência e necessidade daquela formação. Com todo o currículo para o funcionamento do curso estruturado e o corpo catedrático selecionado, não chegou a diplomar professores, encerrando a *Sociedade 11 de Agosto* as suas atividades em 1882, transferindo o edifício e toda a infra-estrutura para a província, que em troca manteve a aula noturna e pagou débitos da instituição.

Enquanto isso, as reformas educacionais continuaram aos poucos avançando na instrução pública maranhense, embora as sucessivas trocas de presidentes da província impedissem uma ação duradoura das autoridades constituídas, de modo que eram raras as oportunidades em que as medidas governamentais conheçam um longo período de aplicação e rastro de continuidade. Às vezes, no mesmo ano, as trocas de presidente provincial chegavam até quatro, de modo que, mal entrava na gestão um governante, já tinha que preparar um relatório para que outro assumisse o seu lugar. Destarte, eram poucos os que se preocupavam com uma política educacional de efeitos de longo alcance. Destes poucos, menos ainda conseguiam ter uma visão crítica adequada dos progressos da instrução pública provincial, e é o caso do vice-presidente, em exercício da presidência em 1870, José da Silva Maia, que autorizou a reforma do regulamento da Instrução Pública de 2 de fevereiro de 1855, que, em sua curta gestão, encontrava-se defasado em relação às demandas educacionais da província. O vice-presidente Silva Maia vinha de exercer a Inspeção da Instrução Pública durante sete anos consecutivos, nos quais acumulou larga experiência para fazer algum julgamento do estado e da qualidade em que se encontravam a educação primária e secundária do Maranhão:

A nossa instrução publica não se acha em estado satisfatorio. Não carece só de simples melhoramentos, mas de grandes reformas.

O regulamento que a rege está muito longe de satisfazer as necessidades do serviço, e alem de ressentir-se de inumeros defeitos e lacunas, contem disposições que contrarião os principios hoje recebidos sobre a instrucção publica.

Comquanto me pareça conveniente que o governo continue a exercer rigorosa fiscalisação sobre a moralidade e capacidade das pessoas, que se dedicação ao magisterio, e sejam ellas obrigadas a solicitar licença previa para abrirem aulas de ensino particular, fazendo a necessaria prova, quando não forem reconhecidas

aquellas duas condições, todavia entendo que a referida licença não deve estar sujeita aos pesados direitos, que hoje pagam, convindo antes que seja concedida gratuitamente.

Não é este o único defeito do actual regulamento. Entre os principaes sobresahe ainda a sua nímia brandura para os professores.

Parece-me pois de urgente necessidade que auctoriseis a sua reforma.⁹²¹

Entre as medidas adotadas por Silva Maia destacam-se a obrigatoriedade do ensino primário, a inspeção das escolas públicas e particulares por pessoas de confiança do governo, a exigência de dez anos de exercício efetivo para o professor requerer transferência ou permuta de sua cadeira, criação de aulas noturnas na capital e em Caxias, Alcântara, Viana e Itapecuru, além da exigência de ter curso completo em humanidades para o candidato a provimento por concurso de qualquer uma das cadeiras do Liceu e a conversão do Liceu em internato. No entanto, Silva Maia, um ardoroso amante da ordem e da subordinação dos mais novos às autoridades, tinha projetos ainda mais radicais para a única instituição pública de ensino secundário da província, que a seu ver não cumpria mais com a função para a qual fora originalmente destinada:

Devo dizer-vos alguma cousa sobre o Lycêo, onde é dado na capital o ensino publico secundario.

Este estabelecimento regido por um regulamento incompleto e cheio de lacunas e omissões, não preenche o fim de sua criação, tendo ultimamente chegado á um ponto tal de irregularidade, por parte dos alumnos que o frequentão, que considero de vantagem a sua extinção, creando-se em substituição um internato, no qual, ensinando-se as mesmas matérias e mais aquellas que de futuro se considerarem precisas, tenham os alumnos mais sujeição, e haja a ordem e subordinação que allí não é quase possível restabelecer.

A despeza que se fizer com este melhoramento será sem duvida compensada pelas vantagens, que provirão da nova instituição.

Em algum dos conventos da capital, de accordo com o respectivo prelado, pode ser fundado o estabelecimento de que trato, sendo aproveitado não só o pessoal, como até o material do Lycêo.⁹²²

Contudo, as pretensões do ex-inspetor da instrução pública da província em entregar o ensino secundário às mãos dos prelados e da igreja tiveram que se contentar em transformar a mais antiga instituição pública de ensino secundário do Maranhão em um internato.

⁹²¹ MAIA, José da Silva. *Relatório que Sua Excellencia o Shr. Vice-Presidente da Provincia, Dr. José da Silva Maya apresentou no dia 18 de mayo de 1870 perante à Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinaria*. São Luís: Typographia de J. M. A. Serrão, 1870, p. 13.

⁹²² *Idem, ibidem*, pp. 13-14.

Nem a reforma do regulamento da instrução pública, aspirada por Silva Maia, chegou a ser realizada, de modo que o antigo continuou em vigor até 17 de julho de 1874, quando o então presidente da província, José Francisco de Viveiros, sancionou a lei que aprovou o novo regulamento elaborado pela Assembléia Legislativa Provincial.

O novo regulamento da instrução pública provincial manteve a divisão em escolas de ensino primário e secundário, os cargos de delegados literários, entre outras medidas, mas criou o Conselho da Instrução Pública, composto de cinco membros, nomeados pelo presidente da província, dentre os lentes catedráticos do Liceu, sob a indicação do inspetor da instrução pública. Entre as atribuições do Conselho, constava o julgamento das infrações disciplinares dos professores, “possíveis de penas graves, mediante um processo em que os direitos da justiça encontram sem perigo os direitos da defesa, processo que no velho regulamento não offerecia as mesmas garantias de imparcialidade e certeza”.⁹²³ Para tanto, alterou-se o capítulo das penas, incluindo entre elas a perda da cadeira, mesmo entre os professores vitalícios. Uma das razões dessa alteração é o saneamento moral do magistério, onde o princípio de vitaliciedade, segundo Viveiros, “está subordinado às regras da justiça positiva, as quaes, sem embargo das que acham-se estabelecidas no código criminal para as infracções dos empregados publicos, cabem tambem na alçada de regulamentos especiaes, feitos para certa ordem de serviço”.⁹²⁴ O objetivo era, portanto, expulsar do quadro docente aqueles lentes que, eventualmente, cometessem crimes comuns, para os quais o antigo regulamento não previa a perda da cadeira ou dos vencimentos, em função da vitaliciedade. O princípio da vitaliciedade vinculou-se, a partir de então, à antiguidade dos professores em suas cadeiras, condicionado a 5 anos de exercício efetivo do magistério. A nova regra, em termos atuais equivalente a um estágio probatório, tinha como objetivo estimular a capacitação dos próprios professores, a fim de que a estabilidade garantida pela vitaliciedade não inchassem a instrução pública de indivíduos incompetentes ou negligentes com a qualidade do ensino, interessados no magistério como renda complementar:

⁹²³ VIVEIROS, José Francisco de. *Relatorio com que O Exm. Snr. Vice-Presidente Dr. José Francisco de Viveiros passou a administração da provincia ao Exm. Snr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro em 28 de setembro de 1874*. São Luís: Typographia do Paz, 1874, p. 24.

⁹²⁴ *Idem, ibidem*.

Disposição salutar e benéfica, porque não é bastante a capacidade profissional para constituir um bom professor, são precisos outros requisitos como a pureza de costumes, a brandura do gênio, o método de ensino e o constante estudo para o desenvolvimento da difícil profissão de pedagogo, requisitos que só adquirem com uma longa prática de magisterio.

*Se o professor logo que fosse provido na cadeira descansasse á sombra da vitaliciedade, não tinha o estímulo de se avantajarem em boas qualidades aos seus collegas, porque a vitaliciedade esterilizaria as fontes nobres da emulação; entretanto os cinco annos de aprendizagem são sum penhor seguro de que o candidato á vitaliciedade, no esforçado empenho de seus deveres, conquistará palmo a palmo a coroa de sua nobre ambição.*⁹²⁵

Além destas atribuições, o Conselho de Instrução Pública emitia pareceres sobre os compêndios a ser adotados nas escolas públicas, organizava o orçamento geral, inclusive a despesa para a aquisição de móveis, objetos e equipamentos para toda as unidades escolares, formulava o regulamento e as normas para as aulas e cadeiras públicas, propunha à Assembléa Legislativa a criação ou a extinção de cadeiras da instrução pública, e, por fim, impunha a pena de suspensão e outras sanções aos alunos do Liceu, por razões de indisciplina ou comportamento imoral.

O Conselho de Instrução Pública, portanto, passou a cumprir a função de árbitro e instância deliberativa para uma série de demandas e queixas da sociedade civil e do professorado maranhense. A julgar pelo número de processos que escaparam à ação do tempo e se acumularam nos arquivos do Liceu,⁹²⁶ é de se inferir que o Conselho exerceu grande influência, sobretudo em função do caráter pedagógico de suas atribuições, a qual se nota desde as escolhas dos livros didáticos até o fornecimento de material escolar para toda as escolas públicas da província. Contudo, sobretudo neste último aspecto, a ação do Conselho tendeu a ser negligente e ineficaz, devido às grandes distâncias e à concentração de recursos na capital da província. Além disso, ao Conselho cabia somente organizar o orçamento, e não executá-lo, atribuição que competia aos presidentes provinciais, cuja ação, em muitos momentos, foi no mínimo incompetente, quando não criminosa. Deste modo, em relação ao fornecimento de material escolar e infra-estrutura para as escolas primárias da província, abundam os registros de reclamações e demandas do magistério maranhense, que em mui-

⁹²⁵ *Idem, ibidem.* (grifos meus)

⁹²⁶ Cerca de trinta e seis processos chegaram às mãos de pesquisadores do século XX. Conforme VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 37.

tos casos simplesmente não tinha como saná-las, em virtude do quadro de absoluta indigência em que se encontravam, conforme é possível aferir em diversos relatórios enviados ao Conselho:

A minha aula se acha criada há oito anos, e até hoje não me foram fornecidos os utensílios necessários, de modo que um caixão serve de cadeira ao professor e uma banda de porta de mesa aos alunos.

(...)

Tendo eu sido provido (sic) nesta cadeira em 1855, entrando em exercício em 1856, foram-me fornecidos, para a instalação da escola, uns limitadíssimos utensílios, que, tendo se estragado no correr de 23 anos, ainda não foram substituídos apesar de minhas reclamações.⁹²⁷

É o que se lê nos relatórios dos professores João Ferreira Pacheco, do futuro município de Guimarães, e Herculana Firmina Vieira de Sousa, do município de Cururupu, de 1882 e 1879, respectivamente. Contudo, o primeiro regimento interno das escolas primárias do Maranhão, de 16 de junho de 1877, que trata especificamente da escola, do professor, das matrículas, do regime do ano escolar, dos exames, dos delegados literários, das matérias, e, sobretudo, do material escolar, instituiu que as escolas públicas funcionariam em casas que reunissem “boas condições higiênicas expressamente construídas para esse mister”,⁹²⁸ estabelecendo ainda que cada escola devia ter, entre os objetos mínimos obrigatórios, um armário, três cadeiras, uma mesa para o professor, mesas e bancos para todos os alunos, um relógio, uma campainha, um quadro negro, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, cabide, régua, canetas, lápis, entre outros. Vê-se, portanto, que o governo provincial estava em pleno descumprimento das normas estabelecidas por ele próprio no que tange à instrução pública. E, no entanto, fatos ainda mais graves continuaram a se acumular nos expedientes do Conselho de Instrução Pública do Maranhão, como é o caso da professora de Macajituba, Etelvina Filomena Martins de Melo, que afirma em seu relatório de 1880 que teve “a nomeação da cadeira, sem nunca ter tido a satisfação de vê-la.”⁹²⁹

⁹²⁷ *Idem, ibidem.*

⁹²⁸ *Idem, ibidem*, p. 38.

⁹²⁹ Conforme VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, p. 37.

Entretanto, o regimento interno de 1877 já apontava uma série de avanços para a instrução pública maranhense, principalmente em relação ao melhor funcionamento dos horários de aula e ao estabelecer que fossem abolidos os castigos corporais. Os novos horários das escolas públicas, de seis horas em cada dia útil, três pela manhã e três à tarde, além da instituição do ano escolar, que começava em 7 de janeiro e terminava em 20 de dezembro, com apenas 17 dias de férias, foram alguns dos pontos vitoriosos do novo regimento, que não conseguiu, no entanto, atingir o pleno cumprimento de todos os seus artigos. Apesar do esforço envidado pelos membros do Conselho de Instrução Pública no sentido da reforma e do avanço, as escolas públicas maranhenses continuaram a funcionar em prédios inadequados, com escassez ou mesmo inexistência de material escolar apropriado, além dos castigos corporais, cuja supressão não foi alcançada, sobretudo em razão do isolamento e distância das escolas e cadeiras da rede de instrução pública do interior. Mesmo na capital da província, o uso da palmatória nas escolas públicas era corrente, de modo que a cultura em torno dos castigos corporais atravessou décadas no ensino público maranhense, sem que outro meio fosse encontrado pelos professores para manter a disciplina. Quanto a este quadro de coisas, o presidente da província Frederico Almeida e Albuquerque, em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial de 16 de junho de 1876, relata o seguinte:

A vastidão de nosso territorio, e a dispersão da população é, como sabeis perfeitamente, um poderoso obstaculo, que se oppõe ao nosso progresso, quer na ordem intellectual e moral, quer na ordem physica ou material. Tratar, pois, de debilitar a acção de semelhante obstaculo, que só o tempo poderá remover, é sem duvidas um dos deveres daquelles, que se acham encarregados da missão mui difficil, porém ao mesmo tempo assás nobre e honrosa de governar o Paiz.

Não obstante essa grande quantidade de cadeiras de 1as. Letras, acontece que o maior numero de meninos, que existe na Provincia, que são todos os filhos dos homens menos favorecidos da fortuna, que habitam nos campos, ficam na impossibilidade de receber instrucção primaria, permanecendo assim no misero estado de completa ignorancia e semi-barbaria, pois tal é a situação daquelles que não sabem ler e escrever!⁹³⁰

Nem mesmo a educação secundária, representada solitariamente pelo *Liceu Maranhense*, tida como a mais nobre instituição da instrução pública da província, escapava do

⁹³⁰ ALBUQUERQUE, Frederico Almeida e. *Manuscrito do Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de 16 de junho de 1876*. São Luís, 1876, pp. 38-39.

quadro geral de dificuldades em que se encontrava o ensino público do Maranhão, cujo crescimento ao longo do século 19 deve-se a um esforço contínuo em superar obstáculos difíceis, em consórcio com a má-vontade dos presidentes de província para continuar com a adoção de políticas exitosas, de modo que ainda era necessário, na avaliação do próprio Almeida e Albuquerque, “um grande esforço, um sacrifício mesmo, [...] para collocar o nosso Paiz nas vias do progresso”:⁹³¹

Si relativamente a instrução publica secundaria devemos estar satisfeitos, visto que o seu estado é regular, e produz os salutaes effeitos que todos anhelam, sendo somente para sentir que a par do corpo docente proficiente e assiduo, não haja um edificio capaz para o Lycêo, que funciona, como sabeis, em um repartimento do convento do Carmo, sem o necessario espaço e accomodações; o que alem do mais prejudica a regular inspecção dos que dirigem aquelle estabelecimento. Outro tanto se não pode dizer a proposito da instrucción primaria, que sem duvida não corresponde aos sacrificios da Provincia, e a ninguém pode satisfazer.

O insignificante numero de 14 exames, que apenas tiveram logar no anno findo sobre a frequencia de 5.661 alumnos de todas as cadeiras de 1as. Letras prova até a evidencia o máo estado desse importantissimo ramo do serviço publico.

A insufficiencia da capacidade dos professores, em geral, o pouco zelo, que elles empregam no desempenho de suas funcções produz esse pernicioso resultado, para o que concorre tambem a exigüidade dos vencimentos que elles percebem.⁹³²

Se em 1875 a lei orçamentária da província, sancionada pelo vice-presidente José Francisco de Viveiros, concedia 25% da receita à instrução pública – um total de 210:640\$000 –, dez anos depois a situação piorava, pois apesar de manter-se o mesmo percentual sobre o orçamento, a verba caiu para 205:000\$000, em virtude de queda na arrecadação. No entanto, a instrução pública da província continuava a crescer, tendo o *Liceu* à frente da educação secundária e mais 168 escolas primárias com quase seis mil alunos pela província. O professorado continuava, entretanto, muito mal remunerado e a qualidade do ensino não melhorava de modo sensível, fatos freqüentemente mencionados e apontados por vários presidentes de província, sem que nada fosse levado a efeito. É o que constata o conselheiro João Capistrano Bandeira de Melo, um dos mais contumazes críticos da preca-

⁹³¹ *Idem, ibidem*, p. 41.

⁹³² *Idem, ibidem*, pp. 35-36.

riedade e negligência com que eram tratados os docentes e do estado de penúria e quem se encontrava a instrução pública do Maranhão:

A remuneração que recebem os professores de instrução primaria é tão exígua, que só as más condições economicas em que se acha a provincia podem explicar a facilidade com que se preenchem os logares que vagam.

Com effeito, não fossem essas condições, tornar-se-hia difficil se não impossível, encontrar quem quizesse exercer um cargo penoso para receber um ordenado que mal chega para as primeiras necessidades da vida, e que menor se torna ainda, pelas delongas no recebimento, devidos à má situação do Thesouro.

A análise de Bandeira de Melo surpreende tanto pela sinceridade como pela agudeza, argúcia e atualidade com que é feita, apontando os reais problemas que precisavam ser efetivamente sanados, sem os quais, segundo ele, era impossível pensar em uma mudança substancial dos vícios que se instalaram em toda a instrução pública:

Não é, pois, o professorado uma carreira que solicite o talento, ou satisfaça a ambição menos exigente. Aceitam-n'o como o ultimo recurso, sem consultar a vocação e muitas vezes sem outro intuito senão o de vencer tempo para usufruir um santo ócio, uma aposentadoria.

(...)

Suppor que se derrama a instrução com a simples criação de cadeiras, mantido o actual regimen dellas é *uma illuzão funesta*, e que bem caro vai custando a esta importante provincia.

A multiplicação das cadeiras torna impossível o augmento do ordenado dos professores, medida indispensável e urgente: e a facilidade no provimento d'ellas chama ao magisterio a ineptidão protegida e não permite que a vocação se revele e possa ser aproveitada.

Em meu conceito, dois meios há de remediar estes males, (...). São esses meios: - o augmento de ordenado, e a criação de uma escola normal. Pelo primeiro, tornareis o professorado uma carreira procurada da gente honesta e laboriosa, que tenha o sentimento da propria responsabilidade, e queira servir com honra; pelo segundo apurareis as vocações, e serão por uma vez expellidos do magisterio a ignorancia protegida, os incapazes, que as outras carreiras repellem.⁹³³

Com efeito, o que acontecia no Maranhão era apenas a reprodução de um comportamento geral em todo o império brasileiro, cuja ânsia por progresso, civilização e modernidade não questionava muito se os fundamentos e as fases do processo civilizatório estavam sendo cumpridos, ainda que houvesse por parte dos governantes e autoridades públicas uma

⁹³³ MELO, João Capistrano Bandeira de. *Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abriu a 1ª. sessão da 26ª. legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15 de março de 1886*. São Luiz: Typographia do Paiz, 1886, pp. 23-24. (grifos meus)

perfeita consciência de que as bases da prosperidade e do desenvolvimento passassem inevitavelmente pelos trilhos da instrução pública, *derramada*, com qualidade ou não, por todos os cidadãos: “A nossa primeira necessidade é a instrução; não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes”.⁹³⁴

Contudo, era mais que evidente que, com um professorado mesquinamente remunerado, o resultado inevitável era um quadro de docentes desprovidos do preparo adequado para o exercício do magistério, cujas conseqüências previsíveis são o desleixo e a negligência. De qualquer modo, a instrução pública assumiu um papel capital dentro do *laboratório civil* elaborado pela elite imperial brasileira, pois sua missão era ombrear o Império às grandes “Nações Civilizadas”,⁹³⁵ preocupação visível entre os presidentes de província que reproduziam o discurso da corte carioca, embora a alta rotatividade da principal autoridade provincial resultasse, com um tempo médio de seis de permanência no cargo,⁹³⁶ em um dos fatores mais conspícuos para o insucesso das políticas públicas neste setor vital para a consolidação do processo civilizatório. O *derramamento* de cadeiras, apontado pelo conselheiro Bandeira de Melo, em uma tentativa ilusória de instruir e formar o povo, sobretudo as classes menos favorecidas, era, pois, um gesto representativo do esforço de difusão das *luzes* da educação no sentido de dissolver as *trevas* da ignorância, da desordem e da barbárie que caracterizavam, ainda muito recentemente, o passado colonial, as ruas e os sertões brasileiros, a fim de estabelecer o domínio completo da Razão, ampliar o raio de influência do mundo civilizado e permitir, com isso, o avanço cada vez maior do Progresso e do Estado.⁹³⁷

Deste modo, é possível acompanhar, através da construção e da organização da instrução pública maranhense, todo o processo de organização e construção do tipo de Estado que a elite imperial projetava para o país, assim como o tipo de povo e sociedade que ambicionavam formar, cujos reflexos são perceptíveis, ainda que malogrados, no esforço contínuo de dar seguimento às políticas emanadas do centro do Império. A ambição de formar um determinado tipo de povo, a “boa sociedade”, composta exclusivamente de cidadãos

⁹³⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.*, p. 243.

⁹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 245.

⁹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 240.

⁹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 245-246.

úteis e moralmente sadios, capazes de exercer com honestidade, eficácia e polidez suas funções e profissões, e, ao mesmo tempo, amantes da ordem, do trabalho e do Estado, é, com efeito, um dos mais altos anseios que permeiam os esforços de uma geração inteira de intelectuais e literatos brasileiros, que enxergam na instrução pública o modo mais eficaz e mais sólido de atingir a civilização, o progresso e a modernidade, tendo como espelho e modelo as nações européias e os EUA:

Procedei com honra, e não vos envergonheis do vosso nascimento, por mais humilde que seja. O sapateiro, o ferreiro ou o alfaiate, quando são honrados, tornam-se tão dignos de estima e respeito como qualquer fidalgo ou millionario. O homem engrandece-se pela sua probidade, e trabalho, e a deshonra existe somente na ociosidade e nos vícios. Só o verdadeiro merecimento dá honra e nobreza, e a prova está em muitos homens, que *se fizeram a si mesmos*, como o papa *Xisto V*, que foi guardador de porcos; o almirante *Nelson*, moço de navio; Murat, marechal da França, e rei de Nápoles, estalajadeiro; Bernadot, rei da Suécia e Noruega, soldado raso; Abrahão Lincoln, ex-presidente da república dos Estados Unidos, rachador de lenha; e Andrew Jonhson, actual presidente da mesma republica, alfaiate.

Amai o trabalho, e aprendei um officio que *equivale a um capital em terras, ou a um emprego, que reúne honra e proveitos*, como judiciosamente já disse o benemerito Benjamin Franklin. Se fordes rico, não precisareis do officio, e fareis bom uso de vossa fortuna, auxiliando os vossos semelhantes; mas se cairdes na pobreza, ou tiverdes nascido pobre, não estranhareis pois o trabalho, e vivereis independentes. É por isso que nos Estados-Unidos não ha cidadão, por melhor que seja a sua posição social, que não tenha aprendido um officio.⁹³⁸

⁹³⁸ RODRIGUES, Antônio Marques. *Op. cit.*, pp. 212-213. (grifos do autor)

CAPÍTULO III

**A INVENÇÃO DO CÂNONE NACIONAL:
*ATENIENSES E FLUMINENSES***

3. A INVENÇÃO DO CÂNONE NACIONAL: *ATENIENSES* E *FLUMINENSES*

“Estes *Athenienses* do Maranhão, não ha duvidar, são homens engenhosos e impavidos!”

FREDERICO JOSÉ CORREIA

“O gênio é já de si uma exceção.”

ANTÔNIO HENRIQUES LEAL



e o homem de letras é a figura de proa da consolidação da nação e, portanto, o agente principal para a invenção e transmissão do cânone eleito pelas instituições nacionais, é interessante conhecermos o que pensava este personagem de nosso campo literário oitocentista, qual o seu perfil intelectual e trajetória social durante os primeiros momentos de formação da história da nação.

Um dos fatores que mais contribuiu para a formação dos homens de letras brasileiros foi decerto a Ilustração, cuja influência se faz sentir até os primeiros decênios do século XIX, sobretudo para a formação dos primeiros modelos da cultura da jovem nação e de sua primeira geração de escritores, durante todo o pré-romantismo, período de estabelecimento definitivo dos ideais nacionais, onde ocorre aos poucos a afirmação política da elite local, promovida ao *status* de Corte e centro do império português pela chegada de D. João VI. Neste sentido, a construção da identidade nacional torna-se a discussão mais representativa dos ideais da pequena burguesia agroescravista que aspirava ao comando de um país independente da velha e ultrapassada metrópole européia. Ícone e emblema desta época é José Bonifácio de Andrada e Silva, um famoso e grande híbrido de literato e político, cuja importância como estadista absorveu o homem educado nos moldes “esclarecidos” da Ilustração que, entre outros predicados, tinha a prática da poesia como distração de outras atividades intelectuais tidas como mais “sérias”. Se a sua importância não pode ser medida pela qualidade da obra literária que nos legou, completamente medíocre, por outro lado é a figura epônima por excelência, espécie mais que representativa do primeiro tipo de homens de letras em nosso país. É fato que Andrada pertence a uma geração de letrados cuja formação

se estende entre os árcades mineiros e o romantismo, a maioria de importância secundária, escrevendo por puro desfastio ou passatempo, sem qualquer vontade de uma manifestação criadora superior. São também homens de letras, mas lembrados apenas pelo que realizaram em outras áreas, sobretudo a política, em um período onde a atividade literária estava quase toda concentrada no jornalismo ou no texto de reflexão política e social.⁹³⁹

Deste modo, não fosse Andrada o “Patriarca” da independência, o seu pseudônimo árcade – Américo Elísio – seria lembrado apenas em notas de rodapé como uma curiosidade documental das letras praticadas em território brasileiro, como de resto é. Além de políticos e jornalistas, a geração de Andrada é composta também de sermonistas que tiveram fundamental importância para a educação e formação dos primeiros românticos, como Januário da Cunha Barbosa, Sousa Caldas e Monte Alverne, apesar de também terem praticado versos medíocres, como todos os seus contemporâneos. Estamos em pleno período joanino – 1808 a 1821 -, uma fase marcada pelo acentuado *eclétismo* de seus representantes, cuja melhor expressão encontra-se nos gêneros públicos e na poesia retórica de características e influência neoclássicas, elaborada para pensar assuntos de escala pragmática, sobretudo como arte capaz de comover e dissuadir as multidões, provocando-lhes os sentimentos nobres e úteis, como instrumento pedagógico, civilizatório e político, principalmente nas mãos da instrução pública.

É elucidativo pensar em algumas características da formação intelectual neoclássica a fim de pensarmos a poesia praticada durante a geração de Andrada, com o objetivo de que fique mais claro como estes intelectuais pensavam e o que de seu pensamento foi transmitido aos que os sucederam: os homens de letras do período romântico.

O arcadismo português, ao qual se filiam os árcades mineiros, foi um movimento de reação crítica aos excessos praticados durante o barroquismo, uma tentativa de reedição da sobriedade clássica em oposição à inspiração movida pelas paixões e pelo irracionalismo típico entre os barrocos. Ou seja, uma poesia que combatia os excessos do sentimento e do subjetivismo, optando por uma poética do discernimento, do auto-controle estoico, da razão em equilíbrio com a emoção. Como consequência, os valores atribuídos à prosa, esquecidos ao longo de toda a estética barroca, são adotados para a elaboração de versos: clareza ver-

⁹³⁹ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, vol. I, p. 184.

bal, ordem lógica, simplicidade, espontaneidade, adequação das palavras ao pensamento. A poesia, para os homens formados dentro da perspectiva intelectual do neoclassicismo, era apenas um exercício mental ou uma distração, quando um instrumento para atingir determinado objetivo intelectual, quase sempre de ordem pedagógica. Os teóricos desse período, tais como Boileau, Verney e Cândido Lusitano,⁹⁴⁰ procuraram despoetizar ao máximo a teoria poética, com a finalidade de atingir uma poesia natural, espontânea, cuja linguagem se prestasse ao entendimento como a lógica à razão. O que se nota em comum entre os ver-sejadores aderentes a esta concepção de poesia é uma aversão aos jogos com palavras, como antíteses, paradoxos, oxímoros e metáforas obscuras. Há a crença de que um poeta é, antes de tudo, um retórico, que tem que dominar a “arte de persuadir”, reflexo imediato da influência da leitura muitas vezes equivocada e literal de tratadistas da poética clássica como Longino, Aristóteles e Horácio. O que se vê, porém, é que todos procuram realizar um esforço no sentido de recuperar o antigo equilíbrio expressivo do pensamento e arte clássicos, procurando por igual enfatizar o elemento racional e o aspecto voluntário do trabalho artístico, encarado como resultado mais da meditação e da carpintaria formal que de uma possessão por meio da inspiração. Daí, para chegarmos a uma concepção utilitarista da poesia e mesmo para uma concepção pedagógica do verso, bastou apenas a associação entre literatos, imprensa e ideologia oficial de estado.

Como resultado da crença de que a poesia presta-se como instrumento pedagógico e, portanto, *civilizatório*, temos uma intelectualidade formada por padres e bacharéis de formação clássica que praticam versos a fim de formar cidadãos mais ilustrados. Outro resultado é que houve, durante o período joanino e o Primeiro Reinado, um número incontável de ver-sejadores que se dedicou à arte de Camões, com uma abundante – tanto quanto medíocre – produção poética. São tantos que os poucos espaços disponíveis para a publicação de tantos trabalhos se tornaram muito disputados. Estas publicações, em sua quase totalidade revistas e jornais, tinham como objetivo principal a divulgação e o desenvolvimento das letras, ciências e artes nacionais, como foi o caso da primeira publicação literária do Rio de Janeiro, *O Patriota*, de 1813, cuja circulação dura até o ano seguinte, com periodicidade mensal e, depois, bimestral. Teve dezoito números publicados, com os temas mais variados:

⁹⁴⁰ Cf. CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, pp. 44-47.

literatura, mineralogia, topografia, história, política nacional e estrangeira, medicina, estatística, agricultura, química, hidrografia, etnologia, artes, navegação, comércio, matemática, botânica, gramática filosófica e eloquência,⁹⁴¹ com uma seção voltada para a apresentação crítica de obras publicadas no Brasil e no exterior. São nas páginas de *O Patriota* que aparecem, pela primeira vez, os artigos dos grandes nomes da emergente inteligência nacional, dando os seus primeiros passos rumo à emancipação intelectual, e da intelectualidade portuguesa emigrada com a vinda da família real. Aí surgem José Bonifácio de Andrada e Silva, Domingos Borges de Barros, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Antônio Dinis da Cruz e Silva, Mariano José Pereira da Fonseca, entre outros. O jornalista Hipólito José da Costa, criador de *O Correio Brasiliense, ou Armazém Literário*, o primeiro jornal brasileiro após a criação da Imprensa Régia e órgão combativo em favor da Independência, acolheu a publicação de *O Patriota* com grande entusiasmo, afirmando, no número de 17 de dezembro de 1813 d’*O Correio*, que a publicação do periódico era um indicador do acelerado amadurecimento intelectual do país e da liberdade de imprensa após a chegada da família real em 1808, sobretudo do Rio de Janeiro, sede da Corte durante o período joanino e o primeiro e segundo império. Segundo Hipólito José da Costa:

No Rio de Janeiro se imprime um Jornal, cujo título é *O Patriota*; e com o do mês de agosto vieram ter-nos à mão algumas traduções impressas no Brasil; e entre outras a *Henriada* de Voltaire. Há dez anos, estando a Corte em Lisboa, ninguém se atreveria a dar a um jornal o nome de *Patriota*, e a *Henriada* de Voltaire entrava no número dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por ateu, pelo menos por Jacobino.⁹⁴²

Assim como outras publicações posteriores, *O Patriota* foi um periódico da maior importância para a consolidação das letras de nosso país. Através de suas páginas, o público conheceu muitas resenhas críticas, sobre os mais diversos assuntos, pondo em evidência a escassa atividade intelectual da colônia elevada à condição de Vice-Reino e sede da Corte, do mesmo modo que a publicação de traduções e trabalhos inéditos de nossos homens de letras incentivaram a explosão da produção local. Não apenas isso: algumas publicações tinham como objetivo a recuperação de textos desconhecidos de autores oriundos de perío-

⁹⁴¹ Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 113.

⁹⁴² Citado por MARTINS, Wilson, Vol. II, pp. 41-42.

dos anteriores, como Cláudio Manoel da Costa e Basílio da Gama. Neste sentido, o periódico fez as vezes de um veículo da incipiente literatura, em pleno processo de formação e consolidação, e dos nossos homens de letras. *O Patriota* teve uma fundamental importância também sob outro aspecto: seu formato serviu como uma espécie de *modelo*, copiado por uma série de publicações do mesmo gênero surgidas no país após o ano de 1831, com destaque para a *Revista da Sociedade Filomática* e a célebre *Revista Niterói*, as quais consolidariam o perfil com o qual se manifestou o movimento romântico brasileiro.⁹⁴³ O modelo, cuja orientação teria servido a estes outros periódicos, alguns de vida mais breve e outros mais duradouros, possuía uma linha editorial cujas marcas principais eram o patriotismo e a introdução em nosso país dos avanços mais significativos da *civilização europeia*. O meio concebido para atingir em especial o segundo aspecto da linha editorial era a publicação de um conjunto diversificado de artigos, a fim de oferecer aos leitores brasileiros informações das mais diferentes áreas, das belas-letas às ciências, oferecendo por igual, em meio ao coquetel de conhecimentos, noções de economia política, as últimas novidades tecnológicas e das artes, além do debate, de caráter contínuo, da realidade econômica, cultural e política brasileira, tudo isso com a preocupação de publicar todos os textos em uma linguagem considerada simples, agradável e cativante, visando principalmente conquistar o engajamento do leitor desabitado com os assuntos apresentados.⁹⁴⁴

Note-se que a principal função destes periódicos era, portanto, movimentar a jovem vida intelectual local, estimulando-a a pensar por si própria – o que nunca teria acontecido, com tanto empenho oficial, durante o período colonial anterior a 1808 -, além de fomentar a criação de quadros para a inteligência nacional, ao mesmo tempo em que criar múltiplas áreas de interesse e atuação para os homens de ciências e letras. De um modo geral, as características de todas essas publicações destinadas à informação, formação e divulgação das ciências e das letras mantiveram-se ao longo de todo o século XIX, com maior ou menor regularidade, de acordo com o momento político vivido pelo país e as diversas correntes estéticas e literárias que conheceu.

⁹⁴³ Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 114.

⁹⁴⁴ *Idem, ibidem.*

De qualquer modo, após *O Patriota*, surgiram outros órgãos e publicações de menor expressão, como os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (1822), o *Jornal Científico, Econômico e Literário* (1826) e o *Beija-Flor* (1830-31). Através destes poucos espaços disponibilizados para a vazão da abundante produção literária, sobretudo poética, durante o período joanino, o país pode conhecer uma miríade de cultores do verso, em número comparável à mediocridade do talento. Foi uma geração que praticou o verso, conforme mencionamos linhas atrás, muitas vezes por puro desfastio da atividade científica, mas que constituíam à época a “elite” de nossos versejadores, entre os quais, omitindo muitos nomes, podemos citar: Manuel Odorico Mendes, Francisco de Melo Franco, José de Araújo Viana, Antônio Pereira de Souza Caldas, José Bonifácio de Andrada e Silva, Silvério Ribeiro de Carvalho, José Elói Otoni, Frei Francisco de São Carlos, Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), Luís Paulino Pinto da França, Paulo José de Melo Azevedo e Brito, Januário da Cunha Barbosa, Domingos Borges de Barros (visconde de Pedra Branca), João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Manuel Alves Branco (visconde de Caravelas), Joaquim José da Silva, Ladislau dos Santos Titara, Álvaro Teixeira de Macedo, Antônio Augusto de Queiroga, Francisco Muniz Barreto, Francisco Bernadino Ribeiro, Joaquim José Lisboa, entre muitos outros de importância menor quando não insignificante.⁹⁴⁵ A qualidade literária dos trabalhos produzidos por estes copiosos versejadores foi severamente criticada por José Veríssimo, que os iguala, quase todos, no mesmo nível de mediocridade, excetuando o valor que um ou outro tem na consolidação dos temas da poesia nacional então emergente, além da formação de um público leitor do gênero:

Nunca tivera o Brasil tantos poetas, se a esses versejadores se pode atribuir o epíteto. Relativamente aos progressos que já fizéramos, nunca os tivera tão ruins, tão insípidos e incolores. (...) A máxima parte destes compridos nomes não despertará na memória do leitor, ainda ilustrado, reminiscência literária alguma. É como se lhe citassem poetas chineses. Os que não morreram de todo, de morte aliás mercedíssima, vivem apenas numa vaga e indefinida tradição, mantida pelos professores de literatura.⁹⁴⁶

⁹⁴⁵ VERÍSSIMO, José, *História da literatura brasileira*, pp. 173-174.

⁹⁴⁶ *Idem, ibidem.*

A fecundidade desses escritores, conforme o assinala Veríssimo, é espantosa. O caso de Ladislau Titara é exemplar: publicou, entre 1827 a 1852, oito volumes grossos, formato de oitavo, de suas *Obras* poéticas, com a soma expressiva de 1819 páginas de versos, enquanto o seu irmão, Gualberto, em apenas seis anos, editou quatro volumes do mesmo formato.⁹⁴⁷

Poetas e obras demais, talento de menos. No entanto, o próprio Veríssimo reconhece o valor documental para a formação do sentimento de nacionalidade de alguns nomes, ainda que por simples curiosidade intelectual, como o caso de José Bonifácio, Elói Otoni, Frei Francisco de São Carlos, Souza Caldas e mesmo o visconde de Pedra Branca. Adverte, porém, que a educação da maior parte deles é européia, sobretudo portuguesa, e que os sentimentos que os animam, em grau considerável, são portugueses de origem, assim como o estilo de seus trabalhos líricos ou tentativas épicas. Todavia, a grande maioria destes versejadores, apesar do pequeno valor literário que possuem suas obras, cumpriu uma função muito importante na formação e, sobretudo, na consolidação do *mundo literário carioca*,⁹⁴⁸ ao criar as condições, em pleno período joanino, para a fixação do hábito de ser ler poetas, escritores e jornalistas, e também porque foram nomes muito importantes em outros setores da inteligência nacional em formação. Apesar da pouca habilidade de tantos versejadores como lídimos poetas, sua participação como os primeiros líderes e homens de letras do país, em pleno processo de autonomização política, foi decisiva para a criação de um meio literário atuante e patriótico, sempre de mãos dadas com a política e os gêneros públicos. Além disso, estes literatos de talento mediano e limitado foram destacados personagens em outros campos de atuação política e intelectual da então recente vida nacional. Conforme veremos mais adiante, sermonistas importantes como Sousa Caldas, São Carlos, Januário da Cunha Barbosa e Monte Alverne foram os principais responsáveis pelo surgimento de jovens e entusiasmados talentos brasileiros que, em sua época, foram ouvintes de seus sermões cheios de retórica incendiária, exaltação e fervor patriótico. Paradoxalmente, estes religiosos foram os grandes incentivadores e até mesmo, em alguns aspectos, os fundadores da jovem intelectualidade nacional, ainda em formação.

⁹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 175.

⁹⁴⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 115.

De qualquer modo, além dos grandes sermonistas, homens como José Bonifácio de Andrada e Silva – ao mesmo tempo um político de grande prestígio, jornalista influente e controverso, um dos primeiros pensadores da nascente realidade nacional, cientista de reputada competência em sua época e um versejador medíocre nas horas vagas destas outras atividades –, contribuíram acentuadamente para que a primeira geração brasileira de homens de letras e de cultura tivesse como traço distintivo uma variedade muito grande de interesses intelectuais, como também um conjunto de características bem peculiares, entre os quais se destacam: o cultivo das letras como ornamento intelectual, embora imprescindível à formação do bom gosto do homem de ciência e cultura; uma variada, ampla e intensa atividade intelectual, que no caso brasileiro abrangia a política, o jornalismo, a reflexão e a prática pedagógicas, a *agitação cultural* e os estudos científicos; a concepção da *literatura* como *missão civilizatória*, como agente de transformação da sociedade; e, por último, mas talvez o mais importante traço, a constante preocupação em conferir feição nacional à cultura do país.⁹⁴⁹

Entretanto, o período joanino, entre 1808 e 1821, não trouxe, como conseqüência imediata à instalação da família real no Brasil, grandes avanços quanto à produção literária local. Como o ambiente intelectual que o monarca encontrou era miserável – devido à pouca ou nenhuma tolerância da antiga metrópole com as atividades intelectuais na colônia, sem falar da completa inexistência de bibliotecas, escolas, tipografias, jornais e livros –, não houve condições para progressos significativos com relação à prática das belas-letras. O *processo civilizatório* em curso na cidade do Rio de Janeiro, com a presença da família real, visava provê-la de um aspecto mais próximo da Corte européia, o que fez o monarca português concentrar esforços e recursos no sentido de dotar a nova sede da Corte de ares mais modernos e cosmopolitas. Isto não quer dizer que os treze anos em que a corte portuguesa permaneceu em terras brasileiras tenham sido improdutivos para as atividades literárias. Alguns gêneros das letras conheceram uma importante fase de desenvolvimento durante o período joanino, e o principal deles foi a oratória sagrada, pois D. João VI a apreciava muito, como devoto dedicado e assíduo às igrejas. Por esta razão, sob a proteção do monarca europeu, de um lado, a oratória sagrada conheceu uma época de grande prestígio, assim

⁹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 116.

como os pregadores, como em nenhum outro momento de nossa história. Por outro lado, as atividades religiosas ocupavam um papel fundamental na vida social e no cotidiano da cidade carioca, pois a igreja e suas festividades, além dos sermões aos domingos, com farto e seletto auditório, eram os pontos culminantes da sociabilidade carioca da época. Com o apoio do monarca português e o grande respeito do público freqüentador das igrejas, vários oradores conheceram fama e prestígio em toda a Corte. Nomes como Januário da Cunha Barbosa, Antônio Pereira de Sousa Caldas, Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio e Frei Francisco de São Carlos e o famoso Frei Francisco de Monte Alverne, são exemplos típicos de oradores, intelectuais e homens de letras deste período.

Antônio Pereira de *Sousa Caldas* (1762-1814) é apontado como o melhor versejador do período, o mais interessante lírico entre os precededores do Romantismo. Além de sua importante atividade como sermonista, foi tradutor dos salmos bíblicos, em um volume intitulado *Obras poéticas do Rev.º Antônio Pereira de Souza Caldas*, publicado em Paris entre 1820 e 1821, que ficou na primeira e única edição. Formou-se em Coimbra, peregrinou durante algum tempo pela Europa e retorna ao Brasil em 1808 com o monarca português, iniciando assim a sua intensa atividade como orador sacro no Rio de Janeiro, sobretudo na Igreja de Santa Rita. Suas poesias líricas tiveram uma pequena influência sobre a primeira geração romântica e sua contribuição para a cultura do período, comparada a de outros sermonistas contemporâneos a ele, não foi tão significativa. Como resultado de uma repreensão que sofrera do Santo Ofício, devido ao fato do sermonista ter nutrido alguma identificação com os filósofos iluministas, o seu talento como orador ficou concentrado somente na tradição exegética católica, de modo que os seus sermões versavam apenas sobre temas sagrados. O efeito da punição foi tão grande sobre o sermonista, que um biógrafo seu anota o seguinte comentário: "... a religião, e só a religião, foi a fonte de suas grandes inspirações, o cuidado de todos os seus dias, o empenho de todo o seu talento".⁹⁵⁰

Como o patriotismo era um assunto muito apreciado e discutido nos círculos da emergente intelectualidade brasileira, sua importância para a formação do sentimento de nacionalidade em nossos homens de letras foi bastante reduzida. Outros sermonistas, de

⁹⁵⁰ Cf. GALVÃO, B. F. Ramiz, "O púlpito no Brasil", *RIHGB*, Tomo XCII, p. 71, citado por Jean Marcel Carvalho França. *Op. cit.*, p. 102.

menor importância, ocuparam o cenário desse período, como o franciscano São Carlos e o Frei de Jesus Sampaio. O primeiro, nascido no Rio de Janeiro em 1763, ao contrário de Sousa Caldas nunca havia deixado o país e teve toda a sua formação nos seminários brasileiros. Sua atuação como sermônista foi importante porque era muito respeitado pelos contemporâneos, que o julgavam um homem erudito e dono de uma linguagem sedutora e envolvente. Contava com a admiração de D. João VI, obtendo por meio dele uma série de privilégios e cargos, como o de pregador-régio e examinador da Mesa de Consciência e Ordens. Sua contribuição para as letras não foi das mais importantes, com poucos trabalhos seus tendo chegado ao nosso conhecimento – apenas quatro sermões e o poema *A Assunção da Virgem* que, segundo Veríssimo, “é uma das mais insulsas e aborridas produções de nossa poesia.”⁹⁵¹

Apesar de o poema ser do início ao fim prosaico, sem qualquer trecho ou episódio belo e relevante por si mesmo, apresenta em seu texto descrições de frutas, plantas e animais do Brasil e alguns aspectos da natureza brasileira, que em tudo lembram decerto as célebres composições de Botelho de Oliveira e Frei Itaparica, sobretudo no 3º. e 6º. cantos. Este descritivismo da natureza, herdado como hipérbole de uma tendência à manifestação de nativismo dos poetas coloniais, contribui para a formação de um repertório de imagens que foi utilizado e muito valorizado pelos primeiros poetas românticos, em função do acentuado e evidente sentimento de patriotismo, apesar do tom declamatório e dos pretextos bíblicos neles introduzidos. Vários de seus sermões estão vazados da retórica patriótica dominante entre seus contemporâneos, sobretudo aqueles em que relaciona a mudança de D. João VI para o Brasil como sinal de um grande futuro para a sua pátria, como é o caso da oração em ação de graças pelo nascimento, em solo brasileiro, da Princesa da Beira, D. Maria da Glória, declamada na Igreja de São Francisco de Paulo em 12 de Maio de 1819. O frade franciscano exortava aos nacionais a comemorar o fato como um índice das grandes transformações pelas quais passaria o seu país, agora elevado à categoria de sede da corte portuguesa. Em suma, o franciscano São Carlos foi importante para a constituição de um sentimento de nacionalidade em função do manifesto amor que nutria pelo seu país de nasci-

⁹⁵¹ VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 177.

mento, e a circunstância da corte portuguesa encontrar-se em solo brasileiro apenas serviu para fortalecê-lo e influenciar os nacionais.

O Frei de Jesus Sampaio teve uma vida em quase tudo similar à de São Carlos, sem viagens e cosmopolitismo, com toda a sua formação também no Brasil. Carioca, nasceu em 1778, formou-se em Humanidades na cidade de São Paulo em 1793 e tomou a ordem de presbítero em sua cidade natal. No Rio de Janeiro ocupou ainda diversos cargos, como o de pregador da Real Capela, examinador da Mesa de Consciência e Ordens, censor episcopal e, em 1824, deputado da Bula da Cruzada. Sem diferir como pregador de seus contemporâneos, o Frei Sampaio desfrutou da mesma fama e prestígio que todos os sermonistas do período gozavam como representantes do púlpito. A única coisa que merece destaque em sua atividade como sermonista era a contundência com a qual dissertava sobre os assuntos da política nacional, tendo sido árduo defensor da permanência de D. Pedro I em solo brasileiro, a fim de garantir a continuidade da estabilidade política do país, que sem o imperador acreditava ameaçada:

Contai, contai Senhores, com a desgraça do Brasil, com a queda de nosso sistema constitucional, com a espoliação de vossas riquezas, com a perda de vossa segurança, com a vergonha dos ferros do mais atroz despotismo, com a humilhação da nossa independência, com o eclipse enfim do Brasil, se perdermos o Imperador.
952

Como vemos, ao pincelar os nomes de Sousa Caldas, São Carlos e Sampaio, o gênero da oratória sagrada era muito popular e apreciado durante o período joanino, patrocinado às expensas do próprio monarca português que, como afirmara São Carlos, era o “mais religioso príncipe do velho mundo.”⁹⁵³ A oratória sagrada, enquanto gênero literário em si, apesar de não apresentar grande relevância estética, concedeu aos seus praticantes muito prestígio e reconhecimento, de modo que foram bastante respeitados e estimados pelo público e, sobretudo, pelo príncipe regente D. João VI, amante da sermonística, como o ponto culminante da então nascente inteligência nacional. Portanto, a atividade destes sermonistas foi de fundamental importância para a formação intelectual e cultural, e algumas vezes polí-

⁹⁵² GALVÃO, B. F. Ramiz. *Op. cit.*, p. 102, citado por Jean Marcel Carvalho França. *Op. cit.*, p. 104.

⁹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 103.

tica, dos habitantes do Rio de Janeiro e o surgimento de uma incipiente intelectualidade brasileira, ainda que reduzida.

No entanto, os nomes mais representativos entre os oradores do período são os do cônego Januário da Cunha Barbosa e Frei Francisco de Monte Alverne. Os dois oradores, em conjunto, têm uma importância muito maior para a consolidação da vida intelectual da corte e para a formação de uma mentalidade nacionalista brasileira. Passemos a comentá-los, pela ordem em que foram citados.

O cônego Januário da Cunha Barbosa foi, além de sermônista, um homem de letras muito importante para a consolidação de nosso mundo literário devido à intensa atividade política e cultural que exerceu assim que a Corte estabeleceu-se no Rio de Janeiro. Foi o fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o primeiro diretor da Imprensa Régia quando este cargo foi criado em substituição ao antigo órgão coletivo, administrado por uma junta. Nascido no Rio de Janeiro em 1780, entrou para o sacerdócio aos 23 anos, foi ordenado presbítero e pregou na Capela Real desde 1808. Lecionou durante 25 anos a disciplina de Filosofia Moral e Racional, cadeira para a qual concorreu em 1814, mas foi através do púlpito que se lançou para a vida política e cultural da capital, tendo sua reputação reconhecida pelo monarca português assim que gerou os primeiros rumores sobre a sua inteligência. O fato é que a fama de Januário da Cunha Barbosa cresceu sem obstáculos e, em um curto intervalo de tempo, atinge o grau de celebridade política e obtém amplo e bem reputado reconhecimento literário. Vejamos o porquê.

Já deixamos claro, em capítulo anterior, referente a Odorico Mendes, como uma geração inteira de intelectuais e literatos brasileiros, apesar de seus dotes medianos e muitas vezes limitados, alcançou um enorme prestígio e projeção social em tempos do Primeiro Reinado. A produção da ciência ou da literatura, em um meio cultural muito pobre como o brasileiro do começo do século 19, tinha uma repercussão, portanto, muito limitada. Contudo, o reconhecimento dos esforços, obras e realizações dos poucos homens de inteligência que o Brasil recém-emancipado dispunha superou, em vários casos, todos os parâmetros possíveis de consagração da época. Conforme mencionamos, o nosso homem de letras não tinha à sua disposição muitos meios e oportunidades concretas, via instrução pública e formação de nível superior, de lapidar o seu talento e ampliar seus conhecimentos, e, mesmo

nos casos e circunstâncias em que pôde efetivamente fazê-lo, não podia muitas vezes dar publicidade aos seus textos, idéias e obras, sobretudo em razão da já mencionada inexistência de opinião pública e de uma sólida e confiável tradição acadêmica. Desta forma, pessoas medianas e de dotes limitados, contudo esforçadas e aplicadas, diante de sua fama e reconhecimento exagerados pelo público, na ausência de oponentes capazes de desqualificá-los, atribuíam a si próprias uma importância excessiva, assim como às suas próprias realizações e atividades junto à sociedade, sobretudo porque tinham uma perfeita e grande consciência de que eram inescapavelmente os fundadores da nação e os primeiros construtores da pátria, de modo que contavam com o depoimento da história a seu favor.

Diante desta situação, somando-se o nacionalismo intenso e crescente após a chegada do monarca português, não era difícil que alguém, dotado de um cabedal mínimo de inteligência e erudição, às vezes sabendo apenas ler e escrever, pudesse prosperar sem grandes obstáculos, pois a onda de patriotismo revestia de talento e brilho qualquer realização cultural ou obra literária de um legítimo filho da pátria. José Veríssimo anota este exagero ao comentar as críticas surgidas em torno da obra de um outro brasileiro, Frei Francisco de São Carlos, e seu poema *A Assunção da Virgem*:

O poema é do princípio ao fim prosaico, sem se lhe poder tirar algum episódio ou trecho realmente belo, a inventiva pobre, balda de novidades ou grandeza, a língua mesquinha e vulgar. *Entretanto críticos houve que o acharam digno de rivalizar com o Paraíso Perdido, de Milton, e a Messiáda, de Klopstok, e não duvidaram de qualificá-lo de “poema eminentemente nacional” e de considerá-lo como “um dos monumentos que nos legou a geração passada (do princípio do século XIX) para a formação de nossa literarura”.*⁹⁵⁴

Devido à onda de patriotismo, este tipo de exagero se tornou um lugar comum para definir a produção intelectual dos nossos homens de letras. Contudo, a despeito disto, Januário da Cunha Barbosa é um exemplo modelar do intelectual-literato que se tornou comum no Rio de Janeiro do século XIX: era um homem de talento mediano, de cabedais intelectuais limitados, entretanto tido como um verdadeiro erudito, possuidor de grandes conhecimentos e dotado de uma rara e fina inteligência, em função da completa ausência de atividade crítica, decorrente da precariedade de nosso sistema intelectual então nascente. Por

⁹⁵⁴ VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 178. Grifos meus.

esta razão, na ausência de cérebros mais críticos e competentes, o cônego Januário foi muito valorizado e respeitado pela diminuta intelectualidade local. Mas a importância deste intelectual-literato pode ser medida mais em função de sua contribuição para a formação das *letras* do país nascente e para a consolidação da política nacional do que em decorrência de sua celebrada genialidade pelos nacionalistas locais. Januário da Cunha Barbosa, com efeito, encetou uma intensa e incansável atividade intelectual e política na Corte. Como empreendedor e agitador cultural, ajudou a criar diversas instituições importantes para a consolidação de uma mentalidade e cultura nacionais, como a *Sociedade Literária* (1821), a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (1825) e, conforme já dissemos, do célebre *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1828), com o General Raimundo José da Cunha Matos. Editou o periódico a *Mutuca Picante* (1834 a 1835), foi cronista do Império, redator do órgão oficial da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, o *Auxiliador da Indústria Nacional*, fundando em 1833, e, em 1839, é nomeado diretor da Biblioteca Nacional. Como vemos, um espectro de atividades nada desprezível, levando em conta a medianidade de seus dotes. Todavia, as atividades do cônego Januário da Cunha Barbosa não se encerram por aí, pois sua contribuição para a feição das letras nacionais foi decisiva. Como homem de letras, foi autor de dois poemas longos – *Niterói* (1822) e *Os garimpeiros* (1837) – e uma comédia política em três atos – *A rusga da Praia Grande* (1831) -, além de um expressivo conjunto de textos políticos e culturais, esparsos pelos muitos periódicos para os quais escreveu, e algumas biografias de *brasileiros ilustres* publicadas na revista do IHGB. Contudo, entre todas as suas realizações literárias, talvez a mais importante tenha sido a antologia *Parnaso Brasileira*, ou *Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil tanto inéditas, como já impressas*, constituída de dois volumes, cada um com quatro cadernos. O primeiro foi publicado entre 1829 e 1830, e o segundo entre 1831 e 1832, ambos pela Tipografia Imperial e Nacional. A respeito desta antologia comentaremos de forma mais detida e demorada em momento posterior, mas sobre ela podemos adiantar alguns breves juízos. A despeito da falta de ordem, em função da repetição de nomes em vários trechos da antologia, além da inclusão posterior de biografias, em que fica explícita uma visível falta de critério valorativo para a publicação dos poemas e dos autores, o valor do empreendimento do cônego Januário deve ser medido por outros parâmetros. O *Parnaso*

Brasileiro foi o primeiro esforço realizado com a intenção de valorizar a produção literária local e no sentido de consolidar, em definitivo, o nosso ainda pequeno *mundo literário* e, como consequência, criar condições para o surgimento de uma tradição no campo literário e, acima de tudo, dar provas ao público e às novas gerações de leitores da existência de um *gênio brasileiro*, segundo as palavras do próprio antologador:

Empreendi esta coleção das melhores poesias dos nossos poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido do mundo literário o gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das Belas-Letras, quase abandonada nos últimos vinte anos dos nossos acontecimentos políticos.⁹⁵⁵

O cômego Januário foi, portanto, o típico homem de letras surgido no Rio de Janeiro do século XIX. Apesar de não possuir dotes intelectuais expressivos, com um talento apenas de nível mediano, sua atuação como intelectual-literato foi muito importante e valorizada pela pequena e incipiente intelectualidade do período, sobretudo em função do profundo patriotismo que manifestou em todas as suas ações, as quais foram decisivas para a consolidação da cultura nacional e de seus primeiros modelos. Foi um homem dedicado à construção do país, sendo um daqueles que mais se empenhou em um projeto civilizador para a nação, por meio da ação política e literária. Antes de nos determos, porém, mais amudamente sobre a importância do *Parnaso Brasileiro* para a constituição do *corpus* da cânone literário nacional, discorramos sobre a destacada atuação que teve outro sermônista durante o período joanino e primeiro reinado.

Embora com uma atuação bem menos diversificada no campo das letras, mas não menos importante que o cômego Januário, o franciscano Frei Francisco de Monte Alverne (1783-1858) foi decisivo para a formação das gerações seguintes, sobretudo a de Gonçalves de Magalhães, pois exerceu poderosa influência como guia espiritual, orador sacro e intelectual, tendo sido professor de Retórica e Filosofia de muitos dos futuros líderes do romantismo brasileiro, notadamente entre os reinados de D. João VI e Pedro I. Seus contemporâneos o reputavam como o mais brilhante orador sacro do período, tendo iniciado o seminário

⁹⁵⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. *Ao público*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 84.

rio aos dezesseis anos, em 1801, recebendo as ordens no ano seguinte. Sua formação foi obtida em São Paulo, quando o seminário estava sob a direção do padre-mestre Frei Ignácio de Santa Justiça, um eminente teólogo do período, com quem deve ter haurido sua iniciação na filosofia. Quando segue para o Rio de Janeiro, em 1816, D. João VI, incansável admirador e incentivador de novos talentos para o púlpito, o nomeia como pregador da Real Capela, tendo sido contemporâneo de São Carlos, Sampaio e o cônego Januário da Cunha Barbosa, os quais o franciscano considerava como verdadeiros *gigantes da oratória*.⁹⁵⁶ É dentro desse ambiente que a carreira de Monte Alverne despontou como celebridade intelectual e literária.

Ainda que tenha iniciado sua carreira como pregador régio entre nomes já estabelecidos e de notória reputação, o talento do franciscano fez-se notar rapidamente, obtendo, em meio à ausência de opinião pública, fama e reconhecimento por parte de seus contemporâneos. Seu campo de atuação em diversas áreas foi significativo, tendo recebido muitos títulos, cargos, prebendas, sinecuras e honrarias ao longo da vida. Foi nomeado Examinador da Mesa de Consciência e Ordem e Teólogo da Nunciatura Apostólica em 1818, e, no ano seguinte, Guardião do Convento da Penha. Seu prestígio também se fez sentir no meio cultural da Corte, através dos muitos títulos que recebeu e cargos que exerceu. O bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, o nomeou em 1829 para a cadeira de Retórica do Episcopal Seminário de São José, autorizando-o a suprir as faltas dos professores de Filosofia e Teologia Dogmática, cujas cadeiras mais tarde regeu como titular. Recebeu títulos, diplomas e homenagens de várias instituições do escasso mundo acadêmico da época, como a Imperial Sociedade Amante da Instrução, o IHGB, a Sociedade Ensaio Filosófico e até do insuspeito Instituto Histórico da França, do qual se tornou membro correspondente em 1835.

Contudo, a influência e o prestígio de Monte Alverne advieram, em grande parte, da sua intensa atividade como orador sacro. Suas pregações, tidas como verdadeiros espetáculos de eloqüência e oratória sacra, eram muito concorridas pelo público da época, cuja sociabilidade tinha sido fundada, conforme vimos, em torno das atividades e celebrações eclesíásticas. Tudo isto se devia ao estilo tempestuoso e apaixonado de Monte Alverne, dando

⁹⁵⁶ Citado por FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 106.

indicações de que era um ator digno de nota, capaz de arrancar atenção e aplausos à platéia com uma facilidade explicável somente por uma notável veia dramática. Conta-se, em meio às lendas que o seu nome gerou, que João Caetano, o primeiro grande ator e dramaturgo que lutou pela nacionalização do teatro brasileiro durante o oitocentos, costumava assistir aos sermões do frei franciscano com a finalidade aprender a arte de declamar diante do público.⁹⁵⁷

O testemunho de muitos intelectuais e homens de letras do período confirma que Monte Alverne possuía uma expressiva habilidade gestual, sabendo compor a sua própria figura de uma forma em que a voz, o aspecto físico, o andamento firme e eloqüente das frases concorriam para uma encenação de grande efeito teatral. Além destas habilidades, Monte Alverne cultivava outras características que eram próprias dos atores dramáticos, como uma personalidade cheia de vaidade e o orgulho profissional, como se pode ler no prólogo de suas *Obras oratórias*, publicadas no fim de sua vida:

O país tem altamente declarado que eu fui uma destas glórias, de que ele ainda hoje se ufana (...) No momento de finalizar a revista das minhas Obras oratórias (...) Tantos esforços, fadigas tão aturadas eram precisas para deixar um vestígio da minha passagem nesta terra, onde recebi aplausos, coroas e ovações de que nenhum orador, nenhum filósofo antes de mim, ousou ainda gloriar-se. Exposto há dezoito anos a todas as provações e sorvendo cada instante o cálice da angústia, que a minha cegueira me propina, gozo ao menos da consciência de não terem sido estéreis tantos dias, nem enterrados os talentos com que Deus me mandou negociar.⁹⁵⁸

Mas a influência intelectual do franciscano não se esgota por aí. Suas aulas como professor de Retórica e Filosofia foram responsáveis por parte da formação acadêmica e filosófica da emergente intelectualidade carioca, sobretudo daqueles que seriam, pouco tempo depois, os futuros líderes emergente do romantismo brasileiro. Através das aulas do franciscano, homens de letras como Gonçalves de Magalhães tomaram conhecimento de uma das correntes filosóficas mais influentes em nosso romantismo, especialmente entre os seus primeiros representantes entre nós: o ecletismo de Victor Cousin (1792-1867).⁹⁵⁹ A

⁹⁵⁷ MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, p. 469.

⁹⁵⁸ Idem. *Op. cit.*, p. 470.

⁹⁵⁹ No Brasil, o primeiro grande expoente e talvez o maior vulto difusor do ecletismo foi o português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846). Foi professor da cadeira de Filosofia Racional e Moral do Colégio de Artes de

influência deste vago e esquecido filósofo francês, que possui uma biografia até apreciável em seu conjunto, mas cujo registro confina-se praticamente à influência que exerceu sobre o pensamento brasileiro, é muito sensível sobre as idéias filosóficas de Alverne, cujo *Compendio de filosofia*, resultado de aulas proferidas em 1833 e compiladas pelo aluno Francisco Luís Pinto, somente foi publicado em 1859, de modo anacrônico e já então muito distante das circunstâncias que influíram de modo decisivo sobre a mentalidade dos primeiros românticos e de nossa nascente intelectualidade. O ecletismo de Cousin é, portanto, um capítulo à parte na história da inteligência, e merece um comentário um pouco mais alongado.

Como corrente filosófica, o ecletismo foi difundido entre o século 18 e 19. Considerava o conhecimento como uma prática que deveria ser conduzida de modo aberto, flexível, em diálogo franco com todas as correntes filosóficas existentes. O método do filósofo eclético consistia em dotar-se do conhecimento de todas as formas possíveis de investigação e conhecimento, optando assim por aquilo que cada uma delas possuiria de mais correto, descartando o conflito epistemológico ou metodológico entre as diversas correntes filosóficas. O filósofo eclético deveria, por igual, estar aberto ao diálogo e disposto ao debate e ao enfrentamento de novas teorias, uma vez que conhecer as novas formas de conceber o conhecimento era o método de difusão de sua filosofia e conhecimento. A proposta do ecletismo, deste modo, que consistia em uma espécie de conciliação e ecumenismo doutrinário, de acentuado espiritualismo cristão, teria como resultado uma proeminente tolerância em relação às diferenças e, igualmente, daria ensejo, em suas gradações mais entrópicas, a uma enorme confusão entre os conceitos e os limites de cada concepção do mundo, muitas vezes de tal modo diferentes que chegavam a ser totalmente excludentes entre si. Uma tentativa de conciliação como esta, em nível de discussão filosófica ou científica, só poderia ter como conseqüência, muitas vezes, a mistura ou salada teórica, o caos epistemológico, em que

Coimbra. Entre os anos de 1802 e 1809 estudou na Alemanha, assistindo conferências dos filósofos Fichte e Schelling. Esteve no Brasil durante a permanência de D. João VI e corte, entre os anos de 1809 e 1821. Publicou em livro as suas aulas, com o título de *Preleções filosóficas* (1813-1820), adotando três princípios para a difusão do conhecimento filosófico: a) os fundamentos das ciências partem da experiência sensível; b) a sistematização do conhecimento dá-se através da razão humana, em sentido ontológico, e mediante a correspondência entre linguagem e a realidade; c) a filosofia é, enquanto sistema racional de pensamento, a plena garantia do exercício do conhecimento.

a ausência de um método único e claro teria como efeito a formação de um intelectual que adota visões múltiplas e contraditórias sobre o mesmo fenômeno ou fato. Diante da dificuldade em advogar o seu método filosófico, o próprio Cousin teve que defendê-lo diversas vezes de muitos ataques que em seu próprio tempo o sistema eclético conheceu, em uma tentativa de estabelecer coerência e coesão intelectual à sua proposta:

Première objection – L’éclectisme est un syncrétisme que mêle ensemble tous les systèmes.

Réponse – L’éclectisme ne mêle pas ensemble tous les systèmes; car il ne laisse intact aucun système; il décompose chacun d’eux en deux parties, l’une fautive, l’autre vraie; il détruit la première et n’admet que la seconde dans le travail de la reconstitution. C’est la partie vraie de chaque système, c’est-à-dire la vérité à la vérité pour en former un ensemble vrai. Il ne mêle jamais un système entier à un autre système entier; il ne mêle donc pas tous les systèmes. L’éclectisme n’est donc pas le syncrétisme; l’un est même l’opposé de l’autre: ils se ressemblent philosophiquement et grammaticalement comme choix et mélange, discernement et confusion.

Seconde objection – L’éclectisme approuve tout, confond le vrai et le faux, le bien et le mal.

Réponse. – L’éclectisme n’approuve pas tout, car il professe que dans tout système il y a une part considérable d’erreur. Il ne confond pas le vrai et le faux, il les distingue au contraire; il sépare l’un d’avec l’autre, néglige le faux et n’emploie que le vrai.

(...)

Quatrième objection - L’éclectisme est l’absence de tout système.

Réponse – L’éclectisme n’est point l’absence de tout système; car c’est l’application d’un système: il suppose un système, il part d’un système. (...) ⁹⁶⁰

O resultado da postura dos seguidores do ecletismo é a utilização da tautologia e do truísmo como método de exposição de suas idéias, sem que isto provoque espanto ou desconfiança em seus prosélitos. O discípulo de Cousin, Jean Philibert Damiron (1794-1862), autor do *Cours de philosophie*, manual adotado por Magalhães em suas aulas de filosofia, afirmava sem peias que o ecletismo era a “acceptation et conciliation de toutes les opinions par leur côté vrai... (...) dans les idées même les plus erronées il y a toujours nécessairement une assez grande part de vérité...”. ⁹⁶¹ Além disso, Damiron defendia que o filósofo ou homem de ciências deveria aceitar o que as diferentes teorias e concepções filosóficas têm de mais razoável, justo e sábio, com o objetivo de “de se placer dans le point de vue et la pen-

⁹⁶⁰ COUSIN, Victor. *Fragmens philosophiques*. Paris: Ladrangé, Libraire, 1833, pp. lv-lvi.

⁹⁶¹ DAMIRON, Jean Philibert. *Cours de philosophie*. Première partie. Tome 1er. Seconde Édition. Paris: L. Hachette, 1837, pp. xvi-xvii.

sée de chacun, de tout regarder pour tout comprendre, de tout comprendre pour tout juger...”⁹⁶²

Vê-se que a postura do filósofo eclético e dos asseclas de suas idéias parte do pressuposto de um perspectivismo um tanto utópico, em que os pontos de vista, muitas vezes excludentes entre si, formariam um todo harmônico e homogêneo. Numa palavra: o ecletismo tinha como pretensão fundir filosofias tão díspares e antagônicas em suas bases e fundamentos como as de Voltaire e Rousseau, ainda que os seus autores em vida tenham combatido um ao outro de modo evidente e explícito. Não à toa Cousin despertou entre os seus opositores críticas ácidas e ironias de toda espécie:

Aussi le fondateur de l'éclectisme crut-il devoir immédiatement à ses auditeurs une profession de foi solennelle, et, dès son discours d'ouverture, il proclama ses principes avec la même énergie qu'il a mise à les renier depuis. Selon lui, c'en était fait de la métaphysique. Reid et Royer-Collard avaient fermé la tombe sur cette science chimérique enfantée par l'orgueil de l'esprit humain, *l'orgueil si peu fait pour l'homme*. (...) Averti par trente siècles de spéculations stériles et insensées, le vrai sage devait revenir au sens commun, et accepter, sans les juger, des croyances que s'imposent à toute âme humaine avec une puissance irrésistible. Ainsi pensait M. Cousin en 1815. Il ne savait pas alors que l'homme est fait pour arriver dès ce monde à *l'intelligence et à l'explication absolue de toutes choses par l'emploi légitime des forces de la raison*. Il n'avait pas découvert que *mystère et un mot qui n'appartient pas à la philosophie*, et qui'il appartient au philosophe de ne laisser de mystères ni dans la nature, ni dans la théologie. Écrasé sous le poids des problèmes métaphysiques, confondu, comme Pascal, à la pensée de l'infini, il s'imaginait, humble débutant, que comprendre n'est pas pour nous la condition de croire, et que la science doit reposer sur la foi, non la foi sur la science. Il inclinait à la *folie* du Solitaire de Port-Royal; il tombait dans le scepticisme de Socrate et du genre humain, et s'il était *fier* de quelque chose, c'était de continuer, sous le drapeau du sens commun ou de la foi naturelle, la croisade de son maître contre les orgueilleuses extravagances de la raison.⁹⁶³

Por outro lado, as condições de reprodução do conhecimento filosófico no Brasil, atrelado especialmente à formação em seminários – de mistura a um incipiente meio acadêmico, ainda muito pobre e rarefeito, em que os intelectuais-literatos procuravam firmar-se sem atingir suscetibilidades e credos –, criaram uma situação favorável à difusão do ecletismo entre nós, encontrando um terreno vasto e fértil. Como nosso diminuto meio intelec-

⁹⁶² *Idem, ibidem*, p. xvii.

⁹⁶³ FRESNEAU, Armand. *L'éclectisme*. Paris: Au Comptoir des Imprimeurs-Unis, 1847, pp. 10-11.

tual era impermeável a críticas de toda ordem, admitindo somente a convivência cortesã e acrítica das idéias, não tínhamos filósofos ou cientistas capazes de filtrar os modismos e debilidades intelectuais importados entre nós. Deste modo, sistemas ingênuos, como o ecletismo cristão de Cousin, tiveram uma excepcional recepção entre os nossos intelectuais e homens de letras porque neles havia uma fórmula condizente com a pobreza de nosso meio acadêmico e intelectual. Uma coisa é certa, ao menos: o ecletismo de Cousin ajudou a difundir em nossos homens de letras e ciências um comportamento tolerante, porém algo permissivo diante do conhecimento e das práticas sociais, sobretudo ao postular a possibilidade de conciliar o que, em outros países e outras culturas, seria inconciliável e excludente, dada a radicalidade e oposição entre as visões de mundo. No entanto, em nosso nascente meio intelectual, as idéias de Cousin, divulgadas com ênfase e convicção por Monte Alverne entre seus alunos, coadunaram perfeitamente com a identidade da jovem nação, que assim pôde conciliar, em seu começo, os ideais de uma cultura amante do universalismo e da tolerância mais ou menos livre entre idéias e sistemas filosóficos divergentes entre si.

O ecletismo de Cousin, por outro lado, assumido por parte da intelectualidade local como uma espécie de filosofia oficial da nação brasileira, segundo a visão de um dos seus mais influentes discípulos – Gonçalves de Magalhães –, transitava entre o empirismo e o sensualismo. Utilizando o método da conciliação entre as teorias filosóficas e o conhecimento científico, o ecletismo brasileiro fundou o seu discurso sobre o método historicista, o psicológico e o espiritualismo, este último acentuado entre os seus seguidores, todos ardentemente adeptos do cristianismo, quando não clérigos. Magalhães, por exemplo, chegou a definir o materialismo como “coisa repugnante”, afirmando que a existência de Deus não dependia de provas e, de forma tautológica, afirmando o primado da crença sobre a razão e o conhecimento filosófico: “... o que o espírito humano sem mais provas fortemente acredita não carece de provas para ser crível, nem há provas que destruam essa crença”.⁹⁶⁴

Portanto, pode-se afirmar que o romantismo brasileiro tem uma grande dívida com o “ecletismo espiritualista”⁹⁶⁵ concebido por Magalhães, que em tudo assimila a filosofia espiritualista do ecletismo de Cousin, através de seu discípulo Damiron, uma vez que a es-

⁹⁶⁴ Citado por MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, vol. II, p. 260.

⁹⁶⁵ *Idem, ibidem.*

tética romântica, considerando a sua acentuada expressividade mística ou religiosa – sobretudo do modo como se manifestou no Brasil –, necessitava de um suporte filosófico para estabelecer justamente uma conciliação entre o pensamento filosófico do período, de fundamentos laicos, materialistas e forrados de racionalismo e cientificismo – a Era da Razão começava a entrar em sua fase madura – e as crenças e superstições do cristianismo católico, religião oficial do Estado. O ecletismo, neste sentido, oferecia respostas e argumentos aos românticos brasileiros para a tendência cada vez maior de oposição entre as crenças tradicionais do catolicismo e o crescimento e divulgação de uma filosofia cada vez mais agnóstica, materialista ou, em certos casos, atéia – em razão disso, nos termos de Magalhães, “repugnante”. Ou seja, o ecletismo propunha uma aparente solução ao conflito e divórcio evidente e radical entre ciência, filosofia e religião: a possibilidade de conciliação e aceitação entre visões de mundo antagônicas e excludentes, garantindo a modernidade intelectual da reflexão filosófica de vanguarda do período – quando não de períodos anteriores, como o Iluminismo – ao mesmo tempo em que conservava intocável e sem alteração a essência da doutrina religiosa do catolicismo, porque tudo era possível conciliar e aceitar, adotando as visões por seu lado “verdadeiro” e considerando, segundo os adeptos do ecletismo, que mesmo as opiniões mais equivocadas e errôneas têm sempre algum fundo de verdade. É uma posição intelectual muito cômoda e conveniente para os homens de letras e intelectuais brasileiros, sobretudo àqueles não queriam abandonar o conforto de uma posição já estabelecida em nome de uma concepção filosófica que obrigaria o seu adepto, para manter a coerência e o caráter, a remodelar sua visão de mundo e seu comportamento ante a sociedade. Ao não tomar partido, ao mesmo tempo em que era partidário de todas as idéias, o eclético podia expressar livremente a sua opinião, sem que isto alterasse de modo radical o terreno habitual de sua existência social e mentalidade, que poderia manter-se conservadora e fiel ao catolicismo, professando simultaneamente, sem temer a contradição e a incoerência, uma opinião liberal e secularizada. Isto explica a simpatia e o entusiasmo com que o ecletismo foi acolhido entre os intelectuais e homens de letras brasileiros, sobretudo entre aqueles que foram formadores de opinião da intelectualidade nascente, como foi o caso de Monte Alverne.

Através das aulas de Monte Alverne no seminário de São José, por conseguinte, os jovens intelectuais e futuros literatos brasileiros tomaram conhecimento do ecletismo de Victor Cousin, uma das mais sensíveis influências do romantismo brasileiro que alguns deles, tempos depois, assumiriam como líderes do movimento. A inteligência brasileira do período encontraria no ecletismo um modo muito vantajoso de expressão filosófica, uma vez que a adoção não comprometia o curso da existência em nível social, até para o próprio Alverne, cuja formação anterior partiu do sensualismo de Condillac (1715-1780), antes de entrar em contato com o espiritualismo eclético de Cousin. O fato é que o frei franciscano, embalado pelo sentimento de nacionalismo e missão patriótica com o qual encarava a sua função de pregador régio e professor de filosofia, acreditava formar as mentalidades do público e da intelectualidade que nascia sob sua responsabilidade, tornando-se assim um poderoso agente do *processo civilizatório* em curso. Seu objetivo máximo era educar a inteligência nacional e moldar os hábitos de seus alunos e fiéis com a esperança de conseguir através da educação e da religião, ao final desse processo, uma população capaz de manifestar identidade cultural, amor à pátria, apreço e apego à religião, hábitos civilizados e modernidade intelectual. Não era apenas uma finalidade exclusiva de Monte Alverne; era o objetivo de todos os intelectuais e homens de letras do país, que almejavam dotar a jovem nação de um repertório mínimo de atributos nacionais e de uma cultura moderna e ao mesmo tempo atenta à tradição. Conforme anota Monte Alverne em seu *Compêndio de filosofia* (1859):

Vê-se, pois, que o meu sistema é o sensualismo;⁹⁶⁶ mas depois do aparecimento do idealismo, o sensualismo não se pôde manter seguro nos seus domínios exclusivos. Todavia ambos estes sistemas ofereciam erros, que os seus sectários se lançavam em rosto mutuamente. Um destes gênios, nascidos para revelar os prodígios da razão humana, se levantou como um Deus, no meio do caos (...) reconstruiu a filosofia ... (...). Os sistemas exclusivos foram proscritos por M. Cousin. O sensualismo e o idealismo, a escola de Locke, e a filosofia escocesa deram-se as mãos; e a razão pura de Kant, sentando-se no lugar da reflexão de Locke, ofere-

⁹⁶⁶ Este comentário aparece em forma de nota à afirmação sobre as “operações da alma”: “... não temos alguma idéia das operações da alma separadas do corpo: porque todas as operações da alma, que nós conhecemos, executam-se por meio do corpo, ou derivam originariamente do corpo, como de seu princípio.” ALVERNE, Francisco de Monte, *Compêndio de filosofia*, p. 90. Citado por MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, vol. II, p. 472; ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2001, pp. 329-330.

ceu os verdadeiros elementos do espírito humano, as legítimas fontes das idéias, e resolvem os mais difíceis problemas da Psicologia, que dividiam o mundo filosófico. Felizmente, para mim, a teoria das forças e da atividade da alma, das sensações, da atenção, baseando-se no elemento idealista, apartaram-se bastante da escola sensualista. Mas a teoria da reflexão, e da origem das idéias, oferece o lado vulnerável do sensualismo. É o que demonstrou M. Cousin na sua análise sobre o entendimento de Locke, e em outras obras. (...) O sistema sublime de M. Cousin apenas é conhecido no Brasil, e por desgraça, seus trabalhos filosóficos ainda não estão completos (...). Eu forcejarei entretanto por aproveitar o que ele tem feito e restaurar com ele o sistema filosófico.⁹⁶⁷

Contudo, a atividade de Monte Alverne como professor exerceu influência expressiva apenas dentro do diminuto círculo de alunos que freqüentaram suas aulas de Retórica e Filosofia no seminário São José, entre os quais se destacam alguns dos jovens mais brilhantes do período e futuros líderes do Romantismo brasileiro:

Grupavam-se em torno da sua cadeira mancebos sequiosos de saber (...). Os Srs. Drs. Magalhães, Félix Martins, Porto-Alegre e tantos outros prestimosos condutores da nova geração, pertencia ao número desses mancebos (...). A um dos mencionados discípulos de Monte Alverne (o Sr. Dr. Magalhães) deve a língua portuguesa a primeira obra filosófica (os *Fatos do Espírito Humano*), digna de Kant, de Schelling e de Cousin.⁹⁶⁸

A fama, o reconhecimento e o prestígio alcançados por Monte Alverne deram-se, no entanto, através de sua atividade como sermônista, e não como professor. Com as suas pregações, tidas como verdadeiros e concorridos eventos públicos, Alverne alcançou enorme popularidade e atingiu um público bem maior de ouvintes da corte carioca, especialmente sob a proteção de D. João VI, que tinha verdadeiro apreço pela sermônística e pelos bons oradores sacros. Entretanto, Monte Alverne não era apenas um orador sacro, um religioso convencional. Em seus sermões está presente também a onda de nacionalismo e patriotismo que varreu a primeira geração de intelectuais e homens de letras logo após a independência do Brasil, e é possível neles notar também a intensa vibração do homem apaixonado pela política e pela jovem pátria:

Não sei se me engano. Mas pondo a mão sobre o meu peito creio que quando mesmo o Brasil nada tivesse de sofrer com a morte antecipada do seu imperador,

⁹⁶⁷ *Idem, ibidem.*

⁹⁶⁸ Citado por MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, vol. II, pp. 472-473.

só a idéia de possuímos um príncipe, que respirou nascendo este ar embalsamado; e abrindo a primeira vez os olhos viu este céu dos trópicos tão sereno, e dum azul tão fascinador; gera tanto enlevo, nutre um orgulho tão nobre que não encontro um só brasileiro que não esteja pronto a sacrificar a sua vida a fim de conservar os dias preciosos do seu augusto compatriota! Vós o destes duas vezes ao Brasil em penhor da sua estabilidade, oh Deus! Deus onipotente e cheio de misericórdia! Vós ratificastes o contrato feito com o vosso povo restituindo o príncipe querido aos lamentos da pátria, que com ele zombará de todos os perigos e todos os azares. Seu trono será eterno na vossa presença, qual o sol em todo o seu fulgor (...).⁹⁶⁹

Através destes breves, mas pontuais exemplos, compreende-se muito bem qual a importância de homens como Monte Alverne para a nossa nascente vida intelectual e o surgimento de um sentimento de nacionalidade, ao menos para aqueles que conviveram com o frei franciscano durante o período de sua absorvente atividade como orador sacro e professor de filosofia. Através de suas aulas e de seu ecletismo filosófico, Monte Alverne ajudou a difundir o culto do eu, a exaltação da pátria, o cristianismo como experiência subjetiva, emocional e individual, a literatura e artes em geral como coadjuvantes da religião e, sobretudo, a *função civilizadora das letras*.⁹⁷⁰

Por outro lado, o franciscano soube utilizar o prestígio de sua concorrida e bem reputada oratória sagrada como um poderoso instrumento não somente de doutrinação religiosa da sociedade carioca de seu tempo, mas sobretudo, como vimos anteriormente, de ferramenta pedagógica que tinha como finalidade precípua formar um cidadão amante da moral, da religião, da monarquia, da ordem pública, das leis, da civilização e, principalmente, praticante do patriotismo. A consciência que o frade franciscano tinha de seu papel como agente civilizador da pátria, através de suas pregações, era tanta que, a fim de cativar o maior número de ouvintes possível, despreocava-se das questões formais e estilísticas em seus sermões, evitando um acentuado apuro literário e apelando a um estilo mais dramático, popular e eloqüente e, portanto, mais pragmático, de acordo com seus objetivos como orador sacro. É o que confessa no *Discurso Preliminar às suas Obras Oratórias*:

Compondo os mesmos sermões, nunca fui embaraçado das formas de que devia revestir o meu estilo. Sabia com Montesquieu ser impossível realizar alguma coi-

⁹⁶⁹ Citado por PINHEIRO, Cônego Fernandes. *Curso de literatura nacional*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, p. 458.

⁹⁷⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 107.

sa de importante desde que fosse mister levar à balança os nossos pensamentos. E quando pois eu tinha de exprimir uma idéia, empregava na sua tradução o termo mais significativo, ou mais sonoro, sem curar da sua precisão e mesmo da sua existência. Era certamente um grande mal em ordem à literatura, era um grande defeito, mas a idéia aparecia com as suas cores fortes e originais, e o prestígio da pronúncia conseguia o resto.⁹⁷¹

Como quer que seja, indivíduos como Monte Alverne, e sua oratória sagrada, deixaram legados de extrema importância para o surgimento da vida cultural da corte carioca, além de influências decisivas em um primeiro momento do romantismo brasileiro. Deve-se ao púlpito, portanto, o crescimento da antes pequena e muito pacata vida social do Rio de Janeiro, o que propiciou, por conseguinte, a formação de um público cativo para as primeiras manifestações literárias consideradas genuinamente nacionais, contribuiu para a propagação de assuntos relativos à pátria, incentivou entre os ouvintes o patriotismo e o respeito às instituições nacionais, patrocinou a difusão da imagem do literato brasileiro e o abramileiramento da linguagem, e, principalmente, demarcou a literatura como um poderoso instrumento civilizatório a serviço do estado. Com isto, a sermonística foi a primeira atividade intelectual de relevo e expressão a surgir logo após a independência, e a ela deve-se a fixação dos papéis que a literatura e, sobretudo, o literato, desempenhariam junto à sociedade carioca e, posteriormente, junto ao país. Sem a atividade decisiva de homens como Alverne, provavelmente outro perfil seria adotado pelos intelectuais brasileiros desse período de intenso nacionalismo.⁹⁷²

Contudo, foi nesse contexto de renovação cultural, que se deu ao longo do Primeiro Reinado, que as novas manifestações e mecanismos de difusão da cultura letrada deram à corte carioca o começo daquilo que se poderia chamar de um *mundo literário* próprio, ainda que incipiente, mas com algumas características já bastante notáveis. Com efeito, a cidade passou a contar com um pequeno número de praticantes das belas-lettras, uma crescente produção literária, sobretudo poética, de feições ainda bem modestas, algumas revistas e jornais culturais postos em circulação, o nascimento de uma pequena vida teatral e um pequeno público consumidor de bens culturais. O *lugar social* do literato e da produção literária, com a independência, passou a ser cada vez mais visível, sobretudo nos anos da Regên-

⁹⁷¹ Citado por PINHEIRO, Cônego Fernandes. *Op. cit.*, p. 463.

⁹⁷² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 110.

cia, quando a literatura e o literato têm este lugar totalmente definido, e adquirem funções específicas dentro do *processo civilizatório* instalado no país após a abdicação de D. Pedro I. O que se vê, a partir do 7 de Abril e fim do Primeiro Reinado, é o esforço conjunto de toda a intelectualidade brasileira no sentido de erguer os alicerces da pátria, além de definir a identidade cultural do povo brasileiro. Antes, porém, era necessário definir qual era a cultura da nova nação, o que motivou, ao longo dos anos em durou a Regência, a fundação de inúmeras sociedades culturais, políticas e filantrópicas, país afora, ao mesmo tempo em que a educação pública passou a receber uma maior atenção por parte da administração estatal, o que permitiu um expressivo progresso de todos os setores de nossa emergente vida cultural. Com isto, a nação entrou em uma fase de ufanismo e desejo de prosperidade, e é evidente que este ambiente de entusiasmo pelo Brasil e pela cultura brasileira contagiou os nossos homens de letras, o diminuto mundo letrado que possuíamos, e, portanto, as belas letras em geral. Tal confluência de fatos e circunstâncias propiciou em nosso então jovem país um *encontro histórico* ⁹⁷³ sem precedentes: os nossos intelectuais e homens de letras, lutando por consolidar a sua independência perante as outras nações, conseguiram fundir, de maneira muito propícia, as idéias do romantismo europeu com o esforço conjunto de fundação e organização de uma literatura genuinamente brasileira. Numa palavra: o processo de construção da nação e da nacionalidade brasileiras está atravessado pela coincidência histórica entre o surgimento do romantismo e nossa independência, secundado pelo anseio de nossos líderes políticos e intelectuais em criar a nossa identidade literária. Somente a afinidade entre o movimento romântico, o nascimento de uma nova pátria e o nosso desejo de fundar uma literatura nacional explica a razão pela qual o romantismo adaptou-se tão bem às nossas necessidades e demandas durante o século 19, a ponto de fundamentar e fundar a teleologia de nossa identidade cultural. Sem este encontro propício de idéias e forças entre o romantismo e a intelectualidade brasileira, o Brasil certamente seria outro. ⁹⁷⁴

Foi com esse espírito que a jovem nação conheceu o surgimento de uma série de publicações capitais para a expansão de nossa vida intelectual, que deram o contorno final desta verdadeira revolução cultural, chamada Romantismo, que entusiasmava a maior parte

⁹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 117.

⁹⁷⁴ *Idem, ibidem*.

dos homens de cultura de todo o país, sobretudo a corte carioca. A primeira delas, em sentido cronológico, nasce da iniciativa de alguns jovens intelectuais e literatos da Faculdade de Direito de São Paulo que decidem criar, em 1833, inspirados pela onda de patriotismo e pelo ambiente propício à fundação de grêmios e sociedades culturais, a *Sociedade Filomática*. O objetivo destes “mancebos” de São Paulo era “criar um pequeno centro de luses dispersas”, a fim de promover o “adiantamento individual” e “incitar maiores capacidades a reunirem-se para proveito geral”.⁹⁷⁵

A *Sociedade Filomática*, seguindo o exemplo de instituições europeias semelhantes, que lhes serviram de inspiração e modelo, decide publicar um periódico com o fim de divulgar as idéias, os artigos e pesquisas realizados pelos jovens membros da agremiação. Isso pouco tempo depois de sua criação. Logo na *Introdução* do primeiro número, os autores do órgão assim resumem a sua finalidade:

Seo timbre, a sua unica meta serão – coadjuvar a marcha lenta, mas sempre progressiva, da civilização brasileira com todos os exforços [...]. Seos meios – a publicação de memorias uteis sobre as Sciencias e a Litteratura –; – a critica das Obras notaveis que apparecerem em o nosso paiz –, a noticia do que forem tendo de mais interessante os Povos cultos.⁹⁷⁶

Como vemos, não há nenhuma novidade que distinga as propostas da *Revista da Sociedade Filomática* em relação às de outros órgãos que circulavam no mesmo período, como *O Patriota* que, aliás, conforme afirmamos anteriormente, também lhe serviu de modelo. Assim, ao defender em suas páginas a divulgação de conhecimentos científicos e literários com o propósito de contribuir para a *marcha lenta e progressiva da civilização brasileira*, os jovens fundadores da *Revista da Sociedade Filomática* apenas punham em prática o intento de quase todas as revistas, científicas ou exclusivamente literárias, e agremiações culturais fundadas pelo país afora naquela época. Até mesmo as convicções filosóficas dos editores e associados da *Filomática* não apresentavam nada de absolutamente novo e original, uma vez que se declaravam, ao longo da *Introdução* do periódico, adeptos da *escola*

⁹⁷⁵ CAMPOS, C. Carneiro; RIBEIRO, F. Bernardinho; MOTA, J. I. Silveira. *Introdução*. In: *Revista da Sociedade Philomatica*. São Paulo: Typographia do Novo Farol Paulistano. Edição fac-similar patrocinada pela Metal Leve, S. A., 1977, pp. 14.

⁹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 15.

eclética, cujo pensamento foi amplamente divulgado desde 1829, segundo o que dissemos linhas atrás, por Monte Alverne.

O que desperta bastante interesse, no entanto, é a estranha e surpreendente posição teórica adotada pelos jovens editores da *Filomática* quanto à literatura, já que afirmam, em plena época de adesão ao romantismo, que os princípios defendidos pelo periódico “serão os da *razão*, e do *bom gosto*, combinados com o espírito e necessidades do século” e, ao contrário do que estava em voga no momento, em todo o país, os fundadores da revista professam que guardarão distância tanto “do *Romantismo* frenético como da servil *imitação* dos antigos”, apesar de aderentes à concepção de que a “Litteratura é a expressão colorida do pensamento da epocha”, ao mesmo tempo em que são contrários ao “esquecimento absurdos dos principios da Natureza”.⁹⁷⁷

Trata-se, destarte, de uma posição um tanto ambígua e incongruente com o *pensamento da época* então corrente e dominante, uma vez que os editores pretendem manter um meio termo entre o ideário estético romântico e os preceitos clássicos greco-latinos, o que é defendido, ou ao menos tentado, ao longo dos três artigos sobre literatura publicados pela *Filomática*, cuja edição conheceu apenas seis números. Os artigos, respectivamente de autoria desconhecida, Justiniano José da Rocha e J. Bernardino Ribeiro em parceria com Justiniano José da Rocha e A. Augusto Queiroga, são intitulados de *Vista de Olhos sobre a Poesia Portuguesa*, *Ensaio Crítico sobre a coleção de Poesias do Senhor D. J. G. Magalhães* e o *Ensaio sobre a Tragédia*. Contrariamente ao que haviam anunciado na *Introdução da Filomática*, em que professariam uma postura crítica e teórica a meio caminho do romantismo e do classicismo, os redatores do periódico demonstram uma clara resistência anti-romântica em seus textos, sustentando a defesa veemente dos *princípios eternos da razão e da natureza* e outros critérios neoclássicos para as obras de ficção literária. As principais críticas, esteadas na concepção neoclássica de literatura, são guardadas para o teatro e a dramaturgia, onde as inovações românticas se fizeram sentir de maneira mais evidente, especialmente com relação às obras de Almeida Garret em *Vista de Olhos sobre a Poesia Portuguesa*, de autoria não mencionada, até alcançar o ponto máximo de ebulição anti-romântica no *Ensaio sobre a Tragédia*, cotejando o *teatro monstruoso dos alemães*:

⁹⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 16. Grifos dos autores.

A nova escola recebeu de Schiller o nome de Romantica, com a qual imprimi a sua Joanna d'Arco (*sic*). O corpo de delicto desse genero *ridiculo* se acha nessa mesma Allemanha de M.me de Stael, onde se pretende encontrar as provas de sua defesa. Schiller, Goëthe, Werner, são os campiãoes a que ella da maiores encomios. Em despeito dos bons principios a sanha revolucionaria tambem tem lavrado pela França; Victor Hugo, e Alexandre Domat (*sic*) são os coripheus da nova escola; mas *o continuado rediculo de suas composições tem coberto os principios classicos*, e seus propougnadores de laureis immarcessiveis. Uma pequena vista d'olhos sobre estes escriptores é sufficiente para mostrar a extravagancia dos scysmaticos Allemães.⁹⁷⁸

Além de se constatar em meio às convicções teóricas e estéticas dos jovens redatores da *Filomática* uma clara sobrevivência e persistência dos valores e critérios utilizados durante o neoclassicismo para a avaliação e apreciação artística das obras, são notórias, além de tudo, a contradição e a distância entre o discurso da *Introdução*, e o que efetivamente apreciavam em relação à literatura. O programa estético em que realmente depositavam fé apoiava-se nos preceitos do universalismo clássico, ou seja, nos *princípios eternos do gosto e da razão*, e não no *meio termo da Introdução*.⁹⁷⁹

A despeito destas concepções conservadoras em relação à literatura de seu tempo, cabe destacar que os redatores da *Filomática* não destoavam do coro intelectual de sua época quando o assunto era o estabelecimento de uma literatura nacional. Neste sentido, os jovens acadêmicos paulistas repetiam as vozes dos homens de letras e intelectuais do período, e tal como eles, defendiam que o nascimento de uma literatura genuinamente brasileira somente seria possível com uma profunda renovação, negação ou adaptação dos padrões clássicos de beleza à realidade nacional. Numa palavra: seria necessário reavaliar, de maneira radical e até mesmo revolucionária, os cânones clássicos da literatura em relação ao caso brasileiro. Ora, este procedimento retórico e crítico dos redatores da *Filomática* também está em pleno e direto confronto com o programa defendido na *Introdução* do periódico, o que não impede que tenham uma perfeita e acabada noção de seus anseios e sentimentos em relação ao desejo de fundação de uma estética original, e, sobretudo, nacional para a nascente literatura do país. No *Ensaio crítico sobre a coleção de Poesias do Senhor D. J. G. Maga-*

⁹⁷⁸ RIBEIRO, J. Bernardino; ROCHA, J. J. da; QUEIROGA, A. Augusto. *Ensaio sobre a Tragedia*. In: *Revista da Sociedade Filomática*, p. 137.

⁹⁷⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, pp. 118-119.

lhães, de autoria de Justiniano José da Rocha, é possível acompanhar com mais clareza o que pretendem os estudantes de Direito de São Paulo em relação ao projeto de literatura nacional.

O artigo enfatiza desde o começo a inegável importância que a crítica tem para o avanço das letras, a fim de incentivar o debate sobre as questões literárias, então pouco estimuladas entre nós. Logo a seguir, analisa a situação em que se achava a poesia nacional até aquele momento, destacando que apenas um conjunto pouco expressivo de poemas “honrão o genio Brasileiro” e que o público leitor do país tem “pouco apreço” por este gênero literário. Contudo, Justiniano José da Rocha aponta que o Brasil possui uma juventude talentosa, com acentuada propensão para a arte do verso. Por outro lado, o jovem acadêmico paulista considera bastante justificável o “desprezo com que [o público brasileiro] tem tratado as letras”, uma vez que “inda há pouco livres [...] do jugo colonial”, os brasileiros “empregarão todos os seus esforços em consolidar sua independencia, e Liberdade”, afã que o autor está “bem longe [...] de condemnar”.⁹⁸⁰

Após este preâmbulo, Justiniano José da Rocha passa a analisar vários autores brasileiros com o propósito de encontrar em seus textos poéticos indícios ou manifestações da *influência pitoresca do nosso solo*, a bem dizer, traços da nacionalidade. Alguns desses sinais, como a *voluptuosidade* e o *amor*, detecta em José Bonifácio e Gonzaga,⁹⁸¹ daí inferindo que seriam peculiares à natureza dos brasileiros e destinados a tornarem-se características da futura poesia nacional. Apesar disso, o crítico paulista acredita que uma verdadeira poesia nacional terá que nascer para muito além da evolução destes dois tópicos, incluindo um terceiro, à vista das idéias de Ferdinand Denis, que deveria orientar a inspiração de nossos poetas: *a natureza tropical*.

Quando porém attendo á que nossas paysagens, os costumes dos nossos camponeses, em uma palavra, a Natureza virgem d’América, inda offercem quadros tão virgens como ella ao poeta que os quizer pintar; quando me lembro que o azulado Ceo dos Tropicos ainda não foi cantado, que nem um só vate fez descançar seus amantes á sombra amena de nossas mangueiras, atrevo-me á esperar que nossa

⁹⁸⁰ ROCHA, Justiniano José da. *Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Senhor D. J. G. Magalhães*. In: *Revista da Sociedade Filomática*, p. 48.

⁹⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 50.

poesia, magestosa, rica, variada, e brilhante, como a natureza que a inspira, nada terá que invejar ás cediças descripções Européas (...).⁹⁸²

Ora, esta postura de Justiniano José da Rocha revela uma contradição essencial e até mesmo um paradoxo em suas convicções teóricas, uma vez que tendo assinado o *Ensaio sobre a Tragédia*, em que criticava e repudiava abertamente, ao lado J. Bernardino Ribeiro e A. Augusto Queiroga, as idéias staélianas e a escola romântica, acaba absorvendo em seu programa de nacionalização das letras brasileiras elementos presentes em, pelo menos, dois adeptos dos preceitos divulgados por Madame de Staël: Almeida Garret e Ferdinand Denis. No entanto, o jovem crítico paulista não atribui o crédito de suas reflexões a nenhum destes críticos europeus, e prossegue, a despeito disso, em sua análise dos poemas de Magalhães. Após criticar algumas características da técnica formal do vate carioca, Justiniano José da Rocha volta a pender para os padrões neoclássicos de beleza e enaltece o classicismo da linguagem de Magalhães. Contudo, não deixa também de exaltar, como característica fundamental do bardo fluminense, o acentuado patriotismo de suas composições poéticas, sobretudo a ênfase na natureza dos trópicos através de *tropos* que enfocam os encantos nativos do país:

Entre as qualidades que recommendão o Sr. Magalhães não deve ser esquecido o seu amor ao Brazil. Graças a elle, *ja a magestosa mangueira substituiu os choupos, e os carvalhos, ja o Sabia Braziliense desenthronisou o rouxinol d'Europa, e algumas das bellas americanas trajarão as ricas galas da Poesia.*⁹⁸³

Não obstante as contradições formais e teóricas do pensamento estético e crítico dos jovens redatores da *Revista da Sociedade Filomática*, as concepções literárias de Justiniano José da Rocha e de seus pares são bastante ilustrativas do *pensamento da época*, ou mais nomeadamente dos primeiros anos da Regência, um pouco antes do surgimento fulgurante do romantismo entre nós. Ao longo dos seis números do periódico publicado pelos acadêmicos paulistas de Direito, é possível esquadrihar e encontrar, mais que as contradições presentes ao longo da enunciação das idéias, as características dominantes da intelectualidade do período. A primeira delas é o constante louvor da crítica como atividade intelectual

⁹⁸² *Idem, ibidem*, pp. 50-51.

⁹⁸³ *Idem, ibidem*, p. 56.

estimuladora das letras, domínio no qual não tínhamos tradição e que se encontrava ainda em estágio de formação em nosso incipiente meio literário. Outro aspecto muito importante é o onipresente discurso que responsabiliza o passado colonial e o empenho utilizado pelos nossos melhores talentos para a emancipação política como a origem do atraso em que o país se encontrava. Além disso, havia a crença generalizada de que o brasileiro possuía um talento natural para as belas-letas, e que estas deviam ser um instrumento a serviço do *processo civilizatório* e, portanto, permitir o estabelecimento e a fixação da identidade nacional. Como consequência dessas premissas, surge neste período, entre os intelectuais e homens de letras, a concepção de que era necessário e imperativo decidir qual o caráter distintivo da literatura brasileira, ou seja, aquilo que a tornava brasileira, nacional. Ainda não se sabia com clareza todos os elementos que deveriam ser privilegiados e empregados para se alcançar este objetivo, mas uma das certezas, ainda que vagas, era a introdução de inovações temáticas, de novos tropos formais e lingüísticos, a fim de se conferir aos gêneros literários até então praticados uma índole mais brasileira. Contudo, a ausência de novos e mais adequados parâmetros estéticos, no lugar dos propalados e bem reputados preceitos do classicismo, impunha aos intelectuais brasileiros a difícil tarefa de superá-los, uma vez que não atendiam suas necessidades. No entanto, a consciência dessa exigência não era suficiente, pois não havia um programa estético para a nascente crítica brasileira, no sentido de apontar o rumo a ser tomado.

Como que nascida para preencher esta lacuna, é publicada a *Niterói, Revista Brasiliense*, no ano de 1836, em Paris. Este famoso periódico da história da literatura brasileira, editado por Gonçalves de Magalhães, Torres Homem, Araújo Porto-Alegre e João Manuel Pereira da Silva, teve apenas dois números saídos do prelo. Entretanto, poucos periódicos fizeram sentir tanto a sua influência quanto a *Niterói*, em cujas páginas encontravam-se as idéias fundadoras do romantismo no Brasil, bem como o esperado programa estético que os homens de letras cultivariam após a sua publicação. A revista *Niterói* foi patrocinada pelo empresário brasileiro Manuel Moreira Neves, e desde a sua epígrafe “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil” apregoa-se o patriotismo característico de seus propósitos como órgão literário. Os dois únicos números editados não apresentam qualquer menção ao mês da publicação, embora os artigos estejam datados de julho e agosto de 1836, de modo que o segundo

número saiu somente no fim do ano. Os nomes dos redatores ou diretores também não aparecem, como também os preços de venda e assinaturas, mas seus objetivos estão bem visíveis, embora em pouco sejam discrepantes da linha editorial de órgãos como *O Patriota* ou *Revista da Sociedade Filomática*. Na nota de abertura do periódico, intitulada *Ao Leitor*, lê-se a síntese destes:

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores dessa obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que [...] os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os autores dessa Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro (*sic*) amigo da glória nacional.⁹⁸⁴

Os editores da *Niterói* tinham em vista, portanto, os mesmos propósitos presentes nas outras publicações semelhantes do mesmo período: educar e instruir os leitores e colaborar com a cultura e o progresso da pátria. A fim de atingir este objetivo, no entanto, os organizadores do periódico não adotaram apenas um simples coquetel de conhecimentos sobre os avanços humanísticos, científicos e tecnológicos da civilização europeia, mas procuraram lhes dar um novo enfoque e direcionamento, no sentido de fazer uso desses saberes com a finalidade de análise e compreensão da realidade nacional. Com a adoção desta nova abordagem dos conhecimentos europeus, os coordenadores da revista acreditavam que o país seria posto de vez na *marcha civilizatória*, uma vez que os brasileiros assimilariam os nutrientes intelectuais de acordo com as suas demandas e necessidades como povo e nação, adaptados à nossa realidade. É por esta razão que os editores da *Niterói* organizam o conteúdo da revista desta forma:

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura Nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que

⁹⁸⁴ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de; PORTO-ALEGRE, Araújo; HOMEM, F. S. Torres; SILVA, J. M. Pereira da. *Ao Leitor*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, n.º. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, p. 5.

é justo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização
 (...).⁹⁸⁵

Claro que a primeira impressão a respeito da *Niterói*, relativamente aos seus propósitos e expedientes, é de que o periódico não apresenta nenhuma novidade expressiva quando comparado às outras publicações do mesmo gênero dadas a lume no Brasil até então. O que difere essencialmente o projeto dos mancebos brasileiros de Paris é a *qualidade*, uma vez que os temas abordados e publicados passaram por uma criteriosa seleção, uma melhor organização e distribuição dos artigos, uma estética visual bastante aprazível e uma linha editorial bem mais coerente, além de uma linguagem bem elaborada, e, no entanto, inteligível e fluente. Tais apreciáveis virtudes conferiram à *Niterói* um resultado final muito acima da média das publicações precedentes, o que pode ser comprovado à luz da leitura dos textos publicados, como o artigo *Considerações econômicas sobre a escravatura*, de Torres Homem, ou o ensaio *Idéias sobre a música*, de Araújo Porto-Alegre, cuja qualidade e superioridade diferenciam-se do diletantismo e mediocridade muito comuns no nascente meio intelectual brasileiro. Com tais características, o periódico tornou-se rapidamente uma referência muito importante na sede da Corte brasileira, estimulando os debates sobre o país e a cultura nacional, apontando os rumos que estes deveriam tomar e apresentando soluções a antigos impasses presentes em nossa intelectualidade. Numa palavra: a *Niterói* é o ponto de inflexão entre a preparação do terreno e o começo da revolução romântica no Brasil.

Contudo, é no campo literário que as contribuições da *Niterói* se fazem mais sensíveis. Os dois únicos números publicados do periódico encerram três artigos dedicados à literatura. O primeiro número traz o famoso *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, enquanto o segundo contém o *Estudos sobre a literatura*, de João Manuel Pereira da Silva, e a resenha de Torres Homem sobre as composições poéticas do livro *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Dentre os três, o que mais interessa ao estudo do cânone literário nacional, sem dúvida, uma vez que é a síntese da filosofia literária da revista, é o ensaio de Magalhães, considerado uma

⁹⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 6.

espécie de *manifesto romântico*,⁹⁸⁶ onde o autor expõe um breve panorama sobre as letras nacionais e seu estado, mas realiza, sobretudo, a pregação de uma nova ordem estética, cultural e política, enfim, uma nova concepção de cultura. Mas não adiantemos as reflexões do *Ensaio*, cujas contribuições à afirmação e consolidação da nacionalidade literária brasileira são inegáveis.

O *Ensaio sobre a história da literatura* já começa por estabelecer uma definição de literatura. Através de cada uma das palavras de Magalhães, salta a perceptível influência das idéias de Madame de Staël, Schlegel e Schiller, que talvez tenham sido filtradas pelo vate carioca de segunda mão, através dos textos de Ferdinand Denis e Almeida Garret, autores com os quais teriam os jovens organizadores da *Niterói* mantido contato direto na Europa. De qualquer forma, a idéia geral de que “a litteratura é sempre a expressão da civilização”,⁹⁸⁷ presente em todo o programa estético do periódico, atravessa o *Ensaio* de Magalhães desde o primeiro parágrafo, onde o autor a define conforme segue:

*A Litteratura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas ideias, de mais philosophico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixoes, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia. E quando esse povo, ou essa geração desaparece [...] com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a Littérature (sic) só escapa aos rigores do tempo, para annunciar ás geraçoens futuras qual fôra o character do povo, do qual é ella o único representante na posteridade; [...] e diz: em tal época, de baivo (sic) de tal constellação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu so conservo, cujos heroes eu só conheço; vos porêm (sic) si pertendeis (sic) tambem conhecêl-o, consultai-me, por que eu sou o espirito desse povo, e uma sombra viva do que elle foi.*⁹⁸⁸

Delimitada a noção, bastante típica do romantismo, de que *litteratura é o espírito de um povo*, Magalhães parte para as próximas etapas de seu *Ensaio*. A primeira delas é demonstrar que o Brasil é detentor de uma literatura nacional, ou pelo menos tem direito a uma expressão literária genuinamente brasileira, completamente diversa da literatura portu-

⁹⁸⁶ BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002, p. 39.

⁹⁸⁷ SILVA, J. M. Pereira da. *Estudos sobre a Literatura*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; CIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, nº. 2, p. 214.

⁹⁸⁸ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; CIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, nº. 1, p. 132. Grifos meus.

guesa, da qual o bardo fluminense reconhece que as nossas belas-lettras descendem, mas enfatizando com veemente patriotismo que “cada povo tem sua Litteratura, como cada homem o seu character, cada arvore o seu fructo”, apesar de admitir que, em alguns casos, como talvez o brasileiro, a “civilisação apenas é um reflexo da civilisação de outro povo”.⁹⁸⁹

Assim, antes de partir para uma análise do estado das letras nacionais, Magalhães considera que duas literaturas, embora com feições peculiares, nasçam da mesma genealogia cultural e lingüística, embora convivam nesta condição “similhante [s] as arvores enxertadas”, conquanto “dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento”, ou ainda “como as agoas de dous rios, que n’um confluente se annexam”, e que andam “confundidas em um só leite”, de modo que “impossivel é o separal-as”.⁹⁹⁰

O que o vate carioca deseja com este procedimento é expor a dificuldade de elaboração de uma história da literatura nacional que não considere alguns fatores e condicionantes, como o fato incontornável de que a literatura brasileira não é uma manifestação cultural independente de seu passado colonial e de sua origem portuguesa, apesar das modificações pelas quais atravessa que, segundo o autor, dependem exclusivamente do *caráter e estado de civilização do povo*, no caso, o brasileiro. Por esta razão, o autor de *Suspiros poéticos e saudades* propõe o seguinte:

Applicando-nos agora especialmente ao Brasil; a primeiras questoens, que se nos apresentam são: qual é a origem de sua Litteratura? Qual seu progresso, seu character, que phases tem tido? Quaes os que a cultivaram, e as circunstancias, que em differentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florecimente (*sic*)? Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil de pois de seu descobrimento, d’ahi pedindo conta á historia, e á tradição viva dos homens do como se passaram as cousas, seguindo a marcha do desenvolvimento intellectual, e pesquisando o espirito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro historico da nossa Litteratura.⁹⁹¹

Agora, passemos às dificuldades. A produção de uma história da literatura brasileira e, portanto, de seu cânone literário, segundo Magalhães, é um empreendimento cheio de óbices e percalços a ser superados, e aponta algumas causas para este quadro: a primeira delas é a escassez de fontes e documentos confiáveis, “mesquinhos e exparsos (*sic*)”, de

⁹⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 132-133.

⁹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 133.

⁹⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 135.

modo que a produção local sobre o assunto é muito restrita, e os poucos trabalhos produzidos a respeito, tanto nacionais quanto estrangeiros, não são recomendáveis como obras de consulta e referência, em função do pouco interesse que o assunto despertou dentro e fora do Brasil, até o momento em que o *Ensaio* era escrito:

Dos estrangeiros, MM. Bouterwech (*sic*), Sismonde de Simondi (*sic*) e Ferdinand Diniz (*sic*) alguma cousa disseram. O primeiro apenas conhecia Claudio Manoel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente (*sic*) pautu-se sobre o primeiro; e a menção, que faz de alguns Brasileiros fôra mesmo excluída do plano de sua obra sobre a Litteratura do Meio-dia da Europa, se n'ella não entrasse como um appendice à historia da Litteratura Portugueza. No resumo da história Litteraria de Portugal, e Brasil, por M. Ferdinand Diniz, posto que separadas estejam ellas, e por ventura mais extenso desenvolvimento esta ultima offereça, basta uma vista d'olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dár uma ideia a estrangeiros. Eis tudo o que sobre a Litteratura do Brasil se tem escripto; e si por isto so nos guiassemos, na impossibilidade em que ficaríamos de nada podermos ajuntar, teríamos prefferido o traduzir, o que de bem pouca monta fôra para á historia, Empenhados (*sic*) em ddar alguma couas mais meritória, começámos por estudar a nossa historia, e desde ahi deparamos com grandes embaraços para o nosso escopo.⁹⁹²

Outro empecilho apontado pelo autor do *Ensaio* é a grande dificuldade de localizar “o nome de um Brasileiro distincto” nas belas-letas em meio a um “alluvião de nomes colleccionados ás vezes com bem pouca critica”.⁹⁹³ As poucas fontes disponíveis não detalhavam muitas vezes o lugar ou a época de nascimento dos literatos, de modo que era bastante difícil compor um cânone para a literatura brasileira na impossibilidade de distinguir e encontrar obras e autores do passado colonial brasileiro, já que uma parte considerável deles estava confundida e confinada em meio à literatura portuguesa. Ou seja, a história literária do Brasil, segundo Magalhães, encontrava-se em estado de quase absoluta penúria e abandono por parte dos intelectuais e homens de letras, especialmente os nacionais. A explicação para este quadro de coisas, de acordo com o vate carioca, encontrava-se em nosso passado colonial, engrossando a opinião corrente na época entre os intelectuais brasileiros, conforme vimos na *Filomática*:

⁹⁹² *Idem, ibidem*, p. 136.

⁹⁹³ *Idem, ibidem*, pp. 136-137.

O Brasil descoberto em 1500, jazeo trez seculos esmagado de baixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiencia, e de sua imbecilidade. Misquinhas (*sic*) intençoens politicas, por não avançar outra cousa, leis absurdas, e iníquas dictavam, que o progresso da civilização, e da industria entorpeciam. Os melhores genios em flor morriam (...).⁹⁹⁴

Outro fator de embaraço ao progresso da civilização, cultura e letras nacionais era a péssima índole dos colonos enviados ao Brasil:

[...] em vão [...] as virtudes [...] podiam domiciliar nos coraçõens embebidos nos vivos (*sic*) desses homens, pela mor parte tirados das cadeias de Lisboa, para vir povoa o Novo Mundo. [...] Era então um systema de fundar colonias com homens destinados ao patíbulo; era basear uma Nação nascente sobre todos os generos de vicios, e crimes; é ainda por um systema igual que nós reservamos para deffensores da Patria, para sustentáculos dos nossos direitos, e guardas das nossas cidades os homens mais ignobeis, corrompidos pela devassidão.⁹⁹⁵

Além disso, como consequência de uma colonização feita com esta qualidade de gente, emigrada à força, estes colonos, degredados no Brasil, tinham pouco apreço pela nova pátria e até sentiam vergonha de ser chamados de brasileiros. As outras causas apontadas ainda por Magalhães são a escravidão, que considera como óbice ao avanço do progresso e à marcha da civilização, e a preferência do brasileiro pelos encantos da cultura estrangeira, sem qualquer apego à cultura em gestação no território brasileiro. Munido destas observações, o vate carioca passa finalmente a cotejar o verdadeiro objeto de seu *Ensaio*: a história da literatura do Brasil. De partida, além de apontar a acentuada desvalorização do trabalho intelectual do homem de letras durante o período colonial como uma das causas principais para o inexpressivo avanço da literatura entre os brasileiros, Magalhães dá ênfase à escassa manifestação de traços de nacionalidade e culto ao Brasil até o advento da emancipação política de Portugal, o que contribuiu, segundo o autor do *Ensaio*, para que a nossa literatura fosse apenas um transplante cultural europeu, aclimatado ao território brasileiro:

Não se póde lisongear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação (*sic*) [...]; com tudo bôa ou mà delle herdou [...], *a Litteratura, e a Poesia, que chegadas á America não perderam seu caracter europeu*. Com a Poesia vieram todos os Deoses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil, e dos céos, das flores-

⁹⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 138-139.

⁹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 139. Onde lê-se “vivos”, leia-se “vícios”.

tas, e dos rios se apoderaram. A Poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma Grega, vestida á Franceza, e á Portuguesa, e *climatisada no Brasil*; [...] toma por um rossinol o sabiá, que gorgeia entre os galhos da laranjeira [...].⁹⁹⁶

Para que ocorresse a manifestação do *sentimento de brasilidade* nas letras nacionais era necessário, de acordo com Magalhães, uma completa reavaliação dos padrões clássicos de gosto e de beleza, a fim de que o repertório de imagens e tropos sobre a natureza tropical substituísse o arsenal de metáforas e alegorias oriundas da literatura européia:

Encantados [...] por esta bella Estrangeira, os Poetas Brasileiros se deixaram levar pelos seus canticos, e *olvidaram as simples imagens, que uma Natureza virgem com tanta proffusão lhes oferecia*; [...]. É rica a mythologia, são bellas suas ficçoens, mas á força de serem repetidas, e copiadas vão desmerecendo, alem de que, como o passaro da fabula, *despimos nossas plumas para apavonar-mo-nos (sic) com antigas gallas, que não nos pertencem. Em Poesia requer-se mais que tudo invenção, genio, e nuidade (sic)*; repetidas imitações o espirito embrutecem, como a muita arte, e preceitos tolhem, e suffocam o genio [...]. O que dá realce, e nomeada a alguns dos nossos Poetas não é certamente o uso destas ficçoens; mas sim outro genero de bellezas naturaes, não colhidas nos livros, mas que só a Pátria lhes inspirára.⁹⁹⁷

É neste sentido que Gonçalves de Magalhães condena a poesia praticada, que crê como transplantada, no Brasil até então, sobretudo a imediatamente anterior ao romantismo, da qual os árcades mineiros são os principais representantes:

Ora tão grande foi a influencia, que sobre o *Genio Brasileiro* exercêo a Grega mythologia trasportada pelos Poetas Portuguezes, que muitas vezes Poetas Brasileiros em pastores se metamorphoseam, e vão apassentar seu rebanho nas margens do Tejo, e cantar à sombra da faias (*sic*).⁹⁹⁸

Até aqui, o vate carioca não fez mais que fazer coro com a visão romântica de literatura, em especial os juízos extraídos da leitura de Madame de Staël, porventura através de seus mais eminentes discípulos ao alcance dos literatos brasileiros, já citados por Magalhães ao longo de seu ensaio: Almeida Garret e, em especial, Ferdinand Denis. É este último que faz a seguinte recomendação aos literatos brasileiros, conforme vimos em momentos anteriores, sobre o futuro caráter das letras brasileiras:

⁹⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 146. Onde lê-se “edução”, leia-se “educação”. Grifos meus.

⁹⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 146-147. Grifos meus.

⁹⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 147.

Si cette partie de l'Amérique a adopté un langage qu'a perfectionné notre vieille Europe, elle doit rejeter les idées mythologiques dues aux fables de la Grèce: usées par notre longue civilisation, elles ont été portées sur des rivages où les nations ne pouvaient bien les comprendre, où elles auraient dû toujours être méconnues; elles ne sont en harmonie, elles ne sont d'accord ni avec le climat, ni avec la nature, ni avec les traditions. L'Amérique, brillante de jeunesse, doit avoir des pensées neuves et énergiques comme elle; notre gloire littéraire ne peut toujours l'éclairer d'une lueur qui s'affaiblit en traversant les mers, et qui doit s'évanouir complètement devant les inspirations primitives d'une nation pleine d'énergie.⁹⁹⁹

De qualquer modo, segundo as concepções emitidas por Magalhães ao longo do *Ensaio*, o *gênio brasileiro* tinha ultrapassado a época das imitações. O Brasil já se encontrava em outro patamar civilizatório desde que D. João VI chegou ao país, começando um choque cultural que alterou profunda e sensivelmente a sociedade e as instituições brasileiras, que assim tiveram como acelerar o processo de independência e, depois, a sua consolidação com a queda do Primeiro Reinado em 7 de abril de 1831. Estes acontecimentos, conforme o entendimento do bardo fluminense, representam um ponto de inflexão da maior importância para a história do país, porque assinalaram uma mudança radical em todos os setores da sociedade, especialmente nas letras:

Então vasto campo Litterario abriu-se no Brasil, todos os ramos da Litteratura ahi foram cultivados; homens de subida tempera mostraram que os gênios dos incultos sertoes da America podiam dilatar seu vôo [...]. No seculo XIX com as mudanças, e reformas politicas, que tem o Brasil experimentado, nova face Litteraria apresenta. *Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até alli desconhecida, é a ideia da Patria; ella domina tudo, tudo se faz por ella, ou em seu nome.*¹⁰⁰⁰

Após realizar uma avaliação geral sobre o avanço da civilização no Brasil e suas apreciáveis conseqüências para a literatura, Magalhães procede à formulação de dois questionamentos reputados por ele como extremamente relevantes para a consolidação das letras nacionais: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas? E os seus indígenas cultivaram

⁹⁹⁹ DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, pp. 515-516. Grifos meus.

¹⁰⁰⁰ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, n.º. 1, p. 152. Grifos meus.

por ventura a Poesia?”¹⁰⁰¹ Esteado na leitura de um “manuscripto antigo”, intitulado em nota de rodapé *Roteiro do Brasil* e dando-o como pertencente à *Biblioteca Real de Paris*,¹⁰⁰² Gonçalves de Magalhães confirma a segunda questão, defendendo abertamente a tese de que os primitivos habitantes da pátria brasileira, especialmente os tamoios, eram hábeis poetas e músicos natos, assim como também os caetés e os tupinambás. Contudo, o autor do *Ensaio* observa, em tom de pesar, que as composições poéticas dos indígenas brasileiros talvez estejam perdidas para sempre, uma vez que possivelmente não houve interesse por parte dos missionários religiosos em vertê-las em *linguagem vulgar*, e, diante da completa ausência de fontes e documentos a este respeito, na melhor das hipóteses, talvez tais manuscritos se encontrassem esquecidos e abandonados em alguma biblioteca conventual nordestina, sobretudo da Bahia. Na impossibilidade de averiguar diretamente na fonte as virtudes poéticas de nossos índios, Magalhães constata que não há vestígio de qualquer influência das artes primitivas destes povos sobre a nascente literatura em território brasileiro:

Que precioso monumento não fôra para nós desses Povos incultos [...]. Talvez tivessem ellas [as composições poéticas nativas] de influir sobre a actual Poesia Brasilica, como os canticos do Bardo da Escossia sobre a Poesia influíram do Norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancolicos accentos com a sublime gravidade do Christianismo, em toda a Europa dominam.¹⁰⁰³

Com relação ao primeiro questionamento formulado por Magalhães, a resposta é, em conformidade com o raciocínio exposto até agora, bastante previsível. O bardo fluminense não apenas afirma que o Brasil pode ser a fonte de inspiração e imaginação dos nossos literatos, como prossegue em fartos e eloqüentes encômios à natureza tropical, condenando veementemente a *imitação* da estética clássica e neoclássica entre os poetas nacionais, que dela se libertariam se a substituíssem pelos encantos nativos da pátria. A tese fundamental do *Ensaio* de Magalhães repete, portanto, o coro formado pelos muitos viajantes e naturalistas europeus, como Ferdinand Denis, Schlichthorst e Carl Alexander Phillip von Martius,

¹⁰⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 153.

¹⁰⁰² Esta obra foi posteriormente impressa em 1851 por Varnhagen, que assina os comentários e o estudo introdutório, com autoria atribuída a Gabriel Soares de Sousa. Foi publicado com o título de *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*, no Rio de Janeiro, pela Tipografia Universal Laemmert.

¹⁰⁰³ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, n.º. 1, p. 157.

que passaram pelo Brasil e aqui ficaram fascinados pela exuberante natureza dos trópicos, a qual, conforme todos enfaticamente reiteram, além de oferecer novos e excelentes quadros à imaginação e inspiração de nossos poetas e literatos, provocaria em toda a cultura um vigoroso sopro renovador, colocando-a na direção de uma literatura completamente original e genuinamente nacional.

Portanto, não há qualquer traço de novidade e, menos ainda, originalidade nas idéias professadas e defendidas pelo bardo fluminense para a renovação e consolidação das letras nacionais. Ao sugerir que a fascinante natureza dos trópicos seria a fonte de uma poesia inteiramente nova e brasileira, ele apenas faz eco com o discurso de outros literatos e intelectuais europeus, que escreveram as mesmas teses antes dele, sobretudo Ferdinand Denis e Almeida Garret, conforme já o reiteramos em diversos momentos, citando-os expressamente, mas sem atribuir o devido crédito às suas idéias e reflexões. Além disso, também encontramos, ao longo dos ensaios e considerações destes homens de letras europeus, as mesmas recomendações e críticas quanto à adoção dos modelos clássicos para a confecção da literatura nacional, que deveriam ser abandonados em favor de uma estreita ligação entre a literatura e o ambiente natural do país. Almeida Garret, por exemplo, em seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, que serve como introdução ao *Parnaso Lusitano* – obra empregada como modelo ao *Bosquejo da história da poesia brasileira*, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, e o *Parnaso brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, os quais comentaremos mais adiante –, censura veementemente *as produções dos engenheiros brasileiros* cuja inspiração ainda é muito européia e pouco americana, sobretudo dos poetas brasileiros do século 18, nomeadamente os árcades mineiros Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga e, com um pouco menos de ortodoxia, Basílio da Gama, por ter introduzido em seus poemas temas e descrições da natureza tropical brasileira. Conforme Garret:

... as magestosas e novas scenas da natureza n'aquella vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais differentes imagens, expressões e stylo, do que n'elles apparece: a educação europeia apagou-lhes o espirito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e d'ahi lhes vem uma affectação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.¹⁰⁰⁴

¹⁰⁰⁴ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Bosquejo da historia da poesia e da lingua portugueza*. In: *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da lingua e poesia portugueza*. Tomo I, p. XLIV. Grifos meus.

Ao mesmo tempo em que Garret publicava o seu *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*, conforme vimos no primeiro capítulo, Ferdinand Denis dava a lume o seu *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Resumé de l'histoire littéraire du Brésil*, no ano de 1826, pontuando as mesmas idéias do poeta lusitano, em uma extraordinária coincidência de reflexões que só pode ser explicada pela fenômeno da circularidade cultural. Com efeito, com a divulgação realizada por Madame de Staël a respeito dos preceitos estéticos desenvolvidos na Alemanha de Schiller, vários intelectuais e homens de letras, em especial o importante brasilianista que foi Ferdinand Denis, abraçaram os ideais românticos de nacionalização das letras e exaltação da pátria. Assim, acompanhando novamente bem de perto as reflexões do naturalista francês a respeito das letras brasileiras, é possível detectar em suas páginas os ideais românticos de literatura e o programa estético utilizado pela crítica e pela história nacionais para a fundação e consolidação de uma mentalidade literária verdadeiramente brasileira. Segundo o anteriormente exposto, a primeira tarefa que Denis atribui aos intelectuais e literatos brasileiros, após a independência política, é a gradativa separação da literatura brasileira das letras lusitanas. A fim de alcançá-la, Denis propõe uma completa reforma das letras brasileiras e enfatiza a necessidade de encontrar outros mananciais de inspiração, completamente novos, originais e, sobretudo, nacionais:

Néanmoins, au commencement du siècle, *le vaste empire du Brésil empruntait encore au Portugal quelques faibles rayons de son ancienne gloire littéraire pour s'en parer*; les succès que les Brésiliens eussent pu acquérir étaient comptés pour rien; comme les richesses de la terre, ils allaient grossir le trésor de la métropole: le reste du monde les ignorait, et les Américains eux-mêmes savaient à peine s'ils devaient s'en glorifier; et cependant, l'amour malheureux, la découverte de ce beau pays, les conquêtes des Européens, avaient déjà inspiré les hommes du Nouveau-Monde; un climat délicieux les entraînait à leur insu: poètes de la nature, ils en avaient célébré la beauté; soumis aux passions nobles et ardentes, ils chantaient leur pouvoir.

Le Brésil, qui a senti la nécessité d'adopter des institutions différentes de celles qui lui avaient été imposées par l'Europe, le Brésil éprouve déjà le besoin d'aller puiser ses inspirations poétiques à une source qui lui appartienne

véritablement; et dans sa gloire naissante, il nous donnera bientôt les chefs-d'œuvre de ce premier enthousiasme qui atteste la jeunesse d'un peuple.¹⁰⁰⁵

Logo a seguir, expressando ainda o mesmo roteiro de idéias e recomendações de Garret no *Bosquejo*, Denis destaca que os poetas brasileiros devem renunciar aos padrões e modelos clássicos de beleza literária, mergulhando no vasto oceano de abundantes possibilidades ofertadas pela exuberante natureza dos trópicos:

Si cette partie de l'Amérique a adopté un langage qu'a perfectionné notre vieille Europe, elle doit rejeter les idées mythologiques dues aux fables de la Grèce: usées par notre longue civilisation, elles ont été portées sur des rivages où les nations ne pouvaient bien les comprendre, où elles auraient dû toujours être méconnues; elles ne sont en harmonie, elles ne sont d'accord ni avec le climat, ni avec la nature, ni avec les traditions. *L'Amérique, brillante de jeunesse, doit avoir des pensées neuves et énergiques comme elle; notre gloire littéraire ne peut toujours l'éclairer d'une lueur qui s'affaiblit en traversant les mers, et qui doit s'évanouir complètement devant les inspirations primitives d'une nation pleine d'énergie. Dans ces belles contrées si favorisées de la nature, la pensée doit s'agrandir comme le spectacle qui lui est offert; majestueuse, grâce aux anciens chefs-d'œuvre, elle doit rester indépendante, et ne chercher son guide que dans l'observation. L'Amérique enfin doit être libre dans sa poésie comme dans son gouvernement.*¹⁰⁰⁶

Contudo, apesar do *Ensaio* de Magalhães não ser original quanto ao seu programa para a história da literatura brasileira e nem creditar a fonte de suas idéias, sua importância como *manifesto estético* da nacionalização de nossas letras é inegável. O bardo fluminense, através de seu artigo na *Niterói*, é sem dúvida a figura de proa entre os literatos e intelectuais brasileiros na pregação das aspirações românticas e do desejo de fundação de uma literatura genuinamente nacional. Seu *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* é a carta de intenções de uma geração que deseja afirmar a sua identidade cultural perante as nações livres e civilizadas, apontando o rumo, a despeito da falta de originalidade, que os nossos homens de letras deviam seguir:

Do que dito havemos, concluímos, que á Poesia não se oppõe o paiz, antes pelas suas disposiçoens phisicas muito favonêa (*sic*) o desenvolvimento intellectual; e si até hoje a nossa Poesia não offerece um caracter inteiramente novo e particular,

¹⁰⁰⁵ DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, pp. 514-515. Grifos meus.

¹⁰⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 515-516. Grifos meus.

é que os Poetas, dominados pelos preceitos, atados pela imitação dos Antigos, que como diz Pope, é imitar mesmo a Natureza (como si a Natureza se ostentasse sempre a mesma nas regioens polares, e nos Tropicicos, e diversos sendo os costumes, as leis, e as crenças, só a Poesia não partilhasse essa diversidade) não tiveram bastante força para despojarem-se do jugo dessas leis [...] que se arrogam o diireito de torturar o Genio...¹⁰⁰⁷

Conforme vimos até aqui, existem muitos pontos de contato e convergência entre o *Ensaio* de Magalhães e as concepções emitidas por Justiniano José da Rocha na *Revista da Sociedade Filomática*, sobretudo em relação à constituição de uma literatura nacional. Ambos os autores defendem, entre outros aspectos menores, a adoção da crítica literária como um mecanismo de impulso das letras pátrias, assim como responsabilizavam o passado colonial e as políticas emanadas da metrópole pelo atraso civilizatório em que o Brasil se encontrava e, particularmente, a literatura produzida em nosso território. Além disso, em ambos encontra-se a idéia de que a emancipação política abria as portas de uma nova era para a cultura brasileira, e que os brasileiros, em especial os primitivos habitantes do solo nacional, possuíam um talento inato para as letras e artes em geral. Por último, um e outro defendem a firme certeza de que os poetas nacionais têm que buscar as fontes de sua inspiração na exuberante natureza tropical do Brasil, assim como na cultura e costumes do povo.

Contudo, as semelhanças e convergências acabam por aí. Ao contrário do que aconteceu com Justiniano José da Rocha e os outros redatores da *Filomática*, os jovens editores da *Niterói* não se encontravam mais diante de um impasse e rejeitavam por completo a adoção de um meio termo para a constituição de uma literatura nacional, assim como procuravam todas as formas de escapar ao modelo clássico de cultura. Os ensaios de Magalhães, Pereira da Silva e Torres Homem já apontam claramente um rumo a ser tomado pelos nossos literatos no sentido da instituição de uma literatura verdadeiramente nacional, apresentado na forma de vários manifestos e programas a ser adotados e seguidos como os novos modelos que, efetivamente, vão inspirar as letras nacionais ao longo de uma considerável parte do século 19. Claro que as diretrizes estabelecidas pela *Niterói* vão sofrer profundas alterações com a evolução e o crescimento da atividade literária brasileira, mas o núcleo de seu programa continuará incólume, atravessando o século 19, sobretudo a concepção de que a lite-

¹⁰⁰⁷ MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; SCIENCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, nº. 1, p. 157-158.

ratura tem uma função civilizatória bem definida, a crença na existência de um *gênio nacional* e, portanto, de uma criatividade típica da cultura de expressão nacional, além do estabelecimento da independência política como o divisor de águas da vida cultural do país.

O fundamental é que o repertório de idéias necessárias à consolidação da pátria estava criado e divulgado. O *encontro histórico* entre a escola romântica e o nascimento da nação brasileira tinha ocorrido, e com isso, as conseqüências vindouras. O grupo de literatos fundadores da *Niterói* conseguiu realizar a difusão do ideário estético romântico com bastante eficácia, de modo que conceitos como *gênio nacional*, *espírito de um povo*, *expressão da sociedade*, *inspiração* e *originalidade* passaram a freqüentar os debates nacionais sobre literatura e permitiram o florescimento da reflexão literária entre nós, além de terem auxiliado na edificação do sentimento patriótico e da própria idéia de pátria. Outro ponto apreciável do programa estético divulgado pela *Niterói* é o surgimento da consciência de que éramos um povo que possuía cultura, história, costumes, subjetividade e literatura completamente seus, e que não era necessário tomar a Europa como modelo a ser seguido, pois tínhamos os nossos próprios. A escola romântica, portanto, funcionou como a necessária e desejada válvula de escape para o advento da identidade nacional e do orgulho de um povo que reclamava sua individualidade como nação. A revista *Niterói* promoveu, então, uma verdadeira revolução cultural em todo o país, que adotou o ideário estético romântico como sua divisa:

A poesia é considerada no nosso seculo como o representante dos povos, como *uma arte moral, que muito influe sobre a civilização, a sociabilidade, e os costumes*; sua importancia na *pratica das virtudes*, seus esforços a favor da liberdade e da gloria lhe marcam um lugar elevado entre as artes, que honram uma nação. No começo do nosso seculo a poesia Romantica levantou seu estandarte victorioso em toda a Europa; a França, a Italia, que ate então tinham-se inteiramente lançado nos braços de uma poesia immitativa, contentes quebraram o jugo de bronze, que lhes pesava; honras sejam dadas aos primeiros atletas do Romantismo n'estas duas naçoens, a Chateaubriand, B. Constant, Mme. de Stael, Lamartine, Victor Hugo, Manzoni, Foscolo, Pelisco! Louvores também a Schiller, Byron, Walter-Scott, Goethe [...], que *nas suas diferentes pátrias, constantemente gritaram pela liberdade e emancipação do Genio!* Assim pois hoje o horizonte da poesia moderna apparece claro e bello, *as faxas e vestes estranhas, que sobre nós pesavam, caíram, e já nos adornamos com o que é nosso, e com o que nos pertence*. No Brasil porem infelizmente ainda esta revolução poética se não fez completamente sentir, *nossos vates renegam sua patria, deixam de cantar as bellezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patricios, seus usos, costumês, e religião, pa-*

*ra saudarem os Deoses do Polytheismo Grego [...]. Já no 1º. nº. da Revista Brasiliense em um bello ensaio sobre a nossa Litteratura, proclamou o nosso amigo o senhor Magalhaens esta verdade, aconselhando aos Poetas Brasileiros de estudarem a historia, natureza, e usos do paiz, de seguirem suas inspiraçoens ao passo, que ellas vem, sem se submeterem ás regras incoherentes, que bebemos com o captiveiro de nossa Patria. Ainda mais, elle acaba de dar o exemplo do que pôde o genio livre de cadeias.*¹⁰⁰⁸

Com a fixação do grupo da *Niterói* no Rio de Janeiro (1837), as letras nacionais entraram em uma fase de agitação e entusiasmo. Daquele momento em diante, a atividade literária, ao menos na sede da Corte, ganhou cada vez volume e intensidade. Surgiu uma miríade de poetas e literatos adeptos da nova ordem estética romântica; a crítica estabeleceu-se definitivamente no mundo literário da nação; as revistas e periódicos literários apareceram e se disseminaram em todo o país; a prosa de ficção foi inaugurada como gênero e em pouco tempo angariou para si um expressivo público leitor; o teatro de expressão nacional deu os seus primeiros passos; editoras e livrarias espalharam-se e conquistaram um notório conjunto de leitores consumidores de literatura; o literato finalmente conquistou o seu lugar na sociedade e consolidou o seu prestígio tanto no campo cultural quanto no político; ou seja, no espaço de pouco mais de três ou quatro décadas após a publicação da *Niterói* o romantismo brasileiro alcançou a firmação de uma *literatura nacional*, que adquiriu feições próprias e sedimentou o *mundo literário* como um lugar social cercado de enorme consideração e respeito.

Contudo, todo esse invulgar e formidável sucesso não significa que os nossos literatos cessaram de debater e remodelar constantemente os critérios e princípios reguladores que permitiam o estabelecimento de distinções entre o nosso *fazer literário* e o de outras nações. Ao contrário, sobretudo em relação à poesia, os debates não só aumentaram o seu alcance e influência sobre a intelectualidade nacional, como ganharam um novo impulso entre nossos literatos, que de posse dos novos padrões estéticos puderam partir para reflexões cada vez mais profundas, gerando esforços cada vez maiores no sentido da afirmação de um projeto de nacionalidade que permitisse a unificação da nação e, ao mesmo tempo, afirmasse a sua diversidade característica. O fato é que, em meio à conturbada ordem polí-

¹⁰⁰⁸ SILVA, J. M. Pereira da. *Estudos sobre a Literatura*. In: NITHEROY: REVISTA BRASILIENSE; CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES. Tomo Primeiro, nº. 2, pp. 237-238. Grifos meus.

tica após a deposição de Pedro I em 1831, o país deu sinais de instabilidade e convulsionou em um longo período de agitação política, em meio a verdadeiras guerras civis como foi a Revolução dos Farroupilhas, iniciada em 1835 e somente debelada na década seguinte. Diante do quadro em que se debatia uma nação assim frágil e carente de líderes, o apelo de homens como Magalhães à unidade da pátria era mais que um chamado, como igualmente um lamento de pesar diante do quadro que se formava. Assim, diante de uma possibilidade concreta de fracasso da nação, temos a seguinte constatação da fragilidade política da situação:

Tu vas, oh Livro, ao meio do turbilhão em que debate nossa Pátria; onde a trombeta da mediocridade abala todos os ossos, e desperta todas as ambições, onde tudo está gelado, excepto o Egoísmo; tu vas, como uma folha no meio da floresta batida pelos ventos do inverno, e talvez tenhas de perder-te antes de ser ouvido, como um grito no meio da tempestade.

Vai; nós te enviamos, cheio de amor pela Pátria, de entusiasmo por tudo que é grande, e de esperanças em Deus, e no futuro.¹⁰⁰⁹

A despeito disso, a jornada de edificação da identidade nacional, que se deu ao longo das décadas seguintes à publicação da *Niterói* e *Suspiros poéticos e saudades*, prosseguiu em seu reiterado objetivo de demarcação e fixação dos elementos intrínsecos e característicos da *nacionalidade* da cultura brasileira, sobretudo no meio literário. É verdade que esta primeira definição de literatura nacional não resistiu aos intensos debates que suscitou e tampouco demorou em ser questionada pelos nossos literatos, mas a sua influência conseguiu imprimir traços perenes e inconfundíveis até hoje sensíveis em nossa cultura. Além disso, o conceito de nacionalidade posto à baila por esta primeira geração romântica brasileira deu emergência à constante reflexão sobre a nossa identidade cultural, a ponto de fomentar entre os literatos brasileiros uma profunda consciência moral sobre o seu papel em nosso meio intelectual e social. Analisemos, portanto, como decorrência dos debates emergidos a partir de então, os ataques e as modificações que sofreu o conceito de nacionalidade literária divulgado pela *Niterói*, bem como a projeção social que alcançou entre nós a literatura e o literato.

¹⁰⁰⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Advertencia*. In: *Suspiros poéticos e saudades*. Paris: Imprimerie de Beaulé et Jubin, 1836, pp. 8-9.

Diante do exposto até o momento, a primeira fase de elaboração e definição do cânone literário brasileiro, bem como de sua orientação evolutiva e teleológica,¹⁰¹⁰ em que o grupo fundador da *Niterói* demarcou os traços distintivos de uma *consciência nacional*, o conceito de nacionalidade empregado era bastante delimitador e de alcance muito reduzido. Deste modo, orientada pelo programa estético estabelecido pelo grupo encabeçado por Magalhães, a primeira geração romântica que o Brasil conheceu teve como traço peculiar, entre outros, a concepção de que a poesia era uma missão de caráter civilizatório e acentuado patriotismo. Este último, por sua vez, muito presente nas obras de Magalhães, Porto Alegre, Torres Homem, Teixeira e Sousa, Gonçalves Dias, teve como núcleo temático a glorificação da natureza e do índio como elementos relativos à pátria. Portanto, a partir do *Ensaio* de Magalhães, qualquer obra literária que pretendesse honrar o *gênio nacional* e apresentar o selo distintivo da nacionalidade tinha que ter como inspiração o rico manancial de imagens e *tropos* oferecido pela natureza dos trópicos brasileiros, abandonar por completo os padrões clássicos de beleza e deixar-se contaminar pelas impressões e influências oriundas da atmosfera pátria, assim como pelas emoções e sensações emanadas do *espírito de seu povo*.

Em relação ao culto do indígena como elemento temático de nosso patriotismo, é preciso lembrar que, sob a influência de brasilianistas como Denis, sobretudo, o nativo americano entrou definitivamente para o repertório das investigações e reflexões da nascente intelectualidade brasileira que, desde a publicação de obras como o *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Resumé de l'histoire littéraire du Brésil* e *Scènes de la nature sous les tropiques et leur influence sur la poésie*, o adotou como objeto de análise e símbolo vivo da identidade nacional. A tal ponto o indianismo tornou-se uma referência cultural para a primeira geração romântica brasileira, como uma das etapas mais importantes no afã de edificação da nacionalidade literária, que Gonçalves Dias, o mais talentoso e influente poeta desse período, escreveu, sob solicitação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a longa *memória* intitulada *O Brasil e a Oceania*, com o propósito de “descrever o

¹⁰¹⁰ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*, p. 42.

estado physico, moral e intellectual dos indigenas do Brazil”,¹⁰¹¹ obra que permaneceu inédita durante muito tempo, mas mereceu o seguinte comentário do primeiro-secretário Joaquim Manuel de Macedo:

O Sr. Antonio Gonçalves Dias concluiu a leitura da sua longa e bem desenvolvida Memoria sobre o pogramma, cuja resolução S. M. I. se dignára de confiar-lhe no anno de 1850: tendo muito apreciado esta nova producção do bello talento de nosso distincto poeta, o Insituto, para que não parecesse deixar-se levar do encanto que d'elle se possuiu com a simples leitura d'ella, entendeu que lhe cumpria sujeita-la ainda ao juizo da sua commissão de historia, a qual, fazendo justiça à obra, e abundando em elogios ao seu autor, concluiu recommendando a impressão d'aquella na nossa *Revista*, conselho que será com prazer posto em execução no primeiro trimestre do anno de 1854.

Uma palavra ainda não será demais sobre este assumpto.

A Oceania e Brazil (*sic*), do nosso consocio o Sr. Antonio Gonçalves Dias, [...] é um trabalho que faz honra ao seu autor, não pela habilidade com que o tratou, como pelo desenvolvimento que lhe deu [...].¹⁰¹²

Esta obra de Gonçalves Dias tornou-se um dos primeiros ensaios etnográficos de fôlego escritos no Brasil, acompanhando o entusiasmo gerado pela possibilidade de utilizar o índio americano como um protótipo de herói da nacionalidade brasileira, tema assaz sugerido por Denis ao cotejar as obras de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, porventura entre os poetas que mais influenciaram as composições indianistas de Gonçalves Dias. O eco do indianismo vai alcançar, conforme veremos mais detidamente, a obra do crítico e historiador literário Joaquim Norberto de Sousa Silva, que também vai demonstrar bastante apreço e empolgação pelos indígenas americanos, seguindo de perto a tese que vinha sendo trabalhada e defendida desde Denis, até alcançar os editores da *Revista da Sociedade Filomática* e da *Niterói*:

[...] esses Tumpinambás valentes e esforçados, esses Tamoios fortes e robustos, esses Caetés indomados e valorosos, esses Tupiniquins pacíficos e hospitaleiros que habitavam o Brasil [...], elevavam-se acima dos povos americanos pela sua imaginação ardente e poética. As encantadoras cenas que em quadros portentosos oferece a natureza em todos os sítios os inspirava, e de povos rudes e bárbaros fa-

¹⁰¹¹ DIAS, A. Gonçalves. *O Brazil e a Oceania*. Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1909, p. V.

¹⁰¹² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Relatório*. In: Suplemento da REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. Tomo XVI. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1853, p. 589

ziam-nos novos poetas. No seu estudo pois se encerram verdadeiramente as primeiras épocas de nossa história literária [...].¹⁰¹³

Contudo, não tardou para que essa limitada concepção de nacionalidade literária encontrasse seus primeiros dissidentes e opositores, e conhecesse assim questionamentos e reformulações. Assim que a atividade e a reflexão literária inspiradas pelo romantismo brasileiro consolidaram-se e amadureceram entre nós, as letras nacionais começaram a expressar outras preocupações e critérios para a nacionalidade, de modo que aos poucos encetou a se libertar da influência da primeira geração romântica e de algumas idéias e princípios trazidos à baila pelo grupo da *Niterói*. Um poeta brasileiro, pertencente à *nova geração* que sucedeu a dos Gonçalves – Magalhães e Dias –, introdutor de algumas novidades importantes em relação aos critérios de nacionalidade literária, foi Álvares de Azevedo, sobretudo em sua obra *Macário* (1852), escrita pouco antes de sua morte, no final da década 1840. Esta pequena e irônica peça teatral é a perfeita tradução, ao longo dos diálogos entre seus personagens principais, Macário e Penseroso, de como já não era mais possível adotar um conceito limitado de nacionalidade, a reboque da exaltação da natureza tropical e do selvagem americano, a ponto de se tornar um verdadeiro óbice ao progresso e maturação das belas-lettras no Brasil:

PENSEROSO – Esperanças! e esse Americano não sente que elle é o filho de uma nação nova, não a sente o maldito cheia de sangue, de mocidade e verdor? Não se lembra que seus arvoredos gigantescos, seus Oceanos escumosos, os seus rios, suas cataractas, que tudo lá é grande e sublime? Nas ventanias do sertão, nas trovoadas do sul, no sussurro das florestas á noite não escutou nunca os preludios daquella musica gigante da terra [...]?

[...] Porque antes não cantou a sua America como Châteaubriand e o poeta de Virginia, a Italia como a Mignon de Goethe, o Oriente como Byron, o amor dos anjos como Thomas Moore, o amor das virgens como Lamartine?

MACARIO – Muito bem, Penseroso. Agora cala-te: fallas como esses Oradores de lugares-comuns que não sabem o que dizem. [...]

[...] A poesia morre [...]. Não escutes essa turba embrutecida no plagiar e na copia. [...]

Fallão nos gemidos da noite no sertão, nas tradições das raças perdidas da floresta, nas torrentes das serranias, como se lá tivessem dormido ao menos uma noite [...].

¹⁰¹³ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Introdução ao Mosaico Poético*. In: _____. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Editor, 2002, p. 321.

Mentidos! Tudo isso lhes veio á mente lendo as paginas de algum viajante que esqueceu-se talvez de contar que *nos mangues e nos (sic) do Amazonas e do Orenoco ha mais mosquitos e sezões do que inspiração*; que na floresta ha insectos repulsivos, reptís immundos; que a pelle furta-côr de tigre não tem o perfume das flores – *que tudo isto é sublime nos livros, mas é soberanamente desagradável na realidade!*¹⁰¹⁴

Contudo, este não foi o primeiro ataque sofrido pela concepção romântica de nacionalidade literária do grupo da *Niterói*. Quase dez anos antes de Álvares de Azevedo, a tese de nacionalização e autonomização das letras pátrias foi posta em dúvida, com bastante ênfase e propriedade, pelo jornalista português José da Gama e Castro (1795-1875), então estabelecido na sede da Corte brasileira, pontuando uma reflexão extremamente válida a respeito da história da literatura brasileira e de seu cânone literário. Graduado em medicina e doutor em filosofia pela Universidade de Coimbra, José da Gama e Castro passou a maior parte de sua vida no exterior, em razão de sua ardente defesa de D. Miguel como monarca legítimo de Portugal, o que ocasionou a rejeição de suas idéias em seu país de origem, após a expatriação de irmão usurpador de D. Pedro. Como resultado de suas intensas atividades como jornalista miguelista, sofreu diversos reveses e frustrações pelos vários países onde tentou se estabelecer, como Itália, Suíça, Alemanha, Holanda e Bélgica, vindo parar no Brasil em 1838, no Rio de Janeiro.

Conhecido também pelo seu veemente patriotismo lusitano e defesa da cultura de seu país, Gama e Castro não demorou em enfronhar-se nos debates acerca da autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa, participando de uma polêmica suscitada por um conjunto de artigos seus publicados no *Jornal do Comércio* em janeiro de 1842, assinados com o pseudônimo de *Um Português*, talvez com receio das eventuais retaliações dos brasileiros com respeito às suas idéias. Com efeito, em seus dois artigos sobre *Inventos Portugueses*, o jornalista português, com uma dose acentuada de ufanismo e certa ingenuidade, manifesta o seu pesar pelo empenho com o qual o Brasil e o mundo esquecem e dilapidam “tudo quanto é relativo a Portugal e aos Portugueses”.¹⁰¹⁵ O desejo, no entanto, de

¹⁰¹⁴ AZEVEDO, Manuel Antonio Álvares de. *Obras*. Tomo Segundo: prosa. Brasília Bibliotheca dos Melhores Auttores Nacionaes Antigos e Modernos: M. A. Alvares de Azevedo. II. Terceira Edição. Paris; Rio de Janeiro: Ganier Irmãos, Editores; Typ. de S. Raçon e Comp., 1862, pp. 260-263. Grifos meus.

¹⁰¹⁵ CASTRO, José da Gama e. *Inventos Portugueses*. In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição européia*, p. 109.

afirmar a primazia de seu país sobre um conjunto expressivo de inventos, como o astrolábio, o nônio, o ácido cicérico, e a imprensa, Gama e Castro comete uma série de exageros e mesmo alguma leviandade.

A gota d'água, ao menos para os brasileiros, deu-se quando o jornalista português atribuiu ao padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o inventor da *passarola*, o aeróstato, a nacionalidade portuguesa. Bastou isso para que *Um Brasileiro* enviasse um pequeno artigo anônimo ao *Jornal do Comércio*, onde fazia objeções a Gama e Castro, alertando-o para o fato de que o *Padre Voador* era natural de Santos, província de São Paulo, e, portanto, um brasileiro, assim como os seus inventos. Assim, recomendava ao doutor português que não se apropriasse daquilo que era brasileiro, assim como não admitia que se fizesse o mesmo com o que era, por direito, português. O brasileiro conclui o seu breve artigo de réplica a Gama e Castro com o seguinte arrazoado:

Porventura diremos nós que Cláudio Manuel da Costa, ou Fr. Francisco de S. Carlos são literatos portugueses, ou que as obras de qualquer deles pertencem à literatura portuguesa? Cuido que não. Pois se os escritos destes dous homens (por não estar agora a falar de outros muitos) fazem incontestavelmente parte da literatura brasileira, claro que está que também os inventos do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão fazem parte dos inventos dos Brasileiros.¹⁰¹⁶

Foi o necessário para provocar a inquieta pena do ardente defensor de D. Miguel, ocultado pelo seu patriótico pseudônimo. Aceitando o desafio do brasileiro para a polêmica, *Um Português* vai compor um longo artigo, no qual rebate os argumentos de seu oponente anônimo, afirmando que à época do nascimento de Gusmão não havia diferença política oficial entre um brasileiro e um português, e que, portanto, não bastava somente “a localidade de nascimento de qualquer pessoa para se dizer que pertence a esta ou àquela”¹⁰¹⁷ nacionalidade. Além disso, Gama e Castro vai mais longe, e, desconsiderando a independência política do Brasil, o sentimento de nacionalidade dos literatos brasileiros, inspirados pela revolução romântica impulsionada pelo grupo da *Niterói*, as propaladas diferenças de cultura e costumes, e os peculiares estilos de vida do povo português e do brasileiro, não hesita em colocar, pela primeira vez ao longo do debate em torno da idéia de uma identida-

¹⁰¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 121.

¹⁰¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 123.

de autônoma e, conseqüentemente, nacional de nossa literatura, o problema da língua. A tese exposta por Gama e Castro, então desconsiderada pelos literatos brasileiros em seu afã de fundação de uma literatura exclusivamente nossa, abriu uma chaga indelével na onda de patriotismo que varria o país:

Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo o rigor da palavra, *literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas até não pode ter existência possível*. [...]

A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua: sempre assim foi desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar. Porventura já alguém falou em literatura hanoveriana, em literatura austríaca, em literatura saxônia, em literatura bávara, ou em literatura prussiana [...] Não; há sempre a mesma literatura alemã, enquanto se trata de autores que escreveram nesta língua [...].

[...]

Deus nos livre que a literatura fosse mudando de nome com a dependência ou independência dos povos a que ela se refere. [...]

Não há portanto literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana, ou literatura mexicana; agora o que certissimamente há é que em muitas e muitas obras escritas por Brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa [...].

E nisto é que provavelmente vai o engano: *os literatos são Brasileiros, porém a literatura é portuguesa*.¹⁰¹⁸

Como vemos, a argumentação de Gama e Castro é bastante convincente e fundamentada, porque utiliza uma tese, até hoje bastante corrente, de que não há duas ou mais literaturas, completamente diferentes e autônomas, em países que usam a mesma língua de expressão de suas obras literárias e de seu cânone literário nacional. Uma ingente e semelhante tese, baseada em argumentos dessa natureza, impossibilitava por completo o projeto de fundação e desenvolvimento de uma história literária brasileira, autônoma e teleologicamente definida, tornando inviável a ação e a missão dos literatos brasileiros neste sentido, uma vez que não haveria qualquer possibilidade de estabelecimento de uma distinção entre as duas literaturas, a partir do idioma, e tampouco a existência de uma literatura genuinamente nacional, uma vez que o critério temático e de nascimento não é suficiente para superar o inexorável patrimônio da língua.

¹⁰¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 124-126. Grifos meus.

Obviamente, os literatos brasileiros não podiam ficar indiferentes ao controverso arazoado de Gama e Castro. No ano seguinte à publicação dos artigos do jornalista português, é publicado um longo ensaio, no primeiro número da revista *Minerva Brasiliense*, em resposta às idéias de Gama e Castro sobre a literatura brasileira. O artigo em questão, intitulado *Da nacionalidade da literatura brasileira*, saiu da pena de Santiago Nunes Ribeiro, um crítico e professor de origem chilena, emigrado ao Brasil ainda na infância, que aqui se tornou um ardente defensor de nossa nacionalidade literária. Em seu texto é possível acompanhar as profundas transformações e revisões que o conceito de nacionalidade literária incorporou em sua época, assumindo novas dimensões e abrangendo as produções da nova geração de literatos, nomeadamente a de Álvares de Azevedo. Assim, o artigo de Ribeiro é o sintoma de uma mudança de perspectiva na evolução das concepções de nacionalidade e autonomia de nossa literatura, a partir dos debates e reflexões surgidos com a introdução do romantismo entre nós. O crítico chileno, então com o claro objetivo de elaborar a sua própria concepção de nacionalidade literária, começa o seu extenso ensaio por uma questão pontual, dando o passo inicial no sentido de realizar a defesa da autonomia e distinção do *gênio brasileiro*:

O Brasil tem uma literatura própria e nacional, ou as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa, já em virtude dos vínculos que uniam ambos os países, já em consequência de serem escritas na língua lusitana?¹⁰¹⁹

Profundamente influenciado pelo pensamento filosófico de F. Schlegel, Ribeiro abre finalmente o seu repertório de objeções e restrições à *opinião infensa às letras brasileiras*, adotando a ampla definição de que a literatura abrange *as belas artes e os trabalhos monumentalizados pela palavra escrita*. A amplitude deste conceito permite que Ribeiro alcance rapidamente a argumentação de Gama e Castro, que reduz a literatura brasileira a um ramo secundário, apesar de importante, da literatura portuguesa. Chama atenção no artigo de Ribeiro o fato de que o crítico chileno não tem diante dos olhos o texto original de Gama e Castro, confiando absolutamente na memória para citá-lo, embora prometa uma reprodução

¹⁰¹⁹ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980, p. 44.

fiel de seus argumentos e razões. Contudo, apesar dessa promessa, o que o ensaísta chileno consegue efetivamente fazer é uma competente paráfrase, mas não fiel, do artigo do polemista português. Apesar de não reproduzir fidedignamente as palavras de Gama e Castro, consegue conservar o núcleo essencial de suas reflexões, demonstrando ser um hábil intérprete das idéias alheias. De todo modo, mesmo considerando algumas das concepções emitidas pelo polemista e doutor em filosofia como plausíveis e dignas de crédito, Ribeiro parte para a segura e decidida refutação de suas teses, a fim de demonstrar que são improcedentes:

Não é princípio incontestável que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham consignadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à idéia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social. Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua.¹⁰²⁰

A argumentação de Ribeiro repousa, fundamentalmente, na tese de que as *condições sociais* e climáticas do novo mundo, sobretudo na região dos trópicos, em nada semelhantes às européias, constituem uma impossibilidade concreta ao surgimento de uma literatura análoga à do antigo continente, uma vez que tais fatores e circunstâncias são agentes de modificação e adaptação das obras aqui e ali produzidas, a despeito da existência de uma comunidade lingüística, como a compartilhada entre brasileiros e portugueses. A fim de dar fundamentação a esta tese, Ribeiro recorre à *teoria dos climas*, uma antiga tese européia que, desde Aristóteles, passando por Jean Bodin na Idade Média, alcançando Montesquieu durante o Iluminismo e depois influenciando os filósofos do romantismo alemão, como Herder, afirma que deve-se à influência das temperaturas e dos climas os usos e costumes da cultura de cada povo. Aceitando, portanto, a veracidade da teoria dos climas e a *inegável realidade* de sua influência, o ensaísta chileno prossegue em sua curiosa e interessante exposição, apoiando-se desta vez nas idéias da *escola histórica de Hegel*, através da qual as questões climáticas são apreciadas, segundo Ribeiro, pelo ângulo iluminado da *verdade*. No

¹⁰²⁰ *Idem, ibidem*, p. 45.

rastró dessas idéias, o crítico chileno procura evidenciar como os literatos brasileiros e os portugueses estão sob a ação de *influências exteriores*, como o clima, a raça, o ambiente natural, entre outros, e, em função destes condicionantes externos da subjetividade, suas respectivas literaturas nacionais possuiriam, por conseguinte, características diversas. Considerando a literatura como “a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época”,¹⁰²¹ Ribeiro reclama para o *realidade circundante*, que inclui tanto o ambiente natural como para a cultura dele resultante, uma prestigiosa importância, fundamental na elaboração de um conceito mais amplo de nacionalidade, em que a exuberante natureza dos trópicos não é mais o selo distintivo das belas-letas locais. Através do novo conceito elaborado por Ribeiro, o *ambiente natural* deixa de ser o principal critério para a nacionalidade de uma literatura e passa a compartilhar sua primazia com a *cultura*, onde estão alojados os usos e costumes, a organização social e lingüística, o passado histórico e as manifestações populares, as crenças, superstições e a religião, as artes, enfim, toda a *singularidade* como povo e nação: “Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também deve possuir uma literatura pátria”.¹⁰²²

Outro ponto importante do conceito de nacionalidade de Ribeiro é o fato de que os aspectos mais salientes e significativos da literatura não são mais exteriores à inspiração. As sugestões e influências do ambiente natural brasileiro são decisivas para os brasileiros porque agem espontaneamente sobre a subjetividade dos literatos locais, formando assim o seu caráter e personalidade, tornando-os distintos dos portugueses não em função de que suas composições apresentem ou não descrições da natureza tropical do país, mas em razão da *natureza* exclusiva e singular de sua cultura, já que são naturais de um meio social específico, e não de outro.

Ora, as idéias de *singularidade* e de influência dos climas e, portanto, do ambiente natural sobre a formação do caráter, da individualidade e singularidade de um povo, presentes em Ribeiro, são fortemente inspiradas em todo o espectro filosófico do Romantismo alemão, sobretudo em Schelling, Schlegel e Herder.¹⁰²³ A nacionalidade, segundo Ribeiro,

¹⁰²¹ *Idem, ibidem*, p. 48.

¹⁰²² *Idem, ibidem*.

¹⁰²³ NUNES, Benedito. *A visão romântica*. In: GUINSBURG, Jacó. (org.). *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005, pp. 57-59.

é, portanto, uma experiência subjetiva e coletiva da singularidade cultural de cada povo e nação, e não uma experiência alienada, construída fora dos determinantes exteriores e interiores do eu e do mundo social de uma época ou região. Com tais argumentos, o crítico chileno remodela, em definitivo, a contribuição do grupo da *Niterói* para a aceção, delimitação, fundação e consolidação da cultura nacional, pondo em jogo outros critérios de nacionalidade para a literatura do país.

É neste ponto que o ensaísta chileno diverge essencialmente da opinião de Denis, Garret, Joaquim Norberto, Torres Homem e Gonçalves de Magalhães a respeito da literatura praticada em território brasileiro durante o período colonial, em especial os poetas árcades mineiros. Apoiado desta vez nas reflexões e idéias de Victor Cousin, Ribeiro considera que estes pesquisadores e historiadores estão completamente equivocados ao afirmarem que os árcades não passavam de meros imitadores do modelo clássico europeu e terem sido indiferentes à descrição e utilização da natureza brasileira em suas composições poéticas. Atuando como convicto defensor do patrimônio literário erguido pelos árcades, Ribeiro parte para a reabilitação dos poetas mineiros, alegando que a crítica de estudiosos como Denis, Garret e Magalhães é impropriedade e anacrônica, uma vez que desconsidera o fato de que o homem do século 18 enxerga e aprecia a natureza de um modo diverso do homem do século 19. Argumentando, portanto, que ninguém pode viver à frente de seu próprio tempo e de sua própria cultura, e que tudo é historicamente determinado, o crítico chileno pontua que nenhum dos árcades pôde adotar outro modelo que não a imitação dos padrões clássicos de beleza, que era a linguagem poética universalmente aceita e praticada entre os literatos da época, cujo consenso estético os obrigava a abraçá-la e reproduzi-la como verdade:

A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser. Porventura poderia ela ser a expressão das idéias e sentimentos de outros tempos? [...] Ninguém pode sentir inspiração completamente estranha ao seu tempo.

[...]

O erro pois que se abriga neste modo de fazer a crítica dos autores de outros tempos e países é imenso. Pensar que era muito fácil ao poeta compreender ou representar o belo de outro modo que não daquele que a sua época e tendências individuais exigiam, é querer o impossível. Julga-se de ordinário que o grande uso da mitologia nas melhores obras da poesia clássica e romântica dos mo-

ernos, é um simples efeito de mau gosto individual. Engano manifesto! Todas as formas sociais, a cultura inteira desses tempos contribuía para isso.

[...]

Digam-nos [...] se [...] um poeta que deplora a falta dos primores de outro clima [...] devia esperar a descrição de objetos que ele reputa prosaicos e contrários à inspiração. Que lhe importam as palmeiras a ele que não vê o álamo copado nem as venturosas praias de Arcádia? [...] Mas esta reação não devia ser tal como os críticos parecem desejar que houvesse sido. Ainda outra vez: não podia ser senão o que foi pela força mesma das idéias. – Mas podiam ter pintando as cenas da natureza americana. – Não podiam fazê-lo.¹⁰²⁴

A título de conclusão e síntese das inovadoras idéias de Ribeiro a respeito da nacionalidade da literatura brasileira, o crítico chileno pontua, por último, antes de passar a uma longa exposição das virtudes poéticas da *musa brasileira*, que os árcades eram legítimos representantes da poesia nacional, e que, portanto, mesmo sem cantar a natureza local, tinham direito a ocupar um lugar digno no panteão das letras pátrias:

A poesia do Brasil é filha da inspiração Americana. A inspiração não pode ser comunicada por nenhuma espécie de educação científica, ou estética. Considerada assim ela é inerente à natureza do homem [que], [...] em virtude de sua comunicação com o universo, [...] está sujeito às influências exteriores que são outros tantos modificadores do organismo.¹⁰²⁵

Conforme acompanhamos até aqui, o ensaio de Ribeiro vem por fim ao critério de nacionalidade literária que apenas contabilizava a quantidade de descrições e inserções da paisagem e da natureza brasileiras nas composições poéticas e romanescas, bem como a exaltação dos indígenas como os habitantes originais da América. Contudo, a reformulação do conceito de nacionalidade empreendida por Ribeiro apenas se deslocou do raio de influência dos elementos exteriores para o mundo interior da subjetividade do literato, ou mais precisamente para a sua formação cultural e individualidade, sua forma de compreender e sentir a realidade à sua volta, não importasse quais as imagens e os tropos constantes em sua obra, uma vez que ela sempre seria “a voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma idade, ou o caráter de uma nação”.¹⁰²⁶ As o-

¹⁰²⁴ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*, pp. 51-54.

¹⁰²⁵ *Idem, ibidem*, p. 59.

¹⁰²⁶ *Idem, ibidem*, p. 44.

bras seriam nacionais independentemente dos temas, já que a expressão e o estilo das idéias refletem a índole de cada povo.

Todavia, as teses e concepções do chileno Santiago Nunes Ribeiro não foram aceitas de modo unânime entre os literatos brasileiros. A partir da publicação de seu ensaio, os debates e polêmicas a respeito da nacionalidade literária das belas-lettras brasileiras não somente prosseguiram, como aumentaram o seu poder de influência sobre o pequeno mundo da intelectualidade local, provocando dissensões de vulto como a de Álvares de Azevedo, exatamente na contramão das idéias de Ribeiro e de seu artigo, em uma fulgurante reedição da controvérsia acendida por Gama e Castro. Em um longo ensaio, cujo título é *Literatura e civilização em Portugal*, Azevedo afirma que não vê razão plausível na divisão de duas literaturas que têm a mesma língua vernácula, como a portuguesa e a brasileira, ao menos até Tomás Antônio Gonzaga, pois até aí vê um cânone comum. Repudiando ao mesmo tempo as teorias do crítico chileno e do grupo da *Niterói*, Azevedo ataca com sarcasmo a concepção de nacionalidade até então vigente, defendendo uma visão mais universalista de literatura, que não se reduzisse somente à temática e não tratasse apenas de palmeiras e sabiás, e mesmo assim continuaria sendo o espelho fiel no qual se encontra o reflexo de uma nação:

As linguas separão-se de então, e as litteraturas tambem; pois, quando a nosso humilde parecer, sem lingua á parte não ha litteratura á parte. É (releve-se-nos dizê-lo em digressão) achamo-la por isso, senão ridicula, de mesquinha pequenez, essa lembrança do Sr. Santiago Nunes Ribeiro, já d'antes apresentada pelo collector das preciosidades poeticas do Parnaso Brasileiro.

D'outra feita alongar-nos-hemos mais a lazer por essa questão, e essa polemica secundaria que alguns poetas, e mais modernamente o Sr. Gonçalves Dias, parecem ter indigitado: saber, que a nossa litteratura debes ser aquillo que elle intitidou nas suas collecções poeticas – poesias americanas. – Não negamos a nacionalidade desse genero. Crie o poeta poemas indicos como o Thalaba de Southey; reluzo-se o bardo dos perfumes Asiaticos, como nas Orientaes Victor Hugo, na Noiva de Abydos, Byron, no Lallah-Rook, Thomas Moore; *devaneie romances á européa ou á china, que por isso não perderão sua nacionalidade litteraria.*
1027

¹⁰²⁷ AZEVEDO, Manuel Antonio Álvares de. *Obras*. Tomo Segundo: prosa. Brasilia Bibliotheca dos Melhores Auctores Nacionaes Antigos e Modernos, p. 142. Grifos meus.

O bardo paulista não se detém, contudo, somente nesse ponto. Rapidamente, na seqüência de sua *digressão*, avalia que a língua portuguesa deveria possuir um cânone íntegro e único, apesar de duas nacionalidades distintas, porque considera o patrimônio literário do idioma uma instituição bem mais importante e venerável que as escolhas temáticas das influências exteriores à subjetividade do poeta, e, diante da pobreza do acanhado cânone literário brasileiro em formação, comparado às dimensões do cânone português, manifesta sua preferência em manter-se filiado à tradição lusitana:

E demais, ignoro eu que lucro houvera – se ganha a demanda – em não querermos derramar nosas mão cheia de joias nesse cofre mais abundante da litteratura patria; por causa de Durão, não poderemos chamar Camões nosso; por causa, por causa de quem?... (de Alvarenga?) nos resignarmos a dizer estrangeiro o livro de sonetos de Bocage!

A litteratura, cremo-la nós um resultado das relações de um povo [...]. As linguas, eis-ahi tambem o resultado das relações [...]. As linguas são um dos meios, por ventura a bitóla mais exacta para conhecer-se a oscillação do progresso, e o caminhar das civilisações. [...]

Dahi vê-se: os vezos e usanças da colonia do Brasil erão os mesmos dos Portuguezes: a lingua foi sempre a mesma. Os poetas, cuja nascença tanto honra ao Brasil, alçarão seus vôos d’aguí na mãi patria. Com pouca excepção, todos os nossos patricios que se havião erguido poetas, tinhão-se ido inspirar em *terra portugueza*, [...], e na grandeza da mãi patria. José Bazilio e Durão não forão tão poetas brasileiros como se pensa. Os herões do Uruguay e do Caramurú erão portuguezes. Não há nada nesses homens que ressumbre brasileirismo; nem sequer um brado de homem livre da colonia; nada – até ao canto de entusiasta da mocidade ardente de Antonio Pereira de Souza Caldas – até as gritas livres da insurreição do Tira-dentes, esse preludio sulbime de uma orchestra de clamores de guera ao brilhar das palmas da independencia [...]. E comtudo o poeta representante dessa época, Gonzaga, apezar de todos os labores do “Parnaso” e do “Plutarco” do Dr. Pereira da Silva, não está muito claramente provado que fosse Brasileiro. Eis portanto: os usos e costumes erão os mesmos. Os homens de aquém-mar sentião como os colonisadores.¹⁰²⁸

Como vemos, o conceito de nacionalidade formado desde o grupo da *Niterói* e depois reelaborado por Ribeiro em seu ensaio passa cada vez mais por reavalições e reformulações entre os nossos literatos, que a essa altura aprofundam os seus reparos na direção de uma concepção de nacionalidade cada vez mais abrangente e flexível. Isso não quer dizer que as idéias do crítico chileno não encontraram adeptos entre os praticantes das belas-letas, ou especialmente entre os historiadores e críticos literários. Com efeito, o intervalo compreen-

¹⁰²⁸ *Idem, ibidem*, pp. 143-144.

dido entre a década de 1840 e o fim da de 1870 é um período de fecundas atividades no campo literário nacional, e, a despeito dos ataques sofridos por eminentes literatos como Azevedo, cuja voz contrária encontrará pouca ou nenhuma ressonância ao longo do século 19, a marcha de consolidação da literatura brasileira e de seu cânone prossegue, uma vez que o país continuará cultivando os traços distintivos de sua nacionalidade, sobretudo através de instituições oficiais do império, como o IHGB. Como resultado dos debates suscitados por esses pesquisadores e estudiosos da literatura brasileira, vários literatos vão conhecer modificações sensíveis em sua atividade intelectual, como é o caso de Joaquim Norberto de Sousa Silva, sobre o qual comentaremos mais adiante, que no começo de sua carreira, em 1840, estava em perfeita sintonia com as concepções defendidas pelo grupo da *Niterói*, e, mais adiante, entre 1859 e 1862, em um conjunto de ensaios publicados na *Revista Popular*, já professa as mesmas visões de nacionalidade de Santiago Nunes Ribeiro, sobretudo no que diz respeito à *originalidade* literária das letras brasileiras, conforme segue:

A originalidade da literatura de qualquer nação se demonstra por si mesma. Transuda de suas obras nessa *cor local que provém da natureza e do clima do país*. Patenteia-se dando a conhecer-se nos próprios *costumes, usos e leis da sociedade*. [...] Assim a literatura que não for servilmente modelada por outra ou que não tiver nascido debaixo da sua influência apresentará sempre uma tal ou qual *originalidade proveniente do espetáculo da natureza que oferece o país; da sensação do clima que o cerca; dos costumes, dos usos, das leis de seus habitantes; da religião que irmana as famílias; da glória, a mais cara de todas as heranças, pois que se apóia na história e tradições que ligam o presente ao passado, e ainda dessa poesia universal que pertence a todos os povos, que se reproduz em todos os séculos, que se alimenta de todas as paixões, que vive no íntimo de todos os peitos e que se modifica segundo a influência dessas diversas causas que atuam sobre ela.*¹⁰²⁹

Ao longo desses trinta anos, portanto, entre o artigo de Ribeiro e o fim da década de 1870, é possível acompanhar o alargamento cada vez maior e mais abrangedor do conceito de nacionalidade herdado do grupo da *Niterói*, sobretudo no que diz respeito à incorporação de valores supranacionais em nossa produção literária, à medida que aproxima-se o fim do século. Numa palavra: a literatura brasileira volta-se cada vez mais para o cultivo de temas e reflexões de caráter mais universal e suprahistóricos, em busca de questões humanas que

¹⁰²⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Introdução ao Mosaico Poético*. In: *História da literatura brasileira e outros ensaios*, pp. 135-136.

interessem a todos os povos, todas as culturas, todas as línguas, gerações e épocas. A verdade sobre este profundo avanço em nossas letras, no sentido de conciliar o local e o universal em uma mesma obra literária, pode ser colhida através da intensa atividade intelectual do mais importante literato brasileiro do século 19, Joaquim Maria Machado de Assis, que, desde o seu primeiro artigo como crítico literário, demonstra estar em fase de franca superação do *discurso de nacionalidade* que caracterizou as gerações anteriores à sua,¹⁰³⁰ até alcançar o clímax de sua reflexão sobre o assunto no seu ensaio *Instinto de nacionalidade*, publicado pela primeira vez em 1873, na revista norte-americana *O Novo Mundo*, de Nova York. Ao longo desse importante e elucidativo ensaio Machado realiza uma série de ponderações sobre a evolução histórica do conceito de nacionalidade da literatura brasileira, após o que, sem tomar partido de qualquer uma das concepções advogadas antes de seu texto, emitidas no “desejo de criar uma literatura mais independente”, o crítico ajuíza:

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. [...]

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo *sentimento íntimo*, que o torne homem do seu tempo e do seu país ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.¹⁰³¹

Ao introduzir a noção de *sentimento íntimo* em nossa literatura, Machado encerra um longo período de reflexão e acentuada polêmica da história de nossas idéias, talvez o período mais importante e fecundo depois da independência política e autonomia de nossa cultura, dando aos literatos brasileiros uma verdadeira carta de alforria do conceito de nacionalidade emitido em 1836 pelo então superado grupo da *Niterói* que, de qualquer modo, deixou um legado da maior importância para o país, cujos reflexos são sensíveis até hoje. Contudo,

¹⁰³⁰ MARTINS, Ricardo André Ferreira. *Machado de Assis e a literatura brasileira do oitocentos: um projeto de literatura nacional*. In: REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. Ponta Grossa: Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002, pp. 9-32.

¹⁰³¹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*. In: *Obras completas*. Edição organizada por Afrânio Coutinho. Volume III – Poesia, Crítica, Crônica, Epistolário, Apêndice. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1885, pp. 803-804.

a reflexão e a obra de Machado inauguram um novo ciclo de nossa história literária, deixando as suas etapas inaugurais para trás.

Realizado o indispensável inventário da evolução histórica do conceito de nacionalidade de nossa literatura, resta-nos passar à história da fundação de nossa história literária e fixação de seu respectivo cânone, tópico para o qual dedicaremos as páginas seguintes. Vejamos como os nossos literatos ergueram o monumento do cânone nacional, e quais etapas tiveram que ultrapassar para conseguir estabelecê-lo.

A *função civilizatória*, portanto, atribuída às belas-letas, surgida em meio à geração de Monte Alverne e Januário da Cunha Barbosa, como também através de outros literatos coevos, permitiu a compreensão, conforme vimos, de que a literatura deveria servir como um instrumento de formação cultural e moral do povo, além de pedra fundamental na construção da nascente identidade nacional. É a herança da mentalidade herdada diretamente do século 18, assaz influenciada pela concepção iluminista de processo civilizatório, onde o literato e a literatura teriam, em determinadas sociedades – como a brasileira, em especial –, destacados papéis. Assim, tornava-se necessário consolidar o literato como uma figura pública atuante e respeitada pelo povo em geral, cujo prestígio social permitiria influir sobre os destinos da nação, processo este que ganha corpo ao longo de todo o século 19, principalmente após o primeiro reinado, a partir de 1831. Por conta disso, difundiu-se por todo o país, em especial entre os jovens, notadamente os membros e filhos da elite, a crença no papel civilizatório e nacionalista associado à atividade literária, além da concepção, amplamente aceita e tida como verdadeira e necessária, de que o intelectual e o literato deviam ser pessoas públicas, incumbidas de inúmeras funções e tarefas, sobretudo aquelas que eram consideradas úteis à construção da identidade nacional. Estas características, de extrema relevância para o intelectual oitocentista, condicionaram de tal modo a recepção das obras e dos autores, que somente isso explica o fato de que vários dentre eles, depois secundarizados e até colocados de lado pelos historiadores da literatura, desfrutaram de um espantoso prestígio entre os seus contemporâneos, às vezes ocupando uma posição de primeira grandeza dentro do nascente campo literário brasileiro.¹⁰³²

¹⁰³² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Op. cit.*, p. 116.

A literatura, e particularmente o seu cânone em desenvolvimento, torna-se o então principal fórum intelectual e até mesmo acadêmico sobre os caminhos que o país deveria tomar rumo à civilização, a fim de se equiparar às outras nações independentes e civilizadas do resto do mundo. Neste sentido, logo após a implantação da *Impressão Régia* (1808), deu-se um importante impulso no sentido de dotar a nascitura literatura brasileira de um extenso repertório de autores e obras expressivas, a fim de que possuísse uma tradição respeitável e, portanto, um cânone genuinamente nacional. Dos prelos oficiais do primeiro estabelecimento tipográfico que teve o país saíram obras dos mais destacados autores da nascente vida intelectual da futura nação, entre os quais se distinguem o Marquês de Maricá, José da Silva Lisboa, Araújo Guimarães, Januário da Cunha Barbosa, entre outros, conforme analisa José Veríssimo:

Dessa imprensa, logo no primeiro ano de sua fundação, conhecem-se 37 publicações, no segundo (1809) 62, no terceiro (1810) 99, e até 1822 catalogou Vale Cabral 1154 impressos vários das suas oficinas saídos. Além dos avulsos oficiais, constavam essas publicações, nos primeiros anos, de atos episcopais, congratulações, odes, elegias e outras peças poéticas dedicadas aos príncipes e magnates, opúsculos políticos favoráveis à corte, ao governo e hostis aos seus contrários, especialmente a Napoleão, memórias históricas sobre ocorrências da época, regimentos e regulamentos, editais policiais, compêndios didáticos, listas de navios entrados e saídos do porto, memórias econômicas e agrícolas, folhetos e livrinhos de devoção, sermões e orações sacras, quase tudo in-4º., de poucas páginas, não sendo vulgares os que excediam de cem. Em 1810 saíram da Impressão Régia algumas publicações mais notáveis, como: o *Ensaio sobre a Crítica* de Alexandre Pope traduzido em português pelo Conde de Aguiar, in-4º. de XIII p. num., 5 não num. 175 num. 4 f. não num., com o retrato do autor; a *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga, as três partes separadas, cada uma com folha especial de rosto in-8º., respectivamente de 118, 108 e 110 p. numeradas; diversas obras econômicas de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, o *Tratado elementar de Física*, do Abade (sic) Haiüy, traduzido em vulgar, em dois tomos, de mais de 400 p. cada um, com estampas. O *Ensaio* de Pope saiu numa bela edição, sendo o retrato do poeta desenhado e gravado a buril no Rio de Janeiro por R. E. de Almeida, segundo uma estampa de Halloway, um excelente trabalho artístico, como também o é o frontispício, do mesmo artista.

A edição de *Marília* é a primeira feita no Brasil e também um relativamente bom trabalho tipográfico. Em 1811 publicou a Impressão Régia a primeira edição brasileira do *Uruguai*, o poema de Basílio da Gama.¹⁰³³

Além destas obras, também saíram dos prelos da *Impressão Régia* alguns dos sermões dos mais famosos pregadores do período e também o *Parnaso Brasileiro*, de Januário

¹⁰³³ Citado por MARTINS, Wilson. *Op. cit.*, Vol. II, p. 29. Grifos do autor.

da Cunha Barbosa. Percebe-se claramente nesta série de publicações literárias a iniciativa e o esforço patriótico dos primeiros homens de letras que teve o país em criar um cânone específico para a literatura nacional, dotando-o de obras de referência a fim de estabelecer um critério para o *corpus* literário, que é a *nacionalidade*:

Agora porém que o Brasil, felizmente desassombrado da opressão antiga, e tão duradoura; agora, que ocupando um lugar distinto na categoria dos povos livres, lhe é já permitido, à sombra de um governo verdadeiramente paternal, o dar-se em desafoço à altura de todo o gênero de úteis aplicações; foram sem dúvida um descuido imperdoável o não fazer ressurgir sua esmorecida literatura, apresentando na frente dela as excelentes composições poéticas dos seus mais ilustres engenheiros. E quem não vê que o conhecimento do patrimônio opulento, deixado como herança à mocidade futura por seus tão gloriosos antepassados, deverá necessariamente despertar de novo as sementes do bom e apurado gosto na geração presente, e na que está por vir? Sim, e eu o tenho por sem dúvida, os jovens meus patricios, lendo e estudando os perfeitos exemplares de animada poesia dos seus claros maiores, que nesta coleção lhes irei apresentando, certo se irão também mais e mais adestrando neste gênero de amenas composições, e chegarão por ventura a dar à pátria cópias fiéis de tão bem acabados modelos.

Pela minha parte, no desempenho da árdua tarefa, que tomei a peito, fazendo indubitavelmente um serviço relevante à glória literária do meu ninho paterno, contentar-me-ei dele em recompensa com haver concorrido para acordar o louvor dos beneméritos passados, e para estimular a sua imitação, assim a presente, como as gerações futuras.

*Eu desta glória só fico contente,
Que a minha Pátria ameí, e a minha gente.*¹⁰³⁴

Contudo, apesar de toda a preocupação literária e patriótica que permeia o *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa, ainda não estão totalmente visíveis as marcas distintivas da nacionalidade brasileira ou do discurso nacionalista típico da geração e contemporâneos do cônego, sobretudo entre os textos dos autores brasileiros selecionados e compilados desta *collecção das melhores poezias dos Poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas*. Estas características serão as balizas fundamentais dos ensaios, artigos e coletâneas que sucedem o empreendimento de Barbosa, e que vão delimitar a escrita da historiografia literária brasileira. Talvez seja de melhor alvitre pensar que o *Parnaso Brasi-*

¹⁰³⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. *Introdução*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice, *op. cit.*, pp. 87-88.

leiro de Barbosa seja uma possível e casual réplica do autor ao *Parnaso Lusitano* (1826-1827), de Almeida Garret, e não o contrário.¹⁰³⁵

A antologia de Barbosa parece que abraçou como único critério de compilação o “louvor dos beneméritos passados, e para estimular a sua imitação, assim a presente, como as gerações futuras”, evitando assim juízos de seleção somente nacionalistas e, portanto, excludentes em sua obra. Deste modo, o cômego procurou divulgar e colecionar em seu trabalho o maior número possível de composições poéticas, consideradas brasileiras a partir do fato exclusivo de terem sido produzidas por autores nascidos ou residentes no Brasil, e não pelo tema.¹⁰³⁶ A temática particular da nacionalidade ainda não preocupava o autor do *Parnaso Brasileiro*, no sentido de encontrar em cada texto selecionado menções à cor local brasileira, uma vez que, desde o seu título, é possível inferir que sua principal tentativa era fundir a tradição clássica com a criação de uma tradição literária nacional, de modo que o público tivesse o “conhecimento do *patrimônio* opulento, deixado como herança [...] por [nossos] tão gloriosos antepassados”. Não à toa que em meio às peças de autores atualmente canônicos como Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Gregório de Matos Guerra, Santa Rita Durão, Silva Alvarenga, Sousa Caldas e Tomás Antônio Gonzaga, figurem composições greco-latinas como *Palinódia*, tradução de Metastásio, *Epístola aos Pisões* ou *Arte poética*, tradução de Horácio, *Ode aos gregos* e *A primavera (idílio traduzido do grego)*, de José Bonifácio de Andrada e Silva e *Ode Anacreôntica*, tradução de José Elói Otoni. O objetivo de Barbosa era claro: provar aos leitores e ao mundo, através de seu *Parnaso Brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos Poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas*, que o Brasil tinha condições de “ostentar-se entre as nações cultas tão fecundo e rico em tesouros de nobre poesia”, já que “em realidade deles se achava abastado”,¹⁰³⁷ ao contrário do que nossos intelectuais podiam supor:¹⁰³⁸

¹⁰³⁵ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2006, p. 89.

¹⁰³⁶ SENNA, Janaína Guimarães de. *A ponto precário: o parnaso fundacional de Januário da Cunha Barbosa*. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 316.

¹⁰³⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. *Introdução*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, p. 87.

¹⁰³⁸ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), p. 89.

Os mesmos nomes dos mais abalizados autores de suas composições poéticas, dignas de cedro e bronze, andavam até trocados; e muitas delas havia, e não das menos distintas, que corriam anônimas, por se ignorar completamente quem fossem os seus verdadeiros escritores: em uma palavra, o Brasil gozando a dita de ter visto nascer no seu solo poetas ilustres, *que os mais belos tempos da Grécia e do Lácio se não dedignariam de contar por seus poetas*, aos quais compete o *mens divinius, adque os magna sonaturum* do grande lírico romano; talvez porque no meio das suas desventuras nunca teve ócio sobejo para lhes levantar padrões, *que os tirasse do pó do esquecimento...*¹⁰³⁹

Em função do pioneirismo de sua iniciativa, não é de admirar que o *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa estivesse repleto de lacunas, falhas, certa desordem e repetições decorrentes da falta de conhecimento prévio dos textos e fontes. Com efeito, o cônego enfrentou uma série de dificuldades durante a elaboração da antologia, entre as quais se destacam a localização dos manuscritos, sobretudo autógrafos, e o estabelecimento de autoria, caso não fosse possível encontrar os originais, através do cotejo das cópias e da tentativa de apurar possíveis adultérios e fraudes. Como estas composições encontravam-se muitas vezes esparsas ao longo de diversas obras, quando publicadas, enquanto os manuscritos estavam em mãos de proprietários privados ou nas coleções de bibliotecas públicas ou monásticas, o cônego Barbosa detém o mérito de ter sido o primeiro pesquisador de fôlego da literatura nacional. As diversas faltas de sua compilação devem-se à faina do ato fundador de sua pesquisa. O seu objetivo era realizar o levantamento de todo o patrimônio deixado pelos brasileiros que tivessem se aventurado pelo texto poético no passado e no presente, de modo a erguer o nascente monumento da literatura nacional brasileira.

Não é demais, no entanto, lembrar que durante o período de publicação dos oito cadernos do *Parnaso Brasileiro* o cônego Januário da Cunha Barbosa exerceu o cargo de diretor da Tipografia Nacional. Mesmo levando em consideração que seus contemporâneos e sucessores julgaram o seu trabalho incompleto, desorganizado e apressado, é importante frisar que procurou reunir todo o material possível, graças principalmente à posição privilegiada que ocupava como guardião das letras nacionais à frente da *Impressão Régia*. Neste sentido, tendo em conta que seu gesto como antologador decorria de um ato de civismo, a

¹⁰³⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. *Introdução*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, p. cit. Grifos nossos.

pesquisa do cônego tem uma primeira e conseqüente herança: o *corpus* reunido em sua coletânea vai servir como referência para a série de antologias posteriores à sua obra, estabelecendo, portanto, o primeiro núcleo do cânone nacional a ser seguido e ampliado e, assim, inaugurando a tradição literária do país.

O rastro deixado pelo trabalho de Januário da Cunha Barbosa não demorará a ser seguido de perto pelos historiadores e antologadores que lhe sucederam, em busca de realizar o inventário do passado literário da nação e de seu cânone em formação. No enalço de sua gênese e desenvolvimento posterior, é impossível deixar de mencionar o nome do carioca Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891), cuja destacada e intensa atuação como historiador e crítico literário possui méritos indiscutíveis como pioneiro no tocante à elaboração da historiografia do cânone literário brasileiro, da qual foi o primeiro autor a realizar um esboço de periodização e narrativa. O seu prestígio deve-se, portanto, à decisiva influência que sua obra exerceu no trabalho daqueles que ousaram compor uma história literária do país, e que pode ser medido através do juízo que dele faz Sílvio Romero na *História da literatura brasileira* (1888):

Supomos que os seus maiores títulos estão nos trabalhos de história política e literária.

É onde é mais apreciável, por ser onde está mais a gosto e mais em harmonia com a sua índole. Nesta esfera o primeiro elogio que lhe fazemos é o seguinte: *hoje é impossível escrever a história, principalmente a história literária do Brasil, sem recorrer às publicações deste laborioso autor.*¹⁰⁴⁰

Joaquim Norberto, que nasceu no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1820, ocupou lugares de destaque na elite intelectual de seu tempo, e sua biografia confirma o grande número de cargos e prebendas que ocupou ao longo de sua vida, muitas vezes no simples interesse cívico, que caracterizou os seus contemporâneos, de servir à pátria. Estudou na *Aula de Comércio*, na *Escola de Arquitetos e Agrimensores* e na *Escola de Belas Artes*. Frequentou também os cursos de Retórica e Poética ministrados por Gonçalves de Magalhães no *Colégio Emulação*. Como era assíduo frequentador da Biblioteca Nacional desde quando estudante, teve a oportunidade de conhecer o cônego Januário da Cunha Barbosa, que o

¹⁰⁴⁰ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I, p. 321. Grifos meus.

tomou como seu protegido, indicando-o depois para a função de auxiliar na Biblioteca Nacional (1841-1843). Aproveitando os contatos que o cargo lhe permitiu, ligou-se ao Governo Imperial, nele ocupando os cargos de praticante da *Contadoria da Guerra* (1844), funcionário concursado da *Assembléia Provincial do Rio de Janeiro* (1846-1859) e chefe de secção da *Secretaria de Estado dos Negócios do Império* (1859-1887). Seu interesse por ocupar o maior número de funções e papéis junto à sociedade levou-o a colaborar de modo gratuito em várias comissões de Niterói, como inspetor de instrução pública, membro de demarcação de limites da cidade, cobrador de impostos da taxa de escravos, pesquisador de arquivos e instituições para reunir dados sobre a história brasileira. Ingressou no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1841, onde ocupou sucessivamente os cargos de segundo e primeiro-secretário, terceiro, segundo e primeiro vice-presidente, e, finalmente, presidente entre 1886-1891. Devido à sua intensa colaboração na vida e função públicas, recebeu em 1886 o grau de Comendador da Ordem da Rosa do imperador D. Pedro II.

Como intelectual e polígrafo, sua obra é variada e extensa. Entre os títulos publicados por Norberto, alguns são extremamente ilustrativos do matizado espectro de seus interesses e, portanto, de sua intensa atividade como literato, historiador, biógrafo, gramático, tradutor e crítico literário. Além de ter deixado uma razoável produção ficcional, tanto em prosa – teatro e novela – quanto em poesia,¹⁰⁴¹ escreveu uma *Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro* (1856), o conjunto de biografias de *Brasileiras célebres* (1862), as *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje* (1870), a sua famosa *História da Conjuração Mineira* (1873), o ensaio filológico *Galicismos, palavras e frases da língua francesa introduzidas por descuido, ignorância ou necessidade na língua portuguesa* (1877) e os *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888). O que se conclui a partir da intensa atividade intelectual de Norberto é que praticamente não houve recanto da inteligência oitocentista brasileira em que não atuou de alguma for-

¹⁰⁴¹ Como poeta, escreveu *O último abraço* (1841), *A vítima da saudade* (1841), *A morte da filha* (1841), *O livro de meus amores* (1849), *Cantos de um trovador* e os fragmentos de um poemeto épico, *Os Palmares*, iniciado em 1851. Compôs para o teatro as peças *Clitemnestra*, *Rainha de Micenas* (1847), *O champim do rei* (1851), *Colombo* (1854), *Amador Bueno* (1855/1856) e *Beatriz* (1860-1861). Foi tradutor de Molière e Alexandre Dumas. Escreveu como novelista, entre outras obras, *As duas órfãs* (1841), *Romances e novelas* (1852), *Flores entre espinhos* (1862?).

ma, mesmo que medíocre e secundária, sobretudo durante o romantismo e mais notadamente no campo literário, onde conseguiu inclusive ser um dos precursores da prosa de ficção nacional. Sobre a sua importância para a história da literatura, José Veríssimo ajuíza o seguinte:

Nesta geração de laboriosos homens de letras, foi um dos mais laboriosos, e a alguns respeito, um dos melhores e mais úteis deles. (...) As bibliografias de Norberto enumeram-lhe cerca de 80 obras diversas, grandes e pequenas, desde 1841 publicadas em volume ou em jornais e revistas, afora prefácios, introduções crítico-literárias a obras que editou e outras. (...) Deste enorme labor apenas se salvam, para bem da sua reputação, os seus vários trabalhos sobre as nossas origens literárias, os seus excelentes estudos sobre os poetas mineiros, a sua grande e boa monografia da *Conjuração Mineira* e algumas memórias históricas publicadas na *Revista do Instituto*. Por aqueles trabalhos é Norberto, depois de Varnhagen, o mais prestimoso e capaz dos indagadores da história de nossa literatura, um dos instituidores dela.¹⁰⁴²

O que se pode dizer, ao cabo de tudo, é que Joaquim Norberto participou ativamente do esforço conjunto da nascente intelectualidade brasileira, em todas as suas etapas, em elaborar uma história da literatura nacional, que abrange, segundo Antonio Candido, três fases bem distintas e demarcadas cronologicamente: o primeiro passo consiste em estabelecer um “panorama geral, [...], visando a traçar rapidamente o passado literário”, através da “antologia dos poucos textos disponíveis”.¹⁰⁴³ É a fase de elaboração dos “bosquejos”, “florilégios” e “parnasos”. Contudo, as antologias durante o período referido não eram uma seleção de obras conhecidas e consagradas, mas um repertório de textos inéditos ou raros, que de outro modo, não sendo publicados, teriam se perdido ou se tornado inacessíveis, a exemplo do *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa. Como a literatura brasileira e o seu cânone ainda não estavam constituídos e fixados, porquanto tudo que se escreveu até então incluía a literatura produzida no Brasil como uma manifestação colonial das letras portuguesas, esta etapa representou o esforço de críticos e antologiadorees no intuito de realizar uma seleção de textos e autores que garantisse a fundação de um cânone literário nacional. A segunda etapa desse esforço conjunto se caracteriza por uma análise mais esmiu-

¹⁰⁴² VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 2002, p. 238.

¹⁰⁴³ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, vol. II, p. 311.

çada de cada autor elencado no panorama geral da literatura em forma de antologias, através de um maior “incremento de interesse pelos textos, que se desejam mais completos”.¹⁰⁴⁴ Esta fase compreende o momento das “biografias literárias, reunidas em ‘galerias’, em ‘panteões’”, a fim de compor o painel dos homens e mulheres célebres da pátria. Este é o momento, segundo Candido, de realizar sucessivas “edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica”.¹⁰⁴⁵ Por último, a terceira etapa compreenderia “a tentativa de elaborar a história, o livro documentado, construído sobre os elementos citados”,¹⁰⁴⁶ fixando assim o cânone nacional.

Ao longo de todo o esforço de elaboração da história nacional da literatura brasileira, Joaquim Norberto esteve presente em todas as suas etapas, desde os seus momentos iniciais, através da publicação de antologias e panoramas literários, até o seu período final, com a edição da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero, que o reconhece justamente como seu mais antigo e um de seus mais profícuos predecessores. Apesar de ser um homem dotado de talento e cultura medianos, de gosto e formação limitados quando comparado às constituições intelectuais mais robustas e privilegiadas de outros contemporâneos, como João Francisco Lisboa e Varnhagen, Norberto era um típico exemplar do homem de letras de sua época. A despeito de todas suas limitações, compensava-as com invulgar disciplina e uma enorme laboriosidade, assaz comprovada pelo volume impressionante de atividades que exerceu e obras que deixou, além de possuir uma maior abertura de mentalidade em relação aos seus coevos, uma apreciável intuição e faro de historiador e um equilibrado e razoável senso crítico. Contudo, talvez a maior de suas virtudes, sempre mencionada pelos seus pesquisadores e biógrafos, tenha sido a sua honestidade intelectual. Com efeito, os seus contemporâneos, como Januário da Cunha Barbosa e João Manuel Pereira da Silva – do qual trataremos mais adiante – foram muito criticados, mesmo por sua época, em decorrência do grande número de lacunas e imprecisões que seus trabalhos possuíam, o que não ocorreu com as obras de Joaquim Norberto, que se destacou por um acentuado zelo na investigação dos documentos, sempre atento à fidelidade dos fatos e datas ao longo de todas as suas pesquisas e textos. Com esta postura, Norberto granjeou considerável prestígio

¹⁰⁴⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴⁶ *Idem, ibidem.*

e reconhecimento entre os intelectuais e homens de letras de seu tempo, que reputavam as suas obras como “merecedor[a]s de absoluta confiança”.¹⁰⁴⁷

Neste sentido, é necessário pontuar que Joaquim Norberto foi o escrupuloso organizador das edições mais completas e organizadas de sua época, não obstante alguns erros que cometeu na seleção e edição dos textos. Conseguiu compilar a obra de Alvarenga Peixoto pela primeira vez, editou em parte a de Silva Alvarenga e conseguiu reeditar a obra de Tomás Antônio Gonzaga, sempre elaborando para estas edições extensas biografias sobre os autores, acompanhadas de documentos e notas. No caso da edição de Alvarenga Peixoto, Norberto teve ainda o cuidado extremo de anexar cópias dos autos da devassa da conjuração mineira, da qual o poeta árcade participou ao lado de Cláudio e Gonzaga. Elaborou ainda o material necessário à edição completa da obra de Basílio da Gama e deixou pronta a reedição de Cláudio Manoel da Costa, que foram depois aproveitadas consecutivamente por José Veríssimo e João Ribeiro.

Devido às características de sua personalidade e ao seu tino de historiador, Norberto tentou realizar uma história da literatura brasileira, várias décadas antes da *História da literatura brasileira* de Romero, a primeira que com esse título se publicou no Brasil. A sua primeira tentativa nesta direção teria sido com a publicação de *Modulações poéticas* (1841),¹⁰⁴⁸ antologia de poemas seus, cuja introdução, intitulada *Bosquejo histórico da poesia brasileira* permitiu-lhe a entrada no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Neste “bosquejo”, Joaquim Norberto propõe, pela primeira vez, uma periodização da história da literatura brasileira, que deveria ser dividida em seis épocas. Antes, porém, de entrar na matéria propriamente dita do *Bosquejo histórico da poesia brasileira*, Norberto adianta, em *Algumas palavras sobre livro*, certas particularidades e motivações do seu fervor patriótico como autor de textos poéticos, em meio às agitações políticas peculiares do período em

¹⁰⁴⁷ PARANHOS, Haroldo. *História do romantismo no Brasil: 1830-1850*. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1930-1937, p. 176. Citado por SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), p. 124.

¹⁰⁴⁸ É curioso que, apesar da obra ter em seu frontispício o ano de 1841, ao fim dela encontremos o ano de 1843, também pela mesma tipografia, com a seguinte observação: “Em maior numero eram as poesias destinadas a este livro, mas a sua publicação já vae demorada e força é suspendermos aqui a sua *composição* ; pelo mesmo motivo omittimos a lista dos subscriptores, e a *corrigenda* de alguns erros, certos da benevolencia dos leitores. FIM. Rio de Janeiro. 1843. – Typographia Franceza, Rua de S. José N. 64.”

que publicava seus poemas, seguindo de perto os passos de Gonçalves de Magalhães em seu apelo patriótico:

...n'este momento em que uma indiferencia (*sic*) de morte peza sobre a litteratura nacional, e com desprezo se olha para os litteratos, [...] ousamos lançar a luz publica algumas paginas de poesias...

A publicação d'este livro não é um mero desejo de apparecer em publico como auctor; [...]

[...] nos extasiando ante o expetáculo (*sic*) maravilhoso da natureza [...]; sentindo rolar em nossa phantasia turbilhoens de imagens poeticas e cadencias, conhecemos que eramos poeta, que haviamos nascido para cantar a pátria, a religião e a natureza [...];

[...] uma voz [...] nos ameaça, [...] prediz nossa queda antes de alcançada a desejosa meta, apontando para o quadro da historia da nossa litteratura dos passados annos; [...] é esse fim desastroso de nossos homens de genio; [...] é esse desprezo (*sic*) que preme os nossos litteratos, essa indiferencia que peza sobre a unica litteratura da America meridional [...] ¹⁰⁴⁹

Com este preâmbulo, Norberto assume o seu compromisso com o nacionalismo e a construção da identidade nacional em voga em seu tempo, utilizando a sua obra, em tom patriótico, como um compromisso com o programa de fundação de uma estética do cânone e da história da literatura brasileiros. Mais que isto, considera o seu papel como intelectual e homem de letras uma verdadeira missão, um dever patriótico a ser expresso e cumprido através de suas composições literárias, a fim de chamar a atenção das autoridades públicas para a necessidade de unificação de nossa cultura através da importante função desempenhada pelos *litteratos* no *processo civilizatório*.

Já em relação ao *Bosquejo*, o autor se diz surpreso em relação à invulgar recepção da obra, que suscitou muitas críticas em razão de não haver mencionado um conjunto de contemporâneos em seu ensaio de historiografia literária. Contudo, justifica-se afirmando que tinha em seus planos a pretensão de realizar uma obra muito maior, da qual o *Bosquejo* foi uma primeira e apressada tentativa, no sentido de “esboçar essas phases, a que chamamos epochas” ¹⁰⁵⁰ da periodização de literatura brasileira:

¹⁰⁴⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Algumas palavras sobre este livro*. In: *Modulaçoens poeticas. Precedidas de um Bosquejo da historia da da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1841, pp. 5-8. Ver também em ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, pp. 95-98.

¹⁰⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 10.

Ora na aceleração com que compozemos essa obrinha, fructo de seis noites, em que para desenfado nos propozemos escrevel-a, *passando em revista os apontamentos que temos para uma obra do mesmo genero, porem muito mais extença*, da qual ja publicamos alguns fragmentos, que muito que nos esquecessemos de alguns contemporaneos dignos de consideração, tendo nos esquecido de auctores ja fallecidos e não coevos? ¹⁰⁵¹

Já na *Introdução do Bosquejo da história da poesia brasileira* adentramos no programa de nacionalização da história literária de Norberto, onde afirma sem titubeios que, além do Brasil ter sido “o primeiro [país] que conheceu a necessidade sua independencia”, teria sido por igual “o primeiro que ensaiou-se nos diversos ramos da literatura” desde o seu período de colonização”. ¹⁰⁵² A finalidade de Norberto, com essa afirmação, era encarecer seu desejo de demonstrar que o *processo civilizatório* brasileiro, apesar de seus óbices e percalços, já tinha iniciado desde tempos remotos, e, portanto, o processo de emancipação cultural se encontrava adiantado e em pleno desenvolvimento, seguindo de perto as lições e orientações tomadas de Ferdinand Denis:

[...] ainda não eramos uma nação, mas uma colonia avexada pelo captiveiro, onde a instrucção era um delicto e os livros expressamente prohibidos, e da patria tam somente o nome conhecido pela fama das produçoens selectas de suas magestosas mattas, pelos diamantes de seus serros e preciosos metaes de suas minas; enfim pela doçura de seu clima, pela belleza de seu ceo e fertilidade de seu terreno, cortado pelos maiores rios do mundo, e ja possuamos uma literatura, *sinão legitimamente nacional – que raras o são –, ao menos em parte, e que ao prezente constitue-nos como nação litteraria uma das primeiras das duas Americas e a única da meridional.* ¹⁰⁵³

Aliás, não somente Norberto deixou-se orientar por Ferdinand Denis em relação a exaltação da natureza dos trópicos como elemento favorável à imaginação e à criatividade os poetas brasileiros, mas também por Almeida Garret, a começar pelo título de seu pequeno ensaio de história literária, uma espécie de adaptação do *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* do autor lusitano, que por sinal serve de introdução ao *Parnaso lusitano* (1826), da mesma forma que o *Bosquejo* de Norberto introduz as suas *Modulações poéticas*. Além disso, Norberto também seguiu, senão copiou, a divisão da literatura portuguesa

¹⁰⁵¹ *Idem, ibidem*, pp. 9-10.

¹⁰⁵² *Idem, ibidem*, p. 15.

¹⁰⁵³ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Bosquejo da historia da poesia brasileira*. In: *Op. cit.*, pp. 15-16.

em seis épocas feita por Garret, aplicando-a à brasileira, desde as suas origens até o momento em que os autores escreviam, pertencente ao espectro do romantismo. Não somente isto, mas até as restrições que Garret e Denis imputavam aos poetas brasileiros do século 18, por não terem explorado amplamente a *cor local* em suas obras, através das “magestosas e novas scenas da natureza” que “deviam ter [lhes] dado [...] mais originalidade”, Norberto acompanhou e vazou em seus juízos sobre a produção poética dos séculos de colonização no Brasil, período em que “a educação europeia apagou [...] o espírito nacional”, dando a entender que os homens de letras nascidos no Brasil tinham vergonha “de se mostrar americanos”, o que lhes provocava “uma affectação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades”:¹⁰⁵⁴

Então vieram novos Brasileiros, filhos dos conquistadores portuguezes, que *bem que inspirados pelas pictorescas paysagens brasilicas, pelo ceo dos tropicos, pelo sol fulgente da America, não os souberam cantar*, antes exemplo abriram, que por desgraça seguido foi per longo tempo. *Quando deviam se apoderar dos patrios costumes, das usanças e dos preconceitos populares, das tradicçoens das tribus, que as nossas florestas povoaram, com que dessem cores e feiçoens nacionaes á poesia, abraçaram as ideias do grego polytheismo*, que ás nossas praias abordaram com as armas portuguezas; deixaram-se fascinar das bellezas dos gregos e romanos poetas, e imitar procuraram de Camões, de Bernardes, de Caminha, de Fernão Alvares do Oriente e tantos outros bucolicos portuguezes, e metamorphoseados em pastores iam ás margesn do Tejo, do Mondego ou do Douro, pascer seus rebanhos! Falta de reflexão, erro gravíssimo, que tanta *quebra dá em suas melhores composiçoens!*¹⁰⁵⁵

Assim, tendo diante de seus olhos o modelo e o programa estético e crítico do *Resumé de l’histoire littéraire du Portugal suivi du resume de l’histoire littéraire du Brésil* de Denis e do *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* de Garret, o cônego e comendador Joaquim Norberto deu consecução ao seu projeto esboçado em seu *Bosquejo*, sempre criticando, assim como Garret em seu *Bosquejo* lusitano, nos poetas anteriores ao romantismo ora o “gongorismo e marinismo”¹⁰⁵⁶ exagerados, ora o fato de não saberem “aproveitar-se dos mais poeticos quadros quem tam dilatado numero lhe[s] oferecia a pa-

¹⁰⁵⁴ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...], p. XLIV.

¹⁰⁵⁵ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Bosquejo da historia da poesia brasileira*. In: *Op. cit.*, p. 17.

¹⁰⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 25.

tria”.¹⁰⁵⁷ No entanto, em seu desprezioso, mas inaugural ensaio da história da poesia brasileira, tem o cuidado de mencionar e dar publicidade somente a autores que, em seu entendimento, deram contribuições para a definição de uma literatura brasileira através do tempo e, portanto, de um cânone nacional, cuja composição é a seguinte: a) primeira época: desde o descobrimento do Brasil até fins do século XVII – Bento Teixeira Pinto (sic), Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira, Bernardo Vieira Ravasco, Antônio Vieira e João Mendes da Silva; b) segunda época: do começo até meado do século XVIII – Academia Brasílica dos Esquecidos, João Brito de Lima, João Gonçalves da França, Alexandre de Gusmão, Luís Canelo de Noronha, Manuel Rodrigues de Lacerda, Cônego João Borges de Barros, José de Oliveira Serpa e Antônio José; c) terceira época: do meado até fins do século XVIII – Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Antônio Caetano, Cordovil, Vidal de Barbosa, Santa Rita Durão, Joaquim Inácio de Seixas Brandão, José Inácio da Silva Costa e o Padre Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas; d) quarta época: do começo do século XIX até a proclamação da independência nacional – Caldas Barbosa, São Carlos, João Pereira da Silva, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha e Francisco de Melo Franco; e) quinta época: desde a proclamação da independência nacional até a reforma da poesia – José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Natividade Saldanha, Lucas José de Alvarenga, D. Maria Josefa Pereira Pinto Barreto, General Luís Paulino, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Luís Antônio da Silva e Sousa, João de Almeida Coelho, Francisco Bernardino, Evaristo Ferreira da Veiga, Francisco Vilela Barbosa, Domingos Borges de Barros, Januário da Cunha Barbosa, João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Ladislau dos Santos Titara, José Elói Otoni, J. G. Lêdo, Paulo José de Melo, Castelo Branco, O. S. de Carvalho e Silva, R. de Sousa da Silva Pontes, C. J. de Araújo Viana, D. Delfina, D. Beatriz, F. Muniz Barreto, J. Teodomiro dos Santos, José Maria do Amaral, A. J. de Araújo, A. Cândido de Lima e Domingos José Gonçalves de Magalhães; f) sexta época: da reforma da poesia – Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre, Manuel Odorico Mendes, J. A. de Lemos Magalhães, F. Bernardino Ribeiro, F. Rodrigues Silva, A. A. Queiroga, A. J. A. da Silva Paz,

¹⁰⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 33.

J. J. Teixeira, A. G. Teixeira e Sousa, F. Otaviano de Almeida Rosa e A. Cláudio Soído Júnior.

Nesta pequena e hoje pouco coerente profusão de nomes elencados por Joaquim Norberto é possível perceber, logo de partida, um grande número de versejadores de talento questionável e, quando muito, de diminuta importância, mas citados pelo autor com o inquestionável afã de demonstrar a viabilidade de elaboração de uma história da literatura brasileira, cujo desenvolvimento prometia para um momento posterior, o que não chegou a realizar, além, é claro, da existência de um cânone nacional. O autor do *Bosquejo da história da poesia brasileira*, no entanto, não concluiu a prometida história da literatura brasileira, e o que dela divulgou foram apenas artigos, futuros capítulos dessa futura obra, publicados na *Revista Popular* do Rio de Janeiro, além do prospecto da obra, exposto em nota de redação do periódico. Além disso, Joaquim Norberto pretendia apresentar a sua história da literatura brasileira dividida em cinco livros ou volumes. O primeiro, cujo título seria *Introdução histórica*, teria quatro capítulos, todos publicados pela *Revista Popular*: Cap. 1 – *Introdução histórica sobre a literatura brasileira* (1859); Cap. 2 – *Nacionalidade da literatura brasileira* (1860); Cap. 3 – *Inspiração que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas, e particularmente o Brasil* (1862); Cap. 4 – *Originalidade da literatura brasileira* (1861). O segundo livro, que também possuiria quatro capítulos, seria dedicado ao “Século 1º. (1500)”, dois dos quais foram publicados por igual pela *Revista Popular*: Cap. 1 – *Tendência dos selvagens brasileiros para a poesia* (1859); Cap. 2 – *Catequese e instrução dos selvagens brasileiros pelos jesuítas* (1859). Os dois últimos capítulos do segundo livro – Cap. 3 – *Da língua portuguesa* e Cap. 4 – *Da literatura portuguesa* – permaneceram inéditos. Os outros volumes, que seriam dedicados, seqüencialmente, aos “Século 2º. (1600)”, “Século 3º. (1700)” e “Século 4º. (1800)”, não foram publicados pelo periódico.¹⁰⁵⁸

Ao adotar esta nova divisão, através de séculos e não em épocas, Norberto passa também a privilegiar os fatos da história política do país na escrita de sua história da literatura. O que temos aí é uma *teleologia da nacionalidade*, em que os fatos literários e os fatos políticos estão entrelaçados de modo a formar um *sentido*, um *dever* histórico que caminha

¹⁰⁵⁸ SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *Introdução*. In: SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*, p. 14. Ver também em SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), pp. 125-126.

rumo à independência política do país, e, portanto, à autonomia da identidade cultural. Com isso, a história da literatura de Norberto é uma marcha contínua para o nascimento da civilização brasileira, cuja teleologia não apenas se projeta para um fim específico, que é a emancipação política e cultural da metrópole, com a conseqüente afirmação da nacionalidade, como também se tensiona para além dela, a um desenvolvimento posterior, com os desdobramentos históricos da construção da própria nacionalidade. Não que este traço característico de sua prosa historiográfica não estivesse presente desde as suas *Modulações poéticas*, mas na *Introdução histórica sobre a literatura brasileira*, Norberto afirma que “na divisão das épocas que apresentei, não tive *unicamente* à vista os fatos da história política”,¹⁰⁵⁹ embora a sexta época por ele proposta contenha em seu programa a “reforma da poesia” e o “engradecimento da literatura nacional”,¹⁰⁶⁰ ou, mais especificamente, o surgimento da escola romântica no Brasil, além de ser o momento posterior à emancipação política do país.

De qualquer modo, mesmo afirmando que os fatos da história política brasileira não constituem *unicamente* a base da interpretação da história literária, não deixam de compor o alicerce de sua periodização, uma vez que reserva uma época exclusiva para o momento da independência do país, tornando-o um ponto de inflexão importante em sua história da literatura. Com este gesto, atrelando a história política à história literária do país, Norberto faz com que a emancipação política, em termos teleológicos, não apenas seja uma etapa do desenvolvimento histórico da literatura brasileira, como também um claro divisor de águas entre o passado colonial que precede este momento e o futuro que se desdobra depois, permitindo assim a instalação de uma nova era.

De qualquer forma, paralelo ao esforço de construção de um cânone nacional que permita, por seu turno, a construção de uma narrativa própria à história literária nacional, há o constante empenho de Norberto em urdir a trama de sua teleologia, que culmina com a independência do país, aos fatos da história política, de modo que fica claro que, para o autor, o valor que o cânone literário possui para a sua concepção de história é eminentemente político. Por esta razão, para Norberto, a história do cânone nacional começa muito

¹⁰⁵⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Introdução histórica sobre a literatura brasileira*. Parte II (1859). In: _____. *História da literatura brasileira e outros ensaios*, p. 52.

¹⁰⁶⁰ *Idem, ibidem*.

antes de sua própria existência enquanto tal, de modo que alerta, desde o texto introdutório de sua inconclusa obra que “não começo a história da literatura brasileira *unicamente* a datar do século décimo sétimo”, mas “remonto-me aos primeiros anos do descobrimento”,¹⁰⁶¹ sem deixar de enfatizar, mais à frente, que “os autores brasileiros começaram de aparecer no começo do século décimo sétimo”.¹⁰⁶²

Para Norberto, portanto, seria necessário buscar a origem do cânone literário brasileiro no mais remoto passado possível, antes mesmo de sua existência material e do surgimento de autores que pudessem levar o nome de *brasileiros*, de modo que a origem do fenômeno literário tivesse sua genealogia explicada pela origem do fenômeno político e social. Com essa concepção de história, a divisão por séculos adotada por Norberto em seu projeto de história da literatura brasileira torna-se explicável e coerente, uma vez que as duas realidades históricas cotejadas pelo autor, a política e a literária, estão sobrepostas, permitindo uma narrativa capaz de dar conta do rumo dos fatos políticos em paralelo com o rumo dos fatos literários, e que a história política e a história literária caminhassem juntas, em direção ao momento histórico decisivo: a independência. Com isto, estaria completa a sua *teleologia da nacionalidade*.

Por outro lado, outra consequência da divisão por séculos, bastante apreciada por Norberto, é a possibilidade de distanciamento do historiador entre a realidade literária e a política,¹⁰⁶³ uma vez que os dois fenômenos históricos poderiam ser apreciados em conjunto, em um imenso panorama, de modo que o cânone da história da literatura resultasse de uma seleção a partir de fatos históricos puros, sem qualquer interferência que não fosse o desejo de expor a sucessão de eventos ao longo de uma narrativa. Contudo, com a consciência de que “nada ainda se tem decidido acerca da divisão das épocas da nossa história política”, mas que “outro tanto se tem dado quando à história literária”,¹⁰⁶⁴ Norberto deixa de lado os critérios eminentemente estéticos e literários, mais presentes e visíveis no projeto de periodização do seu *Bosquejo*, e parte para uma divisão, como uma clara manifestação

¹⁰⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 53.

¹⁰⁶² *Idem, ibidem*, p. 54.

¹⁰⁶³ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), p. 128.

¹⁰⁶⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Introdução histórica sobre a literatura brasileira*. Parte II (1859). In: _____. *História da literatura brasileira e outros ensaios*, p. 49.

de seu imenso afã de pesquisa, em que os fatos estéticos e os fatos históricos têm pouca importância para a elaboração final de um cânone nacional. O autor do *Bosquejo* opta, deste modo, talvez frustrado com a pobreza e a baixa qualidade das manifestações literárias no Brasil durante o passado colonial e mesmo no momento em que escreve, por simplesmente inventariar todos os autores, até mesmo os mais anódinos e medíocres, que tivessem produzido ao longo do período selecionado, sem considerar em seu arrolamento a qualidade ou as diferenças legíveis em suas obras. O que leva Norberto a tomar esta decisão como historiador é o fato de que, em sua concepção de história, os fenômenos literários não estão necessariamente articulados aos fatos históricos, de modo que, para os fins exclusivos de elaboração de uma história da literatura, outros critérios, que não a qualidade, deveriam comparecer na confecção da narrativa e da trama historiográfica, pois não era, a seu ver, o momento exclusivo de privilegiar a qualidade, mas sim o ato de contar a história das atividades letradas desde o passado colonial até o advento da autonomia política em nosso território. Deste modo, a narração estaria subordinada simplesmente à memória e à ordenação cronológica, prescindindo da adoção de qualquer medida ou critério de avaliação estética. Para Norberto, a apreciação artística dos textos literários pertenceria ao âmbito da crítica literária, e não à competência do historiador, cuja função exclusiva é narrar somente os fatos, sem se preocupar elaborar juízos valorativos a partir deles:

Nessa análise, porém, demorar-me-ei mais em patentear as suas belezas do que em demonstrar os seus defeitos e tornar conhecidos os seus erros. A crítica é como um farol que se hasteia sobre os bancos e penedias das costas; é de sobre os defeitos que ela deve levantar-se mais austeramente; não é um serviço ao autor, é um exemplo para os futuros escritores; todavia não cabe à história, dedicada a assinalar os progressos ou a decadência da literatura de um povo, [...] essa missão severa [...] de [...] descer a esquadrinhar imperfeições para vir analisá-las com a importância e severidade dos gramáticos e filólogos.¹⁰⁶⁵

Com a adoção deste critério por Norberto, literatos que ele considera, enquanto crítico literário, como “pouco dignos de comparecer ante o tribunal da posteridade”, em razão da qualidade questionável ou mesmo aquém da mediocridade de seus textos, no entanto têm seu espaço assegurado no enorme panteão da história da literatura brasileira, já que, como

¹⁰⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 48.

pioneiros da vida letrada no território brasileiro suas obras são tidas como documentos dessa atividade, e, portanto, “não devem ser excluídos e ficar como que sepultados no esquecimento”.¹⁰⁶⁶ O que Norberto quer dizer, em poucas palavras, ao adotar esta postura intelectual, é que a tarefa de seleção e organização do cânone literário, segundo os seus critérios de avaliação intelectual, pertence aos críticos, e não aos historiadores, uma vez que à história cabe pesquisar e narrar, e, ao crítico, apreciar e julgar. Portanto, os fatos literários, enquanto fenômenos da vida letrada, independentemente da apreciação artística, pertencem ao *métier* do historiador, enquanto o crítico se ocuparia dos fatos estéticos, atinentes à qualidade das obras dentro do escaninho do cânone literário, que não depende da narrativa histórica para existir e ser reproduzido. A coerência e o esforço metodológicos de Norberto em seus juízos e critérios como historiador, consideráveis em um meio intelectual extremamente pobre e rarefeito, em que o sucesso e a prosperidade davam-se muitas vezes apenas pelo fato de se ter escrito algo sobre o país e as letras nacionais, notam-se especialmente quando evoca, ao enfatizar que os literatos por ele elencados são “autores das primeiras épocas”, a autoridade e o testemunho de intelectuais e homens de letras que em seu tempo eram reputados como indiscutíveis – Ferdinand Denis e Gonçalves de Magalhães –, para afirmar que, apesar de seus limitados dotes, a esses poetas do passado colonial coube “o mérito de servir como *ponto de partida* da nossa literatura”.¹⁰⁶⁷

Este procedimento de Norberto em relação aos autores do passado colonial já estava presente desde os seus primeiros textos sobre o tema, aproveitados em redações posteriores,¹⁰⁶⁸ às vezes corrigindo pequenos equívocos e remodelando trechos, mas na maior parte das vezes conservando o texto praticamente na íntegra. Assim, quando esquadrinha o cânone de nossa literatura, fica patente o interesse arqueológico do historiador em diversos momentos, em detrimento do zelo estético do crítico:

O primeiro de nossos litteratos, segundo a ordem chronologica que observamos, é Bento Teixeira Pinto, nascido nos ultimos annos do XVI seculo em Pernambuco, auctor do *Dialogo das grandezas do Brasil*; [...] de um poema intitulado *Proso-*

¹⁰⁶⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 48-49. Grifos meus.

¹⁰⁶⁸ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), pp. 129-132.

poepia, [...] e da *Relação do naufragio*, [...]. De todas as suas obras apenas podemos ver esta ultima, e o único merito que lhe damos é o ser ella producção do mais antigo litterato do Brasil [...]¹⁰⁶⁹

O que Norberto deseja demonstrar com esse expediente, com toda a clareza possível, é que o seu intuito, diferentemente de Garret, não é narrar a história da *decadência* da literatura brasileira, e sim a história de seus *progressos* rumo ao seu surgimento, singularidade e independência. Na visão de Norberto, se o Brasil como entidade política é preexistente à sua literatura, logo a literatura teria que estar condicionada, desde suas origens, à existência de uma cultura em seu vasto território, uma vez o país e seu povo já se encontravam em formação. Por esta razão, procurando fundamentar ainda mais a sua visão pessoal de história da literatura, Norberto recorre a um último depoimento, oriundo de um redator da *Revue Britannique*, para afirmar que os autores do passado colonial, enquanto precursores, “patenteavam em suas obras, embora não fossem primores, uma literatura cujo horizonte se ia dilatando todos os dias”.¹⁰⁷⁰

Nota-se em Norberto, através de seus textos, como era difícil a convivência entre várias e distintas atividades intelectuais em um mesmo homem, apesar de ser um dos traços peculiares dessa geração de homem de letras do Brasil oitocentista, sempre marcados pelo acentuado *ecletismo* de suas obras, uma vez que ocupavam muitos papéis dentro da estrutura administrativa e acadêmica do estado, devido à escassez, conforme vimos em momentos anteriores, de pessoas de talento e formação necessárias para ocupar todas as funções, cargos, prebendas e sinecuras da enorme máquina burocrática estatal. No entanto, ainda que vivendo em dificuldade com seus múltiplos interesses e atividades intelectuais, e mesmo sendo um autor pouco original em relação à própria produção, o que distingue Norberto dos demais intelectuais e literatos de seu tempo é a constante e quase obsessiva integridade com que tenta conduzir cada uma das várias atividades que exerceu, o que fica nítido em seu explícito esforço em ser coerente.

É justamente na tentativa de manter a coerência de sua produção intelectual que Norberto publica o *Mosaico poético* (1844), composto em parceria com Carlos Emílio Adet,

¹⁰⁶⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Bosquejo da historia da poesia brasileira*. In: *Op. cit.*, p. 22.

¹⁰⁷⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Introdução histórica sobre a literatura brasileira*. Parte II (1859). In: SOUSA, Roberto A. Q. de (org.). *História da literatura brasileira e outros ensaios*, p. 49.

nascido em Paris em 1818, um francês abasileirado que transferiu para o Brasil aos nove anos de idade, cursando aqui o curso de Humanidades, depois concluindo-o em sua pátria de nascimento. Retornou ao Brasil em 1839, dedicando-se às letras, ao jornalismo e ao magistério, e, entre os anos de 1840 e 1844, trabalhando como revisor do *Jornal do Comércio* e atuando com professor de Geografia, História, Língua Francesa e Língua Grega. Em 1845, retorna a Paris, onde permanece até 1851, atuando como correspondente científico, político e literário do *Correio Mercantil* e da *Gazeta Oficial*, além de ter escrito artigos para a *Revista Independente*, *Revista dos Dois Mundos*, o *Artista* e a *Enciclopédia do Século XIX*, além de outras publicações. Em 1851, retorna ao Brasil para assumir a redação do *Jornal do Comércio*, do qual foi o administrador-gerente até 1860, ano em que se torna brasileiro naturalizado e redator-chefe do periódico, até então o mais poderoso e influente do império. Obteve grande prestígio e reconhecimento na sociedade brasileira, tendo sido elevado, através de decreto imperial, a Oficial da Imperial Ordem da Rosa, além de ser membro do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* e do *Conservatório Dramático* do Rio de Janeiro. No ano de 1867 viaja novamente a Paris, a fim de tratar da educação dos filhos, onde adoece gravemente e vem a falecer.

O *Mosaico poético* tem como subtítulo *poesias antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*, com o claro objetivo de realizar uma antologia de autores e textos do nascente cânone nacional. O livro, publicado no Rio de Janeiro e impresso pela Tipografia de Berthe e Haring, através de uma associação, possui, além da antologia e da *Introdução sobre a literatura nacional*, um prefácio assinado pelos seus dois autores, datado de 15 de maio de 1844, cuja proposta fundamental é agrupar ‘tantas e tantas produções que, disseminadas e desamparadas à poeira dos anos, aí jazem como que condenadas ao olvido’, que uma vez “reunidas, [...] formarão o corpo de toda uma literatura”.¹⁰⁷¹

Complemento necessário ao seu projeto de história da literatura brasileira, a delimitação de seu *corpus* ou cânone é o passo fundamental na direção da apreciação e avaliação

¹⁰⁷¹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa; ADET, Émile. *Mosaico poético, poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, p. 192.

artística, no sentido de julgar quais os autores e obras que deveriam “comparecer ante o tribunal da posteridade”, mas que antes precisam ser pesquisados e elencados por meio do instrumento das coletâneas. De qualquer modo, Norberto tem em mente que a fixação de um cânone nacional só é possível se não se perder de vista que, além de aumentar o tamanho do público consumidor de literatura e lapidar o seu gosto, é necessário reafirmar constantemente o gesto genealógico de sua fundação, ou seja, a tendência romântica de prospecção do passado em busca de uma origem. É neste sentido que, seguindo os passos e as orientações de Garret e especialmente de Denis, sobretudo no que toca à investigação das origens da cultura dos indígenas americanos, que Norberto, citando Vico e Herder, propõe o reencontro da cultura brasileira com o seu passado ameríndio, a fim de compor novas mitologias para o seu cânone:

Hão todos os modernos povos reconhecido a necessidade de remontar à sua origem, aos primeiros dias de sua infância, essa expressão primitiva de suas paixões e de seus sentir, para melhor explicarem o presente; é o sistema de Vico e de Herder, é a filosofia da história, pois que o pensamento humano é uma como cadeia infinita, [...], e cujo derradeiro [elo] remonta à sua origem, como símbolo da eternidade; cadeia que encerra em toda a sua extensão as fases da humanidade.

[...]

Pertence agora ao Brasil o ajuntar e coligir todas estas poesias, ora brilhantes, ora suaves, ora satíricas, ora donosas, ressumbrando de amor, que aí passaram, que aí passam desconhecidas e inapercebidas, e que por fim acabam por cair no remoinhar do tempo, em cujo vórtice desaparecem, como o outro entre as mãos desses filhos de Tamandaré, esses mimosos de Tupã, que não conheciam o valor das riquezas que desdenhavam de possuir.¹⁰⁷²

Entretanto, o título do livro de Adet e Norberto já traz indicações de seu caráter e da organização interna dos autores antologados. Não há qualquer arranjo metódico na seleção e apresentação dos poemas compilados, de modo que as composições dos autores escolhidos para constar na antologia estão dispostas de um modo casual e aleatório, produzindo realmente a impressão de um *mosaico poético*, uma vez que não há nenhum critério temático, cronológico, alfabético, político, e menos ainda pela relevância do autor. Os próprios autores apontam desde o *Prefácio* esta característica bastante evidente e acentuada ao longo da coletânea:

¹⁰⁷² *Idem, ibidem*, pp. 192-193. Grifos meus.

Tencionávamos a princípio fazer uma publicação com o título de *Biblioteca Brasileira*; não lhe podíamos porém dar a mesma variedade que ao *Mosaico poético*, que não traz seguidas todas as produções dos autores, posto que sempre completas havendo no fim do livro um índice para classificá-las.¹⁰⁷³

A despeito disso, o cânone literário apresentado pela antologia de Adet e Norberto constitui mais um esforço dos historiadores e literatos brasileiros na direção de sua fixação e estabelecimento. O empenho arqueológico dos autores em resgatar textos do passado, sobretudo do período colonial, em paralelo com os contemporâneos, é um sintoma de que o avanço das letras brasileiras não seria alcançado sem um repertório mínimo de obras, capazes de sustentar uma história da literatura independente, e, portanto, um cânone respeitável, que prescindisse de qualquer critério que não o puramente estético. O ensaio que precede a antologia, intitulado *Introdução sobre a literatura nacional*, uma readaptação do *Bosquejo* às necessidades do *Mosaico poético*, apesar de seu caráter ufanista, aponta para o núcleo canônico formado desde Bento Teixeira, Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira, *Academia Brasília dos Esquecidos*, Antonio José, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Sousa Caldas, S. Carlos, José Bonifácio de Andrada e Silva e Gonçalves de Magalhães. Ao lado destes autores, cujas obras têm maior consistência e prestígio literário, Adet e Norberto concorrem com uma verdadeira multidão de poetas medíocres e até mesmo irrelevantes, a não ser como documentos da história das letras brasileiras, que é, ao final, a pretensão dos críticos e professores cariocas do *Mosaico*. Contudo, em meio a tantos nomes de literatos anódinos e hoje esquecidos, o trabalho de seleção prossegue, à espera de autores dignos de comparecer no *panteão da história*, ou, nos termos de Norberto, da *posteridade*.

De qualquer modo, é impossível não relacionar o esforço de seleção e compilação desses primeiros antologiadore da literatura brasileira com o programa estabelecido por outros críticos, sobretudo por Santiago Nunes Ribeiro, ao fim de seu ensaio sobre a nacionalidade das letras pátrias, indicando a ordem cronológica que deveria reger não apenas a

¹⁰⁷³ *Idem, ibidem*, p. 194.

historiografia literária do país, mas a *teleologia* de seu cânone, cuja orientação daria-se pelo critério estético das obras, e não pela *história política*:

Resta-nos fixar e caracterizar as épocas da poesia nacional, porque nos parece que *nas divisões propostas não se atendeu às evoluções íntimas da literatura, nem ao princípio que as determinava, mas tão-somente aos fastos e épocas da história política*. Nós entendemos dever dividir a história literária do Brasil em três períodos. O primeiro abrange os tempos decorridos desde o descobrimento do Brasil até o meado do século XVII. – Cláudio Manoel da Costa faz a transição desta época para o segundo que termina em 1830. – Os Padres Caldas e S. Carlos, bem como o Sr. José Bonifácio, formam a transição para este terceiro em que nos achamos.

A primeira época pode ser representada por Manoel Botelho de Oliveira; nele reina o pensamento da literatura espanhola da decadência.

A segunda dificilmente pode achar representante, mas julgamos que Silva Alvarenga é o mais próprio, é o que mais idéias mostra filhas da influência dominante. Esta época é regida pelo espírito das literaturas do século de Luís XIV, e de Voltaire.

Terceira época. O seu representante legítimo e natural é o Sr. Dr. Magalhães.¹⁰⁷⁴

Outro antologizador de extenso fôlego foi João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), autor do *Parnaso Brasileiro, ou selecção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brazil precedida de uma introdução historica e biographica sobre a litteratura brasileira*, cujo primeiro volume é publicado em 1843, como quarto tomo da *Biblioteca dos Poetas Clássicos da Língua Portuguesa*, série de antologias dos editores da Tipografia Universal Laemmert, os irmãos Eduardo e Henrique. O primeiro volume do *Parnaso* de Pereira da Silva é dedicado à poesia dos séculos 16, 17 e 18, enquanto o segundo volume, publicado em 1848, ocupa-se inteiramente do século 19. Natural de Iguacu, no Rio de Janeiro, estudou Direito em Paris, em 1834, formando-se em 1838. Foi nesse período que conheceu Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales de Torres Homem, juntos formando o grupo editor da *Niterói*.

No Brasil, além de sua atividade como literato, atuou como advogado e político, elege-se deputado pela província do Rio de Janeiro, depois tornando-se dela presidente e, finalmente, senador. Ocupou diversos cargos públicos, como fiscal do Banco do Brasil, consultor do Ministério do Império e advogado do Conselho de Estado. Teve intensa atua-

¹⁰⁷⁴ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*, p. 73. Grifos meus.

ção e colaboração na imprensa, tendo sido redator do *Jornal do Comércio*, *Jornal dos Debates* e da *Revista Popular*, todos órgãos incentivadores das letras nacionais. Como intelectual, exerceu seus pendores nas belas-letas e na historiografia, sendo eleito sócio do *Instituto Histórico e Geográfico de Paris*. Sua longa e produtiva vida permitiu-lhe ser um dos fundadores da *Academia Brasileira de Letras*, em 20 de julho de 1897, falecendo no ano seguinte, no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1898.

Além de ter redigido o ensaio *Estudos sobre a literatura* (1836) no segundo número da *Niterói*, escreveu os romances históricos *O aniversário de D. Miguel em 1828 e Região, amor e pátria*, ambos de 1839, e *Jerônimo Corte Real*, crônica portuguesa do século 16, em 1840. Foi colaborador na tradução da tragédia *D. Rui Cid de Bivar*, de Corneille, publicada em 1843. Após a publicação dos dois volumes do seu *Parnaso Brasileiro*, ocupou-se especialmente da história biográfica, publicando em 1847 o *Plutarco Brasileiro*, uma coleção de biografias de brasileiros ilustres antigos e modernos, em dois volumes. A segunda edição do livro, igualmente em dois tomos, editada em 1858 em Paris, recebeu o título de *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. Produziu intensamente até o fim de sua vida, deixando-nos ainda *Variedades literárias* (1862), em dois volumes, *História da fundação do Império brasileiro* (1864-1868), em sete volumes, *Manuel Moraes* (1866), crônica do século XVII, *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil* (1871), *História do Brasil – 1831-1840* (1879), *Nacionalidade, língua e literatura de Portugal e Brasil* (1884), *Memórias de meu tempo* (1895-1896), em dois volumes. Como vemos, Pereira da Silva teve a oportunidade única de acompanhar quase toda a história do século 19, desde o alvorecer da cultura e da identidade nacionais, até o canto do cisne e o cair do pano de uma época. Sua atuação como literato traduz o empenho de uma geração inteira na fundação de uma literatura e um cânone de expressão genuinamente nacional. Cotejemo-la.

O primeiro volume do *Parnaso* de Pereira da Silva é aberto com uma breve nota aos leitores, com o título *A quem ler*, datada de 1.º de junho de 1843. Nesta apresentação da coletânea, na qual Pereira da Silva apresenta-se cognominado como *Os Editores*,¹⁰⁷⁵ o an-

¹⁰⁷⁵ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), p. 103.

tologizador explica as razões de sua iniciativa, sobretudo do fato dela possuir o mesmo título do empreendimento do cômego Januário da Cunha Barbosa:

Existe um antigo Parnaso Brasileiro, devido à penna elegante do Sr. Conego Januario da Cunha Barbosa. Além da dificuldade, que hoje se encontra, de obter um exemplar, cumpre dizer que esse Parnaso não foi completo, e os oito cadernos, que se publicaram, mereceriam grande reforma.¹⁰⁷⁶

A despeito dessa advertência, a proposta inicial da coletânea publicada por Pereira da Silva, que é emendar a de Cunha Barbosa, o qual por sua vez prometeu reparos, em sua época, à de Garret, não é simplesmente realizar uma *coleção* de produções poéticas em letra impressa, mas de elaborar uma *história* da literatura brasileira, objetivo para o qual o subtítulo já aponta, desde o início da obra. Além disso, a coletânea está orientada por um explícito critério cronológico, já que pretende ser a reunião dos *melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil*, o que é um sinal de que as escolhas e as seleções de Pereira da Silva não recaíram somente nos autores cujas composições já apresentavam o traço distintivo da nacionalidade, uma vez que pretende oferecer uma visada panorâmica sobre toda a produção das belas-letas locais.

É evidente que o objetivo de Pereira da Silva é fixar o *corpus* do cânone literário brasileiro, só que sob uma perspectiva diversa de Cunha Barbosa. Contudo, as distinções entre o projeto de ambos os antologizadores não cessam somente neste aspecto. O título do *Parnaso* de Pereira da Silva traz uma rede espessa de critérios, uma vez que a coletânea não é apenas uma *coleção* à semelhança do *Parnaso* de Barbosa, mas uma *seleção* de poemas dos *melhores poetas brasileiros*, gesto semântico que traduz perfeitamente o espírito que norteia o projeto do crítico e historiador fluminense, cuja pretensão é realizar, tomando a literalidade do enunciado como verdadeira, uma dupla *seleção*: a) o novo *Parnaso* é o resultado da escolha entre os *melhores poetas brasileiros*; b) entre os *melhores poetas brasileiros*,

¹⁰⁷⁶ SILVA, João Manuel Pereira da. *A quem ler*. In: _____ (org.). *Parnaso Brasileiro ou selecção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedida de uma introdução histórica e biographica sobre a litteratura brasileira*. Tomo I. Bibliotheca dos Poetas Classicos da Língua Portuguesa. T. IV. Rio de Janeiro: Typographia Univesal de Laemmert, 1843, p. V.

selecionou-se o que havia de melhor em sua produção poética. É, portanto, um cânone feito sob o ângulo da *qualidade*.¹⁰⁷⁷

Um sintoma muito patente do critério de *qualidade* utilizado por Pereira da Silva é a *quantidade* de composições selecionadas de cada autor, na maior parte das vezes apenas dois, três, quatro ou seis, mais ou menos, de extensão variável, com exceção dada aos poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, respectivamente com 21 e 15 poemas cada um, no primeiro volume do *Parnaso*, o que é bastante indicativo do gosto e das preferências pessoais do organizador da coletânea. É um procedimento bem diferente do adotado pelo autor do primeiro *Parnaso Brasileiro*, Cunha Barbosa, que procurava enfeixar o maior número possível de composições, sobretudo dos autores do período colonial, como Basílio da Gama e os dois Alvarengas.

Outro aspecto do *Parnaso* de Pereira da Silva é o tratamento histórico que dá à sua seleção. Com efeito, o antologizador fluminense confere à narrativa histórica a primazia sobre os outros dois elementos de sua coletânea, o biográfico e o literário, estabelecendo uma hierarquização e uma subordinação entre os três campos, nesta ordem de importância. A abordagem histórica é seguida pela biográfica e somente depois pela literária, de modo que aí temos três esferas do trabalho intelectual oitocentista em relação à história da literatura: obra, autor e tempo. Ou, mais exatamente ainda, uma divisão em três gêneros de escrita bem distintos: literatura, biografia, história.

Como vemos, em uma única obra Pereira da Silva inscreveu a sua atividade intelectual como literato em três etapas distintas de elaboração de uma história da literatura nacional, que abrangem, conforme já vimos anteriormente, os seguintes passos: a) estabelecimento de um “panorama geral, [...], visando a traçar rapidamente o passado literário”, através da “antologia dos poucos textos disponíveis”,¹⁰⁷⁸ compreendendo o momento dos “bosquejos”, “florilégios” e “parnasos”; b) análise pormenorizada de cada autor elencado no panorama geral da literatura, através das coletâneas e antologias e de um maior “incremento de interesse pelos textos, que se desejam mais completos”,¹⁰⁷⁹ abrangendo o período das “biografias literárias, reunidas em ‘galerias’, em ‘panteões’”, a fim de compor o painel

¹⁰⁷⁷ SENNA, Janaína Guimarães de. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁰⁷⁸ CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, vol. II, p. 311.

¹⁰⁷⁹ *Idem, ibidem.*

dos homens e mulheres célebres da pátria. É a época das “edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica”,¹⁰⁸⁰ na qual o *Parnaso* de Pereira da Silva também se inscreve. O terceiro passo, c) inclui “a tentativa de elaborar a história, o livro documentado, construído sobre os elementos citados”,¹⁰⁸¹ ou seja, a fixação do cânone:

Na intenção de fazermos *um serviço ao paiz*, imprimindo uma *escolhida collecção dos melhores escriptos de seus poetas*, [...] [...] escreve[mos] uma introdução sobre a historia da litteratura Brasileira, comprehendendo as biographias de todos os mais abalisados escriptores nacionaes.

Por este modo torna-se a obra, sobre agradável e interessante, muito util a todos os Brasileiros, que com sua leitura adquirirão gosto e instrução, *equivalendo ella a um curso de litteratura, e selecção de modelos de boa e sã poesia*.¹⁰⁸²

Com o propósito, portanto, de escrever uma história literária nacional como preâmbulo ao seu cânone de autores e obras, ao longo das páginas da coletânea, Pereira da Silva inicia a *Introdução* afirmando que “é novo e muito novo o paiz”,¹⁰⁸³ como uma espécie de justificativa preliminar para a possibilidade de um *corpus* literário exíguo, dada a juventude da nação. Após esse cuidado prévio, cujas conseqüências analisaremos mais adiante, o crítico fluminense parte para o ataque de uma tese muito prezada pela geração de literatos a qual pertence: o culto do índio. Com efeito, mesmo em pleno período de afirmação do indianismo como tema literário, sobretudo com a obra de Gonçalves Dias, por sinal um dos antologados e justamente com o poema indianista *O canto do piaga* e o lírico-amoroso *A minha musa*, Pereira da Silva procura demonstrar a inviabilidade da tese de se adotar o indígena e sua cultura como patrimônio literário do país, uma vez que não os considera incluídos na *marcha civilizatória* da nação:

Questiona-se hoje sobre a litteratura, que poderiam possuir esses povos, e a civilização à que teriam atingido. *Sonho nos parece semelhante pleito*. Compostos de

¹⁰⁸⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁸¹ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁸² SILVA, João Manuel Pereira da. *A quem ler*. In: _____ (org.). *Parnaso Brasileiro ou selecção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedida de uma introdução histórica e biographica sobre a litteratura brasileira*, 1843, pp. V-VI. Grifos meus.

¹⁰⁸³ *Idem, ibidem*, p. 7.

muitas e diversas tribus, [...], *nenhuma civilização possuíam, nenhuma litteratura poderia ter*. Passageiros e nomades, [...] que ideias litterarias poderiam ter semelhantes povos? [...]

[...] reunidos [...], alguns sabiam tanger seus instrumentos selvagens, [...] compassando sons para acompanhar a agreste melodia [...], um *rhythmo* qualquer, uma cadencia harmoniosa das palavras, que exprimissem o sentimento e a paixão; eis a que poderíamos reduzir toda a civilização, e litteratura dos originários habitantes do Brazil.¹⁰⁸⁴

Obediente ao fio cronológico que conduz a narrativa da *Introdução*, Pereira da Silva divide-a em três partes bastante irregulares quanto ao tamanho e desenvolvimento. Adotando o século do descobrimento como ponto de partida, o crítico fluminense só começa efetivamente a dissertar sobre a literatura brasileira a partir do século 17, estabelecendo a segunda fase de seu desenvolvimento histórico durante o século 18, a qual ocupa a maior quantidade de páginas do ensaio. Este dado é muito ilustrativo do esforço de Pereira da Silva em delimitar as origens históricas da literatura brasileira, em quais momentos a figura do literato brasileiro começou de fato a existir e quais as produções literárias que caracterizam o *gênio brasileiro* e sua cultura. Com relação ao século 16, o autor não dedica qualquer atenção especial e pormenorizada, limitando-se a realizar o panegírico dos jesuítas como os primeiros educadores do país e, por outro lado, empenhando-se em demonstrar a inexistência de uma civilização adiantada em nosso território, o que impossibilitava o surgimento de uma literatura entre nós:

O seculo 16.º decorreo e findou, por entre a lucta dos Portuguezes com os Selvagens, e a cathequização d'estes [...].

A poesia, [...] que existe entre os povos civilizados [...], foi o primeiro ramo da litteratura, que cultivaram os povos do Brazil. Sua civilização não se estendia a muito [...]; apenas algumas escolas de *grammatica* existiam; apenas alguns Padres ensinavam os primeiros rudimentos das sciencias; e durante o seculo 16.º, apenas de algum Brasileiro, [...] se contam versos e poesias, pela mór parte latinas, que constituem toda a litteratura brasileira do seculo 16.º, e que se perderam quase todas pelas livrarias dos conventos dos religiosos, poucas e muito poucas tendo chegado até nossos dias.¹⁰⁸⁵

É claro que Pereira da Silva, como um dos literatos fundadores da *Niterói* e um legítimo representante da primeira geração romântica brasileira, não poderia deixar de comen-

¹⁰⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp. 8-9. Grifos meus.

¹⁰⁸⁵ *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

tar que os poetas do longo período analisado em sua *Introdução* eram insensíveis à exuberante beleza do ambiente natural dos trópicos e, além do mais, pecavam em excesso pela escassez ou falta de originalidade de suas composições poéticas:

... em vez de desprenderem suas vozes livres como a aragem folgasona do vento, em vez de largarem os vãos á sua imaginação inspirada, como as cadeias do prisioneiro, em vez de com o pensamento percorrerem esse mundo novo, todo de ilusões e grandezas, todo de imagens e fantasias, esse mundo, que o céu puro, como a pura virgem, abria aos olhos do filho do paiz, os poetas de então como os do seculos 17.º e 18.º, *eram meros copistas e imitadores dos vates Luzitanos*, e celebravam antes os amores cavalherescos dos galhardos Portuguezes, seus combates, e suas lidas de guerra, *do que as bellezas naturais do Brazil*, com sua grandezza e magestade, com suas flechas e seus cocáes.¹⁰⁸⁶

Contudo, mesmo repetindo o coro sobre as *belezas naturais* e a *imitação*, Pereira da Silva adota a visão, que posteriormente à sua obra tornar-se-á mais ou menos consensual, de que “o seculo 17.º é [...] verdadeiramente aquelle, que abre a historia da litteratura Brasileira, que começa as paginas dos thesouros litterarios de seus filhos”.¹⁰⁸⁷ É a partir deste momento que Pereira da Silva abre a segunda época de sua história literária e começa a elencar os poetas selecionados para tomar parte em seu cânone. Após algumas considerações e afirmar que “começou bem a Litteratura Brasileira”,¹⁰⁸⁸ a listagem canônica de Pereira da Silva é aberta com Bento Teixeira Pinto, considerado pelo antologador fluminense como “o primeiro [poeta] em antiquidade”¹⁰⁸⁹ do Brasil. Aliás, o antologador comete um “erro” comum entre os historiadores da literatura de seu tempo, que adicionam um terceiro nome a Bento Teixeira, que não possuía, além de obras que nunca compôs. O autor da *Prosopopéia*, segundo convencionou-se em nossa história literária, chamava-se apenas Bento Teixeira e, ao que consta, escreveu somente este poemeto épico. O mesmo erro se repete em Joaquim Norberto e, conforme veremos, também em Varnhagen em seu *Florilégio da poesia brasileira*. A origem desse “erro” talvez encontre-se na fonte comum, utilizada por todos estes pesquisadores – a *Bibliotheca Lusitana* (1741-1758), de Diogo Barbosa Machado:

¹⁰⁸⁶ *Idem, ibidem*, pp. 18-19.

¹⁰⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 20.

¹⁰⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 21.

¹⁰⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 26.

BENTO TEIXEIRA PINTO – Natural de Pernambuco igualmente perito na Poética que na Historia de que são argumentos as seguintes obras.

Prosopopeya dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho Capitão, e Governador de Pernambuco nova Lusitania. Lisboa por Antonio Alvares 1601. 4. São Outavas juntamente com a *Relação do Naufragio que fez o mesmo Jorge Coelho vindo de Pernambuco em a Nào Santo Antonio em o anno de 1565.* Sahio 2. vez impressa na *Histor. Tragico-Marit.* Tom. 2. Desde pag. 1. até 59.

Dialogo das grandezas do Brasil em que são interlocutores Brandonio, e Alviano. M. S. Consta de 106. folhas. Trata de muitas curiosidades pertencentes à Corografia, e historia natural daquellas Capitánias. Conserva-se na Livraria do Conde de Vimieiro. Desta obra, e do Author faz memoria o moderno addicionador da *Bib. Geog.* de Antonio de Leão Tom. 3. Tit. unic. col. 1714.¹⁰⁹⁰

Apesar disso, a lista de Pereira da Silva para o século 17 prossegue, perfazendo oito nomes no total, dos quais se destacam Manoel Botelho de Oliveira e, sobretudo, Gregório de Matos. Com relação aos dados biográficos de cada autor, as informações de Pereira da Silva são relativamente exíguas: apenas a data e o local de nascimento, além de mencionar as obras de alguns deles. O poeta de maior interesse da época, Gregório de Matos, é o único para o qual o antologizador fluminense dedica uma atenção especial, comentando detalhes pessoais e prováveis de sua biografia, bem como fatos efetivamente acontecidos, como o seu exílio no continente africano. Chega mesmo a realizar alguma apreciação crítica de seus versos, cheios de “malignidade, [...], causticidade e [...] sarcasmo”, todavia “muito agradáveis á leitura”.¹⁰⁹¹

O desenvolvimento da *Introdução do Parnaso* de Pereira da Silva não reserva novidades quanto à abordagem do organizador da coletânea. Com relação ao século 18, o antologizador espancará a mesma nota de seus contemporâneos, mais uma vez respaldado por Garret e Denis, estudiosos europeus reputados como autoridades indiscutíveis de história literária e profundos conhecedores da nacionalidade da literatura colonial brasileira. Dessa forma, Pereira da Silva repete as velhas *queixas amargas* em relação à originalidade e des-

¹⁰⁹⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica.* Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Anno MDCCXXXI (1741), p. 512.

¹⁰⁹¹ SILVA, João Manuel Pereira da. *A quem ler.* In: _____ (org.). *Parnaso Brasileiro ou selecção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedida de uma introdução histórica e biographica sobre a litteratura brasileira,* 1843, p. 28.

crição da natureza dos trópicos, sobretudo em relação aos árcades, sempre com o mesmo tom de pesar típico da crítica literária do período:

A Litteratura Brasileira do seculo 18.º, [...], nada tem de nacional, sinão o nome de seus escriptores, e o acaso de haverem no Brasil nascido. [...], havendo o Brazil produzido tantos e tão grandes gênios, a todos ou a quais todos se possa impu- tar o defeito de imitarem muito os escriptores europeus, e de se não entregarem ao vôo livre de sua romanesca imaginação. *Este defeito se tornou, no seculo 18.º, tão saliente, que os Srs. Garrett e Ferdinand Denis, nos seus esboços de litteratura, imediatamente o reconheceram, e fortemente o censuraram.*

[...]

E como olvidaram nossos poetas e escriptores do seculo 18.º as côres e bellezas de sua patria, para decantarem côres e bellezas alheias? Como não exprimiam elles essa ideia então ainda em embryão, e que começava a comprehender o povo do Brasil, como a de sua regeneração politica, de sua futura nacionalidade?¹⁰⁹²

No entanto, talvez incorporando alguns elementos da reflexão mais avançada sobre a questão da nacionalidade de nossos literatos do passado, Pereira da Silva reconhece nos poetas do século 18 algumas das primeiras manifestações de apreço das belas-letas locais pela sua pátria de nascimento, embora esta possibilidade interpretativa esteja presente na obra de Garret e Denis. O que o crítico fluminense faz é sugerir o seu desenvolvimento, aproximando mais estes poetas do cânone literário nacional:

Si por um lado porém temos queixas amargas contra Claudio, Gonzaga, Antonio José, e a maioria dos escriptores Brasileiros, [...] mesclando tudo com imagens da mythologia grega, e vestimentas da Arcadia, [...] por outro lado tambem cumpre advertir que lá lhes escapam ás vezes dos lábios cânticos nacionaes [...]: é a reminiscencia do solo natal [...].

[...]

A Litteratura Brasileira do seculo 18.º foi sim uma copia, e imitação da portugueza, que já era uma copia e imitação da franceza; reconhece-se porém, através de seu prisma, a sua nacionalidade, a sua origem nova [...].¹⁰⁹³

E neste ponto se encerra todo o arsenal de novidades do crítico fluminense quanto à apreciação estética dos poetas coloniais. No desenvolvimento posterior de sua *Introdução*, prossegue elencando o cânone selecionado de autores brasileiros, com acentuada ênfase biográfica, mas realizar fornecer muitos detalhes, além do local, data de nascimento e bre-

¹⁰⁹² *Idem, ibidem*, pp. 31 e 33.

¹⁰⁹³ *Idem, ibidem*, pp. 33-34.

ves informações sobre formação intelectual de cada autor. Dedicava uma especial atenção aos árcades mineiros, que reputa como muito bons, chamando atenção para Tomás Antônio Gonzaga, que considera “um dos maiores poetas *brazileiros*”,¹⁰⁹⁴ cujo *renome e glória* aumentam cada vez mais com o decorrer dos anos.

Contudo, Pereira da Silva demonstra estar bastante consciente de que um conjunto expressivo dos autores selecionados entre os *melhores* poetas brasileiros não deveria talvez tomar parte entre os literatos de maior vulto e importância para a fixação de um cânone nacional, de modo que, ao se deter na análise dos árcades mineiros, adverte que “deixa [...] de parte muitos outros nomes de escriptores brasileiros, que occupam na *historia da litteratura* de seu paiz logar *secundario*”.¹⁰⁹⁵ Trata-se de uma justificativa preliminar à apresentação das biografias e obras de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, este último considerado “de todos o mais nacional”,¹⁰⁹⁶ justamente os últimos autores citados por Pereira da Silva antes do fechamento de sua *Introdução histórica e biográfica sobre a poesia brasileira*. Ou seja, a constatação de que o *corpus* do cânone ainda era exíguo e que o ato de julgar os autores do passado colonial como meros *imitadores* e pouco nacionais não era uma verdade absoluta emerge em vários momentos da narrativa, embora o objetivo da coletânea seja induzir no leitor a opinião e a crença de que, apesar de ser “novo e muito novo o paiz”, a sua “*historia litteraria*” já possui um patrimônio de autores e obras capaz de rivalizar com as *nações civilizadas*.

Entretanto, a narrativa de Pereira da Silva, que ele mesmo considera um “esboço ligeiro, escripto á carreira”, e que, a despeito de suas pretensões iniciais como ensaio de uma história da literatura brasileira, revela-se “*propri[a] sómente de uma introducção*”,¹⁰⁹⁷ não realiza a sistematização proposta desde o título de seu *Parnaso*. Apesar de uma *seleção* mais adequada e organizada dos poemas de sua coletânea que a do *Parnaso* de Januário da Cunha Barbosa, em razão da adoção de uma menor quantidade de poemas e ter dado preferência à *qualidade*, além de ter abraçado o critério cronológico como fio condutor de sua *Introdução*, Pereira da Silva não consegue, todavia, cumprir com a anunciada abordagem

¹⁰⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 43.

¹⁰⁹⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 44. Grifos meus.

biográfica dos autores selecionados. Com efeito, as exíguas notícias e magros subsídios biográficos fornecidos pelo crítico fluminense não compõem, a rigor, um conjunto de biografias digno de consulta e referência, e o próprio autor, ao fim da seção dedicada ao século 17, o constata, ao perceber que, neste aspecto, não poderia desenvolver mais do que aquilo que havia alcançado:

*Si não fora uma introducção a uma collecção de Poetas Brasileiros, que nos incumbimos de escrever, seríamos mais extensos, e entraríamos em muitos outros pormenores acerca das vidas e dos merecimentos dos auctores, que mencionamos. Releva porém coadunar o nosso trabalho com o que tem de o seguir, e por isso abstemo-nos de extensão e contentamo-nos com estas simples noções, [...] deixando o exame minucioso d[os] thesouros litterarios [...].*¹⁰⁹⁸

A consciência de que a abordagem biográfica de cada autor, conforme anunciado, não poderia ser realizada a contento em uma simples introdução de uma antologia de poemas levou Pereira da Silva a compor uma obra específica para este fim. Trata-se do *Plutarco brasileiro* (1847-1848), uma coletânea de homens ilustres do país, posteriormente refundida com o título de *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais* (1858), a fim de atender as diversas críticas das quais foi objeto:

No anno de 1847 publicámos no Rio de Janeiro o Plutarco Brasileiro. O acolhimento que teve do publico, e o facto de haver-se esgotado quase inteiramente a primeira edição, da qual entretanto se extrahira grande copia de exemplares, moveram-me a dar á luz uma segunda edição correcta e muito mais augmentada. Para melhor levar a effeito semelhante designio *attendemos ás analyses e criticas judiciosas, que tiveram a bondade de dirigir-nos varios distinctos escriptores. Não passava de ensaio aquella obra, e carecia realmente de desenvolvimentos mais amplos, de mais profundos estudos, e de mais acuradas pesquisas sobre a historia e a litteratura do nosso paiz.*

Entregamo-nos com toda a dedicação a este trabalho. Tomou porém proporções tão vastas, e recebeu melhoramentos tão consideraveis, que pode-se dizer que adquirio physionomia de novidade. *Julgámos assim conveniente preferir áquelle primeiro titulo outro mais regular e adaptado, e que mais propriamente o caracterisásse.*¹⁰⁹⁹

¹⁰⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 28-29. Grifos meus.

¹⁰⁹⁹ SILVA, João Manuel Pereira da. *Prefacio*. In: _____. *Varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. Tomo Primeiro. Pariz: Imprensa de Henrique Plon, 1858, p. 7. Grifos meus.

O que motivou em Pereira da Silva o afã de realizar a ampliação do projeto inicial do *Plutarco brasileiro* foi, com efeito, o desejo de corrigir e completar as ausências e defeitos cometidos naquela obra, sobretudo os mencionados nas apreciações críticas que recebeu de eminentes literatos e intelectuais de sua época, as quais incluiu em sua segunda versão de sua coletânea de biografias, *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. O espírito geral dessa antologia, no entanto, pode ser colhido em sua discreta epígrafe, no verso de uma das páginas iniciais, na realidade uma breve citação do filósofo eclético Victor Cousin que, conforme vimos, é o mais influente desse período entre os intelectuais e literatos brasileiros. A partir deste pequeno indício, é possível perceber o caráter pedagógico do projeto literário de Pereira da Silva, uma vez que as biografias dos homens ilustres da pátria, mais que uma coleção de vultos do passado, são também instrumentos da ação moralizadora e civilizatória dos homens de letras do século 19, no afã e no intuito de oferecer exemplos de retidão e virtude a ser seguidos e de formar cidadãos orgulhosos do passado da nação: “L’histoire n’a point de partie plus agréable et plus instructive que la vie particulière des grands et vertueux personnages qui ont fait figure distinguée sur le théâtre du monde”.

1100

Acompanhemos, no entanto, o teor das críticas emitidas sobre a primeira versão da coletânea de biografias de Pereira da Silva, que o biógrafo fluminense incluiu no prefácio de *Os varões ilustres do Brasil* sob a forma de fragmentos, com o título de *Extractos de algumas analyses que se fizeram ao Plutarco Brasileiro*. De partida, o que há de comum entre estes *extractos* é a necessidade apontada pelos críticos de revisão e ampliação do projeto original do *Plutarco* de Pereira da Silva, embora a maioria recomende a adoção de *ordem cronológica* na seqüência das biografias, recomendação expressamente feita por três dos cinco literatos constantes na lista de citações: Justiniano José da Rocha, Ferdinand Denis e Rodrigo Pontes. A nota mais dissonante fica por conta de F. Octaviano, que critica no *Plutarco* de Pereira da Silva o caráter extremamente romanceado e literário da obra: “si alguma cousa ha á extranhar n’elle, é talvez o *excessivo* colorido do estylo: sua animação e

¹¹⁰⁰ A epígrafe de Victor Cousin encontra-se no verso da primeira folha de rosto, acima da ficha técnica da publicação em Paris, sem numeração e sem qualquer indicação da obra da qual foi retirada.

vivacidade passa muitas vezes á ser poesia apaixonada”.¹¹⁰¹ Outro ponto dissonante fica por conta de Justiniano José da Rocha, que recomenda “menos espirito de nacionalismo nas comparações dos nossos poetas com os poetas estrangeiros”,¹¹⁰² o que é surpreendente em um literato brasileiro em pleno momento de afirmação e nacionalização das letras pátrias. A despeito disso, Pereira da Silva demonstrou-se receptivo às críticas, tanto que as adota:

Conservámos a formula biographica por que havia merecido geral approvação; seguimos porém nas biographias a ordem chronologica, que harmonisáva melhor com o desenvolvimento que n’elas admittimos, e que nos parece dar-lhes um verdadeiro realce.¹¹⁰³

Apesar destas restrições iniciais ao projeto de Pereira da Silva em coligir as biografias dos homens ilustres do passado da nação ainda muito jovem, que se faça justiça, a segunda versão do *Plutarco Brasileiro*, intitulada *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, é uma obra que, a despeito de seu caráter ufanista e literário, fez o levantamento mais ambicioso e melhor realizado até então do acervo de intelectuais, literatos e homens de vulto do país, todos personagens já falecidos à época em que o biógrafo fluminense redigia a sua obra, de modo que desfrutou ao longo do século 19, como fonte de enorme prestígio e consulta obrigatória de estudantes, pesquisadores e homens de letras de todo o país. O destacado sucesso dessa obra de Pereira da Silva pode ser medido pelas sucessivas edições, adições e revisões que conheceu, sempre com algum acréscimo relevante ou alguma alteração na disposição das biografias, seguindo as primeiras orientações de sempre *retocar* e *ampliar* o texto.

Contudo, desde a primeira revisão do projeto original do *Plutarco*, saltam aos olhos os acréscimos que a obra sofreu ao longo da faina de revisão do autor. Uma das características mais importantes de *Os varões ilustres do Brasil* são os apêndices à obra. O primeiro deles é um *Suplemento biográfico*, anexo ao segundo volume, no qual o biógrafo fluminense elenca os vultos do passado considerados de menor importância e cujas biografias são

¹¹⁰¹ *Extractos de algumas analyses que se fizeram ao Plutarco Brasileiro*. In: SILVA, João Manuel Pereira da. *Varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. Tomo Primeiro (1858), p. 10.

¹¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 9.

¹¹⁰³ SILVA, João Manuel Pereira da. *Prefacio*. In: _____. *Varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. Tomo Primeiro, 1858, p. 8.

pouco extensas ou extremamente sucintas, diante da maior ou menor escassez de dados e fontes a respeito de cada um deles. O segundo são as *Notas para uma bibliographia brasileira*, um cânone bibliográfico de fontes e obras, organizadas cronologicamente, século por século, ano a ano, desde a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), citada a partir de sua primeira impressão, na *Corografia brasílica* (1812), de Aires do Casal, até o texto alemão *Leben des Fürsten Johan Moritz von Nassau* (1849), de Ludwig Driesen, a funcionar como um roteiro de textos onde se encontra os dados necessários à confecção de qualquer obra sobre a nação.

Com relação à *Introdução* da obra, não há qualquer novidade de mérito em relação às suas produções anteriores. Trata-se apenas de uma mera adaptação em ritmo de paráfrase da *Introdução* do *Parnaso Brasileiro*, em que o autor repete, em muitos pontos quase integralmente, a redação e a estrutura de seu antigo ensaio sobre a história da literatura brasileira, publicado na coletânea de 1843. Utiliza inclusive a mesma oração de abertura do texto da coletânea anterior: “É novo, e muito novo o Brazil.”¹¹⁰⁴

Na realidade, desde o momento em que Pereira da Silva abraçou o projeto de escrever as biografias dos homens ilustres da pátria, ficou patente que o seu desejo não era somente realizar uma coleção enciclopédica de nomes e datas, a exemplo da *Biblioteca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. Apesar de ser uma das obras que talvez mais inspirasse o biógrafo fluminense no seu desejo de criar um *panteão* dos varões brasileiros mais célebres, todavia não o fez apenas no sentido de erguê-lo como um monumento à memória destes heróis do passado, uma vez que, em conformidade com a epígrafe da obra, o objetivo de Pereira da Silva era tornar o *Plutarco brasileiro*, refundido depois em *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, sobretudo, *agradável* aos leitores. O objetivo não era apenas oferecer *instrução* aos leitores, mas oferecer-lhes também algum entretenimento durante a leitura, motivo pelo qual vários de seus críticos, esperando encontrar uma obra de história, tiveram no lugar o *excessivo colorido do estilo*, uma prosa literária bastante próxima da ficção.

¹¹⁰⁴ SILVA, João Manuel Pereira da. *Introdução*. In: _____. *Varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. Tomo Primeiro, 1858, p. 13.

Não é de admirar que uma das críticas mais freqüentes às obras de Pereira da Silva seja a inexatidão dos dados fornecidos pelo autor em sua narrativa. O esforço constante de romanciar o seu estilo, em torná-lo aprazível ao leitor, fê-lo muitas vezes sacrificar o dado historiográfico puro e verídico, mas enfadonho, para por em seu lugar alguma imagem ou descrição mais literária e arrebatadora, a fim de fixar o interesse contínuo pela leitura do texto. Por esta razão, é natural que os historiadores mais exigentes, sobretudo os de literatura, ao lerem a prosa do biógrafo fluminense, desconfiem do arsenal de fatos e personagens citados pelo autor, como o faz José Veríssimo:

Pereira da Silva nenhuma confiança e pouca estima merece como historiador literário. Nunca investigou seriamente coisa alguma e está cheio de erros de fato e de apreciação já no seu tempo indesculpáveis.¹¹⁰⁵

[...]

... o seu nome ganhou [...] certa aura e sua figura literária [...], estimada. O exemplo seria demais belíssimo se outro fosse o valor de sua volumosa obra [...], aliás cheia de inexatidões e falhas, como todas as suas obras históricas.¹¹⁰⁶

Semelhante opinião também é emitida por Sílvio Romero, que considera a história literária e respectiva crítica, produzidas pelo literato fluminense, como “a parte mais fraca” de sua “vasta obra”, em razão do “grande número de erros cometidos nas biografias dos escritores e pela falta de filosofia e de critério estético [...] na apreciação de suas obras”.¹¹⁰⁷ De qualquer modo, apesar de todas estas restrições e defeitos, o modelo de história biográfica de Pereira da Silva ocultava pelo menos uma conseqüência apreciável pelos literatos oitocentistas para a construção da nacionalidade: o fato de que a narrativa *histórica* e *biográfica* da literatura brasileira começava, segundo o biógrafo fluminense, com a data do Descobrimento do Brasil, e de que em suas *Notas para uma bibliographia brasileira* seja a *Carta de Pero Vaz de Caminha* o primeiro texto de seu cânone de fontes e obras históricas, o que é bastante elucidativo se lembrarmos que o autor enfatiza, diversas vezes nas *introduções* às suas obras mais célebres, o *Parnaso Brasileiro* e *Os varões ilustres do Brasil*, que a literatura brasileira só começou durante o século 17. Ou seja, o real interesse de Pe-

¹¹⁰⁵ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 2002, p. 31.

¹¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 231.

¹¹⁰⁷ ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*, 2001, p. 314.

reira da Silva não são os biografados, seus feitos notáveis e tampouco suas obras literárias, mas a cronologia de suas biografias, elemento necessário ao seu objetivo final: a *biografia da nação*.¹¹⁰⁸

Outro importante biógrafo de homens ilustres da nação foi o maranhense Antônio Henriques Leal (Itapecuru-Mirim, 1828; Rio de Janeiro, 1885), autor do *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos ilustres maranhenses já falecidos* (1873-1875), obra volumosa originalmente publicada em quatro tomos pela Imprensa Nacional de Lisboa. O objetivo de Leal com este verdadeiro panteão de literatos e homens célebres, naturais do Maranhão, é bem característico e bastante particular: contribuir para a preservação da memória dos talentos da província maranhense que teriam tido importante atuação sobre os destinos políticos e literários da nação, dentro ou fora do Maranhão. O primeiro volume dessa vultosa obra, considerada até hoje como uma das mais importantes fontes para estudar a história das letras e de alguns importantes literatos brasileiros, é dedicado a Manuel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, José Cândido de Moraes e Silva, João Inácio da Cunha, Antônio Pedro da Costa Ferreira. O segundo contém as biografias de Feliciano Antônio Falcão, Joaquim Franco de Sá, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, João Padre Dias Vieira, Joaquim Gomes de Sousa, Antônio Joaquim Franco de Sá, João Duarte Lisboa Serra, Trajano Galvão de Carvalho, Belarmino de Matos e Francisco José Furtado. O terceiro volume é inteiramente consagrado a Gonçalves Dias, e o quarto e último volume a João Francisco Lisboa, Antônio Marques Rodrigues e o frei Custódio Alves Serrão. Embora todos os biografados tenham sido literatos ou jornalistas e intelectuais, de todos esses nomes, os que ainda despertam real interesse para a história das letras brasileiras são Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Joaquim Gomes de Sousa, Trajano Galvão de Carvalho, Belarmino de Matos, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e Antônio Marques Rodrigues. O restante foi uma deferência de Antônio Henriques Leal a políticos e eclesiásticos.

Contudo, o *Pantheon Maranhense* apresenta algumas características muito distintas do *Plutarco Brasileiro* de Pereira da Silva, com o qual guarda grandes semelhanças apenas no propósito de biografar os *varões ilustres da pátria*, a começar pelo fato de que a *pátria*,

¹¹⁰⁸ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário* (mimeo), p. 114.

de acordo com o enfoque de Leal, é o Maranhão, local de nascimento de um conjunto expressivo de literatos que freqüentaram ativamente, ao longo do século 19, sobretudo em seus primórdios, a nascente intelectualidade brasileira, e deram uma contribuição inegavelmente relevante para as feições que o cânone literário brasileiro começava a adquirir. Outro aspecto importante está encerrado em seu próprio título, uma legível referência à cultura grega, alegoria importante da obra em razão de demarcar o culto de um dos mitos mais importantes da literatura brasileira oitocentista, forjado pelos intelectuais e literatos do norte do país: a *Atenas Brasileira*.

Arrojado cometimento é decerto o meu em vir com inábil mão respigar em seara, onde ceifaram com inteligência e felicidade dois brilhantes e superiores engenheiros; ¹¹⁰⁹ ficaria porém manca e incompleta esta galeria, *se não precedesse aos demais quem, como o fiel intérprete de Virgílio e Homero, foi entre nós o iniciador do bom-gosto literário e do esmerado cultivo da vernaculidade e das letras clássicas.*

É sem contestação a esse benéfico e vigoroso impulso, que deve o Maranhão o primar neste ponto às suas irmãs, e merecer de alguns escritores o mui lisonjeiro epíteto de *Atenas Brasileira*. ¹¹¹⁰

Com efeito, o próprio Leal demonstra consciência do espectro de significações e representações que o seu *Pantheon* suscitaria no imaginário crítico da nação, ao mesmo tempo em que reafirma o objetivo central de decantar as realizações dos *preclaros varões da província*. A singularidade do projeto de Leal reside no fato de que, diferentemente do que acontece com as iniciativas anteriores, como a de Pereira da Silva, em que todos os biografados já se encontravam falecidos de longa data, o biógrafo maranhense teve a oportunidade de conhecer e conviver com quase todo o seu panteão, que é mais particularmente de sua província, e não somente da nação:

A alguém parecerá talvez demasiado pretensioso o seu título, não que o assunto deixe de corresponder a ela e quadrar-lhe, mas em razão de quem a concebeu e delineou. Sou o primeiro a reconhecê-lo e teria adotado outro, se acanhado círculo a que circunscrevi-me e a *obrigação que corre a todo cidadão de venerar e honrar os preclaros varões que viram a luz sob o mesmo céu*, me não desculpas-

¹¹⁰⁹ O autor refere-se ao *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, no Vol. IV, de 1868, das páginas 289 a 307, e João Francisco Lisboa, em *Obras*, Vol. IV, das páginas 491 a 503, no tocante à biografia de Odorico Mendes.

¹¹¹⁰ LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos ilustres maranhenses já falecidos*. 2ª. edição. Vol. I, 1987, p. 9.

sem o atrevimento. [...] Alteiem-se muito embora os *gênios* às regiões onde só eles podem chegar; que *eu de longe os admiro e contento-me com honrar*, de modo que cabe em minhas posses, *estes que me são chegados pelo berço*.¹¹¹¹

Consciente, entretanto, das dificuldades peculiares do ato de biografar a vida de literatos e homens públicos a uma distância histórica muito pequena dos fatos relatados em uma obra desse gênero, Leal teme “acordar paixões sopitadas e ofender melindres” junto ao público leitor, composto de muitas pessoas conheceram e conviveram com os biografados, cuja vidas estão atravessadas por aspectos comuns, uma vez que “figuraram quase todos na mesma época, tomando parte nos mesmos acontecimentos”, todos unidos por um *estrito circuito* de semelhanças, “como de uma família abrigada no mesmo teto”,¹¹¹² que é o solo pátrio de sua terra natal. Aqui Antônio Henriques Leal faz uma referência explícita ao diminuto e restrito círculo de intelectuais, políticos e literatos do qual faziam parte os heróis de seu panteão, já que a nascente inteligência brasileira ainda não era uma instituição que contasse com a ativa participação de muitos membros. Os mesmos homens revezavam-se nas mais diferentes funções, e era praticamente impossível pertencer ao meio intelectual brasileiro sem conhecer todos os atores e coadjuvantes que dele participavam de maneira mais ou menos atuante.

Contudo, o biógrafo maranhense tem, por igual, a compreensão de que o seu gesto não se resume somente a contar a história de um conjunto de homens ilustres da nação, através do gênero biográfico, mas realizar, acima de tudo, a *biografia de uma região* do Brasil que já foi importante, e que, à época em que escreve, começa a assistir o seu declínio cultural e econômico. Portanto, o *Pantheon maranhense* não é apenas uma galeria de vultos importantes do Maranhão, sobretudo literários, mas igualmente o esforço de preservação do trabalho de toda uma geração, um instrumento a serviço do orgulho provinciano e, ao mesmo tempo, uma ferramenta para a fixação da memória coletiva, a fim de ser um estímulo permanente e um monumento à *marcha civilizatória* iniciada por aqueles que Antônio Henriques Leal tornou ícones de uma cultura:

¹¹¹¹ *Idem, ibidem*, p. 6. Grifos meus.

¹¹¹² *Idem, ibidem*.

Não há que reparar nem motejar a quem, *limitado a bosquejar os traços biográficos de alguns dos ilustres filhos duma província de quarta ordem, escondida em um recanto do norte do Brasil*, contenta-se com isso. Não passam minhas aspirações do simples intento de indicar a meus comprovincianos a senda que devem trilhar, tomando por norma tão bons exemplos da casa, e aprendendo neles a se desalentarem ante as agruras da vida e a persistirem desvelada e desinteressadamente no patriótico empenho de bem-servirem a nossa mãe comum, fugindo com igual esforço dos despenhadeiros onde outros precipitaram-se de abatidos e descrentes.¹¹¹³

Aliás, esta característica não escapou à atenção dos contemporâneos de Antônio Henriques Leal, que detectam em seu *Pantheon Maranhense* uma rede de intenções e sugestões bem mais amplas já a partir do próprio título da obra, que é a pedra de controvérsia para alguns dos primeiros críticos da obra de Leal, como o cômico Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, então 1.º secretário do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, do qual o biógrafo maranhense também fazia parte, que no relatório apresentado à sessão magna da instituição, do dia 25 de dezembro de 1873, ano de lançamento do *Pantheon Maranhense*, assim se pronunciou sobre o primeiro tomo:

Recebemos no derradeiro dia de sessão ordinária um exemplar do *Pantheon Maranhense* devido à laboriosa e patriótica pena do nosso consócio o Sr. Dr. A. Henriques Leal. [...] Faltou-me tempo para detidamente apreciar tão substanciosa obra; mas o seu simples título e exposição do plano, foram bastantes para entristecer-me, julgando descobrir nela tendências autonômicas e um certo *particularismo* que muito desejava ver banido da nossa recente literatura.¹¹¹⁴

Como quer que seja, a crítica de Fernandes Pinheiro provocou em Leal um profundo estranhamento, uma vez que o trabalho de compilação das biografias dos homens célebres da pátria, e mesmo de muitas províncias, era uma das atividades mais prezadas e estimuladas pelos sócios do IHGB, em razão de que a construção identitária da pátria se apoiava nessas galerias dos vultos do passado para estimular o orgulho nacional. O próprio fato que o patronímico *maranhense* viesse apenso ao título não sugeria necessariamente que o trabalho de Leal fosse menos nacional e patriótico que os demais a ele semelhantes, uma vez que outras obras, sobretudo o *Plutarco Brasileiro* de Pereira da Silva, também se inspiravam no

¹¹¹³ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

¹¹¹⁴ PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Relatório da sessão ordinária de 25 de dezembro de 1873*, citado por LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos ilustres maranhenses já falecidos*. 2ª edição, Vol. I, 1987, pp. 181-182.

mesmo modelo *plutarquiano* de biografias de varões ilustres, como as *Biografias de alguns poetas, e homens ilustres da província de Pernambuco* (1856-1858), de Antonio Joaquim de Melo, o *Ano Bibliográfico Brasileiro* (1875), de Joaquim Manuel de Macedo, e o *Pantheon Fluminense* (1880), de Presalindo de Lery Santos, todas publicadas com o mesmo objetivo:

Bem longe estava eu de suspeitar que no recinto daquela sábia e respeitável associação se levantasse voz tão autorizada para reprovar a aparição de uma *monografia por isso que o era*; quando em 1848 suscitou-se ali pela primeira vez e com muita eloquência a idéia de trabalhos semelhantes, *como meio seguro e fácil de obter-se exato e perfeito conhecimento de nossos homens e cousas, e os materiais da nossa história, geográfica e estatística, extraídos de suas fontes naturais para depois aproveitarem-se deles os elementos com que formar um conjunto concreto, homogêneo e curioso em notícias completas e verdadeiras sobre o nosso Império. É com esse pensamento que temos visto aplaudidos e pro vezes premiados alguns trabalhos peculiares a cada uma das nossas províncias*. Sou todavia argüido hoje por idêntico fato, eu que sempre fui sectário do cosmopolitismo [...]; eu que não distingo nacionalidades nas minhas afeições [...], como ainda vibra-me [...] no coração [...] a fibra do amor [...] de minha pátria para quem são minhas recordações e apoucados serviços.¹¹¹⁵

A grande queixa de Leal, no entanto, é pelo fato do cónego Fernandes Pinheiro não ter se dado ao trabalho de ao menos ler, mesmo que superficialmente, a sua obra, e até mesmo a *Advertência* do primeiro tomo com a devida atenção, já que “certamente outro seria o seu parecer”¹¹¹⁶ se tivesse analisado o programa nela estampado. A despeito da vaidade intelectual de Antônio Henriques Leal ter sido ferida, o fato é que o seu *Pantheon Maranhense* é muito distinto de outras biografias do gênero não apenas por causa do *particularismo* do título e de suas veladas *tendências autonômicas*, mas em decorrência, sobretudo, de ter realizado uma pesquisa séria da vida dos biografados, com estudos escrupulosos e repletos de detalhes, baseados em um rico acervo documental que somente foi possível obter em função de seu contato direto com as famílias dos *preclaros varões* de sua galeira de biografias. Sobretudo em relação às biografias de Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Trajano Galvão de Carvalho, João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias, o biógrafo maranhense aponta cada uma das etapas existenciais dos biografados densamente apoiado em

¹¹¹⁵ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, pp. 182.

¹¹¹⁶ *Idem, ibidem.*

fontes e documentos anexos às melhores biografias, além de realizar um estudo crítico da obra de cada autor, dando demonstrações de uma honestidade intelectual pouco comum entre os cultores do gênero. Apesar do acentuado caráter de panegírico a cada página, o autor consegue equilibrar o estilo visivelmente literário de sua prosa com a seriedade e convicção dos dados documentais, a apreciação artística das composições e obras e uma notória habilidade em realizar retratos descritivos de seus biografados, sobretudo a partir do aspecto físico:

Era Gonçalves Dias, como Horácio e como Dante, de baixa estatura, que não excedia a 1,50m; mas bem proporcionado e musculoso: tinha mãos e pés mui pequenos, agilidade nos movimentos, passo curto e apressado, e grande disposição para caminhar a pé. Sua cabeça bem desenvolvida para os lados das fontes era realçada por um fronte elevada e ampla, profundamente vincada em toda a sua extensão pelo longo meditar e pelas acerbas agruras da sorte contrária que incessantes o magoavam. Seus olhos pequenos, pardos, serenos, mui vivos e expressivos, espalhavam a franqueza de seu caráter e acentuavam aquele móvel e simpático rosto. Boca e nariz regulares, sendo as asas deste um pouco arregaçadas; tez morena, barbas e cabelos raros, castanhos, macios, anelados nas extremidades, sem contudo denunciarem, que eles ou as maçãs, por mui salientes, sua origem mestiça. Quando em boa companhia ou entre amigos, franzia-lhe constante os lábios sincero e franco sorriso, e tomava larga parte na conversação, principalmente se havia senhoras de espírito e cultura na sociedade; porque então o poeta desentranhava-se em conceitos agudos e engraçados, cheios de delicadez e dessa amena zombaria que não ofende, e em que ninguém o vencia quando estava de veia. Era outro a sós consigo; aquele supremo esforço abandonava-o e os tristes pensamentos livres e distrações e contenções, vinham anuviá-lo a mente, transformando-lhe o riso em traços de profunda melancolia e mergulhá-lo em tristeza e fundo meditar.¹¹¹⁷

Conforme vimos anteriormente, a segunda etapa de fundação e consolidação do cânone literário, após a iniciativa de elaboração de um *corpus* da literatura através da publicação dos textos, foi a tentativa elaborar uma história da literatura. Para este passo, foram muito importantes as biografias, uma vez que a crítica do período, cada vez mais afinada com a estética romântica, exigia o conhecimento dos autores dos textos, já que se supunha a existência de elementos explicativos da obra através da vida dos biografados. Contudo, como muitos se dedicaram a fazer levantamentos biográficos, e a emancipação política do país ainda era relativamente recente, havia pressa na elaboração destas biografias e ensaios historiográficos, em que o primor pela exatidão e fidelidade às fontes em muitos casos eram

¹¹¹⁷ *Idem, ibidem*, Vol. II, p. 95.

trocados pelas inferências e conclusões sem qualquer embasamento documental, além dos casos em que a imaginação era o principal método de composição biográfica dos filhos ilustres da nação. Muitos dos dados utilizados pelos autores destes panteões e galerias de varões ilustres eram retirados de fontes diversas, muitas vezes a partir da tradição oral e de informações de pouca confiabilidade, dando crédito ao depoimento de supostas testemunhas oculares de acontecimentos da vida dos biografados, mas sem o devido critério de pesquisa e exatidão historiográfica. O resultado é que os autores de tais biografias acabavam por fazer, na ausência de documentos através dos quais pudessem apoiar sua escrita e divagações, um volume muito grande de inferências e suposições sem embasamento em fontes seguras, chegando a conclusões apressadas e até utilizando uma boa dose de imaginação, tornando a narrativa extremamente literária e romanceada, como se fosse uma ficção. A *ficcionalização do biografado* atendia a um propósito bem definido, que era tornar a leitura das biografias agradável ao leitor, a fim de retê-las em sua memória, construindo em torno de cada figura emblemática do passado recente da pátria um exemplo caráter e retidão moral, ou seja, dar vazão ao *espírito plutarquiano de aformoseamento dos preclaros varões*, apresentados como verdadeiros heróis nacionais.¹¹¹⁸

O fato é que estes pesquisadores, realizando o esforço considerável de conferir à jovem nação um passado ilustre, acabavam divididos entre a credulidade e a leviandade, de modo que a origem de muitas das informações biográficas utilizadas para a elaboração de “panteões” e “galerias” somente em poucos casos não é objeto de suspeita: “Basta que as datas sejam de Pereira da Silva para lhes suspeitarmos a exactidão”.¹¹¹⁹ O empenho romântico em realçar as características do escritor e dos indivíduos, seus atributos, talentos e realizações, faz com que toda uma representação do passado seja, com efeito, *inventada* e divulgada como verídica, assim como uma parte notável do esforço de constituir o cânone, senão uma parte do próprio cânone em fase de fundação e consolidação. Como muitos dos biografados eram homens de talento mediano e sem grande relevo, tanto intelectual como comportamental, a técnica da galeria de homens ilustres empregada em obras como o *Plutarco Brasileiro* ou do *Pantheon Maranhense* exigia o engrandecimento do biografado a-

¹¹¹⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, Vol. 2, pp. 312-313.

¹¹¹⁹ VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Vol. 4. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910, p. 30.

través do panegírico, aumentando a grandeza dos seus feitos e talentos, com o intuito de produzir no leitor a admiração pelos *preclaros varões* e suas movimentadas e, sob todos os pontos de vista possíveis, *interessantes* existências, preenchendo as eventuais lacunas com conjecturas, narrativas e descrições ornamentais baseadas somente na imaginação e capacidade retórica e literária do biógrafo. O resultado era, com todo efeito, uma completa *invenção*.

Este procedimento pode ser encontrado também em Antônio Henriques Leal, embora menos freqüente em razão da grande quantidade de documentos escritos utilizados ao lado do conhecimento direto que o biógrafo teve do biografado. Entretanto, diante de lacunas que não podem ser preenchidas com dados confiáveis, o autor do *Pantheon Maranhense* lança mão em diversos pontos da narrativa de longas divagações baseadas em sua própria experiência de fatos semelhantes. É o caso do relato da primeira viagem de Odorico Mendes a Lisboa com destino a Coimbra, a fim de completar os estudos e iniciar o curso de medicina, quando o biógrafo maranhense começa uma longa e indignada digressão sobre a prática dos trotes acadêmicos europeus, e, a fim de demonstrar a sagacidade com a qual o herói de sua narrativa livra-se de um deles, depois de glosar um mote de *Marília de Dirceu* com um soneto:

Chegado o nosso estudante a Lisboa [...] e a [...] Coimbra [...] começara para ele esse momento a iniciação dolorosa dos neófitos das ciências. Aos incômodos da longa jornada por estradas intransitáveis vinha ajuntar-se o martírio da má andadura das cavalgadas e as peças e zombarias grosseiras dos arrieiros, precursoras das troças, tributos a que os veteranos sujeitavam os novatos. [...] Hoje, porém, com os caminhos de ferro tudo está mudado: o viver airado e ruidoso da mocidade que habita Coimbra, tão celebrado, perdendo o seu colorido *sui generis*, vai sendo invadido e modelando-se pelos hábitos chatos e prudentes do burguês. [...]

Se entre os povos, ainda os mais broncos e intratáveis, é bem-vindo o estrangeiro e hospedado com extremos de júbilo e afagos, como é que esses mancebos, [...], cometem eles sem pejo atos da mais inqualificável selvageria contra seus pares na idade e nos estudos [...]?

[...]

Sobe-me a cor ao rosto quando considero que nós brasileiros, que procuramos imitar os países mais adiantados no que há neles de bom e útil, adotássemos no entanto nas nossas faculdades científicas essas carunchosas e estultas usanças de Coimbra! [...]

Ainda tenho bem vivos na memória os apertados transes por que passei em 1848 na faculdade de medicina no Rio de Janeiro. [...] A uns cortaram as abas do paletó, a outros tiraram-lhes as gravatas, este obsequiaram com um pontapé, à-quele com boa meia dúzia de puxões de orelhas, e nenhum ficou incólume. A

mim, cortaram-me um punho de cabelos, mesmo na frente e tão cerce à epiderme que não tive outro remédio senão mandar rapar a cabeça! [...]

[...]

Ponderam já o que há de despótico e violento nesses atos descomunais?!...

[...]

Não percamos, porém, de vista com esta *digressão* o nosso estudante.

Vinha ele na sua jornada de companhia com mais dois estudantes brasileiros e outros dois portugueses. Estes para se livrarem da troca de certos veteranos que encontraram em uma das estalagens da estrada, foram logo declarando que Odorico era poeta. Convergiram, pois, todas as atenções para este, a quem deram os veteranos como castigo o seguinte mote da *Marília de Dirceu*.

Desfalece, cai, urra, treme e morre.

Que ele glosou neste soneto:

Sai Minotauro com feroz bramido
Pelo intricado labirinto horrendo,
Os passos multiplica a Teseu vendo,
Cego de fome em cólera acendido.

Sem perturbar-se o moço destemido,
Mede o biforme atroz que vem correndo;
Ariadne bela dentro na alma tendo,
Fica ainda mais que ele embravecido.

Que vai perdê-la, se na luta expira,
Cheio de ânsia e de amor o herói discorre,
E esta lembrança mais lhe aumenta a ira:

Em fúria o Minotauro também corre,
Preme-lhe o peito; o monstro a língua tira,
*Desfalece, cai, urra, treme e morre!*¹¹²⁰

Como vemos, os procedimentos estilísticos adotados por Antônio Henriques Leal para a narrativa de suas biografias têm muitos pontos de contato com os demais painéis elaborados com o mesmo fim, com a única distinção reservada para o enorme acervo de documentos utilizados para servir de alicerce às suas afirmações e à cronologia dos acontecimentos na vida dos biografados. No entanto, o *Pantheon Maranhense*, como todas as obras do gênero, é um panegírico dos homens ilustres da pátria ou, no caso, o Maranhão, e, portanto, é laudatório do começo ao fim. Vejamos, entretanto, algumas características que lhe conferem este caráter encomiástico, a fim de detectar os estratagemas empregados por Leal para a edificação de seu *panteão ateniense*.

¹¹²⁰ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Vol. I, pp. 13-15. Grifos meus.

O primeiro aspecto que salta aos olhos do leitor é *elogio do gênio* e do talento dos biografados, em vários casos acima da média, um aspecto arquetípico dos maranhenses ilustres, bastante elaborado e enfatizado ao longo da narrativa romanceada de Leal, sobretudo os literatos, objeto principal da apreciação encomiástica do autor. Todas as vezes que o biógrafo maranhense inicia o relato da vida de um dos literatos conterrâneos que considera entre os mais dotados e relevantes, como no caso de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, a tese do gênio, de caráter profundamente romântico, surge em sua narração. O procedimento abrange, no entanto, várias etapas. A primeira delas consiste em afirmar o caráter ahistórico, atemporal e universal do gênio, uma espécie de demiurgo surgido do nada, como resultado de uma dádiva divina, que lhe transmite os dons que o capacitam a dar impulsos decisivos na marcha civilizatória das nações e da humanidade. A segunda fase é a comparação de seu talento com os de outras constituições igualmente geniais, tanto entre os seus contemporâneos como, especialmente, no passado, em todas as plagas e nações onde manifestou as suas excepcionais habilidades e realizações. O terceiro momento é a metódica demonstração do talento *natural e espontâneo* do biografado, cujas primeiras manifestações encontram-se ainda na infância, despertando a admiração e interesse dos adultos.

De maneira mais ou menos desigual, mais ou menos dominante, encontramos o *elogio do gênio* presente nas biografias mais longas e importantes escritas por Leal em seu *Pantheon*. As mais entusiastas neste aspecto são as de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, cujos preâmbulos encerram todas as características apontadas:

Bendita a hora em que nasce um gênio, aqui, ali, além, que importa se for luz benéfica que esclareça e guie a humanidade? A esse outorga Deus parte de seus atributos, e ordena-lhe que trabalhe e produza, e o mundo dá mais uma passo para diante no estádio do progresso e da perfectibilidade humana, impelido por essa nova força.

Quem segredou a Arquimedes, ao banhar-se, o princípio da flutuação, a Newton que a maçã caída da árvore explicava a lei da atração, a Volta a pilha elétrica e a Franklin o pára-raios, esse embrião da telegrafia elétrica, e a Daguerre que a luz pintava?! Como do mármore bruto saíram belos e corretos a Minerva de Fídias, a Vênus de Milo, o Apolo de Belvedère, o Moisés de Miguel Ângelo; da tela sem cor o quadro da *Transfiguração* e as inimitáveis madonas de Rafael, de Murilo e de Ticiano; da abóbada e das paredes da Capela Sistina tão sublimes frescos, assim como todas essas maravilhas artísticas –, tantas estátuas, tantos quadros, tantos artefatos –, encarnação do belo e do ideal, na arte plástica? Quem deu aos cantos de Homero, de Ossian, de Virgílio, de Dante, de Ariosto, de Tasso, de Camões, de Milton, os acentos e imagens que os tornaram imprecíveis; a

quem suspirou na música de Bellini, de Rossini, de Donizetti e de todos estes mestres da harmonia? A essência divina que se infunde na alma do artista, do poeta, e o enaltece e dissemelha dos mais homens, tornando-se também por isso mesmo seu maior tormento; porque quanto mais arrojados e altivos são seus vôos, é menos compreendido por seus contemporâneos, e mais se rebela ele próprio contra a frágil e terrena natureza que o encarcera, acanha e comprime.

Admiro e venero a todos esses verdadeiros eleitos do Céu; mas tenho particular predileção pelo poeta. [...]

[...]

Acompanhemos a Gonçalves Dias desde o berço até a sepultura, que acharemos em muitos dos seus versos o verdadeiro reflexo dos seus sentimentos, o cunho de sua individualidade dupla. Poeta objetivo e subjetivo inspira-se e catna, ora a natureza esplêndida e luxuosa do Brasil, porque as primeiras impressões que recebeu ao abrir os olhos à luz foram o aspecto das nossas brenhas [...].

[...]

Desde a meninice que mostrou Gonçalves Dias decidida paixão pela leitura.¹¹²¹

[...]

Nascem muitas vezes os *engenhos privilegiados* como a Palas da fábula, já revestidos com todas as peças da armadura. *Para essas inteligências sobre quem Deus bafejou o sopro do gênio* não há disciplinas escolar (*sic*) nem tempo, não são precisos estudos regulares nem mestres que se formem, desenvolvam e robusteçam: dispensam não raro as doutas academias, volumosas bibliotecas, e o trato e a convivência dos sábios.

[...]

Passou [João Francisco Lisboa] passou os primeiros anos da puerícia na casa dos avós, vindo depois para São Luís do Maranhão, onde estudou primeiras letras, *deixando entreluzir desde logo pela pronta e clara compreensão e finura do espírito o que depois havia de ser.*¹¹²²

Como uma consequência direta do *elogio do gênio*, as biografias como o *Pantheon* de Antônio Henriques Leal conferem uma acentuada valorização da educação e formação intelectual autodidatas, consideradas melhores e mais adequadas ao desenvolvimento dos talentos do homem genialmente dotado, cujo temperamento e inteligência não se adaptam à mediocridade das instituições tradicionais de ensino. Não é demais lembrar que a tese do gênio, romântica em seu berço, encarece o dom da inspiração como instrumento para aceder às idéias superiores, de modo que a educação convencional é, para esta concepção, um fator de embotamento e limitação. Ao longo de sua narrativa, o biógrafo maranhense com frequência soa esse diapasão:

Entrou Francisco Sotero dos Reis em tenra idade para uma dessas escolas de instrução primária [...]. Não gastou pois os bancos dela; que sua aplicação e pronta

¹¹²¹ *Idem. Op. cit.*, Vol. II, pp. 7-11. Grifos meus.

¹¹²² *Idem, ibidem*, pp. 297-298. Grifos meus.

compreensão fez com que dispensasse em pouco tempo as lições do mestre-escola; porque sabia já tanto como ele.¹¹²³

[...]

Voltou [João Francisco Lisboa] aos onze anos com a mãe para a fazenda, sabendo o que então se aprendia nas nossas mal-organizadas escolas primárias – ler, escrever, as quatro primeiras operações de aritmética e a indigesta e defeituosíssima gramática de Lobato. [...] a inteligência liberta da tirania do mestre-escola, que muita vez a embaraça e atrofia, ou pelo menos contra-resta as tendências do viçoso desabrochar [...].¹¹²⁴

Outro aspecto resultante do cultivo do mito da genialidade do literato oitocentista maranhense é a *exaltação da eloquência*, um dos talentos e traços mais prezados por Leal nos *preclaros varões* de seu torrão natal, conseqüência bastante saliente da formação do intelectual desse período, assaz influenciado pelo ensino de retórica e da oratória nos bancos escolares de todo o país. A oratória ou a eloquência, entendida como a arte de bem falar em público, foi uma habilidade muito cultivada e importante durante todo o século 19, sobretudo ao longo da vigência da estética romântica, em uma época em que o apreço por uma linguagem pomposa e grandiloqüente ganhou o *status* de *espetáculo público*, sob a forma de sermões, discursos parlamentares, ou falas eventuais, começadas de improviso, em datas comemorativas. É preciso salientar, no entanto, que o *espetáculo público* coincidia com uma época em que o nacionalismo exigia dos intelectuais a habilidade de comover e agradar o público e seus pares com discursos capazes de gerar o entusiasmo patriótico, em paralelo com a escassez ou falta de opções de *entretenimento* e *lazer* para o povo, que encontrava nas poucas ocasiões festivas e nos espaços públicos circunstâncias propícias à convivialidade social:

[...] as peças oratórias era escritas para serem recitadas, mas eram-no com verdadeiro entusiasmo. O povo, que nada lia, mas era ávido por ouvir os oradores mais famosos. [...]

Não havia divertimentos públicos como hoje; o teatro era nulo; as festas de igreja eram concorridíssimas.¹¹²⁵

Como o literato não podia contar com uma ampla audiência alfabetizada, o que justamente poderia lhe assegurar um público cativo de leitores, escrevia suas peças para serem

¹¹²³ Idem, Vol. I, p. 70.

¹¹²⁴ Idem, Vol. II, p. 298.

¹¹²⁵ ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*, 2001, p. 145.

lidas ou as criava de improviso, em meio às suas atividades como homem público. O seu prestígio e reputação como homem de inteligência e cultura vinha muitas vezes da repercussão de seus discursos e falas para um público que se habituou aos pronunciamentos grandiosos de literatos e políticos, e Antônio Henriques Leal, como um legítimo herdeiro desse período, adota também o mesmo estilo *empolado* e *palavroso*¹¹²⁶ para exaltar o talento para a eloquência de seus biografados, muitos dos quais atuaram como importantes políticos e homens públicos de grande projeção social em sua província e no império, cujas obras ressumam o mesmo caráter de suas peças oratórias, como se estivessem destinadas para também serem lidas em voz alta. Numa época de escassos leitores e uma multidão de analfabetos, até os artigos de jornais e periódicos diversos tinham essa importante característica, traço peculiar de toda uma geração de literatos que ocuparam as tribunas da opinião pública para formar o caráter da nação. O resultado conseqüente e inevitável da *exaltação da eloquência* é a celebração da *prodigalidade da memória* dos biografados, capazes de reter textos longos de cor, mesmo quando improvisados em meio ao calor dos acontecimentos, expediente ficcional que reforça em muito o mito da genialidade e encarece os seus talentos:

Pertencia a esse pequeno e brilhante grupo que representava o partido liberal na legislatura de 1838. Supriam ao número os grandes espíritos, os conhecimentos, a argumentação vigorosa e cerrada, os recursos intelectuais dos atletas oposicionistas, sobrelevando aos demais J. F. Lisboa por todos esses dotes oratórios, pela palavra fluente e incisiva, pelas apóstrofes veementes e animadas, pelo juízo seguro e reflexivo, pelas raciocínios bem encadeados e lógicos.

Só há mui poucos anos a esta parte é que se introduziu na nossa assembléia provincial o uso de estenografar as discussões, como que para atestar a decadência e precoce decrepitude da instituição. Assim que, perderam-se todos esses aplaudidos e laureados discursos, salvando só um da legislatura de 1849.

[...]

Reproduzido esse discurso com termos de louvor e admiração em todos os jornais do Império, publicado em folhetos, e espalhado por toda a parte, e lido com sofreguidão, foi seu nome conhecido e firmada a sua reputação em todo o país, como de *um dos primeiros oradores brasileiros*.¹¹²⁷

Uma terceira estratégia da narrativa de Leal é a *atenuação panegírica*, expediente retórico utilizado para abrandar, relativizar ou mesmo esclarecer algum ponto controverso ou

¹¹²⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, Vol. 2, p. 38.

¹¹²⁷ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Vol. II, pp. 308-309 e p. 330.

contraditório da biografia do varão ilustre da província, sempre que se defronta com tais elementos. No caso particular de João Francisco Lisboa, por exemplo, um dos mais ilustrativos, todas as vezes que o biógrafo maranhense depara com algum fato ou peculiaridade que macula a reputação do literato ou diminua os seus méritos pessoais ante a sua opinião e a do leitor, empenha-se em torná-la um caso de pouca importância e isolado no tempo e no espaço, elabora justificativas e explicações, o que é bastante revelador de seu envolvimento subjetivo com o biografado, impondo-lhe uma linha existencial de coerência nos diversos pontos de sua biografia em que entra em contradição consigo mesmo. Este procedimento de Leal é observável em várias passagens de suas biografias, mas um dos exemplos mais notáveis é o trecho relativo às suas apreciações sobre o Jornal de Timon, particularmente no momento em que o pseudônimo de Lisboa, avaliando com desânimo e pessimismo a situação caótica da política e das eleições maranhenses, crivada de desonestidade e conchavos organizados pelos políticos e partidos locais, aconselha a intervenção geral do governo central, no mínimo nas províncias menos representativas, e a suspensão temporária dos direitos políticos dos cidadãos nelas residentes, a fim de se por termo à corrupção.

Segundo Antônio Henriques Leal em sua biografia sobre o ilustre maranhense, esta posição de Lisboa está em franca oposição com as idéias e princípios de liberdade e moderação que defendeu em momentos anteriores, sobretudo na atividade jornalística: “[...] ele, contudo, já escrevia com *moderação*: ‘Seguiremos uma *estrada meã*; nem nos havemos de opor a todos os atos do governo pelo simples fato de o serem...’”.¹¹²⁸ Contudo, no lugar de compreender o biografado através mesmo de suas posições e opiniões contraditórias e controversas, a fim de constatar as idéias subjacentes ao discurso, o que talvez é pedir demais para o autor de um panegírico, o que Leal faz é procurar explicações, com base em conjecturas e atenuações, para prevenir e talvez diminuir a possível polêmica em torno do tema, ou ainda para dar satisfações à subjetividade de sua admiração incondicional pelo biografado e à sua própria consciência:

Só o extremo desalento e a falta de fé na força genésica do progresso, que infelizmente ressumbram em todo o decurso dessa obra, poderiam sugerir a Timon um pensamento tão em desarmonia com o seu passado, com escritos posteriores,

¹¹²⁸ *Idem, ibidem*, p. 315.

e ainda com suas nobres e adiantadas opiniões sobre direito revolucionário, democracia e anistia, que com tão rubustas e sensatas, quão justas e moderadas razões sustenta nas suas conceituosas *considerações gerais* [...].

Exceto esse senão, originado do estado moral de Lisboa, outro em minha fraca e humilíssima opinião se lhe não descobrirá nessas admiráveis páginas, que constituem o primeiro [...] volume dos *Jornais de Timon*.¹¹²⁹

O propósito de Leal com a *atenuação panegírica* empregada em sua esmerada biografia de Lisboa, composta pouco tempo depois da morte do jornalista e historiador maranhense, é suscitar no leitor que, apesar destas pequenas e ocasionais contradições, a figura do biografado é um exemplo moral e intelectual a ser seguido, um homem que superou as dificuldades de sua vida através dos estudos autodidatas, tornando-se um mestre da língua portuguesa, um clássico do idioma, um erudito e uma sumidade em latim e em Direito, um jornalista patriótico e combatente de causas nobres, inimigo do despotismo e da injustiça, um político de caráter incorruptível e praticante da probidade, um intelectual de singular inteligência e um homem de letras ilustre e respeitado em todo o Brasil, admirado e prestigiado até pelos seus pares mais eminentes. Um personagem emblemático assim não poderia apresentar nódoas em seu currículo.

O mesmo procedimento se repete nas outras biografias. No caso de Sotero dos Reis, que foi professor de latim de Lisboa e seu êmulo no jornalismo, o biógrafo maranhense demonstra o mesmo empenho em abrandar as possíveis arestas entre ambos, que ainda em vida trocaram farpas através de seus respectivos periódicos. A fim de comprovar a admiração e o sentimento de respeito mútuo e até cordialidade entre os dois contendores tanto na arena política como na literária, sobretudo por parte de Sotero, o nosso panegirista, apoiado nos textos publicados pelo autor do *Curso de literatura portuguesa e brasileira* em diferentes periódicos, tenta amenizar o fato de estarem em terrenos ideológicos opostos, porém irmanados pela índole e honestidade:

Fazia-se não raro eco das injustas apreciações dos seus correligionários, que procurando desconceituar os liberais e perdê-los na opinião pública, davam-nos como responsáveis e instigadores da revolução de 1839 (a *balaiada*), apontando como principal motor dela João Francisco Lisboa; mas remiu Sotero essas exaltações de uma quadra excepcional, [...], pelas atenções de mútua cordialidade e estima que depois reinaram entre ambos, como ele é o próprio a confessar em vá-

¹¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 343.

rios trechos da série de artigos que fez sair no *Publicador Maranhense* de 2 de janeiro a 26 de fevereiro de 1861, [...], em que respondeu assim às argüições de um colaborador da *Moderação*: “Acusa-nos o articulista por não esquecermos os que nos combateram há vinte anos. É verdade! Mas foi para honrá-los, como praticamos com o Sr. João F. Lisboa. Em que nos feriu mais profundamente do que ele que melhor manejou a pena entre nós? E o atilado *colaborador* viu qual foi a maneira por que nos lembramos dele!” [...], mostra ainda F. Sotero os quilates de seu ânimo generoso e como sabia fazer justiça ao talento e méritos dos adversários: - “Pois não é ainda hoje o Sr. J. F. Lisboa uma de nossas primeiras capacidades jornalísticas, como o atestam não só os seus escritos sérios, mas até aqueles inimitáveis retratos em que rivaliza com Cormenin, que os não faz decerto *me-lhores*, ou *uma verdadeira notabilidade literária*, para dizer tudo?”¹¹³⁰

E, a título de não deixar lacunas de coerência em sua narrativa sobre ambos os literatos, Leal insere o mesmo artifício de *atenuação* na biografia de Lisboa:

‘É opinião minha que *até hoje*, ainda se não escreveu na província outra folha política tão eloqüente como a *Crônica*, e não poderei avaliar melhor o mérito do seu redator do que o fiz, quando redigi o *Publicador Maranhense* (Veja n.ºs 1, 2, 16, 22, 31, 38 e 47 deste jornal do ano de 1861.) Eis a passagem a que me refiro: ‘Entre todos esses vultos de talentos superiores que colocamos em lugar próprio nesta espécie de galeria jornalística, o Sr. João Francisco Lisboa, que à *força e lucidez de pensamento reúne em subido grau o vigor, a majestade e o colorido da expressão*, encarnando as suas concepções sob as formas mais apropriadas, vestindo-as dos trajos os mais adequados, ornando-as com os matizes os mais delicados, imprimindo-lhes os ademanes os mais expressivos, e animando-os para assim dizer com os traços da sua pena, *parece-nos ser o mais preeminente e grandioso vulto que se apresenta aos olhos do observador.*’¹¹³¹

Contudo, apesar de sabermos que o *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal é um panegírico, e que sua obra é laudatória e comprometida com o engrandecimento dos biografados do começo ao fim de suas páginas, não se pode duvidar da honestidade intelectual do biógrafo maranhense, que praticamente a cada afirmação e consideração que faz apresenta uma prova documental, um registro qualquer em jornal, em livro, uma carta ou ainda um testemunho devidamente escrito e registrado, o que é bastante elucidativo de seu empenho em *provar*, à luz de atestados de veracidade, todo o seu impressionante, bem escrito e extremamente fundamentado relato. O seu arsenal de documentos, mais que uma garantia para a sustentação de uma narrativa verídica e confiável, é o alicerce de uma construção sólida e com ares inexpugnáveis, desafiando a capacidade crítica daqueles que des-

¹¹³⁰ *Idem, ibidem*, Vol. I, pp. 77-78.

¹¹³¹ *Idem*, Vol. II, p. 311.

confiam da honestidade do que é contado. A única forma de penetrar o arcabouço desta edificação que é o *Pantheon* de Leal é analisando-a internamente, perscrutando as partes constitutivas de seu discurso, cheias de procedimentos estilísticos e semânticos próprios dos panegíricos, mas com a diferença fundamental de que faz a exaltação do biografado a partir de documentos. A questão aqui é desconfiar do recorte e da seleção documental, senão do próprio documento. Apesar disso, o panegírico de Leal, justamente porque está apoiado em provas e evidências documentais cuja existência e eficácia simbólica é impossível negar, gera após si uma rede de argumentos com o fim exclusivo de perpetuar o seu próprio sentido, dando início a uma poderosa tradição interpretativa e historiográfica, pois sua narrativa influenciou e orientou todas as narrativas, leituras e interpretações posteriores, tornando-se uma fonte segura e confiável de dados verídicos sobre os biografados. Nos casos mais solenes e emblemáticos, como os de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, tem sido até hoje a principal senão a única fonte a respeito dos literatos maranhenses, o que condiciona hermeneuticamente toda a produção intelectual do campo literário após a consagração da obra de Leal. A despeito da crítica e rejeição do cônego Fernandes Pinheiro, todas as histórias literárias publicadas após a publicação do *Pantheon Maranhense*, principalmente as de Romero e Veríssimo, e até mesmo o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Sotero dos Reis, o tomam como referência abalizada, cedendo à sua influência e acatando o seu testemunho, senão *in totum*, ao menos como base para as suas reflexões sobre estes literatos, que Veríssimo denominou de *Grupo Maranhense*, embora não tivessem constituído, a rigor, um grupo organizado.

Todavia, diante da impossibilidade de realizar o *desmonte ímpio da ficção*¹¹³² e da invenção do passado, ou ainda da tradição, inauguradas e consolidadas pelo *Pantheon Maranhense*, a principal atitude crítica, e praticamente a única, entre os que ousam atacar a construção de Leal é a desqualificação intelectual e o rebaixamento moral da narrativa do biógrafo maranhense. Neste sentido, uma obra levanta-se *contra* o *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal, uma espécie de anti-panteão, em que o autor procura, com uma inflexão e um estilo acentuadamente polêmicos, criticar o mito em torno da *Atenas Brasileira* e desmontar, senão ridicularizar, o painel elaborado pelo biógrafo maranhense. O livro

¹¹³² BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo simbólico*, 1996, pp. 308-311.

em questão tem por título *Um livro de crítica* (1878), de autoria do também maranhense Frederico José Correia. É uma obra que chama atenção não apenas pela polêmica que promove, mas pelo fato de algumas de suas críticas serem muito plausíveis e válidas, quando não são resultado direto de motivações pessoais. O fato, contudo, é que Correia demonstra-se indignado com o fenômeno que ele denomina de *coterie*, ou, em uma tradução atual, de “panelinha” ou conciliábulo. Como quer que seja, Correia revela-se o primeiro crítico independente do Maranhão, inimigo público das igrejazinhas e compadrios literários até então hegemônicos nas letras locais. O seu *Um livro de crítica* é tem um alvo específico: um grupo de intelectuais sediados no Maranhão que ele reputa como um conventículo de amigos e confrades que praticam o elogio mútuo e monopolizam os mecanismos de prestígio e consagração em sua província. No pequeno *mundo literário* maranhense da época, feito de conveniências, acordos tácitos e velados sobre a mediocridade alheia, o levante crítico de Correia constitui uma audácia fora do comum que, mesmo nascida de mágoas e ressentimentos pessoais, dá demonstração de uma rara capacidade de realismo e objetividade. Além disso, condena veementemente o *habitus*, entre os escritores e literatos locais, de submissão intelectual ao lusocentrismo e promoção de falsas vaidades:

O escritor brasileiro que se vê mencionado no noticiário de algum jornal de Lisboa considera resolvida a sua condição de celebridade e repete, desvanecido, consigo, o *Sublimi feriam sidera vertice*, do Venusino.

Ha porem nisto tanto (*sic*) van fatuidade, como um espirito de subserviência que nos rebaixa.¹¹³³

Sobre a sua carreira como homem público pouco se sabe além do que é fornecido por ele próprio e pelo depoimento de outros intelectuais de seu tempo. Algumas das informações mais interessantes, entretanto, são fornecidas por um anônimo que fez anotações e comentários manuscritos em um dos exemplares de seu livro na Biblioteca Nacional, cujo texto encontra-se parcialmente mutilado pela guilhotina dos encadernadores e pelos estragos causados pela ação do tempo. Nelas, lê-se o seguinte:

¹¹³³ CORREA, Frederico José. *Um livro de crítica*. São Luís: Typographia do Frias, 1878, p. 4.

Frederico José Correia, natural de Caxias. Apenas concluiu seus estudos em 1840 foi nomeado prefeito para a terra do seu nascimento. Foi deputado provincial por muitos anos. É Vice-presidente por muitos anos, tendo ocupado quase todos os lugares da lista. É muito talentoso, e estudioso, porém tenaz em suas idéias, caprichoso, sempre enfezado, homem de bem, e franco até a rudeza. Vive hoje de sua aposen- [falha] É conservador de todas as épocas, porém seus adversários políticos muito confiam em sua honradez. O Dr. Eduardo Olímpio Machado muito o apreciava. Hoje vive zangado com tudo e com todos, e vingá-se por esta forma. Há azedume em seus escritos, porém muita verdade, e sobretudo franqueza admirável e insolente, e às vezes apreciação injusta. Diz que não foi nomeado Pre- [falha] chame sempre – Raposa manhosa. Prestou muito bons serviços no tempo da Guerra contra o Paraguai. Um presidente prometeu-lhe a carta do Conselho, com a qual nunca foi agraciado, apesar de escrever muito, e com critério, no *Publicador Maranhense*, e de ter dado à sua custa 20 Voluntários da Pátria. Não admira isto. Os Presidentes José Bento Jr., Silvino e Gomes de Castro prometeram muito a quem desse dinheiro e obtivesse donativos para escolas públicas, usando sempre do nome do Governo Imperial. Calotearam a todos, especialmente a mim, que conseguir fazer 2 casas para escolas na capital, e obt...¹¹³⁴

Apesar de sua denúncia retumbante sobre a existência de panelinhas e congregações literárias em sua terra natal, tudo indica que não foi um completo rejeitado, pois além de ter sido um político de projeção nada desprezível em sua terra, chegando a ocupar interinamente a presidência da província durante um curto período de tempo, seu nome também consta entre os poetas do *Parnaso Maranhense*, antologia local editada pelo tipógrafo Berlarmino de Matos em 1861, seguindo o modelo do *Parnaso brasileiro* de Pereira da Silva. Entre os antologados, destacam-se nomes como Antônio Gonçalves Dias, Antônio Marques Rodrigues, Francisco Sotero dos Reis, Gentil Homem de Almeida Braga, João Duarte Lisboa Serra, Joaquim Serra, Joaquim de Sousa Andrade, Luis Antônio Vieira da Silva, Manoel Odorico Mendes, Maria Firmina dos Reis e Trajano Galvão de Carvalho, entre muitos outros versejadores locais. Participa do *Parnaso Maranhense* com as composições *As duas ilhas*, *O Lacrymarum fons* e *Suaves miscetis odores*, sendo a primeira uma tradução de Victor Hugo.¹¹³⁵

Apelando ao sentimento patriótico dos brasileiros, o crítico maranhense parte para o ataque e a negação veemente dos exageros realizados para o engrandecimento das realizações e *proezas* dos escritores nacionais através da crítica literária, da história e de estudos

¹¹³⁴ Citado por MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, pp. 204-205.

¹¹³⁵ BERREDO, Augusto César de, ET AL. *Parnaso maranhense*. São Luís: Typographia Progresso, 1861, pp. 93-105.

biográficos, nos quais o fenômeno da *coterie*, segundo ele, é corrente como um vício. Contudo, detém-se particularmente no meio cultural de sua província:

Tal é a critica litteraria no Brasil: ou a *coterie*, ou a indiferença, ou a fama mendigada a estrangeiros, e particularmente a estes [...].

O meu fim com este livro é desmascarar a impudente *coterie* e não consentir que ella zombe por mais tempo da credulidade e da paciencia publica, nesta dita *Athenas brasileira*, onde ella principalmente se aninhou e tem produzido numerosa prole.¹¹³⁶

Deste ponto em diante, fica bastante evidente que o objetivo de *Um livro de crítica* de Correia é, sobretudo, criticar, denunciar e atingir a elite cultural e econômica de sua terra natal, sobretudo a intelectual, que entende como detentora e monopolizadora de vantagens e prerrogativas especiais, formando assim um vasto e complexo sistema de privilégios e concessões atribuídos somente a quem pertence ao restrito círculo de relações da *coterie*, excluindo os talentos contrários, à margem do estímulo e do reconhecimento. Nota-se no discurso de Correia a nota evidente de sarcasmo ressentido, mas o seu texto vai se aprofundando e assumindo tons de possessa acusação:

Agora vamos seguir a historia da *coterie* neste decantado Maranhão, de quem com justa causa se diz que *não ha outro como elle*; e limito-me só ao Maranhão, porque foi nelle que a *coterie* se encarnou em corpo e alma e onde ella é mais audaciosa.

Existem aqui familias privilegiadas, que monopolizão tudo que é bom, e fora das quaes não ha talento, saber nem virtudes, excepto para alguns mimosos que fazem a côrte desses principes de raça, ou se filliam à elles pela politica e outros laços. *Nesta republica de aristocratas tudo são celebridades e talentos superiores.*¹¹³⁷

Seria necessário neste ponto compreender todo o complexo de denúncias a respeito do imbricamento entre o campo intelectual e o campo do poder no Maranhão oitocentista, mas o que é relevante, ao menos no momento, é a possibilidade imediata de perceber que o principal projeto da elite letrada maranhense desse período, que é a construção mítica de uma cidade letrada em um país analfabeto, uma *Athenas Brasileira*, encontra em Frederico José Correia, pelo menos, um articulado e convicto opositor, um importante ponto de dis-

¹¹³⁶ CORREA, Frederico José. *Op. cit.*, p. 17.

¹¹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 21. Grifos meus.

cordância e retumbante diatribe. Nota-se, portanto, que a edificação do mito da urbe letrada apresenta seus pontos de tensão, porque não foi aceito por todos os intelectuais e homens de letras maranhenses, sobretudo entre aqueles que não se galardoaram imediata e diretamente dos benefícios resultantes. O próprio Correia é um sintoma disso, na medida em que resolve desmistificar justamente a peça de resistência do imaginário cultural de sua província, o *Pantheon Maranhense*:

Nunca porem a *coterie* mostrou-se tão audaz, como depois que appareceu em scena o dr. Antonio Henriques Leal, que se fez o arbitro supremo dos talentos e virtudes alheias, para exaltar a uns e deprimir, auxiliando-se de certos individuos que lhe parecerão azados para isso.

Hoje apparece elle, n'um jornal, à dizer que João Francisco Lisboa aprendeo o latim em seis mezes, appellando para o testemunho do mestre commum, que o confirma com o seu silencio, porque tambem lucrava com estas imposturas.

¹¹³⁸

Com um texto vazado de violenta ironia e deboche crítico, Correia ataca sem piedade o exagero contido em títulos como *Atenas Brasileira* e *Pantheon Maranhense*, que ele considera como resultado de uma auto-estima hipertrofiada, de uma megalomania típica de culturas periféricas como a brasileira, e, particularmente, a de sua província, cujo provincialismo estampa-se à vista de qualquer pessoa que tivesse a coragem, segundo o polemista, de duvidar e criticar a mentira de tais invenções históricas. Com efeito, o autor de *Um livro de crítica* não deixa pedra sobre pedra atrás de seus argumentos, e prossegue indômito e virulento em sua fúria iconoclasta:

Amanhan la surde (*sic*) a noticia de que o Maranhão é conhecido nas outras provincias pela *Athenas brasileira*, seguramente para que ao autor desta novella coubesse ser o Pericles da nova Athenas, embora sem Aspasia.

[...]

Tornando a nossa Athenas, pergunto: Ao que é que derão este nome famoso, á provincia ou á sua capital? Se foi á provincia, mal pode caber-lhe o nome de uma cidade, e nesse caso devêra antes chama-la *Atica brasileira*; e se foi á segunda, quero que me digão se foi nella que nascerão Gonçalves Dias, Mendes de Almeida, Vieira da Silva, João Lisboa, Sotero e outros? Só se foi por ser ella o berço natal do Plutarcho de todas essas celebridades e incelebridades maranhenses, o illustre dr. Antonio Henriques Leal.

[...]

¹¹³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 25-26.

O certo é que, nos ultimos tempos em que aqui esteve o dr. Leal, a *coterie* havia chegado ao seu auge e assumido um caracter de exclusivismo e tyrannia intoleravel, porque, afora elle e os da sua parcialidade, ninguem mais tinha o direito de critica e censura em assumptos litterarios.

E ainda depois que ele foi para Portugal, de la mesmo tem procurado manter esta primazia usurpada [...]. Se a morte não fosse tão repugnante, e se la no outro mundo tambem se podesse exercer o commercio, como neste, estou persuadido que este farejador de conveniencias desejaria morrer ja, para se ver figurando nas galerias do *Pantheon* e ser biographado pelo Plutarcho atheniense.¹¹³⁹

A despeito de seu destempero e de seu irônico ressentimento, é preciso convir que Correia tem coragem como crítico. Poucos intelectuais ou literatos brasileiros, antes de Romero e Veríssimo, tiveram a ousadia de usar tanta franqueza, apreciável senso de objetividade e razoabilidade em diversos argumentos, para realizar críticas tão diretas e ásperas contra o sistema intelectual e literário brasileiro, particularmente o maranhense, que se projetava para além de suas fronteiras por conta da ação de excelentes propagandistas como Antônio Henriques Leal. Consciente de que não eram os méritos reais dos escritores que estavam em questão, mas a dimensão exorbitante com a qual foram estimados e divulgados pelo país afora, inclusa a província, Correia é um dos raros homens de letras que têm a sinceridade e a destemperidade de admitir o exagerado mundo de vaidades hipertrofiadas e hiperbólicas de nosso acanhado meio literário, ainda em formação e, por isso mesmo, bastante susceptível a agravos e afrontas. As razões para este quadro de coisas já foram apontadas em momentos anteriores: a ausência de opinião pública, a superestimação do talento de nossos intelectuais e homens de letras, em sua maior parte apenas medianos e de dotes limitados, e, sobretudo, a falta de atividade crítica e intelectual séria capaz de rivalizar com as falsas celebridades e talentos medíocres que passavam por homens de gênio e grande cultura. O próprio Correia é muito consciente destas características em seu *Um livro de crítica*:

Entre as nações cultas, não conheço um paiz mais pobre em letras que o nosso. Não possuímos um só sabio, mas um ou outro homem illustrado e erudito. A vaidade ingenita do caracter brasileiro, por um lado, e a politica por outro, estragão os talentos logo ao nascedouro. Rarissimos se applicão á estudos serios e graves; o refugio dos que escrevem é, por via de regra, a poesia e o romance, e ainda nestes dous generos temos bem pouca cousa que preste.¹¹⁴⁰

¹¹³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 26-30.

¹¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 31-32.

Antes, porém, de passar ao seu objeto específico de crítica, que é na realidade a publicação do *Pantheon Maranhense* e os biografados de sua galeria de maranhenses ilustres, Correia examina alguns dos grandes vultos da literatura nacional de sua época, a “aristocracia litteraria da corte”.¹¹⁴¹ Segundo o critico, José de Alencar e Francisco Otaviano eram “dous homens de subido talento e particular gosto para a litteratura”, não sem antes ironizar com o seguinte comentário, entre parênteses: “gosto desta phrase meio eqüestre e meio pedestre”.¹¹⁴² A despeito disso, os célebres literatos, conforme o julgamento de Correia, eram “dous talentos egoistas e infatuados”, sobretudo Alencar, que “vive todo embrigado de si mesmo”, enquanto Otaviano “abjurou o culto das Musas e foi sentar praça nos arraiaes da burguezia emprezaria”.¹¹⁴³

Na linha de artilharia, Correia passa ao *popularíssimo* Joaquim Manuel de Macedo, cujo volume de atividades intelectuais lhe parece absurdo, por ser pouco crível que um mesmo homem conseguisse desempenhá-las com igual e razoável competência, o que é bastante para que o crítico maranhense aconselhe o *ilustre enciclopédico* a não ficar extenuado “com tanto labor esteril e semsaborão”, uma vez que a sua obra já estava completa com a *Nebulosa* (1857), “a sua mais bella produção”.¹¹⁴⁴

Uma parte dessa atitude crítica de Correia explica-se certamente pelo fato dele se encontrar dentro do período de estréia e atividade intelectual da geração que revelou Sílvio Romero e José Veríssimo, já sob a influência do evolucionismo de Darwin, do determinismo de Taine e do positivismo de Comte. O próprio Correia se diverte ao comentar uma moda da época, que é a de frequentar conferências públicas com o fim de divulgar as recentes descobertas da ciência e as novas teorias divulgadas na Europa. O crítico maranhense então debocha, com a sua mordacidade típica e picante ironia, da credulidade e disposição de brasileiros que, desejando por-se ao corrente dos avanços do conhecimento e da civilização, eram vítimas de oradores palavrosos que ludibriavam a audiência com palestras puramente retóricas. A respeito de uma conferência sobre Darwin, em que o orador “desmanchou-se em perolas, posto que n’uma linguagem barbara e horripilante”, Correia conta que

¹¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 31.

¹¹⁴² *Idem, ibidem*, p. 33.

¹¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 34.

¹¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 35.

ficou “encantado, particularmente com a presença de tantas moças bonitas”, ao que ele arremata, deliciosamente jocoso: “Está dito: eu também vou abrir conferências, ainda que não seja senão para dizer asneiras, com tanto que também possa dizer: ‘Minhas senhoras, meus senhores’”.¹¹⁴⁵

Somente após essas pândegas e demoradas digressões, é que Correia ingressa propriamente no assunto central de seu livro: o *Pantheon Maranhense*, de Antônio Henriques Leal, “essa Bastilha de papel, onde tremo de entrar”.¹¹⁴⁶

Segundo o audacioso e faceto crítico maranhense, apesar de Antônio Henriques Leal ter sido “um homem de talento, laborioso e investigador” e de ter algumas vezes “apreci[ado] com gosto os seus escritos”, escrevia ele, entretanto, em um “classiquismo obsoleto” e “pedantesco” que, entre outros defeitos, o mais típico e saliente aos olhos dos leitores era a sua “exageração hyperbolica nos louvores”, o que tornava o *Pantheon* em “um compêndio enfadonho de louvaminhices e pieguices sem fim”.¹¹⁴⁷

Após essas considerações preambulares, Correia começa a analisar as biografias escritas para o *Pantheon*, pela ordem em que aparecem, começando por Odorico Mendes, cujo trabalho de tradutor ele condena convicta e peremptoriamente:

[...] como traductor de Virgilio, caio das nuvens quando vejo os louvores immedidos que se lhe tecem, porque, em verdade, não conheço nada peor! Qualquer censura que se lhe faça fica muito aquem do que se sente, [...], que me fez muitas vezes recorrer ao texto latino, para entender o portuguez!

A natureza seguramente negou-lhe o talento de traductor [...].¹¹⁴⁸

Sobre Francisco Sotero dos Reis, seu julgamento não é muito diverso:

[...] um excellente latinista e vernaculista; muito versado na litteratura classica das tres linguas, latim, francez e portuguez, mas pouco conhecedor da litteratura moderna [...].

Escrevia bem o portuguez [...]. Tinha o dom da facilidade e da clareza, mas nenhuma eloquencia. Sempre a mesma phrase, sempre a mesma expressão, sempre a mesma frieza, sempre a mesma escassez de pensamentos elevados.

¹¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

¹¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 43.

¹¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 43-47.

¹¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 49.

A sua crítica litteraria, valho-nos Deus! era, além de mediocre, parcial e falsa, quando tratava de autores contemporaneos, sobretudo os brasileiros.

O seu curso de litteratura já não era obra para a epocha em que elle o escreveu e publicou. Quem o lê nada aprende de novo, porque ahi tudo é acanhado e rançoso.¹¹⁴⁹

Contudo, talvez o capítulo mais importante do livro de Correia seja o consagrado a Joaquim Gomes de Sousa (1829-1863), o matemático e homem de letras maranhense, que Leal considerava um verdadeiro espírito científico e detentor de uma “portentosa aptidão [...] para todo o gênero de manifestações da intelectualidade”,¹¹⁵⁰ comparável em talento a Humboldt, Laplace, Newton e Leibnitz, enfim, o perfeito protótipo do *gênio nacional*. Como uma das primeiras manifestações do talento científico de alguns brasileiros do século 19, Joaquim Gomes de Sousa foi considerado em seu tempo “o mais alto espírito matemático que tem produzido o Brasil”¹¹⁵¹ pelo fato de ter apresentado duas memórias à Academia de Ciências de Paris, a primeira sobre a determinação das funções incógnitas sobre um teorema de cálculo integral e a segunda sobre o som. Antes disso, migrou para o Rio de Janeiro em 1843, onde ingressou na Escola Militar da Corte, desistindo dos estudos por causa de problemas de saúde em 1844. No ano seguinte, entra para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso. Em 1847, solicita um exame vago em todas as disciplinas para a Escola Militar, recebendo em 1848 o título de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Como a Escola Militar da Corte havia instituído em 1842 o grau de Doutor em Ciências Matemáticas, requer em 1848 submeter-se à defesa de doutorado, obtendo o título de doutor com a tese *Dissertação sobre o modo de indagar novos astros sem auxílio das observações diretas*, tornando-se o primeiro doutor graduado pela instituição. Faz uma viagem ao Maranhão e, em 1849, retorna ao Rio de Janeiro, assumindo o cargo de Professor da Escola Militar da Corte. Além de ter estudado teorias sobre o som, fez pesquisas métodos gerais de integração e propagação em meios elétricos. Seus trabalhos são publicados pela Escola Militar, alguns na revista literária *Guanabara*, quando é indicado pelo imperador para comissões sobre reforma do sistema penitenciário. Em 1854 faz a sua primeira viagem de estudos para a Europa, residindo em Londres, onde submete alguns de seus tra-

¹¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 69-70.

¹¹⁵⁰ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Vol. I, p. 249.

¹¹⁵¹ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, Vol. II (1794-1855), p. 526.

balhos matemáticos à *Royal Society of London*. Viaja a Paris, matriculando-se na Faculdade de Medicina de Paris, onde obtém o grau de doutor em 1856. É nesta ocasião que apresenta suas memórias à *Academie des Sciences de Paris*. Na Alemanha realiza a publicação, através do editor F. A. Brockhaus, de Leipzig, de sua *Anthologie universelle. Choix des meilleures poésies lyriques de diverses nations dans les langues originales*, com cerca de 950 páginas, contendo uma seleção de poemas de 17 línguas, publicadas no original: alemão, inglês, francês, italiano, português, espanhol, russo, polonês, sérvio, boêmio, húngaro, holandês, dinamarquês, sueco, grego moderno, latim, grego clássico. A obra é publicada em 1859. No ano de 1857, recebe a notícia de que havia sido eleito deputado pelo Maranhão. Retorna para a Inglaterra, onde casa com a inglesa Rose Edith, de 18 anos, filha de um pastor anglicano. De regresso ao Brasil, deixa a esposa aguardando-o na Inglaterra, sendo empossado como deputado no dia 19 de maio de 1857. No mesmo ano, volta à Inglaterra para trazer a esposa ao Brasil. No ano de 1860, falece a sua esposa e, dois anos depois, em 1862, seu filho, ambos no Maranhão, vítimas de uma doença tropical. A despeito de sua saúde piorar, casa-se novamente, viajando em março de 1864 para a Inglaterra, a fim de se tratar. Vem finalmente a falecer em 1.º de junho deste mesmo ano. Sua morte é lamentada pela câmara de deputados do Maranhão, que emite uma nota de pesar pelo falecimento de “um vulto majestoso que encontrará substituto, porque àquele molde não são vazados muitos homens. *Era um gênio, e os gênios são raríssimos*”.¹¹⁵²

Ora, em um ambiente intelectual sensível e orgulhoso como o brasileiro, ainda extremamente carente de referências nos campos intelectual, científico e cultural, onde bastava a simples e ligeira menção em periódicos estrangeiros para que pessoas medíocres e até muito limitadas fossem alçadas à fama, alcançando prestígio e reputação junto à credulidade da opinião pública do país como talentos muito acima da média, como o observa também Frederico José Correia, o matemático Gomes de Sousa constitui uma história à parte. A sua biografia esta cercada de lendas e mitos sobre os seus feitos admiráveis e de sua inteligência assombrosa e extraordinária, em parte grandemente patrocinados pelo exagero que em torno deles se criou durante o século 19. O caso de “Sousinha”, que ultrapassou em muito

¹¹⁵² Citado por D'AMBROSIO, Ubiratan. *Joaquim Gomes de Sousa, o “Souzinha” (1829-1864)*. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (Eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3.º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004, p. 457.

os limites provincianos de meras citações em periódicos europeus, gerando fatos que assombavam a opinião pública brasileira pelo simples fato de freqüentar os círculos acadêmicos do Velho Mundo, constitui um dos momentos em torno dos quais se construiu o mito do *gênio nacional*. É o típico fenômeno oitocentista da *supervaloração do talento nacional*, em torno dos mitos do *saber universal* e da *obra-prima perdida*,¹¹⁵³ já referidos em capítulo anterior.

O mito do *saber universal* de nossos intelectuais e literatos é, no entanto, muito revelador da concepção reinante de inteligência durante o século 19, que atribuía ao *gênio nacional*, além de um intelecto fora do comum, uma cultura igualmente extraordinária que, aliada com uma não menos espetacular eloqüência, era capaz de causar espanto e admiração não apenas na opinião pública local, mas sobretudo entre estrangeiros. Com a coadjuvação importante de obras como o *Pantheon Maranhense*, difundindo lendas e boatos sobre a capacidade genial dos talentos nacionais, ainda que baseados em forte apoio e acervo documental, a fama de nossos *preclaros varões* da pátria atingia as massas populares que, ao reelaborá-la, caía no gosto anedótico e faziam-na entrar nos domínios do folclore, aumentando cada vez mais a própria fama e a reputação de homens *brilhantes* e *geniais* e, portanto, a auto-estima de nossos intelectuais. Como pano de fundo de toda essa legítima *invenção* em torno do orgulho pátrio, havia um enorme sentimento de inferioridade¹¹⁵⁴ e de auto-compensação.

Outro desdobramento dessa atitude é o *mito da obra inconclusa* ou *inacabada*, uma variante do *mito da obra-prima perdida* que, conforme já referimos, permite a suspensão do juízo histórico em torno da genialidade do intelectual brasileiro, já que este não pôde lapidar ao máximo o seu talento e brindar a humanidade com as luzes divinas de sua inteligência superior. No caso de Joaquim Gomes de Sousa, o autor do *Pantheon Maranhense* vale-se desse procedimento para engrandecer e encarecer o seu biografado, cujas obras foram interrompidas em função de sua morte precoce. É possível denominar este momento como o *mito do eclipsamento do gênio*:

¹¹⁵³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, Vol. 1, pp. 222-223.

¹¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 223.

Assim, com trinta e cinco anos, finou-se quem encheria o mundo com o seu nome, se perseverasse na carreira tão bem estreada e *houvesse ao menos terminado e dado à luz os trabalhos que havia concebido e rascunhado*.

Acharam-se-lhe apenas as memórias sobre matemáticas puras que havia lido nas Academias de Ciências da Inglaterra e no Instituto de França, e que começara a imprimir em Leipzig; a importantíssima obra sobre ciências naturais, sociais e filosóficas, *a que só faltavam a introdução e a conveniente redação*. É no gênero do *Cosmos* de Humboldt, e *havia por certo de produzir muita sensação no mundo científico, atentas as luzes que derramariam de si*. Deixou mais algumas *memórias esboçadas* e outros escritos científicos; mas tudo *no mesmo estado em que ficara aquela obra*.¹¹⁵⁵

Com efeito, Frederico José Correia é o primeiro intelectual brasileiro a ter dúvidas convincentes quanto à propalada *genialidade* de Gomes de Sousa, muito antes da revisão das reais dimensões do talento do matemático maranhense ao longo do século 20. Segundo Correia, o verdadeiro talento de Sousa, se é que o houve realmente, consistia em enganar a opinião pública superestimando a si mesmo, utilizando-se de todos os meios e expedientes disponíveis à época, sobretudo com a cumplicidade de seus pares, das instituições oficiais do Império como a Escola Militar da Corte e da imprensa, a fim engrandecer o seu próprio nome e supervalorizar os seus dotes intelectuais. O crítico Correia, no lugar de um gênio, enxerga apenas *charlatanismo e impostura*, sobretudo na biografia de Antônio Henriques Leal a respeito do matemático:

Quem ler o *Pantheon* e não souber a falsa sciencia que reina neste paiz, o que muito facilita a impostura litteraria, concluirá que o dr. Joaquim Gomes de Souza foi um prodígio de intelligencia, um dos maiores genios que tem produzido a humanidade, o primeiro sabio que tem tido o Brasil e um dos maiores que tem visto o mundo! Mas esta illusão não pode durar muito para quem attender á falta absoluta de provas escritas.¹¹⁵⁶

E é justamente na ausência de uma obra capaz de comprovar a tese sobre a *genialidade* de Gomes de Sousa que Correia apóia fundamentalmente a sua crítica:

Eu só direi, com a minha incredulidade de *homem positivo* nestes assumptos: Que provas deixou elle de tanto engenho e tanto saber? O menino de dezeset annos que lia e comprehendia a *Mechanica Celeste*, de Laplace, como quem lia historia ou litteratura, vivendo trinta e cinco annos, não podia ter deixado de assignalar a

¹¹⁵⁵ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Vol. I, p. 254.

¹¹⁵⁶ CORREIA, Frederico José. *Op. cit.*, p. 138.

sua passagem no mundo, como o fazem os meteoros, traçando, por onde passam, uma cauda luminosa.¹¹⁵⁷

Utilizando o argumento de que gênios como Laplace e Newton, em menos idade que a do falecimento do *genial* matemático maranhense, já tinham realizado obras de vulto, e ainda rejeitando por completo o *mito da obra inconclusa* como atenuação da ausência de provas e suspensão do juízo histórico sobre o biografado, Correia até questiona se realmente Gomes de Sousa chegou a escrever as afamadas memórias citadas por Leal em seu *Pantheon*. O crítico maranhense centra fogo, no entanto, em duas questões mais objetivas: se Gomes de Sousa escreveu mesmo as memórias que apresentou às instituições acadêmicas européias, o fato é que elas teriam chamado a atenção de alguma forma dos críticos e comissões para as quais as apresentou. Na possibilidade de veracidade, ou os textos de Gomes de Sousa apenas repetiam o conhecimento já estabelecido, sem novidades, ou então apresentaram progressos significativos para as ciências que delas eram objeto. Na primeira hipótese, Correia questiona: “Se ellas se limitarão ao conhecido e sabido, que pode d’ahi resultar para o seu autor?”.¹¹⁵⁸ Na segunda possibilidade, “como é que não estão divulgadas pelos sábios dos dous grandes paizes á quem o autor as offereco, [...] que os tinha em maior conta?”.¹¹⁵⁹

Cabe aí um esclarecimento. Após a visita de Gomes de Sousa à *Royal Society of London*, duas notas, a primeira apresentada pelo sócio George Stokes e a segunda, muito breve, pelo Dr. Sharpey, foram publicadas no *Proceedings of the Royal Society of London* no ano de 1857 sobre a memória elaborada pelo brasileiro ao instituto, cujo título, em inglês, é *On the Determination of Unknown functions which are involved under Definite Integrals*.¹¹⁶⁰ A primeira nota, de apenas algumas páginas, realiza uma rápida descrição sobre a memória, não fazendo nenhuma abordagem conclusiva sobre o trabalho oferecido por Gomes de Sousa aos colegas ingleses. As opiniões dos relatores do instituto a respeito da memória de Gomes de Sousa dividem-se e não são conclusivas, até contraditórias, de modo que nunca

¹¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 139.

¹¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 141.

¹¹⁵⁹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁶⁰ PROCEEDINGS OF THE ROYAL SOCIETY OF LONDON. Vol. VIII. London: Printed by Taylor and Francis, 1857, pp. 146-149.

houve um parecer definitivo. Situação semelhante sucedeu com os trabalhos oferecidos à *Académie des Sciences de Paris*, que deram origem a duas notas publicadas no *Comptes-Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, respectivamente no tomo XL e tomo XLI, ambas apresentadas por Joseph Liouville. Gomes de Sousa também não obteve um parecer conclusivo.¹¹⁶¹

Após tomar conhecimento que os relatores da *Académie des Sciences de Paris*, em sua primeira visita à capital francesa, tiveram dificuldade para compreender as suas explicações e demonstrações, o matemático maranhense enviou a Liouville um segundo trabalho, complementar ao primeiro, em que esclarecia suas idéias e argumentos. O mesmo comportamento é verificado na segunda nota publicada no *Proceedings of the Royal Society of London* de 1857 pelo Dr. Sharpey, em que Gomes de Sousa envia uma adição seu artigo, intitulada *Addition to a Memoir on the Determination of Unknown functions which are involved under Definite Integrals*, a fim de complementar a sua memória, no dizer de Sharpey, “in a more general way”.¹¹⁶²

No caso de Liouville, a justificativa oferecida por Gomes de Sousa é a precariedade de sua saúde. O tom, entretanto, de seu texto endereçado ao colega francês, além de queixume, é o de uma chantagem sentimental muito bem escrita no idioma de seu confrade:

Em commençant ce troisième extrait, j'avais l'intention de mettre en entier l'addition à mon Mémoire sur le son, ainsi que je l'ai dit ; mais je ne l'ai fait du tout, parce que je ne peux presque pas écrire. Malade dans les yeux (je suis un peu mieux maintenant), des afflux continuels de sang à la tête et produisant de petites congestions, [...] et me menaçant peut être de quelque chose de plus grave, [...], je crois, d'excuse devant l'Académie d'avoir présenté sous forme d'extraits des choses que j'ai l'intention de publier avec développements quand je serai en état de travailler.

Les extraits que je donne, comme extraits, étant pourtant développés, j'espère que l'Académie voudra bien former un rapport là-dessus ou, si c'est possible, les insérer, par des fragments, dans ses *Comptes-Rendus*.¹¹⁶³

¹¹⁶¹ D'AMBROSIO, Ubiratan. *Joaquim Gomes de Sousa, o “Souzinha” (1829-1864)*. In: *Op. cit.*, 2004, p. 457.

¹¹⁶² PROCEEDINGS OF THE ROYAL SOCIETY OF LONDON. Vol. VIII, 1857, pp. 376.

¹¹⁶³ Citado D'AMBROSIO, Ubiratan. *Joaquim Gomes de Sousa, o “Souzinha” (1829-1864)*. In: *Op. cit.*, 2004, p. 459.

O fato é que após essa justificativa apresentada pelo matemático brasileiro, Liouville realiza a publicação das duas notas no *Compte-Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, anteriormente citadas. Todavia, o texto transparece, ao longo de sua exposição de motivos, sobretudo no final, que a única preocupação de Gomes de Sousa era ver finalmente o seu nome estampado no periódico daquela instituição. Ademais, o tom de chantagem empregado por Sousa fornece a base para essa suspeita.

Contudo, apesar de atacar o calcanhar de Aquiles do panegírico de Leal quanto à superestimada obra matemática e científica de Gomes de Sousa, a sua produção intelectual que mais desperta o furor crítico de Correia é a *Anthologie Universelle*. Esta coletânea, publicada na Alemanha, chama a atenção do crítico maranhense pelo caráter extremamente pretensioso de suas ambições e objetivos, ao reunir uma seleção das “meilleures poésies lyriques” de 17 nações, em suas línguas originais, conforme já referimos linhas atrás. Assim, começando pelas letras alemãs até alcançar as gregas, a antologia de Gomes de Sousa percorre um périplo lingüístico extraordinário e, a bem dizer, extravagante, já que não se trata de uma edição bilíngüe ou comentada, embora o título e o prefácio estejam redigidos em francês. E o que chama mais atenção, na seleção que fez dos poetas de língua portuguesa, é o alinhamento de vários vates tidos como brasileiros entre os “poètes portugais”. Desse modo, ao lado de Almeida Garret, Francisco Manuel, Garção, Bocage, Antônio Dinis e Camões, estão perfilados Sousa Caldas, Gonzaga, Gonçalves Dias e Basílio da Gama, o que é uma confirmação de que Gomes de Sousa os reputava como patrimônio da língua portuguesa, já que o critério da antologia é principalmente lingüístico, embora também seja nacional, já que são composições “de diverses nations”. Como os poemas são antologados apenas nas “langues originales”, surge aí uma dupla tensão em sua realização: a primeira é que a leitura da obra é restringida pelo fato de que nem todos os leitores terão acesso a um acervo tão monumental de “poésies lyriques”, dada a dificuldade de alguém dominar com fluência a vastidão cultural de 17 idiomas diferentes; a segunda é que, além do livro ser raro objeto tipográfico em razão das diferentes línguas e tipos empregados em sua composição, os seus óbices lingüísticos davam-se também com o organizador, que, em consideração dessas limitações, escreve o seguinte esclarecimento:

Ce thème posé, Il nous restait à surmonter les difficultés qui se présentaient en foule dans son exécution. D’abord il fallait fixer le principe qui devait guider notre choix dans la quantité de chefs-d’oeuvre qui s’offraient à nous dans chacune des langues. [...]

Cette base fixée, nous avons fait notre coix [...]. L’impossibilité où nous nous trouvions d’apprécier par nous-même, avec l’intelligence convenable, toutes les langues qui, dans notre pensée, devaient être représentées dans notre oeuvre, nous a déterminé à réclamer l’assistance de personnes compétentes sous tous les rapports. ¹¹⁶⁴

O curioso é que, a despeito disso, Gomes de Sousa não dá o devido crédito a nenhuma dessas “personnes compétentes” para as quais requisitou assistência, como tampouco faz referências às fontes adotadas para a pesquisa e a coleta dos poemas. Sua *Anthologie universelle* é, portanto, repleta de uma vastidão de lacunas e reticências, apesar do exagerado espírito cosmopolita, também de influência romântica, que a inspirou e a guiou em sua execução, talvez por ser nascida da atitude um tanto suspeita de Gomes de Sousa querer ampliar pretensiosamente o seu leque de atividades intelectuais em uma época marcada pelo *eclétismo* e pelo grande número de interesses e ocupações exercidos por um intelectual brasileiro. A este respeito, na mesma época em que Gomes de Sousa encontrava-se na Alemanha, em 1856, Gonçalves Dias, que também mantinha contato com o editor Brockhaus, em Leipzig, escrevia de Dresde ao Barão de Capanema, comentando o seu encontro ocasional com o conterrâneo ilustre:

O Sousa aqui chegou também, vindo não sei donde, 4 ou 5 dias depois de mim; mora em cascos de rolha com um médico casado de fresco, e parece que vai bem. Creio que ele está em via de descobrir que o seu gênio não é matemático, - a síntese dos grandes princípios filosóficos - a harmonia à Leibnitz, se poderá também chamar - preestab’lecida (*sic*) - das ciências entre si, eis o que para que se acha ele com queda e talento; o estudo das raças e a origem dos costumes assim como as fontes das línguas abriam-lhe novos horizontes históricos... *bref* quando o escuto um quarto d’hora, sinto-me tomado de vertigem, como se me quisessem explicar as teorias de Taylor, ou os infinitésimos de Laplace. ¹¹⁶⁵

É preciso lembrar novamente, no entanto, que a concepção popular de talento estava associada durante o século 19 ao domínio de línguas estrangeiras, uma espécie de índice ou

¹¹⁶⁴ SOUSA, Joaquim Gomes de. *Préface*. In: _____. *Anthologie universelle: choix des meilleures poésies lyriques de diverses nations dans les langues originales*. Leipzig : F. A. Brockhaus, 1859, pp. VIII-IX.

¹¹⁶⁵ Citado por MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, Vol. III, p. 105.

parâmetro de inteligência e cultura utilizado pelo povo para abalizar as suas opiniões sobre o talento de um intelectual ou de um homem de letras. Em meio ao analfabetismo e ignorância generalizados do povo brasileiro, a civilização, a cultura e as línguas européias representavam um desafio e um mistério que somente os homens doutos e gênios podiam compreender muito bem. A poliglossia era, portanto, um dos atributos mais apreciados pelas massas rudes e ignaras, uma vez que, com essa habilidade, poderiam invadir territórios inexplorados da cultura trazida da Europa, traduzidos em avanços e modernidades de todas as áreas, distensionando assim o vasto complexo de representações que ecoavam no imaginário popular do país. Não à toa, a *Anthologie universelle* de Gomes de Sousa tem em suas feições uma poderosa eficácia simbólica, pois a natureza de seu projeto é a perfeita tradução do talento superior. Qualquer um que fosse capaz de publicar uma antologia em 17 idiomas, certamente seria um gênio, e uma realização desse porte o consagrava junto à opinião pública.

O que interessava ao povo, nesse período de afirmação da cultura nacional perante outros povos e outras nações, era o sentimento de orgulho patriótico quando um legítimo filho da pátria percorresse as plagas européias gerando grandes fatos públicos ao redor de seu nome e talento. A auto-estima nacional e popular não reclamava detalhes nem esclarecimentos. Bastava o fato ter acontecido, para ser citado como uma verdadeira proeza, logo cercada de lendas e mitos sobre a superioridade do *gênio nacional*, capaz de assombrar até mesmo as mais adiantadas nações européias. Quando o nome de um brasileiro aparecia estampado nas mais prestigiadas publicações do Velho Mundo, mesmo que fosse através de uma nota ou de uma citação, ou ainda quando uma de suas publicações saía dos prelos de alguma editora estrangeira, era o suficiente para que o fato fosse espalhado com estardalhaço pela imprensa de todo o país, logo ganhando as ruas, alimentando os comentários populares e as lendas sobre a proeza. A vida intelectual brasileira caracterizava-se por isso: um anedotário de façanhas.

Certamente, esse foi o viés principal da leitura que Correia fez sobre a *Anthologie universelle* de Gomes de Sousa: o desejo de realizar uma proeza intelectual espantosa para os leigos, sobretudo para a opinião pública brasileira e, em particular, para o povo, cujo sentimento de inferioridade perante as grandes nações era o motor da vaidade dos poucos ho-

mens de razoável talento e inteligência que possuía o país. Contudo, segundo Correia, o que estava por detrás do interesse particular de Sousa não era o orgulho patriótico, mas uma necessidade muito grande de *autopromoção*:

Em verdade, o que é a *Anthologia*? [...] O unico trabalho que ella custou foi colligir e copiar: trabalho inglorio para qualquer homem vulgar, quanto mais para um sabio da polpa do dr. Souza! E ainda assim, é preciso notar que elle foi nisso ajudado por outros, [...].

A *Anthologia* offerece mais este ponto, importante, á resolver. Sabia Souza, o russo, o polaco, o sérvio, o bohemio, o maggyar, o hollandez, o dinamarquez, o sueco e o grego moderno? É possivel que algum bolonio o affirme, mas é difficil que alguém o acredite. Elle sabia tanto essas linguas, como eu as sei [...].
1166

Além disso, Correia questiona a suposta *universalidade* da antologia, uma vez que omite poetas do Oriente, norte e sul-americanos, porém não esquece de mencionar os brasileiros, apesar de travestidos em “poètes portugais”. Além disso, aponta a falta de critérios rígidos por parte do organizador, ao demonstrar que os poemas selecionados não eram somente do gênero lírico, pois estavam misturados entre alguns épicos. Contudo, a falta de paciência de Correia com a *Anthologie* de Sousa fica bastante visível em algumas pequenas injustiças, ao acusá-lo, por exemplo, de não ter contemplado as línguas mortas, como o grego e o latim. Acontece que entre as páginas 913 e 944 da coletânea encontra-se justamente uma seleção de poetas latinos e gregos, em latim e grego clássico, que inclui, respectivamente, Horácio, Ovídio, Catulo, Aurélio, Valério e Tíbulo, entre os latinos, e Teognis, Antologia Palatina (anônimos), Teócrito, Bion, Moscus, Meleager e Anacreonte, entre os gregos. O crítico maranhense, talvez no afã de desmoralizar intelectualmente a obra e as pretensões de Sousa, deixa passar este pequeno detalhe crítico, o que levanta uma pequena suspeita de má-vontade. Mas isto não é suficiente para desautorizar a crítica de Correia, que desfere o golpe de morte sobre a coletânea de Gomes de Sousa, ao fazer a pergunta central que interessa a uma obra desse gênero e com tais características: se é uma antologia escrita em 17 línguas, qual então é seu leitor final, o seu *público alvo*, a quem ela se endereça? Na impossibilidade de encontrar um país, um povo ou um público que falassem todos, ao

¹¹⁶⁶ CORREIA, Frederico José. *Op. cit.*, pp. 142-143.

mesmo tempo, tantos idiomas tão distintos entre si, a resposta só poderia recair sobre aquele que, em realidade, não se encaixa em qualquer dos supostos perfis possíveis:

Para quem a publicou o autor? Para os dous povos que fallão a lingua portugueza, não, porque nelles já é fora do commum o saberem mais do que o francez, o inglez e o espanhol. *Mas ninguem publica uma obra litteraria, que não seja para ser lida, de preferencia, pelos seus compatriotas; d'onde se pode concluir que tal publicação foi mais ostentosa do que util.* O que o autor quiz foi dar de si um juizo avantajado, offerecendo nella o maravilhoso contraste do ameno litterato com o trombudo geometra e o abstracto metaphysico, que não desdenha a cultura das bellas letras, á ponto de ser tão conhecedor da poesia de todos os povos! ¹¹⁶⁷

Após passar em revista as omissões de grandes literatos que encontrou ao longo da antologia, sobretudo os de sua preferência, Correia analisa outras produções conhecidas e mencionadas de Gomes de Sousa, em prosa, a começar pelos seus discursos, nos quais reconhece “talento, não ha duvida, mas talento unicamente de quem lê e aprende e diz o que leo e aprendeo”. ¹¹⁶⁸ Aqui é um ponto importante de atenuação para a compreensão do juízo final de Correia a respeito do caráter de Sousa, mas não adiantemos nossas conclusões. O fundamental, neste ponto, é compreender que Correia admite existir em Gomes de Sousa um razoável talento, mas não brilhante a ponto de ser comparado com “Humboldt e outros sabios viajantes”, ¹¹⁶⁹ embora seja capaz de elaborar argumentos e textos convincentes a partir da leitura e conhecimento de suas obras. É com esta avaliação que Correia parte, entretanto, para a refutação da *obra-prima inacabada* de Gomes de Sousa, “a que só faltavam a introdução e a conveniente redação”, ¹¹⁷⁰ conforme o anunciado e alardeado com substanciais encômios por Leal:

A obra, sem titulo, sobre sciencias naturaes, sociaes e philosophicas, que o autor do *Pantheon* cometteo o desacato de comparar ao *Cosmos*, fazendo-as congeneres, evidentemente não existe e nem nunca existio, salvo se ella nada vale, pois quem acreditará que, se ella existisse e tivesse o valor que lhe inculca o dr. Leal, não estivesse ja publicada, com prologo de encomenda, escrito por algum sabio da *coterie* maranhense, com aquellas artimanhas que se lhe conhecem?

Pois ella que teve em tanto outras obras, [...], de escritores de sua parcialidade, [...], como é que deixa inedito o novo *Cosmos*, do Humboldt maranhense?

¹¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 143-144. Grifos meus.

¹¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 146.

¹¹⁶⁹ *Idem, ibidem*.

¹¹⁷⁰ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Vol. I, p. 254.

[...] Pois eu emprazo ao sr. dr. Leal, [...], para me fazer chegar ás mãos esta joia litteraria, que eu me obrigo a fazê-la publicar, se ella com effeito tem o valor que se lhe attribue.¹¹⁷¹

De todo esse imenso e virulento caudal de críticas de Frederico José Correia sobre Gomes de Sousa, quase todas com muita propriedade e objetividade, a despeito do tom sarcástico ou irônico, o que é espantoso constatar, para além da impossibilidade concreta da existência de um legítimo *gênio nacional*, é o não menos espantoso empenho de Antônio Henriques Leal em criar uma atmosfera de mito e genialidade em torno de alguém que, se não foi necessariamente uma nulidade, também estava longe de ser um talento comparável a intelectuais e cientistas da envergadura de Humboldt ou Leibnitz. E é justamente neste ponto, de comparação contínua e incansável com os gênios estrangeiros e, particularmente, os europeus, que o *Pantheon Maranhense* e outras obras congêneres, traduzem e transudam este *sentimento de inferioridade* que os literatos e intelectuais brasileiros oitocentistas nutrem em relação às civilizações mais avançadas do mundo civilizado, onde tais gênios parecem brotar sem grande esforço, associados a fatores então bastante apreciados, como o clima, o solo, a *raça* e a cultura. Para a concepção romântica de civilização, a genialidade, embora não fosse exclusividade das zonas temperadas e do mundo europeu, parecia estar melhor aclimatada ao Velho Mundo, onde os Laplaces e os Newtons eram mais comuns, do que nos trópicos, embora a nossa natureza fosse exuberante e os sábios viajantes aqui aportassem a todo momento para estudar e escrever sobre o exotismo das maravilhas americanas.

Neste sentido, todos os mecanismos explicativos de compensação para a juventude do país e o atraso do *processo civilizatório* da nação foram adotados, e os nossos primeiros intelectuais, doutores e gênios puderam assim se esquivar da imperativa necessidade de fazer avançar a civilização nacional porque estavam ocupados demais com a consolidação da pátria e a tentativa de evitar o seu esfacelamento. Isto forneceu a primeira explicação para o fato de que nossos primeiros *homens de gênio* tiveram que se dedicar à política e não exclusivamente às ciências, à filosofia, à história, às artes e à literatura, o que impediu o florescimento adequado de nossos gênios nacionais. Introduz-se aí o *mito do gênio irreve-*

¹¹⁷¹ CORREIA, Frederico José. *Op. cit.*, pp. 146-147.

lado, porque talvez irrelevante. Os que vieram em seguida tentaram estabelecer e definir a identidade cultural da nação, estudar a história e fixar o estreito e diminuto círculo de nossa nascente intelectualidade. Contudo, o sentimento de inferioridade permanece, a ponto do intelectual e homem de letras brasileiro, para não se sentir completamente diminuído e ex-probrado pela sua própria auto-estima, empenha-se por encontrar as correspondências em solo pátrio do mundo europeu, tanto em nossa cultura como em nossa organização social, política, urbanística e em todas as outras áreas e domínios, embora sempre aclimatadas às peculiaridades específicas de um país tropical e de seu povo ainda em formação, em plena infância de sua existência como nação autônoma. Por esta razão a elite brasileira, que sonhava com os avanços europeus e até procurava imitá-los e segui-los a cada passo, sentiu necessidade de encontrar, senão criar ou *inventar*, as Venezas, as Parises, as Amsterdãs e as Atenas brasileiras, assim como os nossos Humboldts, Laplaces, Newtons, Leibnitz, Victor Hugos, Tassos, Camões, Dantes, Byrons, Voltaires e Plutarcos brasileiros. Ou, mais particularmente, maranhenses. Ou, mais precisamente, *atenienses*. O espelho da nacionalidade era europeu, apesar do romantismo afirmar a céu aberto a tese da originalidade e da singularidade de nossa cultura, e de que o Brasil e o povo brasileiro eram, a cada dia, mês, ano e década que passava, cada vez mais brasileiros.

Somente em Rui Barbosa o intumescido mas pouco exigente orgulho pátrio encontraria outro espécime do gênio nacional aos moldes de Gomes de Sousa, apesar da existência de alguns nomes de mérito e talento, como Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Machado de Assis, Cruz e Sousa e Aluísio Azevedo. Mas ainda não era o suficiente para a afirmação do orgulho nacional perante as nações européias e, no lugar de oferecer condições adequadas para o surgimento e desenvolvimento dos nossos talentos, a nação preferiu cercar de mimos e elogios os seus filhos mais ilustres, superestimando-os até se tornarem *egoístas* ou *enfatuados*, com um exagerado senso de auto-importância e, em vários casos, uma evidente tendência ao embuste intelectual ou *impostura*, nos termos de Frederico José Correia. Todos estes fatores contribuíram para que a produção intelectual séria e disciplinada em nosso país, sobretudo a literária, fosse praticada com um acentuado diletantismo, em razão de um ambiente acadêmico rarefeito, quando não sua completa ausência, onde a prática da crítica intelectual era vista como ofensa pessoal e até como injúria. Qualquer homem de prestígio

que tivesse alguma de suas idéias atacadas partia para a desqualificação moral e intelectual de seu êmulo, sobretudo quando julgava-se acima de questionamentos em nome de seus relevantes serviços prestados à pátria, ou justamente em razão de seu orgulho pessoal. Como quer que seja, todos estes fatores somados, segundo Correia, explicavam a ascensão e a ascendência de Gomes de Sousa no cenário intelectual oitocentista:

Parece-me pois ter provado que toda a fama do dr. Joaquim Gomes de Souza foi adquirida á custa do mais audaz charlatanismo, concorrendo tambem elle efficaz e directamente para essa improbidade litteraria, como o prova a celeberrima *Anthologia*.

[...] Agora vou eu dizer *justamente* o que elle foi, como sempre uso fazello.

O dr. Souza, que n'outros paizes onde abundão os grandes talentos e os verdadeiros sabios, não passaria de uma vulgaridade, foi entre nós um talento fora do commum, de mui facil comprehensão, de uma intuição clara e methodica, tanto na synthese como na analyse. [...]

Emquanto elle se limitasse á ler e á aprender, tudo iria bem; mas, logo que elle quizesse ultrapassar essa deveza imposta ao seu entendimento e entrar no mundo das creações, ahi estava o talento á fraquear-lhe e á revelar a sua incapacidade, cahindo no vago, no imaginario e no indefinido.

Foi por isto que elle, dando-se tanto ao estudo e á meditação, nada foi capaz de criar nem innovar; e pois pode-se concluir que, sendo elle um belo talento, desconheceo as suas forças e deixou-se transviar pelo amor da celebridade, julgando-se superior ao que realmente era; para o que principalmente contribuirão as lisonjas e exagerações dos seus admiradores.¹¹⁷²

Eis aqui um raro momento de clemência e compreensão em Frederico José Correia. Contudo, o arsenal de críticas do anti-ateniense a respeito dos biografados do *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal ainda está longe de se esgotar por completo. Porém, a fim de não nos estendermos muito mais no assunto, fiquemos limitados aos exemplos de Trajano Galvão de Carvalho, poeta maranhense que, segundo Correia, “não passou de talento mediano e vulgar”,¹¹⁷³ de limitada imaginação e escassa originalidade em seus versos, e o de João Francisco Lisboa, que constitui uma exceção, pois é a única biografia de Leal com a qual, em linhais gerais, o autor de *Um livro de crítica* concorda, fazendo apenas alguns reparos pontuais. Como Lisboa foi um dos poucos biografados que Correia realmen-

¹¹⁷² *Idem, ibidem*, pp. 148-149.

¹¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 163.

te conheceu, afirma o seguinte, com base em uma das defesas do autor do *Jornal de Timon* que ele presenciou:

O seu discurso foi pois um improviso, e todavia que obra prima d'eloquencia! Desde então fiquei fazendo de Lisboa o juizo qu'elle realmente merecia, como um talento verdadeiramente superior, diante do qual eu podia curvar-me, seguro de não ser o admirador de um charlatão; e digo que esse homem n'um theatro mais folgado e n'uma epocha revolucionaria, tão propria para fazer sobresahir os dotes oratórios, seria um Demosthenes, um Mirabeau, um O'Connell.¹¹⁷⁴

Um dos pontos dos quais Correia discorda em Leal é a descrição física de Lisboa que o biógrafo maranhense emprega para encarecer as suas virtudes como orador. A este respeito, Correia tinha um parecer completamente contrário:

Quem conheceo Lisboa, sabe quanta inexactidão ahi vai, pois a verdade é que elle tinha contra si todos os requisitos externos para a oratória: baixo, mal conformado, barba serrada e abundante, cor icterica, olhos baços, ar severo e carregado, voz um tanto surda (não nasal), gesticulação pouco variada, jogo physionomico pouco expressivo e só notaval dos sobr'olhos para cima.¹¹⁷⁵

E, apesar disso, considerava Lisboa um orador brilhante. Outro momento de divergência de Correia com Leal é sobre o destino final das anotações de Lisboa com o objetivo de redigir uma história do Maranhão e a ordem para que fossem queimados os inéditos sobre a vida do padre Antônio Vieira, que não fora cumprida. A tese de Leal é que o autor do *Jornal de Timon* queimou as suas anotações sobre o projeto de uma história do Maranhão porque encontrava-se em um estado de “hipocondria crônica” em razão do agravamento de sua saúde; a base para tal suspeita era o fato de que havia encontrado o material sobre a vida de Vieira com um invólucro, contendo a seguinte recomendação: “Estes papéis devem ser queimados, sem serem lidos, quando eu o determinar”.¹¹⁷⁶ Ora, o próprio Leal fornece os argumentos para inviabilizar a sua hipótese, ao reproduzir uma carta de Lisboa a respeito do citado projeto:

¹¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 184.

¹¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 183-184.

¹¹⁷⁶ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Vol. II, p. 352.

Devo confessar-lhe que *há tempos tive impulsos de queimar tudo quanto tenho feito até o presente. Mudei de tenção*, porém, considerando que *era deitar a perder o trabalho de muitos anos*, por considerações que não devem ter a menor influência no ânimo de quem *nada pede, porque nada deseja*. Além disso, *como não tenho fé robusta no meu aliás prodigioso talento*, nunca fico satisfeito do que produzo e escrevo. Não tenho pressa nenhuma em publicar tais cataplasmas literárias, escritas em língua de preto.¹¹⁷⁷

E, é claro, Correia remata o assunto com o seguinte comentário:

Quem conheceu Lisboa não pode deixar de rir-se desta farsa, pela qual se pretende alliar a esse character rude, altivo e orgulhoso, embora sem fatuidade e ridiculas manifestações, a timidez de um homem acanhado e duvidoso de seus merecimentos.¹¹⁷⁸

Ao fim de seu *Um livro de crítica*, depois de demolir o enorme empenho de Leal em erguer o monumento de sua galeria de biografados como um verdadeiro panteão de glórias e virtudes de sua província natal, apresentando os intelectuais e homens de letras maranhenses ao Brasil como uma verdadeira plêiade de gênios nacionais e homens de talento acima da média, cujas obras e realizações são reconhecidos mundo afora, Correia estranha a ausência de “um maranhense distinto, o dr. João Braulio Moniz”, que compôs a primeira regência durante a minoridade de D. Pedro II, um “esquecimento [...] indesculpavel”, cuja explicação possível, segundo o crítico, é o fato de que o “probidoso regente, nem por si nem por seus postumos, pertenceo jamais ao *corrilho ateniense* do Maranhão”,¹¹⁷⁹ encerrando assim o primeiro e mais original livro de crítica escrito naquelas plagas do norte do Brasil em franco e inevitável declínio.

No entanto, é necessário lembrar que estes perfis biográficos, como o *Pantheon Maranhense*, cumpriram a sua função precípua, pois além de ser leitura atraente e diletante, a correlação entre a obra e a vida, ao lado das avaliações críticas e juízos de valor, tinha como resultado um conjunto dinâmico, em que a personalidade literária e a humana se confundiam ao sabor de um romance cheio de peripécias e acontecimentos singulares. Além disso, a despeito da “invenção” do passado e da tradição, estes perfis biográficos, como o

¹¹⁷⁷ LISBOA, João Francisco citado por LEAL, Antônio Henriques, Vol. II, p. 355.

¹¹⁷⁸ CORREIA, Frederico José. *Op. cit.*, p. 185.

¹¹⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp. 205-206.

Pantheon Maranhense, ajudaram a divulgar os nossos homens de letras e vultos da pátria. A invenção de um cânone de homens ilustres é, portanto, uma questão de tom e postura diante da representação do passado. O que está em jogo, portanto, é a suspeita, e não uma teoria conspiratória, de que a imaginação humana atua de maneira viva, em momentos pontuais da história e da elaboração da narrativa historiográfica – sobretudo, nesta última – no sentido da construção e da *invenção* de tradições respeitáveis, como o exemplo dos panteões e galerias biográficas, integrantes do *corpus* do cânone literário nacional, em que a representação do passado está em jogo.

Passemos agora a comentar a obra de outro importante e fecundo produtor de antologias desse período, o historiador e crítico literário Francisco Adolfo de Varnhagen. Ao longo de sua produtiva e movimentada vida, Varnhagen publicou um invulgar conjunto de obras, sobretudo historiográficas, mas também de caráter literário. O seu interesse pela literatura brasileira dá-se, pela primeira vez, com a publicação, em 1845, dos *Épicos brasileiros*, volume no qual estão reunidas as epopéias de Basílio da Gama – *O Uruguai*, de 1769 – e Santa Rita Durão – *Caramuru*, de 1781. O seu projeto mais ambicioso como homem de letras é, no entanto, a antologia de poemas *Florilégio da poesia brasileira*, consumindo boa parte de sua vida e seu tempo como pesquisador.

Segundo José Veríssimo, o longo empreendimento levado a cabo pelo autor do *Florilégio* o coloca como “o verdadeiro fundador da história da nossa literatura”,¹¹⁸⁰ a despeito de todas as tentativas anteriores de Joaquim Norberto. No entanto, o próprio Varnhagen descreve as dificuldades e óbices de produção do livro, escrito em meio a outras atividades intelectuais e suas funções diplomáticas fora do Brasil:

Convém, porém, saber-se que, quando em fins de 1846, entregamos à imprensa os primeiros materiais para ele, estávamos empregado (sic) na legação imperial em Lisboa, de onde pouco depois tivemos de sair para outro destino. Antolhou-se fácil a continuação da impressão naquela cidade, com a condição de que se nos mandaria uma prova pelo correio. Várias dessas provas foram revistas em jornadas numa estalagem, e sabe Deus como. Outras vezes chegavam com recomenda-

¹¹⁸⁰ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 2002, p. 30.

ção de que deviam devolver-se pelo mesmo correio, e era necessário sempre vê-las com demasiada precipitação.¹¹⁸¹

Apesar do esforço de Varnhagen e de seus planos iniciais, o segundo volume não apresentará as biografias de todos os antologiadados. Segundo o autor, todas “estas dificuldades, e o desejo de terminar a obra, nos obrigaram a abandonar o pensamento de prosseguir com a redacção das biographias de todos os poetas, como fizemos com os quatorze primeiros”.¹¹⁸² Com isto, o terceiro volume será dado a lume em 1853, com edição de Madri.¹¹⁸³ Segundo Varnhagen,¹¹⁸⁴ a boa recepção do público leitor em relação aos primeiros tomos, apesar de todas as imperfeições, o obrigou a melhorá-los, enfatizando que o meio “mais cômodo” fosse o de fazê-lo logo, em uma segunda edição. Contudo, assim mesmo o historiador decide publicar o terceiro tomo, contando, evidentemente, com a *compreensão* e a *indulgência* do leitor.¹¹⁸⁵

Portanto, entre 1846 e 1872, a composição do *Florilégio da poesia brasileira* ocupou boa parte do tempo de pesquisa de Varnhagen, falecido em 1878. Depois das primeiras, uma nova edição só vai ser publicada novamente em 1946, através da Academia Brasileira de Letras, ainda a mais recente. Contudo, o *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, constante no primeiro tomo da maciça obra, conheceu seguidas edições logo após a sua publicação, sobretudo em obras de caráter pedagógico, como o fez o professor Alexandre José de Melo Moraes, que o reeditou em sua maior parte em *Elementos de literatura*, no Rio de Janeiro, em 1856.¹¹⁸⁶ O *Ensaio*, em sua edição original, é precedido por um *Prólo-*

¹¹⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da literatura brasileira*, 1998, pp. 213-214.

¹¹⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira, ou collecção das mais notvaeis composições dos poetas brazileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as letras no Brasil*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, p. IV.

¹¹⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *Op.cit.*, p. 214.

¹¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp. 214-215.

¹¹⁸⁵ *Idem, ibidem*.

¹¹⁸⁶ MORAES, Alexandre José de Melo. *Elementos de litteratura*. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares do Pinho, 1856. O *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* encontra-se entre as páginas 177 e 198, reproduzido em sua maior parte, exceto as páginas iniciais, onde Varnhagen se debruça sobre a atividade literária da América espanhola. Começa a partir do trecho dedicado ao Brasil, até o fim.

go datado de 5 de junho de 1847, no qual Varnhagen esclarece os critérios adotados para a seleção dos poemas e autores antologiadados.

Desde o começo, o antologador justifica a sua iniciativa, uma vez que se se tem em conta como um dos “inimigos do monopólio literário”, e não pôde lutar contra a “tentação de repartir com o público tantas poesias inéditas ou raras, por antigas ou extraviadas, que as investigações a que nos temos votado sobre a história da América nos haviam deparado”.¹¹⁸⁷ Com efeito, ao longo do *Prólogo*, Varnhagen enfatiza que uma das razões de seu empreendimento foi a pressa de coligir todo o material disponível, em um claro afã arquivológico. Como havia não era possível e mesmo útil publicar tudo, resolvera que seria melhor editar apenas o que pareceu, àquele momento, o mais apropriado. Deste modo, Varnhagen dá início ao rol de suas preferências estéticas, ao enfatizar a adoção de seu critério judicativo principal: a presença ou ausência de uma *cor local* nas composições, sem deixar de levar em consideração, repetindo o coro de sua geração, o quanto a história da literatura brasileira carecia de originalidade ou mesmo de qualidade em seus textos. Contudo, não deixa de avaliar como a sua obra será acolhida pelo público, europeu ou brasileiro – no caso, *americano* –, ao mesmo tempo em que reitera o discurso romântico sobre a originalidade dos poetas do passado que, apesar de possuir alguns um talento invulgar, não se libertaram da imitação do padrão clássico de beleza e nem adotaram a descrição da natureza tropical, o que prejudicou o caráter de nacionalidade até de suas melhores composições. A crítica é, com efeito, direcionada aos árcades mineiros, como habitualmente acontece, e todos os outros autores que praticaram modelos neoclássicos, motivos gregos e romanos, em contraste com o ambiente natural da América. É o que nos conta o autor no seguinte trecho:

Como o entusiasmo que temos pela América, onde vimos a luz, e a fé no desenvolvimento futuro de nossa poesia, era um dos nossos estímulos, julgamos dever dar sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semi-grega, outra embora mais tosca, mas brasileira, *ao menos no assunto*. Esta decisão nos facilitou a empresa, e cremos que esta coleção adquirirá com isso mais interesse para o leitor europeu, ao passo que deve lisonjear o americano, vendo que

¹¹⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da literatura brasileira*, 1998, p. 224.

vai já para dois séculos havia no Brasil quem julgava que se podia fazer poesia sem ser só com coisas de Grécia ou Roma.¹¹⁸⁸

Por esta razão, em função dos motivos expostos, Varnhagen pontua que não pretende oferecer “modelos de arte poética”, e, no lugar de um *Parnaso*, conforme o exemplo de Garret, Cunha Barbosa e Pereira da Silva, preferiu apresentar as composições pela *ordem cronológica* do nascimento e morte de seus autores, precedendo-as cada das respectivas biografias de cada um deles. Outra justificativa é que, apesar da *repugnância* ao notar que era o primeiro a emitir a maior parte das apreciações estéticas ali constantes, assim como no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, pontuou a necessidade de conferir unidade à obra. Ao mesmo tempo, ao longo do *Prólogo* o autor pressente que, em decorrência do volume de pesquisas ainda por fazer, havia de dedicar boa parte de sua existência com a composição da obra.¹¹⁸⁹

Interessante também é, por outro lado, a justificativa que o autor dá ao título da coletânea. Com efeito, o termo *florilégio* está dicionarizado, atualmente, com a definição de substantivo masculino, designando *coleção de flores*, ou, então, em sentido figurado, *compilação de trechos literários escolhidos*, ou simplesmente *antologia*.¹¹⁹⁰ O autor explica que, apesar da sugestão oferecida pelo título, não tem a pretensão de oferecer apenas o que havia de *melhor* na poesia brasileira da época, mas sim, guardadas as devidas exceções, o que de mais *americano* se possuía – leia-se, neste ponto, o que havia de mais *brasileiro*, conforme o que o próprio Varnhagen esclarece:

Escolhemos as flores, que julgamos mais adequadas para o nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra pique por alguns espinhos, esta não tenha aroma, aquela pareça antes uma descorada orquídea, e aquela outra uma parasita criada com ajuda da seiva alheia, etc.¹¹⁹¹

¹¹⁸⁸ *Idem, ibidem.*

¹¹⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 225.

¹¹⁹⁰ BUENO, Francisco da Silveira (org.). *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Fundação de Assistência ao Estudante, 1986, p. 496.

¹¹⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da literatura brasileira*, 1998, p. 225.

Contudo, Varnhagen explica que deseja evitar, a todo custo, toda e qualquer associação da poesia brasileira, cuja nacionalidade ainda não está completa, e, portanto, ainda não é *americana* em sua totalidade, com a cultura clássica ou com a portuguesa, ou ainda qualquer outra que não ela própria. Por esta razão, comenta o seguinte: “Não chamamos *Parnasso* a esta coleção, pelo mesmo motivo de estarmos um pouco em briga com a mitologia, e por devermos distingui-la de outra anterior, que leva aquele título”.¹¹⁹²

É neste ponto que o historiador e crítico paulista explicita os critérios de seleção adotados para a composição dos quadros literários do *Florilégio*. O primeiro é o do *nascimento*: todos os autores antologados deviam ter nascido no Brasil, pois Varnhagen considera um princípio mais geral que pode ser aplicado, senão para todos, ao menos para a grande maioria dos literatos que se pretende demoninar, doravante, como *brasileiros*. Para este fim, o historiador paulista, por outro lado, não utiliza o critério do domicílio quanto aos que tinham estabelecimento e residência fixa no Brasil para fundar a nacionalidade de origem de um texto, salvo quando há indicação do contrário. A partir deste ponto Varnhagen explica a ausência de autores que, embora tivessem escrito sobre o Brasil, não podiam constar em um cânone da literatura brasileira.¹¹⁹³

Outra questão apontada pelo *Prólogo* é quanto a emancipação da literatura brasileira da portuguesa. Aqui Varnhagen dá réplica ao argumento de Gama e Castro, entre outros, sobre a impossibilidade de realizar a divisão das literaturas com base no critério língua, a mesma para ambas as culturas. O historiador paulista refuta com veemência o argumento, por considerá-lo escolástico demais, e por entender que a idéia suscitava malentendidos, ressentimentos e preconceitos entre as duas nações.¹¹⁹⁴

Contudo, apesar de Varnhagen não querer entrar no domínio da polêmica de Gama e Castro, o historiador paulista não deixa de expor algumas razões que reputa como evidên-

¹¹⁹² *Idem, ibidem.*

¹¹⁹³ *Idem, ibidem*, pp. 225-226.

¹¹⁹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da literatura brasileira*, 1998, p. 226. Aqui, vemos Varnhagen fazer coro com Santiago Nunes Ribeiro, ao realizar a defesa da autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa.

cias inegáveis de que a “*naturalidade* da divisão das duas literaturas” ¹¹⁹⁵ não era somente possível, mas desejável. Citemo-las:

- a) Segundo Varnhagen, apesar de alguns autores, como Alexander von Humboldt, destacado naturalista prussiano que viajou pela América do Sul entre 1799 e 1804, e Silvestre Pinheiro Ferreira, filósofo e jurista português, terem escrito em francês a fim de alcançar um público amplo de leitores, constam em suas respectivas histórias literárias, da Prússia e Portugal, em função de suas origens biográficas, e não da língua em que escreveram para se fazer mais conhecidos e lidos;
- b) Por igual razão, não é possível excluir da literatura portuguesa literatos como o Bispo de Silves ou Jerônimo Osório, este último tendo redigido em latim diversos tratados, ou mesmo Diogo de Paiva de Andrada, historiador e poeta, que compôs uma epopéia em latim, seguindo o modelo da *Eneida* de Virgílio, além de duas tragédias;
- c) Outro motivo apontado por Varnhagen é que a uniformidade da língua portuguesa não é exata, uma vez que diversas palavras utilizadas no Brasil não fazem parte do léxico empregado em Portugal àquela época, sobretudo as de origem indígena. Desta forma, a diferença cultural entre os dois países, em termos literários e lingüísticos, estaria demonstrada, o que garantiria o caráter nacional da literatura brasileira, onde o uso de tais diferenças se faria patente. ¹¹⁹⁶

Além disso, em função dessas divergências Varnhagen vai recomendar, ao final do *Prólogo*, que a poesia brasileira declare-se independente não da *língua*, mas da *cultura* portuguesa, argumento que, conforme vimos, foi amplamente defendido por Santiago Nunes Ribeiro. A poesia brasileira, segundo o historiador paulista, devia ser, antes de tudo, *brasileira*, ao incorporar todos os traços culturais distintivos em relação à nação portuguesa, à qual estávamos ligados pela história e pela língua, e não pelos laços especificamente nacionais, como a cultura e os costumes do povo.

¹¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 227.

¹¹⁹⁶ *Idem, ibidem*.

Contudo, Varnhagen diminui o tom inflamado da retórica nacionalista do romantismo brasileiro e aconselha aos literatos nacionais a consultar e ler os clássicos portugueses, para que os futuros escritores do Brasil possam almejar a uma diferença essencial, sem perder de vista a *qualidade* de suas obras. Com isto, Varnhagen pontua que o critério da *nacionalidade* é tão importante quanto o da *qualidade* das produções literárias, e que se deve buscar na tradição da língua *modelos* para a cultura nacional, sem perder de vista a originalidade, porém somente após muito estudo e leitura.

Assim, passemos finalmente ao *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*.

Logo no começo do *Ensaio*, Varnhagen comenta que, à época da colonização da América, encontravam-se Portugal e Espanha, assim como suas respectivas línguas e literaturas, no momento de maior desenvolvimento e avanço civilizatório jamais experimentado pelas duas nações. Como as primeiras línguas a ser transplantadas para o Novo Continente, segundo o historiador, a língua portuguesa apresentava, a despeito disso, algumas vantagens em relação à espanhola. Para Varnhagen a língua portuguesa era a mais legítima representante dos antigos dialetos ibéricos, antes da colonização romana. Possuía, em relação à sua herança galego-asturiana, maior contigüidade com o latim que o castelhano, muito “arabizado” em função do longo contato com a língua dos mouros, o que alterou sensivelmente as antigas articulações latinas, com as quais a língua portuguesa preservou uma maior proximidade. O que Varnhagen deseja é sustentar o argumento levantado no *Prólogo*, através do qual afirma que o idioma português, em relação à cultura indígena, não sofreu transformações provocadas pela língua dos nativos americanos. Ao contrário. Seguindo o raciocínio do historiador teuto-brasileiro, o português é que modificara a língua indígena, uma língua ágrafa, ao contrário do castelhano, já em muito formada e consolidada pela sua literatura.¹¹⁹⁷

O objetivo de Varnhagen é claro. Garantir a originalidade da literatura brasileira em relação à portuguesa, uma vez que, se a língua não se corrompeu, permaneceu a mesma.

¹¹⁹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: *Florilégio da poesia brasileira*. Tomo I. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Coleção Afrânio Peixoto, 1987, p. 39. Vejamos o que o próprio Varnhagen diz a este respeito: “O português de hoje é o mais legítimo representante do antigo castelhano, e do domínio romano na Espanha; e o castelhano moderno serve a comprovar quanto o domínio de uma nação estrangeira pode fazer variar um idioma já bastantemente formado”.

Apenas incorporou contribuições de elementos lexicais das línguas indígenas sem, entretanto, alterar as próprias articulações portuguesas e latinas, mas aportuguesando as articulações indígenas. A despeito disso, Varnhagen menciona que, apesar da maior latinidade da língua e literatura portuguesas, o processo de colonização do país não permitiu que os colonos absorvessem os tesouros culturais do idioma. Os colonos, segundo Varnhagen, estavam longe de envidar esforços pela formação de uma cultura e literatura genuinamente brasileiras, já que apenas desejavam enriquecer-se e retornar à pátria portuguesa. Não eram, portanto, brasileiros; eram *colonos* portugueses. E, além de não ser brasileiros legítimos, boa parte eram degredados. Com isso, Varnhagen atribui à péssima qualidade e índole dos imigrantes portugueses o atraso das letras no Brasil. Contudo, o autor acha que, no lugar de inviabilizar por completo o surgimento de uma literatura nacional, tais adversidades estimularam ainda mais o cultivo das letras ao longo dos anos, pois “as miras do literato alcançavam mais alto; não é aos gozos, nem mesmo às glórias terrenhas (*sic*) a que aspira – é à glória imortal”.¹¹⁹⁸

Entretanto, Varnhagen observa que, durante muito tempo, não houve poetas no Brasil dignos desse nome. A então colônia de Portugal precisava avançar mais na *marcha civilizatória* a fim de que tais personagens surgissem no palco das letras.¹¹⁹⁹ Ao contrário disso, Varnhagen tocar em uma tese muito prezada pelos historiadores da literatura de sua época. Trata-se da afirmação de que o Brasil já possuía, antes da colonização portuguesa, uma cultura e uma língua próprias: a indígena. Em razão disso, era preciso detectar na cultura indígena brasileira aqueles traços que permitiam sustentar a tese de que já tínhamos os germens de uma literatura nacional desde então. Portanto, o historiador paulista repete o coro de seus contemporâneos sobre o assunto:

Os indígenas tinham um gênero de poesia, que lhes servia para o canto; os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmos músicos ou cantores, que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos; improvisa-

¹¹⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 40.

¹¹⁹⁹ *Idem, ibidem*. Apesar disto, o autor cita um primeiro trabalho, de maior extensão e importância, desta época, sobre o Brasil, impresso, pelo que se pode concluir, não havia muito tempo antes da composição do primeiro tomo do *Florilégio*. Contudo, Varnhagen não cita o título da obra; faz apenas menção do autor; trata-se do colono Gabriel Soares, cujo trabalho teria sido escrito em 1587, após ter residido dezessete anos na Bahia.

vam motes com voltas, acabando estes no consoante dos mesmos motes. O improvisador, ou improvisadora garganteava a cantiga, e os mais respondiam com o fim do mote, bailando ao mesmo tempo, e no mesmo lugar em roda, ao som de tamboris e maracás. O assunto das cantigas era em geral as façanhas de seus antepassados; e arremedavam pássaros, cobras e outros animais, trovando tudo por comparações, etc.¹²⁰⁰

Por outro lado, o fato de Varnhagen ter pertencido à Real Academia de Madri, além de ter desempenhado a função de diplomata na Espanha, dedica, explica a razão pela qual dedica uma significativa parte de seu *Ensaio* à análise da literatura na América espanhola. Com efeito, o historiador brasileiro é um dos primeiros a realizar comparações entre o processo de colonização português e o castelhano, citando literatos hispânicos e a fundação de instituições, como a *Academia Antarticta* em Lima, e elogiando a ação colonizadora dos espanhóis que, segundo Varnhagen, demonstravam ser mais laboriosos e liberais que os portugueses ao estimular a vida cultural de suas colônias. Efetivamente, o autor do *Florilégio* aponta que, já em 1602, havia em Lima uma tipografia, onde se imprimiu um conjunto de textos significativos para a compreensão do surgimento das letras americanas. Com isto, Varnhagen é um dos primeiros historiadores brasileiros a constatar que as colônias da América espanhola mais cedo que o Brasil conheceram as atividades da inteligência e da cultura letrada. Este empenho preliminar de seu ensaio sugere, em relação à literatura hispano-americana, a defesa da tese da pobreza das letras nacionais, ocasionada pela falta de interesse dos portugueses com a fundação de tipografias, escolas e bibliotecas, ou seja, instituições difusoras de cultura que permitiriam a circulação de idéias no período colonial e, conseqüentemente, o surgimento de vida inteligente no Brasil desse período. Contudo, o próprio Varnhagen observa que estas iniciativas pouco contribuíram para a formação da cultura letrada hispano-americana. Conforme a opinião do historiador, aquele conjunto de produções poéticas – que eram, segundo Varnhagen, de caráter mais histórico que literário – conheceram o seu fim antes que pudessem estimular a produção local, de modo que, apesar da iniciativa espanhola, houve descontinuidade, embora muito menos que na colônia portuguesa, cujas atividades letradas eram bem menos expressivas.¹²⁰¹

¹²⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 40-41.

¹²⁰¹ *Idem, ibidem*, pp. 41-44.

Na seqüência do *Ensaio*, Varnhagen analisa o Brasil. Começa logo fazendo uma exortação aos literatos do país, aconselhando-os a não imitar simplesmente o que lêem, mas que deveriam buscar inspiração na poesia oriunda da exuberante natureza da nação, “do seio do próprio país”, e que, além de tudo, fossem *originais* – ou seja, *americanos*. Porém, mais uma vez Varnhagen observa que não se trata de uma originalidade e nem de um americanismo puro e simples, cultivado no vazio do passado, pois recomenda novamente a necessidade da leitura dos clássicos, gregos e romanos, além daqueles da “antiga mãe-pátria”, ou seja, Portugal. Assim, ao longo de seu *Ensaio*, celebra os literatos brasileiros cujas obras revelam alguma capacidade descritiva resultante da contemplação da “natureza nova e virgem” da América e de todo seu ambiente natural – ou seja, que pusessem ênfase na *cor local*, ou *cor americana*.

É aqui que a contribuição de Varnhagen foge à bitola romântica de seu tempo, uma vez que recomenda aos literatos brasileiros que, a fim de criar essa nova poesia, *americana*, nacional e original, era necessário evitar o *barbarismo*, ou seja, recriar a tradição literária a partir do nada. O historiador paulista enfatiza que qualquer iniciativa nesse sentido deveria, antes de qualquer coisa, apoiar-se na *cultura preexistente*, no caso a portuguesa, para dela extrair o modelo para a brasileira, a ser modificado e adaptado à nossa cultura. Esta recomendação de Varnhagen é perfeitamente compreensível dentro da linha de raciocínio de um historiador que constata a pobreza das letras nacionais que, uma vez independentes da literatura portuguesa, não poderiam prescindir da inevitável e desejável influência que a literatura portuguesa ainda exercia sobre a brasileira. O contrário era a admissão de que o exíguo cânone nacional dava de ombros para a vasta tradição e patrimônio intelectual da língua, o que Varnhagen reconhecia como um exagero da retórica romântica dos primeiros literatos brasileiros.

Conforme vimos, Varnhagen deixa patente que a missão da literatura é falar da nação, com patriotismo e bastante *cor local*. Além disso, alinha-se aos demais intelectuais brasileiros ao assumir que a literatura tem uma missão moral, sobretudo louvar a memória dos antepassados, inculcar nos leitores o amor pela pátria, pregando valores aprovados pela religião, no sentido de estimular povo a acompanhar a *marcha civilizatória* da nação, que todos os literatos deveriam abraçar e defender, que é ao cabo a retórica dominante de toda a lite-

ratura produzida durante o século 19. Neste sentido, destoando do coro de sua própria geração, Varnhagen recusa o culto do índio na literatura brasileira, em uma referência à obra de Gonçalves Dias ou de Alencar, o que talvez forneça a razão da ausência do vate maranhense nos volumes do *Florilégio*:

Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar? Deu-nos Deus a inspiração poética para o louvarmos, para o magnificarmos pela religião, para promover a civilização, e exaltar o ânimo a ações generosas; (...) Infeliz do que dela [a musa, ou seja, a inspiração] se serve para injuriar a raça, seus correligionários, e porventura a memória de seus próprios avós!¹²⁰²

Aliás, uma das razões pelas quais não constam no *Florilégio* de Varnhagen autores contemporâneos e consagrados como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, ou mesmo, conforme os termos do autor, os *Pedra Branca* e *Alves Branco*, os *Odorico Mendes*, além de outros tantos literatos já bastante conhecidos e publicados quando da publicação do último tomo da coletânea, é o fato de que, apesar de muitos destes coetâneos já estar falecidos quando compunha a antologia, o historiador paulista argumenta que não possuía deles suficientes composições para estabelecer um juízo crítico, apesar de Gonçalves Dias ter falecido em 1864, oito anos antes da publicação do terceiro e último volume da antologia. O historiador, todavia, desculpa-se afirmando que não ousou julgar os vivos, tampouco os recentemente falecidos. E faz uma promessa, obviamente não cumprida em decorrência também de sua própria morte:

Reservando-nos, pois, o projeto de publicar um suplemento a esta coleção, quando tenhamos juntado os materiais para ele, igualmente *prometemos para o futuro um álbum, contendo duas ou três composições ou trechos de poesias, que cada um dos poetas, que a nós se dirijam, e que são convidados neste lugar, creia preferíveis às outras suas.*¹²⁰³

Apesar de todas as diferenças possíveis quanto ao método e critérios utilizados por Varnhagen para a elaboração de sua antologia, a bem da verdade ela não é diferente das

¹²⁰² *Idem, ibidem*, pp. 44-45.

¹²⁰³ *Idem, ibidem*.

outras iniciativas semelhantes e anteriores. O fato de o antologador ter aventado a possibilidade, para depois refutá-la em seu *Prólogo*, de denominar a sua coletânea de *Parnaso*, bem como de precedê-la com um ensaio histórico sobre a literatura brasileira, seguindo o modelo adotado por Garret, Denis, Pereira da Silva, Joaquim Norberto e Émile Adet, é sinal de que Varnhagen estava apenas reproduzindo um gênero bastante cultivado em sua época, ainda que com o intuito de *completar* ou mesmo *corrigir* as obras que lhe inspiraram, o que efetivamente somente o faz pelo emprego de alguns critérios diversos. Não há, por outro lado, diferenças notáveis entre os critérios adotados por Varnhagen e pelos críticos e historiadores da literatura brasileira que lhes são predecessores quanto ao traço distintivo da *americanidade* ou descrição da natureza tropical da América que deveriam possuir as obras antologadas. A diferença fundamental repousa no empenho que Varnhagen demonstrou em selecionar poemas que se adequassem estritamente aos seus propósitos, de modo que o autor teve que sacrificar a qualidade do texto, em muitos momentos, em nome da maior ou menor presença da *cor americana*, uma vez que “não queremos [...] dizer, que oferecemos o melhor d[*a poesia*], porém sim (com alguma exceção) o que por mais *americano* tivemos”.¹²⁰⁴

De qualquer modo, o *Florilégio* de Varnhagen está plenamente inscrito no esforço oitocentista de dotar a nação de um cânone literário verdadeiramente brasileiro.¹²⁰⁵ O esforço do historiador paulista neste sentido faz parte das diferentes etapas em que tal cânone, à medida que aumentava o seu *corpus*, incorporava novos autores e obras, adquirindo feições próprias, de modo que cada antologia e panteão publicado era um elemento a mais no estabelecimento, fixação e edificação de seu acervo e do seu *habitus*. Uma demonstração da eficácia simbólica desse procedimento é a inclusão do poema *Ilha da Maré*, de Manuel Botelho de Oliveira, nas páginas do *Florilégio*, uma vez que esta composição atendia em toda a sua extensão a exigência de Varnhagen da presença de *cor americana* nos textos selecionados. A obra em questão, que não foi publicada pelas antologias anteriores, gerou uma impressionante fortuna crítica após o *Florilégio*, de modo que os historiadores da lite-

¹²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 225.

¹²⁰⁵ Para maiores informações, consultar MARTINS, Ricardo André Ferreira. *O cânone literário e história da literatura em Varhagen*. In: PÓS-HISTÓRIA: Revista de Pós-Graduação em História (Unversidade Estadual Paulista) Assis, SP – Brasil, 1993 – 2001, 1-9, 2002, 10, pp. 125-160.

ratura depois de Varnhagen apontam esta composição, quase unânime e constantemente, como a primeira manifestação literária do “inconsciente estímulo do nativismo” e, portanto, a “gênese do sentimento brasileiro”.¹²⁰⁶ Até mesmo aqueles historiadores que almejam lhe refutar tal precedência acabam se inserindo na *exegese canonizante* da obra, a despeito do esforço contrário: “Em torno do nome desse escritor medíocre formou-se a lenda de haver sido o primeiro a introduzir em seus alambicados versos o sentimento nacional e as cenas brasileiras”.¹²⁰⁷

Consolidada a primeira etapa referente à elaboração de *bosquejos, ensaios e introduções históricas* sobre a literatura brasileira, bem como os *parnasos, florilégios, mosaicos* e biografias dos homens ilustres da pátria, tornou-se necessário que os literatos brasileiros empreendessem obras de história literária de maior e mais denso fôlego. Considerado como o pioneiro nesse empreendimento, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro tem a precedência de ter sido o primeiro pesquisador a elaborar um compêndio de historiografia literária das letras brasileiras, em 1862, intitulado *Curso elementar de literatura nacional*, quando o eminente professor e literato oferecia aos alunos do sétimo ano do *Colégio Pedro II* a disciplina de *Literatura Nacional*, então oficializada. Ao longo de seus dezoito anos de atividade como docente do *Colégio Pedro II*, o cônego lecionou, além das disciplinas retórica e poética, a de história da literatura portuguesa e brasileira, em conformidade com as exigências da ementa, cujos tópicos obrigatórios em literatura abrangia os cursos de *Retórica e Poética* (1858-1861), *Retórica e Poética e Literatura Nacional* (1862-1869) e *História da Literatura em geral e especialmente da portuguesa e da nacional* (1870-1876).¹²⁰⁸ Devido à ausência de um acervo didático referente ao ensino dessas disciplinas, o cônego Fernandes Pinheiro viu-se obrigado a confeccionar suas próprias postilas e livros de história literária, como apoio às suas aulas naquele célebre estabelecimento de ensino:

Quando em 1857 fomos nomeado professor de rhetorica, poética e litteratura nacional do Imperial Collegio de Pedro II, reconhecemos practicamente a falta

¹²⁰⁶ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 2002, pp. 90-91.

¹²⁰⁷ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I, 2001, p. 193.

¹²⁰⁸ MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro: um crítico literário pioneiro do romantismo no Brasil*. Campinas, SP: [s.n.], 2006, p. 93.

d'um compendio adaptado á ultima parte do nosso curso. Para preencher esse vazio tomamos sobre os nossos debeis hombros uma empreza que a outros melhor caberia; e o resultado é o que ora apresentamos ao publico.¹²⁰⁹

Com esse propósito, compôs uma obra com a primeira sistematização histórica da literatura brasileira, embora precedida pela história da literatura portuguesa, um evidente sintoma da opinião lusocêntrica do eclesiástico, que não acreditava na existência de uma literatura brasileira autônoma de Portugal durante o passado colonial. Contudo, não apresentamos a análise sobre o emérito trabalho do cônego-historiador, embora o seu modelo de história literária não tenha atendido aos anseios de emancipação cultural do romantismo brasileiro e, portanto, de uma história das letras pátrias. Até mesmo a *Advertência do Editor* não menciona a existência de uma literatura brasileira separada da portuguesa, e utiliza a expressão *luso-brasileira* no lugar. Ora, é preciso convir, diante de tais evidências, que o *Curso elementar de literatura nacional*, a despeito do título, pouco tem do exagerado sentimento romântico de nacionalidade.

Vejamos o porquê.

Com efeito, o cônego Fernandes Pinheiro estava perfeitamente consciente do gesto inaugural que o seu *Curso* representava para a historiografia literária do país. Ao mesmo tempo, delimita também o público leitor do livro, embora não o restrinja, uma vez que é patente, em sua *modéstia retórica*,¹²¹⁰ a pretensão em ser lido por outras categorias de leitores, que não necessária e somente os alunos do *Pedro II*:

Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho, sendo o proprio em reconhecer seus defeitos; originados uns da nossa insufficiencia, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em attenção á multiplicidade de materias que estudam os alumnos do sétimo anno do referido collegio, para os quaes principalmente o escrevemos. *Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro em realisarmos um pensamento que, quando aperfeiçoado, será d'alguma vantagem para a juventude.*¹²¹¹

¹²⁰⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de litteratura nacional*. Pariz: Typographia de Simão Raçon e Soc., 1862, p. vii.

¹²¹⁰ MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, p. 112.

¹²¹¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, p. cit.

Todavia, o programa de execução do *Curso de literatura nacional* do cônego Fernandes Pinheiro nada tem de simples e modesto. Com uma divisão bastante esquematizada, didática e ambiciosa, distribuída ao longo de quarenta e três lições que abrangem o ementário das disciplinas do *Colégio Pedro II*, o autor conseguiu dispor o conteúdo de sua obra em uma espécie de tábua de matérias, autores e gêneros. Assim, as duas primeiras lições do *Curso* descrevem as origens históricas da língua portuguesa, o conceito e o método adotados por Fernandes Pinheiro para a realização de uma periodização histórica da literatura, enquanto as demais lições ocupam-se da análise dos autores e obras, divididas por gêneros, quais sejam: *gênero lírico, espécie elegíaca, gênero didático, gênero épico, gênero dramático, romance, diálogos, epistolografia, viagens, biografia, oratória e historiografia*. O que é bastante notável peculiar nesta divisão por gêneros é a enorme influência da retórica sobre a análise literária, uma consequência evidente do ofício de professor de retórica e literatura no *Colégio D. Pedro II*. O cônego apõe ainda aos dois primeiros gêneros uma subdivisão por *espécies*. Assim, o gênero lírico possui três *espécies*, a lírica, a bucólica e a elegíaca, enquanto o gênero didático divide-se em duas: a didática e a epigramática. Contudo, a análise por gêneros não abrange toda a periodização organizada pelo cônego, suspensa nos últimos capítulos. As duas últimas lições têm como objeto a *Escola Romântica Portuguesa* e a *Escola Romântica Brasileira*. Até aqui, nada de simples e modesto.

Contudo, a segunda lição é o momento da obra no qual o cônego Fernandes Pinheiro expõe com clareza o conceito de literatura e nacionalidade e o método de periodização da história literária, utilizados ao longo da obra. Antes, porém, o autor enfatiza a sua concepção pedagógica de literatura, como um importante *agente civilizatório* e instrumento a serviço não somente do prazer e da apreciação artística, mas também essencial na difusão do conhecimento e, portanto, na formação moral do povo:

Intuitiva é a sua importancia e utilidade. Seriam apenas conhecidas por alguns entes privilegiados as admiráveis descobertas das sciencias *se não se encarregasse a litteratura de popularisa-las dando-lhes agradavel forma*. Realizando o preceito d'Horacio *miscuit utile dulci, e instrue deleitando*.

Nem-uma classe ha que possa dispensar o seu auxilio, porque todas necessitam de derramar encantos sobre os seus escriptos e conversações [...].

Não se segue do que acabamos de dizer que a litteratura seja unicamente um delicioso passatempo, como pensam alguns: *é antes um poderoso elemento de civilisação, alavanca d'Archimedes com que pôde abalar qualquer systema poli-*

*tico por mais solidas que sejam suas bases. Entregue a mãos mercenarias, dominada por maleficas intenções póde causar tantos males quantos bens d'ella se colhe quando bem dirigida. São os seus diversos ramos outras tantas arterias por onde póde infiltrar-se o erro n'alma do povo.*¹²¹²

Estabelecida a *noção* e definição de literatura com as quais o cónego orienta a narrativa e a explanação teórica de sua história literária, extremamente influenciada pelas concepções retóricas do caráter e função dos gêneros literários, apegadas ainda à idéia de *belas-letras* ou *humanidades*, Fernandes Pinheiro parte para a explicitação do método de periodização adotado no desenvolvimento de sua abordagem historicista. Adotando como modelo o procedimento do professor A. Cardoso Borges de Figueiredo, utilizado na obra *Bosquejo histórico da literatura clássica, grega, latina e portuguesa*,¹²¹³ cuja periodização divide a história literária portuguesa de acordo com as fases de sua história política, o cónego faz uso da mesma metáfora biológica de cinco estágios diferentes do desenvolvimento físico e existencial do ser humano para repartir em cinco etapas a literatura lusitana: *infância* (1140-1279), *adolescência* (1279-1495), *virilidade* (1495-1580), *velhice* (1580-1750) e *renascimento* (1750-1826). A novidade empregada pelo cónego Fernandes Pinheiro é a introdução de uma sexta fase, chamada *reforma* (1826 e 1836), “inaugurada em Portugal pelo exímio poeta visconde d’Almeida Garret, e no Brasil pelo Sr. D. J. Gonçalves de Magalhães”.¹²¹⁴

É neste ponto de articulação que Fernandes Pinheiro introduz duas importantes modificações em seu método de narração da história literária: a) nesta última etapa, o fenômeno literário deixa de ser encarado sob o viés dos acontecimentos da história política de Portugal, passando a ser interpretado e narrado a partir de si mesmo; b) a produção literária brasileira, até a quinta fase entendida como um ramo da lusitana, começa a ser narrada independentemente da literatura portuguesa. Vejamos como o cónego organiza os períodos de sua história da literatura *nacional*:

¹²¹² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, p. 8.

¹²¹³ FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Bosquejo historico da litteratura classica, grega, latina e portugueza, para uso das eschololas*. Quinta edição. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1862. O capítulo dedicado à literatura portuguesa encontra entre as páginas 177 e 225.

¹²¹⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, p. 10.

“Abrange a primeira epocha (*infancia*) um periodo de cento e trinta e nove annos, isto é, desde a fundação da monarchia em 1140 até o reinado de D. Diniz que começou em 1279.

Comprehende a segunda (*adolescencia*) duzentos e desaseis annos, isto é, desde 1279 até 1495, servindo-lhe de marcos milliaros os reinados de D. Diniz e D. Manoel.

A terceira (*virilidade*) dura sessenta e cinco annos (de 1495-1580) que tantos se contam desde o reinado de D. Manuel até o começo do reinado de D. Philippe II. É este o *seculo aureo* da litteratura portuguesa.

A quarta (*velhice*) tem de duração cento e sessenta e cinco annos (de 1580-1750) e servem-lhe de limites os reinados do D. Philippe II e o de D. João V. É um período de *decadência* a que os escriptores chamaram *idade de ferro*.

A quinta (*renascimento*) é de mais curta duração; pois apenas abrange o intervallo de septenta e seis annos (1750-1826), comprehendidos nos reinados de D. José I ao de D. João VI. Póde ser denominada *idade de prata*, pelos grandes engenhos que nella viveram.

A sexta (*reforma*) é a contemporanea, felizmente estreada em ambos os hemispherios por dois illustres poetas (Garret e Magalhães).”¹²¹⁵

Todavia, o que é particularmente interessante na abordagem e no método do cônego Fernandes Pinheiro é o seu conceito de *nacionalidade*, já completamente distinto, destoante e afastado da inflamada retórica patriótica dos primeiros literatos do romantismo brasileiro. Ao longo de seu *Curso elementar de literatura nacional*, cujo modelo é talvez inspirado, além do escritor Borges de Figueiredo, em Almeida Garret e, nomeadamente, em seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, o cônego enfeixa toda a literatura produzida no Brasil durante o período colonial como patrimônio da literatura portuguesa, em plena sintonia com a historiografia literária lusitana. Rejeitando por completo as teses e concepções emitidas por Santiago Nunes Ribeiro, bem como todos os seus predecessores, à exceção de Gama e Castro e Álvares de Azevedo, o cônego e historiador Fernandes Pinheiro não atribui grande importância ao influxo exercido pelo ambiente natural americano sobre os escritores brasileiros coloniais, apesar de observar que possuem uma *fisionomia própria*, “proveniente [...] da *influencia* do clima e dos costumes”,¹²¹⁶ mas que não era suficiente, em seu juízo, para lhes distinguir culturalmente dos portugueses e tampouco permitir a constituição de uma literatura de expressão autônoma. Ao contrário das polêmicas e debates sobre o assunto, o cônego não concebe o ambiente natural e o meio sócio-cultural como critérios capazes de sustentar a discussão em torno da *singularidade* da literatura brasileira:

¹²¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 11.

¹²¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 533. Grifos meus.

Além d'esta divisão, *acerca da qual ainda hoje se litiga*, subdivid[i] a literatura conforme os paizes a que pertencem os seus auctores, ou conforme as ideias de que se fazem órgãos. *Se o clima, a religião, a forma de governo, os usos e costumes actuassem sempre poderosamente sobre as litteraturas dos povos seria fóra de duvida que cada paiz devera contar uma que lhe fosse especial. Infelizmente porém assim não acontece; e numerosos são os exemplos de nações independentes que não possuem litteratura propria,* como v. g. a Suissa.¹²¹⁷

De acordo com as idéias de Fernandes Pinheiro, a autonomia literária da literatura brasileira somente seria possível como resultado direto da *originalidade* dos literatos. Contudo, segundo o cômego, isso não era um atributo dos escritores coloniais:

*Discordamos porém da opinião dos que pretendem encherger uma nacionalidade, um cunho particular nos escriptos d'alguns ilustres brasileiros, compostos durante o regimen colonial, ou ao crepusculo d'aurora boreal da independencia, quando as preocupações politicas absorviam todas as atenções. Não passam de gloriosos precusores Durão, Basilio da Gama, os dois Caldas, S. Carlos, os dois Alvarengas, Claudio Manuel da Costa e alguns outros bellos engenhos que fazem ouvir seus cantos no meio da servidão da patria. Não descobrimos porém em seus versos uma ideia verdadeiramente brasileira, um pensamento que não fosse commum aos poetas d'alem-mar.*¹²¹⁸

Ainda segundo o cômego, a ausência de originalidade dos literatos brasileiros, entre outros fatores, era consequência inevitável da educação e formação intelectual recebidas diretamente de matriz européia, uma vez que os jovens brasileiros freqüentavam os cursos universitários, quando não os bancos escolares, de Portugal, e, particularmente, de Coimbra. Como não eram educados sob a influência do ambiente pátrio, absorvendo os traços distintivos da cultura e do meio natural circundante, tomavam como modelo a imitação dos padrões literários dominantes na metrópole, sobretudo os clássicos, o que impedia a manifestação de uma expressão literária autônoma e, portanto, *original*. Neste ponto, a opinião de Fernandes Pinheiro é em tudo semelhante à de Garret, que atribuía também à educação

¹²¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 9. Grifos meus.

¹²¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 10. Grifos meus.

européia a propensão dos literatos brasileiros à *imitação* da literatura do Velho Mundo, o que “apagou-lhes o espírito nacional”.¹²¹⁹

O critério de originalidade da literatura, adotado por Fernandes Pinheiro na elaboração e periodização literária do *Curso elementar de literatura nacional*, é, portanto, o único meio efetivo de realizar uma distinção, nos termos do cômico, entre a literatura brasileira e a portuguesa, sem o qual ambas estão fadadas a ser a mesma ou, no mínimo, pertencer à mesma família. Assim, certamente inspirado no conceito de *originalidade* elaborado por Ferdinand Denis em seu *Résumé de l’histoire littéraire du Brésil* (1826), o cômico Fernandes Pinheiro persiste na afirmação de que uma literatura nacional no Brasil só seria possível quando as obras literárias dos autores brasileiros exprimissem um *cunho particular*, através de idéias originais e próprias, livres da ascendência européia sobre a formação intelectual, deixando-se influenciar e inspirar livremente pelo ambiente natural circundante, de modo a “fonder [la] littérature [avec] un *caractère particulier*”,¹²²⁰ a partir, sobretudo, do “gosto pelas coisas pátrias”:¹²²¹

Impossível é pedir *originalidade* a quem não tem ideias suas. Si por empregarem alguns nomes indígenas devem esses auctores serem classificados na litteratura brasileira injusto fora excluir da indostânica Camões, Barros e Castanheda.¹²²²

Ora, segundo Fernandes Pinheiro, o *cunho particular* e a *originalidade* aparecem pela primeira vez no Brasil somente algum tempo depois da emancipação política do país, quando é publicado, em Paris, o livro de poemas de Domingos José Gonçalves de Magalhães, *Suspiros poéticos e saudades* (1836). Apenas a partir desta obra literária, de acordo com o cômico, os traços distintivos do romantismo tornam-se presentes e a questão da nacionalidade e da originalidade atravessam todas as composições, inspiradas pelo ambiente circundante da natureza tropical e todos os elementos pertencentes às *coisas pátrias*, o que permite passar o atestado de *brasilidade* ao livro. O entusiasmo de Fernandes Pinheiro pela obra

¹²¹⁹ GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. (1826), p. XLIV.

¹²²⁰ DENIS, Ferdinand. *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l’histoire littéraire du Brésil*, 1826, p. 535. Grifos meus.

¹²²¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, p. 10.

¹²²² *Idem, ibidem*, p. cit.

de Magalhães, que ele reputa como o fundador da nacionalidade e o primeiro poeta brasileiro a realmente ter descrito em seus poemas, com originalidade, as *nativas belezas e resplendentes* cenas da natureza local, é o selo de reconhecimento da existência de uma literatura de expressão autônoma no país:

Reflecte nestes versos a natureza brasilica, e ninguém ao le-los poderá duvidar da nacionalidade do poeta. Tudo aqui é nosso: os assumptos, os nomes, as comparações, as imagens, tudo é americano. *É com produções desta ordem que incontavelmente firmaremos a nossa independencia litteraria.*¹²²³

A questão é que este reconhecimento se dá somente quando as primeiras obras com as características peculiares do solo pátrio são publicadas por literatos brasileiros, o que é possível de verificar, conforme Fernandes Pinheiro, apenas algum tempo depois da independência política, e não logo *a partir de*. Por esta razão, o único momento em que a produção literária brasileira é estudada em separado da portuguesa, durante o *Curso elementar de literatura nacional*, é no último capítulo, *Lição XLIII – Escola Romântica Brasileira*, gesto significativo tanto em nível semântico quanto metodológico, pois deixa patente a opinião do cônego de que a autonomia literária do Brasil não coincide necessariamente com a autonomia política do país. Segundo o cônego, as letras pátrias não se tornaram próprias e originais apenas porque o país se emancipou; a independência política do Brasil não é *sinônimo* de emancipação literária:

Dissemos independencia litteraria e não politica, porque a esta precedeu aquella: formamos primeiro uma nação livre e soberana antes que nos emancipassemos do jugo intellectual; hasteamos o pendão auriverde, baptizado pela victoria nos campos de *Pirajá*, muito tempo antes que deixassem de ser as nossas letras pupillas das nymphas do Tejo e do Mondego.¹²²⁴

Isto não quer dizer, no entanto, que o cônego Fernandes Pinheiro não procedeu a uma escrupulosa prospecção do passado colonial em busca de literatos e obras que tenham realizado as primeiras manifestações de uma *fisionomia própria* da literatura brasileira, esforço genealógico típico do romantismo brasileiro em busca das origens da nacionalidade brasi-

¹²²³ *Idem, ibidem*, p. 540.

¹²²⁴ *Idem, ibidem*, p. 534.

leira. O primeiro literato brasileiro analisado por Fernandes Pinheiro, em sentido cronológico, é o poeta Manoel Botelho de Oliveira, na *Lição XX*, como um praticante do gênero lírico, nomeadamente da espécie lírica.

Na seqüência do cânone literário brasileiro, mas não ainda de uma literatura *nacional*, nessa mesma fase aparece Gregório de Matos, escritor também do gênero lírico, mas de espécie satírica. A seguir, alojados todos na quinta época, denominada de *renascimento*, surgem os árcades Antônio Pereira de Sousa Caldas, Tomás Antônio Gonzaga, Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, Cláudio Manuel da Costa, José Basílio da Gama, Santa Rita Durão. Somente na última lição, conforme já referimos, é que surgem os literatos da *Escola Romântica Brasileira*, cuja lista é composta, além de Gonçalves de Magalhães, por Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Sousa, Joaquim Norberto, Joaquim Manoel de Macedo, Dutra Melo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Pereira da Silva, Varnhagen e João Francisco Lisboa.

Apesar de distinta das demais histórias literárias de seu tempo pelo fato de filiar a literatura brasileira à portuguesa até o fim do período colonial e pouco tempo depois da emancipação política, a análise e a periodização da história da literatura de Fernandes Pinheiro utilizaram basicamente os mesmos critérios e concepções de *afirmação* e *progressiva diferenciação* das produções literárias a caminho da autonomia.¹²²⁵

A despeito de analisar as obras literárias de autores brasileiros do período colonial como patrimônio do acervo artístico da literatura portuguesa, percebe-se em diversos momentos da narrativa o empenho do cômico em demonstrar que a produção literária brasileira, embora ainda não fosse autônoma e tampouco *original*, já apresenta traços que autorizavam a existência de feições próprias e diferenças apreciáveis em relação às produções portuguesas. Portanto, Fernandes Pinheiro detecta aí os sinais de uma expressão própria, de certo sentimento original de nativismo e influência do local de nascimento que emergia das produções locais, em busca de autonomia estética.

Desta forma, não é surpreendente a impressão, aliás plausível, de que o cômico perfilou os literatos brasileiros e portugueses como uma espécie de artifício didático comparativo, a fim de demonstrar a gradativa marcha a caminho da emancipação e superação das

¹²²⁵ MELO, Carlos Augusto de. *Op. cit.*, 2006, p. 117.

produções literárias dos primeiros em relação aos segundos. É claro que, ao proceder desta forma, o retor carioca apenas desejava destacar uma tendência, e não uma característica clara e definitiva. É o que ocorre, por exemplo, quando analisa as composições poéticas de Manoel Botelho de Oliveira, ao afirmar o seguinte:

Deparamos nessa volumosa collecção de versos com uma bellissima pintura da *Ilha de Maré*, que póde ser citada como *um dos mais recommendaveis trechos da poesia nacional [...], acompanhados do verdadeiro estro patriótico [...]*.

Offerecendo alguns fragmentos d'essa excellente producção de Botelho de Oliveira, desejamos mostrar que, apesar dos entraves com que luctava, *tendia a poesia brasileira a tomar uma physionomia propria, aspirava um cunho d'originalidade, que ainda não poude totalmente alcançar.*¹²²⁶

Seguindo a partir deste ponto em diante as lições e os passos de Almeida e Garret e Ferdinand Denis, o cónego Fernandes Pinheiro parte para a prospecção da maior ou menor presença de elementos nativos nas produções dos literatos brasileiros, com o consequente cuidado em avaliar não apenas o *quantum* dessas características peculiares, como também evidenciar o surgimento de uma expressão literária autônoma. De olho nos modelos historiográficos que inspiraram a sua narrativa, sua análise parte das composições líricas de Botelho de Oliveira até alcançar as produções de Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Ao longo do caminho, vai indicando onde estão as preciosas jazidas das manifestações literárias de uma *fisionomia própria*, como na *Licão XXXI*, após apresentar um trecho do poema *Noite filosófica* de Sousa Caldas, considerado pelo cónego como “um dos precursores da escola romântica” no Brasil:

É talvez este o unico lugar das *Poesias* de Caldas em que se reflete o ceo brasílico, em que vigorosamente desenhada se veja a *cor local*, que tantas vezes abrihanta as paginas de Durão, Basilio da Gama e S. Carlos.¹²²⁷

Na seqüência da mesma lição, se por um lado lamenta a escassa presença das *coisas pátrias* nas composições poéticas de Caldas, por outro observa o completo desinteresse de Tomás Antonio Gonzaga pela *natureza americana*. É evidente que este juízo é inspirado nas páginas dos ensaios de Garret e Denis. Contudo, o que é novidade no julgamento de

¹²²⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Op. cit.*, p. 188.

¹²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 328.

Fernandes Pinheiro a respeito de Gonzaga é o fato de que o cônego reconhecia nele um talento superior, um verdadeiro e grande engenho poético, infelizmente desperdiçado, segundo o eclesiástico, porque não o direcionou para a criação de uma expressão original, genuinamente brasileira e autônoma da portuguesa:

Outro reparo que não podemos deixar de fazer é que cedesse Gonzaga à funesta tendencia dos escriptores seus coevos de fecharem os olhos para não verem as maravilhas da natureza americana, para moldurarem seus paineis com as reminiscencias d'alem-mar, ou phantasias mythologicas. Parece-nos que a sua alta illustração facilmente se antolharia quanta gloria lhe estaria destinada, si, rompendo com as velhas tradições, inaugurasse uma escola nova, em que as descripções do nosso clima e dos nossos costumes formassem a base.¹²²⁸

Outro sintoma da sensível influência das idéias e teses de Ferdinand Denis sobre a narrativa e interpretação de Fernandes Pinheiro é a acentuada preocupação que o cônego demonstra com a falta de patriotismo dos poetas brasileiros do período arcádico, sobretudo no trecho consagrado à obra poética de Cláudio Manoel da Costa. De acordo com o juízo do autor do *Curso elementar de literatura nacional*, apesar do *grande talento* e do *distinto lugar* que ocupa o vate mineiro entre os poetas brasileiros, reclama que “raramente deixa escapar um pensamento patriotico, tão imbuido achava-se elle na leitura dos *seus caros italianos*, que por demais europeu tomando-se (*sic*) em suas imagens, como justamente lhe exproba o Sr. Ferdinand Denis”.¹²²⁹

Assim, prosseguindo em sua prospecção em busca dos veios da nacionalidade, onde é possível encontrar algumas preciosidades literárias próprias do Brasil, o cônego Fernandes Pinheiro percorre ainda algumas manifestações de feições nativas nas composições de literatos brasileiros do período colonial, a fim de detectar a existência de obras de temática genuinamente brasileira e, portanto, nacionais, embora ainda subordinadas ao sistema literário lusitano. Tais jazidas encontram-se, segundo Fernandes Pinheiro, a partir de poemas como o *Uruguai*, de Basílio da Gama, considerado pelo retor e historiador literário fluminense como “o primeiro poema brasilico”,¹²³⁰ seguido por outras obras representativas dos tesouros da *fisionomia literária própria* do país, como o *Caramuru*, de Santa Rita Durão,

¹²²⁸ *Idem, ibidem*, p. 331.

¹²²⁹ *Idem, ibidem*, p. 400.

¹²³⁰ *Idem, ibidem*, p. 416.

estimado pelo cónego como “o segundo poema epico [...] que contam as letras brasileiras”,¹²³¹ e a *Assunção*, do frade Francisco de São Carlos, tido como “um poema *eminente nacional*; um desses poucos monumentos que nos legou a geração passada para a *formação de nossa literatura*”.¹²³²

Enquanto os critérios adotados por Fernandes Pinheiro para avaliar a produção dos literatos brasileiros do período colonial têm como perspectiva o reconhecimento do caráter americano das composições literárias e o gradativo abandono dos padrões clássicos de beleza e cultura artística européias, em perfeita consonância com as teses de Ferdinand Denis e Almeida Garret, a avaliação crítica dos literatos do romantismo brasileiro é empreendida através do processo de consolidação da individualidade e originalidade literárias, após o advento da independência política. Após a publicação da obra de Gonçalves de Magalhães e o surgimento da revista *Niterói*, todos os escritores do período romântico são analisados e selecionados a partir da noção de *cunho particular* e *originalidade* em suas obras, o traço distintivo de *americanidade* e *cor local* que os tornava completamente brasileiros e diferenciados dos portugueses.

A partir deste ponto, com a adoção dos critérios acima citados, o cónego Fernandes Pinheiro passa em revista os literatos românticos do período que, segundo ele, estão dentro do período de autonomia literária, quais sejam, na ordem em que aparecem: Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Sousa, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo, Dutra e Melo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Pereira da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa. Dentre estes, destacam-se os juízos sobre as obras de Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias e Teixeira e Sousa, autores nos quais Fernandes Pinheiro identifica e exalta a maior presença e ostentação do *cunho de originalidade* em suas composições, particularmente Porto-Alegre e Gonçalves Dias. Sobre o primeiro, a respeito de seu livro *As Brazilianas* (1863), Fernandes Pinheiro comenta o seguinte:

As Brazilianas fazem do Sr. Porto-Alegre uma poderosa individualidade, prestam-lhe um cunho, uma physionomia originaes. Nellas se descobrem grandes bel-

¹²³¹ *Idem, ibidem*, p. 424.

¹²³² *Idem, ibidem*, p. 478. Grifos meus.

lezas, e porventura grandes defeitos, porque, como pensa o Sr. Juan Valera, tudo neste poeta é novo e extraordinario, sendo por excellencia americano, e quem com mais verdade e entusiasmo pinta e exalta as grandezas e formosura do novo mundo.¹²³³

A seguir, o cônego comenta a obra de Gonçalves Dias, que considera como o primeiro poeta brasileiro a projetar-se fora do Brasil e a gozar de “reputação européa”,¹²³⁴ em razão da consagração crítica empreendida por Alexandre Herculano, que escreveu um artigo intitulado *Futuro literário de Portugal e do Brasil*, publicado na *Revista Universal Lisbonense* de 1848, em que dedica entusiasmados elogios às composições poéticas do livro de estréia do bardo maranhense, *Primeiros Cantos* (1846). Neste artigo, o reservado e respeitado Alexandre Herculano, “que não costuma nem dirigir aos outros elogios *encomendados*, nem pedil-os para si”,¹²³⁵ pela primeira vez se dirige espontaneamente, sem as suas habituais reservas, a um literato brasileiro, estimulando-o a continuar em sua promissora trajetória como poeta: “[...] receba o auctor dos *Primeiros Cantos* o testemunho sincero de *sympathia*, que o seu livro arrancou a um homem que não o conhece [...]”.¹²³⁶ O *patriarca das lusas letras*, compartilhando assim da necessidade de emancipação estilística e temática da poesia brasileira, observa:

Quizeramos que as *Poesias Americanas* que são como o portico do edifício occupassem nelle maior espaço. Nos poetas transatlânticos ha por via de regra demasiadas reminiscencias da Europa. Esse Novo Mundo que deu tanta poesia a Saint-Pierre e Chateaubriand é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que cresceram á sombra de suas selvas primitivas.¹²³⁷

O cônego Fernandes Pinheiro concorda com o juízo de Herculano a respeito da poesia de Gonçalves Dias, em virtude de conseguir manifestar em seus versos o *cunho particular* de nacionalidade e originalidade exigido pelo emérito professor de retórica para que a literatura brasileira pudesse, enfim, se distinguir das letras portuguesas. Para Fernandes Pinhei-

¹²³³ *Idem, ibidem*, p. 542.

¹²³⁴ *Idem, ibidem*, p. 547.

¹²³⁵ HERCULANO, Alexandre. *Futuro litterario de Portugal e do Brasil*. In: REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE: Jornal dos interesses phisicos, intellectuaes e moraes collaborado por muitos sabios e litteratos. Tomo VII. Anno de 1847-1848. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1848, p. 8.

¹²³⁶ *Idem, ibidem*. Grifos meus.

¹²³⁷ *Idem, ibidem*, p. 6.

ro, o bardo maranhense consegue plasmar a voz da americanidade e tornar o culto do indígena brasileiro a mais legítima manifestação da poesia nacional, da qual é um “exímio colorista”, ¹²³⁸ citando sua habilidade na confecção de versos como os do poema *A Tempestade*, utilizando vários metros para criar o efeito visual e sonoro da aproximação e clímax do fenômeno natural. Contudo, novamente o autor do *Curso elementar de literatura nacional* recorre ao auxílio de “um competente juiz ultramarino” para encerrar a sua apreciação da obra de Gonçalves Dias:

Em raros poetas temos visto mais pronunciado e distinto o sentimento da natureza, da natureza indígena, americana. Só um poeta, e um poeta nascido e educado nas scenas dos trópicos, pode descrever assim o luar que brilha tão vivo ao sul do equador, e namorar as estrellas, que mais vastas e luzentes se accendem no manto azul do firmamento. Na sua poesia, a *Tempestade*, por exemplo, esta em rápidos traços esboçada a perspectiva da tormenta, que se esconde nos confins do horizonte, que rebenta furiosa e rapida, para dentro n’uma hora desaparecer de todo e deixar o céu limpido e sereno. É a tempestade do Brasil, da América, que se não assemelha às tempestades da Europa, que maravilha o estrangeiro, agitando em acesso terrível e momentaneo de colera a face quase sempre meiga dessas regiões deliciosas. ¹²³⁹

O cônego ainda destaca a produção poética de Teixeira e Sousa e Joaquim Norberto de Sousa Silva, para os quais dedica comentários mais longos e aprofundados, sobretudo para o segundo, a quem Fernandes Pinheiro estava ligado “pelos estreitos laços da mais fraternal amizade”, ¹²⁴⁰ conforme ele mesmo confessa. Mais adiante, detém-se em breves comentários sobre a obra historiográfica de João Manuel Pereira da Silva e Francisco Adolfo Varnhagen, notadamente às suas produções mais conhecidas, *Plutarco Brasileiro* e *História geral do Brasil*. Quanto aos demais literatos brasileiros, como Joaquim Manuel de Macedo, Dutra e Melo, Álvares de Azevedo e Junqueira Freire, atuantes na segunda geração romântica e mortos precocemente, exceto Macedo, o professor Fernandes Pinheiro não lhes concede mais que algumas menções bastante tímidas, limitando-se a mencionar algumas de suas obras ou somente citando o nome, dedicando um pouco mais de espaço à apreciação de Junqueira Freire, e reprovando em Álvares de Azevedo o byronismo de seus ver-

¹²³⁸ PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Op. cit.*, 549.

¹²³⁹ MENDONÇA, A. P. Lopes de, citado por PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Op. cit.*, p. cit.

¹²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 553.

sos, impregnados do “fel do scepticismo”.¹²⁴¹ O último literato a ser apreciado por Fernandes Pinheiro é João Francisco Lisboa, com uma brevíssima menção ao *Jornal de Timon*.

Situado no mesmo período de atuação e influência de Fernandes Pinheiro, de feição mais distinta é o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), do gramático, crítico literário, jornalista, poeta e tradutor maranhense Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), composto em cinco volumes, dos quais quatro foram publicados em vida e o quinto postumamente, em 1873. Elaborado inicialmente para o *Instituto de Humanidades* do bacharel Pedro Nunes Leal, de São Luís, fundado em 1861, esta obra de fôlego é considerada a mais ambiciosa realização do gênero antes da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero. Com um estilo claro e fluente e um caráter extremamente didático, dividido em lições, de acordo com o propósito de ser utilizado ao longo de um curso ministrado para o *Instituto de Humanidades*, possui um método coerente e uma narrativa em que mistura o ensino, a história e a crítica literária, conseguindo superar em vários aspectos a obra de Fernandes Pinheiro, porque abandona o modelo do *parnasos* ou do *florilégio*, da simples biografia de varões célebres e da apreciação retórica das obras, adotando o modelo e o método do francês Abel-François Villemain (1790-1870) em seu *Cours de littérature française* (1828-1829).¹²⁴²

Contudo, é preciso convir que as condições nas quais Sotero dos Reis escreveu o seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira* já não eram as mais favoráveis a um empreendimento daquela natureza, por diversos motivos que cabe aqui elencar. O primeiro deles é o fato de que o gramático e crítico literário maranhense já era sexagenário à época em que redigia os volumes de seu *Curso*, dedicado a Pedro Nunes Leal, proprietário do *Instituto de Humanidades*, como o legítimo patrono e incentivador de sua confecção. Não que a idade fosse um impedimento real para a realização de uma obra do gênero; o problema residia na formação do *habitus* intelectual de Sotero, totalmente embebido da tradição clássica, de caráter retórico, e influenciado, sobretudo, pelo acentuado lusitanismo maranhense. Um sintoma muito evidente desse traço particular da cultura maranhense são as sucessivas edições de gramáticas da língua portuguesa. O próprio Sotero é autor da *Gramática Portu-*

¹²⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 560.

¹²⁴² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 2., p. 316.

sa (1866), produzida em um meio cultural, que era o Maranhão, bastante afeiçoado ao estudo do vernáculo da língua e ao tradicionalismo literário de influência coimbrã, sobretudo notável na quantidade de gramáticos e filólogos surgidos no Maranhão desde o começo do século 19.

O primeiro destes gramáticos foi o padre Antônio da Costa Duarte (1799?-?), cujo *Compendio de gramática filosófica da língua portuguesa* (1829) é apontado também como a primeira gramática escrita por um brasileiro, que conheceu seis edições apenas em São Luís, até 1877. Foi adotada como gramática oficial das escolas de primeiras letras da província durante muito tempo, o que é um indício muito peculiar do culto do vernáculo entre os maranhenses, que exigiam das primeiras letras o estudo de ortoépia, ortografia, etimologia, lexeologia, sintaxe e conjugação verbal.¹²⁴³ Na linha do tempo, destaca-se a seguir Filipe Benício de Oliveria Condurú (1818-1878), que escreveu a *Gramática elementar da língua portuguesa* (1850), segundo compêndio da língua materna produzido no Maranhão oitocentista, plenamente inserida dentro de uma tradição lusitana que dá valor à lógica e ao raciocínio, através da qual a gramática cumpre uma função exemplar no tocante ao ensino da fala e escrita corretas. Após esses gramáticos é que surge Sotero dos Reis com as *Postilas de gramática geral: aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos, ou guia para a construção portuguesa* (1862, 1866 e 1870), publicadas em São Luís pelo tipógrafo-editor Belarmino de Matos, e depois a *Gramática portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática* (1866 e 1871), também pelo mesmo editor. Outros autores são importantes para a compreensão das exatas dimensões da tradição de estudos gramaticais e filológicos no Maranhão, como Filipe Franco de Sá (1841-1906) e Hemetério José dos Santos (1858-1939), mas cujas gramáticas e obras filológicas são publicadas e adotadas pelo ensino oficial em período posterior a Sotero.

Todavia, este breve panorama é suficiente para demonstrar a importância que o estudo da língua portuguesa tinha para os maranhenses, que desde o século 19 demonstravam o orgulho de falar e escrever um português lusitano *castiço*:

¹²⁴³ ARAÚJO, Antônio Martins de. *A herança de João de Barros e outros estudos*. São Luís: Edições AML, 2003, pp. 45-46.

A observação porem [Sotero se reporta ao comentário de Varnhagen ao sotaque *acastelhanizado* da língua portuguesa no Brasil em seu *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*] refere-se sem duvida ao *accento dos brazileiros do sul, e principalmente de S. Paulo* que foi a provincia do Brazil que primeiro se povoou, porque no Norte, e com especialidade no Maranhão, ultimamente povoado, o *accento é aportuguezado*; pois, para servir-me do proprio exemplo que traz adiante o auctor citado, dizemos, *u bobu, como os Portuguezes*, e não *ô bobô*, como os Paulistas.¹²⁴⁴

Portanto, este lusitanismo ou lusofonismo, em consórcio com o acentuado conservadorismo das idéias de Sotero dos Reis, inviabilizava a realização de uma obra definitiva de história literária, uma vez que os valores e os preceitos adotados já estavam corroídos pela sucessão dos próprios eventos históricos, tornando datados muitos dos juízos emitidos pelo insigne professor e filólogo maranhense. No entanto, a despeito de todos esses óbices e dificuldades, o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Sotero dos Reis supera em largas braçadas todas as iniciativas anteriores, sobretudo o *Curso elementar de literatura nacional* do cónego Fernandes Pinheiro, em função da cultura humanística e literária bem mais vasta e sólida que a de seu contemporâneo carioca, que não era capaz de realizar análises aprofundadas dos autores selecionados, limitando-se a emitir os juízos abalizados de outros autores sem cotejá-los entre si e, em muitos casos, sem realizar a devida apreciação artística das obras. Em seu ambicioso projeto, Sotero dos Reis propõe ir bem mais longe, o que não significa que o gramático maranhense esteja superestimando o seu talento e forças para tanto:

Analysar indistinctamente as obras dos escriptores de qualquer lingua seria trabalho, sobre superior ás forças de um só homem, sem utilidade real para a mocidade estudiosa, á qual só se deve apontar o melhor caminho a seguir. *Assim todos os que o tentarão, não teem feito mais que dar-nos resumos superficialissimos*, em que pouco ou nada ha que aprender; *porque o exame que podia ser proveitoso, concentrado nas melhoras obras de algumas dezenas de auctores escolhidos, torna-se sumamente ligeiro e infructifero*, estendido a todas e quaesquer de centenas e centenas delles.

Não quero com isto dizer que seja completo o meu trabalho debaixo do ponto de vista em que o concebi; [...]; o que apresento é apenas um imperfeito ensaio cuja idea me foi suscitada pela leitura das obras de alguns modernos litteratos francezes; ensaio que pode ser melhorado pelos que depois de mim trilharem a mesma estrada. A questão é unicamente de methodo no inspirar amor ao estu-

¹²⁴⁴ REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portuguesa e brasileira*. Tomo Primeiro. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1866, p. XVIII. Grifos meus.

*do das bellas lettras, sem cujo conhecimento não pode haver solida educação civil e scientifica.*¹²⁴⁵

Com efeito, uma das características fundamentais do *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Sotero dos Reis é o enorme espaço que concede à leitura e apreciação crítica e artística das obras selecionadas e cotejadas ao longo de seus cinco volumes. O autor cita enormes trechos das obras em questão ao longo dos capítulos divididos em lições, mas em razão do método adotado, inspirado em Villemain, que tem como finalidade principal enfatizar a *leitura* e o *cânone* em que as produções literárias estão inseridas, a fim de promover o *gosto* ou *amor* pela literatura. Vejamos em que consiste o método, e quais são as suas etapas, de acordo com Sotero:

Os Francezes modernos, e nomeadamente Mr. Villemain, teem comprehendido melhor a necessidade de fazer um *estudo sério e aprofundado* desta segunda parte, dando-nos a analyse das produções do genio em cursos especiaes, onde tudo quanto respeita á litteratura de diversos povos é tratado e exposto com o preciso desenvolvimento. [...]

O melhor meio pois de aprender a litteratura não é fazê-lo por compendios ou resumos de historia litteraria, que apenas nos apresentam um juizo succinto sobre o mérito em geral de cada auctor com a data de seu nascimento, ou da época em que florecêo, e a enumeração das obras que compoz; é sim ouvir prelecções de litteratura, dadas em cursos públicos, onde se exponhão as bellezas e defeitos dos modelos que se offerecem ao nosso estudo, acompanhando-se a analyse de cada um delles com a noticia dos factos mais notaveis de sua vida.¹²⁴⁶

O professor maranhense certamente reporta-se aqui às tentativas anteriores à sua, malogradas em sua opinião, em compor um panorama didático da história da literatura, em especial ao *Compêndio elementar de literatura nacional* de Fernandes Pinheiro e ao *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis, criticando nessas iniciativas o *juízo sucinto* sobre as obras de cada autor, com breves menções a dados biográficos e históricos. A opinião de Sotero dos Reis sobre este aspecto das histórias literárias empreendidas até o momento em que redige o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* fornece-lhe o argumento necessário para uma leitura crítica que considera como a mais conveniente ao estudo da literatura: a apresentação, citação e leitura de longos trechos das produções, às

¹²⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. XV-XVI.

¹²⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 6-7. Grifos meus.

vezes capítulos na íntegra, atos inteiros de peças teatrais, reprodução completa de poemas, precedidos e seguidos de extensas apreciações críticas sobre as características das obras analisadas, acompanhadas de juízos de outros literatos a respeito. Com este procedimento, a obra de Sotero dos Reis ganhou aos poucos a dimensão de cinco volumes, uma vez que parte considerável é dedicada à reprodução dos textos, que em muitos casos só cabem na mancha gráfica por causa do tipo menor.

O enfoque, contudo, do trabalho de Sotero dos Reis não é somente a literatura brasileira, conforme indica o próprio título. Na realidade, a maior parte da obra é dedicada à literatura portuguesa, que alcança o *Livro V* do quarto volume, editado em 1868, enquanto a brasileira, iniciada pelo *Caramuru* de Santa Rita Durão, abrange o *Livro VI* do quarto volume e o *Livro VII* do quinto volume, editado em 1873, cujo *Livro VIII* é consagrado aos dois maiores vultos do romantismo português, Almeida Garret e Alexandre Herculano. Portanto, o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Sotero dos Reis consagra 76 lições à literatura portuguesa contra 27 lições para a literatura brasileira, um evidente sintoma das preocupações do autor em relação ao cânone literário da língua, enquanto as considerações mais entusiasmadas sobre a manifestação de nacionalidade e cor local nos poemas são apenas citadas e referendadas por Sotero:

Tenho, Senhores, de *ocupar-me hoje pela primeira vez com um poeta nascido no Brazil*, posto pertença ainda *ao tempo em que a litteratura era comum aos dois povos, brasileiro, e portuguez, que formavão então uma só nação*. [...] pois não duvida que o autor não dê todo o desenvolvimento a alguns de seus quadros, que erão por sua natureza eminentemente poeticos, nem abunda nas descrições, que devião suscitar-lhe as variadas scenas da America, como diz Garret; que foi o primeiro poeta nascido no Brazil, que se mostrou brasileiro pelas idéas, sentimentos, e *cor local*, como affirma Costa e Silva; e que só lhe faltou o ser antigo para ser reputado grande, como quer José Agostinho.¹²⁴⁷

Contudo, a fim de se compreender a posição e a visão lusófonas de Sotero dos Reis com relação ao cânone literário da língua é necessário, de partida, conhecer a sua concepção e definição de literatura. Apesar de começar por um entendimento mais clássico de que “a litteratura como o está indicando a palavra latina *littera* donde vem, é a *expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espirito humano, por meio da palavra escripta*”, o crí-

¹²⁴⁷ *Idem, ibidem*, Tomo Quarto, 1868, pp. 171 e 176.

tico e literato maranhense admite a acepção dominante de seu tempo, em que a “a litteratura é a expressão da sociedade” ou “a expressão memorável do homem transmittida ao homem por meio da palavra escrita”.¹²⁴⁸

Por outro lado, a acepção original da qual parte Sotero dos Reis para a literatura é o amplo conceito, mais literal, de que “abrange todos os conhecimentos humanos”,¹²⁴⁹ uma vez que tudo aquilo que é cogitado, inventado, escrito e publicado pelo homem cai sob os seus domínios. A concepção de que a literatura compreende todas as artes e ciências era muito corrente à época em que o gramático maranhense escrevia, mas o seu propósito com isso encerra um destino bastante didático, cujo método é de caráter e inspiração iluminista, em que o ensino da literatura deve ter como prioridade uma formação intelectual ampla e diversificada, contemplando “a gramatica geral ou estudo comparativo das linguas, a philosophia ou sciencia dos princípios, a historia, a critica, a rethorica, a geographia, a arithmetica, a geometria, e noções elementares de todos os outros conhecimentos”.¹²⁵⁰

Não é possível deixar de se notar que este programa multidisciplinar é o resultado do ecletismo ambicioso de uma geração inteira de intelectuais e literatos brasileiros, sob a influência de Cousin. Contudo, é também consequência da formação intelectual de Sotero dos Reis, cuja compreensão de homem letrado, instruído e erudito passa pelo estudo preliminar de outras disciplinas do conhecimento humano para melhor compreender e explicar o fenômeno literário como *expressão da sociedade*. Reproduzindo, portanto, o pensamento de seus contemporâneos quanto à função social das belas letras, Sotero dos Reis repete o diapasão de seu tempo ao atribuir à literatura um papel pedagógico relevante, como instrumento moralizador e civilizador, embora estético:

A litteratura em ultima analyse é a *expressão do bello intellectual* por meio da palavra escripta, assim como a *virtude é a expressão do bello moral por meio da practica*.

O fim da litteratura é instruir deleitando, ou tornar por um trabalho tão proveitoso como agradável o homem melhor, e mais hábil á preencher os seus deveres para com Deus, para com a sociedade, e para consigo mesmo, pondo-lhe constantemente diante dos olhos o prototypo do bello, do grandioso, do sublime, do justo, do honesto.

¹²⁴⁸ *Idem, ibidem*, Tomo Primeiro, 1866, p. 2. Grifos meus.

¹²⁴⁹ *Idem, ibidem*.

¹²⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 3.

[...] são as letras uma util ocupação na mocidade, um poderoso recurso na virilidade, uma doce consolação na velhice.¹²⁵¹

A seguir, sob a influência de Garret e Schlegel, o gramático e crítico maranhense estabelece a divisão da literatura em três gêneros: a clássica, a romântica e a bíblica. Contudo, esta divisão da literatura não pressupõe a cronologia histórica, mas a tipologia, uma vez que, no entendimento de Sotero, estes gêneros não são necessariamente escolas, mas tendências da literatura universal em todas as línguas e épocas. Com este critério, segundo Sotero, a literatura clássica é a “imitação dos grandes modelos da litteratura grega e romana”, enquanto a literatura romântica é resultado da “inspiração christã, e do espirito cavalleiresco e aventureiro que dominou na idade media desde o reinado de Carlos Magno até o tempo das cruzadas inclusive”.¹²⁵² Ora, sob este viés, os gêneros clássico e romântico sempre existiram na Europa, desde a antigüidade e a idade média, e tanto o arcadismo como o romantismo seriam, sob essa concepção, releituras do classicismo greco-romano e do cristianismo medieval do *tempo das cruzadas*. O começo da literatura romântica, portanto, a partir da interpretação soteriana, encontra-se na língua *romance* ou *romana*, derivada do latim clássico, e mais particularmente a partir das composições literárias dos trovadores da idade média. O terceiro gênero, o bíblico, pertence a todos os tempos e escolas, uma vez que sua manifestação é atemporal e a acíclica, o contrário do que sucede com os demais gêneros de literatura. Esta visão de Sotero dos Reis sobre as manifestações literárias através dos tempos permite que veja com coerência e método o imenso painel da literatura universal de língua portuguesa, desde o surgimento da língua, de suas raízes latinas, até o momento em que escreve, onde está circunscrito o retorno da literatura romântica na forma do Romantismo. Outro ponto é a questão da sucessão cronológica, uma vez que os três gêneros sucedem-se ao longo da história, todavia sem jamais ocorrer a exclusão de um ou de outro,¹²⁵³ já que o cultivo de cada um dependerá da ênfase e do gosto particular de cada época, de modo que a sobrevivência e coexistência dos três ao mesmo tempo não é impossível.

¹²⁵¹ *Idem, ibidem*, pp. 4-5.

¹²⁵² *Idem, ibidem*, p. 5.

¹²⁵³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 2, p. 316.

Um claro índice dessa visão é o fato de Odorico Mendes estar alistado entre os clássicos e Gonçalves Dias entre os românticos, embora sejam autores contemporâneos: “[...] assim como Odorico Mendes é por sua bem acabada tradução de Virgílio e a inedita de Homero um verdadeiro poeta classico, assim Gonçalves Dias é incontestavelmente por suas admiráveis poesias lyricas um poeta romantico”.¹²⁵⁴ Apesar de demonstrar o predomínio da escola romântica sobre o gosto e os estilos, em que a cor local é empregada como sinônimo de nacionalidade e originalidade, o *habitus* da formação intelectual de Sotero dos Reis, apesar de acentuadamente conservador e lusófono, não vê qualquer impedimento e até mesmo aceita com naturalidade a convivência entre as duas tendências na mesma época, sem que isto seja um absurdo. Na realidade, esta é outra característica bastante peculiar da cultura maranhense do século 19, através da qual o clássico e o moderno andam de mãos dadas, em plena *coterie*, de acordo com Frederico José Correia, flertando entre si com espontaneidade, de modo que em um mesmo literato é possível ver a confluência das duas tendências. De resto, este foi um dos principais predicados da geração de Gonçalves de Magalhães, formada por intelectuais e literatos que, apesar da adesão ao Romantismo, cultivavam ainda manifestações residuais da cultura clássica de fins do século 18 em suas produções.

A seguir, Sotero dos Reis passa a explicar a sua concepção de história literária, que consiste em não simplesmente elencar os fatos literários ao lado dos fatos históricos ou políticos, mas de enfatizar o cânone das obras que podem ser consideradas exemplos máximos da criatividade humana através dos tempos. Desta forma, novamente o crítico maranhense pontua a necessidade de se estudar as obras, indo diretamente ao confronto delas, e não simplesmente historiografar cronologicamente as suas aparições:

A litteratura deve comprehender essencialmente o estudo da historia litteraria, e o das produções do genio em diversas épocas, ou obras dos grandes modelos em poesia, em eloquência, em historia, e ainda em sciencias, porque sem um estudo minucioso e acurado [...], nunca chegaremos á fazer solidos progressos em bellas lettras.¹²⁵⁵

¹²⁵⁴ REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brazileira*. Tomo Quarto, 1868, p. 351.

¹²⁵⁵ *Idem, ibidem*. Tomo Primeiro, 1866, p. 6.

O crítico e gramático maranhense destaca ainda a importância do *estudo sério da língua* materna, através de análises comparativas com os demais idiomas de raízes latinas, “porque a língua é o instrumento de que nos servimos para transmitir os nossos pensamentos, e si este instrumento não for bem conhecido em seu complicado mecanismo, nunca chegaremos a fazer delle conveniente emprego”.¹²⁵⁶

Outro ponto considerado muito importante por Sotero dos Reis é a sua acentuada preferência pessoal pela análise da poesia como o gênero maior das belas-lettras, o que é um *prudente recuo*¹²⁵⁷ diante do romance e outras produções ficcionais narrativas modernos, já que a evolução formal e estilística destes gêneros em prosa literária decerto não se submeteria facilmente aos preceitos e apreciações convencionais do crítico maranhense, cuja formação intelectual não oferecia instrumental adequado para tanto. Por esta razão, em virtude da poesia ser um gênero mais antigo e consolidado e, portanto, oferecer abundantes recursos de cotejo na tradição da crítica e da história literária, Sotero dos Reis lhe confere a prioridade absoluta sobre os demais gêneros:

Na apreciação dos modelos propostos para estudo devem por via de regra ter a primazia os poetas, não só pelo natural atractivo da poesia, que convida a estudal-os, e suavisa o trabalho dos que aprendem, como por sua precedencia na ordem chronologia de qualquer litteratura, conforme o atesta a historia. [...], os poetas precederão aos prosadores, quer historiadores, quer oradores, quer philosophos, quer de outro genero; e em quais todas as litteraturas forão os poetas os que mais concorrerão para o aperfeiçoamento da respectiva lingua...

[...]

É incontestavel a prioridade dos poetas sobre os prosadores.¹²⁵⁸

A razão de Sotero para este recuo diante dos gêneros narrativos, sobretudo os modernos, deve-se certamente à sua concepção de poesia épica, considerada pelo crítico como o gênero narrativo por excelência, ancestral milenar de todos os demais na tradição literária universal, sobretudo ocidental e, mais especificamente, européia. Os exemplos máximos citados, para este fim, são o da *Ilíada* de Homero e a *Divina Comédia* de Dante. Com efeito, ao longo do *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, até mesmo porque os exemplos são mais acessíveis e abundantes, Sotero concede um substancial espaço, em quantidade de

¹²⁵⁶ *Idem, ibidem*, pp. 7-8.

¹²⁵⁷ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 2, p. cit.

¹²⁵⁸ REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brasileira*. Tomo Primeiro, 1866, pp. 8-9.

autores e obras, à poesia, sobre os demais gêneros. A prosa ocupa um significativo espaço em decorrência do número de páginas que os textos tomam no momento da reprodução dos trechos cotejados pelo crítico. O único romance romântico do qual Sotero dos Reis efetivamente se ocupa é o *Eurico, O Presbítero*, de Alexandre Herculano, e mesmo assim emitindo juízos convencionais sobre uma obra que, à época em que escrevia, já tinha sido bastante analisada e discutida. Até as razões para a sua escolha pela obra de Herculano, que ocupa ao lado de Garret um novo capítulo da literatura portuguesa, após a literatura brasileira, recaem nos mesmos critérios adotados para o exame das obras de períodos literários anteriores, já que a “escolhi para objecto da minha analyse [...] por ser a que se accommoda ao meu proposito”: “O *Eurico* a que o auctor chama *Chronica-Poêma*, é por seu character e natureza *uma verdadeira epopéa em prosa*, porque resume uma época inteira com seus usos e costumes”.¹²⁵⁹

Como vemos, o método adotado por Sotero dos Reis leva em consideração várias etapas para a sua realização, em que o fenômeno histórico – a *palavra escrita* –, temporal e datado, funde-se ao fenômeno estético – o *belo espiritual* –, atemporal e ahistórico, através de uma expressão adequada: a literatura. Com a adoção dessa perspectiva, aliás com pés fincados na longa tradição aristotélica e escolástica da língua portuguesa, o crítico maranhense encontra um terreno amplo e fértil entre os clássicos portugueses, especialmente do século XVI, demonstrando habilidade e segurança na manipulação dos autores e obras citadas, seguindo o mesmo procedimento em todos as lições: análise geral da obra em seu contexto histórico, narração da biografia do autor, citação e cotejo crítico das obras, em que os gêneros literários são demonstrados seguidos de abundante exemplificação, interrompidas ou não por digressões e apreciações das qualidades artísticas. A respeito do último tópico, é próprio do estilo de Sotero dos Reis a ênfase, muitas vezes recorrente e enfadonha, nos detalhes estilísticos e formais das composições analisadas, em boa parte limitando-se a apenas solicitar a atenção dos leitores/ouvintes – lembremos que as lições são escritas como se fossem para ser lidas em voz alta, em ritmo de uma preleção – para as virtudes estéticas do texto, como a beleza, a habilidade, a graciosidade, a propriedade, entre outros elementos e predicados sem conta:

¹²⁵⁹ *Idem, ibidem*. Tomo Quinto. São Luiz: Typographia do Paiz, 1873, p. 334. Grifos meus.

Das bellezas destes dois cantos ides vós mesmos ajuizar pela analyse [...]. Impossível é enumerar todas as bellezas, que se achão disseminadas por estes admiravel episodio, porque são muitas e de diverso genero; mas procurarei chamar a vossa atenção para algumas das mais salientes, e principalmente para as que se referem ao estylo, a fim de dar-vos de sua perfeição uma idea ajustada.

Notai primeiro a delicadeza e a animação [...].

Vêde como é amena é graciosa est'outra descripção, que encerra a mais bella poesia de estylo no final das estâncias [...].

Vêde ainda quanta poesia de estylo brilha nestes dois únicos bellissimos versos [...].

Admirai agora o delicioso, o pittoresco, o animado deste riquíssimo e soberbo quadro [...].

Admirai ainda a poesia de estylo destes quatro bellissimos versos [...].

Admirai finalmente o bello, o voluptuoso, o natural, o imitativo deste outro admiravel e primoroso quadro [...].

Vêde que riquíssima poesia de estylo, que falla aos olhos, aos ouvidos, ou antes a todos os sentidos mentalmente, exprimindo a forma, as côres, os sons, as emanações, o movimento e a vida. [...] Assim o grande engenho de Camões, assombroso na criação, é também um dos mais perfeitos no colorido e na animação de tudo quanto cria.¹²⁶⁰

Ao longo das apreciações estéticas de Sotero, as categorias que quase sempre compa-
recem são *é belo*, *o admirável*, *a perfeição*, *o gracioso*, *o delicioso*, *o primoroso* e todo o
espectro de encômios pertinentes a este campo semântico. O empenho contínuo do crítico
em chamar a atenção do leitor/ouvinte para estas particularidades é o sintoma clássico de
como a beleza é óbvia para o esteta, que pode apontá-la, mas não consegue nomeá-la sem
recorrer ao expediente da intensa adjetivação, que é outro indício evidente de valoração
subjetiva, uma vez que o procedimento não assegura a percepção do fenômeno pelo interlo-
cutor. Para Sotero, as virtudes dos textos clássicos são óbvias, a ponto de bastar apenas a
indicação, seguida da imediata e conseqüente constatação.

Quanto ao cânone literário eleito por Sotero para o seu *Curso de literatura portugue-
sa e brasileira*, percebe-se com clareza ao longo dos cinco volumes publicados a precedên-
cia que tem a literatura portuguesa sobre a brasileira, conforme aliás está expresso desde o
primeiro volume da obra: “Assim tratarei no actual da litteratura portugueza e de nossa
nascente litteratura, de que a primeira é parte principal”.¹²⁶¹

¹²⁶⁰ *Idem, ibidem*. Tomo Segundo. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1867, pp. 197 e 220-223.

¹²⁶¹ *Idem, ibidem*. Tomo Primeiro, 1866, p. 12. Grifos meus.

Talvez não haja outra razão senão a concepção de que a literatura brasileira é apenas uma *parte* da literatura portuguesa para o exíguo cânone literário consagrado às letras do Brasil, que ocupam realmente apenas uma *parte* do quarto e do quinto volume, totalizando nove autores, dos quais quatro são naturais do Maranhão: Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Sousa Caldas, *Manuel Odorico Mendes*, *Antônio Gonçalves Dias*, Marquês de Maricá, Francisco de Monte Alverne, *Antônio Henriques Leal* e *João Francisco Lisboa*. Destes, o que mais tomam espaço são Sousa Caldas, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, com quatro, sete e cinco lições, respectivamente.

No caso dos literatos brasileiros do período colonial, em várias passagens Sotero dos Reis apenas endossa as opiniões de Almeida Garret e Ferdinand Denis:

Na litteratura portugueza só mais de dois seculos e meio depois do descobrimento da America e do Brazil, é que apparecêrão dois poemas de assumptos propriamente americanos, o Caramurú de Frei José de Santa Rita Durão, e o Uruguay de José Basilio da Gama, [...] cujo theatro directo foi a America e o Brazil. Atéhi os portuguezes, sem exclusão dos mesmos nascidos no Brazil, admiradores e sectarios da poesia classica, só tractavão de assumptos europeos, e o que é mais singular de scenas e costumes da antiga Grecia, com cujos numes ornavão suas composições. Os dois poetas nascidos no Brazil, [...], forão os primeiros, que, sacudindo o jugo da poesia classica, ousarão fundar uma nova escola, e crear a poezia brasileira. Por isso a leitura de seus poemas tem um attractivo de mais para os Brasileiros.¹²⁶²

O que é bastante curioso e estranho neste cânone colonial elencado por Sotero é a flagrante ausência de líricos importantes que já estavam devidamente consagrados à época em que o crítico maranhense escrevia, como Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e os dois Alvarengas, o Silva e o Peixoto. Qualquer hipótese possível de ser aventada não pode levar em conta o desconhecimento, uma vez que todas as fontes utilizadas por Sotero, sobretudo Denis e Garret, mencionam as obras destas ilustres personalidades literárias brasileiras do século 18, sem qualquer distinção e pondo-lhes o relevo adequado à qualidade e extensão de suas obras e talento. O crítico maranhense chegar a consagrar, inclusive, uma análise ao capítulo III ou *Segunda época literária: idade de ouro da poesia e da língua desde os princípios do séc. XVI até os do XVII*, do *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*, de Almeida Garret, na *Lição CII* do quinto volume do *Curso*, porque

¹²⁶² *Idem, ibidem*. Tomo Quarto. 1868, p. 213.

considerava o ensaio como “uma das melhores produções em prosa que sahio da penna do auctor”.¹²⁶³ Contudo, suspende a sua análise da obra do literato lusitano neste ponto, sem avançar para os demais capítulos, atendo-se particularmente à época da literatura portuguesa de sua preferência, onde surgiram Camões, Antônio Ferreira e João de Barros. O que talvez elucide, no entanto, a ausência de líricos importantes como Gonzaga e Costa, além dos Alvarengas, deva ser a própria escolha do crítico maranhense, que selecionou para o seu *Curso* somente os dois poetas considerados épicos, Santa Rita Durão e Basílio da Gama, certamente devido ao destacado relevo que a epopéia ocupa em suas preferências literárias e estéticas:

Uma epopéa digna deste nome é cousa tão elevada, que ainda sendo de segunda ordem excita a nossa admiração; e com razão, porque uma boa epopea é um dos maiores esforços do espirito humano. [...]

De todas as litteraturas modernas a litteratura portugueza é sem contradicção a mais rica em epopéas; pois possui, alem de uma de primeira ordem, ou os *Luziadas* de Camões, não menos de tres de segunda, que não deixão de ter muito valor, o *Affonso Africano* de Vasco Mouzinho de Quevedo, a *Ullyseia* de Gabriel Pereira de Castro e o *Caramurú* de Frei José de Santa Rita Durão, [...]; isto sem fallar de outras, que só podem aspirar ao terceiro e quarto logar. Neste genero de poemas não so é ella a litteratura moderna mais rica, mas é até mais fecunda, que a propria litteratura latina nelles tão abundante. [...] Por isso a *litteratura portuguesa* será sempre considerada como uma das mais bem aquinhoadas em bons engenhos.

[...]

Apesar de ser tão fecunda a litteratura portugueza, e do Brazil, [...], não havia até então uma epopéa brasileira. Durão foi o primeiro que tentou a empresa de dotar Portugal e o Brazil com uma; [...] não tirou todas as possiveis vantagens do assumpto, [...], para poemas analogos revestidos da cor local [...].¹²⁶⁴

Com efeito, o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Sotero dos Reis, tal como o compêndio de Fernandes Pinheiro, adota a mesma concepção de que a literatura brasileira, pelo menos até o advento do romantismo, ainda não havia atingido a sua completa autonomia em relação à literatura portuguesa, o que é bastante legível, conforme vimos, desde o seu título, que faz preceder cronologicamente uma sobre a outra. A despeito de sua emancipação estética ter se dado há várias décadas quando da publicação do compêndio de Sotero dos Reis, a literatura brasileira, durante o período colonial ao menos, ainda era, a seu

¹²⁶³ *Idem, ibidem*. Tomo Quinto. 1873, p. 347.

¹²⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp. 181-182.

ver, um apêndice da literatura portuguesa, o que obrigava-o a realizar uma subdivisão quando se refere ao Brasil, estabelecendo um cânone regional para uma época em que havia sobreposição com a produção literária lusitana, abrangendo as obras de Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Sousa Caldas, situando após a emancipação política os nomes de Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Monte Alverne, Maricá e João Francisco Lisboa e Antônio Henriques Leal. Este último é o único dos autores que ainda estava vivo à época em que Sotero dos Reis redigia o *Curso*, embora desde o quarto volume, em que entra na matéria da produção literária brasileira, tenha estabelecido o critério de apenas trabalhar com os autores já falecidos:

Na apreciação publicada dos autores da segunda parte da Litteratura Brasileira, julgamos conveniente não comprehender os que ainda vivem, supposto haja entre elles poetas de mui elevado mérito, de alguns dos quaes demos noticias nas prelecções que servem de introdução a este Curso, quando tratámos de determinar as differenças entre a nascente Litteratura Brasileira e a Portugueza; pois são de primeira intuição os inconvenientes que resultão da apreciação de autores vivos, não só por que senão dá a respeito delles a mesma liberdade, que a respeito dos mortos, como por que nunca fica completo o trabalho, podendo o autor ou produzir mais, ou alterar o que tem produzido.¹²⁶⁵

O que interessa, no entanto, a Sotero, é sempre a possibilidade de comparação das realizações brasileiras com as contribuições mais relevantes da *literatura portuguesa*, sobretudo quando os poemas têm caráter épico, decerto superiores em qualidade aos demais gêneros, incluso o lírico, em sua opinião. Certamente foi esse critério que obedeceu, além do orgulho provinciano, ao incluir a obra de tradução de Odorico Mendes, por verter em língua portuguesa os maiores épicos da tradição literária ocidental. No caso de Basílio da Gama, ainda que endossando os pareceres de Denis e Garret a respeito do poema no que toca ao emprego da *cor local* brasileira, é ainda o critério do poema épico que sobressai na análise de Sotero para a sua exígua seleção do cânone colonial:

Tantas e taes belleas espalhadas com mão larga por composição, que devia aliás apresentar maiores dimensões, elevão sem duvida á cathegoria de grande poeta epico ao seu autor, a quem só falta tempo, e não engenho para produzir uma obra em tudo prima.

¹²⁶⁵ *Idem, ibidem*. Tomo Quarto. 1868, p. VI.

Este abalisado poeta em summa, que deixou o cunho do genio impresso nos seus versos feitos á pressa, foi tambem, se deixarmos de attender á datas, o verdadeiro fundador da poesia brasileira, porque soube empregar a côr local com mais arte, que Durão que o precedêo na ordem chronologica, ou aquelle a quem na phrase de Almeida Garret os brasileiros devem a melhor corôa de sua poesia.

1266

Como vemos, não deve ser decerto uma questão de desconhecimento das obras de Costa e Gonzaga o motivo pelo qual o crítico maranhense não os elencou em seu *Curso*. Uma das hipóteses mais prováveis é decerto a primazia conferida por Sotero ao gênero épico sobre os demais. Contudo, outra possibilidade é dada pelo próprio Sotero, apesar de ainda não apresentar uma explicação aceitável sobre a omissão das obras de Gonzaga e de Costa, embora elucide melhor as motivações do crítico maranhense em romper com a regularidade cronológica de sua obra, ao separar as produções literárias de Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Sousa Caldas do momento específico, em que Portugal e Brasil *formavam então uma só nação*, para delimitar o começo da literatura brasileira:

[...] o quarto periodo litterario deste volume [o IV] comprehende só os poetas portuguezes de subido mérito que nelle florecêrão, ou Pedro Antonio Correia Garção e Antonio Diniz da Cruz e Silva, e não os poetas brasileiros de igual notabilidade, que a elle pertencem na ordem chronologica, ou Frei José de Santa Rita Durão e José Basilio da Gama, porque os preservo, assim como ao poeta brasileiro, Antonio Pereira de Sousa Caldas que ainda pertence na ordem chronologica ao quinto periodo da Litteratura Portugueza, para compôrem a primeira parte da Litteratura Brasileira, que ha de constar de um livro dividido em duas partes, a primeira comprehendendo os tres mencionados poetas, a segunda, os autores que só florecêrão depois de constituída a nação brasileira, servindo a primeira como de introducção á ultima.

Demovêo-me a fazer esta alteração na apreciação dos poetas sobreditos, antes na publicação desta, não o logar do nascimento, que não influio em meu espirito, porque então, tanto os nascidos no Brazil, como em Portugal, formãvão todos uma só e mesma nação, ou erão todos portuguezes, mas outra consideração que passo a expender, e que é de muito maior peso, porque se refere ao caracter especial que aquelles poetas imprimirão ás suas composições, distincto do caracter, feições e tendência geral da poesia portugueza na mesma época, como se verifica dos escriptos dos outros poetas que nella florecerão, quer nascidos em Portugal, quer no Brazil.

[...]

Quando porem o commum dos poetas brasileiros a tinha-se á escola hespanhola, ou á classica restaurada, segundo á época em que cada um florecêo, desde que o Brazil começou a povoar-se, e acompanhava os seus irmãos da metrópole no gosto e tendência que seguia a poesia portugueza, os tres poetas nomeados

¹²⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 209.

faziam uma exceção á regra geral, porque deixando a rota batida, formavam novas escolas, e distinguíam-se dos poetas portugueses na indole e no gosto de suas composições. Os dois primeiros, Durão e José Basilio, não só escolhiam para assumptos dos seus poemas, *Caramurú* e *Uruguay*, a celebração de factos ocorridos na America, mas Davao tambem de mão ás ficções da Grecia, que tanto dominarão na poesia portugueza, e *os revestiu sobretudo da conveniente cor local, que lhes cria o principal mérito.* O ultimo, Sousa Caldas, introduzia com suas composições, originaes, ou paraphrasticas, o gosto da magnifica (*sic*) poesia bíblica [...].¹²⁶⁷

Conforme o próprio Sotero explica na seqüência, o motivo eleito para esta subdivisão da literatura portuguesa e da brasileira, a despeito da primazia que portuguesa tinha sobre a brasileira até então, é um só, inspirando em Ferdinand Denis: a presença da *cor local* nas composições de Durão e Gama. É claro que a utilização deste critério exclui a presença de Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga da literatura brasileira, levando o crítico maranhense a alistá-los, como importantes líricos que eram e já devidamente consagrados à época de Sotero, na literatura portuguesa. Contudo, não é este o procedimento do emérito professor maranhense, que passa ao largo de ambos os autores mesmo quando analisa a ordem cronológica estabelecida para a lírica portuguesa, embora não o faça com Sousa Caldas, onde a presença da *cor local* não é apontada por Sotero, incluindo-o no cânone regional da literatura brasileira apenas pelo fato de ser o introdutor da *literatura bíblica* na nascente tradição literária do período colonial, “porque os dois primeiros são poetas épicos de reconhecido mérito, e o terceiro é um poeta lyrico de primeira ordem, que nada tem que invejar aos mais gabados”.¹²⁶⁸

Tais são as preferências do crítico e catedrático de literatura maranhense. Como quer que seja, a omissão de Gonzaga, Costa e os dois Alvarengas persiste na obra de Sotero sem uma explicação plausível, mesmo a partir dos critérios adotados: os autores já se estavam falecidos há muito tempo quando Sotero redigia o *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, de modo que poderiam ser perfeitamente analisados à luz dos conceitos soterianos; em suas obras a presença da cor local é praticamente inexistente, o que o levaria certamente a considerá-los como autores portugueses, já que o local de nascimento não influenciou em suas decisões, apesar de alguns elencados no cânone lusitano terem nascido no Brasil; todas as

¹²⁶⁷ *Idem, ibidem.* Tomo Terceiro. 1867, pp. V-VIII. Grifos meus.

¹²⁶⁸ *Idem, ibidem,* p. VIII. Grifos meus.

fontes utilizadas pelo autor, sobretudo Denis e Garret, e até mesmo Sismondi ou Bouterwek, ¹²⁶⁹ mencionam pelo menos um dos árcades, apesar de restrições à temática, como alguns dos líricos mais importantes do período.

Não sendo possível alegar a omissão de Sotero como resultado da ignorância do autor sobre a existência destes autores consagrados em sua época, uma outra possibilidade recai sobre o convencionalismo de suas preferências estéticas e pessoais, particularmente no tocante ao gênero épico. Um indício disso é o fato de que os dois únicos líricos da *literatura brasileira* citados e analisados são Antônio Pereira de Sousa Caldas e Antônio Gonçalves Dias. O primeiro, o único lírico brasileiro do período colonial citado e cotejado, o crítico maranhense considera como “o poeta mais distinto nascido e falecido no Brazil, em quanto este fazia parte da monarchia portugueza”, ¹²⁷⁰ e ainda “o primeiro poeta lyrico brasileiro”, ¹²⁷¹ sem dar conta, novamente, das obras de Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, e sem explicar as razões dessa omissão. O segundo, conterrâneo de Sotero, é o único lírico do romantismo brasileiro referido pelo autor, que não menciona Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire ou qualquer outro, para centrar fogo somente em Gonçalves Dias, que “como poeta romantico á nenhum dos dois grandes lyricos do seculo XIX, Larmatine e Vitor Hugo, cede em concepção imaginosa, fogo de inspiração e delicada expressão sentimental, porque á ambos iguala em grandeza do engenho”. ¹²⁷² A supressão dos demais poetas românticos contemporâneos de Gonçalves Dias talvez se explique, ao menos em parte, devido ao juízo sumário de Sotero, que considera o lírico maranhense como “o maior sem contradicção que produzio o Brasil em nossos dias” ¹²⁷³ e “como poeta do Novo-Mundo não tem rival nas suas Poesias Americanas, porque *nenhum dos contemporaneos sóbe em seus vôos tão algo como elle*, que nos descreva o immenso Gigante de Pedra, que o tragico caso de Y-Juca-Pyrama”. ¹²⁷⁴

Como quer que seja, não é possível aventar mais hipóteses, embora plausíveis, em consequência do óbito de Sotero, que deixou a obra incompleta, cujo quinto volume só foi

¹²⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. XIII.

¹²⁷⁰ *Idem, ibidem*. Tomo Quarto. 1868, p. 231.

¹²⁷¹ *Idem, ibidem*. Tomo Primeiro. 1866, p. 63.

¹²⁷² *Idem, ibidem*. Tomo Quarto. 1868, p. 352.

¹²⁷³ *Idem, ibidem*. Tomo Quinto. 1873, p. 41.

¹²⁷⁴ *Idem, ibidem*. Tomo Quarto. 1868, p. cit. Grifos meus.

publicado postumamente a expensas do poder público da província do Maranhão. No entanto, segundo o relato de um de seus filhos, Américo Vespúcio dos Reis, que prefaciou a edição do quinto volume em 1873, podemos ter uma dimensão mais exata dos critérios utilizados pelo crítico maranhense no empreendimento de sua obra:

Tendo-se o auctor traçado, por considerações que são óbvias, o proposito de só tratar de auctores mortos, abrio, por mui justas razões, que apresenta em logar competente, duas excepções, uma em favor d'este ultimo dos dois illustres litteratos portuguezes, e outra do insigne biógrapho de João Francisco Lisbôa.

Teria, de certo, aberto mais outra honrosa excepção, se tivesse vivido mais algum tempo, para o Sr. Araujo Porto-Alegre, pois lhe ouvimos por muitas vezes que pretendia analysar o *Colombo* deste auctor, poêma a que fazia grandes elogios.

Tambem manifestou-nos a intenção de apreciar as obras de Alvares de Azevedo.¹²⁷⁵

A inclusão de Alexandre Herculano e Almeida no quinto volume, após o cânone literário brasileiro, é algo estranho e oportuno ao mesmo tempo em relação ao programa que o crítico maranhense vinha desenvolvendo e estabelecendo para sua obra, se julgarmos como verídicas as afirmações contidas na *Introdução* assinada por Américo Vespúcio dos Reis. Estranho porque os dois autores não pertencem, ao longo da seqüência cronológica fixada por Sotero, à literatura brasileira; oportuno porque Garret e Herculano são os principais mentores intelectuais de uma geração inteira de românticos e pós-românticos brasileiros, particularmente Gonçalves Dias e José de Alencar. Por outro lado, o cânone literário da língua portuguesa volta à cena, embora possamos desconfiar da inclusão dos dois mestres românticos portugueses em razão do falecimento de Sotero e devido à reunião de seus últimos escritos com os critérios adotados pelos herdeiros no quinto e último volume, que com certeza deve estar incompleto, apesar do espaço de cinco anos desde a publicação do quarto volume. Uma evidência disso talvez seja a inserção de seis preleções sobre a literatura bíblica logo após a análise de *Eurico, O Prebítero*. Embora estejam previstas desde o primeiro volume, segundo os critérios do próprio Sotero, estas preleções, conforme informa seu filho, Américo Vespúcio dos Reis, foram extraídas das páginas do *Semanário Maranhense*, onde haviam sido originalmente publicadas ao longo de quatro meses, com interca-

¹²⁷⁵ REIS, Américo Vespúcio dos. *Introdução*. In: REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brazileira*. Tomo Quinto. São Luiz: Typographia do Paiz, 1873, p. VI.

lação, entre os números 3, de 15 de setembro de 1867, e o 14, de 1.º de dezembro do mesmo ano. Apesar de estarem organicamente previstas pela divisão estabelecida entre os gêneros clássico, romântico e bíblico, as seis preleções parecem mais um enxerto no conjunto da obra, impressão igualmente causada pela presença algo deslocada dos portugueses Garrett e Herculano.

A despeito de todas as virtudes possíveis de serem elencadas para o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* de Sotero dos Reis, é necessário reconhecer que, até para os padrões historiográficos e críticos da época em que o escreveu, era uma obra bastante convencional, repleta de uma expressiva medianidade em todos os comentários e lições de seus cinco volumes e, por último, de exígua criatividade e originalidade em todas as suas páginas. Apesar de representar o fim de um ciclo de tentativas de elaboração de uma história literária para a literatura brasileira, a obra de Sotero é mais um malogro intelectual que um sucesso, embora tenha conseguido chegar mais longe que qualquer um de seus antecessores. Só por isso, já merece uma página à parte na história das histórias literárias brasileiras. Contudo, Sotero dos Reis, não obstante uma vasta erudição e amplo conhecimento histórico da língua, não possuía ainda o talento e tampouco o perfil intelectual adequado ao empreendimento dessa natureza, tarefa que somente foi possível com a atividade crítica e historiográfica da geração de Sílvio Romero. Sobre essa geração, de imediato, pouquíssima ou nenhuma influência o trabalho de Sotero exerceu; Romero sequer o menciona como autor de uma história literária importante antes da sua, tarefa que vai caber a José Veríssimo, também nascido do norte brasileiro, que, talvez a título de reparação, comenta que o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* “pertence à literatura e particularmente à história da nossa”, e que é, “no seu gênero, com a *História do Brasil*, de Varnhagen, e o *Jornal de Timon*, de João Lisboa, uma das obras capitais da fase romântica”.¹²⁷⁶ Contudo, não o faz sem restrições e críticas:

A crítica de Sotero dos Reis, não obstante informadíssima e alumiada por uma boa cultura literária clássica e moderna, falta porventura, com um mais justo critério filosófico ou estético, a necessária isenção dos preconceitos escolásticos e patrióticos. Deriva por muito ainda das regras e processos quintilianescos e da

¹²⁷⁶ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 2002, pp. 264-265.

crítica portuguesa de origem acadêmica. Não esconde ou sequer disfarça o seu empenho em engrandecer o nosso valor literário, aumentando o dos autores por ele estudados, muito além da medida permitida. Equiparar, por exemplo, o marquês de Maricá a La Rochefoucauld é um despropósito que por si só bastaria para desqualificar a capacidade crítica e a inteligência literária de Sotero, se a sua obra não desmentisse este conceito.¹²⁷⁷

O habitual bom senso de José Veríssimo, em relação à verdadeira extensão dos méritos de Sotero dos Reis como intelectual, não deixa de ter razão nesse caso. A obra de Sotero veio em uma época em que já não podia ser acolhida com uma boa recepção, apesar dos esforços realizados pelos seus filhos e por Antônio Henriques Leal, que assina as notas e comentários do quinto volume. O tempo de Sotero já havia passado, assim como o tempo de sua geração, cujos principais nomes já estavam todos mortos.

Do outro extremo dessa história está a sobrevivência de Pereira da Silva, que edita, em 1866, ao mesmo tempo em que Sotero publica o *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, o seu *La littérature portugaise: son passé, son état actuel*, em língua francesa, no Rio de Janeiro, através da livraria e editora de B. L. Garnier. Como é possível deduzir a partir dessa publicação, a reverência pela literatura portuguesa entre os intelectuais da primeira geração romântica não tinha findado completamente, o que é talvez explicável devido ao fato de todos terem estudado fora do país, e particularmente em Portugal, à época em que defendiam a autonomia literária do Brasil. O caso de Sotero é um pouco mais peculiar, pois foi autodidata na província mais lusófona e lusocentrista do país, reproduzindo, a despeito dos laços com o Brasil, o eco da cultura portuguesa através dos livros que lia e da formação intelectual dominante e corrente. Contudo, o fantasma da cultura lusitana continuava a assombrar a todos nessa geração de intelectuais e literatos, que não conseguiam apregoar a emancipação cultural brasileira sem fazer a devida deferência à *mãe-pátria* portuguesa, como se vê muito bem até no poeta mais *americano* do período, Antônio Gonçalves Dias, particularmente nas *Sextilhas de Frei Antão*. Até mesmo críticos portugueses convencionais, como Manuel Pinheiro Chagas, conseguiam distinguir esse traço peculiar do estilo do vate maranhense mais ilustre:

¹²⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp. cit.

Gonçalves Dias foi, de todos os poetas brasileiros, aquelle cujos cânticos encontraram eccos mais favoraveis no coração dos portuguezes. [...]

Gonçalves Dias teve um honraria, que elle deveria prezar acima de todas quantas tenha tido; logo no principio da sua carreira litteraria, quando ainda a sua vocação se mostrava incerta e balbuciante, mereceu a Alexandre Herculano um d'esses artigos esplendidos, como elle os sabe escrever ou antes gravar em paginas de bronze archivadas respeitosaente pela nossa historia litteraria. Propicios fados sorriam ao juvenil poeta. Ainda não obtivera decisiva Victoria, e á tinha o triumpho decretado, já a sua estatua campeava no Capitolio. [...]

[...] Alexandre Herculano não teve que se arrepender da indulgencia, com que animára e acolhêra o poeta brasileiro. [...]

Gonçalves Dias tem duas feições distinctas, a do poeta americano, e a do poeta europeu. A primeira adoptou-a, não porque a isso o chamassem as tendências do seu genio, mas porque estava intimamente convencido que devia tentar aquelle genero, que devia abrir o exemplo, e fundar ou procurar fundar a poesia nacional.

Essas tentativas tiveram o resultado, que se podia esperar do immenso talento de Gonçalves Dias, mas ficaram, apesar de tudo, um pouco descóradas, porque o poeta, a quem a tendencia natural da sua Musa estava constantemente chamando para outro campo, não conseguiu impregnar-se completamente nas paixões dos vultos, que punha em scena, nem ressentir a influencia das paizagens da sua patria, elle que tinha os olhos constantemente fitos, atravez do Oceano, nas paizagens europeás.

[...]

Gonçalves Dias foi para os selvagens da America do Sul o que Chateaubriand foi para os da America do Norte. Escreveu a respeito d'elles poesias admiraveis, assim como o auctor do *Genio do Christianismo* escreveu a respeito d'estes ultimos paginas admirabilissimas da sua poetica prosa. *Mas tanto um como o outro involuntariamente deram trajos europeus ás suas figuras.*¹²⁷⁸

Afora essa característica, Pinheiro Chagas é o primeiro crítico literário a apontar em Gonçalves Dias uma “vaga semelhança com o talento de Gonzaga”, chegando a afirmar que “Gonzaga romantico seria Gonçalves Dias, Gonçalves Dias clássico seria Gonzaga”,¹²⁷⁹ mais particularmente no que diz respeito ao lirismo das melhores produções de ambos os autores. Outro ponto bastante enfatizado pelo crítico português é a sua opinião de que, devido a estas características européias visíveis mesmo nos poetas mais americanos, como Gonçalves Dias, ainda não era possível declarar a emancipação literária do Brasil da literatura portuguesa, uma vez que ela ainda não havia ocorrido mentalmente, apesar da cultura do país estar em processo de formação. O que Pinheiro Chagas aponta, ao final, é a tendência que a literatura brasileira manifestará ao longo de sua história: a impossibilidade de cri-

¹²⁷⁸ CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Ensaaios críticos*. Porto: Casa de Viúva Moré, Editora; Typographia Commercial, 1866, pp. 168-171.

¹²⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 172.

ar um estilo *próprio* de época ou uma literatura que seja *completamente* sua, sem deixar de ter em vista a influência, ainda que remodelada sob o pincel da *cor local* e do meio circundante, os modelos literários da Europa, tornando assim inviável a expressão de uma estética exclusiva e genuinamente nacional:

O Brasil, quando proclamou a sua emancipação política, não conseguiu proclamar ao mesmo tempo a sua emancipação litteraria. Possui grandes talentos, mas estes seguem ainda passo a passo as transformações da litteratura da antiga metrópole. Os rouxinoes abundam, os colibris ainda não nasceram. Há muitos Washington Irving, Cooper ainda nenhum.¹²⁸⁰

Voltemos um pouco no tempo e detenhamo-nos em Odorico Mendes, o maior expoente da cultura clássica no Maranhão antes de Sotero dos Reis, apesar de seu empenho em naturalizar traduções à brasileira. A atuação de Odorico Mendes como político foi muito importante para a consolidação do país recentemente emancipado de Portugal e também o foi para a consolidação das letras do país. Mas o literato e tradutor maranhense não teve uma atuação restrita somente às suas realizações como político e homem público. A razão pela qual seu nome ainda hoje é lembrado, sobretudo como o patriarca da tradução brasileira, é a sua importante produção no campo das belas-letas, mormente após o fim de sua carreira parlamentar e a sua aposentadoria. Ainda no Brasil, Odorico empreendeu duas traduções de Voltaire: *Mélope* (1831), pela Tipografia Nacional, e *Tancredo* (1839), pela Tipografia dos irmãos Laemmert. Todavia, a produção intelectual e literária de Odorico teve uma fase especialmente fértil e duradoura após a mudança definitiva, com toda a família, para a Europa, onde realizou muitas viagens e pôde conhecer de perto as terras natais de seus poetas e escritores de predileção.

Transladado, dedicou-se integralmente à tradução de Virgílio e Homero, um projeto intelectual acalentado por vários anos, sobretudo nos intervalos de sua vida parlamentar e funcionário público, na rotina da tesouraria do Rio de Janeiro. Em 1854, publicou em Paris a primeira edição de sua *Eneida Brasileira*. Em 1858, *Virgílio Brasileiro ou a tradução do poeta latino*, compreendendo as *Bucólicas* e as *Geórgicas*. Em 1860, Odorico edita em Lisboa, pela Tipografia do Panorama, o *Opúsculo acerca do Palmerim de Inglaterra e de seu*

¹²⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 180.

autor, estudo de feições filológicas, críticas e históricas onde, à luz de argumentos bastante persuasivos, dissolve a polêmica existente sobre a autoria daquela obra e aloja-a definitivamente em sua verdadeira nacionalidade. As duas últimas grandes traduções que empreendeu, de Homero, são publicadas postumamente: a *Ilíada* (1874), pela Tipografia Guttenberg, e a *Odisséia* (1929), pela Livraria Leite Ribeiro & Freitas Bastos Cia., ambas do Rio de Janeiro. Além disso, Odorico teve vários de seus poemas inclusos em diversas antologias, como no *Parnaso Brasileiro* (1843), de João Manuel Pereira da Silva, *Mosaico Poético* (1844), de Emílio Adet e Joaquim Norberto de Sousa Silva, e no *Parnaso Maranhense* (1861).

Pode-se afirmar que Odorico Mendes foi um daqueles raros homens de certo senso e disciplina intelectual, um humanista no amplo sentido do termo, que a literatura brasileira, então nascente e carente de autores que a representassem, possuiu em seu período de fundação e formação. Odorico foi, sobretudo, um clássico à moda antiga, cujo empenho em traduzir os poemas de Virgílio e Homero é a tradução, por assim dizer, do desejo de dotar a sua pátria de uma gênese literária para o qual convergisse a formação de todos os futuros poetas que se aventurassem no empreendimento do canto épico em nossa literatura. Ao lado de sua intensa atividade como tradutor, Odorico também foi um poeta de versos medianos e aceitáveis que, apesar da evidente concepção e influência clássicas, já apresentavam alguns elementos da sensibilidade romântica, experimentando em seu tempo certo prestígio e notoriedade. Da totalidade de suas produções líricas, extraviadas em sua maior parte,¹²⁸¹ sobrou o *Hino à tarde*, cuja primeira impressão é de 1844 na *Minerva Brasiliense*, e, em 1861, no *Parnaso Maranhense* e, por fim, com uma versão definitiva no *Brésil Littéraire* (1863) de Ferdinand Wolf. Sílvio Romero dizia que se lembrava sempre deste poema não “sem boa e saudosa emoção”, pois seus versos tinham “um não sei quê de vago e doce” – um comentário poético sobre o poema – que afirmava conter “a essência mesma da poesia”.¹²⁸² Além do *Hino à tarde*, há *O sonho*, publicado como *A morte* no *Parnaso Maranhense* (1861), impresso ainda em várias outras coletâneas, e *O meu retiro*, encontrado na *Minerva Brasiliense*, além de outros poemas, constantes em obras como o *Pantheon Maranhense*, que

¹²⁸¹ LEAL, Antônio Henriques. *Op. cit.*, Tomo I, pp. 12 e 16.

¹²⁸² ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I, 2001, p. 534.

compõem tudo que restou de seu espólio literário, cuja extensão Odorico não quis alargar por avaliar a sua contribuição lírica era de ordem inferior:

Não possuindo o Ingenho indispensavel para emprehender uma obra original, ao menos de segunda ordem, persuadido porém de que o estudo da lingua e a frequente lição da poesia me habilitavam para verter em portuguez a epopéa mais do meu gosto; annos há, com a Eneida me tenho ocupado.¹²⁸³

Ao que consta, a partir desta publicação Odorico desiste por completo de sua produção poética e torna-se, inteira e absorventemente, um tradutor. Seu projeto de tradução, no entanto, era de avultada ambição, pois o tradutor maranhense tinha o projeto de transformar as suas traduções, sobretudo as notas apenas ao texto traduzido, em um curso de literatura e tradução para brasileiros.¹²⁸⁴ O conteúdo destas notas, além de esclarecer os procedimentos empreendidos por Odorico para solucionar os dilemas de conversão do texto original à língua portuguesa, aborda especialmente a obra dos épicos universais e clássicos, mas também os poetas e escritores modernos, como Camões, Ariosto, Milton, Tasso, Filinto Elísio, Chateaubriand, Chérnier, Voltaire, Madame de Staël, entre outros. A intenção de Odorico, ao cotejar estas personalidades literárias em suas notas, era adotá-las como instrumentos comparativos a fim de elucidar as dificuldades da arte e do ofício de tradução; cada escolha e solução do tradutor encontram apoio, desse modo, através da tradição já consolidada.

Demonstrando, portanto, uma vasta erudição na área, em um país cuja vida intelectual era carente de homens versados com profundidade em algum domínio do espírito, Odorico recorre com frequência ao depoimento e ao trabalho de incontáveis tradutores célebres, às vezes para o encômio e em outros momentos para a crítica, entre os quais se destacam Caro, Monti, Villenave, Delille, João Franco, Barreto Feio, Pope, Dryden, Madame Dacier, Rochert, entre vários outros. O seu empenho contínuo em contestar soluções que reputava como fáceis ou errôneas, em corrigir o que considerava equívoco ou aberração, além do interesse em indicar textos que tinha em conta como canônicos e fundamentais, como *Dom Quixote* e *O Palmerim de Inglaterra*, fornece uma dimensão exata não somente de sua eru-

¹²⁸³ MENDES, Manuel Odorico. *Ao publico*. In: *Eneida Brasileira ou traducção da epopéa de Publio Virgilio Maro*. Paris: Typographia de Rignoux, 1854, p. 5.

¹²⁸⁴ Cf. RODRIGUES, Antônio Medina. *Roteiro do tradutor*. In: HOMERO. *Odisséia*. Trad. de Manuel Odorico Mendes; edição de Antônio Medina Rodrigues. 3ª. ed. – São Paulo: Ars Poética: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 22.

dição como também de sua educação clássica, o que é acentuadamente visível na forma como silencia sobre a grande maioria dos autores românticos brasileiros que, sem dúvida, conheceu e leu. A não ser Gonçalves Dias, cuja obra respeitava em razão de seu conhecimento, como poeta e intelectual, do que havia de melhor em seu tempo – e, por igual, pela formação classicista que compartilhava com o seu confrade maranhense, a julgar pela pesquisa e pela invenção filológica, estilística e poética de *Sextilhas de Frei Antão* –, parece que há em Odorico um resolutivo desinteresse sobre a produção literária romântica em geral, resultado talvez de seu afã e zeloso empenho em levar a cabo uma espécie de enciclopédia fundamental de arte poética¹²⁸⁵ através de suas traduções e notas. A sua herança clássica lhe dotou de um espírito pedagógico e um conhecimento de feições enciclopédicas, os quais utilizou a fim de dotar o país de uma geração de poetas capazes de assimilar, através do cultivo da tradição e do ensinamento dos grandes épicos, as lições de poesia que, um dia, dotariam a nação de um cânone respeitável como o europeu. Ao menos, este era o seu projeto, como também o de toda a geração romântica de seu tempo.

Como recebeu desde cedo, segundo o depoimento de seus biógrafos, as primeiras letras de professores particulares e começou a aprender latim ainda muito criança no Maranhão, seguindo depois para Coimbra em 1816, aos dezessete anos, onde iniciou o curso de Humanidades, Odorico possuía todas as credenciais necessárias para concretizar o ambicionado projeto. Em Portugal, portanto, até os fins de 1823, Odorico aprofundou seus conhecimentos de latim e aprendeu grego. Em consequência disso, manteve um contato intenso com a cultura e mundo clássico greco-latinos. Contudo, a leitura de suas notas traz informações de que seus conhecimentos abrangiam o classicismo moderno, motivo pelo qual Camões, Tasso, Milton e Ariosto são nelas citados.

Contudo, o seu gosto e formação intelectual não estavam restritos apenas ao universo clássico. O interesse de Odorico também se voltou para a literatura medieval, particularmente a novelística, ao escrever o ensaio *Opúsculo acerca do Palmeirim de Inglaterra e de seu autor* (1860), em que defende a tese de que a autoria da obra *Palmeirim de Inglaterra* (1567) pertencia ao português Francisco de Moraes, e não aos espanhóis Miguel Ferrer ou Luiz Hurtado. A fim de defender o patrimônio estético e cultural da língua portuguesa, O-

¹²⁸⁵ RODRIGUES, Antônio Medina. *Op. cit.*, p. 22.

odorico dá uma prova de uma preocupação que extrapola o limitado sentimento de patriotismo e nacionalidade do romantismo brasileiro, saindo em defesa de Francisco de Moraes. Além de comprovar a autoria portuguesa do *Palmeirim*, Odorico Mendes demonstra uma expressiva erudição e um extenso conhecimento de muitas fontes históricas, em ritmo de investigação e inquérito policial, entre as quais o próprio *D. Quixote*, que teria inspirado o seu trabalho de detetive literário. O resultado é uma excelente tese, convincente e lúcida, de filologia literária da língua portuguesa, que teve, à época de sua publicação, ótima acolhida e alguma repercussão internacional, pois restituía uma obra à sua nacionalidade de origem e punha fim, de uma vez por todas, a um antigo litígio entre castelhanos e portugueses:

Francisco de Moraes foi reconhecido sempre como autor do romance ou poema de cavallaria *Palmeirim de Inglaterra*, desde que se averiguou não o ser D. João II, nem o infante D. Luiz, nem algum dos prínceps de Portugal [...]. Porém em 1826, no *Catalogo dos livros hespanhoes e portuguezes* impresso em Longres por Vicente Salvá, litterato aliás de grande merecimento, ora attribue-se a paternidade a Miguel Ferrer, ora a Luiz Hurtado [...]. Funda-se, para arrancar aos portuguezes a palma de Inglaterra, conforme a expressão do immortal Cervantes, em sair á luz o livro espanhol em 1547, o portuguez só em 1567, [...] razão que parece irrefragável; mas, sendo a única, tendo eu para derribal-a muitas e muito mais fortes, expôl-as vou, na certeza de que ninguém disputará plausivelmente contra o *nosso* Francisco de Moraes, porque nada se oppõe á evidencia.¹²⁸⁶

O *Opúsculo acerca do Palmerim de Inglaterra e do seu autor* está dividido em três partes ou capítulos, e não é uma obra extensa, conforme sugere o título, pois tem menos de 80 páginas. Além do título, traz em seu frontispício o nome do autor, Manuel Odorico Mendes, seguido pelo seu local de nascimento, “da cidade de S. Luiz do Maranhão”. A primeira parte do opúsculo é onde o tradutor maranhense demonstra a quem pertence o original; a segunda abrange o juízo crítico da obra e do estilo, além de uma extensa sinopse de toda a narrativa dos volumes originais da obra; a terceira apresenta a biografia e a produção intelectual e literária de Francisco de Moraes. É, portanto, o primeiro capítulo da obra, em que explana a tese central do livro, onde se concentram os argumentos favoráveis ao escritor português como o verdadeiro autor do *Palmerim de Inglaterra*. O esforço de Odorico

¹²⁸⁶ MENDES, Manuel Odorico. *Opusculo acerca do Palmerim de Inglaterra e do seu autor no qual se prova haver sido a referida obra composta originalmente em portuguez*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1860, p. 3.

Mendes consiste em demonstrar, à luz de evidências históricas e provas literárias e documentais, que a edição espanhola de Luiz Hurtado, de 1547, é apenas uma tradução do original escrito por Francisco de Moraes, editado em 1567. O raciocínio de Odorico Mendes compreende algumas etapas bem distintas, em que expõe cada uma de suas razões como se estivesse realizando pessoalmente a defesa de Francisco de Moraes perante um tribunal, no papel de seu advogado.

O principal argumento em favor dos autores espanhóis é o de Vicente Salvá, que, conforme vimos, entra em contradição consigo mesmo ao atribuir a obra a dois autores diferentes. A fim de por em descrédito a questão levantada por Salvá, em uma época em que a autoria espanhola do *Palmerin de Inglaterra* era posta em dúvida, Odorico recorre à biografia de Francisco de Moraes, com o intuito de demonstrar que o autor já tinha escrito o livro antes da tradução de Luiz Hurtado, entre 1540 e 1543, enquanto esteve no séquito do embaixador de Portugal em França, D. Francisco de Noronha. O conflito fundamental é o fato, apontado por Odorico, de que Francisco de Moraes dedicou o seu livro, em manuscrito, à filha de D. Manuel, em princípios de 1544:

Ora, asseverando Moraes ter estado em França *os dias passados*, expressão indicadora da sua recente chegada, e ajuntando que dirigia o *Palmerin* à princeza, entre outros motivos, por haver em França recebido mercês da rainha christianíssima, viuva de D. Manuel e mãe da mesma D. Maria; segue-se que não se trata da segunda embaixada, porque d'essa vez o conde só podia estar em Paris muito depois do falecimento de Francisco I, acontecido em Março de 1547, quando sua viuva já não residia em Paris: é fato incontestavel que esta senhora, morto o marido, foi-se logo para Flandres, d'onde acompanhou a seu irmão Carlos V para Espanha.

Assentado que Moraes só esteve em França até 1543, e ao chegar a Portugal offereceu o *Palmerin* á filha de D. Manuel, deita isso para o começo de 1544. Como é que o traductor de uma obra saída em 1547 dedicou a sua versão em 1544? Esta só consideração desmorona todo o edificio de Salvá [...].¹²⁸⁷

Contudo, o tradutor maranhense não se dá por satisfeito e continua sua exposição, apresentando outras considerações que desautorizam a afirmação do espanhol Vicente Salvá. O próximo argumento diz respeito à vida amorosa de Francisco de Moraes, que teria sido rejeitado por uma dama da corte da rainha D. Leonor. Este episódio, segundo Odorico

¹²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 5.

Mendes, teria sido introduzido na versão de Moraes sob a forma de algumas justas em honra de quatro senhoras francezas, entre os capítulos 137 e 143, onde o autor “á larga discorre sobre a inconstancia do bello sexo do paiz”,¹²⁸⁸ como vingança pela sua rejeição durante a sua permanência em França. O que Mendes deseja comprovar é que, à luz da biografia de Moraes, este episódio do *Palmerin de Inglaterra* faz sentido, e que a tradução espanhola não poderia se antecipar a um fato vivido pelo seu compositor, de onde se infere que a autoria seria de Moraes, e não de Hurtado. Aqui o tradutor maranhense dá vazão a uma tese muito corrente ao longo do século 19, de que a vida explica a obra e a obra explica a vida, ou pelo menos a biografia de seus autores:

[...] cabe lembrar que Hurtado, na edição de 1547, traz os mencionados onze capitulos; fica pois evidente que o supposto compositor não havia de inserir no seu livro uma ficção nascida da aventura do seu futuro traductor; que a composição portanto não é de Luiz Hurtado, o qual por certo nunca a attribuiu a si; foi Salvá quem lhe quis outorgar esta mercê.¹²⁸⁹

O próximo passo de Odorico Mendes é um sintoma da concepção de originalidade corrente em sua época: demonstrar o *sentimento de nacionalidade* da obra, expresso através da *cor local* dominante da narrativa. De acordo com a tese do tradutor maranhense, o *Palmerin de Inglaterra* está repleto de um sentimento anti-castelhano, legível nos encômios que a obra dedica às descrições de Portugal e a visível preferência que o narrador tem pelas terras lusitanas em detrimento das espanholas. Além disso, outro sintoma dessa preferência é a exaltação dos naturais de Portugal no lugar dos espanhóis, detalhe que provocou a admiração de Cervantes pelo episódio considerado como o mais belo de todo o enredo da obra. A seguir, Odorico Mendes dá demonstrações, em determinados trechos, do “particular amor a Portugal”¹²⁹⁰ ostentado pelo autor da narrativa, enfatizando que não são feitas descrições favoráveis e tampouco há elogios enobrecedores em relação à Espanha, como os dedicados à terra portuguesa. Além disso, Mendes aponta que em outros trechos da obra o narrador fornece detalhes toponímicos bastante específicos da região onde nasceu Francisco de Mo-

¹²⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 7.

¹²⁸⁹ *Idem, ibidem*.

¹²⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 9.

raes, demonstrando uma intimidade com assuntos portugueses, bastante provincianos, atípica para um espanhol.

Contudo, segundo Odorico, o trecho mais gritante a este respeito é a descrição que o narrador faz de uma princesa espanhola, Arnalta, rainha de Navarra, “a única representada como devassa e inconstante”¹²⁹¹ que, além de não ter casado como as outras três damas disputadas pelos cavaleiros da narrativa, é ainda apontada como a quarta em beleza. Ao todo, são cinco os capítulos em que o fenômeno se repete, todas as vezes que a desditada espanhola aparece em cena, o que, conforme a exposição do tradutor maranhense, não coaduna com o orgulho da nacionalidade espanhola:

Será crível que o Hespanhol Hurtado buscasse uma Hespanhola para imputar-lhe as acções e os sentimentos mais baixos, e escolhesse uma Portugueza para ser o exemplo da altivez e da dignidade e *izenção*, segundo se exprime o autor? Será crível que nunca achasse uma phrase para honrar os Hespanhoes em geral, e procurasse tantas e tão bellas em louvor dos *bellicosos* Lusitanos?

Quem attenta esta questão com olhos imparciaes, vê que o Portuguez, iscado das preocupações reciprocas de ambos os povos, aproveitou a vez para engrandecer homens e mulheres da sua terra á custa do reino irmão. [...] Moraes pois seguiu n’essas passagens os preconceitos de seus concidadãos; *o que era moralmente impossivel a Hurtado, que só as conservou na sua traducção pelo dever de fiel interprete.*¹²⁹²

Outro ponto levantado por Odorico Mendes é o fato de que Hurtado não disputou a paternidade da obra quando saiu a edição portuguesa em 1567. Contudo, como não vê nisto um motivo suficiente para encerrar o debate em torno da verdadeira autoria da obra, o tradutor maranhense parte para o estabelecimento da autêntica primeira edição do *Palmerim de Inglaterra*, apoiado dessa vez na conjectura de Cervantes, que desconhecia o legítimo autor da narrativa, mas que considerava ser um português. Relembrando ao leitor que Moraes chegou em Lisboa em 1543 ou em princípios de 1544, e dedicou o livro à infanta, em manuscrito, em razão de ter sido impresso fora do país, sem a indicação, no entanto, da autoria de sua narrativa, Odorico Mendes pontua que a dedicatória só foi impressa pela primeira vez na terceira edição do *Palmerim*, de 1592, à qual Miguel de Cervantes não teve

¹²⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 12.

¹²⁹² *Idem, ibidem*. Grifos meus.

acesso. O tradutor maranhense apóia o seu raciocínio na quarta edição, de 1786, principalmente, cujo prefácio afirma o seguinte:

Imprimio-se esta Obra pela primeira vez em Evora em casa de André de Burgos 1567, em caracteres Goticos; da qual edição os rarissimos exemplares, que pudemos ver, da Livraria da Real Casa das Necessidades, e do Collegio de S. Bernardo de Coimbra, carecem de rosto, e Dedicatoria. Na copiosa Livraria do Convento de S. Francisco da Cidade se conserva, posto que muito estragada, e falta, huma edição desta Obra em character entre Gotico, e redondo, que dá algumas mostras de ser impressa fóra do Reino. He conforme com a primeira, só com alguma pequena variedade de Orthographia, e leve trasnposição de algumas palavras. Imprimio-se terceira vez (o Editor diz ser a segunda) em Lisboa no anno de 1592 pelos cuidados de Affonso Fernandes, Livreiro, que a dedicou ao Cardeal Alberto, que então governava este Reino. Esta edição acha-se dissimilhante das duas antecedentes, não só na variação na Orthographia, na perpetua, e escusada mudança de palavras, e periodos inteiros, mas tambem na mutilação de muitos lugares; do que facilmente nos podemos convencer, conferindo-as entre si.¹²⁹³

Todavia, segundo Odorico Mendes, o editor da quarta edição equivoca-se: a segunda edição da obra é, na realidade, a primeira, cuja impressão reconhece como estrangeira, em virtude das diferenças ortográficas existentes em cotejo com a edição supostamente anterior, de 1567. O tradutor maranhense atribui a realização da primeira edição como um trabalho de uma oficina tipográfica francesa, provavelmente em Paris, onde serviu Francisco de Moraes, entre os anos de 1540 e 1543, o que explicaria as diferenças de ortografia presentes no texto em português das edições seguintes. Esta edição, que apareceu sem a indicação do autor e dedicatória, é citada pelo crítico espanhol Nicolau Antonio em seu dicionário de obras anônimas, *Anonimus Scripsit*, mas não menciona Hurtado como autor do livro, apesar da edição de 1547, justamente porque sabia ser esta uma edição mais antiga, onde Moraes não se nomeou como o escritor original. Segundo Odorico Mendes, uma das razões para tal anonimato por parte de Moraes é o fato de a Inquisição ter indexado o livro em sua lista de obras proibidas, o que motivou o desaparecimento dos exemplares da verdadeira primeira edição, de 1544. O tradutor maranhense está convicto dessa tese e, em seu socorro, convoca

¹²⁹³ FERNANDES, Afonso. *Prefação do editor desta IV edição*. In: MORAES, Francisco de. *Cronica de Palmerim de Inglaterra. Primeira, e Segunda Parte*. Tomo I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Anno M.DCC. LXXXVI (1786), p. XII. Não há numeração referente às páginas de rosto e aos textos introdutórios no original, que inicia do texto da narrativa pelo número 1. A numeração adotada aqui é contada a partir da capa até o fim do prefácio.

a autoridade de Antonio Nunes de Carvalho, um de seus examinadores na Universidade de Coimbra:

Achando-me em Londres, encontrei alli D. Vicente Salvá, sujeito muito erudito e conhecedor de livros raros. Na primeira parte do seu catalogo, diz que Miguel Ferrer foi o autor do Palmerim; mas na segunda, em razão de um acrostico achado por seu filho no fim da edição hespanhola de 1547 e 1548, declarou-se por Hurtado. Examinei o exemplar, unico dessa edição que se conhece, e mostrei-lhe que Miguel Ferrer era simplesmente o impressor da segunda parte, que succedeu a Fernando de Santa-Catherina, impressor da primeira; que Hurtado foi o traductor castelhano, e que talvez com medo da inquisição, fugiu de nomear-se claramente e se occultou no acrostico. Mas o Salvá não se quis desdizer. – Das indagações que fiz em Londres e Paris, depois de ratificadas em Portugal, collegi que Francisco de Moraes, indo por secretario de D. Francisco de Noronha, embaixador em Paris no tempo de Francisco I, ahi compoz o Palmeirim, ajudando-se de uma velha chronica existente em francez ou em provençal; que, de volta com o embaixador, o dedicou á infanta D. Maria; que, sendo bem acolhido, o traduziu Hurtado em castelhano; mas que a inquisição o inseriu nos seus índices, juntamente com o *Cancioneiro* de Rezende, *Rupica pneuma* de João de Barros, a comedia *Eufrosina* de Jorge Ferreira e outros muitos livros.¹²⁹⁴

A base de sustentação, portanto, para todas essas conjecturas é fornecida pelo próprio Francisco de Moraes em sua dedicatória à infanta D. Maria, citando o irmão da princesa, D. João III, como uma pessoa ainda viva, já que o rei português faleceu em 1554. Como a primeira edição portuguesa é de 1567, e a dedicatória é feita antes do falecimento de D. João III, o conflito de datas fica evidente, abrindo terreno para a atribuição da autoria a Francisco de Moraes, conforme supõem Odorico Mendes e seu lente e examinador em Coimbra, Antonio Nunes de Carvalho, cujas investigações certamente influenciaram o tradutor maranhense na direção dessas convicções:

Eu me achei em França *os dias passados*, em serviço de dom Francisco de Noronha, embaixador *delRey nosso Senhor e vosso irmão*, onde vi algumas crônicas Francesas, e Ingresas, antre ellas vi que as princesas e damas louvavão por estremo a de dom Duardos, que nessas partes anda tresladada em Castelhana, e estimada de muitos. Isto me moveo ver se acharia outra antigualha, que podesse tresladar; pera que conversei Albert de Renes de Paris, famoso cronista deste tempo, em cujo poder achei algumas memórias de nações estranhas, e antre ellas a crônica de Palmeirim de Inglaterra, filho de dom Duardos, tam gastada da antiguidade de seu nascimento, que com asaz trabalho a pude ler: *tresladeya*, por me parecer

¹²⁹⁴ CARVALHO, Antonio Nunes de, citado por MENDES, Manuel Odorico. *Opusculo acerca do Palmerim de Inglaterra e do seu autor no qual se prova haver sido a referida obra composta originalmente em portuguez*, 1860, pp. 14-15. Grifos meus.

que polla afeição de seu Pay se estimaria em toda a parte, e com desejo de a dirigir a V. A. [...]. [...] se tiver alguma falta [...] na composição das palavras, de que *meu engenho carece* [...] nã me queixarei, queixemse os sabios, quando suas obras forem julgdas por pecos, *que as minhas ninguem as pode tachar que as nã entenda melhor do que eu.*¹²⁹⁵

Diante, enfim, de todas essas evidências e argumentos, Odorico Mendes finalmente encerra a hipótese de sua dissertação sobre a verdadeira autoria do *Palmeirim de Inglaterra* com o seguinte e conclusivo desfecho:

Estabelecido (pelos exemplos que citei, [...]) que dizer um romanceiro que *trasladou* os seus contos não é argumento infallível de serem uma versão na força da palavra; estabelecido que as justas em honra das quatro francezas foram da invenção de Moraes, nascidas de uma das suas proprias aventuras, e não *achadas na chronica geral dos feitos antigos e obras notaveis dos francezes*; estabelecido que o episodio de Miraguarda, intimamente connexo com a acção, parto foi da sua phantasia, e bem assim quanto se refere ao Castello de Almouroul, ao Cardiga, á villa de Tancos, Thomar e outros logares da guerreira Lusitania; estabelecido enfim que elle dedicou a obra uns tres ou quatro annos antes de apparecer a de Hurtado, a consequência logica é: Francisco de Moraes foi quem originalmente compoz o *Palmeirim de Inglaterra.*¹²⁹⁶

Entretanto, permanece o eco de um questionamento a respeito do *Opúsculo acerca do Palmerim de Inglaterra e do seu autor*: por que um maranhense e, portanto, um brasileiro, empenhou-se com tanto sentimento de nacionalidade e patriotismo literário para demonstrar a tese sobre a autoria de uma obra em que o autor é um português, em uma época em que a afirmação da nacionalidade e originalidade da literatura brasileira era um coro repetido por todos os intelectuais e homens de letras brasileiros? A resposta para essa atitude de Odorico Mendes somente pode ser encontrada em seu acentuado e conservador lusitanismo literário, em choque direto com o seu intenso nacionalismo e ativismo político de épocas anteriores, em que defendeu os interesses nacionais do Brasil diante dos portugueses. O que separa o Odorico Mendes, agitador político do 7 de abril de 1831, do Odorico Mendes, estudioso da literatura portuguesa de 1860? A defesa do cânone comum da língua portuguesa, já que ele considerava a obra de Francisco de Moraes como componente inalienável do acervo literário e do patrimônio cultural de dois povos: o português e o brasileiro. Ora, isto é um claro

¹²⁹⁵ MORAES, Francisco de. *Prologo*. In: _____. *Cronica de Palmerim de Inglaterra. Primeira, e Segunda Parte*. Tomo I, M.DCC. LXXXVI (1786), p. IV-V. Grifos meus.

¹²⁹⁶ MENDES, Manuel Odorico. *Op. cit.*, 1860, pp. 18-19. Grifos do autor.

sintoma do *universalismo* da concepção literária de Odorico Mendes, que nesta tese demonstra pairar acima das fronteiras impostas pelo *nacionalismo* dos primeiros românticos brasileiros. Uma demonstração muito explícita disso é a terceira e última parte do *Opúsculo do Palmeirim de Inglaterra*, em que o autor, em um subcapítulo intitulado *Elogios de vários autores ao nosso poema*, nas últimas três páginas, deixa bem patente o pronome “nosso”, o que é bastante elucidativo da postura intelectual de Odorico em relação ao assunto. O mesmo pronome é repetido em vários trechos das conclusões do tradutor maranhense, que reitera a sua concepção de que a língua portuguesa unifica o Brasil e Portugal:

[...] A pouca extracção que tem os livros em Portugal, e o mesmo se pode affirmar do Brazil com leve differença, faz que os *nostros* homens de letras ou se calam ou a medo produzam alguma cousa. De mais, não se quer ler portuguez; e quem n’esta lingua escrever, deve traduzir a obra *em francez* e esconder o original.

Tenho ouvido a Portuguezes e a Brasileiros que a *nossa raça* apenas se deve honrar de possuir Camões; porém *os que assim fallam tem a má logica de fazer uma exclusão geral sem conhecerem os excluidos; são de todos alheios na matéria. Não é mal aquinhoada a literatura* que, entre os prosadores, se ufana dos nomes de Castanheda, Francisco de Moraes, Barros, Damião de Goes, Pinto Pereira, Couto, Sousa, Lucena, Fernão Mendes, Jacintho Freire, Vieira, padre Bernardes, Theodoro de Almeida, e tantos outros; e entre os escriptores em verso, tem Gil Vicente, Sá de Miranda, Ferreira, Camões, Diogo Bernardes, Côrte Real, Sá de Menezes, Lobo, Vasco Mousinho, Gabriel Pereira, Garção, Diniz, Tolentino, Bocage, Francisco Manuel, *Durão* e *Sousa Caldas*, Garret e mais alguns; não quero fallar dos vivos, entre os quaes ha ingenhos de primor.¹²⁹⁷

Isto, contudo, não quer dizer que Odorico Mendes não acalentasse um projeto literário de feições tipicamente brasileiras, embora a sua atividade intelectual tenha se voltado para questões que extrapolam o âmbito cultural específico do Brasil, ao menos segundo a vigente concepção romântica de literatura nacional. O fato é que, com esta importante e decisiva defesa do patrimônio literário da língua portuguesa, afora o fato de ter sido o primeiro tradutor das obras de Virgílio e Homero em português, somando-se ao conteúdo esclarecedor de suas notas, é possível cotejar o fio condutor do credo estético de Odorico Mendes, compondo a sua ensaística onde desponta a sua “teoria literária”,¹²⁹⁸ bem como a sua concepção de um projeto de literatura nacional. No encerramento de suas notas à sua tradu-

¹²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 78. Grifos meus.

¹²⁹⁸ RODRIGUES, Antônio Medina. *Op. cit.*, p. 29.

ção das *Bucólicas*, do *Virgílio Brasileiro* (1858), Odorico Mendes deixa escapar um pouco de suas idéias para este projeto. Para o tradutor maranhense do poeta latino, havia alguma coisa do gênero das *Bucólicas* que poderia encontrar alguma “aplicação ao Brasil”, ou mais especificamente “uma certa *cor pastoril*” que poderia auxiliar os escritores brasileiros na composição e representação dos camponeses da nação através da literatura, sobretudo na prosa de ficção:

Os naturaes do Brasil formam tres consideraveis divisões: os mais civilizados, cuja maxima parte se estende pelo litoral, com usos quasi europeus; os selvagens; os *sertanejos*, em geral pastores. Quem descrever os primeiros, descreve os da Europa com poucos rasgos diferentes: é a divisão que offerece mais largas á satyra e à comedia. Os selvagens, rudes e de costumes quasi homericos, podem prestar bellos quadros à epopéa: Chateaubriand, melhor que ninguém mostrou o como; e os nossos Basílio e Durão, bem assim o Sr. Magalhães, delles tiraram o *Uruguai*, *O Caramuru* e a *Confederação dos Tamoios*; e ainda outro bom ingenho se ensaia em poema semelhante. A terceira divisão, a dos sertanejos, nunca foi cantada senão por elles próprios em seus rústicos solaos, e della é que vou falar especialmente.

Penso que os nossos pastores, com seus trages, com suas armas, em que sam pichosos, como os Arabes com quem tem parencas, ora montando em osso e amansando os poldros bravios, ora cantando em cima da porteira do curral para attrahir os animaes, merecem occupar um pouco os talentos que no Brazil vão desabrochando. As *vaquejadas*, ou cata dos novilhos montesinhos; as *charqueadas*, as brigas das feras, em que muitas vezes tomam parte aquelles homens com incrível destreza; as cantigas de desafio, não ao som da gaita ou arrabil, mas da viola ou do machete, em louvor das nossas bellas serranias, com animadíssimas danças; as *cavalhadas*, pelas quais provam, e pela crença de Mouros encantados e thesouros encobertos, a filiação de nossos costumes e usanças com os das Hespanhas, donde procedemos; as festas da Igreja aldeã, enfeitada com palmeiras no adro, com ramagens no pavimento; estas e outras cousas, estou convencido, produziriam poesias preferiveis á imitação dos estrangeiros cujos hábitos e tradições tanto diferem dos nossos. A hospitalidade dos sertanejos e demais camponezes, a malicia que ha em muitos, a humildade e a cortezia com que sabem abrigar, a altivez que os domina quando offendidos, a implacabilidade da sua ira quando enganados, sam contrastes e sombras de que se aproveitaria a mão habil do poeta. O difícil da empresa está em que os nossos melhores ingenhos habitam nas cidades, não tem experiencia dos costumes campestres: o meu comprovinciano, o Sr. Gonçalves Dias, que nasceu no interior, bem que educado em Coimbra, só pelas reminiscencias da meninice tem enfeitado os seus versos com alguns toques e pensamentos que podem referir-se aos nossos camponezes; mas, pela maior parte, referem-se aos selvagens.

Ouvi a Brasileiros que a nossa sociedade, onde ha negros e escravos, não inspira uma poesia agradável! O contrario já o provou o admirável cantor de *Paulo* e *Virginia*. E, quando forem apparecendo escritores da tempera de Chateaubriand, de Cooper e da autora de *Uncle Tom's Cabin*, scenas que a alguns parecem baixas, ennobrecer-se-ão nas cores de seus pincéis. Felizmente já nascem ingenhos que tentam brindar-nos com uma poesia propriamente nacional, ostentando-

se Brasileiros e apagando a pecha que o falecido e saudoso Garret com razão punha aos nossos velhos poetas.¹²⁹⁹

Como é possível inferir a partir desta nota, Odorico antecipa-se em algumas décadas à narrativa social rural de José de Alencar, uma vez que o autor cearense publica *O Gaúcho* (1870), *O Tronco do Ipê* (1871), *Til* (1872) e *O Sertanejo* (1875), quiçá seguindo de perto o projeto elaborado pelo tradutor maranhense, o qual antecedeu, deste modo, através de sua versão dos poemas bucólicos de Virgílio, um *modus interpretandis* de sua concepção de como a literatura brasileira deveria tratar o homem do campo. Todo cuidado é pouco neste terreno das especulações históricas, mas é interessante apreciar que o tradutor maranhense, apesar de possuir uma concepção mais universalista e, particularmente, mais lusófona de literatura, apropria-se de elementos presentes na tradição clássica para conferir a elas feições nacionais, o que é, no mínimo, uma razão assaz elucidativa para compreender os títulos de suas traduções mais célebres ao longo do século 19: *Eneida Brasileira* e *Virgílio Brasileiro*.

O que Odorico almejava, portanto, com a sua “teoria” da literatura brasileira, era ampliar o panorama da representação do país, através da ficção de inspiração rural, ou ainda da lírica e da épica, o que acreditava poder ser efetivado caso os poetas e narradores brasileiros se ativessem à lição dos clássicos. Se ainda vivesse a fim de acompanhar o desenvolvimento da obra de Alencar, é muito provável que Odorico a abonasse sem restrições, uma vez que o empenho do escritor cearense consistiu, sobretudo, sem menoscar a relevância do mítico e do lendário, em fazer representar em sua ficção o homem e a paisagem interiorana, uma nova concepção de *cor local*, realizando assim o necessário contraponto com o urbano metropolitano ou provinciano.¹³⁰⁰ Com isto, a “teoria” e o projeto de Odorico convergem no mesmo ponto com a obra alencariana, uma vez que ambos pretendiam fornecer uma galeria de tipos – o peão, o gaúcho, o sertanejo, o vaqueiro nordestino, o fazendeiro, o lavrador, a mulher do interior – que compõem, na realidade, um universo específico, cuja genealogia encontra-se durante o período de formação colonial, onde todos estes tipos po-

¹²⁹⁹ MENDES, Manuel Odorico. *Virgílio Brasileiro ou tradução do poeta latino*. Paris: Typographia de W. Remquet e Cia., 1858, pp. 71-72.

¹³⁰⁰ CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2004, p. 271.

tencialmente já existiam. A herança intelectual de Odorico, portanto, vai muito além de suas traduções. É um admirável projeto cujo desenvolvimento o tradutor maranhense anteviu e para o qual, indubitavelmente, contribuiu e influenciou de forma peremptória, até hoje.

Contudo, se tal avaliação é possível de se fazer em relação à teoria literária de suas notas de tradução, o mesmo não se pode afirmar em relação às traduções propriamente ditas. Com efeito, a atmosfera literária no Brasil para as tentativas épicas, à época em que Odorico traduzia Virgílio e Homero, não era das melhores, em virtude do retumbante fracasso da epopéia de Magalhães, a *Confederação dos Tamoios*. O malogro da epopéia indígena brasileira é assunto fartamente compilado na história da literatura brasileira, porém o insucesso da teoria da tradução poética nesse período constitui um capítulo à parte, embora sofrendo os efeitos adversos da epopéia gorada de Magalhães. Após a publicação da *Eneida Brasileira* de Odorico Mendes em Paris, a recepção da tradução do literato maranhense em Lisboa não gerou comentários excepcionais no meio literário da época, conforme o atesta um grande amigo do ilustre brasileiro, conterrâneo seu, Gonçalves Dias: “A *Eneida Brasileira* não achou simpatias em Lisboa; há dois contudo que a apreciaram, A. Herculano e Rebelo da Silva; os mais não podem avaliar a tradução, porque já se esqueceram das suas humanidades”.¹³⁰¹

De qualquer modo, o esforço de Odorico Mendes em traduzir os clássicos greco-romanos, em uma fase de plena e acentuada negação dos padrões clássicos de beleza e gosto literário defendida pelos intelectuais românticos brasileiros, é sinal da forte sobrevivência de uma preocupação de natureza clássica e neoclássica, que insistia em dotar a literatura pátria de poemas nacionais que pudessem rivalizar com os grandes épicos da humanidade, particularmente a *Ilíada* e a *Odisséia* de Homero, a *Eneida* de Virgílio e *Os Lusíadas*, de Camões. O próprio Odorico Mendes, reconhecendo o seu talento inferior às altas demandas do fôlego épico, conforme vimos, declina da carreira poética, em que escreveu alguns poemas de razoável qualidade, para ater-se à iniciativa de traduzir os épicos de sua preferência,

¹³⁰¹ Citado por MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, Vol. III, p. 39.

mas aponto-lhes, entre os publicados por ele, o patronímico *brasileiro*, sugerindo aí uma versão à *brasileira*¹³⁰² dos clássicos.

No entanto, as opiniões sobre a obra de tradução de Odorico Mendes dividem-se entre os extremos, e os seus críticos maranhenses, em particular, são os mais orgulhosos e entusiasmados com os resultados do empreendimento de seu conterrâneo. Até mesmo João Francisco Lisboa, historiador sério e crítico literário sisudo, em sua *Biografia de Manuel Odorico Mendes* (1862), redigida para a *Revista Contemporânea* de Lisboa, começando por lembrar aos leitores que a literatura brasileira contemporânea era quase desconhecida em Portugal, consegue fazer uma citação muito hábil do juízo crítico de Antônio Cardoso Borges de Figueiredo, professor de Poética e Literatura Clássica no Liceu de Coimbra, sobre as virtudes da tradução da *Eneida Brasileira*, de Odorico Mendes, como a concisão, a exatidão, a harmonia e mesmo os neologismos, que a história literária posterior considerará como o grande demérito da obra:

N'esta apazível tradução [...] achei fielmente trasladados em a nossa lingua os conceitos, as paixões e os sentimentos do epico latino, e sem diminuição nem acréscimo, repostas as suas mesmas imagens, e ainda muitas das suas figuras. Bem sabia o sr. Mendes que o verdadeiro traductor não deve ser paraphrasta senão fiel copiadador e retratista, *fidus interpretes*. [...]

Elegante, limada e polida é a phrase, e seus versos correm quase sempre com facilidade, são de ordinario cadentes e numerosos. A perspicuidade, a precisão, e ainda a concisão bem entendida, a propriedade dos termos, o gosto delicado; todas estas virtudes lá offerecem o seu agradável donaire. [...] *Em forjar palavras novas alguém quizera que tam bom traductor fosse mais sóbrio* [...]. *Para estas innovações tinha o traductor pedido vênia*, e tem a sua principal descarga na necessidade; sendo que, como elle em suas notas mostra, só por aquell' arte podia guardar a precisão, que tam justamente ama, e copiar a justeza das idéas e força dos pensamentos do seu prototypo. [...] *Puristas haverá de sentir menos conforme ao meu*; embora: outros sentirão comigo. Grande é o serviço que á nossa litteratura fez o traductor. Longe de mim o rebaixar as traducções que já possuímos das obras de Virgilio, inteiras, e em fragmentos, [...]; *mas das traducções completas é opinião minha, e não só minha, senão de dous respeitáveis litteratos, que esta traducção a todas leva a palma*.¹³⁰³

¹³⁰² REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brasileira*. Tomo Quarto. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1868, p. 304.

¹³⁰³ FIGUEIREDO, Antonio Cardoso Borges de, citado por LISBOA, João Francisco. *Biografia de Manuel Odorico Mendes*. In: REVISTA CONTEMPORANEA DE PORTUGAL E BRAZIL. Quarto anno. Abril de 1862. Tomo IV. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1864, pp. 345-346.

Um juízo semelhante, também não menos entusiástico, pode ser colhido no *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1868), de Francisco Sotero dos Reis:

Esta traducção superior a quantas se teem feito até hoje em Portuguez do poeta latino, é uma verdadeira obra classica, que basta por si só para dar a seu autor um nome mui distincto na republica das letras [...]. Nenhuma das traducções do mesmo poeta que tenho lido em outras linguas, a iguala em concisão, e bem poucas poderão competir com ella em riqueza de dicção, viveza de imgens, e belleza de poesia imitativa e onomatopica.¹³⁰⁴

O ilustre conterrâneo de Odorico Mendes demonstrava-se bastante impressionado com a contagem efetuada pelo bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, que teve a enorme paciência de contabilizar os versos da tradução de Mendes e cotejá-la, a partir deste ponto de vista estatístico, com as demais traduções em português, com o intuito de demonstrar que a versão do maranhense era a que mais primava pela concisão. Acompanhemos, pois, o meticuloso trabalho de Inocêncio Francisco da Silva:

Para dar um prova d'essa concisão, [...], apresentarei o seguinte quadro comparativo do numero de versos hendecasyllabos portuguezes, que na traducção de cada um dos livros da *Eneida* correspondem aos hexametros do original latino, tanto na primeira edição de 1854, como na segunda de 1858:

N.º DOS VERSOS NO LATIM	N.º DOS VERSOS NA TRADUÇÃO (EDIÇÃO DE 1858)	IDEM NA PRIMEIRA (EDIÇÃO DE 1854)
Livro 1.º - 760	790	791
Livro 2.º - 804	830	840
Livro 3.º - 718	723	750
Livro 4.º - 705	740	765
Livro 5.º - 871	877	896
Livro 6.º - 902	936	939
Livro 7.º - 817	818	825
Livro 8.º - 731	728	730
Livro 9.º - 818	798	800
Livro 10.º - 908	894	894
Livro 11.º - 915	885	886
Livro 12.º - 952	925	926

[...]

¹³⁰⁴ REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brasileira*. Tomo Quarto, 1868, pp. 296-297.

Levei adiante a minha curiosidade, e comparei entre si as duas versões da *Eneida*, pelo sr. Odorico Mendes e pelo dr. Limão Leitão. Eis o resultado:

N.º DOS VERSOS NA TRADUÇÃO (EDIÇÃO DE 1858)	IDEM NA PRIMEIRA (EDIÇÃO DE 1854)
Livro 1.º - 790	791
Livro 2.º - 830	840
Livro 3.º - 723	750
Livro 4.º - 740	765
Livro 5.º - 877	896
Livro 6.º - 936	939
Livro 7.º - 818	825
Livro 8.º - 728	730
Livro 9.º - 798	800
Livro 10.º - 894	894
Livro 11.º - 885	886
Livro 12.º - 925	926
TOTAL VERSOS 9944	11857

Tem pois a primeira menos que a segunda 1913 versos!!!¹³⁰⁵

A obra de tradução de Odorico Mendes, apesar dessa boa recepção inicial que gerou quando publicada na opinião de alguns eminentes literatos, críticos e intelectuais, já que as traduções de Homero são publicadas postumamente, vai sofrer algumas retaliações e restrições severas, posteriores ao falecimento do autor. A despeito da notável fortuna crítica a seu favor no apêndice à sua biografia no *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal, a apreciação da obra do tradutor maranhense oscila entre a recepção entusiasta e a rejeição quase absoluta. Os comentários de Sílvio Romero a respeito das traduções de Mendes são as mais ilustrativas, porque as mais destemperadas e furiosas, desse comportamento crítico, não lhes poupando os juízos mais rigorosos e rudes. Contudo, qualquer leitor atento de Romero sabe que o primeiro historiador da literatura brasileira que pôde ostentar esse título sem restrições era dado a muitos julgamentos bastante idiossincráticos e opiniões de grande personalismo, com o mau hábito intelectual de fazer leituras apressadas e superficiais das obras que criticava, às vezes mesmo sem lê-las, o que é possível inferir, conforme já vimos em diversos momentos anteriores, a partir das inferências equivocadas e referências incom-

¹³⁰⁵ SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo Sexto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 74.

pletas, sob o calor do seu temperamento irônico e atrabiliário. Sílvio Romero é autor, no entanto, do primeiro juízo que colocou o tradutor maranhense à margem da consagração canônica, uma vez que se empenhou, sobretudo em relação às traduções, em condená-lo com facilidade:

Quanto às traduções de Virgílio e Homero tentadas pelo poeta, a maior severidade seria pouca ainda para condená-las. Ali tudo é falso, contrafeito, extravagante, impossível. São verdadeiras monstruosidades. Nas traduções dos monumentos das letras clássicas existem três grandes questões a considerar: há o lado científico propriamente dito, isto é, os problemas de filologia, mitografia, etc. que se prendem à cultura greco-romana; há a face lingüística, o maior ou menor conhecimento das línguas e da respectiva literatura; há, finalmente, o prisma artístico, o talento, a capacidade do tradutor. O primeiro aspecto do problema foi pouco da alçada de Odorico; o segundo ele o conheceu; o terceiro faltou-lhe completamente.¹³⁰⁶

O que salta aos olhos neste comentário de Romero é a veemente indisposição do crítico e historiador sergipano contra as traduções de Odorico Mendes, pois, a despeito de reconhecer no tradutor maranhense o conhecimento lingüístico necessário ao ofício da tradução, no entanto nega-lhe o domínio das questões de filologia e mitologia, justamente um dos fundamentos mais consistentes da formação intelectual de Odorico. Com relação ao talento artístico do tradutor da *Eneida Brasileira* e do *Virgilio Brasileiro*, Romero entra novamente em contradição, pois em trecho anterior do mesmo capítulo consagrado a Mendes considera a leitura do *Hino à tarde* bastante aprazível e emocionante, a “essência mesma da poesia”,¹³⁰⁷ assegurando em seguida que ao maranhense faleceu a capacidade e o talento para o empreendimento de uma tradução capaz de honrar a memória dos clássicos greco-latinos. Não é possível negar, todavia, que na base intelectual da crítica literária de Romero encontra-se, não obstante o destempero, uma importante e mesmo apreciável concepção da tradução literária:

[...] Em rigor as traduções em versos são verdadeiros jogos de paciência inutilmente gasta. A poesia não se translada sem perder a maior parte de sua essência. Nas melhores condições a tradução poética é sempre grandemente falsa. Essas melhores condições vêm a ser a posse por parte do tradutor de grande talento poé-

¹³⁰⁶ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Editora da Universidade Federal do Sergipe, 2001, p. 537.

¹³⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 534.

tico e de certo estado subjetivo em que sinta e reproduza em si, como própria e espontânea, a obra que traduz. A tradução deve revelar-se na leitura como trabalho autônomo e independente, como se fora produto original e assim primitivamente escrito.¹³⁰⁸

Contudo, movido pelo ímpeto de expulsar a obra de Odorico Mendes, imitando o gesto de Platão na *República* – embora o tradutor maranhense esteja ali ao menos para constar como um tradutor malgrado –, Romero segue em seu propósito de fundar o cânone de sua crítica de gosto e, portanto, de sua *república das letras*:

É o que não se nota nas traduções de Odorico. Ásperas, prosaicas, obscuras, assaltam o leitor daquelas páginas como flagelos.

O tradutor atirou-se à faina sem emoção, sem entusiasmo e munido de um sistema preconcebido. O preconceito era a monomania de não exceder o número de versos feitos por Virgílio e Homero para provar a idéia pueril de ser a língua portuguesa tão concisa quanto o latim e o grego. Para obter este resultado esdrúxulo e extravagante o maranhense torturou frases, inventou termos, fez transposições bárbaras e períodos obscuros, jungiu arcaísmos e neologismos, latinizou e grecificou palavras e preposições, o diabo! Num português macarrônico abafou, evaporou toda a poesia de Virgílio de Homero.¹³⁰⁹ [E, no arremate à sua catilinária:] Este homem, aliás talentoso e ilustrado, foi vítima de um sistema absurdo. Sirva-nos o exemplo e evitemo-lo.¹³¹⁰

Contudo, outro conspícuo e insuspeito historiador da literatura brasileira, José Veríssimo, exprime uma opinião crítica bastante distinta e mesmo inteiramente oposta à de Romero, bem depois do mestre sergipano, pronunciando-se de modo assaz aderente às traduções empreendidas pelo literato maranhense, coroando assim a idéia de como a recepção de Odorico Mendes vacilou sempre entre a *epifania* e a *condenação*:

Manuel Odorico Mendes [...] é porventura o mais acabado humanista que já tivemos. A ciência das línguas clássicas, e da sua filologia e literatura, de que deixou prova cabal e duas versões fidelíssimas, embora de custosa leitura, de Virgílio e de Homero, juntava estro poético original, se bem que escasso. Foi também um erudito de cousas literárias castiças e exóticas. [...] Mas sobretudo foi um tradutor insigne, se não pela eloquência e fluência, pela fidelidade e concisão verdadeiramente assombrosa, dada a diferente índole das línguas, com que trasladou para o português os dois máximos poetas da antiguidade clássica, não raras vezes aliás emulando-os em beleza e vigor de expressão.¹³¹¹

¹³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 537.

¹³⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 537-538.

¹³¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 540.

¹³¹¹ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Erechim: Edelbra, 2002, p. 263.

Mais recentemente, Antonio Candido empreendeu algumas referências a Odorico Mendes, em sua *Formação da literatura brasileira* (1997), oferecendo deferência às opiniões de Romero, por sinal objeto original de sua formação como sociólogo da literatura. As conclusões de Candido passam muito próximo da mesma condenação, embora sumária e quase lacônica, sobre as traduções realizadas pelo maranhense: “Sente-se o mesmo espírito que registramos nos árcades rotinizados, e que encontrou no Odorico Mendes tradutor de Homero um ápice de tolice...”.¹³¹² No capítulo cujo título é *Mau gosto*, analisando a formação da rotina neoclássica na literatura brasileira em constituição, Candido encerra a discussão em torno dos juízos críticos de Romero:

Outra ocorrência do mau gosto são os neologismos em que se fundem substantivo e adjetivo, sujeito e complementos. Com dificuldade de transpor ao português os versos densos e sintéticos do grego, José Bonifácio foi levado a recomendar este processo, na “Advertência” à tradução das *Olímpicas*, incluídas nas *Poesias Avulsas*: “[...] ser-nos-ia preciso enriquecer primeiro a língua com muitos vocábulos novos, principalmente compostos (...) e porque não faremos e adotaremos muitos outros, [...]”. Se bem disse ele, melhor fez Odorico Mendes, como se sabe, alastrando a sua tradução da *Iliada* de vocábulos e expressões que tocam as raias do bestialógico e a que Sílvio Romero já fez a devida justiça...¹³¹³

Portanto, sem embargo do de ter lançado as bases de uma teoria e um método da tradução que se pode dizer *nacional*, até então nulos no Brasil oitocentista, o trabalho de Odorico Mendes permanece ainda envolto em uma densa atmosfera de silêncio e dúvida. A controvérsia em torno das traduções de Odorico, através das gerações, persiste ainda em muitas mentalidades, já que pesa sobre o trabalho do maranhense, apesar das contínuas reedições, uma imprecisão de natureza valorativa, talvez resultante da amorosa contradição legível nas críticas de Romero, que ao mesmo tempo condena e recomenda a leitura de parte da obra. Portanto, Odorico talvez continue, em nosso cânone literário, entrando e saindo das listagens de nossos clássicos conforme os interesses intelectuais de determinados grupos, embora todos reconheçam méritos no tradutor maranhense, o que, por isso mesmo, inviabiliza uma condenação definitiva. Neste caso, é conveniente seguir o conselho contra-

¹³¹² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1836-1880). Vol. 2, 1997, p. 65.

¹³¹³ *Idem, ibidem*, Vol. 1, p. 191.

ditório de Romero, em nota dirigida à obra de Sousândrade – ele, que afirma que nos poemas do autor de *O Guesa Errante* “de longe em longe ou às vezes de perto em perto aparece algum verso, alguma estrofe excelente”¹³¹⁴ –, que, na dúvida a respeito, instrui os leitores de sua *História da literatura brasileira*: “Convém ser lido por inteiro”.¹³¹⁵

¹³¹⁴ ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, p. 966.

¹³¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 968.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS PILHAGENS DA HISTÓRIA

Ao vencedor, as batatas.

MACHADO DE ASSIS

Esta não é uma história dos vencedores; é uma história dos vencidos. Por outro lado, é uma história de ambos, vencedores e vencidos. Segundo a expressão de Walter Benjamin, a identificação que o historiador, ao fazer uso do historicismo oficial, compartilha com o vencedor, termina por beneficiar o detentor do poder autorizado e legítimo, ou seja, o dominador. É o dominador que, em determinado período histórico, assume a cena e herda, por conseguinte, todo o acervo e o patrimônio construídos pelos vencedores que lhes precederam no tempo. O vencedor, neste caso, ao olhar para o passado como o legítimo herdeiro das conquistas e construções de seus ancestrais, mesmo que não descenda diretamente deles, as desapropria e as assume como suas, segundo as conveniências do poder que usurpa e faz seu, em uma verdadeira pilhagem dos “bens culturais” que em outros tempos pertenciam aos dominados.¹³¹⁶

Com efeito, no longo desfile de eventos da história, há decerto uma violência silenciosa, somente algumas vezes explícita, retumbante e ostensiva, imposta aos derrotados, através do apagamento sistemático dos antigos núcleos de poder, um expediente que faz parte da estratégia de afirmação dos vencedores sobre os vencidos e, portanto, da marcha triunfal dos vitoriosos em busca de legitimação e mais poder, a fim de celebrar sobre os dominados o discurso da vitória. Estabelece-se, então, o assalto dos bens culturais do derrotado, gesto que consiste em estabelecer uma nova origem e um novo sentido para o encadernamento dos fatos históricos, sobretudo os regionais, no qual os antigos núcleos de poder, representados pelas tradicionais elites derrotadas, são suprimidos do discurso oficial do historicismo e aos poucos é substituído por outra matriz, emanada do vencedor. De um modo geral, o que Benjamin quer afirmar é que não há um documento de cultura que não seja um documento de barbárie e violência. Similarmente, Nietzsche adverte em *A Genealogia*

¹³¹⁶ BENJAMIN, Walter. *Teses sobre a filosofia da história*. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 157.

da Moral que tudo que há de bom e nobre na sociedade foi construído através da violência e sobre um oceano de sangue.¹³¹⁷

O que se almejou, portanto, ao longo de todo esta tese, foi a reflexão sobre o longo e lento processo, através da narrativa historiográfica, de exclusão de regiões que já foram prósperos e respeitáveis núcleos de poder e cultura, mas que perderam sua autoridade e relevância à medida que a ruína econômica e política, seguida pela decadência cultural e posterior afirmação de um *telos* local, permitidas e patrocinadas ao arrepio da ascensão de outras regiões, lhes retirou do cenário histórico dominante, como é o caso exemplar da região norte do Brasil, em especial o Maranhão, que já pertenceu à unidade autônoma do Estado do Grão-Pará e Maranhão, conforme vimos anteriormente.

Esta região, que já foi uma unidade administrativa da colônia portuguesa autônoma do Estado do Brasil antes da independência política, conheceu um vagaroso e agônico declínio depois de alguns breves surtos de ascensão econômica e cultural nos fins do século 18 e meados do século 19. O objetivo, portanto, deste procedimento, é “pentear a história a contrapelo”, lendo a tradição a partir da fundação do discurso que permite a sua existência, de modo a perceber, como o sugere Benjamin em suas *Teses sobre a filosofia da história*, que assim como os “bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros.”¹³¹⁸ Neste sentido, leia-se a violência que o discurso do vencedor impõe ao vencido.

Cabe aqui explicar que o modelo de narrativa que elegemos para a consecução deste projeto não teve como objetivo a reabilitação e tampouco a compensação de uma injustiça, uma vez que ao historiador não convém a posição de juiz peremptório e vingativo dos fatos passados, mas apenas de lançar novas luzes e questionamentos a respeito da interpretação dos acontecimentos e das fontes, a fim talvez de desconstruir alguns juízos tornados oficiais e verdadeiros, sobretudo quando aspiram a ser uma verdade atemporal, perene, absoluta e inquestionável. A nossa pretensão, portanto, não foi a tentativa de devolver ao Maranhão a sua antiga hegemonia perdida e esquecida, menos ainda convencer sobre a existência de um processo conspiratório contra a sua majestade e opulência, mas analisar simplesmente a

¹³¹⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, s/d, p. 60.

¹³¹⁸ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.*, p. cit.

marcha civilizatória da história, extraindo do silêncio ruidoso dos vencidos e dominados a voz de um projeto de civilização malgrado, que em determinado momento deixou de existir e foi engolido pelo vencedor.

Contudo, após a derrota, o que cabe aos vencidos? Certamente, após o cortejo fúnebre dos despojos e a marcha triunfal do vencedor pelo panteão da história, ao derrotado só é possível um espectro muito exíguo de ações e reações, entre as quais é possível destacar a aceitação da derrota e a posterior ressignificação do passado, em busca de uma nobreza e dignidade ancestrais, que se manifesta em nível compensatório, primeiramente como discurso e depois como ação efetiva no tempo e no espaço. É neste ponto que surge a *invenção* da tradição, cuja eficácia e poder simbólico funcionam como um ato conjuratório da derrota, um esforço contínuo em glorificar os feitos do passado, sobretudo quando o passado é a fonte de ressentimento, já que acena para uma glória perdida, que não pode ser recuperada no presente imediato, senão por repetição e inculcação, até que se torne um discurso verídico e tenha, assim, o estatuto da verdade.

No caso do Maranhão há dois sintagmas do discurso historiográfico que são bastante ilustrativos desse procedimento. Na realidade, trata-se de dois *mitos* do imaginário cultural ludovicense, que hoje se apresentam como elementos distintivos da identidade local, mas cuja construção data de um momento muito recente da história, onde foram edificadas e *inventados*, como sintoma geral da irresignação e do *ressentimento* maranhense em relação ao declínio da província no cenário político e cultural do país, no qual o Maranhão passou, conforme vimos, à *quarta ordem* entre as províncias brasileiras. O primeiro mito é a *fundação francesa da cidade de São Luís pela companhia de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, no ano de 1612*, em 8 de setembro. Este mito, expresso em datas solenes, comemorativas, festas oficiais, monumentos, estátuas, avenidas, documentos e livros de história, poemas, romances, folclore e canções populares, é na realidade uma *invenção* das elites maranhenses do final do século 19 que, no afã de enobrecer suas origens em um passado remoto, criou para si a parafernália mítica e ideológica que representa São Luís como a única cidade fundada por franceses na América portuguesa. A questão aqui é que houve um esforço intelectual de campo no afã de atribuir um novo sentido e interpretação à toda a produção historiográfica até então. Os vencidos, desse modo, para não aceitar a derrota

completa, criam uma genealogia específica para o seu passado, distinguindo-se, pela nobreza, dos vencedores: ¹³¹⁹

[...] Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos. Eram poucos os que vieram; porém, arrostaram todos os perigos da travessia quasi desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, só habitada por selvagens, *tudo fizeram em prol do engradecimento da sua pátria e da civilização*. Mas era um povo forte, acostumado a andar na vanguarda de todos os grandes idéaes da humanidade, e foi pôr isso que aqui veio, tudo soube conseguir dos valentes possuidores da terra e, como para dar-lhes um exemplo da civilização européa, *fundou a cidade de São Luiz, aqui, justamente no lugar onde existe a gloriosa Athenas Brasileira*, formosa Capital do Estado do Maranhão. E há trezentos annos, precisamente no dia 8 de Setembro de 1612. ¹³²⁰

O segundo mito, conforme se observa no trecho citado, é o da *Atenas Brasileira*, cuja *invenção* e construção procuramos demonstrar ao longo dos capítulos anteriores. Os dois, portanto, já estavam plenamente articulados no discurso e no orgulho identitário do povo maranhense, que os ostentavam como títulos e atestados da nobreza de sua genealogia e ancestralidade, primeiro francesa, depois portuguesa e, por fim, *ateniense*. Contudo, esta *invenção* não se deu senão através de uma edificação lenta e cuidadosa, dispendo os sintagmas do discurso laudatório da terra de modo a construir um todo orgânico e coerente. O primeiro passo no sentido da consolidação do mito, conforme o expusemos no último capítulo, foi dado por Antônio Henriques Leal com o *Pantheon Maranhense*, que repõe o Maranhão no cenário intelectual nacional como a mais pródiga *república das letras* do país, dando acabamento à construção da *cidade letrada*.

A edificação de São Luís como *Atenas Brasileira* e a posterior publicação do *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal, todavia, não foram suficientes para sustentar a glória do passado da província do Maranhão como uma terra de prodigalidade cultural e natural. Em fins do século 19, a velha província do Maranhão, sentindo o peso do declínio econômico, sobretudo após a abolição da escravatura e o fim do ciclo algodoeiro como a principal fonte de divisas e riquezas, atravessa o crepúsculo de sua antiga primazia sobre as

¹³¹⁹ A fim de acompanhar com mais detalhes a tese da invenção da fundação francesa de São Luís, leia-se em LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2ª. ed. rev. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.

¹³²⁰ *ÁLBUM COMMEMORATIVO DO 3º. DO ESTADO DO MARANHÃO*, p. 6. Citado por BARROS, Valdenira. *Imagens do moderno em São Luís*. São Luís: Unigraf, 2001, 24. Grifos meus.

demais províncias do norte brasileiro. Os intelectuais e homens de letras maranhenses repe-
tiam o coro melancólico da decadência econômica e cultural. No ano de 1897, Pedro Nunes
Leal, o fundador do *Instituto de Humanidades*, quase duas décadas após o encerramento
das atividades de seu colégio, afirma o seguinte:

A primazia nas letras, conquistada para este recanto das terras brasileiras, pelos
maiores vultos da literatura nacional, si empallidece e obumbra-se, n'este ultimo
quartel do século, parecendo viver apenas das recordações e da fama d'aquelles
que sublimaram suas épocas e o transcurso da fulgurosa existencia, em por isso
extinguiu-se e apagou de vez: como todos os phenomenos da natureza, tem o en-
tendimento os seus brilhos e os seus estádios de repouso e descanço.¹³²¹

O Maranhão, e mais particularmente a sua elite, considerado ao longo do século 19
como um verdadeiro “celleiro abundantíssimo de todo o norte do paiz”, cuja sociedade ob-
teve “a palma dominando pelos seus estadistas, o movimentoso scenario”,¹³²² assiste à en-
tropia de sua contribuição cultural à história, às artes e à literatura da nação, ao encerramen-
to, enfim, de um ciclo pródigo, em que ocupavam os palcos do cultivo da inteligência e do
centro do poder nacionais. Sacudindo a poeira do passado, nada restou aos talentos que
ficaram na província, enquanto os demais migravam para a capital da República, senão
estabelecer uma nova identidade regional, que conferisse aos herdeiros das tradições locais
um sentimento de dignidade, singularidade e mesmo superioridade em relação às demais
regiões do país, através da afirmação de mitos como o da *Atenas Brasileira* e o da *fundação
francesa* de uma cidade de acento lusitano: “A cidade de São Luís, capital do Estado do
Maranhão, é uma cidade de origem absolutamente francesa, ocupando, ainda hoje, o mes-
mo lugar escolhido por seus fundadores.”¹³²³

Apesar de muitos literatos maranhenses terem contribuído para a fundação da Aca-
demia Brasileira de Letras, entre fundadores e patronos, e a tradição literária da região con-
tinuar em sua marcha olímpica em direção à consolidação da *cidade letrada*, o fato é que os
intelectuais e literatos do período da República, em sua maior parte pertencentes aos qua-

¹³²¹ LEAL, Pedro Nunes. *O Estado do Maranhão*. Citado por LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Op. cit.*,
p. 119.

¹³²² *Idem, ibidem*, pp. 119-120.

¹³²³ AMARAL, José Ribeiro do. *O Maranhão histórico – Artigos de jornal (1911-1912)*. São Luís: Instituto
Géia, 2003, p. 39. Grifos meus.

dros mais destacados da intelectualidade e da elite do Maranhão, não se resignaram com o acelerado declínio da antiga província e atual unidade federativa, e envidaram esforços no sentido de dotar a *Atenas Brasileiras* de novos símbolos de orgulho e *singularidade* regional. O desprestígio da região no cenário nacional exigia dos homens de letras, intelectuais e políticos locais o empenho em conferir um cabedal simbólico que assegurasse a identidade cultural e a integridade do tecido social, a fim de impedir um quadro ainda maior de abandono e esquecimento, já que os melhores talentos, desde o período imperial, estavam rapidamente migrando do Maranhão para o centro nervoso do país, a capital da República, o Rio de Janeiro. Com a debandada dos homens de letras mais talentosos e das famílias mais tradicionais, deixando para trás velhos e seculares casarões e sobrados em estilo português colonial, em franca decadência e esquecimento, a cidade de São Luís, símbolo maior do extinto esplendor cultural e econômico do Maranhão, estaciona no tempo. A cidade pára, e dá vários passos para trás.

Bem longe desse cenário em ruínas, nos centros emanadores de poder e cultura da época, maranhenses ilustres como Raimundo Teixeira Mendes, pontífice máximo do positivismo brasileiro e autor do projeto da bandeira nacional e de sua célebre divisa, participam ativamente dos novos rumos da nação, estabelecendo os atuais critérios da identidade nacional, enquanto São Paulo desponta como o braço mais destacado do capitalismo sul-americano. O Maranhão, longe demais para acompanhar o ritmo e a velocidade alucinatória da modernidade voraz e triunfante que a República imprimiu, volta-se então para o cultivo do passado e de sua identidade local, funda a teleologia de uma origem única, em solenidade oficial, através de discurso do governador do Estado:

Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade [...]. É que *o glorioso Reino de quem temos a justíssima vaidade da descendência* [...]. [...] para nós o dia 8 de setembro, o que vale dizer que bem inspirada foi a sociedade Festa Popular no trabalho promovendo, para commemora-lo, esta Exposição, em que, tres seculos depois, afirmamos à França sempiterna gloriosa, que *somos um povo enobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas lettras, pelas sciencias e pelas artes e que, vaidosos embora da descendencia dos portugueses, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos francezes.*¹³²⁴

¹³²⁴ DIÁRIO OFICIAL. 9 de setembro de 1912, p. 1. Citado por LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Op. cit.*, p. 129.

A representação do Maranhão como uma região singular e única do país alcançou tão grande eficácia simbólica, que o engenheiro fluminense Eurico Teles de Macedo, contratado em 1909 para a construção da estrada de ferro São Luís-Teresina, escreve um verdadeiro panegírico à terra, celebrando as virtudes de seu povo e da natureza local, intitulado *O Maranhão e suas riquezas* (1947), onde demonstra estar muito à vontade entre os maranhenses. A tal ponto o engenheiro de ferrovias se encanta pelo Maranhão, que não deixa de notar em sua sociedade e cultura todos os sinais da influência francesa, para a qual dedica um dos primeiros capítulos de seu livro:

Eu não tenho dúvidas de que a influência francesa foi preponderante no Maranhão, apesar de ter sido tão breve. [...] O espírito da cultura superior do povo, que em boa hora influi na formação do Maranhão, fez-se sentir ainda mais decisivamente na arquitetura que presidiu a edificação da capital e nos costumes delicados ainda hoje notados, até mesmo nas classes menos educadas. [...] A boa ordem que temos observado em tudo que diz respeito ao urbanismo de São Luís revela bem a sua origem, parecendo assentar em velhos moldes dos franceses do sul. Mesmo o trato com a gente sertaneja e, mais especialmente com a da cidade da ilha de São Luís, mostra delicadezas que são herança gaulesa, assim como os galicismos são mais freqüentes do que em qualquer outra parte do Brasil, surgidos mesmo na boca da gente do povo. É comum referir-se qualquer homem da rua ao ‘paneiro’ de farinha ou de arroz, sem saber que está pronunciando um galicismo de *panier*. Há mesmo uma expressão: “vou onde fulano”, para exprimir que vai onde ele se achar e não oà casa desse fulano, e essa construção é tipicamente francesa, e não nossa.¹³²⁵

As considerações e observações do engenheiro Teles de Macedo chegam ao ponto de identificar heranças gaulesas até na composição étnica do Maranhão, assim como também a *propensão natural para as letras* do povo maranhense:

A respeito da raça, no sertão, em minhas viagens ao interior encontrei tipos louros de olhos verdes em lindas mulheres e em rapazes indicativos do sangue do *colonizador* que não desdenhou a mestiçagem com o índio nativo, resultando esse tipo de raça branca com olhos de amêndoas, rasos e pequenos mui diferentes das características da mestiçagem com o africano. Com essa raça ficou o gosto artístico, a delicadez de maneiras e essa tendência para os estudos que ninguém pode negar ao homem do povo no Maranhão.¹³²⁶

¹³²⁵ MACEDO, Eurico Teles de. *O Maranhão e suas riquezas*. São Paulo: Siciliano, 2001, pp. 23 e 27-28.

¹³²⁶ *Idem, ibidem*, p. 29.

O que é confirmado pelo engenheiro fluminense com uma anedota que demonstra como o mito da *Atenas Brasileira* alcançou o nível mesmo do folclore:

O pendor dos maranhenses para as letras vai a tal ponto que, para eles, fazer versos ou discursos, contos ou novelas, tornou-se trabalho de rotina. O meu secretário em Rosário, o velho Moraes Rêgo, de quase 70 anos de idade, construía, de improviso, um soneto, criticando a hora oficial da guerra de 1914, e escrevia-me bilhetes em versos, quando, por motivo de sua avançada idade, precisava ficar em casa, devido a qualquer aचाque passageiro. Servia-se desse gênero literário como se fora prosa comum. Assim se explica, por um tal pendor, que tenha o Maranhão, com uma população tão pequena, produzido para as letras pátrias tão grande número de obras de arte, e maior, talvez, em relação aos demais Estados, e tão grande número de intelectuais que ilustram o panteão das letras brasileiras e mesmo da ciência, da política e da história do Brasil.

*Por isso, muito justamente deram à terra maranhense o grande nome de Atenas do Brasil.*¹³²⁷

Como quer que seja, o panegírico de Teles de Macedo é um indício retumbante e inegável de como a representação do Maranhão como terra das letras e da cultura alcançou o nível do *capital simbólico*, com a maturidade do campo literário através da fixação da tradição *inventada*, que consegue, em seu raio de abrangência e influência, envolver os outros campos de produção intelectual e cultural. A cultura letrada, como o único capital que sobrevive em meio ao declínio econômico, razão pela qual é simbólico, amplia o seu poder à medida que se torna a reserva necessária ao ingresso no *campo do poder*, que subordina a produção do *campo literário* em nível regional. Não é à toa que tantos intelectuais e homens de letras são agenciados para legitimar os interesses do campo do poder, quando isto convém à criação de um *habitus* diversificado onde os agentes, o literato e o político, sofrem as mesmas conseqüências da diminuição de prestígio e influência sobre os demais campos, antes dominados em outros períodos. Assim, com uma produção orientada pelo campo do poder, os intelectuais e letrados maranhense do final do século 19 e começo do século 20, mesmo entre os cooptados, como o caso de Teles de Macedo, oriundos de outra cultura, realizam a legitimação de uma representação do Maranhão que é criada com a finalidade de legitimar a ação do próprio campo de poder, embora apenas convirjam com as diretrizes deles emanadas. Ocorre então um processo de apropriação cultural do discurso do campo de poder, que sai de seu domínio e, através da inculcação e repetição, consegue ins-

¹³²⁷ *Idem, ibidem*, p. 93-94.

calar-se no nível da cultura, e tornar-se real, embora tenha partido de uma ficção elaborada dentro do campo literário.

De qualquer modo, a construção do *habitus* local não se deu de uma forma homogênea e unívoca entre os homens de letras maranhenses. Entre os párias e os excluídos da sociedade local, prosperava a sensação de que a elite maranhense, formada por brancos descendentes de portugueses e algumas outras nacionalidades estrangeiras, estava preocupada somente em reunir as sobras dos despojos de sua derrota no cenário nacional, e não faria nada senão tentar preservar o poder antigo, ainda que diminuído e esmaecido. Especialmente entre os intelectuais e literatos descendentes de escravos, como é o caso do ficcionista maranhense Nascimento Moraes (1882-1958), que cresceu em plena luta do abolicionismo e pela instalação da República, há uma voz melancólica de decepção e pesar com a vitória de tantos fracassados e derrotados, uma vez que a alteração da ordem política e social apenas atirou os homens de sua condição, antes excluídos e escravizados, em uma liberdade que os condenava, com os seus antigos senhores, a ser uma multidão de *Vencidos e degenerados* (1915), título do romance em questão:

- Desculpe-me o mestre, mas não creio na reconstrução operada por esses mesmos elementos.

- Mas por que razão?

- Porque os fatos nos têm demonstrado que se novas forças não se agitarem no organismo de nossa sociedade, nada teremos feito. Continuaremos indefinidamente neste estado de coisas, à espera de um cataclismo social. Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação de República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao ruir de minhas ilusões, como o nosso querido Gonçalves Dias: - Que me enganei, ora vejo!

[...]

- [...] Eu esperava que depois do 13 de Maio, por que trabalhei tanto; depois do 15 de Novembro, com que me alegrei bastante; esperava que houvesse uma renovação social. Errônea ou acertadamente eu cuidava que a pública administração com luzes mais fortes e puras, tomasse outro caminho que não esse que hoje nos felicita.¹³²⁸

¹³²⁸ MORAES, Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4.^a edição. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000, pp. 76-77.

Os *elementos* apontados por Nascimento Moraes já vinham, no entanto, construindo o seu projeto de civilização desde muito antes, quando o Maranhão surgiu como região autônoma do restante do Brasil, cuja independência permitiu a emergência de uma visão particular e exclusivista sobre o território geográfico e cultural que passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão. Já demonstramos como essa operação foi fruto de uma longa construção discursiva através da historiografia local, que desde o começo criou patrocinou os clássicos e patronos do pensamento local no sentido de fundamentar o *telos* local e sua identidade, de modo a criar distinções entre brasileiros e maranhenses. O Maranhão é uma invenção tanto quanto a sua literatura, ao ponto de assumir, entre as suas muitas significações atuais, a de *grande mentira, intriga caluniosa, mexerico, fofoca, maledicência*, entre outros sinônimos do grande espectro desse campo semântico. Contudo, o lusitanismo maranhense é culpado por muitas outras representações sobre a identidade do país, quase sempre na contramão do projeto civilizatório dos fluminenses, os vencedores da história, cujo prêmio são as batatas da nacionalidade.

Um dos sintomas dessa tendência é o acentuado apego dos maranhenses à vernaculidade e casticismo gramatical do idioma português, considerado um dos traços distintivos da cultura do povo do Maranhão por motivos que o ligam à linha de ancestralidade lusitana, embora negada no começo do século 20 para em seu lugar afirmar a identidade cultural franco-brasileira. É como se o maranhense e, particularmente, o ludovicense, ao deixar de ser o centro da periferia durante o período colonial, rejeitasse sempre o papel mais que secundário de periferia da periferia, com a autonomia do país, conforme já o observamos. Portanto, defender o idioma português em suas características mais lusófonas é um meio de garantir o pertencimento da cultura maranhense à cultura portuguesa, o que permitiria de certo a conexão entre língua e cânone literário, daí inferindo que, por extensão, a literatura é a expressão artística de uma língua, e que a literatura brasileira seria, seguindo essa linha de raciocínio, um ramo importante da lusitana.

No entanto, o grupo de literatos ligado ao projeto de naturalização e nacionalização da expressão literária no Brasil, os *fluminenses*, onde há escritores de diversas províncias, debateu intensamente a primazia de uma categoria lingüística particularmente brasileira,

uma espécie de variante da língua portuguesa em gestação no território nacional. Este procedimento foi mais uma das etapas malogradas do projeto de emancipação cultural em busca de construção de uma identidade nacional, que pudesse, por conseguinte, dar o atestado de singularidade e originalidade da literatura brasileira. Contudo, o projeto acendeu muitas polêmicas e contestações desde que foi suscitado pelos homens de letras brasileiros, que procuravam na via da língua a manifestação genuína da nacionalidade. Os maranhenses, é claro, foram os mais contumazes e destacados opositores de tal projeto, em virtude das razões anteriormente apontadas, embora literatos como Odorico Mendes, devido à sua formação clássica, achassem que a criação de neologismos para realizar a tradução dos clássicos greco-latinos era, conforme vimos, uma saída viável para efetivar uma naturalização abasileirada dos grandes épicos da humanidade ocidental. O resultado de uma busca pela identidade através do idioma gerou, no entanto, um impasse, sobretudo em intelectuais e literatos de feição clássica como Sotero dos Reis, entre o uso intenso de neologismos derivados da língua indígena, conforme se observa em Gonçalves Dias e José de Alencar, ou a estrita obediência e reverência às regras antigas da gramática normativa da língua portuguesa, conflito que se manifestou na produção de todos esses literatos de maneira pungente e contraditória. É verdade que Martius defendeu abertamente em suas teses sobre a escrita da história brasileira o estudo das línguas indígenas, mas como fins objetivamente científicos, embora também convergissem para um propósito de feição política, no sentido de acolhimento dos indígenas na *marcha civilizatória* da nação, através da religião e do estado. Com este objetivo, literatos como Gonçalves Dias, no encalço das orientações de Martius e do IHGB, incumbiram-se da redação de dicionários, como o *Dicionário da língua tupi* (1858), e da vasta compilação de neologismos de outra natureza, como regionalismos, indianismos, africanismos e estrangeirismos, logo incorporados à produção literária romântica.

Do outro lado da polêmica, em frontal discordância com a visão de Varnhagen sobre as características da língua que era falada no Brasil do século 19, a qual teria se acastelhizado e se barbarizado, questão sobre a qual Sotero dos Reis também está em desacordo, outro maranhense ilustre, João Francisco Lisboa, se levanta para desfazer veementemente o vínculo entre a língua e a afirmação da nacionalidade, a seu ver completamente improcedente. A posição de Lisboa é que não havia fundamentos civilizatórios que justificassem o

uso de uma variante da língua portuguesa no Brasil, uma vez que o idioma já estava totalmente difundido na população, em todo o país:

[...] o elemento europeu é quem constitue, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade actual. Percorrei, diz elle, as cidades e os campos, penetrae no seio das familias, dirigi-vos ao pae, á mãe, aos filhos, aos servos. Fallae-lhes na lingua geral ou no guarani, e ninguem vos entenderá. Pronunciae ao acaso uma ou outra palavra africana, e apenas algum dos escravos menos ladinos vos prestará tal qual attenção. Mas fallae o portuguez, e todos vos comprehenderão e responderão. Trazem todos os nomes de um sancto do kalendario; e a lingua, os appellidos, os costumes, a religião, e as leis, tudo indica a nossa origem européa. Receaes acaso o predomínio dessa origem, e só por isso vos julgaes ainda avassallados á influencia da antiga metrópole? pois se o verdadeiro e real brazileirismo é isso mesmo? continúa porventura sob o pátrio poder o filho emancipado só porque semelha o pae na índole e nas feições, tem os mesmos hábitos, falla a mesma lingua, professa a mesma religião, e obedece ás mesmas leis que elle? ¹³²⁹

Na realidade, João Francisco Lisboa apenas faz o comentário dos mesmos argumentos que estão contidos no *Discurso Preliminar* do segundo volume da *História Geral do Brasil* (1857), de Varnhagen, cujo subtítulo é *Os índios perante a nacionalidade brasileira*, cujo 7.º Ponto fecha com a seguinte conclusão: “... a historia da actual nação, – a historia geral da civilização do Brazil, deixaria de ser logica com o seu proprio titulo, desde que aberrasse de sympathisar mais com o elemento principalmente civilizador”. ¹³³⁰

No entanto, a questão lingüística entre *atenienses* e *fluminenses* vai alcançar dimensões bem mais expressivas a partir de uma acirrada polêmica entre Alencar e Antônio Henriques Leal sobre o uso de *brazileirismos* na prosa do escritor cearense. A polêmica nasceu de um dos artigos do biógrafo maranhense em seu livro de ensaios, *Locubrações* (1874), intitulado *A literatura brasileira contemporânea*, que foi publicado pela primeira vez em junho de 1870 no *Jornal do Comércio* de Lisboa, onde Leal faz restrições ao estilo de Alencar, que ele considera incorreto e negligente com a língua:

O sr. conselheiro José de Alencar, publicista distincto, que ainda há pouco foi ministro da justiça, tem conquistado por seu engenho e pelo conceber inexgotavel florentes loiros em todas as carreiras. [...]

¹³²⁹ LISBOA, João Francisco. *Obras*. Vol. III. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1865, pp. 513-514.

¹³³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Discurso preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira*. In: _____ . *Historia geral do Brazil*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857, p. XXV.

É pena que talento tão superior não se applique ao estudo da lingua, com mais interesse e sem prevenções. Por em quanto sua linguagem e estylo são descuidados, e por vezes deseguaes e frouxos; postoque sejam compensados esses senões pelas muitas bellezas que se encontram em suas obras, taes como a exactidão e firmeza de suas descripções, o bem sustentado dos dialogos ,e as observações adequadas e feição verdadeiramente brasileira d’esses trabalhos. Não carecíamos de mais ninguem para formar uma eschola e por limites incontestes á nossa litteratura.¹³³¹

O biógrafo do *Pantheon*, no entanto, não contava com a enorme vaidade de Alencar em relação aos seus próprios méritos, e movido também pela sua própria auto-estima e pelo orgulho intelectual ferido com as críticas do escritor cearense, saídas na segunda edição de *Iracema* (1870?), resolve publicar um artigo no periódico maranhense *O País*, entre os dias 27 e 28 de maio de 1871, sob a forma de uma carta a um amigo, intitulado *Questão filológica a propósito da segunda edição de Iracema*, em que critica abertamente o seu émulo em termos pouco corteses e ressentidos:

Amigo Themistocles – Recebi ha dias a *Iracema*, do conselheiro José de Alencar, com que houve V. por bem mimosear-me, pedindo-me ao mesmo tempo uma analyse ou coisa que o valesse para sair publicada no seu jornal. Agradeço-lhe de todo o coração o brinde por vir de quem tanto prézo e estimo, pelo que elle vale em si, e ainda mais por não conhecer d’antes, senão de nome, essa obra do nosso fertil e talentoso escripto; mas rogo-lhe me despense d’essa tarefa, pois que declino de mim tamanha responsabilidade, quando não fosse por conhecer pela leitura d’esse trabalho *os irritadiços melindres do author*, offendendo-se até dos menores e mais innocentes reparos, embora dictos sem animo deliberado da censura, senão de conselho, bastaria esta proposição do conselheiro Alencar: “Nada ha mais facil do que censurar a esmo, declarando peremptoriamente que um livro está cheio de incorrecções” (pag. 284), para encolher-me e fazer com que mudasse de intento, se o tivesse formado.

[...]

Não podia nunca suspeitar que essa phrase de simples advertência, dicta por pessoa tão humilde e desconhecida, e arriscada como a medo entre tantos e tão cabidos louvores aos muitos dotes do nosso estadista e eminente litterato, pudesse scandalisal-o a ponto de gastar quatro boas paginas do seu romance-lenda em refutal-a.¹³³²

Não obstante isso, o autor do *Pantheon Maranhense* prossegue em sua controvérsia, passando a listar nos passos seguintes da *Questão filológica* os erros que aponta no estilo de Alencar, dando vazão à defesa da vernaculidade do idioma e do seu lusitanismo de cepa

¹³³¹ LEAL, Antôno Henriques. *Locubrações*. Lisboa: Typographia Catro Irmão, 1874, pp. 214-215.

¹³³² *Idem, ibidem*, pp. 235 e 237.

bem *ateniense*, a fim de rebater o argumento do autor de *Iracema* de que suas críticas são feitas a esmo:

Sabe onde estão o estylo frouxo, e as incorrecções de grammatica? Estão na má construção e urdidura irregular do periodo, na imperfeição e no incompleto d'elle, na impropriedade dos termos, na collocação abstrusa dos menmbros da oração, das palavras, dos complementos e das preposições contrárias á acção e ao que pedem os verbos, finalmente na amphibologia, nos neologismos escusados e oppostos á índole da lingua, na pontuação irregular, nas repetições ociosas, na falta de concisão, etc. A ausencia d'estes e de outros predicados, que são os *ner- vos* do estylo, afrouxam-no, o entorpecem e tiram-lhe toda a louçania, elegancia e energia.¹³³³

A divergência fundamental do biógrafo maranhense é a afirmação de Alencar no tocante à nacionalização de uma palavra que, desde que seja introduzida na língua pela iniciativa de um escritor, passa a pertencer ao patrimônio de uma nacionalidade. Ao longo do desenvolvimento de sua carta-artigo, Leal procura demonstrar que nenhum idioma pode incorporar palavras e neologismos a esmo, sob pena de descaracterizá-lo, para depois elencar os defeitos gramaticais de Alencar, particularmente na utilização da crase, apontando os vários momentos em que o autor cearense a usa incorretamente. O fundamental é que Leal demonstra que as regras gramaticais utilizadas por Alencar em sua prosa ficcional estão em franco desacordo com a tradição e normas da língua, segundo a perspectiva adotada pelo biógrafo maranhense a respeito do assunto.

Contudo, ainda não satisfeito por ter revidado os argumentos de Alencar em jornal, Leal resolve reunir os seus artigos em seu livro de ensaios *Locubrações*, e enviou um exemplar, a título de provocação, para Alencar. Ora, bastou isso para acender de vez o pavio da ostensiva inimizade entre os literatos, a ponto de Alencar devolver a ofensa através um longo artigo, sob o título homônimo ao de Leal, *Questão filológica* (1874):

Não é meu o título presunçoso que me serve de epígrafe. Provém ele de um capítulo ou seção do volume de *Lucubrações* (*sic*), que publicou este ano em Lisboa, o excelente escritor maranhense, Dr. H. Leal.

Ocupa-se aquela parte da obra com uma crítica minuciosa dos escritos dele; e é para melhor conformar a resposta, que tomo-lhe emprestada a insígnia literária.

¹³³³ *Idem, ibidem*, pp. 239-240.

Em meados de 1871 um amigo e esmerado cultor das letras [este talvez seja Joaquim Serra] mostrou-me dois números d’*O País*, nos quais o Sr. Dr. H. Leal se desforçou de sucintas observações contidas no pós-escrito da *Iracema*, e referentes à censura que lhe merecera o estilo d’*O Guarani* - tachado de *frouxo e desleixado*.

[...]

Entendeu porém o Sr. Dr. Leal que devia para avolumar o tomo de suas *Lucubrações* arquivar em livros aqueles folhetins de jornal; e serviu-se de enviar-me um exemplar sem dúvida para mirar-me eu nesse espelho. Infelizmente o vidro saiu boto, ou caiu-lhe o aço, pois longe de refletir meus erros gramaticais, o que mostra são as equívocas mui freqüentes de meu ilustrado crítico, e suas contínuas inadvertências.¹³³⁴

Ao longo de todo o artigo, em que Alencar parte para o desmonte dos argumentos de seu crítico, o literato cearense sublinha a necessidade de se pensar uma forma de expressão para o português em território brasileiro, partindo da forma como se adaptou no uso popular e corrente. Para tanto, procura demonstrar como o apego à vernaculidade é um óbice à evolução das letras brasileiras, dentro de seu conceito de nacionalidade literária. Uma de suas críticas mais pontuais e acertadas é o intenso uso de arcaísmos no estilo de Leal, apontando-os ao longo de vários trechos da *Questão filológica* do biógrafo maranhense. Deste ponto em diante, nota-se que a proposta lingüística de Alencar para a língua portuguesa falada no Brasil passa por construções menos rebuscadas, mais fluentes e claras, do que as empregadas pelo seu êmulo do Maranhão. Sobretudo neste aspecto, o literato cearense demonstra uma maior modernidade em relação ao uso da língua do que Leal, embora a restrição mais pontual que faça é em relação ao proeminente lusitanismo do estilo do autor do *Pantheon*, que demonstra, segundo Alencar, “estar hoje mais ao corrente das coisas portuguesas do que da pátria”.¹³³⁵

Com efeito, este é ponto nodal para o biógrafo maranhense, que não aceita a tese do idioma brasileiro, desvinculando-a por completo do conceito de nacionalidade. Para Antônio Henriques Leal, apesar das diferenças culturais e da independência política do Brasil, as duas nações permaneciam ligadas pelo idioma, patrimônio de uma identidade comum aos dois povos, que deviam, portanto, praticar o cultivo da língua dentro de um sentido comunitário de cultura, embora o modelo a ser adotado fosse o lusitano:

¹³³⁴ ALENCAR, José de. *Questão filológica*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. 1, 1980, pp. 146-147.

¹³³⁵ *Idem, ibidem*, p. 160.

Deixemos, pois, de vez essa monomania de crear um idioma brasileiro, e isto quando Sotero veio aplanar-nos a estrada, doutrinando-nos, e facilitando-nos a applicação e o estudo da boa linguagem, para comprehendermos os classicos e darmos o devido apreço ás riquezas da *língua portugueza*. *Estudemol-a em commum*, portuguezes e brasileiros, e tractemos todos de desarraigir d'ella tantas parasitas que a vão enfraquecendo, disformando e esgotando-lhe a seiva da vida, de modo a tornal-a ainda um dia cadáver.¹³³⁶

Como quer que seja, a polêmica suscitada por Alencar conseguiu deixar evidente que o idioma português falado no Brasil ainda estava impregnado, sobretudo no Maranhão, de muito purismo e casmurrice gramatical, cuja conseqüência era um demasiado apego pelo vernáculo e uma permanente reverência aos padrões clássicos. O fato é que Antônio Henriques Leal, como legítimo representante do lusitanismo maranhense, não conseguiu enxergar as transformações, em nível de expressão, que a língua portuguesa sofria no Brasil. A proposta de Alencar consistia justamente na tentativa de incorporar uma modalidade expressional que fosse adequada à cultura brasileira, sobretudo a popular, conjurando a poeira dos séculos de reverência ao casticismo lusitano. Evidentemente, sua proposta encontrou resistências ostensivas não apenas entre os maranhenses, a despeito de que seu objetivo final não era o surgimento de uma *língua brasileira*, mas a revisão dos preceitos e regras gerais do uso do idioma lusitano no Brasil: “Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável, [...] irresistível e fatal”.¹³³⁷

De qualquer modo, o golpe estava desferido. O literato cearense consegue realizar uma obra que redimensiona o uso da língua portuguesa no Brasil, a despeito da caturrice dos gramáticos e literatos maranhenses do período, coadjuvados pelos portugueses. Começava um período de agonia do lusitanismo maranhense, que somente pode conhecer um lenitivo com a ideação surgida em torno do mito da fundação francesa da cidade de São Luís, durante o final do século 19 e começos do século 20. Os *atenienses* empenhavam-se, desse modo, em permanecer de pé na linha de resistência contra a derrocada de sua cultura, apesar de vê-la agonizar década a década, ao mesmo tempo que sua sobrevivência arrasta-

¹³³⁶ LEAL, Antônio Henriques. *Locubrações*, p. 246.

¹³³⁷ ALENCAR, José de. *Pós-escrito*. In: _____. *Iracema*. Tâmis Parron (org.). São Paulo: Hedra, 2006, p. 180.

se por meio dos literatos e intelectuais que continuam fornecendo aos quadros da inteligência nacional. Já não estamos mais no século da *Atenas Brasileira*, época das glórias literárias do Maranhão. São Luís é *apenas brasileira*. E só.

Portanto, a título de desfecho, podemos apresentar as seguintes conclusões sobre todo o trajeto percorrido ao longo desta tese: o cânone literário nacional é resultado de uma operação e de uma invenção histórica que, no caso da nação brasileira, coincide com um momento político de afirmação da identidade cultural e da soberania nacional; o resultado desta operação é justamente uma literatura nacional que, atendendo uma exigência de Estado, toma para si a missão histórica de fundar o discurso artístico da nacionalidade e da identidade cultural perante o europeu e a velha metrópole; torna-se importante detectar os procedimentos historiográficos adotados para legitimar esta “missão” que os homens de letras tomaram para si quanto à fundação de um cânone nacional que pudesse marcar a nossa identidade e diferenças em relação aos antigos senhores coloniais e as outras literaturas modernas; a noção de que a literatura oitocentista estava empenhada na constituição e formação da cultura nacional é nodal para a percepção de que todo um discurso de afirmação e legitimação do cânone oficial adotado como aparelho ideológico e identitário de Estado; falar da formação e da trajetória social do intelectual-literato oitocentista é importante para conhecer as determinações políticas e estéticas que sofreu o cânone ao longo de sua fundação e constituição, a fim de compreendermos, através do personagem central por detrás das instituições artísticas e políticas, como se deu a sua consolidação e permanência; a relação entre as diversas províncias e estados brasileiros do século 19 permite-nos antever que nem de longe o processo de invenção do cânone, assim como o processo de integração nacional, foi uma realidade pacífica e homogênea, mas conheceu diatribes, conflitos e adaptações em todo o território nacional; São Luís, assim como o Maranhão, era, com efeito, uma das economias mais importantes do Brasil no século 19, e sua importância econômica refletiu-se de maneira muito peculiar sobre a sua importância estratégica para a cultura nacional, pois, em decorrência de capitais acumulados e de um acentuado lusitanismo, formou-se o estofado que permitiu o florescimento de uma sociedade cuja identidade foi criada fortemente em torno da instituição das letras, contribuindo assim para a invenção da identidade literária e, portanto, cultural do país; ao contrário do que se pode deduzir, não é o caráter eminentemente

nacionalista que faz dos homens de letras maranhenses personagens centrais na luta pela definição de literatura e cânone nacionais, mas o fato de que a sociedade maranhense possuía acentuados traços de cultura lusitana, um evidente lusitanismo impresso através da preocupação patente com a pureza e vernaculidade do idioma, bem como uma literatura que, por essas características, estava mais devotada aos diálogos e aproximações com o universal do que com o local, ao contrário do grupo fluminense, cujo projeto sempre enfatizou o particular e o nacional. De qualquer modo, o projeto *ateniense* sucumbiu com as demais alternativas e divergências surgidas ao longo do processo de consolidação e constituição da identidade pátria, de modo que foi absorvido e incorporado ao *fluminense*.

A despeito de todo o exposto, a conclusão de uma obra não é necessariamente o seu fim. O autor é que, deliberadamente, abandona a narrativa de um texto em determinado tema considerado satisfatório, e lhe põe um termo, às vezes arbitrário e abrupto, mas quase sempre necessário. Portanto, um autor não conclui um livro; ele simplesmente o abandona, quando não é mais possível continuá-lo. Entre o começo e o fim de um livro há, no entanto, um alentado e multifacetado horizonte de possibilidades que não ainda foram suficientemente descortinadas ou desenvolvidas, e não o serão por enquanto, em razão de várias restrições e contingências, como o tempo, o espaço, entre outras coerções e limites, até que sejam retomadas. Portanto, um livro nunca acaba em sua última frase, e a primeira não é essencialmente um começo, porque ambas representam apenas recortes possíveis sobre a imensa pluralidade do real, muitas vezes realizados a partir de seleções subjetivas e pessoais, condicionadas por um método cujo único propósito é evitar a incoerência e o exagero por parte do autor. O desfecho de uma obra, portanto, nunca é completamente um desfecho. É possível que seja apenas o *cair de pano* entre um ato e outro, diante da impossibilidade que os atores continuem atuando em moto perpétuo. A necessária pausa antes do recomeço. O repouso posterior à jornada extenuante de trabalho. Assim, por hoje, aqui faço *ponto*.

BIBLIOGRAFIA

I. Textos seiscentistas, setecentistas e oitocentistas

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Süssekind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALBUQUERQUE, Frederico Almeida e. *Manuscrito do Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de 16 de junho de 1876*. São Luís, 1876.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. do Instituto Filomático, 1868.

AMARAL, Antônio Joaquim Álvares do. *Falla que recitou o Presidente da Provincia do Maranhão Antonio Joaquim Alvares do Amaral na abertura da Assembléa da mesma Provincia em 28 de julho de 1848*. Maranhão: Typographia da Temperança, 1848.

ARMITAGE, João. *A historia do Brazil: desde o período da chegada da familia de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I.º em 1831 compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originaes formando uma continuação da Historia do Brazil de Southey por João Armitage*. Tradução de Evaristo da Veiga. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia, 1914.

AZEVEDO, Manuel Antonio Álvares de. *Obras*. Tomo Secundo: prosa. Brasilia Bibliotheca dos Melhores Autctores Nacionaes Antigos e Modernos: M. A. Alvares de Azevedo. II. Terceira Edição. Paris; Rio de Janeiro: Ganier Irmãos, Editores; Typ. de S. Raçon e Comp., 1862.

BERREDO, Augusto César de, ET AL. *Parnaso maranhense*. São Luís: Tipografia Progresso, 1861.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda, 1988.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712.

- BODIN, Jean. *Les six livres de la république*. Lyon : Imprimerie de Jean de Tournes, 1629.
- BOILEAU, Nicolas. *L'art poétique*. Paris: Imprimerie d'Aug. Delalain, 1815.
- BORDE, François-Ignace Espiard de la. *The spirit of nations*. Translated from the french. London: Printed for Lockyer Davis, at Lord Bacon's in Fleet-street; and R. Baldwin, in Pater-noster Row. 1753.
- BOTELHO, Pedro et al. *A casca de caneleira: steeple-chase, por uma boa dúzia de esperanças*. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1866.
- BOUTERWEK, Frederick (sic). *History of Spanish and Portuguese Literature*. In Two Volumes; translated from the Original German by Thomasina Ross. Vol. II: Portuguese Literature. London: Boosey and Sons, Broad Street, 1823.
- BRAGA, Teófilo. *Parnaso portuguez moderno*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva Editor, 1877.
- _____. *Historia da Universidade de Coimbra e suas relações com a instrução publica portugueza*. 2 tomos. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1893.
- CARVALHO, Antônio José de; DEUS, João de. *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*. Porto: Typographia de M. L. de Sousa Ferreira, 1880.
- CASAL, Manuel Ayres do. *Corografia brazilica ou relação histórico-geografica do Reino do Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818.
- CORRÊA, Frederico José. *Um livro de crítica*. Tip. do Frias: São Luís, 1878.
- COSTA, Antonio Carvalho da. *Corografia portugueza*. 2 Tomos. Lisboa : Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1705-6.
- COUSIN, Victor. *Cours de l'histoire de la philosophie : histoire de la philosophie du XVIIIème Siècle*. Tome I. Paris : Pichon et Didier, Éditeurs, 1829.
- _____. *Fragmens philosophiques*. Paris : Ladrangé, Libraire, 1833.
- _____. *Du vrai, du beau et du bien*. Paris : Didier, Libraire-Éditeur, 1854.
- DAMIRON, M. Ph. *Cours de philosophie*. 3 tomes. Paris : Librairie Classsique de L. Hachette, 1831.
- D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.

_____. *Scènes de la nature sous les tropiques, et leur influence sur la poésie, suivies de Camoens e Jozé Indio*. Paris: Louis Janet, Libraire, 1824.

_____. *Brésil*. In: *L'Univers: histoire et description de tous les peuples*. Paris: Firmin Didot Frères, Éditeurs, 1839.

DIAS, Antônio Gonçalves. *Obras posthumas: O Brazil e a Oceania*. Paris; Rio de Janeiro: Garnier, 1909.

_____. *Cantos, collecção de poesias*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1860.

_____. *Relatórios e Diário de viagem ao rio Negro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

DIDEROT; D'ALEMBERT (org.). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Par une société de gens de lettres. Tome Troisième. Paris: Imprimerie de Le Breton, s/d.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica portugueza, para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos*. São Luiz: Typographia Nacional, 1829.

DUBOS, Jean-Baptiste. *Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture*. Septième édition. Seconde partie. Paris: Pissot, 1770.

FRESNEAU, Armand. *L'écletisme*. Paris: Comptoir des Imprimeurs-Unis, 1847.

FRIAS, José Maria Correia de. *Memória sobre a tipografia maranhense: apresentada à Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão em 1866 e exposta como prova tipográfica pelo tipógrafo....* 3ª. ed. (1ª. ed. em São Luís, 1886), São Paulo, 2001.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da província de Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa, 1576.

GAYOZO, Raymundo Jozé de Souza. *Compendio historico-politico dos princípios da lavoura do Maranhão*. Pariz: Officina de P.-N. Rougeron, 1818 (reedição fac-símile da SUDEMA; Livros de Mundo Inteiro: Guanabara, 1970).

GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas. Precedido de uma historia abreviada da língua e poesia portugueza*. Tomo I. Paris, em casa de J. P. Ailaud. Quai Voltaire [...] II. MDCCXXVI.

GARRET, João Batista da Silva Leitão de Almeida. *Romanceiro*. I. Romances da Renascença, Terceira Edição. Lisboa; em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1853.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa: José Bastos & Cia., Typographia da Antiga Casa Bertrand; Livraria Editora, Tomo IX, 1909.

HERDER, J. G. *Idées sur la philosophie de l'histoire de l'humanité*. Ouvrage traduit de l'allemand et précédé d'une introduction par Edgar Quinet. 3 tomes. Paris : F. G. Levrault, 1834.

HUMBOLDT, Alexandre de. *Tableaux de la nature*. 2 Tomes. Traduit par Ferd. Hoefer. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1850-51.

IGNOTUS (Joaquim Serra), *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880)*, 3ª. ed. (1ª. ed. em 1883, no Rio de Janeiro), São Paulo, 2001.

KANT, Immanuel. *Idéia de uma história de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KHALDOUN, Ibn. *Les prolégomènes*. Traduits en français et commentés par M. de Slane. Première Partie. Paris : Imprimerie Impériale, 1863.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2ª. ed. rev. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses já falecidos*. 2ª. Edição, Tomo I. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

_____. *Locubrações*. Tip. Castro Irmão: Lisboa, 1874.

_____. *Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil*. 2 vols. Liv. Popular de Magalhães & Cia. Edit: São Luís, 1874.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 111.

LIMA, J. I. de Abreu e. *Compendio de historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1843.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Prefácios de Gilberto Freyre, E. Martinenche, José Veríssimo. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo; Publifolha, 2000.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon: eleições na Antiguidade e eleições e partidos políticos no Maranhão*. Editora Alhambra: Brasília, s/d.

_____. *Manuel Odorico Mendes*. In: *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*. Quarto Ano. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa, 1864.

_____. *Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão*. 2 vols. Editora Alhambra: Brasília, s/d.

_____. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão, precedidas de uma noticia biográfica pelo Dr. Antonio Henriques Leal*. 4 vols. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1864-1865.

MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apressentou na sessão ordinaria de 1856 o Exm. Presidente da Provincia*. Maranhão: Typographia Constitucional de I. J. Ferreira, 1856.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica*. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente. Tomo I. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Anno MDCCXXXI (1741); Tomo II, III. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues. Anno MDCCXLII (1757); Anno MDCCLII (1762); Tomo IV. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno. Anno MDCCLIX (1769).

_____. *Bibliotheca luzitana escolhida*. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1775.

_____. *Summario da Bibliotheca luzitana*. 3 Tomos. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1786.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão: desde 1839 até 1840*. 6ª. edição. Notas de Antônio Henriques Leal. São Paulo: Siciliano, 2001.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia de Frias, 1870. (Reedição fac-similar do Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970).

_____. *Apontamentos para o dicionario historico, geographico, topographico e estatistico da Provincia do Maranhão*. São Luís: Typographia de José Maria Correia de Frias, Edictor, 1864.

MAIA, José da Silva. *Relatório que Sua Excellencia o Shr. Vice-Presidente da Provincia, Dr. José da Silva Maya apresentou no dia 18 de mayo de 1870 perante à Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinaria*. São Luís: Typographia de J. M. A. Serrão, 1870.

MARQUES, César Augusto. *História da imprensa do Maranhão*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 41 (57), 1878, p. 219-225.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

MELO, João Capistrano Bandeira de. *Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abriu a 1ª. sessão da 26ª. legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15 de março de 1886*. São Luiz: Typographia do Paiz, 1886.

MENDES, Manuel Odorico. *Virgílio Brasileiro ou tradução do Poeta Latino*. 2ª. Edição. 1º. Vol: Bucólicas e Geórgicas. São Luís: EDUFMA, 1995.

_____. *O Argos da lei: 1825*. Ed. fac-similar. SIOGE: São Luís, 1980.

_____. *Odisséia: Homero*. 3ª. edição. São Paulo: Ars Poetica: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *Cartas de Manuel Odorico Mendes*. Organização de Arnaldo Niskier e apresentação de Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro: Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, 1989.

_____. *Eneida Brasileira ou tradução poética da epopéa de Publio Virgilio Maro*. Paris: Typographia de Rignoux, 1854.

MONTESQUIEU, Charles de. *De l'esprit des lois*. Tome Premier. Paris : P. Pourrat Fres., Éditeurs, 1831.

MORENO, Diogo de Campos (autoria atribuída). *Memorias para a historia da Capitania do Maranhão: jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feita o anno de 1614*. In: *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas*. Tomo I, número III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1812.

_____. *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Magestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2001.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense ou relação histórica da Província do Maranhão, em que se dá notícia dos sucessos mais celebres n'ella tem acontecimento desde o seo descobrimento até o anno de 1820, como também das suas principaes produções naturaes, etc., com um mapa da mesma provincia e um dicionario abreviado da lingua geral do Brazil*. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LIV, Parte I. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & Cia., 1891.

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brazileira*. 5 vols. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1866-1878.

_____. *Grammatica portugueza*. 2ª. Edição. São Luís, 1978.

_____. *Postillas de grammatica geral aplicada à lingua portugueza pela analyse dos classicos ou guia para a construcção portugueza*. 3ª. Ed. São Luiz: Typographia de B. de Mattos, 1870.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Descripção do territorio de Pastos Bons nos sertões do Maranhão, propriedade de seus terrenos, producções; character de seus habitantes, colonos, estado actual de seus estabelecimentos*. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1874.

RODRIGUES, Antônio Marques. *O livro do povo*. 9ª. ed. Tip. do Frias: São Luís, 1881.

ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju: Universidade Federal do Sergipe, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres completes*. 4 tomes. Paris: Alexandre Houssiaux, Libraire, 1852.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Tome Second; Paris; Grimbert et Dorez, Libraires, 1850.

SANTOS, Hemetério José dos. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913.

SCHLEGEL, F. *Histoire de la littérature ancienne et moderne*. Traduit de l'allemand, sur la dernière édition, par William Duckett. 2 tomes. Paris : Th. Ballimore, Libraire ; Genève : Cherbuliez, Libraire, 1829.

SHELLING, M. de. *Jugement de M. de Schelling sur la philosophie de M. Cousin, traduit de l'allemand et précédé d'un essai Sur la nationalité des philosophies*, par J. Willm. Paris: F. G. Levrault; Strasbourg: Même maison, 1835.

SILVA, Antonio José da. *Teatro comico portuguez ou colecção das operas portuguezas*. 4 Tomos. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759-61.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da independência do Maranhão: 1822-1828*. Companhia Editora Americana: Rio de Janeiro, 1970.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. *Corografia paraense ou descrição física, histórica e politica da provincia do Gram-Pará*. Salvador: Typografia do Diario, 1833.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. 7 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-62.

SILVA, J. M. Pereira da. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniães*. 2 tomos. Paris: Livraria de A. Franck; Livraria de Guillaumin et Ca., 1858.

_____. *Parnazo brasileiro ou selecção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brazil precedida de uma introducção historica e biographica sobre a litteratura brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1843.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Bosquejo da historia da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843.

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação das cousas sumárias do Maranhão, dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. 8ª. edição. São Paulo: Siciliano, 2001.

SISMONDI, Simonde de. *De la littérature du Midi de l'Europe*. Tome quatrième. Paris : Treuttel et Würtz Libraires, 1829.

SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von. *Viagem pelo Brasi: 1817-1820*. Vol. 2. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

SOUSÂNDRADE, Joaquim de. *O Guesa*. London: Printed by Cooke & Halsted, The Moorfields Press, E. C., s/d.

_____. *Harpas selvagens*. Rio de Janeiro : Typographia Universal de Laemmert, 1857.

VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. Tomo 1. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

_____. *Cartas do Brasil (1626-1697): Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará*. Org. de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003.

_____. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

_____. *Obras varias do Padre Antonio Vieira*. Tomo II. Lisboa: Editores, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1857

STAËL-HOLSTEIN, Madame la Baronne. *Oeuvres complètes*. 3 tomes. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et Cie., Libraires, 1871.

TOLLENARE, Louis François de. *Notas dominicais: tomadas durante residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818*. Editora do Jornal do Recife: Recife, 1905.

VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. Tomo 1. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

_____. *Cartas do Brasil (1626-1697): Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará*. Org. de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003.

VILLEMAIN, M. *Cours de littérature française – Tableau de la littérature du Moyen Âge en France, en Italie, en Espagne et en Angleterre*. Paris : Didier, Libraire Éditeur, 1851.

_____. *Cours de littérature française – Tableau de la littérature au XVIIIe. Siècle*. 4 vols. Paris: Didier, Libraire Éditeur, 1840-47.

VIVEIROS, José Francisco de. *Relatorio com que O Exm. Snr. Vice-Presidente Dr. José Francisco de Viveiros passou a administração da provincia ao Exm. Snr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro em 28 de setembro de 1874*. São Luís: Typographia do Paz, 1874.

WOLF, Ferdinand. *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne, suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens*. Berlin: A. Asher & Co., 1863.

2. Jornais e periódicos

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol. 94. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1976.

A ESCOLA. Jornal crítico e litterario. Anno 1-2. São Luís: Typographia d'O Paiz, 1878.

A ESTRELLA DA TARDE. Periodico recreativo. (1837-1857). São Luís: Typographia da Temperança.

A MALAGUETA MARANHENSE. (1844-1848). São Luís: Typographia de R. A. R. de Araújo.

A MARMOTA MARANHENSE. Folha litteraria, e recreativa. (1851). São Luís: Typographia Constitucional.

A SENTINELA. (1855-1856). São Luís: Typographia Maranhense.

ECHO DA JUVENTUDE. (1864-1865). Ed. fac-similar. SECMA: São Luís, 1987.

JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO. (1845). São Luís: Typographia Maranhense.

MINERVA. Folha politica, litteraria, e commercial. (1828). São Luís: Typographia Nacional e Imperial.

NITHEROY, Revista brasiliense: ciencias, letras, e artes. Tomo Primeiro; Tomo Segundo. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

O ARCHIVO. Jornal scientifico e litterario da Associação Litteraria Maranhense. (1846). São Luís: Typographia Maranhense.

O ARGOS DA LEI. (1825). São Luís: Typographia Nacional. In: Edição fac-similar. São Luís: SIOGE, 1980.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de Seignot-Plancher, & C^a., 1833.

O CENSOR MARANHENSE (1825-1830). São Luís: Typographia Melandiana. In: Ed. fac-similar. SIOGE: São Luís, 1980.

O CONCILIADOR DO MARANHÃO. (1821-1822). São Luís: Typographia Nacional Maranhense; Imprensa Nacional.

O CORISCO. Jornal critico e noticioso. (1890). São Luís: Typographia a vapor de Frias & Filho.

O PANORAMA. Jornal litterario e instructivo. (1837-1860). Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1837, 1838, 1839, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1860.

O SORRISO. Periodico critico, litterario e recreativo. (1885). São Luís: Typographia da Pacotilha.

PHILOMATIA. Revista artística, scientifica e philosophica. (1895-1986). s/e.

REVISTA CONTEMPORANEA DE PORTUGAL E BRAZIL. 4 tomos. (1860-1865). Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa, 1860, 1861, 1865.

REVISTA OCCIDENTAL. 2 tomos. Lisboa: Typographia de Christóvão Augusto Rodrigues, 1875.

REVISTA DA SOCIEDADE PHILOMATICA. Números 01 a 06. São Paulo: Typographia do Novo Farol Paulistano, 1833. Edição fac-similar patrocinada pela Metal Leve, S. A., 1977

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1839.

REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1842.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO, GOEGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1863.

REVISTA TRIMENSAL DE HISTORIA E GEOGRAPHIA OU JORNAL DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. Tomo VI. Segunda edição. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1865.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE. Jornal de interesses phisicos, moraes e litterarios. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo LXII, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

SEMANÁRIO MARANHENSE. (1867-1868). São Luís: Typographia de B. de Mattos. In: Ed. fac-similar. SIOGE: São Luís, 1979.

3. Apoio bibliográfico e teórico geral

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

AÍLTON, Antônio. *Humanologia do eterno empenho*. Edições FUNC: São Luís, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983.

AMARAL, José Ribeiro do. *O Maranhão histórico: artigos de jornal (1911-1912)*. Instituto Geia: São Luís, 2003.

_____. *Fundação do Maranhão*. Tip. Teixeira: São Luís, 1912.

_____. *Efemérides maranhenses*. 1ª. parte (1799-1823). Tip. Teixeira: São Luís, 1923.

AMORA, Antônio Soares. *Classicismo e romantismo no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1968.

_____. *História da literatura brasileira*. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

_____. *Introdução à teoria da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *O romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1967.

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 4ª. ed. São Paulo/Brasília; Martins/INL, 1972.

ANÔNIMO. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXII, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, pp. 154-155.

ARAÚJO, Antônio Martins de. *A herança de João de Barros e outros estudos*. Edições AML: São Luís, 2003.

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- ARISTÓTELES. *Politique*. Traduite en français par J. Barthélemy Saint-Hilaire. Seconde Édition. Paris : Dumont, À l'Institut, 1848.
- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Afrânio Coutinho (org.) Vol. III, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1985.
- AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo/Brasília; Melhoramentos/INL, 1972.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- BANDEIRA, Manuel. *Gonçalves Dias: esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1957.
- _____. *Noções de história das literaturas*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.
- BAKHTIN, Mikhail. *A poética de Dostoiévski*. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução: Aurora Fornoni Bernadini et ali. São Paulo: ed. da UNESP, ed. HUCITEC, 1990.
- BARBOSA, João Alexandre. *A metáfora crítica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- _____. *A paixão crítica*. In: *Boletim bibliográfico*. Biblioteca Mário de Andrade, V. 44 (1/4), janeiro a dezembro de 1983.
- _____. *Forma e história na crítica brasileira de 1870-1950*. Op. cit., p. 63-67.
- _____. *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- _____. *A biblioteca imaginária ou O cânone na História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Ateliê, 1996.
- BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte*. Paris: ed. Du Seuil, Col. Tel quel, 1973.

- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interpretações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUNESP, 1997.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Assis: UNESP, 2000.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Campo intelectual e projeto criador*. In: Problemas do Estruturalismo. Rio de Janeiro, 1968.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BLOOM, Harold. *A angústia da influência. Uma teoria da poesia*. Tradução Arthur Nes-trovski. Rio de Janeiro: Imago ed., 1991.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1994.
- _____. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- BRAGA, Teófilo. *Manual da história literária portuguesa*. Porto: Livraria Universal, 1875.
- BRASIL, Assis. *O livro de ouro da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1980.
- _____. *A poesia maranhense no século XX: antologia*. SIOGE/Imago: São Luís/Rio de Janeiro, 1994.
- BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympi-o/Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.
- BRUNEL, P., PICHOS, C. & ROUSSEAU, A. M. *Que é literatura comparada*. Tradução Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, ed. da USP, 1990.
- BURKE, Kenneth. *Teoria da forma literária*. São Paulo, Cultrix, 1969.

- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *O que é história cultural?* 2ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: Edições AML, 1991.
- CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura*. São Paulo: Annablume, 1996.
- CAMPOS, Augusto & CAMPOS, Haroldo. *Re/Visão de Sousândrade: textos críticos, antologia, glossário, bibliografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982,
- CAMPOS, Haroldo de. *Murilo e o mundo substantivo*. In: *Metalinguagem: ensaios de teoria e crítica literária*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1967.
- _____. *Metalinguagem*. 3ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1976.
- _____. *Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração*. In: *Colóquio Letras*, nº. 62, julho de 1981. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2 Vols. (1750-1836). Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia Limitada, 1997.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. 2 vols. São Paulo: EDUSP, 2004.
- CARDOSO GOMES, Álvaro. *O poético: magia e iluminação*. São Paulo: ed. Perspectiva, 1989.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história? conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961*. trad. de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: ed. Ática, 1986.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Forense Universitária, 1975.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo – I: a contribuição europeia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP, 5 (11), jan-abr., 1994.

_____. *Literatura e história*. In: *Revista Topóis*. Rio de Janeiro, nº. 1, p. 197-216.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infanto-juvenil: das origens indoeuropéias ao Brasil contemporâneo*. 3ª. edição refundida e ampliada. São Paulo: Quíron, 1985.

COHEN, Jean. *Estrutura da linguagem poética*. Tradução: Álvaro Lorencini e Anne Arni-chand. São Paulo: ed. Cultrix, ed. da USP, 1974.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

CORRÊA, Rossini. *Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993.

_____. *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*. Thesaurus/Corrêa & Corrêa: Brasília, 2001.

COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL-MEC, 1980, 2 vols.

_____. *A tradição afortunada: o espírito da nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo; José Olympio/EDUSP, 1968.

COUZINET, Marie-Dominique. *Histoire et méthode à la Renaissance : une lecture de la Methodus de Jean Bodin*. Collection Philologie et Mercure. Paris : Vrin, 1996.

CRUZ, Arlete Nogueira da. *A atual poesia do Maranhão*. Gráfica Olímpica Editora: Rio de Janeiro, 1976.

_____. *Nomes e nuvens: ligeiras considerações em torno da paisagem literária maranhense pós-1889*. São Luís: Unigraf, 2003.

_____. *Sal e sol*. Imago Editora: Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Carlos. *As lâmpadas do sol*. Fon-fon: Rio de Janeiro/São Luís, 1980.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2ª. ed. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão Editores, 1913.

CUNHA, Fausto. *A luta literária*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.

_____. *O romantismo no Brasil: de Sousândrade a Castro Alves*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. *Situações da ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DUARTE, Sebastião Moreira. *Épica americana: O Guesa de Sousândrade e o Canto General de Pablo Neruda*. University of Illinois: Urbana/Illinois; USA, 1993.

_____. *O périplo e o porto*. CORSUP/EDUFMA: São Luís, 1990.

_____. *A épica e a época de Sousândrade: pequena introdução à leitura d'O Gueas*. Edições AML: São Luís, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2 vols.

ELIOT, T. S. *De poesia e poetas*. Tradução: Ivan Junqueira. São Paulo: ed. Brasileira, 1991.

_____. *Ensaio*. Trad. De Ivan Junqueira. São Paulo: Art Editora, 1989.

FERREIRA, Lúcio M. *Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870)*. In: REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. Vol. 4, número 1. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999, p. 21.

FIGUEIREDO, Fidelino. *História da crítica literária em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916.

FILHO, Hildeberto Barbosa. *Literatura na ilha (poetas e prosadores maranhenses)*. Lithograf: São Luís, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.

_____. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens, 1992.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951, 3 vols.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GOMES, José Tribuzi Pinheiro. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES, 1981.

GUINSBURG, Jacó. *Romantismo*. Organização de Jacó Guinsburg. Editora Perspectiva: São Paulo, 2002.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, revista e atualizada pelo autor. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985.

HARDMAN, Francisco Foot. *Cidades errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino do século XIX*. In: *Ciências sociais hoje, 1988*. – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS; Anuário publicado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1988.

_____. *Antigos modernistas*. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Trem Fantasma: a modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Nem Pátria, Nem Patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil.*

São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780.* Tradução Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (organizadores). *A invenção das tradições.* 2ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grande nomes do pensamento brasileiro).

_____. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, Tomo V, Vols. 1 e 2.

ITAPARY, Joaquim. *A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil.* São Luís; ALUMAR. Coleção Documentos Maranhenses, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador.* São Paulo: Ática, 1977.

JANSEN, José. *Teatro no Maranhão.* FUNC: Rio de Janeiro, 1975.

JOBIM, José Luís (org.) ET AL. *Introdução aos termos literários.* Rio de Janeiro: EDUCERJ, 1999.

KOTHE, Flávio René. *O cânone colonial.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

_____. *O cânone imperial.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

_____. *O cânone republicano.* Editora da Universidade de Brasília, 2003, vol. 1.

LE GOFF, Jacques et alii. *História: novos problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural.* Trad. De Chaim Samuel Katz e Egi-nardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

- LIMA, Luiz Costa. *Estruturalismo e teoria da literatura: introdução às problemáticas estética e sistêmica*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- LOBO, Antônio. *Os novos atenienses*. 2ª. ed. Biblioteca da AML: São Luís, 1970.
- LOBO, Luíza. *Épica e modernidade em Sousândrade*. 2ª. edição revista. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959.
- LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Edições 70: Lisboa, 1991.
- LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Velho Maranhão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1981.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. I, II, III, IV, V, VI, VII (1794-1855). São Paulo, Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78.
- _____. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. *Machado de Assis e a literatura brasileira do oitocentos: um projeto de literatura nacional*. In: REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. Ponta Grossa: Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002, pp. 9-32.
- _____. *O cânone literário e história da literatura em Varnhagen*. In: PÓS-HISTÓRIA: Revista de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista) Assis, SP – Brasil, 1993 – 2001. Número 10. 2002, pp. 125-160.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos da história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- _____. *História da independência no Maranhão*. Rio de Janeiro: Artenova, s/d.
- MESQUITA, Francisco de Assis Leal. *Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850/1890)*. São Luís: UFMA, 1987.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MIRCEA, Eliade. *Mito e realidade*. São Paulo: ed. Perspectiva, col. Debates, 1972.
- MONTEIRO, Adolfo Casais. *A palavra essencial*. São Paulo: ed. Companhia Editora Nacional, 1965.
- MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense: uma abordagem contextual que leva em conta os fatores políticos, sociais e econômicos*. 2^a. ed. aum. SIOGE: São Luís, 1977.
- _____. *Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973.
- MORAES FILHO, Nascimento. *Uma coletânea brasileira de Natal: esperando a Missa do Galo*. São Luís: SIOGE, 1973.
- MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1991.
- NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira, 500 anos de história*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1989.
- _____. *João Francisco Lisboa: o Timon maranhense*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986.
- PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1997.

- PAXECO, Fran. *Geografia do Maranhão*. São Luís; Tipografia Teixeira, 1923.
- PAZ, Octávio. *O arco e a lira*. Tradução: Olga Savary. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.
- PORTELLA, Eduardo. *Literatura e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.
- _____. *Abc da literatura*. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos: colônia e império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Clóvis. *Minha terra tem palmeiras (trovadores maranhenses)*. Pongetti: Rio de Janeiro, 1970.
- _____. *Onde canta o sabiá*. Pongetti: Rio de Janeiro, 1971.
- _____. *Nosso céu tem mais estrelas: 140 anos de literatura maranhense*. Pongetti: Rio de Janeiro, 1973.
- _____. *Nossas várzeas têm mais flores: poetas modernos do Maranhão*. FUNC: São Luís, 1975.
- _____. *Inácio Xavier de Carvalho ou Revoltas Supremas*. SIOGE: São Luís, 1986.
- _____. *A intelectualidade maranhense (1ª. série)*. Centro Gráfico do Senado: Brasília, 1990.
- _____. *São Luís do Maranhão é poesia*. SIOGE: São Luís, 1992.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991*. São Luís: Edição do Autor; Fundação de Cultura do Município de São Luís, 2001.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Companhia Forense Editora: Rio de Janeiro, 1955.
- _____. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1978.
- _____. *De l'interprétation. Essai sur Freud*, Seuil, 1965.
- _____. *Le conflit des interpretations*, Seuil, 1969.

_____. *Du texte à l'action*, Seuil, 1986.

_____. *Temps et récit*. Vol. I, II, III, 1983, 1984, 1985.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro. H. Garnier, s/d (1906).

RODRIGUES, Maria Regina Nina. *Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo – política e educação*. São Luís: Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão; Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, 1993.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1943.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo, Siciliano, 1991.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Universidade de São Paulo, 1992.

SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. Coimbra: ed. Livraria Almedina, 1991.

SILVA, Wilton C. L. *A visão além do alcance: fronteiras e limites da história das mentalidades*. Pós-História: Revista de Pós-graduação em História (Universidade Estadual Paulista) . V. 7, p. 115-133, Assis: UNESP, 1999.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977.

SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EdUFF, 1999.

STUDART FILHO, Carlos. *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva*. Instituto Geia: São Luís, 2006.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Erechim: Edelbra, 2002, pp. 260-261.

_____. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris: Ed. Du Seuil, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão – 1612-1895*. 1º. Volume. Reedição fac-similar. Associação Comercial do Maranhão; Prefeitura Municipal de São Luís, 1992.

_____. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*. São Luís: Revista de Geografia e História [s.e.], 1953.

WEBER, Eugen. *França Fin-de-siècle*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Frederick G.; MORAES, Jomar (orgs). *Poesia e prosa reunidade Sousândrade*. Edições AML: São Luís, 2003.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *A meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1995.